



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVIII – SUP. “B” AO DSF Nº 082 – TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA			
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES			
1.1.1– Comissão de Assuntos Sociais – CAS			
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2013.....	04		
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	23		
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2013.....	42		
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013.....	62		
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2013.....	93		
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2013.....	108		
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2013.....	128		
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2013.....	147		
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2013.....	167		
1.1.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE			
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2013.....	191		
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2013.....	212		
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013.....	221		
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013.....	235		
		Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2013.....	252
		1.1.3 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
		Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2013.....	261
		Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2013.....	283
		1.1.4 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
		Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2013.....	304
		Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	327
		Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013.....	356
		Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2013.....	378
		Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2013.....	414
		1.1.5 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
		Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2013.....	439
		1.1.6 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
		Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2013.....	470
		1.1.6.1 – Subcomissão Temporária destinada à elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil	
		Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de abril de 2013.....	472

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos, do dia dez de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Sodrê Santoro, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, de 2011 – Não Terminativo – Concede pensão especial aos herdeiros de Frei Tito de Alencar Lima. Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2010 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências. Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Abstêm-se da votação os Senadores Humberto Costa e Eduardo Suplicy (art. 288, § 2º do RISF). Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para

prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2012 – Não Terminativo – Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências. Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012, na forma da Emenda nº 1 -CCT (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012, na forma da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para inserir a púrpura trombocitopênica idiopática refratária entre as doenças cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma motivada pela doença. Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, de 2010 – Terminativo – Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Autoria do Projeto:** Senador Paulo Paim. **Relatoria do Projeto:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, é dado como definitivamente adotado nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneante e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que a bula dos medicamentos garanta a informação segura e adequada e para tornar obrigatória a disponibilização de bula em sítio eletrônico, em braille e em caracteres aumentados. Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad

hoc” o Senador Paulo Davim, em substituição ao Senador João Vicente Claudino. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2011 – Terminativo** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham. **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2011 – Terminativo** – Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados. **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2011 – Terminativo.** Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar a vedação de recusa de atendimento em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de

avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, e da Emenda de iniciativa do Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, e a Emenda nº 1 – CAS. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2012 – Terminativo** – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 a 24 anos de idade que não tenham tido vínculo empregatício anterior, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2012, e a Emenda nº 1-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2013.** Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a “situação dos anistiados e anistiandos dos correios mediante conflito de greve”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2013.** Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre o Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas e seus fins. Para tanto, solicito que seja convidado (a) Secretário (a) Nacional Anti Drogas – SENAD. **Autoria:** Senador Waldemir Moka e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra as Senadoras e os Senadores: Ana Amélia, Humberto Costa, Paulo Davim, Sodrê Santoro, Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Armando Monteiro, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias: Aviso nº 338, que trata de levantamento de auditoria do INSS – concessão de benefício de pensão por morte, indicativo de pagamentos indevidos.

A presente reunião destina-se à apreciação de 11 itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro não terminativos e sete terminativos. No item 1 da pauta, a Relatora é a Senadora Ana Rita, que não está presente. Eu vou passar para o item 2, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia. É um substitutivo do PLS nº 111, de 2010, que teve, na última reunião, um pedido de vistas coletivas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Waldemir Moka, caras colegas Senadoras, meus colegas Senadores, os que estavam presentes na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais viram a argumentação que fiz a respeito deste projeto, que é o PLS nº 111, de 2011. E o Senador Humberto Costa, que é psiquiatra e que tem, digamos, um cuidado especial sobre esta matéria, havia solicitado vistas.

Nós estamos há dois anos trabalhando intensamente e, assim como o Senador Humberto Costa, também víamos dentro da área do Governo diferentes formas de interpretar, de entender e de trabalhar a questão da internação compulsória. A visão é conflitante entre Ministério da Justiça, que tem uma visão mais de segurança e repressão, e o Ministério da Saúde, que tem uma percepção clara sobre as questões relacionadas à questão da dependência química como uma doença.

Nós trabalhamos neste projeto com muito cuidado para que não tivesse o radicalismo policialesco, vamos dizer assim, e tratássemos com equilíbrio a matéria, porque ela requer esse equilíbrio, acompanhando o drama de pais, mães, famílias que sofrem com os filhos dependentes. A família toda adoce, Senador Moka. O senhor acompanhou aqui o nosso trabalho, numa subcomissão desta Comissão de Assuntos Sociais, quando debatemos a questão da dependência química, especialmente o *crack*.

Eu entendo perfeitamente a posição do Senador Humberto Costa, mas dada, digamos, a atenção e o

cuidado da Assessoria Legislativa, sob o comando competente e dedicado do Sebastião Moreira e do meu gabinete, nos contatos pessoais com os dois Ministérios, exaustivamente, o próprio Senador entendeu que fazer modificação agora por uma matéria que aqui não é terminativa seria consumir mais energia ainda, além daquela de dois anos que nós já consumimos trabalhando nesse projeto.

Então, eu tenho apenas, em relação a ele, porque houve um equívoco na redação, de oferecer uma emenda de redação para suprimir a referência ao art. 28 da Constituição, que está equivocadamente incluído nesse texto. É uma emenda de redação. Apenas para concluir, eu me refiro à inclusão indevida do art. 28 no art. 1º da lei que nós estamos examinando. Então, é apenas a alteração que entendendo já foi feita aqui.

Respeito muito a posição do Senador Humberto Costa, mas peço o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para que a gente vote e aprove este item, porque, como não é terminativo, vai à CDH. E eu combinei, inclusive, com o Senador Humberto Costa que, na CDH, haverá também espaço para debater a matéria, considerando também, Presidente Waldemir Moka, que a Câmara está fazendo um debate bem adiantado de um projeto muito mais recente e, eu diria, muito mais radical do que o que nós estamos propondo aqui, que tem todos os cuidados com a preservação da liberdade e dos direitos individuais do cidadão, que não será, digamos, automaticamente submetido à internação, mas será preciso a vista de uma junta de três especialistas, autorização judicial, uma série de requisitos para dar toda a segurança jurídica.

Então, o que eu apresento é apenas essa emenda de redação para suprimir a inclusão indevida do art. 28. “No art. 1º” – chegou o nosso Senador Humberto Costa –, “os arts. 5º, 28 e 47, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passam a vigor com as seguintes alterações”... A emenda de redação é para suprimir: “Os arts. 5º e 47, da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, passam a vigor com as seguintes alterações”... O resto permanece inalterado.

Era essa a minha consideração.

Fico feliz que o Senador Humberto Costa esteja aqui. Já fiz, Senador, um relato do que falamos, mas fico feliz que o senhor tenha chegado para manifestar sua posição a respeito dessa matéria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou só atualizar.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 111, DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 27.03.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

A Relatora, Senadora Ana Amélia, já leu o relatório.

Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar aqui não só a boa vontade, mas a disponibilidade da Senadora Ana Amélia de ouvir os nossos argumentos, de estar aberta a fazer as mudanças necessárias nesse projeto.

Eu entendo, concordei com ela, que nós já fizemos tantas alterações nesse projeto que, se fôssemos aprofundar ainda mais agora, terminaríamos com uma coisa completamente diferente daquilo que inicialmente foi proposto. Portanto, nós assentimos em, na medida em que esse projeto vai à Comissão de Direitos Humanos, tentar construir lá alguma alternativa que possa, digamos assim, superar as limitações que, no meu ponto de vista, ainda existem.

É importante registrar também que o relatório da Senadora Ana Amélia é profundamente diferente da proposição original apresentada pelo ex-Senador Demóstenes Torres, quando ela de fato retira o caráter mais repressivo, mais policialesco que o projeto tinha e tenta direcioná-lo mais para o tratamento, para a área da saúde.

Aí vem a minha primeira colocação: um dos grandes avanços que nós conseguimos, ao longo do governo do Presidente Lula, e, para a minha satisfação, isso começou à época em que eu estava à frente do Ministério, foi que nós tiramos a política de enfrentamento ao uso nocivo das drogas da esfera da segu-

rança pública, da esfera da Justiça para a esfera da saúde, porque nós estamos lidando com um problema que é, inclusive, de saúde pública.

A própria lei denominada lei sobre drogas, anteriormente até impropriamente chamada de lei anti-drogas, teve avanços em relação ao que nós tínhamos anteriormente, embora outros precisem ser implementados nessa legislação.

Dentro do que trabalhou a Senadora Ana Amélia, em comparação com o que foi apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, nós tivemos avanços. O primeiro é a retirada da imposição de pena privativa de liberdade para usuários de drogas.

É preciso que nós façamos uma distinção entre três atores importantes nessa relação das pessoas com as drogas. Nós temos o traficante, que efetivamente precisa ser combatido, precisa ser preso, precisa receber penas duras; nós temos o dependente químico, aquele que, ou por uma predisposição que tem, ou por conta dos fatores sociais, culturais desenvolve essa dependência; e nós temos o usuário que, no mais das vezes, é alguém que utiliza a droga por razões n e que não tem consequências maiores por conta do uso.

Então, é preciso fazer essa diferenciação, sob pena de nós estarmos rotulando pessoas que, por terem essa atitude, passam a ser consideradas dependentes químicos. E é preciso separar radicalmente o dependente químico do traficante. Isso representou um avanço importante na ideia do projeto que a Senado relatou.

Por outro lado, ela também introduz a possibilidade de que nós tenhamos uma comissão especializada que avalie a necessidade de internação compulsória.

Eu acredito que nós temos ainda algumas questões a mexer nessa proposição. Seria importante, primeiro, registrar que, quando nós colocamos na lei antidrogas esse tema do usuário, nós estamos correndo o risco de retornar ao sentido da pena, do apenamento ao usuário, algo que, me parece, é consenso de todos que não deve acontecer. Na verdade, um dos avanços mais importantes na lei sobre drogas foi a despenalização do usuário, ou seja, a não aplicação da pena de prisão.

Segunda coisa importante: nós entendemos que o investimento público deve se dirigir para a repressão e para o tratamento dos dependentes ou dos usuários que assim o desejem.

Então, nós temos um primeiro problema conceitual, que é esse de diferenciar o usuário e o dependente. Inclusive, em alguns países, a depender da quantidade de drogas que a pessoa possua, isso não é caracterizado como crime. Essa é outra questão que nós precisaríamos deixar mais bem definida, porque

propor a internação compulsória para alguém que, em sendo usuário, não se sente desconfortável com essa condição seria uma imposição da sociedade, um tratamento que não seria aplicável. E, como eu disse, o fato de ser usuário não pressupõe que aquela pessoa seja dependente. Ela pode consumir drogas esporadicamente. Nós não vemos a necessidade de complexidade processual, como a que existe na legislação. E entendemos que há disposições próprias na lei de drogas que lidam com essa questão.

Questão relevante também é que, queiramos ou não, o fato de nós regulamentarmos a internação compulsória na lei sobre drogas é indiretamente uma forma de nós darmos natureza penal a esse tipo de tratamento ou de introdução ao tratamento. Na lei que tratou da reforma psiquiátrica, nós já temos a internação involuntária que é aquela em que, quando a pessoa não tem condição de decidir por si própria, a família propõe e o profissional entende que ali se aplica. A internação compulsória exige a presença de um juiz, uma decisão judicial, mas ainda está na linha de se fazer um tratamento. Portanto, na minha opinião, não caberia na lei sobre drogas.

Por outro lado, é importante dizer que a internação compulsória não é a única alternativa para o tratamento dessas pessoas. Infelizmente, cria-se, muitas vezes, na sociedade, um senso comum de coisas que não são reais. Primeiro, em relação a essa questão do *crack*, muitos estudos têm demonstrado, e aqui não estou falando isso para minimizar a importância que o *crack* tem tido, muitos estudos têm mostrado que o *crack* não é uma droga mais ou menos nociva do que outras, que não gera dependência mais intensamente do que outras. Então, é necessário que a lei se aplique a todos esses casos e não especificamente ao *crack*.

Segundo, é necessário saber se, quando se vai ao meio da rua tirar pessoas de determinado local porque ali estão concentradas para consumir drogas, o que está nos movendo efetivamente é oferecer tratamento àquelas pessoas ou tirar da visão da sociedade aquele cenário dantesco que realmente impressiona a todos. Portanto, nós temos que reforçar todas as formas de tratamento ao transtorno mental, inclusive nessa área.

Por outro lado, o tratamento deve sempre ser individualizado, e não assumido como uma ação generalizada, coletiva. O tratamento tem de ser individualizado e cada pessoa deve ter um tratamento adequado à sua condição. E a internação deve ser sempre, digamos, a última alternativa que nós devemos utilizar.

Eu faço essas referências não para votar contra o relatório da Senadora Ana Amélia, até porque nós vamos poder tentar melhorar. Nós entendemos que não se deve tratar esse tema e a internação compulsória

como uma pena. Isso é uma coisa importante. Segundo, é necessário aproximar o usuário dependente da rede de atendimento à saúde, especialmente do SUS. Terceiro, devemos garantir todas as alternativas de tratamento, não apenas a internação compulsória, e estabelecer procedimentos que compatibilizem, além da reforma psiquiátrica, a lei antidrogas.

Então, eu vou me abster dessa votação, mas não sem reconhecer o trabalho que foi feito pela Senadora Ana Amélia. E vamos discutir lá na Comissão de Direitos Humanos.

Até porque o que nós todos sabemos que está em jogo é uma proposta de tratamento obrigatório, o ideal seria nós termos uma lei que nem fosse vinculada à lei da reforma psiquiátrica, nem fosse vinculada à lei sobre drogas, e que regulamentássemos o que se chama tratamento sanitário obrigatório. Essa seria a melhor alternativa. Se lá na Comissão de Direitos Humanos nós conseguirmos produzir alguma coisa que se aproxime disso, tudo bem. Se não, podemos aprovar esse projeto e, posteriormente, apresentar um projeto de lei que estabeleça essa regulamentação que ficaria efetivamente no campo da saúde.

Portanto, não vou apresentar voto em separado, porque eu acho que nós já perdemos, inclusive, muito tempo na discussão aqui na Comissão, mas, lá na Comissão de Direitos Humanos, vamos ver o que é possível fazer para tentar incorporar essas preocupações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua ainda, porque, na verdade, é um pedido de vista. O Senador Humberto colocou a posição dele, mas a matéria está em discussão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu queria apenas fazer um esclarecimento para as notas taquigráficas: a emenda de redação suprime apenas a inclusão indevida do art. 28. Suprime, porque houve um erro na digitação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, Senadora, eu já consultei e o que V. Ex^a está propondo é exatamente a correção que foi feita.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque houve... Eu recebi a observação de que eu precisava esclarecer aqui para as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ah, sim. Pois não. Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Portanto, o texto, no art. 1º, fica – apenas repetir esse artigo –: “Os arts. 5º e 47 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passam a vigor com as seguintes alterações:”. É esse o texto que fica.

E a emenda de redação suprime o art. 28 da referênciã e da inclusãõ indevida nesse art. 1º da lei que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir? Eu vou...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de um esclarecimento sobre essas emendas. Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, primeiro, com a palavra, o Senador Sodré Santoro.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de fazer algumas considerações no sentido de que cada vez que se flexibiliza penas contra, vamos dizer assim, o usuário, porque eu acho que o usuário é o primeiro passo para depois se viciar e se transformar num traficante...

Mostram as estatísticas que 99% dos viciados são traficantes. Cada vez mais que se flexibiliza essa legislação, primeiro o traficante utiliza o menor, porque o menor não pode ser preso. Depois começam a se flexibilizar pequenas doses para caracterizar para uso próprio, o traficante, com isso, vai minando a nossa juventude com esse vício arrasador que são as drogas.

Então, eu sou contra eliminar, separar, aliás, porque não há dúvida nenhuma de que o usuário de hoje é o viciado de amanhã e o traficando de depois de amanhã.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, V. Exª também pediu a palavra, ou não? Ou foi impressão minha?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não. Rapidamente, eu queria dizer, Senador Waldemir Moka, que, embora eu não tenha acompanhado o início da fala do Senador Humberto Costa, eu quero ratificar todas as questões por ele levantadas com relação ao internamento de forma compulsória.

Eu, particularmente, acho esse tema altamente polêmico, difícil. Eu tenho também discordância desse internamento compulsório. É claro que é preciso pensar formas alternativas de como tratar essa questão, mas acho que é possível, sim, fazermos o aprofundamento desse tema, na Comissão de Direitos Humanos. É isso o que eu quero propor.

Inclusive, no nosso plano de trabalho aprovado recentemente pelo colegiado da Comissão de Direitos Humanos, está previsto o debate sobre esse assunto, sobre esse tema. Acho que nós poderemos, Senador Humberto Costa, até fazer audiências públicas para que possamos aprofundar melhor esse assunto.

Acho que não dá para o projeto ficar parado nesta Comissão. Acho que nós poderemos colocar em vota-

ção, sim, hoje, mas com esse compromisso de aprofundar, debater com especialistas, com profissionais da área de saúde, de outras áreas que são pertinentes a esse tema, a esse assunto, para que possamos tomar uma posição que seja a mais adequada e a mais correta possível.

Então, o meu encaminhamento é este: que nós possamos fazer o aprofundamento necessário na Comissão de Direitos Humanos, conforme foi sugerido pelo Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, é para tirar uma dúvida, mas eu já fui pessoalmente à Senadora e recebi a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu prestei muita atenção nos esclarecimentos da Senadora Ana Amélia, mas fiquei impressionado também com os argumentos do nobre Senador Humberto Costa. S. Exª é médico, foi Ministro da Saúde e deu aqui uma aula nesse sentido, de forma muito positiva.

Portanto, Senadora Ana Amélia, com certeza, votarei favoravelmente ao seu relatório e me dou o direito de lá, na Comissão de Direitos Humanos – sei que é natural e acontecerá até por gravidade o fato de o Senador Humberto ser o relator desse projeto, não é, Senadora Ana Rita? – aprofundar o debate, como ele mesmo propôs.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero apenas, Presidente, até em homenagem à Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos, dizer que esse, como diz a palavra, é um substitutivo. Ele não tem nada a ver com o projeto original, que tinha uma visão policialesca e repressiva. Este é um projeto que tenta trazer para o centro um debate que é extremamente sensível, extremamente polêmico. Consideremos que dois Estados, São Paulo e Rio de Janeiro, por meio de suas administrações estaduais, já tomaram iniciativas em relação à internação compulsória. E a Câmara dos Deputados está com um debate bastante aceso a respeito da mesma matéria, numa direção diferente desta que está posta neste projeto, que é exatamente tentar compatibilizar. E a perspectiva que colocamos aqui, a percepção que colocamos teve como referência o fato de que o dependente químico é um doente, e não um criminoso que precisa ir para a cadeia. Então, foi uma visão muito mais humanista e muito mais de saúde pública. Penso que é necessário esse esclarecimento para deixar clara a nossa posição, especialmente preservando o trabalho intenso que a assessoria legislativa desta Casa fez, comandado

pelo nosso Sebastião Moreira, durante dois anos, no exame desta matéria, que, como disse, é sensível e polêmica. Desejo também que os sistemas de saúde brasileiros, como o CAPSAD, que é o que cuida desse atendimento, tenham uma eficiência e um atendimento nacional para acolher os doentes dessa natureza, que são os dependentes químicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, espero que votemos, e, como não é terminativo, irá para a Comissão de Direitos Humanos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero o parecer da Senadora Ana Amélia, em relação ao projeto original do Senador Demóstenes Torres, um avanço, como ela há pouco qualificou, porque passa da criminalização do usuário de drogas para uma forma que ela considera mais humanitária da internação compulsória. Todavia, ainda não estou persuadido de que esse seria o melhor caminho e vou acompanhar aqui o parecer aqui formulado oralmente pelo Senador Humberto Costa para que, na Comissão de Direitos Humanos, possamos ter um caminho melhor para essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

É claro que temos visões diferentes. Aceito os argumentos do Senador Humberto Costa, mas quero dizer que a mim o projeto que vamos votar contempla. E falo como médico. Acho que a Senadora Ana Amélia mudou radicalmente o que é em relação ao que era. Vamos ter dificuldades. Quero participar do debate na Comissão de Direitos Humanos. Há essa preocupação acerca da sensibilidade de que não podemos internação compulsória porque tem isso e aquilo, mas, nesse projeto, por exemplo, está prevista até uma equipe multidisciplinar para avaliar. Ninguém vai internar uma pessoa que não queira ser internada a não ser que essa pessoa não tenha condições de decidir.

Nós não estamos falando daquele usuário que não tem dependência química, porque existem mesmo, não sei se por uma questão genética ou não, aquelas pessoas que a vida inteira fizeram uso de drogas e não se tornaram dependentes. Já outras ficam tão dependentes que acabam com a vida, e acabam, inclusive, agredindo... Quantos e quantos casos de pessoas dependentes de *crack* que matam o pai, a mãe para conseguir... Nós estamos falando de internação quando o risco estiver nesse nível.

Eu penso que nós temos de separar bem essa discussão. Eu entendo que, com o objetivo de prote-

ger, nós podemos, às vezes, fazer muito mais mal a toda a sociedade. É muito difícil quando você tem um dependente cuja mãe tem de acorrentá-lo em casa. Eu não sei realmente...

Agora, é claro, Senador Humberto Costa, que V. Ex^a tem o meu respeito, porque conhece saúde pública, mas eu acho que a gente tinha... Porque, senão, nós vamos ficar debatendo enquanto deveríamos votar, E, ainda mais, teremos a oportunidade de debater esse assunto na Comissão de Direitos Humanos com esse foco específico.

Contudo, eu queria elogiar o grande trabalho que fez a Senadora Ana Amélia, e, embora eu não vote na condição de Presidente, se tivesse de votar, votaria conscientemente, até porque essa é uma posição aberta que eu tenho defendido, inclusive, no meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Então, encerrada a discussão, coloco em votação. Não se trata de item terminativo.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com as abstenções dos Senadores Humberto Costa e Eduardo Suplicy.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa para prosseguimento da tramitação.

Passemos ao primeiro item da pauta, já com a presença da Senadora Relatora, Ana Rita.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 131, DE 2011

– Não Terminativo –

Concede pensão especial aos herdeiros de Frei Tito de Alencar Lima.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011.

Observações: – *Votação será simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve, até para que possamos avançar na pauta. Para tanto, vou apenas ler a análise

do projeto, o que já é suficiente para que possamos ter uma compreensão da matéria.

Como a matéria foi distribuída apenas a esta Comissão, ainda que não em caráter terminativo, parece-nos oportuna a elaboração não só da análise de mérito, mas também a de todos os outros aspectos, como constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, além dos aspectos financeiros e orçamentários.

No mérito, portanto, nada a opor, uma vez que o pagamento da referida pensão especial parece-nos mais que justa, ainda que tardia, bem como se encontra fundamentada no princípio que deve reger a concessão desse benefício pelo Estado, qual seja, indenização ou substituição do rendimento do cidadão vítima de danos, da perda, parcial ou total, de sua capacidade laborativa ou de morte, fatos estes que tenham ocorrido em dependências da União ou sido causados por atentados políticos ou agentes públicos.

Quanto à constitucionalidade, a proposição não ofende quaisquer dispositivos constitucionais, estando correta no que se refere à iniciativa do Presidente da República.

No tocante à juridicidade e regimentalidade, não vislumbramos qualquer conflito entre o conteúdo da proposição e o ordenamento jurídico pátrio, tendo tido a matéria trâmite regular em ambas as Casas legislativas.

No que diz respeito aos aspectos de técnica legislativa, nenhum óbice, haja vista que a redação do projeto está em perfeita consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 7, de 2001.

Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, esses também se encontram plenamente atendidos com a devida indicação da respectiva fonte de onde provirão os recursos para a despesa criada, tudo em consonância com a legislação pertinente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 131, de 2011.

Só para reforçar, Sr. Presidente, esse PLC na verdade é um projeto de lei da Câmara, de 2001 – portanto, há mais de dez anos –, que concede pensão especial aos herdeiros de Frei Tito de Alencar Lima. Essa pensão alimentar, na nossa avaliação, também é insuficiente. É um valor muito pequeno; um valor de R\$100,00. Nós achamos prudente aprovar o projeto, mesmo reconhecendo que o valor é praticamente irrisório, mas, se nós formos discutir aqui valores, depois de tantos anos o projeto tramitando nesta Casa, perderemos mais tempo. Então, a nossa opinião é que aproveemos o projeto.

Portanto, o meu parecer é pela aprovação; e as pessoas diretamente envolvidas poderão, posterior-

mente, questionar o valor e reivindicar um aumento desse valor. Então, a nossa opinião é nesse sentido.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Foi aprovado o parecer, que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011.

O relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2011.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Antes de prosseguir na pauta, queria, para aproveitar o número de Senadores aqui, informar que eu recebi uma correspondência do Movimento Saúde+10. Eles estão, hoje, aqui em Brasília. É um movimento que pede 10% dos recursos da União para a saúde.

O Movimento Saúde+10 realizará Ato em Defesa da Saúde Pública. A iniciativa de dezenas de entidades que participam do movimento visa fortalecer o Sistema Único de Saúde. Durante a realização do ato será anunciada a primeira contagem oficial de assinaturas coletadas para o projeto de emenda popular que assegura 10% dos recursos correntes do Orçamento da União para a saúde.

O coordenador do movimento, Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, alerta que a sociedade brasileira precisa se mobilizar para conquistar recursos que garantam os objetivos do SUS. O SUS foi criado para dar atendimento integral à saúde da população brasileira. Somos referência internacional em atenção à saúde, porém quando perdemos a ampliação dos recursos no processo de regulamentação da Emenda Constitucional 29, perdemos a capacidade de estruturar adequadamente nosso sistema para garantir a integralidade e a universalidade do atendimento.

Optamos, então, por fazer uma ampla mobilização junto à sociedade, que são os usuários do SUS, para coletar assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular e, nesse processo, dialogar com as pessoas sobre a importância do SUS. Temos tido um ótimo retorno e vamos sair vitoriosos desse movimento. [diz Ronald.]

Quero aproveitar para convidar os Srs. membros da Comissão, as Senadoras e Senadores, para, às 15h, portanto, às 3 horas da tarde, estarem aqui neste plenário, porque nós vamos receber a coordenação

desse movimento, que quer conversar com a Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2012

– Não Terminativo –

Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012, na forma da Emenda nº 1 -CCT (Substitutivo).

Observações: – *Em 21.11.2012, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo).*

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, como V. Exª já enunciou, esse projeto é de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Vou resumir a análise desta Comissão, lembrando que essa matéria do Senador Suplicy, que leva o nº 231, de 2012, já foi distribuído à apreciação da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde recebeu parecer pela aprovação na forma de substitutivo, oferecido pelo Relator Sérgio Souza.

O substitutivo promove alteração no art. 2º da Lei 10.332, de 19 de dezembro de 2001, que institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa que Fomenta Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos (Genoma), para o Programa de Ciência e Tecnologia para o setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.

Por não receberem a devida atenção dos produtores de medicamentos ou das autoridades sanitárias e da própria mídia, determinadas doenças que afetam seriamente as condições de saúde da parcela mais pobre da população mundial são conhecidas como “negligenciadas”. Este é o termo técnico.

A maior parte dessas moléstias é infecciosa e tem elevada prevalência nas áreas de clima tropical, especialmente onde não há água potável, condições adequadas de habitação e acesso ao serviço de saúde.

Contribui para a falta de visibilidade das doenças negligenciadas...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho. Para garantir, pois V. Exª está tendo que aumentar o volume da voz para ser ouvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou gritando, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço respeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou gritando. Obrigada, Senador.

Vou repetir então.

Contribui para a falta de visibilidade das doenças negligenciadas o fato de geralmente não causarem epidemias dramáticas, que matam milhares de pessoas de uma só vez.

Em regra, elas têm caráter endêmico, debilitando e ceifando vidas aos poucos, reforçando o ciclo em que a miséria gera doença e doença gera miséria.

A indústria farmacêutica, por seu turno, não dedica atenção a essas doenças porque não conseguiria recuperar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos inovadores para o tratamento, em função da inexpressividade econômica desse mercado.

O Brasil, país em desenvolvimento e de clima predominantemente tropical, é duramente penalizado pelas doenças negligenciadas. De um grupo de oito doenças parasitárias negligenciadas listadas pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, sete têm alta prevalência no Brasil, como doença de Chagas, ancilostomíase, leishmaniose, esquistossomose, malária, filariose e oncocercose. São nomes bem complicados.

Os portadores de doenças raras padecem de problemas semelhantes aos das vítimas das doenças negligenciadas: o desinteresse do Governo e da indústria farmacêutica por sua condição de saúde; cada doença, isoladamente, acomete número pequeno de indivíduos e, portanto, abaixa o retorno financeiro para pesquisa sobre seu tratamento.

Dessa forma, estão mais que demonstrados o mérito e a importância da iniciativa do Senador Eduardo Suplicy.

De outro lado, concordamos com o posicionamento da Comissão de Ciência e Tecnologia de que a melhor forma de viabilizar o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de métodos terapêuticos para as doenças raras e negligenciadas é por meio de programa de fomento à pesquisa em saúde: aproveita-se da estrutura existente; é mais viável essa forma e mais eficaz do que conceber um fundo inteiramente novo e independente com todas as limitações orçamentárias a que já estamos habituados.

Por isso, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 231, de 2012, do Senador Suplicy, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Em discussão, a matéria.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Uma breve palavra, Sr. Presidente, para agradecer o parecer dado pela Senadora Ana Amélia. Inúmeras entidades representativas de pessoas e familiares que são vítimas de doenças raras sugeriram a mim a criação desse fundo nacional de pesquisas para doenças raras e negligenciadas.

Gostaria até de informar que eu sigo, nesta noite, para Washington justamente porque, pela apresentação de projetos dessa natureza, fui convidado para participar de simpósio que se realiza amanhã, em Washington, para falar das iniciativas do Governo Federal, da Anvisa, do Ministério da Saúde, com respeito às doenças raras e negligenciadas.

Agradeço, portanto, à Senadora Ana Amélia pela qualidade do seu parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Senador Moka, quero parabenizar o Senador Eduardo Suplicy pela iniciativa do projeto e parabenizar, também, a Senadora Ana Amélia pelo relatório.

Trata-se de um projeto altamente importante, porque nós sabemos das dificuldades que muitas pessoas têm de fazer o seu tratamento porque não há um investimento em pesquisa. Esse projeto vem possibilitar, estimular e oferecer as condições necessárias para que haja investimento maior em pesquisas de medicação para o tratamento de doenças raras em nosso País.

O câncer não é uma doença rara, mas também é uma doença que exige investimento em pesquisa e uma medicação que tenha um custo de fácil acesso para a maioria da população. Conversando, recentemente, com um oncologista, ele me dizia que há medicações que são altamente caras, muito caras, e, na verdade, não curam, apenas amenizam a doença. Então, é preciso, realmente, investimentos em tratamentos que possam ser acessíveis a todas as pessoas para que melhorem a sua condição de saúde.

Quero, então, parabenizar o Senador Eduardo Suplicy por esta brilhante iniciativa.

Parabéns, Senador Suplicy, e parabéns, Senadora Ana Amélia!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero elogiar a iniciativa do Senador Suplicy.

Hoje, se fala muito sobre o câncer, a doença coronariana, as drogas, a violência, enfim, várias patologias, que conseguem notoriedade com espaço na mídia e, de certa forma, uma sensibilidade maior por parte dos gestores, só que algumas doenças, que já foram epidêmicas, já foram muito mais presentes na sociedade e que hoje já não são mais, não deixaram de existir, não deixaram de ser doenças que levam a problemas sérios, sobretudo nas populações mais pobres do Brasil.

Por exemplo, a doença de Chagas continua presente no interior do Brasil, sobretudo. Ainda se atende em consultório pacientes com arritmias chagásicas, com o miocardiopatias chagásicas, com megaesôfagos, com megacólon, tudo oriundo do *Trypanossoma cruzi*, que o agente causal. Atende-se, com muita frequência, ainda, a filariose, cuja incidência, realmente, caiu muito, mas ainda existe, sobretudo no interior do Brasil, onde encontramos aquelas pessoas com a perna inchada, com uma fitinha vermelha amarrada no meio da perna. Trata-se de filariose que, na linguagem popular, é chamada de elefantíase, erroneamente, equivocadamente; ela é causada por um mosquito. A malária, a esquistossomose, todas são doenças de baixa incidência, mas continuam a existir e são dramáticas, matam! São doenças limitantes. O indivíduo, o paciente que tem filariose possui limitações que, muitas vezes, os impede de trabalhar. Infelizmente, até mesmo pela demanda, pela necessidade mais premente de outras patologias que são de maior predominância na sociedade, consomem mais recursos que essas patologias. Então, na verdade, essas patologias são negligenciadas – e este é termo perfeito: são doenças negligenciadas. Ano após ano são reduzidos os recursos em investimentos para a pesquisa e ações de saúde pública voltadas para essas doenças.

Essa matéria, esse projeto do Senador Eduardo Suplicy chegou em boa hora. A gente não pode só priorizar as patologias que são mais visíveis e presentes aos olhos da sociedade, mesmo do ponto de vista de saúde pública. A gente não pode negligenciar patologias por menor que seja sua incidência, por menor que seja sua prevalência. Não podemos negligenciar essas patologias, porque elas continuam a existir e continuam a acometer milhares e milhares de brasileiros, inclusive contribuindo para a perpetuação da miséria no Brasil, porque essas doenças são incapacitantes.

O portador de chagas, com manifestação em quaisquer dos órgãos: esôfago, coração ou cólon, esse indivíduo é incapaz e deixa de trabalhar e produzir. O indivíduo que tem leishmaniose precisa de internação para tratamento. Esse indivíduo deixa de produzir... A filariose que, apesar de ser uma doença localizada em membro inferior, também, muitas vezes, ela é limitante e impede o paciente para o trabalho e contribui para perpetuação e até mesmo para o agravamento da miséria nessas regiões de muita vulnerabilidade social.

Portanto, eu quero aqui elogiar a iniciativa, quero externar meu apoio e quero parabenizar o relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Senhoras Senadoras que aprovam o Projeto de Lei 231/2012, na forma da Emenda nº 1 da CCT, substitutivo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável da Comissão ao Projeto de Lei do Senado 231/2012 na forma da Emenda nº 1 da CCT e CAE, substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero, rapidamente, dizer que nós temos aqui sete projetos terminativos. É claro que ninguém quer cercear, mas é nós temos sempre o problema do quórum. Quero aproveitar esse quórum e, se possível, votar esses projetos terminativos. Então, eu quero pedir a colaboração de objetividade na fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para complementar e fortalecer: nós temos de ir para a Comissão de Direitos Humanos em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Daqui a pouco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 373, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para inserir a púrpura trombocitopênica idiopática refratária entre as doenças cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma motivada pela doença.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a Emenda que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

–*Votação simbólica.*

Com a palavra, Senador José Pimentel para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 373/2012, tendo como Relatora a nobre Senadora Lídice da Mata, que propõe alterar o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a finalidade de incluir a púrpura trombocitopênica idiopática refratária entre as doenças e agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria e reforma.

De fato, os custos excessivos do uso frequente de medicamentos e os prejuízos gerados pela doença e, muitas vezes, pelo próprio tratamento justificam plenamente que se busque, de alguma maneira, minimizar o sofrimento desses pacientes e facilitar a vida dos portadores de púrpura trombocitopênica idiopática refratária.

A alteração destinada a suprimir a mencionada restrição pode ser efetuada mediante a emenda de redação que submetemos à apreciação da Comissão.

Voto.

Pelas considerações expendidas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a seguinte emenda. E aí, Sr. Presidente, é só a emenda ao projeto de lei.

É este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a emenda do Relator.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com a Emenda nº 01 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão que será terminativa.

O Item 5 é de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Paulo Davim. Ele está em turno suplementar; é uma votação tranquila. Então, eu queria pedir ao Plenário para aqui nomear o Senador Paulo Davim relator *ad hoc*, para não perder a viagem, com

a ausência do Senador João Vicente, que me autorizou a constituir um relator *ad hoc*. Então, o item 6 da pauta é de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues e relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Davim.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 420, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneante e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que a bula dos medicamentos garanta a informação segura e adequada e para tornar obrigatória a disponibilização de bula em sítio eletrônico, em braile e em caracteres aumentados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012.

Observações: – *Votação nominal.*

A Relatoria *ad hoc* é do Senador Paulo Davim.

É o item 6 da pauta, Senador Rodrigo Rollemberg, a quem agradeço, junto com o Senador Jayme Campos. Nós estamos com o quórum em dia.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu peço permissão para já passar para a análise. Análise.

De acordo com os incisos XII e XIV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde e também sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Quanto à expressão “pessoas portadoras de deficiência”, eu faço apenas uma correção: “pessoas com deficiência”. Mas, como sou só relator *ad hoc*, apenas ressalto o termo correto, “pessoas com deficiência”, em vez de “portadoras”.

Ainda em consonância com o art. 61 da Carta Magna, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela é permitida a parlamentar.

O projeto ora em análise pretende estabelecer características mínimas e gerais para as bulas dos medicamentos, de forma a garantir o acesso dos cidadãos e, em especial, das pessoas com deficiência visual

às informações delas constantes. O projeto remete, apropriadamente, ao regulamento a pormenorização da forma como essas características serão implementadas. Não vislumbramos, portanto, injuridicidade no PLS nº 420, de 2012.

Não há reparos, tampouco, quanto à técnica legislativa da proposição.

As bulas dos medicamentos trazem informações essenciais tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes. As condições de uso, advertências, restrições, eventuais reações adversas, entre outras informações, são descritas nesse documento, em conformidade com as disposições da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 47, de 8 de setembro de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Se a linguagem da bula é de difícil compreensão, a sua finalidade principal – prestar adequadas informações sobre o uso seguro do medicamento – fica prejudicada, o que pode colocar em risco a saúde do usuário.

A obrigação de disponibilizar a bula em sítio eletrônico também é importante, pois amplia a possibilidade de acesso às informações acerca do medicamento prescrito.

Por fim, a imposição de que as bulas sejam fornecidas em braile e em caracteres aumentados para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual é fundamental, na medida em que promove a inserção social desses indivíduos e contribui para a concretização do seu direito à informação e à saúde.

Pelas melhorias que estabelece, entendemos que o PLS nº 420, de 2012, é meritório e só trará benefícios para a saúde da população brasileira.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente dessa Comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, que é o Relator *ad hoc*, tem voto conhecido.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator e, também, com o autor da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria solicitar a essa Presidência a inversão de pauta, tendo em vista que o relatório do Item 11 já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Item 11. Pois não. Vamos até abrir, mas V. EX^a é Relator de uma outra matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, vamos fazer a inversão. Vamos examinar, então, o Item 11 da pauta, porque o Relatório

já foi lido. Portanto, nós só vamos submeter à votação e, logo em seguida, a continuidade.

Mas, antes, eu quero aproveitar o quórum e propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, fazendo essa inversão:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 324, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 a 24 anos de idade que não tenham tido vínculo empregatício anterior, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2012, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Em 03.04.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.*

– *Votação nominal.*

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para um esclarecimento.

Como fui eu que pedi vista, e a vista foi coletiva, e eu, a pedido do Ministério do Trabalho... Eu não recebi nenhum contato do Governo. Como não recebi nenhum contato, votarei com o relator e o autor e a discussão continua na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para suas considerações finais se julgar necessário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, eu acho que o relatório foi bastante claro. Quero só me congratular mais uma vez com o autor dessa proposição, que é o Senador Gim Argello, pelo elevado alcance da mesma.

Era o que tinha a acrescentar. Muito obrigado pela deferência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2102, ressalvada a emenda que apresenta.

A votação será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanharei o autor e o relator pois sei que o debate vai ser aprofundado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator, o Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, com o Relator Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, com a recomendação feita pelo Senador Paim de que o debate continue na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando o autor e o Relator Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Armando Monteiro tem voto conhecido pois foi o relator da matéria.

Aprovado o projeto, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para saber se podemos repetir a votação para a emenda do Relator.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a repetição da votação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2012, e a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de saber da possibilidade de inversão de pauta para que eu pudesse estar presente na apreciação dos projetos que são objeto dos Itens nºs 9 e o 5, uma vez que tenho um compromisso daqui a alguns minutos e não gostaria de me atrasar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou colocar, então, o Item nº 5 de imediato, que é turno suplementar. Depois, como o Senador Cícero Lucena está ausente, votaríamos o de Armando Monteiro e o de V. Exª. Está bem assim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Item nº 5:

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 91, DE 2010

– Terminativo -

Ementa do Projeto: Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Relatoria do Projeto: Senador Paulo Davim.

Observações: – Em 03/04/2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar a vedação de recusa de atendimento em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, essa matéria, de autoria do nobre Senador Cyro Miranda, é meritória. Entretanto, Sr. Presidente, já existem leis. O Código Penal já garante esse direito. Então, se o indivíduo chega para um atendimento de urgência em um hospital público, o hospital público já tem a obrigação, já que o SUS é universalizado, de prestar atendimento. Se o paciente chega a um hospital privado, mesmo que esse paciente não tenha plano de saúde, não tenha recursos, o hospital é obrigado, por lei, a prestar o atendimento. E, se por acaso esse paciente tem um plano de saúde, mas aquele estabelecimento não seja credenciado pelo plano de saúde, mesmo assim ele é obrigado a atender e depois fazer a remoção do paciente para um hospital que seja credenciado. Portanto, já está contemplado em lei.

O Senador Cyro Miranda observou esse detalhe e, espontaneamente, externou sua concordância com nosso parecer pela rejeição. Então, era o que eu tinha a dizer, já que existe a lei, o Código Penal já garante isso. O art. 135-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de de-

zembro de 1940, que é o Código Penal, já garante isso. Portanto, o Senador Cyro Miranda observou esse detalhe e já externou a sua aprovação ao nosso parecer.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ao contrário do pensamento de V. Ex^a, eu concordei com o nobre Senador Paulo Davim em função de que realmente o Código Penal assim o prevê. Infelizmente, isso vai exigir uma demanda judicial. Mas eu acho que é conflitante. A lei tinha esse propósito de eliminar essa demanda, para que fosse mais rápida. Mas, pensando nisso, conversando com o Senador, eu dou razão, mas não pela maneira que o senhor colocou aqui com o enviado do Senador Rollemberg.

Obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Inclusive esta Casa, esta Comissão, aprovou o projeto que elimina o cheque caução. Então, essa matéria está sobejamente protegida pela legislação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que o Senador Rodrigo Rollemberg, quando soube que o Senador Cyro Miranda lhe procurou para concordar com a rejeição, falou para mim: “sabido, quando vê que vai cair, deita”. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa frase é dele. Essa frase é sua e eu conheço essa frase aí.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não precisa dizer o autor da frase, não é, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa frase nós já conhecemos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só que não é sabido que ele usa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas dei uma melhorada na frase.

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar a vedação de recusa de atendimento em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave. Esse é o projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012, lembrando que quem vota com o Relator vota “não” ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o autor e com o Relator, porque o autor concordou com o Relator. Então, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Da mesma forma, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, Relator, voto conhecido. Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, agradecendo os esclarecimentos do Senador Paulo Davim, nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 515, DE 2011

– Terminativo –

Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 530, DE 2011

– Terminativo –

Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social.

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

Observações: – Em 13.11.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, só para ajudar a tramitação.

A exemplo do que fiz, no outro dia, em relatório do Senador Monteiro, peço vista, porque o Governo me pediu. Não veio resposta, e eu votei, inclusive, favorável. Embora eu tivesse dúvida quanto ao mérito, acompanhei. Neste caso, fazem-me o mesmo pedido: que eu peça vista. A vista deve ser coletiva, no meu entendimento. E, se não houver nenhuma posição outra do Governo, votamos semana que vem. Cumprimos, aqui, dever de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Regimentalmente, tenho que proceder à leitura do relatório. Depois, a V. Ex^a, evidentemente, regimentalmente, cabe o pedido de vista.

Senador Armando Monteiro, concedo-lhe a palavra para o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, passo, imediatamente, à análise das proposições.

No mérito, as proposições em tela constituem importante medida para o aprimoramento da legislação laboral e previdenciária do País.

Com efeito, a maioria das empresas brasileiras investe de forma significativa na qualificação de seus empregados.

Muitas promovem cursos, outras chegam a ter universidades corporativas, enquanto diversas ostentam programas de bolsa de estudos. Tais bolsas abrangem desde cursos de atualização ou qualificação profissional, até cursos técnicos e ensino superior, como graduações e pós-graduações.

A maior parte desses investimentos é, logicamente, direcionada a cursos relacionados à atividade profissional exercida na empresa. Uma recente mudança trazida na Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), passou a onerar diversas situações em que há investimentos empresariais em qualificação, fazendo incidir as elevadas contribuições sociais sobre esses valores.

Assim, em contradição à política do Governo e às aspirações da sociedade de ampliação dos investimentos em educação, essa medida desestimula os investimentos empresariais. Torna-se urgente a adoção de medida legislativa que corrija esta distorção, que tem criado novos custos, inibido os investimentos em qualificação e acarretado insegurança jurídica.

A partir da edição da Lei nº 12.513, de 2011, as bolsas de estudos ou planos educacionais passaram a integrar o salário de contribuição e, com isso, a sofrer incidência de encargos previdenciários.

A reversão do presente quadro, por meio de modificação da Lei nº 8.212, de 1991, afigura-se necessária. A exclusão de qualquer bolsa de estudos ou planos educacionais da base de incidência das contribuições previdenciárias do empregador e do empregado, retirando-a, expressamente, do salário de contribuição, é medida que se impõe.

A concessão de estímulos educacionais pelos empregadores aos seus trabalhadores é providência que deve ser fomentada e ampliada. Ela é importante para os avanços da qualificação da força de trabalho do País e da produtividade daqueles que se prestam serviços em prol das empresas que desenvolvem suas atividades em Território nacional. Atende-se, de forma complementar, à demanda crescente por mão de obra qualificada.

Em face do quadro acima delineado, a aprovação do PLS nº 515, de 2011, parece-nos absolutamente necessária.

Entretanto, deve-se apresentar substitutivo que deixe claro, no texto da lei, que não integram o salário de contribuição, não somente o valor relativo ao plano educacional ou à bolsa de estudo que vise à educação básica ou profissional, mas, também, as despesas do empregador com a educação superior ou ensino de outros conhecimentos necessários à capacitação ou à qualificação profissional dos empregados.

Impõe-se, ainda, a adoção das seguintes ressalvas e condições: a) os valores não poderão ser utilizados em substituição de parcela salarial; segundo, a bolsa de estudo, considerada individualmente, e no período de um ano, não poderá ser superior à remuneração anual do segurado a que se destina ou a cinco vezes o somatório anual do limite mínimo do salário de contribuição, o que for maior, sendo considerado como salário de contribuição apenas o que superar o maior desses dois valores.

Passo ao voto.

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLS nº 515, de 2011, na forma da emenda substitutiva apresentada a seguir, e, por força de determinação regimental, pela prejudicialidade do PLS nº 530, de 2011.

Como já pude esclarecer, Sr. Presidente, a emenda tem o teor que nos garante aquela ressalva que já foram indicadas, aqui, no relatório.

É esse o voto, com a emenda substitutiva apresentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Paulo Paim pede vista.

Consulto o Plenário se mais Senadores querem...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas um comentário, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro, em relação a essa matéria, até porque tenho participação. A origem dessa proposta é do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, que levou ao Senador Paulo Bauer e a nossa pessoa. Naturalmente, o Senador Paulo Bauer, por ser mais eficiente, apresentou o projeto em primeira mão, com uma diferença de trinta dias ou coisa que o valha, mas, no fundo, o nosso projeto e o do Senador Paulo Bauer têm a mesma finalidade.

O Senador Paulo Bauer foi Secretário de Educação no Estado, é um homem muito ligado a esse campo, foi Vice-Presidente da Comissão de Educação, hoje presidida pelo Senador Cyro Miranda. E ele tem uma função extraordinária: o trabalhador que puder estudar mais um pouco, se a empresa ajudar, esse percentual, essa parte, ele poderá abater de seus impostos. A mesma coisa em relação ao empregado trabalhador, para ajudar. Quer dizer, a finalidade é extraordinária. Por isso é que quero cumprimentar o Senador Monteiro nessa tese.

Entendo que o Senador Paulo Paim, ao pedir vista com os demais colegas, fará um esforço para que nós possamos fazer com que o trabalhador que está se dedicando seja beneficiado – à noite, depois do trabalho, paga um cursinho, faz alguma coisa para aprender um pouco mais, ou, então, o caso do filho trabalhador que ele está ajudando de alguma forma. Isso, dentro daquelas restrições, que são limitações.

Que a empresa possa, então, estimular o trabalhador, o filho do trabalhador, lembrando que tudo é limitado, é preciso prestar contas, comprovar. Então, o mérito de todo esse complexo é extraordinário.

Essas são as ponderações que queria deixar no momento aqui, caro Presidente e nobres colegas. São observações que não poderia deixar de fazer.

Finalizo, porque vi aqui o Presidente Moka e ainda lembrei...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu fico desesperado por causa do quórum, Senador Casildo Maldaner. Receio que percamos o quórum e não consigamos votar o único projeto que está aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não vai perder o quórum não, Presidente, porque o sabido, quando vê que vai cair, deita. Estou com o ombro doído, porque uma vez me ocorreu... Estou ainda com sintomas no ombro. V. Ex^a, que é médico... Andando a cavalo, por sinal uma égua, no largar numa corrida, a égua se foi e caíram a égua, eu e todo mundo. Os mais sabidos diziam: “Pô, Maldaner, você caiu

de uma égua?” Respondi: “Não, não. Caímos juntos e abraçados”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas ao eminente Senador representante de Santa Catarina, Senador Casildo Maldaner, que saiu em defesa de seu colega, o grande Senador Paulo Bauer.

Mas, então, concedo o pedido de vista coletiva...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para lembrar, Sr. Presidente: eu pedi vista, não me posicionei contra o mérito; foi apenas um pedido do Governo, que pediu mais uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedido, nos termos do art. 132, o pedido de vista relativamente ao projeto.

Agora, o último item.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2012

– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, e da Emenda de iniciativa do Senador Humberto Costa.

Observações: – *Em 12.03.2013, o Senador Humberto Costa apresenta uma Emenda ao Projeto (art. 122, I do RISF).*

– Votação nominal.

A votação será nominal.

Convido a Senadora Angela Portela para fazer a leitura de seu novo relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente. Vamos proferir o relatório com muita objetividade para garantir a votação.

No mérito, concordamos integralmente com o proponente: saúde é um direito fundamental, as ações e serviços de saúde são de relevância pública e, dessa maneira, a prestação de uma atenção à saúde de qualidade é condição essencial para a adequada fruição daquele direito.

Como muito bem nos aponta o nobre colega Senador Vital do Rêgo, a introdução de práticas de avaliação e de busca de melhoria da qualidade da atenção em saúde se fez muito tardia e lentamente em nosso meio e se faz necessário, portanto, estimular

sua adoção por nossos serviços, em especial frente ao crescimento da complexidade da atenção à saúde, que se observa nos últimos anos.

Dispõe-se, ademais, de uma experiência nacional e internacional suficientemente desenvolvida para permitir transformar a avaliação e a certificação de serviços hospitalares em uma realidade em nosso País, passível de ser estendida para os demais serviços de saúde em pouco tempo, conforme a possibilidade prevista pelo projeto.

Por fim, a opção por não determinar de forma estrita qual o processo a ser adotado, atribuindo a sua regulação à autoridade sanitária, é proposital e adequada, na medida em que existem diferentes metodologias e processos que coexistem em um campo cujo desenvolvimento tem-se caracterizado por dinamismo. Por esse motivo, concordamos com o Senador Humberto Costa, cuja emenda acatamos, por deixar mais clara a redação do projeto nesse aspecto.

Por outro lado, a despeito de suprimirmos do texto do projeto de lei sob análise o termo “acreditação” – conforme proposta do Senador Humberto Costa –, no intuito de deixar mais explícita a gama de processos de avaliação e certificação passíveis de serem utilizados, consideramos que essa alteração não impede que a avaliação de serviços de saúde seja realizada mediante o processo de acreditação, quando oportuno e adequado for.

Quanto à constitucionalidade, não vemos óbice no projeto, uma vez que a matéria se insere na competência da União para legislar sobre seguridade social – que inclui a saúde e, nesta, o SUS – e sobre proteção e defesa da saúde, conforme determina a Constituição Federal nos arts. 22, inciso XXIII, e 24, inciso XII, respectivamente. Da mesma maneira, não há o que opor quanto à juridicidade e à regimentalidade da matéria, assim como quanto à técnica legislativa empregada na proposição.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, com o acolhimento da emenda apresentada pelo Senador Humberto Costa junto a esta Comissão.

Nós consideramos, Sr. Presidente, que a apresentação da emenda tirando o termo “acreditação” não vai prejudicar a avaliação que deve ser feita na saúde pública, principalmente nos hospitais públicos e privados do nosso País.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, ressalvada a emenda do Senador Humberto Costa.

Vou proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora, com o autor e com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Angela Portela, voto conhecido. Voto da Relatora.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sodrê Santoro.

O SR. SODRÊ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, parabenizando a Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente – e em pé, para homenageá-la.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Posição cívica.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores, antes de... Esse foi o último item. Aprovado o projeto, consulto aos Srs. Se-

nadores sobre se podemos repetir a votação para a emenda do Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, e a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, antes de encerrar, tenho aqui dois requerimentos.

O primeiro, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater a situação dos anistiados e anistiandos dos Correios mediante conflito de greve. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão. A autoria desse requerimento é do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dois segundos só, Sr. Presidente. É um pleito antigo, é um projeto ainda da Ministra Maria do Rosário, que até hoje não foi apreciado. Por isso, eles pediram essa audiência pública para o projeto vir à tona e ser votado. Está na CCJ o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação, o requerimento.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento é da autoria do Senador Cyro Miranda e do Senador Moka, e, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, II, e art.102, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater sobre o Programa de Prevenção de Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas e seus fins.

Na verdade, sabemos de uma iniciativa do Governo de capacitar professores para essa finalidade. Então, gostaríamos de chamar aqui. Para tanto, solicito que seja convidado o Secretário Nacional Antidrogas, a Senat, para fazermos a audiência em conjunto com a Comissão de Saúde e de Educação.

Para encaminhar, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Moka, como é autoexplicativo o requerimento, por uma economia nossa de tempo, e o assunto diz

respeito às duas Comissões, estamos fazendo juntos essa audiência que debate o Programa de Prevenção de Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas e seus fins.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar e, graças a Deus – não é, Senador Casildo Maldaner? –, esgotamos a pauta.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos, do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Registra-se a presença do senador Ruben Figueiró. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Se-

nado nº 228, de 2011-Complementar, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do RISF, em virtude da aprovação do Requerimento nº 19, de 2013-CAS, de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo** – *Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Não Terminativo** – *Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria ad hoc:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Bauer, em substituição ao Senador Sérgio Petecão. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 4 – OFÍCIO “S” Nº 2, de 2012 – Não Terminativo** – *Encaminha, nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Aracruz/ES, referente ao terceiro trimestre de 2011.* **Autoria:** Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Aracruz/ES. **Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria ad hoc:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 2, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Angela Portela, em substituição à Senadora Ana Rita. Aprovado Parecer pelo arquivamento do Ofício “S” nº 2, de 2012. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2011 – Terminativo** – *Dispõe sobre a obrigação*

de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos. **Autoria:** Deputado Sandro Mabel. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2012 – Terminativo** – *Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012, e das 4 (quatro) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2011 – Terminativo** – *Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.* **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2011 – Terminativo** – *Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção, pelo Sistema Único de Saúde, de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.* **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011. **ITEM 9 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2011 – Terminativo** – *Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados.* **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2011 – Terminativo** – *Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de*

julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovada, em turno único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011. Fica prejudicado o PLS nº 530, de 2011, que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013 – Terminativo – Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Paulo Paim **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do RISF, em virtude da aprovação do Requerimento nº 20, de 2013-CAS, de Audiência Pública para instrução da matéria. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2013. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater sobre a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, com a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Autoria:** Senador Vital do Rêgo e outros **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2013. Requeiro,******

nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 277, de 2004, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. Para tanto, sugiro sejam convidados: Dr. Plínio Lacerda Martins, Membro do Ministério Público de Minas Gerais (Promotoria de Defesa do Consumidor); Pedro José Baptista Bernardo, Diretor de Acesso à Saúde da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA); Martha Regina de Oliveira, Gerente de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2013. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para instruir “PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 228 de 2011– Complementar, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2013. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para instruir o PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 47 de 2013 que acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Cícero Lucena, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Humberto Costa, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Ruben Figueiró, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.****

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro não terminativos e seis projetos terminativos.

Antes de começarmos, quero dar ênfase ao que está ocorrendo no Auditório Nereu Ramos, que eu reputo um dos temas mais importantes em relação à saúde pública. É o 1º Seminário Internacional: Marco Legal da Primeira Infância do Congresso Nacional. Foi aberto ontem e vai até 18 de abril, de 9h às 19h. Os debates estão girando em torno dos avanços e desafios na elaboração de leis que garantam o pleno desenvolvimento infantil no Brasil e em outros países, para que sejam elaboradas políticas públicas para crianças de zero a seis anos. A troca de experiências contribuirá para a criação de um marco legal, com o objetivo de articular todas as políticas públicas educacionais, sociais, de saúde e demais áreas que tangem à primeira infância.

Durante a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que aconteceu no Senado Federal, em novembro de 2012, ficou acertado que em 2013 será concluída para debate a minuta do projeto de lei que vai servir de marco legal para o setor da primeira infância no Brasil. O texto está sendo discutido e construído por um grupo de 50 pessoas, inclusive 12 Parlamentares.

O projeto de lei pretende reverter a realidade brasileira, em que a maioria das crianças de zero a três anos de vida está fora das creches e sem qualquer apoio de políticas públicas. Nós temos apenas pouco mais de 20% dessas crianças de zero a três anos; a partir de quatro a cinco anos, nós temos praticamente 80%. Então nós temos até um atendimento às crianças a partir de quatro a cinco anos, mas há uma falta muito grande para crianças de zero a três anos.

É urgente a necessidade de um marco legal para o setor. E uma coisa que me chamou a atenção, em pesquisas recentes: neuropediatras, neurocientistas concluíram que nós temos qualquer coisa em torno de 100 bilhões de neurônios, mas nos três primeiros anos é que começam a acontecer as chamadas conexões, as sinapses dos neurônios. E a criança, o ser adulto futuro, começa a desenvolver as suas habilidades exatamente nesse período de zero a três anos. Então, é muito importante esse cuidado com a criança. Crianças, por exemplo, irritadas, filhas de mães fumantes na gravidez – é uma coisa hoje provada – têm déficit de

atenção, são crianças hiperativas. Não que toda criança seja hiperativa, mas é consequência disso. Às vezes a gente não consegue entender por que determinadas pessoas são tão cruéis, tão raivosas. Gente até que, pela infância que teve, não teria razões para ser tão violenta. E são crianças que foram judiadas, maltratadas nos três primeiros anos de vida. Isso é uma coisa que me chamou muito a atenção.

Então, cuidar da criança ou do adolescente nessa idade, com pouco mais de 10, 12, 13 anos, na pré-adolescência e adolescência, pode ser um pouco tarde demais.

Eu acho que este seminário vai terminar com uma minuta. A minuta de um projeto de lei, Senador Paulo Davim, Senadora Ana Amélia, que vai propor um projeto de lei. E aí haveria o compromisso do Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, assumido ontem na abertura, de fazer tramitar isso rapidamente.

Eu gostaria que, logo após o término do seminário, a gente pudesse trazer as conclusões desse seminário. Há um grupo de Parlamentares... Inclusive, o Deputado Federal Osmar Terra, o Perondi, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, atuam muito – os dois são pediatras, se não me falha a memória. É fundamental.

Logo depois, é minha ideia, podemos fazer uma audiência aqui para que eles, primeiro, apresentem a minuta, o texto e a recomendação, e que a gente pudesse acertar, a partir da Câmara e do Senado, uma ação conjunta na tramitação desse projeto, além de a gente puder contar com uma contribuição do que foi discutido, um resumo das conclusões a que chegou esse seminário.

Queria muito abrir esta nossa reunião com essas informações, porque acho fundamental.

Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu concordo em gênero, número e grau com a sua colocação e suas preocupações também.

Eu sugiro que a gente solicite que o Deputado Osmar Terra, que é o organizador do evento, aceite um convite desta Comissão e mais alguém que ele possa convidar a trazer a esta Comissão o resultado desse seminário e qual é a proposta que eles estão apresentando na Câmara.

Acho uma excelente ideia de V. Ex^a e, inclusive, eu me comprometo a encaminhar à Mesa um requerimento nesse sentido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria endossar integralmente a sugestão do Senador Paulo Davim, e queria assinar também o requerimento, pois acho que é oportuno porque trará todo o conjunto dos temas que foram discutidos. E ele é, digamos, o maior defensor desse cuidado que a gente tem que ter com a primeira infância, em todos os aspectos: sociais, psicológicos, aprendizado.

O senhor falou agora sobre o fato de uma pessoa nascer em um ambiente de tranquilidade e harmonia não justificar que saia dali uma pessoa violenta. Mas existem razões na primeira infância, fatos que podem ter ocorrido e que podem se refletir na fase adulta.

Quero concordar, ao tempo em que gostaria de solicitar a V. Exª, com a aquiescência dos caros Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, a inversão de pauta, porque o relator do primeiro item não está presente e o meu tema não vai ser submetido à votação, pois estou sugerindo a rejeição do projeto. Então, se os caros colegas aceitarem, eu gostaria de fazer essa inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, embora seja o relatório de V. Exª pela rejeição, ele é terminativo, e nós teríamos que ter quórum. E temo, porque a votação é nominal. O que pode ser feita é a leitura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, sim. Acho que poderíamos fazer a leitura e adiantaríamos o serviço. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de iniciarmos, eu queria parabenizar o Senador Paulo Davim, e V. Exª pela emenda, mas a verdade é que ontem nós conseguimos concluir a votação do Estatuto da Juventude, e eu acho que a Comissão tem que comemorar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Porque praticamente foi o relatório que V. Exª construiu aqui, com a ajuda dos Parlamentares. Ontem, com a ajuda da Senadora Ana Amélia, foi possível votar um tema que, há um tempo, seria uma discussão tão polêmica na Comissão de Constituição e Justiça, mas que, graças à habilidade do Senador Paulo Paim, nós pudemos construir um texto que pudesse ser levado ao Plenário do Senado. Então, quero parabenizar e dizer que acho que foi um avanço. Há algumas críticas, alguns reparos, o que eu acho que é perfeitamente normal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Normal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É muito difícil ter unanimidade de opiniões, mas eu reputo que foi um avanço, com a parti-

cipação de todos os jovens. Quero parabenizar a condução. Está ali: a Senadora mostra para nós...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A foto da capa do *Jornal do Senado*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Importante.

Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª. É uma questão de justiça. V. Exª articulou com todos os Presidentes de Comissões no sentido de que eles abrissem mão. V. Exª me disse para eu conversar com o Senador Blairo Maggi, e eu cumpri a orientação de V. Exª. Conversei com ele, e ele, de pronto, já disse que V. Exª já havia falado com ele. Assim, o projeto ficaria aqui no Senado, para mim, ainda por mais de dez anos, se deixássemos tramitar por todas as Comissões. Porque inúmeros Senadores, na maior boa intenção, estavam pedindo já audiências nos seus Estados, e V. Exª percebeu o apelo de 80 entidades de jovens e das juventudes de todos os partidos, que eu quero também destacar. É inegável que a Juventude do PMDB, sendo V. Exª do PMDB, foi ao Renan, ajudou também, e tudo isso somou. Nós conseguimos aprovar, eu diria, na íntegra, o substitutivo que nós construímos aqui, porque o Relator apenas reúne o que vai surgindo dos Senadores, do movimento social. V. Exª acompanhou passo a passo cada artigo, e o nosso substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais – não é do Relator, mas da comissão – foi aprovado, na íntegra, não foi tirada uma vírgula do substitutivo. Foi inserida uma emenda, a pedido do setor cultural. A Senadora Ana Amélia fez a emenda, só dizendo que esse capítulo da meia-entrada teria uma trava nos 40%, só isso. O Plenário do Senado não mexeu numa vírgula, só acatou o inciso que diz sobre aquele artigo em relação à meia-entrada, conforme o apelo que foi feito. Nós, claro, no Senado, mantivemos, na íntegra, o que aqui nós aprovamos, e os Líderes fizeram esse grande acordo.

Quero cumprimentar rapidamente todos os Líderes, todos os Senadores desta Comissão, mas, para mim, neste momento, justo é, de minha parte, cumprimentar V. Exª, que foi fundamental. Estou impressionado com o seu poder de articulação, inclusive no Plenário. Isso é muito bom. Meus cumprimentos.

Fica aqui a minha fala, homenageando todos os Senadores, mas, na sua figura. Quero que este depoimento fique nos *Anais da Casa*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço, mas é extensivo aos membros da Comissão.

V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De fato, acho que foi um momento muito importante para o Senado Federal. O Senador Paim tem razão: uma construção coletiva. O Senador Wellington Dias, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores... Estou falando especificamente do dia de ontem, na votação, porque havia uma divisão dentro do próprio Governo em relação à matéria. A Ministra Marta Suplicy, que vai estar, daqui a pouco, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foi decisiva na definição clara da defesa da emenda que é favorável aos trabalhadores da área cultural, especialmente na questão do teatro.

Eu queria cumprimentar o Senador Paim e o Senador Randolfe Rodrigues pelo belo trabalho que fizeram, a Deputada Manoela D'Ávila, da Câmara, que estava lá presente, mas, sobretudo, as Lideranças. Eu reconheço, e o Senador Paim faz justiça, porque V. Exª se caracteriza aqui por essa habilidade, porque transita entre todos os partidos políticos, entre todos os Senadores, e tem um grande respeito. Claro, isso advém do seu talento, da sua capacidade, mas também da sua experiência parlamentar na Câmara, que traz para o Senado com grande habilidade. Então, Senador Moka, isso é realmente relevante.

Estou só aguardando o próximo estatuto do Senador Paim. Ele já fez o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Adolescente e o Estatuto... Tem mais um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da pessoa com Deficiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estatuto da pessoa com Deficiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E vamos trabalhar o Estatuto do Motorista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, agora falta o quarto estatuto. O Senador é especialista nisso, Ph.D em estatuto. Então, cumprimento todos e faço este registro pela emenda aprovada com o nosso Presidente Cyro Miranda, que nós dois formalizamos, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, o Senador Cyro Miranda foi o Presidente da Comissão de Educação, junto com V. Exª, que abriu mão da tramitação na Comissão de Educação, e a Senadora Ana Rita, Senador Blairo Maggi.

Então, vamos fazer a inversão da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigação de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos

medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.

Observações:

– Em 10.07.2012, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer contrário ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, caros Senadores e Senadoras, obrigada por esta possibilidade.

É apenas a leitura. Se houver quórum, melhor ainda.

Eu vou direto à análise, para simplificar a leitura do projeto, que, como é terminativo, precisará de quórum qualificado.

De fato, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já existe uma norma geral sobre embalagem e rotulagem de medicamentos, qual seja, a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências*. A despeito disso, o PLC em comento pretende gerar nova lei esparsa a esse respeito, contrariando o que determina o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o qual impõe que “o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei”.

Portanto, ainda que não houvesse empecilho quanto ao seu excessivo detalhamento, a edição de lei com esse objeto – embalagem e rotulagem de medicamentos – somente poderia ser feita mediante alteração da Lei nº 6.360, de 1976.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que a lactose é um açúcar presente no leite e nos seus derivados. No organismo humano, ela é digerida pela enzima lactase, produzida no intestino delgado. Na indústria farmacêutica, a lactose é largamente empregada como veículo para o princípio ativo de muitos medicamentos, principalmente em comprimidos, e também como edulcorante em algumas formas farmacêuticas.

Uma pessoa tem intolerância à lactose quando o seu intestino delgado não produz lactase em quantidade suficiente. A não absorção dessa substância faz com que a flora intestinal aumente demasiadamente e passe a fermentá-la, o que gera desconforto gastrointestinal, cólica abdominal, gases e diarreia.

A gravidade da intolerância varia de acordo com a quantidade de lactase que o indivíduo produz, mas a extrema sensibilidade costuma ser infrequente. Por conseguinte, embora possa causar alguns transtornos, a intolerância à lactose não é considerada, do ponto de vista médico, um problema de extrema gravidade.

A forma mais comum de evitar os desconfortos gastrointestinais causados pela intolerância à lactose é pelo controle da ingestão ou pelo fracionamento da quantidade dessa substância consumida ao longo do dia. Assim, uma pessoa intolerante à lactose geralmente reduz a ingestão de leite e derivados, sem excluí-los totalmente, contudo, em face de seus benefícios nutricionais.

No Brasil, não existem estatísticas acerca da quantidade de pessoas com intolerância à lactose. Não estão disponíveis, também, dados que expressem a quantidade de medicamentos que utilizam a lactose como excipiente. De qualquer modo, é sabido que a quantidade de lactose presente em medicamentos é reduzida e dificilmente atinge o patamar necessário para causar maiores transtornos às pessoas com intolerância.

Além disso, o projeto de lei em tela olvida que é praxe do profissional prescritor [no caso, o médico] inquirir o paciente a respeito de alergias. Esse profissional detém conhecimento e técnica para analisar se o paciente corre risco ao receber medicação e, também, para avaliar eventuais reações adversas. Consequentemente, uma pessoa com intolerância à lactose pode fazer uso de medicamento que contenha a substância em sua fórmula, se o prescritor [o médico] ponderou os riscos e os benefícios de tal ato [ou dessa prescrição].

Por fim, embora o autor justifique que o consumidor só pode ter acesso à bula de um medicamento após comprá-lo, essa informação também merece reparos. Em verdade, a bula dos medicamentos registrados no Brasil pode ser consultada no bulário eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), disponível na Internet, entre outras fontes de informação acessíveis ao paciente.

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.

Esse é o voto, caro Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Esse é o tipo do tema para o qual precisamos de quórum qualificado.

A relatoria é pela rejeição.

Não vou, Senadora, nem abrir essa discussão. Vou considerar que o projeto foi lido, aguardando quórum. Estamos já na iminência de conseguir o quórum para irmos à votação.

Vou também, pela presença dos relatores, chamar o Item 6, cujo relator é o Senador Paulo Paim.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2012
– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012, e das 4 (quatro) Emendas que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, recebi um apelo, por parte do Governo, que está muito preocupado com a questão da regulamentação das profissões. A minha posição é favorável, por isso o parecer é favorável. E o Governo está pedindo que façamos uma audiência pública para debater, para instruir o projeto, mas com o objetivo de debater a questão da regulamentação das profissões.

Acho que é legítimo fazermos o debate sobre esse tema, porque – eu sou favorável à regulamentação – cada vez que vai regulamentar cria-se um impasse.

Então, acho que é equilibrada essa posição de não votarmos e fazermos uma audiência pública para instruir o projeto, mas eu diria que de forma mais universal: o tema “regulamentação de profissões”.

Se V. Ex^a concordar, eu retiraria de pauta com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Relator está pedindo a retirada de pauta. Regimentalmente, é previsto e a Presidência, de ofício, concede a retirada de pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, sou relator do item 1, que, infelizmente, o trânsito de Brasília não permite a gente chegar na hora que a gente marca, eu queria requerer a V. Ex^a, porque encontrei o Ministro Garibaldi – queria pedir permissão aqui ao colega autor do projeto – que me fez uma ponderação para que eu aguardasse que ele ia mandar alguns elementos para eu fazer uma reanálise.

Mas eu gostaria de dizer a V. Ex^a que me com-prometi com o Ministro em pedir a retirada de pauta, receber essas informações que o Ministério da Previdênci-a vai nos encaminhar, mas que mantenho a minha posição de pautar para a próxima reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Pre-sidente, quero também cumprimentar o Relator. O apelo também foi nos feito e o Relator, de forma muito gentil, conversou comigo e eu disse que estava sob a orientação dele. O que o Relator fizer eu o acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como relator, regimentalmente, V. Ex^a pode pedir e eu, de ofício, concedo a retirada de pauta do item 1 desta reunião.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estu-dantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

– *Votação simbólica.*

O Relator, Senador Cristovam Buarque, fez um pe-dido, que chegou por escrito aqui, de retirada de pauta. Também, de ofício, concedido.

No Item 4, a decisão é não terminativa.

ITEM 4

OFÍCIO “S” Nº 2, de 2012

– Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relató-rio circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Mu-nicípio de Aracruz/ES, referente ao terceiro trimestre de 2011.

Autoria: Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Aracruz/ES

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento da tramitação.*

– *Votação simbólica.*

A Relatoria é da Senadora Ana Rita, que está, neste momento, presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu pediria à Senadora Angela Portela que pudesse ser a Relatora *ad hoc* deste projeto, que é não terminativo. E nós temos já, após a leitura do relatório, condições de discutir a matéria e até mesmo de votá-lo.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente, vamos fazer agora a análise do projeto de relatoria da Senadora Ana Rita.

A competência da CAS para deliberar sobre ma-térias relativas à saúde está consignada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Não obstante, o envio do referido ofício a esta Casa Legislativa está apoiado em interpretação errônea das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS.

Diferentemente do que informa a Secretária Mu-nicipal de Saúde do Município de Aracruz, Sr^a Juliana Soneghet Baiocco Louzada, o assunto não é regido pelo art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011, que contém apenas dois artigos. Pode-se inferir, contudo, que a Secretária pretendia fundamentar o envio do ofício no art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, com a redação dada por aquele diploma legal.

Com efeito, a redação original do dispositivo dis-punha que os gestores municipais e estaduais do SUS deveriam apresentar, trimestralmente, o relatório cir-cunstanciado de sua atuação no período aos respecti-vos conselhos de saúde e ao órgão do Poder Legislati-vo. Dessa forma, o gestor municipal apresentaria seus relatórios à câmara de vereadores e o gestor estadual, à Assembleia Legislativa.

Insatisfeito com a diferença de tratamento con-ferido ao gestor municipal do SUS – que era isento da obrigação de apresentar o relatório – e ciente da relevância do papel fiscalizador do Poder Legislativo, o Senador Tião Viana apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003, com o intuito de estender a regra também à esfera federal. A proposição foi apro-vada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.438, de 2011.

Com a nova redação dada ao art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, o Ministério da Saúde deveria apresen-tar, a cada trimestre, relatório de sua gestão ao Con-selho Nacional de Saúde e, em audiência pública, às

duas Casas do Congresso Nacional. Essa foi a inovação jurídica implementada pela Lei nº 12.438, de 2011.

Não há, contudo, no texto legal, qualquer menção ao suposto papel do Congresso Nacional como órgão fiscalizador da gestão estadual ou municipal do SUS. Ademais, qualquer interpretação legal nesse sentido estaria eivada de inconstitucionalidade, por violação do pacto federativo, pois o Poder Legislativo Federal estaria usurpando, dos poderes legislativos dos demais entes federados, a competência constitucional de fiscalização do Poder Executivo correspondente.

Ademais, o art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, foi expressamente revogado pelo art. 47 da Lei Complementar nº 141, de 13 de fevereiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências.

Atualmente, a matéria é regida pelo art. 36 da mencionada Lei Complementar. O §5º desse dispositivo estabelece que o gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, em audiência pública a ser realizada na respectiva Casa Legislativa, relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior. O relatório deverá conter as seguintes informações: 1) montante e fonte dos recursos aplicados; 2) auditorias realizadas, suas recomendações e determinações; 3) oferta e produção de serviços públicos, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população.

Se, antes mesmo da revogação do art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, não se poderia atribuir ao Senado competência para apreciar as contas da gestão da saúde de cada Município brasileiro, agora o tema está ainda mais claro com o disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Ressalte-se ainda que questão idêntica já foi objeto de deliberação desta Comissão por ocasião da apreciação do Ofício nº 51, de 2011, da Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, do Estado de São Paulo.

Estranhamente, o envio desse documento ao Senado também foi fundamentado pelo Secretário do inexistente art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011.

Naquela ocasião, o Relator da matéria, Senador Eduardo Suplicy, concluiu pelo arquivamento do ofício e pela comunicação ao autor do teor da deci-

são da Comissão, frente à incompetência do Senado para deliberar sobre a prestação de contas municipal. O relatório foi aprovado por unanimidade, em 11 de abril do corrente ano, e passou a constituir o parecer deste Colegiado.

Conclui-se, por fim, que é a Câmara de Vereadores de Aracruz, e não o Senado Federal, que tem a prerrogativa constitucional de deliberar sobre o conteúdo da documentação ora submetida à apreciação da CAS, nos termos do §5º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Ante o exposto, o nosso voto é pelo arquivamento do Ofício nº 2, de 2012, e pela comunicação, à Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz-ES, do teor da decisão desta Comissão.

Esse é o voto da Relatora Ana Rita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O parecer conclui pelo arquivamento da matéria.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Senadora Angela Portela, Relatora *ad hoc*.

Portanto, foi arquivada a matéria.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da comissão pelo arquivamento do Ofício “S” nº 2, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para o prosseguimento da tramitação.

Antes de começarmos a discutir – nós temos quórum agora – e como já foi lido o Item nº 5, que é pela rejeição, mas o projeto é terminativo, eu pediria à Senadora Ana Amélia que fizesse somente uma síntese do porquê dessa rejeição, e eu já colocaria em votação nominal esse projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, o projeto que veio da Câmara, do Deputado Sandro Mabel, dispõe sobre a obrigação de laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência de lactose na composição dos seus produtos.

A argumentação, primeiro, é que a lei já determina a existência de todas as informações na rotulagem. Existe uma lei de 1976 para os médicos, que já sabem, e, quando há prescrição médica, o próprio médico sabe do seu paciente se ele tem alguma restrição à lactose, que não é um problema sério. Também não existe, no Brasil, estatística sobre o número de pessoas portadoras de alergia – vou dizer assim – à lactose. Então, isso já está disponível. O Relator também diz que a pessoa só sabe a composição de um medicamento

quando ela compra, ao ler a bula, mas a Anvisa disponibiliza num catálogo de medicamentos todas as bulas dos medicamentos, que está à disposição na Internet.

Por haver conflito, duas leis – uma lei já existente – regulando a matéria, essa superposição não é aceita do ponto de vista legislativo. Por isso, a rejeição desta matéria do Deputado Sandro Mabel.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.

Quem vota com a Relatora, a Senadora Ana Amélia, vota “não” ao projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quem vota com a Relatora, “sim” ao relatório, significa “não” ao projeto. Estou insistindo para que não haja nenhuma dúvida.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia é Relatora. Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente, ressaltando o seguinte: hoje, Senadora Ana Amélia, eles já registram, por exemplo, a questão do glúten em muitos produtos. Que passem também a registrar a questão da lactose.

Eu sei muito bem o que é isso porque eu vivi uma situação parecida com essa, Sr. Presidente. É muito

difícil, às vezes, se ter o diagnóstico. É preciso fazer biopsia, é preciso estudar com muito detalhe. Essas crianças sofrem muito. É muito justo que se tenha, que se previna, sim, no rótulo, como já existe com a questão do glúten, que se determine a composição de lactose ou não.

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, há um requerimento de nossa autoria que eu gostaria de ver incluído em pauta. Diz respeito à solicitação de audiência pública, no âmbito desta Comissão, que V. Exª tão preside, para debater sobre a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, com a participação dos representantes da ANS, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), até porque tenho a honra de relatar, na Comissão de Assuntos Econômicos – e também haverá de passar aqui –, o Projeto nº 259, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que flexibiliza essa presença do capital estrangeiro em serviços de saúde no País.

Por isso, para melhor municiar nosso relatório, eu gostaria de ver atendido o requerimento de nossa autoria para que a CAS, que, no mérito, é a comissão

mais importante que possa tratar dessa matéria, possa presidir esse debate nacionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aproveitando o quórum, rapidamente, tenho certeza, vamos votar.

Em seguida, faço a discussão e votação do requerimento de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na mesma linha do Senador Vital do Rêgo, porque trata de planos de saúde, ele em uma direção e o meu caso também é uma questão relacionada.

É um requerimento para debater um projeto que está na Casa, o 277, que altera a Lei nº 9.656, de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. Esse requerimento está aí.

Então, quando for votado o do Senador Vital do Rêgo, gostaria que V. Ex^a também pudesse incluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Da mesma forma, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Próximo item.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2011

– *Terminativo* -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011.

Observações:

– Em 16.10.2012, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Em 20.03.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– *Votação nominal.*

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Em não havendo, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para suas considerações finais, se julgar necessário.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como já foi lido o relatório, foi pedida vista e não há manifestações, dou por encerrada a minha participação, a não ser que algum Senador precise de algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011.

Chamo a atenção: quem vota com o relatório, quem vota “sim” ao relatório, vota “não” ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como foi pedido vista e não houve nenhuma consideração por parte do Governo, acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena é o Relator. Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 10 é o último que é terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013

– Terminativo -

Acrescenta §4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não há outro terminativo? Apenas esse?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não. Temos o projeto de autoria da Senadora Angela Portela, cuja Relatora é a Senadora Ana Rita. Vou conversar com a Senadora Angela Portela para indicarmos um relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como o relatório é meio longo, se houver um outro terminativo – e me parece vai haver um pedido de audiência para que o setor empresarial também seja ouvido –, querendo ajudar, já aproveitando o quórum, se houver quórum, poderíamos votar o terminativo que há e, em seguida, eu leria na íntegra.

Depois analisamos o que fazer, se vamos ou não votar.

Quero apenas ajudar, se houver algum terminativo antes desse. Provavelmente, neste, pelo que percebo, caminharemos para um debate em uma audiência pública.

Chegou o Senador Ruben Figueiró. Leio o relatório, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não. Vou proceder à apreciação do item 8 da Pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, eu peço que V. Exª leia o relatório da Senadora Ana Rita.

Trata-se do item 8 da pauta. A matéria é de autoria da Senadora Angela Portela.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2011

– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção, pelo Sistema Único de Saúde, de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011.

Observações:

– Em 17.05.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para que profira o seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu estava realmente presidindo a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, que trata da questão dos conflitos agrários e da impunidade no campo.

Obrigada por ter nos aguardado.

Vamos à leitura do nosso relatório.

Vem para exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 451, de 2011, de autoria da Senadora Angela Portela, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir a obrigatoriedade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de aplicação de

instrumento de avaliação psíquica a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida.

Segundo a autora da proposição, especialistas brasileiros desenvolveram o Protocolo de Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil, que se constitui como importante instrumento de avaliação e identificação de riscos ao desenvolvimento psíquico infantil. Espera-se que a incorporação desse instrumento pelos serviços de saúde possa contribuir para a detecção precoce de problemas no desenvolvimento das crianças.

Submetido à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o projeto recebeu parecer favorável daquele Colegiado. Vem agora para ser apreciado em caráter terminativo por esta Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Cabe à CAS o exame do mérito da proposição, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como coube a esta Comissão a decisão terminativa sobre a matéria, deverão ser analisados, ainda, os aspectos relativos à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Apesar de não dispormos de dados precisos sobre a ocorrência de distúrbios do desenvolvimento e de transtornos mentais na infância, estimativas da Organização Mundial da Saúde apontam para uma prevalência mundial de 10% a 20% desses agravos na população dessa faixa etária.

Apesar da alta magnitude, o problema dos transtornos mentais na infância não tem sido alvo da merecida atenção por parte dos serviços de saúde.

Essa situação demonstra a relevância da matéria ora analisada, uma vez que a adoção de protocolos ou instrumentos de fácil aplicação e de eficácia comprovada na detecção dos transtornos mentais em crianças poderá qualificar a atenção prestada a essa população.

O diagnóstico precoce e a possibilidade de instituição imediata de medidas terapêuticas efetivas poderão contribuir para a promoção do desenvolvimento saudável da criança, o que é fundamental para a constituição plena do sujeito.

Do ponto de vista do mérito, portanto, avaliamos a proposição como de grande interesse social. Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, não vislumbramos óbices à aprovação da matéria.

Voto.

Pelas considerações expedidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, a Senadora autora da matéria.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero agradecer à Relatora, Senadora Ana Rita, que fez um relatório objetivo, claro, que mostrou a importância de o Sistema Único de Saúde adotar esse protocolo IRDI ou outro protocolo qualquer que possa detectar precocemente problemas psíquicos em nossas crianças, nos primeiros meses de vida.

Existem especialistas brasileiros que já têm esse protocolo, que já está validado pelo Sistema Único de Saúde.

Portanto, a intenção deste projeto é que o sistema assumira essa análise, essa detecção desses problemas dessas crianças de risco, para que, diante da detecção precoce do problema, elas possam realizar tratamento, acompanhamento, possam se curar, tornando-se pessoas saudáveis, do ponto de vista psíquico.

Então, eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita pelo brilhante relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011.

A votação é nominal, e o projeto é terminativo.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Com a autora e com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela? O voto é conhecido, é a autora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita – o voto é conhecido, pois é a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Antes de votar o item 10, parece-me que vai haver um pedido de vista.

Eu quero, então, pedir ao Senador Paulo Bauer... É o item 3. O Relator é o Senador Sérgio Petecão, que, infelizmente, não pôde estar presente nesta reunião. Peço ao Senador Paulo Bauer que faça o relatório do Item 3 da pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu e o Senador Paim estamos encaminhando à Mesa pedido para que V. Ex^a, se possível, coloque o requerimento extrapauta no que diz respeito àquele item 1 da pauta de hoje, para que possamos fazer uma audiência pública. Então, requeremos que V. Ex^a faça o encaminhamento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tão logo votemos, eu vou votar todos os requerimento sobre a mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012– Não Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a Emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer para proferir o seu relatório. Na verdade, o relatório do Senador Sérgio Petecão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é com muita honra que eu faço a leitura do relatório que foi elaborado pelo eminente Senador Sérgio Petecão, que, neste momento, não se encontra presente. Por isso, como relator *ad hoc*, eu faço a leitura do relatório que está inserido nessa matéria.

Vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 426, de 2012, do eminente Senador Eduardo Amorim, que visa a destinar 30% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, a proposição altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, em que se determina qual a destinação a ser dada à receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – a Lei Orgânica da Saúde –, o qual especifica os recursos considerados como outras fontes de financiamento do SUS.

De acordo com o art. 3º – cláusula de vigência –, a lei em que o projeto se transformar entrará em vigor no exercício financeiro seguinte ao da data da sua publicação.

O autor da proposição alega que o SUS, anualmente, tem de prestar assistência a milhares de vítimas de acidentes de trânsito, o que representa um enorme encargo financeiro para o sistema. Com isso, os

recursos disponíveis para a efetivação de outras atribuições do SUS ficam ainda mais restritos. Portanto, a proposição visa a destinar mais verbas para a saúde pública, de forma a suprir, ainda que parcialmente, as necessidades do setor.

O PLS foi distribuído para ser analisado por esta Comissão de Assuntos Sociais, de onde seguirá para ser apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à CAS, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o mérito das proposições legislativas que tratam de questões relativas à saúde.

Do ponto de vista do mérito, reconhecemos como relevante qualquer medida que contribua para diminuir a deficiência de recursos financeiros, que é, hoje, um dos principais desafios e pontos de estrangulamento do sistema público de saúde brasileiro.

De fato, a magnitude do problema dos acidentes de trânsito no País justifica a preocupação manifestada pelo autor da proposição. Em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde, foram realizadas mais de 155 mil internações de pessoas acidentadas no trânsito e foram gastos cerca de R\$205 milhões com essas internações. Grande parte das internações ocorre em unidades hospitalares do SUS ou em hospitais conveniados. Além da magnitude dos acidentes de trânsito, há que se considerar que a atenção ao acidentado no trânsito, em grande parte dos casos, envolve procedimentos de alta complexidade e, portanto, representa alto custo.

Assim, nada mais justo que reverter parte da receita arrecadada com multas de trânsito para os cofres do SUS, a exemplo do que já ocorre com o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o conhecido DPVAT, que destina 50% dos prêmios ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

No caso em tela, a proposição não determina uma destinação específica para os recursos cujo ingresso para o SUS está sendo proposto e não vincula o seu uso para o atendimento das vítimas de acidentes de trânsito.

Creemos que isso não se constitui como problema. Na forma como o projeto está concebido, caberá aos gestores do SUS, dentro do quadro de prioridades do setor, definir a destinação desses recursos.

No entanto, entendemos que a sistemática de transferência dos recursos ao SUS deva ser explicitada na lei, com a previsão de que sejam transferidos diretamente para o Fundo Nacional de Saúde. Para tanto,

propomos emenda ao art. 1º do projeto para alterar a redação do §2º que está sendo inserido no art. 320 da Lei nº 9.503, de 1997.

Voto.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a seguinte emenda:

Dê-se ao §2º, inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, no art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a seguinte redação:

“§2º. O percentual de trinta por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será transferido ao Fundo Nacional de Saúde, na forma do regulamento.”

Era o que eu tinha a relatar, cumprimentando o Senador Eduardo Amorim pela iniciativa muito oportuna e brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, o Senador Paulo Davim e o Senador Humberto Costa.

Depois, o autor, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Waldemir Moka, eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Eduardo Amorim. Acho que isso é necessário, porque nós sabemos o custo que o acidente de trânsito dá para o Erário, que é da ordem de R\$205 milhões. Só em 2010, foram mais de 60 mil mortes; e 25% desses óbitos foram acidentes de moto. Dessas 60 mil mortes, o Nordeste contribuiu com 56%.

Concordo em gênero, número e grau, tanto assim, Senador Eduardo, que existe uma matéria de igual teor, de minha autoria, na CCJ. A diferença é que eu já encaminho diretamente para o Fundo Nacional de Saúde, com destinação para os hospitais de trauma; e o valor não é de 30%, é de 15%, porque eu considerei o que o Ministério das Cidades alerta: que o Fundo Nacional de Saúde recebe 45% dos recursos do DPVAT.

Enfim, eu achei por bem apresentar uma proposta de 15%, considerando esses argumentos do Ministério das Cidades.

Então, essa matéria está na CCJ. Eu apenas informo a V. Exª que deverei pedir o apensamento, pois são matérias semelhantes. A minha está na CCJ; a do Senador Eduardo está aqui. Então, vou pedir o apensamento dessas matérias para que tramitem em conjunto.

Quero parabenizar o Senador pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O pedido de apensamento poderá ser feito no Plenário.

Senador Eduardo Amorim, se V. Exª me permitir, pois é o autor, vou conceder antes a palavra ao Senador Humberto Costa, para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero tão somente parabenizar o autor, Senador Eduardo Amorim, e o Relator, Senador Paulo Bauer, por esse projeto que, com toda certeza, vamos aprovar aqui por unanimidade.

Sabemos da limitação de recursos que temos hoje no Sistema Único de Saúde e, ao mesmo tempo, as responsabilidades crescentes que esse sistema adota. Sabemos também do quanto esse item “acidentes de trânsito” tem onerado a Previdência Social e, principalmente, o sistema de saúde. Portanto, é mais do que justo que tenhamos parte dos recursos arrecadados com as multas encaminhados para o Fundo Nacional de Saúde.

Quero inclusive aqui me pronunciar rapidamente sobre essa diferença de conteúdo do projeto do Senador Paulo Davim e do Senador Eduardo Amorim. Acho que o ideal no sistema público é que encaminhe esses recursos todos para o Fundo de Saúde e não diretamente para os hospitais, por mais que estejam diretamente relacionados àqueles eventos que deram causa à geração dessas multas. Acho isso importante.

Por último, queria dizer que continuamos trabalhando na Comissão de Financiamento da Saúde. Amanhã vamos ter audiência pública com o Conselho de Secretários Estaduais e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Volto a renovar aqui o meu apelo para que os integrantes desta Comissão possam acompanhar os debates e contribuir. No espaço de dois meses, creio que talvez até menos, vamos ter um projeto para ser discutido aqui na Casa e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador autor, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, um dos grandes problemas que o SUS enfrenta, com certeza, é a maela do subfinanciamento.

Investimos muito menos em saúde do que países até vizinhos, e isso é incompreensível. Gastamos cada dia mais, sobretudo, com os acidentes de trânsito. Então, nada mais justo, como já ocorre com o DPVAT, que parte desses recursos, por exemplo, das multas, se destine ao Fundo Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, diz o art. 320 que esses recursos serão para o policiamento, para a fiscalização e para a educação. Estamos acrescentando que 30% se destinem para o Fundo Nacional de Saúde, tentando ajudar e melhorar a questão do subfinanciamento.

Um artigo recente, publicado semana passada, na verdade, no dia 11 de abril de 2013, escrito pelo sociólogo Eduardo Biavati, na *Folha de S. Paulo*, um artigo muito interessante, fala da ilusão contábil do dinheiro

das multas de trânsito, Sr. Presidente. É uma ilusão contábil a ponto de alguns comentarem que, hoje, a multa de trânsito é, na verdade, uma indústria. Basta dizer que, por exemplo, no Rio de Janeiro, para este ano, está prevista uma arrecadação de mais de R\$200 milhões com multas de trânsito e, em São Paulo, Sr. Presidente, a cifra deverá passar a casa de R\$1 bilhão.

Então, o que procuramos aqui fazer foi justiça, mais recursos para o SUS, dando um destino certo, um destino específico ao já combalido subfinanciamento do nosso Sistema Único de Saúde.

A melhor maneira que entendo, Paulo Davim, é que ele se destine ao Fundo Nacional de Saúde e que o Fundo Nacional de Saúde destine aos diversos hospitais e que não seja menos que 30%, porque o valor é expressivo para financiar policiamento, fiscalização e educação. Que se vá sim para o nosso combalido SUS, que precisa, realmente, de mais financiamento, Sr. Presidente.

Esse é o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer, que é pela aprovação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a emenda oferecida pelo Relator.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, e a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O último item da pauta já foi lido.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, o último item, o item 10, o Senador Paulo Paim vai pedir a retirada de pauta, mas quer fazer uma consideração antes. Logo em seguida, eu passo a discutir, na verdade, o projeto relatado pelo Senador Armando Monteiro, que já foi lido. É só a nossa votação.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Waldemir Moka, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a bela iniciativa do Senador Ruben Figueiró, que quer mudar a CLT para garantir que o trabalhador do comércio tenha o direito a 4% sobre o valor, como comissão do valor das vendas efetuadas.

Eu conversei com o Senador e também falei com o Senador Humberto Costa também. Acho que o en-

caminhamento que faremos é mais do que justo. E o Senador Ruben Figueiró concordou com a iniciativa. Esse é um projeto que envolve, claro, empregado e empregador.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que eu sou adepto a audiências públicas, porque elas trazem, digamos, para o palco os agentes que estão envolvidos. Neste caso, eu acho justa a reivindicação que foi feita a mim e também ao Senador Humberto Costa e outros Senadores para que ouvíssemos empregados e empregadores sobre o projeto. O Senador Ruben Figueiró, gentilmente, aceitou esse encaminhamento para que eles venham, conosco, a uma audiência pública debater sobre o tema.

Então, não seria adequado eu ler o relatório e, depois, ouvi-los. Eles vão dizer: mas tu já leste o teu relatório; ouvir-nos para quê? Então, eu não leria o relatório, apresentariamos um pedido de uma audiência pública, chamando as partes interessadas. Tenho certeza de que o Senador Monteiro pode ajudar na formação da mesa. E nós fazemos uma bela audiência sobre o tema. Essa é a proposta.

Senador Ruben Figueiró, gostaria de saber a sua opinião, porque quero fazer em sintonia com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, o autor, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores desta Comissão, aos quais eu presto a minha homenagem e o meu respeito, a sugestão oferecida pelo eminente Senador Paulo Paim, sem dúvida alguma, merece o meu aplauso e a minha concordância. Quanto mais nós debatermos sobre a questão, mais claros serão os direitos dos empregados em participar desta Comissão.

Eu quero saudar o eminente Senador Paulo Paim pela presteza com que analisou o meu projeto, através de um parecer preciso, conciso e com alto sentido social.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as minhas palavras, neste momento, concordando com a opinião do eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, está retirado de pauta, e V. Ex^a encaminha o requerimento.

O último item da pauta é o item 9.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2011
– *Terminativo* -

Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2011
– *Terminativo* -

Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social.

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

Observações:

– Em 13.11.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

– Em 10.04.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– *Votação nominal.*

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu apenas quero fazer aqui o registro de cumprimentos ao eminente Senador Armando Monteiro que elaborou não apenas um excelente relatório a respeito da matéria, mas também acrescentou a ela condições e informações que tornaram o projeto muito mais amplo e muito mais consistente.

Por isso, quero cumprimentar o Senador Relator e também agradecer a todos os Senadores que pediram vistas da matéria para tomar conhecimento mais profundo do assunto. E digo a V. Ex^a que, efetivamente, essa é uma providência necessária porque empregadores do Brasil inteiro têm disposição para auxiliar seus funcionários no custeio dos seus estudos. Isso não é salário, isso é investimento na própria empresa, na qualificação da mão de obra que a empresa precisa ter para continuar suas atividades.

Fico muito feliz porque esse projeto nasceu, na verdade, por conta de uma manifestação de um empresário do Rio Grande do Sul que mandou *e-mails* para muitos Senadores manifestando sua contrariedade já que a fiscalização da Previdência Social notificou a empresa dele considerando o pagamento de mensalidades escolares para seus funcionários como salário indireto.

Nós temos que resolver esse problema. Nós precisamos eliminar isso e eu posso dizer a V. Ex^{as}: eu sou Senador da República, eu sou formado em duas universidades, em dois cursos superiores, e pelo menos metade do primeiro curso que pude realizar e frequentar foi pago pela empresa onde trabalhei. Claro que não pagava integralmente, mas pagava parcialmente. Não era curso público, era curso privado em uma universidade comunitária. Quer dizer, se valeu para mim, tem que valer para todos os brasileiros sem penalização de nenhum empregador que tenha esse espírito público e tenha essa vontade de investir na qualificação das pessoas.

Parabéns, Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para suas considerações finais se julgar necessário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, quero destacar também que o Senador Casildo Maldaner é autor na origem de um dos projetos. São dois PLS e um deles é do nobre Senador Paulo Bauer.

Eu quero, sobretudo, me congratular com eles porque acho que esse projeto tem um maior alcance.

E realmente é um paradoxo imaginar que o investimento que se realiza em capital humano, de que o Brasil precisa tanto, é desestimulado porque incidem encargos previdenciários sobre essas despesas de bolsas de estudo e planos educacionais.

Há de se corrigir uma distorção que foi trazida pela Lei 12.513, revertendo esse quadro em boa hora. E nós entendemos que deveríamos também ressaltar algumas situações que estão indicadas no projeto como, por exemplo, valores não podem ser utilizados em substituição da parcela salarial. De outro modo, também, a bolsa, considerada individualmente no período de um ano, não poderá ser superior à remuneração anual do segurado a que se destina.

Portanto, eu entendo que esse projeto tem um maior alcance e, dessa forma, corrigimos algo que nos parece um absurdo, que é o desestímulo ao investimento em qualificação e formação de capital humano que o nosso País tanto precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Sr. Presidente e caros colegas, para deixar claro aqui que fiquei feliz que o Senador Paulo Bauer apresentou essa proposta. Ele, como sempre, é mais ágil do que a gente. Só a origem, a gênese foi do Rio Grande do Sul, que fez uma manifestação. Eu recebi do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina a proposta, e fico grato, porque o objetivo é o mesmo, e prevaleceu essa ideia – até porque o Senador Paulo Bauer é ligado à educação, foi nosso Secretário de educação em vários governos, em Santa Catarina inclusive, com destaque no último, no Governo do Luiz Henrique da Silveira. E o Armando Monteiro fez um grande relatório.

Eu acho que o importante é contemplarmos as pessoas que precisam, os trabalhadores e inclusive os filhos de trabalhadores, que muitas vezes gostariam de estudar, e possam ser contemplados com essas disposição. Fico muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por uma emergência, se posso registrar meu voto “sim”, favorável ao Relator nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu já vou colocar em votação aqui. Eu chamo V. Ex^a em primeiro lugar.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu pedi vista ao projeto na última vez, por isso faço essa consideração rápida.

Eu, no mérito, já não era contra o projeto e não houve nenhuma consideração por parte do Governo. Eu já tinha alertado tanto ao Paulo Bauer, nosso Senador, como ao nosso Senador Casildo Maldaner e também ao Senador Monteiro que, quanto ao mérito, eu era favorável.

Por isso, voto “sim”, com muita tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner é o autor, voto conhecido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Alberto de Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O Senador Cristovam Buarque me pediu que eu o chamasse.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro. É voto conhecido.

Será consignada a presença dos autores, Senadores Paulo Bauer e Casildo Maldaner, para efeito de quórum, nos termos do art. 132, §8º, do Regimento Interno do Senado.

Aprovado, em turno único, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011. Fica prejudicado o PLS nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

A matéria vai para o turno suplementar, nos termos do art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação do novo substitutivo integral.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Antes de encerrar a reunião, eu quero só aprovar a ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

E agora, finalmente, temos, sobre a mesa, item extrapauta.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2013

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater sobre a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, com a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

A autoria é do Senador Vital do Rêgo, que já fez a defesa aqui, e o Senador Paulo Davim já subscreveu. Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 277, de 2004, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. Para tanto, sugiro sejam convidados:

– Dr. Plínio Lacerda Martins – Membro do Ministério Público de Minas Gerais (Promotoria de Defesa do Consumidor);

– Sr. Pedro José Baptista Bernardo – Diretor de Acesso à Saúde da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA);

– Sra. Martha Regina de Oliveira – Gerente de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

A autoria é da Senadora Ana Amélia, que já defendeu o requerimento subscrito pelo Senador Paulo Davim.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir “PLS – PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 228 de 2011– Complementar, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil”.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que o 1º Signatário é o Senador Benedito de Lira. Ele fez questão, só mandei o gabinete bater. Então, eu subscrevo.

Há outro na mesa, Sr. Presidente, que é do Ruben Figueiró, que é importante, também, um acordo

que fizemos, se V. Ex^a também votar, e a data a gente combina com V. Ex^a. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqui a matéria fica sobrestada, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado, aguardando a realização de audiência pública.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o PLS – PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 47 de 2013 que acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com o mesmo objetivo, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Da mesma forma, aprovada.

A matéria fica sobrestada, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização da audiência em data oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Sena-

dores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Armando Monteiro, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença o Deputado Federal e atual Secretário da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, João Rodrigues; o Prefeito de Rio Grande, Alexandre Duarte Lindenmeyer; e o ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a *debater a aposentadoria especial para os pescadores e o período de “defeso” de cinco meses onde muitos pescadores são demitidos e ficam sem vínculo com a empresa*, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **Altemir Gregolin**, ex-Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura; **Ricardo Leite Goulart Ponzi**, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – Fnttaa; **Armando José Romaguera Burle**, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – Conepe; **Gabriel Calzavara de Araújo**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – Conepe; **Manoel Xavier de Maria**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina – Sitrapesca; **Giovani Genázio Monteiro**, Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região – Sindipi/SC e Vice-Presidente Regional Sul – Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – Conepe; **Armindo Batista dos Santos Filho**, Presidente da Colônia dos Pescadores do Estado do Mato Grosso do Sul. Usa da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a aposentadoria especial para os pescadores e o período de defeso de cinco meses, em que muitos pescadores são demitidos e ficam sem vínculos com a empresa.

Comunico aos Srs. Convidados que esta Presidência concederá a palavra, por 10 minutos, a cada expositor – claro que com uma tolerância de mais dois ou três minutos para a conclusão.

Eu quero conceder a palavra, inicialmente, antes de passá-la aos expositores, ao eminente Senador Paulo Paim, autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública.

Senador Paulo Paim, V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer, mais uma vez, a V. Exª, que atende a sociedade todas as vezes que qualquer setor solicita uma audiência pública para debater temas que deixarão para os Senadores informações e subsídios para implementar, aprovando ou não, projetos de interesse do setor.

No dia de hoje, vamos debater aqui a aposentadoria especial para os pescadores, e, claro, fala-se aqui no período do defeso, quando aumenta a preocupação dos trabalhadores do setor com a sua vida, com a sua subsistência. Então, as iniciativas vão nesse sentido.

Eu, inclusive, recebi aqui, para alegria nossa, Sr. Presidente – e, se V. Exª concordar, ele poderá usar da palavra –, o ex-Ministro da Pesca, o Sr. Altemir Gregolin, que é um especialista no assunto. Assim, se ele puder também compor a mesa, tenho certeza de que nos ajudaria também, visto que conhece o tema com profundidade.

Enfim, Sr. Presidente, ressalto que estamos aqui para ouvi-los, em atenção a um pedido deles. Nós vamos ouvir e. aí, daremos a nossa posição, tanto aquele que for relatar, discutir, encaminhar projetos de interesse de tão importante setor. E V. Exª, que é médico, sabe da importância que tem para a saúde do brasileiro comer peixe. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu sou médico e também pantaneiro. E está aqui o nosso Armindo, que representa a colônia de pescadores do nosso querido Mato Grosso do Sul.

Senador Paulo Paim, eu queria dizer que nós temos um requerimento já aprovado, e é claro que os convidados falarão aqui. Eu havia conversado com o ex-Ministro Gregolin de forma a que ele participasse, logo após a exposição. como debatedor, ou seja, na condição de parlamentar ou de Senador aqui. Eu tenho certeza de que ele dará uma grande contribuição. Agora,

evidentemente, nós podemos tê-lo à mesa como expositor. Aí, é uma decisão do plenário deste Colegiado.

Então, consulto os Srs. Senadores se gostariam que o ex-Ministro pudesse fazer parte da mesa já como expositor ou se participaria dos debates logo após a apresentação dos demais convidados.

Senadora Vanessa, nossa Vice-Presidente, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC DO B – AM) – Sr. Presidente, apenas para concordar apenas para concordar com V. Ex^a. Eu acho que pela contribuição que o ex-Ministro pode dar, o amigo Gregolin, seria interessante que ele ficasse à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os demais Senadores também concordam? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, Senador Paim. Apenas para que a Presidência tenha a legitimidade para compor esta Mesa.

Eu quero chamar para a compor a Mesa o Sr. Armando José Romaguera Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – Conepe.

Chamo o Sr. Giovanni Genázio Monteiro, Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região – Sindipi/SC e Vice-Presidente Regional Sul do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

Convido o Sr. Gabriel Calzavara de Araújo, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; Armindo Batista dos Santos Filho, Presidente da Colônia dos Pescadores do Estado do Mato Grosso do Sul. Por favor.

Quero convidar, para nossa alegria e honra aqui, o ex-Ministro da Pesca, Sr. Altemir Gregolin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, somente para um registro, está aqui, ao meu lado, o Prefeito de Rio Grande, uma das principais cidades costeiras do nosso Estado, no litoral sul. Alexandre Duarte Lindenmeyer – eu pedi o cartão, porque o sobrenome dele aqui só lendo para conseguir acertar a pronúncia – é um jovem Prefeito da chamada região sul do Estado. Há um tempo, Sr. Presidente, esta era considerada a região pobre do nosso Estado. Felizmente, com o investimento, principalmente no polo naval, em Rio Grande, em Pelotas, hoje apresenta um potencial enorme, e lá os pescadores são fundamentais. Por isso, ele fez questão de vir para participar da nossa audiência e, se ele puder fazer alguma fala aqui, como debatedor depois, a gente agradece.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Seja muito bem-vindo aqui.

Eu penso que podíamos iniciar ouvindo o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ministro é Ministro. É contigo agora, Ministro, te vira aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ministro, por favor, V. Ex^a inicia como expositor por um prazo que fixamos de dez minutos, mas é claro que vamos ter uma tolerância em relação a esse tempo.

O SR. ALTEMIR GREGOLIN – Bom dia a todos e a todas; bom dia ao Senador Moka que preside esta reunião; bom dia ao Senador Paulo Paim, ao qual agradeço todas suas palavras e toda a consideração; aos demais Senadores; à Senadora presente; ao Prefeito de Rio Grande, é um prazer estar aqui.

Quero cumprimentar aqui as lideranças do setor, o Gabriel Calzavara; o Giovanni, Presidente do Sindipi, o Gabriel que é do Rio Grande do Norte, Natal; Presidente da Colônia do Mato Grosso do Sul também; cumprimentar todos os empresários, as empresárias de Santa Catarina, que é o meu Estado, e do Brasil, que estão aqui presentes em peso; pescadores; pescadoras; assessores.

É uma alegria estar aqui, eu que estive, por várias oportunidades, em função do meu mandato de Ministro no período de 2006 a 2010. Foram praticamente cinco anos de trabalho, de muita construção, de muita participação.

E, aqui, Senador Moka, agradecer também, novamente, ao Senado, que, naquele período, deu grandes contribuições, especialmente na aprovação de duas leis: a lei que criou o Ministério da Pesca, em 2009, instituição responsável, hoje, por essa atividade; e a nova Lei da Pesca, que tramitava, no Congresso Nacional, há, aproximadamente, 14 anos, e para a qual nós, em conjunto com o setor, discutimos um substitutivo, que foi aprovado na Câmara e foi aprovado no Senado. Então, o Senado deu uma grande contribuição para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Brasil. Aquele foi um período interessante.

Costumo dizer, Senadores e Senadora, que os pescadores são verdadeiros heróis no Brasil. Se considerarmos os últimos 50 anos, a pesca se desenvolveu, praticamente, sem apoio do Estado brasileiro. Raramente, o Governo brasileiro teve políticas de incentivo, a não ser nas décadas de 60, 70, com isenções fiscais, estímulos creditícios, mas a pesca sempre foi um setor secundarizado. E costumo dizer que, se a pesca e a aquicultura tivessem tido o apoio que teve o frango, que teve a produção bovina no Brasil, que teve a produção de suínos, que tiveram esses segmentos que foram prioritários do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, hoje o Brasil seria uma potência nessa área. Não tenho dúvida em relação a isso. Então, o abandono do setor não permitiu que esse segmento

pudesse alçar uma importância econômica e social maior do que nós temos hoje. Mesmo assim, a pesca e a aquicultura representam mais de R\$5 bilhões de produto interno bruto; temos um volume de empregos gerados muito significativo; temos mais de um milhão de pescadores também artesanais no Brasil; ou seja, a pesca é um segmento que tem uma importância social e econômica bastante grande, mas tem um potencial extraordinário.

Como Ministro, tive a oportunidade de conhecer os principais países produtores do mundo: a China, a Espanha, a Noruega, a Coreia, a Tailândia, o Chile, o Peru. Esses países todos são unânimes em dizer que o Brasil é o país, hoje, que tem o maior potencial e a maior possibilidade de expansão desse segmento. Isso significa que o Estado brasileiro – o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário – precisa dar a devida importância, como vem dando a Presidente Dilma, como deu o Presidente Lula, colocando esse setor como um setor de destaque. Mas tenho certeza de que é preciso fazer muito, muito mais para que a pesca e a aquicultura brasileira possam, realmente, deslançar.

E, aí, algumas preocupações são importantes. Acho que é consenso, no setor, que aquilo que foi um avanço na criação do Ministério, que foi o compartilhamento da gestão pesqueira, do ordenamento pesqueiro, hoje já está superado. Nós precisamos fazer com que o Ministério da Pesca seja a autoridade única no setor e possa – evidentemente, com base em critérios ambientais – definir as regras, definir a legislação, definir as normativas para ordenar a pesca no Brasil. O compartilhamento tem engessado, tem levado a uma demora nas definições e tem comprometido o licenciamento e o ordenamento pesqueiro no Brasil. Então, nós, quando criamos o Ministério, definimos pelo compartilhamento porque foi a única forma de haver um acordo no Governo e de poder criar-se o Ministério da Pesca e Aquicultura. Mas essa fase está superada; nós precisamos dar um segundo passo, que é, efetivamente, o Ministério assumir essa função e ser a autoridade única no setor.

Há também uma preocupação com relação à importação de produtos. E isso é importante regular. Temos um mercado interno aquecido, aumentamos o consumo de 6,5kg/habitante/ano para 10kg/habitante/ano, aumentamos a produção de 1 milhão para 1,4 milhão de toneladas, mas o aumento da produção não tem dado conta da demanda. Evidentemente, a questão das importações é um processo que se vem construindo no Brasil. Agora, nós precisamos regular isso. Não podemos comprometer a produção nacional de pescado. Não podemos comprometer a indústria nacional. Não podemos comprometer os produtores

nacionais com a importação desenfreada desses produtos. E, em relação ao que foi colocado aqui acerca da aposentadoria especial e seguro defeso, digo que a aposentadoria especial é um benefício que os nossos pescadores brasileiros tinham e que perderam na reforma da previdência em 1998, Senador Paim. Perderam.

Tenho defendido esse direito porque é uma atividade insalubre, é uma atividade que gera problemas de saúde aos nossos pescadores efetivamente, especialmente problemas de pele, problemas de visão, por exemplo. A grande maioria dos pescadores, quando implementamos uma política de alfabetização, por exemplo, de aumento de formação, a primeira coisa que precisamos providenciar são os óculos, em função da deficiência de visão que é consequência da atividade, do sol, da água e assim por diante. A mesma coisa é a incidência de câncer de pele, por exemplo. Ela é muito superior à das outras atividades. Por isso, os pescadores tinham uma aposentadoria especial até 1998. No entanto, na reforma da previdência, perderam esse direito. Então, esse é um direito que foi perdido e que os nossos pescadores lutam para que retorne.

Evidentemente, sabemos das dificuldades disso. Quando fui Ministro, essa questão estava na pauta. Fizemos inúmeras reuniões no Ministério da Previdência, no Congresso Nacional e sabemos das dificuldades. Efetivamente, é um fato concreto, objetivo, um direito que, no meu entender, os nossos pescadores têm. Em relação ao seguro defeso, aqui há duas questões: uma é o seguro defeso para o pescador artesanal, que é um direito, uma política importante, porque, no período de reprodução da espécie, é preciso parar de pescar para que possamos ter sustentabilidade no desenvolvimento da pesca Brasil. Alguns países não têm esse dispositivo, mas nós temos e o consideramos muito importante. Ou seja: o período de reprodução precisa ser respeitado. Se é preciso ser respeitado, o pescador precisa ter uma renda adicional, e essa renda vem do seguro defeso, que é um salário mínimo por mês durante o período em que a pesca é proibida.

Nós ampliamos, no governo Lula e no Governo Dilma, os investimentos nessa área. Um número quase infinito de pescadores que não tinham direito passaram a ter direito. Isso é importante, e é importante que se mantenha. Cada espécie tem o seu período de reprodução e, portanto, cada espécie tem um período de defeso.

Há outra questão que acredito que seja o tema aqui, Senador Moka, que é, na verdade, o seguinte: o pescador embarcado, celetista, que vai para o mar pescar porque tem um contrato de seis meses, oito meses, depois de findo esse contrato, esse pescador não tem direito ao seguro desemprego porque não completou

um ano de contrato assinado e, por outro lado, não tem direito ao seguro defeso porque não é considerado um pescador profissional; é um trabalhador com vínculo empregatício. Então, esse trabalhador está no limbo da legislação. Ele não tem acesso a nenhum dos dois benefícios: nem ao seguro desemprego, nem ao seguro defeso. Acho que isso precisa ser equacionado. Ele fica na mão. Ele é demitido, é exonerado, até porque a pesca é sazonal e, muitas vezes, os empresários não têm condições de sustentar um custo quando não há atividade, quando não há pesca. Esse trabalhador está totalmente desprotegido. Acho que teríamos que achar uma maneira legal, uma brecha legal, teríamos de fazer uma mudança na legislação para que esse pescador possa ser beneficiado.

É um problema seriíssimo em todos os Estados onde há uma indústria pesqueira desenvolvida, como Santa Catarina, Rio de Janeiro – está aqui o Ponzi – Rio Grande do Norte, Ceará, o norte do nosso País, São Paulo, Rio Grande do Sul. Onde há pesca industrial e trabalhador embarcado que pesca e tem vínculo empregatício, há esse problema. Então, é um pescador desassistido, um pescador que a lei não consegue proteger. Acho que precisamos achar uma saída, acho que esse é um dos temas principais aqui.

Nesses dez minutos, de forma objetiva, eu procurei colocar essas ideias. Finalizo, destacando o seguinte: o setor pesqueiro no Brasil é importante e é um setor que, não tenho dúvida de que, nas próximas décadas, vai orgulhar o Brasil, vai colocar o Brasil em uma outra condição, porque o mundo consome, cada vez mais, pescados, e o nosso Brasil é um dos poucos – senão o único – países que tem condições de expandir.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao ex-Ministro Gregolin, que valorizou, e muito, a nossa audiência pública. Cabe à Presidência sempre a parte antipática, não tem jeito e eu não vou me omitir.

Nós temos uma mesa com seis expositores. Eu vou pedir ao Ministro que ele possa voltar ao plenário e eu vou compor a mesa originariamente, até porque alguns expositores não haviam chegado no início. Mas, como temos horário, eu tinha que começar com dez minutos de tolerância e chamei para compor a mesa, até para que a gente pudesse ganhar tempo.

Então, eu convido para compor a mesa o Sr. Ricardo Leite Goulart Ponzi, que é o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Afins (FNTTAA); Armando José Romaguera Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe); Sr. Manoel Xavier de

Maria, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina.

Quero apenas dizer aos que estão compondo a mesa que os nomes não foram chamados anteriormente, até porque eu sabia que não estavam presentes.

Não havia e não há por parte da Presidência nenhum sentido em não chamar, até porque o importante desta audiência pública é ouvir o conjunto dos que operam esse segmento tão importante da pesca no nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me só fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Uma colaboração a V. Ex^a aqui no plenário.

Está presente aqui o Deputado João Rodrigues, de Santa Catarina, Secretário de Agricultura e Pesca do Estado. Está aqui a pedido do Governador para que acompanhe a nossa audiência.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bem-vindo, Secretário e Deputado.

Com a palavra o Sr. Ricardo Leite Goulart Ponzi, na sequência que está aqui proposta pelo Senador Paulo Paim.

Ele é Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Obrigado, Presidente. Meus cumprimentos.

Cumprimento o Senador Paim, o Gregolin, meu amigo Gregolin, que cumpriu uma função histórica neste País, e a história vai registrar isso. Cumprimento todos.

Primeiramente, eu gostaria de dizer alguma coisa sobre a nossa Federação. Nós representamos os trabalhadores aquaviários. E quem são os trabalhadores aquaviários? São os marítimos, os mergulhadores, os trabalhadores da navegação fluvial e os pescadores na pesca industrial. Ou seja, quem navega, quem está na água, pertence a nossa Federação. Os pescadores artesanais não estão representados por nós.

Eu sou marítimo e fui viário, naveguei na Lagoa dos Patos, Rio Grande, atracava ali no Rincão da Cebola durante muito tempo. E naveguei no mar, cabotagem, *offshore*, e tive uma experiência muito breve sobre a vida do pescador quando comandi uma embarcação adaptada, uma traineira adaptada para o apoio à atividade *offshore*. Ali eu pude ver o que é a atividade de um pescador na pesca industrial em alto-mar. Ou seja, uma embarcação pequena – diferentemente de quando eu navegava na cabotagem, em um navio ou na navegação interior, em águas protegidas –, em alto-mar, exposta, em um espaço confinado, numa

adversidade física muito grande e em uma situação social muito incômoda. Então, essa atividade, ela tem essa particularidade, agravante à atividade marítima. A OIT, Senador, define, das nossas atividades que nós representamos, das quatro atividades mais perigosas, mais penosas, uma delas, e talvez a primeira ou a segunda, o mergulho ou a pesca, são consideradas as atividades mais penosas, pelas razões que nós citamos: confinamento, a diversidade de tempo, de clima e de incerteza, e, ao contrário de outras atividades, que houve uma evolução muito grande, tecnológica, na pesca, a situação do pescador, ela evoluiu, não há dúvida – o Gabriel está aqui -, mas continua muito adversa. Então, se há uma injustiça, se foi cometida uma injustiça aos trabalhadores, a partir de 1998, eu diria que, particularmente, os pescadores foram os mais injustiçados. Então – e a atividade, o Ministro Gregolin falou, mas eu – me permita, Ministro, reafirmar o que V. Ex^a disse – é uma atividade fundamental para a humanidade; não para o Brasil, para a humanidade. Trata-se, Presidente, de proteína, da melhor proteína, de alimentação e saúde, trata-se de segurança alimentar e de saúde pública. Então, essa atividade – e eu gosto de exemplificar: nós produzimos, Ministro, na ordem de um milhão de toneladas anualmente, entre a pesca marítima, aquicultura, a China produz 53 milhões – não é, Gabriel? Cinquenta e três milhões de toneladas de pescado, em aquicultura, em águas interiores e na exploração marítima. O que é que isso quer dizer? Quer dizer, não num exercício simplório, mas num exercício real, e o Ministro sabe disso, que a potencialidade brasileira, que tem mais água, nós temos três vezes mais água do que a China, uma costa menos explorada, isso quer dizer que nós podemos, temos um potencial de produzir alimento da melhor qualidade, não só para o Brasil, mas para a humanidade. Então, quando o Presidente Lula criou o Ministério da Pesca, ele foi um visionário, no sentido de enxergar um século vindouro da crise de alimentos. Então, a atividade, ela deve ser prestigiada. E, para isso, o início disso foi a criação do Ministério, com o apoio, eu até diria – o amigo Penteado gosta de dizer que nós demos o primeiro passo – não importa quem deu o primeiro passo; demos, não enquanto categoria, mas enquanto brasileiros, no sentido de fazer um esforço para criação desse Ministério, para cumprir uma tarefa histórica que eu creio que está cumprida. Então, voltando ao trabalho da minha representação, o pescador, o pescador industrial, nós temos uma legislação, nós fomos, como disse o Ministro, celetistas, e aí, infelizmente, injustiçados, porque pescamos em alto-mar, não é? As situações, o Gabriel depois vai falar sobre isso, da pesca oceânica, e ele vai falar – ô Gabriel, não vou me meter na tua char-

la, mas a pesca oceânica, que foi também uma outra emergência para criação do Ministério da Pesca, era a necessidade que nós tínhamos, e temos, de ocupar as zonas econômicas exclusivas e aumentar as nossas cotas de captura para assegurarem estatísticas e assegurarmos cotas – é o alto-mar – porque o atum, especialidade do Gabriel, ele é um peixe migratório, então ele passa na nossa costa, e nós não temos como capturá-lo. Nós temos que capturar esse atum para assegurar cotas e estatísticas de pesca, e não temos como fazê-lo. Então, tem que fazer isso, seremos nós, aquaviários, pescadores, preparados, estamos trabalhando conjuntamente com a armação, no sentido de preparar essa gente, preparar embarcações, preparar conhecimentos, para conseguirmos buscar esse peixe, que teoricamente deveria ser nosso. Então, isso é uma tarefa muito difícil e envolve muitos ministérios. O Ministério da Pesca está à frente disso, mas envolve também o Ministério da Educação, a Marinha do Brasil, envolve a necessidade de formação, envolve as nossas entidades... Nós estamos à frente disso no sentido de conseguirmos preparar a nossa gente para pescar e assegurar capturas nas zonas econômicas exclusivas e assegurar esse pescado que poderia ser perdido. Então, é uma outra tarefa. E tem que se preparar isso, tem esse espaço, esse desafio que estamos, com um esforço coletivo, conseguindo atingir.

Esse pescador, esse homem que tem que ser preparado para isso, está sujeito a uma legislação. Lamentavelmente há essa injustiça, porque a pesca é sazonal, ele vai buscar o peixe e, quando não tem, depois desse sacrifício, ele fica sem o seguro-defeso, sem o seguro desemprego. Esse aquaviário está sujeito a toda uma legislação nacional e internacional.

Senador Paim, estamos lhe devendo uma missão, que V. Ex^a pediu, no sentido de avançarmos na 2006, na Convenção Marítima, mas fazemos outro apelo a V. Ex^a, porque a Convenção da Pesca, a Convenção Internacional, a Convenção 188 também está na Casa Civil, V. Ex^a viu. Nós estamos também apelando a V. Ex^a no sentido de que venha a ser tramitado e ratificado imediatamente pelo Congresso brasileiro. Ou seja, as convenções internacionais têm que passar pelo Congresso, para a sua ratificação e depois a sua interinação na nossa legislação. Então, faço um apelo a V. Ex^a para que nos ajude também nesse sentido.

E essas convenções internacionais, particularmente a 188, não são uma única convenção. É, digamos, um guarda-chuva de convenções. É uma série de convenções, idade mínima, exame médico, repatriação, alojamento... Uma série de legislações internacionais que são sintetizadas em uma única convenção e depois internadas em lei, para regular a nossa atividade. En-

tão, precisamos disso. Precisamos, em verdade, de três coisas, emergencialmente: a primeira é que sejamos normatizados a parâmetros internacionais; a segunda é que venhamos a definir, Senador, esse vácuo, esse limbo, como bem colocou o Ministro, de que estamos desprotegidos, injustamente desprotegidos, em um determinado momento; e a terceira questão, que é objeto desse nosso encontro, é que não é a busca do tempo passado, mas sim que sejamos vistos diferentemente como somos.

É este o apelo que fazemos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço o Sr. Ricardo Leite Ponzi e passo a palavra, de imediato, ao Sr. Armando José Burle – vou evitar o Romaguera, porque acho que estou falando o nome errado –, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – Conepe.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Bom dia, Presidente, membros da Mesa, Senadores, bom dia a todos. O nome certo é Romaguera, mas é meio complicado de pronunciar.

Vou procurar ser rápido, meu forte não é a oratória.

O que eu queria dizer aqui é o seguinte: nós temos uma costa de 8.500km. Tivemos um auge na nossa produção pesqueira, na década de 70, com grande incentivo da parte do governo. Depois disso, com a criação da Sudepe, ela ficou patinando, houve uma desarticulação e o setor ficou um pouco órfão. Temos uma produção de produtos nobres, com grande valor agregado, que realmente é pouco explorada ainda, principalmente na pesca oceânica, que eu vou deixar que o Gabriel fale mais detalhadamente.

Para se ter uma ideia, a nossa frota hoje, em média, tem 40, 50 anos. Não houve investimentos. Desde a década de 70 que não se tem investimento maciço nesse setor. Hoje, a gente está numa crise muito grande – muito grande mesmo –, mas não é por falta de produtividade, nem de produção. É pela concorrência. É um dado que assusta a gente, porque hoje a gente está se batendo com os países asiáticos e é humanamente impossível alguém se bater com o pessoal lá, do jeito que eles trabalham.

Vou dar um exemplo: no dia 5, sexta-feira, teve uma reportagem do Globo Repórter mostrando o Vietnã. A Glória Maria, na ânsia de mostrar como funcionava, mostrou o Delta do Mekong e mostrou uma casa que só tem direito a um quarto o dono que emprega todo mundo, o resto dorme de todo jeito. Embaixo da casa tem um viveiro com criação de peixes. Agora, eu pergunto: com que se está alimentando aquele peixe ali? Ali não tem rede sanitária, não tem esgoto, não ração. Não sei de onde é que vem aquilo.

Outra coisa que me chamou muito a atenção foi ela mostrando as casas lá dos vietnamitas. Mostrou chão batido, parede de palha. Mas é tudo limpinho, a panela está brilhando. Quando ela mostra isso no Nordeste ou no Norte: mas isso é trabalho escravo.

Então, eu digo: “Meu Deus do céu, quando vai para o Nordeste ou para o Norte é tudo trabalho escravo”. Lá no Pará tem um bocado de gente respondendo por trabalho escravo por ter acomodação muito melhor do que aquelas casas que apareceram lá, em que as panelas estavam brilhando. Então, fica difícil a gente se bater com eles.

Vocês aprovaram aqui, nesta Casa, o Código Florestal, onde tem exigência para produção nacional de tudo que é jeito. Pergunto: o Vietnã e os chineses têm essas obrigações todas?

Para se ter uma ideia, no ano de 2000, o Brasil importou US\$63 milhões de pescado. Hoje está em US\$500 milhões. Hoje, colocando filé de pangasius, que é aquele peixe que está criado embaixo da casa, aqui no Brasil, a R\$5,25. Como que alguém vai se bater numa produção dessa? Não tem.

Nós temos condições de produzir. O Ministério mostra hoje que estamos em 23º lugar na produção de peixe. Não acho que podemos chegar a ser o primeiro. Mas, com certeza, podemos ser o melhor de produção. As nossas espécies são muito boas, de um valor agregado muito bom.

Eu estava vendo alguns dados do Ministério, que mostram que temos 12% de água doce do mundo. E se utilizássemos apenas 0,5% dessa reserva de água doce, 0,5% até o Inmetro permite. Quando dá diferença de ferro, se você comprar uma carreta e der 0,5% você não pode responsabilizar a siderúrgica de nada, porque não é nem considerado furto nem falha. Meio por cento desses 12% a gente aumentaria em quatro vezes a nossa produção nacional.

Agora, consiga uma licença para criar peixe nesse Brasil. Eu quero ver quem é que consegue. É complicado, meu patrão. Você pega isso é na piscicultura. Na piscicultura isso é complicado.

Então, são coisas assim que, com um pouquinho de apoio, o setor dispara. Mesmo com essas adversidades todas hoje nós empregamos 10 milhões de pessoas, direta e indiretamente. Não é pouca coisa. É um setor ainda bastante forte.

Para se ter uma ideia, essa questão da pesca, mesmo a pesca oceânica, que ainda é muito mal explorada no Brasil, os dados de que a gente dispõe dizem que a pesca ilegal oceânica no mundo gira com uma cifra de US\$23 bilhões. Dá para se ver que o mercado é um mercado em potencial muito grande. Precisa de apoio, de regras claras. Precisa ter um chefe. Tem um

ditado que diz: cachorro que tem dois donos morre de fome. E a gente está com dois patrões: o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente.

O Ministro do Meio Ambiente – e o Ministro Gregolin sabe o que é isso na pele –, porque não vai... Você se senta à mesa para uma reunião, o cara cruza os braços e diz: “Não quero, não faço”. E, aí, se passaram seis meses, acabou a safra. E vocês sabem que quem trabalha com safra tem um período, tem um tempo. Passou aquele tempo, pode liberar que, se já está no defeso, não adianta.

Então, de uma maneira geral, era isso que eu queria mostrar. Além do mais, há um dado que mostra que, hoje, a pesca representa três vezes o faturamento do mercado da pecuária no mundo. Então, é uma coisa que a gente tem que crescer. Eu não sei nem dizer qual o número a que a gente pode chegar aqui no Brasil. Hoje, no Brasil, é irrisório. E vocês vejam: no mundo, ela significa três vezes o faturamento da pecuária.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – A Argentina tem mais divisas com a pesca do que o Brasil.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Exatamente. A Argentina tem mais divisas que a gente com a pesca.

Então, são coisas assim. E é uma setor em que você pode crescer de uma forma ambientalmente sustentável. Então, é uma coisa que só depende da gente.

Era isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paim, eu me sinto na obrigação de esclarecer que a audiência pública, protocolarmente, foi convocada para que a gente discutisse duas questões: a aposentadoria especial e o período de defeso. É claro que eu percebo – e acho importante e concordo... E olha que o Código Florestal só não ficou pior porque houve muita gente que defendeu bravamente essa questão aqui. O texto que se queria aqui era muito mais restritivo. E fico até contente quando vejo essas colocações, porque dá sempre aquela impressão de que “ah, esses ruralistas querem acabar com tudo”. E nós estamos falando de uma economia, de uma atividade que gera emprego, que tem tudo a ver com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e sem, absolutamente, destruir nada. Essa que é a verdade!

Mas, então, eu quero dizer isso, porque muitas das colocações, sobretudo, do empresário, se a gente não tomar cuidado, Senador Paulo Paim, vão ficar sem as respostas, porque esta audiência pública foi convocada, Armando, com um outro tópico. Mas é evidente que, para você falar de aposentadoria especial e período de defeso, é preciso mostrar a importância que tem esse segmento.

Só estou justificando, Paim, para que não fique uma coisa desconexa na audiência pública. Mas quero dizer que a contribuição dada aqui, hoje, Armando, é muito importante, até para que se possa compreender a importância desse segmento e a importância do trabalho, do pescador. Digo isso para nós termos uma organização do debate desse tema.

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Xavier de Maria, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina.

O SR. MANOEL XAVIER DE MARIA – Bom dia a todos!

Eu queria, primeiramente, agradecer ao Senador Paim, porque já da primeira conversa que nós tivemos sobre pescador e as suas dificuldades, veio a proposta de realização desta audiência, e, inclusive, com a possibilidade de se tratar de outros assuntos relativos ao setor pesqueiro, e não somente sobre a problemática da aposentadoria do pescador e o seguro-defeso.

Mas, para nós, foi uma honra receber do nobre Senador essa proposta de fazer este debate, de fazer esta audiência. Agradeço ao nosso Presidente aqui pela aprovação da realização desta audiência.

Os senhores não sabem o quão gratificante é saber o quanto essa categoria ainda é importante e lutar para que ela continue sendo importante.

Nós somos pescadores profissionais industriais. Nós passamos de dois até 90 dias em alto mar. Nós conseguimos fazer captura em locais distantes de três a quatro milhas da costa, como até mesmo distantes 350 a 400 milhas da costa, ou seja, já em águas internacionais.

Eu trouxe aqui um trabalho que gostaria de apresentar rapidamente, até para que os senhores entendam o que é a penalidade hoje para o pescador profissional no Brasil.

Esta é a questão: o que é o pescador e de que forma ele se comporta no dia a dia? É celetista, como já foi colocado, de dois dias a noventa dias.

Pode passar.

A bordo, as atividades são desenvolvidas assim: um mestre responsável pela navegação e a segurança da tripulação e da embarcação, e existe também o responsável pela captura.

Tempo de trabalho dos mestres: quinze horas por dia.

Um motorista profissional, como muitos pensam, não dirige o barco. O motorista da embarcação de pesca é o responsável pelo motor, bombas, partes elétricas e hidráulicas.

Pode passar.

O cozinheiro, o nome já diz.

O gelador é o responsável pelo pescado na sua descarga e no seu acondicionamento a bordo. Se o peixe sai mal ou se sai bem, é por culpa desta pessoa, o gelador.

O contramestre é o responsável pelo convés. Toda tripulação está submissa às suas ordens, e só o mestre acima.

Os tripulantes e os demais exercem toda a atividade de coleta e lançamentos dos apetrechos de pesca.

Pode passar.

Proeiro – este é o responsável que, muitas vezes, mesmo sem grau de escolaridade, tem um conhecimento de todo o pescado, onde se encontra o pescado, qual forma mais fácil de capturá-lo, quando encontrar esse pescado. Então o proeiro é a pessoa responsável em muitas das embarcações pela quantidade de pescado capturado.

Aqui passamos para o tormento do pescador: a busca por uma aposentadoria. Isto é lei: ingressar na pesca somente aos dezoito anos. Se ele desenvolve atividade, e tem de desenvolver por 35 anos, e com os defesos que chegam até cinco meses por ano, ele tem mais o acréscimo de quatorze anos e sete meses. Ou seja, pescador que começa a trabalhar hoje não vai se aposentar nunca antes dos 67 anos de idade – isso se ele não perder nenhum dia de trabalho fora o defeso.

Pode passar.

Esse documento que está abaixo foi emitido pela Dr^a Evelyn, da Fundacentro de Curitiba. A Fundacentro vem desenvolvendo um trabalho em Santa Catarina que demonstra que mais de 65% dos pescadores já têm problema de audição em grau elevado, sem contar os outros problemas de saúde que nós também vamos ver à frente.

Pode passar.

E ela ainda faz um outro documento sobre o tanto de dias que um pescador trabalha até se aposentar.

Mais à frente, sem contar essa questão de que ele trabalha doze horas, 24 horas, 28 dias por mês, vem toda uma somatória que os senhores estão vendo, mas a diferença de um trabalhador na pesca para um trabalhador em terra para se aposentar está logo abaixo.

Pode passar.

A diferença para um pescador se aposentar para qualquer outro trabalhador em terra é que ele tem de trabalhar 61.870 horas a mais do que qualquer outro trabalhador. Isso são dados da Fundacentro.

Pode passar.

Esse é o documento que a Dr^a Evelyn assina.

Pode passar.

Isto é uma outra verdade. Ou seja, nós não temos, como pescador, o nosso direito só de ir e convívio social; nós não temos sábados, domingos; não

temos aniversários; não temos dia santo. As únicas duas coisas que fazem com que a gente tenha um pouco de tempo com a família é o tempo muito ruim, muito adverso, ou então uma quebra de equipamento ou apetrecho de pesca.

Pode passar.

Esta é a situação que dizemos aqui sobre o nosso pescador na aposentadoria especial. Para nós, é uma grande justiça, como nós colocamos, nós trabalhamos até 61 mil horas para conseguirmos nos aposentar. Isso são dados da Fundacentro, e nós já fizemos um levantamento desses dados.

E nós não estamos pedindo nada mais do que justiça. Revejam os senhores, auxiliem-nos, de que forma seria possível os Senadores nos apoiar somente quanto às de lei, a gente sabe, mas a gente precisa do apoio dos Senadores e dos Deputados para que isso seja revisto.

Nós não queremos ter em Santa Catarina o que acontece nos dias de hoje: mais de um terço dos nossos profissionais já abandonaram o setor, já temos muitas embarcações paralisadas por falta de mão de obra. E eu não pedi ao meu irmão – o último a sair, da minha família, do setor pesqueiro – para ficar, porque, se ele fica na pesca, ele vai continuar na mesma agrura que eu me encontro e os meus companheiros também. Meu irmão teve uma possibilidade: “estou indo para um barco de apoio junto à Petrobras”. “Vai com Deus. É melhor para ti, para a tua família, e é menos um pescador a sofrer da forma como a gente está.”

E nós gostaríamos que os senhores revissem essa posição da aposentadoria, como também da questão dos defesos: são cinco meses ao ano sem nada para fazer para minimizar a situação de pescador e sua família.

Pode passar mais uma vez.

Aqui, como a Dr^a Evelyn tinha colocado, as principais problemáticas adquiridas pelo pescador na atividade: dores de coluna e articulações – 70% já não conseguem mais realizar faina de pesca. Os senhores sabem que a pesca é toda desenvolvida com um esforço físico muito grande da coluna e de todas as partes ósseas dos pescadores. Então, problemas de articulação e coluna já chegam a mais de 70% depois de 20 anos de trabalho. E nós temos que trabalhar aquele montante.

Pode passar.

A perda da visão pelos raios solares e reflexos; a perda de audição pelos roncos dos motores, que já atinge mais de 60%; e um outro problema que se agrava, dia após dia, e que as pessoas não gostam de falar e nem mesmo de mencionar que têm o problema: a labirintite. O pescador, depois de 20 anos, começa a

sofrer, enormemente, pelo problema da instabilidade da embarcação.

Pode passar.

Depois disso tudo, as agruras, novamente, impostas pelos defesos.

Pode passar para frente.

Essa agrura está aqui bem colocada, senhores: nós temos que respeitar, em 14 anos, 175 meses de defeso. E nós...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. MANOEL XAVIER DE MARIA – Respeitar 175 meses. São meses! E, desses 175, nós só temos direito a seguro desemprego, como celetistas, a 45 parcelas. Então, nesse montante de 14 anos, nós passamos 11 anos sem nenhum benefício em troca por estarmos respeitando os defesos impostos pelo Governo Federal. São 11 anos sem nenhum benefício.

Pode passar.

Aqui vai um desabafo: nós entendemos que estamos sendo eliminados do conceito de seres humanos e trabalhadores. E, aí, fazemos a colocação ali sobre como estão os pescadores: “Pagar nossas contas ou dar comida ao filho?” Porque são muitos meses, são muitas dívidas acumuladas.

Pode passar.

Em um cerco desses, uma tripulação de seis homens não consegue realizar todos os trabalhos em menos de 6 horas sem descanso algum, nem para cafezinho nem para nada. Se quiser tomar cafezinho, que tome após o lance, e todo ele guardado e devidamente acondicionado.

Pode passar.

No caso da sardinha verdadeira, a cada 10 toneladas, se emprega 1 hora e 30 minutos de serviço, sendo que, para uma boa pescaria, contamos como 80 toneladas, no mínimo. E isso, serviço direto, ininterrupto.

Pode passar.

Essa é a pesca do camarão; o camarão no Sul. Os pescadores mais velhos, a tripulação já não gosta nem que eles façam parte da tripulação, porque eles já não têm nem condições de realizar o trabalho. Então, o que se usa muito nessa pesca, como a pesca do camarão no Sul é ótima, são trabalhadores naquela faixa etária de 18 até 25 anos; estes são os mais procurados.

Pode passar.

Pode passar, novamente.

Situação da pesca com o MPA e os pescadores: os pescadores industriais ficaram muito contentes quando o Governo fez a criação da Seap, hoje MPA, mas existem dificuldades impostas a esse setor pelo MPA.

Pode passar, novamente, para já chegar ao final.

Essas são situações absurdas, impostas pelo MPA, que estão a dificultar a vida do pescador. Além

do defeso, da aposentadoria, ainda há essas problemáticas.

Tainha não podemos capturar de jeito nenhum porque o Ministério do Meio Ambiente e o MPA nos proíbe. Onde há tainha não podemos pescar.

Próximo.

Temos a questão do limite das 60 licenças. Os pescadores querem trabalhar, e o MPA nos proíbe.

Próximo.

Descarte em alto-mar. Senhores, já passamos de 26 milhões de toneladas de pescados jogados fora, como lixo, em ato-mar, e que poderiam ser utilizados para o consumo humano. São determinações do MPA e do MMA. Ou seja: estamos jogando peixe como lixo á em um montante de 26 mil toneladas/ano.

Temos a aba de cação, que eram proventos que os pescadores tinham e que hoje não são mais possíveis porque o MMA e MPA nos proibiu.

Próximo.

Falta de representação. Essa questão foi criada lá fora, internacionalmente, e trazida para cá por pessoas que não têm conhecimento do setor pesqueiro nacional, dizendo que praticamos isso. Ou seja, se consumimos mais 40 toneladas de pescado por mês de cação, por que vamos jogar o cação fora? Se ele chaga até R\$4,0 R\$5,0 cada quilo no comércio nacional, é porque é um pescado bom; ninguém iria jogá-lo fora.

Próximo.

A licença de camarão pitu e cristalino também veio com o descarte fora, ou seja, você só pode tirar o camarão pitu e o cristalino, e ainda tem que jogar fora toda a fauna acompanhante, em alto-mar, como se fosse lixo, sendo que 60% ou 70% é fauna acompanhante em qualquer lance.

Próximo.

E aí, pessoal? Nós queremos e vamos continuar lutando por nossa categoria? O setor pesqueiro, os pescadores, os industriais e os armadores precisam da atenção do Senado. São muitos os problemas criados hoje, são muitas dificuldades, mas queremos, como trabalhadores, continuar ainda nessa luta de dizermos “ainda vemos ou queremos ver alguma luz no fim do túnel.” Era isso. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sr. Manoel Xavier de Maria, agradeço sua participação e, de imediato, concedo a palavra ao Sr. Giovani Monteiro, Presidente do Sindicato dos Armadores da Indústria de Pesca de Itajaí e Região.

O SR. GIOVANI GENÁZIO MONTEIRO – Bom dia a todos, quero agradecer ao Presidente da Mesa, Waldemir Moka, e principalmente ao Senador Paim, que nos atendeu acerca do pleito da audiência pública. Agradeço ao nosso amigo, que continuo a chamar

de Ministro Gregolin ou, particularmente, de Grego, nosso grande amigo, que sabe da batalha que os trabalhadores e os industriais armadores passam com o setor, a grande problemática da gestão pesqueira.

Armando, vou corrigir um pouco a sua fala. Não somos mandados por dois cachorros. Temos mais de cinco. A pesca fica submissa à Marinha, ao Ministério da Pesca, ao do Meio Ambiente, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Trabalho, ao MDIC e mais a uma série de relações, e todos eles botando entraves na pesca.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou lhe interromper porque isso tem tudo para dar confusão. Ele disse o seguinte: cachorro que tem dois donos morre de fome.

O SR. GIOVANI GENÁZIO MONTEIRO – Estamos morrendo de fome.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou corrigir. Então, o cachorro tem cinco donos. Vou corrigir, senão você vai acabar ofendendo pessoas e vai me criar um mal-estar, obrigando-me a me explicar depois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Presidente porque a impressão aqui foi essa, e V. Ex^a agora explicou que não é essa a intenção.

O SR. GIOVANI GENÁZIO MONTEIRO – Positivo, era apenas para falar que dos grandes entraves que existem. Então, temos um grande problema na captura, há sempre restrições dos órgãos de meio ambiente, sem qualquer estudo. Os estudos são da década de 70 e 80, restrições como a da pesca de sardinha. Há mais de quatro anos, tivemos o próprio Ibama fazendo uma recomendação de que teríamos que fazer uma moratória da pesca de sardinha por 20 meses. Fomos atrás dos dados com conserveiras, levantamos os dados de produção e, nesses últimos quatro anos, Presidente, Senador, sobretudo no ano que passou, passamos das mais de cem mil toneladas de captura de sardinha. Então, realmente temos muito peixe.

Agradeço aos nossos associados, aos Presidentes de Sindicatos. Agradeço ao nosso Presidente do Conepe, Armando Burle, e a todos os demais que estão representando o nosso setor. Não vou me estender porque dez minutos parece que é muito tempo, mas acaba sendo pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, são 12. Estou dando dois de tolerância.

O SR. GIOVANI GENÁZIO MONTEIRO – Gostaria de agradecer ao nosso Deputado Federal e Secretário João Rodrigues, que dá um excelente apoio e, todas as vezes que o setor pleiteia, seja ele camarão importado

ou problemática de sardinha importada, prontamente ele se coloca à disposição do nosso setor, junto ao Governador, buscando os pleitos nossos ao Governador.

Só queria deixar registrado aqui... nós vamos mostrando o vídeo e apresentando, por favor.

Vamos mostrar o vídeo de como é a pesca industrial.

(Apresentação de vídeo.)

(Palmas.)

O tempo está se estendendo. Vamos lá!

Pesca industrial e suas potencialidades. Muitos dos senhores não sabem o motivo desta grande audiência, mas isso motivou principalmente ao Manoel e a mim, depois com o apoio do Conepe, Presidente Armando e Gabriel. No ano passado, houve uma denúncia de uma ONG no Senado sobre a pesca. Essa grande ONG internacional falava que toda a pesca era conduzida por máfias. Isso está gravado nesta Casa – infelizmente, essa audiência foi aqui nesta Casa – e muitos dos senhores foram enganados.

Nessa denúncia, falava-se que o Brasil fazia *finning*, como o Manoel falou, e essa é uma grande inverdade, absurda no Brasil. O Brasil é o maior importador de peixe e de cações e tubarões do mundo. O Brasil hoje importa mais de 40 mil toneladas de peixe, de tubarões, e é um dos peixes muito consumidos pelo brasileiro. Existem várias espécies, infelizmente como o Manuel – mais de 30 mil toneladas estão sendo descartadas – espécies como chernes, peixes “nóbrissimos”, cações-anjos, violas e muitos cações que iriam para a mesa do consumidor. E esse peixe, sendo descartado, ele causa um grande prejuízo ao pescador, ao amador e à indústria. A grande mentira – é tanto que os dados do MDIC, e aí está a planilha do Conepe, de que o Brasil importa muito cação e são consumidos os cações.

Próximo, por favor.

Nas mentiras, eles atacavam a pesca de arrasto e mostravam embarcações e traineiras, mas essa não é nenhuma traineira brasileira. Essas são traineiras do exterior.

Próximo, por favor.

Ele falava em embarcações de arrasto, muitos dos senhores não conhecem, mas quem é do setor conhece que essas são embarcações de mares; se vocês olharem na proa duas embarcações, elas estão ancoradas na beira da praia devido ao mau tempo na costa do Rio Grande, mas ele falava “pesca de arrasto”. Ele atacava seriamente a pesca de arrasto.

Próximo, por favor.

Ele alegou nessa casa que o trabalho é semiescravo. Eu acho que nós temos grandes testemunhas aqui da Federação e pescadores. Normalmente, regi-

ões à parte, os pisos salariais são de R\$800, R\$900; na nossa região, em torno de R\$1.300, R\$1.400 reais, então não existe trabalho escravo.

Próximo, por favor.

Então, nós temos grandes potencialidades e dificuldades. Vou resumir rapidamente. Principais polos industriais: Belém, na Região Norte; Natal, Fortaleza, na Região Nordeste; Rio de Janeiro e Santos na Região Sudeste; Itajaí, Navegantes, Laguna e Rio Grande, na Região Sul. Embarcações industriais: segundo o Ministério da Pesca, existem 5 mil embarcações. Empresas em armadores: 500 empresas, tanto jurídicas, como físicas. Número de pescadores embarcados – eu pulei indústrias brasileiras “sifadas”: existem 328 indústrias conforme o Ministério da Agricultura. Número de pescadores embarcados no Brasil: são 50 mil. E para cada pescador, são gerados oito empregos em terra – tudo aquilo que o vídeo mostrou: desde os estaleiros, as pessoas que processam peixe, indústria, manipulação, venda de pescados. É uma relação de emprego direta de 500 mil empregos. A produção de pescados da pesca extrativa marinha, ela hoje, oficialmente, é de 400 mil toneladas. Esse dado é muito maior. As nossas estatísticas são grandes falhas, Gregolin tentou arrumar muito isso aí, mas estatística, infelizmente, até hoje, Gregolin, nós temos essa grande falha na estatística brasileira, que nós capturamos muito mais.

Então, esse é um nível ali do – voltando ao número de embarcações – esse aí já vai passar; pode passar, por favor.

Continuando: indústria de processamento: em Santa Catarina, nós temos capacidade de instalar de 120 mil toneladas/frigorífico. Produção de congelados, filés, postas, inteiros: 400 mil toneladas/ano, nacional e importado. Volto a frisar: na parte de estatística, até hoje nós continuamos sem estatística brasileira. Desde o ano passado, a Universidade do Vale do Itajaí, o João, inclusive, colocou uma verba no Orçamento, não existe estatística no Brasil, essa é uma grande falha. Uma vez, senhores, que falhe a estatística, cai o número de produção e automaticamente o Ministério do Meio Ambiente vai falar que caiu a produção e os peixes estão em extinção. E todos nós vamos sofrer. Uma vez que não é considerada a produção de tainha, de sardinha, de corvina, de camarão, todos nós vamos sofrendo e está em extinção e meio ambiente vai colocando cada vez mais restrições ao nosso setor.

Produção – só para frisar, a produção de conserva enlatada, nós temos duas grandes enlatadoras na nossa região, uma delas emprega 2.200 pessoas e uma outra, 1.500 pessoas, só as enlatadoras de Santa Catarina. São 600 milhões de lata ao ano de sardinha e 300 milhões de latas de atum. O consumo *per capita*,

como o nosso Ministro já falou, ele vem subindo ano a ano, o Brasil tem um grande potencial de consumo de pescado e um crescimento – isso é que preocupa o grande setor – de 15% ao ano de pescado importado; origem essa questionada por vários de nós.

Principais recursos pesqueiros: sardinha, camarões, atum, lagosta, piramutaba, pargo, peixes demersais como corvinas, pescadas, dentre outros mais.

Próximo.

O que é que nós precisamos? Como o senhor falou: a área, mas, numa próxima audiência, mas sei que teremos apoio de vários Senadores desta Casa aqui.

Modernização e expansão da frota industrial brasileira: desenvolvimento da pesca oceânica – isso nós temos colocado diretamente ao nosso Ministério.

Renovação da frota com redução daquelas que necessitam diminuir o esforço de pesca.

Investimento em qualidade e melhor aproveitamento de captura.

Planejamento e políticas que atendam à necessidade do setor. Isso é uma ampla discussão com o setor produtivo e essas discussões têm sido feitas e não têm sido discutidas com o setor produtivo, e sempre as normativas acabam sendo decididas entre duas, três ou quatro pessoas, sem o aval do setor produtivo, aí começam as limitações de tainha, de sardinha e de vários peixes.

A competitividade nos custos de produção em relação à entrada de produtos importados. É impossível e desumano competir com o mercado asiático.

Próximo.

Entraves de desenvolvimento do setor.

Captura.

Excessos de normas e regulamentações sem o devido conhecimento da situação dos estoques fundamentados no Princípio da Precaução. Aconteceu que a gestão pesqueira, por dez anos, ficou na mão do Ibama e eles só aplicam a lei. A lei fala que, na falta de estudo, usa-se o Princípio da Precaução. Rodrigo Lins sofreu muito disso, várias vezes os seus secretários acabaram brigando com o Meio Ambiente.

Temos um grande entrave ali na instrução normativa, que é o calo no setor produtivo. Ela é de 2004. Esta norma, nos seus artigos 4º e 5º, fala que, em cinco anos, teria que haver planos de manejos, estudos, apresentação, qual o estoque. Até hoje, 2004. Estamos falando em 2009 e estamos em 2013. Nove anos após a IN, nada é feita, nenhum estudo é feito e só vem restrições. Moratória de sardinha, moratória de tubarões ou cações... O que realmente o Ministério do Meio Ambiente quer? Eles não sabem. O quanto realmente nós temos de peixe no mar? Nós temos que, urgentemente, fazer pesquisa.

Ausência de pesquisas continuadas em biologia marinha, avaliação dos estoques, desenvolvimento tecnológico.

Ausência de modelo de estatística pesqueira, como já falei.

O ambientalismo exagerado sem fundamentação científica e desinformado sobre questões ambientais. Aí todos nós desta Casa somos atacados: pescadores, armadores, industriais. Muito me orgulha estar nesta Casa, representando, pelo menos, o meu setor, e o Presidente do Conepe, Armando, representando a Região Sul do Conepe. Acho que chegou a grande hora, esse serve como o grande passo da união desse nosso grande setor, tão importante que precisa ser respeitado no Brasil, afinal nós produzimos o alimento mais saudável que existe na face da Terra e, a coisa mais importante, com menos impacto. Esta é a grande verdade: menos impacto.

Próxima, por favor.

Como já falei, entraves da gestão conjunta, que infelizmente não funciona. É um entrave enorme. Puxa-se um verdadeiro cabo de guerra entre os Ministérios da Pesca e Meio Ambiente.

A dificuldade criada pela gestão conjunto no ordenamento pesqueiro, da CTGP e CPGs. A gestão pesqueira deve ser compartilhada com a sociedade civil, como a própria IN nº 5, de 2004, fala. Mas até hoje estamos aguardando e vamos sofrendo entraves e entraves na tomada de decisões. Esse modelo enfrenta grandes obstáculos para efetivação, funcionamento e complexidade, e o reconhecimento da legitimação por parte do próprio Governo federal.

Próximo, por favor.

As indústrias sofrem enormes problemas. Até hoje necessitamos, com a criação da Lei da Pesca, da equiparação ao agronegócio, que reduziria muito o pagamento de impostos em cima de se adquirir máquinas novas para inovação, modernização dos parques industriais, uma série de benefícios. Entregamos, semana passada, ao Ministro Crivella, a isonomia do PIS e Cofins como as outras proteínas animais, porque a carne, o frango e o suíno têm, e o pescado é a única proteína animal que não tem isenção do PIS/Cofins. Precisamos de mais de seis anos, e o Sindipi tem uma normatização, tem uma liminar, regulamentar o *glaze*, é o processo que legitima o pescado congelado, e até hoje existe um entrave entre o Inmetro e o Ministério da Agricultura.

Inexistências, problemas de competitividade, custo e produção relacionados à forte concorrência internacional, o uso de mercado brasileiro de pescado como um dos mais emergentes do mundo, como moeda de

troca para exportação de proteínas animais, principalmente oriundos da Ásia.

Próximo.

Resultado da política de importação sem critérios afeta toda a cadeia produtiva, desde a produção industrial com redução de preços, comercialização e consequente diminuição dos lucros, gerando êxito, como o Manoel falou, desativação da frota, com fortes prejuízos ao setor.

A próxima, por favor.

As conclusões, acho que vamos deixá-las. É tudo isso que eu já discuti: a grande problemática entre gestão compartilhada.

A próxima.

Essa é uma parte da IN-5, de 2004. E leia-se lá no art. 4º: “com a participação os órgãos estaduais, comunidades científicas, sociedade civil organizada, num prazo máximo de 5 anos a contar da data da publicação”.

Então, 2004. E nós estamos falando em 2013, 9 anos.

O que o Manoel falou desse caixa de mais de 30 mil toneladas de pescado, infelizmente nós estamos jogando alimento, proteína animal, dinheiro e recurso fora. O Rio Grande, em que há representantes, que foi um grande polo industrial, hoje sofre muito, principalmente naquela região, por causa desse CAT. E Brasil afora nós sofremos o problema desse CAT.

Gostaria de agradecer a todos.

Nesse vídeo de 20 segundos é o que ocorre nas embarcações, do descarte ao mar – por favor. Uma realidade que o Sindipi há mais de 4 anos tem feito com a Universidade do Vale do Itajaí, embarque simultâneo de observadores, pessoas credenciadas pelas universidades.

Só o vídeo, para finalizar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Isso que acontece, lance a lance, de cada barco nosso, seja ele de arrasto, de emalhe, toneladas e toneladas de peixes estão sendo jogadas fora. Lamentavelmente, o Ministério do Meio Ambiente não faz pesquisa e trava o Ministério da Pesca, falando dessa realidade.

Senhores, eu gostaria de agradecer a todos vocês pelo apoio a nossa luta. Como eu sempre gosto de terminar, na palavra do Presidente, a gente faz tudo isso com muito amor à pesca.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Eu quero agradecer a participação do Giovani e passar a palavra, de imediato, ao Vice-Pre-

sidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, o Sr. Gabriel de Araújo.

O SR. GABRIEL CALZAVARA DE ARAÚJO – O senhor se poupou de dizer o sobrenome, porque Calzavara estava difícil, não é, Presidente?

Quero agradecer ao convite do Presidente, o Senador Moka.

Quero aqui agradecer ao Senador Paim. Acho, Senador, que esse é um novo marco para a mobilização desta Casa e do setor produtivo. Essa sua iniciativa foi de extrema importância para o setor de pesca industrial e empresarial deste País. O senhor talvez não tenha ideia da importância do que representa isso e de estar toda essa comunidade aqui reunida, discutindo e apresentando o setor para o Senado e para o Congresso Nacional.

O nosso Ministro Gregolin, que, realmente, cumpriu um papel histórico fundamental em conseguir viabilizar uma estrutura do Ministério, – não só criar o Ministério, mas criar as estruturas para que isso acontecesse – sabe dessa importância.

Mas creio que a grande questão que nós temos que debater aqui, apesar de se falar da questão da aposentadoria, há uma questão muito mais geral, que tem sido a tônica dos debates aqui. É justamente como transformarmos o que é potencialidade, isso que é colocado em toda reunião. Todo debate, todo evento que se fala da pesca e da aquicultura deste Brasil coloca-se o Brasil com um potencial: 18% da água doce disponível do Planeta está no Brasil. Existem 8,5 mil quilômetros de costa; 3,4 milhões de quilômetros quadrados de zona econômica exclusiva. Ou seja, nós temos potencialidades e ficamos o tempo todo debatendo potencialidades.

Hoje foi mostrado aqui e está aqui presente a nossa força produtiva, para transformar essa potencialidade em alimentos, emprego e renda. Essa é a questão básica que a gente tem: como o Brasil está preparado, como o Brasil está estruturado, como o nosso setor, o nosso País está pronto para poder buscar essas potencialidades e transformar e fazer com que o País assegure...

de transformar e fazer com que o País assegure e assuma o seu papel de país pesqueiro, de país oceânico, de um país aquícola. O Brasil precisa acordar para isso, precisa deixar dessa visão de que tem um potencial, de que tem recursos, mas não está preparado. Como é que a gente está preparado?

E, aí, vem uma questão básica, fundamental, Senador: o nosso problema é informação. Não é possível que, hoje, a gente tenha um vídeo como esse, apresentando no Senado como é que se dá a cadeia produtiva da pesca numa das regiões mais desenvolvidas

do setor no País que é a Região Sul. Muita gente está sendo apresentada a essa atividade. Essa linguagem é nova. E essa desinformação eu atribuo justamente a essa descontinuidade da gestão pública da pesca e da aquicultura no Brasil. E vou dar um exemplo muito claro: o que aconteceu com a atividade da pesca? A partir de 60, criou-se a Sudepe e toda uma política de desenvolvimento industrial e empresarial. A Sudepe teve um período, mas, em 1985, ela foi extinta, assumindo o Ibama por dez anos; depois, o Ministério da Pesca, com um departamento específico lá dentro, sem muita representação; depois, foi constituída a Seap, uma secretaria, e, depois, o Ministério.

Todavia, Senador Paulo Paim, imagine uma locomotiva com vários vagões. Temos o vagão do frango, o vagão da carne, o vagão da soja e o vagão da pesca e da aquicultura. Essa locomotiva, para se desenvolver e se modernizar, precisa de investimentos em tecnologia e pesquisa. Havia a Embrapa para isso. A Embrapa investiu em pesquisa, desenvolveu a soja, desenvolveu o frango, desenvolver a carne, e o que fizeram? Em 1985, pegaram o vagão da pesca e da aquicultura, tiraram de um órgão de desenvolvimento e fomento e legaram para um órgão que tinha como foco, unicamente, a política de preservação, que estava longe daquele conceito de desenvolvimento sustentável, de desenvolver a exploração econômica da atividade dentro dos limites da sua sustentabilidade e da participação da sociedade nesses recursos. Não! Havia só um pé, um pilar desses três conceitos que a FAO estabeleceu como desenvolvimento sustentável. Era preservar o recursos. Esse era o foco, não era bom nem ruim, mas o Ibama não tem vocação para desenvolvimento, porque não conhece, não tem quadros, não tem nada disso.

Quando esse vagão foi tirado dessa locomotiva, nós perdemos pesquisa. A Embrapa não pesquisou mais a atividade de pesca. Eram questões pontuais que não tinham nada que ver com políticas públicas. Não havia política de desenvolvimento, não havia estrutura, um modelo de gestão para que a gente pudesse desenvolver, modernizar a frota, dar apoio ao ativo que nós temos. Qual é o ativo que o Brasil tem? Os seus recursos naturais, que nós todos conhecemos, mais os seus empresários e os seus trabalhadores. Estes são aqueles que fazem transformar a potencialidade em produção efetiva. (*Palmas.*)

E a grande questão é: como havia uma salada de gestores públicos, onde ninguém sabia quem era quem, ficamos, o setor produtivo, à mercê de quem estava de plantão e de quem tinha mais força política. Era o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, era o Ministério da Agricultura... Quem? Esse foi o grande ponto.

Hoje, nós temos que recuperar e dar a informação. Hoje, Senador Paim, quando o senhor fala em pesca neste País, o que vem à cabeça da sociedade? Uma jangada com uma pindaúba para pescar. Essa é a imagem que vem. E o que vem como pescador? É o que Jorge Amado eternizou em seus romances. Uma coisa romântica, com os veleiros. Mas não é nada disso! O pescador é um profissional e o armador é um profissional que planeja a sua atividade. Ele não sai para se aventurar no mar; ele tem clareza; ele planeja o ano todo; ele sabe quando é que ele vai pescar ou qual é o próximo passo que ele vai dar. Ele tem uma estrutura de planejamento industrial, de pesquisa. Hoje, há uma coisa importante que ninguém diz: o setor empresarial brasileiro vem substituindo, nos últimos 25 anos, a pesca costeira. Nós mandamos barcos para pesca oceânica por conta própria. A frota brasileira, hoje, que está na região oceânica pescando atuns e afins é toda adaptada da pesca da piramutaba na Região Norte, ou da pesca de camarão, ou da pesca costeira. Em qualquer país desenvolvido, ao armador é assegurado um recurso para que ele possa modernizar sua frota e sair de cima desse estoque costeiro. Aqui não, aqui nós temos que fazer do nosso bolso e ainda ter que se deparar com uma série de situações e de desinformações que nos levam a esta situação de estagnação, de sucateamento da nossa frota. E aí se pergunta – e estou cansado de ouvir isto, sentar com o gerente de desenvolvimento, o Banco do Brasil, o Bradesco, todos: “Olha, nós temos recurso, temos Plano Safra, temos tudo...”. Quando o armador vai buscar esse recurso, ele não tem condições. Aí falam: “Vocês estão todos endividados”. Endividados por quê? Porque nós bancamos toda a incompreensão e a desinformação daqueles que fazem a política pública deste País.

Então, o nosso problema, Senador, é informação. Imagine o senhor que aquele ilustre senhor daquela ONG falou dentro do Senado que os barcos chegam para pescar atum e vão para o Sul, porque no Nordeste não tem atum. Qualquer engenheiro de pesca sabe que não há atum no Nordeste.

Esse senhor disse isso aqui, e o que fiquei pasmo é que não havia nenhum representante dos gestores públicos que desenvolvem atividade de pesca neste País para contestar isso dentro deste Senado. Oitenta por cento da produção do *bigeye yellowfin*, das albacoras brancas, das albacoras lajes, são no Nordeste. Existe uma frota estruturada no Nordeste, a duras penas. Mas esse senhor vem aqui e abre a boca dizendo isso com a maior facilidade do mundo.

Então, vejam bem, eu creio que hoje essa descontinuidade da gestão de quinze ou vinte anos de Sudepe, depois dez anos de Ibama, depois de DPA,

depois de SEAP, depois de Ministério, isso foi o grande responsável, e, nesse período, as normatizações, as legislações estão sendo feitas de maneira descontraída. A gente precisa ter clareza de que o nosso ativo são os recursos naturais, as nossas empresas, os nossos pescadores, estabelecer política pública para tirar o Brasil dessa situação de estagnação e reconhecer que o Brasil tem um papel importante para fornecimento de alimento para a humanidade. O Brasil precisa assumir essa condição, mas, para isso, precisa realmente iniciar, dentro do Congresso, a questão da Lei da Pesca, em que há muitas regulamentações, Senador, que não foram implementadas. Hoje nós não somos sequer reconhecidos como um setor agrícola, como um setor agropecuário. Não somos reconhecidos como esses, que está na Lei da Pesca e que não se regulamenta.

Há uma série de situações que precisam ser feitas, mas a principal é apresentar aos senhores o que é esse setor, a pujança desse setor, a importância dos trabalhadores. Como é que podemos ter barcos atualizados para competir na região oceânica, para competir com o importado se a gente não tem barcos com menores custos. As iscas que nós capturamos... Onde está a pesquisa sobre isca alternativa? A única coisa que se diz é: “Não pode utilizar sardinha como isca viva na pesca oceânica, porque a sardinha é exótica”. À sardinha deve se dar cidadania brasileira a ela. Ela já está há muito tempo aqui, em todo canto tem sardinha.

Portanto, essas questões existem por quê? Porque não há pesquisa. A Embrapa saiu, e nós não recuperamos esse ponto.

Eu creio que o grande tema e a grande questão, hoje, da pesca e da aquicultura do Brasil passa pela informação, pelo envolvimento dos órgãos públicos e para que se assuma, realmente, a pesca empresarial e a pesca industrial com as suas empresas e os seus trabalhadores como o grande vetor, o grande impulsionador, a grande alavanca para assegurar ao País a condição de um país industrial pesqueiro, de um país oceânico, de um país que assuma o seu papel de uma das lideranças da pesca e da aquicultura no mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu vou dizer a V. Ex^a que a Presidência vai tomar a seguinte decisão: eu assumo o compromisso de convocar uma audiência pública para discutir especificamente essa questão. E, a partir de agora, nós temos que voltar ao tema da nossa audiência pública, sob pena de a Presidência deixar... Por quê? Porque não há o contraditório aqui. Aqui precisava ter o Ministério da Pesca, o Ministério do Meio Ambiente para se estabelecer esse contraditório.

Eu sei que muita gente pode não entender o encaminhamento que estou dando. Ao contrário, acho tão importante o tema, acho tão importante a discussão... (*Palmas.*)

... Que quero estabelecer uma igualdade, porque, senão, amanhã ou depois, a própria base aliada, algum Senador – V. Ex^a é da base aliada – pode entender que estamos aqui tentando escamotear, chamando uma audiência pública para discutir aposentadoria e defeso, e os empresários estão aqui fazendo colocações de um ponto de vista que acho legítimo, justo, só que a audiência pública tinha uma outra finalidade, e quero retomar essa discussão.

Permitam-me os senhores, vamos discutir em cima da audiência pública, com o compromisso da Presidência de, de imediato, chamar – mas, aí, com a presença também dos Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente – para que possamos estabelecer esse debate, que acho muito importante até para que possamos, realmente, mostrar a dificuldade por que passa o setor, a importância do setor, e, assim, em uma outra audiência pública, trazer um encaminhamento específico para as legítimas reclamações que os senhores empresários estão trazendo aqui.

Então, eu gostaria que os senhores entendessem a situação da Presidência desta Comissão.

Ouçõ o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não; ainda falta o Sr. Armindo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a concordar, aguardo a fala dele, depois faço a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O seu encaminhamento, para nós, é a orientação desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Armindo representa aqui o pescador que não é de embarcação, é o pescador lá dos rios, dos nossos rios do Mato Grosso do Sul, como existem milhares, imagino, de pescadores que não são de embarcações e que têm também os mesmos problemas.

Com a palavra o Sr. Armindo Batista dos Santos Filho, Presidente da Colônia dos Pescadores do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. ARMINDO BATISTA DOS SANTOS FILHO – Primeiramente, quero agradecer a Deus, porque toda honra e toda glória a esse nosso Deus pertence. Em segundo lugar, Sr. Senador Moka, Presidente da Comissão, em seu nome quero cumprimentar os demais Senadores, demais políticos presentes, a imprensa e todos os interessados na pesca aqui neste Estado.

Como Presidente da Federação de Pesca do meu Estado, Mato Grosso do Sul, e Presidente da Colônia

de Pesca Z-2 de Coxim, tenho como dever dar manutenção a uma pesca ecologicamente sustentável para o meu Estado e, entre tantas coisas, manter os canais de comunicação com o Executivo, com o Legislativo e com o Judiciário deste País. É o que estou aqui fazendo.

Mas gostaria de me expressar como o pescador profissional artesanal que sou. Tive a oportunidade de servir o Exército, em 1978, e de ser fiscal de pesca. Na época, dava cobertura para os fiscais da Sudepe – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Prestei meu serviço militar sendo fiscal de pesca e saí dando baixa. O meu Estado era novo, criou um órgão com o nome de Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato-Grosso do Sul, onde fiquei fiscalizando por cinco anos. E abandonei, saí do Estado e fui pescar como autônomo. Fiz da pesca minha profissão e meu meio principal de vida, por mais de 18 anos, até quando fui eleito presidente da Colônia de Pesca de Coxim e, depois, presidente da Federação de Pesca. Dessa forma, não tenho formação cultural. Eu me formei na prática, me formei trabalhando. Tive oportunidade de estudar só até a 8ª série.

Ouvi aqui, atentamente, os meus companheiros, mas gostaria de falar que o Brasil é muito grande, e as coisas mudam de região para região. Talvez o que acontece na Região do Centro-Oeste, lá do meu Estado, Mato Grosso do Sul, e de Mato Grosso, não seja a mesma que acontece na Região Norte, na Região Sudeste. Assim, diferentemente.

Então, sobre a aposentadoria, quero relembrar todos os presentes que, até 1988, nós pescadores profissionais artesanais do Brasil – não do meu Estado – éramos considerados como Terceiro Pelotão da Marinha, e o direito de aposentadoria se dava com 25 anos de carteira da Marinha; nós nos aposentávamos. Com a mudança da Constituição de 1988, os pescadores do Brasil passaram a ser amparados como trabalhador e produtor rural. Tanto o pescador, como o garimpeiro, como trabalhador rural.

Com a lei que deu direito ao defeso, passamos a ser assegurados especiais. Baseado na Lei 8.213 e o Decreto nº 048, de 199, os pescadores passaram a ser assegurados especiais, recolhendo 2,3% sobre seu produto comercializado. Na falta dos seus produtos e das notas, no meu Estado, recolhe-se sobre o salário mínimo, 2,3%, e é dado o direito de aposentar com 60 anos, se for homem, e com 55 se for mulher. Esse é o que eu entendo da aposentadoria do pescador artesanal.

Quero ser conivente com o que ouvi aqui dos meus companheiros, ou seja, que o problema que afeta a nossa categorial é geral. Todos temos problemas – e fato como pescador – de visão, Não consigo ler nada

sem óculos, assim como quase todos os pescadores. Quando chegam aos 50 anos, têm problemas de visão, coluna, reumatismo e, no Centro-Oeste, hanseníase. Não sei se é o caso do Sul e do Sudeste. Hanseníase ataca demais a nossa categoria. Até fiquei preocupado quando recebi o ofício do nosso Senador Moka, para que viéssemos debater sobre aposentadoria. Pensei: “será que é para esticar mais?” Seria difícil porque, aos 55 anos, já estou tendo grandes problemas. De forma que sou conivente com nosso Ministro Gregolin, que citou que a pesca dormiu. E dormiu mesmo! Quando mais precisávamos desenvolver pesquisas da pesca, promover o desenvolvimento do nosso País de forma acelerada nos anos 80, a pesca caiu na mão do Ibama, que era o órgão que legislava e fiscalizava. Então, o que era melhor? Melhor era legislar contra a pesca, que era para não ter problemas de fiscalização. Isso fez com que a pesca dormisse e acordasse simplesmente nos anos 2000 com o governo Lula, criando-se a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e, em 2008, transformando-a em Ministério.

De forma que, mesmo com as baixas que vemos na pesca em nível nacional, consideramos positivo porque temos o endereço, temos o Ministério da Pesca. É óbvio que temos que tirar esses entraves porque o Ministro fica amarrado ainda nesse Ibama, nessa mesmice de que nada pode. Isso é muito difícil, mas somente o Senado e o Congresso vão ajudar a desamarrar esses gargalos, porque estamos perdendo alimentos, perdendo condição de vida melhor para a nossa categoria, importando aquilo que temos de maneira abundante aqui no nosso Brasil.

Na pesca profissional e artesanal do meu Estado, de acordo com o desenvolvimento tecnológico da agricultura, da pecuária, em busca das terras para a soja e para o gado, o meio ambiente sofreu demais. O bem natural que Deus nos deu sofreu uma decadência tanto na quantidade de água dos nossos rios como na qualidade. O Senador Moka sabe disso. Mesmo assim, no Mato Grosso do Sul ainda há grandes quantidades de peixes. Temos um berço natural que Deus nos deu, que é o Pantanal, em que temos peixe ainda em abundância para os nossos pescadores profissionais artesanais sobreviverem e levarem seu produto à mesa de tantas pessoas importantes.

De forma que endosso o discurso dos meus companheiros do Sul. É óbvio que Santa Catarina é muito forte, não é à toa que teve três ou quatro Ministros da Pesca. Somente agora o Crivella pôde quebrar essa sequência. Está aí, então, a gente consolida com vocês. É viável se discutir o problema, como diz o nosso Senador Moka, Senador que resolve os problemas sociais com coragem desde a época em que era Ve-

reador, de Deputado Estadual, de Deputado Federal. É enérgico e resolve, de coração, os problemas sociais. Ele está colaborando, em nível nacional, com o nosso País. Que Deus te abençoe, que você vai ficar, no mínimo, 16 anos aqui, nesta Casa. *(Palmas.)*

Eu me despeço, dizendo a vocês que Mato Grosso do Sul está aí para ajudar e para colaborar naquilo que for preciso, nas discussões tocante à pesca industrial e artesanal do nosso País.

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paim, vários expectadores nossos querem fazer uso da palavra. Eu preciso explicar que, regimentalmente, isso não é permitido. E não se pode abrir esse tipo de precedência, porque, senão, numa próxima audiência pública, num debate mais acalorado, a Presidência não consegue segurar o debate, por ter aberto determinados precedentes.

Eu quero que as pessoas entendam que, às vezes, ficamos aqui em uma posição difícil, mas, se eu der a palavra a alguém que não é expositor, não é Senador, eu tenho que, em princípio, abrir um debate amplo para os que estão participando, e isso regimentalmente não é permitido, a menos que isso seja tirado. E eu não tenho essa autorização do Plenário da Comissão para fazer isso.

Portanto, peço desculpas. E concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, nossos convidados neste painel, primeiramente quero agradecer a presença de todos aqui.

Conforme a conversa que eu tive, tanto com os representantes dos trabalhadores como dos empregadores, dos empreendedores, eu fiquei, de fato, perplexo com algumas imagens, como aquela de toneladas de peixes, que poderiam ajudar a matar a fome do nosso povo, sendo jogada no mar. Acho que isso é algo a se discutir.

O Ministro aqui dizia e explicava que são aqueles peixes cuja pesca não é permitida. Mas temos que achar um caminho para que esse alimento não se perca.

Eu me lembro, Senador Waldemir Moka – e estou pegando a ilustração daquele vídeo de 20 segundos –, de uma época aqui no Brasil em que todos os produtos de contrabando retidos eram incinerados. E o que eu fiz? Apresentei um projeto de lei, no governo Lula, e aprovamos. O que entra de contrabando passa por uma inspeção e tudo aquilo que for de utilidade pública passou a ser distribuído gratuitamente à população brasileira. *(Palmas.)*

Então, nós poderíamos pensar em algo nesse sentido. Claro que o empreendedor, o empresário não pega aquele peixe que ele sabe que é proibido porque

ele gosta. É fruto da pesca. Eu, como pescador de fim de semana, em arroiozinhos, em lagoas – não é nem em mar, porque eu não sei nem pegar a tilha –, quando pego meus lambaris, não sei o que vem no anzol, não sei o que vai vir.

Então, eu estou entendendo em tese o que aconteceu ali. Nós construímos, quem sabe, meu querido Ministro, uma alternativa de que, uma vez acontecendo isso, tolerável e ser distribuído à população. Claro que o próprio empresário, só de transportar aquela quantidade de peixes, precisa saber que vai ter que doar aos mais pobres. Mas cumpriria aí a sua função social de não jogar fora esses peixes. E a gente pode construir aí algo que vá nesse sentido: não perde o empresário e vai naturalmente contribuir, como eu sempre digo, para o combate à fome. Como diz o *slogan* da nossa Presidente: “País rico é país sem miséria.” Um país onde o povo não passe fome.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, participei dessa audiência pública que foi citada e eu tenho obrigação de esclarecer. Nessa audiência pública foi apresentada uma versão e eu sabia que, nesta audiência agora, os empresários, legitimamente, iam provocar também esse tema. Claro que eu pedi a eles que eu queria evitar que nós fizéssemos uma polêmica sobre o tema. Senão teríamos ter que fazer uma outra audiência para discutir o tema conforme a denúncia que foi apresentada por aquele setor. E foi lá na Comissão de Direitos Humanos há mais ou menos uns oito meses, na Legislatura anterior.

Acho que o encaminhamento dado pelo Presidente Waldemir Moka vai além da expectativa. Nós temos uma outra audiência pública – quero aqui me somar à posição do Presidente –, de preferência com a Embrapa presente, o Ministério da Pesca e o setor, para um diálogo sobre esse tema. Como nós todos – eu falei até na abertura...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Ministério do Meio Ambiente também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ministério do Meio Ambiente também – corretíssimo.

A gente fala aqui tanto que água e peixe são símbolos da vida. A carne do peixe é a melhor carne. Quem tem dúvida... eu mesmo que tenho uma tendência a engordar, o médico me disse: “Pare de comer carne e coma peixe”. É a orientação médica, falando aqui com toda a franqueza. Te preocupa mais em comer peixe três vezes por semana e coma menos carne. Todo mundo sabe a importância que é o peixe para nossas vidas. E falei da água, naturalmente, dizem que é o petróleo do futuro, não é? Não é do futuro, já é do presente. E claro que vem toda a preservação do meio ambiente.

E por fim, Sr. Presidente, nós – o senhor tinha me perguntado hoje, havia um projeto -, nós apresentamos, sim, em 2013 um projeto que vai na linha de garantir a aposentadoria para o trabalhador que é celetista em tese e está em alto-mar. E qual é o problema dele? Aquilo que vocês falavam: ele trabalha, entra no período de defeso, ele é demitido. E não é porque o empregador é mau ou é bom, estou sendo bem claro aqui. Não é porque ele é ruim que ele quer demitir o povo. Tem que demitir porque ele não tem como: como é que ele vai manter se o camarada não pode pescar durante cinco meses, não é? Então, aí que nós teríamos que ter, nesse período, pelo projeto, seria mantido o piso da categoria como uma forma, inclusive, de ele se manter nesse período e ao mesmo tempo é um período que ele não perderia para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição. Acho, também, o projeto não é – claro, o projeto não é perfeito, e eu vi um Senador dizendo, acho que foi o Senador do Partido Pátria Livre, dizendo que o projeto bom não é aquele que você apresenta perfeito; é aquele que, no debate, na audiência pública e nas contribuições com os Senadores, ele vai para uma redação final com um entendimento com o próprio Executivo, de preferência para evitar vetos, a gente possa aprovar. Então, já tem uma minuta de um projeto apresentado em 2013, é o PL 103, que V. Ex^a – está aqui na nossa Comissão, é terminativo, em cima desse projeto nós podemos construir uma alternativa, cabe, claro, ao Presidente Waldemir Moka indicar quem seria o relator, que vai na linha de atender o interesse dos trabalhadores pescadores – aqui estamos falando em alto-mar, principalmente porque ele fica afastado; o artesanal já tem, não é? Já tem o seu benefício. Mas tem um problema ainda no artesanal que você me falava aqui, que, além do benefício, ele já está atendido, o artesanal está atendido. Então, é só mesmo o de alto-mar. É isso que se refere, efetivamente, o projeto. Eu daria esse encaminhamento, Presidente, e quando nós tivermos o relator indicado por V. Ex^a, ele, naturalmente, apresentará o substitutivo, porque faz parte do jogo democrático, ou o projeto com emendas, a gente faria um debate, aí sim, para instruir o projeto com os pescadores celetistas, que são demitidos e não têm nenhum tipo de benefício, e com isso a sua aposentadoria está inviabilizada. Os dados, o Presidente comentou na órbita que percebi – esse é o melhor argumento, dizia o Presidente, quando dizia que o camarada vai ter que trabalhar até uns 70 anos, só de contribuição. E vai contribuir a vida toda, e olha lá para se aposentar, e poderá se aposentar até com salário mínimo, se não tiver um projeto que garanta todas as contribuições, inclusive num período de de-

feso, baseado, como foi sugerido por vocês mesmos, pelo menos no piso da categoria.

Seria isso, Sr. Presidente. Agradeceria a todos a presença. E eu sair daqui, Sr. Presidente, com certeza – eu vi uma frase numa formatura a que eu fui em fim de semana, foi em Caxias do Sul, o reitor usou a seguinte frase: “Vocês saem daqui sabendo que aprenderam muito, mas saiam daqui também sabendo que vocês na vida vão aprender muito mais”. Eu aprendi muito aqui com vocês, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. MANOEL XAVIER DE MARIA *(Fora do microfone.)* – Mas nobre Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu acho que é o Presidente...

Então, eu vou junto com o Presidente lá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria que o senhor fizesse a entrega.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor, é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A MP que eu entrego para você.

Entregamos juntos ao Presidente. *(Ininteligível.)* *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bem, eu quero... eu quero... eu acho que audiência pública, ela não pode, simplesmente você ouvir e ficar essas coisas dentro aqui. Não, Eu acho que não cabe. Então, algumas coisas, Senador Paulo Paim, o encaminhamento: primeiro, V. Ex^a diz que já tem um projeto. Então, o projeto, não tem dificuldade, V. Ex^a será designado o relator do projeto. Desse, é um projeto que está aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sou o autor. V. Ex^a terá que indicar o relator, agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. Então vamos, de comum acordo, encontrar um Senador ou Senadora que possa relatar. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é aquilo que eu já disse: no espaço o menor possível, votarei um requerimento aqui convocando uma nova audiência pública, com o tema específico, para que possamos discutir a dificuldade do setor, com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Pesca, dos empresários e também de representantes dos trabalhadores, naturalmente.

Vou terminar e, se os senhores quiserem colocar alguma coisa, vou ouvi-los.

Creio que o encaminhamento que será dado seria esse. Claro que outros convidados, como por exemplo a Embrapa, podem participar. Mas isso não dá para garantir, porque esses requerimentos são aprovados no plenário. Não é: “Não, Presidente, vou fazer isso.” Não. O compromisso é apresentar um requerimento. Os convidados, a forma disso será discutida na próxima reunião ordinária aqui da nossa Comissão.

Agora ouço o Gabriel e, logo em seguida...

O SR. GABRIEL CALZAVARA DE ARAÚJO

– Sr. Presidente, acho que o fundamental é que precisamos desse espaço no Congresso para discutir essa questão da gestão e do compartilhamento, de uma maneira transparente, com as posições, com as convicções dos empresários, dos trabalhadores, de que nós somos os maiores interessados em preservar e assegurar a sustentabilidade do recurso. Não é nenhum ativo, nenhuma prerrogativa e nenhum patrimônio exclusivo de um ministério a preservação dos recursos. Nós vivenciamos isso no dia a dia. Então, creio, Sr. Presidente, que é esse o foco que temos que discutir e fazer as perguntas chaves: aonde o Brasil quer chegar e com que capacidade produtiva, com que perfil produtivo, com que projeto tecnológico, com que modelo tecnológico ele quer conseguir competir e transformar os seus recursos em produção, alimento e renda. Acho que esse deve ser o foco principal, e trazer para cá os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca, para que se posicionem; e é fundamental que os Ministérios de Desenvolvimento e do Trabalho participem desse debate, para que possamos realmente diminuir esse desencontro institucional que vivemos e que sentimos na prática.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para não sermos repetitivos, vou dizer o seguinte: farei o requerimento para a audiência pública. Quero insistir que, na verdade, regimentalmente, na hora em que os senhores começaram a discutir um outro tema, eu deveria interromper a audiência pública. Não o fiz até em representação à importância do segmento e à consideração, e até porque estou chamando para mim mesmo a responsabilidade de dar continuidade à audiência pública pela importância do tema e pela justiça que tem as colocações. Mas eu gostaria, dado esse encaminhamento, que deixássemos esse debate para quando formos realizar essa audiência pública, com a presença daqueles que podem fazer o contraditório à argumentação que os senhores estão colocando. Não sei se estou sendo claro, mas acho que esse é o objetivo.

O senhor quer fazer uma colocação?

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Perfeito, Sr. Presidente. Claro que o assunto é tão apaixonante sobre as nossas potencialidades que não nos controlamos. Mas encaminhamento, o Senador Paim colocou muito bem e já está com a tarefa... Aliás, Senador, as tarefas patrióticas de V. Ex^a têm nos comovido, muitas vezes, em todos os sentidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E do Senador Waldemir Moka, porque sem ele aqui eu não encaminho nada, se ele não me ajudar.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Mas uma questão já está encaminhada, Senador, que é a questão do defeso e esse vazio, esse limbo, como falou o Ministro; e a outra seria que teremos, Senadores e Presidente, um seminário, um encontro onde reuniremos todos os sindicatos da pesca industrial; então vamos elaborar, vamos propor e vamos trazer a questão que diz respeito não só à nossa pesca industrial, mas também à artesanal, que é a questão da aposentadoria. Então, temos essa tarefa. Aliás, estamos em dívida com V. Ex^a em outras questões. Vamos cumprir as duas, mas essa é mais uma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa outra dívida, Senador Waldemir Moka, só para entender do que se trata, é a minha preocupação com os cruzeiros e a forma como esses, sim, tratam os trabalhadores em alto-mar. Com os grandes cruzeiros, eu tenho uma preocupação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Alguém mais?

Então, o encaminhamento.

É claro que entendo um projeto que trata, especificamente, do tema da audiência pública, certamente, o próximo relator terá a oportunidade de ouvir os vários segmentos.

Acho que o Paim disse que o pescador artesanal já está atendido. Não na aposentadoria especial. O que tem o pescador artesanal é só o período de defeso; mas assim, como todos os outros, evidentemente, que são atingidos também por questões da sua saúde, do trabalho mais intenso. Creio que todas essas questões terão que ser discutidas, porque para se criar uma legislação que concede uma aposentadoria especial é preciso ter uma argumentação sólida em que as autoridades que vão examinar isso percebam que estão diante de um segmento. E aí digo, o que mais me chamou a atenção foi isto: são praticamente 11 anos que são acrescidos em função desse chamado período de defeso.

Então, acho que é por aí que vamos encontrar a forma de, na legislação, garantir essa chamada apo-

sentadoria especial, que, aliás, já tiveram no passado e foi extinta.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é só um registro, por uma questão de justiça. Veio, do Rio Grande do Sul, o Diretor Valdomiro José Boza, representando a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, por indicação do Governador Tarso Genro. Pela importância do tema, então, eu registro a presença aqui do Diretor Valdomiro José Boza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero registrar também e pedir as minhas desculpas ao João Rodrigues, Secretário de Agricultura e Pesca de Santa Catarina, em função, Senador Paim, de não criarmos esse tipo de precedente.

Veja que o nosso Ministro falou na condição de expositor. Por que isso? Porque novas audiências públicas virão e a presidência não pode ficar cometendo esse tipo de precedente, porque depois não se segura uma outra audiência pública e a presidência precisa ter uma autoridade, para que o trabalho transcorra da forma mais organizada e mais produtiva possível.

Penso que todos que aqui vieram foram ouvidos. Acho que nós saímos daqui com um encaminhamento que vai mostrar, e mostrou, a dificuldade desse segmento. Mas, numa próxima audiência pública, com certeza, vamos tratar especificamente desse tema.

Ministro.

O SR. ALTEMIR GREGOLIN – Só uma sugestão. O Senador tem um projeto que trata da aposentadoria, que, seguramente, agora com a discussão com o setor vai ser tratado, aperfeiçoado e tal.

Quanto ao problema dos que são trabalhadores celetistas e que são demitidos no período de defeso, eu acho que uma saída seria alterar a legislação do Seguro Defeso, permitindo que esses que também são celetistas, mas que perdem o trabalho, possam também ter acesso ao Seguro-defeso. Acho que uma solução prática seria, a partir da legislação do Seguro Defeso, permitir que esses 50 mil ou próximo disso, que foi exposto aí, possam também ter acesso. Acho que resolveria o problema da renda desse período sem pesca para esses trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A contribuição a gente passa também para o relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que aí, Ministro, o próximo relator, ao pegar o projeto que está aí, vai começar uma nova discussão, certamente em função de tudo isso que foi aqui colocado.

Agradeço a presença de todos. acho que o encaminhamento possível foi dado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, José Pimentel, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Registra-se a presença do Senador Ruben Figueiró. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Convocação destinada a debater o Balanço do Biênio 2011-2012 e apresentação das Diretrizes e dos Programas prioritários de sua Pasta. (Art. 50, § 1º, Constituição Federal combinado com art. 397, §1º, RISF) **com a presença do orador Alexandre Padilha**, Ministro de Estado da Saúde. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Cícero Lucena, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Humberto Costa, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Ruben Figueiró, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se ao comparecimento espontâneo – chamo a atenção para o fato de que o Ministro Padilha vem a esta Comissão espontaneamente – do Ministro Padilha. Sua assessoria nos comunicou que o Ministro gostaria de vir a esta Comissão, e eu, de imediato, conversei com os Srs. Senadores – com quem eu pude fazer contato, mas não foram menos do que seis Senadores desta Comissão – e ouvi deles que nós teríamos que, com a maior prioridade possível, agendar a vinda do Ministro. E foi o que esta Presidência fez.

Então, a reunião tem o comparecimento espontâneo do Ministro de Estado, nos termos do art. 50, §1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, §1º do Regimento.

O Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, apresentará um balanço do biênio 2011-2012 e as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta, conforme combinado com sua assessoria.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Dr. Alexandre Padilha, que terá uma hora para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Srs. Senadores inscritos. Também peço à Dr^a Dulcídia que faça a inscrição dos Senadores.

Com a palavra, o Ministro de Estado, Dr. Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Queria agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Waldemir Moka, nosso colega e grande defensor dos temas da saúde, agradecer pela presença aos vários Senadores e várias Senadoras aqui no nome da Senadora Vanessa Grazziotin, e dizer da alegria de poder voltar a esta Comissão.

Quando comuniquei ao Presidente desta Comissão o desejo de vir, na medida em que a Comissão foi instalada e que seu Presidente já teve audiências no Ministério da Saúde, tivemos uma longa conversa com um conjunto de Senadores dos mais variados partidos que fazem parte da Comissão. Já compareci na Câmara dos Deputados há cerca de duas semanas e achava que era importante poder comparecer aqui na Comissão do Senado não só para prestar contas, abrir o diálogo, mas para falar das preocupações, dos nossos desafios que temos na área da saúde, e, com alegria, saber do debate sempre presente e permanente desta Comissão, no Senado, como também das iniciativas recentes do Senado Federal, por meio do

Presidente Renan, da instalação da Comissão para debater o financiamento do Sistema Único de Saúde e também de manter um debate mais intenso ainda sobre os desafios da saúde no País.

Então, quero agradecer a presença dos Senadores. Vou buscar gastar esta hora, querido Senador Jayme Campos – ficarei à disposição dos Senadores por duas, três horas –, ouvindo, debatendo, pelo tempo que for necessário, para que possamos discutir.

Esta Comissão sempre colaborou muito, querida Senadora Ana Amélia, com os desafios da Saúde, com o Ministério da Saúde, em vários projetos de lei que estão na Câmara e no Senado.

Vou começar a minha apresentação.

Podia passar o próximo.

Todos nós sabemos – sempre faço questão de mostrar esse dado, que virou quase um mantra deste Ministro da Saúde, para termos noção da dimensão do desafio que o Brasil assumiu, através do Congresso Nacional, através da Constituinte Cidadã – que este é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que resolveu assumir para si o desafio de construir um sistema universal público e gratuito para toda a sua população. E o Brasil tem uma característica muito singular, não só pela dimensão: a nossa Constituição é a única no mundo todo que inscreve que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Nem as constituições mais recentes, como constituições da América Latina, nas reformas recentes de democratização da América Latina, colocaram isso na sua constituição. E o Brasil, além de ter assumido esse desafio bastante original, também é o único país que busca ter um sistema nacional público universal e gratuito que tem três níveis de governo.

Meu querido ex-Ministro Humberto Costa, Senador Humberto Costa, isso faz com que a gente tenha um primeiro debate, que é fundamental – o Ministério da Saúde trabalha com isso, e este Senado pode colaborar muito –, que é termos um marco legal que seja aprimorado em relação às responsabilidades em saúde dos vários níveis de governo.

O Brasil avançou muito ao longo dos anos, por exemplo, com a Lei de Responsabilidade Fiscal – essa foi uma conquista para o aprimoramento do Estado brasileiro –, o ajuste fiscal, a segurança e a profissionalização das contas públicas, não só para combater a inflação, mas também porque é decisiva para a profissionalização da gestão das finanças no nosso País. E eu sou daqueles defensores de que uma lei de responsabilidade em saúde, em que se estabeleçam metas claras para os vários níveis de governo e responsabilização dos governantes sobre essas metas,

dará um passo fundamental para a profissionalização da gestão na saúde.

Há um projeto de lei do ex-Ministro da Saúde e Senador Humberto Costa que está em debate – já foi debatido aqui na CAS e está em debate na CCJ. Seria de muita importância que a gente pudesse acelerar a votação desse projeto de lei de responsabilidade sanitária.

Aqui são alguns números desse desafio que nós estamos construindo e que dão um pouco a dimensão do que é o Sistema Único de Saúde. Só para os senhores terem ideia, 97% do mercado de vacinas em todo o Brasil são feitas no Sistema Único de Saúde.

Nós estamos no meio da Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe. O dia 26 de abril é a data final da campanha de vacinação.

Nós nos constituímos, nos últimos três anos, no recordista mundial de transplantes de órgãos. Em 2012 o Brasil realizou mais de 24 mil transplantes de órgãos, com crescimento muito importante nas Regiões Norte e Nordeste do País: 47% de redução nas Regiões Norte e Nordeste do País. Nenhum País do mundo faz a quantidade de transplantes que nós fazemos totalmente públicos e gratuitos, por meio do SUS.

Senadora Ana Amélia, a senhora, que tem um projeto de lei que estabeleceu prazo em relação ao tratamento do câncer, 97% dos procedimentos de quimioterapia no Brasil são realizados no Sistema Único de Saúde.

E este dado novo eu fiz questão de trazer aqui, para termos a dimensão do que é feito: 3,5 milhões de órteses e próteses ambulatoriais, cadeiras de roda, aparelhos auditivos, bolsas de colostomia, próteses oculares, muletas, bengalas, tudo garantido pelo Sistema Único de Saúde no ano passado.

Estou trazendo esse dado aqui porque, num debate recente, o Banco do Brasil lançou um programa muito interessante de microcrédito para as pessoas poderem adquirir órteses, próteses, cadeiras de roda, equipamentos como esses através do microcrédito. E o Banco do Brasil ficou surpreso – viu, Senador Waldemir Moka –, porque, num primeiro momento, quando estavam pensando na dimensão da oferta que seria feita, eles imaginaram que poderiam financiar tudo aquilo que o SUS oferece. Mas, quando a gente mostrou que ofereceu 3,5 milhões só no ano passado, eles ficaram impressionados com esse dado.

Pode passar o próximo.

Ao longo destes 25 anos – nós estamos consolidando 25 anos do Sistema Único de Saúde este ano –, esse sistema deu conta de construir alguns avanços para o País. Nós reduzimos quase pela metade a mortalidade infantil nestes anos; reduzimos pela metade a

mortalidade materna nos últimos dez anos; atingimos o objetivo da mortalidade infantil, que é o objetivo do milênio, ODM 4 e 5, quatro anos antes do estabelecido pela ONU no nosso País, por conta do SUS; e, na mortalidade materna, tivemos uma forte redução em 2011 e 2012. Mas nós precisamos trabalhar muito ainda para atingir o objetivo do milênio da mortalidade materna.

Pode passar o próximo.

Em relação ao outro objetivo do milênio, que envolve malária, tuberculose, AIDS, hanseníase, nós atingimos também em 2011 – no caso da hanseníase, em 2012 –, quatro anos antes, as metas do milênio de 2015 estabelecidas para o Brasil, ou seja, o SUS nos ajudou a enfrentar e a ter grandes desafios.

Neste ano nós deveremos ter, Senadora Portela, nossos Senadores da Região Norte do Brasil, a menor taxa de incidência de malária de toda a história de nosso País. Assim, o conjunto de metas do milênio foi atingido, por conta do Sistema Único de Saúde, quatro anos antes da meta de 2015.

Pode passar o próximo.

Mas nós temos novos problemas que pressionam esse sistema e fazem com que a gente precise avançar muito, reorganizá-lo, dar conta dos novos desafios para oferecer uma saúde de qualidade à nossa população. Só para os senhores terem uma ideia, metade da nossa população está acima do peso. Falando das crianças, 30% delas estão acima do peso e 20% dos nossos adolescentes estão acima do peso.

Então, esse é um grande desafio e que cresce em algumas populações específicas. Senador Mozarildo Cavalcanti, o senhor é do Estado de Roraima e sabe de algumas populações rurais e também de populações indígenas em que cresce cada vez mais a obesidade numa velocidade ainda maior do que em outras populações urbanas.

Nós temos novos problemas como o *crack*, que é uma epidemia no País inteiro e que não acomete somente as grandes cidades, não é só de grupos específicos, Senador Lucena. Não é de grupos específicos apenas de moradores de rua, de pessoas de grandes cidades; está disseminada em diferentes regiões do nosso País, e vem também se alastrando cada vez mais pelo interior.

Não está aqui o dado, mas outro problema emergente que pressiona o Sistema Único de Saúde são os acidentes de carro e de moto. Senador Durval, hoje, o Brasil é o quinto país que mais registra acidentes de carro e de moto. Estamos em quinto lugar em número de acidentes de carro e de moto. Só no primeiro atendimento, que é aquele de urgência e emergência, o SUS investiu R\$200 milhões, no ano de 2011, no atendimento de acidentes de carro e de moto, sem contar o

atendimento de UTI e todo o processo de reabilitação física e de fisioterapia. Às vezes, demora um, dois anos a recuperação física desses pacientes.

Próximo.

Para buscar dar conta desse novo SUS que tem que ser criado, reorganizado, dar conta dos novos problemas que tem a população brasileira e para ter uma medida de política pública, a fim de que se tenha uma fotografia daquele momento e se possam priorizar recursos, priorizar investimentos, priorizar formação de especialistas, de apoio técnico, o Ministério da Saúde criou, em 2011, o que chamamos de Índice de Desenvolvimento do SUS, para que se tenha um conjunto de indicadores que ajudem o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a imprensa que está aqui, a sociedade – estou vendo aqui representantes dos trabalhadores de saúde, os chamados mata-mosquitos ali do Rio de Janeiro –, o conjunto das organizações. É fundamental que se tenha uma espécie de fotografia, em que se possa medir o que acontece, quais são as deficiências e onde precisamos avançar.

Para isso, criamos o IDSUS em 2011, depois de franca consulta pública. Ele reúne um conjunto de indicadores que vêm lá do Município e das regiões, e, a partir daí, se tem uma espécie de fotografia de saúde de cada região.

Próximo.

O IDSUS tem uma característica que nós determinamos na sua criação, porque ele é diferente de outros indicadores, em que se busca comparar iguais entre iguais. Não seria correto, por exemplo, no meu Estado de São Paulo, comparar a maior cidade do País, que é São Paulo capital, com a menor cidade do País, que é Borá, e também fica no Estado de São Paulo. Então, ele divide os Municípios brasileiros, as regiões, em seis grupos, que chamamos de grupos homogêneos.

O grupo 6 é aquele que tem menor desenvolvimento econômico, índices de condições de saúde mais graves e baixa estrutura de serviços de média e alta complexidade, de ambulatórios de especialidades, de hospitais, porque é isso que faz a diferença entre um Município e outro.

O grupo 1 é aquele que tem mais alto índice de desenvolvimento econômico, que tem indicadores de condições de saúde, como saneamento, expectativas de vida razoáveis e bastante estrutura de média e alta complexidade. Nesse grupo, temos 29 Municípios e, no grupo de mais baixo desenvolvimento econômico, menor estrutura de média e alta complexidade, de pequenos Municípios que não precisam necessariamente ter um hospital completo, temos a maior parte dos Municípios brasileiros.

A comparação para criar o índice é feita entre os Municípios. Então, eu comparo entre os 29 Municípios do grupo 1 e, a partir daí, dou a nota de desempenho, o índice de desempenho, a faixa de desempenho do Sistema Único de Saúde. Com isso, temos as características, sabemos quais são os problemas daquela região, para assim atacar os problemas, concentrando investimentos naquilo em que é preciso.

Próximo.

Está aqui a distribuição, no Brasil, dos seis grupos homogêneos, como se caracterizam, para poder fazer a comparação entre eles.

Próximo.

Aqui está a distribuição do desempenho. Esse é o primeiro IDSUS, que nós divulgamos no começo de 2012. Só para os senhores terem uma ideia, aqui estão as faixas como se fossem notas de desempenho – a média nacional é 5,4.

Do grupo 1, que são os Municípios economicamente menos desenvolvidos, com condições de saúde com maiores problemas, com baixa, média e alta complexidades, 48% deles estão na média nacional; 41% estão um pouquinho acima da média nacional; nenhum está acima da faixa de 8%. Apenas 3,4% estão entre 7% e 7,9%.

Aí, vemos as diferenças entre as várias regiões.

Desculpem. O grupo 1 é o que tem o mais alto nível e o grupo 6 é o que tem mais baixas condições de saúde, tem uma proporção muito maior de Municípios que estão abaixo da média nacional, na faixa de 5,4%.

A partir daí, tem-se um instrumento.

Nós precisamos enfrentar os problemas de saúde, por um lado, a partir da percepção da população, porque a percepção da população é fundamental para sabermos em que precisamos avançar. A população aponta hoje, sobretudo, para a necessidade de termos um trabalho mais humanizado, um atendimento mais humanizado, um acolhimento melhor nos serviços de saúde, a fim de minimizar a dificuldade de acesso, o tempo de espera, a fila, a demora para alguns exames, para algumas cirurgias. E devemos combinar sempre essa avaliação com indicadores que são feitos – quantidade de consultas, quantidade de exames, tempo de espera para se fazer uma mamografia –, de forma que se possa compor o que chamamos de uma fotografia do sistema local de saúde e, a partir daí, direcionar naquilo que é prioritário. Inclusive, eu sei que vários Senadores e Senadoras têm feito isso naqueles projetos prioritários que assumem ou em emendas parlamentares. Devem buscar pegar o IDSUS do Município e da região e focar naquilo que é prioritário para dar saltos no IDSUS.

Pode passar o próximo.

Essa fotografia que nós usamos serve hoje para fazermos uma avaliação da gestão local ou regional. Inclusive, o Ministério da Saúde criou um incentivo financeiro para que aqueles Municípios e regiões que tenham um melhor desempenho no IDSUS, um avanço no desempenho do IDSUS, possam ter, por exemplo, aumento no seu teto de média e alta complexidade, mais recursos financeiros, ou seja, estimulando e premiando aqueles que estão se esforçando para dar saltos de qualidade no seu IDSUS.

Pode passar o próximo (*Pausa.*)

Vou começar a tratar, a partir desses novos problemas em saúde pública, dessa fotografia que o IDSUS nos dá daqueles que eu acho que são os grandes desafios e programas do Ministério de Saúde, para podermos consolidar o Sistema Único de Saúde.

Eu começo por aquele que considero o desafio mais crítico.

Eu sempre tenho dito que temos três grandes desafios: um é o financiamento – e quero agradecer mais uma vez a esta Casa, que instalou uma Comissão para debater o financiamento do SUS –; outro, no campo da gestão; e outro, que é a oferta de profissionais de saúde que conheçam a realidade da população, que conheçam a realidade de saúde do povo brasileiro, que estejam capacitados para um atendimento humanizado e que estejam distribuídos de forma adequada em todo o País.

Eu digo que a formação de profissionais é o mais crítico, porque, quanto ao financiamento, se você aumenta de um ano para o outro, já tem resposta no próximo ano. Quanto à gestão, se você pratica ações, consegue ter resposta em um ano ou em seis meses – e vou citar exemplos do que nós fizemos aqui. Agora, a formação de recursos humanos, sobretudo do médico, é um ciclo de 6, 8 a 9 anos. Se começam a formar um médico hoje, vão ter retorno daqui a 6 ou 8 anos. Por isso, esse é o desafio mais crítico.

As tomadas que precisamos dar têm de dar conta de que precisamos enfrentar, Senador Vicentino, esse problema. E eu quero mostrar alguns dados aqui para sustentar esse debate da importância de que o Brasil, sim, tenha mais médicos, mais próximos da população e com maior conhecimento da realidade da saúde do povo brasileiro, Senador Vicentino.

Um primeiro dado eu quero mostrar aos senhores, porque, por muitos anos, se consolidou no País a ideia de que o Brasil tem muitos médicos. Eu tenho debatido muito isso com meus colegas médicos. Esse é um debate que temos de fazer com muita tranquilidade e segurança também, pois não adianta ampliar o número de médicos sem ter qualidade nessa formação. O Brasil tem hoje 1,8 médico por mil habitantes.

Esse número não sustenta a tese de que o Brasil tem muitos médicos. Esses são dados do próprio Conselho Federal de Medicina, em comparativo com dados da Organização Mundial de Saúde.

O Brasil tem hoje 1,8 médicos por mil habitantes e chega a 1,9 nos últimos dados. A Argentina – e, como diz o Senador Moka, nós não gostamos de perder nada para os Argentinos; acabamos de perder o Papa e estamos perdendo também em número de médicos – tem 3,2 médicos por mil habitantes. O Uruguai tem 3,7 médicos por mil habitantes. Portugal tem 3,9; a Espanha tem 4,0. Faço questão de comparar com países que são similares ao nosso, que estão no mesmo patamar de desenvolvimento. Se formos comparar com Cuba, lá há 6,7 médicos por mil habitantes. Os Estados Unidos têm 2,4 e decidiram, até 2020, ampliar em 25% as vagas para os cursos de Medicina. O Reino Unido tem 2,7 médicos por mil habitantes e decidiu, até 2020, chegar a 3,2 médicos por mil habitantes. Então, faltam médicos em nosso País.

Faltam médicos em quantidade e os que existem são mal distribuídos. Aqui em Brasília, nós temos quatro médicos por mil habitantes e, no Maranhão, temos 0,6 médico por mil habitantes.

Pode passar o próximo.

Outro dado: ao longo dos últimos dez anos, pelo esforço do Sistema Único de Saúde em ampliação, pelas políticas que nós fizemos, pelas parcerias do Governo Federal, Estados e Municípios, por um esforço comum dos três níveis de governo, foram criados, foram admitidos como primeiro emprego formal com carteira assinada, ou serviço público, no regime jurídico único ou CLT, 146 mil, quase 147 mil médicos em primeiro emprego. E nesses últimos dez anos, nós formamos 93 mil médicos. Ou seja, há uma defasagem de mais de 53 mil primeiros empregos a mais do que médicos formados nos últimos dez anos. Então, o Brasil já estava atrás de outros países na proporção por mil habitantes.

Além disso, nós criamos mais de 53 mil primeiros empregos a mais do que médicos que formamos, gerando um mercado superaquecido, com grande disputa entre os profissionais médicos. O Senador Mozarildo sabe da realidade de Roraima. Os prefeitos, às vezes, disputam entre eles – não é isso, Senadora Portela? –, oferecendo valores de até R\$25 mil, R\$30 mil. Transforma-se quase em um leilão a contratação entre prefeitos, em parte por conta desse mercado superaquecido. Esse é o primeiro emprego formal. Não falo aqui do plantão que é pago por recibo, ou de pessoa jurídica que recebe o plantão de forma separada, ou de outras modalidades que não sejam empregos for-

mais de contratação. É um mercado que se aqueceu muito nos últimos dez anos.

Outro dia, eu conversava com o Senador Humberto Costa e ele comentava que, quando se formou, demorou nove anos para ter oportunidade de prestar o primeiro concurso público, ou seja, não havia tantas ofertas. Hoje, qualquer médico que se forma, no primeiro ano, tem várias opções de contratação: contratação pública, concurso público, enfim, várias formas de contratação, ou seja, o mercado está extremamente aquecido.

E nós precisamos, para dar conta desse recado, mas, sobretudo, para o esforço de oferecer saúde pública de qualidade à nossa população, ampliar o número de médicos em nosso País e distribuí-los melhor em todo o País, se quisermos dar conta desse desafio que nós resolvemos assumir, que é ter um sistema único público e gratuito para toda a população.

Pode passar o próximo.

Um terceiro dado é o debate sobre proporção de médicos estrangeiros no País, que virou também, por muito tempo, quase um tabu em nosso País. Quero mostrar alguns dados comparativos com outros países que utilizam essa forma de atrair médicos para o seu país, para poder oferecer médicos para a população. Nos Estados Unidos, de cada 4 médicos que lá atuam, 1 foi formado fora; um estrangeiro formado fora dos Estados Unidos está no mercado americano. Ou seja, de cada quatro médicos que atuam nos Estados Unidos, um foi formado fora. No caso da Inglaterra, 37% – dado de 2011 –, quase 40% dos médicos que atuam no sistema nacional público inglês foram formados fora da Inglaterra. No caso da Austrália, 22%, um pouco mais de um quinto, um pouco mais de um, de cada cinco médicos que atuam no sistema público australiano, foi formado fora. No caso do Canadá, 17%; e no caso do Brasil, 1,8%.

Ou seja, o Brasil, por vários motivos, talvez porque não fosse um mercado atrativo por muitos anos, ou por vários outros motivos, foi resistente – o Senador Waldemir Moka está falando no problema da língua – a ter políticas de atração de médicos com qualidade de outros países. Esse é um debate do qual não podemos abrir mão.

O Senador mencionou a língua. A língua é um passo importante. Agora, o maior obstáculo não é a língua hoje. O maior obstáculo para a população é não ter médico. Então, nós precisamos garantir formas de ter médicos mais perto da população e adaptar no que for preciso.

O Brasil tem uma dimensão hoje, tem um mercado público, criado pelo Sistema Único de Saúde, e uma pressão também do mercado privado para poder

ter uma política de atrair médicos com qualidade. Vou citar aqui o exemplo da Espanha, que vive uma crise econômica muito forte, com 30% de corte de gastos na área da saúde. Portugal teve dois anos de cortes sucessivos no orçamento da área da saúde. Algumas províncias espanholas sempre tiveram a política de, a cada médico que se aposentava no sistema nacional público espanhol, contratar um médico que acabara de se formar. No último ano, em algumas províncias, de cada cinco que se aposentaram, contratou-se apenas um. Ou seja, há médicos sem oportunidade de emprego em países que formam com qualidade, muito próximos da nossa cultura. E nós podemos ter, sim, políticas de intercâmbio, de parcerias, no sentido de buscar atrair, como outros países fazem, inclusive para regiões específicas de atuação, como Canadá, Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, que têm programas em que o profissional fica, por um período, com registro provisório em uma região específica. Por exemplo, no Canadá, todo o norte do país tem programas específicos para colocar médicos. Eles ficam em um regime de registro provisório de cinco anos e não podem atuar em outra área que não a daquele programa específico.

Então, o Brasil precisa, sim, discutir, e esta Casa pode ajudar muito! Há vários projetos de lei nesta Casa – eu encontrei o Senador Requião no corredor e um dos projetos é de S. Ex^a –, no sentido de pensar como o Brasil pode ter, sim, uma política de atrair médicos formados fora do País, para atender a nossa população em algumas áreas mais específicas, onde mais precisamos.

O próximo, por favor.

Nós temos uma série de ações que buscam induzir os médicos que formamos a irem para as áreas que mais precisam. Uma delas é o desconto do Fies. Quero agradecer ao Congresso, porque foi um projeto de lei aprovado na Câmara e no Senado que criou a regra que o estudante que usa o Fies para fazer Medicina, que o usou em determinado momento, se for trabalhar para o Sistema Único de Saúde, vá para as áreas em que nós mais precisamos e o tempo trabalhado será descontado da dívida que tem com o Ministério da Educação.

O Provac é um programa – quero agradecer ao Senador Paulo Davim, que fez um pronunciamento elogioso ao Provac, depois mostrarei detalhes do programa – que estimula o médico para estar nas áreas mais pobres do nosso País. É uma política de abertura de novas vagas de residência. O Ministério da Saúde, desde 2011, resolveu entrar com recursos próprios, do Ministério da Saúde, para ajudar o Ministério da Educação a abrir vagas para a formação de especialistas nas especialidades que mais precisamos.

E vou dar outro dado para os senhores e para as senhoras: o Brasil forma cerca de 600 anesthesiologistas por ano para uma população de 200 milhões de habitantes. A Inglaterra forma 3.200 anesthesiologistas por ano para uma população de 60 milhões de habitantes.

Então, por muitos anos, também a política de expansão de vagas de residência médica de especialistas ficou resumida, sem dar conta de distribuí-las para todas as regiões do País.

Temos de ter uma política intensa de abertura de vagas. O Ministério da Saúde resolveu, desde 2011, entrar com recursos próprios para ajudar o Ministério da Educação nesse sentido. E também devemos considerar a abertura de novos cursos de Medicina. O Ministério da Educação resolveu abrir mais 2,4 mil vagas em cursos de Medicina em regiões onde nós mais precisamos, nas regiões que têm menos vagas por habitante.

Pode passar o próximo.

Em relação ao Provac, ele é o maior programa de interiorização de médicos que este País já teve. O programa anterior era o PITS, que, em 4 anos, atraiu 400 médicos para o interior do País ou para as regiões de periferia. O Provac, em dois anos, já colocou mais de 4,3 mil médicos, repito: em dois anos de programa, este é o segundo ano, nas cidades do interior ou na periferia das grandes cidades.

Nós tivemos um salto muito importante. Em 2012, 381 médicos se inscreveram e participaram. Desses, 350 tiveram avaliação satisfatória ao longo do ano. Ou seja, 30 foram desclassificados, não tiveram a pontuação adicional, a mais, na hora de prestar a prova de residência, que é o grande estímulo para esses profissionais. Isso porque nós avaliamos a carga horária, vemos se o médico está frequentando a unidade de saúde no horário correto, avaliamos a satisfação do usuário, a universidade vai lá – ela tem um supervisor para cada médico – e avalia a capacidade da atuação desse profissional médico. E nós saímos de 350, em 2012, para 3.900, agora, em 2013, uma grande ampliação da adesão.

Esse profissional tem uma oportunidade de receber R\$8 mil diretos do Ministério da Saúde. O Senador Paulo Davim, em seu discurso, chamava a atenção para isto: que dá mais segurança para o médico ir para aquela região, para o interior, para onde tenha de ir. Além disso, há o acompanhamento da universidade, com especialistas. Ou seja, a partir dessa avaliação, da qualidade do seu atendimento, ele ganha 10% a mais na nota de residência.

Pode passar o próximo.

Aqui está a distribuição dos médicos do Provab. Isso vai ficar disponível para esta Comissão e para os Senadores.

Pode passar.

Eu gostaria apenas de puxar três frases. Nós fizemos entrevistas e uma pesquisa permanente com os médicos que participaram do Provab no primeiro ano de 2012. Citei essas três frases para mostrar que a grande intenção do Ministério é fazer uma cunha na formação do profissional médico neste País. Pela tradição recente da formação do profissional médico, ele está se desumanizando. Às vezes, opera entre o médico e o paciente um aparelho, no meio, Senador, em vez de haver o contato permanente, de cada vez mais se valorizar o contato humanizado.

Só para V. Ex^a ter uma ideia, Senadora Ana Amélia, quando perguntamos aos médicos que participaram do Provab, em 2012, qual era o tema em que eles tinham a maior dificuldade no tratamento, quase 60% disseram que não sabiam tratar dependente químico. Não tinham a menor noção de como conduzir um caso de dependente de crack. Ou seja, há alguns temas frequentes na nossa sociedade, da realidade do povo brasileiro, que, às vezes, a escola médica não tem acompanhado.

Então, só essas três frases eu puxei aqui, mas há várias outras que nos emocionam muito nesse programa. Esta é a frase de um médico que está na cidade de Monte Negro, em Rondônia: “Todos os dias aqui eu aprendo e ensino muito”. Ele aprende com a população, com o médico supervisor e também ensina a população. Outro médico, que estava no município de Pitimbu, na Paraíba, Senador Lucena, disse: “Eu não tinha noção, pela experiência na graduação, na faculdade, de que a atenção básica possibilitaria essa proximidade com a comunidade, que me tem permitido entender por que as pessoas de uma família adoecem mais do que outras, porque um responde a um medicamento de forma diferente do outro”.

Muita gente fala: “Por causa do Provab, o médico vai para lá passar um ano, depois, vai fazer residência em Oftalmologia e nunca mais lembra daquela realidade”. Primeiro, eu acredito que se ele for fazer Oftalmologia, será um oftalmologista melhor do que aquele que não teve essa experiência. E muita gente muda, ao longo desse ano, a especialidade que queria fazer. Esse é um caso de um médico em Itatira, no Ceará. E há outros que queriam fazer residência em Oftalmologia e, depois do Provab, pensam em mudar para Medicina da família.

Pode passar o próximo.

Outro desafio fundamental, e eu sei que é debate permanente – quero, inclusive, agradecer ao Senado

por trazer esse debate à CAS –, é o tema da importância da defesa de usuários e da qualidade dos planos de saúde. Inclusive, hoje estamos aproveitando esta Comissão para fazer o anúncio do novo ciclo de monitoramento dos planos de saúde dos três meses do primeiro trimestre deste ano.

Os senhores sabem que, desde 2012, nós iniciamos ciclos trimestrais de monitoramento do atendimento dos planos de saúde no cumprimento do tempo de espera. Foram criadas regras para o tempo máximo para exame, consultas, cirurgias e exames especializados nos planos de saúde. A partir dessa regra, quando o usuário apresenta uma queixa para a ANS, dizendo: “Eu procurei uma consulta em uma clínica e a operadora não me ofereceu um médico naquela especialidade, naquele prazo”, quando a pessoa apresenta essa queixa, ela é monitorada pela ANS e, além de se buscar resolver, passa a ser computada para o monitoramento do plano de saúde e é suspenso o direito de venda. O plano de saúde não pode incorporar mais pessoas enquanto não garantir o atendimento no tempo adequado para as pessoas com quem ele já tem contrato.

Pode passar o próximo.

Durante o ano de 2012, foi suspensa a comercialização, ou seja, o direito de venda de 396 planos de saúde de 56 operadoras diferentes. Aqui temos os resultados de cada um dos ciclos de divulgação, dos ciclos de monitoramento, os três ciclos ao longo do ano de 2012. Nesse primeiro trimestre de 2013, nós tivemos 225 planos de 28 operadoras suspensos. Isso porque uma operadora pode ter mais do que um tipo de plano de saúde. Ela pode ter um universo maior de planos de saúde.

Então, vamos divulgar agora exatamente o balanço desses primeiros três meses, do primeiro trimestre – é o primeiro ciclo de monitoramento neste ano –, do que aconteceu com esses 225 planos dessas 28 operadoras.

Pode passar o próximo.

Doze delas, em relação a essas 29 operadoras suspensas no último ciclo, recuperaram a sua situação assistencial no primeiro trimestre, ou seja, tiveram que apresentar ou o termo de compromisso, e, nesse termo de compromisso, melhorou o cumprimento dos prazos nesses três meses, e cinco delas tiveram, inclusive, o que nós chamamos de direção técnica – ou seja, foi nomeado um técnico da ANS para acompanhar a direção dessa operadora no seu atendimento –, cinco das que estavam na direção técnica também tiveram melhora no monitoramento nesse primeiro ciclo desse momento, o que significa que elas podem voltar a operar normalmente naquele produto, naquele plano

de saúde, mas continua o monitoramento; caso voltem os problemas, volta a ser suspenso.

Isso mostra que esse ciclo de monitoramento tem um caráter pedagógico, como eu digo. Esse é um mercado que cresceu muito, expandiu fortemente, e nós precisamos, cada vez mais, aprimorar as regras de regulação desse mercado. Digo caráter pedagógico, porque, quando o Ministério da Saúde e a ANS suspendem o direito de venda, ou seja, não deixam aquele plano de saúde incorporar mais pessoas, ganhar mais dinheiro, vendendo para mais pessoas enquanto não atenderem de forma adequada as pessoas que já estão naquele plano, isso mexe diretamente com o reembolso, com a rentabilidade financeira das operadoras, à medida que é rápido isso. É diferente de multas, que, às vezes, têm recurso administrativo, recurso judicial, e diferente de outras ações que, muitas vezes, demoram para ter uma aplicação. Isso aqui é uma suspensão imediata, mexe na rentabilidade e, com isso, força a operadora a se reestruturar, ampliar a rede e, às vezes, é a organização da rede de agendamento que permite a retomada do tempo de espera adequado.

Pode passar.

Dezessete delas vão continuar suspensas, porque não melhoraram, ou têm algum tipo de anormalidade assistencial. Dessas dezessete, oito já foram encaminhadas para a saída do mercado por outros motivos, não só por conta do tempo de espera, mas por outros problemas: portabilidade, direções fiscais. Duas delas já estão em liquidação extrajudicial, seis com carteira de importabilidade, duas estão em direção técnica e sete estão sendo encaminhadas para a direção técnica agora. A ANS nomeia um técnico que passa a compor a direção dessas operadoras para a reestruturação dos planos de saúde, ou seja, é uma medida forte, nós sabemos, mas é importante para gerar ações pedagógicas, regular um mercado que cresceu fortemente, em algumas áreas, com baixa rede de oferta de serviços para a população.

Pode passar.

Além disso, uma série de outras medidas foram tomadas já no começo do ano como a obrigatoriedade de criação de ouvidorias – as operadoras são obrigadas a ter ouvidorias próprias. Passamos a adotar o rito de análise coletiva dos processos, e isso vai reduzir o prazo para análise pela ANS de um processo da ANS contra um plano de saúde. Reforçamos o que nós chamamos de notificação de investigação preliminar. E o que é isso? Antes de abrir o processo, a ANS deve ajudar ou mediar o conflito entre o usuário e a operadora. Isso resolveu 72% dos problemas que os usuários tiveram com as operadoras no ano passa-

do, ou seja, é isto que nós queremos: cada vez mais resolver o problema para o usuário antes de ter que abrir um processo para a operadora. Encaminhamos a contratação de mais 200 novos servidores para reduzir prazos de análise de processo. Já falei aqui do ciclo de monitoramento, que suspende a autorização de direito de venda para os planos de saúde. E há outra resolução, que está em vigor a partir do dia 7 de maio, já foi publicada, em que as operadoras passam a ser obrigadas a responder por escrito, num prazo até de 48 horas, quando elas negam o exame, negam o procedimento, negam a cirurgia. Esse dado negativo de cobertura passou a ser considerado para um monitoramento de suspensão dos direitos de venda também pela ANS. A aprovação da lei que proíbe o cheque caução foi aprovada por esta Casa, pela Câmara e pelo Senado. E há o espaço de qualidade que passa informações de indicadores de qualidade.

Queria chamar a atenção, Senadores e Senadoras, para o fato de que é muito importante a palavra do usuário aqui. O monitoramento é feito a partir da informação da queixa registrada pelo usuário do plano de saúde. Então, estimular o usuário a registrar essa queixa junto à ANS é decisivo para o monitoramento do controle de qualidade instalado desde 2012.

Pode passar.

Além do tempo de prazo, esse é outro anúncio que nós estamos fazendo aqui, foram incorporados novos critérios para considerar a suspensão do direito de venda de novas pessoas no plano de saúde – é o que nós chamamos da negativa dos atendimentos; isso já estava incluído –: o rol de procedimentos, ou seja, se está cumprindo ou não o conjunto dos procedimentos obrigatórios que o plano de saúde deve cumprir; negativa, às vezes, para o período de carência que não se justifica; rede de atendimento, ou seja, ausência de rede de atendimento que tem a ver com não oferecer num tempo adequado ou negar aquele exame; não garantir o reembolso, ou seja, queixas em relação ao reembolso passam a ser monitoradas para a suspensão do direito de venda também; e mecanismo de autorização para os procedimentos.

Por isso, inclusive, nesse ciclo de monitoramento que nós estamos anunciando hoje, toda vez o direito de venda é suspenso quando há reincidência em dois ciclos de monitoramento. Por isso novas suspensões serão anunciadas no segundo ciclo de monitoramento dos planos de saúde nesse ano, quando completam dois ciclos. Aí, a gente, a partir da reincidência, com esses novos critérios, passa a poder suspender direito de venda de mais operadores de mais planos de saúde.

Pode passar o próximo.

Aqui é só para os Senhores terem ideia do esforço do ressarcimento dos planos de saúde. Nós, em dois anos, conseguimos ressarcir ao Sistema Único de Saúde mais do que foi ressarcido desde a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, tendo aprimorado o sistema de informação, a cobrança, melhorando a gestão nessa cobrança. E, hoje também, eu assino uma portaria que cria um grupo de trabalho da ANS, o Datasus, do Ministério da Saúde, para aprimorar, inclusive, o sistema de informação da ANS, para que a gente possa ampliar ainda mais esse ressarcimento. Todas as operadoras têm a obrigação de colocar, para os seus usuários, no cartão SUS, esse número de identificação do cartão SUS, que vai ajudar, quando uma é pessoa internada no SUS, a ter o ressarcimento. Essa obrigação já está em curso. Vários dos senhores e senhoras, às vezes, já têm o número de cartão SUS e não sabem que têm, porque a operadora já colocou. É só acessar o Portal do Cidadão do cartão SUS, no *site* do Ministério da Saúde, e todo mundo pode ver seu nome no cartão, até imprimir o seu cartão, emitir o seu cartão SUS no Portal do Cidadão. Tudo isso é eletrônico. E esse grupo de trabalho do Datasus e da ANS vai aprimorar esse sistema de informação e, inclusive, criar mecanismos mais fortes de segurança também nesse sistema de informação da ANS, para o monitoramento das operadoras de planos de saúde.

Pode passar o próximo.

Outro tema é a segurança do paciente. Para nós, esse é um tema, eu diria, estratégico, fundamental no Sistema Único de Saúde hoje, não só na saúde pública, mas também na saúde privada. Nós lançamos, nesse ano, um programa a partir da experiência que nós fizemos com 192 hospitais sentinelas em 2011 e 2012, que era para existirem práticas dentro do hospital de segurança do paciente. Não é possível a gente conviver mais com exemplos em que um profissional administra na veia de um paciente, em vez de um medicamento, um alimento, ou não é possível a gente conviver, é inaceitável, com situações de, às vezes, descaso que levam o paciente que entra no hospital a agravos de saúde maiores do que ele já tinha antes de entrar no hospital. Então, a partir da experiência que nós fizemos, em 2011 e 2012, de 192 hospitais da Rede Sentinela, que eram mais de 40 mil leitos no SUS, de adoção de práticas de segurança do paciente, o Ministério da Saúde lançou, nesse ano, um programa nacional de segurança do paciente. Só para os senhores terem ideia, no Brasil, de cada dez pacientes atendidos no hospital, um sofre algum tipo de evento como: queda, administração incorreta de medicamentos, mal uso de dispositivos, falhas na identificação, erros em cirurgias ou são acometidos por infecção hospitalar. Este aqui é

o cartaz do programa que já está em curso, que chama a atenção para o que são chamadas de seis medidas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde de segurança ao paciente.

Pode passar o próximo.

Só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, o Brasil, em relação à quantidade de problemas que uma pessoa tem dentro do hospital por insegurança do paciente, tem um número proporcional, parecido com o de outros países, mas, no nosso caso, 66,7% poderiam ser evitados, ou seja, procedimentos inseguros feitos para o paciente poderiam ser evitados se fossem adotadas práticas de segurança do paciente.

Pode passar o próximo.

Uma das ações desse programa são seis protocolos de orientação, de regras para os hospitais públicos e privados em relação a cirurgia segura. São práticas simples, às vezes, como: identificar o membro que vai ser operado – isso evita a troca de membros operados que acontece em alguns hospitais –, identificação do paciente, práticas simples de higiene das mãos, prevenção das úlceras, ou seja, um conjunto de protocolos que já estão em consulta pública para sugestões, comentários de profissionais médicos e passarão a ser protocolos exigidos pelo Ministério da Saúde, pelas secretarias estaduais, municipais, pela Anvisa, para aplicação nos hospitais em todo o Brasil.

Pode passar.

Outra medida é uma resolução da Anvisa que obriga os hospitais, para funcionarem como hospitais, a ter o que nós chamamos de núcleo de segurança do paciente. Hoje, um hospital, para funcionar, tem que ter uma comissão de infecção hospitalar. Então, obriga-se a, além disso, ter um núcleo de segurança do paciente, ou seja, profissionais que fiquem dedicados dentro do hospital única e exclusivamente a ver se as medidas, os protocolos, as regras estão sendo cumpridos ou não, Senador Lucena. A consulta pública dessa resolução termina no dia 8 de maio – já está há mais de um mês em consulta pública. A partir do fechamento, será regra publicada pela Anvisa, os hospitais terão um prazo para cumprir e, se não cumprirem, não terão o seu alvará de funcionamento renovado. Está aqui o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores lá da Fiocruz, o Paulo. Ele sabe que, dentro da Fiocruz, há um grande programa sobre isso de informação em relação à segurança do paciente.

E há um chamamento público para que a indústria, as empresas possam fazer novas sugestões, por exemplo: o rótulo das ampolas, o rótulo dos medicamentos de alto risco por que têm que ter um frasco da mesma cor do de outros medicamentos de menos alto risco? Ou seja, são sugeridas mudanças também na

produção na indústria que possam levar maior segurança por parte dos pacientes.

Pode passar.

Vou falar um pouco, mais rapidamente, da importância da atenção básica em saúde.

Por determinação da Presidenta Dilma, nós temos um grande programa de construção, reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde de todo o País. Nós fizemos o primeiro censo das Unidades Básicas de Saúde. Pouco mais da metade delas precisavam ser reformadas ou ampliadas, então o Ministério da Saúde colocou recurso disponível. Todo prefeito, toda prefeita, se quiserem reformar e ampliar todas as Unidades Básicas de Saúde do seu Município, tem recurso disponível do Ministério da Saúde, através do PAC, para isso.

Pode passar o próximo.

Neste momento, nós temos já contratada a construção de mais de 3.400 Unidades Básicas, reforma e ampliação de mais de 20 mil e um programa específico – viu, querido Senador Mozarildo, Senadora Portela? – para as Unidades Básicas de Saúde fluviais para a Região Amazônica. São 64 Unidades Básicas de Saúde fluviais disponíveis aqui: uma lá no interior do Amazonas, que nós já inauguramos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pode passar o próximo.

Aqui, são só exemplos.

Pode passar, porque há um monitoramento.

Pode passar.

Isso aqui é o sistema de monitoramento dessas obras, em que tudo é feito de forma eletrônica no Ministério da Saúde. Inclusive, alguns prefeitos e prefeitas têm atraso no repasse, porque não colocaram a foto, não colocaram a ordem de serviço. Todo o monitoramento das obras é feito de forma eletrônica, para haver mais transparência e acompanhamento das obras das UBSs em todo o País.

Pode passar.

Até o dia 30 de abril, está aberta a apresentação de novas propostas. Até agora, nós tivemos mais 7.800 propostas cadastradas, algumas de construção, ampliação e reforma. Nós temos mais recursos disponíveis. Então, até o dia 30 de abril, está aberto para – aqui está errado: é R\$1,6 bilhão até 2014 – investimentos ainda de reforma, ampliação e construção de novas UBSs. Então, R\$3,9 milhões está pouco, não é, Senador Waldemir Moka? São R\$1,6 bilhão; está errado aqui esse dado. Até o dia 30 de abril, está aberto. É só entrar no sistema, no portal, e já fazer o monitoramento, inscrever as propostas. Repito: o prefeito e prefeita que quiserem reformar e ampliar todas as suas Unidades

Básicas de Saúde têm recurso disponível para isso a partir do censo que nós fizemos.

Pode passar.

Nós estamos levando banda larga para as Unidades Básicas de Saúde também. O Ministério da Saúde, nesse censo, descobriu que 30% apenas das unidades têm algum tipo de acesso à Internet. Então resolvemos bancar o acesso à banda larga para essas Unidades Básicas de Saúde. Para os Municípios que participam do programa de qualidade na atenção básica de saúde, o Ministério da Saúde, junto com o Ministério das Comunicações, conclui uma licitação agora em maio para levar acesso à banda larga para as Unidades Básicas de Saúde.

Pode passar.

Essa banda larga vai ser importante para a informatização das unidades. Hoje o cartão SUS pode ser todo feito através desse portal chamado Portal do Cidadão. Você pode fazer e emitir o seu cartão SUS, acompanhar o seu registro histórico de atendimentos.

Pode passar o próximo.

Criamos um sistema de informação chamado e-SUS Atenção Básica. Está disponível para os Municípios. Os Municípios não precisam pagar mais para resolver *software* para gestão na atenção básica. Está disponível desde março para os Municípios.

Pode passar.

Esse sistema de informação da atenção básica faz controle da agenda, controle de estoque, controle da carga horária do profissional, prontuário eletrônico do cidadão.

Pode passar.

O sistema tem todo o histórico do cidadão, os exames que ele fez, o histórico de atendimento. Permite um melhor acompanhamento pelo profissional de saúde, pelo secretário municipal de saúde, combate desperdício – quando você informatiza a farmácia, estoque, reduz-se fortemente desperdício de recursos na área de saúde.

Pode passar.

Voltando, esse é o Portal do Cidadão, o cartão nacional do SUS. Hoje o cidadão pode entrar e, através do seu número do cartão SUS, saber todo o seu histórico de internações, de procedimentos de mais alta complexidade que realizou no Sistema Único de Saúde e ele pode autorizar um médico a acessar os seus dados. Então, ele vai ao portal e fala: “Eu quero que o meu médico, com o CRM x, tenha acesso aos dados.” Esse profissional médico pode acessar os dados de atendimento desse paciente.

Pode passar o próximo.

Outro investimento importante na atenção básica – e todos os Municípios podem participar – é o Progra-

ma de Qualidade à Atenção Básica, em que criamos um incentivo financeiro pela qualidade do atendimento. O Ministério da Saúde já repassa um recurso para que os Municípios possam contratar as chamadas equipes de saúde da família, as equipes de atenção básica nas Unidades Básicas de Saúde. Por esse programa, o Ministério pode dobrar o que passa nesse incentivo, dar duas vezes mais recursos de custeio para o Município, desde que as equipes cumpram padrões de qualidade no atendimento.

Nós tivemos, agora, para o ano de 2013, mais de 34 mil equipes, em todo o Brasil, participando do programa. São mais de 5 mil Municípios. Estamos muito felizes, porque saímos de 17 mil, que participaram na versão 2011/2012 do programa, para mais de 34 mil equipes que participam do programa agora no ano de 2013.

Pode passar.

Aqui são falas, frases de alguns gestores, avaliadores externos. Esses avaliadores externos estão aí porque o Ministério fez parceria com a universidade para que ela vá lá, visite, cheque o que está no sistema de informação, o que realmente está acontecendo, faça pesquisa de satisfação do usuário. Então o avaliador externo diz o seguinte: “O PMAQ, esse programa, veio dar uma sacudida em todo mundo”, ou seja, cobrar desempenho, buscar melhorar o atendimento na atenção básica. São vários profissionais de saúde falando que o PMAQ ajuda a questionar o que estava fazendo, melhorar o atendimento, e gestores de saúde também dizendo o que chama a atenção. Como mexe com dinheiro, a gente garante o apetite ainda maior do gestor para cuidar do PMAQ. Uma equipe com bom desempenho no Ministério da Saúde dá duas vezes mais recursos, dobra o recurso de custeio que é repassado para a atenção básica de acordo como desempenho aquela equipe.

Pode passar.

Em relação às UPAs 24 horas, nós já temos mais de 270 UPAs 24 horas funcionando em todo o País. Isso tem significado 2,7 milhões de atendimentos todo mês, quase 100 mil atendimentos por dia nessas UPAs 24 horas e, o mais importante: onde elas funcionam, de cada 100 pessoas que precisavam ir para o pronto-socorro, para um hospital, 97 têm esse problema resolvido na própria UPA 24 horas, com isso, reduz-se a lotação dos hospitais.

Pode passar.

Nós publicamos, na semana passada, a nova seleção de construção de mais UPAs 24 horas. São 205 UPAs habilitadas para construção e 73 para ampliação. Essa foi uma mudança que nós fizemos desde 2011. Se o Município já tem um serviço de pronto

atendimento que pode ser ampliado, qualificado com mais equipamentos para uma UPA 24 horas, em vez de construir outro e fechar aquele que já existe, aprimora a reforma, qualifica aquele que já tem, com isso otimizando os serviços.

Pode passar o próximo.

Em relação à atenção ao câncer, temos esse dado aqui. Ontem, foi publicado no edital de contratação no Ministério da Saúde que o Brasil vai fazer a maior compra única de equipamentos para radioterapia no mundo inteiro. São aceleradores lineares. Nós colocamos, por ser a maior compra, como condição para a empresa que ganhar, pois são somente dois fornecedores mundiais, que quem ganhar vai ter como obrigação construir uma fábrica, no Brasil, de aceleradores lineares. São 80 centros de radioterapia em todo o País.

Pode passar.

Isso vai se somar aos investimentos, que já cresceram, com câncer, nos últimos dois anos, tanto investimento federal – saiu de R\$1,9 bilhão para R\$2,4 bilhões –, aumentando o número de procedimentos. Colocamos novos procedimentos cirúrgicos e ampliamos três vezes mais o valor pago na tabela SUS para as diárias de internação desses tipos de tratamento para o câncer.

Pode passar.

Aqui são os dados do que aumentou de mamografia, do que aumentou de exame Papanicolau no País.

Pode passar.

Aqui chamo a atenção dos senhores para um projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado que cria o que muitos estão chamando de “Lei Rouanet” para a área da saúde, para os serviços de atendimento ao câncer e de pessoas com deficiência. A Presidenta publicou o decreto de regulamentação da lei na última semana e, agora, nós vamos abrir o processo de receber projetos de empresas do setor privado para apoio a instituições do câncer e a pessoas com deficiência.

Pode passar.

Um grande esforço que temos é o de melhorar a urgência e a emergência no País. O programa SOS Emergências já acontece em 12 hospitais; agora serão 22 se espalhando por outras capitais de todo o País.

Pode passar.

Uma das ações importantes do SOS Emergência é passar a monitorar, com sistema informatizado, com câmeras que eu acompanho do Ministério da Saúde. A Presidenta Dilma, de vez em quando, gosta de dar uma olhada. Esse é o Hospital de Base em Brasília. Senador Rollemberg, outro dia, houve um caso que a Presidenta viu. Havia um balde no meio do corredor e não estava chovendo. Ela perguntou: “O que aquele

balde está fazendo? Vamos ligar para o diretor para resolver o problema do balde.”

Aqui é um hospital do Rio de Janeiro, o Albert Schweitzer. Aqui é a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Os hospitais que entram no SOS Emergência são acompanhados, monitorados permanentemente pelos gestores estaduais no sentido de retirar as marcas dos corredores e enfrentar o grande problema da urgência e emergência no nosso País.

Pode passar.

Esse é o Melhor em Casa, programa inovador do Governo da Presidenta Dilma, em que o Ministério da Saúde paga para o Município e para o Estado a contratação de uma equipe que faz o chamado *Home Care*. Ou seja, a gente aprendeu na Medicina, ao longo dos anos, que muitas pessoas poderão ter um atendimento mais humanizado, com mais qualidade, envolvendo mais a família, com melhor recuperação, menor risco de infecção hospitalar se continuarem sua internação em casa. Nós já temos 518 equipes espalhadas em todo o País e nós queremos chegar até 1.000 equipes até 2014. Está aberto para adesão nos vários Municípios do País.

Pode passar.

Pode passar.

Aqui é o programa do Samu, um programa bastante conhecido.

Pode passar.

Vou chamar a atenção para o aumento das cirurgias eletivas através dos mutirões de cirurgias. Houve um aumento nas cirurgias de catarata, que saíram de 348 mil, 426 mil; em 2012, 436 mil. Nós queremos ultrapassar os 500 mil no ano de 2013 e tentar chegar a 700 mil cirurgias de cataratas por ano, no ano de 2014. Para isso, criamos um recurso específico para Estado e Município, a fim de estimular o mutirão, pagando e autorizando o Estado e o Município a pagarem um valor maior do que a Tabela SUS às santas casas e aos hospitais filantrópicos, com o intuito de atrair hospitais para esses grandes mutirões de cirurgia de catarata e cirurgias eletivas como um todo.

Pode passar.

Transplantes.

Ontem, nós tivemos a reunião do Comitê Estratégia de Transplantes. O Brasil bateu, mais uma vez, o recorde mundial de transplantes públicos e gratuitos. Foram mais de 24,4 mil transplantes realizados em 2012. Nós tivemos um aumento de 118% em relação a 2002, quando começou o programa de transplante no País e também fizemos um forte reajuste na Tabela SUS para estimular sobretudo transplantes de coração e pulmão. Houve um crescimento muito importante nas

Regiões Norte e Nordeste do País: 47% de aumento dos transplantes nessas Regiões.

Pode passar.

Em relação às santas casas, esse é um debate bastante importante hoje e que tem mobilizado bastante aqui o Senado, nós defendemos um processo de profunda reestruturação. Houve uma série de ações já realizadas, como linha de financiamento do BNDES com taxa de juros menor, portaria 100% SUS, aumento no repasse dos recursos para as santas casas.

Pode passar o próximo.

Só para vocês terem ideia, nós criamos o chamado incentivo de qualidade aqui. Esse é um tema que precisamos debater fortemente. Por muitos anos, a política com os hospitais filantrópicos foi realizar reajustes lineares da Tabela SUS. O que é a Tabela SUS? É uma tabela de referência. Não é, necessariamente, o que é pago para um hospital filantrópico, mas uma referência de quanto se paga no exame de sangue, no exame de urina, no ultrassom, em uma cirurgia. Por muitos anos, a política foi fazer ajustes lineares na Tabela SUS. Isso criou uma distorção nas santas casas, de sorte que alguns serviços foram mais bem remunerados do que outros e, às vezes, as santas casas e o hospital filantrópico se organizaram para isso e não se organizaram para o atendimento integral ao paciente, preocupados em resolver o problema integral do paciente. Quando a pessoa entra em um hospital, ela quer ter seu problema de saúde resolvido. Ela não quer saber se ela faz cinco ou seis exames de urina, cinco ou seis exames de sangue, cinco ou seis Raios X.

Então, desde 2011, o Ministério resolveu adotar outra política. Aumentou os recursos para a santa casa, não no reajuste linear à Tabela SUS, mas no que chamamos de incentivo de qualidade, em que o gestor municipal e o gestor estadual fecham contrato de qualidade com a santa casa e criam esse incentivo. Assim, põem mais recursos para quem se organiza para atender melhor a população, reduzir taxa de mortalidade, reduzir tempo de internação e atender em um tempo mais adequado.

Só para os senhores terem uma ideia, de R\$300 milhões, quase R\$400 milhões do que era repassado desse incentivo de qualidade na conta atualização passou para quase R\$1 bilhão em 2012. Ou seja, aumentamos quase três vezes mais o volume com uma política de direcionar esses recursos para quem faz contratos de metas de qualidade. Nós queremos incentivar ainda mais isso, porque nós queremos incentivar que um hospital se organize para atender integralmente o seu paciente e não para uma coleção de exames, uma coleção de procedimentos.

Pode passar o próximo.

Só para os senhores terem ideia, do total de hospitais filantrópicos em todo o Brasil, 41% já fizeram esses contratos com o Estado e o Município e, a partir daí, o gestor estadual e municipal passa a controlar e acompanhar os padrões de qualidade do atendimento desses hospitais.

Pode passar o próximo.

Essa aqui é outra ideia chamada 100% SUS. Além do incentivo pela qualidade, nós criamos o incentivo 100% SUS. A santa casa ou o hospital filantrópico que amplia o seu atendimento para o Sistema Único de Saúde passou a receber um reajuste de 20% em todos os procedimentos de média e alta complexidade que realizam. Ou seja, é um estímulo para que elas ampliem a oferta de atendimento ao Sistema Único de Saúde.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Reajuste.

Nós fizemos, sim, reajustes na Tabela SUS nesses três anos. Eram reajustes em pacotes de procedimentos, não mais em exames isolados. Vou citar um exemplo de uma pessoa que está com problema de câncer. O Ministério da Saúde fez um forte reajuste no valor pago, por exemplo, para uma cirurgia completa daquele problema de câncer que é realizada na pessoa. Então, foram 96 procedimentos em 2011; 164, em 2012; e, 63 procedimentos em 2013.

Pode passar.

Vou só voltar ainda.

Além disso, as políticas de reajustes lineares da Tabela SUS além de levarem a certa distorção dentro do hospital, mantiveram a situação de dívidas históricas que as santas casas têm. Um dos grandes problemas financeiros dos hospitais filantrópicos são dívidas históricas trazidas ao longo dos anos. E eu acho que nós precisamos resolver isso também, e não é com o reajuste linear da Tabela SUS que se vai resolver dívida histórica. Então, tenho dito para as confederações das santas casas que, se quiserem que a gente construa uma proposta em que se troque essa dívida histórica por mais atendimento à população, terão o Ministro da Saúde 24 horas por dia defendendo essa proposta. Tenho defendido essa proposta e a estamos construindo com a Fazenda. Acho que a Câmara e o Senado podem contribuir muito para construirmos uma solução como esta, ou seja, trocar a dívida histórica por mais atendimento à população. Quem quiser atender mais tem uma forma de abatimento na sua dívida histórica.

Pode passar o próximo.

Pode passar.

Pode passar.

Em relação ao Cebas, os senhores sabem que houve uma mudança na lei do Cebas, reformulações nessa lei. Nós tivemos um aumento importante de emissão de certificados Cebas nos últimos anos, crescemos em relação a isso. Houve mudanças dentro do Ministério da Saúde para acelerar a emissão do Cebas, mas nós sabemos que precisamos acelerar ainda mais em relação à documentação do Cebas.

Pode passar.

Aqui é só o crescimento, já em 2013, a situação de cada um deles. Depois, isso aqui pode ficar público. Alguns têm diligência e algumas documentações não apresentadas pelos hospitais filantrópicos.

Pode passar.

Só para os senhores verem o aumento: em 2011, 238 tinham sido resolvidos; em 2012, nós aumentamos para 436; em 2013, nesses primeiros meses, nós já chegamos a 106, ou seja, nós estamos aumentando cada vez mais a celeridade na análise, pelo Ministério da Saúde, do certificado de boas práticas de assistência social, que é o que dá o certificado de filantropia para os hospitais filantrópicos.

Pode passar.

Pode passar.

Aqui mostra a ampliação dos remédios de graça através da Farmácia Popular. Desde que a Presidenta Dilma decidiu colocar o remédio para hipertensão e diabetes de graça, em janeiro de 2011, nós tivemos um aumento, de 800 mil atendimentos por mês, para mais de 4,8 milhões de atendimentos por mês. É um crescimento de mais de cinco vezes no acesso a medicamentos de graça para hipertensão e diabetes na Farmácia Popular.

Pode passar.

Só voltando, rapidamente, a um dado interessante. Pela primeira vez, 2012 é o primeiro ano em que nós temos uma redução do crescimento de internações por diabetes no País. Isso mostra que, quando as pessoas têm acesso mais facilmente à medicação, a remédio de graça mais perto da sua casa, respondem ao atendimento e a gente consegue reduzir internações, complicações e também custos para o Sistema Único de Saúde.

Pode passar.

Um grande esforço para poder ampliar cada vez mais a oferta de medicamentos é trabalharmos com aumento da capacidade nacional de produção de medicamentos, sobretudo medicamentos de inovação, da última fronteira de tratamento. Então, o Ministério da Saúde, até 2014, vai aumentar em 380% o investimento em pesquisa e inovação, para os nossos centros poderem pesquisar, ter inovação tanto em medicamentos que já têm uma finalidade e podem ter outras, o que

a gente chama de inovação incremental, quanto em descoberta de novos medicamentos.

Criamos o mecanismo das parcerias de desenvolvimento produtivo. A Câmara e o Senado foram fundamentais, porque aprovaram a nova lei que dá segurança jurídica para as parcerias de desenvolvimento produtivo. Essa é uma parceria em que pegamos um laboratório público nacional, ele se associa a um parceiro privado, ou a uma empresa nacional privada, ou a uma empresa internacional privada e o Ministério da Saúde utiliza o poder de compra que tem para garantir a produção nacional desses medicamentos. Isso também gera economia para o Ministério. Só para os senhores terem ideia, nós tivemos, com a produção nacional, uma economia de R\$2,8 bilhões por ano. Essa era a economia estimada. Isso permitiu ter ampliado serviço, ampliado sistemas, colocado remédios de graça, suportado esse crescimento de ampliação do acesso, mesmo sem novas fontes de financiamento para o Sistema Único de Saúde.

Pode passar.

Aí está um conjunto de medicamentos que estão sendo feitos através das parcerias de desenvolvimento produtivo.

Pode passar.

Eu queria chamar a atenção para algumas delas, que eu diria que são mais simbólicas. A primeira, que nós anunciamos na semana passada, com a presença da Presidenta Dilma, é a retomada da produção de insulina no nosso País. Até o final dos anos 90, no Brasil, uma empresa nacional brasileira de Minas Gerais era líder do fornecimento de insulina no nosso País. Políticas praticadas naquele momento, no começo do ano 2000, permitiram a entrada forte de parceiros internacionais que causaram, em um primeiro momento, a redução do preço, mas logo depois se viu que houve um crescimento do preço e o Brasil parou de produzir insulina.

Agora, com essa parceria de desenvolvimento produtivo, com a nova política do Governo Federal, foi possível fazer uma parceria da Fiocruz com a Biomm, que é uma empresa privada de Minas Gerais. Essa empresa tinha saído do País no começo dos anos 2000, por conta dessa política que não protegia a produção nacional. Retorna, e o Brasil passa a ser um dos quatro países, no mundo inteiro, detentores de patentes de insulina, voltando a produzir insulina no nosso País.

Outra parceria simbólica é o Imatinib, que tenho chamado de o primeiro genérico *biosimilar* para o câncer no Brasil. Já está sendo produzido por uma parceria Fiocruz e Instituto Vital Brasil, que é o laboratório público do Rio de Janeiro e cinco empresas privadas nacionais. Entregamos a primeira leva desses medica-

mentos no final do ano passado. São medicamentos para hepatite crônica, novos inibidores, a última fronteira para o tratamento da hepatite crônica. E o Etanercepte é o primeiro biológico para a produção nacional. Foi registrado no começo deste ano. Tivemos, na inauguração, um acordo também do Laboratório Público Nacional junto à empresa nacional AMS. E há um acordo do Instituto Butantã e Hemobrás para a produção de novos hemoderivados.

Acredito fortemente que aumentar a capacidade de produção nacional era importante também para reduzir os preços de medicamentos, porque se você aumenta a competitividade, isso reduz os preços dos medicamentos para o consumidor, além de garantir segurança. Isso aqui é uma questão de segurança de oferta de medicamentos.

Só para citar o exemplo da insulina: todo ano, o Ministério da Saúde, na compra de insulina de parceiros internacionais, tem que ficar negociando o prazo, o transporte, as condições de transporte. Muitas vezes, a indústria internacional que produz toma decisões de parar de produzir. Ou seja, isso também é segurança para os pacientes.

Pode passar.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Aqui é um conjunto de medidas tomadas na Anvisa para reduzirmos o prazo de registro de medicamentos e produtos na Anvisa – esse é um problema –, para fazer com que a Anvisa estimule a produção nacional. O prazo de medicamentos agora é o mesmo prazo da agência americana FDA: de 6 a 9 meses para novos medicamentos. Estão sendo contratados mais de 300 servidores para Anvisa para ficarem só, fundamentalmente, na área de inspeção e registro de medicamentos. Foi criado um sistema de registro eletrônico, que começou a funcionar esse ano. Isso vai reduzir em 40% o tempo de análise para o registro de medicamentos. Nós estamos com um propósito de transformar o certificado de boas práticas das empresas, que tem que ser atualizado de 2 em 2 anos, para passar a ser de 4 anos, 5 anos. Isso vai dar mais prazo também. E criamos o que nós chamamos de uma gerência de inovação e uma gerência de biológicos. Ou seja, a partir de agora, o registro de um produto de medicamento inovador na Anvisa, ou de genérico e similar, ou de medicamento biológico, vai ser acompanhado, do começo ao fim, por apenas um técnico especializado. Isso vai reduzir os prazos do registro desse medicamento.

Pode passar.

Pode passar, pois aí é só a Carta SUS. V. Ex^{as} já sabem.

Aqui, para terminar, isso já foi apresentado para os assessores dos Senadores, mas quero só reforçar, é uma mudança que o Ministério da Saúde fez este ano, criando um sistema eletrônico de registro das emendas parlamentares e de análise técnica, para dar maior celeridade para análise das emendas.

Pode passar.

Esse aqui é o registro. O Senador ou assessor entra no *site* do Ministério da Saúde; tudo agora passa a ser eletrônico.

Pode passar.

Recebe *e-mail* de como está a emenda. Há um módulo parlamentar específico.

Pode passar.

Alguns avanços em relação a isso: os Senadores, as Prefeituras, os hospitais entram num sistema único para cadastrar todas as suas propostas – não precisa entrar em mais de um sistema, como acontecia; permite o acompanhamento da emenda, como está a situação – isso não acontecia antes; recebe uma explicação dos principais programas; pode juntar mais de uma emenda, não só do mesmo Senador, mas de outros Senadores no mesmo programa – isso, no sistema de informação, facilita; há todo o acompanhamento do saldo parcial, do pagamento, das diligências; recebe *e-mail*; o Senador pode acessar isso de forma eletrônica, o prefeito também; o Ministério da Saúde pode responder eletronicamente para orientar o preenchimento pelos Parlamentares da emenda.

Pode passar.

E aquilo que eu acho que vai ser a grande mudança, que vai facilitar – eu tenho brincado que é igual ao McDonald's, porque a pessoa vai lá e há o tipo 1, tipo 2, tipo 3 – são os combos. Uma das grandes coisas que atrasava a análise técnica das emendas e dos projetos é que, às vezes, o Senador dava um determinado recurso, Senadora Lúcia Vânia, para um Município, para uma Unidade Básica de Saúde, e o Município cadastrava um equipamento, como o de ressonância magnética, que não cabia na Unidade Básica de Saúde. Até isso ser visto, até isso ser analisado, demorava um mês, dois meses, três meses. Agora, isso é direcionado. O Senador fala: “Eu quero dar tanto de recurso para uma Unidade Básica de Saúde no Município X.” Pelo sistema informatizado, já são ditos quais os equipamentos que pode haver nessa unidade, a lista de equipamentos e, com aquele valor, o que vai. Isso acelera fortemente a análise técnica das emendas. E, com isso, a gente pode investir mais ainda em saúde.

Pode passar.

Eu acho que está acabando já.

Pode passar.

Pode passar, pois é o cronograma que todos já têm.

Acho que já está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A parte de emenda ele passou rapidinho. (*Risos.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Notei isso.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É porque a gente quer tudo rápido agora, com o sistema informatizado. Tudo rápido. (*Risos.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Notei, notei. Boa, Moka.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Pode passar.

Acho que acabou.

Pode passar.

É, acho que acabou.

Quanto a esse sistema novo, Senador, nós fizemos uma reunião com os assessores dos gabinetes, durante dois dias, apresentando esse novo sistema. Foi na semana passada no Auditório Nereu Ramos. Foram dois dias de oficina, ensinando para os assessores dos gabinetes como utilizar esse sistema para facilitar e acelerar o prazo das emendas, e, com isso, podermos investir mais em saúde.

Quero agradecer ao Presidente Moka, quero agradecer aqui a todos os Senadores e Senadoras. Estou à disposição desta Comissão para conversar, debater, ouvir as críticas do Senado – tão importantes sempre – à política de saúde do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Ministro Padilha pela exposição completa. A gente combinou o tempo de uma hora; acabou sendo um pouco mais, mas achei importante que o Ministro pudesse dar – vou usar uma expressão mais técnica – uma radiografia de corpo inteiro do que está acontecendo.

Eu quero, antes de iniciar, dizer que, quando houve a indicação do Ministro Padilha para ser o Ministro da Saúde, eu acho que, nesta Comissão, eu disse que dificilmente as circunstâncias políticas acontecem da forma como se deram no caso do Ministro Padilha. Tem-se um Ministério da Saúde que precisa de um ministro forte politicamente. Ele atuou como Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, conhece o Congresso, o seu partido está no comando da Presidência da República. E é um Ministro que tem um conhecimento específico da área. Essas circunstâncias são muito difíceis de serem, todas elas, reunidas em uma única pessoa. E o Ministro Padilha, eu dizia naquele momento da sua indicação, reunia essas circunstâncias. Acho que, com ele à frente do Ministério, houve um avanço muito importante.

Eu ouvi a exposição. Sou um daqueles que sempre defendeu o SUS, lutamos por isso. Eu prometo ser rápido, para colocar o assunto em debate, mas, Ministro Padilha, todos aqueles que disputaram as últimas eleições de 2010 trouxeram para cá a questão que um dos maiores problemas nossos ainda é saúde no nosso País. Eu acho que, se a gente não coloca nesse nível, o debate fica difícil de acontecer.

Por outro lado, eu quero reconhecer a organização, a forma, a eficiência. Não é fácil, num modelo universal, ter controle disso. O que eu acho que está acontecendo? Nós temos estruturado isso, nós temos um controle até razoável, mas cai no final. Os Municípios estão bancando a maior parte da saúde. E os Municípios, sobretudo os pequenos Municípios, não têm essa condição. Há prefeitura que está investindo 30%, enquanto sua obrigação constitucional seria de 15%. Dizem: “Há um problema de gestão, de desperdício.” Pode ser que haja tudo isso. Mas é inegável que o Ministério da Saúde é agora organizado, estruturado. Eu percebo isso, Ministro Padilha, com muita alegria. E todos que acompanharam puderam perceber isso.

Agora, sem financiamento, sem mais recursos...

Nós estamos chegando – vamos dizer assim –, organizando, cobrando, vigiando, controlando. Mas chega um momento que precisa de mais aporte de recurso. E eu penso que essa é uma das questões. Não só essa, mas essa é uma questão fundamental.

Eu vou dizer – a Senadora Ana Amélia certamente vai abordar o tema – que nós tivemos uma audiência pública aqui com os laboratórios, e pudemos perceber que, há 18 anos, não há aumento em alguns procedimentos. Custam R\$1,40, R\$1,85. E aí alguém diz que o pior é que os grandes laboratórios – e é aonde eu quero chegar exatamente para fechar o meu raciocínio –, os grandes conglomerados ganham por volume, porque fazem muitos exames. Eles ganham no volume. E eles estão matando aquele pequeno laboratório, dos pequenos Municípios, que não tem condição de concorrer com isso, aí, tem que colher o material e mandar para uma cidade para que esse exame seja feito. São essas coisas, Ministro. É o dia a dia de cada Senador, de cada Deputado, enfim, daqueles agentes políticos.

Então, eu quero colocar o debate, mas dizendo com muita tranquilidade – e quem me conhece sabe que eu não faço elogios de graça –, que eu acho que o Ministro Padilha fez com que houvesse um avanço. É inegável sua *performance*, seu desempenho à frente do Ministério. Mas precisamos de recursos, de gestão, enfim, nós precisamos discutir a saúde, porque, se formos para os nossos Municípios, para os nossos Estados, a saúde está entre as maiores dificuldades dos cidadãos.

Eu tenho aqui inscritos oito Srs. Senadores. Eu posso fazer três grupos de três Senadores, sendo que o último grupo seria de dois Senadores. A cada três colocações, o Ministro responde. Pode ser desse jeito? Eu consulto o Plenário.

Com a palavra a primeira inscrita aqui, a Vice-Presidente da Comissão, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se eu puder solicitar para me inscrever. Eu não sei quantos há, mas, em todo caso, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já está inscrito aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem. Eu queria sugerir a V. Ex^a que estipulasse o tempo em minutos, porque, daqui a pouco, alguém vai chegar aqui e fazer uma palestra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Isso não é para mim não, não é, Senador? Senador Jayme, isso não é para mim não, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, não estou dizendo de V. Ex^a não, com todo respeito. Longe de mim. Só vamos estipular aqui: quatro minutos mais um de tolerância, total de cinco. Pronto. Senão, vamos passar das 2h da tarde e não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Estamos de acordo no tempo regimental?

Então eu vou pedir para que o nosso relógio marque quatro minutos. No quarto minuto, toca a campainha.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – No quinto minuto conclui, corta o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aí conclui em um minuto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mesmo porque, Presidente, nós temos daqui a pouco que ir à CAE para debater o ICMS.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, meu tempo ainda não começou. Ah não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora. Posso pedir para o moço do relógio os cinco minutos? No quarto minuto, ele toca o alarmezinho.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Moka.

Ministro Padilha, como o tempo é muito curto aqui, vou pular os elogios. Mas não. Faço questão de dizer que as palavras do Presidente Moka são assinadas por nós todos. Nós sabemos que dirigir a pasta da Saúde é dirigir um dos ministérios mais difíceis, mais complicados, daqueles que mais precisam de recursos e que apresenta uma grande demanda.

Mas eu quero também cumprimentá-lo, Ministro Padilha, pela disponibilidade de V. Ex^a, não só em relação aos Parlamentares, mas em relação aos Governadores, aos Prefeitos. Enfim, V. Ex^a tem buscado, através do diálogo, resolver, um a um, os problemas todos que os Estados apresentam. Não tenho dúvida de que a sua estada no Ministério tem contribuído muito para evitar que problemas mais graves ocorram.

Quero concordar também no que diz respeito ao financiamento da saúde. Eu sou de uma Região e de um Estado – o senhor sabe – que é um dos Estados brasileiros que proporcionalmente mais investe em saúde. Há um investimento forte em saúde no meu Estado. E nós precisamos encontrar mecanismos – e esta Comissão já está debatendo, sob a liderança do nosso Presidente, o Senador Moka, e há também uma Comissão Especial coordenada pelo Senador Humberto Costa, que, como V. Ex^a, foi Ministro da Saúde – para que o Senado Federal possa colaborar com o Governo brasileiro no sentido de apontar caminhos para buscar o financiamento e também melhorar a gestão na área de saúde.

Eu vou passar para algumas questões importantes. Foi distribuído aqui um livrinho que fala sobre como buscar apresentar propostas junto ao Ministério da Saúde. Eu vejo aqui que uma delas é a UBS Fluvial, que é um projeto novo, dentro do Ministério da Saúde, Senador Moka, mas que, para a gente da Amazônia, é algo fundamental. Nós temos o Município de Borba, que acho que foi o primeiro Município. O senhor não tem ideia de quantas correspondências eu recebo dos Municípios pedindo essa UBS Fluvial. Mas, além do pedido da UBS, o financiamento diferenciado para a manutenção da prestação desse serviço da área de saúde – isso é muito importante!

Acho que o custo Brasil não pode ser um custo único, Ministro. Não pode ser um custo único. No Amazonas, no Pará, nos Estados da Região Norte e Nordeste também, mas, principalmente, na Região Norte, nos Municípios, – o senhor estará lá, no final de semana conosco, acho que em Tabatinga, fazendo vacinação, eu o acompanharei – temos enormes dificuldades. Então, é óbvio que precisamos trabalhar, em todos os segmentos, mas, principalmente, no Ministério da Saúde, esse custo amazônico – é importante que,

junto com os programas, como a UBS Fluvial, que é muito importante, venha também a manutenção.

Sobre o Saúde da Família, corresponde a em torno de R\$12 mil, R\$13 mil uma equipe completa. O senhor sabe que não se mantém uma equipe de Saúde da Família, no interior do Amazonas, que custe menos de R\$50 mil. Estive no interior neste final de semana, e as notícias que temos é de que há médico anestesista que cobra R\$2 mil a diária – a diária! Lá, está se pagando por diária. São R\$2 mil por diária! Então, para manter médico sete dias na semana, são R\$14 mil por semana.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Isso para se manter só um médico anestesista! Então, falo a respeito dessa questão do custo na Amazônia.

E, segundo, gostaria de cumprimentar, também, o Ministério em relação à busca de soluções, para colocar profissionais da área de saúde em todo o Brasil. Concordo com o senhor, tudo tem que ser feito dentro da mais profunda responsabilidade, com um diálogo com a categoria dos médicos. E é exatamente isso que não só o senhor, mas também a Presidenta Dilma, vem fazendo.

E, por fim, porque não quero extrapolar o meu tempo, sobre a vacina do HPV. O senhor me deu uma boa notícia quando estive no Ministério. Gostaria de que o senhor falasse das perspectivas do Ministério de tornar a vacinação de HPV um direito de todas as meninas de todo o território nacional, visto que a Amazônia e o Distrito Federal já aplicam isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizo a Senadora Vanessa, que deu exemplo, cumpriu rigorosamente o prazo a nossa Vice-Presidente.

Senador Paulo Davim, V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ministro, quero parabenizá-lo pela sua disponibilidade, pela sua disposição para debater conosco. E também parabenizo-o por algumas ações. Aliás, acho que o senhor tem sido um Ministro de excelente desempenho, se considerarmos o contexto em que o senhor e a sua administração, contexto econômico, estão inseridos. Quero parabenizá-lo por três coisas: a primeira é o Provac. Sou fã desse programa, e o senhor sabe disso. A segunda é a criação do núcleo de segurança, ação fundamental em resposta à demanda atual e à solicitação da própria sociedade. A terceira é a questão das operadoras de plano de saúde, em que, aliás, o senhor tem feito um trabalho maravilhoso. Inclusive,

na última sexta-feira, dia 19, passou a valer a obrigatoriedade da disposição das bolsas de colostomia e, também, de coleta urinária, coisa que o SUS pagava – e é caro e, aqui, no Brasil, só há dois fabricantes, e apenas um fabricante de confiabilidade. Então, quero parabenizá-lo por essa ação também.

Também gostaria de parabenizá-lo pela produção da insulina e do Glivec, que é imatinib. Acho fantástico! O Glivec é caríssimo, pouca gente tem acesso, mas vamos produzir, agora, acredito que a um custo bem mais baixo, sem sombra de dúvida.

Mas sobre as outras questões, Ministro, não vou questionar nem fazer contraponto, sabe por quê? Porque tomei uma decisão. Depois que estamos debatendo a questão do financiamento da saúde, qualquer outro debate vai mudar o foco. Estou absolutamente convencido de que não teremos uma saúde universal nos moldes que queremos se não fortalecermos esse debate do financiamento. É inadmissível que o Brasil destine 3,7% do PIB para a saúde, tendo um gigantismo como senhor acabou de falar.

Os programas de vacinas, a distribuição de próteses e órteses, o tratamento oncológico, o transplante, mais de um milhão de internação/ano, mais de 531 milhões de consultas/ano. Enfim, o gigantismo do SUS é incalculável, para receber 3,7%? Sinceramente, o senhor está obrando um milagre. A média é 9,4% no mundo, do PIB. A média de investimento de saúde do PIB mundial é 9,4%. No Brasil, se o senhor fizer a conta bruta de orçamento *versus* gasto em saúde, é um pouco mais de 5% do orçamento, Ministro. Essa é a média de países da África.

Qualquer discussão, em outro sentido, vai tirar o foco. Acho que precisamos debater o financiamento de saúde seriamente, Ministro. Seriamente! Não se consegue oferecer um sistema de saúde nos moldes que queremos e de que o povo brasileira precisa se não houver um financiamento justo e adequado. Porque, veja bem, a educação quintuplicou o investimento, nos últimos dez anos; as verbas em assistência social, dez vezes mais; mas, quanto à saúde, cresceu, de maneira vegetativa, o investimento na saúde. Portanto, estou convencido.

O gasto *per capita*: Brasil US\$400, Argentina US\$921, Chile US\$576, Costa Rica US\$778, Cuba US\$443, Canadá US\$3 mil, Espanha US\$2,25 mil, Estados Unidos da América US\$3,7 mil *per capita* ano. O Brasil, que é a sétima economia do mundo, apenas US\$400. Não dá para fazer sistema de saúde com esse valor aqui. Por isso, acho, Ministro, que o seu desempenho está muito acima da média, considerando esse contexto.

Quanto às outras questões, não vou entrar nesse debate, até porque, se for entrar, por exemplo, no debate da questão dos médicos estrangeiros... Não sou contra os médicos estrangeiros, não; nem eu sou contra, nem nenhuma entidade médica é contra. Queremos segurança, garantia; queremos isso, entendeu?

Ademais, Ministro, gostaria de chamar atenção para um detalhe: o sistema suplementar cobre 45 milhões de brasileiros e investe R\$67 bilhões. O SUS cobre 145 milhões de brasileiros e investe apenas R\$128 bilhões. Há uma desproporção absurda nisso. Precisamos corrigir essa questão, não podemos perder o foco. E acho que esta discussão que estamos fazendo aqui, sobre o financiamento de saúde, é fundamental!

Portanto, quero parabenizá-lo e dizer que o meu foco, a minha preocupação, é em relação ao financiamento. Acho que a União deveria e deve contribuir – como queríamos na regulamentação, na Emenda nº 29 – com os 10% para a União, os 15% para o Município, os 12% para o Estado. Dessa forma, teremos uma saúde não diria de primeiro mundo, mas também não teríamos uma saúde de terceiro mundo. Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos, também, ao Senador Paulo Davim, dentro, também, do tempo. Acho isso importante.

E passo a palavra, de imediato, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Ministro Alexandre Padilha, apenas endosso tudo o que foi dito a seu respeito, acrescentando apenas, com gaúcha, um agradecimento por aquilo que, no início deste ano, V. Exª fez em relação ao grave incêndio que houve em Santa Maria. A sua atuação foi reconhecida por todos os gaúchos. E faço questão, agora, de também reconhecê-lo!

Compartilho com o que disse o Senador Moka, em relação à questão da municipalização. A média é de 25% a 30% da aplicação. E V. Exª sabe que existe a dificuldade que o Senador Moka mencionou. Vou dar em números a questão das emendas individuais e de bancada na área da saúde. Reclamação de Deputados e Senadores o senhor ouve, deve ser todo dia.

Não são atendidos 70% da demanda e, mesmo quando o recurso é empenhado, a demora para ser efetivado o pagamento é, de fato, grande. Dos 15 pedidos de hospitais do meu Estado, o Rio Grande do Sul, das emendas individuais, no ano passado, 2012, só cinco foram empenhadas.

Há também, como foi falado aqui, o reajuste das tabelas do SUS, e V. Exª tem um posicionamento a respeito disso. As Santas Casas trabalham com limitação

de recursos, e grande parte é suporte importante para o atendimento do SUS, que é até mais de 60% das santas casas e hospitais comunitários ou filantrópicos. Muitos pedidos também, Ministro Alexandre Padilha, de renovação de certificados de filantropia que garantem o acesso a esse recurso demora, às vezes, 2 anos para ser analisada.

É claro que queremos que se separe o joio do trigo, não admitimos que a “pilantrópia”, como se falou, prevaleça, mas, sim, aquelas instituições que são sérias, e no meu Estado a regra é essa. Queria dizer, também, por uma questão de justiça. V. Ex^a falou que dá 60 dias para o SUS iniciar o tratamento contra o câncer. Fui apenas a Relatora e preciso dizer que o autor foi ex-Senador Osmar Dias. Houve um substitutivo importante da Câmara, que já está sancionado, e até pergunto ao senhor quando poderemos aplicar essa lei.

Quanto à obesidade, Ministro, V. Ex^a lembrou que isso é um drama grave no nosso País. Pedi já uma audiência pública ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir esse tema relacionado à obesidade, que é bastante grave.

Outro tema que V. Ex^a, digamos, não abordou – até porque é muito coisa no seu Ministério – é a questão da saúde do homem. O percentual de índice de câncer de próstata tem aumentado, e a prevenção é fundamental. Também solicitei uma audiência pública, para tratar destas questões, tendo em vista que, no Nordeste, há umas sequelas devido à falta de prevenção, que são muito graves, às vezes, mutilando-se meninos jovens, por conta da incidência dessas doenças. Queria saber do senhor.

Fiz, também, aqui duas audiências públicas sobre os acidentes de motos, o que é muito grave, Ministro, isso é muito grave! E percebemos que é necessária uma transversalidade entre as suas ações, do ponto de vista do atendimento, e, também, o Ministério da Justiça com o Denatran. Estamos discutindo, aqui, normas de segurança, para evitar esta mortandade, essa carnificina que há. Enquanto não melhorar o transporte público coletivo, a moto vai continuar sendo esse instrumento de trabalho. Então, queria só saber do senhor se há um índice de ocupação de UTIs por acidentados de motos especificamente para nos dar ideia dessa gravidade.

Queria também saber do senhor: há uma discussão, hoje, sobre a dependência química. Apresentei, aqui, a relatoria de um projeto que atenua a questão, vendo o dependente químico como um doente, não como um criminoso. E quanto à internação compulsória ou involuntária, V. Ex^a esteve em uma cracolândia em São Paulo – é uma questão muito importante! O meu relatório observa que é preciso ouvir especialis-

tas em saúde e um juiz; quer dizer, é preservada a individualidade e o direito da pessoa. Então, sobre isso, pergunto: quantos CAPS temos no Brasil e onde elas estão concentradas?

No que se refere à gripe aviária, a H1N1, cujo vírus está no Brasil, mudou na China, está H7N9, que é outra cepa muito grave. Queria saber de V. Ex^a sobre isso e se há alguma coisa também sobre a política do Ministério da Saúde para tratamento do doente renal crônico.

E, por fim, o senhor está tendo um desempenho tão elogiado, no Ministério da Saúde, que gostaria de perguntar se o senhor vai deixar esse Ministério para ser candidato ao Governo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Já falou a jornalista, não é?

Com a palavra Ministro, para responder às perguntas.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Sr. Presidente, muito obrigado. É isso que eu iria comentar. Lembrou-me, agora, a jornalista Ana Amélia, para quem dei muitas entrevistas na RBS, várias vezes.

Mas, Senadora, é afinal o que tenho dito sempre, como médico, como profissional da saúde: não há nada que me honre mais do que a missão que assumo, hoje, que a Presidenta Dilma me delegou. Tenho muitos problemas para enfrentar na saúde do País, estou dedicado a isso. Outro dia, perguntaram-me: há prazo para decidir isso? Há prazo para decidir aquilo? Eu falei que o único prazo em que estou pensando, agora, é como reduzir o prazo das filas, do tempo de espera, do registro de medicamentos; é para isso que estou dedicado.

Quero agradecer as várias perguntas, comentários, além também dos elogios, que sempre dão mais energia para enfrentar os desafios que temos. E quero começar respondendo sobre o tema da Influenza. Para os vírus que circulam no mundo e no Brasil, temos a vacina que está sendo aplicada até o dia 26 de abril, quando se encerra a Campanha Nacional de Vacinação. A vacina é para os três tipos de vírus que mais circularam no mundo e em função dos quais houve os casos mais graves, que a Organização Mundial de Saúde seleciona sempre.

O que mais circula é o H1N1, que é o que foi chamado de gripe suína erroneamente – não é o da gripe aviária, como é dito também – continua circulando. Então, esse é o principal vírus que circula, além de outros dois, contra os quais essa vacina protege.

Hoje, temos uma situação na China – o Ministério da Saúde está vigilante, com informes diários, junto com a Organização Mundial de Saúde, e há um grupo interministerial que se reúne semanalmente – bastante

concentrada, não existe clareza, ainda, sobre qual é a fonte de transmissão de um tipo de vírus – é como se fosse uma mutação, uma variação do vírus da gripe. Provavelmente, tem a ver com o contato com aves vivas, com o manuseio das aves vivas, ou com o fato de a ave não estar cozida ou frita, o que é comum em alguns mercados chineses. Não existe o que chamamos transmissão sustentada de pessoa para pessoa até o momento, segundo o que caracteriza a Organização Mundial de Saúde caracteriza. A transmissão tem sido de quem teve contato com essas aves vivas, de forma concentrada na China.

E o Brasil, desde 2006, quando começou o risco de disseminação mundial da chamada gripe aviária, começou a adotar medidas nos portos e nos aeroportos, que são mantidas desde essa época, como, por exemplo, a restrição de entrada de aves vivas, no nosso País, ou aves não cozidas, quando vêm daquela região. Então, essas restrições já existem, são mantidas e permanecem. Além disso, existe uma vigilância dos nossos portos e aeroportos, quando entram o que chamamos de especiarias. São pratos típicos do sudeste asiático, feitos, ainda, no Brasil, pela comunidade chinesa, como a língua de galo e alguns produtos que são feitos por meio dessas aves. Também existe uma vigilância específica em relação a isso, e vamos manter essa vigilância.

Por enquanto, não existe nenhuma recomendação, tanto da Organização Mundial de Saúde quanto da OIE e FAO, nem qualquer tipo de restrição comercial a produtos que venham da China, como também qualquer restrição a deslocamento em viagens de brasileiros para a China; não existe restrição. Também não existe nenhum tipo de recomendação de restrição de vigilância de pessoas que venham da China para o Brasil. Então, vamos manter essa situação de vigilância e chamar a atenção de todo mundo para o dia 26 de abril, que é o prazo final para a Campanha Nacional de Vacinação.

O Estado do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, tem sido o Estado campeão na vacinação, atingiu as metas – no sábado à tarde estive lá –; e Santa Catarina também. São os Estados que mais vacinaram. Alguns Estados, ainda, estão bastante abaixo da meta. E é muito importante: temos 3 dias para comparecer às unidades básicas de saúde!

E estamos chamando a atenção para dois grupos específicos. O Brasil é um dos poucos países – da nossa dimensão, é o único – garante a vacina de graça para todos os grupos recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Só para o senhor ter uma ideia, Presidente, no Brasil, o Ministério da Saúde de está produzindo 44 milhões de doses, em parceria

com o Butantã, inclusive comprando. Isso é metade do que vai ser distribuído de vacinas para a gripe influenza, em todo o Hemisfério Sul do mundo, em que serão aplicados 90 milhões de doses. E o Brasil está adquiriu e produziu 44 milhões de doses! Então, temos até sexta-feira, e estamos reforçando a Campanha de Vacinação.

A outra arma que temos é um medicamento chamado Oseltamivir ou Tamiflu, que é distribuído, gratuitamente, também. O Ministério da Saúde, em 2011, mudou a indicação desse medicamento, para mais fácil distribuição, em todo o País, uma recomendação para todos os médicos. E essa variação da Influenza que existe na China também é sensível a esse tipo de medicamento, o Tamiflu ou Oseltamivir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O Tamiflu é para os vírus da gripe. Chama-se Tamiflu, utilizado quando a pessoa começa a ter uma síndrome de gripe, febre, tosse, secreção, e, sobretudo se tiver entre os chamados grupos de risco, que podem evoluir para casos mais graves, deve começar a receber e a tomar esse medicamento de imediato.

Estou à disposição da Senadora, para os debates, para as audiências, tanto sobre a obesidade, quanto a saúde do homem, para que possamos reforçar esse debate quando houver a situação específica.

E, em relação ao tema das motos, estimamos – alguns Municípios têm isso bem controlado – que de 30% a 35% dos atendimentos, na urgência e emergência, hoje são de pacientes vítimas de acidentes de carros e de motos; e 40% a 45% da lotação dos leitos de UTI no País, hoje, os públicos, os credenciados ao SUS, são de vítimas de acidentes de carros e de motos. Só em 2011, foram investidos R\$200 milhões, no primeiro atendimento, sem contar o custo na UTI, na reabilitação e todos os outros atendimentos relacionados, para os senhores terem uma ideia do impacto que isso tem para a área da saúde

Em relação ao Cebas, eu mostrei os dados aqui. Tivemos um crescimento acelerando a emissão dos certificados do Cebas para os hospitais filantrópicos. Em 2011, foram 238 emitidos; em 2012, 436 – quase o dobro; em 2013, nos primeiros dois meses, 106 emitidos. A gente sabe que é importante que esse sistema seja cada vez mais ágil. Há várias situações onde há morosidade na documentação do hospital, ou mesmo da análise pelo Ministério, e algumas restrições. Esse é um debate, e o Governo inclusive tem uma proposta já de construção. Estamos dialogando com a Câmara – e é importante dialogar com o Senado – sobre a mudança na lei do Cebas, que foi criado por

este Congresso, para que a gente possa aprimorar a lei do Cebas para acelerar o registro e, sobretudo, a renovação do Cebas de vários hospitais filantrópicos.

Senador Paulo Davim, sou um grande defensor dessa ideia do Programa Nacional de Segurança do Paciente, da ação do núcleo. Tenho dito que um hospital que queira funcionar como hospital tem que ter um corpo de profissionais responsável só com práticas seguras ao paciente, para que a gente possa evitar essas situações que são inaceitáveis: administração incorreta de medicamentos; queda de macas, quando não era para acontecer queda de macas; índices elevados de infecção hospitalar. Acho que essa cultura precisa ser mexida dentro dos hospitais e na realidade dos hospitais. Sabemos que essa é uma medida forte da Anvisa, mas que tem que ser tomada. São medidas fortes, é uma resolução que caracteriza que esse hospital tem que ter profissionais dedicados para vigiar, acompanhar, formar, capacitar, ajudar os profissionais de saúde a terem práticas de segurança ao paciente e a aplicarem os protocolos todos que estamos estabelecendo.

A Senadora Vanessa Grazziotin teve que se apresentar, mas, em relação à vacina do HPV, esse é um tema importante – e já discuti isso uma vez aqui no Senado – para todo mundo compreender. O HPV é um vírus que está muito relacionado com as chamadas verrugas genitais nas partes genitais de homens e mulheres. E alguns dos tipos deles, sobretudo dois deles, têm evidências de uma relação maior com o risco de desenvolvimento de câncer de colo de útero. Só que há uma grande variedade desses tipos do vírus do HPV. São três, quatro dezenas de tipos do vírus do HPV. E mundialmente sabe-se hoje que a relação maior com o câncer de colo de útero está para dois tipos de vírus. O que não significa que os outros também não possam causar câncer, ter relação com o câncer, e outros não terem relação nenhuma com o câncer.

Hoje há dois tipos de vacina no mundo inteiro e dois fornecedores mundiais. Uma que protege contra dois tipos do vírus, os dois que causam mais câncer; e outra que protege contra quatro tipos de vírus, dois que causam mais câncer e outros dois que causam verrugas, lesões genitais.

O que o Ministério da Saúde está analisando para incorporação? O Brasil é um dos maiores mercados públicos de vacina do mundo inteiro e tem um programa muito reconhecido mundialmente. Quando o Brasil toma uma decisão para incorporar uma vacina, isso é seguido por outros países do mundo.

Qual é a grande preocupação que temos, e a negociação está passando por isso? É que nós queremos um tipo de vacina que proteja preferencialmente para

os tipos do vírus do HPV que mais circulam, sobretudo nas mulheres brasileiras, nos dados que temos. Não queremos uma vacina que seja preparada para circulação dos vírus dos países do Hemisfério Norte e não dão conta dos vírus que circulam no Brasil, que protejam melhor as mulheres brasileiras. E por que essa preocupação? Porque toda vez que você corre o risco de aplicar uma vacina que protege contra dois tipos de vírus, é como se você tirasse esse vírus do meio ambiente, e outros tipos de vírus crescem, e outros tipos de vírus que também podem causar câncer de útero crescem ainda mais. E como nós sabemos que está em descoberta, que esses dois fornecedores mundiais estão desenvolvendo vacinas para perfis mais amplos, para mais tipos de vírus, o que o Ministério da Saúde disse: “Olha, nós temos um grande mercado em volume, em qualidade e reconhecido mundialmente. Nós só vamos incorporar a vacina para HPV se esses fornecedores mundiais trouxerem para o Brasil uma proposta que possa colocar no Brasil, no tempo de um ano, de um ano e meio do desenvolvimento da vacina, uma vacina mais ampla, que cubra os tipos de vírus que mais circulam entre as mulheres brasileiras também”. Ou seja, queremos essa tecnologia para nós. Vamos colocar o nosso mercado, o nosso acesso, o reconhecimento mundial desse acesso, então nós queremos a melhor tecnologia para proteger a população de mulheres no País.

Isso está em negociação. Fizemos um desafio público para os laboratórios apresentarem essa proposta. Vai ter que ter transferência de tecnologia. Vamos usar o nosso mercado para que a tecnologia seja nossa, o conhecimento para pesquisadores brasileiros, para gerar conhecimento de estudantes brasileiros, jovens brasileiros, e também a melhor forma de aplicar essa vacina do jeito a proteger as mulheres, porque não se sabe ainda, vários estudos do mundo contestam, por exemplo, qual é o período. Essa é uma vacina com a qual precisamos ter muito cuidado. Precisamos de campanha de conscientização para o seu uso, porque a jovem que receber essa vacina pode achar: ah, estou tomando a vacina, então posso fazer sexo inseguro que não vou pegar mais HPV. Ela poderá pegar HPV, além de outras doenças sexualmente transmissíveis. E qual é o tempo de duração da proteção? Não existem trabalhos no mundo consolidados que mostrem que ela dure mais de dez, quinze, vinte anos. Estamos falando de uma vacina que será aplicada hoje em adolescentes de nove, dez, onze, doze anos no máximo a faixa etária, porque tem que ser antes do início da atividade sexual.

Então, é esse período de negociação, mas está andando muito bem. A previsão do Ministério da Saú-

de é de em 2014 já incorporarmos a vacina do HPV em saúde pública no nosso País, tendo a proposta de transferência de tecnologia. Ou seja, recebendo a tecnologia, vai fazer com que o Brasil seja um polo de desenvolvimento de tecnologia para esse tipo de vacina. E essa tecnologia pode ajudar a desenvolver outros tipos de vacina também, além do preço. Toda vez que entra no nosso mercado nós queremos discutir qual o preço que vai ser pago por essa vacina no mercado do nosso tamanho.

Só reforçar a importância desse programa das UBS fluviais. O Ministério da Saúde paga a construção, são mais de 30 convênios já em construção. A proposta é de 64 até 2014. E nós criamos também um incentivo de custeio específico para esse programa. Então, recebe mais recurso de custeio – aquela demanda que a Senadora Vanessa Grazziotin apresentou – quem participa do programa, seja com essa UBS construída ou que já tenha uma unidade básica fluvial que já funciona na Região Amazônica. Quer receber um recurso a mais de custeio, é só participar do programa específico de UBS fluviais que passa a receber um recurso a mais de custeio.

Em relação ao tema do financiamento, segui a ordem aqui, concordo fortemente com o texto geral das falas apresentadas aqui. Acho que esse é um debate e que o Senado pode colaborar muito com esse debate. Por isso quero dar os parabéns ao Presidente Renan por ter instalado a comissão, ao Senador Jayme, que é o Presidente dessa comissão, ao Relator, Senador e ex-Ministro Humberto Costa, todos os Senadores que estão participando desta comissão especial de financiamento, além do debate que está sendo conduzido pela CAS, que tem um papel decisivo, acho que precisamos debater fortemente o financiamento do Sistema Único de Saúde.

O financiamento tem que ser crescente, ele tem sido crescente nos últimos anos e tem que continuar sendo crescente. E precisamos discutir qual a melhor forma de fazer isso. É muito importante que o tema do financiamento acompanhe o debate sobre a lei de responsabilidade em saúde, porque é importante mais recursos, mas deixar claro quais são as responsabilidades de cada nível de governo e quais são as punições, as sanções possíveis para os governantes ao não cumprirem, como acontece com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, casar esses dois debates, que acredito são fundamentais.

As comparações todas aqui que foram feitas já mostram a importância. O Senador Paulo Davim mostrou aqui, o Presidente Waldemir Moka, também, quando a gente compara o que é investido *per capita* em saúde pública no País com o que é investido *per*

capita na saúde suplementar, estamos muito abaixo do que é investido na saúde suplementar. Quando a gente compara o que é investido *per capita* no Brasil com outros países do mundo – eu apresentei no Congresso Nacional em 2011 um estudo que fizemos que se o Brasil fosse ficar igual ao Chile teria que ter um investimento de mais pelo menos R\$45 bilhões de crescimento de investimento na área da saúde, se fosse para atingir o mesmo valor *per capita* do Chile e da Argentina, que são países próximos a nós. Então, esse debate sobre financiamento crescente é fundamental, e precisamos combinar, ampliar recursos e investir melhor o que já temos.

É isso, Presidente. Estou à disposição de novos comentários e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na continuidade, está inscrito o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, ilustre Ministro Alexandre Padilha, demais colegas Senadores aqui presentes, serei rápido. Pretendo não usar nem os cinco minutos.

Antes de tudo, tenho de aqui naturalmente externar minha satisfação e alegria de participar desta Comissão e, acima de tudo, de participar desta audiência em que V. Ex^a nos dá a oportunidade ímpar de termos uma visão não só em nível nacional, mas também em nível internacional da saúde pública no Planeta. Para mim, foi dez! Aprendi muito. Quase já virei aqui um profissional da saúde. O senhor está de parabéns, pelo seu conhecimento e, sobretudo, pela praticidade e pela facilidade com que fala.

Entretanto, Ministro, a visão que, particularmente, tenho da saúde é a de que precisamos de mais recursos. Isso é indiscutível. Todos nós estamos carecas de saber disso.

Eu dizia para um dos seus assessores que se encontra na Secretaria que fazer saúde pública num país de dimensão continental, como é o Brasil, com as nossas distâncias e, sobretudo, com as dificuldades que nós temos até mesmo no transporte, não é fácil. Mas, de qualquer forma, houve avanços. Pela sua exposição feita aqui, ficou muito bem claro que houve um avanço bastante significativo nesses últimos anos.

Entretanto, fico preocupado, às vezes. Estamos construindo várias UPAs e ampliando as UBS. Eu queria indagar a V. Ex^a se, de fato, essas UPAs também têm aporte de recursos por parte do Governo Federal.

O Senador Waldemir Moka deixou muito claro aqui o empobrecimento dos Municípios brasileiros em relação a investimentos na saúde. Alguns chegam ao ponto de exaustão, tendo de investir quase 35%.

A Senadora Vanessa disse aqui que, às vezes, um profissional da saúde lá chega a cobrar R\$2 mil por dia. Mas os Municípios deste País vivem do FPM e do ICMS. Às vezes, a receita própria do Município deixa a desejar, pelo fato de que a maioria não recolhe IPTU, não paga ISS, não tem condições de pagar nem o alvará para a construção da sua habitação.

Contudo, quero crer que o Governo ainda está investindo pouco. Os países relatados aqui pelo Senador Paulo Davim investem bem mais em relação ao PIB. Nós investimentos 3,7%, como eu lhe disse aqui. Isso é verdadeiro. Do orçamento, acho que o percentual não chega a 6%, 7%. Até agora, não chegamos a esse percentual. O Senador Cícero me indagava sobre isso aqui. E acho que não se chega a esses percentuais. Acho que nós temos de nos preocupar em buscar novas fontes.

Eu também queria perguntar para o senhor sobre os repasses para as UPAs.

Tenho um projeto de lei que já está tramitando na Comissão de Educação em relação à obrigatoriedade do serviço civil, ou seja, dos profissionais da saúde. Acho que esse projeto é meritório, pelo fato de que há má distribuição dos médicos. Além do mais, o senhor disse aqui sobre as proporcionalidades. São muito poucos os nossos profissionais. Temos de melhorar essa situação.

Moro num Estado de dimensão continental, com 900 mil quilômetros quadrados. Imagino que 40% a 50% das cidades do Mato Grosso não têm um profissional da saúde. O cidadão sai de Apiacás, que fica distante da capital mais de 1,2 mil quilômetros, para receber atendimento médico no hospital que fica mais perto, em Alta Floresta, que fica distante 400km. E, às vezes, ali não há um exame de alta complexidade. Colocamos numa ambulância, e, muitas vezes, ele já chega a Cuiabá em óbito, já falecido. Isso ocorre pela distância percorrida, pelas dificuldades. Nas estradas, na época das águas, não se trafega, há pontes caídas etc.

Pois bem, esse é o projeto que estou encaminhando aqui. Eu queria saber se V. Ex^a é favorável a esse projeto, em que pese esse serviço civil obrigatório ser remunerado. Esse serviço não vai ser feito de graça. Como o Provab, ele é pago. Nenhum cidadão, nos mais distantes Municípios deste País, vai ter esse serviço de graça. Muito pelo contrário, ele vai ser remunerado, pago, mas melhorando, com certeza, a distribuição dos profissionais de saúde nos mais longínquos Municípios do interior brasileiro.

Dessa maneira, estou concluindo. O meu prazo está vencendo.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a. Sou seu admirador, pela sua determinação e pelos avanços que houve na saúde.

Particularmente – vou encerrar aqui, Senador Waldemir Moka –, faço parte da comissão, e vamos buscar os investimentos.

Eu queria fazer um apelo para o senhor, como membro do Governo: que esse debate sobre a questão do novo marco regulatório da mineração no Brasil venha para o Congresso! Não coloque nenhum empecilho lá, que nós vamos aprimorá-lo!

Vou dar um exemplo para o senhor. O cidadão que requer terras no Brasil fica renovando por 35 anos. Estou só dando um exemplo. O cidadão que tem cem mil hectares de terras requeridos para a lavra, para a exploração do minério, seja ouro, diamante etc, fica por 35 anos... O senhor sabe o quanto ele paga em cem mil hectares de terras requeridos? Dois reais por hectare, ou seja, em cem mil hectares, ele paga R\$200 mil por ano e fica assentado nessa concessão do Governo Federal. E, quando aparecem os negócios – quase diariamente, eles aparecem –, ele vende, desses cem mil hectares, muitas vezes, 50 hectares. Sabe por quanto ele os vende à concessão? Por R\$3 milhões, R\$4 milhões, R\$5 milhões, dependendo da pesquisa. Então, isso vira um balcão de negócios.

Essa será uma grande fonte. Estou fazendo um estudo, um trabalho, e o senhor vai ver que uma das grandes fontes para a saúde será isso aí. Se passarmos de R\$2,00, o que é uma mixaria – este é o termo que nós usamos lá –, para R\$5,00 e destinarmos para a saúde essa diferença de R\$3,00, vamos ter dinheiro, muito dinheiro.

Se o imposto sobre o ouro... Senador Moka, estou fazendo um trabalho com uma equipe de pessoas entendidas do assunto. Hoje, é cobrado 1%. Se passarmos para 2%, o que não representa coisa alguma, será muito dinheiro. E há outro agravante, que acho mais importante: se nós conseguirmos arrecadar, dos 100% produzidos com o ouro, pelo menos 30%... Sabe quanto é pago hoje mais ou menos? O estudo é comprovado, é bem feito. São pagos somente 15%, Senador Moka. Se conseguirmos passar de 15% para 30% – e, assim mesmo, haverá 70% de sonegação –, talvez, tenhamos mais recursos do que os que obtemos com a CPMF no passado em relação a esse novo marco regulatório.

Estou com uma equipe fazendo um estudo, que vou apresentar para V. Ex^a. É um estudo que não vai onerar nada para ninguém, muito pelo contrário. Você vai pagar só aquilo que é devido. Você nem vai pagar tudo, porque, infelizmente, há a sonegação. Vamos ter aqui recursos em abundância, para que V. Ex^a cum-

pra a sua missão de ser um dos maiores Ministros da Saúde deste País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

O próximo inscrito é o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ministro, o senhor já ouviu elogios pelos que me antecederam, aos quais também me somo, em reconhecimento.

Tenho sempre repetido, Presidente Moka, que administrar é agir nas questões emergenciais, é gerenciar o dia a dia, mas, mais do que isso, é planejar o futuro. E não existe a possibilidade de se planejar o futuro, se você não tem o alicerce fundamental, que é o diagnóstico e o financiamento. Você precisa dessa argamassa, para saber qual o tamanho do problema e o que precisamos como receita fundamental, como recurso, para dar a solução que, conseqüentemente, a área técnica e a experiência podem nos propor.

Então, destaco da fala de V. Ex^a três pontos que o senhor colocou, como a questão do financiamento. Vários Senadores que me antecederam falaram da importância que o Senado está dando a isso, inclusive pela comissão especial que foi criada. Destaco que isso é fundamental, senão nós vamos ficar sonhando com a efetiva e desejada solução dos problemas da saúde, que são muito graves, no País.

Nesse financiamento, tentamos, numa etapa, abordar a questão da Emenda nº 29, o que não foi possível. O Governo se posicionou da forma como sabemos. Mas acredito que nós podemos buscar solução, a exemplo da proposta aqui pensada e já iniciada pelo Senador Jayme Campos.

Também há uma emenda minha no sentido de se dar a garantia dos 10% da receita líquida dos recursos federais, para que a União possa efetivamente aplicar. Sei que o senhor, como Ministro, não vai querer puxar esse tema, porque o senhor é da equipe do Governo. Mas nós temos a obrigação de puxá-lo, porque sabemos dessa necessidade, senão, por mais capaz que o senhor possa ser, por mais que o senhor possa montar uma equipe muito eficiente, o senhor ou qualquer um que esteja no seu lugar não vai conseguir enfrentar esse problema na devida proporção, de acordo com a necessidade da área de saúde.

A questão da gestão é fundamental. Nós não temos o que discutir. O senhor, na sua explanação, mostrou que está estruturando o Ministério, que está colocando índice. Gerir é planejar, estabelecer metas, acompanhar o processo, para ver se essas metas estão sendo atingidas dentro do prazo, ou corrigir o que

precisa ser corrigido, para se atingirem as metas. Por isso, acho muito importante quando o senhor fala sobre essa questão dos índices, do acompanhamento, para estimular quem esteja cumprindo as metas. Isso é fundamental., é do ser humano. O ser humano gosta de ser reconhecido no que faz. Então, não é só a questão financeira, mas até profissionalmente é importante que as pessoas sejam reconhecidas.

Hoje nós estamos com um índice, que o senhor falou, em média, de 5,4, e eu queria saber que meta será a nossa, mesmo dentro do padrão estabelecido pelo Ministério.

Da mesma forma, eu me preocupo muito, por ser da Região Nordeste, com os custos da nossa saúde. E há uma distorção, por exemplo, dos preços praticados por região no Brasil, dos mesmos procedimentos. E, mais uma vez, a Região Nordeste é sacrificada em relação a isso. O que o Ministério está pensando para corrigir essa distorção? Porque muitos dos procedimentos, tanto faz ser feito na Amazônia, como ser feito no interior da Paraíba, como ser feito no Instituto do Coração, em São Paulo, são os mesmos procedimentos e têm os mesmos objetivos. Então, preocupa-me muito essa distorção em termos de remuneração.

Outra questão na gestão que o senhor falou, e após a gestão: a questão dos recursos humanos. O senhor mostrou os caminhos, comparou com países, falou dos procedimentos que existem num registro provisório, do estímulo a quem está se formando – até parabênzo a questão de ter a chance de contar para a Residência, porque esse contato é fundamental para a formação do profissional, até muda o que ele estava pensando, se vai ser oftalmologista, ou fazer outra especialização –, mudar a grade curricular, estimular as especializações, tudo isso acho que são medidas importantes que devem ser adotadas.

E, quanto à questão dos médicos, acho que esse é um tema que merece ser muito debatido. Não estou me posicionando aqui também nem a favor, nem contra, mas esse debate, esta Casa, Presidente Moka – e tenho certeza de que o senhor assume este papel –, nós temos que debater isso profundamente com todos os setores. Se pode, se deve, o que há premente é a necessidade de profissional. Nós temos que saber se é importando médico, se é estimulando, criando o plano de cargos de uma profissão de carreira de Estado, se é uma questão de ampliar o número das nossas faculdades, quer dizer, aumentando a formação médica, que é uma coisa mais a médio e longo prazo, temos consciência disso. Mas essa gestão é fundamental.

Agora, Ministro, não vamos só cuidar dos médicos. Vamos cuidar também daqueles que dão suporte à saúde como um todo, porque se não, lá na frente,

nós vamos estar preocupados com os enfermeiros, vamos estar preocupados com fisioterapeuta, com os psicólogos e com uma série de outros profissionais que compõem esse conjunto fundamental, que é o do atendimento à saúde.

Estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já acabou!

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não, mas você disse “faça que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

Quanto à questão dos planos de saúde, acho que estamos no caminho certo, porque, hoje, nós chegamos ao ponto – ouvi sua explanação e não vou me alongar – de ter determinados planos de saúde que, por não terem uma rede suficiente, transformam seus hospitais em atendimento muitas vezes pior do que o do SUS, devido ao volume de usuários sem a devida rede, a qual o senhor fez referência de uma forma muito clara.

E, quanto aos atendimentos, nós temos uma demanda muito grande de UTI, o senhor sabe. Acho que um programa de incentivo à UTI seria fundamental para a melhoria da nossa saúde. E há as prestações de serviços pelas Santas Casas, OSCIPs, e também hospitais públicos, e aí incluo o Hospital Universitário.

Dou o testemunho de que o Hospital Universitário, por exemplo, da Paraíba, em João Pessoa, é muito ocioso. E não é por falta de esforço dos profissionais que lá fazem ou que dirigem, é porque precisa o Ministério chegar junto para potencializar, junto com os gestores estaduais e os gestores municipais, o que o Hospital Universitário pode fazer. Eu dou o testemunho da Paraíba. É subutilizado no potencial, na capacidade e na vontade dos que prestam serviço; e um serviço de alta complexidade, um serviço de qualidade.

Por fim, eu gostaria também de parabenizar a questão do núcleo de segurança, porque é impressionante: nós temos o Núcleo de Segurança do Trabalho em todas as empresas, em todas as unidades. E não tínhamos, até então, o núcleo de segurança ao paciente.

Era o que eu tinha a dizer.

Espero que o acesso a essa apresentação possa ser disponibilizado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Cícero Lucena, o próximo inscrito é o Senador Casildo Maldaner.

Indago dos Srs. Senadores e do Ministro, até, por economia de tempo, e ouvíssemos a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Eduardo Amorim.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Moka, Ministro Padilha, caros colegas, serei breve.

Eu senti que o Senador Cícero Lucena fez um resumo mais ou menos... O genérico está na moda, não é? Mas é mesmo. E deu para captar, deu para sintetizar todo o aspecto, inclusive questões que eu havia aqui anotado. Paulo Davim levantou algumas delas, como a segurança ao paciente. São várias reclamações. Inclusive em hospitais do meu Estado, Santa Catarina, às vezes acabou o receituário médico e, por descuido ou falta de acompanhar isso mais de perto, há uma aplicação errada, o que causa prejuízos enormes.

É esse cuidado seria uma segurança ao paciente, ou seja, que todos os procedimentos sejam seguidos à risca. Tem que prestigiar o trabalhador também, o funcionário, mas, tem que se seguir à risca porque está lidando com pessoas, está lidando com vidas. Eu não sou da área, mas qualquer equívoco, qualquer deslize pode ser um negócio muito grave.

Esta questão foi levantada, Paulo Davim levantou também e outros colegas, como o Jayme, a questão da descentralização. Isso evitaria a ambulancioterapia no Brasil, quer dizer, a descentralização das especialidades no Brasil, sem dúvida alguma.

E, para que se faça isso, para que consigamos realizar isso, naturalmente, há a questão do financiamento, também levantada aqui. Mas acho que o clima, Ministro, do financiamento está muito presente. Ele está na pauta da Ordem do Dia e é favorável. A bola está no gol, está boa de se chutar. Acho que está maduro no Brasil. Até o meu Estado. No Sul há um tratamento um tanto diferenciado, mas queixa-se muito em relação ao Rio Grande do Sul e ao Paraná. No atendimento *per capita* do Sul, o nosso Estado vive reclamando.

Para essas questões, eu sei que falta recurso, mas está maduro, viu, Moka? O senhor, como Presidente desta Comissão, sabe... E eu vejo que o Senador Jayme Campos está presidindo uma comissão sobre isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, seria o Senador Jayme Campos, mas o Presidente é Vital do Rêgo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas eu sei que o Jayme faz parte, e ele tem umas ideias até dos minérios do Brasil. São movimentos que nem se notam e geram uma babilônia de recursos para a saúde.

Então são questões fundamentais.

Eu acho que o financiamento está maduro para buscarmos maneiras. A Casa está preparada para apoiar questões nesse sentido.

Para finalizar, Ministro Padilha, eu sei que o Brasil o apoia, e o questiona em São Paulo, mas o senhor sempre sai naquela. Já fiz uma outra audiência pública, e vem para o *rebolation*, no peito, na perna. Ele

faz o jogo de tudo, é inteligente. Já foi ao Ministro da Integração, institucional. Ele tem um jeito para isso. Eu não sei se o meu Partido vai ter candidato em São Paulo, mas, se tiver, melhor ainda que o senhor não largue o Brasil. Não quero que o senhor abandone o Brasil. Melhor ainda.

São essas as considerações que eu queria fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Casildo Maldaner, o Ministro vai responder aos três questionamentos.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Quería só reforçar. Não tenho dúvida alguma da importância – e o Senado pode ajudar muito – desses três temas: o tema do financiamento, o tema da gestão e o tema da formação de profissionais, da quantidade, qualidade e distribuição de profissionais no País. Acho que os três temas têm que ser enfrentados, atacados.

Como eu disse, a resposta, o impacto ao enfrentar, cada um deles tem um tempo de resposta diferente. Por isso é muito importante que os três temas sejam atacados.

Quero agradecer ao Senado e à Câmara por terem criado comissões especiais para debater esse tema do financiamento e reforçar o que acho muito importante, inclusive para o debate com a sociedade, no sentido de que o tema do financiamento venha com o tema da lei de responsabilidade na saúde e responsabilização dos níveis de governo: como acompanhar, como monitorar os recursos que são aplicados.

Senador Jayme Campos, eu fiquei tão empolgado com a sua fala que já estava considerando o senhor como Presidente da Comissão, mas nós precisamos de ideias criativas, inovadoras, como o senhor tem pensado em algumas ideias para o financiamento da saúde, sobretudo ideias que permitam... Porque nós temos que compreender que a demanda pelo financiamento da saúde será cada vez mais crescente, uma vez que a população está envelhecendo.

Vou apresentar um dado para as senhoras e os senhores.

Uma pessoa com mais de 60 anos de idade, a partir dos 60 anos de idade, investe em saúde 25% do que ela investiu em toda a sua vida. No seu último ano de sobrevivida, ela investe 50% do que investiu em toda a sua vida. E o Brasil vai envelhecer cada vez mais. O tema do envelhecimento impacta fortemente nos serviços de saúde, na qualidade dos serviços. Então, temos que pensar, como o Senador Jayme citou como proposta e outras que possam surgir nessas comissões, como se vai debater o financiamento da saúde de forma crescente, porque a demanda será crescente

com o envelhecimento da nossa população e a incorporação de tecnologia.

Senador Cícero Lucena, eu concordo com a necessidade de ampliarmos cada vez mais o acesso aos serviços nos hospitais universitários. Essa é uma preocupação do Ministério da Educação, que é o responsável pelos hospitais universitários do País. E estamos acreditando muito na Ebserh, nova empresa que foi criada mediante debates da Câmara e do Senado. O Ministério da Educação está fazendo um grande esforço para implantá-la.

Não está aqui no Senado; está na pauta da Câmara hoje. Certamente estamos torcendo para que isso seja aprovado o mais rapidamente possível e venha para o Senado, que é o projeto de lei que cria as fundações públicas na área da saúde como alternativa para a gestão dos serviços. Entrou na pauta da Câmara. Esse também é um tema que pode, junto com a Empresa Brasileira de Hospitais Universitários, aprimorar a gestão dos hospitais e do serviço de saúde. Pode ser um instrumento importante para melhorar a saúde do País.

Quero reforçar aquilo que disse em relação aos hospitais filantrópicos.

Eles têm um papel muito importante no Sistema Único de Saúde. Para os senhores terem uma ideia, quando começou o governo da Presidenta Dilma, 45% das internações eram feitas nos hospitais filantrópicos, no Sistema Único de Saúde. Hoje é um pouco mais do que isso, 51%. Ou seja, nós estimulamos cada vez mais, passamos mais recursos para os hospitais filantrópicos como um todo, mas precisamos enfrentar de vez esse tema das dívidas históricas que esses hospitais têm, porque impacta no dia a dia da gestão desses hospitais. E eu sou defensor, como disse aqui, de propostas que troquem as dívidas dos hospitais filantrópicos pela ampliação no atendimento, maior atendimento à população, alternativas como essa. Sou um grande defensor. Estamos debatendo isso com o Congresso Nacional.

Quanto à expansão dos leitos de UTI, nós credenciamos mais de 2.000 leitos de UTI nesses últimos dois anos e temos um forte programa de expansão dos leitos de UTI, Senador Cícero Lucena.

O que nós temos percebido? O grande nó crítico hoje não é nem mais o equipamento ou a estrutura para o leito; é o intensivista, é o profissional intensivista, é o neonatologista, no caso da neonatologia, é o pediatra intensivista, muito difícil de se encontrar. Por isso eu sempre digo que a formação profissional, a oferta de profissionais é, sem dúvida alguma, a questão mais crítica para consolidarmos e expandirmos o Sistema

Único de Saúde, porque das decisões que nós tomamos hoje colhemos os resultados em seis a oito anos.

E quero dizer que no enfrentamento desse tema, dos profissionais como um todo, mas dos médicos em particular, nós precisamos tomar todas as iniciativas. Foi assim que o mundo enfrentou, Senador Cícero Lucena. Não existe uma alternativa única para um país tão diverso como o nosso. Todos os países da nossa dimensão utilizam várias alternativas, das mais variadas, desde, como eu disse, da Inglaterra, que tem 37% dos médicos formados fora do país. São alternativas de como atrair médicos de fora, alternativas de como criar modalidades, Senador Jayme Campos.

A Inglaterra, nos últimos dez anos, optou que o curso de Medicina tivesse dois ciclos: um que vai até o sexto ano e outro ciclo no qual o médico, antes de ter o registro definitivo, tem que ficar um ano na atenção básica e um ano na urgência e emergência. Ele recebe recursos como médico contratado, mas tem que ter esse contato.

O Professor Adib Jatene sempre disse que um médico – e tem a ver com isso que o Senador Maldaner falou –, antes de mais nada, tem que ser um especialista em gente, em pessoas. A formação do profissional médico hoje carrega na subespecialidade e, às vezes, o distancia do contato humano com o paciente, da realidade.

O senhor falou do serviço civil obrigatório, de alternativas como a Inglaterra fez. Alternativas têm que ser discutidas para aprimorar a formação do profissional médico e, com isso, induzir também a presença desse profissional no sistema de saúde, sobretudo nas especialidades mais gerais, que são atenção básica, urgência e emergência, clínica geral, cirurgia geral, pediatria, ginecologia e obstetria.

Em relação ao IDSUS, não fechamos uma meta nacional, Senador Cícero Lucena, porque sempre disse que, se a gente chegar a dez um dia, vamos querer mudar o indicador para colocar novas questões. Na saúde, a gente nunca tem que estar contente com a nota que atingiu. Quem está com oito, tem que subir além de oito e, quando chegar ao patamar de dez, temos que colocar outros indicadores para medir a qualidade. O ideal é o crescimento progressivo.

Ele tem sido um grande instrumento para quê? Indo a cada novo prefeito e mostrando o IDSUS de cada novo Município, ele pode ver a situação. Se, no Município, o IDSUS está baixo porque a mamografia está baixa ou porque tem pouco leito de urgência e emergência ou tem pouco leito de UTI ou porque a atenção básica está baixa, ele, com essa fotografia, pode investir no que aprimora o IDSUS do seu Município.

Só uma informação com relação às UPAS. O Ministério da Saúde, além de passar o recurso para o investimento, passa também um recurso de custeio mensal. Isso varia de acordo com o tamanho da UPA e vai até R\$500 mil mensais. Isso tem dado conta de cerca de 50% a 60% do custeio de uma UPA 24h. Em vários Estados, os Governos estaduais participam também. Isso alivia os Municípios. Quando o Estado não participa, realmente, dificulta muito para o Município sustentar uma UPA 24h. Onde elas estão funcionando, ajuda muito, porque é um tipo de investimento que vale a pena, porque reduz a lotação dos hospitais. Como mostrei, de cada cem pessoas que precisariam ir para o hospital, noventa e sete tem o seu problema resolvido na própria UPA 24h.

Acho que passei pelos vários temas, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srª e Srs. Senadores, quero parabenizar o Ministro pela competência, pela organização e pelo comprometimento com a causa. Isso está evidente no seu esforço não só em acompanhar o Congresso Nacional, mas sempre em responder a demanda dos Parlamentares.

A minha pergunta, e vou fazer uma única pergunta, é em relação aos dependentes químicos. Esse problema é, hoje, universal, no País. Está em todos os Municípios. Sinto que estamos Tateando. Existe uma diversidade de programas nessa área, sem que haja preocupação com a resolutividade. Então, perguntaria se os raps do Ministério da Saúde têm um programa específico voltado para os dependentes químicos e se existe uma integração entre o Ministério da Justiça e do Desenvolvimento Social para que a gente possa pelo menos avaliar o resultado e fazer com que esse programa possa chegar aos Estados e Municípios e para que a gente tenha uma unidade no tratamento em relação a esse problema.

No mais, é dizer que estamos trabalhando o financiamento. Vendo a sugestão do Senador Jayme Campos, estamos levantando o impacto que poderia ter o novo código mineral, para ver se é possível a gente lidar com essa fonte.

Em relação à questão dos médicos, eu perguntaria a V. Exª como o Ministério vê o projeto ato médico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom dia, Ministro Padilha. Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas Senadores e colegas Senadoras.

Chegamos atrasados a esse momento importante, porque estávamos em outras comissões, mas sou responsável pelo nosso bloco das medidas provisórias na Comissão do Orçamento e de outras Comissões também, mas não poderia deixar aqui.

Começo a minha agradecendo o seu empenho com relação ao meu Estado. Sergipe é um dos poucos Estados, se não o único do Nordeste que não tem ainda um hospital do câncer, mas dou o meu testemunho aqui. Não foi porque o senhor não quis, não. Foi porque ainda o Governo do nosso Estado não preparou o projeto, não licitou o projeto, mas o dinheiro já está na conta há quase 1,5 ano. Só tenho medo de que vença o prazo, de que baixem o decreto e de que percamos esse convênio, mas dou meu testemunho que, se não realizarmos esse sonho, que não é só meu, acho que de todos os profissionais, Ministro...

E a coisa está cada vez pior, Ministro. Acho que o senhor tem consciência disso. Na área da oncologia, embora o Ministério e a Presidente tenham priorizado isso, o meu Estado está em situação calamitosa. Temos um aparelho de radioterapia de 12 anos. As peças para reposição vêm, segundo informações que recebi, de outros aparelhos que deixam de ser utilizados, ou seja, de sucatas, infelizmente. Tenho informação de que o Ministério está licitando, e o senhor pode até nos ajudar, 81 nos aparelhos. É isso, Ministro? *(Pausa.)*

Espero que alguns deles sejam destinados – faço aqui esse apelo – para Sergipe.

Moka, lá, temos uma fila enorme e, muitas vezes, como eu testemunhei, na vez do paciente fazer a sua radioterapia... Você sabe que, ao lado do acelerador linear, existe um tomógrafo e, quando ele vai fazer uma nova tomografia, infelizmente, detecta-se que esse paciente não tem apenas um tumor. Ele tinha um. No seu diagnóstico inicial, era um tumor de cérebro, mas passou a ter três ou quatro tumores, já metastizando, ou seja, sentenciando, condenado essa pessoa, realmente, praticamente, ao fim da vida. A gente ainda passa por isso.

Dou o meu testemunho de que o Ministério tem se esforçado, sim, para que Sergipe tenha esse sonho materializado, que é o hospital do câncer. Digo isto aqui: a falha não é da União, mas do nosso Estado, que ainda demora. Não dá para compreender, para entender que, apesar de tanto sofrimento, ainda não se concretize isso.

Quero agradecer, Ministro, o seu empenho. O senhor sabe que novamente colocamos uma emenda de bancada de mais R\$33 milhões para que esse sonho seja materializado. A Assembleia deve estar aprovando, nesses dias, o Proinveste, com mais recursos sendo

destinados ao hospital do câncer, mas falta o projeto, falta a licitação.

Ministro, além dos agradecimentos, o senhor ouviu, o senhor percebeu que tem o total apoio desta Casa para realizar muitos projetos. Na questão do subfinanciamento, lamentei o que aconteceu com a Emenda nº 29. Disse isso à Presidente. Tinha que ter os 10%. Como se parte de um princípio da percentualidade e se determina para os entes federados mais pobres, que são o Município e o Estado, um percentual de 15%, para os Municípios, e 12%, para os estados, e o primo rico, que é a União, entre todos os entes federados, não tem obrigatoriedade? Isso é um absurdo. A culpa não é do senhor.

Já vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, toca a campainha. Primeiro, quero dizer que não é o Presidente que toca essa campainha. Nos quatro minutos, a campainha toca.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Exatamente. Já vou terminar.

É um absurdo a União não ter uma obrigatoriedade com percentual também, ou seja, para os pobres, para os outros entes federados, se determina um percentual grande, mas, para a União, não se tem percentual nenhum.

Essa questão do subfinanciamento conta com total apoio desta Casa, mas o Governo tem também que estar sensibilizado, sobretudo a área econômica, de que é preciso investir. Esse é o maior problema, é o maior clamor da população brasileira, e diria que o segundo talvez seja a questão hoje da segurança.

Acho que a questão do SUS passa pelo subfinanciamento, a qualidade no gasto, ou seja, a gestão do gasto para evitar os ralos. Acho que o Ministério está bem encaminhado com relação a isso.

Outra questão que não depende só do Ministério e que depende talvez do apoio desta Casa, é a transparência, Ministro. Qual é a obrigação de cada ente federado? Qual é a obrigação do Município? Se é com a atenção básica, vai até aqui; se é do Estado, vai até aqui; se é da União, vai até aqui; senão fica aquele jogo da solidariedade ou do empurra-empurra, Casildo, criando ambulancioterapia. Não tem o fluxo, não tem a referência obrigatória. O paciente não pode chegar ao pronto-socorro se não for levado pelo Samu, se não for conduzido pelo Samu, pelos profissionais de saúde. Acho que precisamos pensar muito nisso.

Para encerrar, acho que uma frustração, Ministro, e o senhor me corrija, se eu estiver errado, fica no quarto item, na quarta questão, na política de recursos humanos.

Lembro que, no primeiro ano dessa Legislatura, o senhor esteve aqui. Estamos caminhando para o terço final deste Governo e acho que a gente precisa ter mais clareza da política de recursos humanos do Ministério. Se não vier de cima para baixo, dificilmente vamos conseguir ter uma política adequada. Quantas horas um médico tem que trabalhar? O enfermeiro? Os catorze profissionais da saúde, quanto cada um tem que receber por isso? Tem que se ter clareza e tem que vir de cima para baixo, sim, porque, senão vai ser difícil, Ministro, coordenar, administrar, conduzir tudo isso. O Ministério é essencial, Ministro, nessa condução. Se precisar do apoio do Congresso, tenho certeza de que o Congresso... Aqui, o Senado já se colocou à disposição, mas tem que se ter clareza de quanto cada profissional tem que trabalhar, de onde tem que trabalhar e de quanto tem que receber. Entendo que isso é essencial.

Finalmente, Ministro, um último questionamento, e já disse à Presidente Dilma várias vezes, já disse ao Ministro da Ciência e Tecnologia e vou repetir para o senhor. Temos um exército que a poderíamos usar melhor e que tem em poucos cantos do mundo: os agentes de saúde. No dia em que ele tiver um *palmtop*, um *laptop* na mão e digitar “nessa família temos tantas pessoas que tomam anti-hipertensivo, mas o senhor não precisa mandar”, com certeza economizaremos muita coisa e evitaremos muitos problemas e muitos desperdícios, porque o próprio agente pode dizer que o anti-hipertensivo desse paciente não precisa ser mandado este mês porque ele não está tomando adequadamente, e se faz a correção necessária. “Olha está faltando aqui o anti-hipertensivo.” “Está faltando aqui o hipoglicemiante para esse paciente.” Isso é tão simples. O Ministério da Saúde poderia, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, fazer esse projeto e, indo mais além, o agente de saúde poderia não ser só agente de saúde, mas sim agente de cidadania, porque ele, com um simples computador na mão, com toda a tecnologia e a informação que temos, poderia até informar e fazer o censo de tudo neste País.

Era só isso, Ministro. Termino como comecei, agradecendo o seu empenho com relação ao meu Estado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, sem atrapalhar muito...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só para, com satisfação, registrar a presença da reitora da Universidade Federal da Paraíba, Dr^a Margareth, que inclusive chegou ao cargo por eleição direta e é oriunda do Hospital Universitário. É uma demonstra-

ção clara do reconhecimento de toda a entidade ao seu trabalho e a sua dedicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço. Seja bem-vinda.

Também agradeço a presença do nosso pessoal do Saúde+10, para que eles não passem despercebidos aqui.

Quero, antes de dar a palavra ao Ministro, só para uma questão da Presidência, propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11^a e da 12^a reuniões desta Comissão.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam as Atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as atas.

Leio também, e rapidamente, um ofício que me chega da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos. Não vou ler, mas se trata das três entidades assinando junto e dizendo da insatisfação que têm com a questão dos planos de saúde e “de mais um protesto nacional contra as operadoras de planos de saúde previsto para o dia 25 de abril”. Segundo ele, “será o quinto protesto nos últimos trinta e seis meses”. “Os anteriores ocorreram em 7 de abril e em 21 de setembro de 2011 e em 25 de abril e de 10 a 25 de outubro de 2012”.

Eles têm uma pauta e disseram que, “nos últimos anos, a receita dos planos de saúde cresceu, em média, 14% ao ano”, que, “no mesmo período, os honorários médicos atingiram reajuste médio de 6% ao ano” e que, “da receita de R\$82,4 bilhões, em 2011, de acordo com a ANS, foram aplicados na assistência médica R\$50,1 bilhões, o que sugere uma margem de lucro abusiva”.

Essas entidades pedem a “mediação do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do Ministério da Justiça” e também do Congresso Nacional.

Assinam a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos.

A Presidência tem o dever de tornar público os documentos que chegam a ela.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação a esse tema que o senhor citou, a negociação entre as entidades médicas e as operadoras de planos de saúde, o Ministério da Saúde também busca ajudar nessa intermediação, embora a gente não tenha poder legal para fazer qualquer tipo de participação nessa negociação, tanto o Ministério quanto a ANS. Queremos que seja resolvido o mais

rápido possível e, em primeiro lugar, que isso não gere desassistência ao atendimento às pessoas.

Quero cumprimentar também os funcionários do Denasus. No meio do Saúde+10 tem uma categoria muito especial. São os auditores do Denasus, Sr. Presidente. Tem um projeto de lei que inclusive está tramitando nesta Casa sobre o tema do Denasus. São profissionais muito valiosos na defesa de um SUS com qualidade, das auditorias, da fiscalização, do controle e da qualidade dos serviços.

O Ministério da Saúde ajudou a construir com o Conas e com o Conasems uma política nacional de diretrizes para recursos humanos, diretrizes para carreiras do Sistema Único de Saúde. Os senhores sabem que quem contrata são os Estados e os Municípios. Construímos algo. Não foi debaixo para cima, Senador Eduardo Amorim, mas foi uma regra nacional construída com Estados e Municípios. Essas diretrizes nacionais têm a força de ser uma portaria, uma política de diretriz e uma resolução tripartite dos Estados e Municípios. Certamente, o Congresso Nacional pode colaborar para transformar isso em força de lei, com regras mais claras que obriguem o cumprimento dessas diretrizes pelo conjunto dos entes da Federação, e o Senado, como Casa da Federação, pode ter um papel muito importante nisso, como tem em relação à Lei do Ato Médico.

Senadora Lúcia Vânia, sou defensor que se construa o maior consenso possível para que a gente vença esse tema. Virou um tema permanente. O que a gente puder construir de consenso para que vençamos esse tema e passemos a tratar de outros temas acho que seria fundamental.

Reforçar aqui, Senador Eduardo Amorim, nosso compromisso com o hospital do câncer de Sergipe. Isso faz parte de uma política do Ministério da Saúde para expandir. Precisamos expandir muito o acesso ao tratamento ao câncer, ao diagnóstico e ao tratamento do câncer, sobretudo no interior do sudeste e do sul brasileiro e nos Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País. O acesso é muito desigual ainda no País. Precisamos enfrentar a situação. Uma parte dele estamos fazendo de forma centralizada. Como disse, são centros de radioterapia. Serão 80 centros de radioterapia.

Tem em Sergipe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Isso. Radioterapia. O edital inclusive saiu ontem.

É a maior compra única que o mundo inteiro está realizando. Estabelecemos inclusive uma regra, uma condição para os fornecedores. São dois fornecedores

mundiais. Estabelecemos uma regra em que o fornecedor tem que construir uma fábrica no Brasil. Quem ganhar tem que construir uma fábrica, no Brasil, de aceleradores lineares. Não é só a compra do equipamento, mas a construção de um centro de radioterapia. Então, dentro da licitação, vem o equipamento e a construção juntos. Esse era um problema, porque, às vezes, a instalação de um centro de radioterapia levava dois ou três anos, em função de o equipamento comprado não estar adequado ao *banker* que é construído para proteção. Se não cabe o equipamento, demora mais a construção. Nessa compra centralizada, o modelo vem único. Entre equipamento e construção, vamos ganhar muito tempo, além de ter essa condição que obriga o fornecedor a construir uma fábrica no Brasil, fortalecendo a produção nacional, inovação e tecnologia e gerando empregos aqui no nosso País.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso garante, Ministro, que todo Estado pelo menos terá um desses aparelhos?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Todo Estado pelo menos terá um centro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O senhor pode dizer que todos os Estados da Federação, porque são 80, pelo menos um receberão?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Todos os Estados foram contemplados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Todos os Estados.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Alguns, com novos aparelhos; outros, por exemplo, na Região Sul e Sudeste, que já têm centros mais consolidados, com a ampliação do aparelho ou a modernização do aparelho.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Nenhum Estado ficará de fora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a tem que ser mais específico. Sergipe vai ter? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não, não.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Estou dizendo para você que vai.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Acho que, por exemplo, Roraima vai receber, o Acre vai receber, o Amapá vai receber. Estão mais distantes.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Todos os Estados. Estará disponível para todos Estados da Federação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Minha preocupação é se haverá ou não...

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Ficou disponível para todos Estados da Federação, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Porque, às vezes, os critérios locais não são satisfatórios.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Em todos os Estados, o critério é ter pelo menos um. Inclusive, nós ficamos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Já respondeu, Ministro.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – ... de detalhamento, ficou em consulta pública. Depois vamos apresentar quais são os hospitais, qual a sua localização, se é hospital público, se é hospital filantrópico. Então, está bem detalhado isso. Ficou disponível para todos os Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só me permita perguntar, porque também tenho essa preocupação: na minha cidade, Campo Grande, um hospital do câncer de Campo Grande passou por um problema. No entanto, assumiu uma nova diretoria. Havia um pedido, e é importante registrar isso aqui, porque o nosso pleito lá eu espero que possa ser também contemplado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Também será atendido. Inclusive, com essa reformulação da diretoria na gestão do hospital do câncer, ele passará a ficar apto a receber um centro de terapia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Essa iniciativa do Ministério, Moka, é uma coisa que realmente a gente tem aplaudir, porque se quebra esta dependência: “ganhou licitação, mas vai ter que montar a fábrica.” A gente não fica naquela dependência, pois, muitas vezes, não quero usar um adjetivo ruim, mas a fábrica ou o fornecedor dizem: “Só se fizer a manutenção comigo, só se fizer isso ou aquilo”, o que é, às vezes, mais caro do que o próprio equipamento. Parabéns pela iniciativa e pelo critério de distribuição.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O Brasil vai ser um dos poucos países, vai fazer parte do rol de poucos países que terão fábrica de acelerador linear produzindo aqui para expansão do novo centro de radioterapia, e também vai poder ocupar o mercado internacional, a América Latina. Isso faz parte de usar o poder de compra do Ministério da Saúde. Como eu disse, é a maior compra centralizada, compra única de fornecedores. Só dois fornecedores mundiais existem desse equipamento hoje em todo o mundo.

Sobre o tema da dependência química, acerca do qual a Senadora Lúcia Vânia falou e a Senadora Ana Amélia também tinha citado, eu sou daqueles que defendem que nós precisamos reorganizar o Sistema Único de Saúde para dar conta dessa nova realidade dos serviços. Colocamos recursos disponíveis. São R\$2,1 bilhões disponíveis para os Estados e Municí-

pios desde dezembro de 2011. Precisamos dessa forte parceria com os Estados e Municípios para ampliar a rede de atendimento.

A ideia de um serviço isolado não vai dar conta do enfrentamento do *crack* e da dependência química. Todos os Estados experientes que trabalham com serviço isolado, com modelo único estão indo para o fracasso, para a falência. Às vezes, tem uma repercussão positiva, mas é transitória. Em um ou dos meses, ou depois, três ou quatro meses, a realidade volta à mesma.

Então, temos que ter uma rede de serviços diferentes para situações que são diferentes. É isso que o Ministério da Saúde colocou em recursos disponíveis, desde os CAPS, unidade de acolhimento, leito de internação, parceria com unidade terapêutica, unidade de acolhimento com equipamento novo, consultório na rua, ou seja, tipos de atendimentos diferentes para realidades diferentes.

Quem tenta enfrentar o *crack* sozinho também será derrotado. Por isso a senhora falou da importância da integração. Estão muito integrados o Ministério da Justiça, o MDS e a Saúde. Quem coordena isso é o Ministério da Justiça e a Casa Civil. Agora, é muito importante que essa integração aconteça lá no local, no Município, no Estado, na região.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E há até uma parceria com o Ministério da Educação. Os professores estão sendo treinados.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Com o Ministério da Educação ajudando, professores sendo treinados, Polícia Militar sendo treinada. Mas é muito importante essa integração em nível local. Esse é um grande trabalho, um grande esforço que nós precisamos enfrentar. E reforço aquilo que disse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Há R\$2,5 bilhões disponíveis desde dezembro de 2011. Nem todos os recursos foram utilizados. Então, há recursos disponíveis. Temos quase 80 projetos apresentados pelos novos prefeitos para Saúde, MDS e Justiça. E isso está aberto, disponível para os Municípios.

É importante também esse debate que a Senadora Ana Amélia trouxe, porque a lei federal já cria uma regra muito clara. Acho que não temos que entrar na polêmica de se somos contra ou a favor da internação involuntária, se somos contra ou a favor da internação compulsória. Primeiro, todo mundo sabe que a internação sozinha e isolada não resolve o problema. Há uma lei federal clara que já cria regras para isso. É só cumprir as regras da lei. A internação compulsória tem

regras claras. É só cumprir. Há situações em que está claro o que a Justiça pode determinar.

Em relação à internação involuntária, sou defensor de que, em algumas situações, quando a pessoa corre risco de morte ou coloca em risco a vida de alguém, a lei federal autorize o profissional de saúde a fazer a internação involuntária, avisando a família, avisando ao Ministério Público, avisando a defensoria, para salvar a vida daquela pessoa e evitar risco de morte de outras pessoas. Então, as leis estão claras, a regra está clara.

Acho que precisamos nos concentrar agora fundamentalmente em expandir a rede de serviços, porque não adianta ter regra se não há leito para internar, se não há unidade de acolhimento, se não há profissional para cuidar. Acho que essa tem de ser a nossa grande dedicação em relação à dependência química.

Quería agradecer, Presidente Moka, a todos os Senadores e Senadoras e me manter à disposição desta Casa. Sei que o debate da Saúde, saio daqui bastante animado, continuará a ser um debate presente. E teremos outros debates. Eu me coloco à disposição, e todo o Ministério da Saúde, para colaborar com o Senado para os debates, em relação à Saúde, que ocorrerão ao longo deste ano.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero só agradecer mais uma vez ao Ministro. Acho que foi uma audiência pública muito tranquila, com todo mundo perguntando, questionando. Realmente, está de parabéns, Ministro. A exposição, tenho certeza, atingiu o objetivo.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia sete de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Paulo Bauer e Armando Monteiro, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da

Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Walter Pinheiro e Ataídes Oliveira. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 11ª e 13ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a *debat*er a “*situação dos anistiados e anistia*ndos dos Correios mediante conflito de greve”, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **Senador Inácio Arruda**; **Idel Profeta Ribeiro**, Superintendente Executivo da Vice-Presidência de Administração – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; **Robson Luiz P. Neves**, Secretário da Anistia – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telegráfos e Similares – Fentect; **José Rodrigues**, **Secretário Geral – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telegráfos e Similares – Fentect**; **Júlio César Arruee**, **Secretário da Anistia – Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do RS – Sintect/RS**; **José Flávio Bianchi**, **Consultor Jurídico – Ministério das Comunicações – MiniCom**. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias e Walter Pinheiro, e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª a 13ª Reuniões desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de

debater a situação dos anistiados e anistiando dos Correios mediante conflito de greve.

A Presidência avisa aos senhores expositores que vamos conceder para cada expositor, em número de seis, dez minutos com alguns minutos de tolerância, não mais do que dois minutos de tolerância.

Quero chamar para compor a Mesa o Sr. José Flávio Bianchi, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Idel Profeta Ribeiro, Superintendente Executivo da Vice-Presidência de Administração dos Correios, representante do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Sr. José Rodrigues, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT); Júlio Cesar Arruee, Secretário de Anistia do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postais, Telegráficas e Similares do Rio Grande do Sul (SINTECT/RS).

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, requerente desta audiência pública. Informo também, Senador Paulo Paim, que, em contato com o Senador Inácio Arruda, que é um dos nossos expositores, ele informa que está se deslocando para a nossa Comissão. Na hora que chegar, ele tomará assento à Mesa.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, de forma muito rápida, o importante aqui é ouvirmos os nossos convidados.

Essa situação dos anistiados e anistiando dos Correios se estende por anos e anos. Eles ainda estão sendo penalizados devido àquele ato acontecido no período, repercutindo na época inclusive da greve. Atendendo à solicitação de dezenas de líderes do movimento, eu pedi esta audiência pública para que a gente aprofundasse o debate sobre o tema e ver o que nós e o Executivo, naturalmente, podemos fazer para que essa questão, de uma vez por todas, se resolva e os trabalhadores tenham os seus direitos assegurados.

Era só essa a introdução, Sr. Presidente, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A assessoria me informa que está presente, e chamo para tomar assento à Mesa Diretora, o Sr. Robson Luiz Pereira Neves, Secretário de Anistia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT).

Senador Paulo Paim, eu penso que a presença do Sr. José Flávio Bianchi, que é o Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, por uma questão até de... talvez ele devesse ser o último a usar a palavra, uma vez que várias colocações que eu imagino que aqui vão ocorrer vão demandar algum tipo de resposta ou de explicação do Consultor Jurídico. Se V. Ex^a

concordar, consulto também o Senador Mozarildo Cavalcanti se posso seguir essa sequência. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Sr. Robson Luiz Neves, Secretário de Anistia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares. Informo que concedemos dez minutos (*Fora do microfone.*). Na hora em que o orador começa, começa a rodar o tempo. Um minuto antes de completar o tempo, vai soar uma campainha, que é para, dentro do possível, concluir a fala.

Com a palavra o Sr. Robson Luiz Neves.

O SR. ROBSON LUIZ PEREIRA NEVES – Bom dia.

Quero saudar aqui, primeiro, o nobre Senador Paulo Paim; o nobre Senador Waldemir Moka; o representante da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Idel Profeta; o representante da Conjur, o Dr. Flávio Bianchi; os demais companheiros que estão à Mesa, o Secretário-Geral da Federação, José Rodrigues; o também companheiro Secretário de Anistia do SINTECT/RS; e demais companheiros que se encontram aqui presentes. Inclusive, nesta oportunidade, estamos realizando, a partir de hoje, o 22º Encontro da Anistia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Correios, que vai acontecer de hoje, dia 7, ao dia 9, para discutir todos os problemas e encaminhamentos, para tentar sanar todas as incoerências que estão sendo feitas em relação à anistia, de uma forma mais extensa, de todas as leis.

Nesse sentido, solicitamos uma audiência pública, e o nobre Senador Paulo Paim atendeu, para colocarmos, na verdade, o que está hoje sondando toda a área do debate da anistia dos trabalhadores em Correios. Digo isso porque, na verdade, há mais de dois anos, temos tido uma situação de muita dificuldade, temos enfrentado vários empecilhos e sempre esbarramos naquele debate que os órgãos reguladores do Poder Público se posicionam contrários a todo um processo que vinha se dado em curso, vinha tendo um curso de reconhecimento e de aceitação por parte das anistias que estão sendo pleiteadas.

Hoje, o debate está em torno da Lei nº 8.632/93, conhecida como Paulo Rocha I, da Lei nº 11.282/06, conhecida como Paulo Rocha II, e do Projeto de Lei nº 7.320/06, da Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, que é uma extensão da Lei nº 11.282.

Nesse sentido, estamos trazendo este debate para dentro desta Casa. Na verdade, solicitamos desta Casa um posicionamento firme em relação ao que está acontecendo com as nossas anistias. Há mais de dois anos nós, trabalhadores em Correios, pleiteamos as anistias em torno dessas leis e não obtivemos sequer uma resposta por parte da Consultoria Jurídica do Mi-

nistério das Comunicações. E vínhamos, nesse sentido, marcando várias reuniões. Realizamos inclusive quatro reuniões com o Dr. Flávio Bianchi, representante da Consultoria Jurídica, que está aqui presente, sempre colocando nossas aflições e perguntando por que a Consultoria Jurídica não se posicionava em relação a essas anistias, que inclusive já estão deferidas pela Comissão Especial de Anistia, que tem a composição do Ministério das Comunicações e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Diante disso, há duas semanas, tivemos – posso assim dizer – o desprestígio de receber, da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, a informação de um julgamento improcedente de 68 processos. Isso causou uma grande indignação no seio dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios, porque, na verdade, nós assinalamos várias contradições dos pareceres em relação à Consultoria Jurídica.

Na verdade, a Comissão Especial de Anistia foi criada com o intuito de analisar os processos advindos do movimento dos Correios e tem toda a autoridade e legitimidade para colocar o seu parecer. Nas últimas oportunidades em que estivemos do lado do Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, nós colocamos isso. E entendemos inclusive a dificuldade de a Consultoria assinalar e ter a visão que a Comissão Especial de Anistia estava tendo, porque, nas oportunidades em que estivemos com a Consultoria Jurídica, ela sempre colocava a fragilidade de argumentação do processo. Contudo, a contradição é no sentido de que a Comissão Especial de Anistia, cujo presidente é o Dr. Ezequiel, que também é um nobre jurista e tem inclusive uma visão técnica e uma experiência muito grande, parece que não dá andamento ao processo. A visão da Conjur e a visão da CEA estão totalmente contrárias. É uma oposição gritante, pois todos os processos julgados improcedentes pela Conjur receberam deferimento pela CEA.

Então, nós trouxemos esse questionamento para o Senado, para esta Casa, porque, na verdade, não é fácil. Os companheiros sabem da luta dos trabalhadores dos Correios pela redemocratização do País, sabem do compromisso dos companheiros pela conquista da anistia ampla, geral e irrestrita. E, dos dois últimos anos para cá, nós tivemos uma dificuldade imensa em demonstrar para a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações que a situação vai além da visão técnica, passa também pela questão da visão humana. Todos esses companheiros foram perseguidos, foram tirados o seu emprego e a sua dignidade. E não é apenas a visão técnica que tem que imperar e fazer com que esses companheiros não tenham o reconhecimento pelo Estado da injustiça que foi cometida.

Companheiros perderam seus empregos, perderam suas famílias. Hoje, muitos se encontram no abandono. Todos estiveram na luta para que este País fosse justo e igual. E nós estamos vivendo uma situação de descaso e de desrespeito, por parte do Estado, em relação a reconhecer que esses companheiros têm direito a ter esse espaço e de ser reconhecida a sua anistia pelo fato de que estiveram sempre na luta e sempre presentes em todos os enfrentamentos feitos contra a ditadura e os governos autoritários.

Estamos trazendo a problemática para dentro desta Casa e solicitamos dos nobres Senadores que se posicionem, que cobrem desses órgãos uma posição coerente, uma posição que venha inclusive trazer de volta o respeito e a tolerância que os trabalhadores dos Correios têm em relação a essa Consultoria, que, outrora, até há dois anos, tinha um posicionamento totalmente diferente. Nós temos inclusive a esclarecer que a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações tinha outra visão em relação a muitas provas testemunhais que existem hoje. Os companheiros trabalhadores dos Correios sabem muito bem que foi exigida, há algum tempo, uma documentação, por parte das diretorias regionais, em que se colocava que a prova de um diretor regional representando a empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBSON LUIZ PEREIRA NEVES – Dois minutos, só para concluir.

Que teria toda a autoridade e legitimidade de reconhecimento de que aquele trabalhador foi realmente penalizado.

Nesse sentido – o tempo já está chegando ao final –, quero conclamar esta Casa para que realmente possamos sair daqui com encaminhamentos concretos, para resolver, de fato, essa situação de contradição da visão jurídica da Conjur. Quero ressaltar que nós, trabalhadores dos Correios, vamos fazer uma movimentação nacional. Todos os sindicatos do País vão entrar nessa campanha, uma campanha nacional, para que possamos restabelecer o diálogo com o Governo. E que o Governo possa, realmente, reparar a injustiça cometida no passado pela ditadura militar e pelo governo autoritário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Sr. Robson Luiz Neves, passo a palavra, de imediato, ao Sr. José Rodrigues, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT), também pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOSÉ RODRIGUES – Bom dia a todos os presentes. Bom dia ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Waldemir Moka, e especialmente ao Senador Paulo Paim. E aproveito este momento para saudar o Senador Paulo Paim, que se tornou o Senador de todo o País e é respeitado em todo o País pelos encaminhamentos das demandas do povo brasileiro, principalmente nas questões sociais.

Há vários perseguidos dos Correios no passado aqui presentes, assim como muitos outros, distribuídos pelo País, que vêm lutando pela anistia, para reparar a perda que sofreram por se organizarem e lutarem em defesa dos seus direitos e em defesa dos demais trabalhadores que sofriam uma perseguição muito forte e muito grande, principalmente naquele período do fim de ditadura militar e dos primeiros governantes após o final da ditadura militar.

O Robson já deixou claro que leis estamos buscando, e, principalmente neste momento, com a nova Presidente Dilma, em que as coisas têm dificultado mais em relação às anistias. Então, estamos buscando, nesta Casa, que o Senador Paulo Paim, um Senador do partido do Governo, intervenha, que use sua influência política para que o Governo facilite essa anistia.

Como o companheiro vem falando, a Comissão de Anistia, aprova, encaminha o parecer favorável, e os técnicos, como o Pedro Bianchi, representante do Ministério das Comunicações e vários outros têm deferido, exatamente dizendo que as provas são falhas, não são provas contundentes. Ou seja, a gente sabe muito bem a dificuldade que há em se comprovar que eles realmente foram perseguidos políticos, porque várias entidades sindicais, naquela época, não tinham controle, não tinham arquivo para guardar documentos materiais suficientes para que, agora, estivessem comprovando que realmente foram perseguidos políticos.

Há ainda a questão da dificuldade também de algumas pessoas que não só foram do movimento sindical, mas que também lutaram naqueles partidos de esquerda que estavam iniciando, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que se organizava fortemente. Era perseguido quem realmente se filiava. Ou seja, a dificuldade desses trabalhadores que perderam suas famílias, que se destruíram totalmente e que, ainda hoje, lutam para se organizarem como seres humanos. Sabemos que trabalhador demitido não tem dignidade alguma, ele não é respeitado, as pessoas não lhe confiam nada, o comerciante vizinho não lhe vende fiado, ou seja, a maior dificuldade que esse pessoal tem enfrentado.

Então, a gente está buscando a Casa, através do Senador Paulo Paim, para que realmente intervenha e que busque uma posição mais firme do próprio Go-

verno, no sentido de reparar as perdas de todos esses trabalhadores, não só deles, mas dos seus familiares, que sofreram igualmente.

Companheiro, basicamente seria isso. O Robson fez um apanhado geral, então, vamos em frente.

Bom dia a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos o Sr. José Rodrigues, até pela economia do tempo. Isso é importante porque depois vamos aproveitá-lo.

Concedo a palavra ao Sr. Júlio César Arruee, que é Secretário de Anistia do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO CÉSAR ARRUEE – Pois não.

Bom dia aos integrantes da Mesa e a todos os presentes.

Primeiramente, agradeço a acolhida do Senador Paulo Paim. Foi de extrema importância a sua participação na sua reivindicação nesta pressão que a gente está tentando fazer – peço desculpa, perdão da palavra, mas essa é a questão em jogo –, o empenho da sua equipe para que nós estivessemos aqui, tendo convocado os presentes.

Primeiramente, quando nós o procuramos, nós tínhamos também em pauta uma questão que aflige há muito os trabalhadores do Rio Grande do Sul – em torno de 80, um levantamento do nosso sindicato –, que é referente ao PLC 083, que é um projeto de lei do Senador Inácio Arruda, que a gente sabe que está parado no Senado. Então, esta seria uma questão a ser levada adiante...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só para uma informação. O Senador Inácio Arruda é o Relator e a autora do projeto é a hoje Ministra, mas Deputada Federal, Maria do Rosário.

O SR. JÚLIO CÉSAR ARRUEE – Maria do Rosário. Sim. Isso é muito importante e nós gostaríamos de saber por que não entra em pauta, Senador.

Essa foi a primeira questão pela qual nós o procuramos, a fim de que isso fosse levado adiante, em função de que existe hoje, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, uma demanda muito grande de pessoas que também foram perseguidas politicamente na época e, como não estão enquadradas numa lei, elas não têm o amparo, digamos, jurídico – por que não dizer também – de reivindicar o seu retorno à ECT.

E uma outra situação – e este também é um propósito que hoje está bem forte diante desta Comissão e desta audiência pública –, que é a questão que envolve nove funcionários do Rio Grande do Sul, em especial – digo isso porque eu sou representante do Rio Grande do Sul –, e no todo, no Brasil, referente ao indeferimento desses processos que já estavam deferidos.

O que se entende, embora já tenha sido tratado na fala do nosso Secretário Nacional e nosso Secretário da Pasta, é que a Comissão de Anistia é soberana. Diante de uma ata feita em junho de 2010, composta pelo membro da Consultoria Jurídica e pelo Presidente da Comissão Nacional de Anistia – permito-me e até sou obrigado a ler esses parâmetros, porque vão servir como referência –, no tocante à Lei nº 8632, os empregados que apresentarem como prova da condição de representante de central a declaração fornecida pelo respectivo diretor regional da ECT, essa será tida como prova suficiente a ser cotejada com outros elementos, tendo em vista que o diretor é o preposto da empresa no Estado e em nome dela confessa.

A empresa se manifestou totalmente favorável à condição em que foi feita essa declaração, no entanto, o parecer da Comissão Nacional de Anistia tinha sido favorável. E o que se entende? Que a Comissão de Anistia é soberana. E esse parecer de indeferimento já tinha sido feito, em primeira instância, no dia 28/11/2012, e só agora foi dado como nota oficial. E hoje será dito oficialmente – será entregue aos indeferidos – que foram eles indeferidos pela Comissão.

Foi feita uma auditoria e, diante disso, foi feito esse levantamento de que esses que já estavam deferidos, lá em novembro, no entanto, eles haviam sido indeferidos pela...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JÚLIO CÉSAR ARRUEE – Ah, sim! Desculpa.

Outra coisa quanto a essa distorção por parte do Conjur é a ocultação da declaração de diretor, no que tange a motivação política; esses empregados, todos eles foram, sim, perseguidos políticos. E na declaração do diretor, um dos indeferidos cita o próprio diretor: “Teve forte participação em atividades sindicais na condição de representante setorial de base, aclamado no setor de trabalho, sendo demitido por motivação política”.

Esses empregados, diante de uma busca em que se tornavam representantes setoriais de base, não podiam, por parte do sindicato – respondo eu pelo sindicato do Rio Grande do Sul –, ter divulgados os seus nomes, o nome dessas pessoas, pois seriam eles muito mais perseguidos ainda. Daí por que aclamados eles como representantes setoriais de base. Porque, de fato, quando eles divulgados fossem, seriam muito mais perseguidos ainda.

Um outro fato que convém também fazer com que seja... Esse indeferimento em massa, na realidade, nunca houve por parte da anistia; foi baseado em opinião somente do Conjur. O porquê disso, o porquê dessa relevância em torno desse parecer que abrange

toda essa questão de que esses indeferidos sejam postos à margem de uma situação unilateral, acreditamos nós. Porque essa Comissão, subentende-se, a partir do momento em que foi criada, se tornaria, e era, soberana, mediante as decisões, e o Conjur seria, então, um assessor dentro do Ministério das Comunicações.

Há um outro parecer também que se faz importante, que saiu no *Diário Oficial*, em fevereiro de 2013, que “nenhum órgão da Administração Pública Federal tem o poder de rever decisão de mérito da Comissão Especial Interministerial”. Então, são fatos importantes de serem colocados, e a gente gostaria que o representante da Comissão viesse ao encontro de todos esses pareceres, tanto em ata, tanto em *Diário Oficial*, tanto na nota técnica do próprio parecer da Comissão, em que também se diz que “nos processos de anistia em geral, tanto os que tramitam na Comissão Cidadã do Ministério da Justiça quanto os que tramitam na Comissão Especial Interministerial, Orçamento e Gestão, não há falar em contraditório de órgão ou entidade quanto a provas apresentadas pelos interessados, visto não se tratar de processo em esfera judicial”. É muito importante também que se faça essa colocação.

Diante disso, gostaríamos, então, que, por parte dos representantes desta Casa, se fizesse essa pressão, seja ela política, seja ela por intervenção pessoal, para que fosse de uma forma mais rápida, porque está se tratando de uma situação social. Não vou dizer que essas pessoas estejam iludidas ou até atentas ao que vem acontecendo, mas houve, de dois meses para cá, há dias, um favorável deferimento e houve, há um ou dois dias, um indeferimento totalmente desfavorável. Então, é uma questão social e é um apelo que a gente faz a essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Júlio César, Secretário de Anistia do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul, eu quero, agora, conceder a palavra ao Sr. Idel Profeta Ribeiro, Superintendente Executivo da Vice-Presidência de Administração dos Correios, que, representa, nesta oportunidade, o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O SR. IDEL PROFETA RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Presidente da CAS, Senador Waldemir Moka, que tão bem vem presidindo este espaço importante no Senado brasileiro; queria saudar o Senador Paulo Paim, um exemplo do espírito republicano, uma lição de vida para todos nós; e queria justificar a ausência do nosso Presidente, que está aniversariando hoje, mas que já estava na Empresa às 7h30 da manhã, pois nós temos reunião, hoje, do

Comitê de Investimento da nossa Empresa. Estamos trabalhando com uma meta de investir, este ano, em torno de R\$1 bilhão, o que é melhoria de condições de trabalho para o conjunto, e o Presidente tem acompanhado esse movimento *pari passu*, todas as reuniões semanais desse Comitê.

Ele pediu para eu estar aqui porque sabe que sou conhecedor da matéria, pois fui Presidente da Comissão Especial de Anistia do Ministério do Planejamento durante muitos anos. Estou vendo que algumas pessoas que estão aqui foram anistiadas na época em que eu estava à frente da CEA. Estou vendo o Caju, a Jocélia, algumas pessoas que fazem parte dessa luta e dessa história da anistia.

Em primeiro lugar, eu acho que é interessante a gente, de certa forma, limpar a área e dizer que não somos adversários nesse debate. Todos nós que defendemos o Estado democrático de direito somos defensores de que nenhum trabalhador deve ser demitido de forma imotivada. Isso faz parte do espírito do Estado democrático de direito. Então, não existe aqui uma indisposição entre nós em relação a esse debate da anistia.

Nessa mesma linha, quero dizer também que não existe Estado democrático de direito sem sindicatos, sem instituições sociais fortes. A Federação está cumprindo seu papel, o Robson, o pessoal do Rio Grande do Sul, acho que o José Rodrigues, que é o Secretário Geral, vem cumprindo seu papel. É importante o movimento sindical cobrar, sim, dos órgãos e a gente buscar uma saída para essa questão.

Nós temos, na base dos Correios, quatro leis que dialogam com nosso conjunto de trabalhadores. Nós temos a Lei nº 10.559, de 2002, que pega a anistia política para aquelas pessoas que, de alguma forma, durante o processo da ditadura, tiveram algum prejuízo, algum tipo de invasão, física, mental, etc, vários processos nesse sentido. Nós temos, na base dos Correios, 517 pessoas que foram anistiadas por essa legislação, pela Lei nº 10.559.

A comissão, que é dirigida pelo Ministério da Justiça, pelo Paulo Abraão, recebeu 1.375 processos, sendo que 494 deles foram negados e 364 processos por analisar. Juntando com os recursos, que são esses 494, há 858 processos lá. É uma comissão bem atuante, que vem, inclusive, fazendo caravanas nos Estados, que tem feito vários movimentos. Mas nós temos 517 companheiros que já foram anistiados por essa comissão.

Pela segunda Lei, a de nº 8.878, que é a Comissão Especial de Anistia, de que eu fui Presidente no Ministério do Planejamento, onde a gente teve um processo de diálogo, já retornaram 978 companheiros.

De processos que entraram na CEA, que são 1.140 processos, algumas pessoas já foram anistiadas este ano... Inclusive, a Jocélia me passou informações nesse sentido. Há alguns que estão aguardando portaria.

As leis são diferenciadas. A Lei nº 8.878 dá direito apenas ao retorno ao trabalho. Tem havido uma luta dos trabalhadores no sentido de buscar, inclusive, os direitos previdenciários desse período e tem havido todo um debate que vem sendo feito por vários Parlamentares, tanto no Senado quanto na Câmara, no sentido de dialogar com essa demanda, porque realmente há algumas pessoas voltando ao trabalho com 70 ou 80 anos. A gente pergunta se isso é uma anistia, porque é uma meia anistia, porque acaba sendo, na verdade, uma condenação para essas pessoas terem que voltar ao trabalho depois de certa idade, de um processo de desgaste como esse para o reconhecimento.

Então, precisamos saber como a gente dialoga isso, Executivo e Legislativo, no sentido de buscarmos uma alternativa a essa situação, que é bastante gritante. Mas temos 132 processos indeferidos na Comissão, 54 com recursos e 78 processos sem recursos.

Eu queria chamar a atenção dos companheiros da FENTECT – se me permitem chamá-los de companheiros – para o fato de que nós percebemos aqui que temos muitos processos indeferidos sem recurso. Então, para além dessa situação que vocês estão analisando, que é do debate da questão jurídica, ponto em que vou entrar daqui a pouco, há muita gente sem recurso. Como vocês estão fazendo esse encontro lá no Hotel Laguna nesses próximos dois dias, acho que seria interessante discutir essa situação de buscar dialogar com essas demandas. As pessoas realmente estão reconhecendo que não têm direito.

Nós temos mais duas leis, a Paulo Rocha I e a Paulo Rocha II... A Paulo Rocha I é a que trata da questão dos sindicalistas e delegados de base. Já foram deferidos mais de 120 processos. Esses 120 processos passaram pela nossa Conjur, passaram pelo nosso processo de debate jurídico. E a Paulo Rocha II pega o conjunto da base da categoria – havia 1.120 processos, 563 dos quais já foram deferidos.

Então, eu quero mostrar para os senhores que há um trabalho feito pela Comissão, pela Conjur e pelo Ministério e que as portarias têm saído.

Aí, nós temos uma situação que eu queria dialogar com os senhores no sentido de a gente pensar aqui coletivamente. O papel da Conjur é resguardar a assinatura do Ministro. Esses processos que o Júlio César falou, esses 48 processos, são processos em que as únicas provas contidas neles são testemunhais. Não há uma lista de presença de assembleia, um recibo que a pessoa veio participar de uma ocupação aqui no

edifício-sede, como houve várias ocupações, não há uma foto dessa pessoa numa assembleia... São várias questões que precisariam ter mais provas concretas que permitissem que a gente dialogasse com essa situação, assim como nós fizemos em vários espaços.

Há uma diferença, Júlio, na sua apresentação: a Comissão Especial de Anistia do Ministério do Planejamento era uma comissão soberana; a CEA não é. A comissão era interministerial, com participação de vários ministérios, inclusive da AGU, coordenada pelo Ministério do Planejamento e com soberania. Não é o caso da CEA, que é uma comissão subordinada, e a portaria sai assinada pelo Ministro.

Então, nessa preocupação que o Conjur está tendo, nós temos que buscar superar essa situação. Como podemos superar essa situação? Há pouco, o Robson falou na sua intervenção: “E os órgãos de controle?” Nós sabemos o que o Tribunal de Contas da União pensa em relação a essa situação de a comissão só aceitar com as provas testemunhais? Talvez coubesse ao Senado fazer essa provocação ao Tribunal de Contas em relação a essa situação, a esse fato. Talvez isso sirva de embasamento para que possamos mudar de posição; ou pensarmos: o que o Ministério Público pensa em relação a isso?

Então, acho que poderíamos começar a discutir, no sentido de buscarmos uma saída para essa situação, mas acho que é desse esforço coletivo que vamos conseguir superar esses desafios e essas necessidades.

Eu queria agradecer a todos e obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Primeiro, nós vamos ouvir; depois, os Senadores. Eu peço desculpas, mas a Presidência tem que ordenar os trabalhos.

Na sequência, concedo a palavra ao último expositor inscrito, lembrando que se o Senador Inácio Arruda chegar a tempo, ele também falará como expositor.

Sr. José Flávio Bianchi, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

O SR. JOSÉ FLÁVIO BIANCHI – Bom dia a todas e a todos.

Agradeço o convite para participar desta audiência pública. É muito importante discutirmos isso.

Cumprimento, em especial, o Presidente da Comissão, Waldemir Moka, e todos os Ex^{mos} Senadores presentes, em especial o Senador Paulo Paim, importante referência nessa discussão, discussão muito relevante.

Fui convidado para falar sobre a situação dos anistiados e anistiandos. E uma ressalva que o Idel fez e que preciso fazer também para começar a minha fala

é: não existe nenhuma contraposição ao movimento de anistia e ao movimento dos anistiados por parte da Consultoria Jurídica.

O que estamos fazendo? Ao final da fala, eu vou explicar tudo sobre o papel da Consultoria Jurídica, mas estamos simplesmente aplicando a lei.

A minha fala também é bem delimitada. Estou no Ministério das Comunicações desde 2011, então, eu tenho legitimidade para falar dos processos analisados de 2011 até hoje.

Quais são os processos que a Consultoria Jurídica analisou de 2011 para cá? São processos de anistia com fundamento na Lei nº 8.632 e na Lei nº 11.282. O Idel muito bem já explicou as diferenças entre estas duas leis: a Paulo Rocha I e a Paulo Rocha II. No total, foram 116 processos de 2011 para cá, já analisados. Há 19 processos ainda pendentes de análise na Consultoria Jurídica, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Deixando tudo isso bem claro, nós identificamos, no âmbito da Consultoria Jurídica, um problema jurídico muito específico. Qual é? É a instrução processual. Não há nada relacionado à questão da anistia em si, mas é um problema de instrução processual, questão de prova. O Idel falou muito bem sobre o Estado democrático de direito. É um princípio tão antigo, um dos princípios fundamentais do Direito Público moderno, que é o devido processo legal. Todo processo administrativo, toda decisão administrativa que o Poder Público vá tomar exige determinados requisitos. No caso do processo de anistia, a prova é um desses requisitos.

Outra coisa que eu gostaria de deixar bem claro: em relação a essa questão da prova, da análise, da instrução processual dentro dos processos de anistia, dos requerimentos de anistia, nós não estamos adotando um procedimento muito restritivo. Apesar de o número de indeferimentos ser relevante, ser significativo, no nosso entendimento, nós tentamos flexibilizar esse entendimento. Mas flexibilizar como? Escrevemos isso nos pareceres. Há vários pareceres. Em todo processo de anistia, de 2011 para cá, há um parecer da Consultoria Jurídica. E o que esses pareceres reiteradamente falam? Precisamos de algum indício de prova material. Não é uma prova contundente, registrada em cartório, com firma reconhecida. Não. É indício. Algum indício material, concreto, além das declarações e das testemunhas que possam embasar essa decisão do Ministro de Estado das Comunicações, que é quem decide, em última instância, os processos de anistia. Uma análise contextual, uma abordagem caso a caso. Pode parecer restritivo demais, mas, no fundo, não é. Na verdade, é o mais flexível das provas esse padrão de prova, padrão de indício de prova material.

E, com base nisso, nós temos dado pareceres, opiniões contrárias ao deferimento das anistias com fundamento somente em prova testemunhal. Os processos são instruídos apenas com declarações. Esse é um padrão de prova muito frágil para fazermos esse indeferimento, no nosso entendimento. A nossa preocupação é com a consistência desses processos, com a higidez de todos esses processos. Como assessor jurídico do Ministério das Comunicações, precisamos proteger juridicamente todo o processo. Então, nós não vamos opinar favoravelmente a um processo que consideramos inconsistente, que não tem elemento mínimo que possa dar sustentação a essa decisão posteriormente. O Idel falou muito bem dos órgãos de controle. E órgão de controle é o que não falta neste País. Nós temos a Controladoria-Geral, nós temos o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal. Internamente, no âmbito da AGU, nós temos a Corregedoria-Geral, temos a Polícia Federal também.

Então, nós consideramos que esses processos não se sustentam. Se qualquer órgão de controle, amanhã ou depois, fizer uma análise minimamente séria desses processos de anistia, fundamentados apenas com declarações, apenas com processos materiais, eles não vão se sustentar. Então, opinamos negativamente ao deferimento desses processos nessas circunstâncias. É uma questão de prova, questão de devido processo legal. E vou repetir: o padrão de prova que a Consultoria tem exigido é o padrão mais flexível possível, mas queremos alguma coisa dentro do processo para poder garantir a sua consistência, garantir a sua higidez; alguma coisa além das declarações, por óbvio.

A Consultoria Jurídica, no Ministério das Comunicações, só para repetir, na linha de que não estamos sendo restritivos demais nesse processo, tenta adotar interpretações que favoreçam, que, no limite da lei, no limite dessas duas Leis mencionadas, a de nº 8.632 e a de nº 11.282, permitam as anistias. É um exemplo muito claro de flexibilização que temos adotado de 2011 para cá. A Lei nº 11.282 coloca prazos muito bem delimitados, que as demissões sejam os prazos. O que nós passamos a aceitar? Depois das discussões com os próprios representantes da FENTECT, se conseguimos comprovar que a intenção de demitir é no prazo legal, mesmo que a demissão tenha ocorrido um pouco depois, essa demissão específica seria passível de anistia, desde que com algum indício de prova material para a sustentação desse processo.

Eu agradeço ao Robson ter mencionado que, lá na Consultoria Jurídica, nós recebemos representantes da FENTECT por quatro vezes, em quatro oportunidades – até trouxe as datas delas aqui. As minhas portas vão continuar abertas aos representantes da

FENTECT, a quem queira conversar comigo e com a minha equipe em relação a esses processos.

Demoramos muito tempo, foi muita discussão com relação às declarações do Diretor Regional dos Correios, sobre o que seria isso, que categoria de prova é essa. E depois de exaustivamente discutir com os meus advogados, com os meus assessores a respeito disso, com os próprios representantes da FENTECT, a nossa conclusão jurídica, puramente jurídica – e a gente instou os Correios a se manifestarem sobre isso –, era que novamente era uma prova testemunhal de um Diretor Regional, mas continua sendo um testemunho. Não atende ao requisito de indício de prova material, um padrão mínimo que a gente está exigindo para fazer essas coisas.

Com relação a outras questões levantadas, aproveitando para já apresentar algumas respostas – o Idel já levantou muito bem –, comissões de anistia são organizadas de maneira diferente. Cada comissão se organiza de maneira própria. E a CEA, essa Comissão Especial de Anistia, vinculada ao Ministério das Comunicações, é bom repetir: ela não é independente, ela não é soberana. A decisão final é do Ministro de Estado das Comunicações, conforme a Portaria nº 312, do Ministério. E, como é uma decisão do Ministro e como envolve análise jurídica, esses processos devem passar pela Consultoria Jurídica, que é um órgão descentralizado da Advocacia-Geral da União nos Ministérios. E a gente presta essa assessoria jurídica ao Ministro. É por isso que eles passam para lá. É por isso que a Comissão Especial de Anistia não é independente. Diferentemente da Comissão Especial Interministerial, da qual o Idel foi presidente por muito tempo e conduziu um trabalho excepcional lá.

Sr. Presidente, eu encerro aqui a minha fala e me ponho à disposição para responder a eventuais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. José Flávio Bianchi, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim e, logo em seguida, à Senadora Ana Rita, para que a gente possa também, depois de ouvi-lo, Senador, fazer um encaminhamento que nós podemos tomar aqui, que acho que é bem limitado também, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É.

Presidente Waldemir Moka, quero primeiro agradecer a V. Ex^a, que, mais um vez, atendeu à solicitação dos movimentos sociais para aprovar e marcar data para que esta audiência acontecesse. Esta já é a quarta ou quinta audiência pública que realizamos sob a presidência do Senador Waldemir Moka, que tem se mostrado muito sensível ao apelo dos movimentos

sociais, que estão pedindo um espaço para colocar o seu ponto de vista sobre os mais variados temas.

Então, a minha primeira fala é para cumprimentar o Presidente da Comissão, Waldemir Moka, pela sensibilidade de ouvir a todos, de forma tranquila, não julgando, mas intermediando o bom debate.

Segundo, eu quero também cumprimentar a presidência dos Correios, Senador Waldemir Moka, porque eles tiveram a preocupação de me ligar para explicar que o Presidente não poderia estar presente, mas, em respeito à Comissão, a V. Ex^a, aos Senadores e a quem provocou o tema, eles mandariam para cá um assessor jurídico e também o superintendente, que teriam condições, até porque ele já foi presidente de uma Comissão por um longo período, de responder e dialogar sobre o tema. Eu mesmo disse a ele que seria muito ruim para nós e até pelos líderes do movimento que não viesse ninguém por parte do Governo, enfim, dos Correios e do próprio Ministério da Educação. E eles disseram: “Não, fique tranquilo que nós vamos mandar, sim, duas pessoas para fazerem aí o diálogo e ver o que pode ser feito ou não pode ser feito”. Então, eu quero também agradecer por esse telefonema que recebi, e já sabia que o senhor estaria aqui representando o Governo nesse tema.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu venho acompanhando esse debate da situação dos trabalhadores dos Correios há muitos e muitos anos, desde que eu era Deputado, e, por isso, acompanhei a Lei Paulo Rocha I, a Lei Paulo Rocha II, enfim, desde quando começaram essas preocupações.

Pelo que percebo aqui da fala de todos os líderes do movimento – e o Idel foi muito feliz, e o José Flávio também –, eles estão corretos, eles estão fazendo o movimento que eles têm de fazer, senão não tem razão de eles existirem. Eles estão fazendo o movimento na busca de que o maior número possível de trabalhadores possam efetivamente ser anistiados.

Percebo eu que um dos problemas que nós estamos aqui enfrentando é a não aprovação desse projeto de lei da ex-Deputada e hoje Ministra Maria do Rosário. É um projeto que continua travado na Casa, o Senador Inácio Arruda é o Relator, é um Senador comprometido com essa causa, ninguém tenha dúvida quanto a isso, eu também tive problema de voo, por isso atrasei 20 minutos, mas acredito que, se ele estivesse aqui, já estaria dando, com muita clareza, o seu parecer favorável à aprovação do projeto.

O projeto já esteve para ser votado pelo Plenário, mas houve recurso, retornou novamente, mostrando que há algumas preocupações do Governo em relação ao projeto.

Nós somos totalmente favoráveis ao projeto da hoje Ministra Maria do Rosário, e o Senador Inácio Arruda deve dar o parecer favorável, no meu entendimento, se já não deu, e está esperando apenas o momento da votação.

Eu apenas queria dizer ainda, nesta minha rápida fala, e posso participar depois do debate: a posição dos trabalhadores é muito clara. Eles querem, naturalmente, que os anistiados tenham direito à respectiva anistia para verem acontecer sua vontade de voltar ao trabalho ou de receber algum tipo de indenização. Eu também me preocupo quando vejo homens e mulheres hoje com 80 anos, 70 anos. Como resolver isso? Como é que vocês estão vendo isso? É mediante uma indenização? Está comprovado que ele merece uma anistia; como é que ele vai voltar ao trabalho aos 80 anos? Eu queria uma reflexão para mim, para nós que estamos aqui ouvindo. Qual seria o caminho? Ele seria indenizado e seria aposentado. A tese seria essa, não é? E ele teria que ter algum tipo de...

Chegou o Senador Inácio Arruda, o nosso debatedor do tema e Relator. Então, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, seria muito importante ouvir o Senador Inácio Arruda. Eu pararia aqui e, se V. Ex^a permitir, depois do Relator Inácio Arruda, eu continuaria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdB – CE) – Pode continuar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não! Ouvir V. Ex^a é fundamental, porque V. Ex^a estudou, é Relator. Eu me antecipei aqui, dizendo que seu parecer, com certeza, é favorável, e eu endosso, naturalmente, o seu ponto de vista. Eu tive essa liberdade, eu não li seu parecer. Não me deixe falar agora e V. Ex^a dizer depois que não é favorável. Tenho certeza de que vai ser favorável. (*Risos*.)

Eu dizia que há alguns entraves para chegarmos a um encaminhamento, e vejo, por parte do Dr. José Flávio, a maior boa vontade de dar um parecer favorável. Mas ele disse: “Eu preciso de instrumentos”. Ele precisa ter um escopo legal, digamos, e também provas que não sejam só as testemunhais.

Mas uma coisa que fica para a resposta depois – acho que foi o Júlio César ou o José Rodrigues que disse – é que nove projetos já haviam sido deferidos e, de repente, foram indeferidos. Então, alguma coisa aí não corresponde.

Enfim, antes de entrarmos nos encaminhamentos finais, eu queria saber, de concreto: desde que esta peleia começou – permitam-me usar esse termo, que é bem lá do Rio Grande –, quantos foram efetivamente anistiados e quantos falta anistiar? Um dos senhores deu uma série de números: 517, 494, 274; depois houve mais outros números que eu não consegui pe-

gar; enfim, quantos efetivamente foram anistiados e quantos faltam?

É isso que interessaria também, para a gente ver no aspecto político e social e ver no que a gente pode ajudar a partir desta audiência.

Eu encerro, Sr. Presidente, porque eu gostaria muito de ouvir o Relator do projeto da Ministra Maria do Rosário, Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou ouvir a Senadora Ana Rita, porque é o tempo também de o Senador Inácio Arruda ter uma avaliação um pouco melhor do que foi debatido aqui.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, bom dia para todos os convidados para esta audiência pública.

É um prazer muito grande ter vocês aqui hoje. Eu infelizmente não vou poder ficar muito tempo aqui; já estou saindo porque tenho outra Comissão já em andamento, e eu preciso estar presente. Mas eu faço questão de dizer pelo menos duas coisas.

Primeiro, quero agradecer a presença de vocês e parabenizar também os trabalhadores dos Correios – eu gostaria de aproveitar a oportunidade para falar sobre isso. Os trabalhadores dos Correios têm um papel muito importante na vida de todo cidadão e de toda cidadã brasileiros e merecem todo o nosso reconhecimento, todos os nossos aplausos pelo trabalho que fazem.

Quero também agradecer a presença dos representantes aqui do nosso Governo, do Ministério das Comunicações e da Presidência dos Correios. É muito importante a presença de vocês aqui hoje.

No que se refere à questão dos anistiados, não é uma demanda pelo menos tão forte do Estado do Espírito Santo. Eu conheço um caso lá no Estado, inclusive já fui demandada por ele há muitos anos, eu acompanhei um pouco o processo, mas deve ser ainda um desses processos que está pendente.

De qualquer modo, eu quero aqui dizer que acho que é preciso, sim, buscar uma saída, para que possamos pelo menos concluir essa fase, para que não haja uma pendência. Mas eu compreendo perfeitamente a fala dos nossos representantes que aqui estão do Ministério das Comunicações e também da Presidência dos Correios, porque, se não há nenhuma prova material, fica muito difícil também um parecer.

Então, a minha opinião neste momento é a de que se busque uma saída no diálogo. Acho que o Senador Paim levantou uma questão muito importante também, a dos trabalhadores já numa idade muito avançada, em função também – acho que é importante reconhecer – de toda uma demora na solução desse problema. Então, também fica muito difícil um trabalhador já

numa idade extremamente avançada ter que retornar ao trabalho, talvez sem condições de exercer a sua função ou mesmo outra função dentro dos Correios.

Acho que é preciso, sim, com respeito aos trabalhadores e trabalhadoras que já prestaram seus serviços e que legitimamente defenderam os interesses da classe trabalhadora, que não fiquem prejudicados. Mas compreendo perfeitamente a posição aqui expressa.

Então, eu acho que é um momento de diálogo. Conheço pouco da situação, mas, do que eu conheço, é preciso realmente dar uma resposta a esses trabalhadores que seja definitiva, para que também não se gere, na minha opinião – desculpem-se se eu não estiver correta na minha avaliação – uma expectativa para alguns trabalhadores de que é possível anistiar, de que é possível retornar ao trabalho, sabendo que essa possibilidade é muito difícil, é muito remota.

Assim, eu acho que é preciso, sim, haver um diálogo entre as representações dos trabalhadores, que hoje estão aqui muito bem representados, e as representações do nosso Governo. Que possam buscar realmente uma solução definitiva para essa situação.

No mais, eu quero aqui agradecer a oportunidade e dizer que eu tenho um profundo carinho e respeito pelos Correios, porque a minha relação no Estado do Espírito Santo com os trabalhadores é de longa data, e sempre acompanhei a luta dos trabalhadores dos Correios do meu Estado. Mas também tenho, no momento, uma boa relação com a Superintendência dos Correios do meu Estado. Então, nós dialogamos muito, tanto com os trabalhadores, quanto com a Superintendência.

Finalmente, eu quero desejar que vocês busquem uma saída que seja a melhor possível, atendendo às duas partes: o Governo e os trabalhadores.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Eu consulto o Líder Wellington Dias sobre se quer fazer uso da palavra agora ou se vamos ouvir o Senador Inácio Arruda antes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, gostaria de manifestar não só compromisso com esse trabalho, mas também desejar que o Senador Inácio encontre os caminhos que, como foi lembrado aqui pelo Paim, pela Ana Rita, não são tão simples. Mas certamente, com muita competência e com a sensibilidade que tem, o Relator haverá de encontrar êxito, e nós estamos aqui para também contribuir nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Wellington

Dias, com a palavra, o Senador Inácio Arruda, Relator do projeto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, primeiramente, quero dar os parabéns à Comissão pela atividade, pelo trabalho, pelo esforço de mobilizar o conjunto dos trabalhadores e de setores sociais que são a base da existência desta Comissão. Uma audiência pública desta natureza tem muita importância para o trabalho dos Senadores.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, pela iniciativa de convidar todos os senhores para estarem presentes aqui hoje, para discutirmos uma situação objetiva, uma realidade que a gente vem enfrentando há muitos e muitos anos.

Para ter uma ideia, Senador Paim, eu tenho colegas de atividade política, infelizmente do período mais difícil do nosso País, da década de 70 e de 80, que ainda não voltaram ao Brasil; estão no exterior. E muitos desses que deixaram seus empregos, que foram demitidos não têm nenhuma prova. Eles estão na situação de abandono de emprego. E pronto. Essa é a realidade ainda nessa área da anistia no nosso País. Está lá na ficha dele: “Abandono de emprego”. Não está dito que ele foi preso, não está dito que ele foi torturado. Há uma técnica de tortura que não deixa uma marca! Uma marca sequer! Se o torturador não vier a público e disser “eu torturei este cidadão”, jamais existirá nem indícios, nem provas, nem testemunhos de nada. O torturador tem de vir a público e dizer: “Olha, esse aí eu torturei”.

Há um livro de um ex-torturador que, depois de praticamente se aposentar do DOPS, resolveu abraçar uma religião, e, naquela religião, ele resolveu fazer um livro, contando tudo o que ele tinha praticado, com quem tinha praticado, quem estava com ele e o que fez. Virou um testemunho grande.

Para se ter ideia do que foi o nosso período de ditadura no Brasil – que infelizmente alguns órgãos de comunicação a situaram como “dita branda” –, na verdade, foi um período de violência grande, que atingiu muita gente. E eu digo para vocês: eu tenho amigos ainda no exterior que não voltaram ao Brasil, porque ainda têm medo de voltar ao Brasil, porque acham que nós estamos ainda numa situação difícil de recebê-los de volta. Mais pelo trauma. E esse trauma não tem testemunho ou prova. Se ele recorrer à Comissão de Anistia, provavelmente não será anistiado. Digo isso para a gente compreender bem essa questão.

Claro que você pode ter uma burla, Senador Waldemir Moka. Algum oportunista pode querer se apresentar na Comissão de Anistia; até um torturador pode se apresentar lá, dizendo que, psicologicamen-

te, também sofreu muito, etc., e ele quer ter direito a receber uma pecúnia do Estado, porque ele foi torturador. Até isso pode ocorrer. E a Comissão de Anistia, com cuidado, com zelo, examina e diz: “Não, isso não é possível de se admitir que seja feito”. É claro que pode aparecer um oportunista, mas acho muito difícil uma pessoa se dirigir à Comissão de Anistia, dizendo que foi perseguida, foi presa, foi torturada, que não tenha como apresentar uma prova, e, ao mesmo tempo, você dizer: “Essa daí não tem direito porque não apresentou nenhum indício, etc.”

Acho que a Comissão tem que ter rigor, tem que ter tranquilidade, mas tem que saber que é pouco provável que alguém se dirija à Comissão de Anistia, dizendo que foi perseguido, torturado, preso, demitido, exonerado por perseguição política, sem que isso tenha ocorrido. Eu considero que as pessoas têm boa-fé, no geral.

Em relação ao projeto que nós estamos relatando, da nossa colega e hoje Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosário, o que se faz é ampliar o tempo que permite que você tenha direito a esse benefício da anistia. E essa é uma decisão que cabe quase que exclusivamente ao Congresso Nacional. Por iniciativa própria, praticamente a grande maioria dos projetos de anistia partem do Congresso Nacional. Alguns vêm da Presidência da República, mas a maioria parte daqui. São situações de conflitos, que nós temos que resolver, temos que contribuir para dar solução. E o Congresso Nacional deu solução! Todos esses casos já foram solucionados através de leis. O nosso colega Paulo Rocha é autor de pelo menos duas leis que foram depois tratadas pela Deputada Maria do Rosário, para ampliar o tempo. É só isso!

Nesse “só isso” é que está havendo uma dificuldadezinha para ser votado naquele plenário do Senado Federal. Basta uma decisão dos Líderes de dizerem ao Presidente Renan, que não colocará, tenho certeza absoluta, nenhum obstáculo para votar essa matéria. E nos Líderes incluem-se os Líderes partidários e os Líderes do Governo, evidentemente, porque o Governo tem uma base de apoio e tem um Líder dessa base. Mesmo que todos os Líderes assinem, você precisa também convencer o Líder do Governo e o Senador Eduardo Braga também é um homem de sensibilidade. Acho que temos que dialogar com o Senador Eduardo Braga.

Há vezes em que o parecer de um ministério é contraditório com o parecer de um outro ministério do Governo e temos que arbitrar. Quando há dúvida, a arbitragem tem que ser nossa, do Congresso Nacional, porque pedimos informações à presidência dos

Correios. A presidência dos Correios há muito tempo nos ofereceu opinião favorável.

Eu conversei com o Ministro das Comunicações, que era o então Ministro Hélio Costa, do PMDB, que disse: “O.k. não há o que discutir, vamos votar a matéria, não há por que não votar.” Não há impedimento por parte do Ministro das Comunicações – à época, o Ministro Hélio Costa –, mas não foi possível votar no plenário, nós continuamos com uma dificuldade no plenário.

Então, acho que aqui há pressão porque o nosso parecer é favorável, não poderia ser diferente, porque tratava de alterar apenas a vigência de uma lei que já havia sido aprovada no Congresso Nacional, aprovada na Câmara e no Senado.

Então, no mérito não havia discussão, nenhuma discussão, havia apenas que estender, teríamos apenas que estender a vigência da lei. Não sei onde está o embaraço, até hoje não compreendi onde está o embaraço. Por isso, Senador Paim, acho que talvez tenhamos que fazer algo, eu com V. Ex^a, o nosso Líder que está aqui, do Partido dos Trabalhadores, Líder também do nosso Bloco, aqui está a nossa companheira Lídice da Mata que liderou há pouco nosso partido irmão, PSB, seu Líder tenho certeza de que não colocará embaraço, Waldemir é um Líder na Casa e tem todas as condições de vencer o seu Líder a nos seguir, também sem nenhum problema, o Eunício Oliveira.

Acho que temos condições de ter um requerimento para pedir que a matéria entre em votação, está lá, está na mão do Senador Renan para incluir na pauta. A inclusão na pauta depende de um acordo de líderes, só isso. Vamos fazer o acordo com os líderes. Acho que há condições de ser feito e de convencer que o Líder do Governo coloca sua assinatura. É uma coisa e é impressionante como ainda não foi resolvido. O impacto possível... Às vezes diz-se que vai causar um impacto de trilhões nas contas do Estado. Não, o impacto é mínimo, os Correios nem sentirão, nem perceberão que ocorreu a aprovação dessa lei e que, com a aprovação dessa lei ele teve que readmitir três, quatro, cinco, seis funcionários dos Correios que ainda estão querendo voltar aos Correios.

Então, acho que teríamos que votar, Presidente. A matéria está pronta, não há o que discutir mais, não há nada mais a ser feito, é só votar, nada mais.

Então, peço que tiremos desta Comissão, como resultado da audiência pública, o apoio a um requerimento dos Líderes para que possamos levar a matéria ao plenário. Quero dizer a V. Ex^a que um dos especialistas nossos nessa área, porque atuou muito tempo na área de telecomunicações e tinha interface com os Correios, era o nosso colega, Deputado Walter Pinhei-

ro, hoje também Senador, que está aqui. Liderou esse debate na Câmara com a gente e de vez em quando me pergunta: “Inácio, vem cá, vamos botar esse bicho para votar de qualquer jeito na hora em que a gente estiver presidindo?” Eu disse: não, na hora em que estivermos presidindo não pode ser não, tem que ser na hora em que for o Presidente mesmo da Casa, num acordo com a gente para não poder correr risco a aprovação do nosso parecer.

Então, acho que está nas nossas mãos, companheiros, não está em outras mãos não, vocês têm razão de fazer essa reclamação. O parecer está pronto para ser votado no plenário do Senado desde 2009. Nós estamos em maio de 2013. Então, Presidente, também quero apelar para V. Ex^a, dizer que saúdo a realização desta audiência, que é motivo suficiente para que possamos levar o assunto às mãos do Presidente Renan Calheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, penso que o assunto... Vou conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata. Por mim, o encaminhamento a ser dado é que a Comissão de Assuntos Sociais vai tirar que na próxima reunião da Mesa Diretora a própria Comissão vai encaminhar o pedido de que esse assunto seja pautado e que os Líderes se reúnam e decidam quando da votação. Porque não me parece que temos que ficar discutindo mais isso aqui, é uma questão que tem parecer. O encaminhamento, o Relator está à disposição, vai discutir mais o quê? A votação do projeto.

Então, a audiência tem como finalidade um encaminhamento. O encaminhamento é sair daqui com um resultado dessa audiência pública dizendo que o projeto está pronto e precisa ser pautado para apreciação do Plenário do Senado Federal. Se abrir a discussão aqui, vamos começar a ouvir discursos aqui que não vão mudar esse encaminhamento, porque não há outro encaminhamento a ser feito que não seja esse. Mas vou ouvir, não o Plenário, não os Srs. Senadores, mas ouço os representantes dos trabalhadores que têm assento aqui na mesa para alguma consideração que acharem necessária.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, representantes dos trabalhadores dos Correios, meus caros companheiros Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, que tem também se destacado nessa luta aqui. Eu quero saudar a realização desta audiência pública. Acho extremamente importante que ela tenha ocorrido nesta manhã de hoje com a presença de tantos senhores representantes dos trabalhadores, chegando aqui o Senador Walter Pinheiro, também um

lutador desta causa para emprestar o meu apoio à luta dos nossos trabalhadores dos Correios e o apoio ao projeto da nossa Ministra Maria do Rosário, que já tem esse procedimento. Quero concordar integralmente com o encaminhamento dado pelo Presidente, o Senador Waldemir Moka, na medida em que esta Comissão se reúne, tem uma audiência pública, este resultado da audiência pública é justamente solicitar a votação do projeto. Eu acho que está na hora, não vejo como não ter a aprovação das Lideranças e acho que terá muito mais peso sair daqui um posicionamento da Comissão como um posicionamento unânime das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que participam desta Comissão.

Quero parabenizar todos por esse encaminhamento. Estive em outra Comissão, Sr. Presidente, mas assisti a uma boa parte dessa audiência pública pela TV do Senado enquanto também participava de outros encaminhamentos. É sabido que funcionamos aqui com diversas comissões ao mesmo tempo e, infelizmente, não pude participar desde o início, mas ouvi através da TV Senado. Saúdo todos aqueles representantes dos trabalhadores que aqui se pronunciaram hoje com muita clareza e objetividade a respeito dessa causa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo à Senadora Lídice da Mata, concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores dos Correios do Brasil, a Senadora Lídice da Mata até colocou questões que são um pouco dessa agonia nossa aqui no Senado, tudo ao mesmo tempo, agora. Estamos tendo três Comissões, Senador Inácio, V. Ex^a, inclusive, daqui a pouco tem que ir para lá. Saí da reunião preparatória para vermos como vamos encaminhar a votação de importante tema. De certa forma, nos colocam aqui numa situação difícil – estou-me referindo aos diversos Senadores, a um tema polêmico – o Senador Moka também deverá ir para lá daqui a pouco, vai abrir agora, Senador Moka.

Mas eu queria dizer aqui, não só trazer o meu testemunho, Senador Moka, como também eu diria até minha reclamação, algo que a gente tem feito até veementemente no plenário – eu, o Senador Inácio, a Senadora Lídice, o Senador Paulo Paim, diversos Senadores –, aportamos junto à Mesa do Senado Federal o pedido para que isso fosse apreciado. Essa não é uma luta de hoje, eu posso até falar, inclusive, como parte dessa luta. No início desse processo, eu era Presidente da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações no Brasil.

Recordo-me, inclusive, de uma audiência, uma primeira audiência nesta Casa para tratar dessa ques-

tão, que foi feita no antigo Nereu Ramos. Eu não era Deputado, eu era presidente da Federação dos Trabalhadores, o Nereu Ramos era no meio do corredor das comissões. De repente... O Amaury Müller era Presidente da Comissão do Trabalho, fizemos essa discussão com os Ministros naquela época e tivemos o compromisso do Ministério das Comunicações naquele período, depois o Ministério virou Ministério de Infraestrutura, com o Ozires Silva, incorporou transportes e comunicações e foi selado o compromisso.

O compromisso é feito pelo Estado, não foi feito por governantes, o compromisso foi selado com o Estado brasileiro, não só no setor de correios, não só no setor das comunicações. Nós fizemos isso para as estatais, para o porto, para o sistema Telebrás, para os Correios, para diversas áreas. Em todas essas áreas nós tivemos um nível de cumprimento. Depois, Senador Inácio – quero invocar aqui mais uma vez V. Ex^a –, fizemos uma reunião na Liderança do Governo, já como Senadores da República com o Presidente dos Correios, Sr. Wagner, que tem até meu sobrenome também, xará meu, Pinheiro, fizemos uma reunião na Liderança do Governo para discutir a alteração e toda remodelagem do papel dos Correios. Colocamos ali, naquele momento, eu e V. Ex^a estávamos naquela reunião e dissemos: “Há um entrave nessa questão, que é resolver a questão da anistia” e tivemos dos Correios o compromisso de sentar, alinhar aquela matéria para pôr em votação.

Foi esse o compromisso assumido que, lamentavelmente, nós não tivemos ainda o retorno com parte daquele compromisso assumido ali na reunião, na Liderança do Governo.

Então, acho importante aqui esta audiência pública, meu caro Senador Moka, meu caro Senador Paulo Paim, para que saíamos desta audiência com o compromisso, de uma vez por todas, de sentar com os Correios agora, alinhar o texto e levar ao plenário para a votação daquilo que é, nada mais nada menos, que a continuidade de um processo que já se estabeleceu. Não estamos falando de nada novo, parte do que está sendo discutido aqui já foi implementado, inclusive pelos Correios, é dar sequência, é cumprir com o restante, é terminar aquilo que começou, sendo, inclusive, aprovado como lei nesta Casa, sendo depois tratado como acordo entre as partes. Agora é darmos sequência. Por que essa desculpa? Senador Moka, ouvi muito isso em todas as etapas. “Ah, porque há gente que não estava.” Paciência, se alguém foi demitido aproveitando uma greve para eu tentar botar alguém para fora dos Correios porque eu achava que esse alguém não trabalhava, então o gestor que deveria ser demitido, porque, inclusive, agiu muito mal como gestor.

Essa questão fica muito clara na nossa cabeça. Então, não se tem que aproveitar momento nenhum para tentar fazer encaixe desse ou daquele que porventura ele achava isso ou aquilo.

E nós estamos falando de uma empresa que tem todo um critério, todo um rigor. Não estamos falando de uma empresa qualquer. Esse é, inclusive, um dos motivos de orgulho de todos os brasileiros do ponto de vista do seu desempenho, do ponto de vista do seu serviço e de que não se faz Correios sem gente. Os Correios não viajam só de avião, precisam de pernas para chegar aonde eles chegam. Portanto, estamos falando de algo que tem excelência e disputa no mundo só com gigantes que estão, inclusive, na iniciativa privada hoje. Nós estamos falando de um correio que disputa hoje com grandes plêiades nessa área. Portanto, chegou a hora de cumprir a parte que cabe aos Correios no que diz respeito a essa questão da anistia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, vou conceder a palavra... Porque penso, Senador Walter, e vou ouvir depois para encerrar o Senador Paulo Paim, mas eu acho que o encaminhamento, Senador Walter Pinheiro é de que vamos transformar – a Comissão de Assuntos Sociais – esta audiência pública num pleito à Mesa Diretora do Senado.

Eu recomendaria às Lideranças – e aí o trabalho a que eu mesmo me proponho a fazer – no convencimento dos Srs. Líderes para pautar a matéria. Aí, é o trabalho das Lideranças e de cada um de nós.

Mas a Comissão de Assuntos Sociais pode – e eu posso fazer e farei oficialmente – dizer que a audiência pública concluiu que o projeto já relatado, que aguarda apenas e tão somente a agenda do plenário, seja o mais rápido possível agendado. Isso eu farei, que é a decisão desta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Júlio César.

O SR. JÚLIO CÉSAR ARRUEE – Duas questões que é importante salientar novamente. Peço perdão caso esteja sendo repetitivo. Sobre a questão da PLC é importante também ressaltar que foi feito um levantamento de dados e que talvez esse sejam um dos relevantes a não ser favorável ao PLC, 24 mil trabalhadores e não seria esse o número, em torno de 1,4 mil, 1,7 mil que seriam favoráveis ao retorno da PLC, é o levantamento que se faz necessário também.

A outra questão que se faz necessária – e aí faço a pergunta aos senhores – quando nós, provocados na condição, eu de Secretário da Anistia no Rio Grande do Sul, quando é feito encaminhamento de processos daqueles que estão requerendo a anistia, a Comissão nos faz um pedido de todos os documentos a serem

anexados e todos que estavam deferidos, esses novos, todos têm todos, essa é a pergunta que eu faço. A confissão da empresa no testemunho de que eles eram de fato perseguidos políticos e todos os processos com fotos e ainda mais, eles representados na questão de estarem presentes em atas de assembleias, não seria esse um testemunho já de relevância com deferimento? Essa é a pergunta que eu faço, a própria empresa fazendo a confissão de que eram perseguidos políticos. Até então, um colega nosso lá estava levantando uma foto em que ele está dentro do processo dele com essa foto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra ao Dr. José Flávio Bianchi, que talvez possa querer fazer alguma colocação ainda.

O SR. JOSÉ FLÁVIO BIANCHI – Bom, com a palavra de volta, eu só gostaria de acrescentar que o Senador Paulo Paim fez dois questionamentos que merecem resposta com relação a processos deferidos e foram indeferidos.

Na verdade, pela forma da composição da Comissão Especial de Anistia, da CEA, a decisão final é do Ministro de Estado das Comunicações. Então, no curso do processo – se forem analisar processo a processo – havia um parecer, havia uma opinião favorável da Comissão de Anistia. Depois, quando ele é encaminhado à Consultoria Jurídica, ela dá uma opinião negativa. Então, na verdade, não é que o processo estava deferido, havia um indicativo de deferimento pela Comissão Especial de Anistia e, quando foi submetida à análise pela Consultoria Jurídica, a opinião é pelo indeferimento.

Com relação ao quantitativo, na Consultoria Jurídica ainda temos 19 processos pendentes de análise. Não tenho informação muito precisa da Comissão Especial de Anistia, mas gira em torno de 100 processos, não tenho esse dado correto, talvez os representantes dos trabalhadores tenham dados mais fidedignos que eu.

Com relação a essas manifestações do Júlio Arruee, são questões que a gente encarou em todos os pareceres que a gente prolatou nos processos que resultaram, infelizmente, em indeferimentos que a manifestação do diretor regional não é equiparada a uma confissão da empresa, a gente não conseguiu juridicamente enquadrar esse documento como uma confissão da empresa, apenas como mais um testemunho, por isso que não gerou. Esse entendimento – falei na minha fala inicial, vou repetir de novo –, estudamos para termos um entendimento jurídico consistente, deixarmos o processo robusto. Não conseguimos, até demos um pouco para soltar esses processos, mas não conseguimos chegar a um entendimento consistente

de que isso fosse considerado uma confissão da empresa. Infelizmente, a gente só consegue considerar aquilo como mais um testemunho dentro do processo.

Quanto à questão das fotos que o Júlio Arruee mencionou, falei isso e vou repetir novamente, quanto à questão dos diálogos de que a Senadora Ana Rita falou, é fundamental. Eu estou aberto ao diálogo, como sempre estive. Recebi quatro vezes os representantes da FENTECT e vou receber quantas vezes mais for necessário para encaminharmos esses processos de uma maneira satisfatória. Mas é muito difícil fazer uma manifestação aqui sem estar com os processos nas mãos.

O trabalhador que está lá levantando a foto pode procurar os representantes da FENTECT, que pode, por sua vez, nos procurar na Consultoria Jurídica, porque estamos dispostos ao diálogo.

Os indeferimentos, agora, não formam uma coisa julgada como no âmbito judicial. Eles sempre podem, à luz de novas provas, ser reapreciados. Deixo essa porta ao diálogo a todos os Senadores, a todos os representantes de trabalhadores aqui presentes.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sei que é uma atitude até antipática da Presidência, mas temos que conduzir.

Farão uso da palavra aqui os representantes que têm assento à mesa e que foram selecionados. Se eu conceder a palavra para um dos que estão aqui, eu não tenho mais critério para segurar. Aí terei que abrir, o que não é permitido regimentalmente. Então, a não ser que se discuta isso antes da reunião – não foi o caso –, eu não tenho como fazê-lo. Não é que eu não queira; eu não posso. São coisas diferentes.

Por isso eu consulto os sindicalistas que representam os trabalhadores dos Correios, os anistiados, se alguém ainda tem mais alguma colocação a fazer. Se não, vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, para que possamos encerrar a reunião.

Eu insisto em dizer que o encaminhamento aqui... Muitas vezes, a discussão é de mérito, onde vai ser julgado. Esta é uma questão que vai continuar acontecendo: o indeferimento ou não. Nós estamos falando de um projeto de lei que está aqui e precisa ir ao plenário, pelo menos eu estou entendendo assim. Aprovado esse projeto, ficará mais fácil, na minha avaliação, para os Correios, através da sua Consultoria Jurídica, julgar. E ele acabou de dizer que o fato de ter indeferido não significa que não possa ser reavaliado. Não sei se estou sendo claro.

Por isso o encaminhamento: vamos ao plenário. Se houver condições políticas para aprovar o projeto, nós daremos um pouco mais de condição, de flexibi-

lização – eu entendo assim – à própria Consultoria Jurídica dos Correios.

O SR. ROBSON LUIZ PEREIRA NEVES – Eu gostaria só de registrar um...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Robson Luiz Neves.

O SR. ROBSON LUIZ PEREIRA NEVES – Bem, primeiro, eu quero agradecer aqui, de uma forma bem concreta, em nome dos trabalhadores dos Correios, a missão do Senador Inácio Arruda, que sempre esteve à frente, ouvindo os movimentos sociais. Inclusive quando foi procurado para ser Relator do Projeto 7.320, de 2006, da Maria do Rosário, ele, de pronto, assumiu essa tarefa e vem tratando isso com muito vigor, muita competência e muita responsabilidade. E, quando ouvimos aqui dos demais Senadores que estão presentes esse compromisso, isso fortalece ainda mais a nossa visão em relação ao comprometimento desta Casa com a luta do povo.

Queria só registrar, Senador Waldemir Moka, conforme o Senador Inácio Arruda externou, que nós estamos incisivamente nos contrapondo a essa posição em relação ao Conjur, porque o próprio Senador Inácio Arruda coloca aqui uma prova muito concreta.

A nossa empresa, Senador Waldemir Moka, foi uma empresa meramente dirigida por militares na época da ditadura militar e, até hoje, queiram ou não, guarda resquícios dessa ditadura militar. Está aí o próprio Senador Inácio Arruda, que foi muito transparente ao colocar aqui que há pessoas até hoje fora do País pelo fato de serem perseguidas e torturadas, e não há nenhum tipo de registro, porque o seu perseguidor não deixou registro algum.

Então, nesse sentido, a gente quer pedir à Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações que tenha uma visão realmente mais humana. Na verdade, a própria empresa incinerou várias provas documentais às quais os companheiros não tiveram acesso, porque, de certa forma, os torturadores, como o próprio Senador coloca, jamais vão deixar marcas.

Portanto, a gente quer registrar aqui essa situação e dizer que o PLC 83 vem corrigir algumas distorções que têm ocorrido, uma vez que não tem sido concedida a anistia aos demais companheiros dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a manifesta a sua fala, e eu vou encerrar a reunião, com um encaminhamento: a Comissão de Assuntos Sociais entende que a audiência pública dá autoridade ao Presidente de encaminhar o pedido para que seja pautado o projeto, cujo Relator é o Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, o Senador Walter Pinheiro, o Senador Inácio Arruda pelas ponderações feitas. E o Walter fez aqui um histórico muito bem pontuado dessa luta dos anistiados.

Eu queria me dirigir um pouco aos nossos companheiros que estão aqui. Sei que muitos e muitos gostariam de usar a palavra, mas isso foi feito mediante muita conversa com o Senador Waldemir Moka, que tem aberto, repito, as portas para todos os movimentos sociais. Há uma orientação da própria Casa para, no máximo, seis convidados usarem da palavra e, de preferência, não abrir ao Plenário, a não ser que haja uma exceção, como ele disse muito bem, combinada antes. Normalmente as comissões não estão abrindo essa exceção.

Então, eu dizia aqui para o meu amigo Nilton de Bem, que fez um apelo para usar da palavra: “Eu sei, Nilton, que você aqui faria a defesa com o mesmo brilhantismo dos convidados que estão à mesa. Fiz questão de citar o seu nome por você ter-nos procurado diversas vezes para falar sobre essa questão.”

Por fim, Sr. Presidente, também concordo com o encaminhamento. Acho que o caminho é esse. Anotei aqui também que precisamos pressionar o Plenário para votar a matéria.

Como o Walter me falava, à boca pequena – e eu vou dizer de público também –, se necessário for, se houver algum entrave lá nos Correios, eu tenho certeza de que nós, Senadores, estaremos dispostos até mesmo a conversar com o Presidente dos Correios para que não crie obstáculo à votação da matéria.

No mais, cumprimento todos os nossos convidados pela forma como aqui se posicionaram. No meu entendimento, todos seguem a linha do bem, de construir caminhos para a solução. Eu sei que muitos companheiros nossos vão dizer: “Não. Não era tudo aquilo que eu queria.” Bom, mas a vida é assim! Nem tudo que se traz a uma audiência é possível levar. Pelo menos, saímos daqui com uma coisa concreta: vamos todos trabalhar para que o projeto seja aprovado com rapidez, para que não haja vetos e para que seja mais um instrumento jurídico para ampliar o número de companheiros anistiados.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu quero, para encerrar, dizer o seguinte: nada que se pudesse argumentar aqui... A única coisa que vai mudar, vai flexibilizar é a votação desse projeto de lei. Toda a argumentação que fosse usada aqui seria no sentido de votarmos o projeto de lei.

Então, eu peço que façamos o encaminhamento para procurarmos os Líderes. Vou solicitar à Mesa do Senado agilidade e brevidade para incluir esse projeto de lei na pauta. O Senador Walter Pinheiro disse o seguinte: “Nós talvez tenhamos que conversar com os Correios.” Mas, na hora em que se pautar a matéria, os Correios vão vir para conversar. Vocês sabem como isso funciona.

Então, eu acho que a experiência de 32 anos de mandato permite-me dizer que esse é o encaminhamento objetivo e prático para quem quer realmente uma solução para o problema dos senhores e das senhoras.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos, do dia oito de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, José Pimentel, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2010 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda, a remuneração de atividade e os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores da doença de Crohn.** **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em

decisão terminativa. **ITEM 2 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2010 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo – Regulamenta o pagamento de adicional de insalubridade e a concessão de aposentadoria especial ao trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo e de varredura de vias e de logradouros. Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2011 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de variação de vias públicas e logradouros. Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010– Complementar, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011-Complementar, que tramita em conjunto. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 – Não Terminativo – Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico. Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria ad hoc:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Cyro Miranda, em substituição ao Senador Cícero Lucena. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2011 – Não Terminativo – Altera a legislação tributária federal, para permitir a dedução do imposto de renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo. Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2011. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Autor, com a aquiescência do Relator. **ITEM**

6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2013 – Não Terminativo – Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. **ITEM 7 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2011 – Terminativo – Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados. Autoria:** Senador Paulo Bauer. **TRAMITA EM CONJUNTO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2011 – Terminativo – Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social. Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes. Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Romero Jucá (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Romero Jucá. Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, e as Emendas nºs 1-CE-CAS e 2-CE-CAS. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

330, de 2012 – Terminativo – *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.*

Autoria: Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2012 – Terminativo**

– *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.* **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **EXTRAPAUTA**

– **ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, de 2013.** *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater a regulamentação da lei nº 12.732 de 2012 que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Os nomes serão indicados posteriormente.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, de 2013.**

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Problemas do Setor da Pesca”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Vanessa Graziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais

da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, conforme art. 111 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo seis não terminativos e quatro terminativos.

O primeiro projeto é da Senadora Ana Amélia, mas, antes de começarmos, eu gostaria de dizer que, como parte da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, o Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, vai apresentar, nesta quinta-feira, portanto, amanhã, às 9 horas, em reunião conjunta da CAS, CCJ e CAE, o relatório de atividades da Agência, para que possamos acompanhar o desempenho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O orçamento para 2012 foi de R\$728 milhões e, aqui na CAS, Dirceu Barbano disse, na última vez que participou de um debate conosco, que a Agência precisa ampliar a sua estrutura para atender as demandas.

É importante lembrar que a indicação dos diretores da Anvisa precisa ser aprovada por esta Comissão e temas polêmicos envolvendo a Anvisa foram discutidos pelo colegiado, como a participação na campanha do Ministério da Saúde pela redução do teor de sódio nos alimentos, a criação de regra para as comunidades terapêuticas que tratam de dependentes químicos, e o repasse de verbas a essas instituições, além da proibição do comércio de inibidores de apetite.

A audiência será realizada aqui mesmo, no plenário da CAS.

Portanto, amanhã, às 9 horas, em sessão conjunta com a CCJ e com a CAE, nós vamos ouvir, aqui, o Diretor-Presidente da Anvisa, Sr. Dirceu Barbano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. O senhor está fazendo a leitura do que vamos fazer hoje, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, só estou dando alguns avisos que eu acho importantes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Quando V. Exª terminar, eu gostaria de fazer uso da palavra, mas pode concluir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu queria, também, a permissão para

que a gente pudesse estabelecer, aqui, uma organização das audiências públicas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu já conversei com alguns Senadores e o que eles recomendaram é que a gente pudesse aprovar. Eu vou só ler e, na hora em que tivermos um número maior de Senadores, eu... Mas eu queria...

A Presidência submete às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores algumas normatizações para a realização das audiências públicas no âmbito desta Comissão e de suas subcomissões. Com o intuito de otimizar os nossos trabalhos, foram os seguintes procedimentos: cada audiência será integrada por, no máximo, seis oradores e esta Presidência definirá as datas para a realização das audiências públicas, observando, sempre que possível, o rodízio de propositores, conforme o calendário de atividades desta Comissão.

É uma proposta bem simples, bem objetiva, para que a gente possa ter um critério para a realização de audiências públicas.

Eu gostaria de ouvir... Eu sei que o Senador Paim estava numa conferência com a assessora, mas eu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O assunto é desaposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas eu estava dizendo, Senador, que eu queria normatizar as audiências públicas: um número de expositores de no máximo seis e um rodízio de propositores.

Evidentemente, eu também vou... Não tem outros que proponham e eu não tenho, também, por que ficar fazendo rodízio, mas, no caso aqui, atualmente, eu tenho várias proposições, então, eu preciso fazer rodízio. Muitas vezes, e algumas nesse caso, eu vou ter de colocar expositores que requereram depois o tema, mas, em função de que a gente já teve, do mesmo requerente, várias audiências, vou intercalar com o rodízio e espero que, até pelo critério estabelecido, eu tenha essa condição e a prerrogativa de, administrativamente, organizar isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço a Senadora Ana.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tinha lhe pedido pela ordem e queria, primeiro, cumprimentá-lo. Eu penso que a audiência pública... Primeiro, o senhor está democratizando a realização, embora eu reconheça que existem Senadores, eu tenho feito algumas, o Senador Paim também usa... A audiência pública tem sido extremamente útil e valiosa. Há temas

que são complexos e a audiência pública é o instrumento mais adequado para se conseguir chegar a um denominador comum.

Estamos discutindo, agora, numa comissão especial, a questão das medidas para a prevenção no caso de incêndios, a partir do que aconteceu em Santa Maria. O Senador Paim é o Relator e eu sou a Presidente dessa subcomissão, e vamos cumprir no prazo determinado de 60 dias. Esse é outro fator importante.

Aqui, Senador, quando presido, dou sempre dez minutos para o expositor. E tem sido possível, em dez minutos, expor as questões, porque depois tem a hora das perguntas e aí se amplia o esclarecimento.

Eu queria aproveitar, além de cumprimentá-lo, para dizer que concordo plenamente com essa iniciativa de V. Ex^a sobre o número de expositores e já tem um requerimento meu sobre neoplasia, tratamento de câncer, para instruir um projeto de lei que já foi aprovado aqui na CAS, sob a minha relatoria, que trata de fixar um prazo de até 60 dias para início do tratamento contra o câncer, pelo SUS, porque hoje demora muito e a pessoa pode morrer antes de receber o início do tratamento.

Os oncologistas todos são claros em dizer que quanto mais cedo se iniciar... agora temos dois médicos aqui: Senador Mozarildo e V. Ex^a, que sabem disso: quanto mais rápido for iniciado o tratamento para o câncer, melhores condições de cura.

Finalmente, Presidente, eu queria fazer o registro de que ontem, dia 7 de maio, a antiga Varig faria 86 anos. Então, em homenagem aos trabalhadores remanescentes, eu queria fazer esse registro dos 86 anos da Varig e dizer que hoje o Supremo Tribunal Federal... O Senador Paulo Paim está muito envolvido nessa questão, tanto quanto eu e o Senador Alvaro Dias.

Graziella Baggio esteve aqui ontem e falou com vários Senadores, conosco, e às 14 horas o Supremo Tribunal Federal deve iniciar um julgamento que é de grande relevância para os aposentados da Varig, que aguardam uma justiça.

Eles estão recebendo – eu vou lhe dizer – uma esmola de R\$128 como aposentadoria de quem contribuiu durante muitos anos para ter uma aposentadoria complementar e agora sequer recebem do próprio INSS, porque confiaram que o Poder Público fiscalizasse o fundo de pensão Aerus.

Então, penso que a decisão de hoje é importante. Estaremos no início da tarde no Supremo Tribunal Federal para pelo menos demonstrar o interesse nessa matéria. Registro que a CAS é o ambiente próprio para essa reafirmação de interesse.

Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me, rapidamente, primeiro falar das audiências públicas. De fato, V. Ex^a tem sido muito parceiro de todos os Senadores que apresentam pedidos para as audiências públicas. Eu mesmo já fui contemplado com inúmeras audiências sob a Presidência de V. Ex^a e tenho ainda, inclusive, três audiências previstas.

Eu só peço a V. Ex^a, dentro do possível... uma, inclusive, quem me pediu foi o Ministério da Previdência. Eles querem que o Ministro Garibaldi venha aqui expor o seu plano de governo, fale como ele está vendo a Previdência. Esse é o questionamento.

Sr. Presidente, as outras duas são para instruir dois projetos, que saíram da pauta para que ouvíssemos as partes sobre, por exemplo, aposentadoria especial para os trabalhadores da construção civil, PLS 288; e o outro é o PLS 4/7/2013, aquele que torna obrigatória uma contribuição para o setor comerciário no que se refere às vendas do trabalhador.

Eu também achei de bom grado e V. Ex^a concordou que ouvíssemos empregado e empregador. Então, eu propus aqui uma série de dias, mas fico totalmente à disposição de V. Ex^a em qualquer um dos três temas. Só que naquele critério, claro, a assessoria aqui precisa, bem como V. Ex^a, naturalmente, de um tempo para assegurar presença.

Então, vou entregar em mãos a V. Ex^a o meu pedido. E coloquei uma série de datas. Mas a data que V. Ex^a marcar, para mim está marcada. Não há problema nenhum. V. Ex^a já me atendeu nas prioridades que eu tinha, por exemplo, aquela de ontem. O pessoal tinha um encontro aqui em Brasília e o senhor disse: Traz para cá que a gente faz a audiência.

Eu tenho aqui três pedidos e deixo com V. Ex^a. A data que V. Ex^a marcar, para mim está de bom grado. Nenhum deles tem aquela urgência, quando até o incomodei um pouco nas primeiras audiências.

Se me permitir, termino também falando na mesma linha da Senadora Ana Amélia. Tanto eu como a Senadora Ana Amélia e o Senador Alvaro Dias temos interagido junto ao Supremo Tribunal Federal para que vote a questão do Aerus.

O Senador Alvaro dias esteve lá conversando, eu ali estive, bem como a Senadora Ana Amélia, às vezes juntos, às vezes separados, não é, Senadora? Muda o Presidente e nós continuamos voltando lá.

Enfim, o Presidente Barbosa assumiu que colocaria de fato em votação e para alegria nossa, ontem a Graziella Baggio nos informou, a todos nós Senadores, que a votação poderia começar hoje à tarde.

Esse pessoal está esperando há mais de uma década essa solução e felizmente me parece que agora o Supremo vai decidir. Pelas informações até o momen-

to, temos, é claro, muita fé de que o resultado vai ser favorável aos aposentados e pensionistas do Aerus.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Mozarildo, pretendo aprovar uma normatização de audiências públicas, que teriam no máximo seis expositores, havendo um rodízio dos requerentes. Ou seja, na medida do possível, vou intercalar essas audiências com as solicitações dos Senadores que compõem esta Comissão.

Então, os Senadores e Senadoras que concordam com essa normatização permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, passa a ser uma norma interna desta Comissão. E quando o segmento envolvido ou as entidades tiverem número maior, vamos ter uma proteção para o próprio Senador. Infelizmente, na audiência pública da Comissão não é permitido mais do que seis expositores.

Só quero deixar claro que as audiências requeridas antes disso, como a das religiões, do Senador Eduardo Suplicy, que já havia convite para dez religiões ou entidades, evidentemente, não vou retirar o convite de ninguém. Vou fazer, talvez, duas mesas. Mas, a partir de hoje, as audiências terão esse critério, essa norma.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 80, DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do Imposto de Renda, a remuneração de atividade e os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores da doença de Crohn.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado e da Emenda que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.*

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Caros Senadores, eu queria até fazer um registro sobre a produtividade do ex-Senador Sérgio Zambiasi nesta Casa. E esse projeto é um exemplo dessa produtividade.

Vejam só, já se passaram quase três anos da saída do Senador e este projeto está aqui andando.

Vou diretamente à análise do projeto.

A doença de Crohn é uma doença inflamatória intestinal crônica, que pode assumir formas graves e de difícil tratamento e controle, causando grandes prejuízos à qualidade de vida dos seus portadores.

A medida proposta pelo presente projeto de lei visa a conceder um benefício tributário aos portadores de doença de Crohn – isenção do Imposto de Renda – para que possam usufruir de melhores condições financeiras e arcar com os altos custos do tratamento. Com isso, espera-se contribuir para que tenham melhor qualidade de vida. A proposição reveste-se, pois, de inegável mérito social.

Ainda que se possa alegar que, à luz do dever constitucional de o Estado prover assistência à saúde integral e universal, o que abrange a assistência farmacêutica, os portadores da doença de Crohn deveriam ter suas necessidades de saúde providas pelo Poder Público, é imperativo reconhecer que nem sempre as políticas públicas têm a efetividade necessária ou conseguem responder adequadamente às demandas de saúde. Dessa forma, fica justificada a isenção pretendida, como forma de minimizar os problemas enfrentados por essas pessoas no tocante às suas necessidades médico-assistenciais.

Já a extensão do benefício para os trabalhadores em atividade não é razoável, uma vez que abrangeiria os portadores de todas as doenças arroladas no dispositivo legal alterado, o que poderia representar uma renúncia fiscal importante. Nesse caso, deve-se ponderar que a tributação constitui o instrumento essencial capaz de dotar o Estado das condições materiais indispensáveis para a execução das ações e das políticas públicas, especialmente aquelas que promovem a justiça social.

Por uma questão de isonomia, justifica-se incluir a doença de Crohn no rol das doenças constantes do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988.

No entanto, julgamos ser não recomendável incluir como beneficiários da isenção do Imposto de Renda os trabalhadores em atividade, o que nos leva a apresentar emenda para excluir do texto essa categoria.

Voto.

Em vista do exposto, somos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º

.....
XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e doença de Crohn, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

..... ” (NR)

Esse é o voto e essa é a emenda, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para uma consideração muito rápida.

Primeiro, para cumprimentar a Senadora Ana Amélia pelo relatório do nosso querido amigo, tanto meu como dela e do Simon, o Senador Sérgio Zambiasi, que passou pela Casa como Senador e só não continuou como Senador porque resolveu voltar para a sua atividade de origem, é claro, continuando a fazer política no seu partido. Trata-se de um grande Senador, parceiro de todos nós e que dá mais essa bela contribuição àqueles que sofrem da doença de Crohn. E o relatório deixa bem claro o objetivo do projeto apresentado pela Senadora Ana Amélia.

Havia aqui até uma orientação de um pedido de vista, mas dialogamos com os setores do Governo e, como não é terminativo, podemos aprovar o projeto no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Moka, Presidente desta Comissão, eu quero, na mesma linha do Senador Paim, primeiro, realmente dar o depoimento de todos nós que convivemos com o Senador Sérgio Zambiasi, da forte ação parlamentar dele e do meu Partido, inclusive, ocupando-se de áreas que talvez nem fossem uma especia-

lidade sua, mas, por exemplo, eu e V. Ex^a, que somos médicos, sabemos da importância dele, do alcance social desse projeto.

Portanto, eu quero me manifestar favoravelmente e dizer que é um projeto de muita relevância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, com emenda da Relatora.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Eu vou passar ao item 6, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

Acabamos de aprovar o item nº1.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 20, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.*

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como eu fui Relator também deste projeto na Comissão de Direitos Humanos, eu vou comentar o projeto sem precisar ler todo o relatório.

Sr. Presidente, o projeto ora apresentado pela Cobap visa a termos de forma definitiva, como temos para o salário mínimo, uma política permanente de valorização dos benefícios dos aposentados e também dos pensionistas.

Como no salário mínimo nós temos a inflação mais o PIB, a Cobap, o Dieese e as centrais chegaram a um entendimento para não vincular o crescimento do benefício do aposentado especificamente ao salário

mínimo. E há quem diga que há controvérsias, porque a Constituição Federal proibiria.

Eles tiveram muita criatividade para criar uma nova fórmula pela qual o reajuste seria de acordo com o crescimento da massa salarial do País. Se a massa salarial do País, que é medida pelo próprio Ministério da Previdência, via arrecadação da Previdência e também arrecadação do Fundo de Garantia, teve um crescimento real de 2%, o aposentado ganhará 2%. Se for de 1%, é 1%; se for de 3%, são 3%; se for zero, é zero.

Então, nós teríamos aí de forma definitiva uma política de benefícios para o aposentado e terminaríamos com esse debate permanente aqui na Casa. Nós tínhamos, por exemplo, todo ano, uma guerra em cima do salário mínimo. A inflação mais o PIB resolveu. Ninguém mais questiona. Os trabalhadores entenderam que é um bom critério. E isso poderá ser também uma solução.

Eu pediria a aprovação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Também havia, por parte do Governo – confesso, tenho que alertar para isso, porque avisaram para mim –, num primeiro momento, a posição de pedir vista, mas entende que, como o projeto vai para a CAE, lá então se fará um debate mais aprofundado no aspecto econômico. Quanto ao aspecto social e à relevância até política, há entendimento.

Por isso eu peço a aprovação do projeto, sabendo já, conforme me alertaram, que haverá um debate mais aprofundado na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu vi que na relação há um projeto de que V. Ex^a é Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O de nº 4. V. Ex^a foi gentil passando, deixando por último. Mas, se quiser, por favor, algum Senador pode assumar e V. Ex^a pode fazer a relatoria e concluir, porque ele é não terminativo.

A minha proposta é de fazer isso, porque já limpa a pauta, como nós dizemos. Os demais são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu convido V. Ex^a, então, para presidir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bem. Não era esse o objetivo, mas...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 563, DE 2011

– Não terminativo –

Altera a legislação tributária federal, para permitir a dedução do Imposto de Renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2011.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.*

– Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– O relatório, Sr^a Presidente.

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 563, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, que tem por objetivo permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, de 50% do valor das doações feitas a programas de saúde previamente autorizados pelo Poder Executivo.

A dedução autorizada pela proposição, limitada aos percentuais nela fixados, poderá ocorrer até o exercício fiscal de 2017, mediante comprovação das doações realizadas, na forma do regulamento.

Segundo o autor da proposição, é importante, para efeito de aumento do ingresso de recursos para o sistema público de saúde, estimular a doação do particular – pessoa física ou jurídica – a programas de saúde de interesse do País. Essa já é uma prática adotada em diversos países, nos quais representa importante fonte de financiamento da saúde.

A proposição será analisada por esta Comissão de Assuntos Sociais e, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do que dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a proposição no que concerne à proteção e defesa da saúde. Como a matéria será avaliada pela Comissão de Assuntos Econômicos, a quem compete a análise dos aspectos de adequação econômica, nossa análise restringir-se-á ao impacto da medida proposta na saúde pública.

Então eu sei que isso evidentemente na Comissão de Assuntos Econômicos poderá ter uma discussão mais aprofundada, mas eu procurei analisar pelo mérito aqui da nossa Comissão.

Concordamos com o autor da proposição de que é necessário aumentar o ingresso de recursos financeiros para o Sistema Único de Saúde (SUS). O déficit de financiamento do setor público de saúde é tema fundamental e recorrente na agenda dos governos federal, estadual e municipal, sendo apontado como o principal ponto de estrangulamento do SUS. A recente aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que estabeleceu os recursos mínimos a serem aplicados em saúde, não alterou o quadro atual de subfinanciamento do setor, o que impõe a necessidade de se buscarem formas alternativas de ingresso de recursos para o SUS.

Eu faço aqui um parêntese. Não alterou, porque o Governo Federal não permitiu que se fixasse 10% à sua participação.

O autor da proposição, com a justa preocupação de proporcionar uma fonte adicional de recursos para o sistema público de saúde, propõe medida que incentiva os particulares a realizarem doações a programas de saúde considerados relevantes para a saúde pública, de acordo com a definição do gestor federal do SUS. Esse tipo de incentivo já é promovido na área da cultura e do esporte, por exemplo, mas não tem sido utilizado na área da saúde, que é igualmente deficitária de recursos financeiros e tem especial relevância para a população.

Assim, do ponto de vista do interesse da saúde pública, concordamos que a proposição merece ser apoiada.

Voto.

Em vista do exposto, no mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2011.

Esse é o relatório, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada Senador Waldemir Moka, nosso Presidente, relator desse projeto que altera a legislação tributária federal, para permitir a dedução do Imposto

de Renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Aliás, essa matéria já foi alvo de discussão, aqui nesta Comissão, no passado recente, a respeito dos portadores de câncer – as instituições que trabalham no tratamento de câncer. E o governo acabou aprovando uma medida provisória tratando dessa matéria, concedendo esse benefício fiscal para os doadores.

Está em discussão o projeto que acabou de ser relatado pelo Senador Waldemir Moka. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, por favor, eu estou aqui e quero a atenção do nosso querido Relator, Presidente da Comissão, Waldemir Moka.

Estou aqui com uma orientação do Governo, que é favorável, Senador, ao projeto. E eles propõem aqui duas alterações que eu queria ver se há concordância de V. Ex^a. Então, como me foi apresentada a posição do Governo, eu vou fazer uma leitura rápida – são dois parágrafos – para ver se há concordância.

O referido projeto destina recursos da dedução do Imposto de Renda para programas de saúde de forma mais ampla, merecendo, na visão do Governo, maior detalhamento e aperfeiçoamento. [Aí vem a sugestão]. Sugere-se que os recursos possam ser destinados às instituições de câncer ou de reabilitação, as quais têm demonstrado necessidade maior de investimento nas ações de controle e prevenção da neoplasia e de ações de recuperação de pessoas com deficiência motora.

[Depois dá mais uma sugestão. Essa seria a primeira.] Segundo a análise do Ministério da Saúde, não fica claro se haverá cumulatividade da dedução do Imposto de Renda, uma vez que tanto a pessoa física como a jurídica já possuem mecanismo de dedução no que diz respeito ao gasto com saúde. Dessa forma [aí vem a sugestão, aqui foi só uma explicação], sugere-se explicitar a não cumulatividade da dedução.

Seriam duas sugestões que o Ministério encaminha, mas de pronto dizendo que o Ministério, Presidente Waldemir Moka, é favorável ao seu relatório, propondo essas duas sugestões.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tínhamos acabado de mencionar exatamente a iniciativa do Governo, e ela tem bastante lógica na proposta do Ministério da Saúde.

Com a palavra, antes do Relator, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu creio que todas as áreas da saúde, Senador Paim, merecem incentivo e merecem ajuda. Eu sou especialista em dor, claro, trabalho com oncologia, sei que a oncologia merece, mas a gente sabe que a área de

reabilitação... Hoje nosso trânsito mata mais do que muitas guerras mundo afora, são mais de 40 mil. E para onde vão esses pacientes? E aquelas clínicas de reabilitação, para onde são conduzidos esses pacientes? Então é preciso tomar muito cuidado com isso.

E outra coisa que me preocupa foi o segundo item: que não haja cumulatividade. Mas se a pessoa quiser doar? Eu acho que se quiser doar, já restringe, porque se ele doou, se ele prestou contas, num primeiro momento, do abatimento, quer dizer, ele não vai poder doar? Foi isso que eu entendi. Ele não vai poder doar novamente? Eu acho que não. Aí tira toda a lógica do projeto, tira toda a lógica do projeto. E aí, por exemplo, e as pessoas jurídicas? Também desse jeito... Eu acho que... desculpe, Senador Paim, mas eu acho que do jeito que está, o projeto vai muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar no debate – pelo menos é o que diz sobre o tema a assessoria do Governo que está aqui –, eu não li, o Relator mais do que ninguém poderá dizer, a ideia é não permitir a cumulatividade, para que a pessoa não tenha dois benefícios de dedução. É só isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas aí restringe, Senador.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pelo que eu entendi. É o seguinte: uma pessoa portadora de câncer, digamos. Aí é para quem já é portador de câncer. Então, ela vai deduzir todo o tratamento que tem. Então nós estamos tratando disso. Ela já pode deduzir do Imposto de Renda aquilo que gasta com isso. Então essa pessoa, pelo que está dizendo o Ministério, não poderia fazer uma doação, porque ela já está sendo beneficiada por uma isenção fiscal, se eu entendi.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ela não está sendo beneficiada duas vezes, ela está sendo beneficiada de um e beneficiando outra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, eu entendo o seu raciocínio também. É claro que a visão fiscalista do agente arrecadador é uma, digamos, uma ação que exige mais rigor na definição clara...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que não haja duplo benefício.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ... desse benefício duplo, a cumulatividade a que ele se refere. Eu entendo bem também a sua...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas o Relator poderá – eu acho que ele sabe –, na redação, explicitar e dizer como é que...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu penso que o Relator é que está com a palavra, e nós estamos avançando a competência do Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Senadora, uma questão de ordem. Quero deixar aqui claro o seguinte, veja: quem está doando não está puxando para si algum tipo de benefício, ele está doando. Se ele já foi ou não isentado ou se utilizou de algum... Se eu declaro, se eu usei da saúde, declarei e fui isentado por isso, eu posso também doar ao sistema, ao SUS, e, com isso, também ter esse benefício, pois eu estou doando, ou seja, seria mais um gesto e mais uma ação que eu estaria fazendo em prol do SUS – eu entendo assim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, o Relator, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, por isso que, em meu relatório, disse que, como este projeto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, eu tenho comigo, Senador Paulo Paim, que o Governo poderia mandar esta sugestão – especificamente esta – para lá, porque é a Comissão que analisará o mérito do impacto financeiro e é uma Comissão onde este debate será mais rico, até porque as pessoas que estão lá... Vou citar só um: o ex-Ministro Dornelles, por exemplo, e vários que têm experiência nessa área. Eu penso assim...

Agora, em relação a se especificar o tipo da doença que vai... Eu penso que está respondido quando se diz: “as doações feitas a programas de saúde previamente autorizados pelo Poder Executivo.” Então, na verdade, quem vai dizer onde caberá a doação é o Poder Executivo. Hoje é oncologia; mas, amanhã, pode ser diferente a situação.

Eu acho que o Davim quis, na verdade, deixar um leque de opção para que, onde se precisar mais, o aporte de recursos da doação seja ofertado a essa ou aquela...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu consulto ao Relator, porque a proposta do Senador Paim tem duas vertentes: uma é limitar a dois setores: câncer e recuperação motora – de pessoas acidentadas e tal; a segunda é fiscal mesmo: dizer se alguém... é a questão da cumulatividade.

Se V. Exª puder deixar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se eu puder ajudar para a decisão do Relator. Se eu puder falar um pouquinho antes dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, Senador Paulo Paim e, depois, Senador Cyro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mediante os argumentos do Relator e os do Senador Eduardo Amorim, como este projeto vai, efetivamente, a uma outra Comissão, eu já dialoguei com setores do Governo que podemos, então, caminhar nesse sentido,

ouvindo tanto o Senador como o Relator para que essas mudanças, se tiverem que acontecer, aconteçam na outra Comissão, como eu mesmo propus no projeto que recentemente aprovei aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Acho que é uma boa saída.

Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, obrigado.

Quanto á cumulatividade, eu não vejo mais problema, porque a lei aqui está limitando a pessoa jurídica em 4% e, na física, em 6%.

Então, se já existe um limite de doação, não há que se preocupar com essa cumulatividade. Isso é o que eu penso. Creio que satisfaça o Governo, porque se tem um limite. Não que esteja se beneficiando; ao contrário, como disse o Senador Eduardo Amorim, ela... em função de ter tido uma doença, ela se motivou a ajudar. Como está limitado aqui, acho que não há necessidade de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Foi uma boa contribuição.

Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, o autor do projeto, Senador Paulo Davim, está presente. Eu não mudaria nada. Realmente, fiz o relatório entendendo... Nós conversamos. Creio que esse debate quanto á questão fiscal será travado em uma Comissão onde esse mérito será certamente melhor analisado que na Comissão de Assuntos Econômicos.

Não mudaria meu relatório, não o modificaria e me sujeitaria à votação do Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu apenas consulto – o senhor faria isso também – o autor do projeto, Senador Paulo Davim, que está presente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, eu gostaria de ouvi-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Davim, o Relator, inclusive, quer ouvi-lo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srª Presidente, eu... Primeiro, quero, em rápidas palavras, dizer o porquê deste projeto. A gente está acostumado a assistir doações para instituições filantrópicas. O SUS, que atende 150 milhões de brasileiros, não recebe porque não existe legislação para a saúde. Existe para esporte, existe para arte, a Lei Rouanet, existe a legislação que estimula a doação para outras áreas e não para a área da saúde. O que, na verdade, eu fiz foi uma versão da Lei Rouanet para a saúde. Portanto, está *ipsis litteris* a Lei Rouanet.

Quando chegou a sugestão do Ministério da Saúde, eu tive o cuidado de chamar a Consultoria do Senado para discutir essa questão da cumulatividade. Em nenhum aspecto se caracteriza a cumulatividade de acordo com a avaliação dos consultores da área fiscal do Senado Federal, e realmente não se caracteriza, são coisas distintas. Portanto, acho que não compete nenhuma preocupação nesse aspecto. Qualquer colega Senador que tiver dúvida é fácil: é só entrar em contato com a Consultoria que eles vão explicar direitinho por que não se caracteriza como cumulatividade.

Segundo: na hora em que a gente faz essa lei e coloca para que a destinação seja de acordo com os projetos do Executivo, do gestor da saúde, a gente evita as doações direcionadas. O indivíduo que tem interesse em determinada área direciona aqueles recursos para uma instituição que, muitas vezes, não precisa tanto quanto outras. Então, eu acho que o discernimento da política de saúde deve ser responsabilidade do gestor que está acompanhando em macroescala as dificuldades vivenciadas por cada setor da saúde. Por isso, gostei do parecer e quero agradecer o Relator, porque saúde pública tem que obedecer às prioridades e aos programas determinados previamente pelos gestores. Assim, concordo com o relatório do Senador Moka e o agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Davim, que completou os esclarecimentos conforme o Senador Moka, Relator da matéria. Como não há mais dúvidas e como não é terminativo aqui – vai ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos –, eu coloco em votação o Projeto de Legislação Tributária Federal para permitir a dedução no Imposto de Renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Agora convido o Senador Moka para reassumir aqui a Presidência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem. Eu queria pedir a inversão de pauta para que, como o Senador Cícero Lucena não está aqui, o item 3 fosse apreciado – ele não é terminativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto o Plenário se nós podemos fazer a inversão proposta pelo Senador Eduardo Amorim, que é o autor. O Senador Cyro Miranda já se propôs a ser o Relato *ad hoc*, eu faria a inversão do Item 2, e,

logo em seguida, retomariamos. Apenas, em vez de o segundo, vamos passar a analisar o terceiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para o segundo, com a presença do Senador Vicentinho, minha e do Relator também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Rodrigo Rollemberg já se encontra também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Terceiro. Depois, o segundo. Tudo bem? Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para pedir... Não sei se adapta a agenda sem mexer no que já se mexeu, ou eu peço desculpa. Há duas audiências nas quais tenho que estar: em uma, a Senadora também, que é a do Presidente do BNDES – esta nós convocamos; a outra foi convocada por outros, mas é um projeto em função de projeto meu. E eu tenho um projeto aqui. Queria que o senhor tentasse colocá-lo numa hora em que eu pudesse estar presente. É o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu penso que, como estamos rapidamente... É o terceiro, o segundo, e o de V. Exª é o quinto. O quarto eu já aprovei.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Vamos rapidamente que nós ganhamos tempo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para informar que o relator do item 2 também já está presente, Presidente Waldemir Moka. O relator do item 2 está presente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, na verdade, foi o Senador Eduardo Amorim quem me pediu essa inversão e eu consultei o Plenário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Como não foi lida a ementa, Sr. Presidente, eu vou só ler...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 537, DE 2011

– Não Terminativo –

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por chumbo e ácido sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o relatório, que, na verdade, é do Senador Cícero Lucena.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com muito prazer faço esse relatório, até porque sou muito simpático a esse projeto.

Antes, Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação especial hoje, que é aniversário do Senador João Durval, e dar o nosso abraço ao Senador, desejando-lhe muita felicidade.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas ao saneamento e à proteção e defesa da saúde.

Com relação ao mérito, cabe observar que o autor da proposição argumenta que faltou à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS), mencionar, em seu art. 33, as baterias automotivas e industriais que, por conterem chumbo e ácido sulfúrico, transformam-se em resíduos perigosos, se descartadas de forma inadequada.

Ressalta, ainda, que a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 401, de 4 de novembro de 2008, que trata da logística reversa de baterias, é insuficiente, pois seu art. 4º determina apenas que os estabelecimentos que comercializam baterias chumbo-ácido deverão receber do usuário as baterias usadas. Assim, a responsabilidade desses comerciantes ficaria limitada a simplesmente receber tais produtos. Esclarece, também, que o projeto de lei apresentado visa combater a comercialização de baterias inservíveis, prática que contribui para frustrar os objetivos da logística reversa e dificultar o controle, pelo Poder Executivo, do retorno e da destinação adequada desses produtos. Além disso, o importador passará a ficar sujeito às mesmas obrigações a que estão sujeitos os fabricantes nacionais.

Cabe salientar que os resíduos tóxicos decorrentes dessa baterias, caso haja disposição final inadequada, podem contaminar o solo e o lençol freático. Dessa maneira, existe o potencial risco à saúde humana e torna-se necessária a existência de norma específica para o recolhimento e a destinação final de baterias automotivas e industriais.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Para discutir?

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer, da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2010 – Complementar – Não Terminativo –

Regulamenta o pagamento de adicional de insalubridade e a concessão de aposentadoria especial ao trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo e de varredura de vias e de logradouros.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2011 – Complementar – Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de variação de vias públicas e logradouros.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010 – Complementar, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar, dado o aproveitamento de seu conteúdo, na forma do seguinte Substitutivo.

Observações: – *Votação simbólica.*

O relator é o ilustre Senador, representante do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, ilustre representante do Mato Grosso do Sul.

Em análise, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 155, de 2010 – Complementar, do Senador Paulo Paim, e nº 577, de 2011 – Complementar, do Senador Vicentinho Alves. Ambos tratam da concessão de aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo e de varrição de vias públicas e logradouros. O primeiro deles prevê o pagamento de adicional de insalubridade para os trabalhadores desse segmento profissional. O segundo, por sua vez, inclui, entre os beneficiários da norma, os selecionadores de lixo para fins de reciclagem.

Sr. Presidente, antes de começar a análise propriamente, eu quero parabenizar os dois autores, Senador Vicentinho e Senador Paulo Paim, pelo alto alcance social das matérias.

Análise.

Ao Congresso Nacional compete a apreciação de proposições atinentes ao direito do trabalho e à seguridade social, nos termos do art. 22, incisos I e XXIII, respectivamente, e art. 48, *caput*, da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais, a teor do que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, discutir e votar proposições que digam respeito ao trabalho, à seguridade e à previdência social.

Os projetos em apreciação não apresentam vícios de constitucionalidade verificáveis e nem de legalidade.

No mérito, consideramos louváveis e meritórias as iniciativas, pois oferecem compensações a trabalhadores que exercem a atividade em contato com substâncias que podem ser danosas à própria saúde. São de suma importância para um contingente imenso de trabalhadores, que desempenham com a maior dignidade o trabalho de coleta de lixo e outras atividades afins.

É lamentável que a maioria destes trabalhadores tenha que recorrer ao Poder Judiciário para poder fazer valer direitos que são assegurados em norma de índole constitucional, mas que ainda carece de regulamentação. Nos tribunais, a jurisprudência tem sido preponderante no sentido de que as atividades de coleta de lixo, se exercidas por mais de 25 anos, ensejam a obtenção de aposentadoria especial, embora elas não constem da lista de atividades nocivas à saúde.

É também forte a jurisprudência no sentido de que essa lista não é taxativa, mas meramente exemplificativa, podendo se concluir pela existência de insalubridade, periculosidade ou penosidade, no trabalho desenvolvido, por meio de outros elementos probatórios.

As iniciativas dos Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves são oportunas e complementares. Além disso, abordam o tema sob um novo enfoque legislativo, observando os aspectos formais e de admissibilidade constitucional da proposição.

Atualmente, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, a aposentadoria especial é o benefício a que tem direito o segurado, que tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física.

Assim, o tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com o agente a que o trabalhador foi exposto.

O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no decreto regulamentador.

Consideram-se “tempo de trabalho” os períodos correspondentes ao exercício de atividade permanente e habitual (não ocasional nem intermitente), durante toda a jornada de trabalho.

A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do tempo de trabalho permanente exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário próprio do INSS, Dirben 8030 (antigo SB40), preenchido pela empresa ou seu preposto com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da legislação trabalhista.

Do laudo técnico deverá constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva, de medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho, ou de tecnologia de proteção individual, que elimine, minimize ou controle a exposição a agentes nocivos aos limites de tolerância, respeitado o estabelecido na legislação trabalhista.

Para o segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades sujeitas a condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, sem completar em qualquer delas o prazo mínimo exigido para a aposentadoria especial, serão os respectivos períodos somados, após conversão conforme tabela do Ministério da Previdência Social.

Diferentemente do passado, a nova configuração desse benefício passa a ser um direito do indivíduo e não mais de uma categoria profissional, como a dos médicos, dos cirurgiões-dentistas, dos engenheiros, dos motoristas, cobradores, vigilantes e, no caso desta proposição, dos trabalhadores que exercem atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias públicas e logradouros.

Sendo assim, e nos termos da alínea “b” do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, optamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010 – Complementar, tendo em vista que ele possui a preferência regimental por ser o mais antigo, acrescentando disposições ao texto que explicitam melhor a disciplina da aposentadoria especial e que constam do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar.

A opção adotada está refletida no Substitutivo que apresentamos, o qual incorpora as contribuições dos dois projetos em exame.

Nesse processo de correção e compatibilização das propostas, foi necessário o deslocamento de alguns temas e foi possível a supressão de algumas repetições. Com o Substitutivo, o art. 1º registrará a abrangência da norma; o art. 2º, dispositivos gerais sobre a aposentadoria especial e o cômputo do tempo de serviço; o art. 3º tratará do adicional de insalubridade; o art. 4º, regras sobre o financiamento; e o art. 5º, finalmente, a cláusula de vigência.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010 – Complementar e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar, dado o aproveitamento de seu conteúdo, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social e a concessão de adicional de insalubridade ao empregado que exerça as atividades de coleta de lixo e dejetos, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias e logradouros públicos, sujeito a

condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 2º Será concedida aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo e dejetos, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de ruas e logradouros públicos, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 1º A aposentadoria especial prevista nesta Lei observará o período de carência mínimo de 25 (vinte e cinco) anos e o disposto nos arts. 33 e 49 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e consistirá na renda mensal equivalente a 100% do salário-de-benefício, observando-se, quanto a data de início do benefício, as regras aplicadas à concessão de aposentadoria por idade.

§ 2º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 3º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

§ 4º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, com o tempo exercido em outras condições, segundo critérios estabelecidos em regulamento, para efeito de concessão de benefícios de qualquer natureza previdenciária.

§ 5º Aplica-se o disposto no art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurando aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício da atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial a serem definidos pelo Poder Executivo.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Art. 3º O empregado sujeito ao trabalho nas condições especiais previstas nesta Lei fará jus ao recebimento de adicional de insalubridade, no valor de quarenta por cento do salário básico percebido, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros.

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei será financiado com recursos provenientes da contribuição de

que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cuja alíquota será acrescida de seis pontos percentuais, com incidência exclusiva sobre a remuneração dos segurados sujeitos às condições especiais que justificam a concessão da aposentadoria especial prevista nesta Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o Relatório e o Substitutivo, Sr. Presidente.

Cumprimento, mais uma vez, o Senador Vicentinho e o Senador Paulo Paim pela brilhante iniciativa. Por uma questão regimental, tive que acolher o projeto mais antigo, mas quero dizer que também sou autor de um projeto que já tramita na Câmara colocando o catador de material reciclado na condição de segurado especial da Previdência.

Esse é o Relatório e o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De forma muito rápida. Primeiro, dizer que essa matéria, na verdade, já foi até apreciada por essa Comissão. Mas, como existiam mais projetos que tratavam do mesmo tema, no plenário eles foram apensados. Voltou e caiu nas mãos... um projeto do Senador Vicentinho voltou nas mãos do Senador Rodrigo Rollemberg, que também é um estudioso do tema e construiu um Substitutivo que contempla o projeto do Vicentinho, o nosso projeto e, também, muito daquilo que ele mesmo já tinha feito, e com muita competência, lá na Câmara dos Deputados.

E, se V. Exª permitir, ele também foi muito feliz na argumentação. Prevaleceu o número do meu projeto porque é o mais antigo, mas tanto o do Vicentinho como o meu se fundem com o mesmo objetivo.

Eu, se pudesse... Eu até perguntei se regimentalmente não poderia colocar já autor e coautor? E o autor do Substitutivo seria, naturalmente, um dos protagonistas desse episódio. Mas se não puder, que, pelo menos, conste em ata que esse projeto é de autoria e coautoria – não importa qual o autor, o coautor – de Paulo Paim, Vicentinho e, naturalmente, do autor do Substitutivo.

É só esse o apelo que eu faço, já que é uma matéria que esta Comissão já apreciou e vai continuar debatendo, ainda, no Senado, já que aqui não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sim, Presidente. Meus cumprimentos aos Senadores e Senadoras.

Hoje, aqui, Presidente, nós temos um aniversariante, Senador João Durval, que nos honra com sua presença.

Mas, Presidente, de forma muito rápida, apenas para dizer que, às vezes, pessoas simples e de profissões simples, como é um gari, profissão simples como é um gari, a causa é muito nobre e muito grande, porque é quem cuida de nossas cidades e, como já disse o nosso Relator, em todos os aspectos.

Eu, aqui, quero aproveitar a oportunidade para dizer da minha honra, da minha satisfação de ser um coautor do eminente Senador Paulo Paim, de maneira... O autor é V. Exª. O Senador Paulo Paim tem uma trajetória de vida pública sempre em defesa dessas grandes causas, principalmente em defesa das minorias, que, para mim, são o conjunto, a grande maioria deste País.

Portanto, é um prazer enorme poder participar com o Senador Paulo Paim. Quero agradecer, também, ao Senador Rodrigo Rollemberg, nosso amigo, que relatou essa matéria com bastante brilhantismo. E, naturalmente, em uma matéria dessa natureza, com certeza nós haveremos de contar com o apoio dos Senadores e Senadoras que também pensam de forma igual nesse sentido.

De modo que, aqui, finalizando, eu quero homenagear todos os garis deste País na pessoa de um gari amigo, o que já fiz anteriormente, o companheiro Orlando, da minha cidade de Porto Nacional. Portanto, através do Orlando, um gari superinteligente, que deve a nós estar assistindo, Presidente, pela TV Senado, caso haja a transmissão direta, nós aqui queremos homenagear todos os garis do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, se me permitir. O item 5, que vai ser votado agora...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho, por favor.

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2010 – Complementar, na forma

da Emenda nº 1 da CAS, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Pois não, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, eu consulto V. Ex^a sobre a possibilidade de eu já pedir vista do item 9, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Eu vou pedir vista desse projeto. É possível eu já pedir vista antes ou tenho que esperar?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É possível depois da leitura, logo em seguida à leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, no item 5, a pedido do Governo, o projeto é de minha autoria, o parecer do Senador Cristovam é favorável. Nós fizemos aqui um grande entendimento. Pode ver que praticamente todos os projetos de que participei foram aprovados. Achei adequado eu mesmo pedir a retirada de pauta do item 5 para tentarmos construir um acordo com o Governo e com o Senador Cristovam quanto à redação final.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 424, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Como autor do projeto, regimentalmente, o Senador Paulo Paim está pedindo a retirada.

Eu consulto o Plenário a respeito do pedido do autor. Regimentalmente, é favorável.

Relator, V. Ex^a concorda? (*Pausa.*)

Está retirado de pauta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, pedir desculpas pelo atraso, porque fui participar de três reuniões. V. Ex^a esteve em uma,

mas, como preside a Comissão, teve que voltar imediatamente para cá. Eu participei de mais duas reuniões logo cedo: a da Frente Ambientalista e a da Central Única dos Trabalhadores.

O meu Partido participa de outra central de trabalhadores, Sr. Presidente, mas não significa dizer que não apoiamos todas. Então, quero passar às mãos de V. Ex^a – me comprometi a fazer isso – a agenda legislativa da Central Única dos Trabalhadores, que coloca a pauta dos trabalhadores aqui. Então, como V. Ex^a preside a Comissão que está diretamente vinculada a essa questão, eu passo às suas mãos essa agenda, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O item 7 da pauta.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 515, DE 2011

– Não Terminativo –

Ementa do Projeto: Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 530, DE 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social.

Autoria do Projeto: Senador Casildo Maldaner

Relatoria do Projeto: Senador Armando Monteiro

Observações: – Em 17.04.2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2011, e prejudicou o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2011, que tramita em conjunto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria.

Eu quero conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro para que S. Ex^a faça uma síntese, uma vez que já foi lido, já foi debatido e é turno suplementar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório, como o Presidente disse, já foi lido.

Na realidade, nós estamos considerando que, no mérito, o projeto do Senador Paulo Bauer tem, indiscutivelmente, um grande alcance, porque estimula a participação das empresas e, sobretudo, os investimentos nessa área de qualificação e formação. Estimulando essa participação das empresas, está alinhado às diretrizes, por exemplo, do Pronatec, e a esse esforço que o País deve promover para ampliar a oferta de bolsas e de cursos profissionalizantes. Ao mesmo tempo, para promover esse estímulo, não agrava, com essa incidência da contribuição previdenciária, as despesas realizadas nessa área.

Portanto, eu creio que seja um projeto de grande alcance e de indiscutível mérito e, mais uma vez, eu reitero a nossa posição favorável, com uma emenda substitutiva, que também já foi apresentada.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Na verdade, essa matéria é turno suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo, que é a Emenda nº 2 da CAS, ao Projeto de Lei do Senado n 515, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Essa decisão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Nós temos dois projetos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 342, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, e das duas Emendas que apresenta.

O item nº 10 foi pedido pelo Relator que fosse retirado de pauta. Do item nº 9 vou pedir à Senadora Ana Amélia que comece a leitura. Nós precisamos de um Senador para que possamos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já há manifestação do Senador Vicentinho a respeito dessa matéria, Senador Moka. Então, ele já está com uma previsão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 330, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012.

Observações: – *Votação nominal.*

Mas V. Ex^a tem que ler o relatório para ele pedir a ...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Regimentalmente, tenho que ler o relatório para, posteriormente, haver o pedido de vista.

Eu vou direto à análise, para ser mais objetiva e rápida nessa questão.

Quero dizer ao Senador Vital do Rêgo, autor desse projeto, que tenho tido uma infelicidade. Gosto muito do Senador, nosso Presidente da CCJ, mas este é o segundo projeto seu em que voto pela rejeição. Gostaria de ter algum projeto do Senador em que eu votasse pela aprovação com louvor. A Consultoria Legislativa nos dá orientação técnica, e eu me baseio exatamente nessa Consultoria para emitir os pareceres que dou nos votos nas diversas Comissões. Por isso,

de antemão, explico isso ao Senador Vital do Rêgo, por quem tenho um grande respeito e cuja produção legislativa elogio.

Vou diretamente à análise desse projeto.

De acordo com o Ministério da Saúde, o hospital de grande porte...

Antes, preciso informar: o projeto do Senador Vital do Rêgo altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.

Análise.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um momento, Senadora.

Vou pedir silêncio ao plenário.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É muito conveniente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor. Davim, por favor.

Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

De acordo com o Ministério da Saúde, hospital de grande porte é aquele que tem entre 150 e 500 leitos. Com base nessa informação, é possível vislumbrar dificuldades para que os planos cumpram a exigência em alguns Estados e cidades do País.

Tomando como exemplo o Estado da Paraíba, do Senador Vital do Rêgo, representado nesta Casa pelo autor da proposição, é preciso mencionar que o Hospital de Trauma de Campina Grande, especializado em atendimento emergencial, tem cerca de cem leitos e, portanto, não se qualifica como hospital de grande porte. Da mesma forma, na capital do Estado, João Pessoa, o Centro Hospitalar João XXIII, considerado hospital de referência em cardiologia, conta com apenas 114 leitos e, portanto, também não constitui um hospital de grande porte.

Ademais, salientamos que, em princípio, a classificação por porte das unidades hospitalares não tem vinculação direta com a qualidade dos serviços oferecidos.

Assim, considerando as disparidades regionais, cremos que deve ficar a cargo dos órgãos técnicos e reguladores do Poder Executivo, notadamente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qualificação da atenção hospitalar de urgência e emergência no âmbito da saúde suplementar.

No que tange à técnica legislativa, faz-se necessário apontar o que nos parece ser outra falha do projeto sob análise. A proposição inseriu os §§ 4º e 5º no art. 12 da Lei dos Planos e Seguros de Saúde.

Não obstante, naquele artigo, a única menção à cobertura dos casos de urgência e emergência é relacionada aos planos que estipulam prazo de carência para essa cobertura.

A nosso ver, o correto seria inserir a determinação proposta pelo projeto no art. 35-C, o qual estabelece como *obrigatória a cobertura do atendimento nos casos: de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente (inciso I); e de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional (inciso II)*.

Com relação ao dispositivo que trata da multa a ser aplicada em caso de descumprimento da medida proposta, a lei já dispõe sobre a matéria, nos arts. 25 e 27. Ademais, cremos que, ao fixar a multa no valor mínimo que a lei preconiza, a proposição abrandava as multas já definidas pela agência reguladora. Assim, como esse dispositivo não inova e não contribui para coibir a ocorrência dos problemas que o autor da proposição pretende atacar, seria indicada a sua supressão.

Não obstante, em decorrência dos argumentos anteriormente apresentados, acreditamos que a proposição não deva prosperar.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012, do Senador Vital do Rêgo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está em discussão a matéria. (*Pausa*.)

O Senador Vicentinho já tinha manifestado a intenção de pedir vistas ao projeto.

V. Ex^a poderá fazê-lo agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, muito embora compreendendo a nossa Relatora, por quem tenho muito respeito, a nossa Senadora Ana Amélia, quero pedir vista.

Tenho pelo Senador Vital, assim como ela, um apreço e uma amizade que vêm desde a época da Câmara Federal, como Deputado Federal, assim como também com V. Ex^a – fomos colegas lá. E eu quero estudar melhor.

Portanto, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto o Plenário sobre se algum outro Senador... Vista coletiva. Senador Paulo Davim também.

Nos termos do art. 132... Mas consulto o Plenário sobre o pedido de vista, que é regimental. (*Pausa*.)

Nos termos do art. 132, concedo, de ofício, pedido de vista ao projeto.

Item 8. O Relator é o Senador Romero Jucá, que, infelizmente, não se encontra presente, mas o Senador Paulo Davim será nomeado Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Paim. Desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 441, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatoria ad hoc: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, e das Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações: – Em 22.05.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.

– Votação nominal.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório, que é do Senador Romero Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como inúmeros Senadores terão que ir para outras Comissões, inclusive eu, vou sintetizar o relatório, porque eu, mais ou menos, tinha dado uma olhada, casualmente, nessa matéria, consultei o Governo, o Governo é totalmente favorável. Então só vou ler, aqui, se V. Ex^a permitir, o correspondente à análise que fiz junto ao Governo.

Entendemos que a intenção do autor é estimular o empregador a fornecer mais benefícios a seus empregados independentes ao excluir as despesas com a educação do salário-de-contribuição, isentando, dessa forma, o patrão dos efeitos trabalhistas quanto a esse tributo. Assim, todos ganham. Por fim, a Secretaria de

Relações do Trabalho compreende ser a matéria de suma importância ao aperfeiçoamento das relações do trabalho, e que o Projeto de Lei nº 441, de 2011, deve prosperar no que se refere ao plano material.

Ou seja, aqui já há uma visão do Governo de ser favorável e, conseqüentemente, por visão do próprio Ministério do Trabalho, assegurar que não haverá veto na matéria.

Ninguém perde com essa proposta e, por isso, cumprimento tanto o Senador Pedro Taques, que é o autor da matéria, como o relatório feito, com as emendas, do Senador Romero Jucá.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. (*Pausa*.)

Não havendo quem queria discutir, vou colocar em votação o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, ressalvadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão da Educação.

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

Senador João Durval, a quem cumprimento pelo aniversário. Parabéns! Receba, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, os nossos votos de saúde e muita paz.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vota com o Relator.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, e as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação e da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

A Presidência quer, agora, Senador Paulo Paim, pedir um minuto de atenção.

O Presidente quer normatizar as audiências públicas e a normatização é no que se refere, primeiro, ao número máximo de expositores, que proponho que seja de no máximo seis; e, também, que essas audiências públicas, na medida do possível, tenham um rodízio entre os seus proponentes.

Queria votar isso, porque, normalmente, se houver mais pessoas, aí o próprio requerente terá uma norma interna desta Comissão de que a Comissão não terá mais do que seis expositores.

Queria a aquiescência do Plenário para que isso pudesse vigorar a partir de hoje. Evidentemente, requerimentos anteriormente aprovados não têm essa normatização, até porque as pessoas já foram convidadas.

Consulto o Plenário se isso poderá, a partir de agora, ser uma norma interna desta Comissão?

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, tenho plena concordância com esse encaminhamento que V. Ex^a está dando.

Na Comissão de Direitos Humanos, conseguimos pactuar com todos os membros da Comissão, Senador Paim e demais Senadores que fazem parte

da Comissão de Direitos Humanos, esse procedimento de no máximo seis convidados, e que possa haver aí um rodízio entre os que estão requerendo as audiências públicas. Acho que isso é importante porque possibilita que todos os Parlamentares proponham audiências públicas.

Então, da minha parte, Sr. Presidente, tem o total acordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – *(Falha na gravação.)*... normatização, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estou considerando, então, que essa norma, a partir de hoje, fará parte do Regimento desta Comissão. Senadora Ana Amélia.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não sei se está como extrapauta, mas já foi lido um requerimento meu para uma audiência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, Senadora Ana Amélia, é o último item nosso aqui.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater a regulamentação da lei nº 12.732, de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Os nomes serão indicados posteriormente.

Autoria: Senadora Ana Amélia

O requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra para encaminhar o seu requerimento.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Senador Waldemir Moka.

Este projeto, apenas para lembrar aos colegas Senadores e Senadoras, define que o SUS deve iniciar o tratamento de câncer num prazo de até 60 dias.

Agora vamos discutir a regulamentação desta lei, que já foi sancionada pela Presidente da República – passou por esta Comissão em caráter terminativo – sem vetos. Então, isso é um ganho, porque, ao definir um prazo para o início do tratamento, as garantias de curas são maiores. O câncer requer, identificada a doença, que em até dois meses o SUS inicie o tratamento.

Então, é esse o objetivo: discutir.

E já seguirá, Sr. Presidente, a regra que V. Ex^a acaba de aprovar de no máximo seis convidados, que serão posteriormente encaminhados.

Repito: o objetivo dessa audiência é discutir a forma de operacionalizar a decisão permitida pela lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, se puder haver a definição, porque haverá uma celebração aqui no Congresso Nacional em relação à questão do câncer. Então, se puder haver compatibilização seria oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu farei o possível, mas nesse momento não tem como definir isso, Senadora.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Problemas do Setor da Pesca”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

O requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase. Na verdade, essa é a continuação de um debate sobre a questão do setor da pesca. Na primeira audiência, V. Ex^a mesmo propôs e eu fiquei encarregado de encaminhar o requerimento. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, participaram – era uma aposentadoria especial –, vieram aqui para a audiência representantes dos empresários do setor. Então, achei que o tema teria de ser da aposentadoria, mas me comprometi que os empresários voltariam aqui, mas com as presenças de representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, porque havia muitas críticas e nós não tínhamos como estabelecer o contraditório naquele momento.

Então, de antemão, já peço ao requerente que venham os nomes dos Ministérios da Pesca e Aquicultura

e do Meio Ambiente, para que a gente possa estabelecer um debate com o contraditório nesta Comissão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas, do dia catorze de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Vicentinho Alves, José Pimentel, Romero Jucá, Benedito de Lira e Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência em exercício declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Por conseguinte assume a Presidência o Senador **Paulo Davim** e posteriormente o Senador **Waldemir Moka**. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a instruir o PLS nº 139, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim, que “*altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebida alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica*”, em atendimento ao **Requerimento nº 1**, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, com a presença dos seguintes oradores: **Guilherme Eidt G. de Almeida**, Advogado da Aliança de Controle do Tabagismo; **Luiz Carlos Correa da Silva**, Coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – SBPT; **Carlos Fernando Costa Galant**, Secretário Executivo da As-

sociação Brasileira da Indústria do Fumo – ABIFUMO; **Clayton Faria Machado**, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – SINDHOBAR. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim, Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caros colegas Senadores, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A reunião de hoje destina-se à realização de uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Davim, com o objetivo de instruir o PLS nº 139, de 2012, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco em locais que especifica.

As orientações depois serão dadas pela Presidência.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Adriana Carvalho, advogada da Aliança de Controle do Tabagismo, ACT. Em lugar da Drª Adriana Carvalho, está o advogado Guilherme Eidt de Almeida, da Aliança do Controle ao Tabagismo. Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva, coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, SBPT; Dr. Carlos Fernando Costa Galant, secretário executivo da Associação Brasileira da Indústria de Fumo, Abifumo; Dr. Clayton Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília. São esses os convidados.

Eu gostaria muito de que o requerente desta audiência pública, Senador Paulo Davim, assumisse a Presidência da...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Ministro da Educação, Aloysio Mercadante.

E também na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Davim, nossa agenda é muito difícil de ser cumprida. Estará a Drª Graça Foster, Presidente da Petrobras, também atendendo ao requerimento de minha autoria.

Então, é com prazer que convido V. Exª a assumir a condução dos trabalhos na Comissão de Assuntos Sociais, a pedido do nosso Presidente, Senador Waldemir Moka, que está numa audiência agora também, compartilhando com os senhores as dificuldades que temos para cumprir agendas, todas elas relevantes.

Então, sucesso! Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos. Quero agradecer aos convidados debatedores.

Vamos dar início às exposições.

Convido para fazer uso da palavra o advogado da Aliança de Controle do Tabagismo, ACT, Dr. Guilherme Eidt de Almeida, que disporá de 15 minutos.

O SR. GUILHERME EIDT GONÇALVES DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Bom dia, nobres Senadores. Cumprimento todos os Senadores na pessoa do Senador Paulo Davim, que é uma pessoa que vem demonstrando uma compreensão dos dilemas que o controle do tabagismo enfrenta hoje no Brasil, com uma visão de futuro, ao propor um projeto de semelhante alçada, que hoje vem ser objeto de debate aqui na Comissão.

Represento aqui a Aliança de Controle do Tabagismo, uma ONG que atua no Brasil para implementar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, um tratado da Organização Mundial da Saúde, negociado e aprovado, um dos que mais rapidamente entraram em vigor em todo o mundo, hoje contando com mais de 170 países signatários.

Eu vou expor para os senhores a importância dos pontos de venda para a indústria do tabaco.

Por favor.

A Aliança, como eu disse, tem essa atribuição de buscar promover ações no sentido de diminuir o impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco.

Como eu falei, a Convenção-Quadro tem esse objetivo de proteger as gerações futuras dessas devastadoras consequências dos impactos mencionados da exposição ou do consumo do tabaco. A Convenção

tem o objetivo de trabalhar em duas frentes: na redução da demanda e na redução da oferta do produto.

Com relação à demanda, observamos que políticas direcionadas para a exposição à fumaça ambiental do tabaco, políticas de ambientes livres de fumo, políticas voltadas para a produção de conteúdo dos produtos fumígenos, informações sobre esses produtos – embalagens, etiquetagens, educação, comunicação e conscientização, publicidade, promoção e patrocínio –, também na esfera da cessação do tabagismo e, principalmente, na política de preços impostos. São políticas já testadas, aprovadas e reconhecidas internacionalmente como tendo uma eficácia na redução da prevalência desta que é a principal *causa mortis* já enfrentada pela humanidade, produtora de doenças evitáveis, um dos principais fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.

Na questão da oferta, atua-se também no combate ao comércio ilícito, na venda realizada a menores ou por eles e também na busca de atividades alternativas ao cultivo do tabaco, para atender circunstâncias relacionadas aos agricultores que produzem tabaco e que possam vir a ser um dia impactados, afetados pela redução da demanda global.

Nós não estamos tratando de uma indústria qualquer. A indústria do tabaco há muito tempo se despiu da pele de cordeiro. Como disse bem a Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr^a Margaret Chan, hoje a indústria do tabaco mostra seu rosto e suas táticas, deixa bem à vista seus dentes. E nós no Brasil temos observado como essa atuação tem sido incisiva no combate a todo e qualquer tipo de política pública de saúde, com orientação para a redução da epidemia do tabaco no País.

Na questão da publicidade, especificamente, a indústria do tabaco hoje faz um trabalho direcionado para o que a gente conhece como sendo uma publicidade 360°. Tudo é publicidade.

A partir do ano 2000, com a restrição da publicidade nos meios de comunicação, nos magazines, nas revistas, o ponto de venda se tornou o principal elemento de propaganda, de promoção de um produto. O ponto de venda, junto com as embalagens. Nós vemos cada vez mais uma sofisticação na produção desses pontos de venda.

Próximo, por favor.

Hoje em dia, é claro que a visão nossa tem essa percepção. Oitenta e três por cento da percepção humana vem pelos olhos, pela visão. E eles têm uma capacidade de escanear, de visualizar, muito rápida, de 100 km/h, as mercadorias que estão expostas num *stand* promocional.

A questão do ponto de venda se tornou, então, uma estratégia, porque ela congrega, em um espaço concentrado, tudo que se precisa, os elementos essenciais para se decidir a compra. Você tem o consumidor, o dinheiro, o produto ali expostos. E esse índice de decisão do ponto de venda no Brasil é o maior do mundo. Oitenta e cinco por cento de todas as compras realizadas são decididas no ponto de venda, não são previamente, anteriormente elaboradas ou planejadas.

Então, essa questão da produção e da arte visual dos pontos de venda tem ganhado uma notoriedade, principalmente agora, com a Lei nº 12.546, que proibiu a propaganda nos pontos de venda, que era o único local ainda autorizado até a vigência desta lei, no sentido de então tirar a possibilidade de a indústria promover o seu produto no ponto de venda, permitindo apenas e tão somente a exposição do produto, por enquanto.

O consumidor infantil, como diz Regina Blessa, uma publicitária especializada em *marketing*, em *merchandising* infantil, é hipervulnerável nesse contexto. É possível perceber uma dilatação na pupila das crianças e uma infalível atenção aos detalhes das embalagens, dos personagens, os altos índices de memorização que podem causar uma impressão que talvez para sempre fique registrada com relação ao posicionamento daquele produto numa correlação positiva, criando uma imagem positiva daquele produto tão bem elaborado das embalagens, tão bem coloridas, como teremos oportunidade de ver.

A questão da visibilidade dos cigarros e do material promocional para as crianças é mais acentuada, conforme pesquisa realizada pelo Datafolha em 2010, nos estabelecimentos situados em áreas com IDH elevado, estabelecimentos de grande porte e nas padarias em geral. Ela também é mais acentuada nos estabelecimentos que possuem escolas por perto, cerca de 85%, em comparação com 73% entre outros que não possuem escolas nas suas proximidades.

Vocês podem ver a disposição dos produtos, em geral, em qualquer ponto de venda. É usual que eles estejam sempre associados, como é possível visualizar nessa imagem, a outros produtos – *bombonière*, chicletes –, criando uma aparência de normalidade naquele produto, criando uma similaridade, uma identificação com produtos de uso corrente, normal, e de uso infantil, principalmente. As cores chamam muita atenção das crianças. E o uso de instrumentos para promover esses produtos. Você vê sempre a associação, a venda casada de outros itens, o que é vedado por lei, pelo Código de Defesa do Consumidor. São bases para iPods, *headphones*, mochilas, dentro de uma estratégia de promoção do produto, e isso para um adulto consciente, que é par quem as indústrias

dizem que vendem seus produtos, direcionam suas estratégias de *marketing*.

Dentro dessa pesquisa do Datafolha, ficou registrado, então, que a maioria dos estabelecimentos, cerca de 83% deles, os cigarros ficam próximos a balas, chocolates, doces, e esse percentual atinge quase a totalidade quando se trata de padarias ou de estabelecimentos de grande porte, situados em regiões de IDH muito elevado. Em 93% desses locais, os cigarros ficam próximos aos caixas, ao ponto de pagamento, de compra.

Quarenta por cento dos representantes dos estabelecimentos admitem receber algum tipo de incentivo dos fabricantes para a venda de cigarros, mesmo patamar encontrado para refrigerantes e bem superior a outros produtos, como chocolate, por exemplo, em torno de 17%.

Mais uma vez, outros exemplos de pontos de venda com essa associação de diferentes tipos de produto, e o cigarro bem elaborado, num *display* moderno.

Por favor.

Cerca de dois terços dos estabelecimentos pesquisados possuem material promocional de cigarros, em geral próximo à área de exposição do produto. E há destaque para a presença do material promocional entre as padarias, como já mencionei antes, esses estabelecimentos de médio e grande porte situados nessas áreas de IDH elevado.

Bancas de jornal constituem um segmento próprio à propaganda de cigarro. E os fabricantes fazem um esforço nesse nicho, nesse tipo de estabelecimento, em que há um canal de exposição para produtos derivados de tabaco com a proximidade de outros produtos de interesse do público infantil. Aí você vê a exposição dentro de uma padaria e bancas de jornal, que são pontos usuais do comércio de cigarro, sempre nessa associação com elementos de apelo ao público infantil.

Você vê, por exemplo, essa estratégia de *marketing*: “Vou realizar meus sonhos? Talvez”. E uma setinha sugerindo o consumo daquele produto fumígeno, numa estratégia de *marketing* e propaganda, então, que hoje é vedada por lei, mas que ainda acontece.

Anteriormente à vigência da lei, você tinha possibilidade de ter *displays* de pontos de venda bem elaborados como esses vendendo um produto. Se você observar essa caixinha de Lucky Strike e observar uma caixa de Halls preto, a similaridade entre esses produtos é muito próxima. A imagem, na cabeça de uma criança, é quase a mesma coisa.

Vamos dizer assim, num sentido de esgarçar o contexto da lei de pegar a restrição que havia para a publicidade de produtos somente nos pontos de venda, até a vigência da Lei nº 12.546 muitas estratégias

foram elaboradas no sentido de criar pontos de venda fictícios, como uma modelo muito bem situada, comercializando seus produtos nas festas, nas baladas, em pontos de venda, em cabeleireiros, em lojas, em eventos, para possibilitar que esse produto fosse divulgado dentro dessa estratégia de venda de comunicar a mensagem no ponto de venda.

Você vê a elaboração das embalagens cada vez mais sofisticadas, ganhando espaço então nessa produção de uma mensagem, de uma comunicação visual, para atrair o interesse dos consumidores. São embalagens que nós temos, e vocês podem encontrá-las em qualquer ponto de venda, muito bem elaboradas.

E há essa questão do patrocínio e abuso, da violação do conceito da lei, do esgarçamento do sentido da lei, mais uma vez, promovendo eventos continuamente, promovendo rodeios, festas, vamos dizer assim, procurando estabelecer espaços de publicidade onde a lei não permite.

Nesse sentido, vamos trazer alguns dados, rapidamente, para mencionar então os números referentes ao tabagismo e à importância dessa medida, desse projeto de lei que vem ser debatido aqui, porque hoje temos 1,3 bilhão de fumantes. A estimativa é de que, até 2025, sejam 1,5 bilhão de fumantes, se nenhuma medida eficaz for adotada pelos países.

Há 25 milhões de fumantes no Brasil, 5,4 milhões de mortes anuais no globo, 130 mil delas aqui no Brasil, todo ano. Vinte e um bilhões de reais são gastos pelos serviços de saúde em tratamento. É uma pesquisa feita pela Fiocruz, em parceria com a ACT, apontando os gastos com tratamento somente das doenças diretamente relacionadas ao tabagismo, não considerando, então, as relacionadas ao tabagismo passivo, aquelas indiretamente provocadas pelo consumo de cigarro.

Noventa por cento das pessoas começam a fumar antes dos 18 anos. Então, todas aquelas estratégias de comunicação visual, de promoção nos pontos de vendas são claramente direcionadas ao público infantil. Você vê aumento do consumo nos países em que existe menor nível de regulamentação vem ocorrendo, da migração do consumo global para os países em desenvolvimento – sudeste asiático e China –, crescendo também em outras regiões do globo onde existe esse déficit de regulamentação.

A prevalência nos segmentos menos favorecidos, com menos escolaridade, é uma característica dessa configuração da epidemia do tabaco no Brasil, hoje.

Por favor.

Com a evolução das políticas públicas no País, houve uma sensível redução da prevalência, uma grande redução da década de 80 para 20 anos depois, de quase 50%.

Agora, ainda existem espaços para avançarmos, como a questão de você se defrontar com a necessidade de reduzir a aceitação social do tabagismo, de tirar a normalidade do produto e da indústria. Porque nós não estamos tratando de uma indústria qualquer. Não é uma indústria que tenha o direito de colocar o seu produto à exposição em qualquer lugar. Não deveria ser, não fosse já um produto amplamente difundido, com grande número de pessoas adictas.

Em qualquer sociedade moderna que viesse a se regulamentar esse produto, ele não poderia entrar na vida social da forma como já está hoje, sem regulamentações efetivas, para conferir, então, essa condição de que não se trata de um produto normal, corrente. É um produto que causa morte, que é responsável pela maior epidemia já registrada pela Organização Mundial da Saúde.

Então, mostrar que o tabaco não é apenas um problema individual, mas que ele afeta toda a sociedade. Esse é um desafio que temos, buscando envolver, então, outros setores para uma mudança de paradigma, que se faz necessária, reconhecendo que a interferência da indústria do tabaco nas políticas de controle do tabagismo é um dado concreto.

Temos relatos, que podemos trazer para os senhores aqui, de como isso vem sendo realizado no Brasil hoje de forma bem efusiva, eu diria até.

Por favor.

Mas nós temos horizontes. Nós temos novas estratégias, e este projeto trata de algumas delas, mas também da questão das embalagens genéricas. Este é o próximo caminho, o próximo passo para o Brasil: caminhar no sentido de termos embalagens genéricas, para reduzir ainda mais a atratividade.

Hoje em dia a embalagem, como vocês puderam observar nas imagens que trouxemos aqui, são um instrumento de comunicação visual chave para a promoção do produto.

A Austrália já vem avançando nesse sentido, Reino Unido vem avançando nesse sentido, e o Brasil precisa também ter essa perspectiva em seu horizonte, para políticas de controle do tabaco.

Não se trata de uma indústria qualquer. Ela precisa de limite. Nós temos que reconhecer isso, as autoridades públicas devem reconhecer isso, o Governo Federal deve reconhecer isso.

Recentemente, tivemos uma tramitação nesta Casa Legislativa, da Medida Provisória nº 540, que, dentro do movimento de interferência da indústria, quase derrubou por terra toda a política nacional de controle do tabaco, com alterações que a fariam perder a sua força, dentro de uma linguagem completamente enviesada, favorável aos conceitos de interesse da

indústria. Naquela oportunidade, conseguimos fazer com que uma política, que vem sendo trabalhada amplamente nesta Casa, inclusive, no Senado Federal, dentro de alguns projetos de lei que tramitam por aqui, fosse então aprovada, que se trata da Lei de Ambientes Livres de Fumo. Temos sucesso na efetivação das leis estaduais de ambientes livres de fumo em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e em outros Estados onde estão sendo implementadas. Em Brasília, aqui, em nível federal, um bloqueio dentro das Casas Legislativas, tanto na Câmara como no Senado, impediu a efetiva tramitação desses projetos. É uma série de estratégias regimentais, é o jogo político, sabemos que funcionam dessa forma, mas sentimos a necessidade de uma maior decisão de Governo em cima deste tema.

Nesse sentido, sentimos falta da regulamentação da Lei nº 12.546, que, apesar de ter sido há mais de 16 meses sancionada pela Presidente, ainda não foi regulamentada. Essa lei é crucial para efetivação, para capacitar as vigilâncias sanitárias estaduais para cumprirem essa Lei de Ambientes Livres de Fumo e também a questão da propaganda nos pontos de venda, porque ainda não devidamente regulamentada na lei a questão da exposição dos produtos, como se dará esses produtos. E onde não tem regulamentação, a indústria expõe os produtos da forma como ela bem entende, continuando a influenciar as nossas crianças, os nossos filhos e estimulando o consumo de um produto que causa a morte de um em cada dois consumidores.

Então, nós temos este desafio: regulamentar a Lei nº 12.546, e reconhecer que a indústria do tabaco muda suas táticas conforme as circunstâncias, mas a sua estratégia é única: manter o lucro de seus acionistas e vender cada vez mais cigarros, custem as mortes que custarem. Não podemos ficar reféns dessas estratégias e dessas interferências, que são concretas.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Guilherme.

Vamos ouvir a exposição do Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva, coordenador da Comissão de Tabagismo, na Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA DA SILVA – Bom dia a todos.

Inicialmente quero agradecer a gentileza e a consideração do convite feito para a nossa Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

O nosso Presidente, Jairo Araújo, não está aqui presente. Quando presidente dessa mesma sociedade, de 2000 a 2002, na minha gestão, criamos a Comissão de Tabagismo. Este tema, entre as sociedade médicas, é uma questão que já transcende algumas

décadas. Nós médicos já assistimos ao produto final, o momento final da cadeia do tabaco e do tabagismo nos hospitais, nas UTIs, nos ambientes de saúde. Nós vemos as consequências da saúde, que não são as únicas que esta questão implica.

Hoje, eu, como médico, estou, de certa forma, olhando muito mais para a ponta da prevenção do que para a ponta simplesmente da medicina medicamentosa, transplantadora. Eu trabalho em Porto Alegre, na Santa Casa de Porto Alegre, no pavilhão Pereira Filho, o primeiro hospital que fez transplante de pulmão no País e no Hemisfério Sul. Nós vemos de perto o que é o sofrimento de uma pessoa que fumou ao longo de sua vida, lá na frente teve um enfisema grave, insuficiência respiratória, e o transplante foi a última e derradeira intervenção que ela obteve.

Nós sabemos que o número de pessoas com enfisema que faz transplante é ínfimo. São muito poucos casos, porque a maioria não tem indicação ou não tem condições. E as pessoas encerram as suas existências no leito, com oxigênio, falta de ar. Quem já sentiu falta de ar sabe bem o que é o sofrimento de uma pessoa que não tem a mínima perspectiva de alívio, de melhora.

Eu não quero ser dramático, não quero ser pontualista na questão da saúde, porque nós aqui estamos hoje para discutir algo que talvez seja muito mais importante que essa ponta da doença, que é a ponta de não entrar nesse caminho.

Hoje o que foi mostrado pelo Dr. Guilherme é que a exposição, a visibilidade é muito grande. O jovem se deixa influenciar muito pelo que ele vê, pelo que ele é estimulado. Quem tem filho adolescente ou que passou ou vai passar por essa fase sabe muito bem o que se passa com a juventude de hoje. O nosso mundo sob o ponto de vista de comportamento, principalmente para quem não tem ainda uma formação mais definida pela fase de vida que a pessoa está quando muito jovem, o nosso mundo hoje – é dito por muitos pais que assisto no meu consultório – o nosso mundo está muito doido. Está muito doido quer dizer que hoje criar um filho é extremamente complicado.

Esse setor do tabaco e do tabagismo é um deles. É um deles, mas é o mais importante, porque é o setor que podemos influenciar mais. O tabaco e o tabagismo têm como consequências danos que são “preveníveis”. Nós podemos prevenir. É diferente de outras circunstâncias que ficam mais complicadas essa intervenção preventiva. Para prevenir, deve-se agir lá na raiz, na primeira fase em que o jovem está se expondo – e é exatamente o que estamos aqui discutindo hoje – à visibilidade e à indução.

Eu fiz um discurso de 500 folhas, claro que não vou ler, vou poupá-los disso, claro, mas vou pinçar

algumas coisas que eu acho que são importantes e que eu, como médico não via há algum tempo, porque eu estava simplesmente no consultório e no hospital recebendo pessoas já enfermas. Hoje, por várias questões, estou indo a outros setores de assistência à saúde que, principalmente, estão se envolvendo com políticas e com o direito que as pessoas têm à sua preservação de saúde.

Não vou falar do balanço financeiro do negócio do tabaco, porque já está mais do que medido. Os Governos gastam mais do que arrecadam. As informações que eu tenho aqui, não vou repetir, o Dr. Guilherme já as mencionou, mas as fontes que estão aqui são do próprio Governo. O que se arrecada com a exportação de folha, que é o principal, não cobre nem 10%, ao redor disso, do que se gasta e se gasta com saúde só, eu nem vou falar de outros gastos, porque morte não tem preço. Abreviar 10 a 15 anos de vida de uma pessoa porque ela fumou, não tem preço. Não temos como colocar preço nisso aí.

Eu não vou falar das pessoas, do agricultor do fumo, porque é um escudo que a indústria frequentemente coloca, dizendo que ele vai ser prejudicado, que ele vai morrer de fome. Enfim, é uma cantilena que cansamos de ouvir. Quem convive com o produtor de fumo, com o plantador, e muitas pessoas com quem nós temos conversado convivem e veem bem qual a realidade deles. Na cadeia, é quem ganha menos. Na cadeia, é quem trabalha mais. Nessa cadeia, de ponta a ponta, é quem produz mais e quem se prejudica mais, porque doenças que eles têm não são computadas; são escondidas.

Não vou falar em danos ambientais, porque esse realmente não é o nosso tema de hoje, mas sabemos bem quais são esses danos.

Existe algo que diz respeito à saúde que é a questão social, que é o tabagismo como porta de entrada para outras dependências, porque isso existe. A gente sabe que existe. Isso está bem medido. Os usuários de *crack*, todos fumaram cigarros e continuam frequentemente. O alcoolismo dificilmente se dissocia do tabagismo. Então, essa interdependência tem muito a ver obviamente com a fragilização que o indivíduo, dependente químico que se torna, ao começar a fumar lá nos primeiros anos da adolescência, que depois percorre caminhos obviamente para outros danos.

A doença tabagismo é um problema sobre o qual temos que refletir. Uma pessoa, quando começa a fumar e persiste e se torna dependente químico e psicológico – e outros tipos de dependência que surgem –, essa pessoa perde o seu poder de decisão. Ela não vai fumar na sequência dos seus próximos anos de vida porque ela quer. É porque ela não consegue pa-

rar. Quem fuma sabe o que eu estou dizendo, porque realmente se nós perguntarmos para um fumante se ele gostaria de parar de fumar, ele vai dizer que gostaria. Oitenta por cento aproximadamente é este índice de resposta: “sim eu gostaria de fumar, mas eu não consigo”. E aí vem uma serie de questões até muito individuais dessa pessoa, que giram em torno daquela continuidade da nicotina no cérebro, cigarro na boca. E é assim que essa pessoa consegue enfrentar a sua lide diária. Ela perdeu aquela independência, aquele livre arbítrio, como dizem alguns juristas, ainda demonstrando, por um lado, a sua falta de conhecimento técnico e científico e, do outro lado, o seu viés de interpretação.

Há uma outra coisa que eu até fico envergonhado de dizer, envergonhado de certa forma. Quando ninguém fumar no mundo, certas doenças do setor respiratório, que é a minha especialidade, vão existir numa frequência muito baixa. A assistência médica vai ter uma redução muito grande de pessoas enfermas. Isso significa menos ganho, menos renda para o médico. Não resta a mínima dúvida. Mas a saúde tem uma série de enfoques. Se eu disser para vocês que hoje eu atendo mais pacientes na linha de prevenção do que na linha simplesmente assistencial, medicamentosa e de procedimentos, eu atendo mais pessoas hoje exatamente na busca de prevenção, que eu acho que é um caminho que já existe e um caminho em que temos que crescer cada vez mais.

Então, hoje eu concebo o tabagismo como uma doença que tem como principal característica a dependência da nicotina, mas, no entanto, existem muitos outros fatores relacionados com essa doença, fatores psicológicos, comportamentais, culturais e outros. E há um fator que é, eu diria, a indução continuada de uma mídia às vezes quase invisível. Essas pessoas, no início, participam de eventos, enxergam no ponto de venda, aonde vão elas enxergam. E eu já tive pacientes que eu já ajudei a parar de fumar que diziam: “mas, doutor, eu estou parando de fumar, mas, onde eu vou comprar o pão, está lá o cigarrinho me abanando; ande eu vou, tem lá uma carteira de cigarro, que está lá me enxergando e me chamando”. Eu digo: “isso aí é uma visão também muito relacionada ao processo que você está passando. Na verdade, esse estigma vai existir, mesmo que você não enxergue essa carteira de cigarro. Já está dentro da sua cabeça”. Eu digo do dependente químico. O jovem, não está muito na cabeça dele. Uma criança, não está muito ainda no início. Está no olho dela. Está na percepção dela.

Por isso, voltando ao principal do nosso debate de hoje, a visibilidade de fumo – eu estendo –, de ál-

cool e de outras questões que não são o nosso foco de hoje, essa visibilidade deve ser modificada.

A Organização Mundial de Saúde tem divulgado insistentemente que as maiores causas de mortalidade humana são as doenças crônicas não transmissíveis, muitas delas relacionadas com o consumo e a exposição à fumaça de tabaco.

Aqui eu lembro que a Presidenta Dilma, em setembro de 2011, naquela reunião da ONU em que o foco era a discussão dessas doenças, afirmou e confirmou que o Brasil estaria, nos próximos anos, trabalhando arduamente para controle dessas doenças. E como a gente sabe que o tabaco e o tabagismo são o pivô muito forte dessas doenças, está implícito no que ela disse: o Brasil tem de se direcionar para o controle do tabaco e do tabagismo.

Essas doenças, para quem não está acostumado na nossa área, são as doenças cardiovasculares como o infarto do miocárdio, que é uma das maiores causas da mortalidade, o câncer de pulmão e em outros locais, o acidente vascular cerebral e encefálico, mais conhecido como derrame cerebral, e a doença pulmonar obstrutiva, que é o enfisema, a bronquite crônica do fumante.

Isto foi medido por uma equipe de estatísticos e de epidemiologistas: se o cigarro desaparecesse da nossa vida, seguramente todas essas doenças reduziriam no mínimo em 30%, todas. Câncer de pulmão e enfisema diminuiriam em 90%, porque são duas situações muito estritamente relacionadas com o tabagismo. Embora todas as outras sejam, em outras há muitos fatores que também interveem. E eu falei só em controlar o tabagismo.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA DA SILVA – Eu vejo que, quando falamos em controlar o tabagismo, nós temos que controlar também outras questões de uma vida saudável, como exercício, alimentação saudável e uma série de outros itens que nunca vão deixar de fazer parte.

E eu verifico uma questão interessante. Naqueles pacientes – mas são doentes – que eu ajudo a parar de fumar, quando param de fumar, se eles fazem exercício, se eles cuidam da dieta, isso facilita esse estilo de vida saudável de ser mantido. Porque eu não acredito que uma pessoa sedentária, obesa, que não faz exercício nenhum, que come mal e que fuma muito só parando de fumar vá se beneficiar tanto quanto se ela cuidar dos outros fatores de risco. É obvio que isso faz parte de um conjunto, um conjunto que a educação deve assegurar.

Sobre o tabagismo passivo, eu só vou mencionar um fato que é incontestável. A Irlanda do Norte, em 2003, a partir dessa data aproximada, proibiu fumar em ambientes fechado. Poucos anos depois, as medidas epidemiológicas mostraram que o infarto do miocárdio diminuiu 30%. Só por essa intervenção. Isso foi constatado no Uruguai, foi constatado em outros países que já têm essa política há mais tempo.

Então, os dados são claros e contundentes. O tabaco e o tabagismo causam tantos danos à saúde que chega a ser inacreditável a sua manutenção como produto ainda autorizado oficialmente pelo Governo. É surrealista sob esse ponto de vista da racionalidade. E ainda consumido pela sociedade, graças a essa questão toda que já foi mencionada. E pior ainda: até incentivado para seu desenvolvimento pela falsa ideia de que traz benefícios financeiros. Eu acho que até traz e muitos. Mas para quem? Para quem traz benefícios financeiros?

Se o tabaco fosse um produto novo, que estivesse sendo cogitado para entrar no mercado, não teria a mínima chance de ser autorizado pelos setores competentes de qualquer governo, nem para produção, nem para consumo. Certamente não receberia alvará, pois não passaria em nenhum teste de segurança. Isso é claro. Se a ele fossem aplicados os mesmo critérios a que se submetem produtos como alimentos e medicamentos.

O que está se observando ainda é que existe uma proteção descabida a esse setor. E isso por um único motivo: gera muita renda para alguns poucos e alimenta interesses de outros.

Para encerrar, vou só colocar algumas questões da nossa Sociedade Brasileira de Pneumologia. E aqui também posso dizer que represento a Associação Médica Brasileira. Sou membro da Comissão de Tabagismo da AMB e posso dizer que estou aqui representando o pensamento dos médicos deste País.

Não podemos mais postergar a aprovação e a regulamentação de leis que protejam o direito mais sagrado da existência: o direito à vida, mas a uma vida saudável, produtiva e com qualidade, em que o tabaco não tenha espaço. Temos de proteger mais nossas crianças, nossos jovens, para que não iniciem a fumar, pois esse é um caminho para muitos problemas.

Tornar os ambientes realmente 100% livres do tabaco é algo assim que ninguém discute mais. Estimular e apoiar fumantes pela cessação, eu diria, claro, que é necessário e fundamental, mas não é certamente o foco principal.

Eu, no consultório, faço muito isso aí, porque é uma demanda. E o principal de tudo, neste momento,

além desse PLS nº 139, é a regulamentação da Lei nº 12.546, a Lei Antifumo.

Então, queremos manifestar ao Senador Paulo Davim e aos seus pares que somos totalmente a favor do projeto, que possibilita darmos mais um passo nesse longo caminho do controle do tabagismo e da melhora da saúde e da vida no Brasil.

Precisamos que o Governo dê um grande sinal de estar comprometido incondicionalmente com a saúde e com a vida dos cidadãos brasileiros. Chega de posições diplomáticas camaleônicas. É indispensável assumir o papel de verdadeiro representante e defensor da saúde do povo. Trata-se também de credibilidade. Essa é uma exigência da representatividade.

Faz-se indispensável que as lideranças de Governo privilegiem o direito fundamental que todos têm à saúde. Assim, se constrói a verdadeira democracia do povo e para o povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Vamos ouvir o Carlos Fernando Costa Galant, Secretário Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS FERNANDO COSTA GALANT – Obrigado, Senador. Bom dia a todos.

Eu vou fazer uma apresentação.

Poderia puxar para o início, por favor, pois está adiantado. Vá para o primeiro eslaide, por favor. Obrigado.

Bem, o foco desta audiência pública é discutir toda a questão do PLS nº 139, de 2012, que busca a restrição de ambientes, em termos da possibilidade de sua comercialização.

É importante destacar inicialmente que todos os locais que são foco deste projeto de lei do Senado já estão discutidos. E como já foi até mencionado aqui nesta plenária, a Lei nº 12.546, de 2011, que especifica isso, apesar de não estar regulamentada, já determina a proibição de pôster, painéis, cartazes etc. nesses pontos de venda.

Também há de se destacar que o que é divulgado no ponto de venda pela indústria está estritamente dentro da lei. A indústria, inclusive, faz questão de divulgar, junto ao varejo, toda a proibição legal de venda para menores de 18 anos. É lei que menor de 18 anos não pode comprar e consumir produto derivado de tabaco. Então, é lei, não é uma suposição. É proibido.

E a indústria procura conscientizar, de diversas maneiras, através do seu material, os varejistas do comércio dessa proibição, com *folders*, com cartazes e inclusive no produto que é distribuído, com advertências.

Outro ponto importante a destacar, que não foi mencionado, mas é importante que se destaque: quando esses cartazes que têm o produto no ponto de venda específico, divulgados dentro da lei, eles trazem todas as advertências que são exigidas pelo órgão de saúde, com imagens, com fotos, mostrando os riscos de consumo daquele produto. Então, também é importante que isso seja destacado.

Próximo, por favor.

Eu queria dar uma ênfase e um foco do projeto. Nós temos hoje em torno de 444.400 varejos em todo o País. Se for proibida a comercialização, em todos os varejos do País, desse produto legal – é um produto legal como qualquer outro produto –, da indústria legalmente estabelecida no País, que tem autorização legal para comercializar o produto, cujo varejo também atua de maneira legal, nós vamos ter uma redução drástica, se ficar restrito a tabacarias, nós vamos ter para menos de 1.100 tabacarias. Isso é um impacto drástico em toda a cadeia produtiva, desde o início da cadeia até o varejista, que vai comercializar o produto. Então, é importante destacar isso para que fique bem claro o impacto que este projeto pode ter.

Como eu havia dito antes, a Lei nº 12.546 já trabalhou na regulamentação dessas questões todas. E a Lei nº 9.294, que é a lei anterior, que fixou a proibição, também estabelece regras muito claras e muitas específicas sobre isso. Esse primeiro ponto que eu gostaria de abordar.

Próximo eslaide, por favor.

Eu queria citar alguns números do setor. Depois, mais adiante, eu falo um pouquinho sobre alguns dados que foram citados aqui. Como eu disse, são em torno de 444 mil varejos. São recolhidos em torno de 8,5 bilhões em tributos; 15,1 bilhões em faturamento anual pelos varejos. Representa em torno de quatro bilhões para a balança comercial brasileira. Nós temos em torno de 180 mil famílias de fumicultores, que são operantes no início da atividade produtiva, na plantação, que gera uma renda de 4,5 bilhões em renda para os fumicultores.

Aqui quero destacar a importância: se fosse, vamos dizer assim, um setor que não gerasse atividade, que fosse tão pernicioso ao pequeno produtor, ele não estaria nessa atividade. Então, é importante dar um destaque nesse aspecto.

São, no Brasil, em torno de 700 Municípios produtores de tabaco; cinco mil Municípios com renda tributada gerada pelo comércio do tabaco; 30 mil empregos diretos só na indústria formal; 1,5 milhão de empregados no setor varejista; e 2,5 milhões, mais ou menos, de empregos em toda a cadeia produtiva.

Esses são alguns dados do setor, que mostram a sua relevância em termos de empregabilidade, em termos de renda, em termos de acessibilidade a crédito e a outros fatores importantes. Então, são números que não podem ser desprezados. São números significativos, que impactam em toda a cadeia produtiva.

Por favor, o próximo.

Nós fizemos algumas estimativas e trouxemos alguns pequenos exemplos para mostrar o impacto que vai ocorrer caso o projeto seja implementado. Os atuais 8,5 bilhões arrecadados com tributos relativos ao setor se tornariam 25,5 milhões, uma redução drástica; e os 15,1 bilhões de faturamento anual pelos varejos se tornariam em torno de 45,3 milhões.

Aqui cito alguns exemplos só para dar uma ideia da arrecadação em Estados. Nós temos estimativas disponíveis para todos os Estados brasileiros. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte perderia 59,3 milhões do total da sua arrecadação caso o projeto seja implementado. O Estado do Ceará perderia 17,5 milhões do total da sua arrecadação. O Estado do Rio Grande do Sul perderia 120,5 milhões do total da sua arrecadação. São alguns impactos da restrição, que a lei já protege, a lei já dá toda essa restrição.

Hoje, a propaganda é extremamente limitada, é realizada dentro do que permite a lei e ela traz uma série de limitações. Esse projeto, sendo implementado, vai gerar esse impacto, reduzindo o número de varejos para em torno de 1,1 mil tabacarias, que comercializariam isso, gerando uma disfunção até no critério, uma concorrência ineficaz, uma concorrência desleal dentro do próprio segmento varejista, porque só as tabacarias teriam, vamos dizer assim, a vantagem da comercialização. E outros setores não poderiam comercializar, mas é um aspecto de que vamos falar um pouquinho mais adiante.

Por favor, o próximo.

Impactos para o varejo.

Segundo o Sindicom, que é o Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – um dos focos do projeto é proibir a venda em posto de gasolina, que é um ambiente já há muito tradicional e que comercializa esse produto, só comercializa, não há consumo desse produto nessa região, até em função do tipo de produto que é vendido –, nós teríamos que o tabaco representa o mais importante item do faturamento dessas lojas de conveniência, com mais de 30% do total de vendas desse estabelecimento comercial.

Isso vai ser um impacto muito grande para esse tipo de segmento de atividade. Então, nós temos em torno de 30,4%, nas lojas de conveniência, que são produtos derivados de tabaco. Aí, seria um impacto

muito grande a restrição a esse tipo de produto. Esse é um exemplo de impacto.

Outro, por favor. Próximo eslaide.

A Associação Brasileira da Indústria de Panificação indica que o consumidor de tabaco aglutina outros produtos para a cesta de compras e é responsável até por 30% de cada varejo, e o cigarro representa 14,4% do faturamento anual das padarias.

Isso é de uma fonte da Nilsen, de pesquisa, que também vai ser drasticamente impactada.

O cigarro legal, que é legalmente estabelecido no País, autorizado, legalmente fornecedor, fabricante desse produto no País.

Outro dado importante a mencionar, e que eu queria destacar, é que a indústria do tabaco, além de ser legal, de ser estabelecida, faz um produto que é regulado pela Agência de Vigilância Sanitária Nacional, Anvisa.

Esse produto é regulado, e a regulação, tem de ser dito e enfatizado, do Brasil junto com a canadense são as duas legislações regulatórias mais fortes, mundialmente, já existentes. Então, é importante que se diga, quando se fala em regulação, que houve uma queda na prevalência de fumantes. Houve e é verdadeiro esse número. A Vigitel, do Sistema de Vigilância Sanitária, é que fez essa pesquisa, de 14% hoje.

Então, existe uma regulação das mais drásticas mundiais no Brasil. Ela está junto com a lei canadense, com a regulação canadense, como uma das principais regulações mundiais.

Então, é importante que se destaque isso. Não é um setor que não tem regulação, não é um setor que não tem restrições. Existe, foi implementado um preço mínimo de venda. Existe a divulgação desse preço mínimo, que foi aumentado; a tributação do setor foi aumentada, existe um preço de mínimo de venda. É o setor mais tributado, nacionalmente, mas tudo regular, dentro da lei.

Próximo, por favor.

Eu gostaria de dar alguns destaques de impactos do ponto de vista jurídico deste projeto, no nosso entendimento.

A produção e o consumo de produtos derivados do tabaco são atividades lícitas. Então, se nós começarmos a restringir ainda mais a comercialização que é feita dentro da lei, nós teremos uma violação ao art. 220, §4º, da Constituição Federal.

O princípio da proporcionalidade também vai ser afetado.

Como eu tinha mencionado antes, o princípio constitucional da livre concorrência e da isonomia vai ser totalmente afetado, porque nós vamos ter, dentro do processo de venda e de comercialização, uma

restrição drástica em que só um tipo de segmento vai poder comercializar o produto.

O princípio da segurança jurídica. Como é que fica um produto legal, que tem autorização para ser comercializado? Como é que o varejista vai poder comercializar esse produto? Qual é a segurança jurídica que ele tem para fazer isso? Também há o princípio da livre iniciativa de fabricantes e de comercializadores de derivados de tabaco, conforme o art. 170 da Constituição Federal.

Próximo por favor.

Bom, nós sabemos que o tabaco é consumido mundialmente, o cigarro, o produto derivado do tabaco. A aprovação desse projeto – esta é a nossa grande preocupação – vai acarretar uma maior participação de cigarros ilegais no mercado. Nós já temos uma preocupação muito séria com os produtos ilegais advindos do Paraguai, cujo índice de participação no mercado é cada vez maior. Esses produtos que não têm nenhuma inspeção sanitária. Hoje a preocupação é grande com o Paraguai, inclusive com as questões que envolvem o seu sistema de fabricação de cigarros. Isso nos preocupa de maneira impactante.

O produto ilegal acarreta prejuízos aos cofres públicos estimados hoje em R\$2 bilhões por ano. Ele financia o crime organizado, gerando aumento da violência – isso é uma estatística feita dentro do próprio Ministério da Justiça, isso já é mais do que provado. Nós temos que ter a clarividência de que o cigarro legal é todo regulado, como disse, com uma regulação extremamente drástica e impactante, como acontece no Canadá, no Brasil e no Canadá.

E os consumidores, então, vão ficar sujeitos a um produto que não tem nenhum controle sanitário. O que vai acontecer? O consumidor, aquele adulto para o qual o produto é fabricado e comercializado... Eu volto a frisar: é proibida a venda de produtos derivados do tabaco para menores de 18 anos, é proibida. A indústria faz questão de advertir o comércio varejista, de maneira espontânea, livre e voluntária, que não pode ser comercializado o produto para menores de 18 anos e faz a divulgação disso junto ao comércio varejista.

Agora o produto ilegal vai assumindo mais espaço, hoje já está em torno de 30% o mercado ilegal, e isso vai ser mais drástico, porque, se vai sair o produto da indústria legal, vai haver uma restrição mais forte à venda desse produto legal e do que já é regulamentado pela lei que estamos comentando. Nós vamos ter, então, um impacto muito sério dessa restrição no mercado legal do produto. E o mercado ilegal, então, vai assumir essa fatia vendendo um produto que não gera divisa nenhuma, que não tem nenhum controle do tipo fitossanitário. Isso é uma preocupação que nós temos.

Próximo por favor.

Antes de fazer minhas considerações finais, eu gostaria de mencionar alguns pontos aqui que são extremamente importantes.

A cadeia produtiva do tabaco é uma cadeia estabelecida no País há mais de 100 anos, em torno de 100 anos. É uma cadeia tradicional, que gera empregos, gera renda, contribui com seus tributos, é uma atividade lícita e legalizada. Todas as questões que envolvem o setor, a indústria, de maneira franca e objetiva, procura discutir, abordar, e nós somos favoráveis a muitas das questões que são discutidas. Quando nós nos propomos a discutir as questões, nós estamos, tanto no Congresso Nacional como em qualquer ambiente, abertos a discutir democrática e legalmente todas as questões que são inerentes à cadeia produtiva. Esse é um ponto que gostaria de destacar.

Quero enfatizar novamente quanto às imagens de advertência no ponto de venda, quanto a todas as propagandas que estão no ponto de venda, o que é permitido no ponto de venda: isso é feito estritamente dentro da lei e com todas as advertências que são exigidas pelo Ministério da Saúde. Todas elas são divulgadas dessa forma, em qualquer ponto de venda.

Como foi enfatizado, a lei faz todas as restrições nesse aspecto, e o setor regulado tem, então, toda uma série de normas a seguir sob o aspecto regulatório. Então, a posição da indústria é contrária ao PLS no sentido da restrição da amplitude do impacto que o projeto vai ter, porque ele acaba fazendo um banimento, não total, mas muito intensivo, dos produtos no mercado formal. Ou seja, o mercado formal vai ser drasticamente impactado, abrindo espaço para a comercialização de produtos no mercado informal. Não há como fugir dessa realidade. Ah, é x por cento, é mais ou menos? Não, mas é uma realidade, porque esse espaço, não só nos produtos derivados do tabaco como em outros produtos em relação aos quais há ampla discussão também, produtos farmacêuticos, produtos de beleza, cosméticos etc... Acontece, e o setor de tabaco é daqueles onde há maior índice de falsificação e de contrabando. Assim, preocupa, inclusive, a situação do Paraguai, que está aumentando a sua produção e vem fornecendo mais produto ilegal ao nosso mercado.

Nós entendemos que a amplitude do impacto deste projeto vai trazer muitos prejuízos, algo que, no nosso entendimento, é injustificável. Nós podemos ter a comercialização legal de um produto que é extremamente regulado, controlado pela Receita Federal. É importante que se diga isto: a Receita Federal tem o controle da produção, ela sabe exatamente quanto cada indústria legal comercializa. Do produto ilegal,

não se tem conhecimento, a Receita não tem como controlá-lo. Existe um esforço grande do Governo, ao qual nós nos associamos como setor, no sentido de combater esse mercado ilegal, mas nós não temos controle de tudo o que entra no País, o Governo não tem, a indústria não tem, ninguém tem esse controle, e isso vai aumentar muito.

Então, desde o pequeno agricultor ao comerciante varejista, além de não trazer grandes benefícios concretos para a saúde pública, esse produto vai continuar sendo consumido e vai continuar sendo fornecido, mas por outro que não o mercado legal.

Essa é a nossa grande preocupação e era isso que nós gostaríamos de deixar destacado aqui em relação a este projeto, enfatizando novamente a redução drástica dos pontos e do tipo de varejista que vai poder comercializar o produto, gerando perdas estaduais fortes e significativas.

Eu posso disponibilizar depois para o Presidente da Comissão um estudo que mostra isso em todos os Estados do País, a perda da arrecadação, o impacto que vai gerar. Esse recurso legal, esse tributo legal cobrado vai ser absorvido, vai ser desperdiçado, pela manutenção de um produto ilegal, que não tem controle fitossanitário e que vai continuar sendo comercializado dentro do País sem nenhum tipo de controle da Receita Federal e muito menos do agente regulador do setor.

Então, agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Carlos Fernando Costa Galant.

Convido o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Moka, para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero, primeiro, me desculpar, porque disse ao Davim que estaria aqui. Acho que a Senadora Ana Amélia cumpriu o nosso combinado de abrir. Se V. Ex^a não se importar, vou ficar como participante. V. Ex^a, mais do que legitimamente, deve presidir. Faço essa sugestão porque eu acabei de ouvir o Galant. Ele apresentou o lado financeiro, mas há outro lado em relação ao qual nós temos que fazer contas: as doenças crônicas pelas quais o País paga, o índice de câncer de pulmão, há uma série de coisas.

É claro que o projeto é restritivo, e tem que ser. Se ele não for restritivo, não tem razão de ser. Então, acho que essa é uma discussão, Galant, com todo respeito, você foca, e focou muito bem, pelo que vi aqui, a defesa, mas tem sempre o outro lado dessa questão, que é a questão de saúde pública e de a gente dificultar, mesmo, o acesso.

Eu penso que o projeto tem este objetivo: de restringir o consumo.

É claro que sempre vamos correr... Esse aspecto do cigarro que entra de contrabando, que não tem a vigilância, mas esse é um outro problema, um problema de controle que o Estado tem de fazer.

Do que o projeto trata especificamente será debatido nesta ótica: temos de restringir ou não? Agora, restrição vai provocar diminuição do consumo? Se provocar isso no consumo, é um projeto vitorioso na minha ótica, como médico que sou.

Agora, se vamos só criar problemas e tal, e o consumo não vai diminuir porque o mercado será inundado por cigarro contrabandeado, aí eu acho que essa vai ser a discussão, mas eu, particularmente, acho que o projeto, na minha ótica, Senador Paulo Davim... Por isso que eu queria participar. V. Ex^a é o autor, mas eu queria dar o testemunho de que eu acho importante.

Vamos discutir, sim, podemos avaliar isso, é essa a idéia, e foi V. Ex^a quem pediu a audiência pública, para que a gente pudesse fazer um raio x de corpo inteiro, de todos os segmentos.

Eu acho justo e acho interessante ouvir também as argumentações da indústria do fumo, que também gera emprego, que tem produtores envolvidos. Nós conhecemos tudo isso, mas eu tenho uma posição bem definida nessa questão, de que... Não sei se o Dr. Luiz Carlos já teve a oportunidade de falar...

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA DA SILVA – Já.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Eu paro por aí. Agora, se V. Ex^a quiser, eu assumo a Presidência. V. Ex^a é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A autoridade aqui é V. Ex^a, que é o Presidente da Comissão.

O senhor é o Presidente e tem de assumir aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu ficaria na condição de autor, para fazer alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, dando continuidade, eu concederei a palavra ao Sr. Clayton Faria Machado, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília, Sindhobar.

Eu não sei o prazo que foi concedido, mas, normalmente, são 10 minutos, e soa uma campainha um minuto antes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quinze? Quinze minutos.

Então, o relator é mais democrático do que o Presidente. Eu sou mais linha dura, mas V. S^a tem a palavra.

O SR. CLAYTON FARIA MACHADO – Obrigado.

Bom dia a todos, bom dia, Senador Moka, presidindo a Mesa.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Senador Paulo Davim, porque, há pouco mais de um mês, estivemos em seu gabinete e, lá, o senhor se comprometeu conosco em discutir melhor o assunto e o está fazendo agora.

Eu gostaria de passar à mão da Mesa e peço que, se puder, todos possam ter, tanto o Plenário quanto a Mesa, um manifesto de que farei a leitura, e, em seguida, alguns comentários.

Nessa entrega, eu gostaria, inclusive, do protocolo.

Manifesto contra o Projeto de Lei do Senado nº 139/2012.

A Associação Brasileira da Indústria de Panificação, ABIP; a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Abrasel; a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, FBHA; a Federação Nacional dos Jornalheiros, Fenajor; o Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes, Sindicom; e o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília, Sindhobar, vêm à público para se opor à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139/2012, de autoria do Senador Paulo Davim, PV – RN.

O Projeto pretende alterar a Lei nº 9.294/96, para incluir a proibição da venda de produtos derivados do tabaco em diversos locais, como postos de gasolina, supermercados, lojas de conveniências, bancas de jornal, locais onde haja venda ou consumo de alimentos, dentre outros.

Na prática, o projeto de lei limita a venda de cigarros dos atuais 445 mil varejos de todo o País para menos de 1.100 tabacarias, que representam apenas cerca de 0,3% dos pontos de venda de cigarros.

Para se ter uma ideia da importância da comercialização de produtos derivados do tabaco para os setores, estudo realizado pelo Sindicom indica que as vendas desses produtos representam o mais importante item do faturamento das lojas de conveniência, com mais de 30% do volume de venda total.

Já um estudo feito pela consultoria Nielsen aponta que a venda de produtos derivados do tabaco representa 14,4% do faturamento anual das padarias. Dados da Abip também indicam que o consumidor de tabaco aglutina outros produtos para a cesta de compras, sendo responsável por até 30% do giro de cada varejo, e a proibição da venda desses produtos acarretará a queda do faturamento, redução do fluxo de pessoas, rescisão de contratos com fornecedores e

o conseqüente desemprego, com risco do fechamento de milhares de varejos.

Outro importantíssimo aspecto que deve ser considerado é que o projeto de lei resultará na maior participação de cigarros ilegais no mercado, que hoje acarreta prejuízo aos cofres públicos, estimados em dois bilhões por ano, porque a proibição pretendida reduzirá a disponibilidade geográfica de cigarros e fará com que a demanda dos consumidores seja suprida por pontos de vendas informais, os quais comercializam produtos oriundo do mercado ilegal. Isso prejudicará não só o comércio, mas também a indústria, que perderá mercado para o comércio ilegal; o Governo, que perderá em arrecadação de impostos recolhidos pela indústria; e o próprio consumidor, uma vez que o produto ilegal não observa qualquer das restrições legais aplicáveis ao produto e tampouco as fiscalizações de controles fitossanitários.

Cabe ressaltar ainda que, ao proibir a venda de produtos derivados do tabaco em vários estabelecimentos comerciais, o projeto viola uma série de princípios e regras do nosso ordenamento jurídico, porque, ao estabelecer de maneira indireta uma espécie de banimento, ainda que parcial, da comercialização de tais produtos, a proposta viola os princípios da livre iniciativa (art. 170 da Constituição), da proporcionalidade, da livre concorrência, da isonomia (art. 5º também da Constituição) e da segurança jurídica, ignorando por completo que comercialização de cigarros é uma atividade lícita.

Por tudo isso, manifestamos a nossa posição contrária à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139/2012, de autoria do Senador Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte, pelos inúmeros impactos nocivos não só para o setor, mas também para a sociedade como um todo.

Assinam esse documento o Presidente da Abip, o Presidente da Abrasel, o Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, o Presidente da Fenavejor, o Presidente do Sindicom e Presidente do Sindhobar.

Eu gostaria de fazer alguns comentários adicionais.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar pelo, acredito, estudo minucioso que foi apresentado pelo Dr. Guilherme, quando ele diz que o cidadão decide a compra do produto no local da venda. Parabéns. Isso mostra e prova que esse cidadão que consome esse produto não teve feita a cabeça em casa ou no transcorrer da sua casa até o comércio. Lá, ele decidiu comprar, porque, provavelmente, pode ter visto a propaganda ou porque, provavelmente, já tem costume de consumir aquele produto. Nós estamos falando de costume, de cultura.

Toda vez que se fala de costume e de cultura, dou o exemplo de Brasília, em particular, da faixa de pedestre e agora da Lei Seca e dou um paralelo. Qual de nós aqui, hoje, ao parar numa faixa de pedestre, para porque tem a consciência cidadã de que o cidadão que está a pé precisa atravessar a rua, sem medo de ter um guarda escondido atrás de uma árvore para multá-lo? Isso é questão da consciência cidadã. Agora, qual de nós – e isto eu tenho escutado muito –, hoje, deixa de beber por consciência ou por medo de ser multado? Essa é a grande diferença. É aí que precisamos trabalhar a consciência e a cultura.

Pasmem vocês que porventura não saibam. A maioria das crianças têm contato, Sr. Senador Paulo Davim, com o cigarro e a bebida dentro de casa, no seu meio familiar: pai e mãe e as festas sociais que ele frequenta e vê dentro da sua casa. Então, não é a questão de ele ver alguma mídia na rua que vai fazer com que ele seja viciado ou não ou consuma produto A ou B.

Num outro ponto, também o Dr. Guilherme diz sobre a questão das crianças, relatando vários índices, números e tal. Fantástico, de novo, porque, de novo, ele apresenta como a criança vai ver aquele cigarro que se parece com Halls e tudo isso. Mas, infelizmente, deixaram de ser citados todos os números que mostram as crianças de hoje, do nosso século, que estão, de forma veemente, cobrando dos seus pais que deixem de fumar, que deixem de beber, principalmente se forem dirigir.

O senhor apresentou um número exatamente para nossa faixa etária, para a faixa acima dos 50, que na infância sequer podia falar com o pai. Através do olhar víamos que tínhamos que ficar calados.

Hoje, não. As crianças de hoje são diferentes. Elas cobram dos pais, falam ao pai para não fumar, para não dirigir quando beber. Estão faltando aí, talvez, para ficar mais rica a apresentação do Dr. Guilherme, esses números também.

Outra coisa que me chamou a atenção. Não se fala, na apresentação do Dr. Guilherme, sobre as crianças que hoje também já não entram mais no consumo de qualquer produto, droga lícita ou ilícita, e quantos adultos deixam, estão deixando de fumar ao longo de todos esses anos. Também não foi dito.

Com referência à apresentação do Dr. Luiz Carlos, ele disse que, hoje, criar filho é muito difícil. Com certeza, com certeza. Por quê? Exatamente porque as crianças, hoje, são muito mais informadas, têm muito mais liberdade, têm muito mais consciência. Diferente, de novo, do que ocorreu conosco, de nós que estamos acima de cinquenta. Por isso é difícil criar as crianças de hoje: porque não basta mais o pai dizer. E aí ela

cala, e está tudo certo. Não! Ela quer conversar, ela quer entender, ela quer saber o porquê das coisas.

Outra coisa que me chamou muito a atenção. Desculpe-me o Dr. Luiz, mas eu achei muito simplista quando ele disse que o cidadão que está parando de fumar passa num lugar, vê o cigarro e diz: o cigarro está me chamando. É subestimar demais o direito e a decisão do cidadão, porque, se for assim, vou me endividar porque estou vendo uma televisão ali, porque estão me vendendo um carro por 60 meses, com prestação de R\$500,00. Se for assim, num casamento, quando eu passar na rua, com tanta mulher bonita, eu vou dizer: aquela ali me interessa mais do que a minha. E vice-versa.

Tentação nós temos 24 horas por dia. Até dormindo. Até nos sonhos. Então, nós temos que ter o discernimento de saber o que podemos e o que não podemos.

E aí o Estado, infelizmente, vem sistematicamente querendo interferir na posição, na decisão pessoal de cada indivíduo. Não se pode mais isso, não se pode mais aquilo, não pode aquilo outro. E nessa linha de raciocínio, Senador, eu gostaria, então, de sugerir a questão do açúcar, que pode causar diabete; a do sal, que pode causar hipertensão; a do chocolate, que pode viciá-lo. Então, nós temos que parar de sair de casa e parar de comer, beber e qualquer outra coisa.

Se formos nessa linha de raciocínio, nada mais se pode fazer, porque o cidadão não tem mais direito e consciência de resolver aquilo que é bom para ele, de decidir aquilo que ele quer ou não consumir.

Ou vamos extrapolar aí, como foi dito pela Mesa. Se de fato é um mal terrível, se fecha a fábrica, se fecham as indústrias de cigarro, e tantas outras, de açúcar, de sal, de chocolate. Vai-se fechando na canetada. Se é assim que é a consciência...

Em vez de educar, em vez de fazer campanha de novo, como a campanha da faixa de pedestre, na época do Governador Cristovam, e, depois, da Lei Seca, que ainda estamos vendo, a todo momento... Quem obedece a lei? O cidadão de bem, porque o cidadão que está disposto a infringir vai infringir qualquer lei. Não tem isso, não.

A proibição, em todos esses pontos de venda, o que vai gerar? Para nós, para o entendimento dessas associações, é a lei do perde perde. Por quê? Porque no momento em que uma lei proíbe o local de venda, se fosse tão simples e fácil, tantos outros comportamentos inadequados seriam também resolvidos por lei.

Então, vamos lá. O comércio, o varejista, que é quem eu estou defendendo... Ouvi falar de doença, de economia, mas eu quero chamar a atenção para a saúde dos nossos empresários. Tudo bem, eu não sou

médico, quando se fala que tem isso, que tem aquilo, não estou discutindo se cigarro faz bem ou faz mal. Eu estou discutindo o direito de a minha base comercializar um produto que o Governo aceita que seja industrializado. No momento em que ele é proibido de vender isso de forma legal, o que vai acontecer? Muito provavelmente, infelizmente, vários empresários, pequenos empresários... Noventa e cinco por cento do nosso setor é composto por pequeno e micro empresário, cujo bar é a garagem da casa dele; a geladeira onde ele gela meia dúzia de cervejas é a geladeira onde ele põe o leite da criança dele. Essa é a realidade do nosso setor. E quando ele vende esse cigarro cuja comercialização é legalmente permitida, ele está levando para o seu estabelecimento a subsistência da sua família.

E aí eu chamo a atenção para a saúde. Onde fica a saúde familiar, a saúde econômica, a saúde social desses empresários que cumprem o que determina a lei, que pagam seus impostos, que empregam? Não ouvi ninguém falar isso. O que, na verdade, nós estamos fazendo, caso aprove este projeto, é exatamente levando essa maioria de empresários, que é de baixa informação, para a marginalidade.

Não se iludam. Não vai ser esta lei que vai fazer com que o cidadão que consome cigarro deixe de consumir, porque não se vende nos bares A ou B. Ele vai comprar no C e no D. E o cigarro ilegal.

O Senador Moka disse aqui: não, é uma outra questão o cigarro paralelo. Desculpe-me, Senador, não é outra questão, não. Ela está intrinsecamente ligada a este projeto, porque, na mesma velocidade...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou ter oportunidade de responder a V. S^a.

O SR. CLAYTON FARIA MACHADO – O.k. Na mesma velocidade da proibição da venda de cigarro nos estabelecimentos, vai acontecer a enxurrada de produtos ilegais. E aí nós sabemos que, lá na ponta, no campo, no comércio, a fiscalização é 100% ineficaz. Quantas casas vão ser fiscalizadas, meia dúzia? Quem, na verdade, vai ser penalizado?

Nós estamos cansados de ver “n” leis que acabam caindo nas costas do empresário e do coitado do garçom que trabalha na linha de frente atendendo o cidadão. Só como exemplo. Hoje, a lei que regula o álcool diz que, se uma criança estiver bebendo bebida alcoólica, um adolescente, no bar, o dono do bar pode ser preso, ou o garçom. Agora, não se estabeleceu nessa lei se o bar está devidamente sinalizado, se foi o adulto que chegou e pediu a bebida ao garçom e repassou ao menor, que o está acompanhando. Nada disso foi visto. Se estiver simplesmente bebendo, o dono do bar é responsável.

Eu acho que está na hora de respeitar, de ser parceiro do setor produtivo, que realmente alavanca a economia deste País, nas questões que são de suma importância para a subsistência de cada um desses empresários.

Eu só queria registrar que, das seis entidades que assinaram esse manifesto, cinco estão aqui, uma não pôde comparecer. E agradeço mais uma vez a oportunidade ao Senador. Cumprindo meu prazo, agradeço a oportunidade de colocar minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dos oradores, era o último.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, que é o proponente da audiência pública.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Viva a democracia.

É isto que nos encanta na democracia: a possibilidade dos contrários debaterem ideias. Aqui, nitidamente, existem dois lados. E eu disse desde o primeiro contato, até com o Clayton mesmo: a minha posição é diametralmente oposta. Mas eu estou aberto à discussão, até porque eu não sou o dono da verdade.

Quero, primeiro, agradecer a presença a todos. Na condição de autor, isso vai me enriquecer, sem sombra de dúvida.

Agora, quero dizer que este projeto não foi concebido por mim sem conhecer realidades outras. Este projeto partiu de evidências, e a Organização Mundial da Saúde claramente pauta suas orientações na questão do tabagismo por experiências vivenciadas, por bases científicas bem sólidas.

Todos nós sabemos que, quanto maior o obstáculo entre o produto e o usuário, menor vai ser a adesão ao vício. Isso é claro. Então, o projeto de lei enxerga dessa forma. Eu não criei isso. Isso é uma determinação, uma orientação.

Entre outras orientações para enfrentamento ao tabagismo, há essa orientação de obstaculizar o acesso do usuário ao produto. Isso diminui a adesão ao tabagismo de pessoas que ainda não são viciadas e diminui inclusive o consumo do cigarro, o que é benéfico.

A discussão aqui paira sobre um aspecto, o econômico, porque eu não acredito que nenhum dos debatedores tenha dúvida, por menor que seja, quanto ao malefício do cigarro. Eu tenho absoluta certeza disso. Tenho absoluta certeza de que o bom senso impera. Tenho absoluta certeza de que os debatedores todos aqui não gostariam de ver seu filho fumando cigarro. Talvez até nenhum fumante exista na sala. Portanto, isto fica claramente diagnosticado: o interesse econômico.

Foi dito aqui que o projeto visa tornar o produto ilegal, o comércio ilegal. Não. Pelo contrário. Esse produto já é regulamentado pela Lei nº 9.294. E o Projeto

nº 139 muda apenas o art. 3º, inciso VIII, da lei que já existe. Portanto, esse produto vai continuar na legalidade, não será um produto ilegal, até porque vai ser regulamentado por uma lei que já existe, com a modificação proposta pelo 139.

Então, essa argumentação é uma argumentação que não é real, verdadeira.

A questão do contato das crianças, Clayton. Você disse que a maioria das crianças tem contato com o cigarro. Primeiro, é um exagero dizer “a maioria das crianças”. Até porque o Brasil tem 15% de tabagismo. Então, não é a maioria das crianças. Segundo, o contato é maléfico, sim. Está comprovado isso. Não sou eu que estou dizendo. A criança que tem contato em casa com pais que usam cigarro, que usam bebida, essa criança tem maior propensão de fazer uso dessas substâncias quando chegar na adolescência, ou até mesmo na infância. Os filhos buscam imitar os pais. Isso é óbvio. Então, é maléfico, Clayton, é maléfico.

E a estatística mostra que as crianças que têm contato, que assistem aos pais fumando têm uma tendência maior do que as outras de fumar também.

Então, esse obstáculo tem que existir de fato.

Você colocou que esse projeto, de certa forma, tolhe a decisão do indivíduo. E citou até o exemplo do chocolate, do sal. Eu quero dizer a você que é verdade, o Estado tem obrigação de regulamentar esses produtos. A prova maior disso é que o Ministério da Saúde está regulamentando o conteúdo de sal nos alimentos. O brasileiro está comendo sal demais. Por isso, a incidência de hipertensão no Brasil é elevada. E é obrigação do Estado, sim, é obrigação do Ministério da Saúde, sim, controlar esses produtos. Tem sal demais. Vai ter que baixar. Agora, acabar com o sal não, porque o organismo precisa; acabar com o chocolate não, porque o organismo precisa. Agora, o organismo não precisa de fumo, não. O nosso pulmão não foi feito para respirar nicotina, alcatrão. Não foi feito para isso. Isso é inversão dos princípios biológicos, da lei da natureza. Nós sabemos muito bem, e vocês sabem também que o fumo traz gravíssimas lesões. Noventa por cento dos tumores de pulmão são causados pelo fumo; são responsabilidade do fumo. Trinta por cento enfartes são de responsabilidade do fumo.

Então, esses produtos precisam ser regulamentados. Não banidos, porque são nutrientes: o chocolate é nutriente, o açúcar também é. O excesso é que tem que ser controlado. O sal também é necessário. O excesso tem que ser controlado, e o Ministério da Saúde já está agindo.

Eu digo que é econômico, porque existe um consciente coletivo a respeito dos malefícios. É claro. Agora, é preciso saber o seguinte: é dolorido? É. Mais cedo

ou mais tarde, isso vai ter que acontecer. A sociedade evolui. Antigamente, se fumava muito, era charmoso fumar. Nas telenovelas, as atrizes fumavam. Havia outra consciência. A autoafirmação do indivíduo passava, por incrível que pareça, pelo cigarro.

Houve mudança de consciência, houve amadurecimento de consciência. E a ciência também descobriu malefícios que o cigarro produz que até então não se conhecia. E vai evoluir muito mais ainda.

Agora, a questão das perdas. Inclusive, colocaram meu Estado com 59 milhões. Puxa vida, eu gostaria que ele perdesse, porque eu tenho certeza de que ele gasta muito mais tratando os pacientes que procuram o serviço público.

Dados do Ministério da Fazenda: o Brasil arrecada em torno de oito bilhões, cerca de oito bilhões. E o Brasil gasta 22 bilhões atendendo gastos com internação e acompanhando as doenças causadas pelo cigarro. Não estão computados aí os prejuízos sociais. Aquele indivíduo que, pelo fato de estar internado, deixou de trabalhar e trouxe prejuízo para a empresa. Ou, se ele é autônomo, foi internado por causa do cigarro e houve prejuízo para sua família. Ou mesmo que tenha recebido alta, passa determinado período se restabelecendo, muitas vezes fazendo fisioterapia respiratória etc. São prejuízos sociais que não estão contabilizados dentro desse cálculo.

Portanto, eu acho que, por mais que seja um projeto, aos olhos de um segmento dos senhores, restritivo, é benéfico, porque, vejam bem, nós não estamos nada, absolutamente nada que seja díspar da consciência do bom senso e das responsabilidades sociais de todos nós como Parlamentares, como legisladores.

A proibição de comercialização do cigarro em estabelecimento de ensino eu acho absolutamente pertinente. A escola não é só para preparar o indivíduo para ser engenheiro, advogado, médico. Não. A escola é para preparar o indivíduo para ser cidadão. E há uma incongruência muito grande: na escola onde se ensina ciência, Medicina, Biologia, na cantina se comercializa cigarro. É uma incongruência.

Venda nos estabelecimentos de serviço de saúde. Existe uma lei que proíbe o fumo em repartições públicas, mas não proíbe a comercialização. Interessante, não é? Só que essa lei é desrespeitada. Sabemos que, no estabelecimento público, se fuma muito. Mas não existe proibição da comercialização. E a cantina, a lanchonete desses estabelecimentos comercializa o produto. É uma incongruência.

Então, na verdade, o que fizemos foi apenas uma adequação. A associação, como foi bem colocado por Guilherme, do produto com alimentos, com bala, com doce ameniza a imagem, banaliza a imagem, leva à

concepção de que são produtos que têm o mesmo valor para a vida. Se perto do alimento, se biscoito, bala, chocolate está perto do cigarro, passa a falsa impressão de que são produtos similares, semelhantes, que não têm nenhuma repercussão na saúde.

Foi baseado nisso e embasado nas informações da Organização Mundial da Saúde, embasado em todos os levantamentos técnicos científicos da própria Sociedade de Pneumologia do Brasil, da Organização Mundial da Saúde, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, SBC, da Sociedade de Terapia Intensiva – eu sou intensivista também... E, Presidente Moka, é interessante, na atividade, eu sou preceptor do curso médico em terapia intensiva e eu pegava os alunos na unidade coronariana, ia de leito em leito. Chegavam os enfartados, e perguntava: Sr. Fulano, bom dia. O senhor chegou aqui com o quê? Dor no peito, e tal. Aquele quadro típico de infarto. E eu perguntava: O senhor fumava? Ele dizia: Fumava. Ia de leito em leito. É assustadora a associação das doenças coronarianas com o uso do tabaco.

Portanto, isso é sobejamente comprovado cientificamente. Por isso, a discussão é meramente do ponto de vista econômico. Eu quero agradecer todas as informações aqui – evidentemente que foram muito bem anotadas. Nós vamos fazer avaliação. Como eu disse, nós não temos nenhuma pretensão de ser a palmatória do mundo nem donos da verdade. Evidentemente, essas informações foram anotadas, serão maturadas, e nós vamos discutir com outros colegas, inclusive aqui neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto o Senador João Durval. Não?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço, Senador.

Eu concedo a palavra então, na sequência, ao Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva. Eu vou adotar a mesma sequência por ordem de inscrição. Eu só espero que a gente não... Aí eu tenho que limitar aí... Foi o inverso?

O SR. CLAYTON FARIA MACHADO – O senhor me permite fazer uma sugestão? O senhor adotar a ordem inversa. Quem falou por último fala agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pode ser também. Pode ser.

Clayton, você já aproveitaria para as considerações finais.

O SR. CLAYTON FARIA MACHADO – Senador Paulo Davim, eu só gostaria de elucidar que a minha defesa está no direito da nossa base de comercializar o produto. Talvez eu não tenha me expressado bem.

Eu não disse que vai torná-lo ilegal ou o setor vai ficar legal. Não é isso. Simplesmente, nós entendemos que – qualquer produto, não é só o tabaco, não –, qualquer produto cuja industrialização seja legalmente permitida, nós, por direito legítimo, entendemos que temos o direito de comercializá-lo. Esse produto faz parte do *mix* disponibilizado pela nossa base que, comprovadamente, traz o cliente para a sua base.

Então, só fazer essa correção.

Nós entendemos – como V. Ex^a disse, é a democracia –, nós realmente somos contra. Pode talvez até ser, embora nós continuemos com a fixa propositura de que é também uma questão social, familiar e econômica para esses que dependem desse produto para subsidiar o negócio dele. E, obviamente, na hora em que sair, pode levá-lo para a marginalidade ou fazer efetivamente com que ele deixe de ser um empresário, seja lá do tamanho que for.

Apenas isso, e agradecer a oportunidade mais uma vez de o setor estar se expressando.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Então, o Sr. Carlos Fernando Costa Galant.

O SR. CARLOS FERNANDO COSTA GALANT – Eu gostaria de só enfatizar dois pontos principais. O Senador Paulo Davim mencionou R\$22 bilhões; outros mencionam R\$21 bilhões. Não é um dado do Ministério da Fazenda, esse é um dado que foi feito por uma pesquisa da Fiocruz, cuja metodologia nós não reconhecemos. Não conhecemos, não temos acesso, não tivemos informações, e para nós esse número é falacioso. Não reconhecemos esse número de R\$21 bilhões. Até porque se a saúde tivesse gasto por ano R\$21 bilhões, que orçamento fantástico teria a saúde. Só para o tabagismo ela gastou R\$21 bilhões. Então, eu não tenho conhecimento desse número. Não temos conhecimento desse número.

Outro ponto importante dimensionar: acho que não é só interesse econômico. É o interesse de emprego, é o interesse social, são famílias que produzem, são famílias que trabalham. Então, não é só questão econômica. Socialmente, essas pessoas também estão envolvidas na cadeia produtiva. Portanto, é um fator social. Assim como há toda a questão em que eu não entro no mérito, porque aqui não estou discutindo questões de saúde, existe um aspecto também não só econômico, Senador; existe um aspecto todo social que envolve as pessoas, as famílias de toda essa cadeia produtiva. Então, é esse ponto que eu queria destacar.

Destacar que a questão da escola – já é proibido, já existe essa restrição; a lei que falta ser regulamentada discorre sobre isso – e todas as questões de evidências científicas muitas vezes são relegadas. Muitas

são consideradas e outras são relegadas. Quando é um fator que atende especificamente ao interesse da saúde pública, a relevância científica é considerada. Muitas vezes, quando ela diz que não atinge o objetivo de saúde pública, ela é relegada. Então, nós temos que considerar isso também.

Hoje no País, para finalizar a minha colocação, é legal a produção, a fabricação e a comercialização. E volto a citar o impacto disso: se nós tivermos o produto legal, vamos dizer assim, drasticamente reduzido no mercado legal para ser consumido pelo maior de idade que possa consumir o produto, que está habituado a esse produto, o comércio ilegal realmente vai assumir uma relevância maior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Carlos Fernando Costa Galant, que é o Secretário Executivo da Indústria Brasileira do Fumo, Abifumo.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva, Coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA DA SILVA – Bom, depois de ouvir todos desta mesa, e sempre em qualquer reunião em que múltiplas pessoas manifestam o seu pensamento e as suas razões, eu reflito assim que todos têm razão, todos acham que têm razão. É assim; nós, seres humanos, somos assim. Nós vivemos, nós nos desenvolvemos achando que temos razão sempre, ou quase sempre. E por certas questões até de direcionamento, mesmo quando nós não temos razão – e a nossa consciência bate: fulano, tu não tens mais razão; tu vês o dano que está acontecendo lá em consequência daquilo que tu já fizeste ou faz –, mas a pessoa não considera isso. Ela continua se defendendo; ela continua defendendo o seu setor, o seu grupo, a sua localização de interesses, e fica como que uma coisa assim: não, os outros não interessam. Se morrem no mundo cinco milhões de pessoas por doenças associadas ao tabaco, isso não nos diz respeito, isso é outra coisa. O que nos interessa é o dinheiro; é aquilo que entra; o capital que entra para essas pessoas, esse grupo que participa desse negócio.

Então, dentro do negócio tabagismo, algumas pessoas que estão aqui nesta mesa e que estão lá fora têm razão, porque sempre foi assim. Mas o mundo gira, o mundo muda, e muitas mudanças devem acontecer, senão os desastres continuam também acontecendo. Não adianta querer mudar uma questão que está sendo aqui discutida sem que haja repercussões. Se não houver repercussões, então nós não temos que mudar nada, Senador Paulo Davim. Se não houver nenhuma repercussão, se tudo o que você propõe não acarretar

menor iniciação nos jovens, menor consumo, então o senhor não tem razão. Então, aliás, o senhor, se não fosse para mudar, o senhor não estaria propondo o seu projeto de lei. Na verdade é assim: em uma mudança existem perdas, sempre existem algumas, entre aspas, “perdas” de alguns setores interessados.

Eu, na minha vida – eu não sou mais criança, tenho 67 anos –, ao longo dos anos tive perdas. Algumas que não dependeram de mim; algumas que eu tive que ter deliberadamente, porque, senão, outras coisas estariam acontecendo pior se eu não mudasse.

Então, eu digo novamente assim: todos os que falaram aqui têm as suas razões, mas, no conjunto social, no conjunto dos interesses da população, nisso é que nós temos que pensar. Daí é que tem que sair uma série de conclusões, uma série de deliberações.

Portanto, eu não tenho a mínima dúvida, mesmo considerando tudo o que foi colocado em termos do que é ganho pelo setor do tabaco – porque do tabagismo não se ganha nada, só se perde; só que uma coisa é consequência de outra –, então, tudo o que se ganha no setor do tabaco, e não é uma coisa que vai mudar de repente, mas eu acho que o setor que trabalha com o tabaco tem que se preparar. O mundo vai, cada vez, consumir menos. No Brasil já há mais ex-fumantes do que fumantes, e a cada dia morre gente que fuma. E a reposição que vocês estão providenciando, que os jovens iniciem, essa reposição é que tem que ser pensada. Nós temos que pensar nos nossos jovens. Eu não penso tanto na pessoa que já fuma, porque ela, infelizmente, já é portadora de uma doença, que é o tabagismo. Já pode ter certas doenças no seu organismo, infelizmente – e nós às vezes não temos muito o que fazer nessa ponta. Mas nosso jovem de hoje e o de amanhã, nesses é que nós temos que pensar. Acho que o ganho financeiro não pode ficar acima da manutenção da vida. Não pode ficar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva.

O último expositor é o Dr. Guilherme Almeida.

O SR. GUILHERME EIDT GONÇALVES DE ALMEIDA – Grato por esta oportunidade de debater com todos os senhores aqui. Eu realmente entendo que se trata de um projeto de lei que vem inovar, trazer grandes benefícios no sentido de que vai colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Com relação à oportunidade que se tem de oferecer um produto que, embora, como foi mencionado, seja considerado lícito, embora seja de uma indústria legalmente constituída e que paga os seus impostos, não é um produto qualquer. Você não vê nas padarias

uma taurus ou qualquer outro tipo de arma sendo exposta ao lado de uma bala, de um chiclete, de um bombom. São produtos que não se pode comercializar em determinados locais. Causam a morte, são perigosos, existem riscos efetivos à vida das pessoas.

Com cigarro não é diferente. O cigarro é um produto que não pode, efetivamente, racionalmente, ser colocado à venda em qualquer lugar; amplamente distribuído, amplamente oferecido para toda e qualquer pessoa.

Essa proibição legal de se comercializar cigarro a partir dos 18 anos é muito inteligente. A indústria coloca em um ponto de venda um “banerzinho” amarelo, bem chamativo, escrito: legal 18 anos. Não é legal, é bom você fumar a partir dos 18 anos. Olha a mensagem que se transmite, quando eles dizem que estão falando o contrário. Existe sempre um jogo de palavras muito importante de ser percebido e de ser lido quando se trata de dialogar com a indústria do tabaco. Por isso é que a Organização Mundial de Saúde veda a participação da indústria do tabaco em toda e qualquer negociação que trate de interesse de saúde pública, porque não há diálogo compatível com os interesses econômicos e financeiros em ganhar a margem de lucro para os acionistas de tais indústrias.

Quando se fala efetivamente que somos regulados, que cumprimos as leis, que o setor é vastamente controlado, por que será então que toda política pública adotada nas últimas décadas no Brasil está *sub judice* no País? Por que será que a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio têm no mínimo umas seis ações diretas de inconstitucionalidade contra as leis antifumo nos Estados; as leis estaduais de ambientes livres de fumo; contra a recente medida da Anvisa de banir os aditivos, que são outra porta de entrada para as crianças e os adolescentes no consumo: sabores, flavorizantes, aromas, que estimulam ou mascaram o sabor real do produto? Por que será que a única medida que não foi judicializada nessas últimas décadas foi o aumento de preços de impostos? Porque certamente foi uma política negociada, acordada, “consensuada” com o setor. Existem evidências, está nos jornais que essas mudanças foram negociadas com o setor.

Então, existe, sim, certo nível de cumplicidade. E é preciso dizer isso, Senador, do Estado brasileiro. O Estado brasileiro se negou, durante muito tempo, a realizar estudo que nós viemos provocando, e continuamos provocando-o a realizar para combater e desmentir muitos desses dados que o setor divulga e que, indevidamente, a própria Receita Federal, o Ministério da Fazenda utilizam, como esse número mágico do mercado ilegal. É 30% aqui, é 30% no Canadá, é 30%

na Europa, é 30% no mundo inteiro. Qual é a base científica desse dado? Questionam a base científica da Fiocruz, da Escola Nacional de Saúde Pública, a escola que é o símbolo da defesa da saúde pública no Brasil, o berço da reforma sanitária brasileira. Algo que não se deve questionar é a lisura da metodologia adotada pelos pesquisadores daquela instituição, a instituição mais séria de saúde pública que existe no País.

Fala-se então que não é uma metodologia reconhecida. É uma metodologia validada internacionalmente, utilizada na Argentina, utilizada em outros países, utilizada pela Organização Mundial de Saúde para esse tipo de estudo; estudo que o Estado brasileiro se negou a fazer, efetivamente se negou a fazer. Por isso que a ACT junto com a Fiocruz conseguiram financiamento internacional para realizar esse tipo de pesquisa, porque é um dado importante para combater esses dados falaciosos, sem fundamentação, que muitas vezes também chegam até nós dizendo dos lucros e benefícios que o setor promove.

Falou-se em 14,4% do faturamento das padarias. O dado que nós temos da pesquisa feita diretamente pelo Datafolha com os setores, com os estabelecimentos comerciais é de que não passa de 7%.

Consultoria Nielsen – eu nunca ouvi falar dessa consultoria. Então, dado por dado, a gente precisa que o Estado brasileiro esteja disposto a realizar algo que ele efetivamente ainda não fez. Quando se fala de mercado ilegal, de pontos de vendas informais, do crescimento e da questão da produção, dos impactos para os produtores, é a mesma cantilena de sempre. Desde 2005, quando estávamos aqui nesta Casa negociando a ratificação da Convenção para o Tabaco são os mesmos argumentos que se utilizam. Está na hora de o setor também inovar um pouco na sua argumentação, ser mais sério e enfrentar a realidade dos fatos.

Não podemos deixar que o Estado seja um mero gestor de negócios. O Estado tem que cumprir o seu papel na regulamentação do setor, sob pena de nós vivermos na barbárie. Essa é a realidade. Subestima-se – com argumentos como os que foram ventilados aqui, de que o crescimento do mercado informal, o crescimento do mercado ilegal vai açodar o País – a capacidade adaptativa e inovadora do empresariado brasileiro. Subestima-se a capacidade do empresariado brasileiro de se adaptar e de acompanhar o processo civilizatório próprio das sociedades modernas; a capacidade da população brasileira e a disposição da população brasileira, da sociedade brasileira de acompanhar o processo civilizatório próprio do amadurecimento das instituições; próprio do amadurecimento do arcabouço regulatório de um setor que não pode ficar livre. Ele precisa de limite. A indústria do tabaco precisa

de limite, e quem deve dar esse limite são os Srs. Senadores, os Srs. Parlamentares e o Estado brasileiro.

A importância deste projeto de lei junto com todos os outros projetos de lei deve ser ressaltada. E deve ser estimulado o trabalho dos senhores no sentido de se fortalecerem, porque muitos dos que estão nesta sala hoje ouvindo essas apresentações vão trabalhar arduamente para combater esta medida. O senhor está ciente disso, tenho certeza, e pode contar com o apoio da Aliança de Controle do Tabagismo, com o apoio das sociedades médicas, aqui representada pelo Dr. Luiz Carlos e outras tantas que vêm respaldar a seriedade desta proposta, os benefícios que ela vem trazer para a saúde pública no País e a capacidade da sociedade brasileira de acompanhar; o anseio que existe, o reconhecimento da importância destas medidas.

Os dados que estão disponíveis mostram que é uma medida aceita, da mesma forma como a exposição nos pontos de venda. O banimento da exposição nos pontos de vendas é uma medida aceita, da mesma forma que ambientes livres de fumos é uma medida aceita, porque a população anseia por essas medidas. E está na hora de o Estado começar a oferecer as respostas certas para os problemas que existem.

Existe solução para o combate do mercado ilegal, para o contrabando que existe no Paraguai. É importante que a indústria diga que foi ela que estimulou esse contrabando no Paraguai. Foi ela que, quando era permitido exportar sem pagar imposto no Paraguai, que exportava para o Paraguai, e entrava esse produto ilegalmente no Brasil sem pagar os impostos que eles dizem que pagam. É importante que a Receita Federal, que o Ministério da Fazenda conversem com as autoridades paraguaias. Essas iniciativas já foram iniciadas. Não sei como vai ficar agora com esse novo Presidente, mas é importante dizer que solução existe para o problema. A questão é que não há interesse tanto da indústria de contribuir para a solução, porque essa é uma grande muleta que o setor tem – ah, vai aumentar o mercado ilegal. Esse é um argumento com o qual nós vimos nos defrontando para toda e qualquer política pública que precisa ser implementada no Brasil.

Então, Senador, deixo aqui o nosso apoio ao projeto; apoio à iniciativa dos senhores. E força, força porque nós vamos precisar para vencer essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. Guilherme, agradeço também a sua contribuição.

Senador Paulo Davim, é claro que eu poderia conceder a réplica, mas é interminável. Eu acho que a audiência pública se esgota à medida que cada um argumenta.

Só quero, para encerrar, dizer que, nesta Comissão, notoriamente, é onde vamos discutir o mérito do projeto do ponto de vista da saúde. Agora, claro que esse projeto vai tramitar em outras Comissões. Não que eu esteja torcendo para que os Senhores tenham uma argumentação nas outras Comissões. Só quero dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos talvez dê um foco maior nessa questão econômica que os dois representantes aqui abordam e que isso é legítimo não para mim, como médico, não para o cidadão. Eu acho que é um absurdo a gente conviver com isso ainda, de ser permitido, de se estimular e tal.

Eu sempre conto uma história da minha época de médico. O cigarro não faz mal, está aqui uma senhora de 90 anos, velhinha. A senhora sempre fumou? Desde quantos anos? Desde os 10 anos – ela me disse. Quer dizer, há 80 anos ela, é fumante. E eu pergunto: a senhora fuma muito? E ela falou: fumo a manhã inteira. E o resto do dia? Perguntaram. O resto do dia eu tusso, ela respondeu. (*Risos.*)

Claro que ninguém quer ouvir isso de um médico, de quem está aqui legislando.

Agora, a sociedade tem conflitos, os conflitos vão ser dirimidos aqui, democraticamente, e nós vamos continuar debatendo o assunto. O assunto vai ser debatido. Esta é uma audiência pública. Mas, além da Comissão de Assuntos Sociais – para encerrar –, ele será debatido em outras Comissões. Essas Comissões, certamente, vão exaurir esse debate. No mais, agradeço.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA DA SILVA – Assim como houve a possibilidade de se falar em questões econômicas na comissão de saúde, nas outras comissões a questão da saúde vai ser tratada?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida, o debate é o mesmo. Só estou dizendo que, em determinadas comissões, o foco maior será outro. Por isso que não eu queria presidir, para não confundir as coisas, mas é a minha posição; e, no debate, onde eu estiver, será essa a minha posição, parabenizando o Senador Paulo Davim pela coragem. E é o que ele está dizendo: a luta está apenas começando.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.*)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN

FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia quinze de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira e Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Inácio Arruda. *Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.* **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Davim. *Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.* **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Deputado Dr. Ubiali. *Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.* **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva à Senadora Ana Rita e ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille.* **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 5 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 561, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras*

providências, para estender a manutenção do contrato de trabalho em caso de acidente do trabalho para os empregados admitidos por contrato de trabalho por tempo determinado em período de experiência. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva à Senadora Ana Rita e ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.* **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Tomás Correia *Acrésceta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarréico.* **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva às Senadoras Ana Amélia e Angela Portela, nos termos regimentais. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. *Inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.* **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Valdir Raupp *Acrésceta parágrafo único ao art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção ao teor calórico dos alimentos dietéticos nos rótulos.* **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva à Senadora Ana Amélia e ao Senador Jayme Campos, nos termos regimentais. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Waldemir Moka *Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização das operadoras de planos privados de*

assistência à saúde. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, de 2013. Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros. *Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQS no 38/2012– CAS, sejam indicadas para representar as entidades abaixo, em substituição aos outrora indicados, as seguintes autoridades e especialistas: – Antonio Cesar Perri de Carvalho, Presidente da Federação Espírita Brasileira; – Mohamad El Bacha, presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda, e as Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia, Ana Rita e Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, baseando-me no art. 111 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada.

Eu chamo a atenção porque, dos dez projetos, apenas dois são não terminativos. Então, temos hoje, na pauta de dez projetos, oito projetos são terminativos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 136, DE 2011

– Não Terminativo –

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.*

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, vou sintetizar.

Esse projeto já passou pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde houve uma audiência pública com as mulheres trabalhadoras Rurais. Imagino que V. Ex^a tenha lá. Não há dúvida do mérito desse projeto de autoria do Senador Inácio Arruda em relação a dar mais justiça ao salário pago às mulheres trabalhadoras.

A matéria relativa à proteção do trabalho da mulher deve ser aglutinada no Capítulo III da CLT, evitando a edição de normas esparsas sobre o mesmo assunto o que, além de trazer insegurança jurídica, afronta os princípios da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a elaboração da redação, alteração e consolidação das leis.

Assim, oferecemos um substitutivo, exatamente conforme orientação da Consultoria Legislativa do Senado, para trazer as medidas de proteção do trabalho da mulher contra a discriminação de gêneros propostas no PLS nº 136, de 2011, para o corpo da CLT. Então, estamos dando um abrigo legal para evitar algum ponto de discórdia.

É bom salientar também que aqui não é terminativo. A matéria será terminativa na CDH – Comissão de Direitos Humanos, que foi presidida até pouco tempo pelo nosso colega ativo, Senador Paulo Paim e hoje pela Senadora Ana Rita.

Então, o voto, Senador Moka, é pela aprovação do projeto com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 136, DE 2011**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer me-

das de garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração do trabalho da mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 373-B. São formas de discriminação contra a mulher:

I – o pagamento de remuneração menor quando desenvolvida a mesma função ou atividade, na forma do previsto no art. 461;

II – o controle de condutas no ambiente de trabalho, de modo a inviabilizar a participação da mulher em igualdade de condições;

III – a imposição de subserviência e inferioridade moral ou hierárquica em relação aos demais executantes da mesma função ou atividade;

IV – a preterição em razão do gênero na ocupação de cargos, funções e promoções, quando comprovada igual qualificação em relação a concorrente do sexo masculino;

V – a criação de obstáculos, em razão do gênero, ao acesso a cursos de qualificação, profissionalização e especialização;

VI – o assédio moral, físico, psicológico e sexual;

VII – o desrespeito, nos meios de comunicação internos, mediante consignação indevida de papéis estereotipados que exacerbem ou estimulem preconceito, ações excludentes, violência ou discriminação de gênero.

§ 1º Considera-se discriminação indireta a ação, omissão, critério, disposição ou norma interna que estabeleça situação desvantajosa em razão de gênero.

§ 2º Considera-se discriminação organizacional qualquer prática que contribua para o surgimento e a reprodução de quaisquer formas de discriminação.

§ 3º As diferenças e especificidades inerentes à condição feminina não poderão ser utilizadas para legitimar tratamento discriminatório, assim considerado o que acarrete qualquer distinção que não seja absolutamente necessária entre homens e mulheres nas relações de trabalho.

Art. 373-C. É dever do empregador promover programas de educação relativos ao respeito à igualdade de gênero e à dignidade da pessoa humana, estimular o exercício compartilhado das responsabilidades familiares e profissionais entre mulheres e homens.

§ 1º Consideram-se responsabilidades familiares o cuidado com os filhos e com as pessoas que necessitem de auxílio que habitem o domicílio familiar, sejam elas dependentes legais ou não, e o desempenho dos afazeres domésticos.

§ 2º Deverão ser assegurados os meios necessários ao exercício compartilhado e em igualdade de condições das responsabilidades previstas no § 1º.

§ 3º Deverá ser assegurado o exercício compartilhado e em igualdade de condições entre homens e mulheres quanto ao direito a creches e pré-escolas.

Art. 373-D. As empresas deverão incorporar o respeito à igualdade de gênero como um valor organizacional.

Art. 373-E. A manutenção ou reiteração de práticas de condutas discriminatórias contra a mulher, no âmbito das relações de trabalho, resultará no direito à indenização em favor da vítima, sem prejuízo da competente ação penal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente, lembrando, também, que aqui não é terminativo e que o será na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda e a Senadora Ana Amélia pelo relatório. E tanto o relatório quanto a iniciativa do autor merecem aqui as nossas considerações elogiosas, Senadora Ana Amélia, porque falamos tanto, tanto em defesa das mulheres, mas, quando chega na hora de aprovar um projetinho – permitam-me a expressão “projetinho” – que só garante para a mulher do campo, da cidade os mesmos direitos dos homens, cria-se uma confusão nesta Casa.

E por que digo “nesta Casa”? A Câmara aprovou um projeto – este é mais completo –, veio para cá, e nós o aprovamos aqui. Nós todos trabalhamos, aprovamos – foi V. Ex^a, inclusive, um dos articuladores –, foi para o plenário, e entraram com recurso, não deixaram aprovar o projetinho da Câmara dos Deputados e está engavetado na CCJ, não sei por quê, já que todos dizemos sempre que defendemos as mulheres.

Acho que esse projeto vem na linha – e é mais amplo, inclusive – de fortalecer essa luta das mulheres, no princípio mínimo dos direitos iguais.

Só quero, então, dar esse depoimento, e que a CCJ vote o outro projetinho da Câmara que vai no mesmo sentido; mas este é mais amplo e, por isso, a importância da aprovação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria continua em discussão.

Para discutir, Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, também gostaria de parabenizar a Relatora, Senadora Ana Amélia, por esse relatório importante, embasado, que mostra claramente a desigualdade de renda das mulheres em nosso País.

As mulheres, hoje, são a maioria da população, estão estudando mais, ocupando mais espaços no mercado de trabalho, mas, infelizmente, dados do IBGE, do censo demográfico de 2010, ainda mostram uma diferença salarial. Tenho um dado, aqui que gostaria de mostrar. O rendimento médio mensal dos homens, com carteira profissional assinada, foi de R\$1.392,00; ao passo que o das mulheres foi de R\$983,00 – equivale a uma diferença salarial de 30% de homens para mulheres, com a mesma escolaridade, ocupando a mesma função.

Considero um avanço, um passo muito importante desta Comissão a aprovação desse projeto de lei que revê essa condição de diferença salarial entre homens e mulheres. Então, queria parabenizar o autor e a Relatora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, o Senador Paulo Paim lembrou e realmente eu relatei um projeto de um Deputado Federal do meu Estado, Marçal Filho, que propunha exatamente isso. Quer dizer, é um absurdo, ter um homem e uma mulher no mesmo cargo, exercendo a mesma função ou função equivalente, e a mulher receber um salário menor. É um negócio que não dá para entender. É como diz o Senador Paulo Paim, há muito discurso da boca para fora, mas, na hora que precisa realmente... Não sei se é porque sou mandado pelas mulheres da minha casa, já sou minoria absoluta lá, por isso que tenho essa doutrinação.

Mas eu acho um absurdo que ainda existam homens que possam querer considerar isso. É um absurdo isso! Na mesma função! Lembrando que as mulheres são dedicadas, são atenciosas – está cada dia mais evidente isso. Dei aula durante 15 anos; hoje, nas salas de aula, é cada vez maior o número de mulheres. Então, não é possível!

Senadora Ana Amélia, temos que fazer, chamar para nós a responsabilidade, Senador Paulo Paim, e fazer com que esse projeto realmente seja aprovado. Porque, como diz V. Ex^a, na hora de aprovar, aí cai. Lembro-me que queríamos aprovar no Dia Internacional da Mulher, chegamos a ler, fazer discursos no plenário e, de repente, veio aquilo e tiraram o projeto.

Então, parabenizamos a relatoria, mas lembrando que, ser a favor das mulheres, na prática, é pegar o projeto e fazer com que, no salário, a remuneração seja igual. Ponto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, penso que a observação do Senador Paulo Paim, e sua também, que esteve envolvido no projeto do Deputado Marçal Filho, graças à competente assessoria da Consultoria Legislativa do Senado, este projeto, a menos que se queira colocar pelo em ovo, não vai, de nenhuma forma, significar qualquer tipo de risco de segurança jurídica. Aqui se está usando a CLT como base para dar essa garantia. Fazendo a interpretação dentro da lei, da própria CLT, para abrigar uma iniciativa louvável que foi a do Senador Inácio Arruda.

Exatamente, é nessa medida. E espero que não sejamos surpreendidos com outra manobra para inviabilizar também a iniciativa parlamentar em relação à proteção das mulheres. A Senadora Ana Rita, a quem fiz referência há pouco, é a Presidente da CDH, onde a matéria será votada em caráter terminativo. Portanto, ainda há mais uma instância para ser examinada, mas penso que, com a atenção que é dada à matéria, não há dúvida de que será aprovada também na CDH.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frasezinha na linha da sua fala. Se não me engano – e a Senadora Ana Rita, claro, vai confirmar –, na CCJ, foi para ela a relatoria desse seu projeto. Se está na mão dela, estou tranquilo que nós vamos aprovar. A confirmar, o projeto em que V. Ex^a trabalhou tanto foi encaminhado recentemente para a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas agora a Senadora Ana Amélia me tranquilizou. Se é terminativo na Direitos Humanos, não tenho dúvida. Lá é linha dura, viu, Senador Paulo Paim! Eu conheço a Senadora que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ela não vai deixar que esse projeto seja...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Ainda mais em se tratando de direitos das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ainda mais isso.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de tornar público o meu interesse em ser relatora na Comissão de Direitos Humanos, viu, Senadora Ana Rita, nossa Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, se depender, Senadora Ana Amélia...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Senadora Ana Rita tem um foco também importante na área das trabalhadoras rurais. Foi onde nós discutimos a matéria na CRA.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Às vezes, contrata o marido, e a mulher, por ser esposa do marido, tem que trabalhar e não recebe nada por isso. Conheço essa história.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também conheço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, na forma da Emenda nº 1 da CAS, Substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de tramitação. Depois da CAE é que vai para a Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou também relatora do item 10, em caráter terminativo, que é de sua autoria casualmente, e também do item 6. Sobre o item 6, é um projeto em que eu havia feito um relatório pela rejeição, e o Senador Vicentinho Alves solicitou vista e apresentou um voto em separado.

Em homenagem, Senador, ao próprio Senador Vicentinho, mas, sobretudo ao autor do projeto, Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ, vou retirar de pauta essa matéria para refazer o voto, abrigando o voto em separado do Senador, acomodando com discussão junto com o Governo, com a ANS, para construirmos uma saída melhor. Então, peço a retirada de pauta do item 6.

Da mesma forma, o item 10, que é um projeto de sua autoria, nosso Presidente, Senador Waldemir Moka, trata da necessidade de relatórios semestrais por parte da ANS a esta Casa. Como houve uma resolução, e o seu projeto já estava tramitando, eu fui pela

aprovação, mas ele fica prejudicado em função exatamente de termos já uma norma que vale para todas as agências reguladoras. Então, eu também o retiro de pauta para refazer, trazendo o aspecto da prejudicialidade, independentemente de exaltar a iniciativa de V. Ex^a, que foi extremamente oportuna naquele momento.

Então, peço a retirada de pauta dos dois itens, 6 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Regimentalmente, como Relatora, a Senadora Ana Amélia pediu e está concedida a retirada de pauta dos itens 6 e 10.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 330, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 58, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2012

– Não Terminativo –

Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prosseguimento da tramitação.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório. Só chamo a atenção para este projeto, porque esse é um tema que está sendo debatido nacionalmente. É claro que são coisas diferentes, mas, como pano de fundo, tem muito a ver. Médicos formados em países estrangeiros e que, para clinicar no Brasil, é preciso ter uma revalidação desse diploma.

Parece-me que sobre isso, até hoje, não existe lei. É o que pretende hoje o Paulo Davim. E esse debate sobre médicos estrangeiros é um debate que nós temos que tratar aqui nesta Comissão. Eu, inclusive, Senador Eduardo Amorim, pretendo conversar. E eu acho que esta Comissão de Assuntos Sociais não pode ficar omissa nesse tema.

Eu acho que nós temos que fazer uma audiência pública, tomando o cuidado e discutindo quais as pessoas que virão aqui, para a gente ter o contraditório disso e fazer uma audiência pública para que a gente possa realmente ter uma radiografia – usando uma expressão mais médica – de corpo inteiro do que se pensa, os prós e os contras dessa medida.

É claro que este é um assunto que a Comissão de Assuntos Sociais tem que debater, nós não podemos passar batido nessa discussão. E acho até que a Comissão deverá ter alguma posição. Evidentemente posição, se possível, majoritária. Será sempre majoritária aqui nesta Comissão.

E acho que a gente poderia, então, realizar essa audiência pública com a presença, quem sabe, do Ministro da Saúde, do Ministro da Educação, e a gente pudesse estabelecer um debate sobre o direito das entidades médicas, de alunos. Porque, na verdade, dos alunos que estão agora se formando, fazendo residência, eu recebo todo dia pilhas e mais pilhas de protestos, de contestações. Mas também conheço a realidade do Brasil.

Então, a gente tem olhar sempre os dois lados da questão. Evidentemente que nós vamos debater o assunto, mas não é um assunto em que possamos ser corporativistas.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar V. Ex^a por trazer esta matéria à discussão e a necessidade da realização dessa audiência pública.

Eu sugeria, Sr. Presidente, que nós pudéssemos fazer uma audiência pública conjunta com a CAS e a Comissão de Educação, porque as duas dialogam fortemente sobre isso, e que convidássemos os dois Ministros, o da Saúde e o da Educação, e as entidades. E, se puder também, convidar o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, para que ele possa nos dar uma radiografia nacional de como se encontram as necessidades de médicos no interior do Brasil.

Eu tenho uma informação de que nós temos hoje em torno de 430 Municípios do Brasil – 445, não é? –, mais de 400 Municípios, que não têm um médico, dia nenhum.

Portanto, nós também temos clareza de que as universidades, as faculdades de Medicina ampliaram a oferta de vagas. E essa contratação deve ser para local determinado e por tempo determinado, para que os bons empregos fiquem com a nossa juventude, que estuda muito.

Estamos precisando hoje em torno de 26 mil médicos. E, ao mesmo tempo, que nós fizéssemos uma programação nacional para atender a essas demandas e outras políticas de incentivo para que o médico possa ir para os pequenos Municípios, a exemplo do Protab, em que o estudante já formado, além de ter uma remuneração, também tem uma redução no financiamento do seu Fies e conta ponto para que ele possa fazer residência. E outras ideias que possam surgir.

Portanto, acho que é muito oportuna a realização da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto, que já pediu a palavra.

Eu vou propor uma coisa. O próximo item da pauta trata de revalidação de diplomas médicos. Eu acho que, logo após o relatório, nós vamos ter oportunidade de discutir essa questão e, inevitavelmente, o assunto “contratação de médicos estrangeiros” virá. Se permitir, a gente faria o debate quando da discussão desse item. Mas não quero e não vou fazer, V. Ex^a tem a palavra, é apenas uma sugestão.

O Senador Eduardo Amorim me pediu a palavra, mas ele é o relator da matéria. Por isso é que eu estou dizendo que é um assunto... Só para a economia de tempo.

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim, para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom, Presidente, para economizarmos tempo, vou direto à análise. Como foi distribuído previamente, o projeto, o parecer e o relatório, vou direto à análise.

Compete à CAS...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Meu caro Senador Eduardo Amorim...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem. Eu acho que, por a matéria ser tão importante, se possível, V. Ex^a lesse também o relatório, porque é um assunto que vai entrar, inclusive, em debate nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O.k., então. Agradeço a contribuição.

Então, o Relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, a CAS, o Projeto de Lei do Senado, o PLS de nº 138, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim, que dispõe sobre o exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por universidades estrangeiras.

O art. 1º institui o exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por universidades estrangeiras, que poderá ser elaborado em duas etapas e terá como base a matriz de correspondência curricular definida pela União.

O art. 2º, por seu turno, estabelece o objetivo do referido exame, qual seja o de aquilatar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional no País, adequados aos princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde, em nível de equivalência ao exigido dos médicos formados no Brasil.

O exame, segundo o art. 3º do Projeto de Lei, será implementado pela União com a colaboração das universidades públicas participantes e do Conselho Federal de Medicina.

Por força do art. 4º da proposição, as universidades públicas interessadas em participar do exame deverão firmar termos de adesão com a União.

As universidades públicas que aderirem a essa sistemática, reza o art. 5º, deverão adotar as providências necessárias à revalidação dos diplomas dos candidatos aprovados no exame.

De acordo com o que dispõe o art. 6º, poderão candidatar-se à realização do exame os portadores de diplomas de Medicina expedidos no exterior em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação ou órgão correspondente do país de conclusão do curso.

Por fim, a cláusula de vigência do art. 7º determina que a lei originada do Projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A apresentação do Projeto é justificada por seu autor em razão da necessidade de consolidar o exame nacional de revalidação de diplomas médicos, transformando-o em política de Estado, haja vista o seu embasamento legal atual ser apenas uma portaria interministerial.

A proposição, que não recebeu Emendas, também será analisada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

Compete à CAS, de acordo com o inciso II, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente Projeto de Lei, a revalidação de diplomas médicos expedidos por universidades estrangeiras, é afeita ao temário desta Comissão, vez que a aprovação da qualificação técnica desses profissionais é fundamental para garantir a segurança sanitária da população por eles atendida.

Assim, no mérito, não se pode discordar do Projeto de Lei em comento no tocante à necessidade de assegurar igual competência a todos os médicos que atuam no Brasil, independentemente do país onde o diploma foi expedido.

Tal competência passa a ser aferida, no caso dos profissionais que cursaram Medicina fora do país, por exame nacional especificamente elaborado para essa finalidade, padronizando os instrumentos ora existentes.

De fato, como afirma o autor na justificção do Projeto de Lei isso acontece desde a edição da Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, dos Ministérios da Educação e da Saúde, que institui o exame nacional de revalidação de diplomas médicos, conhecido como Revalida, que atualmente se encontra na segunda edição.

O Revalida consiste na realização de prova de conhecimento médico em duas etapas: prova escrita, com questões objetivas e discursivas, para aferir conhecimentos teóricos, e provas de habilidades clínicas, para aferir conhecimentos práticos.

Os aprovados podem solicitar às instituições de educação superior públicas brasileiras que aderiram ao Exame – 38, em 2012 – a validação do diploma obtido no exterior. Isso representa um grande progresso, pois, antes do exame nacional, os alunos formados em Medicina em universidades de outros países, precisavam revalidar os seus diplomas diretamente em alguma universidade pública.

Além do moroso processo, não era padronizado e cada instituição adotava um procedimento próprio, o que gerava grandes dificuldades. Porém, conforme argumenta o autor da proposição, a despeito do avanço que a questão teve com a instituição do Revalida, o exame ainda não está consolidado e, portanto, merece um tratamento legislativo adequado.

Por essas razões, consideramos que fixar as bases dessa nova sistemática em lei conferirá maior segurança jurídica ao processo, bem como perenidade.

Assim, Sr. Presidente, colegas Senadoras e colegas Senadores, estamos convictos de que a aprovação do projeto em tela representará um grande avanço no que se refere à proteção à saúde da população.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 138, de 2012, Sr. Presidente.

Esse é o nosso relatório e nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Indago ao Senador Humberto... Vamos discutir a matéria e, conforme haviam combinado, V. Exª pode também pode emitir opinião a respeito do assunto, em relação à contratação de médicos estrangeiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bem, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, entendo que o projeto de lei apresentado pelo Senador Paulo Davim é importante. Eu tenho apenas uma dúvida: se talvez o melhor caminho não fosse permanecer essa regulamentação a partir de portarias do MEC e do Ministério da Saúde, porque esse é um tema sobre o qual, com toda certeza, vamos ter mudanças de enfoque, de pontos de vista. Talvez uma lei engesse um pouco esse processo.

Mas eu vou votar pela aprovação do projeto. Penso que ele tem um mérito importante. Entendo que o fato de se fazer uma prova de revalidação a partir de uma iniciativa nacional parecer ser uma coisa boa. O próprio projeto relata a dificuldade que profissionais que desejam se instalar no País para exercer a Medicina tem hoje para revalidar os diplomas... Ou melhor, tinham até recentemente, porque isso era feito em cada universidade, cada uma com seus próprios critérios, com suas decisões políticas.

Nesse sentido, entendo que o projeto é importante. E é bom que ele abra a discussão sobre essa questão da situação do mercado de trabalho médico e as demandas do SUS e do setor privado. E é importante que, havendo a centralização da realização do exame a partir do MEC e do Ministério da Saúde, nós talvez tenhamos exames que abarquem a realidade do País.

Eu já vi pessoas utilizando estatísticas de que houve um teste de validação em que apenas 8% dos

médicos cubanos passaram. Garanto que se médicos brasileiros se submetessem a eles talvez fossem menos a passar.

Eu não sei se intencionalmente ou não, mas a complexidade dos exames que têm sido aplicados pelas universidades por aí afora impede que qualquer profissional, com a formação boa, adequada, possa lograr êxito em um processo como esse.

Então, acho que isso é importante também.

Agora, eu gostaria de adentrar esse assunto especificamente, primeiro, para elogiar a definição de V. Ex^a de nós podermos fazer algumas discussões aqui. Esse é um assunto delicado, mas é um assunto importante e é um assunto que precisa ser enfrentado com coragem.

E aqui fala uma pessoa que é médica. Eu sou médico também, mas entendo que hoje no Brasil, lamentavelmente, nós temos uma reserva de mercado na área da Medicina, e isso precisa mudar.

Portanto, nesse debate que vamos fazer, a primeira coisa que temos que fazer é cobrar das corporações médicas que elas sejam corresponsáveis pela solução, porque, há um tempo, quando se discutia... Por exemplo, eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que cria o serviço civil obrigatório. O Senador Cristovam Buarque tem uma parecida; parece que o Senador Jayme Campos tem também uma semelhante. Eles são contra. Agora mesmo, quando foi criado esse critério diferenciado para o acesso à residência médica, o Provab, não sei se V. Ex^{as} sabem, mas a representação dos profissionais médicos na comissão de residência médica foi de que deveria ser derrubado. E o discurso sempre foi o de que não há médico no interior porque o salário é ruim. Hoje qualquer médico que se forma vai encontrar três, quatro oportunidades de emprego a R\$15 mil, R\$ 20 mil e, se for para o interior, até mais.

Aqui existe gente do Amazonas, do Pará, que pode comprovar isso que eu estou dizendo. Então, o problema não é este, não é questão salarial. No meu caso, por exemplo, o primeiro concurso público que eu tive oportunidade de fazer foi nove anos depois de formado. Hoje isso é batendo na porta. As empresas, as prefeituras, os governos, estão indo buscar em casa os profissionais médicos. Por quê? Houve redução do número de vagas; o crescimento do número de profissionais não acompanhou o crescimento da população; houve um incentivo à concentração.

Então, hoje, não é fato que médico ganhe pouco. Eu dou aqui um doce a quem encontrar um médico desempregado. A não ser que ele não queira trabalhar, mas, se ele quiser trabalhar, tem emprego e tem emprego sobrando. E não é só no setor público, é

na iniciativa privada. Hoje, um cardiologista para dar plantão na iniciativa privada não se encontra; pediatra para fazer...

Eu tenho certeza, não tenho até esse dado, eu quero até esperar que a ANS venha aqui, mas hoje a quantidade de partos cesarianos que são feitos na rede privada é bem maior do que a quantidade de partos normais. Por quê? Porque o ginecologista e obstetra quer fazer o parto no dia que ele quiser. Ele não quer ficar de sobreaviso para ser chamado e fazer de madrugada.

Então, marca a cirurgia independentemente de haver uma indicação. Então, hoje faltam profissionais. Há uma reserva de mercado.

O segundo argumento: faltam condições de trabalho. Vejam, falava-se de educação continuada, possibilidade de segunda opinião. Hoje, em vários Estados do Brasil, a gente já tem isso. O profissional vai para uma cidade do interior, ele tem estímulo para poder fazer a sua educação continuada, ele tem lá um sistema de telemedicina em que ele pode ouvir opiniões de profissionais os mais destacados; e, mesmo onde não existe, é fácil fazer. O Ministério tem um projeto, um programa para isso.

Então, na verdade não existe nada disso. O que há é o problema da oferta e da procura. É óbvio se eu posso ganhar bem, trabalhar em Recife, tendo acesso a todo conforto que todo mundo deseja, eu não vou trabalhar em Orocó, onde eu não tenho nada disso. Aí é onde a intervenção, a ação do Estado tem que entrar, é isso que o Governo Dilma está querendo fazer.

Então, a primeira coisa que nós temos que cobrar deles aqui é o seguinte: qual é a responsabilidade de vocês para garantir médicos nos lugares onde não existem? Vocês estão dispostos a propor o quê? A partir daí, a gente começa a discutir, porque, senão, é muito cômodo fazer esse debate de que não se está interessado em saber quem está morrendo lá na ponta; não se está interessado em saber quem está adoecendo sem a mínima condição de ser beneficiado.

Então, não pode ser essa discussão. Agora, em relação à questão da qualificação, é lógico que ninguém vai querer trazer para o Brasil gente para matar paciente ou para fazer o mal ou para causar iatrogenia.

Agora é preciso também conhecer. Quantas pessoas que falam mal da universidade latino-americana de Cuba a conhecem? Eu conheço! Eu fui lá mais de uma vez como Ministro. Conheço a competência que os médicos têm

Então, é muito fácil chegar aqui e dizer que todos são incompetentes, nenhum presta. Agora, vamos comparar os indicadores do sistema de saúde cubano: mortalidade infantil, doenças transmissíveis, desen-

volvimento de tecnologia. Para gente não chegar aqui e simplesmente dizer que não viu e não gostou. Não pode ser assim!

Então, essa é uma outra questão relevante que eu entendo que deve ser feita. E não há nenhum problema.

O Governo apresenta uma proposta, pelo que eu sei, dizendo que esses profissionais podem trabalhar por três anos, sem um registro definitivo, só podem trabalhar para onde foram definidos. Ora, se em três anos, em acordo com as corporações, nós botarmos gente para suprir, acaba o programa, não há necessidade.

Aqui não se está querendo privilegiar o médico estrangeiro; ao contrário, nós queremos o médico brasileiro. Está-se tentando buscar de fora, porque aqui não há. Mas se houver, com toda certeza, é o que nós estamos querendo.

Então, eu faço questão de fazer essa colocação, porque muita gente teme este debate. É um equívoco! É um equívoco! Mesmo aqueles que são médicos têm que pensar fundamentalmente primeiro na população. Têm que pensar no povo, para depois pensar nesses interesses corporativos. É isto que nós temos que fazer: essa discussão. Eu quero enfrentar este assunto da maneira como eu acho que ele deve ser enfrentado. E não nos tornarmos aqui reféns do corporativismo. Não podemos aceitar isso. Eu tenho certeza que o povo vai aprovar essa medida. Eu tenho certeza que os prefeitos e os governadores vão aprovar essa medida. Eu tenho certeza que a sociedade vai aprovar essa medida.

Então, o que nós temos que dizer às categorias médicas é o seguinte: vamos negociar as condições de fazer isso. Vamos negociar. Há que haver algum tipo de validação, uma validação prévia, um teste, um período de adaptação, um período curricular, de algumas coisas que não haja no currículo deles lá na Espanha, em Portugal, em Cuba.

Outra coisa que é importante dizer: o Governo não está fazendo isso principalmente para trazer cubano, não. Nós temos que aproveitar, hoje, a situação da crise que existe na Europa e trazer bons profissionais de países que tenham línguas que não exijam uma adaptação tão grande para se comunicarem com a população.

Eu acho que deve haver uma avaliação de currículo, temos que ver se há um mínimo de qualificação – é disso que eu estou falando. Em vez de dizer “não vi e não gostei”, vamos negociar as condições para acontecer isso.

Agora, nós, como integrantes do Parlamento, temos uma responsabilidade, que é garantir a atenção à saúde da população. E isso hoje não está sendo possível. E não é só por essa questão de virem médicos do exterior. A gente sabe também a resistência que há à

abertura de novas faculdades de Medicina. Mesmo no setor público, há resistência para que isso aconteça.

Então, acho que o Senado, o Congresso Nacional vai estar diante de um assunto que tem uma relevância histórica muito grande, e nós teremos que estar à altura para responder a essa relevância histórica.

Obrigado, Sr. Presidente.

E voto com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto, V. Ex^a – acho que já estava aqui, mas de qualquer forma, para os que chegaram –, eu dizia, no início da reunião, que a Comissão de Assuntos Sociais não pode se omitir nesta questão da contratação de médicos. Nós não podemos. Nós temos que fazer um grande debate, sugerir uma audiência pública. Vou conversar com vários. A audiência pública é da Comissão, não vamos colocar autoria, é de todos os membros. Vamos discutir com os expositores, vamos contrabalançar isso aqui, fazer com que venham os mais variados segmentos interessados no tema, para que a gente possa fazer um amplo debate e ter uma opinião a respeito disso.

Eu tinha prometido ao Humberto, mas gostaria de me ater à discussão do projeto. Se V. Ex^{as} quiserem, depois, voltamos a debater o tema. Mas, neste momento, está em discussão o Projeto de Lei relatado pelo eminente Senador Eduardo Amorim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a vai discutir o projeto?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas para dizer que sou favorável ao parecer, mas quero cumprimentar o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu vou encerrar a votação e eu lhe dou a palavra. É uma questão apenas de critério.

Então, V. Ex^a é favorável.

Vamos encerrar a discussão, aprovar o projeto, e se for o caso, reabrimos. Eu não tenho nenhuma dificuldade, acho que o tema é importante. É porque, senão, nós vamos acabar misturando o debate do projeto com essa questão. Mas eu entendo que é importante essa discussão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, Presidente, eu quero só... É um detalhe que eu penso que esclarece também a natureza do projeto louvável do Senador Paulo Davim. Hoje, nós temos o Revalida, que é o exame criado por decreto, que o MEC aplica para revalidar diplomas de médicos. É só a Medicina que tem isso. Em nenhum outro curso superior há a revalidação. Nós estamos até debatendo aqui revalida-

ção de projetos, do Senador Requião. É um decreto o Revalida. E um decreto pode cair a qualquer momento.

Ao tomar a iniciativa, esta Casa cumpre com o dever constitucional e também institucional de normatizar por lei de iniciativa do Congresso uma definição clara de avaliação dos médicos formados no exterior para trabalharem no Brasil.

Penso até, Senador Paulo Davim, que o Revalida deveria ser aplicado aos médicos formados no Brasil, para justificar a preocupação do Senador Humberto Costa em relação à qualificação dos nossos médicos aqui, porque temos vários problemas. Ontem, aqui, na exposição do Ministro Aloizio Mercadante, ficaram claras as deficiências que temos. Muitos cursos foram fechados por falta de capacitação, qualificação e habilitação.

Portanto, penso que o Revalida não seja apenas um exame; assim como a OAB faz, também deveria haver um exame como o Revalida para os médicos formados no Brasil.

E a iniciativa de V. Ex^a deve ser saudada como tornar permanente uma legislação clara, eficiente, para preservar não só o correto e ético exercício da Medicina, mas, sobretudo, preservar a saúde dos brasileiros.

Por isso, eu queria apoiar a iniciativa de V. Ex^a e defender também a extensão do Revalida para os médicos formados no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão o relatório do Senador Eduardo Amorim.

Para discutir, o autor, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu quero agradecer à brilhante relatoria do Senador Eduardo Amorim e dizer que, na verdade, eu transformei a portaria interministerial em lei. Se, na verdade, houver alguma discordância da portaria, é um bom momento para se discutir essa portaria. Agora, precisamos, num assunto tão sério, dar perenidade a essa medida. Nós precisamos preservar a qualidade do serviço médico oferecido à sociedade.

Eu concordo em gênero, número e grau com a Senadora Ana Amélia. O Cremesp – Conselho Regional de Medicina do Estado São Paulo – já está fazendo o exame de ordem. Eu acho que o médico deve, sim, ser submetido a exame de ordem. Nós lidamos com o que existe de mais caro, que é a vida e a saúde do ser humano. São dois valores: a liberdade e a vida. A OAB faz o exame de ordem. Eu sou defensor do exame de ordem para médico, porque um erro do médico pode ser catastrófico. Temos que nos esmerar na formação desse profissional. Precisamos nos esmerar nessa formação.

Acho extremamente pertinente essa preocupação. E esta é a minha preocupação: nós precisamos cobrar dos profissionais responsabilidade. E esse exame de revalidação de diploma médico acontece em todo o mundo.

Do dia 08 a 10 deste mês, aconteceu o VI Fórum Ibero-Americano de Entidades Médicas. Lá estavam presentes: Ordem dos Médicos de Portugal, Colégio Geral dos Médicos da Espanha, países da América Central, Confederação Médica da República Argentina, Colégio Médico do Distrito IV da Argentina, Colégio Médico da Bolívia, Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Associação Médica Brasileira, Colégio de Médicos e Cirurgiões de Costa Rica, Organização Médica e Colegial da Espanha, Círculo Paraguaio de Médicos, Colégio Médico do Peru e Federação Médica Venezuelana. Aprovaram um documento em apoio ao exame de revalidação.

Todas as entidades médicas e científicas do mundo se preocupam com isso. Isso acontece nos Estados Unidos, no Canadá. Aliás, o Presidente Roberto d'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina, que é casado com uma portuguesa, está terminando o doutorado em Portugal e quer a liberação para exercer a Medicina em Portugal.

Pois ele vai fazer o exame do Revalida em Portugal, mesmo fazendo o doutorado em Portugal. Portanto, eu acho que é válido. Se houver alguma discussão a respeito da portaria, acho que é um bom momento para aprimorarmos.

Outra coisa: essa lei abre para as universidades e vai facilitar o acesso ao exame do Revalida. É diferente de citar uma ou duas universidades escolhidas no Brasil. Vai facilitar. Todas as universidades do Brasil podem se inscrever. Acho até que o Governo pode estimular essas universidades federais a se inscreverem no programa de revalidação.

Eu conheço profissionais médicos que se formaram fora. Eles saíram de São Paulo para fazer exame na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando, na verdade, se as universidades federais aqui do Sul tivessem condições de examinar esse jovem, esse profissional o teria feito.

Então, eu acho que, além de dar essa garantia, há uma facilitação para a revalidação dos médicos formados fora do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, o Relator Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, é só para reforçar. O que se está propondo aqui é o que já se faz em boa parte do mundo. Então, acho que o Brasil atuará como em muitos outros

países, pois, quando nós vamos fazer residência, quando nós vamos exercer a Medicina em qualquer outro canto do mundo, somos submetidos a uma prova lá.

Então, dessa vez, o nosso País também normatiza por lei – e não por portaria interministerial – o que se permite e o que é salutar até para quem é de outro país e aqui pretende exercer a medicina.

Então, o que estamos fazendo outros países já fizeram há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Amorim.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação.

Senador Eduardo Suplicy, conforme havia prometido, pode, evidentemente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a mesmo abriu o debate sobre a questão dos médicos do exterior. Eu queria apenas dizer que o Senador Humberto Costa expressou muito bem o problema e os argumentos e que estou de acordo com a manifestação dele.

Era isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, com respeito à audiência pública já marcada, para efeito das religiões, a própria assessoria da Comissão pediu-me que substituísse dois nomes. Então, eu já encaminhei o...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já está aqui o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só queria dizer que, possivelmente, na hora em que se iniciar a audiência na CCJ, com o Ministro da Justiça, eu precisarei estar lá. Mas está aqui já, com a minha presença, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom, eu quero aproveitar o quórum, porque os projetos agora são todos terminativos.

Se V. Ex^{as} concordarem, vou rapidamente passar aos itens.

Eu tenho um pedido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Estou solicitando a inversão da pauta, para que eu possa relatar o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu consulto o Plenário se podemos fazer a inversão, a pedido da Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 9 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2012:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 462, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção ao teor calórico dos alimentos dietéticos nos rótulos.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2012, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1-T a 3-T, oferecidas no prazo regimental.

Observações: – O Senador Cícero Lucena ofereceu três emendas nºs 1-T a 3-T, ao Projeto durante o prazo regimental (artigo 122, § 1º do RISF).

– A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Para economizar tempo, vamos à análise do tema. Análise.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o PLS nº 462, de 2012.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nosso ver, não existem óbices constitucionais ou regimentais à aprovação do projeto.

No que concerne à juridicidade, porém, assinalamos que tem razão o Senador Cícero Lucena ao salientar que o teor calórico, denominado como valor energético, já constitui uma das informações obrigatoriamente disponibilizadas na rotulagem nutricional dos alimentos, conforme determinam as resoluções da An-

visa sobre o tema, especialmente a supramencionada Resolução RDC nº 360, de 3 de dezembro de 2003.

Assim, a proposição não inova o ordenamento jurídico do País e, por isso, descumpre um dos critérios definidores da juridicidade dos projetos de lei.

Além disso, em termos de técnica legislativa, a proposição incorre em erro ao tratar de tema técnico e específico – informações a serem apresentadas na rotulagem nutricional dos alimentos –, que não deve ser objeto de norma legal, mas, sim, de regulamentos técnicos, instituídos por meio de normas de *status* infralegal, como é o caso das resoluções da Anvisa já mencionadas.

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que considerar, portanto, as inconveniências de determinar por lei federal medida como a proposta pelo projeto em tela. Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de concerto político para sua aprovação, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica das matérias das quais venha a tratar.

No caso específico da rotulagem nutricional, salientamos um grande problema adicional: o fato de as normas em vigência terem sido acordadas no âmbito do Mercado Comum do Sul. O Mercosul possui foros de negociação com o propósito de harmonizar especificações, requisitos e controles sanitários. Qualquer proposta de alteração nessas resoluções implica uma consulta aos Estados-partes e, posteriormente, uma decisão do Conselho Arbitral do Mercosul.

Se agir de forma diferente, o Brasil romperá os acordos comerciais e sanitários existentes. Na prática, os regulamentos atuais somente podem ser modificados se essa alteração for justificada por avanços tecnológicos e por regulamentações internacionais sobre o assunto.

Em virtude das razões expostas – a matéria não constitui objeto de lei e já está regulada nas normas de rotulagem nutricional vigentes e harmonizadas com os países que integram o Mercosul –, entendemos que a medida proposta no PLS nº 462, de 2012, não deve prosperar.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, a pedido do autor, o Senador Valdir Raupp, eu quero pedir vista desse projeto da Senadora Maria do Carmo, agradecê-la pelo trabalho, mas penso que é justificada a solicitação do autor e, por isso, peço vis-

ta. E, se for pedido vista coletiva, talvez apresse mais o processo de retorno aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva. Sou solidário a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nos termos do art. 132, concedo vista ao projeto, vista coletiva ao Senador Jayme Campos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de pedir a retirada de pauta do item 4, de autoria do Senador Paulo Paim, do qual sou Relatora, com o compromisso de, na próxima semana, nós colocarmos novamente para apreciação, discussão e votação aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Angela Portela, na condição de Relatora, pode pedir, e a Presidência concede, a retirada de pauta do projeto do item nº 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me só, Sr. Presidente. Só para que fique claro que a própria Relatora conversou comigo, conversamos com a Liderança do Governo, e ajustamos esse compromisso de votarmos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2012

– Não Terminativo –

Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

Autoria: Deputado Dr. Ubiali.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2012, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Observações: – *Em 17.04.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.*

– *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para antecipar: a pedido do Governo, que pediu mais uma semana, nós teremos que pedir vista no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu só posso conceder pedido de vista após a leitura do projeto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, esse projeto regulamenta o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

Relatório.

Trata-se de projeto de lei da Câmara de autoria do Deputado Dr. Ubiali, que regulamenta a atividade de condução de veículos de emergência.

O projeto visa à proteção dos condutores de veículos de emergência e da sociedade. No tocante aos trabalhadores, busca estabelecer um patamar de direitos superior ao previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Em relação à sociedade, a proposição visa a seleção dos profissionais aptos ao desempenho de tão relevante função, protegendo-a contra o exercício da mencionada atividade por pessoas sem qualificação adequada.

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria.

No prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

A manifestação da CCJ foi pela aprovação do projeto de lei em testilha, com duas emendas.

A primeira emenda suprime os arts. 2º e 3º do PLC nº 105, de 2012, ao fundamento de que as matérias elencadas nos incisos I, III e IV do art. 2º e no art. 3º não representam inovação no ordenamento jurídico nacional. Em relação ao inciso II do art. 2º, segundo a justificativa exposta no parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reside ilegitimidade, ante o disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal, no ato de se restringir o exercício da profissão de condutor de veículos de emergência aos portadores de diploma de nível médio.

A segunda emenda, por sua vez, dá nova redação ao art. 4º, I, do PLC nº 105, de 2012, para deixar expresso que os cursos de treinamento especializados e de reciclagem a que alude o dispositivo devem ser oferecidos, em periodicidade quinquenal, pelo empregador.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a questão relativa à regulamentação da profissão de condutor de veículos de emergência encontra-se afeta à competência privativa do mencionado ente federado.

Além disso, não trata de matéria cuja iniciativa é reservada ao Presidente da República, aos tribunais superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre a matéria.

No tocante à atribuição da CAS para examinar a proposição, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela confere tal prerrogativa.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de questão cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à inserção do tema no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, Sr. Presidente, colegas Senadores e colegas Senadoras, a proposição merece ser aprovada por esta Comissão.

Assim sucede, pois se protege a sociedade contra o exercício da profissão de condutor de veículos de emergência por pessoas não habilitadas a fazê-lo.

Nota-se, pela redação conferida ao art. 2º, que os requisitos necessários ao desempenho da profissão ora regulamentada (titularidade de diploma de nível médio, experiência de dois anos como motorista nas categorias previstas nas alíneas “a” e “b” do dispositivo em exame e conclusão de curso de condutor da mencionada espécie de veículo), aliados à avaliação periódica mencionada no art. 3º, permitem que somente trabalhadores aptos desempenhem tão importante atividade.

Por isso, não se afigura pertinente a supressão dos mencionados dispositivos, na forma da Emenda nº 1 da CCJ. Em relação à Emenda nº 2 da CCJ, a manutenção do parágrafo único do art. 2º inviabiliza a sua aprovação, já que a determinação que se buscava inserir no inciso I do art. 4º encontra-se contemplada pelo referido parágrafo.

Em relação aos trabalhadores, a proposição também merece aplausos, pois aumenta a proteção que lhes é atualmente conferida pela CLT.

Isso porque torna obrigatório o oferecimento de cursos de treinamentos especializados e de reciclagem pelo empregador, além da contratação de seguro de vida destinado à cobertura dos riscos inerentes à atividade de condução de veículos de emergência (art. 4º, I e II, do PLC nº 105, de 2012). Além disso, veda, salvo em situações excepcionais, que o profissional seja alocado em funções incompatíveis com aquelas descritas em sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Tratam-se, pois, de medidas que conferem efetividade ao disposto no art. 7º, XXII, da Constituição Federal, ao promoverem a redução dos riscos inerentes ao trabalho de condução de veículos de emergência.

Assim, a aprovação do PLC contribui para o aprimoramento das relações entre capital e trabalho no País.

Voto.

Tecidas essas considerações, vota-se pela aprovação do presente projeto de lei e pela rejeição da Emenda nº 1 da CCJ e da Emenda nº 2 da CCJ, Sr. Presidente.

Para finalizar, um comentário: condutor de veículos de emergência, motorista de veículos de emergência, não pode ser qualquer um, ele não está conduzindo qualquer mercadoria, está conduzindo o bem maior que todos nós temos, que é a vida, e tem que ser diferente. Seria mais uma categoria entre as já 13 ou 14 categorias que constituem a saúde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiramente, sou totalmente favorável à matéria. Esses profissionais serão preparados, inclusive, para algum atendimento de emergência, quando necessário for. Mas, como o Governo pede uma semana – permita-me, Senador, elogiar o seu relatório –, faríamos um acordo, pediríamos vista coletiva e, na semana que vem, votaremos.

Quero cumprimentar V. Ex^a pelo relatório, pela autoria do projeto. Centenas de amigos que atuam nessa profissão me pediram para ajudar a defender. O Governo nos pede uma semana para ajustar a matéria. Eu peço vista, mas já dizendo que votarei favoravelmente ao seu relatório e à iniciativa do nobre Deputado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É um direito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou pedir vista coletiva, porque entendo que esse projeto tem que ser votado na semana que vem.

Agora, já quero antecipar minha opinião: eu não tenho concordância com algumas opiniões do Ministério do Trabalho. Quando o Ministério do Trabalho fala que não identificou no projeto pressupostos de interesse público, eu acho que é um equívoco, porque quem dirige veículos de emergência exerce um trabalho muito diferenciado do de outro profissional que dirige qualquer outro tipo de veículo. Quem dirige veículo de emergência, na minha opinião, são aqueles que justamente estão cuidando de vidas, que vão salvar vidas. E essas pessoas têm que ter um tratamento diferenciado. Na minha opinião, é preciso tratar de forma diferente

aqueles que fazem um trabalho diferente; e esse é um trabalho diferenciado.

Então, eu peço vista coletiva, já que o Senador Paulo Paim solicitou vista, para que possamos votar na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É regimental. Então, concedida vista ao Senador Paulo Paim e vista coletiva à Senadora Ana Rita, com o compromisso de, na semana que vem, pautarmos novamente para que o projeto seja discutido e votado.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 561, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estender a manutenção do contrato de trabalho em caso de acidente do trabalho para os empregados admitidos por contrato de trabalho por tempo determinado em período de experiência.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2011.

Observações: – Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, Presidente, quero dizer da minha felicidade por este relatório, de um projeto que trata de previdência, Senador Blairo Maggi, é uma grande iniciativa.

O meu relatório tem parecer favorável do Ministério da Previdência, nem sempre conseguimos ter esse entendimento. Então, já fico muito feliz por saber que, pela qualidade do projeto, o próprio Ministério da Previdência já deu parecer favorável.

Então, vamos direto à análise, Sr. Presidente, uma vez que não há discordância do órgão correspondente em relação a essa matéria.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre seguridade social e relações de trabalho.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional

(art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito não há reparos a fazer. O nobre Senador Blairo Maggi encaminha o projeto.

A medida, ao reconhecer o direito do empregado, ainda que no curso do contrato de experiência, à estabilidade provisória de que trata o artigo 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, harmoniza-se com os princípios da proporcionalidade, da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho, da função social da empresa, do meio ambiente de trabalho seguro, da boa-fé objetiva e da não discriminação.

Para melhor compreendermos a importância do tema, analisemos a natureza do contrato de experiência.

Orlando Gomes e Elson Gottschalk observam que o parágrafo único do art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre o contrato de experiência ou de prova, não define sua configuração jurídica, deixando às partes da relação de trabalho o ajuste contratual. Por meio desse contrato, verificam-se as qualidades recíprocas das partes: de um lado, a capacidade profissional do empregado; de outro, a idoneidade objetiva do empregador. É um período do contrato de trabalho com a característica da expectativa, para bem se conhecerem. Após seu término e não havendo rescisão, a relação de emprego continua automaticamente no contrato definitivo.

Sr. Presidente, se tivermos quórum, vou sintetizar aqui e não lerei todo o projeto, até porque é claríssimo.

Terminou o contrato de experiência, houve um acidente, ele tem a chance de retornar ao trabalho para adaptação. Por isso, eu cumprimento o Senador Blairo Maggi pela brilhante iniciativa, a que todos os Ministérios consultados foram favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nós apresentamos à Mesa um requerimento para que fosse ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, porque interfere no custeio da Previdência Social, criando uma subespécie de benefício sem o respectivo suplemento de custeio – essa é a nossa preocupação. E também por interferir na disponibilidade de gestão de mão de obra do empregador, gerando um custo adicional.

Então, eu apresentei um requerimento, que está na mesa, depois de ter recebido algumas orientações de que haveria um impacto realmente orçamentário sem estar previsto.

Assim, pedindo vênias a dois grandes amigos, o Autor e o Relator, vou pedir vista para ter oportunidade de esta semana ainda poder ser apreciado este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Regimentalmente V. Ex^a tem direito. Vista concedida.

Consulto se alguém quer pedir vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acho que seria importante vista coletiva, já que o Ministério da Previdência, nos seus cálculos, diz que não é contra. Tenho aqui um parecer por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, vista coletiva.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Estou em plena concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vista ao Senador Cyro Miranda e vista coletiva à Senadora Ana Rita.

Passamos ao último item da pauta, uma vez que os outros foram retirados.

Peço ao Senador Eduardo Amorim... é o nosso último projeto, Senador.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 338, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012.

Observações: – Em 11.12.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para suas considerações finais, se julgar necessário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, como vou pedir a rejeição do projeto, e isso realmente é um constrangimento para qualquer um de nós que relata o projeto de um colega, eu gostaria pelo menos de ler para fundamentar o porquê da minha posição.

Se V. Ex^a concordar, tentarei ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, de autoria do Senador Tomás Correia, inclui um parágrafo 3º no art. 11 da Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de estabelecer, como incumbência do Poder Público, a obrigação de fornecer gratuitamente comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.

Na justificativa do projeto, o Senador Tomás Correia menciona estudos da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência que defendem a administração de comprimidos de zinco quelado, por um período de dez a catorze dias, em razão de a medida resultar em significativa melhora do quadro diarreico e redução de sua duração.

A proposição – que não recebeu emendas no prazo regimental – foi distribuída, primeiramente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde foi aprovado o parecer favorável do Relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda, e chega agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ser apreciada em caráter terminativo.

Análise.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o referido PLS.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nosso ver, não existem óbices constitucionais, jurídicos ou regimentais à aprovação do projeto.

Em termos de técnica legislativa, porém, a proposição incorre em dois erros. Primeiramente, ela trata de tema técnico e específico – administração de comprimidos de zinco a crianças portadoras de quadro diarreico –, que não deve ser objeto de norma legal, mas, sim, de regulamentos técnicos, instituídos por meio de normas de *status* infralegal, como portarias e resoluções.

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que se considerar, portanto, as inconveniências de se determinar por lei federal medida como a proposta pelo projeto em tela. Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de concerto político para sua aprovação, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica das matérias das quais venha a tratar. Por exemplo, se o projeto em análise nesta Comissão for transformado em lei e estudos posteriores chegarem à conclusão de

que o uso de comprimidos de zinco é ineficaz ou até mesmo prejudicial (por eventuais efeitos adversos que venha a apresentar), será necessário aprovar outra lei para revogar a medida, o que só ocorrerá após novo período de tramitação da matéria.

Em segundo lugar, a medida foi instituída no ECA, que não é uma lei apropriada para tratar de medidas de saúde, a despeito de essa norma apresentar um capítulo dedicado a temas relacionados à saúde de crianças e adolescentes.

Ressalte-se, porém, que a maior contraindicação ao projeto reside em seu próprio tema: posicionamento do Ministério da Saúde (MS) informa que, após consulta a especialistas ligados à Sociedade Brasileira de Pediatria, a Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno constatou “que ainda é polêmico no meio científico o uso sistemático de comprimidos de zinco em todos os casos de diarreia aguda em crianças.” Os técnicos do MS entendem “que o pilar no tratamento da diarreia continua sendo a solução de reidratação oral, sendo o zinco considerado terapêutica coadjuvante, com o papel mais estabelecido nas situações de diarreia aguda em crianças desnutridas”.

Em virtude das razões expostas – a matéria não deve ser regulamentada por meio de lei e não existe consenso científico acerca do uso sistemático de comprimidos de zinco em todos os casos de diarreia aguda em crianças –, entendemos que a medida proposta no PLS nº 338, de 2012, não deve prosperar.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012.

Obrigado, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, eu quero lhe pedir desculpa, porque aqui, na assessoria, é como se V. Exª já tivesse lido o relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu lhe peço desculpas. Foi uma falha, mas eu, de público, peço-lhe desculpa, porque eu disse assim: se V. Exª julgar necessário. É como se a Presidência estivesse dizendo que não há necessidade do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Jamais eu imaginaria, partindo de V. Exª, qualquer coisa como essa. Na verdade, eu só insisti em fazer a leitura porque, além de rejeitar um projeto de um colega, pelo menos a gente tem que explicar as razões,

a justificativa. Mas eu entendo que V. Ex^a, de forma alguma, teve essa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas cabe uma explicação. Muitas vezes, a gente lê o projeto, porque ele é terminativo, e não o discutimos porque não há quórum. Eu achei, em função do que está aqui para mim, que esse projeto já tivesse sido... Então, peço-lhe desculpas.

Eu acho que é um tema importante. Essa questão de comprimido de zinco em quadro diarreico de criança, eu sou temerário a esse tipo de coisa. As coisas não podem ser assim. Mas aí é uma opinião. Eu queria até depois discutir isso melhor. Mas, como é pela rejeição, estou mais tranquilo em relação ao projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mesmo concordando com o relatório do Senador Humberto Costa, eu, a pedido do autor, penso que uma semana a mais, uma semana a menos...

E V. Ex^a também não precisa se penitenciar, porque, às vezes, é lido um relatório e tantos assuntos entram em nossa pauta diária, que é bom fazer uma releitura, e até tão rápida quanto fez o Senador Humberto Costa. Então, pelo contrário, apenas nos esclarece mais sobre um tema tão relevante.

Mesmo concordando plenamente com a argumentação, mas, a pedido do autor, que foi um Senador que teve uma atuação exemplar aqui, eu peço vista e gostaria que algum outro colega pedisse vista coletiva, para que pudesse examinar melhor. Mas reafirmando a minha condição de ser favorável ao relatório dele.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva, Senadora Ana Amélia e Senadora Angela Portela.

O último item, cujo relator é o Senador Casildo Maldaner, é o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 409, DE 2012

– Não Terminativo –

Inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012.

Observação: A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas, na verdade o Projeto de Lei do Senado nº 409, de autoria do eminente Senador Rodrigo Rollemberg, introduz os protetores solares no escopo da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, mediante o acréscimo de um parágrafo 2º no art. 1º da referida norma, com vistas a ampliar o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação.

Simplificando, o autor argumenta, na justificativa do projeto, caros colegas, que os protetores solares são úteis na profilaxia da carcinogênese e do envelhecimento precoce da pele, assim como na redução da quantidade de radiação ultravioleta absorvida pelo nosso corpo e na prevenção da queimadura solar. No entanto, segundo o autor, o seu uso ainda é reduzido no Brasil, pois o produto é pouco acessível à população, haja vista o preço elevado.

Então, em função de que cada vez aumenta mais a questão do câncer de pele, a proposta do Senador Rodrigo Rollemberg, em sintonia com a Fundação Oswaldo Cruz, é de ter nessas farmácias populares, com preços acessíveis, essa disponibilidade, para que as pessoas, além de mudar a cultura, tenham condições de aplicar, de prevenir, porque hoje, cada vez mais, a incidência de câncer de pele está crescendo no Brasil. Então, é uma medida de profilaxia que o Senador Rodrigo Rollemberg propõe.

Então, nessas condições, eu não vou ler toda a análise, todo o projeto, acho que é dispensável, mas me coloco à disposição, se algum dos colegas... São três laudas aqui na exposição e na justificativa.

Eu concluo, então, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012. Eu acho que vem ajudar, principalmente, a população mais carente, em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar o Senador Casildo Maldaner pelo parecer e gostaria, nesta oportunidade, de fazer uma recomendação a todos os Senadores e Senadoras. Acabo de ler aqui, relacionado ao tema do câncer, depoimento da atriz Angelina Jolie, que está divulgado na imprensa hoje. A *Folha de S. Paulo* publica na íntegra o seu

depoimento, que é uma ação de coragem, de amor pelas suas próprias crianças e algo muito bonito. E eu gostaria aqui de recomendar a todas as pessoas que leiam esse bonito depoimento. Não sei se as Senadoras aqui já o fizeram, mas eu recomendo muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Casildo Maldaner, Relator, voto conhecido.

João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e com o autor também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator e com o Autor, e parabenizando o Autor da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu tenho um requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQS no 38/2012–CAS, sejam indicadas para representar as entidades abaixo, em substituição aos outrora indicados, as seguintes autoridades e especialistas: – Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Federação Espírita Brasileira; – Mohamad El Bacha, presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas. Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para encaminhar o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se da audiência pública sobre a Lei das Religiões. Nós assumimos o compromisso de que, logo que feita essa audiência pública, haverá aqui a possibilidade de representantes de todas as religiões se manifestarem, daí, em seguida, de pronto, atendendo a apelo do Senador Eduardo, até proferirei o parecer a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cícero. Não?

Então, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Senador Cícero Lucena com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu encaminhei a esta Comissão e solicito a V. Ex^a que possamos aprovar um requerimento extrapauta. Estamos vivendo um momento em que a Nação toda está atenta às preocupações com a área da saúde, a questão da revalidação de diplomas de outros países, possíveis convênios assinados, por exemplo,

com Cuba, para trazer os médicos para prestar serviço numa área que é deficiente – todos nós temos essa consciência –, e a fim de que nós possamos nos informar um pouco mais.

O meu requerimento é no sentido de fazermos uma audiência pública em que pudéssemos ouvir, a convite, o Ministro da Saúde, juntamente com o da Educação, que também está trabalhando nesse processo, e ouvir o representante do Conselho Federal de Medicina, que representa a categoria. E gostaria também de ouvir os prefeitos, um representante dos prefeitos, para que eles pudessem relatar efetivamente qual é a dificuldade que os prefeitos têm hoje para a contratação dos médicos.

E esta Comissão tem sua importância num item fundamental, que é a saúde, e, no caso específico, da contratação desses profissionais, porque não se faz saúde sem a participação e a aprovação desses profissionais. Então, a minha sugestão é que fizéssemos essa audiência pública para que todos pudessem emitir suas preocupações e efetivamente esclarecer os Senadores para tomarmos uma posição, que eu considero muito importante para o País.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para endossar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena, eu preciso dar uma informação a V. Ex^{as}: este assunto já foi debatido no início desta reunião, e a Comissão tomou um compromisso de, em nome da Comissão, fazer essa audiência pública que V. Ex^a está sugerindo agora. Então, eu tinha que explicar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, então...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minuto. É uma decisão que já foi tomada inicialmente, mas que não prejudica o requerimento de V. Ex^a, que será transformado num requerimento de toda a Comissão, até para prestigiar a autoria de V. Ex^a. E além desses membros, faltam mais dois: os mesmos que V. Ex^a sugeriu já haviam sido sugeridos, os dois Ministros, mais as entidades médicas, as outras duas vagas aqui de entidades que representam os médicos. Talvez um representante de médicos residentes, eu acho que seria interessante, e um médico, talvez, do interior. Mas que a gente pudesse ter bem representado esse segmento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu procurei só colocar os quatro, porque considerei que estariam representados os médicos, através do Conselho as prefeituras, que têm essa demanda e esse problema no dia a dia, no seu gerenciamento; e os dois Ministros que estão engajados na busca dessa solução.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou ouvir os demais Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, que quer também fazer algum comentário.

Só achei que eu tinha que informar V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, é endossar, estou com o Senador Cícero Lucena. O Presidente, já no início, disse que é praticamente uma proposta da Comissão para debater isso, nessa audiência pública.

Eu quero apenas pegar uma carona aqui e cumprir o Senador Eduardo Suplicy por trazer essa reportagem da atriz Angelina Jolie, que endossa aquela proposta que o Senador Rollemberg apresentou na prevenção de câncer, etc., que nós tivemos a honra de relatar.

Eu não poderia deixar de dizer também que, nesta noite, no programa do Jô Soares, apresentou-se uma dupla Suplicy, que embalou essa madrugada, no bom sentido. Foi um negócio extraordinário. Tinha que fazer esse registro. Tirou meu sono, comecei também a ficar ali, na minha habitazinha, embalado. Quase que amanhecemos que nem a Câmara dos Deputados até às cinco da manhã. Parabéns! Que dupla extraordinária! Vendo aquilo nos encheu de orgulho. Foi muito linda essa madrugada. Até o Jô estava sem jeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Fico muito feliz com o sucesso que meus filhos têm tido. Muito feliz mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Eu preciso fazer a leitura de um documento também da Federação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro, faça a leitura, Sr. Presidente. Depois, eu peço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Do Fórum Ibero-Americano de Entidades Médicas.

Moção de Apoio aos Médicos Brasileiros.

Os representantes das nações reunidas durante do VI Fórum Ibero-americano de Entidades Médicas, ocorrido em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel-Açores, expressam seu apoio aos 400 mil médicos brasileiros e condenam, veemente, qualquer iniciativa governamental que permita a portadores de diplomas de Medicina obtidos em escolas estrangeiras a possibilidade de exercer a profissão em território nacional sem a devida revalidação de seus títulos, regra legal que deve ser preservada em defesa da ética e da segurança dos pacientes.

Além de desrespeitar a lei, esta flexibilização de critérios de acesso de portadores de diplomas médicos

obtidos em outros países põe a qualidade da assistência à população em situação de risco e não garante a ampliação definitiva de acesso ao atendimento nas áreas de difícil provimento.

No caso brasileiro, defende-se a manutenção do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), [item aprovado hoje, nesta sessão, autoria do Senador Paulo Davim, relatado pelo eminente Senador Eduardo Amorim], cuja criação tem assegurado a avaliação dos candidatos formados no exterior com critérios justos e eficazes para medir sua competência e capacidade de responder às demandas.

Por outro lado, como defensores da valorização da medicina – de forma ampla –, os participantes do VI Fiem igualmente se solidarizam com os médicos brasileiros em seu pleito junto aos governantes pela adoção de medidas que asseguram aos médicos condições de trabalho.

Assim, os participantes do Fiem concordam com a proposta defendida pelas entidades médicas, já em discussão, que prevê a criação de uma carreira de Estado para o médico do Sistema Único de Saúde (SUS) – com ênfase na atenção primária (com a previsão de infraestrutura e de reconhecimento profissional) –, a qual asseguraria a presença de médicos nas áreas distantes e nas periferias dos grandes centros.

As instituições presentes: Confederación Médica de la República Argentina, Colégio de Médicos do Distrito da Argentina, Colégio Médico da Bolívia, Conselho Federal de Medicina do Brasil, Federação Nacional dos Médicos do Brasil, Associação Médica Brasileira, Colégio de Médicos y Cirujanos da Costa Rica, Organización Médica Colegial da Espanha, Círculo Paraguayo de Médicos, Ordem dos Médicos de Portugal, Colégio Médico del Peru, Sindicato Médico del Uruguay e Federación Médica Venezolana.

Então, é um documento que foi, formalmente, apresentado à Comissão de Assuntos Sociais e que a Presidência tem, por dever, tornar público.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer um apelo a V. Ex^a e a esta Comissão.

Sr. Presidente, esta Comissão aprovou, por unanimidade, um projeto que teve uma grande repercussão nacional positiva; e esta semana ainda o STJ, por unanimidade, aprovou o direito do trabalhador aposentado ter a sua aposentadoria recalculada, baseada nas novas contribuições em que voltou a trabalhar.

Eu entendia que, uma vez aprovado aqui, o projeto estava indo à Câmara, inclusive era essa a conversa que tinha com as próprias Lideranças do Governo, e esse foi o acordo firmado, que na Câmara poderia

haver algumas mudanças. Fui surpreendido, mas respeito porque é regimental, quando houve um recurso ao Plenário. Indo recurso ao Plenário, eu percebi que havia uma pequena falha que eu chamo emenda de redação, porque, na ementa é muito claro, quando diz: “Contagem do tempo de contribuição anterior e posterior”. Naturalmente, há renúncia para o recálculo. Mas, no art. 18, lá embaixo, a palavra “anterior” acabou não entrando por erro de redação, porque está clara na justificativa e, também, na ementa, essa redação.

Mediante isso, já que o projeto seria votado em Plenário, o que eu mesmo fiz? Para que ninguém diga que foi votado na Comissão e votado no Plenário, eu ia pedir, então, se fosse direto, emenda de redação na Câmara, mas, como houve o recurso ao Plenário, eu fiz a emenda de redação, colocando a palavra, que, na hora de digitar no computador, devem ter esquecido. Voltou a esta Comissão.

O apelo que faço é para que o relator dê o parecer sobre a emenda de redação. O projeto vai voltar ao Plenário e, no Plenário ainda, quem assim entender, e é regimental, poderá pedir até ser que ele seja apreciado em outra Comissão; o que eu não quero, já que ele será deliberado, é que vá para outra Comissão, já que houve recurso, sem o ajuste da emenda de redação.

Por isso, apelo a V. Ex^a para que votemos na semana que vem essa emenda de redação – é apenas uma palavrinha!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou acolher a questão de V. Ex^a, vou conversar com o Relator. Informa-me a Secretária de que o Relator é o Senador Paulo Davim, e não tenho a menor dúvida de que ele fará isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O.k. O Senador Cícero Lucena já, se for necessário...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não tenho a menor dúvida. É que, V. Ex^a lembra que o relator agora foi o relator da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. O.k., Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, José Pimentel, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Cyro Miranda e Paulo Bauer, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a discutir “políticas públicas para a saúde do homem”, em atendimento ao Requerimento nº 71, de 2012 da CAS, *de autoria da Senadora Ana Amélia*, com a presença dos seguintes oradores: **EDUARDO SCHWARZ**, Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde – MS, **AGUINALDO CÉSAR NARDI**, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia – SBU, **ANDERSON ARANTES SILVESTRINI**, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC, **EMMANUEL FORTES CAVALCANTI**, Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina – CFM, **FLÁVIO LOBO HELDWEIN**, Médico Urologista e Colunista do Blog Saúde do Homem. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PSDB – MS) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento

nº 71, de 2012, da CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir políticas públicas para a saúde do homem.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos – é claro que teremos tolerância se for o caso.

Convido para compor a Mesa os ilustres expositores: Sr. Eduardo Schwarz, Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde; o Sr. Aguinaldo César Nardi, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia; o Sr. Anderson Arantes Silvestrini, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; e o Sr. Flávio Lobo Heldwein, médico urologista e colunista do *blog* Saúde do Homem.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, requerente, que vai colocar os objetivos desta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, nossos prezados convidados, eu recebi a visita do Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia e de outros médicos da área da saúde do homem e fiquei muito impressionada com os números alarmantes em algumas regiões do País relativos a incidência de câncer, mutilação, provocados por desinformação, provocados pela falta de acesso à prevenção. Aqui nós temos um cuidado muito grande com a questão da mulher, da saúde da mulher, mesmo nesta Comissão muito se fala sobre o câncer de colo de útero, câncer de mama. Entendi que seria uma boa hora, uma boa oportunidade, Senador Waldemir Moka, para abordarmos também essas questões relacionadas à saúde do homem.

Há a questão do câncer de próstata, que é uma questão que traz consigo preconceitos. O homem ainda, especialmente no Sul do País – o machão gaúcho, como eu digo –, tem dificuldades para enfrentar essa questão, e isso é necessário. A mulher também tem, porque há aquele preconceito de que “procurando, acha-se alguma coisa” – o medo de achar alguma coisa às vezes inibe a pessoa a fazer a prevenção adequada da doença. Então, o motivo básico é: fazermos uma audiência pública para vermos onde estão as fragilidades maiores e onde nós podemos, através da ação legislativa, ajudar e apoiar ações que venham do setor público, do Ministério da Saúde e de outros órgãos da área médica, como a Sociedade Brasileira de Urologia e a de Oncologia, ações que possam nos ajudar a evitar que tantos homens morram no Brasil por falta de informação, por falta de prevenção, por falta de assistência. Então, esse é o objetivo desta audiência pública.

Eu antecipadamente agradeço a todos que aceitaram o convite da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, a título só de informação, a minha assessoria – na verdade a competente jornalista Andrea –, me passa alguns números. Eu acho importante colocá-los, até porque diz respeito ao quadro que nós vamos ver aqui.

A cada três mortes de pessoas adultas, duas são de homens. Quando comparado com o das mulheres, o tempo de vida deles é 7, 6 anos menor. As doenças isquêmicas do coração, como infarto do miocárdio, seguidas das moléstias cardiovasculares, como acidente vascular cerebral – acho que o nome não é mais AVC hoje, deve ter outra denominação – e outras doenças cardíacas, pneumonia, cirrose e diabetes estão entre as principais causas de morte do sexo masculino.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, o Inca, o câncer de próstata também está entre as causas mais frequentes de morte. O crescimento de óbitos por esse tipo de câncer cresceu 120% entre 1979 e 2006 segundo o Instituto.

Estudos comprovam que os homens são mais vulneráveis às doenças, especialmente às enfermidades graves e crônicas. Isso está ligado ao fato de que eles recorrem menos aos serviços de atenção primária do que as mulheres e procuram o sistema de saúde quando os quadros já se agravaram.

Para ampliar o acesso deles aos serviços de saúde, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Saúde do Homem em 2009, aliada à Política Nacional de Atenção Básica, integrante do Programa Mais Saúde, Direito de Todos, criado em 2007, iniciativa pela saúde masculina, para ter aumento de até 570% no valor repassado às unidades de saúde por procedimentos urológicos e de planejamento familiar, como a vasectomia, e ampliação em 20% no número de ultrassonografias de próstata. Os serviços são oferecidos nas unidades-base de saúde e nas unidades de pronto atendimento. O foco tem sido nos homens de 20 a 50 anos de idade, o que corresponde a 41,3% da população masculina ou 20% da população, totalizando 2,5 milhões de brasileiros.

Além de criar mecanismos para melhorar a assistência a essa população, a meta do Governo Federal é incentivar que eles procurem os serviços de saúde ao menos uma vez por ano.

Só a título quase de provocação para os expositores.

Eu concedo a palavra ao primeiro orador, ao Coordenador da Área Técnica...

Prefiro inverter. Prefiro que o representante do Ministério da Saúde possa falar depois da exposição dos outros oradores. Pode ser? (*Pausa*)

O Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Aguinaldo César Nardi. Muito obrigado pela presença.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – Eu é que agradeço muito a oportunidade da Senadora Ana Amélia de solicitar esta audiência pública e de o senhor aceitá-la. Aliás, o senhor já fez um resumo que quase acaba com a minha apresentação. Mas realmente é isso que a gente vai discutir hoje. O nosso objetivo realmente é trazer algum benefício para o homem brasileiro, para o Ministério da Saúde, para o Estado, enfim, para toda a área pública.

Próximo eslaide, por favor.

Eu preciso falar um pouquinho só para situar o SUS.

Eu já vivi em um país onde a Medicina era socializada, mas eu nunca vi nenhuma estrutura igual à do SUS. O SUS é equânime, é universal, tem o controle da sociedade, ou seja, na teoria, é um projeto maravilhoso como nenhum país do mundo tem igual. É óbvio que nós temos vários problemas aqui e vamos procurar debatê-los.

Em 1994/1995, depois das conferências mundiais principalmente sobre as mulheres, surgiu a necessidade de criar políticas públicas que enfoquem também os homens, na verdade, as políticas de gênero, tanto das mulheres como dos homens. Em dez anos, entre 1996 a 2006, praticamente nada se falou em termos de políticas públicas.

Próximo eslaide, por favor.

Em 2007, o Ministro Temporão criou a Área Técnica de Saúde do Homem. Em 2008, essa foi uma formulação da estratégia. Essa formulação teve o apoio das sociedades de especialidades médicas do Brasil. A Urologia foi uma delas, além da Psiquiatria, Cardiologia, Pneumologia e Gastroenterologia.

Próximo.

Então, em 2009, houve a instituição oficial dessa Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, que deveria ser consolidada no triênio 2008/2011. Creio que depois o Dr. Eduardo Schwarz vai poder falar o que aconteceu de 2009 até hoje, para nós.

Em 2009, foi o início efetivo dessa implantação da política que orienta a formulação de planos de ação em todas as esferas, seja federal, estadual ou municipal.

Próximo.

Falando um pouquinho dos homens, os homens entre 20 a 59 anos representam 55% da população masculina. É a faixa etária mais produtiva da Nação, e, mesmo assim, até então, não havia nenhum programa de saúde específico para eles. E os homens têm várias peculiaridades, que nós vamos ver aqui.

Próximo.

Em relação à mortalidade, como o Senador Moka já citou, a cada três pessoas que morrem no Brasil, duas são homens; a cada cinco pessoas que morrem entre 20 a 30 anos, quatro são homens. Os homens vivem 7,6 anos menos que as mulheres.

Em 2007, 16 milhões de mulheres consultaram o ginecologista na rede pública, enquanto, dois milhões de homens foram ao urologista, na verdade, dois milhões de consultas, ou seja, entre homens e mulheres, porque urologista também atende mulheres. E os homens têm vários fatores de risco. Tabagismo, alcoolismo, alimentação rica em gordura, sedentarismo, violência, DST, Aids são mais frequentes em homens do que em mulheres. Também aspectos socioculturais: os homens têm medo de descobrir doenças, pensam que nunca vão adoecer e, por isso, não se cuidam, não procuram o serviço de atendimento médico. Estão mais expostos aos riscos de acidente de trabalho e de violência, além do álcool e, como eu já disse, da ausência de atividade física, levando ao sedentarismo e à obesidade, preocupantes à proporção que aumenta a idade populacional.

Enquanto as mulheres souberam reconhecer a sua fragilidade como seres humanos e foram se mobilizando não somente nas áreas federais, mas até socialmente, mediante as organizações não governamentais, os homens, não. Eles continuam com a faixa dos arquétipos de heróis: são indestrutíveis, nunca ficam doentes. O maior exemplo disso é que, em 2005, e eu estive aqui em Brasília quando o Ministério Humberto Costa lançou a Política Nacional de Reprodução Humana Assistida, ele citava a Secretaria Especial da Mulher referindo-se como Ministra. Eu fiquei encucado com aquilo. Pensei: Por que ele está chamando a Secretaria Especial da Mulher de Ministra? Na verdade, ela tem *status* de Ministério e está ligada diretamente à Presidência da República com verbas específicas para as mulheres. Vejam que, só para ficar muito claro, realmente as mulheres são muito bem organizadas.

Próximo.

Está na Constituição também que o homem, o Estado, a família, a sociedade têm o dever de amparar pessoas idosas.

Próximo.

A expectativa de vida ao nascer no Brasil, hoje, é 74 anos. Quem chega aos 70 anos tem mais 14 anos de expectativa de vida. Espera-se que, em 2025, que está logo aí, 30 milhões de homens terão mais de 60 anos no Brasil, o que é muito preocupante.

Próximo.

Veja esta escala aqui. Na verdade, seria uma pirâmide.

Próximo.

Veja a projeção das Nações Unidas para o Brasil: em vez de ter uma pirâmide em 2050, vamos ter um grande barril, que pode até ser um barril de pólvora.

Próximo.

Isso acontece tão rapidamente no Brasil que a gente pode até citar Fernando Pessoa:

Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara.
Quando a tirei e me vi ao espelho,
Já tinha envelhecido.

Próximo.

O que isso tem a ver com a Urologia? Todas essas doenças de próstata, rim, bexiga, os cânceres urológicos estão ligados principalmente à idade. A próstata cresce em todo homem. Há três coisas que crescem no homem o resto da vida inteira: o nariz, a orelha e a próstata. A incontinência urinária é um dos fatores importantes que diminuem a qualidade de vida do homem idoso, e também o distúrbio hormonal no homem, que vai provocar fraturas ósseas na idade adulta ou idade mais idosa e uma série de alterações cognitivas, diminuindo a sua qualidade de vida.

Próximo.

O homem realmente é atacado, como o Dr. Moka disse, por hipertensão, diabetes, tabagismo, alcoolismo, mas também pelos seus problemas urológicos.

Próximo.

E o que isso influi na Urologia? É o planejamento familiar, com a realização de vasectomia; as doenças da próstata; câncer e hiperplasia benigna; a sexualidade humana, que diminui a qualidade de vida, afeta 52% de homens brasileiros, que têm disfunção erétil e não são tratados – menos de 10% deles são tratados no Brasil; a litíase urinária, que afeta 12% da população, e é um caos, porque é uma doença que dói, e a dor é aguda, mas as pessoas não têm onde procurar acesso a tratamento; e o câncer de pênis, que é uma vergonha para este país.

Próximo.

O câncer de próstata é o câncer mais comum em homens. Um a cada seis homens terá câncer de próstata durante a vida e um a cada 36 morrerá da doença.

Próximo.

Este aqui foi um dado que a sociedade brasileira fez junto com o *Datafolha*, em 2009, sobre a frequência ao urologista. Quase a metade dos homens nunca foi ao urologista, mas, dos 50% que foram, 34% deles são das classes A e B, aqueles que têm nível superior e nível de escolaridade maior.

Próximo.

Eles conhecem algum sintoma sobre câncer de próstata? Sessenta por cento disseram que conhecem. Todos erraram, porque o câncer de próstata, na sua fase inicial, não tem sintoma.

Próximo.

Quem levou o homem para a consulta médica? Em mais de 70%, é a esposa ou companheira ou namorada. Se a gente pegar os amigos, conhecidos, a família, a mãe, a irmã, a filha, vamos ver que em quase 100%, a totalidade, são as mulheres que envolvem. Por isso eu disse que a Senadora Ana Amélia talvez seja a mulher que vá ajudar a política de saúde do homem no Brasil.

Próximo.

Só para a gente ter uma comparação, vejam que o câncer de próstata e o câncer de mama tiveram o mesmo índice de mortalidade em 2010. Todo mundo viu na televisão que agora a Angelina Jolie tirou as duas mamas e pôs uma prótese.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – Técnica ou filosófica? Se foi técnica, eu acho que ela incorreu em alguns riscos, porque o câncer pode aparecer em outro lugar que não a mama. Talvez isso ela não tenha feito. Mas isso é uma opinião, porque, já que eu sou urologista, não é a minha especialidade e eu não posso me aprofundar. É uma opinião médica somente.

Enfim, esse assunto que correu o mundo todo mostra a importância das mulheres, ressaltando mais uma vez que, realmente, as coisas que as mulheres trazem são vistas.

E o número de mortes por câncer de próstata e câncer de mama realmente é o mesmo no Brasil.

Próximo.

Então, vejam bem, em 2005, em São Paulo, 30% dos doentes do SUS, quando chegavam para o diagnóstico no urologista, já tinham doença avançada. Isso implica diminuição das chances reais de cura e custos para o Estado para o tratamento desses homens.

Próximo.

Não vou me alongar nisso, mas, quando se tem um câncer de próstata localizado, a chance de cura é mais de 90%; quando a doença está avançada, há uma série de itens que você pode usar – hormônio ou a cirurgia de retirar a polpa do testículo, que é onde se produz o hormônio.

Próximo, por favor.

Vejam que o Ministério da Saúde gastou – esses são dados do Datasus – com hormônios R\$127 milhões, em 2012, e com a arquitectomia, que é cirurgia, que é o padrão ouro que a Sociedade Brasileira de Urologia estabelece, R\$1,5 milhão, mais a quimio-

terapia. O câncer de próstata, se diagnosticado precocemente, poderá gerar benefícios grandiosos para o Estado, mesmo financeiros.

Próximo.

Eu vou falar um pouquinho de câncer de pênis, porque isso é muito importante. Eu queria pedir permissão para o Dr. Moka para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos conceder mais três minutos.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – O.k.

O câncer de pênis realmente tem uma incidência muito alta no Brasil: varia de 2,9 a 6,8. Nós estamos equiparados à Etiópia, Egito, África, Índia – aliás, na Índia, há menos até do que em alguns lugares do Brasil –, enquanto essa doença não existe mais na Europa e nos Estados Unidos.

Próximo.

Existem mil amputações de pênis por ano, no Brasil, de pacientes do SUS, e há um caso novo a cada 13 dias, no Maranhão. Cinquenta por cento desses pacientes aguardam até um ano para procurarem atendimento.

Próximo.

Fatores de risco: higiene, fimose e doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HPV.

Próximo.

Nós fizemos um mutirão de cirurgia de fimose no Maranhão, em 2007. De 85% que tinham fimose, sete tinham câncer de pênis.

Próximo.

Nós fizemos também um projeto de prevenção. Decidimos usar vídeo para o público ler, aulas em vídeo e vídeo para a televisão.

Próximo, por favor.

Aqui são os urologistas voluntários que foram até o Maranhão, com apoio da Força Aérea, e, aqui, os secretários de saúde e presidentes da sociedade que estiveram mobilizando a sociedade naquele Estado.

Próximo.

Esse aqui é o nosso caminhão que levou a formação. Nessa tenda, as pessoas viam o vídeo e acabavam também cortando o cabelo gratuitamente.

Próximo.

Essa aqui é a população.

Próximo.

Esse é o caminhão que percorreu vários Estados, várias cidades do Maranhão.

Próximo.

Esse é o Zico, que foi o nosso garoto-propaganda – graciosamente, não cobrou nada por isso.

Próximo.

Todo mundo levava um sabonete para casa, para saber que tem que lavar o pênis. As pessoas não

têm culpa de não saberem que têm que lavar o pênis. Alguém tem que falar para eles. Se o pai não falou, se a mãe não falou, se a escola não falou, se o Estado não falou, enfim, essa é uma culpa da sociedade toda e não somente de alguns.

Próximo.

Essas são as propostas que a gente tem para a efetivação dessa política.

Nós estamos há sete anos discutindo uma política, uma nova tabela de procedimentos. Como vocês sabem, todo procedimento que a gente faz tem um nome e nós estamos defasadíssimos em termos de tabelas no Ministério da Saúde. Essa tabela que atua até hoje tem vinte anos, e nós estamos esperando que ela seja realmente colocada em prática agora.

Nós também sugerimos que os hospitais do SUS devem ser equipados na sua totalidade, porque dessa maneira nós podemos focar urologistas em diversas regiões do País. Não adianta nada querer ter urologista no sertão do Maranhão, se lá não houver um hospital, não houver um aparelho para ele trabalhar.

Próximo.

Nós gostaríamos também de ter uma participação efetiva com o Ministério da Saúde na capacitação desses profissionais na estratégia de saúde da família, para que essas doenças urológicas sejam bem diagnosticadas.

Próximo.

E gostaríamos de ter uma dotação orçamentária para a área técnica de saúde do homem, para a criação desses ambulatórios de saúde masculina e de centros de referência em urologia, que possam realmente oferecer o acesso da população masculina às ações públicas de saúde no Brasil.

Além do mais, apoiamos muitíssimo a iniciativa popular que destina 10% da receita bruta da União para a saúde.

Próximo.

Nós temos um projeto que chamamos de Câncer de Pênis Zero. Estamos discutindo com a área técnica uma parceria em conjunto para que possamos realmente, nos próximos 20 anos – e, aqui, tenho certeza de que nós vamos obter o apoio dos Senadores –, voltar a esta Casa e dizer: “Hoje, nós não temos mais câncer de pênis no Brasil”. Essa é uma doença é evitável. Na minha cidade, havia um trevo em que se morria, toda semana, uma pessoa. Quando o Estado construiu um viaduto, o trevo não foi mais causa de morte. O câncer de pênis é exatamente a mesma coisa. Precisa de água, sabão, educação. É assim que nós vamos levar informação.

Próximo. Próximo, por favor.

Se o senhor me permite, eu tenho um vídeo de dois minutos, que eu queria mostrar. Se houver tempo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – É um vídeo que nós produzimos para levar ao Maranhão e a todas as cidades do Norte e Nordeste do Brasil. Foi levado durante 2007 e 2009.

Se estiver difícil, eu acho que poderíamos...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – São ações que nós determinamos para a sociedade para que possamos falar de maneira lúdica para todos, que estimulam, realmente, o sentido de prevenção das doenças.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador, pela oportunidade de poder estar aqui, e muito obrigado, Senadora Ana Amélia, mais uma vez, pela disposição em solicitar esta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero parabenizar o Dr. Aginaldo César Nardi, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, pela exposição primorosa, muito bem colocada. Eu fico feliz por ter esse tipo de contribuição. Tenho certeza de que a TV Senado levará também essas informações. Parabéns pelo belíssimo trabalho.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Dr. Anderson Arantes Silvestrini, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Antes, porém, eu quero convidar o Dr. Emmanuel Fortes Cavalcanti, Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina, para que tome assento à mesa.

Dr. Anderson, consulto o senhor, para sermos democráticos. Quanto tempo, no total, teve o Dr. Aginaldo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quinze minutos? Então, vamos conceder também os mesmos 15 minutos, por uma questão de democracia.

Agora, o senhor não precisa usar os 15 minutos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É isso que eu ia dizer. Exatamente, pelo conteúdo do Dr. Aginaldo, se outros tiverem uma síntese em dez minutos, o ideal

seria, para podermos fazer uma interlocução maior, mas não lhes tira o direito de usar do mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não. Acho que os 15 minutos foram muito bem usados. Trata-se somente de uma questão nossa, porque são seis expositores.

Com a palavra o Dr. Anderson Arantes.

O SR. ANDERSON ARANTES SILVESTRINI – Bom dia a todos. Gostaria inicialmente de cumprimentar o Sr. Senador Waldemir Moka e a Sr^a Senadora Ana Amélia e agradecer a oportunidade para falar de tema tão importante.

Realmente, acho que não vou gastar os 15 minutos, porque o Dr. Nardi já avançou muito na minha apresentação e foi brilhante, mas vou colocar alguns pontos um pouco alarmantes principalmente sobre câncer de próstata.

Então, está na hora de tocarmos neste assunto. Seguinte.

Declaração de conflito de interesse. Talvez o único conflito que eu tenha é ser homem. Então, estou diretamente interessado nas questões aqui colocadas.

Seguinte.

Esses são dados da Organização Mundial de Saúde, de 2008. Vocês podem ver que, na população do mundo, em geral, o câncer de mama tem a maior incidência, mas o segundo é o câncer de próstata. E com uma peculiaridade: o câncer de próstata não mata tanto os doentes quanto alguns outros tumores.

Como é o caso do pulmão, por exemplo, que vocês podem na barrinha vermelha. Quase a totalidade dos pacientes que é diagnosticada morre da doença em um ano. O que vemos em relação ao câncer de próstata: apesar do diagnóstico de um volume muito grande de pacientes, cerca de apenas um terço deles vai morrer da doença no primeiro ano do diagnóstico.

A importância disso se dá porque teremos uma série de pacientes, a maioria dos pacientes, em tratamento contínuo da doença e também pacientes tratados e com sequela da doença, porém vivos, trazendo um ponto bastante importante.

Seguinte.

Quando avaliamos apenas os homens, vocês podem ver que a maior incidência no mundo ainda é de câncer de pulmão com mortalidade bastante extensa – cerca de 80 a 90% dos casos – e o de próstata, em 2ª colocação, com a mortalidade em cerca de 20 a 30%.

Seguinte.

A importância está aqui: em cinco anos, com esse dado de 2008, podemos ver que teremos no mundo 3,2 milhões homens vivos com câncer de próstata. Isso é cumulativo. Por isso, este é o momento de trabalharmos esse dado tão importante.

Mais um.

E no Brasil? Quais são as estimativas no Brasil? Isso aqui são dados oficiais do Inca, do Instituto Nacional do Câncer, e vemos que, de 2001 a 2012, tivemos um aumento de 305 mil casos de câncer, em geral, no Brasil, para 518 mil, ou seja, um aumento de 69% em cerca de 11 anos.

Está certo que a população também cresceu, mas este é um aumento bastante considerável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON ARANTES SILVESTRINI – A população talvez tenha até crescido um pouco mais, mas mesmo assim esse dado é bem considerável, porque, no Brasil, cerca de 20% da população vai morrer de causas oncológicas nos próximos anos.

Seguinte.

Aqui são os dados no Brasil. Vocês podem ver que, apesar de toda a apresentação do cuidado com a mama, temos 60 mil casos novos por ano de câncer de próstata contra 52 mil casos de câncer de mama. Ou seja, o câncer de próstata é até mais incidente no Brasil do que o câncer de mama, e, como falei, com uma população viva, com a doença bastante extensa, que vai acumular-se ao longo dos anos.

Seguinte.

Aqui são dados por Estado. Vocês podem ver que os Estados de maior incidência são esses em pretos, onde vocês veem que São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com incidência que chega de 68 a 100 casos a cada 100 mil homens. Os Estados de Minas Gerais, do Centro-Oeste e alguns do Sul, com incidência 50 a 70 casos, para cada 100 mil homens.

Pode passar.

Bem, o que podemos fazer para diminuir a mortalidade por câncer de próstata? Na verdade, o ideal é que consigamos diagnosticar os pacientes assintomáticos da doença, cujo tratamento é curativo e mais barato, do que tratar um paciente com doença avançada ao longo de toda a sua vida. Além disso, podemos aumentar também a vida desses pacientes e diminuir a mortalidade com tratamento de ponta, só que também isso é muito mais caro do que fazer o rastreamento.

Estou trazendo algum dado técnico, mas ele é muito importante, porque, em 2012, esse estudo americano de uma força-tarefa para prevenção de câncer foi muito discutido, no ano passado, por causa do dado que ele apresentou, inclusive com alguns países, tirando o rastreamento do câncer de próstata de sua diretriz, só que é um dado muito questionável. Resolvi trazê-lo para vocês. Inclusive, acho que esse estudo fosse

publicado por brasileiros, talvez ele nem seria aceito para publicação, e eu vou mostrar por quê.

Então, esse foi um estudo com cerca de 76 mil homens, e estes faziam PSA por seis anos e toque retal por quatro anos, só que 40% dos pacientes do braço-controle já tinham realizado PSA três anos antes de entrar no estudo. Ou seja, já tinha sido selecionada uma pré-amostra de pacientes que já tinham um acompanhamento e não tinham doença detectada. Cinquenta por cento dos pacientes do braço-controle realizaram exame de rastreamento, o que inviabiliza o resultado do mesmo.

Ou seja, pacientes que eram para fazer o PSA, para ver se fazer PSA realmente diminui a mortalidade por câncer ou não, continuaram a fazer, apesar de estar no grupo que não era para fazer.

Então, metade dos pacientes já inviabilizaria também o estudo. Apenas 40% dos pacientes com indicação de biópsia a fizeram, ou seja, 60% dos pacientes, mesmo sabendo do risco de um PSA elevado, que poderiam ter câncer de próstata, recuaram e não quiseram fazer biópsia e não fizeram diagnóstico.

Assim, para mim, esse estudo aqui tem várias características, como mostrei para vocês, que inviabiliza os dados que ele nos apresenta. Do mesmo modo, vou mostrar outro estudo, que é europeu, até mais antigo.

Pode passar.

Esse aqui já é um estudo muito mais robusto, com 162 mil homens, e esses homens foram rastreados para câncer de próstata, com realização de PSA, a cada dois a quatro anos versus observação e um seguimento de dez anos desses homens.

Qual foi o resultado? Redução de 40% de casos avançados. Essa é uma triste realidade para o Brasil. No nosso País, cerca de 60 a 70% dos casos são diagnosticados avançadamente. O paciente que chega para a gente com o PSA. É com um PSA de 20, de 30, sendo que o normal é até dois, três, dependendo da idade. Houve também uma redução de 20% na mortalidade específica por câncer de próstata.

Pode não ter diminuído a mortalidade como um todo, mas os pacientes deixaram de morrer de câncer de próstata, e esse benefício foi encontrado principalmente em pacientes abaixo de 70 anos.

O número de pacientes acompanhados para redução de uma morte foi de 48. Então, cabe a nós discutir se realmente o custo de se fazer um PSA, uma consulta com um urologista, se para cada morte, precisamos avaliar 48 pacientes, para evitar uma morte, se esse custo é efetivo ou não. Na minha opinião, é bastante efetivo.

Bem, quais seriam os grupos de risco para câncer de próstata? Consideramos idade maior que 50

anos; homens com familiares de 1º grau com câncer de próstata; pacientes da raça negra; e pacientes obesos. Esses seriam os grupos hoje que entendemos como de risco.

Quais são as recomendações da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e da Sociedade Brasileira de Urologia? Para nós, principalmente no grupo de risco, devem ser recomendados exame de PSA e toque retal a partir dos 50 anos.

Seguinte.

Bem, essa foi uma campanha e uma sementinha que as duas entidades colocaram no ano passado em novembro, que foi o Novembro Azul. Já que temos o Outubro Rosa, por que não difundimos o Novembro Azul, uma campanha contra o câncer de próstata? Realmente estimular, porque são as mulheres, as mães, as filhas que levam o homem ao médico e pensar o seguinte: que, às vezes, o único médico a que o homem vai é o urologista.

Então, além do diagnóstico precoce do câncer de próstata, uma série de doenças, como hipertensão diabética, talvez será ser diagnosticada nesse consultório do urologista. Devemos pensar que talvez seja importante que esse rastreamento se mantenha ao longo do tempo.

Pode passar o seguinte.

Colocamos uma série de informações à população quanto ao câncer de próstata, estimulamos, tiramos muitas dúvidas, tivemos uma caminhada no parque. Foi bem estimulante, e esperamos que, neste ano, consigamos novamente fazer a campanha com o apoio do Nardi e de todo o Congresso.

Pode passar.

Bem, era isso que queria apresentar.

Gostaria de agradecer novamente a oportunidade. Acho que realmente a discussão vai ser muito importante para esclarecermos os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado ao Dr. Anderson principalmente pela exposição e também por ter sido econômico no tempo, embora preciso. Ele deve ser cirurgião. Normalmente, o cirurgião é preciso.

O SR. ANDERSON ARANTES SILVESTRINI – Eu sou clínico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É clínico.

Vou dar a palavra primeiramente ao Dr. Flávio Lobo Heldwein, médico urologista e colunista do *blog* Saúde do Homem.

Por favor.

O SR. FLÁVIO LOBO HELDWEIN – Bom dia a todos! Obrigado pelo convite. Meu nome é Flávio. Ao contrário dos outros oradores de hoje, não represento

nenhuma sociedade ou órgão, mas represento certamente os médicos que se deparam com os problemas da saúde do homem na sua rotina diária e os próprios pacientes, porque tenho um *blog* desde 2008, e vamos comentar um pouco dos acessos e o que os pacientes questionam a respeito disso.

Próximo, por favor.

Como já foi caracterizado pelos demais colegas. O homem é um sujeito que tem medo de adoecer, se acha um super-herói, tem a maior exposição de acidentes, é violento, bebe mais, fuma mais, tem uma maior incidência de doenças cardiovasculares. A obesidade é maior no homem. Isso tudo traz maior custo para o SUS.

Ele procura menos assistência médica. Então, como vimos até agora, quem manda o paciente ir ao médico é a esposa. Acho que a audiência de hoje representa isto: temos mais mulheres do que homens aqui. O homem tem uma menor expectativa de vida, como vimos.

Próximo, por favor.

Então, em 2009, o Ministério da Saúde iniciou a Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem, que visa enfrentar fatores de risco destas doenças: obesidade, hipertensão, diabetes, vida sedentária, assim como facilitar o acesso desses homens ao diagnóstico precoce dessas doenças e à orientação, esclarecer e promover, através de ações educativas, as dúvidas que os homens têm a respeito – e eles têm muitas! –, estimular e apoiar a realização de pesquisas nessas áreas que ainda estamos certamente iniciando.

Próximo, por favor.

Então, a política visava cinco áreas principais: a cardiologia, devido às casas cardiovasculares, a urologia, a pneumologia, a saúde mental e as causas externas, como acidentes de trabalho, de trânsito, e a violência.

Próximo, por favor.

Assim, esse gráfico e a tabela são para demonstrar que as principais causas de mortalidade na faixa etária masculina, depois dos 40 anos, são as causas cardíacas e o câncer aqui e nos demais países.

Vemos no gráfico abaixo que, até os 40 anos, as causas externas aqui – suicídio, trânsito, assassinatos – são as maiores responsáveis pela mortalidade masculina. As causas cardiovasculares e os tumores vão ascendendo depois dos 40 anos.

Próximo.

A medicina evoluiu muito nas últimas décadas – sabemos disso –, mas as causas cardiovasculares, que, certamente, eram a primeira causa de mortalidade em todas as faixas etárias, vêm declinando – aqui, as doenças do coração. Desde a década de 70, consegui-

mos diminuir praticamente 60% das causas cardíacas numa população mais jovem de 85 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO LOBO HELDWEIN – Sem dúvida.

E na faixa etária acima dos 80 anos também houve esse declínio da doença cardíaca. Enquanto na parte do câncer, vemos um declínio muito pequeno. Desde a década de 70, começamos a ter uma melhora que representa, mais ou menos, 20 a 30% na mortalidade.

Próximo, por favor.

Então, esses eslaides já foram apresentados. O Ministério da Saúde, hoje, sabe que, no Brasil, há um aumento de expectativa de vida, uma melhoria da aquisição de dados pelo Datasus, e que o câncer de próstata, o câncer urinário da bexiga, o câncer de rim estão entre os mais prevalentes no homem.

Próximo, faça o favor.

Então, algumas medidas, como a importância do controle de peso, a atividade de vida, o combate ao sedentarismo, uma dieta mais saudável são metas da portaria da saúde do homem.

A gente sabe que um terço das mortes são relacionadas a hábitos dietéticos não saudáveis, à falta de atividade física, ao sobrepeso e à obesidade, e um terço é relacionado ao fumo.

Próximo, faça o favor.

A gente, certamente, com campanhas educativas, tem como mudar esse perfil no Brasil, mantendo um peso saudável, estimulando uma vida mais ativa, uma dieta, criação – isso aqui eu acho que é muito importante – de ambientes sociais, econômicos e culturais, parques, ciclofaixas, ciclovias onde a gente possa ter uma vida mais ativa.

Em Florianópolis, vocês sabem, para acessar a ilha a gente tem de passar pela ponte. Foi feito um estudo de que, agora, diariamente, 178 mil carros passam pela ponte. É um fluxo maior que o da Rio-Niterói, então, se a gente puder criar alternativas, esses pacientes, esses homens, certamente, vão ter uma vida mais saudável.

O combate ao fumo, no Ministério da Saúde, já há algum tempo é feito com bons resultados, leis que impedem o consumo do cigarro em ambientes fechados, e tal.

O diagnóstico precoce, a gente vai ver que ainda é uma incógnita nos próximos eslaides.

Faça o favor, o próximo.

Então, como eu estava falando do fumo, a gente restringiu as propagandas, aumentou o preço, leis proibiram o consumo em locais fechados. As estratégias, eu acho que ainda poderíamos melhorar em promoção a dieta e a exercícios, conscientizando esses pacientes, esses homens.

A gente sabe que a nova epidemia do século é a obesidade, então a gente sabe que quanto mais obeso, mais fatores inflamatórios, mais associação no corpo, com a incidência de câncer, diabetes e pressão alta.

A gente sabe que campanhas educativas são feitas em outros países. Sempre, quando tem uma propaganda de algum alimento rico em gordura, atrás, no final da propaganda, vem... Como a gente faz, aqui no Brasil, contra o cigarro, eles fazem também, dizendo que a gente deveria ter uma dieta mais saudável, com maior consumo de frutas e legumes.

Quem sabe ensinando isso às nossas crianças, a gente possa mudar, também, a nossa realidade.

O *blog*, então, foi uma iniciativa idealizada depois de observar que muitos pacientes, hoje em dia, vão à consulta do médico já com pesquisas feitas na Internet. A Internet, a gente sabe, é escassa em dados contundentes, qualquer um pode escrever o que quiser lá, então, a minha vontade foi de, junto ao clicRBS, que é o portal parceiro da Rede Globo nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, iniciar e dar uma oportunidade a esses pacientes que quisessem esclarecer algumas das suas dúvidas. Esse *blog* seria o canal.

A gente tem de 7 a 25 mil acessos mensais, então, os homens querem saber sobre as suas doenças, eles estão mudando um pouco o perfil, apesar de a gente saber que nas camadas culturais mais baixas essa procura é menor.

Na Internet, os assuntos mais procurados pelo Google são, a gente sabe, os de conteúdo sexual e as redes sociais, mas a saúde também é um dos principais tópicos procurados pelos internautas. Então, por que não ter um *blog* ou uma melhoria, até, das páginas de órgãos como o Ministério da Saúde, o Inca, a respeito disso, para que os pacientes possam se informar, com uma linguagem mais fácil, certamente?

Então, eu acho que uma campanha voltada aos internautas, hoje com *tablets*, *smartphones*, poderia ajudar.

Aqueles, lá, são os assuntos que são abordados no *blog*. Os pacientes têm acesso e, às vezes, esses temas têm mais procura e mais acessos do que notícias de novela, de Big Brother. Então, os pacientes querem saber e, principalmente, as suas esposas.

Próximo, faça o favor.

Então, aqui, mostrando só uma provocação: a incidência, nos Estados Unidos, do câncer de próstata é muito maior do que no Brasil, mas, por dados de 2006, a gente, aqui no Brasil, tem uma mortalidade semelhante. Isso reflete mais ou menos o diagnóstico tardio que a gente faz. Desde a década de 90, no intervalo entre 1990 e 2009, nos Estados Unidos, a gente vê

aqui a queda de mortalidade por câncer de próstata com a adoção de PSA de rastreamento oportunista. Praticamente 50%, 60% da população masculina nos Estados Unidos já fez um PSA na vida, e aqui no Brasil, a nossa curva está ascendendo na mortalidade. É uma coisa bem contraditória.

Próximo, faz favor.

Os estudos já foram abordados pelo Anderson, o PLCO e o estudo europeu. O que a gente sabe hoje? Esses dados estão ficando cada vez mais maduros, esses pacientes precisaram ser seguidos durante anos, no estudo europeu foram 11 anos, agora existem braços desse estudo já com 14 anos. A gente precisa estudar esses pacientes tanto tempo porque a gente sabe que, no caso do câncer de próstata, não há uma sobrevida nem de meses, nem de dias, geralmente são anos, 7 a 15 anos para esses pacientes falecerem da doença.

O estudo americano tem sérias restrições, acho que até os próprios autores comentam isso na discussão do artigo. Só para provocar, existiria uma vantagem teórica de, quem sabe, prevenir 20% da morte dos homens brasileiros, então, quem sabe 5 mil homens... famílias não perderiam seus patriarcas.

Existe também o outro lado da balança: não adianta querer prevenir mortalidade se a gente vai fazer outro tipo de malefício, então, o número necessário para tratar nesses estudos agora, com a atualização de 2012, caiu, de 48, a gente tem que tratar 31 pacientes para salvar uma vida. A gente consegue diminuir a incidência de doença avançada em 40%, mas, mesmo assim, 27 pacientes, dos 48, na época, seriam tratados de forma desnecessária. Então, quem sabe a gente consegue não fazendo, de repente... São condutas que têm que ser discutidas pela sociedade. Se a gente puder rever nossas diretrizes, como a gente pode prevenir essa taxa de tratamento a mais que a gente precisa?

Próximo, faz favor.

Meu último eslaide é sobre a diferença com que a gente encara a saúde da mulher e do homem. Como vocês falaram, existe o Outubro Rosa, mas o Novembro Azul, pelo menos no sul do País, passou em branco, em nenhuma mídia se comentou, pelo menos que eu tenha percebido. E a gente sabe que o Governo, o Ministério da Saúde faz propaganda para as mulheres se cuidarem, para que façam mamografia; a mamografia reduz a mortalidade em 30%. Existem leis de 2008 que estabelecem que toda mulher tem direito a mamografia a partir dos 40 anos pelo SUS. E os estudos que a gente tem hoje em dia em câncer de próstata indicam uma mortalidade equivalente, um declínio de 27%, 30%, 50% em 14 anos, porque, se esses pacientes viverem mais, certamente haverá um índice de mortalidade menor, fazendo o rastreamento. E o nosso Inca – Instituto

Nacional do Câncer, no *site* deles, desde 2008, tem a mesma recomendação: não se indica o exame periódico. Eles aguardavam os resultados desses estudos muticêntricos, que já foram publicados em 2009, 2011, 2012, atualizados. Acho que a gente pode rever isso aqui, porque esses estudos já foram publicados, e a gente ainda não mudou essa recomendação.

Então, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Dr. Flávio Lobo, médico urologista, colunista do *blog* Saúde do Homem, pela exposição. Interessante porque tem uma interação com a população.

Mas realmente, não dá. Há tantas coisas em relação à saúde da mulher, prevenção e toda uma propaganda, e realmente não há quase nada de prevenção de câncer de próstata para os homens, que, percentualmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esta é a razão desta audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E o maior exemplo é o que a Ana... Acho que os homens não querem nem ouvir falar, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Partem do preconceito de que quem procura acha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É.

Dr. Emmanuel Fortes Cavalcanti, Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Senadora Ana Amélia, agradecer ao Presidente Waldemir Moka e ao Presidente Nardi. Realmente é um prazer muito grande estar aqui.

Preparei uma apresentação, mas tudo que eu preparei eu já mandei recolher, porque todos fizeram exposições na mesma linha. Então, vou aproveitar esta oportunidade para falar de duas coisas que considero importantíssimas.

A primeira diz respeito às questões relativas à violência, que, prevalentemente, ceifa a vida dos homens em idade jovem; a outra diz respeito à questão das dependências químicas, não somente ao álcool.

Quando se comenta ou se trata das questões relativas à dependência química, pronuncia-se imediatamente a questão do alcoolismo e do tabagismo, e a sociedade esquece que essa vulnerabilidade à dependência química é maior nos homens em praticamente todas as substâncias. Todas as substâncias têm uma adesão muito maior do homem, e essa adesão vulnerabiliza esse ser a uma série de outras consequências, que vão desde a violência, ao absen-

teísmo, à fragilidade a outras doenças, a infecções, a uma série de problemas. E nós precisamos dar ênfase a isso, precisamos tratar da questão da dependência química como o foco voltado também para as razões pelas quais os homens fazem uma adesão maior, de forma que sejam muito mais adictos que as mulheres.

Uma questão muito séria é que, quando se trata da questão da dependência química, o *glamour* sempre aparece nas propagandas de forma pronunciada. No caso do tabaco, como antigamente se apresentava, via-se um carro de Fórmula 1 correndo, um esportista escalando uma montanha. Tudo em contradição com os princípios de uma vida saudável! Hoje, quando vamos observar as propagandas do álcool – porque as outras drogas continuam proibidas, e espero que continuem assim. Estão querendo liberar a maconha, mas a maconha faz tanto mal quanto qualquer outra substância ilícita. – o homem aparece glamouroso. É o homem quem aparece, é para o homem que se vendem essas substâncias. Para as mulheres, vendem perfumes, o alimento dietético, as roupas e cosméticos; e para os homens vendem especificamente as bebidas alcoólicas. Isso induz automaticamente – e cola! – à ideia, e a gente pode ampliar, de que o mesmo vai se processar em função das questões atávicas, em função até da testosterona. Quer dizer, o homem tem a testosterona que define um perfil de agressividade, um perfil de inserção social, um perfil de defesa territorial, que é explorado por todas as mídias.

Então, se nós quisermos atacar esse viés, nós temos de tirar o *glamour* daquelas expressões midiáticas que realmente aparecem. E isso é muito difícil, porque a lei brasileira ampara a livre criatividade. Mas acredito que a gente pode se contrapor a isso, fazendo encaminhamentos que contradigam o *glamour* do consumo de drogas, o glamour do consumo de álcool e de outras substâncias liberadas, como, por exemplo, o tabaco.

Do uso do álcool, todos sabemos da quantidade, da incidência de acidentes de trânsito, da incidência da violência. Tentam negar os efeitos negativos das outras substâncias, mas elas provocam tantos distúrbios, tantas desconfortações sociais quanto o álcool. Basta elas estarem à disposição como o álcool está para alcançarem o padrão genético que vai adicto. Esse é um problema que a sociedade não está discutindo; a sociedade trata, por exemplo, da maconha como se fosse algo leve, inofensivo. É leve somente na fumaça, porque não pesa, mas, para causar danos ao indivíduo que tem o perfil para se tornar dependente, ela é tão grave como qualquer outra substância análoga.

Então, nós precisamos ter na nossa cabeça que o mundo está dividido, de fato, entre homens e mulheres,

e que as expressões midiáticas privilegiam exatamente essa questão de gênero: se querem vender para o homem, vendem uma imagem; se querem vender para a mulher, vendem uma outra imagem, e nós precisamos estar atentos, porque essa expressão midiática tem uma relação direta com o psicológico de cada um de nós, com a personalidade, com o temperamento que nós carregamos, que é inato, e, em decorrência disso, nos tornamos mais vulneráveis aos apelos que são feitos.

Isso é *en passant*, porque essas estratégias, realmente, requerem um debate. A lei não vai permitir, nem a Constituição, que haja qualquer movimento repressivo em direção a elas.

Uma outra coisa muito importante diz respeito a algo que termina colocando a sociedade impotente, e eu me preparei mais para falar disso, Senador.

É o seguinte: de que adianta tudo isso, fazermos uma campanha, esclarecermos os homens, dizermos que eles vão ter acesso, que, a partir de agora, eles podem fazer os exames, se não tivermos financiamento? Não tivermos as estruturas preparadas para receber essa demanda?

O Brasil tem sido cruel nesse aspecto e isso é um debate que permeia todas as discussões, inclusive essa história de trazer médico cubano, médico não sei de onde, e tal. Quer dizer, é tudo uma fumaça nos olhos da sociedade para não vislumbrar a impotência do Governo para, de fato, fazer o que escreve, e o Governo não faz o que escreve porque uma consulta com o urologista é insignificante – quer escravos. Um exame complementar, e precisa de acesso a exame complementar, não remunera o custo da realização do exame. O acesso às salas cirúrgicas, o acesso à reabilitação, tudo isso sofre um limite extraordinário porque as estruturas não conseguem se organizar, em virtude da ausência da segurança para fazer a compensação dos seus custos.

Nós temos, sim, uma percepção muito clara, quer dizer, não precisa remunerar para deixar alguém rico, não. Precisa remunerar para que pessoa não pague para fazer o trabalho.

A ideia que a sociedade tem dos médicos, de que são sacerdotes e que encaram a Medicina como sacerdócio, o Governo amplia um pouquinho mais, porque quer converter o sacerdócio do médico em voto de pobreza, e voto de pobreza fazem os franciscanos. Os franciscanos vivem, lá, com chinelinho, com os pés no chão, mas os médicos têm família para sustentar, os médicos têm despesas para se manterem atualizados, os médicos necessitam de algum conforto e descanso, coisa que, hoje em dia, é praticamente impossível. O volume de horas de trabalho do médico é avassalador. Ele precisa ter três, quatro empregos para com-

por uma renda, quando, na realidade, se formos fazer, criteriosamente, um ajuste desses valores, um médico que ocupa quatro postos pode ser convertido em um médico em um posto, com mais três livres, e os quatro médicos que estão ocupando quatro postos distintos podem ficar cada um em um só, cumprindo uma carga horária com uma remuneração relativamente decente.

Então, o problema todo de encarmos as campanhas, se elas forem realizadas dessa forma, com o voluntariado apenas, é que elas não alcançarão o objetivo social que nós desejamos. Tem de ser uma política de Estado.

É necessário que perpassem governos, que as políticas se tornem perenes e não estejam ao sabor de quem, naquele momento, está comandando a Pasta que define prioridades. Precisamos, sim, de estratégias perenes, e o Conselho Federal de Medicina tem se envolvido nessas discussões, dizendo: “nós somos parceiros, nós queremos estar presentes, queremos acompanhar e sugerir; queremos fazer em conjunto; não temos nada de adversidades, nada contra o governo, quer seja a, quer seja b; temos atitudes contrárias àquilo que acreditamos que vai afetar a medicina e a segurança da assistência ao povo brasileiro”.

Então, o que eu pretendia trazer para vocês era exatamente a ênfase nesses pontos, porque precisamos desenvolver estratégias, fazer uma grande mídia para que haja adesão adequada dos homens ao que desejamos alcançar de redução do índice de violência, dos diagnósticos precoces das doenças que afetam o homem. Antes e acima de tudo, precisamos despertar quem administra para garantir que, feita a propaganda, nós não vamos ter um gargalo de acesso aos recursos e às hospitalizações.

Eu já tinha dito isto em outras oportunidades e vou repetir: em 1990, o Brasil tinha 530 mil leitos hospitalares. O Brasil perdeu 202 mil leitos entre 1990 e hoje. Dos 330 mil leitos, seguramente 130 mil estão entre as filantrópicas, que estão funcionando em um desespero total. Está aí uma medida, uma lei, tentando anistiar impostos e tudo o mais, porque não suportam a carga para administrar. Esses estabelecimentos tiveram que mudar o seu perfil assistencial para fazer alta complexidade porque a média complexidade não remunera adequadamente os procedimentos. E a internação hospitalar, algo indispensável, passou pela OPAS/OMS, e ninguém mais precisa se internar. A OPAS/OMS é que direciona essa estratégia, não precisa internar as pessoas doentes: tratam o mais rapidamente possível, mandam para casa, o paciente continua o tratamento em casa.

E o que temos visto? Os 220 mil leitos que sobram e que são públicos estão em uma rede sucatea-

da, mal remunerada, mal administrada nos Municípios. Falo isso com propriedade, com autoridade porque fui Presidente do Conselho Regional de Medicina de Alagoas e fiz um trabalho de inspeção anual. Cheguei a fazer mil inspeções e um ano, em Alagoas, entre PSF e hospitais para ver exatamente essa conjuntura. E chegávamos nos hospitais, no interior do Estado, com 40 leitos, 5 ocupados, enquanto as emergências dos hospitais de melhor porte e qualidade de assistência estavam superlotadas em virtude da ineficácia dessa rede que está instalada, está no CNES, mas não funciona. Tudo isso acontece exatamente por quê? Porque não há financiamento correto e nem estratégia definindo que papel esses estabelecimentos vão cumprir na conjuntura assistencial nacional. E, se fizermos uma propaganda massiva da prevenção, vamos ter que, antes, construir uma infraestrutura para receber essa demanda e dar a ela o andamento correto, inclusive com as cirurgias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço ao Emmanuel Fortes Cavalcanti, que é o Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina.

Concedo a palavra ao representante do Ministério da Saúde, Coordenador da Área Técnica da Saúde do Homem no Ministério da Saúde, Dr. Eduardo Schwarz.

O SR. EDUARDO SCHWARZ – Bom dia a todos e a todas. É uma alegria e satisfação estar aqui.

Saúdo a todos da mesa na pessoa do Senador Waldemir Moka, por estar aqui, nesta Comissão. Agradeço a convocação da Senadora Ana Amélia, a quem tenho acompanhado pela Rádio Senado, pelo Jornal, também por A Voz do Brasil e fiquei muito sensibilizado quando da passagem do seu companheiro. Expresso meus sentimentos. Deve ter sido um momento forte da vida da senhora. Sempre que um homem morre precocemente, antes do que se poderia prevenir e evitar, isso me toca. Então, meus sentimentos.

Bom, vários colegas falaram aqui, e alguns trouxeram várias informações em relação à política de saúde do homem. Então, vou buscar, na minha apresentação, trazer alguns conteúdos e, ao mesmo tempo, bater um pouco de bola com as questões que foram levantadas.

Bom, a saúde do homem está localizada na Secretaria de Atenção à Saúde, que é o maior departamento do Ministério: 80% do orçamento do Ministério da Saúde está localizado na SAS, que é praticamente a Secretaria que faz assistência à saúde no País, como vocês sabem.

Próximo, por favor.

O fenômeno. Eu acho importante trazer, porque aqui nós estamos falando do homem. E a gente deve ter sempre o cuidado. Vou partir do genérico ao

particular, para a gente não correr o risco de ficar associando o homem meramente à próstata. Há essa peculiaridade, que é superimportante, de relativizar a questão do aparelho urológico e das questões todas que singularizam o homem na questão do pênis, da próstata e de tudo o mais, mas falar do fenômeno de maneira ampla. Depois, a gente particulariza.

Atualmente, no Brasil temos 190 milhões de pessoas; 93,4 milhões são homens, e 97,3 milhões são mulheres. São quatro milhões de mulheres a mais no País atualmente. Nossa política de trabalho é com a população de 20 a 59 anos de idade, sem descartar que estamos trabalhando com a saúde do jovem e do adolescente e que a nossa área também é a área de profilaxia da saúde da pessoa idosa. Se trabalharmos bem nessa faixa etária, as pessoas adentram a terceira idade com mais saúde. Isso corresponde a 52 milhões de pessoas no País, como já foi dito. Corresponde a 27% do total da população ou 55% só da população masculina no País.

Próximo, por favor.

Não é pouca gente. Se vocês forem pegar isso num comparativo com a América do Sul, vocês veem que só de homens no Brasil existem 52 milhões de pessoas. É maior que a população inteira de homens e mulheres da Colômbia, da Argentina, que têm 40 milhões de pessoas. Se você for pegar em relação ao Uruguai, há quase 17 uruguaios só de população masculina para ser trabalhada no Brasil. O Uruguai tem três milhões de habitantes atualmente.

Próximo, por favor.

Quando a gente está falando de homem, eu acho muito importante a gente já ir problematizando essa questão e ir abrindo, porque a gente não está falando do homem branco, heterossexual, de classe média. A gente está falando, sobretudo, do homem indígena, do homem negro – que é uma grande maioria no País –, do homem trabalhador, do homem sedentário, dos gays, dos homossexuais, dos transexuais, dos travestis. Eu acho importante problematizar, pois estamos falando de uma gama enorme de cidadãos, que, independentemente da sua orientação sexual ou da sua identidade e gênero, apresentam peculiaridades que precisam ser trabalhadas pelo Sistema Único de Saúde.

Próximo, por favor.

Isto aqui já foi trabalhado com vocês: a cada três pessoas que morrem, duas são homens, sobretudo a partir dos 40 anos de idade. A cada cinco pessoas que morrem de 20 a 30 anos, quatro são homens, sobretudo, porque no Brasil e nos países latinos, a gente tem esse fenômeno das causas externas, que abreviam enormemente a vida dos homens. No Brasil, atualmente, a cada dois dias, é como se caísse

um *boeing* sem nenhum sobrevivente, dos quais 80% são homens. Se a gente pegar o índice de mortalidade por acidente de transporte no Brasil, que beira mais de 40 mil pessoas/ano. Sem contar que o Brasil tem a questão muito forte, que é a causa de morte dos nossos adolescentes e dos nossos jovens, que são os homicídios. As organizações de direitos humanos ficam malucas quando a gente está crescendo, está desenvolvendo e está avançando em vários campos de geração de renda, de emprego e tudo o mais, mas, ao mesmo tempo, milhares de vida de homens jovens são ceifadas em vão.

Isso eu acho importante colocar porque há investimento muito forte do Estado, e gente simplesmente abre mão da força produtiva do País que está nessa idade de 20 a 59 anos. É como se a gente tivesse, nesse momento, tendo uma população masculina dizimada enormemente. Quatro milhões a mais de mulheres não são poucas mulheres a mais. Nada contra. Ótimo. Mas é quase uma condenação atualmente as mulheres envelhecerem e não terem pessoas do sexo oposto para conviver.

Minha família é gaúcha, eu tive oportunidade de conviver com uma avó muito querida, que faleceu há dois anos, e eu estranhava desde pequeno que boa parte da minha roda de convivência era de mulheres idosas. Eu não entendia por quê. À medida que eu fui crescendo, eu fui percebendo que essas mulheres estavam confinadas em grupos de mulheres, exatamente porque não havia homens mais para com elas conviver porque os homens tinham ido embora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – A Casa das Sete Mulheres.

O SR. EDUARDO SCHWARZ – A Casa das Sete Mulheres, bem lembrado, que os homens iam para a guerra.

É muito importante o que os colegas falam, porque, no Brasil e em boa parte do mundo, os homens são socializados com carros e com armas. As brincadeiras são com carros e com armas, mas, quando os meninos crescem, nós não queremos mais que eles atirem ou que corram. Existem processos de socialização que temos de rever na nossa sociedade, a maneira como estamos educando esses homens. E isso passa por uma reconstrução do imaginário simbólico coletivo de todos nós. É superimportante lembrar que, sob a égide do machismo, são as mulheres que educam esses homens, esses meninos, para que se tornem cidadãos.

Então, é importante dizer que essa revisão de valores e de crenças passa por todos.

Aqui, isto já foi extremamente trabalhado com vocês, com os homens basicamente... e eu acho importante trazer isto relativizando, porque, como todos os

colegas estão falando, trata-se de uma masculinidade hegemônica. O que isso quer dizer? Do jeito geral de os homens serem, de os homens se comportarem, sentirem e agirem, como se todos os homens fossem indestrutíveis na sua generalidade.

Isso é verdade? Relativamente, sim. Os homens apresentam uma exposição maior de comportamento de riscos e de destrutividade do que as mulheres, mas há muitos homens que plugam na saúde, plugam no cuidado. Vocês podem ver, no Planeta, a onda, por exemplo, da saúde, como a das corridas, do *running*. Homens que, todos os fins de semana, acordam supercedo, vão, às 7h30, 8h00, para um ponto de partida, num lugar imaginário, e cruzam uma linha de chegada – 10 mil, 15 mil homens. É uma coisa linda de se ver: homens que estão plugados na vida.

E o que estamos buscando trabalhar com essa política é exatamente essa inversão de paradigma de que o cuidado não é uma qualidade tipicamente feminina. Cuidado é uma qualidade também masculina. Um homem, quando está na sua força, está sempre nutrindo e gerando a vida. Ele nunca está lesando e destruindo. Eu acho que isso é muito importante. Cuidado não é feminino. Homens cuidam. Homens cuidam dos seus filhos, homens cuidam da sua saúde, homens cuidam da sua família, homens cuidam dos seus amigos. É essa lógica que buscamos trazer para o sistema e ampliar de maneira consistente.

Próximo, por favor.

A expectativa de vida. Eu acho importante vocês saberem disso. No Brasil, atualmente, 77,4 anos é a expectativa média de homens e mulheres. Esta é uma perspectiva do IBGE, uma previsão de 1980 a 2100. Mulheres, com 77,3 anos; homens, com 69,7 anos. A diferença é de 7,6 anos. Se vocês pegarem os países nórdicos ou a própria Ásia, o Japão, a diferença cai para três anos. Países como Escandinávia, Noruega e Suécia.

Aqui, temos uma diferença elevada. Isso se dá muito em função das causas externas, como eu já disse.

O que nós estamos querendo? Estamos querendo construir uma política para que a expectativa de homens e mulheres possa crescer e eles possam viver cada vez mais com qualidade de vida. Estamos passando, no Planeta, agora, por uma situação superdelicada. Há uma transição epidemiológica, as doenças infecciosas estão baixando radicalmente e está surgindo agora uma terceira onda, em função também de uma transição demográfica, a população está envelhecendo enormemente, que são as doenças e condições crônicas. Ou seja, hoje, o que se coloca para nós não é mais quantos anos de vida nós vamos viver, pois já existe tecnologia para vivermos até os 100 anos de

vida. A questão que se coloca é a qualidade de saúde de que vamos imprimir nesses anos de vida. Por isso essa questão se faz tão presente.

Se continuarmos desse jeito, em 2050, essa diferença vai cair para 6,3 anos. Vamos voltar a 1980, quando a diferença entre homens e mulheres era de 6,4 anos. Trabalhamos em estratégias e ações exatamente para diminuir essa diferença.

Próximo, por favor.

Aqui, a mortalidade e óbito, para vocês verem. Os homens morrem mais do que as mulheres – em azul –, até os 79 anos de idade. Aqui, vocês veem que a idade crítica é dos 20 aos 39, em que a questão de comportamentos de risco é mais exacerbada. E aí entra muito o que o colega falou, em relação a álcool, drogas e sofrimento psíquico agudo e crônico.

A partir dos 80 anos, claro, as mulheres começam a morrer porque ainda não descobrimos a fórmula da eternidade, da juventude eterna, e as mulheres, uma hora, têm que morrer também.

Este ponto me interessa porque, como eu falava com a Senadora, eu sempre me interessa quando conheço viúvos. É interessante saber o que aconteceu na vida do cidadão. Todos nós conhecemos a instituição da viúva, mas não a dos viúvos. Com os viúvos alguma coisa geralmente acontece, porque é estranho quando uma mulher morre antes do seu par, do seu cônjuge.

Próximo, por favor.

Aqui, estão as principais causas de mortalidade. Vocês veem que trabalhamos com duas políticas. Aqui, em azul, são as causas externas, os acidentes, as violências, os homicídios. Até os 40 anos, vai baixando radicalmente, dos 20 aos 40 anos. A partir dos 40, sobem as doenças do aparelho circulatório e as neoplasias, em verde, aqui, e em vermelho.

Então, aí é onde entra a questão dos acidentes vasculares cerebrais, a questão dos infartos do miocárdio, o próprio de próstata também, o câncer de pulmão e outros.

Próximo, por favor.

Aqui são óbitos por causas externas. Eu acho interessante vocês saberem que 90% da mortalidade por agressões no País são homens que cometem; em acidentes de transporte, 80% da mortalidade são homens as vítimas e assim vai.

Próximo, por favor.

Aqui são as principais causas de morbidade. Eu ainda vou trabalhar isso com vocês um pouco.

Vamos passar, para ganharmos tempo.

Bem, o que é óbvio aqui para vocês? É o que a gente está trabalhando aqui e quando a gente entrar nessa questão de trabalhar mais a questão da espe-

cialidade, lidando mais com a questão da oncologia e do próprio câncer de próstata.

Qual é a questão central que o diagnóstico do Ministério da Saúde fez, com a ajuda de profissionais de saúde, sociedades médicas, sociedade civil organizada, gestores, enfim? A força do SUS unida.

O homem acessa o sistema de saúde por meio da atenção especializada, com problema de saúde instalado, evoluindo de maneira insatisfatória. Consequência óbvia: agravo da morbidade, maior sofrimento, menor possibilidade de resolução, maior o ônus para o Sistema Único de Saúde. Ou seja, só temos perdas.

Conclusão – óbvia também: muitas doenças poderiam ser evitadas se os homens procurassem um serviço de saúde, com maior regularidade, pela porta de entrada do SUS, que é a atenção básica.

A gestão da Presidenta Dilma e do Ministro Padilha tem sido brilhante nesse sentido, com a liderança também do Secretário Helvécio Magalhães, na ampliação e qualificação, cada vez mais, da rede de atenção à saúde no País. Estamos fazendo ampliação de UBSs, de Unidades Básicas de Saúde, reformas, construção. Estamos implementando a rede de atenção psicossocial, que é uma realidade no País, e ampliando a questão do CAPS, a questão de fixação de profissionais no País. Há toda uma política acontecendo, real, de investimento, de custo efetivo em saúde, neste momento, no País, que está se dando com muita força e vai, de fato, reverberar numa mudança estrutural e qualificativa nos próximos anos.

Próximo, por favor.

Barreiras: isso eu acho muito importante. O que a política mapeou? Eu acho muito importante vocês saberem isso, prezados e prezadas, para vocês entenderem. A política mapeou que temos barreira socioculturais institucionais. Quais são as barreiras socioculturais? Basicamente seriam estereótipos de gênero, que estão enraizados há séculos na nossa cultura que potencializam práticas e valores típicos do que é ser homem. Qual é a ideia? A ideia de que ser homem é ser forte e de que doença é sinal de fragilidade. Consequentemente, os serviços de saúde são considerados para os mais fracos, crianças, mulheres e idosos. Isso cria uma divisão no serviço de saúde. Temos uma situação de litígio, porque os serviços de saúde não consideram os homens como sujeitos de cuidados, e os homens não consideram o serviço de saúde como espaços masculinos. Temos um litígio aí, uma separação. Como é que a gente torna os serviços mais amigáveis e os homens mais permeáveis a esses serviços? É o que a gente tem buscado trabalhar, para facilitar essa questão de acesso com qualidade, fazendo com

que o homem pare de demonizar o serviço de saúde e possa, de fato, buscar ajuda e atendimento.

A questão do papel do provedor: já se sabe que boa parte das famílias brasileiras, quase 40%, já é governada pelas mulheres. Elas trabalham dois turnos e ainda têm um terceiro turno de trabalho, mas, nem por isso, elas deixam de procurar os seus cuidados em saúde. Então, essa não é uma questão.

Institucionais: eu acho importante trazer isso, que é um dos motivos por que a gente está aqui também. Há a questão de investimento em saúde em que a gente precisa colocar mais dinheiro na saúde do homem de fato, mas a estratégia de comunicação não privilegia os homens. E a gente tem trabalhado muito nessa direção de fazer com que os homens estejam presentes na questão da comunicação. Ou seja, chegar aos serviços de saúde e ver fotos de homens nas unidades, com suas mulheres ou com seus filhos, o homem trabalhador. Enfim, que os homens possam entrar no serviço de saúde e sentir que aquele espaço pertence a eles também.

Horário de funcionamento inadequado: a gente tem procurado trabalhar com uma solução paliativa, que é no sentido de ofertar terceiro turno de trabalho.

Há a questão de dificuldade de acesso. Precisamos de uma legislação, Senadora Ana Amélia, criando um projeto de lei para fornecer licença de trabalho para esse cidadão, para que ele tenha direito pela Constituição – criar um adendo – de procurar os serviços e não se envergonhar por isso. Porque o que a gente percebe é que o sujeito só procura o serviço de saúde quando ele já está caindo pelas beiradas, como a gente diz. Ele tem que procurar quando tem os primeiros sintomas. E essa questão da não liberação do trabalho é forte, porque ele morre de vergonha de ser ridicularizado, enfim, é uma questão delicada que a gente precisa trabalhar.

Próximo, por favor.

A diretriz é esta aqui.

Vou correr porque tenho cinco minutos; é isso? Estou esgotando os meus dez minutos.

O que a gente quer é promover ações de saúde que possam trabalhar com a questão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais.

O Brasil tem 5.566 Municípios. Cada região tem suas peculiaridades. A gente tem que respeitar as diversidades locais e a organização dos sistemas de saúde locais, porque o SUS trabalha de maneira descentralizada.

O que a gente está querendo é ampliar o acesso, com qualidade, dessa população aos serviços de assistência integral, mediante atuação dos aspectos

socioculturais, e contribuir, de modo efetivo, para a redução da mortalidade e da qualidade de saúde dessa população.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Aqui são as estratégias que a gente tem trabalhado, sobretudo lincando e alicerçando muito a política na atenção básica, para trabalhar com questões de prevenção e promoção, que é onde a gente está.

Os médicos da saúde do homem não são os especialistas. Eles são muito importantes. O urologista é um médico superimportante para a saúde do homem, assim como o oncologista, o cardiologista. O médico da saúde do homem é o médico da saúde da família.

E o Ministério tem trabalhado, mais do que sobre a égide médica, a sobre a lógica das equipes de saúde, onde o médico tem um papel fundamental e primordial, mas os participantes da equipe também, como os enfermeiros, os assistentes sociais, os psicólogos, os fisioterapeutas, os, os dentistas; enfim, todos têm a sua função dentro da equipe, o que é importante.

Temos de trabalhar com o reconhecimento da diversidade, idade, condição econômica, local de moradia, diferenças regionais, recorte de raça e etnia. E isso é fundamental se formos trabalhar com a questão de causas externas, notadamente se vocês pensarem que boa parte das pessoas que morrem no País precocemente são negros e jovens, com uma mortalidade enorme.

Desenvolver campanhas onde homens e mulheres possam trabalhar juntos. Estamos trabalhando para que os homens possam se perceber como sujeitos de cuidados e sujeitos de direitos. Isso é a inversão da lógica. As mulheres são protagonistas, ajudam muito na saúde do homem, mas para que os homens possam desenvolver o autocuidado, e não fiquem dependendo de suas mulheres, suas esposas, filhas e irmãs para cuidarem da sua saúde.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Os temas que estamos trabalhando na área técnica – e a política tem se debruçado – são acesso e acolhimento, saúde, sexual e reprodutiva, paternidade e cuidado, prevenção de violências e acidentes, principais agravos, e condições crônicas. Estes são os nossos eixos temáticos.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Aqui temos o padrão de saúde do homem. Eu acho importante trazer isso. Nós estamos trabalhando com a questão do câncer de próstata aqui. Esse é um padrão que está sendo avaliado por todas as Unidades Básicas de Saúde no País, onde há ações que estão sendo direcionadas para a orientação e a sensibilização da população masculina, de 40 a 59 anos, quanto às medidas disponíveis para a detecção precoce do

câncer de próstata em pacientes sintomáticos e com disfunção erétil e outros agravos ao aparelho genito-urinário. Isso está sendo pautado na rede de atenção à saúde. É uma questão que a gente está trabalhando. Aqui nós temos outras ações que considero importantes. Vou deixá-las aqui disponíveis para vocês.

Em relação à questão do câncer de próstata, eu acho importante colocar o seguinte: não temos um consenso ainda. O Ministério da Saúde, segundo o Instituto Nacional do Câncer – e esse debate está reaberto –, não segue a questão do rastreamento populacional, ou seja, não fazemos exames em todos os homens a partir dos 40 anos nem realizamos campanhas de câncer de próstata generalizadas. Essa não é a orientação ainda.

Eu acho que há uma questão no câncer de próstata que é muito importante e que a gente trabalhe, sobretudo, na questão dos cânceres agressivos, que são muito delicados. O câncer de próstata é uma condição crônica; é uma questão que tanto em um ano pode levar à letalidade, como se pode conviver por 30 anos com ela e vir a morrer de outras causas. Na sua maioria, há uma letalidade de 3% atualmente. São 60 mil casos/ano, com um quarto desses casos vindo a óbito, ou seja, 15 mil homens. Contam 15 mil homens? Conta demais!

Eu acho que a gente tem que repensar a questão dos protocolos, a questão do rastreamento, ou fazer um rastreamento oportunístico, em pacientes sintomáticos, em quem tem histórico familiar com antecedentes de parentesco em primeiro grau, com recorte de raça e etnia, com fator de risco por obesidade. Isso é superimportante, para que a gente possa fazer o toque retal e o PSA sempre que necessário.

Todavia, há que se tomar muito cuidado, Senadores, porque o que acontece? Eu fui a um congresso de uro-oncologia internacional, maravilhoso, em São Paulo, e observei que entre os próprios médicos urologistas e oncologistas há enormes divergências; eles não têm um consenso em relação a como tratar o câncer de próstata. Hoje em dia, a metodologia mais eficiente trabalha com o que se chama de “painel molecular”, ou seja, é caso a caso; não existe uma prescritiva, ou seja, tem que se fazer isso em todos os casos. Você tem que estudar, você tem que saber exatamente o que você está recomendando, qual o melhor tratamento para aquele paciente.

Sabemos que fazer ultrassonografia transretal de próstata é arriscado. Muitas vezes é um procedimento delicado, porque gera incontinência urinária em enorme quantidade e também impotência. Então, há muitos homens que são tidos como falsos positivos e que não

precisariam fazer esses exames, o que comprometeria a qualidade de vida dele.

Então, há toda uma questão de que temos de referenciar muito bem a rede, capacitar muito bem os profissionais, para que esses exames possam ser realizados e, quando for o caso, eles sejam encaminhados para os especialistas e para o tratamento adequado. Então, isso é muito importante.

Não é uma questão tão simples a gente propor um aumento do rastreamento do câncer de próstata. O buraco é bem mais embaixo. O que a gente está propondo no Ministério da Saúde, em parceria com a SBU – e a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica está convidada, bem como a Sociedade Brasileira de Saúde da Família e Comunidade –, para que a gente possa problematizar essa questão do câncer de próstata, é pegar os estudos multicêntricos e fazer uma revisão para, a partir disso, a gente achar consensos.

Eu, particularmente, acho importante que sejam revistos esses protocolos. Eu sou favorável porque acho que há um grande número de homens que se beneficiariam, sobretudo com a questão do rastreamento precoce.

Então, eu acho que a gente tem que se debruçar e olhar para isso com muito carinho.

O que mais eu posso falar para vocês?

Eu acho que me tempo está se esgotando. Tenho quanto tempo mais?

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Na verdade, você já extrapolou seus 15 minutos. Quando você falou que era 10, já era 15. A Mesa está sendo tolerante, mas, na verdade, você está chegando aos 20 minutos. E peço que conclua.

O SR. EDUARDO SCHWARZ – Vocês estão sendo muito amorosos.

Vou concluir. Vou passar o material para os senhores e as senhoras verem.

Por favor, o próximo.

Aqui são os materiais que a gente está distribuindo pelo Brasil afora, o material gráfico que está sendo distribuído por todo o Brasil: “Não importa o tipo de homem que você é, seja o tipo que cuida da saúde”. Aqui dentro estão vários adjetivos que podem caracterizar todos os tipos de homem. Tem um teste aqui, bem interessante, que é para o homem se situar um pouco sobre como está sua saúde. A gente trouxe um pouco de material para distribuir para vocês.

Próximo, por favor.

Aqui é o que está dentro do *folder*.

Próximo, por favor.

Aqui são os *folders* que estão sendo fixados agora em todo o Brasil na Rede de Atenção à Saúde

do SUS, pegando homens na faixa de 20 a 30 anos, homens a partir de 40 anos e homens a partir de 60 anos de idade, para que a gente possa trabalhar com toda a população-alvo.

Próximo, por favor.

Campanhas voltadas para a paternidade também: “Pai, uma nova vida precisa de você”. Para fidelizar os homens na estratégia do cuidado com seus filhos e na questão do vínculo e do cuidado com suas parceiras.

Próximo, por favor.

Aqui, o conteúdo, que também está disponibilizado para vocês.

Próximo, por favor.

Aqui são perfis de situação da saúde do homem no Brasil, que nós estamos trabalhando com isso também para distribuir isso Brasil afora, para que vocês possam saber como é que está a saúde do homem brasileiro. Trabalhamos com publicações científicas também “Homens e Saúde – Políticas Públicas”.

É isso que eu tenho para dizer para vocês.

Sigo à disposição.

Próximo, por favor.

Aqui seguem os meus dados e de informação e disponibilidade do Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bem, eu quero agradecer ao Dr. Eduardo, que é o Coordenador da Área Técnica da Saúde do Homem, do Ministério da Saúde.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a todos os expositores, porque nós aprendemos muito aqui, inclusive o nosso Presidente, que é médico e já sabia de tudo isso, mas eu acho que há sempre um acréscimo até de novas visões, como o Dr. Eduardo acaba de abordar, levantando dúvidas sobre a questão do procedimento do exame do toque retal.

Eu queria, com muita síntese, dizer que me chamou a atenção uma frase do Dr. Emmanuel: “O Governo não faz o que escreve”. O Dr. Eduardo Schwarz acaba de apresentar um diagnóstico muito completo e muito claro, mas me pareceu difusa a política de atenção global à saúde do homem. Há coisas importantes, claro, mas acho que políticas têm que ser muito claras e dizer: “Temos que fazer isso, e, para isso, dispomos de tais e tais recursos e vamos fazer junto com o Ministério tal...” É o meu ponto de vista.

Então, por conta desse aspecto, eu queria saber do Dr. Aguinaldo como o Ministério da Saúde está tratando essa questão. Também o Dr. Emmanuel – estou fazendo agora o trabalho de advogado do diabo – questionou um pouco essas ações de voluntariado. Eu quero elogiar o trabalho feito pela Sociedade Bra-

sileira de Urologia, que está se envolvendo em uma questão em que o Estado não se envolve. Então, a entidade até presta um serviço de mudar a imagem dos médicos acusados, às vezes, de corporativismo e está se dispondo a fazer isso com a ajuda dos colegas lá no Maranhão.

Então, eu quero saber se a política é eficaz, se o que ela está fazendo tem esse resultado que se espera, para o senhor.

Para o Dr. Anderson, quero dizer que sou atenta, como jornalista que fui durante muito tempo – o Dr. Flávio é meu colega também, comunicador, porque agora tem um *blog*, o que eu achei ótimo –, eu quando vejo na televisão a propaganda da Boston Medical Group falando de ejaculação precoce, eu fico me perguntando se isso é uma coisa científica, uma propaganda enganosa, uma coisa comercial. Porque é uma coisa tão específica sobre isso! Eu queria, então, saber, do ponto de vista médico... O senhor fala da propaganda do cigarro, também elas são propagandas enganosas. O senhor abordou muito, e eu fiquei satisfeita, sobre a questão da maconha. Há um movimento no Brasil no sentido de legalizar a maconha, de glamourizá-la e legalizá-la. Muitos acadêmicos estão defendendo isso. Recentemente, um juiz de direito de família do Rio Grande do Sul escreveu um artigo brilhante, mostrando exatamente todos esses riscos.

Agora, sobre a cocaína e o *crack* – este está entrando no Brasil inteiro, em qualquer canto –, não há propaganda. E ele entra avassaladoramente em todos os lugares. Então, quero debater a questão da influência que aquilo exerce sobre o consumidor. Não há propaganda na televisão e no rádio sobre o *crack*, que provoca um efeito devastador nas pessoas.

Eu queria cumprimentar o Flávio por essa iniciativa. O *blog* – eu trabalho muito com rede social, tenho uma plataforma no meu mandato só com rede social; não edito nada, é apenas virtual – facilita, porque nele se pode fazer uma espécie de revelação, porque o cidadão não está diante do médico e expõe seus problemas. O cidadão pode até colocar outro nome e fazer perguntas que, talvez, ele não fizesse por inibição e até pelo medo de enfrentar a doença.

Então, eu queria cumprimentá-lo pelo *blog*. Se outros médicos o fizessem, isso ajudaria.

Quero dizer sinceramente que estou disposta a, em novembro de 2013 – tenho certeza de que minha querida amiga Procuradora da Mulher no Senado vai me ajudar nisto –, fazer um Novembro Azul. O Congresso também poderia...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas aí nós vamos tomar a iniciativa,

Senadora Ana Amélia. A senhora me desculpe, mas esse é nosso papel aqui.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era essa a provocação. Era isto que eu tentava: provocar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já há o Outubro Rosa. Deixe o Novembro Azul... É claro que me vou somar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Espero que a Comissão de Assuntos Sociais, meu caro Senador Moka, assumam coletivamente isso, para que façamos isso, para que possamos transmitir isso.

Alguém fez uma referência – acho que foi o Dr. Anderson – ao fato de que o Outubro Rosa tem mais visibilidade. Os dois falaram. Apareceu até uma gravata azul. Achei bonito o logotipo. É que as mulheres gritam, as mulheres se envolvem e se mobilizam quanto a essa questão do câncer de mama.

O número de pessoas com câncer de próstata, apresentado pelo Dr. Schwarz, é muito parecido com o de pessoas com câncer de mama: são 52 mil casos de mulheres com câncer de mama e 60 mil casos de homens com câncer de próstata. O número é muito próximo. Então, esse índice tem de ser tocado.

Eu queria, então, ouvir a palavra do Dr. Aguinaldo sobre esse aspecto e também a dos demais médicos a respeito dessa matéria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa, nós vamos ouvir os questionamentos e, depois...

O SR. EDUARDO SCHWARZ – Senador, peça licença. Eu queria pedir permissão para distribuir o material publicitário para os prezados Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como não? Por favor!

Tem a palavra a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Primeiro, quero pedir mil desculpas, porque não tive condições de participar de toda a sessão. É que, aqui, no Senado, é assim: são feitas várias reuniões de comissões permanentes ao mesmo tempo.

Inclusive, Senador Moka, o Senador Ferraço, chateado com os Senadores membros da Comissão que não estavam na hora da abertura da reunião, encerrou a reunião da Comissão de Relações Exteriores, que tinha de apreciar muitas matérias importantes. Eu estava aqui, ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já estou fazendo escola aqui, no Senado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estou vendo, Senador.

Mas, enfim, primeiro, quero dizer também da importância deste debate. Considero que nós mulheres temos trabalhado muito no sentido de fazer com que a atenção integral à saúde da mulher seja algo vivo, sobretudo, no sistema público de saúde brasileiro. Mas os cuidados com a saúde do homem, com todos os dados que aqui foram mostrados, são também extremamente necessários.

Em relação à dificuldade que os homens têm de cuidar da sua saúde, o Dr. Eduardo e outros, em suas transparências, mostraram que as razões disso são inúmeras, e muitas delas são culturais, pois envolvem o fato de a sociedade ser ainda patriarcal por essência – esta é uma cultura que temos de quebrar em todos os sentidos –, o que, acredito, leva o homem, muitas vezes, a ter medo. Pelo menos nos homens com quem tenho convivência mais próxima, posso perceber isso. E também o fato de não saber que já havia esta comprovação de que os homens, quando se cuidam, é muito por conta de pressão feminina.

Eu queria, primeiramente, fazer alguns questionamentos muito rápidos em relação à vacina do HPV. Não sei se foi falado, se eu perdi a parte da fala, Senadora, se alguém tocou na questão da vacina do HPV. Já há um estudo – e a gente acompanha muito isso dentro do Ministério da Saúde em relação às mulheres –, mas até algum tempo atrás não havia um estudo de custo/efetividade da vacina. Hoje, efetivamente, há para as mulheres. Eu pergunto em relação aos homens e qual a opinião dos senhores sobre essa vacina preventiva não só do câncer de pênis, mas também de outros tipos de câncer.

O segundo questionamento que faço é que, às vezes, a gente fala muito da busca da população – e aqui a gente está falando do homem – no cuidado com a sua saúde. Agora, ele precisa encontrar o profissional. Que vocês fizessem uma abordagem muito rápida também. Não sei se perdi essa parte no momento em que saí, mas queria saber o número de profissionais urologistas no Brasil. Onde estão os urologistas? É um número suficiente para atender? Porque estamos falando aqui não das pessoas que têm poder aquisitivo. Creio que isso interessa muito àquela camada da população – e é a grande massa de homens – que se socorrem de um sistema público de saúde.

Aqui ao lado está ocorrendo outra comissão, temporária, para debater o financiamento do sistema público de saúde. Isso é importante também. A gente tem procurado não só debater, mas também dar uma contribuição, não ao Governo, mas ao Brasil, para encontrar as soluções para o problema.

Eu queria que os senhores, que são urologistas – acho que aqui há alguns –, mostrassem, pelo menos rapidamente, um pouco do mapa da distribuição desses profissionais.

E a gente vive um dilema, hoje, no Brasil quanto à questão do número de profissionais médicos. Eu sempre achava estranho. Nós temos uma proporção de 1,8 por mil habitantes. Eu perguntava: não basta ter isso, tem que saber onde estão esses profissionais, e não só geograficamente. Onde eles estão atuando? É na rede pública? Não é na rede pública? É na rede privada?

O próprio Conselho Federal de Medicina mostrou que quase metade desses médicos não atua na rede pública, ou seja, atua em consultórios particulares, atendendo as pessoas que têm maior poder aquisitivo.

Então, que falassem em relação a esse tema, que eu acho fundamental. Não adianta nada estar preocupado, o homem procurar e não ter o profissional, Senador Moka. Então, como é que a gente faz esse trabalho de prevenção em relação à saúde do homem também?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senadora, o principal debate, a primeira coisa: eu acho que nós, da Comissão de Assuntos Sociais, podíamos realmente mostrar essa questão da comunicação, em função dos índices que nós ouvimos aqui, da importância. Vamos especificar: o câncer de próstata e o câncer de mama. É claro que o câncer de mama é muito mais letal que o câncer de próstata. Mas a quantidade, 60 mil, realmente chama a atenção. Eu acho que temos que fazer com que a Comissão se envolva. Vamos fazer o Novembro Azul aqui, mas vamos chamar essa equipe aqui mesmo. Eu acho que V. Ex^a foi muito feliz ao nominar essas pessoas. Vamos chamar um grupo, aqui mesmo.

Peço a minha assessoria, vou fazer esse contato, para que possamos fazer uma reunião interna, chamando a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa – temos colegas médicos aqui na Comissão –, e traçar uma estratégia. E aí, sim, conversar, inclusive, com o Ministro Padilha a respeito de como fazer isso. Eu acho que este seria o primeiro encaminhamento: a Comissão de Assuntos Sociais chamar à responsabilidade, junto com o Ministério da Saúde, a sociedade civil organizada, de como fazer em relação a essa questão da saúde do homem. Não tem como a gente não relacionar ao câncer de próstata. Agora, esse câncer de pênis é uma vergonha mesmo, é uma questão de informação. Isso é uma coisa que, com uma campanha, com organização, nós vamos diminuir drasticamente.

Então, esse é um encaminhamento.

E, quanto ao segundo – e aí no debate –, eu queria ouvir a opinião especificamente do Dr. Anderson e do Dr. Aguinaldo a respeito do que colocou aqui o Dr. Eduardo em relação a protocolo, porque esse é um debate que também me parece importante. Quer dizer, nós vamos esperar mais tempo? O próprio Eduardo tem uma opinião pessoal: ele acha que isso precisa e será... Agora, em encontros de urologistas, como é que é isso? Eu gostaria de ouvir e confesso que me pareceu a questão mais importante deste debate, porque, se nós vamos fazer isso, nós vamos ter que ter um protocolo, o Ministério da Saúde vai ter que ter um protocolo para que a gente possa realmente, a partir daí, ter um encaminhamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só queria dizer ao Dr. Eduardo que eu já vou pedir à minha assessoria, à minha consultoria jurídica que, dentro da CLT, a possibilidade do projeto de lei de V. Ex^a sobre a questão da licença para definir, para fazer o exame preventivo dos trabalhadores homens.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, na sequência que nós fizemos, eu vou repetir a sequência, porque o que o Dr. Eduardo falou certamente será colocado, e as questões que as duas Senadoras levantaram.

Então, com a palavra o Dr. Aguinaldo.

Claro que o tempo terá que ser menor. Vamos limitar em cinco minutos, não é?

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – O.k. Muito obrigado. Eu não vou perder tempo, vou direto ao assunto.

Eu vou iniciar pelo que eu disse no início da minha apresentação: o SUS é maravilhoso. Talvez seja o melhor projeto de saúde pública do mundo. Só que acabo continuando a palestra do Dr. Emmanuel: o financiamento em 1990 era de 14% da renda bruta da União, e hoje é de 7%, e nós estamos brigando para que seja de 10%, por uma iniciativa popular. Então, é óbvio que, primeiro, existe um problema de financiamento. Isso é óbvio. Não há dúvida disso.

O segundo problema é em relação ao que a Senadora Ana Amélia disse e que se refere ao acesso da população masculina aos serviços públicos. Não existe urologista no sistema público de saúde. Não existe. Nós somos 4.500 associados da SBU, eles estão distribuídos, como a maioria dos médicos no Brasil, na Região Sudeste, preferencialmente, mas, como eu também citei na apresentação, não adianta a gente querer inserir urologista no sertão do Maranhão se lá não há equipamento, se lá não há hospital, se lá não há alguma arma com que ele possa desenvolver

a Medicina que ele aprendeu durante cinco anos após a faculdade, que é o tempo de formação do urologista.

Então, nós temos dois problemas graves: um problema de financiamento e outro problema de acesso.

Agora, para que haja acesso, voltando ao Dr. Emmanuel, nós temos que ter remuneração; e não teremos remuneração sem uma tabela. Nós estamos, já há sete anos, desenvolvendo um projeto com o Ministério da Saúde sobre essa nova tabela. Nós esbarramos no impacto, nós esbarramos no financiamento, nós sempre esbarramos em alguma coisa para que ela seja publicada. Para que o início das campanhas... E eu aqui sou contra o Dr. Emmanuel, porque as campanhas são importantes e são necessárias. É como se se dissesse às pessoas: “Não pode mais haver propaganda de geladeira na televisão porque algumas pessoas não podem comprá-la”. Eu acho que as campanhas são necessárias, o homem brasileiro é incauto, é realmente avesso ao atendimento médico, e, como o próprio Ministério da Saúde já fez o diagnóstico de que o acesso da população masculina é carente, nós precisamos inserir o urologista, que é preferencialmente o médico do homem, no SUS, na nossa rede pública. E isso a sociedade quer fazer de maneira forte. Nós acreditamos que a salvação não só dos 75% da população brasileira, mas de toda a classe médica brasileira está no SUS. Não está nos planos de saúde, não está nos convênios: está no SUS. E é o SUS que tem que se manifestar e dar voz à população brasileira. E essa estrutura a gente oferece.

Voltando um pouquinho, em relação à normatização e protocolos, nós das Sociedades de Especialidades Médicas, junto com a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina, desenvolvemos diretrizes. Essas diretrizes norteiam o que deve ser feito. Eu acho que aqui não é o palco de discussão sobre se o câncer de próstata deve ser tratado ou não, se dever ser feito ou não o rastreamento. O que não pode acontecer é sair no Programa de Atenção Básica nº 29 que o rastreamento não deve ser feito de maneira alguma.

Ele deve ser feito em uma população oportunística e isso a Sociedade Brasileira de Urologia está estudando.

Nós vamos lançar agora, no próximo mês, as diretrizes sobre câncer de próstata junto com a Associação Médica Brasileira, que é um estudo, realmente, de peso, científico, que vai poder dirigir ou vigiar as atitudes políticas públicas que devem existir.

Agora, não dá para fechar os olhos a que houve 40% de redução da mortalidade na Europa e nos Estados Unidos nos últimos 15 anos – 40% de redução da mortalidade –, enquanto, no Brasil, nós temos um aumento da mortalidade ano após ano.

Então, eu acho que, realmente, o fato, só concluindo, é que nós precisamos ter uma situação pontual do Ministério da Saúde, no sentido de rever a posição do urologista e dar condições para que tenhamos urologistas na rede pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder a palavra ao doutor ...

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI (*Fora do microfone.*) – Desculpe, eu não falei do HPV.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – O HPV é muito importante. Realmente, ele é um fator de risco para o câncer de pênis e, hoje em dia, existe vacina quadrivalente para homens.

Nós sabemos que o HPV não confere imunidade, porque ele é um vírus de superfície. Então, todo mundo, mesmo que tenha tido HPV, tem de ser vacinado, porque é a vacina que vai conferir a imunidade.

Em zonas de risco, a gente pode pegar isso como uma norma – o que nós podemos discutir depois, conforme V. S^a pensou – e fazer: qual é a zona do Brasil, quais são as zonas de risco, onde a gente poderia, inclusive, vacinar crianças contra o HPV?

Com certeza, a gente iria diminuir a incidência do câncer de pênis no Brasil em zonas de risco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E o câncer de colo de útero, sobretudo.

O SR. AGUINALDO CÉSAR NARDI – E o câncer de colo de útero, obviamente, que já está bem estabelecido, mas o de homens também é necessário, porque os estudos já mostraram que é importante que o homem seja vacinado.

A vacina quadrivalente confere imunidade e é importante que a gente possa difundi-la. Seria maravilhoso se a gente pudesse vacinar os homens do Brasil nas zonas de risco.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. Anderson Arantes Silvestrini, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

O SR. ANDERSON ARANTES SILVESTRINI – Bom, são vários assuntos polêmicos, mas eu vou tentar abordar alguns no tempo que eu tenho.

Bom, em relação à publicidade, existe um regimento do CFM, que rege a publicidade médica e tem de ser seguido.

Eu não sei até que ponto a publicidade é válida ou não, a que foi feita, mas eu acho que a gente tem sempre de trabalhar a informação e não o medo, porque o medo, às vezes, vai afastar mais ainda a pessoa do que trazê-la. Então, a informação de qualidade é o importante na publicidade.

Quanto ao HPV, também é outra questão polêmica. Eu acho que a vacina, por si só, não deve vir sozinha. Ela tem de vir junto de educação e de água e sabão, que é o mais importante, porque o custo é alto e a gente sabe que não adianta. A pessoa com, talvez, um nível cultural mais baixo pode achar que está muito protegida e acabar tendo aumentada a incidência de outras doenças sexualmente transmissíveis, ou até outras doenças.

Então, é um assunto polêmico, que a gente tem de discutir melhor, discutir o custo, e que tem de vir agregado à educação, senão, também não vai atingir o alvo necessário.

Quanto ao rastreamento, eu sou oncologista, então, recebo pacientes mais avançados, geralmente os metastáticos, com doença que não é operável. Esse é o paciente que eu recebo, mas qual é a minha opinião?

Na realidade, quando a gente fala em rastreamento, a gente está falando de pacientes assintomáticos da doença e esse dado é muito importante, porque, infelizmente, no Brasil, os pacientes que a gente tem recebido, o urologista – provavelmente, o Aguinaldo pode afirmar isso –, já chegam com PCA elevadíssimo e sintomático. Então, talvez, o paciente que está chegando para a gente é um paciente que, numa boa parte das vezes, vai ser incurável, ou em quem, realmente, o tratamento vai causar muita toxicidade.

Então, o que a gente recomenda, e a gente tem de discutir muito isso, é: primeiro, as populações de risco, como eu falei, de pacientes acima de 50 anos, raça negra, principalmente, obesos, mas também a gente pode fazer o diagnóstico precoce e não tratar esse paciente. A gente tem de saber que o paciente tem o diagnóstico, mas não, necessariamente, a gente vai tratar todos. O seguimento, desde que esse paciente tem acesso, também pode ser muito importante em pacientes com doença limitada.

Então, eu acho que a diretriz tem de ser discutida, o paciente tem de ter acesso e, aí sim, a gente vai identificar qual é, realmente, a nossa população com diagnóstico de câncer de próstata real – a gente, hoje, acha que, apesar de 60 mil casos, talvez seja mais que isso e a gente não tem acesso a esse dado correto – e, aí sim, ver com quais pacientes a gente vai seguir e pacientes vamos seguir e quais têm de tratar realmente. Acho muito importante essa questão, foi falada em lei.

Estamos com outra lei bem importante sobre os 60 dias do diagnóstico do câncer, o paciente tem que ter acesso ao tratamento. A lei é importante, mas realmente temos que ter acesso. Nós, que estamos do outro lado, estamos muito preocupados. As instituições filantrópicas, a sociedade de cancerologia, de oncologia, porque acaba que, para esse paciente, a primeira

porta de entrada será o médico. E se não conseguirmos estadiar esse paciente para tratá-lo adequadamente? Então, é uma preocupação muito grande. Sabemos que a lei é importante, mas vamos ter que viabilizá-la e temos que lutar muito por isso.

Em relação ao protocolo, a Sociedade Brasileira de Oncologia está aberta para discutir. É muito importante essa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Passo a palavra ao Dr. Flávio Lobo, médico urologista e colunista do *blog* Saúde do Homem.

O SR. FLÁVIO LOBO HELDWEIN – A Senadora tinha perguntado sobre campanhas médicas. Acho que o Conselho Federal de Medicina tem normas rígidas a respeito de como se fazer propaganda médica. No caso específico do Boston Medical Group, que a senhora comentou, percebemos que muitos pacientes aceitam essa ilusão de um tratamento, pagam por isso, pagam caro, às vezes por tratamentos ultrapassados, que não são feitos por especialistas. É bem ruim ver um paciente chegar para uma biópsia de próstata em um período já ultrapassado, porque fez outros tipos de tratamentos que não tinham nenhum especialista que pudesse corretamente diagnosticar a doença. Então, vejo com maus olhos, porque sei que são tratamentos que o próprio médico vende, são coisas que, pela ética do Conselho Federal, não são permitidas.

O segundo ponto que queria abordar é se há médicos no Brasil. Eles vão saber responder melhor do que eu. Posso falar de Florianópolis e de Porto Alegre, onde trabalhei, que há médicos formados, bem especializados. Faltam, nos hospitais em que trabalho – trabalho em três hospitais do SUS, federal e estadual –, equipamentos. Hoje em dia, mesmo havendo profissionais altamente capacitados, a minha fila de espera juntamente com os residentes de urologia do hospital são 370 pacientes. A média de espera, em câncer, é de 120 dias para operarmos. O SUS, infelizmente, é visto, por causa da má remuneração, como um bico para a maioria dos meus colegas.

Se há urologista dedicado ao SUS, o Dr. Aguinaldo diria que sou eu, porque só trabalho pelo SUS, e sei que meus residentes ganham três a quatro vezes mais do que eu no ano seguinte em que se formam. Eu não consigo convencê-los a trabalhar pelo SUS da mesma forma. Então, não é nem no sertão do Maranhão que faltam equipamentos, lá em Florianópolis e na Santa Casa de Porto Alegre, em clínicas, todos são assim, dessa mesma forma.

O terceiro ponto que queria abordar é que o câncer de próstata certamente é uma doença heterogênea. Os urologistas estão cada vez mais conscientes

disso, vejo pelas diretrizes das associações europeia, brasileira e americana. Na semana passada, em um congresso americano de urologia, esse rastreamento começou a ser mais espaçado, para diminuir os custos, diminuir a taxa de pacientes que são diagnosticados em doenças indolentes, que não iam incomodar esse paciente ao longo de sua vida. Mas não podemos culpar o PSA das complicações, queria falar isso para o Eduardo, porque com uma arma, um fuzil, se a pessoa é bem-intencionada, pode proteger fronteiras, se for mal intencionada, sabemos os riscos disso. O PSA também é uma arma, uma arma contra a mortalidade e a doença avançada do câncer de próstata. Certamente, quem está por trás da arma, do fuzil ou do PSA é quem deve ser mais bem informado.

Então, hoje, sabemos que não precisamos tratar todos os pacientes, mas provavelmente precisamos diagnosticar para poder salvar algumas vidas.

Acho que era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra ao Dr. Emmanuel Fortes Cavalcanti, coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Do terceiro vice-presidente do Conselho.

Primeiramente, quero esclarecer: eu não falei da propaganda com relação às campanhas, não. Eu falei das propagandas relativas à venda de cerveja, sobre aquela questão de glamorizar a força, a beleza, aquela coisa toda. Essas campanhas, não. Está belíssima esta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu anotei que aquela ação que a Sociedade Brasileira de Urologia fez no Maranhão, voluntariamente, é boa, mas não tem efeito. Foi nesse sentido que eu levantei.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Isso, e eu reforço essa tese, porque também sou um adepto do voluntariado. Apesar de uma vida assim muito longe de casa, eu ainda encontro espaço, uma vez por mês, para atender às pessoas com doença mental na minha cidade. Vou lá, atendo a 50, 80, 100 pessoas, voluntariamente. Acho que essa é uma coisa que toda pessoa deve fazer, dentro de sua profissão, naquilo que puder alcançar, para um bem maior da sociedade.

O que nós reclamamos é uma política de Estado, uma política que ultrapasse governos, que, pereneamente, garanta o acesso ao cidadão, seja em que época for, em tempos de crise ou fora de crise, porque a saúde, a vida é um patrimônio realmente inalienável. A gente só tem essa vida. Se ela for de péssima qualidade, é ruim. Se morrer, embora uma coisa natural, pior ainda se for precoce.

Eu fui o relator, no Conselho Federal de Medicina, daquela Resolução sobre publicidade, a que vocês podem ter acesso. A Resolução nº 1.974, de 2011, foi pensada exatamente para coibir toda série, toda sorte de abusos. Os conselhos regionais é que se encarregam, em primeira instância, de fazer a abordagem dessas questões relativas à publicidade médica. E é muito importante porque, no ano passado, o Conselho Federal de Medicina cassou médicos em função de publicidade. O Conselho é muito rigoroso, muito duro, nessas questões. A publicidade enganosa, a publicidade que promete resultados, normalmente, é severamente reprimida pelos conselhos regionais e pelo Conselho Federal de Medicina quando, em instância recursal, chegam os processos.

Então, acho que é importante eu fazer esses esclarecimentos.

Não posso falar particularmente sobre a propaganda x ou y, porque eu estaria aqui emitindo um juízo de valor que me impediria até, depois, avaliar com isenção. Mas essa é uma realidade. Nós temos uma resolução que foi criteriosamente elaborada, debatida internamente por meses, até que a gente publicasse essa Resolução.

Com relação a minha fala, realmente, acho que a gente cria um mundo nas normas, nas regras, e o alcance que ele vai tendo, na medida em que se vai diluindo a ação, ele vai se tornando muito precário porque, como disse o Presidente, faltam algumas estruturas. É necessário que a gente reconstrua, reescreva sob a ótica, inclusive, de tratar a doença. Eu tenho feito essa crítica às políticas públicas de saúde, porque nós temos visto e nós vimos ali escrito: toda estratégia que está escrita aqui é montada até um determinado viés, que é o da ação preventiva. Quando nós partimos para a curativa, que é onde nós temos realmente os gargalos, porque, quando a pessoa adocece, necessita de tratamento, aí nós esbarramos num conjunto de circunstâncias que prejudicam imensamente o tratar a doença.

A política traçada pelo SUS, pela Lei nº 8.080/90, e as que decorreram para discipliná-la e regulamentá-la, praticamente não fala de tratar doença. Ela fala de prevenção, promoção e recuperação, mas, em nenhum momento do conjunto, diz que nós temos uma medicina preventiva e uma medicina que cura, que é a medicina social. Isso havia na Lei de 1954. Quem quiser ter acesso à Lei nº 2.312 de 1954, verá uma série informações que definiram, inclusive, competências para realização das intervenções, e cabia ao Estado disciplinar essa matéria de forma bem visível.

As estratégias estão postas para prevenção. A estratégia de saúde da família é uma estratégia de

prevenção, prevenção do adoecer e prevenção das consequências do adoecer. Mas as estratégias para tratar e curar tiveram um lugar cada vez mais estreito, porque ou vai para alta complexidade ou não se tem acesso à média, por conta do fechamento de leitos em virtude do insuficiente financiamento.

Esse é o apelo que o Conselho Federal de Medicina tem feito para que a gente possa naturalmente travar um diálogo que resulte em um benefício maior para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer mais uma vez o Dr. Emmanuel e, agora, passo ao Dr. Eduardo Schwarz, que é o Coordenador da Área Técnica da Saúde do Homem do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO SCHWARZ – Na medida em que se vai fechando a Mesa e que cada um dos colegas vai falando, acho interessante porque vamos vendo que já há um alinhamento e uma maturidade nos pontos a serem abordados em relação ao câncer de próstata, a essa questão de média e alta complexidade e na necessidade de financiamento.

No que tange à necessidade da saúde do homem, Senadores, trouxe para vocês, inclusive, os gastos que foram realizados com procedimentos urológicos e oncológicos, os dez principais no sistema de informação ambulatorial e informação hospitalar do SUS nos últimos quatro anos, para que vejam os montantes dos recursos que foram despendidos.

Sabemos que na gestão temos vários desafios. Temos desafios de fixação de profissionais na questão de recursos humanos; temos a questão de financiamento em saúde que é insuficiente, pois temos que ter mais dinheiro para a saúde no País; e temos a questão da própria gestão, que é como se organizam os serviços de saúde nos territórios na baixa, média e alta complexidade, sobretudo porque sabemos que os serviços de saúde têm ainda uma ascendência política. Eles não são autônomos, Prefeitos e governadores e toda a classe política interferem, muitas vezes diretamente, nos serviços de uma maneira geralmente positiva. Mas, de qualquer maneira, há ascendência. Isso não acontece de uma maneira independente como se vê, por exemplo, na Itália, onde o sistema sanitário tem uma independência em relação ao estado, funcionando diretamente como cooperativa, dando só um exemplo.

Mas algumas coisas que acho importante trazer. Nós com a SBU. Estamos desenvolvendo a questão do câncer de pênis, uma campanha. Estamos pegando isso como uma pauta também da área técnica. O câncer de pênis é um evento raro. Não é fácil de exterminar, porque acomete poucas pessoas, mas é muito importante porque gera mutilação e gera muitas vezes

a própria gangrena e acaba gerando a necessidade de tirar membros em função disso. Gera a questão do suicídio, que é delicada. Imagina se pegar um jovem com 25 ou 30 anos, que tem preservados os testículos, todos os hormônios, a excitação, mas não tem o seu órgão para poder, enfim, ter as relações sexuais. São situações extremamente delicadas.

E vamos buscar trabalhar agora, encampando essa campanha, disseminando ao Brasil inteiro. Estou me comprometendo com vocês. Já estamos trabalhando na direção de criar materiais de qualidade e de divulgação, porque tudo o que temos feito é sobre a questão da educação e saúde, porque não dá para trabalharmos a saúde sem o componente educação. Eles são indissociáveis.

E estamos levando não só para o Nordeste e para o Norte, mas para o Brasil inteiro, porque percebemos que há uma grande incidência no Sul e Sudeste que precisa ser trabalhada em relação à questão do câncer de pênis.

Em relação ao câncer de próstata, acho importante pactuarmos que existe um movimento no mundo que não é só o Novembro Azul, é o Movember, não sei se já ouviram falar, é um movimento europeu, que tem instigado e incentivado essa questão do câncer de próstata no mundo inteiro. O símbolo deles é um bigode. Em novembro as pessoas usam bigode, homens e mulheres, para dizer que se fidelizaram a essa campanha. Vocês podem ver na Internet...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SCHWARZ – A gente já pautou... Acho que uma não é melhor do que a outra. As duas são complementares e necessárias, homens e mulheres se somando. Temos que trabalhar sempre com homens e mulheres se somando. Porque os homens, a despeito de terem ainda grande poder decisório, não se privilegiaram na questão da saúde. Eles não souberam aproveitar essa situação para se beneficiar.

Então, a idéia: Novembro Azul, nós já pautamos aqui na Esplanada para que ela esteja toda em azul. Isso já foi pedido e aprovado. Isso já é consenso. O que ainda precisamos estabelecer um consenso entre nós é a questão dentro do Ministério da Saúde de como vamos trabalhar a linha de cuidados do câncer de próstata.

Acho isso muito importante porque senão o Novembro Azul fica interrompido. Primeiro, acho que temos que ter esse consenso. Acho que está pronto. Acho que o campo está fecundo. Já se passou três ou quatro anos desde que o Inca se manifestou e podemos estar revendo a maneira de trabalhar o câncer de próstata, para, sobretudo, favorecer a vida de mi-

lhares de homens brasileiros, aliviando o sofrimento e trazendo qualidade de vida para todos. Isso é o que eu acho importante.

Acabou meu tempo. Mas quero agradecer demais a oportunidade e sigo à disposição. Espero que este seja um primeiro encontro. Que não façamos deste encontro um evento com início e fim, mas que possamos prosseguir com essa discussão.

Senador, em um momento oportuno, eu gostaria de desenvolver os eixos temáticos da política, porque acho que vai ficar mais claro para vocês como as ações estratégicas da área e da política estão alicerçadas no Sistema Único de Saúde. Mas o tempo é muito curto para nos aprofundarmos em 20 ou 25 minutos. Sigo à disposição.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder a palavra, já encerrando a reunião, à Senadora Ana Amélia e à Senadora Vanessa Grazziotin, para que possamos fazer o encerramento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Eduardo falou agora da inserção. Acho que a sugestão dada pelo Senador Waldemir Moka desse contato com o Ministro da Saúde é relevante no sentido dessa política global para o País.

E eu delego a minha condição parlamentar ao Dr. Aguinaldo para a interlocução desses procedimentos e parâmetros em relação à questão do exame de próstata e também à Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, ao Dr. Flávio e ao Dr. Emmanuel para fazerem exatamente essa definição.

Nós somos clínicos gerais no sentido literal político da palavra, mas a área especializada são os médicos que cuidam dessa questão. Então, essa responsabilidade é dos senhores. Nós damos respaldo político e legislativo nas ações que possamos aqui levar a efeito.

Quero agradecer novamente a belíssima contribuição. Hoje tivemos uma aula de medicina em linguagem prática e acessível. E a TV Senado, na transmissão desta audiência, também presta às pessoas que estão nos acompanhando um grande serviço à população brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Dr. Eduardo, ao Dr. Aguinaldo, ao Dr. Anderson, ao Dr. Emmanuel, ao Dr. Flávio Lobo, a Presidência vai encerrar a reunião, mas antes quer dizer algumas palavras.

Com relação às palavras do Dr. Eduardo agora no final, de que o Ministério da Saúde, através do seu Coordenador, se compromete exatamente em fazer com que agora a gente possa, já em novembro, a questão

do protocolo... Acho que isso é fundamental. E eu já pedi a minha assessoria e vou fazer o contato... Porque, muitas vezes, há alguma dificuldade política e eu tenho um trânsito muito bom com o Ministro Padilha e com a classe política como um todo e estaria junto no sentido de que pudéssemos fazer com que isso realmente acontecesse.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, porque considero que esta audiência pública já teve uma consequência natural de imediato com a colocação do representante do Ministério da Saúde, o Dr. Eduardo, a quem eu agradeço mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no Interlegis, **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim e Inácio Arruda, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 7/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinada a debater “**A situação dos vereadores no Brasil na ótica da educação**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Anderson de Oliveira Alarcon, Consultor Jurídico da União dos Vereadores do Brasil – UVB; Senhor Vereador Itamar Antônio Agnoletto, Presidente da União dos Vereadores de**

Santa Catarina – UVESC; Senhor Vereador Gilson Conzatti, Presidente Nacional da União dos Vereadores do Brasil – UVB; Senhora Vereadora Ismaili Donassan, Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso – UCMMAT; Senhor Vereador José Vasconcelos de Luna Júnior, Presidente da Entidade Representativa dos Vereadores do Rio de Janeiro – RJ e Senhor Vereador Alexandre de Lima Rossi, Presidente da Câmara de Vereadores de Mata de São João – BA. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Paim, autor do Requerimento e o Senhor Senador Cyro Miranda. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa à presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Neste momento, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Vereador Edson Brum, do município de Porto Alegre – RS; Senhores Vereadores Albeni Dias e Ademir Santana, do município de Canela – RS; Senhora Vereadora Andrea da Costa Pacheco, do município de Abaetetuba – PA; Senhores Vereadores José Carlos Arantes e Célio Batista da Silva, do município de Jacuí – MG; Senhores Vereadores José Vanderlei da Silva e Jaime Joarez Schulz, presidente do município de Ibirama – SC; Senhor Vereador Moisés Scussel Neto, de Bento Gonçalves – RS; Senhores Vereadores Paulo Silva, Ronivan Fontoura, Márcio e Dimas, do município de Amaral Ferrador – RS; Senhor Vereador Rallide Cristiano Andrade, do município de Nobres – MT; Senhores Vereadores Cláudio Oliveira, Tiarajú Oliveira e Liciomar Soares, do município de Campos Borges – RS; Senhor Vereador Sivaldo Amorim, José Nilson, Vilson e Marcos Afonso, do município de Ibitiara – BA; Senhor Vereador Marcos Moura, do município de Rio Tinto – PB; Senhores Vereadores Vidal Amaral, Chico Colono e Miguel Carvalho, do município de Eldorado do Sul – RS; Senhores Vereadores Vilmar Abati, Angela, Lucinéia e Isaura, do município de Nova Aurora – PR; Senhores Vereadores Márcio Souza, Alex Medeiros e Evandro Soares, do município de Gavataí – RS; Senhora Vereadora Jussara Osorio, do município de Uruguaiana – RS; Senhor Vereador Dalvi Soares de Freitas, Márcio, Zeno e Ivo, de Dom Feliciano – RS; Senhores Vereadores João Fabrício, Ângelo Araújo, Edson Queiroz, Aroldo Rodrigues, Miguel Pereira, Eلسandro Gonçalves, Santina Conceição, do município de Jaborandi – BA; Senhores Vereadores Antônio Carlos Fink, José Carlos Mandel, Rubens Tittner, André Luiz Moser, Wilmar Giovanella e Altair Brassiani, do município de Indaial – SC; Senhores Vereadores Nelson

Ribeiro, Sívlio Baiano, Jarbas Rocha, Renildo, Quinho, Juvenal Canaã e Katerine Rios, do município de Luís Eduardo Magalhães – BA; Senhores Vereadores Raul Cury, Luiz Tavares Rosa, Daniel Paro, Gilmar Lemes de Paula e Roberto, do município de Engenheiro Beltrão – PR; Senhores Vereadores Benedito, Sadi, Pedrinho e Colombo, do município de Nova Hartz – RS; Senhor Vereador Reinaldo, do Estado do Ceará; Senhores Vereadores Jussara Lemmert e Diego Martins, do município de Portão – RS; Senhor Tiago Araujo – Superintendente Regional da União dos Vereadores do Brasil – UVB; Senhores Vereadores Francisco Lopes e Ademir Rich, do município de Joaçaba – SC; Senhor Vereador Alexandre Rossi, do município de Mata de São João – BA e Senhora Vereadora Irismar Sampaio, Marabá – PA. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, convida para usar da palavra o Senhor Vereador Cristiano Becker, do município de Candelária – RS, a Senhora Vereadora Andrea Pacheco, do município de Abaetetuba – PA e o Senhor Vereador Sivaldo Amorim, do município de Ibitiara – BA. Em suas considerações finais, o Senhor Presidente Nacional da União dos Vereadores do Brasil – UVB, Senhor Gilson Conzatti, informa que encaminhará a esta Comissão uma moção de apoio referente à destinação de 10% (dez por cento) do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação. Na oportunidade, informa que solicitará que todas as Câmaras Municipais de Vereadores do Brasil encaminhem documento no mesmo sentido. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 7, de autoria do Sr. Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública destinada a debater a situação dos vereadores no Brasil na ótica da educação.

Dando início à audiência pública, solicito aos convidados que tomem assento à mesa.

Sr. Anderson de Oliveira Alarcon, Consultor Jurídico da União dos Vereadores do Brasil.

Vereador Itamar Antonio Agnoletto, Presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina.

Vereador Gilson Conzatti, Presidente Nacional da União dos Vereadores do Brasil.

Vereadora Ismaili Donassan, Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso.

Vereador José Vasconcelos de Luna Junior, Presidente da Entidade Representativa dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Vereador Alexandre de Lima Rossi, Presidente da Câmara de Vereadores de Mata de São João, na Bahia.

Sejam todos muito bem-vindos.

Agradeço a oportunidade de estar com os senhores e essa ideia desse requerimento, do meu amigo e colega Senador Paulo Paim, extremamente oportuno, para fazermos os debates na nossa Comissão sobre um assunto que sei que incomoda bastante aos senhores – estou sem colete à prova de bala –, que é a PEC 35.

Informo que a audiência tem cobertura da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, da TV Senado e da Interlegis, que retransmitem, diretamente, pelo *site* senado.gov.br, também para todas as Assembleias do Brasil.

Com muito prazer, concedo a palavra ao autor do requerimento, querido amigo e eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Presidente desta que é uma das Comissões mais importantes, eu diria, do Senado da República, porque todos sabemos que a mola propulsora, a alavanca do desenvolvimento de qualquer país no mundo é a educação, e por isso, faço parte, com muito orgulho, desta Comissão, não preciso citar todos que estão à mesa, V. Ex^a já o fez.

Entro, Sr. Presidente, diretamente no assunto. Não tenho meias-palavras, é direto no assunto que provocou esta audiência pública, que foi o momento em que foi apresentada no Senado a PEC 35, por parte do meu querido amigo e Senador. Temos a alegria de dizer que não existe um tema social... às vezes, há temas partidários em que temos o direito de ter posições pelas

quais não votamos juntos, mas quero dizer, meu querido amigo Cyro Miranda, que, a partir do momento em que fui procurado e me perguntaram “Paim, tu assinaste a PEC 35?”, eu disse: “Para o debate dos temas, nós assinamos inúmeros projetos, os mais variados; não significa concordar com o mérito do projeto.” A partir dessa conversa com os Senadores, tive um diálogo com o Gilson – posso falar direto Gilson, não preciso falar que é Presidente da UVB – União dos Vereadores do Brasil, que estava acompanhado de mais duas pessoas, e o Gilson disse: “Olhe, Paim, vi suas declarações no jornal, que você, quanto ao mérito, discorda, e eu queria ver com você se é possível conseguir uma conversa com o Senador Cyro Miranda.” Eu disse ao Gilson: “Gilson, o Cyro é parceiro nosso.” Levantei o telefone na hora, falei com o Cyro Miranda, expliquei a situação, e ele disse: “Sem problema algum, Paim, pode dizer que eles venham aqui agora.” E o Gilson se deslocou do meu gabinete para falar com o Cyro, teve uma boa conversa com o Cyro e, dali a uns dias, o Senador me procurou e disse: “Olha, Paim, conversei muito com a direção da UVB, conversei com outros setores, ouvi todos os argumentos. Para nós, debater temas do Parlamento, do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, na busca de aprimorar, claro que é legítimo e sempre bem-vindo.”

O Senador Cyro, me permita que eu diga isto, falou: “Olha, Paim, você já declarou nos jornais que ia pedir para eu retirar a PEC a pedido dos milhares e milhares de vereadores deste País, principalmente das pequenas cidades, daquelas onde o vereador está no contato, dia e noite, com a população. Ele está mais em contato com cada homem, com cada mulher deste País do que qualquer um de nós que estamos aqui no Congresso Nacional ou mesmo numa Assembleia Legislativa. Se alguém é a cara direta do povo é o vereador, porque ele convive ali no dia a dia”. Eu chego a dizer que uma disputa para vereador é quase mais difícil do que uma disputa para Deputado Federal ou para Senador, porque, às vezes, é ali no bairro a disputa, entre os amigos, entre os parentes, os votos são conquistados ali.

Conversamos muito com o Cyro, que foi muito parceiro. Ele entende que é fundamental a força do vereador em todos os sentidos. Falamos da estrutura do mandato, de um salário decente para fazerem um bom combate em defesa das grandes causas e não das coisas. Que a gente não permita, sei que o Cyro pensa isso também, que só aqueles que têm um poder econômico maior possam fazer campanha, e em todos os níveis, seja para Vereador, para Deputado estadual, Prefeito, Governador ou mesmo Presidente da República. Enfim, dialogamos muito, muito, muito.

O Cyro me deu liberdade. Ele disse: “Paim, quero que você, embora eu já tenha feito o ato, anuncie lá, então, que, nesse apelo nacional, não só do Paim, mas de vocês, da organização de vocês, do movimento de vocês, da causa de vocês, o nosso querido Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Cyro Miranda, retirou a PEC 35, numa homenagem a todos os vereadores do País.”

Claro que o debate continua. Sinceramente, pessoal, sei que eu fiz a minha parte, sei que todos vocês fizeram a parte de vocês, sei que essa Mesa toda fez a sua parte, assim como outros que não estão aqui – Gilson, você foi fundamental; eu tenho de reconhecer isso! Mas se alguém tem que aqui ser homenageado, pessoal, me desculpem, não é o Gilson, não é o Paim, não é a nossa Mesa. Se alguém aqui tem que ser homenageado é esse senhor que está aqui ao meu lado, à minha direita. (*Palmas.*) Porque ele poderia simplesmente dizer o seguinte: “Vamos debater o assunto, vamos ver no que vai dar, e vamos lá, enfim, no voto. Até posso retirar, mas eu vou esgotar isso aí. Vamos ver no que vai dar.” Mas ele entendeu a grandeza do gesto de vocês e o gesto dele foi de uma grandeza ainda maior, porque, às vezes, dar um passo à frente e saber dar uma parada ou mesmo um passo atrás em nome de uma causa que é maior, para isso tem que ter grandeza. É muito fácil você dizer: “Eu faço e aconteço”. Eu quero ver você dizer: “Eu faço, aconteço e até mudo de posição se for em prol da democracia”, no caso dos vereadores, de todos aqueles que lutam pela construção de um País melhor.

Essa foi a análise que, no diálogo, o Cyro fez comigo: “Não há problema nenhum, Paim, em discutir o tema. Vamos continuar discutindo.” Vamos discutir a situação dos Senadores, dos Deputados, dos vereadores, dos governadores, dos sindicalistas, de todos, discutir a forma de atuar, de trabalhar. Claro que todo mundo tem que ter um salário decente.

E é nessa linha que eu encerro a minha fala, dando mais um depoimento ainda. Na hora em que eu quis fazer esta audiência pública, e muitos não gostam do que eu falo, porque eu falo o que eu penso, eu procurei alguns e disse: bom, eu quero uma audiência pública, porque os Senadores do Brasil estão aí, querem discutir a educação, querem discutir tudo, querem discutir a conjuntura. O eixo é a educação, mas também essa PEC. Daí fui a um ou outro, confesso, não vou dar nomes, mas não tive muito espaço para marcar a audiência pública. Quando eu falei com o Cyro, ele disse: “Sem problema nenhum, Paim. Não só nós vamos abrir espaço na Comissão para esse debate, como vou lá, vou abrir, e vou presidir pelo tempo que

eu puder a comissão, pela importância dos Vereadores para o País.”

Encerro, dizendo que não batam palmas a esta minha breve fala, mas àquele que teve a coragem, a ousadia de apresentar e retirar em nome de vocês. Palmas para o meu amigo Cyro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Amigo, Senador Paulo Paim, obrigado pelas palavras generosas. Amigo Gilson, que tive o prazer de conhecer há 60 dias, vou, primeiro, mostrar os princípios que me nortearam a chamar para o debate primeiramente a classe de vocês.

Hoje, nós políticos temos muito pouco orgulho de sermos políticos. Vou ser sincero com os senhores, quando estou na rua, tiro este *pin* aqui, porque, hoje, a classe política não tem o respeito, pois uma pequena parte trabalha e faz por merecer, mas há uma grande parte que faz por desmerecer. Pouca gente sabe o tanto que trabalhamos, quais são as nossas responsabilidades. O Congresso é uma Casa legislativa, o Senado é uma Casa revisora, e estamos cada vez mais distantes da população.

Quando se fala em político, ganho de político, remuneração de político ou qualquer coisa que possa ser uma ajuda, a população é contra. Ela não nos conhece.

O erro não está só na base, está na pirâmide toda, como disse o Paim. O erro está nas Câmaras, nas Assembleias, na Câmara dos Deputados, no Senado, nos ministérios, na maneira de indicação de determinados ministros do Poder Judiciário, no Ministério Público, enfim, o sistema está errado. E nós estamos vivendo e evidenciando uma coisa muito ruim para nós.

Foi quando pensei que eu precisava instigar uma classe. Tenho que dar o primeiro passo, a escada é alta. Se eu subir toda, vão me puxar a escada. Terei que começar pela base, pela formação, pelo Vereador, que é o futuro Deputado Federal, normalmente, e assim vai.

Então, fizemos uma provocação com essa PEC. É evidente que, se fosse para não provocar, faria uma coisa amena, cidade que tenha até 500 habitantes etc. Isso também me foi motivado por vários Prefeitos que recebi na Marcha dos Prefeitos do final de 2011, quando me diziam das dificuldades dos Municípios. E muitas Câmaras não trabalham como deveriam, como trabalham as Assembleias, como trabalham os gabinetes do Senado e assim por todos os lados. Então, fiz essa provocação.

Não sou daquelas pessoas irredutíveis. Não. Mas, nessa provocação, encontrei o meu amigo Paim, que se diz sensível. Há alguns méritos que podemos discutir, mas isto daqui funciona de uma maneira um pouco diferente. Aí me levou ao Presidente de vocês, o Gilson. Em um diálogo franco e aberto, falei com

ele: Gilson, concordo com as ponderações feitas aqui, mas quero que você concorde com algumas coisas que estou colocando aqui. Ele disse: “Tem razão.” Eu disse: Vamos fazer o seguinte, devido ao pedido e ao arrazoado que vocês estão me trazendo com o Paulo Paim e com a entidade de vocês, vou retirar essa PEC. Ele falou: “Não, se o senhor quiser, o senhor pode modificar.” Eu disse: Não, vou retirar. E vamos construir um trabalho a quatro mãos, ou melhor, a seis mãos, porque o Paim fará parte.

Mas precisamos começar a dar o exemplo na base, não de tirar salário, é lógico, todo mundo merece um salário, mas tem de justificar esse salário. E o político, uma parte da política não justifica, e começa a enlamear aqueles que querem fazer um trabalho sério.

Eu quero dizer a vocês que foi um termômetro, que fiquei assustado com a receptividade da população. Então, isso é um termômetro para nós. Precisamos saber o que a população pensa e o que ela quer e como podemos fazer da maneira certa. Acho que vamos viver um momento muito rico aqui. Daqui, vamos partir para as Assembleias, para as Câmaras e para o Senado. Temos que mudar essa imagem, que é péssima, senhores. A imagem é péssima. E os senhores sabem disso. E os senhores têm um agravante, um não que os senhores digam tem uma repercussão muito maior do que a nossa, porque quem tem contato com o povo são os Vereadores e, depois, o Prefeito. É na casa de vocês que eles batem à noite, o Município não tem ambulância, o tomógrafo não está funcionando. Aí ele pede: “Meu filho está com febre, está com isso, o senhor...” Pega o carro, acorda de madrugada. Agora, a primeira vez em que vocês disserem que não conseguem, aí fecham a cara.

O Deputado Estadual está mais ou menos perto, o Federal, distante. Nós, então, criamos uma distância muito grande. Nós precisamos nos aproximar. Nós precisamos ser realistas. Nós fazemos isso por um ideal. Isso não é uma profissão. É lógico que, em troca, você deve sobreviver dela. Os vereadores ainda têm uma vantagem. É a única classe pública e eletiva que pode ser votada e que pode ter outra função. Vocês podem continuar no trabalho, nós não podemos. Mas isso não justifica também não trabalhar.

Então, neste momento, eu consegui atingir o meu objetivo, que eu não podia declarar, que era a gente chamar para a discussão e mudar o conceito do povo em relação à classe. Começo pela base, porque os senhores são as pessoas de contato com o público. E eles devem saber que o vereador, o prefeito, os deputados federais e estaduais e nós Senadores temos muita coisa e devemos fazê-las. Todas as vezes em que alguém vai no meu gabinete, como eu vejo o Paim

trabalhando, e a pessoa fala agradece, eu digo: Você não tem que agradecer. Eu lutei para chegar aqui. É minha obrigação.

Ora, nós temos que fazer como faz qualquer cidadão que trabalha numa empresa: ele tem horário, ele tem obrigações, ele deve dar um retorno para sociedade. Aquele que está na empresa, para a sua empresa, senão ele não recebe o salário dele. E reivindicar. Ele reivindica, então, ao trabalhador as suas coisas de direito, não só os seus salários como também toda aquela coisa que nós conhecemos da lei trabalhista. E a mesma coisa nós temos que fazer, mas nós temos que fazer de uma maneira... Nós estamos na contramão da história, nós todos, políticos. Não são os senhores só, não. Nós estamos na contramão da história. Nós precisamos mostrar e ensinar à população da utilidade que tem cada poder e separar o joio do trigo, porque o que está acontecendo é que as laranjas podres estão começando a ficar muito grandes nesse nosso cesto. E, assim, quando dizem que essa classe não vale nada – os senhores já ouviram isso muitas vezes –, como é que nós não valem nada? Então, isso é provocativo.

Eu não sou intransigente em nada da minha vida, e eu acho que o homem que tem opinião deve saber mudar de opinião. E eu sei também mudar de opinião. (*Palmas.*)

Obrigado.

Mas eu tenho uma meta: nós vamos mudar a imagem da classe política deste País, e começa e passa pelos senhores. Nós devemos fazer esse exercício.

A entidade, Gilson, de vocês é de uma importância vital, porque, se vocês não tiverem unidos, conversando, vocês vão, então, melhorando, inclusive aqueles que não querem participar, porque a associação...

Eu fui dirigente classista durante anos e anos. Estou político pela primeira vez. E não estou gostando do papel que o político está fazendo. Digo com toda sinceridade. O que eu sinto é que a gente não prestigia a nossa entidade. A entidade é muito forte. É por meio da entidade que nós vamos começar bem. Se vocês não tivessem uma entidade, não havia um interlocutor para conversar comigo e eu com vocês.

Então, foi o Gilson que veio, mostrou estatísticas etc e tal. Eu falei: está vendo, há coisa para mudar? Ele falou: “Há, Cyro, há muita coisa que precisamos mudar”.

Então, eu sou não um contraponto aos senhores. Ao contrário, estou do lado dos senhores. Nós vamos fazer uma campanha de mudar a imagem do político neste País e vamos aglutinar, porque sem a entidade de vocês, sem as entidades que compõem, que agregam todas as classes, nós não vamos conseguir nada. É

aquela história do graveto: um você quebra, dois, mas o feixe você já não consegue quebrar.

Então, é por aí que vamos começar. Conto com os senhores, e os senhores podem contar comigo. Eu tenho um grande parceiro, uma pessoa por quem eu tenho admiração muito grande; ele é do PT e eu sou do PSDB. E nós somos aliados, porque nós deixamos toda e qualquer ideologia para trás a partir do momento democrático que nos elegeu. Se me colocaram lá, eu devo ser respeitado. Se o colocam, eu devo respeitá-lo. E as nossas ideias são convergentes, porque nós temos um único propósito: é a população. Este é o maior: a população. E quero que isso também aconteça. Estou falando de uma maneira geral, mas eu sei que isso acontece já em muitas Câmaras e na mentalidade de muitos e muitos dos senhores. Mas vamos passar uma ideia e uma imagem que nós merecemos e não ter essa pecha que hoje estamos tendo da população brasileira, que é muito ruim. Eu tenho pesquisas estaremcedoras. E os senhores ouvem isso no dia a dia de vocês, ouvem coisas assim: “Eles não fazem nada, só ganham”. E naquilo que você ajudar, dirão que há uma segunda intenção. Temos que mudar isso. Está feita a provocação, está retirada a PEC, estamos juntos, de mãos dadas, para construir um Brasil com políticos melhores e para tirar da nossa cesta essas laranjas poderes.

Agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores. Contem comigo Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, primeiramente, ao Presidente Nacional da União dos Vereadores, que foi a pessoa com quem tive o primeiro contato. Fiquei muito contente e hoje posso considerá-lo meu amigo, o Vereador Gilson Conzatti. (*Palmas.*)

O SR. GILSON CONZATTI – Muito bem, Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, amigo da UVB. Apesar da PEC nº 35, como ele falou, é um amigo e aliado da União dos Vereadores do Brasil. Na conversa que tivemos há 60 dias, isso ficou claro isso. Eu coloquei ao Senador a importância daquele nosso encontro quando a imagem que nos passava dele a PEC nº 35 era uma e, conversando com esse homem, esse cidadão, vimos que ele tinha, acima de tudo, um espírito público muito grande e que chamava, sim, os Vereadores, a comunidade e a sociedade brasileira para um debate. Claro que veio através da PEC dos Vereadores, mas que bom que veio pelos Vereadores porque hoje, aqui, Senador Cyro Miranda, está o Brasil representado por esses homens e essas mulheres que vieram de todas as regiões deste País. Orgulha-me muito o fato de que a entidade União dos

Vereadores do Brasil, uma entidade que vai fazer no ano que vem 50 anos de fundação, está buscando resgatar seus pensamentos, sua identidade como entidade representativa.

O Senador Paulo Paim, parceiro dos Vereadores, de primeira mão, logo que surgiu a PEC nº 35 e durante sua tramitação, sempre teve uma posição muito clara. Assinou para o Senador Cyro Miranda apresentar a PEC, mas sempre teve uma posição muito clara de contrariedade com a forma pela qual se estavam tratando os Vereadores do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Permita-me. Quando nos passam a lista para uma PEC, é normal no Senado que assinemos, quase todos. Assinar significa levar à discussão, não significa concordância. Então, se o Paim me trazer uma coisa que, para mim, é totalmente adversa, direi que ponha na mesa, vamos lá, vamos discutir. Então, isso é uma coisa normal no Senado, ou seja, a assinatura para chamar para uma discussão e não quer dizer que haja concordância. (*Palmas.*)

O SR. GILSON CONZATTI – Estamos aqui com a presença do Anderson Alarcon, que é um advogado constitucionalista e também consultor jurídico da União dos Vereadores. Ele veio lá do Paraná, da cidade de Maringá, e tem nos dados um apoio muito grande, criou uma tese, inclusive, sobre a PEC nº 35. Agradeço a presença do Dr. Anderson. Estamos aqui com o Vereador Itamar Antonio Agnoletto, Presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, representando os Vereadores, ele, que é Vereador de Chapecó, também grande parceiro, de entidade grande parceira da UVB. Tenho dito que se trata de uma das entidades mais organizadas deste País em nível estadual, a União dos Vereadores de Santa Catarina. Estamos aqui também com a Vereadora, que assumiu recentemente a União dos Vereadores do Estado de Mato Grosso, a Ismaili, Vereadora jovem e atuante. Com certeza, vai fazer um bom trabalho na União das Câmaras Municipais de Mato Grosso. Falo da Vereadora Ismaili Donassan.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Meu amigo falou aqui que se trata da única mulher na mesa, então, vamos aplaudir. (*Palmas.*)

O SR. GILSON CONZATTI – Temos aqui também o Vice-Presidente da União das Câmaras do Rio de Janeiro, o Juninho, Vereador de Carapebus, que tem sido também, lá no Estado do Rio de Janeiro, um grande parceiro na luta pela valorização dos Vereadores daquele Estado e parceiro da União dos Vereadores do Brasil.

O nosso Alexandre Rossi, Presidente da Câmara de Vereadores de Mata de São João, grande amigo da UVB, está tentando, lá na Bahia, novamente fortale-

cer a entidade estadual dos vereadores. Ele tem sido também um grande parceiro e um grande colaborador. Por isso a presença dele nesta Mesa, pois tem sido um propagador das ações da nossa entidade.

Só para iniciar a minha conversa, aproveitando a audiência da TV Senado, quero dizer que a União dos Vereadores do Brasil é uma entidade que surgiu em 1964. Portanto, no ano que vem, faremos 50 anos de fundação. Ela congrega e representa todas as associações, uniões, federações e Câmaras de Vereadores do Brasil. Hoje, Senador Cyro Miranda e Senador Paulo Paim, somos 56.818 vereadores neste País. Os 5.568 Municípios estão hoje aqui representados pela UVB. A UVB trabalha com um público, direta e indiretamente, de 300 mil pessoas, certamente. Então, é a maior força política deste País, considerando que, se juntarmos todos os deputados estaduais deste País, são 1.080 deputados estaduais; Deputados Federais, 513; Senadores, 81; prefeitos, 5.568; e vereadores, 56.818. Nós somos, sim, a maior força política deste País. (*Palmas.*)

Mas, para isso, precisamos cada vez mais desta união, desta organização.

E quero aqui registrar ao Senador Paim o meu agradecimento pela parceria. E digo mais: a ligação com o Senador Paim partiu dele. Nós fomos ao encontro de S. Ex^a, mas houve retorno, e várias vezes conversamos em seu gabinete, por telefone – porque ele realmente defendeu e abraçou a causa da PEC 35 –, pois, na minha frente, realmente, ele ligou para o Senador Cyro Miranda, que nos atendeu prontamente e teve a sensibilidade de ouvir os vereadores, teve a sensibilidade de nos dizer que estava buscando uma provocação mesmo, para que nós, a organização dos Vereadores do Brasil, pensássemos um Brasil diferente, a partir dos políticos deste País. É assim que nós temos que fazer, e é assim, Senador Cyro e Senador Paulo Paim, que nós temos feito na UVB. Nós queremos, sim, primeiro, que os Vereadores entendam seu papel na sociedade. Porque, muitas vezes, nós cobramos do cidadão que não entende o vereador ou que fala mal do político, mas nós não sabemos passar a esse cidadão o nosso papel, a nossa importância na sociedade. Há Vereadores que acham interessante ir à sessão da Câmara votar “sim” ou “não” ao projeto, ir embora e não discutir as causas do seu Município, da sua região, do seu Estado, do seu País. (*Palmas.*)

Nós concordamos, sim, e nos colocamos à disposição, já naquela primeira audiência com o Senador Cyro Miranda, para discutir ou rediscutir o papel do político a partir das Câmaras de Vereadores, e pensar um Brasil diferente, sim. Nós precisamos pensar nesse Brasil diferente, mudar a imagem do político. E não é a

imagem do Senador ou a do Senado da República ou a da Câmara Federal ou a das Assembleias que tem que ser mudada. Não. Nós temos que começar, sim, lá na Câmara de Vereadores. Porque o cidadão que achava importante o vereador na época da eleição, ao passar a eleição, o que ele diz? “Vereador não faz nada, Vereador não tem projetos.” Porque, muitas vezes, nós subimos ao palanque, prometemos mundos e fundos, mas sabemos que quem executa é o prefeito, é o Executivo, não o Legislativo. Nossa função é fiscalizar e fazer leis municipais.

Então, nós temos que entender esse nosso papel de chamar a sociedade para as Câmaras de Vereadores, de chamar o cidadão para entender o Poder Legislativo municipal, para construir junto com o Poder Legislativo municipal, a fim de, aí sim, nós começarmos a mudar a nossa imagem como políticos neste País.

A UVB tem isso em seu pensamento, tanto que iniciamos as *démarches* pelo Brasil, iniciando, Senadores, neste ano, por Porto Alegre, passando agora aqui, em Brasília, e, ao longo do ano, vamos percorrer todo este País, para, no final do ano, em novembro, fazermos a grande Marcha de Vereadores, de 26 a 29 de novembro, a Brasília. E isso é para levar conhecimento, qualificação aos Vereadores, intercâmbio entre as Câmaras de Vereadores e a integração entre os Vereadores.

O que é importante para o meu Município, Iraí, no Rio Grande do Sul, pode ser importante lá para o Município de Marabá, no Pará. Talvez, a importância dos Vereadores do pequeno Município, que tem 2 ou 3 mil habitantes, seja a mesma importância do Vereador de uma capital. (*Palmas.*) Só que o Vereador da capital tem toda uma estrutura, enquanto nós, dos pequenos municípios, precisamos de uma estrutura auxiliar, por isso entidades como a UVB, que prestam um serviço de assistência jurídica e contábil aos Vereadores, precisam ser fortalecidas.

Então, quero agradecer e dizer a vocês, Srs. Vereadores, que tenham a certeza de que o que foi falado aqui pelos Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda não foi ensaiado; foi resultado de um trabalho, o trabalho de uma entidade, e só com entidades fortes e com união é que nós vamos conseguir conquistar. (*Palmas.*)

E essa conquista não é da UVB, não é dos Vereadores, não é do Senador Paim, mas do Brasil e da democracia.

Assim, quero, de novo, também eu, pedir a todos vocês uma grande salva de palmas pela coragem do Senador Cyro Miranda ao decidir retirar a PEC nº 35. S. Ex^a demonstrou grandeza quando retirou a PEC nº 35 e refez o seu pensamento, na medida em que a retirou de discussão. E nós sabemos que, aí fora, se for feita

uma pesquisa, 99,9% da população é favorável à PEC nº 35. Tenho certeza que vocês sabem disso. Por isso, peço uma grande salva de palmas pela forma como o Senador refez a sua posição. (*Palmas.*)

Muito obrigado e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas palavras. Tenho certeza de que a minha briga agora é muito maior. Antes, eu tinha só 56 mil; agora, eu tenho 190 milhões. Mas isso é justo. Acho que nós estamos começando a atingir os nossos objetivos, primeiramente, o da valorização. Não se esqueçam da valorização da classe de vocês. A União dos Vereadores do Brasil, para vocês, tem que ser a coisa mais importante.

Eu passo, com muito prazer, a palavra ao Ex^{mo} Vereador Itamar Antonio Agnoletto, Presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina.

O SR. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI – Muito bom dia, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda. Cumprimentando V. Ex^a, quero também saudar o Senador Paulo Paim. Quero dizer do prazer em estar aqui nesta conversa, nesta audiência pública do Senado Federal, por meio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Quero também cumprimentar o Gilson, Presidente da União dos Vereadores do Brasil.

Quero parabenizá-lo, Gilson, dizendo que conte sempre com a União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina; somos parceiros em todos os momentos.

Em nome desses que citei, quero cumprimentar todos os Vereadores aqui presentes; e, em nome da Vereadora Ismaili, cumprimento todas as mulheres Vereadoras, as mulheres que aqui estão.

Nós todos, dias atrás, estávamos acuados, estávamos tristes, Senador, e por que não dizer isso agora? Qual era o sentido que nós tínhamos há quinze dias, até a última quarta-feira, quando tivemos a notícia de que a PEC havia sido retirada? Era o sentido de que seria instituído neste País, Srs. Senadores, o mensalão no Município. A partir do momento em que o prefeito precisasse de uma votação, encontrando um vereador sem compromisso, certamente haveria lá a oportunidade de oferecer um dinheirinho. Assim, estaria instalado o mensalão no Município. É isso o que nós sentimos, Srs. Senadores, dias atrás.

A luta também fica, a luta da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc), que, no mês de agosto do ano passado, veio aqui e protocolou a moção de apelo pela retirada, junto com a União dos Vereadores do Brasil (UVB). O Gilson esteve aqui, junto com a então Presidente, visto que eu estava licenciado por conta da eleição. Fica, sim, a luta de todos os vereadores na manifestação, na moção na sua Câmara. Isso fica.

Agora, nós temos de agradecer e também nos voltar e dizer: “Parabéns, Senador! Parabéns também por tê-la apresentado!” Sabiam? O Parlamento é próprio, é bom; nele há o debate, que foi ensejado através da PEC.

Somente a assinatura do Senador não seria protocolada. Então, houve a concepção, houve o aceitar dos Senadores, inclusive dos três catarinenses: Casildo Maldaner, Luiz Henrique da Silveira e Paulo Bauer, que nos visitou ontem aqui. Acredito que, em todos os Estados, foi dada a assinatura. Isso é bom, isso foi bom. Isso cria, agora, a oportunidade de eles nos ouvirem mais através do contato conosco. Isso é preciso, Srs. Senadores. Nós queremos isso, nós queremos a oportunidade de ser ouvidos. Muitas e muitas vezes, ouvem o prefeito, que quer economizar dinheiro e que, inclusive, não permite que o presidente da Câmara filie-se à associação microrregional, estadual ou nacional, para economizar dinheiro, para, no final do ano, ele, o prefeito, o Executivo, gastar.

Então, quero agradecer, inclusive, aos Srs. Senadores por esta oportunidade e parabenizá-lo, Senador Cyro Miranda. V. Ex^a, inclusive, é do meu Partido. Eu sou do seu Partido, porque, certamente, vim depois. É muito próprio, é muito bom isso. Hoje, nós todos estamos comemorando e agradecemos o ato de V. Ex^a, que ouviu as associações e os presidentes, que ouviu a nossa luta, a nossa aclamação.

Quero também, senhores, fazer aqui uma proposição. Nós, da Associação de Vereadores do Estado de Santa Catarina... Inclusive, recebi um recado e gostaria que me permitissem transmiti-lo: vereadores e vereadores de Taió estão aqui presentes. Eles são do meu Estado. São cinco vereadoras e nove vereadores na Câmara. (*Palmas.*)

Srs. Senadores, senhoras e senhores, lá nós criamos o Fórum da Mulher Vereadora, que é um fórum permanente. Agora, no mês que vem, haverá a eleição para o próximo biênio, 2013/2014. Esse fórum veio para ficar, para tratar de assuntos de gênero, para tratar de assuntos da mulher na política, da mulher dona de casa na política, da mulher agricultora na política, da mulher professora inserida na política. Poderemos discutir assuntos de gênero.

Senhores, nós criamos lá também o Fórum dos Contábeis, que terá a oportunidade de levar adiante muitos e muitos assuntos e de também dirimir dúvidas, muitas vezes, com relação à aprovação das contas dos prefeitos. A Uvesc vai dar esse suporte às Câmaras de Vereadores do Estado de Santa Catarina e do País também, se necessário for, junto com o Gilson.

Nós demos a oportunidade aos vereadores catarinenses de ter acesso a planos de saúde através de um convênio junto à Agemed.

Agora, vem o porquê de eu dizer tudo isso, Senador Paulo Paim e Senador Cyro Miranda. Nós estamos aguardando proposta de uma universidade. Fizemos contato com duas já. E uma delas, a Unisul, já despertou o interesse, para ensinar, de repente, o ensino a distância para vereadores e vereadoras, num convênio que a Uvesc haverá de fazer, e também para servidores de Câmaras. Nós queremos nível superior, nós queremos que o vereador não considere a idade e volte para a sala de aula, para que, pelo menos, ele tenha o conhecimento, para que isso seja oferecido.

Então, de repente, aqui, através da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, pode-se promover a discussão desse assunto em todo o País, Gilson, para que, daqui a pouco, o Ministério da Educação possa oportunizar – por que não? – à distância, uma melhor forma de o Vereador poder estar em sala de aula, ter o conhecimento e aprimorar-se, porque quem ganha com isso, certamente, é a população, é povo, lá na sua cidade. (*Palmas.*)

No mais, quero agradecer.

Nós estamos sempre prontos para as discussões, para os convites. Queremos participar. Queremos fazer parte da discussão, seja o assunto que for.

Obrigado.

Parabéns, novamente, por V. Ex^{as} nos oportunizarem a estarmos aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, amigo, Vereador Itamar.

A sua ideia é genial. Eu acho que aqui, a Casa, Interlegis, tem oportunidade de ajudar pela consultoria técnica. Hoje ela faz a interligação das Assembleias. Por que não fazer das Câmaras?

O SR. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Quer dizer, ela vai lhe ajudar no ensino à distância. Acho que através desta Comissão, eu e o Senador Paim vamos ser parceiros nessa empreitada.

O SR. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO – Que ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Parabéns! Fico muito contente de ouvir isso.

O SR. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO – Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com muito prazer, concedo a palavra à representante feminina que abrilhanta esta Mesa. Deixa a Mesa mais bonita! A Vereadora Ismaili Donassan,

Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT).

A SR^a ISMAILI DONASSAN – Quem sabe, não é, Senador, um dia a gente possa estar igual à Câmara de Taió, com quase 50% da Câmara feminina! Isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mais.

A SR^a ISMAILI DONASSAN – Mais de 50% da Câmara. Cinco. Esse é um orgulho muito grande. Colíder, minha cidade, no Mato Grosso, não é, Gilson, talvez um dia possamos bater essa meta, de a mulher fazer parte da política brasileira em nível de Estado e de Município.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Cyro Miranda; cumprimentar o Senador Paulo Paim; em nome do Presidente da UVB, Vereador Gilson Conzatti, cumprimentar todos os nobres Vereadores, Presidentes das uniões de Câmaras dos Estados; e, em nome dos Vereadores de Lucas do Rio Verde, minha região, que estão aqui presentes – e até ontem estava aqui presente Campo Novo do Parecis, do Mato Grosso –, cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras.

(*Manifestação da plateia.*)

A SR^a ISMAILI DONASSAN – Campo Verde está presente! Não tinha visto. Não tinha cumprimentado os Vereadores ainda. É o Mato Grosso em peso em Brasília! Somos nós aí, mostrando, atuando. (*Palmas.*)

Isso é muito bom e fortalece o nosso trabalho.

(*Manifestação da plateia.*)

A SR^a ISMAILI DONASSAN – Nobres está presente? Esse meu Mato Grosso me orgulha! É que nós não tínhamos tido contato no primeiro dia e ainda não o tivemos no segundo dia.

Pois bem! Senador Cyro Miranda, errar é um gesto também de hombridade, de humildade, e, às vezes, a gente comete algum equívoco, mas, muito mais do que isso é assumirmos que esse equívoco foi grande e que teremos que dar um passo para trás e recuar, muitas vezes.

Nós estávamos preocupados, como disse o Presidente, Vereador Itamar. Hoje, a Câmara de Colíder tem treze Vereadores. Na época, eu me lembro da emenda que retirou o número de Vereadores, diminuí o número de Vereadores, com a falsa promessa, a falsa demagogia de dizer que ia reduzir a questão financeira das Câmaras. Reduzir o número de Vereadores, mas não reduzir o número de repasses.

Então, a população teve falsa esperança daqueles que gostam da politicagem; daqueles que torcem para que políticos, realmente, muitas vezes, não desenvolvam sua função; daqueles que acompanham

matérias quando há políticos presos em CPIs; daqueles que gostam do barulho. Ao contrário daqueles que torcem para que seus representantes continuem sendo grandes representantes e levando as emendas parlamentares, levando recursos para seus Municípios e para seus Estados.

Daí essa mesma emenda, salvo engano a Emenda nº 58, devolveu o número e Vereadores, mas tirou 1% do repasse das Câmaras.

Então, nós somos muito penalizados. Talvez porque de Colíder a Brasília – dos Municípios pequenos – seja distante; seja distante para vir aqui cobrar. Talvez seja isso. Às vezes nós não temos condições de pagar passagem aérea para vir ao Senado, à Câmara Federal e dizer que nós somos os grandes representantes do Brasil. (*Palmas*)

Nós não queremos, Gilson, ser apenas um número de maiores lideranças políticas.

Dia 4 de abril houve a minha posse, Senador Paulo Paim, como Presidente da União das Câmaras do Mato Grosso. Já estou no terceiro mandato. Eu me elegi, com 18 anos, em 2004, a Vereadora mais nova do País na época. E Colíder, a cidade onde nasci e fui criada, tem um carinho muito grande comigo, mas o meu é muito maior em relação a ela.

Se pegarmos o Estado de Mato Grosso hoje, o Município de Vila Rica, Senador Cyro Miranda, está a 1.400 quilômetros da capital, Cuiabá. Se nós retirássemos o salário desses Vereadores, como disse o Vereador Itamar, não digo que haveria um mensalão, Vereador, porque o recurso é pequeno, mas um “mensalinho”. Ali nós teríamos que viver do “mensalinho”, aqueles que não têm compromisso, é claro.

Então, estávamos muito preocupados, porque se dizia que essa PEC, por mais que V. Ex^a apresentasse, não passaria no Senado. Nós tínhamos medo porque, em relação à mesma emenda constitucional que retirou 1% das Câmaras, as pessoas também diziam que não passaria. E passou. E hoje nós vivemos no gargalo do gargalo dos Municípios com menos de 50 mil habitantes, que são mais de 90% no Brasil.

Eu afirmei, na minha posse, Senador Cyro Miranda e Senador Paulo Paim, que nós não queremos que os Deputados estaduais, federais, Senadores e o Governador peguem o microfone e comecem a dizer: “Vocês são o grande para-choque da sociedade, vocês são o grande para-raios.” De discurso bonito nós estamos cansados; nós queremos ser ouvidos. Essa é a grande realidade do Vereador no Brasil. (*Pausa.*)

Cobrei do Governador Sinval Barbosa que atenda ao Vereador, nem que seja por região ou por consórcio. Atenda! Não é só o Prefeito que quer ser ouvido,

não é só o Prefeito que quer levar o que está acontecendo no Município.

Senador Cyro Miranda, Senador Paulo Paim, o Vereador não tem gabinete. O gabinete do Vereador é no mercado, é no velório, é debaixo da árvore, é na rua. Onde ele está, ele é parado, ele é cobrado. (*Palmas.*)

Onde estamos, ouvimos: “Vereadora, aproveitando a oportunidade, eu sei que não é o momento, mas como está tal coisa?” Essa é a verdade.

E outra, o que eu disse lá no Mato Grosso? Nós não somos contra a retirada de salário de político, não. Podem retirar, mas comecem pelo Senado, pela Câmara Federal, pela Presidência da República... (*Palmas.*) Porque não somos nós, Senadores, os grandes grandes ápices da corrupção do Brasil, não. Inclusive, Senadores, se pegarmos o salário dos 13 Vereadores da Câmara de Colíder, dá menos do que o salário de um Deputado Federal.

Então nós somos o pilar do que está acontecendo? Jamais! Sem contar que nós temos as grandes discussões. Essas, sim, valem para o País! Como nós vamos aceitar a questão do Pacto Federativo do jeito que está, Senadores? Mais de 60% dos recursos ficam com a União. Daí o Governo Federal vem e reduz IPI, do qual o Município tem porcentagem. Por que não reduz PIS e Cofins, que são exclusivamente da União? Daí os Governadores, muitas vezes, ainda começam a pagar precatórios, mais uma vez tirando os 25% dos Municípios.

Então, cada dia mais os Municípios estão ficando, Senadores, com a corda no pescoço, os Prefeitos estão ficando com a corda no pescoço. O Vereador, tem dia, tem medo de sair de casa, porque ele é achado. Para chegar à sala do Prefeito, tem três ou quatro caboclos assim grandes. Dá até medo. Eu sou pequenininha, tenho até medo de falar com o Prefeito. A gente, que é de cidade pequena, sabe que quando se encontra o Prefeito: “Oh, prefeito, tudo bem?”. Quando é o Vereador: “Oh, meu amigo, filho de uma mãe! Faz favor aqui, gente boa!”. É até diferente o tratamento, porque nós somos mais populares, porque nós estamos mais no convívio. O cidadão cria essa identidade maior com o Vereador e com a Vereadora.

Portanto, nós temos muita coisa para discutir. E a UVB, Gilson, tem sido e tem demonstrado que é uma entidade representativa. E nós precisamos disso. Também na UCMMAT, estamos à disposição da UVB, à disposição dos Vereadores do Brasil.

Convido vocês para conhecer Cuiabá, conhecer o Mato Grosso. Nós somos os grandes produtores de soja, de grãos de todo o Brasil. Para vocês terem noção, Senadores, nós estamos discutindo a Ferronorte, que vai ser uma ferrovia importantíssima para nós, Callai, de

Lucas, de Sorriso. De 18 milhões de toneladas no ano de 2012, 12 milhões saíram da nossa região, do norte mato-grossense, do escoamento de grãos do Brasil.

Então, isso nós precisamos valorizar e é o Vereador que traz até vocês, Senadores e Deputados Federais e estaduais, a dor da sociedade.

Não é à toa que o nome é Vereador – “ver a dor”. E o Parlamentar não serve só “para lamentar”. Nós temos de ser, de fato, Parlamentares. (*Palmas.*)

Obrigada.

Parabéns, Senador Cyro Miranda, pelo gesto de grandeza que demonstrou frente a esses grandes representantes do Brasil.

Parabéns ao Senador Paulo Paim, ao Gilson e a todos os Vereadores das Câmaras que mandaram... Pode falar moção de repúdio? O senhor recebeu muita moção repúdio, Senador Cyro Miranda? Ou não te entregaram para poupar?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muitas.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Para poupar o coração do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não! Muitas.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Então, Senador, para finalizar, meus parabéns.

Obrigada e junte-se a nós, porque eu tenho certeza de que nós somos grandes amigos e nós não podemos ser lembrados apenas de quatro em quatro anos para sermos os cabos eleitorais de Deputados Federais, estaduais, Senadores e Governadores.

Um beijo no coração de todos e meu muito obrigada.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Gilson sofre uma concorrência, aqui, grande. O senhor está sendo ameaçado.

Parabéns pelas suas palavras eloquentes. Eu só discordo quando a minha amiga fala que foi um erro esta PEC.

Ela não foi um erro. Se não fosse esta PEC, nós não estaríamos aqui, agora, e você não estaria tendo a oportunidade de falar para o Brasil do sentimento que vem lá de baixo.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Eu retiro, também, Sr. Presidente. Foi um erro. (*Palmas.*)

Estou retirando a minha ...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Outro gesto de grandeza.

Vereadora, a sua fala é extremamente apropriada.

Eu fiz um levantamento e uma coisa não consegui entender: todos os meses, a União está batendo

recorde de arrecadação e, todos os meses, os Municípios estão em pior situação.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Aí, nós fomos fazer uma análise: bom, o Brasil cresce. Quando a gente fala que o Brasil cresce, cresce onde? Nos Municípios. Aí, a população cresce e é inversamente proporcional à receita.

Aí, o que estava acontecendo? Há 22 anos – é a pesquisa que nós fizemos –, contribuições que ficam só para a União representavam 12,3%. Hoje, representam 44%. Então, não se rateia a contribuição e se rateiam os impostos.

As necessidades de infraestrutura e programas sociais dos Municípios crescem – educação, etc – e a arrecadação está na contramão. Se continuar assim, vai ser muito difícil achar alguém que queira ser prefeito de alguma cidade. Nem de graça o sujeito vai querer, mas nem de graça!

Ao sair, o outro deixa lá uma pilha de cheques sem fundos no cofre e ele não pode participar das emendas, porque não consegue tirar as certidões.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Governo dar uma atenção para os Municípios, que são a base nesse sentido, é fundamental. Inclusive, há alguns estudos, já, na nossa Comissão, de pensarmos em alguma coisa.

O Senador Cristovam Buarque pensa na federalização, porque não dá para ficar por conta do Município. Hoje, há Municípios que investem 25% dos seus recursos na educação, quando a União deveria esta bancando isso.

Eu não estou falando deste Governo. Eu estou falando de uma série de governos para trás. (*Palmas.*)

Não é o problema do Governo atual.

Então, é muito apropriado e é assim mesmo, é agora que nós vamos discutir. Agora, não pensem que é só com vocês, que é no cafezinho e no velório, não. A gente está lá e, às vezes, eles não falam, mas põem o papelinho no bolso.

Com muito prazer, eu concedo a palavra ao Vereador Alexandre de Lima Rossi, Presidente da Câmara de Vereadores de Mata de São João, da Bahia.

O SR. ALEXANDRE DE LIMA ROSSI – Meus amigos todos, boa noite.

Depois de falar... Bom dia, perdão.

A SRª ISMAILI DONASSAN – Está acostumado com a sessão da Câmara.

O SR. ALEXANDRE DE LIMA ROSSI – A sessão da Câmara é à noite, é verdade.

Depois de a nossa vereadora do Mato Grosso falar, fica difícil de agradar a todos, então vou começar sendo breve e, com certeza, vou agradar muitos.

Então, eu quero saudar o nosso Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e dizer, Senador, que, realmente – o senhor já corrigiu a minha colega –, o senhor prestou um grande serviço à classe de vereadores, na medida em que o senhor colocou essa discussão em pauta.

Isso já eu tinha sentido, Gilson, lá no nosso encontro em Porto Alegre, quando o Senador Pedro Simon disse isto: “Vamos colocar na discussão.” E com isso mexeu com muita gente. Então, realmente V. Ex^a prestou um grande serviço, também na medida em que retirou.

Quero saudar aqui Senador Paulo Paim; Presidente Gilson; os demais colegas da Mesa; o Anderson, Consultor Jurídico da PB Brasil; o Itamar; minha colega do Mato Grosso, Rio de Janeiro, meus amigos da Chapada Diamantina, Vereadores aqui presentes – levantem aí, da Chapada; para quem não conhece a Chapada Diamantina é um lugar belíssimo na Bahia – e dizer que eu fiquei muito honrado, muito lisonjeado quando eu recebi, Senador Paulo Paim, o Requerimento nº 7, de V. Ex^a, lá em Mata de São João, que foi aprovado no dia 26 de março, convidando-nos para esta audiência e para dividir um pouco essa experiência que o nosso Município teve em educação.

Eu não sei se a Kátia já está aí. Já está aí? O.k. E falar também que, com certeza, a gente ia abordar esse assunto da PEC.

Então, o Gilson me pediu para ser muito breve para trazer um pouco da experiência que o nosso Município teve em educação e, lá no final, a gente vai dar um fechamento.

Eu queria só ver se já poderia colocar aí, porque são cinco lâminas; colocar a imagem. Enquanto não aparece a imagem, Senador, quero dizer que o nosso Município de Mata de São João fica a 56 km de Salvador. Ele nos remete ao início do descobrimento do Brasil – está aí, vamos ser bem rápidos na audiência pública no Senado Federal, é bem rápido, são só cinco lâminas. E a gente pontuou o que é um pouquinho do nosso Município: 56 km de Salvador; 40 mil habitantes; o nosso forte é o turismo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Litoral norte da Bahia.

O SR. ALEXANDRE ROSSI – Litoral norte da Bahia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu já estive lá.

O SR. ALEXANDRE ROSSI – Então, será bem-vindo. Uma renda *per capita* de R\$8.753,00.

Pode passar.

Em 2004, nós tivemos um grande desafio, quando resolvi acompanhar o ex-Prefeito João Alberto, que está nos escutando, com certeza, e nós encontramos uma situação...

Pode passar; a primeira.

Essa era a situação, meus amigos, da educação em Mata de São João: umas escolas em casas alugadas, emprestadas; séries multisseriais, ou seja, eram os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos juntos. Essa ainda é uma das melhores. E resolvemos investir, de fato, na educação.

Pode passar.

Hoje, nós temos 27 escolas novas no nosso Município; 11 mil alunos, todos em salas novas, onde eles recebem desde tênis, meia, *kit* – chamamos *kit* feliz – e novos equipamentos. Procuramos instalar essas escolas em comunidades mais longínquas que se possam imaginar. Nós temos o litoral, que vai muito bem, mas nós temos uma zona rural muito distante, que não tem nem acesso de estrada. E fizemos isto: um projeto em que cada aluno, além de receber todo o material escolar, leva para casa quatro pães, ou seja, diminuiu bastante a evasão escolar. Dentro da própria escola, nós temos as padarias, ou seja, o aluno recebe a merenda, todo o material e ainda leva para casa quatro pães.

Pode passar.

Investimos maciçamente na formação dos professores, pela meritocracia – está aí isso.

Na universidade, nós tínhamos, para se ter uma ideia, quando nós chegamos, em 2005, na faixa de 50, 60 universitários. Hoje, com a universidade aberta já estamos com 800 universitários.

Pode passar.

Esse aí é o *kit*. Esse graficozinho mostra o nosso Ideb de 2005: do 1º ao 5º ano, nós tínhamos o pior Ideb da região metropolitana de Salvador. Está ali: Mata de São João é o azul, em 2005, dois pontos alguma coisa, ao lado de Camaçari – Camaçari é um Município riquíssimo em que um mês de arrecadação equivale ao de um ano da de Mata de São João –; e podem ver pelo gráfico que, em 2009, nós conseguimos ser os primeiros no Ideb. E em 2011 continuamos isso.

Pode passar.

E do 6º ao 9º ano a situação era pior, o nosso Ideb era de 1,7; ou seja, com esse investimento maciço, nós também, em Mata de São João, passamos todos os Municípios da região metropolitana.

Pode passar.

Os investimentos estão aí para vocês compararem. Em 2005, nós tínhamos lá R\$8,14 milhões e a evolução em Mata de São João, chegando a R\$46,55 milhões.

Então, basicamente é isso. A gente deixa os nossos contatos. Ontem, Senadores, nós ouvimos aqui alguns Deputados falarem que a reforma política não vai passar no Congresso por diversos motivos: os partidos não querem; tem que mudar um pensamento político...

Está aí uma solução – o Paim é um defensor –: investir, de fato em educação, desde o ensino fundamental até o ensino superior, porque, com certeza, esses jovens hoje possuem ferramentas que nós não tivemos no passado. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, as redes sociais já estão falando dela, os nossos jovens lá em Mata de São João estão com o Facebook, Whatsapp, Viber, acompanhando a gente.

Então, meus amigos, vamos investir muito em educação. Levem esse discurso para os seus prefeitos, cobrem deles, e, certamente, teremos uma nação mais desenvolvida e uma classe política bem melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Parabéns, Vereador Alexandre! Para mim, você tocou no cerne da questão.

Primeiro, parabenizo pelo que estão fazendo no Município. Isso é exemplo para o Brasil, e disso, sim, a população tem que tomar conhecimento, saber que isso é um trabalho sério, de base, um trabalho que vai ter no futuro toda a compensação.

Nós sempre falamos isto na nossa Comissão: não se faz educação por decreto ou por lei, mas com constante investimento. Se quisermos mudar uma nação, é através da educação; senão, vamos ficar numa mesmice, num país que não é politizado, uma classe que fica na mão de assistencialismo, que é o caso do brasileiro. Agora, dê educação que se acaba com os problemas de saúde, problemas sociais, violência e muitas outras coisas. Parabéns! Acho que essa sua mensagem a todos os senhores é: “Prefeito, em primeiro lugar, é educação, educação, educação.” Ah, mas não tem estradas. Bom, mas, se tiver dinheiro para alguma coisa, que seja para a educação.

Parabéns, amigo.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Vereador José Vasconcelos de Luna, Presidente da Entidade Representativa dos Vereadores do Rio de Janeiro e também quero cumprimentar aqui os meus conterrâneos, Vereadores de Vianópolis, do meu Estado de Goiás. Sejam muito bem-vindos! (*Palmas.*)

Com a palavra, o Vereador Vasconcelos.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS DE LUNA – Bom dia, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda; Senador Paulo Paim, a quem agradeço muito pela recepção que nos deu ontem no Senado; todos

os Vereadores do Município de Carapebus; todos que compõem a Mesa.

Vereadora Ismaili, parabéns, o Mato Grosso está muito representado. Você é uma Vereadora brilhante e que valoriza muito a classe. Parabéns ao Alexandre e a todos os oradores, aos Senadores, ao Gilson.

Eu gostaria de mudar um pouquinho o foco: primeiro, da oportunidade de estarmos falando para o Brasil inteiro. De fato, temos que agradecer ao Cyro Miranda. Não fosse a provocação, nós não estaríamos aqui, todos reunidos, e podendo dizer que a Câmara de Carapebus, no Rio de Janeiro – que é a minha cidade, e de que me orgulho muito de falar hoje para o Brasil inteiro o nome da minha cidade –, se encontra aqui na sua totalidade. (*Palmas.*)

Quero agradecer aos Vereadores e parabenizá-los. Não vou deixar de valorizar essa vinda de vocês e do pessoal da minha querida Conceição de Macabu, que é a cidade vizinha, os Vereadores Celso, André e Zamirtes, uma Vereadora. Lá de Carapebus se fazem presentes o Vereador Juninho, Presidente da Câmara, que vos fala, Vereador Luciano Sardinha, Renato Silva, Adilson Felizardo, Maicon Pimentel, Valdecir Alves, Bernard Tavares, Daniel e Alberci Ribeiro.

Senador, eu faço questão de aproveitar este momento em que falamos para o Brasil, de falar e citar o nome dos nossos Vereadores presentes, porque isso, sim, é uma forma de aproveitar o trabalho que o Gilson está fazendo à frente da UVB, que é fantástico, para valorizar a classe dos Vereadores e dos políticos, porque reconhecemos o esforço de se deslocarem, de debaterem questões grandes – com certeza, a sua provocação foi salutar, não se discute.

Mudando o foco, Senador, eu ouvi atentamente quando o senhor falou da sua preocupação com o mandato e o receio de estar nas ruas. Senador, se nós pudéssemos trazer aqui uma amostra do que há no Brasil, de qualidade de Vereadores, de trabalhos desenvolvidos, de políticos.

Ontem, estivemos no Senado, Senador Paulo Paim, e os nossos Vereadores estavam encantados por como trabalha a classe política aqui em Brasília, como os senhores são homens valorosos. As suas decisões repercutem na vida de todos os brasileiros, e os senhores não têm hora para parar. Isso nos dá um sentimento de que nós estamos muito bem representados, de que temos políticos valorosos, homens e mulheres que se preocupam com questões grandes, com coisas que são importantes para o Brasil.

Eu digo ao senhor, Senador, aqui estão representados os Vereadores do Brasil pessoas que incansavelmente deixam suas famílias, seus amigos. Vereadores, como todos sabem, são os primeiros a receber

os pedidos diretos da população. Não se pode dizer “não”, como o senhor disse. O “não” tem que ser dito com muito jeitinho, porque impacta sempre primeiro no Vereador.

Eu queria apresentar como proposta – já que o senhor disse que será uma discussão permanente, o senhor provocou, e aqui é uma audiência pública – que nós estejamos atentos a esse tipo de tema. A Vereadora, quando diz que foi um erro – eu concordo que foi um equívoco, sim –, talvez, a forma de provocar não deveria ter sido propor retirar os subsídios de pessoas que trabalham tanto e, às vezes, colocam muito mais do seu suor, do trabalho que têm extrapolítica, para atender ao seu mandato, para atender à população, do que recebem.

Então, eu apresento como proposta, já que teremos que discutir, Senador – e os senhores discutirão isso no Senado, por muito tempo –, por que não provocar de forma a premiar os Vereadores, os Senadores e os Deputados que provarem que têm um mandato de qualidade, que conseguem fazer boas administrações nas suas Câmaras.

Eu me orgulho muito, como Presidente da Câmara de Carapebus, de poder dizer: aqui estão os nove Vereadores. E, desde janeiro, quando assumi o meu mandato como Presidente, eu trouxe todos os funcionários para trabalhar na hora certa. Dou o exemplo chegando antes deles, mostrando aos nossos Vereadores e à população que nós temos a intenção, sim, e o desejo de fazer um mandato com qualidade, trazendo qualidade de vida, porque foi a missão que nos foi dada, é a missão que é dada aos senhores, Senadores, aos Deputados Federais, aos Governadores, Presidente da República.

Então, nós precisamos, Senador – o senhor também é um legislador –, provocar de forma a valorizar a classe, premiar os melhores mandatos de Vereadores pelo Brasil. Quando nós fizermos isso, aí sim, o Brasil terá a capacidade de enxergar e tratar melhor o político na rua, porque em todos os setores existem os bons e existem os ruins. Eu digo para o senhor que a grande parte dos políticos deste Brasil é de excelentes políticos. Excelentes! Uma pequena minoria ganha uma visibilidade muito grande na mídia, infelizmente.

Então, Senador, fica a proposta aqui à Comissão de que, na hora de provocar, que provoquem para valorizar, porque, naturalmente, quando perguntam à população se ela quer tirar o salário de Vereador, de Deputado, de Senador, de Presidente, o Brasil vai dizer que sim. É natural. Mas vamos provar ao Brasil que nós somos bons políticos, que nós trabalhamos muito por um Brasil melhor, por uma Carapebus melhor, por um Estado do Rio melhor, pelos seus Estados, vocês,

que estão aqui há três dias seguidos, trabalhando, deixando suas famílias em casa, deixando tudo para trás, para lutar pelo seu povo.

Acho que, dessa forma, Senador, a gente consegue caminhar no sentido de provar à população que o senhor pode andar nas ruas de cabeça erguida, e vou dizer: assisti o senhor ontem debatendo. Não tinha preocupação de ir às ruas, não. O senhor é um grande político. Parabéns pelo seu mandato. Eu, como Vereador e como cidadão, me sinto orgulhoso de ver o trabalho que o senhor desenvolve no Senado Federal. Levante a cabeça.

Os políticos precisam se dar as mãos. O trabalho que a UVB faz é fantástico. V. Ex^a, quando provocou, trouxe o lado positivo. Nós tivemos a oportunidade, através do Gilson, do trabalho desenvolvido pelo Gilson e por todos que compõem a UVB, de poder mostrar aqui, dando as mãos, o quanto nós nos fortalecemos para discutir não apenas esta proposta, mas propostas grandes para o Brasil. Nós também temos essa prerrogativa. O Vereador não deve apenas ficar na sua cidade cuidando dos problemas da cidade. Sim, é o nosso papel. Mas nós também compomos a Federação. Nós somos o primeiro político da base. Então, está aqui: isso sim, Gilson, valeu a pena para sairmos daqui fortalecidos.

Convoco as Câmaras Municipais do Brasil e os Vereadores a se filiarem à UVB, para que nós possamos, cada vez mais, estar fortalecidos nos grandes debates. Eu me orgulho muito de ser Vereador; eu me orgulho muito de ser político. E queria muito que o Brasil soubesse disto: somos políticos com muito orgulho e satisfação.

Parabéns pela condução dos trabalhos. Um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O amigo Vereador José Vasconcelos foi muito feliz na sua fala. Nós temos que levar isso agora para a população. E você tocou num ponto que eu sempre defendo, até porque vim da área empresarial: o bom trabalho tem que ser premiado.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS DE LUNA JUNIOR – Senador, deixe-me fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Faça.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS DE LUNA JUNIOR – Meu nome é Juninho, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, Juninho.

Como funciona nas empresas? Você tem o salário, você tem todos aqueles benefícios, mas você tem o ganho pela produtividade, por ter se destacado, por

estar acima das suas metas. Eu acho que isso é muito válido e eu acho que pode, sim, se desenvolver um projeto desses. Eu acho que a gente pode, inclusive, contribuir para isso. É a maneira certa de se homenagear os melhores. E a recompensa é financeira sempre.

As melhores Câmaras, os melhores projetos, aquele que mais trabalha, aquele que tem mais projetos qualificados.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS DE LUNA JUNIOR – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS DE LUNA JUNIOR – Às vezes nem com recurso, Senador. O reconhecimento; uma homenagem. Que sejam chamados aqui ao Senado Federal os Vereadores que mais se destacarem por seu trabalho no Brasil. Encontramos uma maneira de medir. Não precisa ser remunerar. Pode ser pela valorização e reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Quando eu falo remunerar, é levar recursos para aquela Câmara que melhor se apresentou. Porque é boa a placa, mas, se o Prefeito tiver um recurso extra para resolver alguns problemas, também vai ser bom. Eu acho que através da União dos Vereadores do Brasil (UVB) podemos encontrar um caminho desses e tornamos isso oficializado. E trazer aqui para Brasília as premiações anuais, todo esse conceito.

Eu recebo aqui do Presidente da Câmara dos Vereadores de Dom Feliciano, Dalvi Soares, uma provocação para saber como estão os *royalties* do petróleo em relação à educação. O Senador Paulo Paim, eu e todos da Comissão, principalmente, nós estamos numa luta – na despedida dele eu quero que ele até fale um pouquinho –, numa luta árdua, para que os *royalties* do petróleo vão para educação, principalmente, os do pré-sal. Porque o País precisa continuar investindo. Com essa receita, nós sabemos que aquilo, pelo menos por um bom tempo, é quase que perene. Porque, senão, o Governo vai sempre estar com as dificuldades dele. Então, a hora que aquilo ali... Como eles não estão contando que se passe para a educação, vai ser um alívio para os prefeitos e governadores. E para isso nós estamos lutando. Acho que a Presidente da República está sensibilizada nesse ponto. É lógico que há Municípios que não se interessam por isso, porque são recursos deles. Mas nós estamos numa luta muito grande, e acho que nós vamos ser vencedores. Passo então para o último inscrito, com muito prazer: Anderson de Oliveira, Consultor Jurídico da União dos Vereadores do Brasil (UVB).

O SR. ANDERSON DE OLIVEIRA ALARCON –

Senador Cyro Miranda, Senador Paulo Paim, em nome de quem saúdo toda a Mesa; Presidente Gilson Conzatti, em nome de quem saúdo todos os Vereadores presentes neste evento.

Embora eu não seja político, sou o único não detentor de mandato aqui nesta Mesa – ainda ontem, aqui, o Senador Paulo Bauer atribuiu a mim a condição de Deputado, por equívoco, é claro –, como consultor jurídico da UVB e Professor de Direito Constitucional, advogado, eu não posso deixar de dizer, Senadores, que fico extremamente contente e feliz de ver sentado na mesma mesa Parlamentares em equiparação, em grau de igualdade.

Afinal de contas, não há, pelo nosso sistema constitucional brasileiro, nenhuma diferença. Todos que aqui estão são Parlamentares, cada qual com a sua atribuição, cada qual na sua esfera. O Senador, o Deputado Federal, o Deputado Estadual não têm atribuição no Município, da mesma forma que o Vereador não tem... nem por isso um é mais importante do que o outro. Pelo contrário, para que o sistema constitucional brasileiro funcione como deve funcionar, cada qual exerce a sua atribuição e, como constitucionalista, eu fico extremamente feliz em ver essa integração, esse respeito mútuo aqui, hoje, neste evento, pelo qual, desde já, parabênizo.

Seria chover no molhado falar da importância do Vereador para a sociedade. Eu apenas queria aproveitar todas as brilhantes falas que aqui já foram ditas para dizer o seguinte, Senador: se os Vereadores foram escolhidos, seja por sua maioria numérica, seja por sua força, aqueles pelos quais se promoveria o debate, ainda que por via oblíqua, por meio da sua PEC 35, que seja, então, nesse mesmo, os Vereadores escolhidos, até porque toda a grande transformação na sociedade vem necessariamente da base.

Então, que sejam os Vereadores escolhidos exatamente para serem os primeiros beneficiados por uma política nacional de valorização dessa classe, uma política nacional de esclarecimento, sim, do papel e da importância do Vereador.

Como estudioso da matéria, a gente nunca pode esquecer que a República se fundamenta em três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que são independentes e harmônicos. E eu, particularmente não consigo entender – e ontem nós discutimos aqui, num bate-papo – por que tanta diferença, por exemplo, salarial entre um Vereador que trabalha tanto quanto ou mais do que um Prefeito. (*Palmas.*)

Afinal de contas, não são eles autoridades e membros legitimamente eleitos e representantes de poderes iguais? Então por que essa diferença? Que

fique aqui este recado para que nós possamos pensar sobre isso.

Já foi dito aqui pelo nobre Vereador que está ao meu lado, o Juninho, que os Vereadores possam ser, sim, convidados nacionalmente – está de parabéns o Presidente Gilson Conzatti – para discutir não só este tema, mas que nós possamos fazer, Senador Cyro Miranda, deste limão uma limonada e transformar isso num mote para convidar aquele que faz a política no Brasil, que é o Vereador, aquele que está ali em contato direto com as aspirações da sociedade, aquele que está no bairro, aquele que participa do cotidiano das pessoas. E assim o Vereador seja ouvido, em primeiro lugar, nas questões também de interesse da Nação, porque o resultado dessas discussões, quanto mais ouvidos os Vereadores, tanto mais legítimo será. E é isso que, como consultor jurídico, pela lógica do sistema constitucional brasileiro, nós defendemos.

Quero, uma vez mais, parabenizar o Presidente Gilson pelo brilhante trabalho, o Senador Paim e, de modo especial, o Senador Cyro Miranda, porque é a sensibilidade de ouvir, a compreensão, a flexibilidade de entender as aspirações não só jurídicas, mas sobretudo, políticas, que tornam o político um grande estadista. E, nesse sentido, quero parabenizá-lo por ostentar, juntamente com o Senador Paulo Paim, essa condição de representante, muito mais do que o Senado, do que um partido político, mas de um Estado, das aspirações democráticas legítimas da sociedade.

Eu me comprometo... Nós não combinamos, eu estava escrevendo e o Juninho ao meu lado e chegamos à mesma conclusão. Então, já que queremos fazer desse limão uma limonada, que possamos tornar isso concreto. Como Consultor Jurídico da UVB, eu me comprometo, Presidente, a auxiliar e colaborar na formação de um instrumento jurídico, de um instrumento normativo para tornar essa valorização, esse movimento não apenas em mero discurso, mas algo concreto. (*Palmas.*)

Antes de finalizar, a pedido, quero apenas registrar a presença dos Vereadores de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná; do Vereador-Presidente, Paulo Jacomelli, e Ronaldo Della Latta, de Campina do Sul; e do Dr. Carlos Inácio Prates, Advogado da União junto à Procuradoria-Geral da União, assessor da Senadora Marina Silva, envolvido diretamente com a criação do novo Partido Político Rede e Sustentabilidade.

Por fim, Senador Cyro Miranda, nós estamos em uma comissão para discutir assuntos relativos à educação. E não posso deixar aqui de mencionar as palavras de uma grande educadora, Madre Teresa de Calcutá, que é quase uma ode, quase um puxão de

orelha, quase uma motivação e um ânimo para todos nós. Ela diz:

Devemos sempre presente que a pele se enrugua, o cabelo se torna branco, os dias se convertem em anos, mas o mais importante não muda, que é sua força interior; e tuas convicções não têm idade. Teu espírito é o espanador de qualquer teia de aranha. Não vivas de fotografias amareladas e não deixes que enferruje o ferro que há em ti. E, enfim, quando pelos anos não consigas correr, trotas; quando não consigas trotar, caminhas; quando não consigas caminhar, use bengala, mas nunca, nunca te detenhas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Parabéns, Dr. Anderson. A importância de um homem jurídico, um advogado... Já diziam assim para a gente: “Advogado, um dia você ainda vai ter um.” Às vezes, a gente tem mais de um: um para tomar conta daquele.

Parabéns por sua colocação, sua visão política. Não sei por que seria diferente de não termos essa igualdade. Acabou o tempo em que os Senadores, principalmente, tinha uma empáfia, uma soberba, eram pessoas... Isso já há muito tempo! Quando falavam para ele assim: “Vá com Deus!” Ele olhava para os lados e dizia assim: “Ele não está aqui, como é que Ele vai comigo.” Dada a sua empáfia, um nariz empinado, achando que ele tinha todas as prerrogativas do mundo.

Nós estamos aqui justamente para, no fim da pirâmide, como colocou muito bem o Junão e o Anderson... Juninho não é mais possível, deste tamanho! Juninho sou eu. (*Risos.*)

Mas, quando se coloca que a base é importante, é porque vocês vão trazendo problemas para essa pirâmide que culmina aqui na Casa, no Senado. Nós precisamos entender o que acontece aqui embaixo para poder fazer as leis maiores. Vocês fazem as municipais, há as estaduais... Mas as federais vêm das necessidades da base. Então, isso é mais que importante.

Eu quero, para as considerações finais, passar a palavra para esse grande parceiro e grande Parlamentar. Eu acho que o pessoal que está um pouquinho mais distante do Rio Grande do Sul, do Sul, o pessoal do Norte e Nordeste, precisa conhecer o trabalho do Senador Paim em prol dos trabalhadores e em prol das causas justas deste País. É um Parlamentar de uma visão extraordinária. E tenho orgulho de tê-lo conhecido nesta legislatura e dizer que Paim é meu amigo e que nós somos parceiros com ideologias totalmente diferentes, mas é um dos melhores Senadores que eu já vi aqui nesta Casa, por sua correção, por sua visão de longo alcance, não de protecionismo. Ele não faz nada querendo proteger uma classe ou outra, mas, sim,

por questão de justiça. É um dos Parlamentares, um dos Senadores mais justos que eu conheci na minha vida. Parabéns! Eu tenho orgulho de ser seu amigo, Paulo. (*Palmas.*)

O SR. ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO – Senador, permita-me, por favor.

Em tempo, eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^{as}, aos dois Senadores aqui: pedir o empenho no sentido de oportunizar ainda mais o Interlegis para estar presente nos Municípios, Senador. Nós gostaríamos, com a presença dos dois aqui, que V. Ex^{as} pudessem intervir junto ao Interlegis para continuar o apoio às Câmaras de Vereadores e, principalmente, às microrregionais dos Estados.

Nós temos o caso da Avevi, várias associações estaduais, nos mais diversos Estados do País que dependem muito da Interlegis, da presença da Interlegis nos Municípios. Sabemos que pode acontecer de elas não mais estarem presentes ou diminuir esta intensidade.

Então, desculpe-me por estar, neste momento, intervindo, mas eu gostaria de falar em nome das associações e solicitar o empenho de V. Ex^a.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bem oportuno.

Eu e o Senador Paim vamos levar essa reivindicação ao Presidente Renan, que está fazendo algumas modificações, mas que não atinja vocês. Isso para nós é salutar.

Eu queria cumprimentar os Vereadores da cidade do nosso Presidente, os Vereadores de Iraí, no Rio Grande do Sul: os Vereadores Paulão, Neco e Celso, que aqui estão presentes. Uma salva de palmas para os amigos. (*Palmas.*)

Prof. Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus amigos, deixem-me dizer para vocês: um dos meus defeitos é ser metido a quebrar os tais protocolos, o Regimento e tal.

Eu conversei com o meu Presidente e ele me deu a liberdade de aproveitarmos esta oportunidade de estar falando para todo o Brasil, via PEC nº 35, a provocação feita e o espaço que abriu, para, antes das considerações finais, abrimos pelo menos – e não sei qual vai ser o critério – que um, dois, três ou quatro Vereadores pudessem usar a palavra, neste momento tão importante, em que nós estamos discutindo a força da democracia na sua transparência plena, porque aqui tudo o que for dito a TV Senado transmite, vai para todo o Brasil, sem cortes.

Claro que sabemos da responsabilidade de cada um que usa a tribuna. Eu não sei, Sr. Presidente, como

nós poderíamos fazer. O Sr. Presidente, vai ver aqui. Combina com o Gilson para ver como abrimos a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu sei como eu vou fazer. Eu vou passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

Peço desculpas. Eu tinha dito ao Gilson e ao Paulo que eu poderia ficar só meia hora aqui, porque há uma Comissão e um voto nominal, mas eu me empolguei tanto, foi tão rico para mim, em especial, conhecê-los de perto – não que não conhecesse o trabalho, mas conhecer as propostas e como fazer, com a União dos Vereadores, que representam vocês, chegar ao povo isso que nós estamos sentir aqui, chegar à população a valorização dessa classe.

Eu quero dizer que hoje eu tive uma das manhãs mais proveitosas para mim. Não me arrependo, nem um minuto, do ato que fiz da ex-PEC nº 35. (*Palmas.*) Porque, com isso, nós suscitamos um grande debate nacional, em que nós vamos despertar, não só na imprensa, mas na população um sentimento de politização, para conhecer de perto o que cada um faz.

Contem com este amigo de vocês. Não sou Senador. Sou Senador, mas Senador tem mandato, amigo não tem. Então, chamem-me de amigo, porque, um dia, no Senado eu não estarei mais, mas com um amigo, eu quero estar sempre presente com vocês, em qualquer circunstância.

Meu muito obrigado, um abraço a todos, muito bom conhecê-los, e quero deixar o meu gabinete à disposição como vocês já têm o do Paulo Paim.

Obrigado e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SR^a ISMAILI DONASSAN – Só pedir ao Presidente que, quando ele quiser discutir com os Vereadores, que seja uma fala menos “amedrontosa”, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom, vamos lá, pessoal, vamos aproveitar a TV Senado ao vivo para todo o Brasil. Agora, aqui, o Paulo Paim não é animador de programa. Então, fiquem tranquilo. Já combinei aqui com o Gilson.

Queremos registrar a presença do Deputado Estadual Edson Brum, que está conosco aí, seja bem-vindo aí Edson Brum. (*Palmas.*)

Quero registrar também a presença, lá de Canela, Rio Grande do Sul, de Alberi Dias e Ademar Santana, grandes companheiros, e toda a Bancada gaúcha que já foi citada. (*Palmas.*)

O Gilson passou aqui também: Vereadora Andrea Pacheco, representante da Câmara de Abaetetuba, no Estado do Pará, única representante do baixo Tocantins, Secretária-Geral da Federação da Câmara Municipal de Vereadores do Estado do Pará. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Vamos adotar um critério justo. Há duas entidades de caráter estadual e nós passaríamos, de imediato, a palavra a essas duas entidades. Primeiro, passamos a palavra ao Vereador Cristiano.

Microfone sem fio ou vai à tribuna.

Candelária do meu Rio Grande, em nenhum bairro aqui. (*Palmas.*)

Vamos estipular, pessoal, para permitir que alguns falem o tempo de, no máximo, cinco minutos, o.k.?

O SR. CRISTIANO BECKER – Muito bom dia. Eu gostaria de saudar, inicialmente, o Senador Paulo Paim e dizer a ele que, muito embora eu seja um Vereador peemedebista, desde o início da carreira política, e já estou no quinto mandato, tenho o orgulho e a satisfação de acompanhar os elogios que V. Ex^a recebe dos seus pares da Casa legislativa em que atua. Como disse no início, mesmo sendo peemedebista, sou um eleitor de V. Ex^a, e isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Minhas palmas, minha palmas, agora.

O SR. CRISTIANO BECKER – Isso me orgulha muito, pois eu procuro, ao escolher os meus representantes – e peço que o povo faça assim também –, escolhê-los pela capacidade, pelo trabalho, pela honestidade e eu vejo isso em V. Ex^a. Por isso que lhe escolho quando voto para Senador. Entre os votos que tenho, obviamente, também, aposto muito no Senador Simon, que segue a mesma linha. O Senador Simon é um orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São dois votos, não é?

O SR. CRISTIANO BECKER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Toda vez que eu concorro, são dois votos para o Senado.

O SR. CRISTIANO BECKER – O Senador Simon é um orgulho, não só para o Rio Grande, mas também para o nosso País. E, na pessoa de V. Ex^a, também, saúdo nosso Presidente Gilson e os colegas Vereadores que fazem parte desta Mesa.

Então, já tive a oportunidade de me manifestar nesse seminário, aos colegas Vereadores. Aqui represento a União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, entidade que existe há vários anos e, lá no nosso Estado, tem feito também um belíssimo trabalho.

Na qualidade de Vereador, Presidente de Câmara, aproveitar a oportunidade para dizer que se deve ratificar todas as palavras que aqui foram ditas em relação ao trabalho do Vereador, e aproveitar a audiência para também solicitar a todas as Câmaras, a todos os Presidentes que procurem se associar a nossa entidade. Através da UVB, estamos, aos poucos, retomando

o caminho da representatividade dos Parlamentares municipais. Através do trabalho que o Gilson vem fazendo, estamos resgatando a credibilidade dessa entidade. E é através dela, da UVB, que nós, Vereadores, conseguiremos mais do que já conseguimos, até hoje, conseguiremos estar mais próximos dos nossos Parlamentares federais, mais próximos das questões federais e, principalmente, teremos um acesso mais direto a essas pessoas, para poder trazer a elas as reivindicações, que não são nossas, mas, sim, dos nossos municípios, dos habitantes das nossas cidades.

É isso que o povo espera de nós: honestidade e muito trabalho nas questões municipais. É por esse motivo que estamos exercendo esse cargo público.

Portanto, como já disse de forma rápida e sucinta, para oportunizar aos colegas também o uso da palavra, cumprimento todos, o Senador e, por fim, solicito que nos unamos em torno da UVB. Esta é a nossa entidade, esta é a nossa força. Assim como nós dependemos dela, ela depende muito mais também de nós, Vereadores.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cristiano.

De imediato, passamos a palavra à Vereadora Andrea.

Serão três falas; em seguida, o Gilson vai fazer uma fala em nome dos nossos convidados da Mesa; e eu farei, de imediato, o encerramento.

Vereadora Andrea Pacheco.

A SR^a ANDREA PACHECO – Bom dia. Em nome do Senador Paulo Paim, saúdo toda a Mesa. Eu queria solicitar, por favor, que as Vereadoras pudessem se levantar para vermos a quantidade de mulheres que estão aqui presentes. Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Fomos muito bem representadas pela Vereadora que estava compondo a Mesa. Ainda temos um número insignificante de mulheres na política, mas esperamos que essa realidade possa mudar e tenhamos mais de 50% das mulheres compondo, junto com homens, as políticas do nosso País.

Eu sou de Abaetetuba, no Estado do Pará, e represento aqui o baixo Tocantins. Somos lá 11 Municípios aonde, infelizmente, muitas vezes, os recursos não chegam, as políticas não chegam, pela região em que nos encontramos.

Através de um encontro realizado pela Famep, em Belém, conheci o Vereador Gilson, Presidente da UVB, que me fez o convite para estar neste evento. Infelizmente, pela distância, não conseguimos ainda trazer um número maior de Vereadores dessa região, mas estaremos amanhã, sexta-feira, lá em Igarapé-Miri – não sei se alguém já ouvir falar –, no baixo Tocan-

tins, numa audiência com todos os 11 Municípios do baixo Tocantins, instituindo e formalizando a ABVPA, que é a Associação dos Vereadores do Baixo Tocantins, vendo a necessidade de somarmos forças, de unir forças na busca pelos investimentos, pelo olhar para a nossa região.

Ontem, comentei que nós tivemos o plebiscito da divisão do Estado do Pará. Muitos de vocês são conhecedores. Nós não éramos contra a divisão, só que a forma de discussão de divisão traria só ônus para a Região Norte, no baixo Tocantins, e não bônus. Então, precisamos de uma discussão mais ampla para que, realmente, se for benefício para todas as regiões, isso possa ser feito, mas de forma justa e igual, porque nós sofremos muito com as mazelas na nossa região.

Eu sou professora e, ainda agora, foi comentada a questão de a professora estar na área política. Eu sou professora e Vereadora no meu Município. Nós precisamos de mais investimento na educação. Se vocês sofrem e necessitam aqui de um olhar maior, imaginem a nossa região. A nossa região é muito pobre. Abaetetuba tem cerca de 150 mil habitantes – me permitam aproveitar esta audiência –, e o Estado do Pará tem 144 Municípios. Abaetetuba tem 75 ilhas, porque ela é constituída de zona ribeirinha, urbana e rural. Imaginem fazer política nessa região. Temos muitos ramais, estradas, ilhas, e nosso deslocamento, o poder aquisitivo do nosso povo é muito baixo.

Então, precisamos de um olhar. Eu venho suplicar esse olhar de todos os políticos que aqui estão em Brasília. Que possamos investir também na área de educação, porque hoje nós sofremos com a questão da educação baixa, do índice péssimo do Estado do Pará no Ideb. Nós sofremos as mazelas. Sofremos com o alto índice de prostituição infantil, sofremos com o alto índice de abuso de crianças. Então, a gente precisa olhar o investimento que precisa ser feito nessas regiões.

Ainda agora, estava sendo discutida e colocada a questão da divisão dos *royalties* na educação. O nosso Estado, o nosso baixo Tocantins não recebe *royalty*. Abaetetuba, principalmente, não recebe. Então, a nossa arrecadação do Poder Executivo, das prefeituras, é muito baixo. A gente depende do investimento federal para sobreviver e do Estado. Então, a gente precisa, realmente, de um olhar.

Quero dizer aqui que estou muito feliz com o convite para participar deste momento. Vou levar às Câmaras, amanhã, quando estarão 11 Municípios em Igarapé-Miri, a importância da UVB, de estarmos nos filiando a essa entidade, a importância dos Vereadores, por mais que a Câmara não queira se filiar. Mas vai ser mudado o Estatuto, não é, Gilson, para que os

vereadores possam se filiar e não fiquem atrelados, engessados a um presidente de Câmara, que muitas vezes não vê a necessidade ou o objetivo de ajudar o seu Município. Como foi colocado ontem, há ainda uma massa de Vereadores que não correspondem ao trabalho executivo dentro dos seus Municípios. E a gente sofre com isso, pela falta de valorização da própria classe.

Nós precisamos mudar esse olhar, e quero participar, integrar essa luta, para que possamos, realmente, receber e merecer o respeito que devemos e merecemos.

Então, obrigada a todos.

Espero que possamos, sim, ter outros momentos de envolvimento e de união pelo nosso País, porque Abaetetuba fica muito distante, mas integra também o Brasil, o Estado do Pará e precisa crescer e se desenvolver, principalmente na área da educação. Sofremos muito com isso.

Imaginem que são 75 ilhas para se deslocar no Município através das águas, dos popopôs, como a gente chama, das rabetas... É assim que a gente se desloca. Imaginem essas crianças que precisam de educação, e não há investimento. Infelizmente, hoje, Abaetetuba tem escolas desativadas, porque elas estavam prestes a cair na cabeça das nossas crianças. E é isso que a gente sofre na nossa região.

Obrigada. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Andrea Pacheco.

Eu acertei aqui com o Gilson: como todos gostariam de falar – é meio-dia, é impossível –, então, vamos para o encerramento.

Vou fazer alguns registros. O Gilson fará o encerramento em nome da Mesa, e eu vou para os encaminhamentos finais.

Mas registro: José Carlos Arantes e Célio Batista da Silva, de Jacuí, Minas Gerais – o Gilson está me assessorando aqui –; e José da Silva e Jaime Juarez Schulz, de Ibirama, Santa Catarina; Vereador Moisés Neto, de Bento Gonçalves, terra do melhor vinho do Brasil. Foi ele que escreveu. Já vou dizer que sou de Caxias. Aí vamos ter já uma disputa boa. Todo vinho do Rio Grande do Sul é muito bom, como há vinhos bons em outras regiões do País, com certeza absoluta.

Ainda: Paulo Silva, no sétimo mandato, Ronivan Fontoura e Márcio, Vereadores de Amaral Ferrador; da Ucav de Santa Catarina, acompanhando o Presidente Dimas. Vereador Rállide de Cristiano Andrade. Vereadores Cláudio Oliveira, Tiaraju Oliveira e Licio-mar Soares, de Campos Borges, Rio Grande do Sul. Sejam bem-vindos!

Companheiros, Vereadores também: Sivaldo Amorim, Presidente da Câmara de Ibitiara, Bahia; Vereador Marcos Moura, único representante do Estado da Paraíba, de Rio Tinto; de Eldorado do Sul, Vidal Amaral, Chico Colono e Miguel Carvalho, todos Vereadores; de Nova Aurora, Paraná, o Presidente da Câmara Vilmar Abatti e as Vereadoras Angela, Lucinéia e Isaura.

Vereadores de Gravataí, Rio Grande do Sul – acho que a bancada gaúcha é a maior, não é porque estou presidindo –: Márcio Souza, Alex Medeiros e Evandro Soares; de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Vereadora Jussara Osorio; de Dom Feliciano, Vereadores Dalvi, Márcio, Zeno e Ivo.

Dom Feliciano é Rio Grande do Sul também? Rio Grande do Sul, está bem, meus amigos.

Da Bahia, Câmara de Jaborandi, no oeste baiano: João Fabrício, Ângelo Araújo, Edson Queiroz, Aroldo Rodrigues, Miguel Pereira, Elisandro Gonçalves, Santana Conceição.

Ainda, terminando, Vereador de Peabiru, no Paraná, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Há um trabalho de modelo e solução para lixos e resíduos sólidos.

Vereadores da cidade de Indaial, Santa Catarina: Antônio Carlos Fink, José Carlos Mandel, Rubens Ittner, André Luiz Moser, Wilmar Giovanella e Altair Brassiani. Feito o registro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga que repetimos aqui.

Oeste da Bahia: está aqui. São estes nomes aqui? Nelson Ribeiro e Sílvio Baiano. De Luís Eduardo Magalhães: Jarbas Rocha, Renildo, Quinho, Juvenal Canaã, Katerine Rios.

De Engenheiro Beltrão, no Paraná: Vereadores Raul Cury, Luiz Tavares Rosa, Daniel Paro, Gilmar Lopes de Paula e Roberto.

Muito bem, vamos lá.

De Nova Hartz, no Rio Grande do Sul: Vereadores Benedito, Sadi, Pedrinho e Colombo. Nova Hartz, onde estive muitas vezes.

Vereador Reinaldo, do Ceará.

Vou pedir aqui para o Gilson para fazer, em nome da Mesa, uma fala rápida para vocês. Eu faço o encerramento e nós terminamos a audiência no máximo em dez minutos.

O SR. SIVALDO AMORIM – Sr. Presidente, queria só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calcule bem, porque eu presido muitas Comissões

no Senado e sei que, todas as vezes que me pedem um minuto, depois outro pede um minuto e mais outro. Então, vou fazer um apelo, em nome da plenária, para que ninguém mais peça um minuto senão não terminamos hoje.

Vou te dar um minuto, mas é um minuto, hein?

O SR. SIVALDO AMORIM – Muito obrigado.

Quero saudar o Senador, agradecer-lhe e dizer que, para nós, Vereadores, é um momento ímpar.

Sou da cidade de Ibitiara, conhecida como Princesa da Chapada Diamantina – Sivaldo Amorim, acompanhado dos Vereadores José Nilson, Vilson e Marcos Afonso.

Sr. Presidente, é um momento ímpar, mas quero chamar a atenção da Comissão de Educação de que tramita na Câmara Federal o projeto de lei que cria a Universidade Federal da Chapada Diamantina, que posteriormente virá ao Senado Federal. Na Chapada nós temos hoje cerca de 360 mil habitantes, 24 Municípios. É uma região linda do Brasil, e estamos nessa luta para conseguir...

(Interrupção na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveito sua presença na tribuna para dizer que nós aprovamos ontem, em caráter de urgência na Comissão de Educação, a universidade para o sul da Bahia.

O SR. SIVALDO AMORIM – Para o sul da Bahia. Está de parabéns, mas peço uma atenção para a Universidade Federal da Chapada Diamantina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daremos o devido apoio.

Pessoal, vamos lá. Eu convido agora o Gilson para a saudação final, uma vez que temos problema de horário.

O SR. GILSON CONZATTI – Srs. Vereadores, Senador Paim, acho que temos, em nome da UVB, que agradecer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, principalmente, como já coloquei antes, ao Senador Paim.

Aos que não conheciam o Senador Paim, digo que ele é assim mesmo: parceiro, amigo e não tem muito protocolo, o que é muito bom, porque nos dá liberdade para trabalhar como trabalhamos. É um orgulho para nós, gaúchos, ter um Senador como o Senador Paulo Paim nas discussões das políticas públicas deste País. O Senador Paim tem posições firmes. Há matérias em que ele realmente tem conhecimento, e tem sido, com certeza, um diferencial no Senado da República. E tem sido um diferencial não só para nós, gaúchos, um orgulho para nós, gaúchos, mas com certeza para este

País chamado Brasil, a posição e a participação do Senador Paulo Paim no Senado da República.

Eu quero também agradecer aqui a forma com que o Senador Cyro Miranda veio ao nosso encontro, de uma forma de grandeza extraordinária, na medida em que ele apresentou uma PEC como a PEC nº 35. Veio aqui antes, claro, e retirou, mas veio ao encontro dos vereadores para fazer um ato, e nos credenciou, porque ele veio formalmente e oficialmente anunciar para os vereadores do Brasil, através dessa reunião na comissão com a União dos Vereadores do Brasil, a sua retirada, e dizer que foi por um trabalho do Senador Paim, foi um trabalho da União dos Vereadores do Brasil.

Nós queremos contribuir. Eu acho que é uma caminhada que está se iniciando, essa relação com o Senado da República, com os Senadores. Nós temos sim, Senador Paim, muito a contribuir com este País, com os vereadores do Brasil. E pelo que foi colocado aqui, pelas apresentações que nós tivemos aqui nesta manhã, deu para sentir o perfil dos vereadores do Brasil, a qualidade desses homens e mulheres políticas deste País, representados nos nossos Municípios.

A UVB vai sentar nos próximos dias com o Senador Paim, com o Senador Cyro, com os Senadores, para nós avançarmos em alguns projetos. A UVB vai ser parceira, e quero aqui dizer dessa questão do PIB. Hoje são investidos 5,3%, e há um trabalho na Comissão para passar a 10%. (*Palmas.*)

Nós queremos apoiar 10% do PIB. Nós queremos já, mas vamos formalizar isso, em nome da União dos Vereadores. Vamos também solicitar às câmaras que façam moções de apoio a essa proposta, porque assim nós vamos melhorar cada vez mais a educação neste País, e é fundamental a educação, é fundamental o conhecimento, é fundamental para as relações entre os políticos e a comunidade e, principalmente, entre o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira.

Então, Senador Paim, eu quero te agradecer, em nome dos vereadores do Brasil. Pelo que o senhor leu aí anunciando os vereadores, muitos não apareceram aqui, e outros tantos estão lá no miniauditório nos assistindo também, porque pelo número de vereadores, ficou pequeno o local. Isso demonstra que o Brasil inteiro esteve aqui hoje, está aqui hoje. E quer dizer que a União dos Vereadores é uma entidade que realmente, graças ao seu trabalho, ao seu esforço, à sua parceria e à sua intenção de nos chamar, sai daqui fortalecida. A entidade sai fortalecida. Vocês podem chegar às suas câmaras de vereadores, nos seus Municípios, e dizer que graças ao trabalho do Senador Paim, graças à intenção do Senador Cyro Miranda, os vereadores do

Brasil marcaram presença hoje e fazem esse momento como um momento histórico da União dos Vereadores.

Para encerrar, lembro a todos que hoje à tarde nós temos mais atividades. O Senador Eduardo Suplicy, daqui a pouco, vai estar aí e também vai falar com os vereadores aqui presentes. Nós vamos encerrar daqui a pouco, mas lembrando: Marcha dos Vereadores, em 26, 27, 28 e 29 de novembro. Nós temos que mostrar a nossa grande força, com volume de vereadores, com temas que vão chamar a atenção do Brasil. Nós temos que chamar a atenção do Brasil à União dos Vereadores do Brasil, com a nossa marcha. Então, por favor, levem às suas câmaras essa proposta nossa. Com certeza, entre os palestrantes, estará o Senador Paim, nosso grande amigo, nosso grande parceiro. E eu peço, mais uma vez, uma salva de palmas ao Senador Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Bem, meus amigos e minhas amigas, deixem só eu fazer uma consideração bem rápida, para podermos encerrar. Mas eu devo dizer que fui cobrado aqui na Mesa – e com razão –, de que não fiz referência a dois Vereadores também, lá do meu Rio Grande, ali de Portão, de onde vai sair o novo aeroporto, entre Portão e Santa Rita. Estou certo? A Jussara Lemmert e Diego Martins. Está registrado, são lá do Rio Grande.

Enfim, meus amigos, quero terminar como iniciiei. Vocês são, sem sombra de dúvida, a verdadeira cara do povo brasileiro. Vocês é que estão ali, no dia a dia. Eu era sindicalista, sei e repito aqui o que penso: se é para discutir salário de vereador – e eu sou sindicalista –, vamos discutir salário de sindicato, vamos discutir salário de vereador, de deputado estadual, federal, de senador, governador e até de presidente da República. Eu entendo que o nosso querido Cyro Miranda, Senador, entendeu muito bem isso. O que ele propõe é fazermos um debate sobre a transparência.

E eu quero pedir um apoio para vocês, porque vou falar, aqui na Câmara Distrital, hoje à tarde, de uma PEC de minha autoria, que é o fim do voto secreto em todas as instâncias. Homem público não tem que ter vergonha de assumir o seu voto. (*Palmas.*)

Quem é gaúcho aí sabe: mesmo na eleição do Presidente da Câmara, o voto era secreto, e eu abri o meu voto. Abri o voto, porque eu tenho que assumir cada posição. E a gauchada sabe o quanto fui cobrado. Eu podia não abrir o voto, mas, como sou contra o voto secreto, eu abri, disse por que e assumo a responsabilidade de cada ato, como quando resolvi assinar a PEC 35. Assinei e disse para o meu colega Cyro: Cyro, eu vou assinar; sou contra o mérito.

Inclusive, de imediato, o *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, me ligou, e eu disse: sou radicalmente contra,

porque, se nós acabarmos com o salário do vereador, muito bem, a elite do Município vai lá, claro, e vão ser vereadores de graça – “de graça”, entre aspas, porque eles saberão muito bem votar conforme os interesses da elite. Eu não tenho nada contra a elite, mas quero que os representantes do povo legítimos, que são vocês, eleitos, tenham, sim, um salário decente pelo trabalho que fazem. É isso que eu defendo, como entendo que é legítimo que outras instâncias tenham também a sua valorização por aquilo que fazem. (*Palmas.*)

Enfim, termino, dizendo a vocês que, graças ao Cyro e ao Gilson, que foi parceiro nesse contato, nessa pressão democrática e legítima... Eu, às vezes, sou pé quente, não é, Jr.? Em alguns projetos, eu acerto. Estatuto do Idoso: “o Paim não vai aprovar”; é lei. Estatuto da Igualdade Racial: “não vai aprovar”; é lei. Cota: “não vai aprovar”; é lei. Salário mínimo de mais de US\$100.00: a partir de hoje, passa a ser US\$362.00; está no novo Orçamento, é lei. Estatuto da Juventude: está aprovado, aprovamos ontem. (*Palmas.*)

Enfim, o fim do fator nós já aprovamos, no Senado, por unanimidade. O fim do fator...

Há três pontos que ele está me lembrando – eu não ia falar, porque é muita propaganda para mim, mas eu vou ter que dizer agora que você provocou.

O fator previdenciário, projeto de minha autoria: aprovei por unanimidade aqui no Senado; está lá na Câmara. Temos que pressionar a Câmara. Reajuste real para os aposentados: aprovei por unanimidade; está lá na Câmara. Reposição das perdas: aprovei por unanimidade; está lá na Câmara. A não demissão dos dirigentes sindicais: aprovei por unanimidade; está lá na Câmara. A desaposentadoria: aprovei, aqui no Senado, em todas as Comissões terminativas; se não houver recurso, vai para a Câmara.

Mas eu quero mesmo terminar dizendo que tive muita alegria de estar na linha de frente com vocês na PEC 35. No primeiro dia em que me perguntaram, eu disse: eu vou fazer um pedido para o meu colega, para o meu amigo Cyro Miranda para que ele retire a PEC. Disseram-me: “Paim, ele não vai retirar”. Em seguida, conversamos com o Gilson. O Gilson: “Paim, eu vou lá e vou fazer, é claro, é esse pedido que nós queremos. Você faz e nós também fizemos”. Fizemos o pedido, o Senador retirou a PEC, e hoje ele garantiu que vinha aqui confirmar a sua posição. A PEC está retirada.

O Vereador – estou falando para todo o Brasil – tem que ter um salário decente, sim, como quero que cada homem e cada mulher de bem tenha um salário decente na sua atividade, seja qual for. (*Palmas.*)

E aquele que não for um homem digno, que não faz o bem, então que não seja reeleito; que não seja reeleito para cargo nenhum. Agora, quem cumpre o

seu dever com a vida, com a história, que olha para o futuro – eu gosto de dizer isso –, faz o bem sem olhar a quem, esse tem que ser reconduzido quantas vezes for necessário. E, quando ele não produzir mais o que nós gostaríamos, para o nosso povo, a nossa gente, naturalmente, ele sairá.

Enfim, essa é a minha mensagem final. Eu tenho o maior carinho. E vocês podem ter certeza disto: eu não tinha esse número. O número aqui que você apresentou, Gilson, e todos aqui reafirmaram, são quantos mil mesmo? São 56.818. E não é só um número. Quem é Vereador sabe que ninguém chega a Vereador de graça. É porque tem competência, porque é um líder.

Claro que há os relapsos, em todas as áreas. Há no Senado, há na Câmara de Vereadores, prefeitos, governadores, presidentes – que a gente não quer nem falar, não é? – e vereadores também. Agora, vocês são líderes e, por isso, estão aqui. E esse exército de 60 mil líderes tomando posição elege governador e, naturalmente, é fundamental para eleger um Presidente da República.

Por isso, viva os Vereadores do Brasil! Viva o Parlamento! Viva a Democracia! (*Palmas.*)

Assim, declaro encerrada a reunião e convoco a próxima reunião desta Comissão para a terça-feira, às 10 horas, destinada a ouvir o nosso colega e amigo, o ex-Senador, hoje Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. E para ele também nós vamos falar que aqui, neste grande encontro, nós saímos com um documento. O Gilson me lembra que será produzido e entregue na Comissão, pedindo que 10% do PIB sejam destinados à educação. E oxalá a maioria dos *royalties* vão para todos os Municípios também sejam investidos em educação.

Viva a educação! Viva os Vereadores!
Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL
DE 2013.**

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice

da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que “Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer favorável é aprovado, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Alice Portugal, que “Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Deley, que “Modi-

fica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 11: Requerimento nº 13/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ângela Portela, que requerem “Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEREMOS a realização de audiência pública para debater ‘Validação dos Diplomas dos Brasileiros Formados em Cuba e a Convocação de Médicos da Espanha, Portugal e Cuba para Atuarem no Brasil’. Ademais, como participantes desta referida audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: a) Representante Presidência da República; b) Representante do Ministério da Saúde; c) Representante do Ministério da Educação; d) Procuradoria Federal Defesa dos Cidadãos/MPF – Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios; e) Representante do FIES– Caixa Econômica Federal; f) Representante EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes – Sr. Frei David Santos OFM; g) Representante do Conselho Federal de Medicina”. O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento nº 14/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ângela Portela, que requerem “Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEREMOS a realização de Audiência Pública para debater ‘Os Impasses e Perspectivas da Expansão da Educação Superior Brasileira’. Os Expositores sugeridos são: 1. Madalena Guasco Peixoto – Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee 2. Daniel Ilescu – Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE 3. Representante do Ministério da Educação e Cultura – MEC 4. Dalila Andrade Oliveira – Presidente da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED 5. Rafael Iwamoto – Representante dos Estudantes de Medicina da Gama Filho 6. Wanderley Julio Qeêdo – Presidente do Sinpro Rio – Gama Filho 7. Gabriel Mario Rodrigues – Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior

(ABMES) 8. Amabile Aparecida Pacios – Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP 9. Roberto Geraldo de Paiva Dornas – Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN 10. Eduardo Rolim de Oliveira – Presidente do Fórum dos Professores de Instituições Federais do Ensino Superior – PROIFES”. O Requerimento é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 15/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão para discussão sobre os problemas enfrentados pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, os quais foram atestados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: 1) Senhor Marco Antonio de Oliveira – Secretário da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; 2) Senhor Caio Mário Bueno da Silva – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 3) Senhor William do Nascimento Carvalho – Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; 4) Senhor Augusto Nardes – Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011 e Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} Senadoras e Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos passar para o Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 72, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.

Autoria: Senador Gilvam Borges

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: 1– *Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 16/4/2013.

Com a palavra, o nobre Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se ao crivo desta Comissão de Educação Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir que emissoras de radiodifusão comunitária sediadas na Amazônia Ocidental formem redes de transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa em até 15% do tempo total de suas programações. É o que determinam os §§1º e 2º acrescidos ao mencionado art. 16 pelo art. 1º do projeto.

A matéria, conforme ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a institucionalização do serviço de radiodifusão comunitária, visou ao atendimento de pequenas comunidades ou mesmo bairros de regiões maiores, distinguindo-se daquele oferecido pelas demais modalidades de radiodifusão educativa, comercial e institucional.

A solução normativa, organizacional e técnica vigente justifica-se amplamente à vista das finalidades que caracterizam e devem nortear essas emissoras. O elenco de singularidades contempla, acertadamente, algumas vedações, condições ou limitações especifi-

cas e importantes, tais como: proibição de exploração comercial de publicidade; limitação de mais de uma outorga por entidade operadora; vedação de outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de serviço de radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; vedação de outorga de autorização a entidade que tenha, como integrante de seus quadros, sócios e administradores, pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados (radiodifusão e distribuição de sinais de TV por assinatura); proibição de vínculos que subordinem ou sujeitem a emissora à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; proibição de cessão ou transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do serviço; e vedação de operação em rede.

A proibição de uma rádio comunitária utilizar a programação de qualquer outra emissora simultaneamente constitui um dos aspectos nodais da questão para fins do presente parecer. Tanto as características institucionais quanto as finalidades específicas das emissoras de rádio comunitárias evidenciam o imperativo de que estas não se conectem a cabeças de rede para transmissões de programação, nem estabeleçam vínculos de qualquer natureza que impliquem a coligação de interesse e propósito.

Em outras palavras, não se pode admitir ou induzir práticas que levem ao desvirtuamento de suas peculiaridades ou ao desvio de finalidades para as quais as rádios comunitárias existem. No entanto, em se tratando de região da Amazônia Ocidental, considerando as grandes distâncias e a baixa densidade demográfica, poder-se-ia excepcionalmente admitir a transmissão de uma programação em comum entre todas as rádios comunitárias ali situadas, com finalidade educativa ou jornalística, tomando-se o devido cuidado de limitar o período de operação em comum e circunscrever à região a formação dessa rede regional.

Assim sendo, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei com maior limitação do tempo livre para operação em comum, ordenando que uma hora diária cumpra a finalidade a que se propõe.

De outra parte, consideramos necessário um aperfeiçoamento de redação ao texto da proposição uma vez que o arcabouço regulatório da radiodifusão diferencia a operação em rede *lato sensu* de operação conjunta de uma programação em comum, na qual não há ingerência de uma emissora sobre outra.

Nessa direção, apresentamos emenda substitutiva para contemplar as alterações preconizadas.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2009, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2009

Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido de três parágrafos, com as seguintes redações:

§1º. As emissoras autorizadas a executar o serviço de radiodifusão comunitária em Municípios situados na Amazônia Ocidental poderão organizar-se para a veiculação de uma mesma programação de forma simultânea, desde que exclusivamente jornalístico e/ou educativa, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

§2º. A transmissão de programação referida no §1º deste artigo não poderá exceder o limite de uma hora diária.

§3º. São obrigatórias as transmissões para atender às situações de guerra, calamidade pública e epidemia, bem como as transmissões previstas em lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer e é o substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Passo ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 97, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações: *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra para as emendas.*

A matéria constou na pauta da reunião do dia 16/4/2013.

Com a palavra, a eminente Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, eu tenho muita satisfação de poder relatar uma matéria vinda, originada da competente Deputada pela Bahia, única mulher Deputada pela Bahia neste momento e minha companheira de muitos e muitos anos de luta, desde a juventude, a Deputada Alice Portugal. E essa matéria é uma matéria importante para a cultura brasileira. Ela é terminativa na nossa Comissão e, como o senhor já anunciou, passa por dois turnos de votação.

Vou, portanto, iniciar o relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011, da Deputada Alice Portugal, que dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.

De seus oito artigos, o primeiro relaciona as hipóteses em que os bens de valor cultural, artístico ou histórico integrantes do patrimônio da União podem ser considerados disponíveis para destinação ao patrimônio dos museus federais, quais sejam: apreensão em controle aduaneiro ou fiscal, seguida de pena de perdimento; cessão em pagamento de dívida; e abandono.

O art. 2º define como “bem de valor cultural” aqueles referidos nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

O art. 3º explicita que os bens disponíveis destinados à unidade museológica da União serão integrados ao seu patrimônio, excetuando dessa determinação, no parágrafo único, os bens que façam parte do acervo de instituições culturais sob a administração ou guarda de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal até a data de publicação da lei.

O art. 4º estabelece que os órgãos e entidades da Administração Federal e da Justiça Federal devem notificar o órgão da União responsável pela gestão dos museus sobre a disponibilidade dos bens referidos, a cada novo ingresso.

O art. 5º, por sua vez, determina que, após a notificação, o Ministério da Cultura, por meio do órgão ou entidade responsável, deve manifestar-se quanto ao interesse na destinação dos bens e cuidar da sua transferência à entidade de destino. Seu parágrafo primeiro manda que o Conselho Consultivo de Patrimônio Mu-

seológico do Instituto Brasileiro de Museus seja ouvido previamente sobre a conveniência da destinação dos bens, enquanto o parágrafo segundo estabelece que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deve pronunciar-se em relação à destinação dos bens tombados em âmbito federal.

O art. 6º dispõe que a União pode permitir a guarda e a administração dos bens referidos, quando adequado para sua preservação e difusão, por museus das três esferas de governo. O §1º dá preferência de destinação às instituições federais, enquanto o segundo admite que a guarda e administração em questão sejam transferidas para museus privados, desde que sem fins lucrativos e integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

O art. 7º, por fim, torna nula a destinação a museus dos bens descritos no art. 1º que não observar as disposições da lei projetada, enquanto o art. 8º estabelece sua vigência para a respectiva data de publicação.

Na justificativa, a autora enfatiza a necessidade de se criarem mecanismos legais que contribuam para a preservação do patrimônio histórico e artístico do País, voltando-se, no caso específico, para a destinação adequada dos bens apreendidos, abandonados ou depositados nos diversos órgãos da Administração Pública ou da Justiça Federal, tornando-os disponíveis à sociedade por meio dos museus.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, sendo aprovado em cada uma delas na forma de emenda substitutiva.

No Senado Federal, a proposição foi encaminhada, inicialmente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebendo parecer por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, recomendando ainda, quanto ao mérito, sua aprovação. O PLC nº 97, de 2011, foi enfim encaminhado a esta Comissão, onde terá apreciação terminativa, nos termos do inciso IV do §1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O teor da proposição, que trata de normas gerais sobre cultura e instituições culturais, insere-a no âmbito daquelas previstas no art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre as quais deve opinar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto, como eu disse antes, é extrema importância para a cultura nacional. Aliás, foi cobrado pelo antigo presidente do Ibram, Dr. Nascimento. E eu pude, aqui no Senado, em defesa desse projeto, também buscar identificar onde ele se encontrava, para que pudéssemos adiantar a sua

tramitação e fazer aquilo que estamos fazendo aqui hoje, destacar a sua importância, ler esse relatório e torcer para que tenhamos quórum para a sua votação, ainda no dia de hoje, porque é um projeto que, como já disse antes, orgulha-me muito relatar.

No art. 1º em que se definem as três hipóteses que tornam os bens disponíveis para destinação ao patrimônio de museus, estes são os restritos ao âmbito federal.

No art. 6º, é admitida, entretanto, a destinação como transferência da guarda e da administração do bem para museus pertencentes às esferas federal, estadual ou municipal, e, mesmo conforme o §2º, para museus privados com as características especificadas. Convém, apenas, aprimorar a redação do *caput* do art. 6º, uma vez que “a guarda e a administração” devem ser vinculadas aos “bens referidos nesta Lei”, por meio do pronome possessivo “sua”, e a expressão “museus pertencentes à esfera federal, estadual e municipal” deve ser substituída por “museus pertencentes às esferas federal, estadual e municipal”. Deve-se corrigir, ainda, por meio de outra emenda de redação, erro gramatical do §1º, do art. 6º, trocando-se “será dado preferência” por “será dada preferência”.

A proposição cria, também, uma sistemática de comunicação e deliberação que se inicia pela notificação da disponibilidade de bens, a cada novo ingresso, feita pelos órgãos e entidades da Administração Federal e da Justiça Federal ao órgão da União responsável pela gestão dos museus (art. 4º). Em seguida, conforme o art. 5º, o Ministério da Cultura, por meio do órgão ou entidade responsável, deve manifestar-se quanto ao interesse na destinação dos bens, não sem antes ouvir, como consta do §1º, o Conselho Consultivo de Patrimônio Museológico do Instituto Brasileiro de Museus. E, no caso de bens tombados em âmbito federal, deve ser também ouvido, como dispõe o §2º, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Constatamos, entretanto, um problema redacional no art. 4º, que se revela, inclusive, pela incongruência com a redação adotada no art. 5º. Se, no art. 4º, prevê-se que se deva “notificar o órgão da União responsável pela gestão de museus”, no art. 5º, adota-se a expressão “O Ministério da Cultura, por meio do órgão ou entidade responsável, quando notificado”. Convém adotar, portanto, o mesmo cuidado da fórmula empregada, no art. 5º, no artigo anterior, uma vez que a natureza da instância responsável pela gestão dos museus pode ser mudada ao longo do tempo de vigência da lei projetada.

Vale aduzir que, atualmente, a gestão dos museus da União é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de

janeiro de 2009, com personalidade jurídica de direito público, o que o define como uma entidade autárquica, e não, rigorosamente, como um órgão, conforme as conceituações do art. 1º, §2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que “regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal”. Propomos, então, uma emenda que, a nosso ver, aperfeiçoa a redação do art. 4º, adotando, em consonância com a redação do art. 5º, a alternativa “órgão ou entidade da União responsável pela gestão dos museus”, além de empregar iniciais maiúsculas em “Justiça Federal” e de relacionar os “bens referidos” ao art. 1º.

Por fim, assinalamos que o art. 7º tem a função de realçar o que já estava implícito na lei projetada, ao referir-se à nulidade da destinação aos museus dos bens em causa, quando não forem observadas as disposições da mesma lei. Ocorre que, se é assim em relação à “destinação aos museus”, também o é em relação a qualquer outra destinação – motivo pelo qual a palavra “museus” merece ser suprimida. Ademais, deve-se suprimir também a vírgula que separa “no art. 1º” de “sem a observância do disposto nesta Lei”, uma vez que a última expressão adverbial tem sentido restritivo, e não meramente explicativo.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Mediante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.935, de 2008, na origem), com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.935, de 2008, na origem), a redação:

“Art. 4º Cabe aos órgãos e entidades da administração federal e da Justiça Federal notificar o órgão ou entidade da União responsável pela gestão dos museus sobre a disponibilidade dos bens referidos no art. 1º, a cada novo ingresso.”

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 6º, caput, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.935, de 2008, na origem), a seguinte redação:

“Art. 6º A União, objetivando a adequada preservação e difusão dos bens referidos nesta Lei, poderá permitir sua guarda e administração por museus pertencentes às esferas federal, estadual ou municipal.”

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

No art. 6º, § 1º, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.935, de 2008, na origem), onde se lê “será dada preferência”, leia-se “será dada preferência”.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.935, de 2008, na origem), a seguinte redação:

“Art. 7º É nula a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico adquiridos na forma das hipóteses descritas no art. 1º sem a observância do disposto nesta Lei.”

É este o nosso parecer, Sr. Presidente, portanto, apelando para os nossos pares pela aprovação deste belo projeto da Deputada do meu Estado Alice Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata, obrigado. Parabéns a V. Exª pela relatoria e também à autora. É um projeto de suma importância.

O projeto está em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a Senadora e lamentar apenas. Eu acho que a discussão, pelo brilho do relatório feito por ela, é até dispensável, porque eu ia apenas votar a favor da relatoria da Senadora de uma matéria tão importante. Mas, como é terminativa, ficaremos assim.

Eu aproveito, Senador Cyro Miranda, nosso Presidente, para fazer um comunicado. Diante da pauta que temos hoje, não só aqui na nossa Comissão de Educação, mas também na CAE, na questão do ICMS, a Ministra da Cultura Marta Suplicy está convidando – já manifestaram a V. Exª – para a cerimônia de abertura da exposição “O olhar que ouve”, que expõe as obras do multiartista Carlinhos Brown, com a curadoria de Matilde Matos. Vai ser às 11h, com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff, e eu quero dizer a V. Exª que representarei, junto com V. Exª, a Comissão, porque, assim que concluir os nossos trabalhos, eu estarei lá presente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continua a discussão. Eu vou sobrestar esta discussão por ser terminativa. Infelizmente, já passou mais do que o quórum necessário por esta Comissão, mas é que entra um e saem três. Então, nós estamos sempre em desvantagem. Nós já estamos aí com dezessete Senadores que passaram por esta Comissão.

Nós estamos, junto à Presidência do Senado, com os Presidentes de Comissão, procurando chegar a um termo comum para que se dê chance a todas as comissões.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, está se debatendo e prestes a se votar um dos assuntos mais importantes no âmbito federativo. Então, Srªs e Srs. Senadores, nós temos que reconhecer que temos uma matéria extremamente importante, que vai mexer com a vida de milhões e milhões de brasileiros, que é essa mudança da alíquota do ICMS.

No entanto, nós estamos sendo prejudicados nas nossas votações terminativas. Nós já estamos aqui com mais de dez itens lidos e discutidos. Mas ainda temos uma pequena chance.

Então, eu gostaria de pedir ao Senador Valdir Raupp se pudesse ser Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2007

– Terminativo –

Acréscenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Pedro Simon (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Observações: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Tenho o prazer de passar a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

O projeto altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, mediante acréscimo de dispositivo para prever a concessão de desconto a estudante universitário financiado pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), nos casos e termos que especifica.

Com a medida, o estudante que tiver pago, no mínimo, 75% da dívida junto ao fundo, sem qualquer registro de atraso nas mensalidades será contemplado alternativamente com abatimento de até 25% do saldo

devedor para quitação antecipada da dívida ou bônus de adimplência de 5% nas parcelas vincendas pagas até a data dos respectivos vencimentos.

A proposição foi distribuída à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi aprovada com emenda de redação relativa à técnica legislativa e desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde será objeto de deliberação em caráter terminativo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE

Renumere-se como §11 o §5º que é acrescido ao art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO)

– Obrigado, Senador Valdir Raupp.

A matéria está em discussão.

Por ser terminativa, vamos sobrestar a discussão.

Passo ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 91, DE 2012

– Terminativo –

Modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping.

Autoria: Deputado Deley

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável com a emenda oferecida

Observações: *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra para a emenda.*

A matéria constou da pauta da reunião de 16 de abril de 2013.

Com a palavra, o eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é um projeto simples, mas oportuno. Esta proposta já deveria estar incluída na legislação original, mas chega ainda em tempo. Enquadra-se dentro dos princípios da ética desportiva a eliminação de fraudes esportivas e o futuro do esporte.

Como determina o art. 3º da Convenção Internacional contra o *Doping* nos Esportes, de 19 de outubro de 2005, os Estados-parte comprometem-se a adotar medidas apropriadas nos níveis nacional, internacional que sejam consistentes com os princípios do Código.

Portanto, esta proposta tem a ver com esse compromisso assumido pelo Brasil na Convenção Internacional contra o *Doping* nos Esportes.

Vemos, pois, que será mais um critério objetivo que deveria ter constado da lei desde sua origem, mas cuja correção chega a tempo. Ademais, há de mostrar sintonia com a ordem jurídica e constitucional.

No que respeita à técnica legislativa, somos de opinião de que a emenda não reflete adequadamente o objeto da lei consoante apregoa e recomenda a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por essa razão, apresentamos uma emenda de redação que, a nosso juízo, harmoniza a proposição sem lhe alterar o mérito.

Portanto, a emenda é apenas de redação, Sr. Presidente, e o nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

Como é terminativa, nós não vamos poder votar hoje.

A matéria está sobrestada.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Pela ordem.

A discussão está sobrestada, perdão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Solicito, Sr. Presidente, a V. Exª retirada do item nº 7, para que eu possa fazer um reexame do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Senadora Ana Rita, com relação ao item 7 (Projeto de Lei do Senado nº 19), está deferida a sua solicitação de retirada de pauta.

Srªs e Srs. Senadores, na audiência pública, amanhã, teremos de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional das Doenças Raras. Autoria do Requerimento nº 15/2012: Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy.

Reunião destinada a instruir as seguintes matérias:

PLS 159, 2011, Senador Eduardo Suplicy.

Convidados: Rogério Lima Barbosa, Presidente da Associação Maria Vitória de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras; Dr. Cláudio Santili, Diretor do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Kátia Ogawa, Presidente da Associação Brasileira de Ostogenesis Imperfecta e Hugo Nascimento, Diretor Institucional do Instituto Baresi.

Esta audiência pública de amanhã será realizada nesta sala, às 10h da manhã.

Como, infelizmente, não temos quórum para deliberar e todas as matérias terminativas já foram lidas, vamos, então, aguardar o momento para, praticamente, só votar.

É uma pena porque já tivemos 19 Senadores passando por esta Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Presidente.

Seria possível a análise desta Presidência e da nossa Comissão no sentido de termos uma reunião extraordinária esta semana, talvez, amanhã, nem que fosse à tarde, ou antes da audiência pública, para tentarmos votar essas matérias que já estão todas lidas, que fizéssemos esse esforço. Porque, hoje, temos a coincidência com a reunião da CAE e, como V. Exª já falou antes, há um debate muito intenso em relação à proposta do Governo de mudança do ICMS, para a qual não é fácil encontrar solução.

Eu própria não me sinto em condição de aprovar tal matéria, porque, com as modificações propostas por muitos Senadores de diversos Estados, isso prejudicará muito o meu Estado da Bahia. E pensar em alíquota única para o Nordeste, não é nem possível admitir-se uma situação dessa. Mas me preocupo bastante com esta Comissão, que tem tanta produtividade no Senado Federal, com a importância que tem por tratar da educação, que é a questão central deste País. Com a disposição grande de V. Exª, talvez pudéssemos, assim como fizemos na semana passada, fazer um apelo aos Srs. Senadores e Senadoras desta Comissão para uma convocação extraordinária ainda esta semana, hoje ou amanhã, para que resolvêssemos as pendências da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata, agradeço a intervenção, estou pronto para isso. Se houver o compromisso dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão, farei com muito prazer.

Vou, então, programar a deliberativa. Vamos ver qual é o melhor horário, porque temos uma audiência pública também. Faremos antes, talvez, da audiência pública ou no fim. Vou, inclusive, trocar essa ideia com os Srs. Senadores e vamos fazer um esforço concentrado. Vamos ficar um ligando para o outro, porque, senão, não terminamos, e realmente é impossível. Sei que há uma matéria importantíssima que está há mais de dois meses na CAE, mas, se ela ficar mais dois meses, vamos ser prejudicados. Também tenho tanto interesse quanto a Bahia, não estamos satisfeitos com o relatório que ali está sendo apresentado, precisamos discutir ainda mais.

Vou, então, colocar para amanhã uma sessão extraordinária deliberativa também e vamos ter esse

compromisso com todos os Srs. Senadores de termos quórum para essas votações.

Senadora Angela Portela, os Itens 11 e 12 subscrevem...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever os dois requerimentos do Senador Paulo Paim.

O primeiro requer audiência pública para debater validação dos diplomas dos brasileiros formados em Cuba e a convocação de médicos da Espanha, Portugal e Cuba para atuarem no Brasil. E, aí, temos representantes da Presidência da República para participar da audiência pública, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, Procuradoria Federal da Defesa dos Cidadãos, representantes do Fies, da Caixa Econômica Federal, representantes do Educafro, representantes do Conselho Federal de Medicina.

O item 12 também. Subscrevo o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública para debater “Os impasses e Perspectivas da Expansão da Educação Superior Brasileira”.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está em discussão o requerimento subscrito pela Senadora Angela Portela.

O requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também o requerimento que subscreve, junto com o Senador Paulo Paim, a Senadora Angela Portela, que já fez a leitura em seguida, com fundamento no art. 93, para a realização de audiência pública para debater “Os impasses e Perspectivas da Expansão da Educação Superior Brasileira”.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

O requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

O requerimento está aprovado.

Ficamos então para amanhã, Senadora Lídice da Mata, com a Comissão em caráter extraordinário, mas deliberativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues, que chega a tempo para ler o requerimento do item 13.

Passo a palavra ao Senador Randolfe para ler o seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, esse requerimento solicita a realização de Audiência Pública para discutir os problemas enfrentados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esse tema, Sr. Presidente, foi inclusive matéria recente do jornal *O Globo*, com o título “Em déficit com os alunos”, na qual relata a existência de inúmeros problemas na prestação de serviços educacionais dos Institutos Federais de Educação. Segundo ainda a matéria veiculada no jornal *O Globo*, os problemas seriam as altas taxas de evasão, o baixo índice de conclusão, a falta de professores e a infraestrutura insuficiente.

Além disso, Sr. Presidente, existe uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, entre agosto de 2011 e agosto de 2012, nas instituições federais de ensino. Segundo os números dessa auditoria do TCU, os problemas mais angustiantes seriam a falta de 7.966 professores nesses institutos e 5.702 técnicos de laboratório. O levantamento do TCU mostrou que as maiores carências estariam nos institutos do Acre, 40%, de Brasília, 40%, do Mato Grosso do Sul, 38%, do meu querido Estado do Amapá, 35%, de São Paulo, 32%.

Só lembrando, Sr. Presidente, que tramita aqui na casa o PLC nº 103, de 2012, que institui o novo plano nacional de educação, e uma das metas do PNE é justamente a expansão no atendimento do ensino profissionalizante.

Diante dessa crise existente e evidente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, crise essa apontada, veiculada na imprensa, constatada por parecer do Tribunal de Contas da União, é que estamos propondo essa audiência pública, para que possamos aqui debater a situação dos institutos federais.

E para essa audiência, nós estamos sugerindo o convite, a convocação das seguintes autoridades: Sr. Marco Antonio de Oliveira – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Sr. Caio Mário Bueno da Silva – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional; Sr. William do Nascimento Carvalho – Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; e Sr. Augusto Nardes – Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União.

É o nosso requerimento, Sr. Presidente. Desculpe o afogadilho da hora, porque, como o senhor sabe, como nós sabemos muito bem aqui, nós temos que, literalmente, bater o escanteio e correr para cabecear nas diferentes Comissões. Mas, me parece, como artista do “velho oeste” chegamos a tempo da apreciação do requerimento de nossa autoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado pelo esforço. Nós entendemos que terça-feira é um dia complicado.

Parabéns. É oportuno o relatório.

Coloco o requerimento em discussão, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão Mista está prevista para votar nessa terça-feira próxima que destina *royalties* à educação. O Projeto de Lei de Conversão do Deputado Carlos Zarattini, PT – SP, à Medida Provisória 592/2012 que trata da aplicação dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo deverá ser votado hoje pela Comissão Mista do Congresso.

O parecer apresentado, ontem, de Zarattini, destina à educação boa parte do dinheiro das compensações governamentais (*royalties*) à Participação Especial (PE) dos campos já solicitados. Se aplicada em 2013, a nova regra destinaria mais de R\$16,2 bilhões para a educação este ano.

É de suma importância. Nós vamos torcer e participar para que seja aprovado. É da maior importância o recurso para a educação e todos nós estamos de acordo.

Nada mais tendo a comentar hoje nesta Comissão, agradeço, mais uma vez, a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, e convoco, mais uma vez, para amanhã, a extraordinária e deliberativa.

Muito obrigado e encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2013. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques,

João Capiberibe, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ricardo Ferreira, Roberto Requião, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 15/2012-CE, de autoria dos Senhores Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy (não membro), destinado a “**Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que ‘Dispõe sobre a instituição do dia nacional de doenças raras’**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Rogério Lima Barbosa, Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras – AMAVI; Senhor Doutor Cláudio Santili, Professor Adjunto da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e Senhora Kátia Ogawa, Presidente da Associação Brasileira Osteogenesis Imperfecta – ABOI**. Neste momento, a presidência comunica que o senhor Hugo Nascimento, Diretor Institucional do Instituto Baresi, convidado para a presente reunião como expositor, confirmou sua presença, mas não compareceu e não enviou qualquer justificativa de ausência. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Alexandre Roso (PSB/RS); Senhor Sidney Castro, Vice-Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras – AMAVI e Senhora Edília Miranda Paz, Vice-Presidente da União dos Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington – UPADH. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy (não membro da Comissão) e Ana Rita, autores do Requerimento, e o Senhor Deputado Federal Alexandre Roso (PSB/RS). Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Suplicy, solicita o encaminhamento aos membros da Comissão, da palestra proferida por Sua Excelência no Congresso Mundial da Droga Órfão, realizado em Washington, nos Estados Unidos, no último dia 10 de abril, em ocasião da comemoração do dia mundial das doenças raras. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando

que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 15, de 2012, de autoria dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras Lídice da Mata, Ana Rita, Eduardo Suplicy e este que vos fala para realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Já estão aqui os nossos convidados. Peço já que tomem assento à mesa Rogério Lima Barbosa, Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras; Dr. Cláudio Santili, Diretor do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Katia Ogawa, Presidente da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta; e Hugo Nascimento, Diretor Institucional do Instituto Baresi. Me parece que o Hugo Nascimento não se encontra. Havia confirmado, mas não se encontra. Mas estão aqui já a Katia, o Dr. Cláudio e o Rogério. Registramos a presença também de Sidney Castro, Vice-Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras, e ainda de Edília Miranda Paz, Vice-Presidente da União dos Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado,

da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro, que retransmite para todas as assembleias legislativas e outras entidades. Informo ainda, Senadora Angela Portela, que esta audiência está sendo transmitida pelo *site* da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tv.

Vamos então à nossa audiência pública. Sejam bem-vindos aqui todos os nossos convidados, da minha direita e da minha esquerda; as mulheres à minha esquerda e os homens à direita, não sei por quê. Queria que os homens também estivessem à esquerda.

De imediato, passamos a palavra ao Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras, o Sr. Rogério Lima Barbosa, que dispõe do tempo de 15 minutos, com mais cinco, se necessário for.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Bom dia. Bom dia a todo mundo que está aqui, os que conseguiram chegar e os que estão aqui por interesse, ou seja, estão aqui para conversarmos sobre a implantação do Dia das Doenças Raras. Agradeço a iniciativa dos Senadores, do Senador Suplicy, do Instituto Baresi, por ter estimulado esse encontro.

Hoje, a minha função é justamente falar sobre o Dia das Doenças Raras no calendário oficial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Suplicy, porque foi o projeto dele que motivou toda esta reunião. Se ele estiver nos ouvindo, do gabinete ou de outra comissão, já iniciamos os trabalhos, como falou muito bem aqui o Sr. Rogério Lima.

Por favor, Rogério.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Muito obrigado, Senador Paulo.

Então, sobre o Dia das Doenças Raras no calendário oficial, eu coloco uma questão, uma necessidade, porque que na verdade o objetivo que eu tenho aqui hoje é falar sobre o histórico da Amavi, é contextualizar o que são as doenças raras hoje no cenário brasileiro e o que é, principalmente, para a família. O Dia Mundial das Doenças Raras e aí, sim, a comemoração que está sendo feita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de informar para quem está assistindo pelo sistema de comunicação do Senado, que o Senador Suplicy já está conosco aqui presente, o principal articulador dessa audiência pública.

Dr. Rogério, prometo que agora não interfiro mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Muito obrigado.

Senador Suplicy, muito obrigado também por ter organizado esta reunião. Com certeza, teremos outras

mais cheias. Estava feliz porque o Ministro da Saúde está ali na outra sala; ainda vamos fazer uma outra com ele, se Deus quiser.

Sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, vou-me reportar ao que acontece principalmente em Brasília, que é onde tenho conhecimento. Sei que acontece em outros Estados, mas vou-me ater somente a Brasília e aos resultados que aconteceram aqui.

No cenário para doenças raras, tanto nacional, quanto internacional, há necessidade das pesquisas sociais, e as conclusões que busco trazer, na verdade, não é uma solução ou conclusão feita em pacote, mas justamente uma nova questão para pensarmos.

Até 2010, a minha filha, Maria Vitória, que dá o nome à associação a qual eu, atualmente, presido, tinha acompanhamento com os médicos, e sempre éramos questionados a respeito das manchas café com leite que ela tinha. Fizemos vários exames, e nenhum foi conclusivo; muito pelo contrário, diziam sempre que estava tudo normal. Aqui em Brasília, há uma particularidade de os médicos serem todos vinculados à Secretaria de Saúde. Então, eu estava sendo atendido não só pela rede privada, mas também pela Secretaria de Saúde.

Em 2010, eu conheci a doença rara neurofibromatose. Foi uma notícia que recebi aqui em Brasília, porém só feito o diagnóstico conclusivo no Rio de Janeiro por uma associação, e é isso que vou passar adiante. Junto com essa doença, veio a falta de atendimento e informação. Eu não sabia o que era a doença, qual era o tratamento e muito menos onde levar minha filha.

Com o apoio da sociedade civil organizada, pela Internet, cheguei ao Centro Nacional de Neurofibromatose, e conheci realmente o Dr. Geller, a Elane Frossard, que é a sua Presidente, que me ajudaram a levar minha filha a ter atendimento.

A partir daí, houve o envolvimento social, que é onde me encontro. Hoje, eu me considero um militante da área social, principalmente da área social voltada à saúde, um militante, um acadêmico, um profissional, um pai que está no movimento social para tentar mudar uma realidade que encontrei.

Desculpe-me. Como funciona o *link*?

Nesta foto, estamos minha esposa, minha filha e eu. É uma foto bonita, de que gosto bastante e, quando olho para ela, só ouço músicas boas, músicas bonitas, passarinhos, enfim, uma família.

A neurofibromatose, na falta de atendimento e de informação, o fato de os profissionais de saúde não saberem me falar o que é a neurofibromatose, ou de eles não falarem para mim e para minha família o que pode acontecer – a falta de informação é a mesma coisa –, como nós vivemos numa sociedade de infor-

mação, hoje, quando não temos a informação, nós a procuramos no Google.

Na Internet, essas são as fotos da neurofibromatose. Eu, o Sidney e toda a Amavi sempre pregamos que a informação não é só falar: a pessoa está ali e o médico está aqui. Não, é falar o que é. Então, uma família sai de uma música harmoniosa e entra num mundo em que a música pode ser tudo menos harmoniosa, porque, quando você coloca neurofibromatose dentro do Google, encontra imagens de pacientes, imagens da Internet, públicas, e outros *links* que chamam neurofibromatose de algo bizarro, de a coisa mais bizarra. Isso é um convite para cada um usar um pouquinho da sua imaginação e tentar entender, como pai e como mãe, como é essa notícia na vida.

E aí, foi dentro da sociedade civil organizada que eu encontrei o meu apoio. Também pela Internet eu consegui chegar às sociedades civis, entre as quais eu destaco a Neurofibromatose de São Paulo e o Centro Nacional de Neurofibromatose do Rio de Janeiro. Eles me ajudaram bastante. Ajudaram não só como pai, mas também como paciente, porque eu vejo a minha família hoje como paciente.

E estas outras associações, como a ABG; a Eurordis, que é a Associação Francesa; o Instituto Canguru; a Sociedade Brasileira de Porfiria, me ajudaram numa outra questão, que é uma função principal das associações – que elas têm duas funções principais –, em que eu me encontrei e encontrei realmente apoio, que é o atendimento.

O atendimento às demandas que eu levei, o atendimento à minha família, à minha filha, e o despertar. Quando eu coloco o despertar, é o despertar de uma nova realidade, o despertar de uma realidade que é paralela a todos nós, mas só que nós não vivemos, nós só vivemos quando realmente acontece uma doença rara ou alguma coisa que tenha significado para nós e que traduza o nosso olhar para essa realidade.

Então, o despertar que eu vi é o despertar de uma comunidade que é totalmente desamparada, que ela não sabe o que acontece. A comunidade – quando eu digo, eu vivo isso – não sabe o que fazer, não sabe o que pensar e não sabe o que pensar no futuro. E ela só tem que fazer o quê? Agradecer o dia a dia. Então, viver e aprender a agradecer o que acontece no dia é a principal função que a gente tem quando nos deparamos com uma doença rara.

E aí, com o despertar que eu tive e ao ver aquela realidade, eu passei a buscar o que acontecia com as associações de pacientes no Brasil e o que é que acontecia, principalmente, com a doença rara, com o tema doença rara fora do Brasil. Assim, eu encontrei a Eurordis, que tem o Dia das Doenças Raras.

O nosso primeiro Dia das Doenças Raras aqui em Brasília foi na Asbac. Ele contou com a presença de mais de 300 pessoas. Foi o primeiro evento de uma associação. Nesse dia, a Amavi foi criada. Até aí era só uma ideia. E nesse dia, nós levamos toda a nossa preocupação e tudo o que nós pensávamos como associação civil para um evento. As pessoas que ali estavam eram pessoas que não se conheciam, que estavam ali porque ouviram o quê? Doença rara. Então, eles conviviam com uma mesma doença, e ali houve o despertar de: “Eu tenho que me envolver com algo.”

Essa foto é da fundação da Amavi. Eu fico feliz porque, sem querer, nesse dia, nós levantamos as mãos como um sinal de apoio, e, a partir deste ano, a Eurordis, no Dia das Doenças Raras, indicou para todo mundo que organiza o Dia das Doenças Raras levantar as mãos em sinal de apoio. Então, eu precedi o que a maior associação de pacientes está realizando. Então, nós fundamos a Amavi.

A Amavi foi fundada justamente com uma primeira diretoria que não era voltada para a família. Ninguém se conhecia. Eu era o Presidente. Havia mais pessoas ligadas à esclerose lateral amiotrófica, a schwannoma, à epidermólise bolhosa, à esclerose múltipla. Então, foram pessoas desconhecidas que se uniram. Elas se uniram para montar uma associação. E aí eu digo que, quando nós pensamos nisso, a associação é montada no sentido de conhecer a dor de cada um e saber que aquela dor é compartilhada.

E também nós, juntamente com a Abrapo e outras associações – na época eram mais de 30 associações –, fizemos um concurso para criar um movimento para conscientização sobre as doenças raras: Todos temos que saber. É um movimento que acontece em todo o Brasil, que conta hoje com a participação de mais de 30 associações. A Amavi e a Abrapo do Rio Grande do Sul estão à frente de todo esse trajeto.

Então, a Amavi é uma associação que realmente evita o discurso e preserva muito o trabalho. O discurso que nós ouvimos hoje... Nós vivemos de discurso, na verdade, tanto do Governo, quanto do Ministério da Saúde, do que for, e nós evitamos o discurso. Então, nós trabalhamos; trabalhamos bastante. E de todos aqueles que estão no trabalho e pensando no trabalho nós preservamos a atuação.

Eu vou voltar porque não está funcionando.

Então, o Dia das Doenças Raras no Asbac. Nesse dia, haviam 300 pessoas, houve um impacto local. O resultado foi o primeiro Dia Nacional para conscientização das Doenças Raras, no Distrito Federal – foi realizado no Distrito Federal esse dia, ele já é oficial aqui –, foi quando criamos o informativo mensal, que é o MDR, um informativo que ocorre todo mês, já tem

dois anos. Houve uma sensibilização da comunidade e de autoridades. Nós trabalhamos bastante. Esse foi um evento realizado no eixão, justamente para a Secretaria de Saúde de Brasília e, à época, foi juntamente com outras organizações daqui da cidade.

O segundo dia do evento foi no Congresso Nacional, com o apoio do Senador Suplicy, do Deputado Romário, do Deputado Quintella. Para nossa felicidade, o Ministro da Saúde participou desse evento, literalmente vestiu a camisa. Ele colocou a necessidade de se criarem as perspectivas para atender as pessoas com doenças raras, mas uma perspectiva de informação e de treinamento para os profissionais de saúde. Informação para que eles saibam não só conhecer a doença, mas para onde encaminhar esses pacientes. Como ele bem diz, não precisa de prédios bonitos, mas de profissionais capacitados. Foi isso que fizemos no segundo dia mundial, que teve um impacto nacional. A partir desse dia, percebemos maior envolvimento das associações de pacientes, maior interesse das pessoas ligadas a essa temática.

O terceiro dia foi no Congresso Nacional, em fevereiro último, que teve um impacto que eu chamo de transnacional. Houve um congresso do Orphan Drugs for Rare Diseases, nos Estados Unidos, em que o Senador Suplicy esteve presente, assim como o Deputado Jean. Não posso dizer que foi a primeira vez que participaram brasileiros porque não tenho conhecimento, mas, com certeza, isso incentivou bastante.

Houve a consulta pública sobre a portaria para doenças raras, instituída no ano passado. Era para ter sido apresentada nesse encontro. Não foi apresentada, mas, com muita pressão e muita fé, ela está em audiência pública, está recebendo as contribuições até dia 30 de abril. Houve a primeira implantação de unidades dessas áreas no Brasil, aqui no Distrito Federal. A coordenação está sendo feita pela Amavi, com o apoio da Universidade de Brasília, da Universidade de Coimbra, do 1º Congresso Latino-Americano de Doenças Raras, que terá parte aqui em Brasília em setembro. O primeiro dia será 22 de setembro, com uma audiência pública instalada pelo Deputado Roso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Esse é só um exemplo do impacto do Dia das Doenças Raras aqui em Brasília, no cenário brasileiro. O pessoal da área de comunicação sabe que, para trazer mil pessoas, tem que chegar a pelo menos... Isso representa 3% de onde chega a informação.

Esse é um evento que aconteceu no Congresso. Foi nosso último evento.

O cenário atual. O Governo tem seu próprio interesse e conversa com outras pessoas. Temos estes quatro atores principais, onde ora eles interagem entre eles e tem suas disfunções entre eles e precisam interagir com os outros parceiros; o mercado, as associações de paciente, a academia.

Por último, muitas vezes, percebemos que o último é o paciente, o último interesse é visto pelo paciente. Esse tipo de construção é voltado para medicação, ou seja, é voltado para doença. É um processo focado na geração de medicação e doença. O que propomos é a mudança de atuação, onde tanto início de processo, quando se fala em doenças raras, como fim, ele vai falar sobre o paciente. O início, sobre suas necessidades, e o fim, ao atendimento, onde as associações de paciente são a base para qualquer construção. Isso é para verificar a melhoria da qualidade de vida, não só a doença, onde a medicação logicamente... E não estou falando que isto é errado, se a doença precisa de medicação, ela precisa ser incentivada e tem que ser principalmente garantida. Conversamos bastante com a Nord, que é uma associação de pacientes americana, a maior, ela fez 30 anos, e perguntamos: como que nós, associações de pacientes, trabalhamos? Eles: “Olha, nós devemos ter a nossa independência”. Então, como que eles fazem? Existe um código de ética e estamos trabalhando na implantação do código de ética para o setor. Não posso dizer do setor, mas para as associações.

E as pesquisas sociais? As pesquisas sociais devem verificar justamente quem são os pacientes, onde eles estão, qual é a realidade que eles vivem, o que eles precisam. Toda e qualquer política pública tem que ser voltada para essas pessoas diante das necessidades que eles têm.

Aqui é a consulta pública de doenças raras, os desafios da Europa. O que aconteceu em 2008 foi uma política colocada em que na página cinco, onde digo, está claramente que a maior necessidade é a informação e a informação é um direito de todos. Então, foi uma política pública econômica. Não uma política pública. Isso aí foi uma consulta pública para criar o que eles consideravam como política pública. E nós, hoje, não temos nada. O Brasil não tem nada em relação às doenças raras.

Esse gráfico mostra a evolução das doenças raras, da participação no Dia das Doenças Raras que é um dia dedicado hoje pela Eurordis que é uma associação de pacientes e a sua evolução de 18 países, em 2008, para 71 países em 2013. Isso quer dizer que 40% dos países hoje do mundo falam sobre doenças raras. De alguma forma, o que está havendo, o que há, não é um trabalho hercúleo, é só simplesmente uma luz so-

bre uma necessidade. A Eurordis também – em meus diálogos com as associações de fora –, que é uma associação francesa, afirma: “Temos a certeza de que o Dia das Doenças Raras contribui para o aumento de conscientização, o impacto é enorme porque ela percebe o que acontece e o volume de trabalho que gera.”

Uma das conclusões que percebemos nesses 15 minutos – já me alonguei demais, está acabando – é que o apoio do Governo é necessário, as parcerias com associações de mercado, envolvimento da academia, necessidade da visão de doenças raras como uma necessidade de minoria não focada à saúde, mas uma ação transversal, um ambiente com diferentes interesses. Cada um tem seu interesse, mas nós temos que ter um interesse principal, um interesse convergente no atendimento ao paciente, um estado social que só aconteça onde as pessoas que aqui presentes deixaram seu trabalho, estão aqui hoje e decidem, por assim dizer, participar voluntariamente de todas as associações de pacientes e principalmente o envolvimento social. Logicamente que não estou falando do Brasil.

No Brasil isso, hoje, não acontece com tanta força. O que nós temos e o que nós percebemos é que as associações de pacientes...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Desculpe-me, só mais cinco minutos.

As associações de pacientes têm que trabalhar em conjunto, entre elas com as associações de profissionais e academia. Inicialmente, pensei que poderíamos ser uma Eurordis, mas é muito difícil porque os recursos que estão disponíveis para nós em relação a tudo são muito diferentes. Então, temos que adaptar aquilo que temos e o que temos é o apoio da academia, o apoio das associações de pacientes e articulação com as associações profissionais. Nós não vivemos em um Estado social em que haja a possibilidade de participar voluntariamente de alguma ação.

Eu fecho com uma conclusão, com uma pergunta, na verdade. Considerando que o Dia das Doenças Raras pode assumir um caráter de controle social a sua oficialização é uma necessidade ou uma premissa para a construção de políticas públicas dedicadas aos interesses dos pacientes?

Logicamente que quando faço essa pergunta lembro-me das minorias: Dia do Negro, Dia da Mulher, o dia das minorias que existem e, logicamente, a ideia principal é transformar esse assunto não só em um assunto da saúde, mas como eu disse um assunto transversal.

Eu queria fechar com duas frases. Uma frase de Francis Collins que é o geneticista que participou do

projeto Genoma que coloca três necessidades hoje. Em uma apresentação ele coloca que estamos passando pelos primeiros 200 anos da biologia e é um momento em que todos devem ser unir, que é um momento em que estamos todos num processo de acabar com a doença.

São três pontos:

1) Precisamos de recursos: recursos para fazer pesquisa e recursos para realmente desenvolver o que queremos.

2) Precisamos de novas formas de parceria entre o Governo, a academia, o mercado e as organizações de pacientes, ou seja, precisamos tornar as conversas de bastidores em conversas abertas, em umas conversas à luz de qualquer um que tenha interesse.

3) Precisamos unir os esforços dos mais brilhantes autores, das mais diversas áreas científicas, ou seja, é o momento de união. Não é um momento de dispersão.

Também queria terminar com o Boaventura, que um cientista social. Ele resume justamente o que é esse ambiente, onde podemos falar de doenças raras, porque elas têm características que se unem, mas há momentos que temos que falar das doenças, como falo da neurofibromatose, para a comunidade neurofibromatose, como falo da huntington, como falo da osteogenesis imperfecta, que nós temos esse caminho.

E o que a Amavi aprendeu é que, como vocês viram, a nossa parte de institucional é muito forte, mas precisamos também estar mais perto dos pacientes de qualquer outra doença. Então também vamos apoiar essa comunidade para não perdermos o sentido de onde estamos e por que começamos. Então, Boaventura de Sousa Santos, eu termino minha fala, afirma: “Lutar pela igualdade sempre as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterizem”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Rogério Lima Barbosa, Presidente da Associação MariaVitoria de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras.

Essa audiência pública foi idealizada pelo Senador Suplicy, contou com o apoio direto da Senadora Angela Portela, Ana Rita e deste Senador. Com apoio incondicional, naturalmente, do Presidente da Comissão, que esteve aqui já, Cyro Miranda, e, também, da Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente, que também esteve aqui. Estiveram, também, conosco a Senadora Lídice da Mata e o Senador Benedito de Lyra.

Registramos também a presença do Alexandre Roso, Deputado Federal do PSB/RS. Vizinho meu, lá, ali do lado de São Leopoldo, Canoas, Esteio, Sapucaia, é o nosso Vale do Sinos, chamado, para muitos,

o novo ABC. Falei o novo ABC, é muita prepotência nossa, não é? (*Risos.*)

Vamos lá, vamos voltar a nossa audiência.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Santili, que é Diretor do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Muito bom dia, senhoras e senhores, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, em nome de V. Ex^{as}, cumprimento a todos aqui presentes.

Quero fazer alguns pequenos reparos antes de falar. Sinto sobre a informação de Diretor do Departamento da Santa Casa de São Paulo, sou o ex-diretor do Departamento. Atualmente sou professor adjunto da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e trabalho lá na Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será tratado como diretor, porque quem é rei sempre será majestade. Homenagem a V. Ex^a.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Obrigado.

E, na realidade, faço parte de um grupo e estou aqui representando, além da Santa Casa, o Instituto Baresi, uma vez que o Hugo Nascimento não pôde vir, e a iniciativa de promoção e desse resgate à possibilidade desse dia nacional foi da Adriana Dias, junto ao Senador Suplicy, num empenho conjunto com outras entidades.

Quero pedir desculpas, sou da área mais técnica, sou médico ortopedista pediátrico, formado há mais de 30 anos e, por essas contingências da vida, acabei recebendo herança de professores meus de tratar de pacientes com doenças raras, sem saber que elas eram realmente doenças tão raras.

Peço desculpas a vocês, porque falar sobre doença rara, para mim, é lembrar as pacientes que vi, as dificuldades que tive, e queria aqui fazer um parêntese que é em relação à fala do Rogério, porque, para quem é um pai ou familiar de um portador de doença rara, ele, por muitas vezes, é o único, então você quer ver todos os direitos, todas as coisas para ele, e, às vezes, você cobra conhecimentos específicos sobre aquela doença rara que nem sempre o médico tem.

E é muito comum. Eu, na faculdade, dou aulas sobre algumas doenças que são raras, mas elas são mais comuns ao meu conhecimento, então posso transmitir alguma coisa para essas gerações novas. Acho que esse é o objetivo maior: um dia nacional para lembrar a classe médica, científica e os portadores, a coletividade, a Nação, de que existem pacientes que podem ser beneficiados com um conhecimento mais difundido é a minha missão aqui. Ou seja, se nós tornarmos a doença rara um assunto de conversa comum, eles vão ser beneficiados. Por quê? Porque novas ideias

vão surgir. Não só a coletividade científica, mas também a indústria, outras áreas afins podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de um paciente portador de doença rara.

Então, vou iniciar. Peço desculpas novamente, se for alguma bem técnica. Eu preparei algo para apresentar para vocês, para a gente poder falar um pouco.

Então, quais são os conceitos? E hoje acho que se tem falado bastante em doenças raras. E está acontecendo uma portaria que está em audiência pública para ser visitada por todos vocês e suas opiniões, ela que foi elaborada junto ao Ministério da Saúde por um grupo de profissionais do qual fez parte também o Rogério, o Sidney.

Todas as classes e associações que poderiam representar-se foram convidadas, e o Ministério elaborou, com alguns profissionais da área de genética... Eu, que era o único ortopedista, e vários geneticistas, nós elaboramos algumas coisas para o atendimento e atenção ao portador de doença rara, que acho que é um avanço. Desculpem-me.

A doença rara é um debate atual, como foi dito pelo Rogério. Em todo o Planeta hoje se comenta o que é realmente difícil de entender em muitos casos de doenças, mas vamos formar um conhecimento pelo menos comum, que possa beneficiá-los.

Para que vocês tenham uma ideia, a prevalência de uma doença para ela ser chamada rara tem de ser baixa, ou seja, menos de cinco portadores num ambiente de mais de 10 mil pessoas. Então, são mais ou menos oito mil doenças raras. Imaginem um conhecimento sobre oito mil itens raros que afetam a saúde dos pacientes como é difícil.

Mas existem 29 milhões de pessoas, só na Europa, portadoras de doenças raras. E aí vejam: as doenças raras podem ser de origem genética, não genética e adquiridas. Então, existe um universo muito grande para o conhecimento. O conceito é o de que ela tem uma baixa prevalência, ou seja, vê-se na população milhões de pessoas, poucos têm aquela doença, e esses números são de conhecimento difícil, assim como o próprio conhecimento da doença, que é muito escasso.

Então, a minha função aqui como um indivíduo que teve a oportunidade, na Santa Casa de São Paulo, de conhecer algumas doenças raras, isso é o que vou apresentar ao final desta fala, ou seja, tenho de treinar novas pessoas, escrever sobre a dificuldade que tivemos e qual foi a experiência adquirida com os casos poucos que tenho, para que outros se somem e possam agregar mais conhecimento.

Como foi dito – e é assim internacionalmente, nós esperamos que isso melhore em nosso País –, os recursos são limitados. A abordagem é complexa, e

existe o envolvimento com a família. Então, a família, no seu direito, pressiona por atenção, por resultados, e você, às vezes, sem conhecimento, tem de propor algum tipo de alternativa, de saída.

Então, os desafios são sociais. O desafio é no diagnóstico. Muitas vezes olho para um paciente... Uma vez, um pai chegou com quase toda a Internet impressa e falou: “Doutor, não adianta. O senhor não vai saber o que a minha filha tem. Ela tem uma deleção do braço curto do cromossomo 14”. Eu falei: muito prazer. Eu não sabia o que era. Não se sabe mesmo. Mas ele tem uma paciente na casa dele, que é a filha dele, e vou tentar me esforçar, para dar o melhor do meu conhecimento para ela. Por quê? Porque, quando um casal se junta, soma-se, não encomenda uma criança com todas as características: “Olha, eu quero um olhinho azul, o lábio bonitinho, vermelhinho”. A criança vem do jeito em que pode vir. E muitas vezes essas dificuldades são assim propulsoras de uma angústia, e isso acaba pressionando muito o lado profissional.

E o desafio também é social: uma nação que não tem recursos também acaba cronificando os problemas por descaso, por falta de conhecimento. Então, estas aéreas estão envolvidas: genética, autoimune, malformação e as infecciosas. Existem infecções que você só vai conhecer depois de todo o drama e o ar-raso que ela promoveu numa sociedade.

Vejam esse caso, essa criança foi até a ortopedia, porque tinha uma dificuldade de movimentação das articulações, tinha essas placas no corpo, e encaminhei para a dermatologia. A dermatologista viu, falou: “Puxa, nunca vi isto!” – e foi atrás, investigou. E ele tinha esse hálux, que é o dedão defeituoso, voltado para dentro.

Então, você vai pesquisando, chega a uma série de alternativas, de encontro de sinais. E vejam essa aí, é a base do crânio, há uma ossificação antes da nuca, e há osso embaixo do ombro, na axila, há osso na outra axila, há osso em todos os lugares. Encontrou uma dificuldade, vai para Internet, foi procurar e encontrou esse nome difícil: fibrodysplasia ossificante progressiva.

Vejam que aqui é uma coluna deitada, há toda essa placa de osso que seria aquela parte que nós leigos chamados de espinha, que você apalpa, e formou-se uma placa de osso ali. E esses pacientes podem se transformar num ser totalmente imobilizado pelas ossificações de ligamentos, de músculos.

E esse é um esqueleto clássico que roda na Internet que foi doado por um portador dessa doença chamada fibrodysplasia – muito rara, 700 pacientes no mundo –, e conseguimos, através do conhecimento dessa doutora, chamar para o Brasil o Professor Kaplan. Isso é uma reunião científica, houve uma reunião com portadores, num hotel em São Paulo – essa dou-

tora chamou 56 famílias de portadores dessa doença. Vejam que houve um desenvolvimento muito grande, o conhecimento foi transferido para outras pessoas e publicamos na Revista Brasileira de Ortopedia o conhecimento sobre a fibrodysplasia ossificante.

Ele ofereceu estágio nos Estados Unidos, novos médicos vão conhecer e vão poder tratar novos pacientes. Esse é o interesse do conhecimento de uma doença rara, porque, na Medicina, dentro daquelas áreas todas, é impossível haver um profissional que tenha completo domínio das habilidades clínicas com doenças genéticas, não genéticas, imunes e infecciosas. Ele, às vezes, caminha para um segmento.

Então, quando você tem as habilidades clínicas, através de uma boa história, e um exame físico, você faz exames, e tem que haver para essas doenças uma visão multidisciplinar, porque o envolvimento é múltiplo. E esta é uma frase que pode não ser completa para muitas coisas, mas ela traduz bem o que quero dizer: o conhecimento é vital para o tratamento.

Essa criança tem uma coisa relativamente simples – como vocês veem aqui, esta perna tem uma angulação diferente da outra –, e foi encaminhada para fazer uma osteotomia, que é uma operação em que você corta o osso transversalmente e muda a direção desse osso. Mas, se você vai fazer uma investigação, e foi esse o nosso achado, ela é unilateral. Só que, nessa doença com essa característica, quando unilateral, temos o desenvolvimento de uma correção espontânea.

Assim, vou tratar clinicamente ou vou esperar – esperamos e ela corrigiu-se. Aí, fizemos o diagnóstico que vocês veem aqui, que é uma displasia fibrocartilaginosa focal. E o interesse disso é publicarmos isso, porque, se você aguarda – vejam a criança, aqui, com a doença do lado direito, era esta a impressão na radiografia, e vejam ela aqui com 7 anos, 8 anos, já totalmente corrigida sem operar.

Então, esta é a importância que temos de conhecer doenças raras, é transmitir esse conhecimento. Que ele passe à frente, para que possa beneficiar filhos de outras pessoas, e consigamos ter isso – essa é a evolução que desejamos!

Então, vejam esta...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Suplicy. Só para avisar aos convidados que os Senadores, aqui, falam em qualquer momento. E os Deputados também, viu Deputado? O Deputado, que é médico, não é?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Queria fazer um apelo ao Senador Mozarildo Cavalcanti, porque tão relevantes são os depoimentos do Sr.

Rogério Lima Barbosa e, agora, do Dr. Cláudio Santili, e certamente o será a Dr^a Katia Ogawa, para que ele possa conhecer os argumentos, porque ele preferiu dar um parecer pela rejeição do projeto, porque o projeto descumpriria o critério de alta significação, estabelecido no art. 1º da Lei nº 12.345, de 2010.

Ora, eu acredito que, ainda mais sendo médico o Senador Mozarildo Cavalcanti, se puder ouvir a análise dos argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, a assessoria me informa que ele é Relator na CCJ e já informou que está vindo para cá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está muito bem.

Mas, permita-me, porque achei muito relevante que o Senador Relator possa vir aqui ouvir os argumentos de grande validade que o senhor está apresentando.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Perfeito. Obrigado.

Então, vocês veem essa criança. Ela não era da cidade de São Paulo. O médico viu-a. Ela tinha uma esfoliação cálcica. Quando se passava a mão nela saiam cristais de cálcio. Ninguém sabia o que era exatamente. Nós também não sabíamos, mas a atendemos na Santa Casa, e, investigando com outros profissionais, descobrimos que existe uma doença chamada *calcinosis universalis*. Um raro diagnóstico. Publicamos até em um periódico internacional, tal era a raridade disso. Recebemos até e-mails até de chineses, querendo saber o que fizemos com essa criança. Ou seja, conhecer e divulgar é uma coisa importante para um país, para as pessoas que vivem nesse país.

Essa é a minha missão aqui: convencê-los de que é muito importante que nós tenhamos a possibilidade da divulgação das doenças raras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor só tem mais cinco minutos.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Mas eu perdi alguns minutos. Eu os quero de volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco, com a tolerância que eu dou aos Senadores no Plenário e que também darei ao senhor. Alguns reclamam porque eu sou tolerante demais.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Prometo que eu não vou me delongar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim . Bloco/PT – RS) – Está tranquilo.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Então, quando você vê a radiografia de um esqueleto você veria apenas o fêmur. Toda essa camada de calcificação que ela tem do lado é totalmente de origem desconhecida.

Nós fizemos o tratamento que era preconizado, e ela foi gradativamente diminuindo essa calcificação,

e vocês veem o esqueleto depois de algum tempo, como ele estava isento daquelas calcificações e, portanto, curando-se de uma doença extremamente rara e muito difícil de ser tratada.

Então, nós temos lá na Santa Casa um centro de referência, criado pelo Ministério da Saúde e em tratamento de doença chamada *osteogenesis imperfecta*. Essa doença é uma doença que fragiliza os ossos – a Katia é portadora e irá falar para vocês depois –, fraturando em vários locais as crianças e, muitas delas, no ambiente intrauterino da mãe.

O fato de criarmos esses centros de referência pelo Ministério gerou um conhecimento, gerou um tratamento e a possibilidade de nós darmos um futuro melhor aos pacientes.

Essa é uma criancinha portadora no grau mais elevado da doença. Vejam que é uma doença rara: um para cada 15 mil pessoas. É um grupo de pessoas que tem uma fragilidade associada com outras alterações e menos de 000,5% da população mundial tem essa doença. Elas são alterações genéticas, como eu disse, e vão desde natimortos extremamente graves a pacientes portadores do tipo 1, quase normais, que podem ter uma vida melhorada se o conhecimento médico for melhor e se a divulgação desse conhecimento for ainda maior (*Pausa*.)

Então, é uma alteração do tecido conectivo. Conhecer a doença é importante. Os cuidados são ainda mais importantes. E nós temos algum conhecimento. Ou seja, para você endireitar um esqueleto como esse todo deformado, fazemos vários cortes ósseos e tutelamos com esse tipo de haste rígida.

Fizemos um levantamento: esses pacientes eram operados a cada 2,5 anos. É uma média muito grande durante o desenvolvimento. Então, havia uma oficina lá na Santa Casa. Eu falei com o artesão e disse que iríamos fazer um tipo de antena que iríamos colocar dentro dos ossos dessas crianças. Aí, ele foi na Florêncio de Abreu – quem conhece São Paulo sabe que lá se vende metal, material – e comprou o sistema de antenas e nós fizemos, desenvolvemos esta antena aqui que cresceu dentro do paciente, como vocês podem ver aqui. Ou seja, não houve mais a necessidade de reoperarmos esse paciente em um curto espaço de tempo. Óbvio, tem problemas? Tem problemas. Os canadenses desenvolveram uma muito semelhante, em média, custa uma fortuninha, para ser colocada em qualquer pessoa no mundo, mas é uma alternativa que tem hoje porque, pela Anvisa, não posso mais fazer esse tipo de artesanato, como pode ser chamado. Mas essa criança, que vivia no colo da mãe, que não tinha independência ela pode fazer algum tipo de ...

Dá para pedir para passar o vídeo? (*Pausa.*) Não essa é outra. Volta naquele, por favor, é importante.

Bom, então, esse “pacientinho” foi tutelado, esse menino já é adolescente hoje, e essa haste continuou crescendo dentro do osso dele e ele não precisou ser operado. Mas, mais do que isso, esse menino leva uma vida praticamente normal enquanto está funcionando o mecanismo. Isso é o que nós queremos proporcionar aos nossos pacientes. Assim como vocês veem hoje essa menina, essa menina infelizmente sofreu um acidente, mas ela é portadora da forma mais grave vocês viram-na andando com a nossa colega dentro da enfermaria tendo felicidade. Quando na verdade essas crianças, por desconhecimento e por falta de tratamento, a mãe a transportava. Essa foi uma que chegou deitada em travesseiro, porque ela quebrava-se inteira. Então, nós conseguimos com medicamentos e com algum desenvolvimento coletivo, conseguimos dar alguma melhoria para ela. Vejam que a outra coleguinha que tem a doença, que tem a forma menos grave está se divertindo e brincando com ela.

Então, o que é necessário.? É você possibilitar uma vida quase que vida normal para esses pacientes para esses pacientes de doenças raras, que quando tem algum conhecimento adquirido, podem levar uma vida melhor.

Pode passar para frente, porque eu vou voltar um... Isto!

Então, o que nós conseguimos lá? Todo e qual-quer pós-graduando – e eu sou orientador da pós-graduação – que pede para fazer um trabalho eu tenho uma área de atuação bastante grande, mas eu foco um pouco na área de doenças raras. Então, temos algumas teses de doutorado, de mestrado, como são da Anelise e da Danielle. A Danielle fez um trabalho muito interessante sobre a influência do atendimento no comportamento lúdico dessas crianças. Nós temos várias publicações para difundir o conhecimento de algumas doenças que são consideradas raras para que outras pessoas, na área de enfermagem, na área de serviço social, possam tomar conhecimento. A, assim, nós estamos podendo proporcionar algumas coisas, porque o papel de um centro de referência ou da divulgação de uma doença rara seria tornar o acesso universal aos serviços de qualidade, oferecer acesso ao serviço social especializado, prevenção primária, porque quando você tem o conhecimento você pode prevenir complicações daquela doença, registro e base de dados, investigação e desenvolvimento, gestão da qualidade dos meios para o diagnóstico e práticas para você encontrar o portador da doença rara e poder oferecer para ele o conhecimento adquirido, divulgando

esse conhecimento e a informação sobre essa doença. E esse é um dos nossos objetivos.

Então, existem várias alterações, várias doenças, vocês viram em torno de oito mil, e elas podem ser beneficiadas, porque o objetivo é que se tivermos informações e centros bem organizados, eles podem mudar a história natural de um portador da doença rara.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os meus cumprimentos ao Dr. Cláudio Santili.

Senador Suplicy, eu concordo integralmente com V. Ex^a. Seria muito importante que o Relator ouvisse o relato impressionante. Aquele dado é mesmo o que eu percebi ou eu me enganei? São 30 milhões de pessoas no mundo...

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Vinte e nove milhões na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte e nove milhões na Europa com doenças raras.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – No Brasil nós não temos ainda um censo muito apurado.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Mas se nós utilizarmos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode, pode falar.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Mas se nós utilizarmos as estatísticas da Europa, de onde sai aquele valor, seria de 13 a 16 milhões de brasileiros, 6% a 8% da população. Famílias, não é? Vamos dizer que são 13 a 16 milhões de famílias.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – É, esses dados não podem ser transportados diretamente, porque, como vocês viram, muitas são genéticas, então as populações mais fechadas podem ter uma concentração genética que propicia mais doença rara em determinada região. Então, por isso é que é necessário um censo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, vamos passar a palavra agora à Sr^a Katia Ogawa, Presidente da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta. Você tem o tempo de 15 minutos, com mais cinco, e com toda tolerância que for necessária.

A SR^a KATIA OGAWA – Não, eu costumo ser bem objetiva.

Em primeiro lugar, agradeço o convite para participar desta Mesa. É muito importante discutir o tema, e parabênizo a iniciativa de debater o tema de doenças raras.

Bom, restou pouco para falar. O Rogério e o Dr. Cláudio já falaram bastante sobre a importância de se associar com a experiência de pais de crianças com doença rara e o quanto é importante se associar tanto com os médicos quanto com o Poder Público. E o Dr.

Santili, na sua experiência como professor e acadêmico, enfocou as doenças raras.

Vou fazer um pouco do meu relato de vida. Como o Dr. Santili falou, a osteogênese imperfeita acomete especialmente os ossos, e de fato eu tive uma fratura, a primeira fratura que tive foi dentro do útero da minha mãe. Eu já nasci com uma costela fraturada. Só que, ao nascimento, o diagnóstico ainda não estava muito esclarecido. Havia uma deformação nos meus fêmures, mas os médicos ainda não tinham certeza se era OI. Aí, aos vinte dias de nascida, quando a minha avó trocava as minhas fraldas, os dois fêmures foram fraturados. Aí ficou certo que era essa patologia.

Bom, a infância toda foi sempre cercada de cuidados, porque tive fraturas espontâneas, às vezes um espirro era causa de uma fratura. Mas frequentei a escola, sempre cercada de muitos cuidados, mas a minha família sempre fez questão de que eu frequentasse a escola, que eu tivesse uma formação acadêmica e tudo mais. Sou formada em Biologia pela Universidade de São Paulo.

Passsei 27 anos da minha vida sem conhecer uma outra pessoa com a mesma patologia que eu. Hoje em dia, a Internet, como o próprio Dr. Santili falou, os pais já chegam lá com um relatório do Google no consultório médico. Mas 40 anos atrás, não havia essa possibilidade, então eu passei 27 anos sem conhecer uma outra pessoa. Até que comecei a utilizar a Internet em 1998 e encontrei o *site* de uma antropóloga, que tinha essa mesma patologia.

E era um *site* em que ela traduzia artigos estrangeiros para o português, descrevendo a doença e falando sobre tratamentos que eram realizados no exterior. Fiquei encantada, falei: olha, há uma outra pessoa com a mesma doença que eu! Entrei em contato. Foi criada uma lista de discussão pela Internet, foram agregando-se mais pessoas, uma do Ceará, uma de Pernambuco, três de São Paulo, um de Brasília, enfim. Aí, em 99, fundamos a Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta.

Bom, acho que não tem necessidade de descrever a patologia.

É uma patologia de origem genética, mas, de fato, não tem outra pessoa na minha família com essa mesma doença. No meu caso, é considerada uma mutação nova, é isso, Dr. Santillo? Corrija-me se eu estiver errada. É uma mutação nova, que aconteceu quando houve a fecundação, mas caso eu viesse a ter filhos, eu teria uma probabilidade de transmitir essa doença.

Por ser um problema na formação do colágeno, eu, inclusive, quando era recém-nascida, não tinha só problemas ósseos, eu tinha problemas com a

traquéia, porque ela era flácida e eu engasgava com muita facilidade.

Bom, ao longo dos anos, eu tive cerca de 40 fraturas e não sou do tipo mais grave, não é, Dr. Santillo? Sou do tipo intermediário.

Na época em que eu nasci, não tinha medicação, ainda, para o tratamento dessa doença. Hoje em dia, existe, o que tem reduzido muito o número de fraturas.

Bom, pela estimativa dela, um a cada dez mil nascidos, ela é considerada uma doença rara. Bom, considerando que a população brasileira é de 190 milhões de habitantes, a população de OI, estimada, é de 19 mil pessoas.

Hoje, em tratamento, temos cerca de 788 pessoas portadoras de OI sendo tratadas no centro de referência, ou seja, é um número relativamente bom – 788 –, mas nem 10% do que ainda temos de portadores.

Ah, sim, o gráfico ali mostra que a maioria dos pacientes sendo tratados estão na Região Sudeste: 438. Em segundo lugar, vem a Região Sul, com 127, e em terceiro, a Região Nordeste, 123.

Na Região Centro-Oeste, a gente tem um centro de referência, mas como ele não apresentou os dados, eu calculo que tenha em torno de 40 a 50 pacientes.

Na Região Norte, a gente não conseguiu estabelecer nenhum centro de referência que trate *osteogenesis imperfecta*. Então, as pessoas da Região Norte que têm possibilidade de se deslocar até outras regiões, muito bem. As que não têm, enfim...

Bom, a ABOI teve uma feliz parceria, digamos assim, um feliz apoio do poder público.

Em 2001 – essa portaria já foi citada pelo Dr. Santilli –, foram criados de referência para tratar OI. Um dos centros é coordenado pelo Dr. Santilli.

Essa mesma portaria estabelece o protocolo de tratamento clínico com pamidronato dissódico. Essa é uma medicação que, inicialmente, era utilizada para câncer ósseo, tratamento de câncer ósseo, e uma equipe descobriu, digamos assim, que ela poderia ser utilizada também para tratar a OI.

Bem, esse protocolo de 2001 foi praticamente importado de uma equipe canadense e vem sendo aplicado.

Em 2010, foi realizada uma atualização nesse protocolo, porém houve uma simplificação, enfim, não foi feita como seria lógico esperar, uma consulta aos centros de referência que já vinham trabalhando há dez anos. Então, o protocolo foi estabelecido através de consulta pública e não contempla todas as necessidades do tratamento. A medicação que é utilizada é relativamente cara e, portanto, não seria acessível a grande parte da população se não fosse através do Sistema Único de Saúde.

Então, agora sim, realmente minha fala é bem breve. Eu só queria reforçar então a importância de se destacarem as doenças raras em nível nacional, porque as pessoas ficam isoladas e precisam ter mais apoio, tanto da sociedade médica quanto da sociedade em geral.

Bem, dou como encerrada. Fico à disposição para quaisquer dúvidas eventuais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Katia Ogawa, presidente da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta (ABOI). Parabéns pela fala, foi muito feliz na exposição.

Eu queria ver se o Dr. Alexandre Roso, nosso convidado especial... Senador Suplicy, permita. O Dr. Alexandre Roso é médico lá do Rio Grande do Sul e fez questão de estar conosco hoje para assistir a esta audiência pública. Ele é Deputado Federal do PSB do Rio Grande do Sul.

Por favor, Dr. Alexandre Roso, Deputado Federal.

O SR. ALEXANDRE ROSO (PSB – RS) – Primeiro eu queria agradecer a oportunidade, porque, quando nós tratamos deste tema de doenças raras, acho que todo mundo tem que fazer uma mea-culpa. E eu quero aqui fazer a mea-culpa como médico. São verdades muitas coisas que o Dr. Cláudio falou. Nós, os médicos, estamos aprendendo sobre doenças raras. O senhor trabalha em um serviço de excelência, que nós aprendemos como referência para uma pequena parcela dessa categoria de profissionais, mas não só dos médicos, porque hoje nós temos que lidar com saúde com equipe multidisciplinar. É tão importante a participação dos psicólogos, é tão importante a participação dos fonoaudiólogos, de todas as profissões que lidam com a saúde, aquele grupo de abnegados que começou com famílias que sempre tinham um problema na família, levaram isso adiante e hoje estão fazendo essa divulgação. Eu quero aqui admitir que eu comecei a me interessar por esse tema quando cheguei aqui nesta Casa.

Por isso, o que o Senador Suplicy falou: é tão importante nós termos um dia para discutir e trazer isso à tona. Na nossa sociedade, de tantas coisas que nós discutimos, se nós não tivermos um chamamento a partir de um dia internacional, do dia nacional, em que se faça a discussão, esse assunto obscuro passa a ser de novo colocado em segundo plano. Se nós temos aqui 5 milhões, 10 milhões ou 15 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara, ou se nós tivéssemos uma ou dez, e se essas pessoas estivessem desassistidas, isso também seria importante. Mas, certamente, se esse número é 10 ou 15, não interessa. Mas, com 10 milhões de pessoas no nosso País totalmente desassistidas, se a entidade da Sr^a Katia

de alguma forma teve estendida a mão por algum órgão público, ou algum órgão educacional, isso não é a rotina. É uma raridade.

Nós tratamos hoje desse assunto com uma certa desconexão. Veja bem, foi citado aqui o tal de “Dr. Google”. Nós, os médicos, sabemos que isso, no nosso consultório, nós aprendemos muitas vezes. Mas nem sempre essa informação é correta, é verdadeira, e precisamos trazer um pouco de técnica para dentro disso. O que eu queria frisar de mais importante do que foi dito aqui: a informação é, sim, neste mundo moderno, muito importante.

O que o Dr. Cláudio falou aqui... Certamente, o estudo dele, a divulgação desse estudo... As pessoas talvez não tenham percebido, mas com certeza muitas crianças deixaram de ser operadas a partir da divulgação do trabalho do Dr. Cláudio. Vocês imaginem, para um médico, querer fazer o bem para a pessoa, submeter a pessoa a uma cirurgia. O resultado disso é catastrófico! Quantas crianças deixaram de ser operadas no Brasil e no mundo também, pela referência que ele fez no trabalho dele, a partir disso: “Não, essa criança, eu queria operar e resolver o problema dela, mas se eu operar, estarei causando um mal para ela.” Esse é só um exemplo de como é importante a informação.

E temos, sim, de caminhar para uma centralidade disso. Eu como médico, e a minha área é a digestiva, a cirurgia, preciso ter um ponto de referência. Preciso ter uma centralidade, para onde vou recorrer. Porque eu estou aprendendo com as famílias. Às vezes, a pessoa chega com um livro, com uma biografia, que vou, a partir daquele momento da consulta, conhecer.

E é obrigação desta Casa, do Congresso Nacional, procurar convergir essas informações para que nós tenhamos um sistema aqui. A Europa nos ensina a fazer isso, há mais tempo está debatendo esse assunto. Hoje, há um telefone para o qual eu ligo e tenho lá todas essas entidades relacionadas entre si, para que eu possa encaminhar o meu paciente. Mais uma vez, tratar com a informação e encaminhar o paciente de forma adequada.

Eu gostaria de estar em um país onde também houvesse isso. Onde se tratasse a informação com muito zelo, mas também com a eficácia do encaminhamento.

Muitas das doenças que foram colocadas aqui, quando tratadas no início do diagnóstico – isso é uma coisa importante –, eu tenho um resultado nisso. Quando eu recebo o paciente já em um estágio avançado da doença, muitas vezes eu não tenho mais o que fazer.

Então, quero dar parabéns ao Senado, em especial ao Senador Paulo Paim e ao Senador Suplicy, porque esse é um assunto que tem de estar na pauta.

Deus queira que nós tenhamos um dia para discutir esse assunto e que nós possamos trazer pessoas com essa qualidade que temos aqui: a Sr^a Katia, o Dr. Cláudio, o Rogério, que já esteve, inclusive, em meu gabinete para nós discutirmos a informação, o quanto isso é importante para as famílias, para as pessoas. Porque é dessa forma que nós conseguiremos tratar desse assunto, que é sempre colocado como uma segunda pauta. É sempre colocado como um segundo momento.

Nós, os médicos, não tivemos esse assunto como cadeira curricular nas nossas universidades. Eu me formei médico sem discutir doenças raras, uma ou outra. Mas eu não discuti isso.

Essa é a mea-culpa que eu quero fazer, que estou aprendendo com vocês aqui. Espero que isso possa trazer algum benefício para a nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Dr. Alexandre Roso, Deputado Federal pelo PSB do Rio Grande do Sul. S. Ex^a foi também Vice-Prefeito de São Leopoldo. Fez uma bela gestão lá, junto com Ary Vanazzi.

Meus cumprimentos.

O SR. ALEXANDRE ROSO (PSB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só para informar àqueles que estão nos assistindo pelos meios de comunicação do Senado, essa audiência pública tem com um dos objetivos – a causa é muito maior, mas o dia é também importante – instruir a votação do PL nº 159, do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras.

O projeto é simples, e me dou o direito e o dever de ler o projeto do Senador Eduardo Suplicy.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Nacional de Doenças Raras, que será celebrado no último dia do mês de fevereiro.

[...]

Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Estão aqui quatro folhas de argumentos muito sólidos que só fortalecem o que os expositores aqui disseram.

Mas com satisfação, antes das considerações finais da Mesa, passo a palavra para o meu querido Senador e autor do projeto, quem propôs a audiência pública, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Paulo Paim, que bom que tivemos hoje esta audiência pública com a contri-

buição tão significativa do Sr. Rogério Lima Barbosa, Dr. Cláudio Santili, da Sr^a Katia Ogawa e, agora, com o depoimento tão importante de um médico e Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul Alexandre Roso, que procurou convalidar aquilo que os senhores e as senhoras aqui nos transmitiram.

No parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti, em que ele conclui pela rejeição do projeto, S. Ex^a diz que os requisitos estabelecidos nos arts. 2º e 4º da Lei nº 12.345, de 2010, são que a definição do critério de alta significação será dado em cada caso por meio de consultas e audiências públicas realizadas devidamente documentadas com organizações e associações legalmente reconhecidas vinculadas aos segmentos interessados; segundo, que a abertura e os resultados das consultas e audiências públicas para definição no critério de alta significação serão objeto de ampla divulgação pelos meios oficiais, facultando-se a participação dos veículos de comunicação social privada; e que a proposição de data comemorativa objeto de projeto lei deverá ser completo de comprovação da realização das audiências públicas.

Ora, Presidente Paulo Paim, nós estamos exatamente realizando isso e com a oitiva dos Srs. Rogério, Cláudio e Katia, que nos deram uma informação de alta relevância sobre o que é doença rara e que tantas pessoas hoje – ainda não é claro o número, mas uma proporção muito significativa da população – são portadoras e quão importante é que venhamos a dar atenção, o que, na verdade, tem ocorrido por audiências, como as aqui mencionadas. No último dia de fevereiro, nós tivemos a audiência pública ali na Câmara dos Deputados, promovida pelos Deputados Romário e por Jean Wyllys e por tantos outros que participaram – eu próprio ali participei.

Então, de alguma maneira já está havendo esse grande debate. Felizmente hoje nós tivemos...Eu espero que possa o Senador Mozarildo, a partir da documentação do que aqui houve e do depoimento do Sr. Alexandre Roso, ou fazer um parecer agora modificado ou alguns de nós Senadores que ouvimos – eu como proponente não posso ser o Relator, mas de uma

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me proponho, claro, a conversar com o Senador e se ele entender, por algumas convicções, eu me proponho ser Relator *ad hoc*, naturalmente combinando com ele, para dar o parecer favorável sem sombra de dúvida. Mas o Senador Mozarildo é muito sensível. Eu tenho certeza de que conversando com ele o que nós ouvimos aqui nós chegaremos a um entendimento para consagrar esse dia nacional como propôs o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu apenas quero cumprimentar e agradecer...

Nós tínhamos um compromisso aqui de encerrar a reunião às 11h, mas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O assunto é tão apaixonante que não deu para cumprir o horário.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ... já avançamos.

Quero pedir a V. Ex^a e se possível encaminhar aos membros da Comissão a palestra que eu fiz no World Orphan Drug Congress, nos EUA, em Washington, no dia 10 de abril último, onde, na companhia Jean Wyllys e do Presidente do Conselho Nacional de Medicina no Brasil, estivemos lá. Houve uma troca de ideias de formidável alcance. Estiveram presentes tanto pessoas do Brasil, como nós, como também médicos especialistas da China para trocar ideias. O mundo inteiro está interessado em avanços nessa área.

Então, eu gostaria de deixar estes textos – quatro em inglês –, e eu queria deixar aos conferencistas, bem como o pronunciamento que fiz por ocasião da comemoração do Dia Mundial das Doenças Raras. A proposta do Dia Nacional das Doenças Raras é exatamente em consonância com o que já existe, o Dia Mundial das Doenças Raras, a fim de que mais e mais pessoas venham a tomar conhecimento, como o Dr. Alexandre falou, de casos como os que aqui foram apresentados.

Então, muito obrigado, Presidente. Eu estou muito satisfeito com as apresentações dos três palestrantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Suplicy pela iniciativa desse projeto. Se Deus ajudar – e Deus vai ajudar –, os homens e as mulheres vão trabalhar para que ele seja transformado em lei.

Por uma questão apenas protocolar, eu vou dar só dois minutinhos... Em seis minutos, eles encerram. O Presidente Cyro está pedindo um, porque ele que iniciar uma nova reunião, mas dou dois minutinhos para o encerramento.

Por favor, Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO LIMA BARBOSA – Quero agradecer à Comissão o convite e lembrar que a instituição do dia nacional vai trazer justamente à tona, à luz um diálogo hoje que existe e é premente não só no Brasil mas em todo o mundo. Quero agradecer principalmente ao Deputado Roso, que tanto bate e tanto fala naquilo que Amavi também acredita, que é a geração de formação. E só com o dia nacional oficializa-

do é que a gente tem principalmente o controle social sobre o que está acontecendo nesse meio. (*Palmas.*)

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Eu queria agradecer especialmente o empenho do Senador Eduardo Suplicy, de toda esta Casa; agradecer ao colega Alexandre Roso pela participação; e fundamentalmente ao já membro *ad hoc* desse projeto para poder aprovar, o Dr. ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou ajudar.

O SR. CLAUDIO SANTILI – ... o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu gostei do doutor, porque nunca ninguém me chamou de doutor na vida.

O SR. CLÁUDIO SANTILI – Mas é doutor *honoris causa*.

E eu queria só lembrar o seguinte: se nós não acharmos que é importante reconhecer o direito perante a sociedade daqueles que são uma verdadeira minoria do ponto de vista de saúde, nós não seremos nunca uma nação civilizada e justa para os brasileiros

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cláudio!

Dr^a Katia Ogawa.

A SR^a KATIA OGAWA – Eu também não sou doutora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas agora que me chamaram de doutor, eu me dou o direito de chamar assim a senhora também.

A SR^a KATIA OGAWA – Está bem.

Bom, eu também só tenho a agradecer ao Senador Suplicy, ao Paim também pela oportunidade e por defender essa causa que eu sinto na minha vida de fato. E agregar forças, para criarmos esse dia nacional em consonância com o internacional justamente para sermos mais fortes.

Muito obrigada mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Katia Ogawa!

Eu agradeço a todos os convidados.

Senador Suplicy ...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente Paulo Paim, só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ... acrescentar que além desta audiência pública, daquela que foi realizada na Câmara dos Deputados, com fotos aqui registradas, mas o fato de o Ministério da Saúde ter iniciado audiência pública e, salvo engano, começou no dia 10 de abril, que foi no dia em

que eu estava em Washington, quando recebemos a notícia, foi iniciada a chamada audiência pública para que todos ... Esses são os elementos que justamente preenchem os requisitos que o Senador Mozarildo comenta no seu parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem!

Eu encerro, mas permitam-me só agradecer a todos os Senadores que estiveram aqui e ao Deputado Alexandre Roso, que é médico e deu uma bela contribuição, ao Senador Eduardo Suplicy, à Angela Portela, à Ana Rita, ao Cyro Miranda, à Ana Amélia, ao Benedito de Lira, à Lídice da Mata, ao João Capiberibe, ao Aloysio Nunes e à Lúcia Vânia.

Cyro Miranda é o Presidente da Comissão e se encontra aqui.

Teremos outra atividade em seguida.

Agradeço ao Dr. Cláudio, ao Dr. Rogério – permitam o “doutor” – e à Dr^a Katia pela presença e pela bela exposição, bem como ao Dr. Alexandre Roso...

Assim, está concluído o objetivo desta ...

Senadora Ana Rita, o Senador Cyro Miranda pediu muito que a gente encerrasse. Quem sabe a gente encerra, sem prejuízo de, na abertura do outro trabalho, a senhora pedir a palavra e falar sobre o tema, porque o Senador Cyro está me dando quase que um torniquete aqui.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, eu gostaria porque eu preciso voltar para a CCJ.

Eu quero dizer, em breves palavras, Senador Cyro – não vou me demorar –, mas eu não me sentiria bem em me ausentar desta reunião, neste momento, sem me dirigir aos convidados aqui hoje.

Primeiro, pedir desculpas, porque nós somos signatárias desta audiência pública; colaboramos aqui com o Senador Eduardo Suplicy para que nós pudéssemos ter a oportunidade de debater um tema que é muito importante, que na verdade são doenças raras e que não são tão conhecidas pela sociedade nem por nós. Então, esse debate é muito importante. Quero pedir desculpas aos nossos convidados por não estar aqui já desde o início, mas hoje há muita coisa acontecendo simultaneamente.

Quero manifestar a minha opinião favorável ao projeto de lei; parabenizar o Senador Eduardo Suplicy. É um projeto de lei que parece simples, mas é de uma importância muito grande, porque, à medida que se cria o dia destinado a doenças raras, isso possibilita um debate mais profundo sobre o tema. Então, eu acho que isso contribui não só para a sociedade, mas também para quem atua na área de saúde, para os profissionais de saúde, para os médicos, para as

médicas, para todos os profissionais e, em particular, para as famílias, para as pessoas que são portadoras de doenças não conhecidas.

Quero parabenizá-los por estarem aqui, agradecer por terem atendido ao nosso convite e dizer que nos colocamos à disposição para contribuir no que for possível.

Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Não é a Comissão que cuida diretamente da saúde, mas a saúde é um direito de toda pessoa humana. Então, naquilo que pudermos colaborar, estamos inteiramente à disposição.

Quero parabenizá-los, o Dr. Cláudio, a Katia e também o Rogério, por estarem aqui. Gostei muito. Eu pude ouvir a fala integral do Dr. Cláudio e uma parte da fala do Rogério.

Não pude ouvi-la, Katia, mas teremos novas oportunidades.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Assim, encerramos esta audiência pública e convocamos outra reunião para daqui a cinco minutos, a 16^a Reunião Extraordinária, cuja pauta, em anexo, será agora discutida, debatida e, com certeza, aprovada, dentro do possível.

Muito obrigado a todos! E viva, Senador Suplicy, o Dia Nacional das Doenças Raras. Obrigado a todos!

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 16^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2013.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, João Capiberibe, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Ataídes Oliveira, reúne-se a

Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, com o voto contrário da Senadora Ana Rita, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 12 (doze) votos favoráveis, com voto contrário da Senadora Ana Rita. **Item 10: Mensagem do Senado Federal nº 25, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Manoel Rangel Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine)”. O relator designado é o Senador Romero Jucá, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senhor Manoel Rangel Neto para fazer sua exposição sobre assuntos pertinentes ao cargo a ser ocupado. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Usam da palavra os Senhores Senadores Inácio Arruda, Paulo Paim e Ana Rita. Terminada a sabatina, o Presidente da Comissão determina a realização da votação, por escrutínio secreto, designando o Senhor Senador Inácio Arruda para servir como escrutinador. Encerrada a votação e a apuração dos votos, a presidência declara aprovado o nome da Senhor Manoel Rangel Neto para a recondução ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine, por dezesseis (16) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012;** **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007;** **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011;** **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012;** **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010;** **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011;** **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011 e** **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011.** Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devi-

da publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Primeiro item da pauta, um projeto terminativo, é o único da pauta que não foi lido.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, acatando a emenda oferecida pelo Senador Aloysio Nunes

Observações: *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.*

Com a palavra, a eminente Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupou até meu tempo ontem na tribuna do Senado, ele tem um mérito, porque na minha avaliação ele busca a qualificação cada vez maior para o ensino superior em nosso País.

Em boa hora esse projeto tenta sanar um equívoco que foi introduzido na legislação nacional quanto

à exigência para ingresso na carreira de professor das instituições federais de ensino superior.

As universidades brasileiras e entidades representativas da academia têm sido unânimes em apontar as necessidades de que se proceda à alteração da Lei nº 12.772, de 2012, que significou um retrocesso para a qualificação da educação superior brasileira.

Desde 1996, com a entrada em vigor da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, consolidou-se o entendimento de que a titulação mínima exigida para o magistério na educação superior deve ser a pós-graduação, preferencialmente em nível de mestrado e doutorado.

Significativos passos têm sido dados nessa direção desde aquele momento. Entre 2001 e 2010, o País dobrou o número de mestres e doutores titulados. Hoje são formados mais de doze mil doutores e quarenta mil mestres por ano nas universidades nacionais.

Como bem salientou o autor da proposição, mesmo considerando a necessidade de se contratar novos professores para atender a expansão da rede federal de educação superior, não haveria razão para abrir mão do requisito mínimo estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases para os docentes do setor.

Cabe lembrar, ainda, que o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação, em tramitação nesta Casa, propõe um critério central para a meta de qualificação da educação superior, justamente a ampliação da proporção de mestre e doutores em atuação nas instituições de ensino.

No que se refere à emenda apresentada pelo autor, trata-se de modificações inspiradas em manifestação pública do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a reconhecida Capes.

O Conselho, que congrega renomados representantes das instituições de ensino superior nacionais, lançou apelo ao Ministro da Educação no sentido de que a Lei nº 12.772, de 2012, seja revista de modo a permitir a contratação de jovens pesquisadores brilhantes independentemente dos anos de experiência ou titulação para o cargo de Professor Titular-Livre. Esta é justamente a mudança ensejada no art. 2º que a emenda pretende acrescentar ao projeto.

O Conselho Superior da Capes defende, também, recuperar uma situação anteriormente prevista nessa norma, qual seja a compatibilidade de regime de dedicação exclusiva, com a colaboração esporádica em assuntos de especialidade do docente, devidamente autorizada pela instituição e de acordo com as regras por ela estabelecidas no exercício de sua autonomia administrativa.

Essa possibilidade na prática respalda uma série de contratos em vigor, de grande relevância e interesse para o País, inclusive no âmbito da cooperação universidade-empresa e na inovação da inovação tecnológica. E é essa a intenção do novo art. 3º, nos termos da emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nesse contexto, torna-se evidente a imperiosa necessidade de esta Comissão aprovar, com rapidez – claro, observadas as necessidades do seu aperfeiçoamento –, o PLS que eu estou relatando e a emenda a ele oferecida, cujos dispositivos contam com amplo respaldo da sociedade e, sobretudo, também, da academia.

No que se refere à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não vislumbramos óbices a esse projeto.

Voto.

Por essas razões, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013, e da respectiva emenda do próprio autor, Aloysio Nunes Ferreira.

Esse é o meu voto.

Essa é uma matéria de caráter terminativo, como sabe V. Exª. Eu tenho certeza de que o Ministro Aloizio Mercadante, a quem desejamos que esteja bem recuperado dos seus problemas de saúde, entenda a importância que tem o Parlamento na cooperação de oferecer mudanças, oferecer propostas que venham a ajudar aquilo que é mister na função do próprio Ministro Aloizio Mercadante de apresentar resultados positivos de uma avaliação também positiva da qualidade do ensino em nosso País. Por isso o meu voto é a favor dessa emenda.

Esse é o voto, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A matéria está em discussão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a concessão da palavra, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Desde já, trago uma palavra de louvor ao trabalho da sempre talentosa e brilhante Relatora Ana Amélia, que, de forma ágil, célere e com profundo conhecimento do tema proposto pelo Senador Aloysio Nunes, apresenta seu parecer, que representa um importante avanço para o ensino superior brasileiro.

O primeiro apelo que faço é para que a Bancada do Governo não peça vistas à matéria. Tem sido uma praxe recorrente, toda vez que a oposição brasileira, já tão fragilizada numericamente neste Parlamento,

tem uma iniciativa que possa apresentar algo de inovador ou de avanço, a eficiente Base de sustentação do Governo tem como quase norma de conduta pedir vistas para dar tempo à Chefe do Poder Executivo editar medida provisória com igual teor da propositura que tramita no Congresso Nacional.

Como se não bastassem nossas fragilidades em cumprir nosso papel constitucional, além daquilo que estamos habituados a ver, do contrabando de temas em medidas provisórias, o apelo é que nós possamos deliberar dentro das nossas atribuições, dentro da nossa competência constitucional, para que a iniciativa do Senador Aloysio, portanto, seja aprovada – ela é meritória, ela é qualificatória –, para que tenhamos, enfim, a aprovação desta matéria, que representa um avanço significativo para a educação de nível superior no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, por favor, precisamos ir a outra Comissão. Eu gostaria que V. Ex^a submetesse a voto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

Votação nominal.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Já encerrei a...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, não, Sr. Presidente. É porque eu... O senhor está discutindo o Item 9, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É sim.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É o Item 9. Eu pensei que estivesse discutindo outro item. Eu quero pedir vistas a esse projeto. Estou pedindo vistas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É uma pena, viu, Senadora, porque...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, eu estou pedindo vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... eu já havia encerrado a discussão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Já está em votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, eu estou pedindo vistas ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Já foi aberto o processo de votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a já havia encerrado a votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu estou pedindo vistas ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A Senadora chegou atrasada, Presidente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, eu não estou atrasada não. Eu estou sentada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A senhora me permita... A senhora não... A senhora...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu estava dialogando com a Senadora Ana Amélia, para pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas a senhora achou que estávamos discutindo outro item.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É porque, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A senhora não estava atenta ao que nós estávamos discutindo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, Sr. Presidente, eu estava discutindo outro item aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu encerrei...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A Senadora estava ausente, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A votação. A votação, Presidente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu estou pedindo vistas ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, eu encerrei. Eu encerrei a discussão. A senhora estava aqui desde o começo e achava que estávamos discutindo outro item. Se me permite...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, Sr. Presidente, veja só, eu estava discutindo aqui com a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, está encerrada.

Em votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu lamento que o senhor tenha procedido dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a me perdoe. Eu vou seguir o Regimento. Eu vou seguir o Regimento.

Em votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Tem concordância aqui com a Relatora, já conversei com a Relatora, por isso que também... Eu estava conversando com ela sobre isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a está correto em iniciar o processo de votação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, estamos em processo de votação. Pedido de vista para o Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ... editar medida provisória de igual teor, isso não é possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com a Senadora Relatora, conforme... Inclusive assisti ao pronunciamento dela em plenário ontem.

Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Presidente, como eu ia pedir vista, vou votar contrariamente ao projeto, porque quero discutir. Então, seria um contrassenso eu votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Se fosse em um outro momento, eu poderia até votar a favor, mas, como não concedeu vista, quero debater melhor o assunto, voto contra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, voto conhecido.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Exaltando a autoria do Senador Aloysio Nunes e a competente relatoria da Senadora Ana Amélia, voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cássio Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – São 13 votos SIM; 01 NÃO.

Aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, não me chamou.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perdão. Senador José Agripino. Mil perdões, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com uma observação, Sr. Presidente. Esse projeto tem o mérito do autor e esse projeto tem inclusive manifestação favorável do Ministério da Educação, que se manifestou favorável a um posicionamento da não exigência do doutorado. Então, até o MEC, ocupado por um ilustre petista, o Senador Aloizio Mercadante, manifesta-se favorável ao projeto do Senador Aloysio Nunes, brilhantemente relatado pela Senadora Ana Amélia.

O meu voto, portanto, é, de forma muito convicta, “sim”.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O pedido de vista, inclusive a Senadora Ana Amélia tinha ciência disso, veio do Gabinete do Ministro. Então, a matéria chegou... Na verdade, Sr. Presidente, veja só. Na pauta construída para esta reunião, não estava preliminarmente prevista a inclusão dos dois últimos itens. Um desses dois últimos itens é o projeto que acabamos de votar. Portanto, ele entrou na pauta ontem à noite. Eu acho que houve por parte da construção da pauta uma pressa que me preocupa.

Portanto, se houve o pedido de vista por parte do Ministério, é porque temos problemas. Então, quero explicar aqui que não é uma coisa da minha cabeça. Não é uma iniciativa puramente pessoal. É uma solicitação do Ministério da Educação, é uma solicitação do

Gabinete do Ministro Mercadante para que pudéssemos pedir vista. Lamentavelmente, enquanto conversávamos sobre isso, o senhor encerrou rapidamente a discussão.

Parece-me, Sr. Presidente, desculpe-me a franqueza, que houve uma celeridade proposital para que o projeto fosse aprovado. Com todo respeito ao autor da matéria, com todo respeito à nossa querida companheira Ana Amélia, eu não estou aqui fazendo nenhum julgamento do mérito do projeto. Estou apenas fazendo uma observação quanto ao método que foi adotado e que, na minha opinião, parece que foi uma coisa tão célere que não foi possível nem pedir vista. E aqui lamento que isso tenha acontecido. Apenas isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para dizer que tem que ser célere mesmo, Presidente. Adote essa prática, porque, se não formos muito rápidos, o Governo se apropria das iniciativas. Não quero suspeitar do Ministro Aloizio Mercadante pelo fato de ele ser representante de São Paulo, juntamente com o Senador Aloisio Nunes Ferreira, mas há uma posição do Ministério, aqui explicitada pelo Senador Agripino, favorável a essa proposta.

Então, não há nenhuma razão para espera, para demora, para essa lentidão que irrita, lentidão irritante. V. Ex^a agiu corretamente, com celeridade. É assim que tem que ser. O Congresso não pode ser tartaruga, tem que agir com agilidade, especialmente quando as matérias possuem esse mérito. O mérito dessa matéria, o conteúdo dessa matéria.

Portanto, V. Ex^a está absolutamente consciente da sua responsabilidade e agiu corretamente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Celeridade sem atropelo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, só para posicionar a Senadora Ana Rita também, ontem entraram os itens nºs 9 e 10, a pedido, inclusive, da Ministra Marta Suplicy. Não foi questionado. Então, nós aproveitamos que iríamos ter a sabatina, que será em seguida, e colocamos na pauta. Não houve nenhum questionamento. Estava discutindo o Senador Cássio Cunha Lima. O pedido de vista, normalmente, é feito antes da discussão. Ninguém se pronunciou. E nós estamos aqui há seis semanas sem conseguir votar um item terminativo, porque o Governo não comparece. Então, eu vou dar celeridade, sim, todas as vezes, obedecendo ao Regimento, sem atropelar nada, mas, se não sabia qual

era o item que estava sendo discutido, eu não posso fazer nada. Perdoe-me.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como eu disse antes, tenho a convicção de que o Ministro Aloizio Mercadante, que está se recuperando – e já renovo o voto de que ele se recupere prontamente –, foi Senador como nós e conhece bem a questão da relação política e da necessidade até da harmonia de um relacionamento entre o Parlamento e o Poder Executivo. Quanto a isso, não tenho dúvida a respeito dos propósitos do Sr. Ministro Aloizio Mercadante.

Eu também penso, Senadora Ana Rita, que, como esse projeto é nascido no Senado Federal e, pelo processo legislativo, tem que ir para a Câmara dos Deputados, ele não sai daqui para fazer, lá ele terá as condições.

Reconheço também o direito do Governo de solicitar prazo e tempo para fazer as alterações que julgar procedentes, como nós também temos esse direito, que é um direito indispensável no regime democrático.

Então, pelo fato de que a matéria é nascida no Senado e ainda precisa ser submetida à Câmara dos Deputados, haverá tempo de fazer. Enquanto isso, o Governo poderá, ao tempo que julgar necessário, tomar as providências que considerar próprias em relação a esse assunto.

É este o meu posicionamento, caro Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passamos, então, ao Item nº 10.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, como eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, que está discutindo o Projeto nº 132, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida por delegado de polícia, que é um debate muito grande e muitos Srs. Senadores lá permaneceram, eu, quando fui avisada de que estava tendo votação aqui na nossa Comissão, como ontem eu havia proposto, inclusive, que nós tivéssemos esta reunião com o objetivo de limpar a pauta com votações e já li o meu projeto, o projeto que relatava, o Projeto do Item nº 3, eu queria só consultar se nós temos condições regimentais de votá-lo, qual a dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Condições nós temos, só que perdemos o quórum.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Talvez, assim que terminar a CCJ, nós posamos recuperar esse quórum. Já foi feita a leitura.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Foi feita a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós estamos com todos os itens terminativos lidos e discutidos. Nós estamos apenas esperando quórum. Eu pensava que hoje a gente daria continuidade, a pedido da Senadora Lídice da Mata, bem oportuno, mas, como há uma votação agora, uma última votação, na CCJ, eu não pude segurar os nossos Senadores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu também voltarei à CCJ e ficarei acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Há a possibilidade de nós votarmos, porque está aberto.

Para que nós não percamos a chance, vou pedir a gentileza de o Senador Inácio Arruda ser o Relator *ad hoc* da Mensagem nº 25, de 2013.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor MANOEL RANGEL NETO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

O Relator *ad hoc* é o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, acolho integralmente o relatório que nos foi entregue pelo Senador Jucá. Trata-se de...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador, há um ritual regimental para que nós convidemos o nosso sabatinado.

Neste momento, passamos à apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 25, de 2013, de autoria da Presidência da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Manoel Rangel Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

O indicado já se encontra na sala da Secretaria da Comissão. Solicito ao Secretário que o conduza ao plenário, para que ele tome assento à mesa.

Assim que estivermos a postos, passarei, então, a palavra ao querido amigo Senador Inácio Arruda, para que faça a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, temos um problema a ser resolvido no Senado. O senhor também já teve oportunidade de dialogar sobre isso na reunião com o Presidente da Casa e com os presidentes das comissões. As comissões funcionam simultaneamente. Sou titular nesta Comissão e sou titular na CCJ. Nós estamos com uma pauta intensa na CCJ. Eu vou para lá e retornarei para cá.

Peço desculpas ao Dr. Manoel. Não vou poder ouvi-lo neste momento. Mas, assim que conseguir me liberar da CCJ, estarei aqui. Vamos garantir que o Dr. Manoel seja reconduzido, seja apreciado por esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito! Vou pedir para chamá-la assim que começar a votação. Obrigado.

Passo a palavra ao Relator Inácio Arruda, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, recebo esta missão com muita satisfação por poder examinar o relatório do Senador Romero Jucá, diante exatamente das questões que V. Exª já conhece, diante do funcionamento da Casa. Há três reuniões simultâneas, as da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Educação, tratando de assuntos muito sérios. Evidentemente, vamos transitar entre uma comissão e outra.

O relatório oferecido pelo Senador Romero Jucá, que acolho integralmente, trata da recondução do Sr. Manoel Rangel Neto à diretoria da Ancine.

Manoel Rangel já é um sabatinado que conhecemos e que tem um conceito elevadíssimo no meio. Aqui, está uma pessoa muito preparada, que tem discutido com muita seriedade os temas do audiovisual no Brasil, que tem dialogado com o Senado Federal em muitas ações e em muitos projetos que tramitaram no Senado e na Câmara, colhendo, digamos assim, a melhor impressão de todos os Senadores e Senadoras.

Por isso, considero que os Senadores estão mais do que preparados, porque conhecem Manoel Rangel Neto e sabem da sua competência, da sua ação cri-

teriosa. Por isso, o nosso relatório oferecido dá conta de que todos, aqui, já estão devidamente preparados para votar, Sr. Presidente.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Finda a leitura do relatório, passo a palavra ao Sr. Manoel Rangel Neto, para que faça sua breve exposição.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Bom dia!

Caro Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, Senador por Goiás, Estado onde passei minha juventude como estudante do Liceu de Goiânia e do Colégio José Carlos de Almeida; caro Senador Inácio Arruda, amigo de muitos anos, sempre atento ao cinema brasileiro e às ações da Ancine; caro Senador Paulo Paim, destacado Senador desta Casa; Sr^{as} e Srs. Senadores, volto ao Senado Federal com o duplo dever de prestar contas do trabalho realizado à frente da Ancine e de apresentar o que penso serem os seus desafios para o próximo período.

A atividade audiovisual se desenvolveu intensamente no País ao longo dos últimos anos. O mercado interno cresceu, e a presença da produção brasileira cresceu junto. Em 2009, o Brasil tinha 2.110 salas de cinema e vendeu 112,7 milhões de ingressos; em 2012, atingiu 2.550 salas e vendeu 146,4 milhões de ingressos. O serviço se expandiu em direção à periferia das grandes cidades. Em faturamento, saímos da condição de 15º mercado internacional para 12º mercado, o maior da América Latina. Somos o 10º mercado internacional em número de ingressos vendidos.

O serviço de TV paga foi o grande destaque nesse ciclo de crescimento. Em 2009, o País tinha 7,47 milhões de assinantes; pouco mais de 12,7% dos domicílios brasileiros com TV eram atendidos pelo serviço. Hoje, 30% dos domicílios têm TV por assinatura. São 17 milhões de assinantes.

O ritmo de crescimento anual da TV paga é da ordem de 28% ao ano, tendo atingido novas parcelas da sociedade brasileira. Pesquisa do Data Popular aponta que de cada cem assinantes, nessa leva recente, 95 pertencem às classes C e D. Em 2016, quando o Brasil tiver 200 milhões de habitantes, metade dos brasileiros terá acesso ao serviço.

Ao longo dos últimos dois anos, começou a se desenvolver no País o serviço de vídeo por demanda em rede dedicada e em ambiente *web*. O primeiro cresce junto com a expansão dos serviços de TV paga. O segundo acompanha a chegada ao País de provedores internacionais e o crescimento das vendas de TVs conectadas.

A televisão aberta brasileira, principal serviço audiovisual do País, presente em todo o território nacional, mantém seu bom desempenho em meio ao crescimento dos outros serviços e avança rapidamente no processo de digitalização. É um ativo importante para a cultura nacional e a projeção do Brasil no mundo.

A expansão da banda larga fixa e móvel amplia as possibilidades de crescimento dos serviços audiovisuais e desafia produtores, programadores, distribuidores e o conjunto dos agentes econômicos a redesenharem suas estratégias. Certamente, convocará o Congresso Nacional a disciplinar as questões relativas à exploração desses serviços no ambiente nacional.

Em sintonia com essa realidade e contribuindo para aperfeiçoá-la, o Poder Público agiu prontamente ao longo desses anos. A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 11.437, em dezembro de 2006, dotou o País de um sistema de financiamento público complexo e diversificado capaz de mobilizar parceiros públicos e privados para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Com a Lei 11.437, a parceria entre cinema e televisão e entre esta e a produção independente se aprofundou. Os recursos arrecadados com a Condecine foram transferidos para o Fundo Setorial do Audiovisual e este se tornou rapidamente o principal instrumento de financiamento da atividade.

Em 2010, o lançamento do Programa Cinema Perto de Você, com recursos do Fundo do Audiovisual em parceria com o BNDES, reorientou a expansão do parque exibidor em direção às classes C e D, à periferia das grandes cidades e ao interior do Brasil.

A aprovação da Lei 12.599, em março de 2012, desonerando a construção e modernização de salas de cinema, acelerou os investimentos do programa e a digitalização do setor. A Lei 12.599 trouxe ainda ferramentas para defender o mercado publicitário nacional para as produtoras e agências de publicidade brasileiras, detendo o processo de desnacionalização dessa atividade e garantindo a permanência de empregos e riquezas dentro do Brasil. Mas, sem dúvida, a grande transformação que o mercado audiovisual brasileiro vive é decorrente da aprovação da Lei 12.485, em agosto de 2011.

O novo marco regulatório da TV paga, de iniciativa parlamentar, removeu barreiras à expansão do serviço, redefiniu o ambiente regulatório do audiovisual, obrigou o carregamento de conteúdo brasileiro pelos canais e empacotadoras e reforçou expressivamente o fundo do audiovisual com recursos oriundos da atividade.

A lei é expressão de como o Congresso Nacional, atento à realidade do setor, do País, e aos interesses da cultura nacional é capaz de induzir o crescimento e

acelerar o desenvolvimento do Brasil. Com apenas um ano e meio de vigência, o conteúdo brasileiro na TV paga quadruplicou. Surgiram novos canais brasileiros e a produção independente está em plena atividade.

Essas conquistas legais, permanentes e estruturantes foram construídas em plena articulação entre o Poder Legislativo, o Governo Federal, a Ancine, os agentes econômicos do setor e a sociedade civil, tendo como palco privilegiado o Congresso Nacional e o Conselho Superior do Cinema.

Este processo culminou, em 2012, após um ano de debates, na aprovação, pelo Conselho Superior do Cinema, do Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, guiado pelo objetivo de fazer do Brasil um dos cinco principais mercados mundiais de cinema e televisão em 2020.

O Plano de Diretrizes e Metas consagrou e organizou desafios que a Ancine e o Ministério da Cultura perseguem há muito: expandir o mercado interno, universalizar o acesso da população aos serviços de comunicação audiovisual, transformar o Brasil num forte centro produtor e programador de conteúdos.

Nesse percurso, a Política Nacional do Cinema e do Audiovisual foi moldada como política de Estado e alguns resultados se destacam: as distribuidoras brasileiras de cinema forma fortalecidas – hoje, elas detêm um terço do mercado e são responsáveis por mais de 80% do faturamento dos filmes brasileiros –; a quantidade de filmes brasileiros que estreiam nas salas de cinema saltou de 30, em 2003, para 86, em 2012 – neste próximo final de semana, terão sido lançados, apenas nos quatro primeiros meses de 2013, o mesmo número de filmes brasileiros lançados em todo o ano de 2003 –; os investimentos federais em filmes e obras seriadas de produção independente para televisão saltaram de R\$123 milhões, em 2003, para R\$265 milhões, em 2011; o número de televisões e programadoras que coproduzem com a produção independente ampliou significativamente; entrou em evidência a centralidade dos direitos audiovisuais para a consolidação das empresas independentes brasileiras.

Sr. Presidente, ao longo desses anos, a Ancine se consolidou como agência reguladora e de fomento ao audiovisual brasileiro ao combinar as várias ferramentas recebidas do Poder Legislativo e do Governo Federal para que os princípios da Política Nacional do Cinema e do Audiovisual, fixados pela MP 2.228-1 e pela Lei nº 12.485, sejam atingidos. A Agência teve seu quadro de servidores efetivos reforçado, aprimorou seus métodos de gestão, aperfeiçoou sua prática regulatória com mais participação social e transparência, dedicou-se a conhecer melhor o mercado audiovisual brasileiro e internacional. Temos nos empenhado por

honrar as atribuições reservadas à Ancine pelo Poder Público. Precisamos expandir ainda mais o acesso dos brasileiros aos serviços audiovisuais. Há muito mais por fazer no Brasil nesta economia.

Por um lado, levar equipamentos e serviços. Por outro, viabilizar os meios e criar a necessidade cultural. O Cinema Perto de Você induz a criação de salas. O Vale Cultura, recém-aprovado por esta Casa e em operação a partir de julho, sob a liderança da Ministra Marta Suplicy, será decisivo para incorporar os trabalhadores de baixa renda e suas famílias ao público de cinema. Ainda que os cinemas se multipliquem como nunca, para fazermos chegar às cidades médias, é preciso induzir novos modelos independentes da indústria de *shopping center* e mobilizar Estados e Municípios para que sejam parceiros da União e ativos em criar as condições para essa expansão.

A TV por assinatura cresce e altera o consumo audiovisual da maioria dos domicílios, mas são poucas as programadoras brasileiras. É preciso apoiá-las e garantir que uma divisão equilibrada das receitas oriundas da expansão do serviço as fortaleça no mercado interno. É nesse fortalecimento e na internacionalização das nossas programadoras, das programadoras brasileiras, que reside a melhor condição para a inserção internacional plena dos nossos filmes, nossas novelas e séries, nossa música, nosso futebol, nossa cultura.

Os produtores brasileiros estão em plena atividade, com produção constante, mas faltam roteiristas, técnicos, atores, desenhistas, produtores, e é preciso formar gente e empresas para cada uma dessas atividades. O crescimento da demanda apresenta seu custo e exige resposta rápida. Os expectadores estão comprando obras audiovisuais sob demanda, mas é preciso cuidar para que todos tenham acesso a esse mercado, com a expansão da banda larga, com o Vale Cultura, com a preservação do poder de compra da população, e garantir que as receitas desse mercado remunerem os que produzem os conteúdos.

É preciso, ainda: garantir o poder regulatório do País sobre serviços muitas vezes prestados diretamente no exterior – nos próximos quatro anos, a Agência, em sintonia com o Ministério da Cultura e o Conselho Superior do Cinema, deverá estar atenta a esses e a outros desafios e ter como prioridade consolidar a Lei nº 12.485 e implementá-la em toda a sua extensão, expedindo regulamentos complementares e implantando o sistema de acompanhamento da programação –; regulamentar os programas de desenvolvimento do setor, ampliando a escala e o alcance da ação de fomento do Fundo Setorial do Audiovisual; rever o modelo de fomento construído em 1993, perseguindo maior agilidade, eficiência e menos burocracia – o foco deve

estar na eficácia e no resultado da política pública –; reestruturar a Ancine para que desempenhe melhor suas atribuições regulatórias e de desenvolvimento; acompanhar a evolução tecnológica e o surgimento de novos serviços audiovisuais decorrentes da universalização da banda larga no País.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, acredito firmemente que o Brasil, em razão do talento de seus profissionais e artistas, do tamanho de sua população, da força de sua cultura e da riqueza de sua economia, pode se destacar internacionalmente na atividade audiovisual.

Acredito ainda que o projeto de desenvolvimento nacional, pelo qual todos nós nos empenhamos requer que sejamos capazes de produzir e exportar a nossa própria imagem. Difundirmos nós mesmos o nosso modo de criar, fazer e viver, como preceitua a Constituição Federal. O bom momento do audiovisual brasileiro é conquista da sociedade, fruto do empenho do Poder Público em suas várias instâncias, e oferece aos brasileiros inúmeras novas oportunidades de emprego, afirmação cultural e fruição de obras audiovisuais.

Tive a alegria e a sorte de, ao longo desses anos, ter podido contribuir para este momento. Devo a oportunidade ao Presidente Lula e aos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Agradeço a eles e aos Senadores da República a confiança depositada em mim. Dediquei todas as minhas energias ao audiovisual brasileiro e ao processo de construção da Ancine. Procurei empenhar-me nas boas causas.

À Presidenta Dilma e à Ministra Marta Suplicy devo a confiança e o convite para mais um ciclo à frente da Ancine. Se eu puder contar, mais uma vez, com o apoio dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, procurarei honrar a confiança com dedicação e empenho.

Tenho a energia renovada pelos imensos desafios que o futuro reserva ao Brasil e ao seu audiovisual. Sinto como Humberto Mauro, um dos nossos pioneiros, o cinema como cachoeira, e tal qual Paulo Emílio, nosso principal pensador, entendo que o futuro do cinema brasileiro está indissolúvelmente ligado aos destinos do País.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Aproveito a oportunidade de estar dirigindo os trabalhos para devolver a relatoria ao Relator originário, que não só produziu o relatório que nós estamos apreciando, como também participou intensamente aqui conosco durante um largo período das articulações que permitiram a produção de uma lei justa, mais ajustada para o audiovisual brasileiro.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Relator da matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Manoel Rangel. Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que a relatoria *ad hoc* de V. Ex^a só engrandeceu o relatório e a indicação feita pelo Governo.

Registro, em rápidas palavras, como já fiz no relatório, que o Dr. Manoel Rangel exerceu um excelente mandato – aliás, dois mandatos – à frente da Ancine. Nesse período, nós contribuímos; na verdade, acompanhamos o trabalho, a evolução da questão audiovisual brasileira, a legislação, os avanços, tudo que foi construído no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, no sentido de fortalecer o cinema, as artes, a condição efetiva de permear todo o território nacional com a qualidade cultural que nós desejamos.

Então, é com muita tranquilidade que eu assino o relatório, em que nós apontamos a recondução do Dr. Manoel Rangel, dizendo que ainda existem outras tarefas pela frente, mas, na verdade, nós temos avançado muito nessa área e é importante que esses avanços continuem.

Só para reafirmar o meu parecer favorável à aprovação do nome, inclusive já exerci o voto; portanto, já estou plenamente cumprindo a minha tarefa de Relator neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Paulo Paim, um homem entrincheirado na defesa do audiovisual brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se necessário fosse defender o nosso Diretor, Manoel Rangel Neto, que, sem sombra de dúvida, com a sua exposição, deixou claro que é um indicado que entende do tema. Porque a gente às vezes assisti aqui a alguém se apresentar e pega um documento para ler e, às vezes, o faz com dificuldade. O Dr. Manoel, não; mostrou que conhece. Tinha o texto, mas fluiu com o conhecimento de alguém que sabia muito bem tudo que estava ali escrito e conseqüentemente o que estava falando.

Eu fiquei aqui muito bem impressionado com a exposição que V. S^a fez aqui e só posso cumprimentar o Senador Romero Jucá, que foi o Relator, o Relator *ad hoc*, no momento presidindo a Comissão, Senador Inácio Arruda, ambos estão de parabéns.

Está de parabéns a Ancine por indicar o seu nome, mais uma vez, para esse cargo tão importante!

Mesmo quando do Estatuto da Juventude, quando dialogamos com a Ancine, dentro do espaço que foi possível, houve total apoio, com a maior tranquilidade. A conversa se deu em alto nível.

Por isso, só posso cumprimentá-lo. Tenho orgulho de votar em V. Ex^a.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem, Senador Paulo Paim!

Manoel, primeiro, eu também gostaria de dizer que foi um trabalho muito importante o desenvolvido pela Ancine, que, juntamente com Senadores e Deputados, fez um trabalho de articulação política muito interessante e terminou enfrentando determinados setores internos e externos, para mostrar que, no Brasil, havia um potencial extraordinário de produção audiovisual. Isso está se configurando agora.

Mas pergunto sobre algo que seria muito importante para nós.

Neste momento, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos, estamos numa batalha muito importante para os Estados brasileiros e para a Federação em relação ao problema tributário no Brasil. Vão sendo mostradas as diferenças entre as muitas regiões do País. Há cinco grandes regiões, e há diferenças nas próprias regiões. Então, imagino a situação de toda a Região Norte do Brasil, a situação do Amapá; de Roraima; do extraordinário Pará; do Estado do Amazonas, de ponta a ponta; de Rondônia; de Tocantins, que faz parte dessa Região. Destaco o potencial e a riqueza da Caatinga nordestina, que é um bioma especialíssimo, único no Planeta, onde também se produz arte, cinema etc. Então, uma das questões que mais me preocupa é como descentralizarmos essa atividade de produção audiovisual, pela riqueza extraordinária que temos no Brasil. Imagine os Pampas, a região das missões! Quanta história nós temos para contar e para produzir em audiovisual! Ao mesmo tempo, há o cinema, a arte e a história do nosso País.

E, se quisermos alargar um pouco mais, há a questão de uma área em que o Brasil está inserido, que é a América do Sul, sobre a qual pouco temos discutido, debatido, e com a qual pouco interagimos. Sempre se ouve falar aqui que o Brasil cresceu de costas para o restante da América do Sul, onde há outra riqueza extraordinária! Há também a nossa interação nos vários ambientes em que há a nossa participação, como a Unasul, o Mercosul. Nas nossas relações com esses países, nós nos podemos entrelaçar. São tantos os festivais a que assisto na América do Sul! Eu, como membro do Parlasul, tenho discutido, debatido essa questão.

Então, há essa questão regional, a questão do Nordeste, a questão da estruturação da Ancine, que deve se espalhar um pouco mais como agência por

todo esse território imenso do Brasil. Isso tem me preocupado.

Há uma coisa que eu gostaria que o senhor enfatizasse: o impacto dessa nova Lei do Audiovisual, o resultado dessa lei, a aplicação do que podemos chamar de “cotinha”. Há as cotas por aí afora, e nós temos uma cotinha, que é a cota do audiovisual, que é muito pequena se comparada, inclusive, com a verificada em outros países. Qual é esse impacto? O que isso tem significado de demanda, de contratos e de espaço para a formação profissional nessa área?

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Senador Inácio, agradeço a oportunidade de comentar as três questões que o senhor traz.

A primeira é a questão regional. No Brasil, há um processo de concentração nas grandes cidades, nas capitais dos Estados, na Região Sudeste. E essa concentração também se expressa na indústria audiovisual. E se expressa no aspecto da produção e também no aspecto da disponibilidade de bens e de serviços para a fruição do consumo audiovisual.

Entre os serviços audiovisuais, o único que está completamente universalizado, que atinge todo o território brasileiro e que deve ser orgulho do País é a televisão aberta. Esta atinge todo o território nacional e cumpre a importante missão de ligar o País. A TV por assinatura tem se expandido, mas ainda não chegou ao conjunto do interior do Brasil, ainda que essa expansão esteja em curso, e esse é o destino natural da expansão dos serviços de TV paga, sobretudo, focando as classes C e D.

Os serviços de exibição cinematográfica, embora venham crescendo sistematicamente, todos os anos, acima do índice de crescimento geral da economia brasileira, embora tenha começado o seu ciclo de expansão em direção ao interior do País e às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ainda é preciso fazer muito mais, para que nós tenhamos uma presença das salas de cinema espalhadas por todo o território nacional.

Mas há uma questão em particular que é crucial, que é a produção audiovisual no conjunto dos Estados do País. O Brasil possui pólos importantes regionais de produção audiovisual: Ceará, o Estado do senhor, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes são alguns dos pólos importantes da produção cinematográfica e audiovisual brasileira, que têm tido uma produção de curtas-metragens, produção independente para a televisão, uma produção esporádica de longas-metragens, embora, nesse caso, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal e Rio Grande do Sul se destaquem por ter uma produção mais continuada.

E nós temos agora uma extraordinária oportunidade para expansão da produção audiovisual brasileira, pelo conjunto desses polos regionais de produção. A Lei nº 12.485 trouxe, pela primeira vez, recursos para o Fundo do Audiovisual e para a política pública do audiovisual que permitem dar escala a essa política pública. Essa política, que já leva mais de dez anos, passou a maior parte do tempo com recursos que não permitiam um processo de garantir escala e amplitude ao conjunto da produção e ao conjunto dos bens e serviços.

Isso se transformou com a criação do Fundo do Audiovisual, em primeiro lugar, que foi um processo em que esta Comissão, o Senador Romero Jucá, jogou um papel crucial, em 2006. E, depois, com a Lei nº 12.485, quando se expandiram os recursos desse Fundo do Audiovisual, criado pela Lei nº 11.437, em que, novamente, a Comissão de Educação jogou um papel muito importante, porque acompanhou todo o processo de formulação da lei. E o Senador Inácio Arruda e o Senador Romero Jucá contribuíram decisivamente para o processo de aprovação dessa lei aqui no Senado.

Portanto, com os recursos do novo Fundo do Audiovisual, nós temos condições de expandir formação de mão de obra por todos esses polos regionais; nós temos condições de trabalhar desenvolvimento de roteiros e projetos em todos esses polos regionais; nós temos condições de complementar os investimentos dos Estados e dos Municípios na produção audiovisual local e teremos condições de, junto com as TVs públicas estaduais e junto com as TVs comunitárias e universitárias, estimular mais fortemente a produção independente de televisão. Eu julgo que esse é um dos principais desafios da Agência Nacional de Cinema e da política nacional de cinema e audiovisual, para os próximos quatro anos.

Mas o senhor lembrou bem também que o Brasil tem uma missão a cumprir em relação à América do Sul e ao conjunto da América Latina. Eu assumi, há dois anos, a Secretaria Executiva da Conferência das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais Ibero-americanas. À frente desse organismo que congrega 20 institutos de cinema e audiovisual dos países latino-americanos e ibero-americanos, tenho administrado um fundo de aproximadamente US\$8 milhões, que tem sido responsável pela coprodução na produção cinematográfica entre esses 20 países, é responsável pela coprodução de documentários que têm sido veiculados pelas TVs públicas de toda a América Latina, responsável pela veiculação semanal de um filme ibero-americano em todas as televisões públicas da América do Sul, de tal modo que nós possamos nos

conhecer mais e melhor, porque os nossos povos não se conhecem. E o cinema é um extraordinário instrumento, uma extraordinária oportunidade de conhecer melhor a população e a experiência dos nossos países.

E penso que o Brasil pode e deve fazer mais, em direção à América do Sul. Nós podemos ser mais ativos no desenvolvimento da cinematografia de países como Paraguai, Bolívia, dos países da América Central, países que têm muita dificuldade econômica para viabilizar uma cinematografia própria, uma produção audiovisual própria, mas que têm extraordinária riqueza das suas culturas, extraordinárias histórias, um modo próprio de ver o mundo que é preciso que o mundo conheça. E pode enriquecer a presença da América do Sul no mundo essa diversidade entre os diversos povos do nosso Continente.

Eu acredito que o Brasil pode desempenhar um papel maior no sentido de estimular essa produção cinematográfica e audiovisual no nosso Continente. Penso também que como fruto dos desafios que teremos ao longo dos próximos anos, a Ancine deverá completar o seu processo de abertura de escritórios regionais pelo País afora.

Há um conjunto de ações que nós teremos que acompanhar de perto e em particular é preciso instalar um escritório da Agência Nacional do Cinema no Nordeste e outro no Sul do País. Porque são duas regiões que cumprem o papel mais destacado em relação ao desenvolvimento do audiovisual brasileiro. E, com todas as dificuldades, inclusive com a ausência na maior parte do tempo da história da política de cinema do nosso País, cumpriram suas metas e conseguiram se afirmar e ter uma produção sistemática de cinema, tanto de curtas quanto de longas metragens. Esse é, portanto, um desafio importante.

Hoje a Ancine tem o seu escritório central no Rio de Janeiro. Ali estão localizadas as nossas operações principais. E contamos com dois escritórios: o escritório de Brasília, que, além de ser escritório-sede da agência e fazer a relação com todo o Governo Federal, com o Congresso Nacional, aqui em Brasília, também cumpre a função de escritório regional para o Centro-Oeste; e temos, em São Paulo, um escritório que cumpre uma função importante em relação ao mercado audiovisual instalado em São Paulo. É onde estão as principais programadoras, as principais distribuidoras, quase todas as redes nacionais de televisão – com exceção das Organizações Globo e da CNT que está localizada no Paraná – e é o principal mercado de produção publicitária e o principal mercado exibidor do País.

Portanto, esses são os escritórios que a gente tem hoje e é uma necessidade para o próximo período

nos dedicarmos à instalação dos escritórios na Região Nordeste e na Região Sul do País.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem. Eu também teria outra indagação. Você sabe que também com muita discussão, com muito debate aqui no Congresso Nacional, se terminou criando um fundo de recursos que para a realidade de se ter a “cotinha” é muito importante. E muito importante para essas regiões.

Eu compreendo perfeitamente certa concentração que existiu no Brasil face à força que tem o Estado do Rio de Janeiro na área de produção audiovisual, o Estado de São Paulo, mas a importância de que possamos ampliar a aplicação desses recursos.

Esse fundo terminou sendo instrumento que eu considero muito importante. Ele agrega alguns milhões de reais e pode chegar a ter mais de R\$1 bilhão, proximoamente. Ele é muito importante para incentivar e ampliar a ação nossa na produção de audiovisual.

Eu vejo essa coisa extraordinária que é o festival de cinema de Pernambuco, de Recife; ali no Ceará, que se concentra em Fortaleza, mas hoje nós temos um festival latino-americano sendo produzido em Sobral. Então, é um esforço muito grande dos cursos de formação profissional nessa área.

Esse fundo é um instrumento alavancador que nós podemos utilizar com mais força para essas Regiões Norte e Nordeste, especialmente. E considero até mesmo a Região Sul, embora ela tenha uma produção muito maior do que as Regiões Norte e Nordeste, por Estado. Então, ela tem uma produção maior, embora o Nordeste já tenha uma grande produção do ponto de vista mais geral no País.

Mas esse fundo, que nós também ajudamos a criar, trabalhamos para criar, que foi iniciativa debatida e discutida com a Ancine, com o Ministério da Cultura, eu considero um instrumento alavancador. Como nós vamos utilizar mais? Precisa de mais reforço aqui no Congresso Nacional? Nós temos vários Senadores membros da Comissão de Orçamento, a qual é presidida atualmente por um Senador do Nordeste, do Maranhão, o Edison Lobão Filho; então, para nós seria muito importante a distribuição – digamos assim – não exatamente *per capita*. Talvez fosse o objetivo podermos fazer pelo menos uma distribuição *per capita*, porque ficaríamos com aproximadamente 30% desse fundo. Mas como podemos aplicar mais nessas regiões? Como estimulamos a produção audiovisual nessas regiões?

Eu cito um exemplo, aqui. Uma coisa que eu considero instigante. E convido para visitar, se vocês ainda não o conhecem, o Município de Nova Olinda, no interior do Estado do Ceará. Gilberto Gil foi lá. Ali há

duas coisas espetaculares: a casa chamada Fundação Casa Grande e o seu Espedito Seleiro, que herdou a tradição de produção em couro do seu bisavô, do seu avô e do seu pai e entre outras coisas produziu as peças de Lampião e Maria Bonita. Era quem recebia as encomendas para a produção de todas as peças em couro deles.

Ali na Casa Grande, que é uma fundação, há uma turma de jovens e de crianças que têm aula de jogar pião, fura-chão e bila, soltar arraia – pipa, papagaio –, brincadeiras de criança no chão, digamos assim; e essas brincadeiras são complementadas com três atividades: teatro, uma área só de música e uma área de produção audiovisual. E esses jovens têm conseguido emplacar trilhas sonoras de novelas que são montadas no Rio e em São Paulo quase exclusivamente, mas a trilha sonora vem lá da Casa Grande, em Nova Olinda. Então, vejam o potencial, a riqueza que se tem ali naquela região.

Esse fundo é um instrumento que a gente pode utilizar de forma mais larga, buscando atingir essa pequena comunidade. É uma pequena cidade do interior, na Região do Cariri brasileiro. E, no caso especial, o Cariri cearense.

Então, como podemos trabalhar com esse fundo para instrumentalizar ainda mais essa energia criada no audiovisual que nós temos lá no Nordeste brasileiro, no Norte do País e também no Sul do País? E o Centro-Oeste nem falar. Isso aqui é de uma riqueza extraordinária que para nós terminou sendo descoberta pelo Presidente Juscelino. Não que não existisse, porque existia há muitos anos; mas o seu potencial, a sua riqueza terminou sendo alavancada a partir da construção de Brasília.

Se não fosse o Cerrado, a seca do Nordeste atualmente seria maior do que a seca de *O Quinze*. É que agora nós temos um celeiro de produções de alimentos que resolveu a questão de alimento para a população. Nós fomos apenas pegos no contrapé em relação a cuidar do rebanho e ter alimento suficiente para o rebanho, mas a população foi totalmente assistida, com produção que veio basicamente do Cerrado brasileiro, que é de uma riqueza extraordinária. Só contar essa história já é material para audiovisual que não acaba nunca.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Senador Inácio, eu estou indo, na próxima semana, dia 2 de maio, ao festival de cinema de Recife, que, como o senhor disse, é um dos principais festivais de cinema do País e um pólo importante da Região Nordeste, exatamente para prestar contas do que foi a minha gestão à frente da Ancine, mas em especial para conversar sobre

o programa de desenvolvimento do audiovisual para o Nordeste.

Nós decidimos, ao longo desses anos, exatamente a partir do Fundo Setorial do Audiovisual e do reforço que ele recebeu pela Lei 12.485, que, além de um programa de desenvolvimento do audiovisual brasileiro, nacional, com diretrizes e ações nacionais, teremos programas de desenvolvimento audiovisual regionais. Nós teremos um no Nordeste, um no Sul, um no Norte e um no Centro-Oeste. Teremos um quinto para Minas Gerais e Espírito Santo.

A lógica com a qual estamos trabalhando é de que um programa de desenvolvimento local nos permite articular melhor as necessidades de cada região, para que ela possa vir a ter uma atividade audiovisual bem desenvolvida, pujante, e que todo o imaginário popular e toda a riqueza da cultura brasileira, nas suas várias faces, possam se expressar.

Esses programas regionais receberão recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. Nosso patamar mínimo são os 30% que a lei fixou, mas nós não pretendemos nos ater a isso, nosso olhar será o olhar do atendimento das necessidades dessas Regiões, porque nós estamos diante de uma oportunidade extraordinária de não termos mais, no Brasil, uma lógica concentracionista, pelo menos na esfera do audiovisual.

É claro que São Paulo e Rio continuarão a ser os principais polos de produção cinematográfica e audiovisual do País, na medida em que são também os principais centros do País. Detêm a maior parte da população, acabam reunindo uma quantidade de serviços que permite que eles se fixem assim, porque ali estão sediadas as grandes empresas internacionais e as grandes empresas nacionais. Mas é possível fixar nas diversas regiões do País, nos diversos Estados, produtoras importantes, e estas produtoras trabalharão articuladamente com produtoras de outras regiões do País.

Portanto, não é preciso continuar a ocorrer diáspora dos artistas e produtores das Regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte do País em direção a Rio e São Paulo. É possível que eles se fixem em seus Estados e trabalhem, de maneira articulada, com as oportunidades que existem em São Paulo e Rio de Janeiro.

Eu tenho acompanhado, ao longo dos anos, a importância do Festival do Ceará como um festival que procura articular, também, a Ibero-América no seu espaço. O Festival do Ceará e o Festival de Pernambuco são dois dos mais importantes festivais de cinema do País. Ao lado deles está o Festival de Brasília, o Festival de Gramado, o Festival do Rio e a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo – esses são os nossos seis principais festivais. Eles são espaços

importantes porque nos ajudam no processo da reflexão cinematográfica, eles viabilizam a circulação da produção brasileira e acabam viabilizando, também, o incremento da produção audiovisual local.

Penso que a cota que fixamos, com a Lei nº 12.485, que, como o senhor bem disse, é uma cotinha pequenininha, ou seja, 3h30 por semana em 140 horas de programação, é muito diferente do que temos no Canadá, que obriga uma veiculação de 50% da produção; é muito diferente do que existe na Europa, que trabalha com uma cota de 60%, uma cota da região, de todos os países da Comunidade Europeia, e, dentro dessa cota, há produção nacional; é diferente do que foi construído em outros países, como Coreia, como Japão, que, embora não tenham seguido... A Coreia, sim, tinha uma cota da ordem de 50%; Japão não tinha cota, mas, por outros mecanismos e pelo fortalecimento das suas empresas, ocupou majoritariamente o espaço audiovisual local.

Entretanto, esta pequena cota, que causou tanta polêmica, tanto confronto, que retardou a tramitação da Lei nº 12.485 durante cinco anos, mas que, com a sabedoria dos Deputados e dos Senadores, focados no interesse público do País, focados nas transformações que o marco regulatório trazia, acabou prevalecendo – também porque a maioria dos agentes econômicos entendeu que era preciso construir um consenso aglutinando as principais questões da transformação desse setor – o fato é que, mesmo sendo apenas uma cotinha, já provocou uma transformação profunda no mercado audiovisual brasileiro. Com a cota que foi fixada, com a cota de canais, nós passamos a ter mais canais brasileiros, mais programadoras dedicadas a carregar produção independente brasileira. Com a cota no interior de cada um dos canais, a cota de 3h30 por semana, nós passamos a ter mais conteúdo brasileiro sendo carregado por esses canais.

A agência acompanha, desde 2006, 15 canais, entre os principais canais de filmes e séries da televisão por assinatura. O que nós constatamos? Embora a cota de 3h30 tenha entrado em operação apenas em setembro do ano passado – porque a lei previu um tempo de adaptação, era preciso publicar o regulamento e dar um tempo de adaptação para que a cota começasse a ser observada –, o que nós constatamos é que quadruplicou a quantidade de obras brasileiras veiculadas por esses 15 canais acompanhados pela Agência Nacional do Cinema.

A notícia que temos das produtoras de cinema, de audiovisual do País é que estamos vivendo uma escassez de mão de obra num período de plena atividade. Portanto, é uma situação completamente diferente da que nós tínhamos dois, três anos atrás.

A notícia que recebemos de produtoras e programadoras é que se modificou profundamente a relação entre esses dois setores da cadeia audiovisual. Antes, as produtoras batiam de porta em porta das programadoras levando seus projetos, buscando convencer essas programadoras a serem parceiras na realização dessas obras. Hoje, essa mão também existe na direção contrária, e o principal fluxo é das programadoras em relação às produtoras, procurando pelos projetos, procurando pelo acervo que essas produtoras têm produzido ao longo dos anos.

Também vêm se multiplicando iniciativas de formação de roteiristas. Antes, todas essas iniciativas eram subsidiadas pelo Poder Público. Agora, já temos grandes programadoras e grandes empresas do setor organizando o processo de formação de roteiristas com o olhar em ter mais produção, ter mais projetos para trabalhar e, portanto, ter condições de fazer não apenas aquilo que é o cumprimento da cota, mas ter uma maior presença dessa produção na sua grade de programação.

Eu queria destacar, principalmente, Senador Inácio, que, embora isso seja uma obrigação trazida pela Lei nº 12.485, a nossa felicidade é constatar que a maior parte das empresas – as programadoras brasileiras, mas também as programadoras estrangeiras – e a maior parte das empacotadoras passaram a ver, no conteúdo brasileiro, uma oportunidade. E passaram a tratar o produto brasileiro e o produto brasileiro de produção independente – os filmes e obras seriadas de televisão de produção independente – como um ativo importante da sua grade de programação. Os executivos dos canais internacionais, todos eles têm declarado que isso é uma oportunidade que se apresenta. Vários desses canais fixaram na sua grade horários de programação de filmes brasileiros que são parte do horário nobre, que é uma obrigação, mas um horário privilegiado dentro da grade de programação semanal.

Portanto, nós passamos também a ter uma realidade em que as empresas programadoras e as empacotadoras incorporaram à sua lógica operacional a importância do conteúdo brasileiro, seja ele na forma de obras para cumprir as cotas dentro dos canais, seja ele na forma de canais brasileiros carregados por essas empacotadoras.

Portanto, a nossa percepção é que a Lei nº 12.485 já cumpriu uma parte importante dos seus objetivos e seguirá cumprindo esse papel ao longo dos próximos anos. Nós veremos ainda mais ao longo dos próximos anos. Apenas em setembro deste ano é que estará em vigência a plena obrigação de carregamento de conteúdo brasileiro pelos canais. Em setembro deste ano se completa o ciclo de transição que a legislação previu,

que era um ciclo em que a cada ano se incorporava um terço das obrigações de carregamento de conteúdo brasileiro, começando com 1 hora e 10 minutos; no segundo ano, 2 horas e 20 minutos; e, a partir de setembro deste ano, passamos à obrigação de 3 horas e 30 minutos. A mesma coisa com os canais, que também seguiram no ritmo de incorporação de um terço das obrigações a cada ano.

Portanto, é um momento importante do setor audiovisual brasileiro. Acreditamos que, ao longo dos próximos anos, viveremos momentos extraordinários da atividade audiovisual no País, Senador, tendo mais dessa cultura brasileira que o senhor bem relata, se expressando na forma de filmes, obras seriadas, e teremos a oportunidade de ouvir os diversos sotaques do Brasil em todas as partes do Brasil. E, se tivermos sucesso, teremos no nosso mercado interno uma extraordinária alavanca para que as programadoras brasileiras se coloquem na cena internacional e para que a produção brasileira possa circular, levando a nossa cultura, levando a Língua Portuguesa, levando o modo brasileiro de ser.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem. Estou na expectativa da aplicação ampla desses recursos na nossa Região.

Gostaria de fazer uma pergunta sobre uma questão importante para nós que produzimos na Região Norte e Nordeste especialmente: as finalizações dos nossos filmes. Toda a nossa produção audiovisual sempre foi muito questionada em sua qualidade. Esses investimentos têm permitido melhorarmos a qualidade, na avaliação da Ancine? A Ancine, digamos assim, controla, tem algum instrumento de medição dessa qualidade no efeito comparativo com o cinema produzido na Europa, nos Estados Unidos e agora até em outros centros novos, como a China e Índia, que estão produzindo em escala muito larga, afora os outros centros que você anunciou, como o Japão, a Coreia, Canadá etc? Então, é sobre o problema da qualidade do nosso cinema.

E sobre o problema das finalizações? Os nossos amigos e companheiros que atuam na área de audiovisual chegam e dizem: “Olha, nós temos de fazer tudo em São Paulo e no Rio”. Não há uma descentralização na área de finalização. É possível nós a construirmos? O Governador do Estado do Ceará diz: “Pois, olha, vamos fazer um centro de finalizações no Município de Juazeiro do Norte, pela história do Cariri, uma região que abrange quatro Estados, cinco Estados simultaneamente. Dou o terreno, ofereço o espaço para que a gente possa construir um laboratório de finalização, do qual é muito carente a nossa região”. Muitos produtores, então, têm de se deslocar para a América

Central ou para os Estados Unidos para fazerem o procedimento de finalização dos seus filmes. É uma parte muito importante da produção audiovisual brasileira e da qualidade do cinema brasileiro. Isso tem avançado? A Ancine pode, tem recursos, tem meios? Há outros instrumentos no Governo Federal de financiamento para que a gente possa aperfeiçoar a produção audiovisual?

O último item é sobre o problema dos equipamentos. A produção de equipamentos de alta definição, de alta qualidade. Parece que nós temos ainda um gargalo nessa área em nosso País. Como essa realidade pode ser alterada, também, a partir da intervenção da Ancine?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria de, aproveitando o momento, fazer uma colocação.

Primeiro, quero falar de nossa satisfação de podermos, aqui hoje, votar a recondução do Dr. Manoel à Presidência da Ancine. Quero falar de nossa alegria de poder contribuir com esse processo de recondução do senhor. Mas gostaria, também, de ouvi-lo rapidamente com relação aos cinemas. O que está previsto, planejado, no sentido de ampliar espaços de cinema para cidades acima de 200 mil habitantes? Por que pergunto isso, Dr. Manoel? Porque quando eu era criança tínhamos cinemas espalhados pelas cidades, o que possibilitava o acesso de todas as pessoas de diversas classes sociais. Hoje os cinemas estão muito mais localizados nos *shoppings*, pelos menos é essa a minha realidade, a realidade do Estado do Espírito Santo. Existem poucos espaços de cinema que não sejam dentro dos *shoppings*. E os *shoppings*, normalmente, os jovens de classes populares frequentam muito pouco, não se sentem tão em casa assim dentro de um *shopping* onde a presença maior é a de jovens e de adultos de classe média e alta. Está prevista a ampliação dos espaços de cinema nessas cidades em outros locais que não sejam os *shoppings*?

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Obrigado, Senadora Ana Rita. V. Exª me dá a oportunidade, também, de comentar uma questão importante que é o nosso Programa Cinema Perto de Você. Queria comentar aqui com o Senador Inácio Arruda que entre as nossas preocupações nesse processo de desenho dos programas de desenvolvimento regional está a necessidade de nós pautarmos o passo a passo do fortalecimento desses polos regionais de produção. A nossa percepção é a de que, em um primeiro momento, o nosso investimento deve ser canalizado para a

formação de mão de obra em larga em escala, mão de obra técnica e artística para o setor audiovisual; deve estar canalizado para o desenvolvimento de roteiros, projetos e formatos; deve estar canalizado para a produção de obras audiovisuais, filmes e televisão e para a expansão das salas de cinema nessas regiões, uma vez que o serviço de televisão paga já tem um ciclo de expansão normal em curso.

Mas entendemos que, ao longo do processo de monitoramento desses programas de desenvolvimento regional, pode chegar o momento em que nós tenhamos que nos dedicar também à implantação de outras estruturas, como estruturas de finalização, como estruturas de laboratórios nessas regiões. Ou seja, é preciso monitorar o processo de desenvolvimento regional de tal modo que nós possamos oferecer políticas públicas e apoio para a instalação de outros ramos, de outros agentes econômicos da cadeia nas diversas regiões, conforme essas regiões entrem em processo de maturidade ou de maior desenvolvimento da economia do setor. Nosso cuidado – e esta é uma coisa boa do momento que nós estamos vivendo – é que a política pública, na maior parte das vezes, precisa ser formulada e aplicada em um ambiente de profunda escassez.

Nós, pela primeira vez no território da política pública de audiovisual, não estamos num ambiente de escassez. Não é que nós tenhamos sobra. Não é que haja recursos para além do necessário. Mas nós teremos condições de planejar a política pública, detendo instrumentos para a aplicação da política pública, não apenas recursos humanos, não apenas inteligência, não apenas capacidade institucional, mas também os recursos necessários para investir no setor. Esta é a novidade que nós temos desde a criação do Fundo do Audiovisual e, em particular, desde a aprovação da Lei 12.485.

É claro que o Congresso Nacional será muito importante, em especial a Comissão de Orçamento e esta Comissão de Educação, para assegurar que o Fundo do Audiovisual tenha a permissão para o uso pleno dos recursos do Fundo do Audiovisual. Ou seja, nós temos as receitas previstas, nós temos a arrecadação anual, mas será necessário garantir que esteja previsto no orçamento ano a ano e que esteja autorizado para execução.

Para nossa felicidade, já no ano passado, a Presidenta Dilma determinou – e a lei orçamentária de 2013 trouxe consignada – a previsão dos recursos totais do Fundo Setorial do Audiovisual para investimento ao longo deste ano. Nós nos dedicaremos a viabilizar a autorização para operação desses recursos.

Com relação às observações muito pertinentes da Senadora Ana Rita sobre a política de expansão

das salas de cinema no País, nós lançamos em 2010 o Programa Cinema Perto de Você. O Programa Cinema Perto de Você criou as condições para que o circuito exibidor possa se expandir pelo País afora, oferecendo recursos de financiamento e investimento do Fundo Setorial do Audiovisual, combinados com recursos do BNDES, com juros subsidiados, taxas de juros, encargos financeiros que não ultrapassam 5% no caso das grandes empresas do setor para as regiões onde há maior número de salas de cinema, mas que chega às regiões menos assistidas a encargos financeiros de 1,5% ao ano. Portanto, estamos falando de juros negativos.

Estes recursos estão disponíveis, desde 2010, no BNDES: recursos do Fundo do Audiovisual combinados com recursos próprios do BNDES. Em 2011 e 2012, já foram inauguradas cem salas de cinema com recursos de investimento desse fundo. Nós temos, já aprovados, no final de 2012 ao início de 2013, outras 130 salas, que serão construídas com recursos do Fundo do Audiovisual, e temos, desde o ano passado, graças também a uma decisão do Congresso Nacional, a aprovação da Lei 12.599, de iniciativa da Presidenta Dilma, mas que foi prontamente recebida pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que é a desoneração da construção das salas de cinema no País. Elas foram desoneradas de todos os impostos federais no processo de construção, instalação e modernização destas salas. Isso significa que a construção de uma sala de cinema no Brasil hoje custa 30% menos do que custava antes da vigência da Lei nº 12.599.

Essa desoneração tem sido plenamente utilizada pelas empresas exibidoras. Ela será crucial para o processo de digitalização do parque exibidor brasileiro, porque nós estamos em uma fase de transição tecnológica da passagem do projetor 35mm, que durou cem anos nas salas de cinema, para uma nova realidade de projetores digitais. Portanto, nós já tivemos, ao longo desses quatro primeiros meses do ano, cerca de 1.100 salas que já tiveram projetos aprovados para digitalização, utilizando-se desse expediente da desoneração fiscal.

Para concluir, eu diria para a Senadora Ana Rita que nossa preocupação hoje, no processo de expansão do parque exibidor, é estimular os empresários do setor a buscarem outro modelo que não seja exclusivamente o modelo dos *shopping centers*. Os *shopping centers* estão aí, vieram para ficar, as salas de cinema estão aí, é assim no mundo inteiro. Mas não é no mundo inteiro uma situação de que seja exclusivamente em *shopping centers*. O México, por exemplo, convive com outros dois, três modelos, que têm salas de cinema instaladas em ruas, em pequenos centros comerciais.

Portanto, é possível uma combinação do modelo de *shopping centers* com outros modelos. Nós estamos trabalhando para estimular os exibidores nessa direção, e acreditamos que o Vale-Cultura vai ser um grande estímulo para que as classes C e D frequentem mais salas de cinema, porque oferecerá aos trabalhadores e suas famílias – aqueles que ganham até cinco salários mínimos – a condição para que possam frequentar as salas de cinema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Manoel Rangel Neto.

Finda a arguição, a Presidência solicita ao indicado que aguarde na Secretaria de Comissão para que seja processada a votação secreta.

Comunico que sobre a mesa encontra-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Encerrada a votação, convido o Senador Inácio Arruda para servir como escrutinador.

(*Procede-se à apuração dos votos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Fim da apuração dos votos.

Foi verificado o seguinte resultado: o Sr. Manoel Rangel Neto para Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), eleito com 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Convido o eleito a ocupar o seu lugar à mesa para, em seguida, fazer as suas breves palavras finais.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Agradeço muito as Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Cyro Miranda, como eu já disse, Senador do Estado onde eu passei minha juventude e, portanto, Estado pelo qual eu tenho muito carinho. Agradeço ao Senador Inácio Arruda, como também já disse aqui, amigo de muitos anos, sempre acompanha com muita atenção a Ancine, o cinema brasileiro. Quero também agradecer ao Senador Romero Jucá, que foi um parceiro extraordinário, ao longo de todos esses anos, na conquista de cada uma dessas leis que foram aprovadas por esta Casa, a Lei 11.437, a Lei 12.599, a Lei 12.485, que foram legislações que alteraram o panorama do audiovisual brasileiro.

Isso eu queria deixar bastante registrado, porque é isso que o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara fazem de melhor pelo País, que é conseguir construir uma legislação capaz de induzir o crescimento, induzir o desenvolvimento, e posso dizer aos Senhores que essas três leis aprovadas por esta Casa foram cruciais para mudar o panorama do audiovisual

brasileiro. Nós veremos os resultados disso ao longo dos próximos anos.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador Cyro Miranda, Senador Inácio Arruda, Senadoras e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado e parabéns ao Sr. Manoel Rangel Neto.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores, em especial ao Senador e amigo Inácio Arruda, por ter conduzido parte desta reunião e pelo empenho com que se dedicou, procurando esta Comissão para que nós colocássemos extrapauta no dia de hoje. Agradeço a todos os colaboradores aqui da nossa Comissão, na pessoa do Júlio Linhares, e encerro esta reunião, ficando, então, para um próximo comunicado da próxima reunião ordinária.

Muito obrigado.

Que tenham todos um bom-dia!

(Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2013.

Às onze horas e dezenove minutos do dia sete de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Pedro Simon, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa à leitura dos seguintes comunicados: **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a soleni-

dade de Assinatura da Portaria que regulamenta o Programa Nacional de Bolsa Permanência, a ser realizada no próximo dia 09 de maio, quinta-feira, às 15:00h, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite dos Exmos. Srs. Ministros de Estado Aloizio Mercadante, da Educação, Celso Amorim, da Defesa e Aldo Rebelo, do Esporte, para a Cerimônia de Lançamento do Programa Atleta na Escola, a realizar-se no dia de hoje, às 15 horas, no auditório do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 3:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento da Moção de Apoio enviada pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC ao Projeto de Lei do Senado 19/2011, que ‘Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências’. O projeto está sendo relatado pela Eminentíssima Senadora Ana Rita. Solicito a Secretaria que anexe ao processado o expediente recebido. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do documento poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a votação dos projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que ‘altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências’, para isentar, do pagamento de direitos autorais, academias de ginástica, de ensino de lutas e danças e estabelecimentos congêneres”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Ana Rita, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 11**). Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Requerimento nº 374, de 2013, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 12**). Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 12**). **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que “Altera a redação do art. 85 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre

prazo para exigência de abertura de concurso público para provimento de cargo de professor”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Logo após, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 13**). Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 16/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer “... nos termos do artigo 93, inciso I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2011, ‘que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências’ de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, bem como discutir o papel da Voz do Brasil como instrumento de concretização do direito à informação. Indicamos os seguintes convidados ou representantes: – Sra. Rosane Bertotti, Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; – Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão – ABERT; -Sra. Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; – Representante da Direção da Voz do Brasil; – Sr. Jonas Valente, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Integrante do Intervezes; – Sr. Chico Sant’anna, Representante do Movimento em Defesa da Voz do Brasil”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 374, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se da Casa, no dia 13 de maio de 2013, quando participará, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Cultura e Esporte, da abertura do XXV Fórum Nacional: O Brasil de amanhã, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 17/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Co-

missão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Ciência da Finlândia, Jukka Gustafsson, sobre a ‘Sistema Educacional Finlandês’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 18/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Paulo Paim, que requerem “Em aditamento ao Requerimento de nº 14 /2013 – CE, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater os impasses e perspectivas da expansão da educação superior brasileira, requeremos que seja incluído o nome do Senhor Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP”. O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência comunica o recebimento de carta do Comitê Olímpico Brasileiro, a respeito do pronunciamento feito pelo presidente da Comissão, em Plenário, no dia 24 de abril do corrente ano, sobre o caso do ginasta Arthur Zanetti e suas dificuldades de patrocínio e de estrutura para treinamento. No expediente, o Senhor Presidente do COB, Arthur Nuzman, solicita a leitura das providências tomadas pelo Comitê Olímpico com relação ao assunto suscitado. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, informa que a leitura da carta será feita em Plenário, no dia de hoje, como comunicação inadiável. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado:

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de assinatura da portaria que regulamenta o Programa Nacional de Bolsa Permanência, a ser realizada no próximo dia 09 de maio, quinta-feira, às 15 horas, na sala de atos, 9º andar, edifício sede do Ministério da Educação, em Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria da Comissão.

O comunicado vai ao arquivo.

Comunicado:

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadoras o recebimento do convite do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado, Aloizio Mercadante, da Educação; Celso Amorim, da Defesa; Aldo Rabelo, do Esporte; para a cerimônia de lançamento do Programa Atleta na Escola, a realizar-se hoje, às 15 horas, no auditório do edifício sede do Ministério da Educação, em Brasília.

Os Senadores que desejarem cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão, embora acredite que todos tenham recebido em seus gabinetes.

O comunicado vai ao arquivo.

Comunico, ainda, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento da moção de apoio, enviada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ao Projeto de Lei do Senado 19/2011, que declara como patrimônio cultural e material do Brasil o programa radiofônico Voz do Brasil, e dá outras providências.

O projeto está sendo relatado pela eminente Senadora Ana Rita.

Solicito à Secretaria que anexe ao processo o expediente recebido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia do documento poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

Temos um item não terminativo, o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO,

Nº 315 DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências”, para isentar, do pagamento de direitos autorais, academias de ginástica, de ensino de lutas e danças e estabelecimentos congêneres.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senadora: Angela Portela

Relatório: Pela rejeição.

Observações: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra a eminente Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda. Eu vou procurar fazer, rapidamente, a análise deste projeto de lei do Senador Arthur Virgílio, que, inclusive, está ali, na reunião de Assuntos Econômicos, num momento polêmico e importante do nosso Senado Federal, uma vez que estamos discutindo o ICMS.

Então, prevê-se que teremos, logo mais, uma ampla discussão de todos os Senadores que representam os Estados, principalmente, Senador Cyro Miranda, aqueles Estados lá da Região Norte, Região Amazônica, Zona Franca de Manaus. É um tema que interessa a todos nós. Por isso a importância de estarmos lá, também, participando desse debate de extrema importância para o desenvolvimento do nosso País e dos Estados da Região Norte, obviamente.

Então, vamos à leitura da análise do relatório.

Para podermos analisar a pertinência da proposição, devemos, inicialmente, consultar a Lei nº 9.610, de 1998, no contexto que se pretende modificar. A remissão que é feita pelo legislador dirige-se ao art. 46 daquele diploma legal, que lista os usos que não constituem ofensa aos direitos autorais.

Entre as exceções, está a reprodução, na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos. Igualmente, não ferem os direitos autorais a publicação de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza, em diários ou periódicos.

Outras ressalvas são feitas aos retratos ou de outra forma de representação da imagem, feita sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros. Na sequência, o dispositivo assegura que não ferem os direitos autorais a reprodução de obras literárias, artísticas ou

científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. E, assim por diante, em oito incisos, são listados os casos de não ofensa aos direitos autorais.

A proposta do autor do projeto é que se insira, nesse rol, um inciso IX, com o fito de declarar que “não é considerada representação ou exibição pública a utilização de obras audiovisuais, por radiodifusão, transmissão ou emissão por qualquer modalidade, em academias de ginástica, de ensino de lutas e danças, e em estabelecimentos congêneres”.

A nosso ver, o maior problema reside na pretensão de caracterizar como “não ofensa” aos direitos autorais o uso de música nos estabelecimentos enumerados. E tal proposição contraria o espírito do art. 46 que, ao se referir a música, no inciso V, trata da utilização de “fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização”.

O autor da proposição alega que “os ganhos financeiros auferidos pelas academias não estão relacionados à execução de obras musicais” e que, por isso, deveriam ser isentadas do pagamento de direitos autorais. Entretanto, tal lógica não subsiste, vez que seria praticamente impossível pensar em algumas atividades praticadas nesses estabelecimentos sem a sonorização. Nessa lógica, poder-se-ia argumentar que os livros utilizados em uma academia – universidade ou escola – não precisariam pagar pelos direitos autorais, vez que o propósito desta não seria a venda de livros. Entretanto, as editoras – e, por consequência, os consumidores dos livros – pagam pelos direitos autorais. E o princípio da cobrança está vinculado exatamente ao princípio de que ao criador cabe uma remuneração por sua criação.

No contexto da arrecadação e distribuição de direitos autorais sobre obras musicais, não podemos nos esquecer de que o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) tem sido alvo de pesadas críticas. Esta Casa concluiu, em 2011, uma Comissão Parlamentar de Inquérito cuja conclusão recomenda uma série de ajustes no sistema. Tais ajustes, por sinal, vêm sendo estudados há anos pelo Ministério da Cultura.

Entretanto, a par de tais críticas, não se pode criar exceções que firam os direitos dos criadores.

Desde que assumimos a relatoria da presente proposição envidamos esforços no sentido de, mediante consultas às partes interessadas, obter algum tipo de negociação. Infelizmente, tais esforços não

permitiram que se chegasse a uma saída de natureza jurídica satisfatória.

Acreditamos mesmo que as academias de ginástica devem receber algum tipo de estímulo do Poder Público, tendo em vista o relevante papel que desempenham para melhorar a condição de saúde da população. Mas, certamente, não seria à custa dos direitos autorais de obras musicais ali executadas. Porém, ao averiguar a legislação em vigor, constatamos que o Brasil já optou por favorecer tributariamente as academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais, assim como as academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes, nos termos dos incisos II e III do §5º-D do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Super Simples). Assim sendo, entendemos que o Poder Público já favorece as academias de ginástica, sem qualquer prejuízo aos direitos autorais das músicas que nelas são executadas.

Nosso voto, Sr. Presidente, diante destas considerações sobre o mérito, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2010.

É o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

O Projeto de Lei do Senado nº 315 está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação. (*Pausa.*)

Aprovado... É pela rejeição.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Perdão. Submeto à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sendo aprovado o parecer pela rejeição.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com muito prazer, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria solicitar a V. Exª a inclusão na pauta de um requerimento. Sei que ele foi apresentado bem em cima da hora, mas ele é fundamental porque trata de um tema que estamos debatendo, que é A Voz do Brasil. Essa audiência pública que estou solicitando é fundamental para que nós possamos aprofundar esse tema. Trata-se de um projeto que está sob minha responsabilidade como Relatora. Eu já fiz a leitura do relatório e solicitei a retirada de pauta da matéria para que pudéssemos fazer um debate mais aprofundado, considerando a orientação da Consultoria do Senado,

mas, realmente, gerou-se certa dificuldade. Então, nós precisamos fazer um debate. É do meu interesse. Se possível, eu gostaria que o requerimento fosse aprovado nesta reunião de hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com muito prazer, Senadora, vou submetê-lo, assim como acredito que haja mais um requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu também solicito a V. Exª que possa colocar um requerimento extrapauta de interesse deste Senador, por ser Relator, de interesse de V. Exª, porque se refere a V. Exª, e de interesse, eu diria, do Brasil, porque V. Exª está sendo convocado, convidado para ser painellista do XXV Fórum Nacional “O Brasil de amanhã”, a ser realizado no Rio de Janeiro. Nesse requerimento, com muita satisfação, eu faço o relatório seguindo a praxe do que manda o Regimento da Casa, para que V. Exª esteja lá não representando somente a Comissão ou V. Exª, mas representando o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Temos outro requerimento aqui, de minha autoria, que também vou submeter extrapauta.

Vamos submeter à votação os três requerimentos, incluindo-os extrapauta, o requerimento do Senador Paulo Paim, o da Senadora Ana Rita e o deste Senador, Cyro Miranda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

Passo a palavra para a Senadora Ana Rita para que leia o requerimento de V. Exª, que é muito oportuno. V. Exª já tinha lido seu parecer, mas acho que é de muita importância esse ato que apresenta.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, “que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências”, de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, bem como discutir o papel da Voz do Brasil como instrumento de concretização do direito à informação.

Indicamos os seguintes convidados [e convidadas] ou representantes:

– Srª Rosane Bertotti, Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);

– Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);

– Srª Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

– Representante da Direção da Voz do Brasil;

– Sr. Jonas Valente, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e integrante do Intervezes;

– Sr. Chico Sant’anna, representante do Movimento em Defesa da Voz do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu que agradeço.

Em discussão requerimento da Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Não tendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

Fica sobrestada a discussão do Projeto do Senado nº 19, de 2011 até após a audiência pública requerida por S. Exª.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2011, “que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências” de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, bem como discutir o papel da Voz do Brasil como instrumento de concretização do direito à informação. Indicamos os seguintes convidados ou representantes: – Sra. Rosane Bertotti, Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; – Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emis-

soras de Rádio e Televisão – ABERT; – Sra. Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; – Representante da Direção da Voz do Brasil; – Sr. Jonas Valente, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Integrante do Intervezes; – Sr. Chico Sant’anna, Representante do Movimento em Defesa da Voz do Brasil.

Autoria: Senadora Ana Rita

Observações: *O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública.*

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para ler o Requerimento nº 374.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão, faço questão de ler o relatório porque é bem curtinho, até valorizando a missão de V. Ex^a.

Em análise o Requerimento nº 374, de 2013, de autoria do Presidente da Comissão de Educação, por meio do qual S. Ex^a requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se da Casa e representá-la no dia 13 maio como participante da abertura do 25º Fórum Nacional Brasil de Amanhã, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro.

À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete, nos termos do §4º do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal,² opinar a respeito do requerimento de autorização de ausência para participar de missão no País quando solicitada individualmente pelo Senador interessado.

O Requerimento nº 374/2013 especificamente pede autorização para o Senador Cyro Miranda participar, repito, do 25º Fórum Nacional Brasil de Amanhã, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro no próximo dia 13 de maio.

Como se trata de tema de extrema relevância para o País, pois discutirá estratégias com vistas ao desenvolvimento do Brasil nas próximas décadas, entendendo ser fundamental a participação do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte neste evento, motivo pelo qual me posiciono tranquilamente favorável à autorização requerida.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 374, de 2013.

Meus cumprimentos ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado, lembrando que dia 13 é uma segunda-feira. Não haverá prejuízo da nossa Comissão na terça-feira seguinte.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2013

Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se da Casa, no dia 13 de maio de 2013, quando participará, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Cultura e Esporte, da abertura do XXV Fórum Nacional: O Brasil de amanhã, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Observações: *Matéria terminativa no Plenário.)*

O último requerimento extrapauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Ciência da Finlândia, Jukka Gustafsson, sobre a “Sistema Educacional Finlandês”.

Autoria: Senador Cyro Miranda

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem realizado, nos últimos anos, ações que possibilitam a troca de experiências e o conhecimento dos sistemas educacionais que são referenciais no mundo, como é o caso da Finlândia, reconhecida pela excelência do seu sistema de ensino, bem avaliada por organismos internacionais de educação. A Finlândia se destaca como uma das nações de melhor desempenho estudantil e menor desigualdade entre suas escolas, entre outros notáveis avanços no seu sistema educacional. Esses avanços devem-se em grande parte a reformas educacionais empreendidas nas últimas décadas.

Neste momento, em meio aos debates e processos da deliberação do Plano Nacional da Educação, as reflexões sobre exemplos bem sucedidos na educação podem agregar subsídios e melhor instrumentalizar esse colegiado para a discussão que vamos empreender sobre o futuro de nossa educação e consequentemente de nossas gerações.

Esse é o requerimento que está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3 da pauta, não terminativo.

ITEM 3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a redação do art. 85 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre prazo para exigência de abertura de concurso público para provimento de cargo de professor.

Autoria: Senador Cidinho Santos.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observações: Matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para ganharmos tempo, passemos logo à análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar a respeito de proposições que versem sobre, entre outros temas, diretrizes e bases da educação. Assim, a matéria veiculada pelo PLS nº 313, de 2012, enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

Conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, a contratação temporária de servidores públicos rege-se pelo signo da excepcionalidade. Nos termos desse dispositivo, “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”.

De fato, a regra no serviço público a partir da Carta de 1988 é a do concurso público, fundado no princípio republicano do mérito e no princípio democrático da igualdade de condições para o acesso aos cargos

públicos a todos os cidadãos. Ora, se o que importa é o conhecimento dos candidatos e não qualquer outra hierarquia ou preconceito social para o acesso a qualquer cargo público, mais ainda isso se deve aplicar na seleção dos docentes, uma vez que o conhecimento é a matéria-prima por excelência do trabalho educativo. Nesse sentido, o esmero para selecionar os mais preparados deve ser levado ao ponto máximo na contratação de professores. O texto Constitucional, no inciso II do art. 37, prevê o concurso de “provas ou de provas e títulos” para investidura em cargo ou emprego público.

No caso dos docentes, no entanto, a Carta Magna é mais restritiva e assegura aos docentes das redes públicas “ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos”, conforme disposto no inciso V do art. 206.

Apesar disso, a realidade de nossa educação nem sempre tem trilhado, no que diz respeito à contratação de docentes, os estritos limites traçados pela Carta Magna. Diversos fatores, desde a carência de profissionais formados em determinadas disciplinas até a baixa atratividade da carreira, têm provocado falta de professores nas escolas do País. A solução nesses casos, invariavelmente, é a contratação temporária.

Nos últimos anos, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) refletem uma melhoria na formação média do professor brasileiro. Assim, dos 2.039.261 de docentes da educação básica computados no Censo Escolar de 2011, 74% contam com formação de nível superior. O Censo da Educação Superior de 2010, por sua vez, apontava a existência no País de 315.535 docentes em instituições de educação superior (IES). Entre os docentes das IES públicas, 49,9% detêm título de doutorado. Na rede privada são 15,4% dos professores com essa mesma titulação.

Não se encontram muitas informações consistentes sobre o número de professores contratados temporariamente em nosso País. De acordo com dados de 2007 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os temporários correspondem a 25,8% dos professores do setor público no Brasil, enquanto na Coreia esse percentual é de 4,4%.

O que sabemos é que a contratação temporária quase sempre vem junto com relações de trabalho precárias, rotatividade docente e formação insuficiente. Decerto, tudo isso tem reflexos na qualidade da educação. Em geral, aos contratados temporariamente não são asseguradas as mesmas garantias previdenciárias e trabalhistas. O fato é que não parecem existir razões de cunho educacional para contratar temporariamente. Os motivos são geralmente de natureza fiscal ou relativos à gestão de pessoal dos governos.

Ademais, pesquisas internacionais têm demonstrado que o docente é a principal variável explicativa da qualidade no ensino. Sistemas de educação que garantem aprendizagem e se destacam nas avaliações internacionais adotam critérios rígidos de seleção de professores, em que a concorrência pelas vagas é acirrada.

Na Coreia, os professores são oriundos do grupo formado pelos 5% dos melhores alunos da graduação e, na Finlândia, eles saem de entre os 10% de melhor desempenho na faculdade, a teor de publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A necessidade urgente de melhorar o desempenho da escola brasileira passa pelo reforço de políticas de valorização profissional, como a garantia de cumprimento do Piso Salarial Profissional do Magistério, o reforço da formação inicial e continuada e o ingresso apenas por concurso público de provas e títulos.

Há de se considerar, ainda, os danos ao processo de aprendizagem advindos da situação de precariedade do vínculo do docente com a escola. Em virtude da excepcionalidade, os contratos se encerram em prazo determinado, ocasionando mudanças constantes de professores regentes de turmas, em prejuízo da continuidade do trabalho pedagógico.

Em adição, não é incomum que os contratados temporariamente lecionem em mais de uma escola, com as consequências negativas que esse fato tem para a qualidade do trabalho docente.

Afirma-se que uma das características mais marcantes dos países líderes em qualidade na educação é o alto status social dos docentes. Eles são respeitados pela sociedade, recebem bons salários e correspondem no trabalho. No Brasil, ao contrário, a carreira docente tem baixa atratividade e os professores não gozam de prestígio social elevado, como em outros países mais evoluídos.

Espera-se que políticas de valorização como a que criou o Piso Salarial Profissional Nacional melhorem esse quadro no Brasil, porque os professores merecem.

A proposição em epígrafe visa a contribuir com esse movimento de valorização da profissão docente, ao ampliar o controle social sobre a forma como os professores são contratados. Pretende manter a contratação temporária como exceção, circunscrita ao mandamento constitucional que exige, em primeiro lugar, uma “lei”, em segundo, a presença da “necessidade temporária” e, em terceiro, o “excepcional interesse público”.

Entendemos viável a possibilidade de que qualquer cidadão possa “exigir” a realização de concurso público para cargo ocupado por contratado temporariamente após dois anos. Reduzir o prazo estabelecido

no texto original da LDB significa ampliar o direito e aumentar as chances de que o dispositivo seja posto em prática. Também consideramos relevante facultar esse poder a todo cidadão, embora o projeto tenha mantido o texto atualmente em vigor, que o restringe ao cidadão “habilitado com a titulação própria”. Com essas alterações, abre-se a via para que o texto legal não se torne letra morta. Portanto, a modificação do art. 85 da LDB, com as alterações propostas, parece-nos em sintonia com as exigências de melhoria da qualidade do ensino, com a necessidade de valorização docente e com o aumento da atratividade da carreira.

É preciso considerar que a contratação temporária de professores nas esferas estaduais e municipais ocorre conforme a legislação de cada ente federativo. No âmbito federal, essa forma de provimento – provimento temporário – está regulamentada pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que permite a admissão temporária de professores substituto e visitante e também de professor e pesquisador visitante estrangeiro. Em face de inovações recentes, introduzidas na Lei nº 8.745, de 1993, nos anos de 2004, 2008, 2010 e 2011, que estabeleceu prazos diferenciados para situações excepcionais de contratação, faz-se necessário emendar o texto original do projeto a fim de evitar problemas de juridicidade no projeto. Com a ressalva que ora introduzimos, por emenda, à aplicação do art. 4º da Lei nº 8.745, de 1993, evitam-se conflitos normativos que poderiam advir em casos como os de professor visitante, cujo contrato pode ser renovado por até quatro anos, e de professor substituto para suprir a falta de ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação, que pode se estender por seis anos.

No tocante à técnica legislativa, cabem duas alterações destinadas a cumprir preceitos da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis: 1ª) conferir maior concisão à ementa, ao explicitar o objeto da lei e 2ª) acrescentar, ao final do dispositivo alterado, a sigla “NR”, indicadora de nova redação. Tais alterações coadunam o projeto com o que determinam o art. 5º e a alínea “d” do inciso III do art. 12 da LCP nº 95, de 1998.

Desse modo, a matéria mostra viabilidade, oportunidade e relevância educacional e social e merece nossa acolhida, na forma de uma emenda que consolida todas as alterações propostas.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2012, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para reduzir de seis para dois anos o prazo para que qualquer cidadão possa exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 85 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 85. Qualquer cidadão poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de dois anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal, 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e 4º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de destacar a minha sensibilidade para com esse projeto, uma vez que entendo que ele vem atender, realmente, uma necessidade, conforme já foi muito bem explicitado aqui pelo nosso Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem, inclusive, quero parabenizar pelo relatório bem construído, bem feito, bem fundamentado e muito adequado.

No entanto, Sr. Presidente, eu queria solicitar ao senhor a possibilidade de nós votarmos esse projeto na próxima reunião, a fim de que tenhamos um tempo maior para tirar algumas dúvidas.

Portanto, solicito vista da matéria, mas de modo que possa o projeto entrar na pauta da próxima reunião, sem prejuízo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pode ser sim.

Fica, pois, concedida vista coletiva à Senadora Ana Rita, à Senadora Lídice da Mata e também ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só queria manifestar também a minha simpatia pelo projeto, que é mais do que justo. Não pode o cidadão ficar seis anos no cargo enquanto que o outro, concursado, fica na fila, sem conseguir entrar no espaço.

Os meus cumprimentos ao autor e ao relator, pois o projeto é, de fato, muito simpático e atende a uma realidade existente em outros setores também, As pessoas ficam aqui, pelos corredores do Congresso, nos procurando, porque fizeram o concurso, as vagas existem e, às vezes, estão lá outros improvisados, enquanto os concursados não conseguem ser empossados no cargo para o qual se concursaram com tanto esforço.

Por isso, somo-me também à vista coletiva para que a matéria seja votada já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Concedida vista coletiva.

Só para lembrar que, na próxima reunião, faremos realizar uma audiência pública com o Ministro Mercadante. Então, nós votaríamos esse projeto na outra semana ainda, na primeira reunião ordinária.

Também chega à Mesa um pedido extrapauta de aditamento ao Requerimento nº 14, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, a Senadora Ana Amélia não se encontra presente. Ela está aditando o requerimento, de minha autoria, que vai debater, numa audiência pública, os impasses e perspectivas da expansão da educação superior brasileira.

A Senadora pede que eu assine. Eu assinei pela não presença.

Requeiro que seja incluído o nome do Sr. Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo, Semesp. “Sala das Sessões. Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Paim”.

É a inclusão de nomes que já estão aprovados no requerimento que V. Exª, de forma muito competente, como sempre, já aprovou, já tendo marcado a data da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o Requerimento.

O Requerimento está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 18, DE 2013

Em aditamento ao Requerimento de nº 14 /2013 – CE, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater os impasses e perspectivas da expansão da educação superior brasileira, requeiro que seja incluído o nome do Senhor Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP.

Autoria: Senadora Ana Amélia)

Eu recebi uma carta do Comitê Olímpico, em função de um pronunciamento que eu fiz, e o Sr. Carlos Arthur Nuzman pediu, então, que eu a lesse. Como eu fiz esse pronunciamento em plenário, vou ler também... Ele diz respeito a um pronunciamento que eu fiz no dia 24 de abril sobre uma reivindicação do ginasta Arthur Zanetti, que estava, junto com seu treinador, quase saindo do País. Mas o Comitê tomou providências a tempo, me mandou a resposta, e eu, como li em plenário, também vou lê-lo em plenário, hoje, em comunicação inadiável.

Nada mais havendo a tratar, quero apenas convocá-los para, amanhã, dia 8 de maio, quarta-feira, às dez horas, uma audiência pública que tem como finalidade instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em Medicina que obtiverem seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos em instituição pública ou privada. Autoria do requerimento: Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira.

A reunião destina-se a instruir a seguinte matéria: PLS nº 168, de 2002, do Senador Cristovam Buarque. Convidados: Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Fernando Antônio Menezes da Silva, Diretor de Programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Beatriz Rodrigues Abreu da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes; Dr. José Luiz Bonamigo Filho, Tesoureiro da Associação Médica Brasileira; Waldir Araújo Cardoso, Diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos,

e Sr^a Maria do Patrocínio Tenório Nunes, Secretária-Executiva da Comissão Nacional da Residência Médica do Ministério da Educação – MEC.

Todos, então, estão convidados para essa audiência pública amanhã, às dez horas.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos nobres Senadores e Senadoras, agradecemos mais uma vez e os esperamos amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Jarbas Vasconcelos**, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Comissão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação de Atas de Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.” Relator Senador Cristovam Buarque. Sabatina realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do

Brasil em Genebra.” Relator Senador Luiz Henrique. Sabatina realizada. A Embaixadora **Regina Maria Cordeiro Dunlop** e o Embaixador **Edgard Antonio Casciano** são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. O presidente declara aberto o processo de votação. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Senhora Senadora Ana Amélia e Senhor Senador Jorge Viana. Os Embaixadores respondem aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e três minutos e reaberta às doze horas e treze minutos. Atua como secretário o Senhor Senador Jorge Viana e como escrutinadores a Senhora Senadora Ana Amélia e o Senhor Senador Jorge Viana. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. O Presidente faz a leitura do **ITEM 6 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, DE 2013**, de autoria do Senador Jorge Viana, que “Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater sobre a imigração ilegal no Brasil, sua evolução, conseqüências e propostas para o enfrentamento da situação. Para tanto, solicito que sejam convidados: – Representante do Ministério da Justiça; – Representante do Ministério das Relações Exteriores; – Representante do Ministério do Trabalho; – Representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare); e – Representante do Conselho Nacional de Imigração.” Lido o Requerimento, conforme o Ato nº 6, de 2013-CRE. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.” É designado Relator *ad hoc* o Senhor Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.” RELATOR: Senador Cristovam Buarque. É designada Relatora *ad hoc* a Senhora Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato

nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2013**, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para discutir a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). Segundo informações levantadas pela imprensa existem mais de 200 equipamentos em operação no Brasil sem que exista regulamentação, por parte dos órgãos competentes, para sua utilização. Para tanto sugiro sejam convidados: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – Comandante da Aeronáutica; Senhor José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Senhor Sami Youssef Hassuani – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.” Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Jarbas Vasconcelos**, Presidente em exercício

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/ PMDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovadas.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Em 11 de abril de 2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem também elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Em 21 de março de 2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

A arguição da indicada a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido, para que tomem assento à Mesa, a Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop e o Embaixador Edgard Antonio Casciano.

Concedo a palavra ao Embaixador Edgard Antonio Casciano, indicado para a República Helênica, pelo tempo necessário que S. Ex^a requerer.

O SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria dizer que me senti muito honrado com a minha designação pela Senhora Presidente da República para ser – se merecer o endosso de V. Ex^{as} – o chefe da nossa missão diplomática em Atenas. Também muito honrado com a proposta de meu nome feita pelo meu chefe, o Ministro Antônio Patriota.

Senador Jarbas, se V. Ex^a estiver de acordo, eu iniciarei minha exposição com algumas palavras sobre a crise econômico-financeira na Grécia e os diversos pacotes de ajuda financeira e de ajuste econômico que foram feitos, porque eu acho que este é o tema de maior interesse, no caso da Grécia, e também por-

que é o pano de fundo da discussão que poderemos ter aqui sobre outros aspectos da atualidade grega.

Primeiramente, alguns dados básicos sobre a Grécia para dar uma idéia da dimensão do problema que aquele país enfrenta nesse momento. A Grécia tem uma população de 11,3 milhões de habitantes; tem um padrão de vida social e econômico de um país desenvolvido – ela é um país desenvolvido –, a expectativa de vida entre os homens é de 78 anos e, entre as mulheres, 83. Essa diferença significativa é devida, segundo alguns estudos, ao tabagismo, que é um problema, sobretudo com relação aos homens.

Eu farei uma comparação no que se refere ao Produto Interno Bruto da Grécia e renda *per capita*, entre a Grécia e a cidade, o Município de São Paulo – refiro-me apenas à cidade, capital paulista. Isso, não apenas porque se trata da minha cidade natal – aliás, não é por isso –, mas porque São Paulo capital e a Grécia têm populações praticamente idênticas: a Grécia, com 11,3 milhões de habitantes; e o Município de São Paulo, com 11 milhões de habitantes.

A Grécia tem um produto bruto (dados de 2012) de US\$300 bilhões; São Paulo, que é uma cidade reconhecidamente de alto padrão econômico, tem US\$230 bilhões. Quer dizer, a Grécia tem um produto bruto superior. O PIB da Grécia, esse PIB de US\$300 bilhões, representa 2,5% do PIB da União Europeia. O PIB *per capita* da Grécia é de US\$26 mil. Isso coloca a Grécia num padrão de renda elevada. A Grécia ingressou na União Europeia, na época ainda chamada de Comunidade Europeia, em 1º de janeiro de 1981, como seu décimo membro. Em 2000, a Grécia figurou entre os países que aderiram ao euro – ela faz parte do grupo original de adesão ao euro em 2000.

A crise econômico-financeira na Grécia ela se evidenciou em 2009. Em 2009, ficou claro que havia uma virtual impossibilidade de o governo grego honrar os seus compromissos com relação à dívida pública. Houve grande preocupação, não apenas na Grécia, mas em toda a União Europeia, em particular na zona do euro, por conta dos riscos sistêmicos que poderia haver caso ocorresse a eventual saída da Grécia da zona do euro.

Em 2010, quer dizer, um ano depois da eclosão da crise, o déficit orçamentário da Grécia era de 13,6%. Para se ter uma idéia, quando se criou o euro, um dos chamados critérios de Maastricht era de que o déficit orçamentário dos países que iriam aderir à moeda única não fosse superior a 3%. Quando a Grécia aderiu, o seu déficit era de 3%. Em 2010, ele equivale a 13,6%.

A Grécia enfrentava, no momento da eclosão da crise, ao que se chamou de déficits gêmeos. Havia o déficit orçamentário, ao qual já me referi, e um défi-

cit crônico, estrutural na balança comercial. A Grécia importa praticamente o dobro do que exporta, então, déficit orçamentário, déficit na balança comercial.

O governo grego, um pouco se antecipando aos acordos que logo em seguida celebrará com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI, em março de 2010, anunciou um plano de austeridade que já contemplava algumas das medidas que depois serão acordadas com a chamada Troika, que são o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o FMI. Já previa aumentos de impostos – era um plano de austeridade – congelamento de pensões, cortes de salários e também a dispensa ou aposentadorias antecipadas de servidores públicos.

Na Grécia, há um grande número de servidores públicos. Ela tem uma população de 11,3 milhões habitantes e 700 mil servidores públicos e funcionários de entidades da Administração indireta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Ativos e inativos?

O SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO – Esses são ativos. Depois eu retornarei ao tema das pensões.

Em maio de 2010, os governos da zona do euro e o FMI aprovaram um pacote de socorro financeiro à Grécia, sem o qual ela não poderia honrar os compromissos de vida pública. Houve um empréstimo inicial de 110 bilhões, que equivalem a US\$140 bilhões, mas logo ficou claro que esse pacote seria insuficiente.

Em julho de 2011, houve um segundo pacote de socorro financeiro no valor de 130 bilhões – US\$165 bilhões, mais ou menos.

Esses dois pacotes, portanto, totalizam 240 bilhões, equivalentes a US\$305 bilhões.

Como eu disse, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI constituem a chamada Troika, que monitora o cumprimento pelo governo grego dos compromissos assumidos com relação a esse pacote de ajuda, que implica, evidentemente, um plano de reestruturação da dívida e muita austeridade. Há fortes medidas de austeridade.

Em outubro de 2011, quer dizer, posteriormente a esse segundo pacote de socorro financeiro, houve uma decisão entre o governo grego e a Troika de que os títulos da dívida pública grega seriam desvalorizados em até 50%, o valor de face, o valor nominal desses títulos. Na verdade, por ação do mercado, eles acabaram perdendo 75% de seu valor de face, e isso terá implicações numa crise posterior, que é a de Chipre, porque os bancos de Chipre eram possuidores de uma grande quantidade desses títulos da dívida pública da Grécia. Mas essa ideia da medida de se fazer baixar o valor desses títulos era para forçar a redução da dívida.

Para se ter uma ideia do que era a dívida pública grega, em 2011 ela equivalia a 165% do PIB, quer dizer, era uma dívida não sustentável. Em 2012, já houve uma pequena redução, passou a 155,7% do PIB.

Vou comentar agora um pouco quais são esses ajustes que foram acordados com a Troika – FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. Como disse, eles contemplam fortes medidas de austeridade e redução de despesas públicas, inclusive mediante dispensa de funcionários públicos. A meta que foi acordada com a Troika é de que haja uma redução desse número de 700 mil funcionários, um corte de 125 mil servidores públicos ou funcionários de entidades da administração indireta; aumento de impostos e taxas; reformas estruturais, não só medidas de austeridade, mas também reformas estruturais, que são, basicamente, a flexibilização do mercado de trabalho; a reforma do sistema de aposentadorias – houve redução no valor das pensões; redução do Estado mediante privatizações, fusão e extinção de órgãos e entidades públicas; combate à evasão e à sonegação fiscal – e isso eu posso dizer com tranquilidade, porque o governo grego reconhece que há um problema muito sério de evasão e sonegação fiscal e que ele não dispõe de mecanismos adequados para combater esse problema. É uma coisa que está sendo discutida e vem melhorando gradualmente.

Os ajustes até aqui foram feitos, basicamente, com recessão. A meta principal dos ajustes é de que essa dívida, que é de 155% do PIB, seja reduzida, até 2020, a 124% do PIB. O FMI considera que, com essa dimensão, 124% do PIB, ela já seria administrável, ela seria sustentável.

Desde a eclosão da crise, em 2009, até 2012, foram cinco anos seguidos de queda do PIB. Para se ter uma ideia, em 2011, o PIB recuou em 7,2%; em 2012, houve uma queda de 6,4%; e no corrente ano, em 2013, há uma queda prevista de 4,2%.

Porém, há uma notícia boa, que, coincidentemente, foi divulgada anteontem, quando foi tornado público o último relatório da Troika, de uma missão de monitoramento que foi feita no mês passado. Já se prevê no próximo ano – não é o governo grego, é a Troika, o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão – o fim, não será um crescimento apreciável, mas, pelo menos, não haverá queda do PIB no próximo ano. O número que foi lançado nesse relatório é de 0,4%. É muito pouco, mas, pelo menos, não haverá novas quedas no PIB, quer dizer, há um empobrecimento do país e de sua população. Então se prevê um retorno do crescimento, embora muito modesto, em 2014.

O nível de desemprego na Grécia, no ano passado, em 2012, era de 26,4%, mas o problema é que,

entre os jovens, esse percentual chega a 58%. É um número mais ou menos próximo ao que a Espanha tem enfrentado nesse problema muito grande do desemprego entre os jovens.

Paralelamente ao aumento do desemprego, houve uma queda do salário médio, uma forte queda, e também do consumo privado. Só em 2012 o consumo privado teve uma queda de 9,1%. Mas há alguns resultados positivos. O primeiro a se mencionar, além da perspectiva da volta do crescimento no ano que vem, é que em janeiro de 2013 houve, pela primeira vez, um superávit primário nas contas públicas de US\$1,6 bilhão. O governo grego, cumprindo os seus compromissos com a Troika, logrou aprovar um orçamento com corte de €9,4 bilhões, que equivalem a US\$12 bilhões. Em fevereiro deste ano, a inflação foi de apenas 0,1%, é a menor em 45 anos. E hoje em dia já há a deflação, não apenas uma inflação pequena.

E isso é o que eu teria de dizer sobre a crise, inclusive com os resultados do mais recente relatório da Troika, que foi divulgado anteontem. Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu falaria um pouco sobre a política interna grega, que é muito relacionada com a crise, evidentemente.

No ano passado, em junho de 2012, houve eleições parlamentares, aliás houve duas eleições parlamentares. A primeira, em maio, não permitiu a constituição de um novo governo, mas em junho houve uma segunda eleição geral parlamentar, em que modificaram profundamente o panorama político da Grécia. A Grécia, há quatro décadas, vivia numa situação de virtual bipartidarismo. Alternavam-se no poder o Pasok – Partido Socialista Pan-helênico, de centro-esquerda, e a Nova Democracia, também chamada de Nova República, porque, em grego, democracia e república são a mesma palavra, de centro-direita. Então, esses partidos se alternavam no poder há praticamente quatro décadas, desde o final da ditadura.

Com essas eleições de junho, houve uma alteração profunda nesse panorama, e novas forças políticas emergiram. Por exemplo: hoje o segundo maior partido da Grécia é a Syriza, que é uma coalizão de esquerda. Inclusive o chefe da Syriza esteve recentemente no Brasil, em dezembro de 2012, quando ele visitou inclusive, o Congresso, teve vários encontros com Parlamentares. O Alexis Tsipras é o chefe do segundo maior partido da Grécia, não faz parte do governo, mas o governo atual – o que também é uma novidade – é um governo de coalizão entre as duas forças rivais, antigas forças rivais, o Pasok e a Nova Democracia, mais um outro agrupamento de esquerda moderada.

O lado negativo dessas eleições é que emergiram também forças como um partido de extrema direita,

chamado Aurora Dourada, que xenófobo, anti-imigração, um partido de gente um pouco violenta, eles têm quase que um grupo paramilitar que perseguem imigrantes, pessoas desempregadas.

Hoje, na Grécia, que tem um Parlamento unicameral, há sete partidos representados. E, como eu já disse, tem um governo de coalizão de três partidos: Nova Democracia, Pasok e a chamada Esquerda Democrática (Dimar).

O Pasok, que era um grande partido, perdeu muitas cadeiras no Parlamento e, hoje, tem apenas 25 Deputados. E a Syriza, esse partido da esquerda, que não faz parte do governo, tem 71 cadeiras. Quer dizer, é um partido que, hoje, é muito maior do que o Pasok.

É interessante que esse partido Syriza, que irrompeu no panorama político grego, teve uma votação muito grande porque ele se opôs fortemente às medidas de austeridade, que provocaram maior desemprego, corte nas pensões. Porém, o seu chefe, durante a campanha eleitoral, diz claramente que era contra ajustes basicamente focados em medidas de austeridade, mas não era a favor da saída do euro – foi uma mensagem positiva, que tranquilizou os mercados. Ele é e continua sendo contra austeridade, mas a favor da manutenção da Grécia na zona do euro.

Isso é o que eu teria a dizer sobre a política interna.

Sobre a política externa, se eu ainda dispuser de algum tempo... Quais são as grandes questões da Grécia no plano externo? A primeira é uma questão em que, às vezes, nós, brasileiros, temos dificuldades. Eu já servi lá antes e é uma questão que já existia naquela época e temos uma certa dificuldade de entender. A Grécia se opõe ao nome que a ex-República Iugoslava da Macedônia, que fica ao norte, quis se dar: República da Macedônia. A Grécia não aceita que ela tenha esse nome, aliás ela entrou nas Nações Unidas ainda com nome provisório de ex-República Iugoslava da Macedônia. A Grécia alega que a escolha do nome Macedônia para essa nova república, que emergiu da ex-Iugoslávia, poderia indicar alguma pretensão com relação a territórios que hoje pertencem à Grécia. A Grécia tem uma região no norte de seu território, que se chama Macedônia, que aliás corresponde à maior parte do que era a antiga Macedônia. Nessa ex-República Iugoslava da Macedônia há territórios que correspondem também à antiga Macedônia, mas a Grécia considera que a tradição da Macedônia ela tem. E é uma parte do que era a Macedônia...

Mas é um problema que, hoje, já não é tão grave. Os dois países convivem, mas ela continua a se opor à entrada dessa república na ONU com o nome de República da Macedônia.

Uma questão antiga com seu outro vizinho, que é a Turquia: a principal questão é a delimitação do mar territorial e da plataforma continental no Mar Egeu. Quando se olha para o mapa da Grécia, nós podemos ver, sobretudo, aquelas ilhas mais a leste, que são as doze Ilhas do Dodecaneso, que quase tocam o território da Turquia. Aliás, de qualquer uma dessas ilhas, se pode avistar o litoral da Turquia, porque são muito próximas.

Isso cria dificuldades práticas para delimitação da plataforma continental e do mar territorial. E se tornou mais importante, hoje em dia, porque, em toda essa região e, inclusive, mais ao oriente, em Chipre, na Síria, no Líbano e em Israel, foram descobertas grandes reservas de petróleo e, sobretudo, de gás natural. Então, é urgente para a Grécia, que enfrenta tantos problemas econômicos, poder iniciar a exploração dessas reservas – e para a Turquia também, evidentemente – de gás natural e petróleo, mas, enquanto não se definir essa questão da delimitação da plataforma e do mar territorial, isso não vai ser possível.

Com a Turquia também a Grécia tem problemas em matéria de imigração, porque a Grécia alega que a Turquia não controla adequadamente a sua fronteira com a Trácia, aquela região mais ao norte. Então, há realmente um grande problema de imigração clandestina na Grécia, principalmente de imigrantes que entram no território grego através da fronteira com a Turquia.

Um outro problema evidente nas relações entre a Grécia e a Turquia é a questão de Chipre. Sabemos que a ação militar da Turquia no norte de Chipre, que levou à separação completa de populações entre a maioria da população, que é de língua grega e cultura grega, no norte, é consequência também de uma ação no final da ditadura militar, em que houve uma tentativa – era uma reivindicação antiga dos gregos e de alguns cipriotas também – de união de Chipre com a Grécia. Quando houve essa tentativa, em 1974, no final da ditadura militar na Grécia, a Turquia invadiu e ocupou o norte de Chipre. Aliás, o Chipre se tornou membro de União Europeia, mas apenas Chipre. A República de Chipre é reconhecida por toda a comunidade internacional, com exceção da parte norte, que é ocupada. Então, só entrou na União Europeia a parte da República de Chipre, mas não o norte.

Embora haja problemas políticos nas relações entre esses dois vizinhos, ambos são membros da Otan. A Grécia apoia o pleito turco de entrada na União Europeia, o que é um gesto político importante e muito significativo, e, além disso, eles são dois parceiros econômicos muito importantes. A Turquia é o segundo maior parceiro econômico da Grécia.

Ainda tenho tempo Sr. Presidente? Senão, posso voltar depois.

Quanto às nossas relações com a Grécia, um dado histórico: Dom Pedro II visitou a Grécia em 1876, em um grande périplo que fez pela Europa, Oriente Médio e Egito. Ele tinha muito interesse pela história antiga. Uma informação interessante é que a presença de gregos no Brasil também é relativamente antiga. Houve a fundação de uma colônia de gregos em Santa Catarina em 1883. Uma coisa que aprendi na preparação da sabatina é que trabalhadores gregos, técnicos e até engenheiros trabalharam na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, um dado que eu não conhecia. Havia trabalhadores gregos nos cafezais de São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto; algodão, na região de Lins; e técnicos e engenheiros gregos também imigraram para o Brasil logo após a II Guerra Mundial. Houve um programa brasileiro de atração de técnicos e engenheiros após a II Guerra Mundial.

Há alguns nomes ilustres entre os descendentes desses imigrantes gregos. O primeiro de que me lembraria é o do João Pandiá Calógeras, que foi um historiador, economista, era neto de gregos, e foi o primeiro civil, e único da República Velha, a ter sido Ministro da Guerra. Foi no Governo de Epitácio Pessoa. Muitos de nós conhecemos a história do Brasil, que ele redigiu inicialmente em inglês, porque era destinada, sobretudo, a estudantes estrangeiros, mas depois houve uma tradução para o português que se tornou, até algum tempo atrás, um manual de várias escolas, história escrita por João Pandiá Calógeras, neto de gregos. Um outro descendente de grego ilustre é o Governador Jorge Lacerda, Santa Catarina, que faleceu num acidente aéreo. Ele era filho de gregos e parece que também casado com uma senhora de origem grega.

Quanto às nossas relações políticas e diplomáticas, também elas são tradicionais para a dimensão da nossa história, que é muito distinta, a história grega que é tão antiga, nós temos um chefe de missão diplomática residente em Atenas desde 1912. Na época, ainda era uma legação, não era uma embaixada, era chefiada por um Ministro. Aliás, o primeiro chefe dessa legação ele era genro do Presidente Hermes da Fonseca. Em 1958, a missão diplomática do Brasil foi elevada à categoria de Embaixada. E um outro dado importante das nossas relações políticas, desde 2005, a Grécia apoia o pleito brasileiro de ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aqui eu queria deixar um registro, inclusive é uma homenagem que eu faço ao Embaixador Oto Maia, a quem eu vou suceder, irmão de um ilustre membro desta Comissão. Em fevereiro de 2011, a Embaixada

do Brasil ela prestou, em Atenas, prestou um valioso apoio, inclusive consular, na evacuação dos 300 cidadãos brasileiros que se encontravam na Líbia. Eram ex-funcionários da Construtora Queiroz Galvão.

A Embaixada identificou o navio que os retiraria de lá, a companhia de navegação que cuidaria disso identificou o navio, depois deu todo apoio na recepção desses brasileiros no Porto do Pireu, de onde eles foram evacuados, do Porto de Pireu, na Grécia, de avião. Então, foi a Embaixada em Atenas que cuidou de toda essa logística, com muita competência.

Eu acho que poderia parar por aqui se o Senhor estiver de acordo.

Se houver mais alguma questão, terei imenso prazer em abordá-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Mesa agradece ao Embaixador Edgard Antonio. Somente após a fala da Embaixadora Regina Maria é que os inscritos irão perguntar aos indicados.

Concedo a palavra à Embaixadora Regina Maria, indicada para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Use o tempo que for necessário.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Obrigada. Exmº Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, a quem eu muito agradeço por ter aceito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Permita-me, Embaixadora.

Há uma visível dificuldade de quórum hoje na Comissão de Relações Exteriores. Assim, eu submeto à apreciação do Plenário se a Presidência pode abrir o processo de votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

Com a palavra, a Embaixadora.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Obrigada. Sr. Presidente, Exmº Sr. Jarbas Vasconcelos, Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, a quem eu muito agradeço por ter aceito esta relatoria, Exmºs Srs. Senadores membros desta Comissão, colegas presentes, senhoras e senhores, muito me distinguiu a Senhora Presidenta da República com a indicação de meu nome, por recomendação do Ministro das Relações Exteriores, para exercer a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Sinto-me, portanto, hoje, muito honrada em poder me apresentar aqui aos Senhores, dando continuidade a esse diálogo que caracteriza as relações entre esta Casa e o Itamaraty. E esse diálogo, que é permanen-

te, é muito importante, porque a participação do Brasil nos fóruns internacionais ela se pauta por refletir as aspirações, as preocupações de nossa sociedade e, também, espelhar os compromissos e as obrigações assumidas pelo País no plano doméstico.

Essa comunicação que, naturalmente, implica ouvir e responder, está na base do que recentemente disse o nosso Ministro Antônio Patriota: “A política externa do Brasil é a política externa de uma democracia”. Portanto, é nesse ambiente que a delegação do Brasil em Genebra tem a responsabilidade de defender e fazer avançar o interesse nacional junto a várias organizações internacionais sediadas em Genebra.

Eu começarei pela Organização Internacional do Trabalho, em função de um exemplo muito recente que bem ilustra essa sintonia de propósitos a que eu me referi inicialmente. Eu tenho em mente a recente aprovação da Emenda Constitucional ao art. 7º da Constituição, que estende direitos aos trabalhadores domésticos. Com esse mesmo objetivo, em 2011, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a Convenção nº 189 sobre o trabalho digno para trabalhadores domésticos.

Como os senhores sabem, na OIT, representantes de governo, representantes de organizações de empregadores e representantes de organizações de trabalhadores, juntos, buscam garantir que homens e mulheres possam ter acesso a trabalho produtivo e decente, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Os senhores se lembrarão que a OIT foi criada em 1919, após uma reflexão sobre os custos humanos da Revolução Industrial. No período que mediou as duas guerras, a OIT adotou seis convenções, já àquela época, que consignaram importantes conquistas, entre as quais eu destacaria o limite de número de horas de trabalho por dia e o direito ao repouso semanal. Finda a II Guerra, os países membros se reuniram e emitiram a Declaração de Filadélfia, que anexada à Constituição original da OIT, constitui hoje a carta que rege os princípios norteadores da Organização. Entre eles, eu citaria, destacaria: “O trabalho deve ser fonte de dignidade. O trabalho não é uma mercadoria. Qualquer pessoa tem o direito de perseguir o seu bem-estar material”.

Essa missão histórica da OIT é muito bem sintetizada em 1999, com a formulação do conceito de trabalho decente. O trabalho decente se caracteriza pela abolição do trabalho infantil, pela rejeição do trabalho forçado, pelo respeito aos direitos do trabalho, pela extensão da proteção social, fortalecimento do diálogo social e liberdade sindical. No Brasil, esses desdobramentos estão na Agenda Nacional de Trabalho Decente e na Agenda Nacional de Trabalho Decente

para a Juventude, que dá uma atenção à necessidade e à possibilidade de conciliação entre estudo e trabalho.

A Organização Mundial da Saúde, por sua vez, é autoridade diretiva e coordenadora em matéria de saúde no sistema das Nações Unidas. Seu mandato prevê os debates sobre as questões mundiais de saúde, a elaboração da agenda de pesquisa – muito importante –, a prestação de apoio técnico para o cumprimento de padrões e normas acordados na Organização, e um monitoramento das tendências sanitárias mundiais.

A OMS foi criada em 1948 e, logo no seu começo, teve à sua frente na direção-geral um brasileiro, por 20 anos: Dr. Marcolino Candau, que foi o Diretor-Geral da OMS de 1953 a 1973. Dr. Marcolino Candau se dedicou muito ao que na época era uma grande necessidade: campanhas extensivas de vacinação. E, logo após a sua saída, o seu trabalho frutificou no primeiro grande programa de imunização extensiva, que propiciou a distribuição de vacinas básicas para todas as crianças do mundo.

Um outro marco nas realizações da OMS é a erradicação da varíola, em 1979. O Brasil já havia sido declarado livre da varíola em 1972. Mais adiante, houve outro grande esforço no sentido de combater a malária. O Brasil, entre 2005 e 2011, conseguiu uma redução de 56% nos números de casos registrados com malária. E é importante registrar que medicamento desenvolvido por Farmanguinhos, que já recebeu pré-qualificação da OMS, é hoje utilizado com sucesso na Índia e na Malásia.

Mas ainda restam outras doenças. A tuberculose, que em 2012, só em 2012, foi responsável por 8,7 milhões de vítimas. No Brasil, nós conseguimos, nos últimos dez anos, uma redução de 10% nessa queda de óbitos.

Muito importante para a cura da tuberculose é o diagnóstico precoce, e é nesse sentido que a OMS vem trabalhando junto com os países membros para desenvolver capacidades que possibilitem esse diagnóstico precoce.

A OMS, nesse trabalho, nessas campanhas todas mundo afora de monitoramento, de prestação de assistência técnica, ela se vale de muitas parcerias, e essas parcerias são constituídas com outras agências dentro do próprio sistema das Nações Unidas, mas também com organizações da sociedade civil e com o próprio setor privado.

Um exemplo muito esclarecedor dessas parcerias é o Programa de combate à AIDS (HIV), com a sigla UNAIDS. O Brasil é uma referência em matéria de políticas públicas e distribuição gratuita de retrovirais. E com esse respeito e esse reconhecimento, temos levado a vários países, como boa prática, a experiência

brasileira. Também, com muito orgulho, registro que hoje o Programa UNAIDS tem como Diretor Executivo Adjunto um brasileiro, o Sr. Luiz Loures.

Bem, na virada do século, a ONU percebeu que era necessário olhar para frente e criar uma estratégia que pusesse em marcha um processo de enfrentamento dos desafios que se avizinhavam no novo milênio. Assim surgiu a organização da cúpula de 2000, a Cúpula do Milênio, que foi responsável pela elaboração dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que previam que, até 2015, umas tantas metas seriam atingidas em matéria de erradicação de pobreza, saúde, educação primária universal, desenvolvimento sustentável e outros itens.

O mundo vem respondendo a esse grande chamado e ao grande incentivo também em matéria de recursos aplicados. Essas metas agora estão na sua fase final. Portanto, há uma aceleração. E organismos como o Pnud e o próprio Banco Mundial têm-se dedicado com programas e têm prestado grande apoio a que se possa chegar a 2015 com resultados ainda melhores.

O Brasil se coloca muito bem no atingimento dessas metas. Apenas uma ainda não foi atingida por nós que é a saúde materna, área em que estamos bastante empenhados, enfim, a pelo menos atingir uma melhora.

Dando continuidade a essa reflexão de início do novo século. Em 2005, a Organização das Nações Unidas promoveu uma nova cúpula; dessa vez, para avaliar o que tinha sido alcançado desde a Cúpula do Milênio, mas também para promover uma reflexão interna sobre o seu funcionamento e sobre os seus métodos de trabalho. E é assim que surge, em meio a outras inovações, a criação do Conselho de Direitos Humanos.

É a partir de 2006 que começa a funcionar o órgão que é o sucessor da antiga Comissão de Direitos Humanos, que, entre outros feitos, eu destacaria, pelo muito importante que é, o fim do *apartheid* na África do Sul.

Bem, o novo mecanismo das Nações Unidas para direitos humanos no desempenho de suas funções conta com dois mecanismos: o mecanismo de revisão periódica universal, que é uma inovação, uma tentativa de submeter democraticamente todos os países membros das Nações Unidas a um exame que não é, de maneira alguma, tratado de uma forma prescritiva, em termos de receitas para as situações de violações de direitos humanos. Mas é um exercício entre pares em que o país sob exame apresenta o seu relatório sobre a situação interna de direitos humanos; a esse relatório se somam mais dois: um apresentado pelas organizações da sociedade civil, e um terceiro ainda por especialistas nas Nações Unidas.

Esses três relatórios são disponibilizados para consulta de países membros e do público em geral e o país sob exame tem a oportunidade de apresentar oralmente um resumo desse relatório e participar de um diálogo interativo com os demais membros do Conselho.

O Conselho conta com 47 membros eleitos pela Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, e esses países podem também, antecipadamente, apresentar suas perguntas de modo que o relatório possa refletir já algumas explicações ou, enfim, ajustes com relação a situações verificadas, enfim, por relatores ou por organizações da sociedade civil. Então, o país sob exame se apresenta oralmente e tem a oportunidade de dialogar com os países membros que podem oferecer recomendações, podem apresentar perguntas num exercício realmente muito democrático.

O outro mecanismo de que se vale o Conselho de Direitos Humanos para o exercício de suas funções é o mecanismo dos procedimentos especiais. Eles podem tomar a forma de relatorias especiais, ou peritos independentes, ou ainda grupos de trabalho que são criados especificamente para essa finalidade. E tanto podem abordar temas, como afrodescendentes, direitos da criança, moradia adequada, enfim, situação de estabelecimentos prisionais, muitos temas, mas também, em alguns casos, a situação de países.

Entre esses relatores especiais hoje há duas brasileiras: a Sr^a Raquel Rolnik, que é Relatora Especial para Moradia Adequada, e a Sr^a Gabriela Knaul, que é Relatora Especial para Independência de Juízes e Advogados. O Professor Paulo Sérgio Pinheiro preside a Comissão de Inquérito sobre a situação dos direitos humanos na Síria e já foi designado para, ao final do período em que a Comissão deve se extinguir que está previsto para março de 2014, ser o Relator especial para a situação dos direitos humanos na Síria.

O Brasil tem-se colocado diante do Sistema Internacional de Direitos Humanos sempre com uma postura aberta, construtiva, aberta ao diálogo e transparente em suas providências e pronunciamentos. Essa disposição ao diálogo, a receber no Brasil quaisquer relatores que desejem visitar e conhecer a nossa situação *in loco* e que tenham acesso de maneira facilitada a autoridades governamentais, a locais que desejem visitar ou a outros setores da sociedade brasileira; essa atitude de franca abertura, inclusive a de trabalhar junto a esses relatores, porque eles têm a função de monitorar, mas também de aconselhar, desenvolver procedimentos internos que possam remediar as situações e apresentar respostas em casos de emergência; essa atitude nos tem granjeado grande respeito e grande reconhecimento no âmbito o Conselho de Direitos Humanos.

Sabemos todos, por esse mecanismo inovador que é a Revisão Periódica Universal, que todos os países têm fragilidades em matéria de direitos humanos e que todos têm pontos a serem aprimorados, mas essa nossa disposição de conversar e de mostrar transparência no tratamento dessas questões é traduzida em três eleições vencidas, desde a criação do conselho. Se nos dermos conta de que o conselho foi criado em 2006 e que cada mandato para participar do conselho tem a duração de três anos, só ficamos fora do conselho durante um ano, porque, depois de reeleito, o País tem que sair e tentar a eleição novamente, só após um ano. Então, nos qualifica de uma maneira muito reconhecida nesse sentido.

Muito tem-se falado, ultimamente, em refugiados. E também, com sede em Genebra, encontra-se o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O ACNUR desenvolve um trabalho importantíssimo no sentido de garantir o direito a qualquer pessoa que se sinta ameaçada de buscar refúgio seguro num outro país e de retornar a seu país de origem, caso assim deseje. O ACNUR presta assistência humanitária a esses refugiados e, também, procura, junto aos governos dos países, zelar para que sejam observados direitos dessas pessoas e, também, pelo bem-estar desses refugiados.

O ACNUR foi criado em 1950, para resolver e dar assistência aos deslocados da guerra, mas, desde então – e o mandato inicial do ACNUR era só de três anos –, são tantas as crises de refugiados que esse mandato tem sido renovado indefinidamente, em face de uma situação de deterioração nesse campo. Para V. Ex^{as} terem uma ideia, em 2003, havia 21 milhões de refugiados, no mundo inteiro, e, em 2011, esse número alcançava 43 milhões. O ACNUR, ademais de trabalhar, nessas situações que se gostaria fossem provisórias, também trabalha com possibilidades mais permanentes, quais sejam: a repatriação voluntária, se for desejo do refugiado; ou a inserção dessas pessoas em novas comunidades internacionais. O ACNUR tem um escritório em Brasília e participa com o representante das reuniões do Conare – Comitê Nacional para os Refugiados, que é o órgão brasileiro encarregado de deliberar sobre os pedidos de refúgio em território brasileiro.

Ainda, em Genebra, e muito importante na prestação de assistência humanitária, encontra-se o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, junto ao qual também a delegação trabalha.

Caso aprovada, pretendo trabalhar junto com a equipe da delegação permanente do Brasil em Genebra, na direção de defender e fazer avançar os interesses brasileiros nessas organizações que mencionei,

mas também de projetar, de maneira muito positiva, o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Presidência agradece à Sr^a Embaixadora Regina Maria. A sua exposição é de muito conteúdo.

Há oradores inscritos.

A Presidência abre o período de debate. O primeiro Senador inscrito é o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Sr^a Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, Sr. Embaixador Antonio Cassiano, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, vou justificar a pouca presença de Senadores nesta tão importante reunião, por essa louca simultaneidade de funcionamento das Comissões nesta Casa. Eu mesmo sou Relator de dois projetos na Comissão de Constituição e Justiça, que está reunida nesta mesma hora e, daqui a pouco, tenho que me deslocar para lá.

O Itamaraty foi muito feliz na indicação dos ilustres diplomatas sabatinandos, nesta manhã, porque são membros, em primeiro lugar, que quero repetir aqui, da melhor massa crítica do nosso País. E, em segundo lugar, porque têm amplo conhecimento sobre as áreas onde vão atuar.

O Embaixador Cassiano já atuou na Grécia como Secretário da Embaixada. É conhecido como um especialista, como *expert* em questões helênicas. A Embaixadora Regina sai da missão de representante do Brasil na ONU, em Nova York, para ocupar essa missão em Genebra.

Eu vou perguntar ao Embaixador Cassiano se há um processo de emigração da Grécia em função das dificuldades conjunturais por que passa aquele país; se os gregos sem emprego, em dificuldades de sobrevivência, estão emigrando para outros países; se há uma nova emigração grega, como houve no início do século, inclusive para o Brasil.

Segundo, assustou-me o número de servidores públicos ativos na Grécia, 700 mil. Com era feita a admissão desses servidores? Havia critério, havia concurso? Por que tantos servidores na proporção de uma população do tamanho da capital paulista?

Por outro lado, como se financiava a Previdência Social? Sabemos que um dos grandes problemas da Grécia foi o rombo da previdência social – a sua insustentabilidade –, como se financiava? Como enfrentava a necessidade de prover despesas e pagamentos? Como se criou essa distorção? Foi por uma política concessiva de benefícios além da capacidade do Tesouro da previdência?

Por último, quais as razões de a Grécia ter um Partido tido como neonazista, tendo em vista o sofrimento que a Grécia teve durante a II Grande Guerra, com a invasão de tropas alemãs em seu território?

Para a Embaixadora Regina, eu gostaria apenas de saber se ela poderia comentar onde se situa majoritariamente essa proporção absurda de óbitos por tuberculose. Fiquei absolutamente surpreso com esse dado: se não me engano, aproximadamente 12% da população morre por tuberculose. Até por que a tuberculose, para nossa concepção, para nós que vivemos em Santa Catarina, no Sul do País, é uma doença absolutamente dominável. Eu gostaria só de lembrar que o imunologista Robert Koch isolou o bacilo que levou o seu nome em 1882. O outro imunologista, Alexander Fleming, descobriu a penicilina em 1928, quando trabalhava como pesquisador em Londres no Hospital Saint-Mary, e a penicilina passou a ser produzida já no início da II Guerra Mundial, com uma capacidade de domínio sobre a tuberculose fantástica.

Então, onde se localizam esses óbitos – se é na África, se é na Ásia, se é mesmo aqui na América Latina? A Embaixadora poderia nos dar essas informações, se as tiver.

No mais, quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Jarbas, pela condução desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, quero cumprimentar e desejar muito sucesso a ambos, à Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, que vai para Genebra, e ao Embaixador Edgard Antonio Casciano, que vai para a República Helênic, a Grécia.

Como o Embaixador Edgard Antonio Casciano esteve, em suas últimas missões, em Damasco, na Síria, epicentro de acontecimentos de repercussão no mundo e que demoram a ser concluídos do ponto de vista de efetivamente ali haver uma pacificação e democratização das instituições da Síria, eu acho que seria muito importante, Sr. Presidente Jarbas Vasconcelos, se ele puder nos dar aqui um breve diagnóstico sobre como avalia que possa a Síria superar as dramáticas situações, onde tantas pessoas têm sido atingidas por bombas, atentados – e fica até muito difícil para nós, de longe, assim compreender.

Mas o Embaixador Edgard Antonio Casciano, inclusive, pôde vivenciar ali um pouco, escutar bombas, recolher balas que haviam sido atiradas em tudo. Com uma presença dessa ordem, seria muito importante que nós pudéssemos aprender um pouco da sua percepção. E, em especial também, se puder nos

relatar, como tem sido a contribuição do Brasil para a Síria, ainda mais tendo em conta as relações entre descendentes sírios no Brasil e uma colônia muito significativa de pessoas que vieram da Síria. Então, certamente há como que uma situação propícia de o Brasil poder ajudar, de alguma forma, o processo de democratização, de pacificação da Síria, assim como de outros países árabes, como acontece no caso do Líbano e outros – assim como o Brasil tem procurado colaborar para que haja a pacificação no Oriente Médio, entre Israel e Palestina.

Então, eu o agradeço muito se puder nos falar a respeito.

Com respeito à Grécia, eu gostaria muito de conhecer em que medida a Grécia, desde que ingressou na União Europeia, fez com que os bens e serviços da Grécia, assim como os capitais da Grécia e os seres humanos pudessem ter, então, o direito, como acontece na União Europeia, de circular por toda a Europa. E com as facilidades que acontecem, digamos, entre cidadãos dos diversos países europeus, como França, Itália, Portugal, Espanha, etc., porque hoje há livre circulação tanto de bens e serviços e de capitais como de seres humanos.

Agora, como a Grécia ingressou mais recentemente na União Europeia, que efeitos isso teve sobre a sua sociedade e especialmente sobre a sua economia? E o fato de ser a Grécia, então, membro da União Europeia, na sua visão, tem contribuído para ela enfrentar a crise econômica que nesses últimos anos tem preocupado tanto a população grega?

Então, essas são as indagações que, agradeço, se V. Ex^a puder nos responder.

Para a Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, primeiro quero, como ela está concluindo a sua missão em Nova York, transmitir a ela, Sr. Presidente, que encaminharei, nos próximos dias, requerimento para pedir autorização à Comissão de Relações Exteriores e ao Plenário do Senado para comparecer a Nova York para o 12º Congresso da Rede Norte-Americana da Renda Básica.

Ali vou apresentar um trabalho sobre como, no âmbito do Parlatino, eu, com três outros Parlamentares da América Latina, estamos apresentando um projeto de lei – Marco da Renda Básica –, para ser considerado por todos os países da América Latina e do Caribe, e que leva em conta muito a lei brasileira, que propõe gradualmente que ele se institua. Então, de 9 a 11 de maio, conforme a Senhora me explicou estará lá, eu gostaria de encontrá-la na ocasião.

Eu quero lhe dizer que, quando eu tinha 21 anos, eu resolvi passar um semestre fora. Interrompi os meus estudos na Fundação Getúlio Vargas – tinha comple-

tado o segundo ano de administração de empresas – e fui visitar os países do Mercado Comum Europeu, que existia à época nessa forma, bem como, atrás da cortina de ferro, os países socialistas, para saber o que era o capitalismo, o socialismo, enfim.

Em determinado momento, eu passei em Genebra e ali conheci mais de perto o Embaixador Barbosa Carneiro, que ali estava já há alguns anos. Ele recomendou a mim que eu fizesse um curso, que durou um mês – e fiz –, sobre as relações industriais, relações de trabalhadores e tal. Então, conheci a OIT naquela época, bem como mais recentemente, há oito anos, quando em Genebra, no ano 2000/2002, houve lá o Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, que foi outra vez na sede da OIT. Então, eu conheço lá a grande interação que existe entre as pessoas.

Mas eu gostaria de lhe formular algumas perguntas.

Como a senhora sente que o Brasil poderá colaborar, sobretudo nas reuniões não apenas da OIT, mas da Organização Mundial de Saúde, e em outras, em especial – e a senhora mencionou –, nas comissões relativas aos direitos humanos?

O Conselho de Direitos Humanos da ONU funciona mais em Genebra ou em Nova York?

A SR^a REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Funciona em Genebra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A senhora, portanto, será a representante do Brasil nesse Conselho e irá examinar e proferir votos nas diversas ocasiões em que surgirem situações de avaliação do que se passa nos diversos países.

Eu até vou aproveitar a ocasião, pois há uma organização, a chamada Conectas Direitos Humanos, que tem muito interagido com esta Comissão, e várias pessoas nos têm formulado sugestões de perguntas. Vou escolher uma, dentre aquelas que foram sugeridas, mas que acredito tenha bastante relevância. O Brasil tem reforçado em Genebra que a condenação e a acusação públicas não são a maneira mais eficaz para que uma situação de grave violação de direitos humanos de um país específico seja tratada. A cooperação e o diálogo vêm sendo apresentados pelo Brasil como uma alternativa mais eficiente para promover as mudanças nessa área. Para a senhora, existem limites para essa estratégia que prioriza a cooperação e o diálogo? Há iniciativas em curso do Governo Brasileiro para avaliar o impacto da cooperação e do diálogo nos casos tratados pelo Conselho de Direitos Humanos, conforme o item 10 de sua agenda dedicada à assistência técnica e capacitação?

E também, como recebi uma sugestão de pergunta nesta área – foram diversas – da anistia internacional,

mas uma delas me pareceu relevante, e aqui agradeço se puder responder. A Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal terá sua 22ª sessão entre 22 e 26 de abril, na qual revisará regras para o tratamento de prisioneiros. O Brasil, com 550 mil pessoas nas prisões, tem uma das maiores populações carcerárias do mundo. O Brasil apoiará as sugestões propostas pelo grupo intergovernamental de especialistas e sediará a próxima reunião desse grupo, como tem sido aventado? Que colaboração poderemos dar a esse tema?

Eu noto também que, muitas vezes, a imprensa brasileira acompanha certos votos e posicionamentos do Brasil nos conselhos de direitos humanos, mas muitas vezes silencia sobre votações importantes do Brasil em diversas ocasiões. Há ocasiões em que, por exemplo, a representação dos Estados Unidos vota contrariamente, e o Brasil vota a favor. Isso tem ocorrido em diversas ocasiões. Vou citar um exemplo: a Resolução nº 15/6, relativa ao informe do comitê de especialistas independentes em Direito Internacional, Humanitário e Normas Internacionais de Direitos Humanos, estabelecida em virtude da Resolução nº 13/9 do Conselho, relativa à condenação de Israel por graves violações de direitos humanos nos territórios ocupados da Palestina e por não cooperar com investigação do Conselho. Os Estados Unidos, por exemplo, votaram contrariamente – o único país a votar contra –, e o Brasil, favoravelmente.

Há diversos outros exemplos nessa linha e, como a senhora será então a pessoa responsável pelas votações do Brasil, eu agradeço se puder nos dar a sua análise dessa posição do Governo Brasileiro, e sobre como é que o Governo Brasileiro deve contribuir para o objetivo de respeito aos direitos humanos, o objetivo de respeito aos valores da democracia, ao mesmo tempo respeitando o princípio de não intervenção em outros Estados, mas sempre sendo favorável a que cada nação tenha o maior respeito pelos direitos humanos e pelos princípios de maior respeito à liberdade dos seres humanos e à democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Com a palavra, a última oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jarbas Vasconcelos, agradeço a gentileza.

Queria cumprimentar os dois Embaixadores, que terão missão relevante, mas queria aproveitar a oportunidade e agradecer à Embaixadora Regina Maria pela atenção que teve com a representação parlamentar brasileira que, no início de dezembro do ano passado, esteve presente à reunião da Assembleia da UIP, nas Nações Unidas.

Então queria agradecer-lo em nome da nossa Comissão, do Senador Ciro Nogueira, pela sua gentileza em ter-nos acompanhado, orientado, com a experiência que tem. Então isso é extremamente relevante, esse reconhecimento precisa ser feito.

Embaixador Edgard Casciano, o Senador Luiz Henrique praticamente esgotou, o Senador Suplicy... Na verdade, para nós, essa representação vai ser uma espécie de laboratório de como a Grécia vai enfrentar essa grave crise. Desejo sinceramente que o Brasil não enfrente uma situação como essa, porque é a mais aguda de todas no âmbito da União Europeia.

Então, eu queria apenas aguardar suas respostas. Tenho certeza de que, pela sua experiência, elas serão muito bem dadas, ou algum comentário adicional que V. Exª julgar pertinente a respeito da matéria.

Claro que a nossa Embaixadora Maria Regina... Regina Maria! Eu estou querendo mudar o seu nome hoje, Embaixadora, estou querendo, mas é que mudam também o meu. Então, Regina Maria. São dois nomes muito fortes – Maria e Regina. Mas, Embaixadora Regina Maria, nós aqui no Senado, o Senador Suplicy fez, nós fazemos a intermediação entre as pessoas, as entidades, as organizações de toda ordem junto às autoridades que aqui comparecem.

Quando o chanceler Antonio Patriota aqui esteve, enquanto ele estava discorrendo, recebi pelo Twitter uma pergunta de alguém do interior de Minas Gerais sobre quando o Itamaraty ia abrir concurso público para novos diplomatas. Então, é uma coisa direta e eu fiz a pergunta mencionando o nome da pessoa. E eu imagino que este seja o nosso papel também aqui. Não apenas aquelas questões que a assessoria, que o Senado tem, que é de grande competência, ou mesmo o próprio Itamaraty sugere, mas a gente tem essa colaboração.

E por isso eu vou lhe fazer duas. O Senador Suplicy usou indagações da Conectas, que está muito vinculada aos direitos humanos e eu vou fazer uma também da comunidade Bahá'í exatamente por ser uma minoria.

Então, eu vou fazer a indagação da Conectas, porque ela fala sobre canais de participação da sociedade civil e acesso à informação.

Uma vez assumindo a chefia da missão brasileira em Genebra, como a senhora irá organizar a interlocução da missão com a sociedade civil?

Por exemplo, reuniões prévias às sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com organizações de direitos humanos brasileiras, seja presencialmente em Genebra, ou fazendo uso de tecnologias, como videoconferências, que poderiam fazer parte de uma nova prática.

Atualmente é difícil o cidadão ou cidadã brasileira acompanhar a atuação do Brasil em Genebra, pela escassez de informações disponibilizadas no *site* do Itamaraty. Quais medidas seriam necessárias para que o acesso à informação seja mais bem garantido, considerando as obrigações trazidas pela Lei nº 12.527, de 2011?

Uma vez chefiando a missão em Genebra, a senhora se compromete a disponibilizar, de forma constante, os votos, resoluções patrocinadas e discursos ali proferidos? Essa é a questão da Conectas, que eu transmito à senhora.

E a comunidade Bahá'í lembra que, durante o processo de revisão periódica universal da República Islâmica do Irã, realizada em 2010, o Brasil fez recomendações àquele país a fim de, em espírito de diálogo e colaboração, favorecer a resolução de situações críticas relacionadas à situação de direitos humanos no Irã.

As recomendações do Brasil, aceitas pelo Irã, incluíram: a criação de ferramentas legais de proteção e promoção dos direitos das mulheres, a ampliação da liberdade de expressão, assembleias de proteção de todos os grupos, entre eles jornalistas, especialmente os defensores de direitos humanos.

Uma terceira recomendação, referente à salvaguarda da liberdade de crença e expressão a todos os grupos e crenças religiosas, inclusive os Bahá'í, a maior minoria religiosa daquele país, alvo de perseguições sistemáticas, amplamente documentadas pelo sistema das Nações Unidas e por organizações nacionais e internacionais independentes que constam da lista de recomendações que o país avaliaria considerar com prazo até a sessão de julho de 2010.

Por fim, o Brasil se somou a outros países em recomendar estratégias para rever o uso de pena capital no Irã, recomendação esta que foi rejeitada pelos representantes políticos e diplomáticos presentes na sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Diante do fato de a Revisão Periódica Universal ser um processo legitimado pelos países-membros da ONU e da realidade de o Irã ter efetivamente aceito um número razoável de recomendações de seus pares naquela ocasião e diante da constatação de que até o momento o Irã ainda não iniciou o processo de efetivação de nenhuma dessas recomendações, pergunto à Sr^a Regina Maria, nossa Embaixadora em Genebra: como representante do Brasil nesse posto, como V. S^a pretende articular-se com os relatores temáticos e o relator sobre direitos humanos no Irã para favorecer que o Irã inicie a implementação das recomendações aceitas durante o processo dessa Revisão Periódica Universal?

Muito obrigada aos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, é só para fazer um breve registro.

Cumprimento a Embaixadora e o Embaixador.

E mais uma vez quero aqui, como faço sempre que tenho oportunidade, cumprimentar todos os profissionais da diplomacia brasileira pelo trabalho desenvolvido, especialmente nos últimos anos, que foi fundamental para que o Brasil se firmasse como uma grande Nação diante do mundo – Nação que sempre foi, mas, agora, nós estamos muito mais presentes nos diversos continentes e também o nosso País, hoje, de fato, em vários aspectos, disputa o mundo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – É protagonista.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É protagonista de modelo de inclusão social, de modelo de desenvolvimento.

E agradeço aqui ao Senador Luiz Henrique.

E aqui, rompendo com algo que não deve ser rompido, porque o certo seria fazer referência à senhora, mas, tendo em vista o outro assunto que eu queria abordar, vou deixar para fazer um breve comentário sobre a Embaixadora Regina Maria logo em seguida. Espero ser compreendido nesse aspecto.

Mas eu queria cumprimentar o Embaixador Edgard Antonio Casciano. Estou certo de que a missão dele não é nada fácil, tendo em vista que o mundo inteiro, que já olhou com outros olhos para a Grécia, em toda a história, porque a gente sempre faz referência à Grécia por tudo que ela representa e representou, mas hoje o olhar é bastante diferente. É um olhar para um país cuja dívida é 150% maior do que o seu PIB; o desemprego é um dos mais altos do mundo; a situação de penúria, de decréscimo econômico do PIB é real. Mesmo não tendo uma população tão grande, sendo pouco mais de 10 milhões de habitantes, a Grécia, que é um endereço do mundo, lamentavelmente, inverteu o seu papel na história. Ela agora passa a ser protagonista de uma parte triste da história, por causa de fracasso de um modelo econômico de que foi vitimada.

Mas eu estou certo de que, com a atuação da diplomacia brasileira lá, ampliando a cooperação, pode representar uma maneira de estender a mão também para esse país que precisa se recuperar. As perspectivas que os organismos multilaterais têm para a Grécia neste ano e no próximo ainda são de penúria.

E V. S^a vai chegar lá, Embaixador, talvez com uma oportunidade de encontrar caminhos, de ampliar a cooperação do Brasil com a Grécia, no sentido de o Brasil se somar a outros países que buscam reunir

condições de auxiliar um país que é parte da história da ocupação humana neste Planeta.

Então, era só nesse sentido de parabenizar V. S^a.

Queria, até por conta da boa coincidência, me dirigir à nossa Embaixadora Regina Maria Cordeiro, desejando-lhe sucesso nessa nova e desafiadora missão. É um dos postos mais desejados na carreira da diplomacia. Genebra é um endereço da diplomacia mundial. Servir em Genebra, certamente, é um desafio enorme e deve ser parte de um bom currículo da diplomacia do mundo inteiro.

Como representante do Acre, nesses últimos dez dias, nos deparamos com um problema gravíssimo que, na minha concepção, representa os refugiados. Estou usando esse termo, não indevidamente, pois não se encaixa no termo clássico de refugiado, mas imaginem a senhora, Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, que temos uma cidade no Acre com pouco mais de 10 mil habitantes, Brasília, que mudou o nome para emprestá-lo a Brasília, pois era Vila Brasília e passou a ser Brasília para que o nome Brasília pudesse vir para cá, na fronteira com Cobija. A Senadora Ana Amélia conhece bem, porque passou lá este ano. Dez por cento da população do Município agora é de pessoas sem documentos – era, pelo menos há uma semana – e de várias nacionalidades. Estou me referindo a nigerianos, senegaleses, da República Dominicana, de Bangladesh e a grande maioria do Haiti.

A senhora, que está indo agora para uma missão na cidade de Genebra, que cedia o mais importante endereço que trata de refugiados no mundo, ligado à ONU, pode levar esse exemplo. Fui até lá, passei o domingo retrasado com eles. Fiquei chocado com as imagens, com o que vi, impressionado com a história de vida daquelas pessoas. Nunca tinha lidado com isso, até porque nasci no Brasil, no Acre, mas entrei num campo de refugiados. Aliás, o campo de refugiados é que entrou na vida da gente.

Imagine, Sr. Presidente, pessoas que, depois de um terremoto – e aí tem uma classificação: refugiado ambiental, nesse caso –, haitianos, com uma vida sem perspectiva; as famílias se reúnem, juntam o dinheiro que não têm, escolhem o que pode resistir ao desafio, ao risco de fazer uma viagem de 40 dias, de 30 dias, nas mãos de coiotes, de verdadeiras máfias, para tentar uma melhor sorte no Brasil e, com isso, abrir um espaço para auxiliar a família que ficou no Haiti. São mães sem marido e sem filhos. Encontrei casos em que a mãe deixou seis filhos para trás para tentar a sorte no Brasil. E muitos, a grande maioria, maridos que deixaram suas mulheres e seus filhos para trás. Uma parte importante dessas pessoas é de pessoas

bem qualificadas, conforme identificado pelo censo feito agora pela Força Tarefa enviada pelo Governo Federal.

Há um número surpreendente de pessoas com nível superior, muito maior do que o percentual de pessoas com nível superior no país de origem. Foi com esse pessoal, amontoado, que eu lidei. Vou usar esse termo porque tenho de ser verdadeiro nisso. Graças à boa vontade do Governador Tião Viana que, não tendo nenhuma condição de lidar com um problema desse, de refugiados... Não conheço os outros Estados, mas muito menos o Acre teria condições. Quando fui lá havia 1.300 pessoas, 160 mulheres, algumas com crianças de colo, grávidas, e a grande maioria homens. Veja com que problema estamos lidando.

A senhora, que está indo agora para Genebra, pode levar esse exemplo clássico. Há dois anos está ocorrendo isso. Construiu-se uma rota. A Presidenta Dilma foi ao Haiti. O Conare, na época, quando tínhamos a passagem de haitianos disse: “Não é um caso de refugiados, não podemos tratar como tal.” Eu, particularmente, discordo, apesar de não estar aqui querendo rever os conceitos. Houve uma reunião do Comitê Nacional para Refugiados, por conta do caso Acre, que começou em dezembro de 2010 e o Conare tomou a decisão de, do ponto de vista humanitário, dar um tratamento como se dá a refugiados.

Então, foi uma solução importante. O Itamaraty ajudou bastante, o Ministério da Justiça também, e a sensibilidade do Governo da Presidenta Dilma. Ela foi ao Haiti, assinou um acordo a partir da decisão do Conare, e abriu a possibilidade de cem haitianos entrarem por mês no Brasil, via Embaixada do nosso País no Haiti. Isso começou a acontecer, o problema da vinda ilegal reduziu-se bastante e, ao todo, já passaram perto de cinco mil haitianos no Acre, haitianos e pessoas de outras nacionalidades, de dezembro de 2010 para cá.

Mas, este ano, em dois meses, nós tínhamos mais de mil haitianos, e, agora sim, ampliadas as nacionalidades: senegaleses serão 70. Imagina sair do Senegal, ir para a Espanha; da Espanha para o Panamá; do Panamá para o Equador – essa é a rota que identifiquei –; do Equador, por terra, entrando no Peru até a tríplice fronteira Bolívia-Brasil-Peru, em Assis Brasil. Dali, iam de carro, de táxi, param 10, 15 táxis, imaginem, e saem 4, 5 pessoas em cada táxi, por dia. Depois de uma exploração; em alguns casos, eles são saqueados, no meio do caminho, por policiais, por organizações criminosas de toda sorte.

Eu voltei, há dez dias, do Acre, com essa informação. Cheguei aqui, tive uma conversa com o nosso Chanceler Patriota e com o Ministro da Justiça, falei com a Chefe da Casa Civil, Gleisi, com o aval do Governador Tião Viana, desesperado para dar uma me-

lhor acolhida a essas pessoas, sem saber os mecanismos, estava dando de comer e uma proteção. Mas e os problemas de saúde, de epidemias, os problemas de violência, que podem vir junto?

Imaginem, Presidente, uma cidade ficar, da noite para o dia, com 10% de sua população de pessoas ilegais. Aquele povo no meio da rua, sem ter o que fazer, esperando que alguma coisa aconteça.

O nosso Governo, eu falei ontem na tribuna, e trago aqui para a Comissão de Relações Exteriores, foi ágil. Dois dias depois, fruto de reuniões de alto nível, que reuniu Ministros, ficaram horas, chegou um avião da Força Aérea Brasileira, desceram mais de 20 profissionais do Ministério do Trabalho, da área social, do Ministério da Justiça, do Itamaraty, da Casa Civil. O Beto Vasconcelos, assessor da Presidenta Dilma, ficou trabalhando no fim de semana, intensamente, pelo lado humanitário mesmo. A situação é completamente outra: todos estão documentados, posso dizer, já estão chegando empresas para levar essas pessoas para o trabalho, deu-se um atendimento mais rápido às mulheres.

Então, posso dizer que até virou um caso de como uma mobilização, a sensibilização de um Poder pode agir diante de uma situação de absoluta fragilidade humana, que é o que a gente tem na fronteira lá.

Então, estou trazendo isso, fazendo esse registro. Sr. Presidente, aproveitando para informar a V. Ex^a que estou entrando com requerimento pedindo – a senhora sabe disso, que nós vamos discutir – para convidar representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho, do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e do Conselho Nacional de Imigração, para que façamos aqui uma audiência pública para tratar, não só desse caso específico, do Acre, mas de casos de bolivianos, em São Paulo. Nós temos uma fronteira enorme e é bom que nos antecipemos a esses problemas.

O caso do Acre tem que ser tratado como um caso concreto, real, de difícil solução. Eu pergunto: qual é a solução que nós vamos adotar para estancar a vinda de outros mil, no mês que vem? Porque, se se estruturou uma organização fora do Brasil, que passa por países, essa organização está viva, é ilegal e não é de fácil enfrentamento. Certamente, vai ter que haver muita diplomacia. V. Ex^a está indo para Genebra, onde está a segunda sede mais importante da ONU, a OMS, a OIT, o Conselho de Direitos Humanos da ONU e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Então, Sr. Presidente, acho muito pertinente, inclusive com a benevolência de V. Ex^a, que eu tenha extrapolado o tempo de uma intervenção, que deveria ter

sido breve, para relatar a nossa Embaixadora, que está indo para Genebra, a situação que a gente vive hoje.

Obviamente, isso é uma espécie de agenda positiva que o Brasil vive, que agora nos impõe a lidar com isso. Estamos vivendo pleno emprego, as oportunidades se ampliam, e essa notícia corre o mundo, de modo que nigerianos e senegaleses falaram comigo: “O meu sonho é estar no Brasil” – além de haitianos e dominicanos. Agora, não dá para lidar com isso. Nenhum Estado brasileiro está preparado, nem o País, porque o Brasil não tem, até pela situação geográfica – estamos aqui, na América do Sul –, uma *expertise* para lidar com esse tipo de imigração, que começa a acontecer de maneira objetiva. Foram quase cinco mil haitianos que entraram só pelo Acre, nesses últimos dois anos, exatamente dois anos.

Então, eram essas as observações.

Informo a V. Ex^a que eu estou protocolando este requerimento. Realmente, são missões diferenciadas. Desejo ao nosso Embaixador sorte e que ele possa testemunhar e ajudar o soerguimento da Grécia. E à senhora Embaixadora, também, que possa ajudar-nos a fazer este mundo mais solidário, mais justo, porque eu sei que as organizações que estão sediadas em Genebra lidam exatamente com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Eu é que agradeço a V. Ex^a. E quero dar o testemunho de que o Senador Jorge Viana repete aqui o que já fez por mais de uma vez no plenário do Senado Federal: pedir a ajuda, a atenção de todos do Itamaraty, da Presidência da República, da própria Casa, Senado Federal, sobre esse inquietante problema que ocorre lá no Estado do Acre. E nada melhor do que a presença da Sr^a Embaixadora Regina Maria, que, com sua sensibilidade, vai, com toda certeza, ajudar-nos nisso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, a propósito.

Eu também queria cumprimentar o Senador Jorge Viana e o Governador Tião Viana pelas iniciativas que tiveram para tentar resolver o problema desse contingente de haitianos e senegaleses no Acre.

E quero também agradecer ao Embaixador Pedro Borio sua assessoria, ontem, tendo em conta o fato de um Senador do Haiti, Jean Charles Moise, ter procurado inúmeros Senadores, inclusive da Comissão de Relações Exteriores. Nós solicitamos ao Embaixador que se não o próprio Ministro Antonio Patriota, mas ele designou o Ministro responsável pelo Caribe e América Central para receber esse Senador, que é da oposição e que veio a nós informar que considera importante que a Minustah tenha uma meta de conclusão desse

trabalho ali para ajudar a democratização do Haiti e que isso possa ser realizado o quanto antes.

Então, quero, ao tempo em que cumprimento o Senador Jorge Viana pelas iniciativas, agradecer a atenção do Embaixador Pedro Borio, que nos assessorou na Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Agradeço sua intervenção, Senador Suplicy.

Encerrada a fase de sabatina, passo a palavra ao Embaixador Edgard Antonio Casciano, para responder às indagações.

O SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Evidentemente, eu responderei pela ordem em que as perguntas foram formuladas. O Senador Luiz Henrique, muito oportunamente, indagou se atualmente se estaria configurando uma onda de emigração na Grécia, como consequência da crise econômica. Há, sim, uma emigração, sobretudo de jovens desempregados, mas ainda não chegou a configurar uma onda, como foi a que ocorreu após a 2ª Guerra Mundial.

Lembraria que, logo após a 2ª Guerra Mundial, teve início na Grécia uma guerra civil muito sangrenta, que provocou uma onda de emigração daqueles que queriam escapar da guerra civil. E, posteriormente, ao final da guerra civil, do lado derrotado. Eram não apenas combatentes que se viram obrigados a deixar a Grécia em um número muito elevado, mas suas famílias. Boa parte desses se dirigiu a ex-Iugoslávia e a outros países socialistas da época. Mas houve, sim, uma onda de emigração por razões econômicas, após a Segunda Guerra Mundial, inclusive para Brasil. Concentraram-se, sobretudo, em São Paulo, no bairro do Bom Retiro.

Atualmente, não existe essa onda, talvez porque, também, os países potenciais de destino se encontrem em crise, ou não apresentem índices significativos de desenvolvimento. Há dois países que são destinos tradicionais de emigrantes gregos, além dos Estados Unidos, que são a Austrália e o Canadá. Não sei até que ponto esses países estão abertos à imigração. Contemporaneamente, a imigração tende a ser muito seletiva, de profissionais de que a economia esteja necessitando. Então, hoje, não vejo se produzindo uma onda como a que se produziu ao final da Segunda Guerra ou no final do século XIX, início do século XX.

Indagou o Senador Luiz Henrique, em seguida, o porquê de um número tão elevado de servidores públicos na Grécia; um número que o próprio governo grego reconhece como excessivamente elevado, tanto que ele se comprometeu com a Troika – volto a dizer, o Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia

– a reduzir o número desses servidores públicos e funcionários da administração indireta. Evidentemente, o compromisso é de reduzir, desses 700 mil, através de aposentadorias antecipadas ou demissões, em mais de 200 mil funcionários. Evidentemente, isso é muito difícil em um quadro de desemprego muito elevado. É uma natural dificuldade. A resposta a por que esse número tão grande de servidores públicos, simplesmente porque o Estado – uma resposta concisa – é o empregador na Grécia, tradicionalmente.

Perguntou, também, o Senador Luiz Henrique, como se faz financiamento da previdência. Faz-se pelos métodos tradicionais, contribuições por empregados e empregadores, mas, como o déficit lá é muito elevado, acima de 14%, recentemente, ele vinha sendo feito, também, através de endividamento. É um dos componentes da dívida pública da Grécia.

A pergunta seguinte do Senador Luiz Henrique é por que da existência de um partido de extrema direita, inclusive de feições neonazistas, em um país que sofreu ocupação nazifascista. Eu responderia com certas analogias. Há outros países que, também, foram vítimas da ocupação nazifascista, e onde existem, também, movimentos de natureza neonazista, como, por exemplo, a Rússia e a Ucrânia. Há países, também, com essas tinturas.

É paradoxal um país que foi vítima da ocupação nazifascista ter um partido de extrema direita, xenófobo, como esse partido que emergiu nas últimas eleições, mas os ingredientes e as causas são as tradicionais. Há um desemprego muito elevado entre jovens, num quadro de elevado nível de desemprego, uma presença muito grande de imigrantes que não são absorvidos pela sociedade local. Essas são algumas das razões. Não há dúvida de que é paradoxal e muito preocupante.

Passo, em seguida, às questões formuladas pelo Senador Eduardo Suplicy. Se V. Exª e os Senadores estiverem de acordo, eu deixaria as primeiras questões, que eram sobre a Síria para o final e eu continuaria a tratar da Grécia. Acho que ficaria mais adequado.

V. Exª indagou o que ocorreu em matéria de circulação de bens, serviços e pessoas, na Grécia, após a adesão à União Europeia. Antes, eu faria uma observação: na verdade, a Grécia não é um membro tão recente da União Europeia. Como eu disse, na minha exposição inicial, a Grécia aderiu à então Comunidade Europeia em 1981, em 1º de dezembro de 1981, como o seu 10º membro. Então, ela não faz parte daquele grupo original dos signatários do Tratado de Roma, mas ela não é um membro tão recente.

Há sempre um período – isso existiu no caso, sobretudo, dos países que emergiram do mundo socialista – de adaptação e carência até a livre circulação,

sobretudo de pessoas. No caso da Grécia, se eu não estou muito enganado, não houve, porque a Grécia aderiu isoladamente, e, com uma população muito pequena, não haveria um risco assim de um êxodo muito grande em direção aos membros originais da União Europeia.

Se a senhora me permite, eu faria uma analogia, porém, com outro caso, que é o da crise de Chipre, em que está ocorrendo um fenômeno muito particular. Chipre continua sendo membro da zona do euro, porém o euro de Chipre não circula mais pelos países da zona do euro. Há restrições à movimentação de capitais, por conta dos acordos que foram feitos com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI, que impedem parte dos capitais de Chipre de circular pelo resto da zona do euro. Então, já existe uma restrição a essa livre circulação da própria moeda única. É um caso muito especial.

Senadora Ana Amélia, existe um caso, sim, ao qual eu acabo de me referir, que é ainda pior: o remédio que foi aplicado à crise econômico-financeira de Chipre é ainda pior do que a Grécia tem que enfrentar, porque, no caso de Chipre, além desse ponto – a que eu me referi há pouco, em que ela possui uma moeda única, mas essa moeda não tem a liberdade de circulação na zona do euro –, um banco, um grande banco, é o segundo maior banco de Chipre, está sendo liquidado. Só se garantem aos depositantes até 100 mil, que é o limite de depósito. Os depósitos superiores a 100 mil, que equivalem a, mais ou menos, US\$130 mil, passarão para um outro banco, que é o maior banco de Chipre, que é semiprivado, mas não haverá liquidez com relação a esses depósitos. Eles serão transformados em ações desse banco, que, evidentemente, no mercado, perderão um grande valor. Então, o remédio é muito mais amargo no caso de Chipre. Como eu disse na minha exposição inicial, em parte, a crise de Chipre está relacionada com a crise grega, por conta dos títulos da dívida pública grega de que esses bancos cipriotas eram possuidores.

Em seguida, quanto às questões do Senador Jorge Viana, a Grécia se transformou num laboratório de como se equacionar a crise, que não é uma crise especificamente grega, é uma crise do euro, uma crise generalizada. Quando os demais parceiros da Grécia, não na União Europeia, mas os demais parceiros da zona do euro decidiram socorrer a Grécia, eles estavam muito preocupados com os possíveis efeitos sistêmicos que poderiam desequilibrar, pôr em risco a própria moeda única. O remédio – como eu disse – é muito amargo, mas havia – e ainda há –, na Grécia, desequilíbrios estruturais, que deveriam ter sido corri-

gidos há tempo. Não houve, talvez, condições políticas para que isso se fizesse.

Hoje em dia, o governo atual, que é resultado de eleições livres, soberanamente, aceitou os planos de ajuste, que foram acordados com o Banco Central Europeu, o FMI e a Comissão Europeia. Periodicamente, há correções, há adaptações nesses planos de ajuste, porém já há alguns sinais positivos, e eu me referi a alguns deles na minha exposição.

Já houve um superávit primário. Um ponto muito interessante, no último relatório da Troika, quem monitora a aplicação do plano de ajuste, introduziu-se uma dimensão social, seguramente por iniciativa do governo Grego. Por exemplo, ela registrou, no último relatório, uma preocupação com a insuficiência da rede de proteção social de que dispõe o Estado grego. Está registrado no último relatório que foi divulgado anteontem. A própria Troika reconhece isso. Ela está se afastando (a Troika, da qual faz parte o FMI) de uma certa ortodoxia de introduzir essa dimensão social.

A crise se aprofunda. Os desequilíbrios são... Eu me referi, por exemplo, à balança comercial, em que a Grécia importa o dobro do que exporta. É um outro desequilíbrio estrutural. A crise pode oferecer oportunidades para o Brasil. Toda crise oferece oportunidades. Eu lembraria que a Grécia foi um dos primeiros países a importar aquele avião da Embraer que é equipado com radar. Um dos primeiros, se não o primeiro. A Grécia importou quatro desses aviões.

Outro dado importante de registrar é que o avião que é utilizado pelo Presidente da Grécia é da Embraer. Eles importaram dois jatos. Além disso, houve a importação de jatos executivos para empresários privados. Inclusive, foi simbólica a importação desses aviões-radar por ser um produto recente da Embraer.

Com isso, Senador Jorge Viana, se estiver satisfeito, não tenho nada a mais para comentar.

Quanto às questões do Senador Suplicy com referência à Síria, estou pronto e terei muito prazer em abordá-las. Mas eu me sentiria mais confortável, Sr. Presidente, se isso fosse feito em uma sessão fechada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Logo em seguida, a gente vai ter a oportunidade de uma sessão fechada.

Agradeço a V. Ex^a.

E passo a palavra à Embaixadora Regina para que possa responder aos Srs. Senadores que a indagaram.

A SR^a REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Muito obrigada, Sr. Presidente; muito obrigada, Srs. Senadores que manifestaram interesse em questões de que nos ocupamos em nosso dia a dia.

Exatamente como coloquei em minha apresentação, são parte desse diálogo permanente que a di-

plomacia tem de manter com a sociedade e os representantes dessa sociedade.

Agradeço ao Senador Luiz Henrique a atenta pergunta ao índice e à quantidade de óbitos registrados ainda hoje com tuberculose. O Senador bem apontou que, com o advento da penicilina, os índices de mortalidade da tuberculose declinaram sensivelmente, mas eles retomam um pico crescente, mais recentemente, em função de associação com portadores do vírus da AIDS, tanto que a situação converge e é muito comum as duas doenças serem tratadas no mesmo paciente.

Quando toquei no assunto da tuberculose, citei também um índice de 10% de redução de casos no Brasil nos últimos dez anos, porque é relativamente recente essa reincidência de tuberculose.

Senador Suplicy, muito agradeço seu interesse – sempre – nas questões sociais e ligadas ao trabalho. Com certeza, pretendo comparecer ao congresso da rede norte-americano de renda básica e assistir sua apresentação em Nova York.

O senhor, ao tratar dessas questões, me pergunta sobre a condenação pública a países, como isso pode ser tratado no âmbito do Conselho de Direitos Humanos sem que provoque, necessariamente, uma invasão à soberania e ao princípio de não intervenção.

Muito a propósito essa observação, porque uma das questões que têm sido bastante polêmicas e rejeitadas por grande parte dos países-membros do Conselho é exatamente o tratamento dos direitos humanos por países. A antiga Comissão de Direitos Humanos já era muito criticada por isso, tentou-se ampliar o leque de relatores especiais temáticos, que tratariam de temas em vez de singularizar um país, mas ainda persistem uns poucos, como Irã, Coreia do Norte, Sri Lanka, Síria, Mianmar e os territórios palestinos ocupados, como o senhor mencionou.

Bem, o que o Brasil pode e está tentando fazer, e poderei aprofundar na medida em que chegar ao posto e me familiarizar melhor com os mecanismos locais, as pessoas, as representações, é a instituição de consultas prévias às resoluções condenatórias de países com o próprio país envolvido e com países interessados em colaborar, em cooperar, seja com boas práticas, seja com prestação de apoio técnico para desenvolvimento de capacidade institucional para lidar com problemas. Enfim, que a situação desses países possa ser discutida num ambiente, numa atmosfera de cooperação internacional, sem nenhuma medida prescritiva, sem nenhum julgamento, mas que isso possa ser abordado previamente a uma resolução e que se dê a oportunidade, nessas ocasiões, ao país em questão de responder a essas cobranças.

O senhor também faz uma pergunta sobre votações importantes. Nessas votações, o Brasil tem tido, nos últimos anos, bastante coincidência até com a maioria do que se estabelece, de maneira quase consensual, no âmbito do Conselho. Só para lhe dar algumas informações, por exemplo, na questão do Irã, o Brasil votou a favor da Resolução. A Resolução é condenatória da situação de direitos humanos. A Resolução sobre a Coreia do Norte foi aprovada por consenso, portanto, todos os países-membros estavam de acordo. Com respeito ao Sri Lanka, o Brasil também votou a favor da Resolução de condenação à situação de direitos humanos no Sri Lanka. Na Síria igualmente, o Brasil votou a favor da Resolução, em condenação à situação de direitos humanos. O mesmo aconteceu com os territórios palestinos ocupados, que o senhor mencionou, em que o único país que impediu o consenso foram os Estados Unidos.

A ocupação dos territórios palestinos é tema recorrente. Especialistas são de opinião que a própria ocupação impede o pleno benefício dos direitos humanos a que esses palestinos estariam condenados a não usufruir, as situações de impedimento de locomoção, a própria construção do muro. Eu me lembro de que há algum tempo o senhor se debruçou também sobre esses assuntos de construção de muros, que separam populações. Então, nesse sentido, o Brasil votou, como todos os países, à exceção dos Estados Unidos, a favor da Resolução que condena a situação de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados.

O senhor me colocou, ainda, uma questão que lhe foi transmitida por uma organização da sociedade civil sobre os estabelecimentos, o sistema carcerário e questões conexas.

Senador, o Brasil admite, com toda a franqueza e transparência, as suas fragilidades no tocante a essa questão. Esforços internos governamentais estão sendo feitos diariamente, inclusive com a busca de soluções alternativas ao aprisionamento físico, à detenção física e à manutenção do preso, inclusive com cálculos de custos que possibilitem administrar situações que possam até reduzir esses custos.

Portanto, a questão levantada pela ONG tem, de parte do governo, toda a abertura de discutir o assunto. A própria Ministra Maria do Rosário, quando chefiou a delegação, por ocasião da revisão de que o Brasil participou, trouxe consigo uma grande representação da sociedade brasileira, dos poderes constituídos, mas também de organizações não governamentais.

O relatório que o Brasil apresentou é fruto de ampla consulta nacional a todos os Poderes da República, aos governos estaduais, à sociedade civil, e é disponibilizado na Internet, para que todos participem

e possam contribuir. Eu acho isso um esforço bastante abrangente, na tentativa de colocar nesse relatório toda a visão da sociedade brasileira.

Portanto, essa ONG é muito bem-vinda a conversar conosco, e isso me leva a outra pergunta que me foi colocada, sobre a disponibilidade da delegação do Brasil de conversar com as organizações não governamentais, com os interessados em esclarecimentos e em acesso às votações e documentos.

A delegação do Brasil em Genebra já mantém um *site* com informações. Eu, ao chegar ao posto, pretendo me inteirar de que maneira podemos, ainda, ampliar essa divulgação de informações sobre documentos e processos correntes no Conselho de Direitos Humanos. Mas, em princípio, me disponho, Senadora... a pergunta que a senhora colocou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque a senhora não estava dizendo que essa pergunta eu tinha feito à senhora. A senhora falou indiretamente. Obrigada.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Eu ia mencionar, perdoe-me.

Quero dizer que estarei sempre disposta a receber aqueles que vierem procurar informações e a conversar sobre as posições brasileiras a respeito.

Ainda uma outra pergunta sua, e faço o registro devido, diz respeito à comunidade Bahá'í e à questão dos direitos humanos no Irã. O Brasil tem sido um defensor, em todos os seus pronunciamentos, tem singularizado a questão da comunidade Bahá'í, quando se trata da discussão da questão de direitos humanos no Irã.

Eu mesma, em Nova York, sem ter um contato direto com o Conselho de Direitos Humanos, fui procurada pela comunidade Bahá'í; endossamos os pleitos e as demandas que vêm da comunidade, e elas são sempre veiculadas em nossas intervenções.

Queria, ainda, Senadora, a respeito dos seus comentários com relação à remoção da pena de morte, que a senhora colocou ao final, mencionar que o Irã ainda adota a situação de condenação à pena de morte, mas não é o único país no mundo, há vários outros. O Brasil tem integrado grupos de trabalho, tem voluntariado, participação e defesa da abolição da pena de morte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem à Embaixadora. Eu penso que a preocupação não é em si, porque seria entrar na discussão de um tema interno do país. A questão é aplicar a pena de morte para uma questão de prática religiosa, como perseguição religiosa. Nesse sentido de aplicar a pena máxima em um caso específico, ferindo os direitos humanos.

Essa é uma questão que diz respeito não à pena de morte em si, que já é uma questão grave, mas é uma decisão. Os Estados Unidos têm pena de morte em alguns Estados; a Indonésia tem pena de morte; a China tem pena de morte, assim como outros países também a tem, por isso não penso que seja mais restritivo aplicar a pena máxima à questão de perseguição religiosa.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Com toda a razão, é excessiva. O Brasil tem também se posicionado, até porque é matéria constitucional, pela liberdade religiosa e tem sido vocal nesse sentido.

Se me permitir a Srª Senadora, eu terei coberto o universo... Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – ... de que vai tomar as providências necessárias para o acesso dessas informações. O Itamaraty tem sido sempre muito atencioso nisso. Penso que hoje com a Internet, com a interatividade, seja possível, realmente, estabelecer uma operação mais fácil dos interessados, no caso dessas organizações não governamentais, representantes da sociedade civil, numa área tão sensível quanto a dos direitos humanos.

Não tenho dúvida de que V. Exª dará, digamos, sequência a essas demandas.

Muito obrigada.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Pretendo, sim, Senadora. E pretendo também fazer isso acompanhada de conversas pessoais, porque o contato direto é muito importante.

Muito obrigada.

Por fim, queria agradecer ao Senador Jorge Viana pela explanação sobre a situação no Acre, que acompanhei pela imprensa. Sensibilizo-me diante do quadro apresentado pelo senhor. Entendo que iniciativas, como a que o senhor mesmo sugeriu, de organização de encontros, audiências, seminários e mobilização, são muito importantes.

Também como apontado pelo senhor, o fato de, hoje, o Brasil gozar de uma situação de pleno emprego, em que as garantias sociais são expandidas e estabelecidas, é natural que pessoas que vivem em países em situação de mais dificuldade na região e até mesmo de mais longe busquem vir para o Brasil. Até recentemente nós tínhamos um dado do Conare de que havia 4.700 refugiados no Brasil. Hoje, o senhor me dá conta de que mais 5.000 estão entrando. Sem dúvida é uma pressão sobre os nossos sistemas internos grande, mas que tem de ser atacada, para que isso não venha se repetir em grandes levadas, em várias frentes: a cooperação da polícia nas fronteiras, isso precisa ser repensado; como impedir os coiotes que chegam iludindo, muitas vezes, pessoas com possibilidades.

Isso já existe até no Mercosul, em que a troca de informações e a cooperação entre as policiais já se dá.

Então, o Ministério da Justiça também é muito importante nessas providências e, eventualmente, buscar apoio internacional para o melhor atendimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se a senhora me permitir uma pequena correção...

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP
– Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – De dezembro de 2010 até agora são perto de 5.000 que passaram por essa rota. Desses 5.000, 1.400 foram de janeiro para cá. Então, é um número bastante elevado.

O que eu lamentei muito é a presença de algum organismo ligado à ONU. Por quê? Porque por tudo que a gente aprendeu, observa, de fato, lidar com refugiados – nesse caso, são pessoas de várias nacionalidades – teria que haver um organismo... Então, uma das questões que a senhora certamente pode colocar além de expor o quadro desse episódio ocorrido no Acre, de temos aí... Mesmo para orientar o Governador Tião Viana, que disse: “Como é que eu vou fazer? Como é que eu lido com isso?” Se está ilegal, prende-se ou se acolhe? Claro que a opção nossa foi pelo lado humanitário de acolher, mas é uma situação bastante difícil para ser lidada num País que têm regras, que precisam ser respeitadas, sob pena de prevaricação por parte dos governantes.

Mas é só para informar que o número, pouco mais de cinco mil, foi em dezembro de 2010 até hoje. E estou prevendo – e por isso estou solicitando essa audiência – que certamente, já que há uma rota organizada, que vamos ter, daqui a um tempo, esse problema de volta, não sei em que número, não sei em que quantidade, mas certamente virão, até que se ponha fim a esse caminho construído com base absolutamente ilegal e na exploração humana.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP
– Exatamente esse conjunto de procedimentos, de iniciativas internas, se faz absolutamente necessário, inclusive pelo curto período de tempo em que se observa. Esse é um problema recente no Brasil e, talvez por isso, tenha sido inicialmente da maneira que foi. Nós ainda não estamos prontos para fluxos dessa magnitude.

Quero cumprimentar o Governador do Estado pela maneira pronta de atender e prestar assistência humanitária a essas pessoas que não tinham a quem recorrer. E mais ainda, chamar atenção para um problema por que o Brasil deve passar daqui para a frente e terá de lidar com ele.

Ao senhor e ao Governador meus cumprimentos pela maneira como trataram com a questão até agora.

Muito obrigada. Estarei atenta em Genebra.

Entendo que esse esforço conjunto deve requerer muitas iniciativas, como a que o senhor colocou.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Por fim, se o senhor me permite, com as minhas notas, eu tinha a intenção de, ao responder às perguntas da Senadora Ana Amélia, também fazer um agradecimento, Senadora, pelas suas gentis palavras ao começo de sua participação aqui com respeito à sua participação na reunião da União Interparlamentar, em Nova York.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São me-
recidas, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – De acordo com o disposto no Inc. IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com parágrafo único do art. 383, do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão de Relações Exteriores, a partir de agora será transformada em secreta.

(Iniciada às 09 horas e 40 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 53 minutos e é reaberta às 12 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Aproveito essa oportunidade para dizer que foi encaminhada à Mesa um requerimento subscrito pelo Senador Jorge Viana, pedindo que seja realizada uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater sobre a imigração ilegal no Brasil. Para tanto, pede que sejam convocados representantes do Ministério da Justiça, representantes do Ministério das Relações Exteriores, representantes do Ministério do Trabalho, representantes do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e representantes do Conselho Nacional de Imigração.

Será publicado e fará parte da Ordem do Dia da próxima reunião.

Comunico aos senhores e senhoras a aprovação pelos Senadores da Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop e do Embaixador Edgard Antonio Casciano, respectivamente para Genebra e para a Grécia. Foram eleitos por unanimidade. Desejo a todos um pleno êxito nas suas missões.

Os Embaixadores estão autorizados a se retirar da Mesa para darmos prosseguimento à reunião.

V. Exª vai sair, Senador Suplicy? Vai ter que sair?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Eu tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Só tem eu e você.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu acho que há quórum, Senador, para votar um requerimento. Tem um até aqui de minha autoria.

Sr. Senador Suplicy, um instante mais só.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – O Senador Suplicy representa aqui o Senador Pedro Simon. V. Ex^a faria um resumo do seu parecer *ad hoc*?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – É o Item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República

O relator é o Senador Pedro Simon, que não se encontra na Casa. Designo o Senador Eduardo Suplicy para, na condição de *ad hoc*, fazer O relatório. Um resumo do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Segunda Classe, está indicado para exercer o cargo do Embaixador do Brasil na Tunísia.

Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli, nasceu em 3 de dezembro de 1960.

Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Administração Pública pela Harvard, em 2003. Em 1985 ingressou no Curso de Preparação do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1986; Segundo, em 1991, a Primeiro-Secretário, em 1997, Conselheiro, em 2004 e Ministro de Segunda Classe, em 2008.

Desempenhou funções como assistente nas Nações Unidas, em 1987; do Departamento de Organismos Internacionais, em 1988; em Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente, em 1989; da Divisão Especial do Meio Ambiente, em 90 e Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, em 2012.

Atuou na ONU de 1991 a 1994; na Embaixada em Montevidéu, de 1994 a 1996; na Embaixada em Washington, de 1999 a 2003; em Buenos Aires, de 2003

a 2007; na Embaixada em La Paz, de 2007 a 2010 e novamente na Embaixada em Buenos Aires, em 2010.

E tem desenvolvido inúmeras missões pela Presidência da República.

Defendeu a tese “A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU”.

É pessoa que tem conhecimento já demonstrado de tudo o que acontece nas relações do Brasil com a Turquia. E diante da natureza da matéria ora apreciada, o Senador Pedro Simon considera que essas considerações foram feitas no âmbito do presente relatório, que está distribuído a todos os Srs. Senadores.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Lido o relatório, pelo Senador Eduardo Suplicy, que se tornou relator *ad hoc*, eu concedo a palavra...

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1 desta Mesa.

Será incluído na pauta da próxima reunião.

Vamos ao item 4:

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia para relatar, na condição de relatora *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, o indicado pela Presidente da República, o diplomata Douglas Wanderley de Vasconcellos, nasceu em Manaus, Amazonas, em 14 de dezembro de 1955. Filho de José de Vasconcellos e Arlete Wanderley de Vasconcellos.

Graduou-se em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, em 1979. Ingressou na carreira diplomática também no ano de 1979, após ter concluído o curso de preparação à carreira diplomática no

Instituto Rio Branco. Concluiu ainda o curso de Altos Estudos do referido Instituto, em 2005, onde defendeu tese intitulada “O Esporte e as Relações Internacionais: negócios, negociações e projeção de imagem externa via manifestações esportivas”. Ascendeu a Conselheiro em 1997; e a Ministro de Segunda Classe, em 2005, sempre por merecimento.

O diplomata indicado desempenhou relevantes cargos na chancelaria, na administração federal e no exterior. Foi Assessor Especial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Turismo; Coordenador-Geral de Relações Internacionais da Secretaria Nacional de Turismo e Serviços; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos; Cônsul do Consulado em Rivera; Chefe da Divisão Jurídica; Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Encarregado do Escritório de Representação na Região Nordeste, com exercício na cidade de Salvador/BA de 2010 até o presente.

A Federação de São Cristóvão e Névis, onde vai servir, tornou-se independente no ano de 1983. O país é membro da Commonwealth. A Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, representada pelo Governador-Geral, que é o Vice-Primeiro-Ministro. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

O país é formado por duas ilhas no leste do mar do Caribe. São Cristóvão é a maior delas e concentra 80% da população; Névis está a 3 km de distância de São Cristóvão e goza de elevado grau de autonomia. Membro da Comunidade do Caribe (Caricom), e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), o país é a 177ª economia do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional. Com o fim da indústria do açúcar anunciado pelo governo em 2005, cresceu a importância econômica do turismo, bem assim a do setor financeiro.

No tocante ao relacionamento bilateral, ele teve início com o estabelecimento da Embaixada do Brasil cumulativamente com a Embaixada em Kingston, na Jamaica, em 1985. Em 2009, foi estabelecida a embaixada residente em Basseterre. No momento presente, outros dois Estados têm embaixada residente em São Cristóvão e Névis: Cuba e Venezuela, bem como Taiwan.

O intercâmbio econômico bilateral é compatível com a dimensão do país insular. Em 2012, o Brasil foi o 7º destino das exportações de São Cristóvão e Névis. Esse país exporta principalmente máquinas elétricas, impressos (livros e brochuras) e bebidas (águas e cervejas de malte). Ele importou do Brasil produtos básicos (carnes) e manufaturados (máquinas elétricas, madeira e ladrilhos).

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório, estimamos estarem

os Srs. e Sr^{as} Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatinar o diplomata e a votar a indicação da Presidente Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião.

Item 5. V. Ex^a tem, Senadora Ana Amélia, um requerimento de autoria de V. Ex^a e do Senador Aloysio Nunes Ferreira. V. Ex^a tem cópia do requerimento aí?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho cópia do requerimento, Senador, que é para discutir a questão dos drones.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Leia o requerimento, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 15, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para discutir a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). Segundo informações levantadas pela imprensa existem mais de 200 equipamentos em operação no Brasil sem que exista regulamentação, por parte dos órgãos competentes, para sua utilização. Para tanto sugiro sejam convidados: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – Comandante da Aeronáutica; Senhor José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany's – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Senhor Sami Youssef Hassuani – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Observações: A matéria foi lida na reunião do dia 02/04/2013.

Esse é o requerimento, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – O requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia e de Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Romero Jucá, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Cícero Lucena**. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Walter Pinheiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente informa que foi recebido o Ofício nº 048/2013, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Faz uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. O Presidente faz leitura de comunicado sobre a eleição de Horácio Cartes para a Presidência do Paraguai. Tem início a apreciação dos itens da Pauta: **ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 341, de 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requer, com base no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 2 a 8 de maio de 2013, por ter sido convidado pelo Embaixador do Chile no Brasil para participar de reuniões de trabalho entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasileiro e a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, que se realizarão em Santiago. Co-

munica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 2 a 8 de maio de 2013.” É designado Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 344, de 2013**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como de missão no exterior a participação em reuniões com parlamentares no Parlamento Chileno, a realizarem-se nas cidades de Valparaíso e Santiago, no período de 4 a 8 de maio de 2013. Comunica, ainda, conforme o disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 4 a 8 de maio de 2013.” É designado Relator o Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 337, de 2013**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 17 de maio de 2013, para participar do III Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, a convite da Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico, que se realizará em Miami, EUA.” É designado Relator o Senador Jarbas Vasconcelos, que profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 336, de 2013**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 6 a 11 de maio de 2013, para participar, na qualidade de membro da Frente Parlamentar Mista Pró-Gás, de missão oficial nas cidades de Washington e Pittsburg, EUA, a fim de conhecer as políticas de venda, consumo e exploração das jazidas de gás de xisto.” É designado Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 343, de 2013**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 7 e 11 de maio de 2013, para participar, como debatedor, na Conferência Anual da Eastern Economic Association – EEA, que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos da América. Assim, comunica ausência do País no período de 7 a 11 de maio de 2013.” É designado Relator o Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Aprovado. **INVERSÃO DE**

PAUTA solicitada pelo Senador Luiz Henrique, e aprovada, para apreciação do **ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respectivos Nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.” Relator Senador Luiz Henrique. Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2013**, de autoria do Senador Jorge Viana, que “Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater sobre a imigração ilegal no Brasil, sua evolução, consequências e propostas para o enfrentamento da situação. Para tanto, solicito que sejam convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério do Trabalho; Representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare); Representante do Conselho Nacional de Imigração.” Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Viana, Luiz Henrique, Aníbal Diniz e Magno Malta. Aprovado o Requerimento com alteração na lista de convidados, a qual passa a ser: representante da Força Tarefa de Regularização e Apoio aos Haitianos no Acre; representante do Ministério das Relações Exteriores; representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare); representante do Conselho Nacional de Imigração; representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **ITEM 12 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2013**, de autoria do Senador Jorge Viana e outros, que “Requeiro, nos termos regimentais que seja constituída Comissão Externa para ir ao Estado do Acre verificar “in loco” a situação dos imigrantes ilegais que estão entrando no Brasil.” Aprovado. **ITEM 10 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias e Jarbas Vasconcelos, que “Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Sua Excelência o Senhor Jerjes Justiniano Talavera, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado Plurinacional da Bolívia junto ao Brasil para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre a situação dos torcedores brasileiros mantidos presos naquele país há dois meses e sobre as trata-

tivas em curso entre os governos da Bolívia e do Brasil em torno do salvo conduto a ser concedido ao senador Roger Pinto, asilado na Embaixada brasileira em La Paz. Aprovado. Passa-se à deliberação em conjunto dos itens 7 e 8 da Pauta: **ITEM 7 – MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.” Relator Senador Eduardo Suplicy. Sabatina realizada. **ITEM 8 – MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.” Relatora Senadora Ana Amélia. Sabatina realizada. Os Embaixadores **Julio Glinternick Bitelli e Douglas Wanderley de Vasconcellos** são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. Às dez horas e trinta minutos assume a presidência o Senhor Senador Jarbas Vasconcelos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique, e a Senhora Senadora Ana Amélia. O Presidente declara aberto o processo de votação. Os Embaixadores respondem aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às onze horas e vinte e sete minutos e reaberta às onze horas e trinta e três minutos. Atua como secretário o Senhor Senador Eduardo Suplicy e como escrutinadores a Senhora Senadora Ana Amélia e o Senhor Senador Luiz Henrique. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. **ITEM 11 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2013**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do III Fórum Anual Latino-americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, que será realizado no período de 14 a 16 de maio de 2013, no Hotel Conrad Miami, em Miami – Flórida – EUA. O evento será promovido pela Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico e tem o objetivo de discutir e preparar a Região para o impacto das tecnologias da informação, das comunicações e da internet na economia e para o fomento do comércio eletrônico nas pequenas e médias empresas (PME) na região.” Lido o Requerimento e designada Relatora a

Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Aprovado. A Senadora Ana Amélia registra, também, a presença do Prefeito de Cotiporã–RS, Senhor José Carlos Breda. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Acusamos o recebimento do Ofício nº 048, de 2013, de autoria do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, onde solicita providências desta Comissão diante do descumprimento do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Bolivariana da Venezuela, que estabelece uma zona de não edificação de 30 metros de largura para cada lado da linha fronteira.

De acordo com S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, as cláusulas, princípios e objetivos do acordo estão sendo visivelmente violados por ambas as partes, tanto pelo Governo brasileiro como pelo governo venezuelano. Nesse sentido, S. Ex^a solicita providências cabíveis à Comissão, com base no inciso VIII do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal.

Estaremos, portanto, dando sequência de maneira diligente, nos termos regimentais dos limites das prerrogativas da nossa Comissão, instaurando estudos e pesquisas no sentido de buscarmos o encaminhamento para essa questão que S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta à Comissão de Relações Exteriores. Faremos isso, seguramente, de maneira absolutamente diligente, por entendermos que, se S. Ex^a está trazendo esse assunto à Comissão, é porque merece uma resposta imediata.

V. Ex^a quer fazer uso da palavra?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Quero só agradecer a V. Ex^a. Realmente, é uma situação que merece um entendimento entre Brasil e Venezuela, porque são duas cidades gêmeas, Paca-

raima e Santa Elena de Uairén. E existem na fronteira alguns itens que foram feitos antes do acordo e outros que, depois do acordo, também foram feitos e é preciso que se chegue a um entendimento. É esse o objetivo de pedir à Comissão que intermedeie, que procure fazer a gestão necessária. Portanto, agradeço a V. Ex^a por acatar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Comunicado desta Comissão.

A eleição de Horacio Cartes para a presidência do Paraguai após um bem-sucedido, podemos assim afirmar, processo eleitoral no qual as eleições gerais foram consideradas limpas e incontestáveis pelos observadores internacionais, dá-nos um claro sinal para a reintegração incondicional do Paraguai ao Mercosul, no mais breve espaço de tempo possível.

Cabe ao Brasil, por ser o maior país, por ser a maior economia da região no nosso entendimento, fortalecer sua liderança regional e liderar as negociações para esse fim.

As relações bilaterais demandam dos brasileiros uma colaboração estreita com um país irmão, por inúmeras razões. A energia proveniente de Itaipu, a presença da segunda maior colônia de brasileiros no exterior, os chamados brasiguaios, com cerca de pelo menos 400 mil pessoas situando nesse contingente, a problemática da faixa de fronteira entre o Paraguai e o Brasil, entre outros temas de interesse mútuo, revelam a necessidade da volta do diálogo e das relações políticas entre o Brasil e o Paraguai.

Vai mais além, a importância do retorno do Paraguai ao bloco. Assim como o país necessita reintegrar-se, o Mercosul também precisa do Paraguai. Como exemplo, vale recordar que as negociações comerciais com outros países ou blocos, como a União Europeia, estão paralisadas há anos, já que um dos membros do grupo encontra-se suspenso.

O Presidente Uruguai, José Mujica, na qualidade de Presidente *pro tempore* do Mercosul, foi quem deu o primeiro passo ao convidar o Presidente eleito Cartes para a próxima cúpula do bloco, em junho próximo, em Montevidéu. Foi um convite simbólico e importante, do qual Horacio Cartes, Presidente eleito do Paraguai, teve de declinar, pois só tomará posse, na Presidência do Paraguai, em 15 de agosto.

No entanto, preocupa-nos a posição adotada pelo Governo brasileiro, segundo a qual o fim da suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul não é automático e que a realização do pleito abre caminho para a normalização, uma vez que outras questões serão levadas em conta.

O Ministério das Relações Exteriores informa que a reintegração plena do Paraguai ao bloco só pode ser

decidida pela mesma instância na qual se determinou a suspensão daquele país, ou seja, uma reunião de cúpula. A previsão oficial é de que os presidentes do bloco tratem do assunto durante o próximo encontro de Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, embora não esteja descartada uma reunião extraordinária.

Cabe aqui a questão: interessa a quem e, sobretudo, ao Brasil essa demora?

Em suas primeiras manifestações, após a conquista do cargo, o Presidente eleito Cartes afirmou que os países sul-americanos estão com muito boa predisposição para aceitar a plena reincorporação do Paraguai ao Mercosul e à Unasul nos próximos meses. Cartes, porém, defendeu a legitimidade do julgamento político que sacou o ex-Presidente Fernando Lugo do poder em 24 horas, fato que levou à suspensão do país do Mercosul e da Unasul, mas disse que os países devem olhar para frente e não para trás.

Não podemos nos esquecer de que, apesar de a entrada da Venezuela no Mercosul parecer um fato irreversível, ela deu-se à revelia do Congresso paraguaio. O Governo do Presidente Frederico Franco, que substituiu o líder deposto Fernando Lugo, sustenta que a suspensão do Paraguai do Mercosul assim como o ingresso da Venezuela em sua ausência constituíram atos ilegais que ferem as cláusulas do Tratado de Assunção.

Embora o Paraguai disponha de poucas possibilidades de negociar com os demais membros do bloco nessa direção, a questão do reconhecimento da Venezuela cabe ao Congresso paraguaio e não ao Presidente. E a intenção dos demais líderes do Mercosul de impor a aceitação da Venezuela como condição para a volta do Paraguai não deixa de ser um fator de preocupações.

Durante sua campanha, Cartes defendeu a importância de o país voltar a participar do Mercosul por ser este um lugar natural do Paraguai. Seu primeiro grande teste como Presidente será negociar essa questão com o recém renovado Congresso, onde ele não deverá enfrentar dificuldades, uma vez que seu partido, o Colorado, obteve a mais absoluta presença e vitória na Câmara e conseguiu formar a maior bancada no Senado, faltando apenas quatro cadeiras para a maioria absoluta. Mas a decisão sobre a Venezuela caberá ao Parlamento do Paraguai.

Em editorial do jornal paraguaio *ABC*, o jornalista Adrián Cattivelli recordou que a decisão de suspender o Paraguai do Mercosul provocou profunda indignação em amplos setores da sociedade paraguaia, para os quais existe uma diplomacia para os amigos e outra diplomacia para os mais pobres e menos amigos. Para muitos paraguaios, segundo o editorialista, o Mercosul

deveria anular a incorporação da Venezuela, uma decisão ilegal já que não contou com o voto de seu país.

Por essas – e várias outras razões – entendemos que cabe ao Brasil, cabe ao Governo brasileiro, naturalmente, liderar os entendimentos junto aos demais países do Mercosul e ajudar o país vizinho e seu novo Presidente a um retorno rápido e sem traumas ao seio do Bloco.

A situação é complexa e requer uma verdadeira visão de estadista da parte de todos os países envolvidos. O que o Paraguai precisa, neste momento, a nosso juízo, não é de imposição de condições. Os mesmos líderes que decidiram pela suspensão do país do Mercosul, deverão, agora, facilitar ao Presidente-eleito do Paraguai a rápida integração daquele país ao Bloco, pela relevância e importância da unidade de todos os países que compõem o Mercosul, e não apenas o Mercosul, também a Unasul.

Portanto, faço esse registro para que as nossas autoridades que têm a responsabilidade hegemônica de conduzirem as relações exteriores em nosso País possam ter uma atenção especialíssima para este caso que é do absoluto interesse do nosso País.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2013

Requer, com base no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 2 a 8 de maio de 2013, por ter sido convidado pelo Embaixador do Chile no Brasil para participar de reuniões de trabalho entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasileiro e a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, que se realizarão em Santiago. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 2 a 8 de maio de 2013.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Solicitamos que o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti possa relatar esta proposta, este requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, por economia processual, vou passar à análise e ao voto.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam:

Art. 13. (...) se em licença, ou em representação a serviço da Casa, ou, ainda, em missão

política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento Interno, por sua vez, prevê, que:

(...) a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa, ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Senado, se houver ônus para o Senado.

Estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao art. 39, inciso I, do mesmo Regimento, o requerente comunica que estará ausente do País no período de licença solicitado, isto é, de 2 a 8 de maio de 2013. S. Exª, o Senador Ricardo Ferraço, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

Voto

Diante do exposto e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 341, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e passar à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências e encaminhamentos.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como de missão no exterior a participação em reuniões com parlamentares no Parlamento Chileno, a realizarem-se nas cidades de Valparaíso e Santiago, no período de 4 a 8 de maio de 2013. Comunica, ainda, conforme o disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 4 a 8 de maio de 2013.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Solicito que o Senador Luiz Henrique possa proferir relatório relacionado a este Requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O parecer foi distribuído em avulso para as Srªs e os Srs. Senadores.

É uma missão relevante que a Senadora Ana Amélia vai realizar no Chile. Portanto, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório de S. Exª o Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e passar à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vai à Secretaria-Geral para as devidas providências.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 17 de maio de 2013, para participar do III Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, a convite da Federação Latino-Americana do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico, que se realizará em Miami, EUA.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Eu gostaria de designar e solicitar a atenção do Senador Jarbas Vasconcelos para que ele pudesse relatar esta proposta, este requerimento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – A motivação, Sr. Presidente, é a mesma dos requerimentos anteriores aqui relatados pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Luiz Henrique. São Parlamentares, Senadores da República se dirigindo à Comissão de Relações Exteriores e pedindo permissão para se ausentarem do País em missão oficial.

Meu relatório é no sentido de que seja aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

À Secretaria-Geral para encaminhamento das devidas providências.

**ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 336, DE 2013**

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 6 a 11 de maio de 2013, para participar, na qualidade de membro da Frente Parlamentar Mista Pró-Gás, de missão oficial nas cidades de Washington e Pittsburg, EUA, a fim de conhecer as políticas de venda, consumo e exploração das jazidas de gás de xisto.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Eu solicitaria ao Senador Mozarildo Cavalcanti que fizesse a gentileza de relatar este requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, de maneira resumida, eu quero dizer que, em cumprimento ao art. 55, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período de licença solicitada, 6 a 11 de maio. S. Exª, o Senador Cícero Lucena, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho de sua missão.

Diante do exposto e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 336, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

À Secretaria-Geral para as devidas providências.

**ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 343, DE 2013**

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 7 e 11 de maio de 2013, para participar, como debatedor, na Conferência Anual da Eastern Economic Association – EEA, que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos da América. Assim, comunica ausência do País no período de 7 a 11 de maio de 2013.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Solicito ao eminente Senador Luiz Henrique que possa proceder ao relatório deste requerimento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Com a permissão do Senador Luiz Henrique, Presidente, qual o inconveniente, por parte da Mesa da Comissão de Relações Exteriores, de fazer constar de um só requerimento todos esses pedidos? Há, inclusive, pedidos para o Chile. V. Exª está indo, eu iria também, se não fosse outro compromisso aqui. Por que tanto requerimentos individuais, quando poderia juntar esses requerimentos todos, inclusive o do próprio Suplicy, do Cícero Lucena, o de V. Exª, da Senadora Ana Amélia, num só requerimento? Há inconveniência, há transgressão do Regimento para isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós vamos solicitar à Secretaria que faça um exame desta matéria, porque isso aí vai representar economia processual, seguramente, por tratarem do mesmo objeto.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Então, nós estamos acolhendo a contribuição de V. Exª e vamos fazer uma avaliação se não cria conflito com o Regimento. Se não criar conflito com o Regimento, vamos passar a atuar dessa maneira.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Eu imagino que não cheguem todos na mesma hora, cheguem pausadamente. Mas a Secretaria da Comissão iria juntando e incluiria na pauta um requerimento só, de ausência dos Senadores, para diversas missões oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Acolho a contribuição de V. Exª. Vou apenas consultar o Regimento. Se não houver conflito com o Regimento, vamos passar a proceder dessa maneira, agradecendo a contribuição de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de fazer o relatório do Item 5, gostaria de solicitar que, após apreciação do Item 6, houvesse uma inversão de pauta, para que nós possamos relatar o Item 9, antes da sabatina dos Srs. diplomatas. É matéria não controversa. Trata-se de aprovação de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Sérvia sobre isenção de vistos. Já aprovamos vários projetos nesse sentido. Não sendo polêmico, se é possível, antes da sabatina, fazemos essa inversão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos fazê-lo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Requerimento do Senador Eduardo Suplicy para participar, como debatedor, na Conferência Anual da Eastern Economic Association – EEA, que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos da América.

O Senador Suplicy tem dignificado a ação deste Senado, participando de vários simpósios, congressos, debates internacionais, levando a realidade brasileira à comunidade internacional. Portanto, o requerimento tem todo o mérito.

Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria da Mesa para as providências cabíveis.

Solicita o Senador Luiz Henrique inversão da pauta.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores sobre algum inconveniente. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum inconveniente, vamos passar ao Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 28, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respective Nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique, para emitir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da aprovação de texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Sérvia, estabelecendo isenção de vistos para seus respectivos nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.

Tão logo chegou às minhas mãos, procurei relatar essa matéria para que o acordo assinado há quase

3 anos possa, em sendo aprovado por esta Casa, ter efetividade.

O projeto é constitucional, legal, não há nenhuma infringência aos diplomas legais maiores do País e, por isso, pelo mérito de um acordo igual a tantos que já aprovamos nesta Casa unanimemente, opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório de S. Ex^a, o Relator Luiz Henrique.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 18, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater sobre a imigração ilegal no Brasil, sua evolução, consequências e propostas para o enfrentamento da situação. Para tanto, solicito que sejam convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério do Trabalho; Representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare); Representante do Conselho Nacional de Imigração.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações: O Requerimento foi lido na Reunião do dia 18/04/2013.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para que possa fazer sustentação do requerimento que encaminha à Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria, cumprimentar V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, os demais colegas Senadores, todos os que estão nesta audiência e nessa reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Eu agradeço V. Ex^a, primeiro, por ter dado a atenção necessária a um tema que é da maior gravidade.

Já compartilhei aqui na Comissão com os colegas, e atualizo as informações, caro Vice-Presidente, Senador Jarbas, Senador Luiz Henrique, Senador Mozarildo, Senador Walter Pinheiro e agora meu colega Senador Anibal, que eu trago esse requerimento porque a situação se mantém grave no Acre. Busquei informações hoje, pela manhã. Nós temos mais de 800

peças que imigraram para o nosso País de maneira ilegal, estão dentro do Território brasileiro, mas, graças a uma ação do Governo Federal, atendendo a um pedido, a um clamor nosso, do Governador Tião Viana, do Senador Anibal, de todos nós, uma força-tarefa se dirigiu ao Acre, oito Ministérios mandaram representantes, montaram um verdadeiro acampamento no Estado, trabalharam de domingo a domingo e essas mais de 800 pessoas estão lá documentadas. E agora, a ideia e o apelo que se faz é para que empresas brasileiras, como já fizeram mais de 4 mil que passaram lá, possam fazer a contratação dessas pessoas.

Então, no dia de hoje, Sr. Presidente, há mais de 800 pessoas lá em Brasileia, que se chamam haitianas, mas são de várias nacionalidades: senegaleses, nigerianos, pessoas de outros países, da República Dominicana e a grande maioria é do Haiti.

V. Ex^a tem dado uma atenção especial à questão, sempre que me encontra. E estabelecemos a ideia, que eu acho da maior importância, não só de aprovarmos esse requerimento, mas para, eu queria pedir a compreensão dos colegas para fazer esse adendo, que trouxéssemos aqui o Secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, que é, inclusive, meu 1º Suplente e tanto tem se dedicado a esse tema, para que o Governo do Estado, que gastou, que cuidou, que tem procurado conduzir esse tema com o maior respeito e responsabilidade, por orientação do Governador Tião Viana, possa também estar presente. Então, eu incluiria o representante do Governo do Estado do Acre.

Agora, Presidente, acho que o ideal é aprovarmos, estabelecermos uma data para essa audiência, que eu espero possa ser logo após o feriado da semana que vem. Como eu e o Senador Luiz Henrique temos uma viagem a fazer, representando o Senado, logo que voltássemos, ou seja, na semana após o dia 10 de maio, se possível, poderíamos incluí-la no calendário.

Por que eu apresento o requerimento? Porque a ação, a atitude necessária do Governo Federal foi tomada. O Ministro da Justiça foi lá nessa semana, conversou, viu, chocou-se com a realidade. Felizmente – felizmente mesmo –, o Governo, a Ministra Gleisi, com quem estive por duas oportunidades para tratar desse assunto, Beto Albuquerque, o Ministro Patriota, que por várias vezes nos atendeu, falou com o governador, a diplomacia brasileira também ajudou, a Defesa Civil Nacional, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Assistência Social e o Ministério da Justiça – foi uma soma, foi uma força-tarefa, tenho um relatório aqui – realmente assumiram o problema.

O abrigo já é outro, não é aquele que vimos. As condições necessárias para que o mínimo de humanidade se desse já foram dadas. A parte de alimentação,

de saúde, foram mais de 3.000 doses de vacinas, toda a precaução de saúde foi adotada, mas o problema está lá. A solução para os que chegaram já está apontada, todas estão documentados, mas são mais de 800 pessoas que estão hoje lá em um campo, na minha concepção, de refugiados dentro do território brasileiro. Não conheço se há outro maior na América do Sul toda. Então, V. Ex^a tem razão quando quer uma missão.

Eu queria propor aqui – e se tiver que formalizar por orientação de V. Ex^a formalizo, porque é uma preocupação de V. Ex^a também – que tiremos dois, três Senadores, ou quatro, para fazermos uma visita rápida. O ideal mesmo é que fizéssemos este fim de semana ainda, mas V. Ex^a tem obviamente sua agenda e eu tenho que me subordinar a ela, pois é muito importante que o Presidente da Comissão esteja presente. Mas podemos acertar uma data. É possível chegar ao Acre, por exemplo, em um domingo de manhã, com a ajuda do Governo, fazermos a visita lá e, à tarde, já estarmos em Brasília; quer dizer, em pouco mais de 24 horas dá para ir e voltar, apesar da distância.

Eu queria, inclusive por conta de estar atrás da minha querida Senadora, cumprimento também o Senador Magno Malta, que tem sido atento a todas essas questões, além de pedir a aprovação desse requerimento, a questão central é: quanto mais se resolve um problema desse, mais ele vai se ampliar. A notícia já correu para o Haiti e para o mundo inteiro: que agora o abrigo está muito bom, que todos estão vacinados, que já estão com carteira de trabalho, com CPF...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Jorge, permite-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com certeza, Senador Luiz Henrique.

E aí, como vamos fazer, se as organizações criminosas ainda seguem funcionando e estão a caminho centenas de outros em busca da mesma sorte?

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O requerimento de V. Ex^a é da maior relevância. Nós temos uma experiência muito bem sucedida em Santa Catarina, onde acolhemos já duas ou três centenas de haitianos, que são trabalhadores disciplinados, trabalhadores dedicados. Eu creio que, como nós vivemos, em Santa Catarina, uma situação de pleno emprego, há espaço para ampliar a absorção desses irmãos nossos do Haiti.

Por isso, se V. Ex^a e a Comissão concordarem, eu queria sugerir a inclusão, nessa audiência, do Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Prof. Glaucio Côrte, no sentido de que ele relate como estão bem ambientados esses irmãos nossos haitianos e como Santa Catarina pode socorrer o Estado do

Acre, ampliando a imigração desses companheiros que estão procurando o nosso País e que estão vivendo uma situação muito difícil em seu país.

Eu visitei o Haiti, juntamente com o Senador Aníbal Diniz e com o Senador Inácio Arruda. Vimos a situação de absoluta precariedade em que vive aquela população. Não tem energia elétrica, e, portanto, não há o acondicionamento refrigerado de produtos perecíveis. Não há esgoto ou água encanada. Vimos aquela cena que era cantada na música de carnaval e que retratava uma realidade do Rio de Janeiro dos anos 40 e 50: “lata d’água na cabeça”. A água é conduzida na cabeça, pelas haitianas, para poderem se abastecer. A situação de sanidade, ou de insanidade, é extrema.

Portanto, acolher parte desses 9,5 milhões de haitianos é algo que engrandecerá o nosso País e engrandecerá o seu sentido de solidariedade humana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu só queria fazer um registro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Permita-me um aparte, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sem dúvida.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para me associar a V. Ex^a. Eu gostaria de me associar a esse requerimento para que possamos fazê-lo em conjunto, uma vez que temos exatamente o mesmo pensamento e a mesma preocupação em relação a esse tema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com uma diferença: o Senador Anibal foi até antes da minha ida. Fez um trabalho, trouxe esse tema também várias vezes e tem procurado, a todo custo, alertar as autoridades para que dessem atenção, tendo em vista a impossibilidade de o Governo de um Estado como o Acre cuidar de um tema tão complexo como esse, que envolve a diplomacia brasileira, direitos internacionais e a situação de outro país. O Estado é impotente para isso.

Esse requerimento é de minha autoria e do Senador Anibal ou do Senador Anibal e também minha.

Pretendo, Sr. Presidente, com a compreensão, tendo em vista o que ocorreu, fazer uma modificação. Não há mais sentido trazer o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho... Nós poderíamos trazer um representante da Comissão, da força tarefa que atuou lá, porque ela representou vários Ministérios. Eles viriam aqui depor, mostrar o que viram e as medidas que adotaram. Agora, acho que um representante do Ministério das Relações Exteriores é importante, porque a próxima etapa diz diretamente respeito a uma ação do Governo, mas uma ação da diplomacia brasileira com o Equador, com o Peru, para que possamos

interromper no meio do caminho essa rota ilegal de entrada de haitianos no Brasil.

Sou favorável que o Brasil tenha uma política, mas que ela venha pela porta da frente. Não há qualquer sentido que essas pessoas que já não têm nada... Eu ouvi deles. Eles gastam de US\$2 mil a US\$3 mil, alguns mais, dinheiro que eles não têm. Vendem o que não têm, reúnem um dinheiro com muito sacrifício e são explorados no meio do caminho.

Então, peço a atenção de V. Ex^a para que aproveemos, mas incluindo um representante do Governo do Estado, e fazendo uma reformulação para que não tenhamos um número grande de expositores. Seria um representante da força tarefa do Governo Federal que esteve lá, obviamente, um representante do Conare, do Conselho Nacional de Imigração – é muito importante porque eles estão diretamente – e do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, como o Senador Luiz Henrique colocou, o Palácio do Planalto, essa Força Tarefa e o Governador estão pedindo às confederações, da indústria, do comércio, que restabeleçam... O depoimento do Senador Luiz Henrique é muito importante. De fato, as notícias que as empresas dão são ótimas do ponto de vista do acolhimento. O nosso País está vivendo pleno emprego, mas temos ainda muitos brasileiros em dificuldades. Se não tomarmos atitude de por fim a essa entrada ilegal, se não encontrarmos um mecanismo – e podemos até ampliar a legal –, nós não vamos ter o Acre em paz. Teremos, daqui a pouco, o problema agravado pelas notícias boas, que podem estar correndo o mundo nessa hora.

Eu tenho, então, duas questões: uma seria a gente aprovar uma ida de um grupo desta Comissão, como bem defende V. Ex^a, e, ao mesmo tempo, esse requerimento de uma audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o requerimento de S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que solicita uma audiência pública para que nós possamos debater o tema, que, a meu juízo, não parece ser conjuntural.

Não é a primeira, não é a segunda vez que nós estamos vivenciando toda essa situação no Estado do Acre. O que está me parecendo – eu sou forçado a concluir – é que o Acre está virando porta de entrada para imigrantes ilegais. Portanto, há exigência de uma ação do Governo brasileiro, do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, para que nós possamos tratar esse tema não de maneira conjuntural, mas de maneira estrutural, porque o que estamos observando é que se formam esses esforços concentrados quando o problema espalha, quando o

problema explode. Na verdade, o que nós precisamos é de uma política estruturada para que esse problema tenha princípio, tenha meio e tenha fim.

Então, o que estamos aqui deliberando não é apenas uma audiência pública, mas é uma missão do Senado Federal até o Estado do Acre, para que nós possamos ver *in loco* e chegar às conclusões relacionadas aos resultados que esse esforço concentrado do Governo brasileiro produziu nesse Estado.

Os Srs. Senadores que aprovem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, Sr. Presidente, se V. Ex^a e as colegas Senadoras e Senadores concordam, junto com o Senador Anibal, eu procuraria ver uma melhor data e nós poderíamos tentar um encaminhamento para o assunto da seguinte maneira: logo após esta semana do dia 10 de maio...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador, fique tranquilo que eu me encarregarei de organizar, não apenas com o Senado assim como com o Comando da Aeronáutica, para que nós possamos viabilizar uma presença nossa lá o mais rápido possível, junto com V. Ex^a e com o Senador Anibal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não tenho dúvida. Eu só estava querendo pôr um calendário, porque nós faríamos primeiro a visita, para podermos ter elementos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Primeiro a visita. Claro, claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...e depois a audiência, como V. Ex^a, inclusive, tem solicitado. Eu acho que assim fica bem ajustado. A Comissão vai e depois ela tem condição de, vendo tudo *in loco*, poder fazer uma boa audiência aqui.

Eu só faço um apelo para que seja após o dia 10 de maio, já que V. Ex^a não pode agora e para não fazermos correndo, por gentileza, por conta da minha ausência numa missão junto com o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós não cometeríamos o equívoco de ir ao Acre sem a companhia de V. Ex^a e do Senador Anibal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Requerimento, na forma...

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu fiz uma proposta de inclusão nessa audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está incluído.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está incluído?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Incluído.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É que o Senador Jorge não se pronunciou se aceita a inclusão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está incluído.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...da Federação das Indústrias, para que ele possa, inclusive, auxiliar quanto a imigrantes já devidamente regularizados, para recepcionar em Santa Catarina esses irmãos nossos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está incluído.

Vamos observar a experiência de Santa Catarina que pode, inclusive, ser referência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Já está incluído verbalmente. Vamos facilitar as coisas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Magno Malta, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu gostaria de ser incluído nessa missão para o Acre, até porque o Acre está acostumado a grandes combates e embates.

O ex-Governador do Acre Jorge Viana enfrentou o advento dos mais tenebrosos que o País já viu, no exercício de seu mandato, com o crime organizado, um dos mais violentos, agressivos. Ele praticamente passou oito anos ameaçado de morte o tempo inteiro. O Acre está acostumado a essas lutas difíceis e não dava para Tião passar ileso, como se os embates de Jorge tivessem sido maiores do que os que Tião vai ter que viver daqui para frente.

Eu faço isso até porque participei de tudo isso, com essa convivência com o Acre em momentos difíceis da vida desse Estado.

Como nem Tião nem Jorge nunca me chamaram para tomar um café na paz, na calma, sem problemas lá no Acre, eu gostaria de ir novamente nessa missão, quando o Acre está vivendo esse problema.

V. Ex^a colocou muito bem que não é algo conjuntural, mas estrutural, e que é preciso realmente resolver. Todas as providências são tomadas dentro do Acre, hoje, e os esforços são feitos, mas diz o Senador Jorge Viana – e é verdade – que as quadrilhas e o cri-

me organizado continuam soltos, se organizando para colocar mais gente dentro do Brasil por aquela porta.

Eu gostaria de ser incluído, até por essa relação forte que estabeleci na minha vida com o povo do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a será convidado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para dizer, porque o Senador Magno Malta é sempre um homem que vive grandes...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Jorge Viana, vamos lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) –... e fortes emoções, obrigado pela ajuda que V. Ex^a deu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Requeiro, na forma do disposto no art. 58, §2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado S. Ex^a, o Sr. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado Plurinacional da Bolívia junto ao Brasil para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre a situação dos torcedores brasileiros mantidos presos naquele país há dois meses e sobre as tratativas em curso entre os governos da Bolívia e do Brasil em torno do salvo conduto a ser concedido pelo Sr. Senador Roger Pinto, asilado na Embaixada Brasileira em La Paz.

Subscvem o Senador Alvaro Dias e o eminente Senador Jarbas Vasconcelos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em função de ter participado da posse do Presidente José Fortunati, na Frente Nacional de Prefeitos, e da despedida do Prefeito João Coser, eu precisei me ausentar desta reunião e quero agradecer o parecer do Senador Luiz Henrique e a aprovação dos membros da Comissão para a missão que devo realizar em Nova York, no Congresso Norte-Americano da Renda Básica, para expor a lei marco da renda básica, aprovada pelo Parlamento.

Agradeço muito as considerações feitas pelo Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *Em 18/04/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;*

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *Em 18/04/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;*

Portanto, convido S. Ex^{as} o Sr. Embaixador Julio Bitelli e o Sr. Embaixador Douglas de Vasconcellos para que possam tomar assento nesta Comissão e fazerem suas apresentações. (*Pausa.*)

Informo a S. Ex^{as} que o tempo destinado será de quinze minutos. Ao final da exposição, será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os senhores indicados.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Julio Bitelli, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. É uma honra estar aqui.

Eu queria começar agradecendo à Presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro Antonio Patriota pela confiança que depositaram no meu nome para essa função tão importante de Embaixador na República da Tunísia.

Queria agradecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e muitos especialmente ao Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, e aos Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy, que foram respectivamente o Relator e o Relator *ad hoc* da minha indicação.

Nos últimos três anos e meio, tenho-me desempenhado, como Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, e agora, com a anuência desta Comissão e do Senado, enfrentaria um desafio bastante diferente na Tunísia.

Tarek Bin Tayeb, um nome que entrou para a história desse jovem tunisiano que se imolou, em dezembro de 2010, na cidade de Sidi Buzid, no centro da Tunísia, deu início a esse movimento tão importante, que hoje se conhece como “A Primavera Árabe”.

O próprio termo é questionado. Alguns analistas preferem falar em “Despertar Islâmico”, por exemplo, ao invés de “Primavera Árabe”, mas o fato é que há um movimento historicamente muito importante ocorrendo nessa região do norte da África e nos países árabes, e a Tunísia tem um papel central, como os senhores podem ver ali.

Foi onde começou esse movimento pouco depois desse incidente, em janeiro de 2011, o Presidente Ben Ali foi deposto pela chamada Revolução de Jasmim, e houve certo movimento de dominó. Vários regimes autoritários da área foram derrubados, o que gerou enorme expectativa no mundo inteiro.

A Tunísia tem certas especificidades muito importantes, mas ela tem que ser entendida no contexto regional, com vizinhos como a Argélia e a Líbia, onde há processos importantes, políticos também de transformação, e um pouco distantes, mas ainda na mesma região, no Egito e, agora, no Mali, com a intervenção francesa inclusive.

A evolução não é tão rápida na região que o máximo que V. Ex^{as} receberam já está desatualizado em relação à Tunísia. Houve dois elementos novos muito importantes.

Em fevereiro deste ano, o líder do partido dos trabalhadores tunisiano, Shokri Belaid, foi assassinado e gerou um movimento muito importante, que culminou com a troca do governo. Um novo 1º Ministro, Ali Larayedh, substituiu o 1º Ministro Hamadi Jebali, e é um novo momento também.

Em relação a outros países da região, há elementos semelhantes: derrocadas de regimes autoritários; forças, há muito tempo reprimidas, reaparecem fortemente; há uma espécie de disputa de poder entre partidos de setores mais islamitas e partidos de setores mais laicos; há uma discussão sobre a utilização ou não da *Sharia*, que é a lei islâmica; há uma discussão sobre os limites das liberdades individuais; e há uma discussão sobre o conceito de democracia islâmica – se seria ou não possível.

O futuro está por ser definido, mas certamente haverá um impacto muito grande do que ocorre na Tunísia, na região, na questão do Oriente Médio; portanto, em toda a questão de segurança internacional.

Quais são as especificidades tunisianas importantes, a estarem presentes? O país tem uma população relativamente pequena – 11 milhões de habitantes – e bastante homogênea. É um país que, historicamente, contou com uma certa prosperidade, com relações muito próximas com a Europa, com uma tradição de sindicalismo, forças sindicais e partidos de esquerda importantes e uma cultura de tolerância, com um cruzamento de várias civilizações e uma reação muito forte quando há violência.

Esse assassinato que mencionei gerou um enorme movimento popular de condenação da violência política, que não é a tradição tunisiana. A prova disso é que, no Governo da Tunísia, hoje, há uma coligação de três partidos: um partido de tendência islamista e dois partidos laicos. Essa é uma combinação que não ocorre nos países vizinhos e que demonstra um pouco essa política de busca de diálogo, que é fundamental na Tunísia.

Essa troca no governo, então, é formada pelo partido islamista Enada, que significa “renascença” em árabe, ligado à irmandade mulçumana, que obteve a maior votação e o maior número de Parlamentares na assembleia nacional constituinte. A coligação é composta ainda por dois partidos laicos: o Congresso para a República e o Ettakatol – o Fórum Democrático para o Trabalho e as Liberdades. Este último é membro da Internacional Socialista e é parte da troca do governo.

Eu falava da tradição de diálogo e de busca de consenso na Tunísia. Isso está ocorrendo agora. Há um diálogo nacional, convocado pelo Presidente da República, que está buscando definir o futuro político de curto prazo do país. A assembleia constituinte adotou um texto da Constituição nova. Esse texto foi adotado, em sua penúltima versão, na última 3ª feira, há dois dias, e agora passará por uma comissão de especialistas.

A ideia é a de que a nova constituição seja adotada até julho de 2013, e as eleições gerais ocorram

até 29 de dezembro de 2013. Podem ser juntas – legislativas e presidenciais – e podem ser separadas. Isso ainda está em discussão.

Há novos partidos e coligações. Há um movimento de grande efervescência política na Tunísia, e as perspectivas são muito otimistas. Há sérios problemas econômicos, sobretudo o desemprego, que chegou a 19%. Há uma sensação difusa de frustração na população, porque as revoluções não resolvem os problemas, como o Sr. Presidente sabe, do dia para a noite. O desemprego continua alto, mas a economia está retomando a sua força. O turismo, que é um fator muito importante, está quase alcançando já os níveis pré-revolucionários. Como dizia, as perspectivas são positivas.

Ainda na tradição de diálogo e busca de consenso, o novo governo abriu mão do que eles chamam de “Ministério de Soberania”. O Ministério da Justiça, do Interior, da Defesa e das Relações Internacionais são, neste momento, ocupados por tecnocratas, por pessoas de reconhecida competência e independentes em termos partidários.

Há certa deterioração do quadro de segurança. Há certos elementos que preocupam. Há muitas críticas à atuação do que se chama “Ligas de Proteção da Revolução”, que surgiram após a revolução, que têm um caráter mais vinculado a certos setores do Islamismo, gerando certos distúrbios em algumas ocasiões.

Como dizia, o futuro é promissor. Vai haver a nova Constituição. Vai haver eleições gerais. Não há nenhuma indicação de que essas eleições não sejam livres, como foram as anteriores, e o que ocorrerá na Tunísia terá um efeito de demonstração importante em outros países da região.

Com o Brasil, as relações foram estabelecidas desde a independência tunisiana, em 1956, e sempre foram corretas. O comércio é relativamente modesto, mas superavitário para o Brasil, com uma tendência de alta. O Brasil exporta açúcar, soja, automóveis, aço laminado, e importa, sobretudo, fosfatos, adubo e fertilizantes.

Há um interesse tunisiano em relações com o Mercosul. Já foi iniciado um processo de conversa sobre essa possibilidade. A Tunísia é membro importante e atuante de dois mecanismos regionais que o Brasil ajudou a criar: a Ásia e a ASA, que é o agrupamento da América do Sul, países africanos e a ASPA (América do Sul e países árabes).

Um símbolo importante é o apoio que o governo tunisiano deu muito rapidamente à candidatura do Brasil à OMC, ao Embaixador Roberto Azevedo.

Essa relação, como dizia, vem de uma base muito correta, mas tem um enorme potencial de crescer. O

Brasil é visto como um parceiro muito importante pela Tunísia pós-revolucionária, que quer modificar o seu padrão de relações internacionais, historicamente muito atado aos países europeus, sobretudo Itália, França e Alemanha, e o Brasil aparece como uma referência nesse cenário.

Houve duas visitas importantes, nos últimos tempos, de autoridades brasileiras à Tunísia. O Ministro Patriota esteve lá em 2012, e, muito recentemente, agora, no final de março, o Ministro Gilberto Carvalho participou, em Tunis, do Fórum Social Mundial.

Dessas conversas que essas autoridades mantiveram em Tunis, aparecem oportunidades de investimento, comércio em construção civil, em produtos químicos, em calçados. Há uma enorme demanda da parte da Tunísia por conhecer melhor o processo de transição democrática no Brasil e também os programas sociais que o Brasil tem implementado nos últimos anos.

A Embraer já está em conversações também com os tunisianos para possível venda de aviões. Ficou acertado que haveria visitas presidenciais. O Presidente Moncef Marzouki foi convidado a vir ao Brasil e aceitou. A Presidente Dilma Rousseff foi convidada a visitar a Tunísia e também aceitou o convite. É uma questão de se definir datas para que isso ocorra.

O Brasil, então, tem enormes possibilidades por essa situação política na Tunísia, e Tunis oferece um excepcional posto de observação para que o Governo brasileiro saiba acompanhar e analisar o que está ocorrendo em toda essa região, que é fundamental para a segurança internacional.

Há muito por fazer, Sr. Presidente. Não quero estender-me, mas, caso V. Ex^{as} me honrem com a aprovação para a Embaixada em Tunis, haverá um programa de trabalho intenso e muito a fazer para aproveitar essa nova oportunidade dessa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Presidência agradece as palavras de V. Ex^a. Quero consultar o plenário se a Presidência pode abrir o processo de votação. (*Pausa.*)

Aprovado pelo plenário, está aberto o processo de votação.

Concedo a palavra ao Embaixador Douglas Wanderley de Vasconcelos, indicado para a Federação de São Cristóvão e Névis.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELOS – Muito obrigado.

Primeiro, meus cumprimentos respeitosos aos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, particularmente ao Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, ao Sr. Vice-Presidente, Se-

nador Jarbas Vasconcelos, ao Senador Relator Cristovam Buarque e à Senadora Ana Amélia, responsável pela relatoria *ad hoc*.

Deve agradecer a indicação ao Ministro Antônio Patriota, à Excelentíssima Senhora Presidente da República pela honrosa chancela a meu nome e muito especialmente a este pela acolhida mensagem presidencial submissão de minha indicação.

Neste momento, realmente, eu reconheço esse ambiente congressual, porque, de fato, a função de Embaixador do Brasil reclama essa anuência congressual, uma prerrogativa que legitima a designação e a representação.

Com a autorização dos senhores, farei um breve relato histórico-geográfico e depois, de maneira mais reflexiva, algumas considerações sobre o que considero real importância de funcionamento de Embaixada brasileira em países com São Cristóvão e Névis, sobre o trabalho possível e produtividade desejável de uma representação diplomática do Brasil naquele País.

Bem, se o mapa estiver disponível, para que eu possa situar. (*Pausa.*)

Ali, a leste das Índias Ocidentais, num rumo, se quiser, quase reto a norte do Norte do Brasil, São Cristóvão e Névis é um país de escala demográfica e geográfica diminuta – cerca de 260 km², população conjunta de 60 mil habitantes, basicamente afrodescendentes, ingleses, um contingente de portugueses e libaneses.

Em 1967, São Cristóvão e Névis e Anguilla tornam-se Estado associado ao Reino Unido. Em 1971, Anguilla recebe autorização para separar-se, permanecendo como território britânico ultramarino. Em 1983, São Cristóvão e Névis obtém independência, tornando-se Estado independente da Commonwealth.

Importa observar que Névis dispõe de um preceito constitucional que faculta o rompimento de laços federativos caso dois terços da população decidam pela secessão em plebiscito conduzido exclusivamente em Névis. O país compõe uma região de contiguidade geográfica importante para o Brasil, a América Latina e o Caribe, tanto mais com incorporações adicionais de países do norte da América do Sul ou Mercosul, o que faz com que o Mercosul, agora, se estenda da Patagônia ao Caribe efetivamente.

Essas ilhas, as colônias descobertas por Colombo e reclamadas pela Espanha, depois de posses alteradas sobretudo entre franceses e britânicos, definitivamente britânicas depois, ocuparam-se basicamente de uma indústria do açúcar. A exploração açucareira foi, depois, substituída em 2005 – na verdade excluída em função de demanda reprimida. Passou então ao turismo, como é regra no Caribe, assumir uma função

e feição de mais protagonismo na geração de divisas para a Federação de São Cristóvão e Névis.

De diferente em relação a São Cristóvão e Névis e com relação a essa rubrica “turismo”, importaria frisar que engrossam essa receita a captação de investimentos de turismo mobiliário e o estabelecimento de segunda residência, principalmente para norte-americanos, canadenses, britânicos e sul-africanos.

Em grandes números redondos, os indicadores...

Bom, os serviços, então, por conseguinte, representam 82% da movimentação econômica; Produto Interno Bruto, cerca de US\$740 milhões; renda *per capita*, de US\$15.500. País de economia aberta, com exportações de US\$82 milhões; mercados mais importantes Estados Unidos, Canadá, Rússia – Brasil, sétimo destino, com materiais elétricos e telefonia celular; importações de quase US\$1 milhão, cujos principais provedores são Estados Unidos, Itália, Trinidad e Tobago – Brasil, em regra, décimo primeiro, décimo segundo; em 2012, vigésimo nono na classificação, principalmente com exportações de carne, preparados de carne, manufaturados, madeiras, pisos cerâmicos.

Comércio Brasil/São Cristóvão e Névis: exportações brasileiras, US\$FOB 2,5 milhões; importações de US\$FOB 600 mil, um saldo de quase US\$ 2 milhões, e um intercâmbio total de aproximadamente US\$3 milhões.

Em relação ao perfil econômico, alarma a questão da dívida interna de São Cristóvão e Névis – talvez recorde mundial, com 200% do PIB e um consumo de 25% das receitas, com o serviço do pagamento dos juros anualmente.

Há uma proposta polêmica, inclusive, da Assembleia Nacional de São Cristóvão, no sentido de Suape, de 10% do território de São Cristóvão para ter a quitação da dívida.

Sobre isso, há pontos polêmicos, polemizados, no âmbito do próprio partido majoritário, que é o Partido Trabalhista, e também junto aos acionistas do banco, que têm dúvidas, receios mesmo, sobre a eventual lucratividade desse negócio.

A política interna é uma... São Cristóvão é uma federação, uma democracia parlamentar no quadro da monarquia constitucional da Commonwealth. O chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, que nomeia o governador-geral, senhor de nome Edmund Lawrence, que é o representante pessoal da soberana; e o primeiro-ministro é o líder do partido de coalizão majoritária, como disse antes, Partido Trabalhista de São Cristóvão e Névis.

O Poder Legislativo tem uma assembleia nacional unicameral, um parlamento composto por 11 membros

eleitos e três indicados, mais um procurador-geral, quando não eleito.

Quanto ao Judiciário, *English Common Law*, o país em membro da Suprema Corte do Caribe Oriental, que tem as duas pernas, uma corte de apelação e uma corte suprema. Esse Judiciário fica sediado em Santa Lúcia, mas dois juízes são residentes em São Cristóvão.

Quanto à política externa, o país é membro dos principais organismos internacionais e regionais – ONU, OEA, Caricom, Organização dos Estados do Caribe Oriental, Interpol, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, as agências Unido, Unctad e Unesco, entre outros organismos e instituições.

A Federação de São Cristóvão e Névis tem embaixadas na Jamaica, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Bélgica e Tawan. Em Tawan – um adendo –, muito em função de uma ofensiva diplomática em 2007 junto aos países caribenhos. Claro que isso acontece em detrimento de relações diplomáticas com a República Popular da China.

Embaixadas residentes em São Cristóvão: Brasil, desde 2009, Tawan, Cuba e Venezuela.

Engraçado que, com relação à Venezuela, há um diferencial regional até, é caribenho, que convém mencionar, com relação a uma chamada Ilha das Aves, que, segundo critério ou argumentação da Venezuela, sustentaria habitação humana. Isso, sob conceitos e critérios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, permitiria à Venezuela a extensão de seu mar territorial, de sua plataforma continental, a grande extensão do Mar Caribenho Oriental.

Nas assembleias das Nações Unidas, os temas mais importantes levantados pela Federação de São Cristóvão e Névis são: renegociação da dívida dos pequenos países; preservação ambiental e combate a grandes poluidores; pesquisas de tratamento de HIV/DST; vigência de tratado internacional sobre tráfico de armas e munições; aceitação da presença de Tawan em organismos internacionais; e censura ao embargo norte-americano a Cuba.

De notórias relações bilaterais, uma assinatura, mas não ratificação ainda – e talvez não ocorra – de adesão de São Cristóvão e Névis a um Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38 Brasil/Guiana, que permitiria acesso de bens sancristovenses ao mercado brasileiro.

Há missões de cooperações técnicas, missões de cooperação esportivas, que é uma demanda, aliás, frequente no Caribe; projetos na área agrícola – Senai, Embrapa, Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético, o novo programa de cooperação técnica elaborado pelo Governo brasileiro

para os países caribenhos, sobretudo nas áreas de preservação ambiental, pecuária, com a participação da Universidade Federal da Bahia; planejamento do uso do solo, com o concurso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

É bom salientar que o Caribe é uma região sem soberania alimentar. Portanto, esse é outro flanco que pode se abrir para prestação de cooperação técnica e eventual exportação para a segurança alimentar, mas também para *catering* hoteleiro, em função das demandas e da estruturação de turismo.

São Cristóvão e Névis, diferentemente de outros países, tem estado na vanguarda da captação de investimentos hoteleiros e na venda de estabelecimentos de segunda residência, como citei anteriormente. Esse é um aspecto que pode ser explorado pelo lado brasileiro.

Vou falar um pouco da minha experiência mais recente, porque eu considero que, talvez, algumas coisas que aprendi possam ser úteis nessa missão.

Eu chefei a Divisão Jurídica do Itamaraty, e uma das funções rotineiras mais importantes era a negociação de acordos multilaterais de cooperação em matéria penal – tráfico de drogas, lavagem de dinheiro. E minha outra, mais recente, é um escritório regional em Salvador, onde eu aprendi muito sobre cooperação técnica.

Alguns comentários respectivos sobre a negociação desses acordos de combate a ilícitos transnacionais e, depois, sobre diplomacia federativa, que é um paralelo que faço entre a política externa no Brasil, ou seja, a abertura de postos no exterior, e essa ofensiva diplomática brasileira em novas embaixadas.

Nesse aspecto, saliento, com relação à diplomacia federativa, esses postos do Brasil no exterior, porque me serão úteis nesse desempenho, essa proximidade geográfica permite recolher nas fontes abastecedoras insumos para formulação da nossa política externa. Então, nessa experiência de quatro anos, tive conhecimento de fortalezas nacionais que se prestam à provisão de cooperação técnica junto a esses países: gestão de água, manejo de solo, agricultura familiar, segurança alimentar, saúde pública, campanhas de vacinação, boas práticas, cooperação esportiva. Em contrapartida, com relação especificamente a São Cristóvão e ao Caribe, seria possível obter, por exemplo, qualificação, habilitação em idioma inglês, conhecimento sobre atração de investimentos para turismo imobiliário.

Aproveito aqui para enganchar um comentário que ouvi, em uma reunião anterior, do Senador Jarbas Vasconcelos no sentido de que as Embaixadas deveriam se abrir mais aos Governos Estaduais. Ora, aí aparecem o perfil e o papel saliente dos escritórios regionais, exatamente por causa dessa proximidade. Eles são antena e atalho do Itamaraty para a presta-

ção de serviços. É mais fácil a um empresário ou a uma federação industrial do Rio Grande do Sul ou da Bahia, por exemplo, obter via escritório regional informe de cem setores de promoção comercial, espalhados mundo afora, que preparam projetos, fazem pesquisa de prospecção mercadológica, dão assistência a missões técnicas. Então, essa é a valia principal de termos escritório regional. E, para mim, isso será útil em função das demandas que penso poder encontrar na região do Caribe.

Talvez, no futuro, conviesse pensarmos, Itamaraty-Parlamento, sobre a extensão dessa rede de postos no exterior em Estados, por exemplo, com a agenda muito internacionalizada, como Ceará e Espírito Santo – investimentos portuários –, ou Estados com um temário fronteiriço de alguma sensibilidade, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – tráfico de drogas, tráfico de armas.

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS – Eu vou apenas concluir a outra parte: com relação à cooperação em matéria penal – tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos, que foi minha experiência anterior –, é curioso notar que exatamente esses paraísos fiscais, países e outras paragens, têm esse perfil de insularidade e pequeno território: Ilhas de Man, Jersey, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Bahamas, Barbados, Ilhas Cayman e Federação de São Cristóvão e Névis, conforme, aliás, lista indicativa elaborada pela própria Receita Federal do Brasil, em 2002.

Sr. Presidente, eu concluiria com a seguinte afirmação: esse é o trabalho, caso mereça a honrosa aprovação de V. Ex^{as}, que eu poderia desenvolver. Então, esse é um temário substantivo de atuação concreta. Friso: esse é o temário objetivo; porém, descaberia, digamos assim, desconsiderar o fato de que cada país é um voto. Isso é importante para alargar as bases de diplomacia parlamentar, que são fundamentais em candidaturas e causas no Brasil, aliás, causas das mais variadas, como a captação de eventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, que, claro, seguem um leito diferenciado, têm interlocutores específicos, mas, em áreas de grande contingente eleitoral, como África e Caribe, por exemplo, comumente, dirigentes esportivos fazem parte da elite política e estão mais sensíveis a esse entrelaçamento superior de gestões políticas e diplomáticas.

Eu agradeço, honrado, a atenção. Fico grato pela oportunidade e à disposição para indagações dos Srs. Senadores, na sequência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Agradecendo a participação do Embaixador Douglas Wanderley de Vasconcelos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quer dar as boas-vindas ao Ex^{mo} Sr. Sabri Bachtobji, Embaixador da Tunísia no Brasil.

Há oradores inscritos.

Foi aberta a inscrição de oradores. O primeiro deles é o nobre Senador Eduardo Suplicy e, posteriormente, a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, quero desejar muito sucesso ao Embaixador Douglas Wanderley de Vasconcelos, na Federação de São Cristóvão e Névis, e ao Embaixador Julio Glinernick Bitelli na República da Tunísia.

Quero começar agradecendo à atenção do Embaixador Bitelli quando da Rio+20, quando ali colaborou na organização de conferência da qual eu próprio participei, junto com representantes de diversos países. Muito obrigado.

O senhor nos brindou aqui com uma explicação muito interessante a respeito da Tunísia, onde teve, praticamente, o início da Primavera Árabe, a partir da morte de um verdadeiro mártir de toda a situação que se desdobrou, e nos deu algumas explicações sobre como a Tunísia parece estar tendo uma solução democrática com maior facilidade do que muitos dos países vizinhos a ela, nos países árabes. Eu lhe pergunto em que medida esse procedimento que, segundo nos explicou, com um melhor entendimento entre um partido islâmico e dois laicos, possivelmente congrega uma parcela muito significativa da população no governo, pode ter repercussões como exemplo para os países vizinhos, inclusive a Líbia, a Argélia e outros que ainda se encontram quase que em erupção, e mesmo outros, como a Síria e o Iraque, que ainda não concluiu inteiramente o seu processo de democratização, de normalização das suas instituições, e que, inclusive, volta e meia é caracterizado por ações de terror, de bombas e tudo, que afligem a população. Então, agradeço se puder nos contar essa perspectiva.

Agradeço também se puder nos informar como se caracteriza hoje a distribuição de renda e de riqueza na Tunísia. O senhor nos mencionou que o Brasil pode interagir com a Tunísia relativamente aos seus diversos programas sociais. Ora, como se caracteriza a Tunísia e como pode de fato levar em consideração a experiência brasileira, tendo em conta o grau de desenvolvimento que em alguns aspectos pode ser semelhante, mas em outros pode diferir bastante?

Ao Embaixador Douglas Wanderlei de Vasconcellos, gostaria de perguntar... Fiquei impressionado com o dado sobre a dívida externa tão grande de São Cristóvão e Névis porque, por um lado, o senhor nos informa que São Cristóvão e Névis tem uma renda *per capita* superior à brasileira, da ordem de US\$15.000. Gostaria de lhe perguntar quais são as principais fontes de riqueza de São Cristóvão e Névis – o turismo, por acaso, um setor muito importante do ponto de vista de geração de recursos? E por que teria São Cristóvão e Névis, por alguns momentos, chegado a ter um endividamento na sua informação recorde e nos relata uma proposta que eu imagino que, se fosse feita num País como o Brasil – vamos saldar a nossa dívida externa cedendo uma parte do nosso Território –, isso certamente causaria uma estranheza, uma repercussão. Imagino que, de maneira alguma, isso pudesse ser aceito, pudesse ser compreendido pelo povo. E como é que isso realmente é debatido pela população se pudermos dar a informação devida?

Como São Cristóvão e Névis está ali tão próximo de São Domingos Haiti e Cuba – e o senhor nos mencionou que o governo de São Cristóvão e Névis tem como posição firme que os Estados Unidos devam acabar com o embargo e com o bloqueio referente a Cuba –, em que medida avalia que poderá, como Embaixador, contribuir no diálogo, com respeito a esse propósito, com os países do Caribe e da América Latina, uma vez que, dada a proximidade daqueles países e São Cristóvão e Névis, com respeito a Cuba, é possível que o senhor esteja interagindo com pessoas que estejam dialogando sobre isso.

Cuba recentemente deu sinais, como a nova lei de imigração cubana, que pode ser vista como algo positivo para que os Estados Unidos, finalmente, digam... Eles estavam aguardando sinais de maior liberdade para a população de Cuba do ponto de vista de liberdade de expressão, de liberdade de ir e vir e assim por diante. Aí está dado um sinal, e quem sabe diálogos com respeito a esse objetivo, que é também do Governo brasileiro, possam ajudar.

Eu gostaria de ressaltar que a palestra que irei fazer em Nova York, nos próximos dias 9 a 11 de maio, é justamente sobre a lei marco da renda básica, que foi apreciada e aprovada pelo Plenário do Parlatino, para ser apresentado a cada um dos Parlamentos do Caribe, da América Latina, para consideração dessa proposta, a exemplo do que já aconteceu no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Embaixador Julio Bitelli, caro Embaixador Douglas de

Vasconcellos, caro Presidente Jarbas Vasconcelos – só o sobrenome que é o mesmo, não é? Mas seria bom ter um parente embaixador – não é, Presidente Jarbas? –, eu, vendo a apresentação dos senhores, no caso da Tunísia, ocorreu-me indagar V. Ex^a no sentido de que a situação econômica de um país se dá muito na estabilidade política e na confiança do investidor.

Toda a pauta comercial Brasil/Tunísia está sobre temas que interessam muito ao meu Estado, o Rio Grande do Sul: produtos agrícolas, importação de fertilizantes. Lamentavelmente, o Brasil ainda é um País dependente grandemente da importação de fertilizantes.

E, considerando o fato de que a Tunísia, do ponto de vista político, ainda, digamos, não recuperou toda a sua estabilidade necessária para essa confiança do investidor, recentemente fez um acordo de livre comércio com a União Europeia, e isso, de alguma maneira, tem impacto ou pode representar mais dificuldade para uma eventual ampliação do nível de comércio entre o Brasil e a Tunísia ou entre a Tunísia e o Mercosul, que é a região da qual nós participamos e que tem uma mesma pauta de interesse.

E aí lhe pergunto: porém, hoje, a União Europeia está vivendo também uma crise aguda. O que seria uma desvantagem, que é o acordo, considerando a situação da Europa, que é uma situação negativa, pode-se reverter para uma situação, cujo momento possamos aproveitar. Então essa é questão que tenho para o caro Embaixador Julio Bitelli.

E, para o Embaixador Douglas Vasconcelos, tenho uma curiosidade: por que em São Cristóvão e Névis, mesmo estando na região do Caribe, têm apenas duas embaixadas da região, que é Cuba e Venezuela, embora o Taiwan também esteja, até por razões estratégicas – a questão do Pacífico e a entrada na região? Mas, sobretudo, em relação a esses dois países, o vínculo que tem a Ilha é mais com esses sistemas de governo, com a economia de Cuba e com a economia da Venezuela, há identidade política, porque estão subordinados à Commonwealth, ao regime cuja líder maior é a Rainha da Inglaterra. E também quais são as chances.

Eu só queria observar, o senhor fez uma referência aqui ao protagonismo dos Estados que são fronteiriços, que têm relevância na interlocução com os países, com a diplomacia em todos os campos, mas não mencionou o meu Estado – eu sou muito bairrista –, o Rio Grande do Sul. Nós temos fronteira com dois países, com o Uruguai, como sabe V. Ex^a, e com a Argentina, e vivemos muito essa realidade. E talvez tenha sido o Rio Grande do Sul o primeiro Estado a ter uma representação diplomática do Itamaraty com escritório próprio. Deve ter sido o primeiro ou o segundo nessa relação dessa atividade.

Então, eu só queria fazer essa observação.

E se for do Internacional algum líder que participe do Governo, melhor seria ainda, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Não há mais Senadores inscritos, eu passo à palavra, pela ordem, ao Embaixador Julio, para que responda às indagações, e, posteriormente, ao Embaixador Douglas.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e à Senadora Ana Amélia as perguntas.

Eu queria começar agradecendo ao Senador Suplicy pela sua participação no nosso exercício na Rio+20, que foram os diálogos para o desenvolvimento sustentável. Uma iniciativa inovadora do Governo brasileiro, que permitiu trazer elementos da sociedade civil de todo o mundo para discutir temas centrais da agenda do meio ambiente. E o Senador deu uma contribuição muito importante, além de nos honrar com sua participação e com sua presença em várias das nossas discussões.

Muito obrigado, Senador.

Senador Suplicy colocou duas perguntas que eu gostaria de responder.

A primeira é sobre o possível efeito demonstração do que ocorre em termos políticos na Tunísia para os países vizinhos.

Eu queria dizer que, até pelo pioneirismo na Tunísia em todo esse processo, há uma enorme atenção de toda a região sobre o que acontece na Tunísia e sobre o desenvolvimento desse processo de transição na Tunísia.

E o que ocorre na Tunísia, insisto, razão de análises otimistas, que a transição está sendo feita não sem problemas, obviamente, mas de maneira bastante democrática e vai diretamente ao âmago da questão da democracia islâmica, que alguns consideram uma contradição em termos: é possível uma democracia islâmica ou não é possível uma democracia islâmica?

Eu ousou dizer que a Tunísia vai-nos dar essa resposta, talvez num curto espaço de tempo.

A presença no governo de uma coligação de um partido islamista com partidos laicos é uma prova de tolerância muito importante. A decisão do governo de abrir mão de seus ministérios mais representativos e dá-los a personalidades de reconhecido conhecimento acima dos partidos é um outro sinal muito importante.

E o efeito demonstração pode vir para países vizinhos que não tenham esse mesmo grau de tolerância. Agora, é natural que forças que foram reprimidas durante décadas, como é o caso dos partidos islamistas ou dos setores mais próximos à religião nesses países, depois de décadas de repressão, es-

ses movimentos ganhem uma grande notoriedade e atuem com muito vigor.

Na Tunísia isso ocorreu; por outro lado, os setores laicos reagem um pouco ao que veem como certos exageros desses outros setores mais islamistas. E o que se vê é uma tentativa de acomodação. Se vier essa acomodação nos níveis democráticos, que é o que os tunisianos esperam e que por ora tem-se provado possível, eu acho que o efeito para a região será muito benéfico.

O processo segue com momentos importantes, como eu mencionei: a adoção da nova constituição e eleições até o final do ano. A forma como transcorrerão esses momentos da transição também terá um papel crucial para definir o futuro do país e da região.

V. Ex^a perguntou em seguida sobre a distribuição de renda e sobre a cooperação possível do Brasil nesse setor. São as próprias autoridades tunisianas que nos têm pedido colaboração nessa área. Há uma demanda por programas sociais. Como disse, há dois elementos que são recorrentes nas conversas com autoridades tunisianas em relação à cooperação com o Brasil: uma é um conhecimento melhor do nosso processo de transição democrática; e depois os programas sociais.

A Tunísia tem uma distribuição de renda... Eu não tenho os dados aqui, Senador, e poderia conseguí-los para V. Ex^a de maneira mais precisa. Mas o que posso dizer é que a Tunísia tem uma homogeneidade maior do que em certos países vizinhos em termos de distribuição de renda. Obviamente é uma questão das grandes cidades com o setor rural. A renda *per capita* tunisiana é de US\$4.400. Do ponto de vista PPP chega a US\$8.600; o PIB é de US\$46 bilhões; e PPP cerca de US\$90 bilhões. Mas, ao contrário de outros países da região, não é um país rico em recursos naturais, a não ser em fosfato e fertilizantes. Não é um país que dispõe de reservas importantes de petróleo, ao contrário dos vizinhos. E isso fez com que o setor de serviços na Tunísia seja o setor central.

E aí eu já quase faço um gancho com a pergunta da Senadora Ana Amélia sobre a questão da confiança do investidor e da situação política, uma relação obviamente muito íntima entre as duas coisas. O setor de turismo tem para a economia tunisiana um papel central. E obviamente após a revolução, o setor de turismo caiu de maneira bastante acentuada. A Tunísia recebe historicamente cerca de seis milhões de turistas europeus todo ano, muito mais do que o Brasil, e quase a metade da sua população. Depois de um momento de queda importante, em 2011, esses números começam a ser reativados. Cerca de 80% do turismo já foi retomado, e a perspectiva é muito boa.

Então, se V. Ex^a me permite, eu encaixo isso com as perguntas da Senadora Ana Amélia e continuo nessa questão da estabilidade política. São vasos comunicantes, pois a volta também desse importante recurso que vem do turismo, na Tunísia, permitirá, de alguma maneira, mitigar certos problemas sociais no país e fazer com que a transição política também seja mais tranquila.

Como eu mencionei na minha exposição, há um sentimento de frustração de certos setores da população, que viram, na Revolução de Jasmim, a solução para todos os seus problemas econômicos.

O Governo de transição tem que lidar com uma situação econômica complexa e com a absoluta impossibilidade de transformar a economia de um país, do dia para a noite, e, além disso, teve que lidar com essa queda importante na entrada de recursos, que veio com a queda do turismo – isso está sendo recomposto e a perspectiva também é positiva. O acordo com a União Europeia que foi assinado é um acordo de parceria privilegiada, é um acordo que vinha sendo discutido, há muitos anos, que foi assinado, agora, em novembro de 2012, e que é o reflexo dessas relações muito íntimas da Tunísia com a Europa em geral e com alguns países europeus em particular, inclusive a ex-metrópole, França, mas também a Itália e a Alemanha. Abro um parêntese, os Senadores apreciarão um fato pouco conhecido, mas a grande atriz italiana Claudia Cardinale nasceu na Tunísia – e essa relação é muito forte e se reflete no ponto de vista econômico.

A crise europeia, obviamente, é outro fator que influenciou a situação atual econômica tunisiana e que incentiva as novas autoridades do país a buscarem alternativas fora da Europa. E aí é que se abre a possibilidade maior para o Brasil como parceiro, para diversificar o leque das suas relações econômicas com a Tunísia. Acho que a confirmação do acordo de parceria privilegiada com a União Europeia reforça a ideia de um país com uma tradição de tolerância e de pragmatismo; quer dizer, ao mesmo tempo em que as autoridades tunisianas buscam ampliar a sua participação internacional, não descuidam das suas parcerias históricas – acho que isso é um elemento importante e muito positivo.

Com relação ao Brasil, um último detalhe: quanto à Comissão Mista Brasil-Tunísia, que não se reúne, desde os anos 90, há um interesse dos dois países em reativar essa Comissão – a próxima reunião será em Brasília, a última foi em Tunes. E estão-se discutindo datas para isso também. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me perguntar se a atriz Claudia Cardinale

expressou sua opinião sobre o processo de democratização na Primavera Árabe, por favor.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Adoraria procurá-la, para saber a opinião dela, Senador, mas não conheço nenhuma opinião já externada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Não conhece? Bom, fica aí uma missão, então.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Com a palavra o Embaixador Douglas Vasconcelos.

O SR. DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou responder, pela ordem das perguntas.

O Senador Eduardo Suplicy fez questionamento sobre o volume da dívida externa em São Cristóvão e Névis, talvez, muito acarretada por serviços subsidiários, principalmente, na esfera previdenciária, e com a renda, até 2005, dos negócios com turismo e triangulação comercial, que é outra preocupação que temos na região. Temos exemplos comparativos, por exemplo, para falar dessa modalidade que se procura, pelo menos, diagnosticar com precisão, de, por exemplo: etanol desidratado do Brasil para a Jamaica e, depois, hidratado para os Estados Unidos; de petróleo do Brasil para Santa Lúcia armazenado e, depois, estocado em centrais de distribuição e reexportado para os Estados Unidos. Então, as fontes de receita, agora, de São Cristóvão e Névis são, basicamente, o turismo, a prestação de serviço com 82% e os serviços bancários *offshore*, sobretudo em Névis, iniciado em Névis – essas são as receitas.

A proposta de *swap* da dívida por território, obviamente, não deve prosperar, porque é uma questão candente demais para ter algum tipo de êxito no futuro. Tanto assim que o remédio foi fazer uma renegociação com o Fundo Monetário Internacional, um financiamento, da ordem de, pelo acordo, 80 milhões, que correspondem a 590% da quota do país no FMI. Portanto, a razão do endividamento terá sido o subsídio de serviços básicos.

Pela nova receita, agora, prescrita pelos auditores do FMI, inclusive, mesmo com algumas concessões sociais, há o impacto na vida cotidiana, porque se encareceram os preços de combustível, de Internet e de eletricidade altamente. Fontes de financiamento, fontes de receita, turismo e serviços bancários e alguma triangulação econômica.

Com relação à possível interlocução com atores de São Cristóvão, relativamente ao embargo cubano, claro que isso está em uma esfera e escala muito superiores à atuação de um embaixador residente. Entre as minhas funções, além da de representar está a de informar. Eu devo colher subsídios que eu possa

mandar para a Secretaria de Estado, informando quais são as oscilações de posição de São Cristóvão e Névis ou novas demonstrações que possam embasar ou engrossar um pleito de cessação desse embargo.

As perguntas da Senadora Ana Amélia – e mais uma vez eu agradeço a relatoria *ad hoc*. Eu não sei se V. Ex^a estava aqui quando eu agradei. Mas eu me sinto muito honrado e tenho razões muito fortes para isso. Tenho visto as intervenções, e vários outros Senadores muito ativos. E todos aqui presentes na Comissão são prova dessa atividade no que nos interessa.

A primeira questão que V. Ex^a me fez foi sobre a rede de embaixadas caribenhas em São Cristóvão e Névis. Isso parece obedecer, não só para São Cristóvão e Névis, mas para todas as questões de natureza econômica. Muitas delas são pequenos países com poucos recursos e montam a sua rede com base em cumulatividade.

V. Ex^a veja que, em São Cristóvão e Névis, só uma na Jamaica, talvez motivada pela atração econômica. A Jamaica é um grande provedor, exportador para São Cristóvão e Névis.

Então, eu diria que é isso. Não é uma questão de afinidade política ou de alinhamento ideológico. Simplesmente, é uma razão econômica de eleger. Não temos, por exemplo, a missão de São Cristóvão e Névis, na OEA ou nas Nações Unidas, deve cobrir grande parte das suas relações com os países onde ela não tem uma sede permanente.

Com relação à menção ao escritório regional, Senadora, eu tenho muita ligação anterior com o Eresul. Eu mencionei os Estados onde não há e que talvez mereçam, como muitos outros. Eu apenas dei os exemplos de Ceará e Espírito Santo, com investimentos portuários, e de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pela sensibilidade da agenda fronteiriça. Talvez esses pudessem ser considerados assim.

Com relação ao Eresul, aliás, eu tive muito contato profissional porque fui Cônsul em Rivera, fronteira com Santana do Livramento. Então, na fronteira não há praia, mas eu diria que é uma das minhas praias profissionais, assim como promoção comercial.

E eu tive muito apoio do escritório, que, de fato, foi um dos primeiros, porque criado na esteira da formação e consolidação do Mercosul. Nós tínhamos Rio e São Paulo e depois foram sendo criados: no rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná.

Então, o que eu defendi aqui é isto: eu fiz um paralelismo entre essa ofensiva diplomática brasileira, a presença, é importante a lente que magnifique a nossa imagem daquele país. Mas é importante também, e eu fiz um paralelismo, com indisfarçável suspeição de minha parte, porque eu servi durante quatro anos

em escritório regional, por eleição – eu fui montar e chefiar o escritório em Salvador –, e eu defendo a valia real da extensão dessa base de escritórios regionais no exterior.

Eu costumo dizer para o meu sobrinho, por exemplo, de dez anos, o que é um diplomata; digo que é um Deputado internacional. Então, se você não conhece as bases, você não tem poder de representatividade realmente significativa. Esse é um dos pontos.

O outro é o seguinte: para o Itamaraty, para o Governo brasileiro, é muito importante prestar cooperação técnica. Os países todos querem receber cooperação técnica. Porém, para nós é importante prestar. E por quê? Isso prova solidariedade, prova engajamento e prova indisfarçável parceria quando, por exemplo, vamos pedir votos para candidatos e causas.

Então, é necessário calçar isso. E a diplomacia federativa, pela experiência que eu tive na Bahia, dá a massa crítica para que nós do Itamaraty, por exemplo, possamos prestar cooperação técnica.

Eu alinhei vários aspectos aqui: manejo de solo, gestão de água, agricultura familiar, segurança alimentar, campanhas de vacinação, saúde pública, boas práticas, tudo isso já disponível no Estado.

Então, para nós, Itamaraty, falando com muita sinceridade e com muita praticidade, basta, apenas, nós empalmarmos este acervo, este cardápio de soluções, alguns de excelência, porque já foram resolvidos, e, por afinidade de Nordeste com Caribe, África e América Latina, simplesmente colocarmos a etiqueta da Agência Brasileira de Cooperação, pagarmos uma ou duas passagens para profissionais que sejam replicadores nesse País. Isso foi feito durante a gestão do escritório e acho que um alargamento desta rede, com quanto mais capilaridade, maior no Brasil, permitiria ao Itamaraty dispor de mais insumos para formulação, inclusive, e para a prática de sua política externa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Embaixador Douglas Wanderley de Vasconcelos.

Há, encaminhado à Mesa, um requerimento extrapauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, DE 2013

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do III Fórum Anual Latino-americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, que será realizado no perí-

odo de 14 a 16 de maio de 2013, no Hotel Conrad Miami, em Miami – Flórida – EUA.

O evento será promovido pela Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico e tem o objetivo de discutir e preparar a Região para o impacto das tecnologias da informação, das comunicações e da internet na economia e para o fomento do comércio eletrônico nas pequenas e médias empresas (PME) na região.

Autoria do Projeto: Senador Walter Pinheiro

Designo a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, e concedo a palavra a V. Ex^a para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, caro Presidente, aproveitar para registrar a presença do Prefeito de uma pequena cidade da Serra Gaúcha, mas que é uma cidade chamada a Joia da Serra, o Senador Simon sabe, chama-se Cotiporã, Prefeito José Carlos Breda. E Joia, por um significado especial. É um Município que tem várias fábricas de joias, encravado na Serra do Rio Grande.

Então, cumprimentos ao Prefeito, que está assistindo à sabatina de dois Embaixadores em lugares que Cotiporã, talvez, um dia, possa precisar e já sabe que tem qualificada a representação diplomática, tanto na Tunísia quanto em São Cristóvão e Névis.

É com prazer que eu faço esse relatório pela aprovação da solicitação de afastamento, de 14 a 16 de maio deste ano, para que o Senador Walter Pinheiro participe do III Fórum Anual Latino-americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas.

O Senador Walter Pinheiro é um notável especialista nessa área, e a participação dele nesse evento internacional nos Estados Unidos é muito positiva, não só para esta Comissão de Relações Exteriores, mas para o Senado Federal e para os interesses brasileiros nessa área em que ele é um *expert* aqui nesta Casa.

Então, com prazer, apresento esse relatório, pela aprovação da viagem do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Senadora.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem, com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava relatando três projetos na Comissão de Constituição e Justiça, por isso, não pude ter a satisfação de ouvir os Srs. Embaixadores e por isso não farei nenhum questionamento a ambos. Mas a presença de S. Ex^{as} aqui nesta Comissão reforça aquilo que tenho dito e reprisado: que o Itamaraty é, realmente, a melhor massa crítica deste País. São dois Diplomatas experientes, capazes, cultos, competentes, e, eu diria, inclusive, ao Ministro Douglas que ele é muito maior que o cargo que vai ocupar. O bairro onde eu vivo em Joinville, Bairro Boa Vista, tem 80 mil habitantes. V. Ex^a vai para um posto onde tem 57 mil habitantes.

Eu cumprimento V. Ex^{as} e o Chanceler Antonio Patriota, por designá-los para essas funções, e me regozijo com o nosso País, por tê-los na diplomacia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Agradeço a intervenção do nobre Senador Luiz Henrique.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão, a partir deste momento, será transformada em reunião secreta.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de se tornar secreta, queria informar ao Embaixador Julio Bitelli que, em 18 de maio de 2011, quando a atriz Claudia Cardinale estava recebendo um prêmio no festival de Miami por um filme da Sicília, ela falou do seu amor pela Tunísia e de seu apoio a toda... “[...] *del suo sostegno morale alla Rivoluzione del Gelsomino*”.

Então, aqui já está um indicador para... Depois ele pode até acessar dois minutos da palavra da Claudia Cardinale.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Fica registrada a sua intervenção.

Designo o Senador Eduardo Suplicy para atuar como Secretário.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, tornada secreta às 11 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 29 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Presidência comunica a aprovação dos Embaixadores.

Votaram 11 Srs. Senadores, e os dois obtiveram 11 votos: o Embaixador Julio Bitelli e o Embaixador Douglas Vasconcelos.

Cumprimento os Embaixadores e desejo-lhes todo êxito à frente das embaixadas para que foram designados.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, tornada secreta às 11 horas e 27 minutos, reaberta às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia quinze de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o **Professor Luiz Horta Nogueira**, professor titular da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas, e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); **Professor Alexandre Costa**, Diretor de Eólica do

Centro de Energias Renováveis (CER) / Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE); **Professor Ricardo Ruther**, Diretor Técnico do Instituto IDEAL e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e **Eduardo Soriano Louzada**, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais (substituto) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, que contará com a presença do Professor Luiz Horta Nogueira, da Universidade Federal de Itajubá; do Professor Alexandre Costa, do Centro Brasileiro de Energia Eólica; do Professor Ricardo Ruther, da Universidade Federal de Santa Catarina; e do Sr. Eduardo Soriano Louzada, do Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação, gostaria de informar que toda a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados, especialmente os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado, bem como aqueles que estejam interessados nos temas que a Comissão de Serviços de Infraestrutura vem debatendo, com o objetivo de desatar o nó, por assim dizer, que vem dificultando, no campo da infraestrutura, o desenvolvimento do nosso País.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou no Twitter, @alosenado.

Portanto, qualquer ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar as suas perguntas aos nossos convidados ou seus comentários acerca do assunto em discussão: Eletricidade Alternativa.

Ainda outro comunicado desta Presidência, fazendo um relato sobre o 3º Painel sobre o tema Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País.

Na segunda-feira, dia 1º de abril, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou mais um painel do ciclo de audiências públicas denominado Investi-

mento e Gestão: desatando o nó logístico do País, dentro do tema Energia e Desenvolvimento do Brasil. O encontro contou com a participação do Engenheiro Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo –Cesp; do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres –Abrace; e do Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil. A reunião foi presidida por S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente do Senado Federal e integrante desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Engenheiro Mauro Arce discorreu sobre o tema Hidroeletricidade e Meio Ambiente, fazendo um pequeno histórico do uso, no Brasil, da energia hídrica desde os primórdios da colonização e, mais especificamente, da hidroeletricidade a partir do final do século XIX, com a Usina de Marmelo, em Minas Gerais. Enfatizou o palestrante que não há forma de gerar eletricidade sem afetar, de alguma forma, o meio ambiente.

Segundo Mauro Arce, já na década de 20, tivemos a construção, entre outras, da Usina de Cubatão, ainda hoje em plena atividade. A intensificação do uso da hidroeletricidade, entretanto, ocorreu na década de 50 com a criação das empresas estatais de energia, quando surgiram as primeiras preocupações com questões relativas à fauna e à flora. O conceito técnico de meio ambiente, contudo, só surgiu na década de 70, quando foi criado o Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás.

Na atualidade, de acordo com o palestrante, as questões ambientais merecem ampla consideração dos agentes do sistema de energia, inclusive condicionando as políticas do setor e a construção de novas unidades, do que é exemplo a construção de usinas hidrelétricas sem grandes reservatórios de regulação, em face da inexistência de sítios adequados para isso.

Em resposta a questionamento, afirmou que a não adesão da Cesp à prorrogação antecipada proposta pela MP nº 579 teve motivos exclusivamente técnicos. Segundo o palestrante, a concessão só venceria em 2015, e as condições impostas obrigavam a empresa a vender energia a um valor e a recomprar a um preço muito maior, além de estabelecer valores de indenização de ativos muito discrepantes em relação aos preços de avaliação da Cesp, sem oferecer possibilidade de negociação. O Estado detém 35% de participação na empresa e não cogitava entrar com dinheiro, cenário este que inviabilizava a adesão, disse o Dr. Mauro Arce.

Já para o segundo palestrante, Dr. Paulo Pedrosa, a energia deve ser vista pelas autoridades como um elemento essencial de desenvolvimento e não como um processo de execução de políticas públicas e/ou

instrumento de arrecadação, como ocorreu durante muito tempo no Brasil. Na sua visão, o elevado custo da energia é fator importante na perda de competitividade brasileira, especialmente na área industrial.

Nesse sentido, considerou positivas iniciativas de desoneração do sistema contidas nas Medidas Provisórias nºs 579 e 605, editadas em 2012 e 2013, e complementadas por iniciativas parlamentares em sua discussão no Congresso Nacional. Enfatizou, entretanto, que as iniciativas sinalizam o empenho do Governo e do Congresso Nacional em fortalecer o setor, mas ainda são insuficientes para permitir a volta da competitividade da indústria nacional.

Entende o palestrante que as medidas não atingem com intensidade a base da cadeia produtiva, pois os grandes consumidores compram energia no mercado livre, pouco afetado. Essa situação fere o princípio da isonomia, disse o Dr. Pedrosa, pois esses grandes consumidores pagaram igualmente pela construção das usinas, pela depreciação dos ativos e para constituir o fundo de Reserva Global de Reversão (RGR), mas não tiveram os mesmos benefícios do consumidor comum.

Como aperfeiçoamentos, o palestrante sugere: (1) extensão à grande indústria (base das cadeias produtivas nacionais) dos benefícios já concedidos; (2) ampliação das medidas para alcançar outros encargos como Proinfa, Energia de Reserva e Encargos de Serviços do Sistema – ESS; (3) garantia de perenização dos resultados, assegurando previsibilidade dos custos da energia; (4) aceleração do desenvolvimento do gás natural no País, e; (5) promoção da qualidade e confiança no ambiente regulatório, atrativo a investimentos, com destaque para as agências reguladoras.

Afirmou, ainda, o Dr. Paulo Pedrosa, que, além da discussão criteriosa das iniciativas legislativas de interesse do setor, cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade pela análise das indicações e fiscalização das agências reguladoras, papel de fundamental importância para a melhoria da regulação no País.

O terceiro palestrante, Dr. Claudio Sales, discorrendo sobre o tema Setor elétrico; oportunidades e ameaças, afirmou que o setor elétrico, caracterizado por ser intensivo em capital, com ativos de alta especificidade e longa vida útil, é muito suscetível ao risco de expropriação de investimentos, o que torna crucial, para atraí-los, a confiança, exigindo regulação cuidadosa para contornar eventuais falhas do mercado.

Traçando um retrato da situação atual, o palestrante considerou equivocadas as medidas adotadas pelo Governo, pois, em sua opinião, tomadas de forma açodada e autoritária, interromperam um processo estabelecido de evolução do sistema por meio de discussões e decisões compartilhadas, errando na dose e

quebrando a confiança dos investidores e a estabilidade do setor. Entende o Dr. Claudio Sales que o potencial de redução das tarifas era intrínseco ao processo de renovação das concessões, e que a redução em 30% da receita das distribuidoras é exagerada, comprometendo sua capacidade financeira e de investimento, com reflexos negativos para o sistema.

A edição de quatro medidas provisórias e de quatro decretos reguladores, além de portarias e resoluções do CNPE, num prazo inferior a seis meses, umas alterando disposições das outras e todas sem discussão ou consulta aos agentes do sistema e ao mercado, evidencia o improviso, atropela o rito de regulação e gera imprevisibilidade e desconfiança, afirmou o palestrante. A prorrogação antecipada das concessões, proposta pela MP nº 579, desconsiderando importantes investimentos não amortizados e corrigidos ao fim do prazo para adesão, trouxe consequências desastrosas, tais como: a suspensão do Leilão A-1/2012; a exposição desnecessária de geradoras e distribuidoras; o prejuízo bilionário da Eletrobrás e, por fim, a suspensão temporária do mercado de curto prazo de energia.

Na opinião do palestrante, objetivos eleitorais interferiram na política tarifária, levando o Governo a cometer arbitrariedades para evitar que o custo decorrente do acionamento das usinas termelétricas refletisse na tarifa no período pré-eleitoral. Nesse sentido, citou a antecipação de recebíveis referentes a Itaipu, a postergação do recolhimento de cotas da Conta Desenvolvimento Energético (CDE), a limitação ao ano de 2013 da cobertura de alguns custos pela CDE e a expropriação de receitas dos geradores por meio da alteração das regras de rateio do Encargo de Serviços do Sistema por Segurança Energética (ESS_SE).

A energia elétrica, afirmou o Dr. Claudio, é um insumo essencial para praticamente todos os setores da economia, pois seu custo tem um impacto sistêmico sobre a competitividade. No entanto, é um dos produtos mais tributados, inclusive de forma regressiva, onerando desproporcionalmente a população mais pobre. Com a legislação de 2004, o sistema estava equilibrado, disse o palestrante, com a competitividade nas áreas de geração e transmissão garantida por leilões, e a tarifa de distribuição regulada pela Aneel, que caiu de 36% para 24% do total do preço. Os grandes vilões que encareceram a energia foram os tributos e encargos, que atingiram 45% do custo final.

Para garantir custo adequado da energia e recuperar a estabilidade e confiança no setor – esclareceu o Dr. Claudio Sales –, são necessárias as seguintes medidas: (1) reformar o ICMS, visando à harmonização e redução das alíquotas interestaduais, acompanhadas de redução das alíquotas internas máximas per-

mitidas; (2) reduzir as alíquotas de Pis/Pasep e Cofins sobre energia elétrica – disse ele que foi promessa de campanha da Presidente Dilma Rousseff zerar essas alíquotas; (3) revogar a alteração das regras de rateio do ESS_SE, baseado na Resolução CNPE (03/2013); (4) submeter nova metodologia do PLD ao rito regulatório ordinário para adoção a partir do próximo ciclo de sazonalização, referente a janeiro 2014; (5) proporcionar solução permanente para o descasamento de custos e receitas originado pela MP nº 605, e; (6) restaurar a “governança institucional” para evitar erros e assegurar a estabilidade e previsibilidade regulatórias, submetendo ao rito regulatório a alteração ou formulação de novas políticas.

Assim encerra o Dr. Claudio a audiência pública do último dia 1º de abril.

Passando à pauta do dia de hoje, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Eletricidade Alternativa, quarto painel do 1º ciclo de audiências públicas, intitulado Energia e Desenvolvimento do Brasil, parte integrante da agenda 2013/2014 desta Comissão, que trata de Investimento e gestão – desatando o nó logístico do País, como disse, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, desejando-lhes as boas-vindas de todos os integrantes desta Comissão: o Prof. Luiz Horta Nogueira, Professor Titular da Universidade Federal de Itajubá, Pesquisador em Energia e Consultor da Organização das Nações Unidas. É também ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); O Prof. Alexandre Costa, Diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis do Centro Brasileiro de Energia Eólica; o Prof. Ricardo Rüther, Diretor Técnico do Instituto Ideal e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; e o Sr. Eduardo Soriano Louzada, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sejam bem-vindos a esta Comissão os senhores palestrantes aqui já nominados. *(Pausa.)*

Informo aos nossos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação de cada um será de 15 minutos, havendo, claro, sempre, uma tolerância para o término da explanação de forma conclusiva.

Após a exposição, vamos conceder a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que S. Ex^{as} desejarem, que acharem por bem fazer, e também vamos passar à leitura das perguntas formuladas pelos telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado.

Passo a palavra, iniciando a nossa audiência pública de hoje, ao Sr. Eduardo Soriano Louzada, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. EDUARDO SORIANO LOUZADA – Vou ser bastante objetivo por causa do pouco tempo. Vamos lá!

Vou fazer uma abordagem qualitativa da questão de bioenergia, bioeletricidade e biocombustíveis. Na verdade, o tema era bioeletricidade, mas eu achei melhor fazer uma abordagem um pouco mais sistêmica.

Como o tempo é muito pequeno, vou direto ao assunto.

É muito importante entender que, entre os programas prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia, o fomento à economia verde com as energias renováveis é um dos seus temas principais, tanto prioritário na estratégia nacional de ciência e tecnologia quanto no Plano Brasil Maior, que é nossa política industrial.

É muito importante também dizer que estamos fazendo um programa, que é o Ciência sem Fronteiras, e as questões voltadas para energia e Engenharia também estão contempladas no sentido de aumentar nossa formação de especialistas e pesquisadores no Brasil em diversas áreas.

Temos várias ações estruturantes, no caso do MCT, como, por exemplo, a criação da Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, em que um dos temas é energia.

É muito interessante notar que, dentro do MCT, existe um local específico para tratar a questão da energia e recursos minerais, que é na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, onde a questão de energia e recursos minerais é abarcada.

Dentro da questão de energia e recursos minerais, nós tratamos quase todos os temas vinculados a esse assunto, como, por exemplo, biocombustível, biomassa, hidrogênio, energia solar, eólica, hídrica, energia elétrica, baterias, nuclear, carvão mineral, petróleo e gás; e, do lado dos recursos minerais, uma série de assuntos que, às vezes, não estão diretamente ligados à energia, mas outros estão, como, por exemplo, o carvão mineral.

É muito interessante mostrar que vamos falar um pouquinho de energia elétrica, e, na verdade, as energias mudam de forma, entre si. Usando-se conversões, há muitas perdas. Por exemplo, toda vez que um vento sopra um cata-vento, você tem muitas perdas. Você entra x lá em cima e sai, às vezes, x sobre três, por causa das perdas do sistema.

O nosso sistema elétrico é tipicamente concentrado, com grandes produções de energia. O nosso sistema é tão grande que caberia para alimentar a Europa. O grosso do nosso sistema é basicamente

isto: geração, transmissão, distribuição e chegada aos consumidores finais.

Quando falamos em energia distribuída, é começar a inseri-la em vários pontos, como, por exemplo, nas residências, nas indústrias, no comércio, em alguns outros locais. Isso é muito importante para aumentar a segurança energética.

A bioenergia, ou a bioeletricidade, é uma das formas de energia de que a gente pode se utilizar para tudo isso. Nós temos várias fontes de energia disponíveis em nosso País. Aquelas duas em verde são vinculadas mais à bioenergia, à biomassa. Um exemplo pontual é o lixo urbano, que, apesar de não ser plantado, não ser colhido, tem muito material orgânico, e as energias provenientes da biomassa plantada ou colhida, etc.

Nós podemos olhar as diversas formas de biomassa. Temos as que nós plantamos, a agricultura energética, como, por exemplo, cana-de-açúcar, eucalipto, algas. Temos resíduos agrícolas, resíduos urbanos, lixo. Basicamente, ela se divide em duas categorias: a biomassa, que a gente cultiva para uso energético, e a biomassa residual.

Uma coisa interessante é que a gente chama de lixo aquilo que está desorganizado, mas esse lixo e esses resíduos podem virar combustível numa nova lógica. Há uma indústria que utiliza esses resíduos, seja uma indústria que produz produtos e insumos para outras indústrias, seja para produzir energia, seja para produzir combustível. Por isso eu chamo, às vezes, de ex-lixo; ou seja, aquilo que eram resíduos e rejeitos podem ser uma matéria-prima de alto valor agregado.

Falar em bioenergia, em biomassa sempre suscita esses debates dos cinco Fs, que eu gosto de chamar de **food, feed, fuel, fertilizers e feedstock**, que passa a ser uma verdadeira guerra entre alimento e combustível.

A questão da sustentabilidade é muito discutida no mundo inteiro: uso da terra, qualidade do trabalho, monocultura. Interessante é que certas discussões só são feitas na biomassa e em outros campos não são feitas. Por que não se discute monocultura? Quando a gente plantava soja, ninguém falava nada. Quando a gente produzia açúcar, ninguém falava nada da monocultura. Interessante, não é?

Só lembrado os velhos tempos. Quem tem mais de 40 ou 50 anos sabe que havia o slogan: Se é Bayer, é bom. Mas, às vezes, aqui, no Brasil, ou em alguns lugares do mundo, se é bio é bom; ou seja, se é bioenergia é bom. Nem sempre. Se eu estou fazendo bioenergia de uma floresta nativa, isso não é bom, Sérgio. Eu tenho que questionar se é bio é bom, se é bioenergia é bom? Temos de questionar isso aí.

Uma coisa interessante é que, em geral, a biomassa está de uma forma não muito fácil de utilizar. E nós precisamos passar por processos de conversão – físicos, biológicos, químicos e térmicos – para podermos transformar aquilo em alguma coisa mais fácil de utilizar. Eu dei alguns exemplos físicos, como a separação, a linhagem, a compactação, transformação em *chips* de madeira, briquetagem. Há uma série de transformações químicas: torrefação, carvoejamento, que é transformar madeira em carvão. Nós temos processos biológicos também, como a digestão anaeróbica, em que se produz biogás.

Os principais processos envolvem muitas tecnologias, porque são muitos tipos de biomassa, muitas condições. A biomassa, em geral, é um pouco heterogênea.

Um exemplo interessante aqui é a figura da Aneel, do Atlas da Aneel, de 2013, onde são mostradas as fontes da biomassa, lenhosos e não lenhosos, resíduos orgânicos, uma série de processos de conversão, quando se transforma essa biomassa, que era uma coisa um pouco desorganizada, em um energético, de forma padronizada – em etanol, lenha, carvão, metanol, biogás, biodiesel, etc. E também envolve muitas tecnologias aqui.

Peguei alguns outros exemplos, como o de Portugal, mas não vou entrar em detalhes aqui. Um exemplo: com o resíduo da suinocultura, é possível produzir biogás. Então, aquele resíduo, no estado em que está, é lixo. Ele polui o meio ambiente, infiltra-se nos lençóis freáticos, etc. Agora, se você tratá-lo através do uso de biodigestão, é possível produzir um gás e você usar no gerador e gerar energia elétrica. Hoje em dia, nós estamos desenvolvendo alguns processos dentro do Ministério onde o próprio resíduo sólido biodigestor é utilizado em fertirrigação, e o resíduo do resíduo ainda é passado por um processo de conversão em que se pode produzir um fertilizante sólido, que é o bio chá.

Aqui houve algum problema de compatibilidade, mas, no fundo, era outro processo no qual você gaseificava a biomassa e produzia um gás de síntese. Com esse gás, você pode produzir um monte de produtos, desde betanol, *diesel* sintético, gasolina sintética, mas você também pode produzir energia.

Agora, antes de usar a biomassa, antes de produzir, antes de dizer que a solução é biomassa, temos que responder algumas perguntas. Onde está a biomassa? Qual é a quantidade? Qual é a época do ano? Quais as características? Quais são as possibilidades de estoque? Por que estoque?

Às vezes você produz dois ou três dias energia e para de produzir dois ou três dias. Ou produz de forma sazonal. Será que não é interessante ver estoque?

Quais são as tecnologias que podem ser utilizadas? Que tecnologias podem ter grande conteúdo nacional? Muito importante. Não podemos abrir mercado às vezes de um grande potencial energético e simplesmente abrir para a importação. Temos que ver o conteúdo nacional. Temos que ver como inserir essa bioenergia, bioeletricidade, biocombustível nas matrizes energéticas, elétricas e de biocombustíveis.

Temos recursos humanos especializados nessas tecnologias? Que escolhas que serão feitas para esse ideal de políticas públicas? E tem mais uma centena de perguntas aí que podemos fazer.

Agora, como responder? Tenho uma ideia? Não. Acho que temos de promover um debate e muitas vezes temos de ter insumos para esse debate –, estudos e prospecções; temos planejamento energético, temos que fazer pesquisas; temos que discutir conteúdo nacional, cooperação internacional. Ou seja, não podemos esperar que todos esses insumos fiquem prontos para a decisão. Temos que ir decidindo, porque, como falamos, temos de consertar o avião enquanto ele está voando. Não podemos parar para fazer. Agora, que bioenergia é uma coisa interessante é.

É como geração de bioenergia. Qual a situação da bioenergia, não necessariamente bioeletricidade? Bioeletricidade é aquela que, digamos assim, numa linguagem mais popular, dá choque.

Temos grande concentração de bioenergia na biomassa de cana, na lenha e no carvão vegetal.

Vamos ver aqui uma coisa interessante. Se você vir a matriz de bioeletricidade, ou seja, aquela biomassa que foi utilizada para gerar energia elétrica, ou seja que dá choque, você pode ver que tem muita concentração hidráulica; biomassa tem 6,6%, em 2011; em 2010, 6,3%. Ou seja, estamos mais ou menos estabilizados nesse assunto.

Agora, da geração termoelétrica: o que é geração termoelétrica? É aquela em que, de alguma forma, você queima a biomassa de alguma forma. Vocês podem ver que cerca de 37% das termoelétricas são biomassa.

No planejamento energético, existe estudo específico para inserção da bioenergia, da bioeletricidade e dos biocombustíveis. Não vou entrar em detalhes.

Agora, uma coisa interessante: fomos ao *site* da Aneel e vimos o que há de biomassa cadastrada na Aneel – quantidade de usinas. Se prestarmos atenção, a maior parte é de bagaço de cana; depois vêm resíduos de madeira, depois vem biogás. Aquilo são as quantidades de usinas: licor negro, 14; casca de arroz, 9; carvão vegetal, 2; capim elefante, 2. Isso dá uma amostragem bastante interessante de qual é a diversidade das usinas e quantas são. São 19 apenas cadastradas de biogás, por exemplo. E quanto

ele gera de energia. Você pode ver que quase 83% são do bagaço de cana, ou seja, 12% de licor negro; existe casca de arroz, capim elefante, carvão vegetal, biogás, muito pouco aqui.

Se olharmos também para a diversidade dessas usinas cadastradas da Aneel, vemos, por exemplo: bagaço de cana tem quase 368; você pode ver que o porte médio é 23MW; já em biogás há 19 cadastradas e se pode ver que varia no espectro de 0,02MW, que é bem pouquinho, até 3 ou 4MW. Se for carvão vegetal, você pode olhar que vai de 7 a 10MW; casca de arroz, de 1,2 a 12MW; licor negro, 3 a 214MW; resíduos de madeira, de quase nada até 53MW.

E vocês podem ver o número de usinas. Acho que há bastante potencial para crescerem esses números de biogás, capim elefante, carvão vegetal, casca de arroz, uma série de fontes que não estamos utilizando.

Alguns programas feitos no passado incentivaram muito a agroenergia. Por exemplo, o Plano Nacional de Agroenergia do Mapa/Embrapa, onde foi criada a Embrapa Agroenergia.

Existe uma chamada muito interessante, que saiu ano passado, um P&D Estratégico Aneel, que é a Chamada nº 014/2012, onde foram selecionadas 23 propostas para a geração de energia elétrica a partir do biogás oriundo de resíduos e efluentes líquidos. E o que é isso? Basicamente oriundo de ETES – Estações de Tratamentos de Esgotos. Se eu não me engano, a demanda bruta – eu não me lembro do valor exato – deve ter sido alguma coisa em torno de R\$300 e R\$400 milhões. Isso está em julgamento, ou seja, uma série de projetos de ETE.

No MCTI, nós temos feito algumas ações ligadas a bioenergia, bioeletricidade e biocombustível. Criamos Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Energia (INCTs); o CTBE – Centro de Tecnologia do Bioetanol, uma coisa específica para o bioetanol; o INT, que trabalha com energia; o Centro de Tecnologia do Nordeste, que também trabalha com bioenergia. Nós temos redes de pesquisa específicas para bioenergia e biocombustíveis, como, por exemplo, a Rede de Tecnologia em Biodiesel; a Rede Nacional de Combustão, que trata da combustão no sentido amplo, quase todas as transformações de biomassa. Nós temos projetos específicos de P&D, como, por exemplo, geração de energia com palha de cana, um projeto do Global Environment Facility, em parceria com o MCT, que inaugurou, no ano passado, a Usina Mogiana, em São Paulo, a primeira usina só com palha de cana.

Há vários projetos, temos feito editais, subvenção econômica. Temos feito programas setoriais, como o PASS, que é um programa específico para o setor sucroalcooleiro, e o Inova Empresa, que saiu agora,

com formação de recursos nas áreas. Esse programa, o PASS, só para se ter uma ideia, dispõe de R\$1 bilhão (MCT/Finep/BNDES), que permite uma série de ações no setor sucroalcooleiro, algumas das quais acabam se tornando bioeletricidade.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SORIANO LOUZADA – Nós temos algumas legislações que têm contribuído muito para a bioenergia, como, por exemplo, o marco regulatório do biodiesel, a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Vale lembrar que aqueles resíduos sólidos podem ser utilizados e valorizados para a produção de energia. Há o Plano Nacional de Mudanças do Clima, que não permite certas coisas, como, por exemplo, aquelas biomassas que, depositadas, depois acabam gerando metano, etc., etc. Essa Portaria nº 482, da Aneel, sobre a qual eu acredito que o Rüter deva falar muito, permite inserir a microgeração distribuída e a minigeração distribuída, pela qual um consumidor pode inserir a sua própria fonte de energia e exportar o excedente e, com isso, ter um crédito.

Eu acho que você vai falar bastante sobre isso; não é, Rüter? Não vou entrar em detalhes.

Há algumas publicações de referência que eu considero importantes para a Comissão conhecer, tais como os inventários, o Plano Nacional de Energia, o ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, o PNE, etc.

E as conclusões que eu posso tirar aqui, muito preliminares – a ideia não foi dar recomendações, mas tirar alguns alertas –, é que a produção de bioeletricidade contribui para a questão das mudanças climáticas e resíduos. Existem grandes potenciais para aproveitamento da biomassa residual. A produção de bioeletricidade está muito focada na cana-de-açúcar – podemos diversificar um pouco. A produção de bioeletricidade exige investimentos em P&D em toda a cadeia produtiva, pela diversidade de matérias-primas, pelos processos de conversão – alguns são simples, outros são altamente complexos para produção de energia. Existem algumas políticas e legislações que facilitam ou que, às vezes, viabilizam a produção da bioeletricidade.

A bioeletricidade é um grande aliado para a manutenção do alto percentual de renováveis na matriz energética elétrica. E uma coisa muito importante, também, é que a bioeletricidade apresenta uma boa despachabilidade; ou seja, é fácil de ser inserida na matriz energética e com menor intermitência que outras formas de eletricidade. Às vezes, quando se tem um depósito com biomassa, aquilo tem uma duração previsível, ou seja, pode-se presumir quanto tempo

aquele depósito vai durar. Ou ainda, quando você faz um inventário de biomassa ou de resíduos, você sabe por quanto tempo do ano você terá resíduos suficientes para gerar energia.

Eu queria agradecer, em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, em nome do Secretário Alvaro Prata, que infelizmente não pôde comparecer a esta audiência em virtude de um evento fora de Brasília, já programado há alguns meses.

Deixo aqui os meus contatos, colocando-me ao inteiro dispor da Comissão, Senador Fernando Collor, para qualquer ajuda. Se os senhores precisarem de recomendações, ideias, troca de informações ou ajuda para programar alguma coisa, estamos sempre à disposição. E, mais uma vez, em nome do Ministro Raupp, agradeço o convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Eduardo Soriano Louzada, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pela sua explanação.

Passo a palavra agora ao Prof. Ricardo Rütther, diretor técnico do Instituto Ideal e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. RICARDO RÜTHER – Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de estar aqui hoje falando para esta Comissão.

O tema que me traz aqui é a energia solar fotovoltaica, que é basicamente a geração de eletricidade a partir do Sol. Vou falar um pouquinho também de redes inteligentes, essas *smart grids* de que se ouve falar bastante e também de veículos elétricos.

Com o aumento do poder aquisitivo do brasileiro, a nossa curva de carga, que é então traduzida pela hora do dia em que nós temos maior consumo, está migrando para o dia. Ela era basicamente dominante no início da noite, e agora os picos estão acontecendo durante o dia. E uma curva com essa característica coincide muito com uma curva de geração solar e disponibilidade solar. Existe uma coincidência muito grande entre a demanda de energia para os ares-condicionados e disponibilidade de energia solar.

A Aneel, então, como comentou o Eduardo, há um ano publicou essa resolução, mas deu mais oito meses para todas as concessionárias se adequarem e publicarem seus regulamentos internos, o que nos levou para a semana do Natal – e o Brasil fica em compasso de espera até o carnaval e, lá para março, as coisas realmente começam a acontecer no nosso País.

Aqui, então, temos, a partir desta resolução, a partir deste ano – está tudo muito recente –, a possibilidade de o cidadão brasileiro colocar um telhado solar

na sua casa, gerar eletricidade para o seu consumo e injetar na rede elétrica o excedente, qualquer energia que sobrar. Então, esse é o modelo que o Brasil adotou, em que o gerador entrega energia para o consumo da residência e qualquer excedente é injetado na rede elétrica, acumulando um crédito em energia. E esse crédito pode ser usado em até 36 meses.

Eu preciso fazer sempre uma comparação para determinar qual é o potencial solar. As pessoas perguntam sempre: “Mas quanto de energia solar a gente poderia ter?” E a comparação que segue aqui não pretende de maneira alguma dizer que poderíamos substituir a nossa geração hidrelétrica, mas ela apenas quer dar uma ideia do potencial que temos no Brasil.

A comparação é com Itaipu, a maior usina do Planeta em termos de geração de energia e que tem uma área inundada pelo Lago de Itaipu de 1,350 mil quilômetros quadrados – isso é três vezes maior do que a ilha de Florianópolis, de onde eu venho. A potência de Itaipu, 14GW, 14 mil megawatts, nos leva a uma produção anual de cerca de 80 a 90 terawatts/hora, que representa uma quinta parte mais ou menos da energia elétrica consumida no nosso País, por uma usina só.

Então, agora vou cobrir o Lago de Itaipu com essas placas solares que geram eletricidade e, com a mesma área ocupada pelo Lago de Itaipu, vou ter uma potência instalada oito vezes maior do que a potência em Itaipu, mas não vou conseguir gerar oito vezes mais energia, porque não posso represar o Sol, não há Sol à noite. Ainda assim, consigo gerar mais do que o dobro da energia que gero em Itaipu anualmente se eu cobrir o Lago de Itaipu com placas solares.

Pois bem, muito longe de sugerir isso, prefiro sugerir que a gente cubra o telhado da casa da Gisele Bündchen, por exemplo. Até pouco tempo, só pessoas com esse poder aquisitivo poderiam tomar uma decisão dessas. Essa casa, inclusive, nem é no Brasil, e só recentemente temos no Brasil a legislação que se permite que se faça isso no nosso País.

Essa tecnologia tomou impulso muito grande, voltando para a questão da escala, desde que países com muito menos Sol do que o Brasil – e a Alemanha é o exemplo principal disso – resolveram estimular, fazer uma política de Estado para dominarem a tecnologia, para serem os maiores produtores de energia solar do Planeta. Hoje, a Alemanha gera 5% da sua energia com telhados fotovoltaicos.

Esse gráfico mostra como isso cresceu nos últimos tempos. Agora, começou a chamar a atenção. Vejam que, por ano, se instalam duas e meia Itaipu, quase tudo nos telhados. Essas duas pizzas mostram: primeiro, o tamanho da pizza pequenininha, como era,

de 23MW nos anos 80, em que a menor fatia, a fatia verde, representa os sistemas que estão conectados, injetando energia elétrica na rede; e agora, de uma *pizza* muitíssimo maior, a maior fatia é desses sistemas que injetam energia na rede elétrica de forma distribuída, junto do ponto de consumo.

Com isso, veio uma redução de custos muito acentuada, que continua em curso e que trouxe, então, a possibilidade de colocarmos telhados fotovoltaicos em vários locais. Na Alemanha eles colocaram só no ano passado, meia Itaipu nos telhados dos alemães; só em um ano, meia Itaipu. E aí podemos imaginar, em vez de cobrir o lago de Itaipu, colocar em cima das casas onde vivemos, nos locais onde trabalhamos, nos locais onde nós nos divertimos, nos locais onde rezamos, se quisermos.

E temos agora a fabricação de módulos, de placas solares das mais variadas formas e aplicações. Nesse exemplo, há um módulo semitransparente para ser utilizado numa janela. Ele permite a entrada de luz natural e, ao mesmo tempo, parte da fachada dessa edificação. Então, pode haver fachadas inteiras substituindo materiais de construção comuns. Aí, eu tenho um custo reduzido, porque ele está substituindo um material que eu iria usar de qualquer maneira.

Nós podemos ter, então, a telha sendo o próprio módulo solar, gerando eletricidade junto do ponto de consumo, deixando entrar a luz natural para reduzir a demanda de energia desse prédio, sendo, ao mesmo tempo, a cobertura, substituindo uma telha.

E aí as mais diferentes aplicações podem acontecer. Nesse exemplo, nós temos uma fachada vertical completamente recoberta com aqueles módulos escuros e os *breezes* que impedem o sol alto de verão entrar – eu quero bloquear para não deixar entrar calor – e permitem a entrada do sol baixo de inverno – eu quero permitir a sua entrada – para ajudar na iluminação e no aquecimento interno dessas edificações.

Voltando, então, para a residência mais típica, a residência unifamiliar, essa é a casa eficiente da Eletrosul, em Florianópolis. Percebam que a cobertura desse telhado, ocupada por placas solares, é uma fração da cobertura total. Então, as casas brasileiras unifamiliares como essa podem ser de energia positiva; gerar muito mais energia do que elas consomem e contribuir para incrementar o nosso parque gerador.

Até agora dei muitos exemplos de como podemos integrar isso, mas quanto custa essa energia? Esse aí é o gargalo ou nó que temos de começar a desatar.

Quando a gente fala das grandes usinas na geração centralizada, longe do centro de consumo e que vai ter que competir com todas as fontes existentes no Brasil, os custos estão entre R\$250,00 a R\$ 350,00 por

megawatt-hora. E esse custo é demasiadamente alto para competir com a geração convencional. Quando se analisam os pequenos telhados nas residências unifamiliares, nos pequenos comércios, nas pequenas indústrias, no ambiente urbano, esse preço aumenta um pouco porque não há tanta escala, mas fica em torno de R\$350,00 a R\$450,00 por megawatt-hora. Esse valor tem que ser comparado não mais com o custo de geração, mas com o custo de tarifa, com aquela conta que a gente paga, e, em quase todos os casos, em quase todo o Brasil, ele é mais baixo do que a tarifa que a gente paga.

Então, a viabilidade econômica, para os pequenos telhados, já existe. E o gargalo regulatório também foi resolvido, começando neste ano.

Como esses preços estão com forte tendência de queda ainda em curso, para os pequenos telhados, a viabilidade econômica já acontece em boa parte do Brasil e, para as grandes usinas, ainda não há viabilidade econômica. Precisamos decidir se vamos investir, por exemplo, em um leilão específico para essa fonte a fim de estabelecer essa tecnologia no Brasil e, com isso, ajudar a reduzir os seus custos. Então, essa é a situação das grandes usinas para a qual não há viabilidade econômica ainda. Precisamos, então, ajudar essa tecnologia para ela se viabilizar.

A outra situação é a do pequeno telhado. Volto, então, para o meu consumidor residencial. Notem que aí eu tenho uma concessionária de automóveis ao lado de um fabricante, de um revendedor de placa solar fotovoltaica.

A indústria automobilística resolveu muito bem a questão do financiamento, que é a situação que precisamos resolver ainda para a geração solar. Imaginem que hoje entramos numa concessionária, sem dinheiro no bolso, e saímos de lá com um veículo zero quilômetro, porque existe, dentro da concessionária uma financeira que resolve a questão de como financiar esse bem.

Agora, imaginem que eu saio dessa concessionária e quero entrar na concessionária ao lado que vende telhado solar para a minha residência, e eu preciso ainda resolver esse problema. Este é um gargalo, este é um nó para desatar: o financiamento. Se um consumidor residencial quiser colocar um telhado solar hoje na sua residência – vamos, por exemplo, imaginar que ele pague uma conta de R\$100,00 –, o investimento para ter um telhado solar será da ordem de R\$15 mil. Ele vai trocar uma conta de R\$100,00 por mês por um financiamento de R\$15 mil que ele vai ter de descobrir ainda como fazer? Isso não é uma proposta decente para um consumidor residencial.

Os *paybacks* de geração de energia são da ordem de vários anos, às vezes, décadas, e o consumidor re-

residencial não está acostumado a esse tipo de retorno. Então, esse é um gargalo que precisa ser resolvido, para que o consumidor residencial possa entrar numa loja como essa, sair de lá com um telhado solar, que ele vai pagar com a economia de energia. Diferente do veículo que ele tem de pagar uma prestação, mas não gera nada, e só se deprecia com o tempo, esse telhado solar que ele colocar na sua residência vai gerar uma receita que pode pagar pelo financiamento desse equipamento, que tem a garantia dada por esses fabricantes de até 25 anos; ele vai gerar energia para se pagar e, muito menos do que isso. A ordem de grandeza é de sete a dez anos. E sete a dez anos é um *payback* excessivamente longo para o consumidor residencial bancar por conta própria.

Eu quero falar um pouco mais sobre o papel das instituições acadêmicas, universidades, institutos de pesquisa na promoção dessas tecnologias.

Este é o nosso teatro, nosso centro de cultura e eventos na Universidade em Florianópolis, onde nós instalamos um projeto de pesquisa financiado pela Finep; há 16 anos o gerador fotovoltaico opera lá. Então, a experiência no Brasil já é bastante extensa.

Outros projetos de que nós gostamos de falar bastante de disseminação de vitrine, um deles é o projeto de aeroportos solares. Essa é uma proposta ainda. Nós queremos que todos os aeroportos brasileiros integrem geração fotovoltaica. Todos os tomadores de decisão passam por aeroportos todos os dias. É uma grande fração da nossa população que poderia ver esses projetos de vitrine.

No aeroporto de Florianópolis, que é, por acaso, de onde eu venho, é também onde está sendo construído um novo terminal de passageiros, e a aviação é um grande contribuinte para as emissões de gases de efeito estufa. Sabemos que 5% das emissões de gases de efeito estufa acontecem na aviação comercial. Então, nós somos responsáveis por uma grande fatia das emissões. E, aqui neste exemplo, se eu cobrasse de cada passageiro, aplicando o princípio de que o poluidor paga, uma moedinha de 25 centavos para cada vez que um brasileiro voa aqui no Brasil, em um ano, eu pagaria a solarização completa do nosso aeroporto de Florianópolis.

O que é o futuro?

Falar de energias do futuro parece sempre que o futuro nunca vem. Quando é o futuro? O futuro pode continuar ficando sempre no futuro.

Mas, no futuro, nós teremos veículos elétricos, nós teremos redes inteligentes e edificações urbanas com geração de eletricidade solar. As redes inteligentes permitem que o consumo aconteça em horários em que a energia custa mais barato. Então, a decisão

é tomada por uma inteligência que está incorporada na rede elétrica.

Aí eu quero falar um pouco dos veículos elétricos, que deverão ser uma realidade aqui no nosso País nos próximos anos. E, se eles forem uma realidade, eles vão introduzir mais uma demanda por energia elétrica, que precisa ser, de alguma maneira, pensada. E o próprio local onde o veículo está estacionado, a área que ele ocupa é o suficiente para, com uma cobertura solar, gerar eletricidade suficiente para esse veículo ser alimentado.

E, com o uso diurno e estratégias de carga e descarga de baterias inteligentes, eu posso imaginar que eu chego em casa de uma jornada de trabalho no final da tarde, todo dia, e vou plugar o meu veículo numa tomada da minha casa. No entanto, nesse primeiro momento, não será para recarregar suas baterias e, sim, para ajudar a rede elétrica no horário de ponta, que ainda temos no Brasil, entregando o restante de energia que eu tenho na bateria do veículo para a rede elétrica. E, nas horas em que o sistema elétrico é ocioso, da meia-noite às seis da manhã, por exemplo, eu lentamente carrego de volta a bateria desse veículo, e, quando chega às seis da manhã, eu começo a minha jornada tendo o veículo com a bateria completamente carregada.

E o meu último exemplo é uma comparação da geração solar fotovoltaica e os veículos elétricos com o nosso veículo a etanol e a produção de etanol no nosso País.

Aqui no Brasil, nós nos orgulhamos muito dessa tecnologia porque é das mais eficientes na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Em um hectare de cana-de-açúcar, eu consigo, ao longo das safras que eu tenho em um ano, produzir etanol suficiente para um veículo compacto dar uma volta ao mundo, rodar um pouco mais que uma volta ao mundo: 43,8 mil quilômetros com o que eu produzo de álcool em um hectare de cana plantado ao longo de um ano.

Se eu agora cobrir esse mesmo hectare com uma placa solar, eu vou gerar energia elétrica para tocar o mesmo veículo, agora elétrico, por uma distância um pouco maior. Vejam que não são mais 43,8 mil quilômetros, mas é um pouco mais. Na verdade, bastante mais; muitíssimo mais.

Isso tudo está relacionado, por incrível que esses números pareçam, à eficiência de conversão fotovoltaica. Quando comparada à fotossíntese, ela é 20 vezes mais eficiente do que a fotossíntese na conversão de energia do Sol em energia química ou energia elétrica.

O motor elétrico é também, muitas vezes, mais eficiente que o motor a combustão. Por isso, chego a esses números que parecem fora da nossa realidade.

Os nossos netos não irão usar veículos a etanol, como nós dirigimos hoje. Eles vão usar veículos elétricos, que, muitas vezes, serão alimentados por uma geração como essa. Esses veículos estarão estacionados sob áreas cobertas por placas solares que geram eletricidade, seja na nossa casa, seja no nosso local de trabalho, seja onde fazemos compras.

Com isso, quero terminar a minha apresentação e deixar aqui esses pequenos gargalos e nós que temos de desenrolar ainda, para que possamos ter isso como realidade em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Ricardo Rüther, Diretor Técnico do Instituto Ideal e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, pela sua bastante interessante explanação.

Muito obrigado ao Sr. Professor.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Alexandre Costa, Diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis do Centro Brasileiro de Energia Eólica.

O SR. ALEXANDRE COSTA – Muito boa noite a todos e muito obrigado pelo convite da Comissão para eu vir falar hoje aqui.

Antes de começar minha palestra propriamente dita, eu gostaria de expressar minha profunda alegria ao regressar ao meu País, ao Brasil, depois de tantos anos pesquisando na Espanha, um dos berços da energia eólica no mundo. Sinceramente, eu espero que o conhecimento que acumulei durante anos de pesquisa ali seja útil, hoje, a esta Comissão, como também seja útil para responder ao enorme desafio de produzir ciência de ponta em energia eólica no Brasil, considerando-se a voracidade do setor eólico, hoje, no Brasil.

Há poucos meses, recebi a incumbência de coordenar as atividades em eólica no recém-criado CER – Centro de Energias Renováveis, cuja história dos pesquisadores eu resumirei dentro de pouco tempo. Assim, pois, eu pretendo focalizar esta palestra, este seminário, considerando-se a ótica da pesquisa básica e aplicada em energia eólica, ou seja, considerando-se a ótica do CER.

No entanto, assumo, desde já, o compromisso de empregar uma linguagem bastante acessível. Assumo o compromisso de evitar, na medida do possível, as minhas tão irresistíveis equações e expressões matemáticas.

Se me permitem, eu estruturo esta apresentação nestes tópicos, que serão facilmente seguidos através de *menus* de navegação que se encontram na parte superior de cada uma das transparências.

Começo, então, por justificar o exitoso crescimento na eólica em todo o mundo como função de inúmeras

vantagens, entre as quais eu destaco, por exemplo, o fato de que a eólica é uma fonte limpa e renovável. Limpa, quando se analisa a cadeia produtiva da eólica, desde a “extração”, entre aspas, da matéria-prima até o desmantelamento da central; e renovável, quando se considera que a taxa de consumo humano é bastante inferior à “taxa de recuperação”, entre aspas, do recurso que temos à disposição. Neste caso, o recurso eólico.

Outra grande vantagem que quero destacar é a possibilidade de descentralizar a geração, empregando-se a energia eólica. Em lugar de concentrar dezenas de megawatts ou centenas de megawatts em uma única unidade de geração, o emprego da energia eólica possibilita fragmentar essa unidade de geração em várias unidades menores da ordem do megawatt, de dois megawatts, três megawatts, o que diminui consideravelmente a probabilidade de déficit de geração, pois uma falha em uma dessas pequenas unidades do megawatt não necessariamente implica falha em outras unidades de dois megawatts. Da mesma forma, uma falha em uma central eólica não necessariamente implica uma falha em outras centrais eólicas, ainda que se encontrem instaladas na mesma região do País.

Outra grande vantagem diz respeito aos preços relativamente baixos praticados no setor eólico. Geralmente, fala-se de um baixo investimento por megawatt instalado quando comparado ao investimento necessário para instalação do megawatt de outras fontes, como também se fala de custos relativamente baixos para o megawatt/hora gerado quando comparados aos custos relativos aos de outras fontes de geração.

Por último, mas não menos importante, ressalto a importância do fato de que se trata de um recurso autóctone, o que diminui a dependência nacional com respeito, por exemplo, à importação do gás.

Bom, com essas grandes vantagens em mente, criou-se recentemente o chamado CER, Centro de Energias Renováveis, um centro interdepartamental que depende diretamente da reitoria da Universidade Federal de Pernambuco; um centro criado, fundamentalmente, pela integração das atividades de pesquisa, de docência, de extensão de dois grandes centros com renomada tradição tanto em solar, o Grupo FAE, como em eólica, o Centro Brasileiro de Energia Eólica. São grupos com mais de duas décadas de experiência em pesquisa, docência e extensão. Ambos os grupos se integram de forma a compor as atividades do recém-criado Centro de Energias Renováveis, cujo edifício-sede fica no próprio *campus* da Universidade Federal de Pernambuco, em sua capital Recife.

As equipes do CER, equipes de solar e de eólica, são formadas pelo Prof. Naum Fraidenraich, Prof. Chiquero Tiba, Prof^a Eielza Moura, Prof^a Olga de Castro

Vilela e Prof. André Cunha, todos professores doutores com ampla experiência em pesquisa em energia solar, professores que contribuíram enormemente para a história da energia solar neste País, ademais de seus doutorandos, mestrados e alunos de graduação.

Da mesma forma, o grupo de eólica está formado pelos professores Pedro Rosas, Alex Maurício, Everaldo Feitosa, Alexandre Costa (eu próprio) e os nossos alunos de doutorado, mestrado e graduação.

Aqui me limito, no entanto, a tratar das atividades em eólica no âmbito do CER. Antes, no entanto, de tratar das atividades atualmente desenvolvidas, eu gostaria de fazer um breve resumo sobre a contribuição do Centro Brasileiro de Energia Eólica ao desenvolvimento desse setor no País.

Esse centro foi criado em 1990, quando do regresso do Prof. Everaldo Feitosa de seu doutorado na Universidade de Southampton, na Universidade Federal de Pernambuco, e, já no ano de 1992, instalou o primeiro aerogerador comercial da América Latina, na ilha de Fernando de Noronha.

Em 1998, instalou a sua área de testes de pequenos sistemas, sistemas da ordem de dezenas de quilowatts para o emprego em aplicações não conectadas à rede elétrica.

Ainda em 1998, com o apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica, publicou o primeiro Atlas Eólico do Brasil, o atlas da Região Nordeste do Brasil. Em 1999, inaugurou a sua área de testes de grandes aerogeradores conectados à rede elétrica, na cidade de Olinda, cidade-satélite ao Recife.

No ano 2000, a segunda turbina, o segundo aerogerador na ilha de Fernando de Noronha e, no ano de 2003, publicou, com o apoio da Associação Mundial de Energia Eólica, a Guia de Projeto Elétrico para Conexão de Aerogeradores à Rede Elétrica.

Até o ano 2003, a atividade científica desse centro foi frenética. O ano 2004 foi um ano de inflexão para esse centro, quando os alunos, os pesquisadores defenderam suas respectivas dissertações de mestrado; migraram para a realização de seus doutorados em diversos países da Europa, países de referência em eólica, como Espanha, Dinamarca, Alemanha, etc. etc. E os alunos que aqui continuaram, os pesquisadores que aqui continuaram se dedicaram à realização de suas dissertações de mestrado e, paralelamente, se dedicaram a atender as necessidades de um setor que crescia de uma forma realmente vertiginosa. Passaram a dedicar-se, então, às necessidades dos vários agentes do Brasil com relação ao Proinfa e aos respectivos leilões.

Bom, seja como for, durante esses 15 anos de atividade frenética, o Centro Brasileiro de Energia Eóli-

ca, que ainda hoje é um centro de referência reconhecido pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, chegou a promover 12 teses de doutorado no exterior, com orientação exclusiva em energia eólica, e 20 dissertações de mestrado com orientação exclusiva em energia eólica, além de haver publicado o primeiro mapa eólico do Brasil, em 98, e desenvolvido inúmeras colaborações com países de referência em energia eólica ao longo de toda a sua história. Por exemplo, Espanha, Dinamarca, Estados Unidos e Reino Unido.

Se me permitem, eu gostaria de fazer um breve resumo da trajetória de cada um desses pesquisadores, simplesmente para deixar claro a todos o fato de que são pesquisadores que dedicaram a sua vida à energia eólica. Mesmo antes que a energia eólica fosse algo interessante aqui no Brasil, esses pesquisadores já estavam envolvidos na pesquisa, na docência e na extensão.

Não se trata de pessoas especialistas em outras áreas que simplesmente adotaram a energia eólica por conta do repentino investimento no setor. Trata-se de um conjunto de pesquisadores que vêm dedicando a sua vida, com mais de 15 ou 20 anos de experiência em energia eólica.

O Professor Everaldo Feitosa, que foi fundador do Centro Brasileiro de Energia Eólica e da Associação Brasileira de Energia Eólica, é o Vice-Presidente da Associação Mundial de Energia Eólica e do Instituto Mundial de Energia Eólica. Atualmente, ele é Presidente da empresa Eólica Tecnologia. É o nosso especialista em aerodinâmica e também o nosso especialista em política, tarifa, preços, etc.

O Professor Pedro Rosas foi pesquisador do Centro Brasileiro de Energia Eólica de 96 a 99, doutorou-se na Dinamarca, no laboratório de referência Riso (Departamento de Energia Eólica do Laboratório Nacional), no ano de 2003, colaborou ativamente com a Sintef, principal entidade independente de pesquisas da Escandinávia no ano de 2001 e, desde 2003, é professor da Universidade Federal de Pernambuco. Ele é o nosso especialista em máquinas elétricas, qualidade de energia e conexão à rede elétrica.

O Professor Alex Maurício de Araújo, que se doutorou na Federal do Rio de Janeiro, no ano de 93, e é professor, desde 1978, da Universidade Federal de Pernambuco, consultor e avaliador do Finep, do Ministério de Ciência e Tecnologia, e de várias fundações de amparo à pesquisa pelo Brasil, é o nosso especialista em mecânica de fluidos, na simulação do comportamento do vento, considerando-se tanto as questões mecânicas, devido às aerografias e à rugosidade do solo, como as devidas a diferenças de temperatura.

Eu, Professor Alexandre Costa, fui pesquisador do Centro Brasileiro de Energia Eólica entre os anos de 1997 e 2000, realizei meu doutorado na Universidade Politécnica de Madri, no ano de 2005, fui pesquisador do Centro de Investigaciones Energéticas, Medioambientales Y Tecnológicas do governo da Espanha desde o ano de 2001 até o ano de 2012. Fui professor colaborador da Universidade de Barcelona entre 2010 e 2012 e, no final do ano passado, tive a honra e o prazer de regressar ao meu Brasil, a convite do Centro de Tecnologias e Energias Renováveis da Petrobras, para assumir a assessoria da direção daquele centro e, mais recentemente, há poucos meses, assumi a direção do CER, na Universidade Federal de Pernambuco. A minha área de pesquisa é inteligência artificial aplicada à previsão a curto prazo da produção de centrais eólicas.

Se me permitem, eu salto essas transparências, porque não quero aborrecer ninguém com esses detalhes. No entanto, coloco-me à disposição sobre qualquer uma dessas informações que ali estão presentes ao final das apresentações e me dedico, então, a resumir essa breve introdução sobre esse centro recém-criado aqui no Brasil, simplesmente ressaltando a importância dos três pilares sobre os quais está assentado o CER, com vistas a garantir a sustentabilidade da energia eólica aqui no Brasil.

Quais são esses três pilares? Pesquisa, desenvolvimento e inovação, docência e extensão.

Atualmente, havendo aprendido com a experiência e a tradição do Centro Brasileiro de Energia Eólica, nós estamos fechando colaboração com entidades como Petrobras; Centro de Tecnologia do Gás e Energias Renováveis, do Rio Grande do Norte; Impsa, fabricante de aerogeradores; a Sudene e o prestigioso Centro Ciemat, na Espanha, de maneira a poder atender a exigências prementes do setor eólico no Brasil.

Por exemplo, com a Petrobras, estamos assinando, neste exato momento, um contrato para aprimoramento de um protótipo da Impsa, de 2MW, cujo objetivo é adaptar o comportamento da máquina às condições de vento do Brasil, de forma a melhorar significativamente o rendimento da máquina e aumentar a sua longevidade quando instalada em condições climáticas muito diferentes daquelas para as quais elas foram projetadas.

Esse é um projeto de três anos, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica, que se iniciou em novembro do ano passado.

Ao final de três anos esperamos dar uma resposta ao setor eólico, no sentido da adaptação dessas máquinas com vistas ao melhor rendimento e à maior longevidade em condições tropicais, completamente

diferentes daquelas condições para as quais essas máquinas foram originalmente projetadas.

Do ponto de vista das atividades de docência, nós estamos dando destaque ao nosso curso de graduação de Engenharia de Energia, um dos raros e poucos cursos no Brasil, cuja ênfase é energia nuclear, por um lado, e energias renováveis por outro.

Nossos engenheiros têm uma orientação muito objetiva tanto para a energia eólica quanto para a energia solar, com vistas a atender não só a uma demanda estadual, mas a uma demanda nacional tanto do setor eólico quanto do setor da energia solar fotovoltaica e da energia solar térmica.

Por outra parte, contamos também com mestrado e doutorado *stricto sensu* nível 5 na Capes e estamos apostando na capacitação e formação de mão de obra de excelente qualidade para atender não somente ao setor, mas também às necessidades da própria universidade, que tem uma carência enorme de profissionais qualificados.

Por último, o terceiro pilar diz respeito às atividades de extensão. Nosso objetivo é fortalecer o nosso programa de estágio voluntário em eólica e o programa de pós-graduação *lato sensu* em solar e eólica.

Visto isso, apresentado o recém-inaugurado Centro de Energias Renováveis, o meu objetivo é o de redundar naquilo que é óbvio. E, se me permitem, eu redundo naquilo que é óbvio porque, ainda que todos nós saibamos do vertiginoso crescimento da energia eólica no mundo, acho que é importante deixar claros os números, refrescar a nossa mente quanto aos números.

Por exemplo: o Global Wind Energy Council publicou em seu relatório do ano de 2012 um gráfico que mostra de forma clara e inequívoca a velocidade com que vem crescendo a potência eólica instalada no mundo, por exemplo, entre os anos de 96 e 2011. E, ademais, se atreve a prognosticar que esse desenvolvimento permanecerá contínuo pelos próximos anos.

Se nós discriminamos aquele crescimento em função dos países que mais instalam potência eólica, por exemplo, ao final de 2011, talvez caiamos na tentação de nos desiludir ao pensar que o Brasil ocupa nada mais, nada menos do que a vigésima posição no *ranking*. No entanto, se nós nos concentramos no ano de 2011, aquele gráfico amarelo que aparece ali no eslaide, chegamos à conclusão de que isoladamente, naquele ano, apesar de ocupar a posição 20 no *ranking* dos países com mais potência eólica instalada, no ano 2011 o Brasil foi o décimo primeiro país que mais instalou potência eólica.

Se nós considerarmos que, até 2016, o Brasil tem aproximadamente 8GW para instalar somente por conta das contratações realizadas em leilão, sem

contar com aquilo que poderemos conseguir no mercado livre, sem contar com aquilo que contrataremos nos próximos leilões, é de se esperar que, em 2016, o Brasil ascenda de uma forma vertiginosa nessa lista. Basta ver o ritmo de crescimento dos diferentes Estados do Brasil desde 2004, desde o Proinfa, até, por exemplo, o último leilão de 2011.

O ritmo realmente é vertiginoso; um cenário maravilhoso, desde que saibamos encarar com a devida responsabilidade e em seu tempo os enormes desafios que nos são apresentados. Para manter a sustentabilidade do setor eólico, garantindo a nossa independência da tecnologia estrangeira e dos tecnólogos estrangeiros, é de fundamental importância que comecemos a investir em pesquisa e desenvolvimento já. É fundamental colaborar com os tecnólogos estrangeiros, é fundamental fazer uso da tecnologia estrangeira. No entanto, devemos a todo custo evitar a dependência tanto da tecnologia quanto dos tecnólogos estrangeiros.

Os desafios são enormes. Simular corretamente o comportamento do vento aqui no Brasil. Em lugar de utilizar ferramentas e modelos parametrizados e desenvolvidos para climas e comportamentos meteorológicos diferentes dos nossos, aqui no Brasil, nós devemos adaptar e parametrizar esses modelos para que respondam ao comportamento dos processos atmosféricos aqui nos trópicos; para garantir maior precisão, tanto nos projetos de nossas centrais eólicas, como também na operação das nossas centrais eólicas. Precisamos, de uma vez, acabar com esse mito de que o caráter aleatório da eólica dificulta a integração na rede elétrica.

Eu trabalhei 12 anos na Espanha, com previsão, a curto prazo, da produção de centrais, justamente para integração das centrais eólicas na rede. A Espanha tem uma participação importante de eólica; a Dinamarca e a Alemanha, também. Sim, é possível integrar a energia eólica, sempre quando o operador nacional do sistema saiba como fazê-lo, sempre que os operadores das centrais eólicas saibam como fazê-lo.

Interferência de centrais eólicas. É preciso medir, é preciso simular o comportamento de uma central com respeito à outra, para determinar as distâncias mínimas a serem praticadas entre centrais eólicas. É preciso resolver este dilema, a tropicalização e a nacionalização. Nesse sentido, como eu bem mencionei a vocês, temos um projeto com a Petrobras e com a Impsa, de três anos, para responder a algumas dessas questões sobre adaptação de máquinas, para que funcionem, com melhor rendimento, em climas diferentes daqueles para os quais as máquinas foram projetadas.

Instabilidade de tensão e frequência na rede, outro mito contra o qual nós devemos lutar. Basta que

se saiba como trabalhar, escolher a tecnologia correta, reforçar a rede de forma adequada.

Escoamento de produção é um gargalo claro de infraestrutura. Devemos atuar com antecedência.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALEXANDRE COSTA – Normatização e certificação, nacionalização de normas, ensaios e testes, fomentos aos laboratórios nacionais. É preciso que o Brasil tome parte ativamente nesses fóruns internacionais.

Eu representei a Espanha, durante vários anos, em encontros, em mesas-redondas de especialistas da Agência Internacional de Energia. Tenho por gosto, agora, representar o meu País, o Brasil. É preciso que o Brasil tome ciência de que deve participar. Não deve se limitar única e exclusivamente a traduzir e adaptar as normas ao País. Nós devemos ali estar sentados como membros ativos da Agência Internacional de Energia, da IEC, da Irena – Agência Internacional de Energias Renováveis, e outros tantos comitês.

É preciso que mantenhamos condições estáveis, em médio e longo prazo. Ainda que não seja exatamente a minha área – eu sou um tecnólogo –, entendo que é de fundamental importância manter as condições para que a eólica atue no mercado livre; garantir que os próximos leilões continuarão a permitir um ritmo de crescimento bastante razoável da potencial eólica instalada, preços competitivos. A princípio, é importante incentivar os fabricantes, de forma que o preço do megawatt instalado diminua aqui no Brasil.

Com relação aos procedimentos administrativos, é de fundamental importância ter em mente aquilo que a Associação Europeia de Energia Eólica chama de abordagem *one stop shop*. Vamos desburocratizar o processo de licenciamento de uma central. Em lugar de fazer o pobre do promotor da central eólica correr como louco, de forma a buscar licenças ambientais de conexão etc., por que não gerenciar tudo isso através de um único órgão que receba absolutamente todos os papéis e se encarregue, então, de fazer as devidas gestões?

Essa é a recomendação da Associação Europeia de Energia Eólica, fruto de anos e anos de experiência. E é preciso, então, lutar pela qualificação da mão de obra qualificada, em todos os níveis, de técnicos a doutores.

Nesse sentido, gostaria de me abreviar e realizar algumas recomendações, do ponto de vista do tecnólogo, do pesquisador. Com respeito a pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil, é indispensável que nós possamos estender e prosseguir estudos de

fundamental importância que foram realizados pelo CGEE e pelo Comitê Técnico Setorial Nacional do Senai.

Tanto o CGEE, como o CTSN, cada um no seu âmbito, realizou uma radiografia bastante importante do setor eólico no Brasil. É preciso que nós estendamos essa radiografia, que realizemos uma análise de sensibilidade, de forma a ter um valor aproximado. Ainda que seja muito aproximado, que nos diga, basicamente, em que linha devemos atuar; como o mercado brasileiro é sensível a uma atuação sobre a máquina, a uma atuação sobre, por exemplo, a modelagem de ventos; quanto devemos investir para que as nossas ferramentas de modelagem de vento cheguem a atender as nossas necessidades? É viável esse investimento? Quanto vamos recuperar após esse investimento? Quanto devemos investir para adaptar os aerogeradores às condições de vento do Brasil? Quanto devemos esperar de retorno após esse investimento?

É preciso analisar, digamos, cada caso de forma muito particular, priorizar esses desafios e sugerir estratégias para a solução desses desafios. É preciso criar um comitê técnico-científico permanente, lutar por editais específicos, tanto para a pesquisa básica, aquela que vai nos garantir o futuro da eólica no Brasil, como para a pesquisa aplicada, aquela que vai responder aos gargalos atuais.

Remuneração dos pesquisadores. Infelizmente, estamos perdendo mão de obra qualificada das universidades pelo simples fato de não poder oferecer nem metade daquilo que o mercado aí fora vem oferecendo. Precisamos lutar para garantir uma boa remuneração aos pesquisadores da universidade. É muito difícil, realmente, lutar contra o apelo do mercado de trabalho aí fora. Profissionais saem, muitas vezes, sem qualificação da universidade, pela simples necessidade de lograr um salário mais elevado.

Fomento ao centro de excelência. Precisamos lutar realmente no sentido de direcionar verbas para as despesas ordinárias, instalação e ampliação de laboratórios e incentivo à formação de pesquisadores.

Bom, isso era tudo.

Coloco-me à disposição de todos, assim como coloco o Centro de Energias Renováveis. Espero que possamos contribuir de alguma forma não só para alavancar como para garantir a sustentabilidade da eólica no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Dr. Alexandre Costa, Diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis, do Centro Brasileiro de Energia Eólica.

Passo a palavra agora ao palestrante e debatedor Prof. Luiz Horta Nogueira, professor titular da Uni-

versidade Federal de Itajubá, pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas, ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para a sua exposição.

O SR. LUIZ HORTA NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos.

É com um prazer muito grande que compareço a esta Comissão para esta discussão. Entendo que o Parlamento brasileiro tem nesta Comissão um espaço singular de análise das nossas questões e de proposição de soluções. Acho que, de alguma forma, é nesse sentido que estamos aqui contribuindo, posso dizer que com esse entusiasmo que percebo dos apresentadores que me precederam.

Eu não resisti, ao ser convidado para este debate, em colocar a minha colher também, porque eu entendo que sempre, quase sempre que começamos a discutir as questões energéticas temos uma visão restrita dos problemas de oferta.

Vejo que estamos tratando aqui de energia solar, estamos tratando de energia eólica, em outras oportunidades vamos tratar de gás natural e nuclear etc., quando, na verdade, poderíamos estar numa visão distinta, poderíamos estar pensando em quais são os problemas do transporte em energia; em quais são os problemas das residências, das indústrias intensivas; olhar pelo lado do uso.

Então, resolvi trazer alguns eslaides sobre essa questão da eficiência energética, quer dizer, a ponta desse processo, que é o que interessa.

De fato, energia, dá razão a essa paixão com a qual tratamos, porque energia é razão de tudo, por trás de tudo. Sem energia nós seríamos matéria morta, todo o universo seria matéria morta. O que nos move adiante é sempre a energia, e ela é, na acepção mais exata, termodinamicamente falando, a expressão do poder, a capacidade de transformar.

O Brasil conta com grandes reservas energéticas, e, sem dúvida, o desafio da nossa sociedade é enfrentar um quadro de abundância. É incrível isso, muito diferente do que vivem outros países é a nossa situação, de termos essa gama variada de alternativas! Quer dizer, acabamos de ouvir colegas dizendo aqui que as energias solares são absolutamente competitivas; as energias eólicas são competitivas. Como é que fica quando nós colocarmos o decisor político? Ele vai para lá, ele vem para cá? Vamos fazer isso simultaneamente? Em que base, as questões da despachabilidade, a que o Soriano se referia, são essenciais?

Então, temos aqui o que o francês – afirmação pedante – diria: *l'embaras du choix*, "a dificuldade da escolha". Certamente, nós somos embaraçados por

essa escolha, mas somos embaraçados também por um crescimento vertiginoso da demanda. Nós somos “energívoros”. Já se falou isso aqui. A sociedade atual gasta energia. Só nesses últimos anos, gastou-se mais do que a soma verificada em todas as gerações anteriores. Nós estamos queimando hoje o equivalente a mil barris de petróleo por segundo. Então, há de se tomar isso como um limitante.

Essa figura já foi colocada pelo Soriano. Isso é importante. Qual é a mensagem aí? Energia não nasce na tomada, energia não nasce na bomba do posto de gasolina, energia vem sempre da natureza. Sempre. Já vimos isso aqui. Já falamos da energia solar e da energia eólica. É ela que é a mãe de tudo. Então, percorrem-se longos caminhos, e, no caso do Brasil, os caminhos são 95 mil quilômetros de linhas de transmissão. Temos uma enorme capacidade instalada, mas com uma perda muito grande em todo esse processo. Quase dois terços dessa energia são desperdiçados, não são utilizados. E aí é que, talvez, esteja o centro da minha preocupação. Embora tenhamos muitos recursos e condições de nos apropriarmos desses recursos, embora sejamos uma Nação privilegiada nesse sentido, nós temos perdas crescentes e temos de dar conta de eliminá-las, de reduzi-las, para o benefício de todo o sistema, do meio ambiente etc.

Então, como reduzir essas perdas? Essas perdas podem ser reduzidas de duas maneiras: ou adotando aquelas tecnologias mais eficientes que estão cada vez mais disponíveis; ou tratando de usar a energia de forma mais competente, mais sensata, mais correta, mais racional.

Essa figura mostra como é que variou, desde as primeiras lâmpadas incandescentes – em bom momento, paramos de utilizá-las no Brasil desde o ano passado –, à quantidade de luz produzida por watt. Aquele gráfico mostra a quantidade de lumens por watt. Então, vejam que as lâmpadas mais modernas, que já existem no mercado brasileiro, como os LEDs etc, produzem, hoje, vinte vezes mais luz por unidade de energia consumida. E é através, por exemplo, dessas tecnologias que nós poderemos aceder à qualidade que nos interessa obter com a energia ao menor uso dos recursos naturais. Essa é uma atitude realmente inteligente. É o que os países desenvolvidos estão fazendo, e a isso nós precisamos dar a devida atenção.

É importante dizer que o uso da energia eficiente não deve ser colocado como uma atitude de sovinice ou de coerção. Não! Nós vamos fazer isso, porque isso é inteligente, porque é assim que se está fazendo no mundo. E cabe fundamentalmente ao Estado promover esse estado desejável, essa condição desejável, por-

que, muitas vezes, as pessoas não têm noção dessas coisas. O mercado, sozinho, não se dá conta disso.

Os que me precederam aqui comentaram a necessidade de o Estado prover as condições adequadas para a competitividade se mostrar certa e consolidar o mercado. No caso de eficiência energética, isso é muito mais evidente, porque nós estamos falando de unidades pequenas. São unidades familiares, unidades domésticas. Muitas pessoas não sabem que trocar uma geladeira com mais de 15 anos é economicamente interessante. A economia que a geladeira mais nova permite frente a uma geladeira antiga paga aquela geladeira nova num prazo relativamente reduzido, em um ano, em um ano e meio. Então, medidas desse tipo precisam ser adotadas e sinalizadas.

Vou comentar rapidamente três exemplos de situações em que o Governo, o Estado atua no sentido de promover essa eficiência. A primeira delas diz respeito à questão de orientar os consumidores a comprar e usar bem os equipamentos. Para isso, nós temos no Brasil dois programas muito interessantes. Nós temos o Programa de Etiquetagem, que é conduzido pelo Inmetro, com o apoio das agências, com o apoio do Conpet e do Procel. É o Programa Brasileiro de Etiquetagem. Vocês, certamente, conhecem as etiquetas que classificam os equipamentos. Nós sabemos que os melhores equipamentos estão identificados. Reforçando essa informação, nós temos aqueles dois selos: o selo vermelho, que é o Selo Procel, que identifica os melhores produtos; e o selo verde, que é o Selo Conpet, que indica também os melhores produtos.

Esses mecanismos que se complementam estão alinhados com o que se faz de melhor no mundo. Praticamente todos os países adotam isso. Estou me preocupando mais com eletricidade, mas, também quanto a combustíveis, vêm ocorrendo coisas importantes nessa linha. E o Brasil está começando a etiquetar os seus automóveis também, orientando os consumidores, na hora de comprar, sobre o carro que gasta mais e o que gasta menos.

Talvez não seja tão bem conhecido porque também não está tão evidente a existência de uma lei, a Lei de Eficiência Energética no Brasil – Lei nº 10.295 –, que estabelece o limite para eficiência dos equipamentos.

Então, eu tenho diversos condicionadores de ar, mostrando o quanto já se economizou de capacidade por conta de uma lei proibir a comercialização de produtos com baixa eficiência. É o caso de motores, refrigeradores, esses produtos foram objeto de uma regulamentação, de uma lei aqui produzida pelo Congresso brasileiro – essa lei passou pelas diversas comissões, e tenho a impressão de que surgiu até aqui nesta Comissão – e deu oportunidade para essa

economia substantiva. Vejam que estamos falando de economia de energia da ordem de uma Itaipu no Brasil. Não é que eu esteja precisando gerar, mas eu deixo de precisar agregar essa capacidade ao sistema.

E uma terceira alternativa muito importante, ainda subutilizada no Brasil, é a questão da cogeração. A cogeração que as usinas de açúcar fazem, mas poderiam fazer mais ainda; algumas usinas não fazem integrada à rede – nós vimos os números que o Soriano acabou de mostrar – e introdução do gás natural na matriz energética brasileira dão a oportunidade de introduzir esses mecanismos combinados de produção de energia elétrica e calor, que são extremamente eficientes e vêm sendo adotadas numa série de hotéis, hospitais, pequenas indústrias, na maioria dos países do mundo. Mas no Brasil isso ainda está bastante aquém do que poderia ser feito.

Em resumo, é possível incrementar o uso de energia final, com qualidade de vida, com ganho de conforto e produção, sem agregar capacidade instalada.

Essa é uma curva interessante. Aqui a gente está vendo o consumo de energia por habitante no eixo horizontal; e, na vertical, o índice de desenvolvimento humano. Vejam que, por ocasião das dificuldades do setor energético, da crise que tivemos nos anos de 2000 a 2001, nós tivemos uma redução do consumo *per capita* de energia com um incremento contínuo da qualidade de vida. Então, a sociedade toda ganha com isso. O ambiente todo ganha com isso.

Desse modo, para fechar, as ideias centrais são: não vamos nos restringir à questão da oferta. Entender que é uma cadeia de processos e que essa cadeia implica processos de conversão intermediários é importante para melhorar a eficiência.

São muitas as possibilidades para incrementarmos. Eu mencionei três: incrementarmos a eficiência, reduzirmos o desperdício de energia em base economicamente competitiva e ambientalmente interessante. O mundo oferece todo um exemplo para nós, e não são só os países desenvolvidos, que já fazem isso há décadas. Nos últimos anos, venho trabalhando com a Cepal nesse sentido para ver o que se está fazendo. Na América Latina, existem vários países que estão bastante à frente do Brasil nesse sentido. E países como a China que, há algum tempo, eram exemplos de uso ineficiente hoje em dia produzem equipamentos mais eficientes do mundo, como ar-condicionado, geladeira, iluminação etc.

Então, equipamentos que nós estamos importando da China muitas vezes não atendem às exigências que os chineses impõem lá mesmo, por conta da legislação deles.

Bom, nos últimos anos, é forçoso reconhecer que nós temos perdido desempenho do setor energético brasileiro. A nossa demanda está crescendo mais do que a nossa produção econômica. A nossa demanda está crescendo muito mais do que os outros indicadores de produção. Então, nós estamos precisando, cada vez mais, de energia do que seria razoável. Não estamos num processo virtuoso de reduzir essa demanda, como se observou em outros contextos e aqui mesmo no Brasil.

Agora, nós temos instituições e bases legais para isso. Mas está faltando claramente uma política mais articulada, mais evidente, que estabeleça metas, que coloque programas, como vimos observando em outros países.

É nesse sentido que eu acho que nós podemos promover a eficiência de um modo mais efetivo e coordenado pelo Estado.

Acho, Sr. Presidente, que nós temos aqui um profícuo caldo de cultura para seguirmos discutindo aqui mais adiante. Vejam que temos recursos, temos competências que estão colocadas, em diferentes contextos, e temos o desafio de escolher bem. Não é um desafio simples.

Respeito a opinião do professor de Santa Catarina, Prof. Ricardo, que colocou aqui uma comparação entre a energia solar e a energia de biomassa, segundo seus cálculos, de forma decididamente favorável à energia fotovoltaica. Tenho feito essas contas. Tenho valores bem diferentes. Então, precisamos aprofundar isso, entender mais as energias do ciclo de vida, as energias que estão embutidas nos equipamentos, nas baterias.

A questão da despachabilidade é muito importante. Enquanto eu gero eletricidade na hora em que venta, o sol gera eletricidade com a radiação, as energias de acumulação, como as energias de biomassa, o bagaço, digamos, ou a lenha ficam armazenadas necessariamente nas cadeias químicas.

Temos que considerar como exemplo a se observar que países escandinavos, onde as árvores levam 15 anos para crescer, já estão contando na sua matriz energética com 20% de energia gerada a partir de lenha. Refiro-me à Finlândia e à Suécia. Se esses países estão conseguindo, por que o Brasil, que é, como diz o grande poeta Thiago de Mello, pátria do sol e terra das águas, não vai valorizar os seus recursos, inclusive o sol, o vento etc?

Era esta talvez a minha preocupação: trazer aqui para esta Comissão do Senado uma reflexão sobre o papel da eficiência energética, evitando que tenhamos uma visão muito presa aos recursos, às fontes, abrindo um pouco isso ao longo da cadeia. Há a preocupação

também de encontrarmos mecanismos suficientemente robustos que permitam que coloquemos na cesta todas essas fontes que temos para fazermos o melhor menu e a melhor escolha, que respeite os nossos recursos e a nossa capacidade de produzir equipamentos.

Preocupa-me muito a expansão em fontes muito inovadoras que se baseiem na importação de produtos, que se baseiem na importação de projetos, que se baseiem na importação de tecnologia. Por isso, termos colegas de universidades é estimulante.

Agradeço e fico por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Grato ao Prof. Luiz Horta Nogueira, professor titular da Universidade Federal de Itajubá, pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas, ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP.

Na sua exposição, este dado é realmente preocupante: o consumo de energia vem crescendo mais do que a produção econômica do País. Quer dizer, algo precisa ser feito com relativa urgência, mas isso fica para a fase, inicialmente colocada, dos debates.

Já recebi algumas indagações dirigidas ao Sr. Prof. Dr. Alexandre Costa, Prof. Ricardo Rütther e ao Prof. Eduardo Louzada. Gostaria, então, de lê-las e, em seguida, passar a palavra ao Prof. Luiz Horta Nogueira, que é o nosso debatedor da noite de hoje.

Ao Prof. Alexandre Costa: a expansão da energia eólica no Brasil se dá com tecnologias desenvolvidas em outros países. O que vem sendo realizado em termos de pesquisa e desenvolvimento no Brasil na área de energia eólica?

Lerei as outras perguntas também para que os demais debatedores possam já estar preparados para as respostas.

Ao Prof. Ricardo Rütther: como compatibilizar fontes de energias intermitentes com demandas que são contínuas? O que vem sendo realizado em termos de pesquisa e desenvolvimento para adequar as redes de transmissão e distribuição à maior participação de energias intermitentes?

Uma segunda pergunta também ao Prof. Ricardo Rütther: o uso disseminado de veículos elétricos demandará expansão ainda mais acelerada do setor elétrico brasileiro? V. S^a tem estimativas ou projeções de como se dará a introdução de veículos elétricos no Brasil e o impacto que eles terão no setor elétrico?

Ao Prof. Eduardo Soriano Louzada: o custo da energia eólica gerada no Nordeste, nos leilões organizados pela EPL, não embute externalidades, como o custo da transmissão para os centros consumidores do Centro-Sul e o custo para firmar a energia, geralmente em termoelétrica, em prejuízo, portanto, por exemplo,

da geração com bagaço de cana. V. S^a considera que o atual esquema de leilões é o mais adequado para guiar a expansão de geração no Brasil? Caso contrário, quais alterações V. S^a recomendaria?

Outra pergunta: quais impactos a produção em larga escala do etanol de 2^a geração poderá ter sobre a geração de energia elétrica com bagaço de cana?

Então, voltando a pergunta feita para o Prof. Alexandre Costa, que será o primeiro a responder às indagações: a expansão da energia eólica no Brasil se dá com tecnologias desenvolvidas em outros países. O que vem sendo realizado em termos de pesquisa e desenvolvimento no Brasil na área de energia eólica?

Prof. Dr. Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA – Se me permite, antes de responder, gostaria de completar a questão. Infelizmente, não somente a tecnologia desenvolvida em outros países vem sendo utilizada para expansão do setor, mas também o conhecimento de engenheiros estrangeiros vem sendo empregado para desenvolver o setor no País. Quer dizer, boa parte das nossas equipes vem sendo coordenadas por engenheiros estrangeiros. Além de utilizar máquinas desenvolvidas para operação em outros climas que não o nosso, além utilizar máquinas projetadas por outras equipes que não as nossas equipes de engenheiros, também são os engenheiros de outros países que vêm coordenar as atividades de instalação e muitas vezes até de operação de nossas máquinas aqui no Brasil.

É de fundamental importância que comecemos a investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil. Infelizmente, muito pouco tem sido feito até o momento com vistas a reverter esse quadro. Infelizmente, o avanço significativo da eólica no nosso País tem-se dado, digamos, mais com a contribuição do conhecimento técnico estrangeiro do que com o próprio conhecimento brasileiro. Então, é de fundamental importância que comecemos a reverter esse quadro já, de forma imediata.

Citei algumas áreas. Poderia repetir duas delas. Por exemplo, modelagem do vento. Se não conhecemos a matéria-prima com a qual trabalhamos, não seremos jamais capazes de estimar corretamente a produção das nossas centrais, não seremos capazes de operar corretamente nossas centrais.

Atualmente, estamos empregando ferramentas e modelos parametrizados para outros climas que não o nosso. Essas ferramentas e modelos simulam processos atmosféricos que muitas vezes não são os observados aqui, nas nossas latitudes. É importante que comecemos a investir na descrição do comportamento do nosso vento.

Adaptação das máquinas é outro tema de fundamental importância não só com respeito à aerodinâmica, mas também com respeito aos materiais. É preciso entender que as máquinas desenhadas, por exemplo, para operação na Europa não suportam essa combinação terrível de altas temperaturas e salinidade, que com muita frequência encontramos na costa nordeste do Brasil. É preciso adaptar as máquinas.

Então, fazendo uma síntese, infelizmente, muito pouco, nós, pesquisadores brasileiros, temos contribuído para o avanço do setor no Brasil, mas estamos dispostos a reverter esse quadro urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Alexandre Costa pela sua resposta à formulação feita.

Agora, para o Prof. Ricardo Rüther. A pergunta já foi lida, mas vou ler novamente para que os que estejam nos acompanhando possam adaptar a resposta do professor à pergunta feita.

Prof. Ricardo Rüther, como compatibilizar fontes de energias intermitentes com demandas que são contínuas?

O que vem sendo realizado, em termos de pesquisa e desenvolvimento, para adequar as redes de transmissão e de distribuição à maior participação de energias intermitentes?

A segunda pergunta também para o Prof. Rüther. O uso disseminado de veículos elétricos demandará expansão ainda mais acelerada do setor elétrico brasileiro. V. S^a tem estimativas ou projeções de como se dará a introdução de veículos elétricos no Brasil e o impacto que ela terá no setor elétrico?

Tem a palavra o Sr. Prof. Ricardo Rüther.

O SR. RICARDO RÜTHER – Muito obrigado pelas perguntas. Começo fazendo um comentário, como o Prof. Alexandre Costa, sobre a questão da nacionalização.

Como eu mostrei no eslaide, o sujeito entrava numa concessionária de automóveis, que é uma multinacional, saía dali e entrava numa onde ele comprava um telhado solar, também de uma empresa não brasileira. A matéria-prima para essas placas solares que eu mostrei é o silício. O silício é o segundo elemento mais abundante na superfície do nosso Planeta. Aqui no Brasil nós temos um dos silícios mais bem talhados para fazer célula solar fotovoltaica. No entanto, as placas que a gente usa no Brasil são feitas com silício que foi passear lá no exterior, possivelmente, lá onde se agregou valor, e voltaram para cá onde a gente compra com o valor agregado sendo pago lá fora.

Então essa é uma questão importante. O Brasil precisa realmente decidir se vai simplesmente ser um usuário do sol ou se vai também fabricar, com tecno-

logia, o que capta a energia do sol. É uma questão importante. O MCT está envolvido e pensando nisso, principalmente com novas tecnologias, tecnologias emergentes. Eu sei que há iniciativas fortes para acontecer nesta área no Brasil e me congratulo com elas.

Indo então finalmente para as perguntas. Como compatibilizar a intermitência?

Se formos falar de 10%, 20% de penetração solar, até aí não existe problema nenhum, e isso já foi feito em outros países. E estamos tão longe disso que as redes inteligentes vão estar mais do que estabelecidas no nosso País até que isso aconteça, e todo o gargalo de controle, que é a parte principal desse problema, vai então ser resolvido.

Paralelo a isso, as universidades estudam isso também. Existe um P&D estratégico da Aneel, o P&D Estratégico nº 13, que está investindo perto de R\$400 milhões em pesquisa e desenvolvimento nessa área, construindo algumas usinas do porte de *megawatt*, em que tudo isso vem sendo estudado. E grupos de pesquisas de universidades do Norte ao Sul do Brasil já estudam isto há alguns anos: como fica a inserção de uma fonte intermitente, sendo que o consumo não é constante, mas ele flutua de uma maneira muito menos intensa que a intermitência da fonte solar.

Mas imaginem que, toda vez que tenho um gerador solar, ele seja enxergado pela rede elétrica como uma carga negativa, como uma carga que não está consumindo, como uma economia de água num reservatório da minha grande hidrelétrica. Nesse aspecto, a complementaridade dessas fontes é muito grande, tanto entre a eólica, a solar e a hidrelétrica também. Então, essa questão da intermitência não deve ser um gargalo, não deve ser um problema aqui no nosso País.

Sobre os veículos elétricos. Como eles vão ser inseridos no Brasil? Para essa pergunta eu sinceramente não tenho resposta e não sei se alguém tem.

Como vai ser o impacto dessa inserção? De novo, como nós temos cargas que vão ser introduzidas aos poucos, e nós já vimos na apresentação aqui mostrada que o próprio espaço ocupado pelo veículo é o suficiente para, se uma cobertura solar fosse colada sobre ele, gerar energia suficiente para atender essa demanda, não vemos isso como um problema. Mas numa residência típica unifamiliar brasileira, onde num primeiro momento só o segundo veículo de uma família que tem dois carros seria elétrico – até, num primeiro momento, pela baixa distância máxima percorrida; de 100 a 200 quilômetros é o que um veículo desses consegue percorrer hoje antes de precisar ser carregado –, isso então se traduz em introduzir mais um terço do consumo dessa casa em energia elétrica para atender a demanda desse novo veículo.

Acho que com isso atendi aos dois questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Rütther.

Agora a pergunta para o Prof. Eduardo Soriano Louzada: o custo da energia eólica gerada no Nordeste, nos leilões organizados pela EPE, não embute externalidade, como o custo de transmissão para os centros consumidores, no Centro-Sul, e o custo para firmar a energia, geralmente com termelétricas, em prejuízo, por exemplo, da geração com bagaço de cana. V. S^a considera que o atual esquema de leilões é o mais adequado para guiar a expansão da geração no Brasil? Caso contrário, quais alterações V. S^a recomendaria?

E a segunda pergunta: quais impactos a produção, em larga escala, do etanol de segunda geração poderá ter sobre a geração de energia elétrica com bagaço de cana?

Prof. Louzada.

O SR. EDUARDO SORIANO LOUZADA – Obrigado pelas perguntas. Vou começar pela segunda questão, do etanol de segunda geração. Como ele é produzido e qual é a ideia inicial do Brasil? É utilizar o bagaço de cana por processo de hidrólise, que extrai os componentes, os “oses”, que são os açúcares; você os fermenta e faz o etanol.

Mas qual é a ideia atual? Se você utilizar todo esse bagaço para produzir etanol, em teoria, você ia baixar bastante a produção da energia elétrica. Isso é verdade. Mas há um detalhe: e a palha de cana? Em torno de um terço da energia está na palha de cana, e isso tem ficado no campo. Eu não posso recolher toda a palha da cana, porque é muito importante deixar um pouco da palha da cana para proteger o solo, dar umidade; você cria uma microfauna e um microclima lá, que é interessante para crescerem as plantas e evitar a compactação. Então, uma parte dessa palha eu posso recolher e produzir energia.

Como mencionei, um dos projetos do Ministério produziu, com o CTC e outros parceiros, foi uma usina de geração térmica só à palha de cana. Então, qual é a ideia? Que se utilize a palha-de-cana no lugar do bagaço, e o bagaço seja usado para o de etanol de segunda geração.

Agora, em teoria, podem-se produzir esses combustíveis de segunda geração por quase qualquer fonte. E a vantagem do bagaço é que ele já está na usina, tem uma granulometria interessante, já está relativamente limpo, e, como os pesquisadores falam: faz etanol, pois já está pronto para ser produzido.

Então, a ideia é esta: não vai prejudicar, dado que você tem a palha de cana.

Quanto à questão dos leilões, eu não sou especialista nessa área de leilões e muito menos na melhor forma de inserir as diversas fontes nas matrizes energéticas brasileiras. Então, eu preferiria não responder. Se alguém à Mesa puder me ajudar, agradeço.

Mas eu gostaria de fazer alguns comentários complementares em relação à eólica. O *boom* do setor eólico no Brasil acabou por contratar a maioria dos pesquisadores das universidades brasileiras. Virtualmente, esses centros de pesquisa foram destruídos pelo próprio setor produtivo. Mas isso também é bom.

O sonho do Ministério da Ciência e Tecnologia é que os pesquisadores saiam da universidade e venham para a indústria, que a indústria os contrate. Só que, nesse caso, contrataram tanto, que, digamos assim, atrapalhou a pesquisa no Brasil. Inclusive, estamos fazendo até um esforço junto com a Aneel, – Agência Nacional de Energia Elétrica, para promover um edital com alguns esquemas de formação de pesquisadores para a energia eólica, mas também para outras áreas, para que isso não ocorra.

Por exemplo, se você vai inserir uma nova energia daqui a cinco anos, você tem de preparar o setor de pesquisa hoje, porque um mestre demora de dois a três anos para se formar, sair da universidade e começar a montar o seu grupo de pesquisa; um doutor, de três a quatro anos.

Então, se eu quiser introduzir uma fonte de energia daqui a quatro ou cinco anos, eu preciso formar hoje.

Existe até um ditado no Ministério que é muito interessante: “Poxa, mas eu nunca escutei falar nisso! Nunca saiu isso no jornal”. No dia em que sair no jornal, nós já estamos atrasados. Um exemplo disso é o esforço que estamos fazendo no Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a nova forma de energia solar no Brasil, que é a energia solar concentrada. No Brasil, ela se chama energia heliotérmica.

Nós estamos fazendo um projeto-piloto de uma usina de 1MGW, que custou em torno de 23 milhões, com recursos do MCT e do Governo de Pernambuco. É uma nova fonte de energia, é uma nova forma de aproveitar o sol. Em vez de aproveitar a luz fotovoltaica, aproveita o calor. Então, isso é muito importante.

Nós estamos fazendo um programa de capacitação, criando grupos de pesquisa, promovendo capacitação de gestores públicos, introduzindo essa disciplina nas universidades, para que, daqui a quatro ou cinco anos, essa massa crítica esteja pronta para receber uma nova energia. Ou seja, aprendemos com a eólica e não queremos cometer os mesmos erros. Vamos cometer novos erros, mas não os mesmos.

Então, esse é um problema que o setor eólico está enfrentando. Outros setores do Brasil também

enfrentaram esse problema. Quando começou a produção em larga escala do biodiesel, houve problema de contratação de mão de obra nas usinas de biodiesel. Vários pesquisadores foram contratados, alguns grupos foram literalmente desmontados. Nós promovemos uma ação emergencial de criação de especializações, de mestrado, para incentivar esse tipo de coisa. Igual a hoje, nós estamos fazendo *Smart Grids*. *Smart Grid*, apesar de ser uma nova tecnologia, na verdade é um conceito, é uma integração de tecnologias antigas. Nós estamos começando, por exemplo, a montar, na Universidade de Brasília, o primeiro mestrado de *Smart Grid*. Estamos promovendo a criação de laboratórios que se integram aos projetos de P&D da Aneel. Assim como, deve sair um edital de P&D da Aneel, nós já estamos nos preparando, abastecendo o setor de pesquisa para que dê suporte ao edital Aneel, que é um edital estratégico que deve sair esse ano. Talvez, no ano que vem, saia um edital Aneel de energia solar concentrada, também conhecida como heliotérmica. Então, temos de nos preparar.

A ciência e a tecnologia trabalham quando as coisas não estão funcionando. Então, esse é o nosso papel. O papel do Ministério é promover a base científica e tecnológica para que a gente não passe a ser um simples importador, para que a gente possa, como foi falado pelo Horta, ter uma política industrial que possa produzir alguma coisa no País, que possa ter conteúdo nacional etc., que gere contribuição para o desenvolvimento, não só social, mas industrial. Isso é muito importante.

É igual à questão do programa de biodiesel. O programa de biodiesel, além de ser um programa energético, é um programa social, é um programa de geração de renda. É muito importante isso. Essas tecnologias tipo biomassa promovem muito o espalhamento da renda, distribuem muito a renda. Então, me preocupa quando a gente dá uma solução só de uma tecnologia a ou b, que o Brasil, às vezes, não tem capacidade de produção.

Acho que é muito importante produzir no País e diversificar nossa matriz energética. A matriz energética mais eficiente e mais segura é aquela que é diversificada. Não podemos esperar, se um ano não chove, no outro ano termos problema de energia. Quanto mais a gente diversificar, melhor. Ou seja, é muito importante termos energia solar fotovoltaica; energia heliotérmica no futuro; energia de biomassa; energia hidráulica, pequenos aproveitamentos hidráulicos. É importante carvão mineral; é importante termoelétrica, mesmo que seja a óleo diesel; é importante o conjunto da obra. Temos de lembrar que as nossas emissões do setor energético no Brasil são apenas 15% das emissões

totais. A maior parte das nossas emissões é de desmatamento, de uso da terra etc.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Eduardo Louzada.

Antes de passar a palavra ao nosso debatedor da noite de hoje, Prof. Luiz Horta Nogueira, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Sempre, nessas audiências públicas que esta Comissão vem realizando, como também no período de 2009/2011, esta mesma Comissão realizou para, de alguma forma, destacar aqueles pontos principais que se constituem nos nós hoje da logística e do desenvolvimento do País, chegamos, por exemplo, a uma conclusão que ficou muito patente: de que um dos principais nós hoje para que o Brasil possa se desenvolver a taxas compatíveis com o que a sociedade deseja, espera, merece e precisa é exatamente a falta de mão de obra especializada. Em todas as áreas, não somente na formação de doutores, de PHDs, ou, enfim, simplesmente daqueles que concluem o terceiro grau, mas também na área técnica, de soldadores, de técnicos os mais diversos. Também há uma enorme carência. E tudo isso remete um pouco, para não dizer quase sempre, à questão da educação, à questão da educação de base, que é fundamental.

Por exemplo, num curso de Engenharia, como aqui foi detectado num dos ciclos de audiências públicas, quase a metade daqueles que prestam vestibular para esse curso – também foi dito um número extraordinário que eu nunca imaginava que pudesse haver tanta especialização na área de Engenharia; são quase 600 especializações na área Engenharia –, quase metade daqueles que se matriculam e passam no vestibular para cursar Engenharia deixa o curso porque sente falta da matemática. Ou seja, houve uma deficiência no ensino da matemática no seu curso médio. E, naturalmente, isso vem também lá do ensino básico, quando se deve estar já se preparando aquele futuro profissional.

Lembro-me dos projetos dos Caics, dos Ciacs, que implementei não por outro motivo que não o de ter sido eu aluno do primeiro Centro Integrado de Ensino Médio do País, aqui em Brasília, cuja sigla era Ciem – era conhecido como Ciem. Nesse centro, que foi imaginado, que foi colocado em prática pelo saudoso Professor e ex-Senador Darcy Ribeiro, no *campus* da Universidade de Brasília – UnB, com professores da UnB, foi que eu percebi a importância e o alcance que ele estava dando com aquele passo de transformar inteiramente a didática do ensino médio brasileiro. Naquela escola, nós tínhamos já uma prática, uma matéria, uma disciplina chamada PEV, Práticas Educati-

vas Vocacionais. Então, para os alunos que gostariam, que tinham ideia ou tendência a serem engenheiros no futuro, engenheiros mecânicos, ou professores de português ou de línguas, enfim, de qualquer outra matéria, de ciências, havia um espaço determinado para a prática educativa vocacional. Cada grupo de cinco alunos tinha um *adviser*, que era um professor da universidade que elaborava em conjunto uma agenda para que eles desenvolvessem essas suas aptidões.

Então, voltando à questão dos Caics, quando exerci a Presidência da República, seguindo essa experiência que tive e aquela que estava sendo colocada em curso, que havia sido colocada em curso pelo ex-Governador Leonel Brizola, que teve como Secretário de Educação o Prof. Darcy Ribeiro, nós instalamos os Caics. Foram mais de 500 construídos em todo o Brasil, e a nossa meta era construir cinco mil desses Caics, que eram escolas de ensino básico, onde a criança tinha também, entre outras atividades, além da instrução normal daquela série, o ensino de artes e ofícios, num convênio que assinamos à época com o Sistema S, Sesi, Senai, Senac.

Então, num determinado momento do dia – eles ficavam das oito da manhã às cinco da tarde dentro da escola –, eles tinham um tempo determinado para artes e ofícios. E aí começavam a aprender a mexer numa geladeira, aprender a consertar um fogão, fazer um conserto de marcenaria, como fazer uma cadeira, uma mesa. Enfim, cada um que tivesse o seu pendor para determinada atividade lá ele encontrava abrigo para desenvolvê-la.

Então, eu acho que isso, fundamentalmente, é o que nós precisamos plantar no Brasil. É plantar a semente no seu nascedouro, desde o ensino básico, e acompanharmos do ensino básico ao ensino primário. Na época nossa, nós chamávamos primário, acho que hoje é 1ª série ou 2ª série, não sei. Enfim, os nomes mudaram um pouco, mas é preciso acompanhar o ensino básico, passar pelo ensino médio até chegar à universidade.

Ou seja, se nós investirmos mais em educação no Brasil, se nós tivermos mais incentivos, não somente na construção de escolas de qualidade, escolas bem dotadas de equipamentos, mas o principal é termos professores bem treinados e com a remuneração justa e correta, eu acho que nós estaríamos dando um grande passo para que esse nó intermitente – aqui foi falado em relação a energias intermitentes –, que essa intermitência de grupos que saem das universidades formados pela exigência do mercado no setor de Engenharia... Agora houve um crescimento grande na procura de cursos de Engenharia Naval, por exemplo. Eu acho que em Itajubá nós temos a Universidade de

Itajubá e uma outra. São as duas únicas, o Prof. Nogueira vai me corrigir, somente duas faculdades no Brasil que formam engenheiros navais. E nós formamos, parece-me, 60 engenheiros navais por ano. Então, agora há uma demanda muito grande pela Engenharia Naval, em função da descoberta da camada do pré-sal e em função de empresas que estão se instalando com vistas à construção não somente de navios, mas de sondas e de outros equipamentos. Daí a necessidade de estarmos sempre focados num ponto: quando discutimos a questão dos nós que emperram nosso desenvolvimento e que estão hoje sendo o grande nó na questão logística do País, nós não podemos nunca perder de vista que a educação é a base disso tudo. E, se nós dermos mais atenção à educação, eu não tenho dúvida de que não teremos de discutir tantos nós quanto hoje nós estamos discutindo.

Passo a palavra ao professor e debatedor da noite de hoje, Prof. Luiz Horta Nogueira, titular da Universidade Federal de Itajubá, pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Tem V. Sª a palavra, Professor.

O SR. LUIZ HORTA NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu creio que nós tivemos, depois da primeira rodada das apresentações, um aprofundamento muito interessante pelas questões que foram levantadas. Eu devo dizer que achei que foram questões todas muito pertinentes, muito oportunas, que exploraram os aspectos que são relevantes. E eu vou voltar, de algum modo, a elas, tentando esclarecer e levantar novas questões.

Eu começo dizendo que não é trivial, num país como o Brasil, nós falarmos “estas são as melhores opções”. Realmente, nós vamos ter, permanentemente, uma disputa entre as diferentes fontes, em condições às vezes diferentes, e uma vai se destacar em relação à outra.

Agora, no tocante às primeiras questões sobre a energia eólica, eu acho que o Prof. Alexandre foi muito feliz ao reconhecer que nós estamos importando equipamentos, conhecimentos, projetos, mas precisamos avançar. E ele contribuiu, identificando os aspectos em que precisamos avançar, na linha exatamente de termos uma competência nacional que trabalhe com soluções brasileiras para esses problemas brasileiros.

Agora, por que, então, houve essa expansão tão sustentada da energia eólica – vamos chegar a 8GW, dentro de poucos anos, em energia eólica? Porque houve um quadro de contração no mercado mundial. A capacidade de oferta de equipamentos estava aí, e houve – é importante dizer – um estímulo, na medida

em que os tributos estaduais e federais foram bastantes, de tal ordem que promoveram a energia eólica de uma forma que outras fontes não tinham recebido esse estímulo. Então, o mercado respondeu claramente, como o mercado de biodiesel respondeu também. Nós temos uma capacidade de produção de biodiesel que é duas vezes a demanda. E isso cria um problema para todos nós. Por quê? Porque nós demos um sinal econômico muito forte.

A energia eólica está entrando, as expectativas de fator de capacidade que se adotaram inicialmente eram muito altas, pelo desconhecimento do recurso eólico. Foi-se com muita sede ao pote, e isso tem tudo a ver com essa questão da intermitência. Vejam, tanto a energia solar quanto a energia eólica estão disponíveis durante uma fração de tempo, de 25%, 30%, em bons casos, na hora em que existe o recurso natural. Eu não despacho, eu não ligo e tenho a energia.

Então, isso impõe, realmente, a existência de uma energia de reserva, e tem um custo importante essa energia de reserva. As termelétricas estão ligadas no Brasil hoje – e vão permanecer ligadas até o fim deste ano, por conta do quadro de estiação que tivemos etc. no começo do ano –, colocando energia no mercado a preço, dizem, entre R\$600 a R\$800 o megawatt/hora. É nessa faixa. E, se nós estivéssemos usando uma energia despachável, que é o bagaço, estaríamos colocando a R\$150, mas eu não posso dizer que poderia colocar energia eólica e solar, porque eu não sei se eu teria. As biomassas seriam despacháveis. Esse é um condicionante importante.

Isso também coloca, Sr. Presidente, a energia nuclear como uma alternativa de segunda linha para o Brasil, porque energia nuclear, por uma rigidez dos equipamentos das centrais, deve trabalhar sempre na base. Ela não é modulável. Eu não sou capaz de ligar e desligar na hora em que não há evento, na hora em que não há sol. Então, ela não contribui para um país que tem essa pletera de recursos renováveis e intermitentes que temos.

Então, quem fala no Brasil em energia nuclear como um complemento está equivocado. Ela vai entrar na base; e na base nós vamos ter uma discussão econômica de outra ordem.

A questão do uso disseminado de veículos elétricos, impactando a rede, é uma questão pertinente, mas até o nível que se espera que vão avançar as frotas de veículos elétricos não chega a ser preocupante.

Tive a oportunidade de orientar um trabalho de doutorado nessa área. Esta semana está sendo defendido um trabalho na Coppe–UFRJ nessa área também, e verifica-se que o impacto dos veículos elétricos – existe uma gama de veículos elétricos – não chega

a ser algo que preocupa. O que preocupa no veículo elétrico é o preço das baterias, a vida das baterias. Ainda temos muito que aprender.

Esse é o fascínio da energia, Sr. Presidente. Essa dificuldade pela riqueza de alternativas, pela gama de possibilidades que ela oferece.

O senhor veja, quando se fala, e com muita precisão também, o que vamos fazer com o bagaço: vamos fazer eletricidade ou vamos fazer biocombustível? O Dr. Soriano escapou ali de uma forma inteligente. Disse: “Vamos fazer o máximo de uma delas, depois vamos fazer o máximo”. Não é bem assim, eu diria, porque, quando eu dispuser de uma quantidade razoável de biomassa lignocelulósica de bagaço ou do que seja, a decisão é de caráter econômico. Nesse momento, produzir energia elétrica parece ser mais interessante, mas existe uma série de projetos do mundo – e o Brasil, em Alagoas, exatamente, começa um grande projeto nesse sentido também – que começa a sinalizar e que, eventualmente, vamos estar numa curva de redução de custos, e isso poderá ser oportuno. Mas há uma competição, e essa competição é saudável. É ela que leva à otimização de todos esses processos.

Eu creio que nós abordamos de uma forma densa uma série de assuntos. Eu acho que seria desnecessário nós ficarmos agora pinçando uma série de outros exemplos. Eu acho que a concretude do que falamos é muito importante.

Eu venho de uma escola que está cumprindo, este ano, 100 anos. A Universidade Federal de Itajubá cumpre 100 anos. Nós não temos Engenharia Naval, Senador. Nós temos diversos cursos de Engenharia. Acreditamos que damos uma contribuição à tecnologia, ao desenvolvimento brasileiro, mas, como Minas não tem mar, o mar de Minas está no céu, nós não temos ainda Naval, se bem que existem cursos de Naval para rio também. Temos poucos cursos de Engenharia Naval no Brasil. Eu sei que na Universidade de São Paulo há um deles, e isso é uma necessidade.

Mas, vindo de uma escola como Itajubá, que é uma escola que teve e que tem as questões energéticas no seu centro, e estamos pensando como serão os próximos 100 anos, eu vejo a expansão de novas alternativas energéticas com a preocupação que o senhor externou e que outros aqui já lembraram, que tem a ver com os recursos humanos de novo.

Em energia hidrelétrica, o Brasil deteve – eu estou usando o verbo no tempo passado – uma competência que se foi perdendo paulatinamente. Então, nós desenhávamos as turbinas hidrelétricas e as centrais. E agora, das novas e grandes últimas centrais que estamos fazendo nós estamos comprando o projeto, quer dizer, a parte mais nobre.

Nós não podemos nos aventurar em novas tecnologias energéticas desconhecendo a importância do conhecimento e da tecnologia que está por trás como um fator essencial e locacional disso tudo.

Eu acho que em bioenergia nós temos um histórico. O que aconteceu no programa de bioenergia decorreu certamente do capital do conhecimento gerado no País. Quer dizer, o enorme ganho de eficiência foi produzido aqui dentro. Nós não podemos nos arvorar a aprendiz de feiticeiro com outras tecnologias em volumes muito expressivos antes de deter uma competência mínima.

Quero ver os colegas de solar avançarem nessa direção, seja solar concentrado, seja solar fotovoltaico, seja eólico. Mas, para gerar em um país que tenha a dimensão do Brasil, que tenha o tamanho do sistema energético que nós temos, que tenha as riquezas energéticas que nós temos, não se pode ficar comprando projeto dessas tecnologias dessa forma. Faz sentido num laboratório, numa unidade de demonstração, numa planta piloto, mas em bioenergia nós demos um exemplo muito forte de que somos capazes de produzir, no Brasil, a competência, o conhecimento necessário para agregar essas fontes à nossa matriz energética.

Para que essas coisas venham a acontecer e agora colocando os pés novamente aqui dentro do Senado, dentro do Congresso Nacional, há um papel muito importante para as políticas públicas: a sinalização de médio prazo dos caminhos que nós vamos percorrer, do que se espera mais ou menos dessas fontes, como nós vamos compatibilizar essas fontes e organizá-las, reconhecendo a nossa base de recursos, que é extensa, insisto nisso... Nós não falamos aqui de energia das ondas, energia oceânica. Se tivéssemos aqui algum colega militante dessa área, certamente ele diria que já somos quase competitivos, marginalmente competitivos, precisamos de recursos humanos.

Então, nós precisamos de fato ampliar esta discussão, não esquecer a questão da eficiência energética e colocar isso numa política mais evidente.

O Ministério de Minas e Energia, através da Empresa de Pesquisa Energética, estabeleceu programas de longo prazo no Brasil. Esses programas precisam ser revisados e rediscutidos. Já faz cinco anos que saiu o Plano Nacional de Energia 2030.

Esse permanente exercício do planejamento não é para desenhar futuros e metas firmes. Não. É para fazer exercícios de para onde nós estamos indo, para sinalizar para colegas que estão trabalhando em diferentes áreas quais são essas perspectivas. E para os nossos decisores e legisladores estabelecerem marcos tributários, que são ferramentas importantíssimas

para viabilizarem essas alternativas, seja no sentido de investimento, seja no sentido da operação.

O que acontece no Programa Nacional do Álcool, que nós retraímos cinco anos, foi decorrente de políticas tributárias da gasolina. Isso é claro hoje, não é? Então, precisamos retomar a tradição brasileira – que é de décadas – de planejamento energético, que, em função de contingências, acabou sendo colocada num plano que merece agora ser retomado e priorizado.

Eu acho que, salvo algum equívoco, cobri os temas que nós conversamos aqui. Repito a grande satisfação de ter participado deste debate. Agradeço. Entendo que isso é fundamental para a construção de um futuro desejável. Ser partícipe desse processo é honroso, é desafiador, porque é um desafio bom à medida que nós temos essa gama de alternativas para enfrentar, e quero fechar meus comentários reiterando aqui o que falei a respeito da educação e me solidarizando e de alguma forma também comungando com a sua posição de que a educação é muito importante.

Na questão da eficiência energética, é vital. Se as pessoas estão mais bem informadas, elas usam melhor a energia, optam pelos equipamentos mais adequados. Isso vale em todos os níveis, inclusive na educação básica.

Quanto à educação básica, o Ministério de Minas Energia tem programas nessa área; as concessionárias têm programas nessa área. Mas nós podemos fazer mais. Certamente podemos fazer mais.

Reduzir as tarifas de energia no Brasil – como fizemos este ano – é muito bom. É um sinal muito importante, bom para indústria, bom para a sociedade. Mas fazer isso desacompanhado de um programa que chame atenção do valor da energia e da necessidade de usar bem esse recurso é perder uma oportunidade. Como se perdeu, em 2001, quando nós fizemos uma grande campanha de introdução de equipamentos eficientes e não consolidamos isso como poderíamos.

De todo modo, eu acho que o caminho está colocado. Não há muita dúvida de que nós temos de passar pela visão integrada dessas fontes não reducionistas e pela visão que acompanha a cadeia, desde a fonte até esses usos finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Luiz Horta Nogueira.

Indago aos senhores palestrantes se gostariam de fazer algum comentário final.

Prof. Louzada.

O SR. EDUARDO SORIANO LOUZADA – Adicionando ao que o Horta falou, eu queria insistir, nesta conclusão, que a inserção de novas fontes tem de vir acompanhada de políticas industriais, políticas de

conteúdo nacional, de certificação, de normalização. E outra coisa: não podemos botar todos os ovos em uma cesta. Eu acho que a diversificação é o grande segredo para segurança energética brasileira.

E queria avaliar, também, o espalhamento dessa geração de tecnologia na população. Por exemplo, eu estava no Rio+20, na organização francófônica de países, e houve uma coisa bastante interessante: uma doação de um governo x para introduzir energia eólica em um país africano y. Eu fiz a conta e, na verdade, 80% do que foi doado ficou no país que doou. E, simplesmente, colocou-se um gerador que gerava alguma tecnologia, e a população passa lá, olha aquilo ali, acha muito bonito, mas não se beneficia diretamente; se beneficia só da energia, certo?

Por exemplo, a biomassa tem essa vantagem de que você espalha mais, você distribui renda. Por exemplo, o fotovoltaico, nessa pequena escala, é interessante, porque incentiva vários setores: a empresa que vende o painel fotovoltaico, o instalador, a pessoa da manutenção. É interessante também. Às vezes, você pensa em uma megacentral fotovoltaica e, talvez, ela não traga tanto benefício à sociedade quanto essa pequena – igual o Ricardo Rütther falou. Ou seja, a vantagem da energia distribuída é esta: ele distribui mais a renda na sociedade. E é isso que eu acho que é um ponto importante nessa política.

Essa resolução – acho que é a nº 482 da Anel – vai permitir isso, ou seja, que esse mercado de energia, que parecia um mercado só para engenheiros, doutores em energia, passe a ser um mercado igual hoje é um de solar térmico de baixa temperatura para aquecer água. Ou seja, há o instalador, há a empresa que vende, há a pessoa que dá manutenção, há empresa que recicla.

Esse era o recado que eu gostaria de deixar: a política energética tem de vir acompanhada de uma política industrial, de uma política de ciência e tecnologia, de uma política social. Isso é muito importante, porque isso firma... Ou seja, um simples bônus financeiro para uma população que está desassistida é muito bom no começo. Mas, depois, quando você retira esse bônus, ela ficou acostumada a receber esse bônus. A grande vantagem da integração de política social com outras políticas é que as pessoas se sentem importantes; elas passam a produzir; elas criam; elas descobrem uma profissão; produzem; e geram renda.

Era esse o recado que eu gostaria de deixar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Eduardo Soriano Louzada, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Gostaria de agradecer a todos os telespectadores e ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado que participaram da nossa audiência pública, seja pelo Alô Senado, com o telefone 0800-612211, ou pela Internet, com o endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo Facebook, ou pelo Twitter, @alosenado.

Agradeço a todos a participação.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a todos a presença, em especial dos nossos convidados, Prof. Luiz Horta Nogueira, Prof. Dr. Alexandre Costa, Prof. Ricardo Rütther e Dr. Eduardo Soriano Louzada, pela participação que tiveram na noite de hoje, debatendo assuntos de tamanha importância para o nosso País e para o desenvolvimento do Brasil.

Por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 17 de abril, quarta-feira, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa, além de audiência pública para tratar do tema “Eletricidade Alternativa”, dando continuidade, assim, ao 1º Ciclo, “Energia e desenvolvimento do Brasil”, parte da agenda 2013/2014. “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País” é o tema.

A mencionada audiência pública contará com os seguintes convidados: Dr^a Élbina Melo, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, e o engenheiro Adão Linhares Muniz, diretor da RM Soluções em Infraestrutura.

Agradeço mais uma vez a todos que participaram e, dando uma boa noite, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 20 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro**, **Inácio Arruda**, **Lobão Filho**, **Clésio Andrade**, **Valdir Raupp**, **Eunício Oliveira**, **Flexa Ribeiro**, **Wilder Moraes**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza** e **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos

e submete à Comissão a aprovação das atas das 11ª e 12ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência e os requerimentos a serem incluídos na próxima reunião deliberativa. Tem início a apreciação da pauta. **PRI-MEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país”, aprovado em 27 de fevereiro de 2013. São convidados a compor a Mesa e a fazer suas exposições a senhora **Élbia Melo**, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), e o senhor **Adão Linhares Muniz**, Diretor da RM Soluções em Infraestrutura. Fazem uso da palavra os Senadores **Lobão Filho**, **Sérgio Souza**, **Inácio Arruda** e **Walter Pinheiro**. **SEGUNDA PARTE: Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência”. *Relatoria ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**. **Resultado**: retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **Item 2 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que, “com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública conjunta desta Douta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d’água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil. Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: •Dra.

*Izabela Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; •Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; •Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, engenheiro civil, economista, PhD pela Colorado State University (USA) e Ex-ministro de Estado de Minas e Energia; •Professor Sérgio Bajay, departamento de Energia, Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, SP, especialista em planejamento energético”. **Resultado**: retirado de pauta. **Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a Resolução nº 03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados: 1ª Audiência – 1. Sr. Hermes Chip – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; 2. Representante do Ministério da Fazenda; 3. Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE; 4. Sr. Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia; 5. Felipe Mattar – Goldman Sahas – Analista Setorial de notório saber; e, 6. José Roberto Oliva – Pinheiro Neto Advogados. 7. Reginaldo Almeida de Medeiros – presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL. 2ª Audiência – 1. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia”. **Resultado**: retirado de pauta. **Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que requer “nos termos regimentais, que seja aditado ao requerimento nº12, de 2013, de audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento para a Infraestrutura, o Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON)”. **Resultado**: retirado de pauta. **Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº , de 2013**, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que requer “nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor RODOLPHO TOURINHO, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura – SINICON, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 12, de 2013 – CI”. **Resultado**: retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata,*

que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 11ª e 12ª Reuniões.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados.

Primeiro ciclo de audiências desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Relato do quarto painel.

Na quarta-feira, dia 10 de abril, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou o quarto painel do primeiro ciclo de audiências públicas denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”. Dentro do tema “Energia e Desenvolvimento do Brasil”, o painel contou com a participação do Engenheiro Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, e do Sr. Paulo Kev, Sócio-Gerente da Kev Line Administração Empresarial e especialista em recursos energéticos.

O Engenheiro Altino Ventura discorreu sobre o tema “Eletricidade e Energia”, com enfoque na questão da hidroeletricidade. O palestrante apresentou quadros demonstrando que, em termos de uso global de energia, cuja principal fonte é o petróleo, a hidroeletricidade tem pequena participação, concentrada em poucos países e representando apenas 2% da energia ofertada no mundo e, no Brasil especificamente, 14,1%. Embora nossa principal fonte, com 37,5% do total, seja o petróleo, destacou o palestrante que, na matriz brasileira, a fonte “derivados de cana”, inexistente em outros países, representa 17,5% do total de energia ofertada.

Já em relação à oferta de eletricidade, a fonte hídrica produz 16% do total mundial e 74,1% da eletricidade brasileira. É a fonte mais favorável para a produção de eletricidade por ser renovável e de baixo custo, disse o palestrante, e cresce de importância na América do Sul, por possibilitar a integração entre os sistemas de diversos países, como no caso de Itaipu. O Brasil possui o quarto maior potencial e é o segundo maior produtor mundial de hidroeletricidade, sendo

superado pela China, maior produtora e detentora do maior potencial.

Para permitir o crescimento sustentável de 4% a 5% ao ano da economia brasileira, no período de 2011 a 2021, o Ministério de Minas e Energia avalia que a oferta global de energia praticamente precisa dobrar, passando de 272 toneladas equivalentes de petróleo para 441 toneladas equivalentes de petróleo, correspondendo a um incremento anual de 4,9% na oferta global. No campo específico da eletricidade, esse incremento médio deverá ser de 4,8% ao ano, passando de 569 terawatts/hora para 908 terawatts/hora, segundo asseverou o expositor.

Mesmo caindo, nesses dez anos, de 81% para 70%, com a política de diversificação da nossa matriz, a hidroeletricidade ainda terá participação muito elevada na matriz energética. Deveremos ter elevação da participação do gás natural de 4,6% para 8,5%, dos derivados da cana de 5,7% para 8,7%, com destaque para a energia eólica, que aumentará em dez vezes a sua participação, passando de 0,5% em 2011 para 5% em 2021. O Brasil usa no setor de energia elétrica uma participação das fontes renováveis acima de 80%, quando o mundo utiliza apenas 18%, afirmou o palestrante.

Em 100 anos – continuou ele – foram instalados no Brasil 117 mil megawatts de energia elétrica, e, em dez anos, temos de fazer cerca de 80 mil megawatts. Desse total, 76% estão baseados, como já se viu, em energia hidrelétrica, eólica e biomassa, fontes que são as prioridades da política energética porque são renováveis, competitivas, a tecnologia é nacional e, do ponto de vista ambiental, apresentam as melhores condições. Será o maior investimento no setor energético da história do Brasil, exigindo alocação anual de 2,3% do PIB no setor.

Na época do Plano 2030, concluído em fevereiro de 2008 pelo Ministério de Minas e Energia, segundo informou o Dr. Altino, só se considerou 180 mil megawatts dos 260 mil potenciais avaliados. Oitenta mil megawatts foram descartados no planejamento pelas dificuldades no seu aproveitamento, porque se situam em terras indígenas demarcadas, em parques nacionais, reservas florestais, etc. Em função de novas dificuldades e restrições ambientais, a obtenção será, no máximo, de 150 ou 160 mil megawatts, potencial que vai se esgotar em 2025/2030.

É muito importante a discussão que a sociedade brasileira está tendo em relação ao aproveitamento do potencial hidroelétrico em usinas a fio d'água ou com reservatórios de regulação, observou o professor. A não existência de reservatório implica uma opção por menor uso daquele recurso hídrico no que diz respeito

à produção de energia, navegação, controle de cheia e outros benefícios que um rio proporciona à sociedade, pois o reservatório de regulação tem a capacidade de guardar uma grande quantidade de água, que pode ser utilizada nos próximos dois ou três anos, segundo ele explicou.

Ao par das vantagens, a flutuação do nível e da área alagada, no entanto, impõem uma maior dificuldade na utilização desse reservatório como suprimento de água, como abastecimento ou para navegação pela população que mora em suas proximidades. Já a usina a fio d'água exige uma área inundada menor e mantém o nível constante, causando menor impacto ambiental e facilitando o uso pela população local, afirmou o Dr. Altino. Itaipu é um exemplo extremamente feliz, com praias, com abastecimento d'água, com criação de peixes, navegação, lazer e assim por diante.

Para que o reservatório de regularização plurianual exista num rio, é preciso atender a determinadas condições topográficas, o que levou a não termos uma regularização plurianual no Rio Iguaçu e no Rio Uruguai. No Tocantins, segundo o palestrante, temos o reservatório de Serra da Mesa, que é grande, mas está muito a montante, de forma que o Tocantins também não é um rio regularizado, por falta de outros locais adequados.

No São Francisco, onde temos o grande reservatório de Sobradinho, há uma regularização de quase 100%, ou seja, a ação do homem permite fazer com que o rio tenha um comportamento hidrológico, ao longo dos 12 meses do ano, em que os maiores benefícios são obtidos daquele recurso hídrico, inclusive a questão do controle de cheias, a produção de energia elétrica, irrigação, entre outros. Na Bacia do Paraná temos os reservatórios de regularização de Furnas, Itumbiara e Nova Ponte, regularizando a bacia e permitindo usufruir das maiores vantagens do aproveitamento dos recursos hídricos respectivos.

Quando vamos para o futuro, para a Bacia do Rio Amazonas, disse o expositor que vemos que os rios mais favoráveis para o aproveitamento hidrelétrico são rios de planície, com vocação para usinas a fio d'água. Nos Rios Madeira e Tapajós não existem locais com condições adequadas para construção de reservatórios de regulação. No Xingu, onde estamos fazendo a Usina de Belo Monte, continuou o Dr. Altino, existe um local, a montante, que é área de preservação – terras indígenas, preservação florestal – em que se poderia fazer um reservatório de regularização. Mas, esse reservatório exigiria cerca de 6.000km² de área inundada, quando Sobradinho, o maior do Brasil, tem 4.200km². Ou seja, a viabilidade ambiental de um empreendimento desse tipo é muito baixa.

Respondendo a questionamentos, o palestrante explicou que a redução relativa da hidroeletricidade na matriz, caindo de 82% em 2011 para 71% em 2021, como vimos no começo da leitura desse relatório, é decorrência do desenvolvimento de novas alternativas, antes inexistentes, e da política de diversificar a matriz elétrica brasileira. Incorporar outras fontes, que são vantajosas e que têm potencial em regiões brasileiras, como a eólica nas Regiões Nordeste e Sul, o uso da biomassa do bagaço de cana no Estado de São Paulo, além de no Nordeste brasileiro, e o carvão mineral na Região Sul, aumenta a segurança do sistema, pois são complementares.

A aprovação do recurso da água para produção de energia elétrica vem da Agência Nacional de Águas, que define de quanto é o montante para cada uso. O que acontece é que a necessidade do setor de energia elétrica, em termos temporais, é antecipada, segundo ele explicou. Então, precisamos fazer as usinas do Tapajós antes das outras necessidades de uso do recurso hídrico, até porque não há comunidade vivendo nas proximidades, e a demanda de navegação vai aparecer bem depois da necessidade do setor elétrico.

Em todas as usinas hidrelétricas que estão sendo planejadas, inclusive nos formadores do Tapajós, que são os Rios Juruena e Teles Pires, existe a previsão de, no futuro, fazer a eclusa. O uso deve ser diversificado e não temos nada contra fazer a eclusa junto, mas não podemos colocar os custos de outros usos na tarifa de energia elétrica, distorcendo o sistema, argumentou o Dr. Altino, e esse argumento nos parece absolutamente procedente.

O segundo palestrante, Dr. Paulo Kev, abordou o tema “Desenvolvimento Sinérgico”, dizendo que essa proposta busca oferecer soluções sistêmicas que venham a atender o problema de logística energética como um todo, envolvendo geração, transmissão e distribuição. A questão sinérgica é a maneira de dar um valor maior à soma das parcelas de um determinado processo de solução de problemas. O resultado do trabalho de várias pessoas tem que ser maior do que simplesmente a soma do trabalho realizado por cada uma delas.

Segundo ele, hoje, a grande discussão é o custo Brasil, que engloba a questão da perda, embora exista uma diferença muito grande entre o que é perda e o que é custo. O primeiro passo da abordagem, segundo o Dr. Paulo Kev, no desenvolvimento sinérgico seria criar duas condições: uma, de infraestrutura, e outra, de impacto econômico. A sugestão dele seria criar um sistema integrador de geração universal com armazenamento de carga energética.

Diz ele que tudo no mundo, hoje, funciona como um tipo de armazenador de energia e, na sua proposta, o conceito de infraestrutura envolve todas as formas de geração e armazenamento energético. Ao planejar sempre em cima de barragem ou hidrelétrica, não se está explorando as outras formas de armazenamento de energia, passíveis de serem tratadas ou gerenciadas com muito mais agilidade do que o armazenamento elétrico. Ao colocar todos os resultados em um único modelo de rede, o armazenamento passa a ser um componente gerenciável, permitindo fazer a gestão técnica do despacho da energia armazenada, sem as limitações das barragens das hidrelétricas. Essa é a parte do conceito de infraestrutura, segundo ele explicou.

Diz ele ainda na sua conclusão que nós estamos hoje investindo R\$700 bilhões em petróleo, quando o mundo, praticamente, está fugindo dessa fonte. Água, segundo ele, é o produto do futuro, é o produto principal que tem a civilização, e não podemos colocar água à disposição para gerar energia. Precisamos colocar, segundo ele, uma análise energética dos processos de geração, transmissão e distribuição de energia, e não uma análise puramente financeira. Não podemos ter disponível em eletricidade na tomada menos de 20% da potência hídrica nominal no pé direito da barragem, isso é energeticamente inviável, concluiu o Dr. Paulo Kev.

Segundo comunicado sobre a situação dos desequilíbrios macroeconômicos na Europa e a situação do continente europeu e seus reflexos na nossa infraestrutura.

A União Europeia, na esteira da crise internacional e europeia, estabeleceu, em 2011, mecanismos de alerta, entre os quais o acompanhamento dos desequilíbrios macroeconômicos dos países-membros. Trata-se de sistema que procura antecipar cenários, por meio do monitoramento de indicadores que revelam *imbalances* potencialmente conducentes a situações de instabilidade.

A utilização desses procedimentos de avaliação constante permite o emprego de medidas preventivas e de iniciativas corretivas pelo braço executivo da União, que faz recomendações específicas para a correção e que pode, inclusive, adotar ações coercitivas, como a aplicação de multas aos Estados.

No dia 10 de abril, o Vice-Presidente e encarregado dos assuntos econômicos e monetários da União Europeia, Sr. Olli Rehn, anunciou relatório anual sobre os desequilíbrios macroeconômicos, com alertas gerais, bem como sobre a situação específica de alguns países, que podem afetar a estabilidade econômica do bloco. Mais uma vez, essa estabilidade é colocada em pauta.

Em âmbito mais amplo, a análise alerta para a diferença de desempenhos econômicos dentro do bloco e para o fato de que o PIB das 17 nações da zona do euro deve encolher 0,3% este ano de 2013, ao passo que a União Europeia como um todo crescerá apenas 0,1%. Em termos específicos, o relatório cita as economias da França, da Itália, da Espanha e da Eslovênia – um novo protagonista nessa crise recorrente da União Europeia – como potencialmente difíceis, e pede mais iniciativas de ajuda da muito mais saudável Alemanha. É interessante notar que o *report* não cuida dos países que já foram alvo de socorro, Portugal, Grécia, Irlanda e Chipre, pois são economias que têm acompanhamento específico por parte da Comissão da União Europeia.

O estudo mostra que a situação da economia francesa tem potencial para prejudicar seriamente a zona do euro por causa de sua dimensão e da sua posição geoeconômica. A França evitou uma recessão em 2010 e 2011, mas sua balança comercial vem piorando, e sua dívida externa cresceu muito em 2011. Entre os problemas que afetam sua competitividade estão os custos e a rigidez da regulamentação da mão de obra, a dificuldade na realocação de trabalhadores para áreas mais dinâmicas da economia, e a escassa margem de lucro das empresas (por sinal, a mais baixa margem de lucro dos países que compõem a eurozona).

Na Itália, as dificuldades também se referem ao custo laboral, à falta de competitividade das empresas, e ao fato de o setor bancário italiano estar sobrecarregado com empréstimos duvidosos. O risco de contágio para a zona do euro de uma crise da dívida soberana italiana é muito grande.

O relatório concentra-se em aspectos econômicos e financeiros, mas pode-se acrescentar o perigo da situação de impasse político na Itália. Como se recorda, desde as eleições, há quase dois meses, as forças partidárias que saíram do pleito em situação de virtual empate não logram formar um novo governo.

O *report* da União Europeia destaca ainda a situação da Espanha com seus altíssimos índices de dívida tanto interna quanto externa e, agora, a Eslovênia, onde o setor bancário se vê às voltas com elevadas dívidas empresariais. Essas duas situações representam perigo potencial de contágio e exigem reformas rápidas e eficazes. No outro extremo, o estudo considera que a Alemanha deveria fazer mais para aumentar a demanda interna, abrir o setor de serviços para a competição e aumentar salários para equilibrar a sua maior produtividade. São medidas que aumentariam as exportações dos outros Estados do bloco e contribuiriam para impulsionar a zona do euro.

Ao registro pouco animador do relatório acrescentam duas informações também preocupantes para a zona do euro e para a economia mundial. De um lado, a Alemanha que tem funcionado como uma âncora firme da moeda comum vê a emergência de um partido político, o Alternativa para a Alemanha, que advoga o fim do euro. Mesmo que ainda pequeno, o movimento encontrará eco, sem dúvida, em eleitorado cansado de ver ajuda a países que considera perdulários e irresponsáveis. De outro lado, a China mostra crescimento pequeno (7,7%) para seus padrões nas últimas décadas, o que, persistindo, e junto com a fraca recuperação norte-americana, acrescenta uma nota de desânimo na retomada da economia mundial.

A economia brasileira, às voltas com o crescimento da inflação, que demanda medidas de desaquecimento econômico como provável alta de juros, não poderá prosseguir apenas com estímulos ao consumo familiar e desonerações setoriais, mas terá de agir no sentido de impulsionar o desenvolvimento de sua infraestrutura. Junto com as falhas no ensino, a infraestrutura deficiente é gargalo vital para a nossa competitividade. Não podemos mais contar com a demanda da economia mundial que impulsionou nosso crescimento do começo da década de 2003 até a crise que abalou os mercados em 2008.

Portanto, a única opção será lutarmos para sermos competitivos em cenário difícil, onde teremos que disputar espaço com economias mais bem equipadas do que a nossa.

3º Comunicado:

Panorama da Infraestrutura, na palavra de especialistas:

Na última semana, em discurso na cidade de Porto Alegre, a Presidente da República, Dilma Rousseff, além de insistir na necessidade de qualificação profissional e de investimentos para desenvolver o País, admitiu uma “grande preocupação” de seu governo com a infraestrutura.

Isso porque os problemas com a infraestrutura no Brasil chegaram a tal ponto que o atraso no início de uma obra, necessária à implementação de outro grande projeto, acaba por impedir a execução deste segundo. É o caso do anúncio e posterior suspensão da construção da Siderúrgica Aços Laminados do Pará (Alpa), da Vale do Rio Doce – um investimento de R\$5,2 bilhões, em Marabá. A implantação da siderúrgica depende da Hidrovia Araguaia-Tocantins para o escoamento de seus produtos. Obra orçada em mais de R\$500 milhões, a Hidrovia, que chegou a ser incluída no PAC, esbarrou em dois problemas: em primeiro lugar, havia 43 km de rochas no leito do Rio Tocantins, conhecidas como Pedral do Lourenço, que têm de ser

detonadas; em segundo lugar, tal obra foi retirada do PAC após suspeitas na licitação.

O resultado é que as duas grandes obras encontram-se paradas. O Diretor-Geral do DNIT, General Jorge Fraxe, garantiu que o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins será licitado na primeira quinzena do próximo mês, independentemente da decisão da Vale em construir, ou não, a planejada Siderúrgica Alpa, na região de Marabá.

Por sua vez, em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, a Confederação Nacional da Indústria propôs ao Governo a inclusão de 207 projetos de infraestrutura no PAC. Trata-se de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, considerados prioritários pela Confederação, nas regiões Norte, Nordeste e Sul do País. O Presidente da CNI, Robson Andrade, afirmou que foram selecionados projetos que cortarão custos no escoamento da produção, promovendo também ganho de produtividade, como os projetos de hidrovias na Região Norte.

Apesar de o Governo Federal ter lançado projetos para resolver os gargalos na infraestrutura de transporte, o funcionamento da malha será muito mais complexo, o que provocará o aumento da demanda por profissionais capazes de administrar o esforço de logística relacionado ao transporte de cargas em um país da dimensão do Brasil.

Caso não se invista na capacitação profissional, outro tipo de gargalo encontra-se à vista, em curto prazo. O Presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog), Fernando Leal, afirmou que temos diversos profissionais práticos, mas com pouco embasamento conceitual sobre as alternativas na estruturação de estratégias logísticas.

Por sua vez, o Professor Orlando Fontes Lima Júnior, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, alerta que, em cinco anos, haverá uma grave falta de profissionais de nível superior e, principalmente, de nível técnico para operar a malha de transporte de cargas. Haverá falta, também, de motoristas mais qualificados, pois os veículos estão com equipamentos cada vez mais modernos, como lembra o Professor Fontes Lima.

O Professor Gilson de Lima Garófalo, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, lembra, a esse respeito, que “hoje, a realidade não é só o caminhão-baú, leve, mas o caminhão com três carretas, que carrega muito mais carga e é bem mais pesado”. Ele cita, também, o caso dos práticos, profissionais altamente qualificados, responsáveis pela entrada e saída das grandes embarcações nos portos: “os planos governamentais para incentivar o

transporte hidroviário vão exigir cada vez mais práticos que, por enquanto, ainda são escassos no mercado”.

Com relação aos novos tipos de caminhão – como o chamado “treminhão”, com três carretas – outro problema diz respeito às avarias constantes nas estradas brasileiras, provocadas por veículos com excesso de peso, que custam caro ao país. Auditoria da Controladoria Geral da União, CGU, estimou em cerca de R\$1,6 bilhão por ano o prejuízo do Governo provocado pela falta de fiscalização e combate ao excesso de carga transportada nas estradas federais. Até mesmo a Petrobras contribui para a destruição das rodovias brasileiras, segundo a auditoria.

O Brasil tem apenas 77 postos de pesagem de caminhões para uma malha pavimentada de 63.900 km de estradas federais, dos quais somente 35 estavam em operação durante a realização da auditoria da CGU. E o estudo constatou que a fiscalização é praticamente inexistente.

O relatório da CGU mostra resultados semelhantes aos obtidos por auditoria idêntica feita pelo Tribunal de Contas da União, realizada no mês passado.

Pelo visto, falta fiscalização, mas abundam relatórios de auditoria.

Em relação ao acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT em audiência pública realizada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura no dia 20 de março de 2013, este é um relatório atualizado até o dia de ontem: *Acompanhamento dos Compromissos Assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT*. Inclusive, sem que fosse solicitado ou instado por integrante desta Comissão, de moto próprio, ele estabeleceu prazos para a realização dessas ações que passo agora a ler.

Em relação à BR-429: (Rondônia, BR-364 até Costa Marques), o Sr. Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe, assumiu o compromisso de iniciar as obras de recuperação em 10 dias a partir daquela data, ou seja, até o dia 30 de março. Situação atual: compromisso não cumprido; obras paradas; pontes não licitadas.

BR-264: (Estado do Acre), compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT de apresentar proposta de solução para recuperação da rodovia em 15 dias, a partir da realização da audiência pública, no dia 20 de março, o que se deu no dia 04 de abril de 2013. Situação atual: está sendo providenciado contrato de Crema para a manutenção de alguns trechos pela DIR. Outras medidas e soluções adotadas atendendo o TCU serão informadas com brevidade.

Rodovia não recebida pelo DNIT. Ou seja: isso aqui e nada é a mesma coisa. Nenhum de nós consegue detectar o que significa exatamente essa explicação dada pelo DNIT.

Em relação à BR-155 (Estado do Pará, trecho até Marabá), compromisso assumido: primeiro lote do projeto pronto em 30 dias, tudo isso a partir da data da realização da audiência pública, que foi no dia 20 de março. Primeiro lote de projeto pronto, do trecho até Marabá (BR-155). O prazo que ele estabeleceu foi de 30 dias, que se encerra no dia 19 de abril, ou seja, como hoje é dia 17, ainda temos mais dois dias.

Também em relação à BR-155, disse o Diretor-Geral do DNIT que faria o lançamento da licitação em mais 60 dias, portanto no dia 20 de junho. Vamos aguardar. E S. S^a ainda garantiu que o início das obras da BR-115, no trecho até Marabá, se daria em mais 30 dias a partir do lançamento da licitação, o que nos coloca na data de 20 de julho.

Em relação à BR-425 (Estado de Rondônia, ligação entre Abunã e Guajará-Mirim), disse o Diretor-Geral do DNIT, assumindo o compromisso... E, volto a dizer, sem que nenhum dos integrantes desta Comissão tivesse solicitado e, muito menos, exigido; foi ele próprio que impôs esses prazos. Repito: em relação à BR-425, em Rondônia, ligando Abunã a Guajará-Mirim, compromisso assumido: lançamento de nova licitação, via RDC – Regime Diferenciado de Contratação. Disse ele que esse lançamento se daria em 40 dias, a partir sempre, volto a lembrar, da data de realização da audiência pública, 20 de março, prazo que se conclui em 30 de abril.

Como informação adicional, foi lançado o Edital nº 168, de 2013, com previsão de abertura das propostas para o dia 24 de abril de 2013, na modalidade RDC eletrônica. Esta aqui, pelas informações prestadas ontem com relação à BR-425, é muito provável que seja concluída no prazo estabelecido pelo Diretor-Geral do DNIT, ou seja, o lançamento da licitação e a abertura das propostas, o que se dará em 24 de abril próximo.

Em relação à BR-163 (Mato Grosso, trecho de 282km, entre Rondonópolis e Posto Gil), compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT: duplicação do trecho, relicitação de um lote e início das obras. Assumi ele o compromisso de que, em 60 dias, isso estaria ocorrendo, o que nos coloca na data de 20 de maio.

Em relação a Pará e Mato Grosso, no trecho até Miritituba, compromisso assumido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Deixe-me terminar aqui... esperar que eu termine de falar... (Pausa.)

Posso continuar? (Pausa.)

Obrigado.

Repetindo: em relação à BR-163 (Pará, trecho Miritituba-Santarém), compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT, no dia 20 de março de 2013,

em audiência pública realizada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, compromisso de que faria a recuperação e o asfaltamento até Santarém em 495 dias, ou seja, até o dia 30 de junho de 2014.

Em relação à hidrovía Araguaia-Tocantins, da qual falamos há pouco: (Pará, Pedral do Lourenço), assumiu o compromisso o Diretor-Geral do DNIT de recebimento, de que estaria para receber o projeto de derrocamento em 60 dias. Portanto, no dia 20 de maio. Aguardando projeto da Vale e, conforme nós vimos aqui, ele disse que independentemente da apresentação do projeto da Vale ou não, ele daria prosseguimento a esta obra.

Lançamento de licitação do derrocamento do Pedral do Lourenço, via RDC. Ele disse que o lançamento da licitação se daria em mais 60 dias, a partir do dia 20 de março, data da audiência pública, o que nos coloca no dia 20 de julho.

Em relação à BR-316: (trecho Carié, em Alagoas, até Inajá, em Pernambuco), se comprometeu o Diretor-Geral do DNIT em lançar a licitação para asfaltamento via RDC em 90 dias, o que nos coloca no dia 18 de junho, para que isso seja feito.

Também em relação à BR-316: (Pará, trecho Castanhal-Santa Maria), o compromisso assumido foi da duplicação do trecho e daria uma posição sobre o problema em 70 dias, no decorrer do mês de maio.

Em relação ao trecho Castanhal-Santa Maria, 70 dias até o mês de maio, em relação também à ponte sobre o Araguaia... Aqui eu pulei. (*Pausa.*)

Depois de Alagoas, trecho Carié e Inajá, vem Pará, trecho Castanhal-Santa Maria, compromisso assumido duplicação do trecho, que vai dar uma posição sobre essa duplicação em 70 dias, o que nos coloca no mês de maio, no decorrer do mês de maio.

Também em relação à BR-316: (Pará, a ponte sobre o Araguaia), o compromisso assumido foi da licitação para a construção da ponte, também em 70 dias, no decorrer do mês de maio.

BR-101: (Espírito Santo), conclusão do Contorno de Vitória, compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT de que em 100 dias ele faria a conclusão do Contorno de Vitória, o que nos coloca no dia 30 de junho. Como observação, em auditoria para levantar a situação da BR-101, retomar decisões. Ou seja, a conclusão do Contorno de Vitória está submetida a uma auditoria para levantar a situação da BR-101 e tomar decisões, mas tudo isso dentro do prazo que ele se concedeu de 100 dias, o que nos coloca no dia 30 de junho para, de acordo com o compromisso que assumiu o Diretor-Geral do DNIT, concluir o Contorno da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

BR-101: (Alagoas), recuperação sem prazo, em função de análise na área técnica do TCU desde se-

tembro de 2012. Essa é aquela questão de técnicos do TCU que resolveram, depois de 500 anos, estabelecer um dilema sobre as jazidas minerais e a quem caberia o pagamento de *royalty*, a quem, depois da licitação feita e da obra iniciada.

Devo informar que aqui recebi ontem a visita do Sr. Presidente do TCU. Ele fazia uma abordagem do panorama das obras que estão de alguma forma sendo submetidas a uma fiscalização e, na sua exposição, ele nos deu motivos para acreditar que, não somente em relação a essa obra de recuperação da BR-101, em Alagoas, mas em relação a outras obras, também será dada a celeridade pela área técnica do TCU para que possamos rapidamente ter uma solução para esses entraves.

E eu quero aqui agradecer, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a gentileza que teve o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União de fazer essa visita ao Presidente desta Comissão para fazer alguns comentários sobre as obras que estão sob investigação ou que estão sob auditoria daquele Tribunal.

Em relação à BR-242: (Mato Grosso), assumiu o Sr. Diretor-Geral do DNIT o compromisso de pavimentação e revisão dos projetos e lançamento do RDC em 120 dias, o que nos coloca na data de 20 de julho. Observação: está dependendo de liberação do Ibama, que promete considerar os estudos ambientais e estaduais realizados.

É bom também que se frise que há uma ideia talvez um pouco distorcida de alguns, achando que o Ibama tem sido o principal causador de atraso nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento e em outras obras, mas não é bem assim. Hoje, apenas 18% de todas as obras que estão sendo executadas no País, apenas 18% delas estão sofrendo alguma intervenção por parte do Ibama em função de potencial dano que possa estar sendo causado por aquela obra. Então, é um número bem menor do que aquele que alguns imaginam em relação à participação do Ibama no atraso de obras. Estávamos analisando a BR-242, em Mato Grosso, sobre a qual já se falou.

No caso da BR-174: (Mato Grosso), o Diretor-Geral do DNIT assumiu o compromisso de licitar os projetos apresentados pelo Governo de Mato Grosso. Ele assumiu o compromisso de fazer essa licitação dos projetos em 180 dias, ou seja, até o dia 20 de setembro deste ano. Observação: a partir da formalização do convênio entre o DNIT e o Governo do Mato Grosso – é importante frisar que é necessário que o Governo do Mato Grosso formalize esse convênio com o Ministério dos Transportes, via DNIT –, o empreendimento segue cronograma do Estado, o qual prevê a contratação por RDC integrado. Segundo o Plano

de Trabalho (PTrab), o projeto deverá se encerrar em setembro deste ano, dando início às obras no final de 2013/início de 2014. É uma obra que está incluída no PAC 2. Esse é o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT.

Portanto, em relação à BR-174: (Mato Grosso), os projetos estarão concluídos, para dar início às obras, no final de 2013/2014, prazo dado pelo Diretor-Geral do DNIT, no dia 20 de março deste ano, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para a BR-135: (Maranhão, no trecho São Luís-Miranda do Norte), o compromisso assumido pelo Diretor-Geral é de duplicação do trecho. Não deu prazo para essa obra, porque está dependendo de licença ambiental.

E, em relação à BR-319: (Amazonas/Rondônia, Manaus/Porto Velho), o compromisso assumido foi de asfaltamento e recuperação. Ele também não deu prazo em função de questões ambientais.

Então, semanalmente, eu estarei aqui prestando contas aos integrantes da Comissão, distribuindo a atualização desses compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT em relação às obras aqui elencadas e informando se os prazos estão sendo cumpridos ou não.

Mais um comunicado.

Documento recebido pela Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 295-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.1476/2012-8, que trata de auditoria que tem como objetivo conhecer e avaliar a forma como a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza o controle da medição da produção de petróleo e de gás natural, aferindo os aspectos operacionais para a execução dessas atividades.

Na forma do Ato nº 3, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia destes documentos encontra-se à disposição de S. Ex^{as}, as Senhoras e os Senhores Senadores, na Secretaria da nossa Comissão.

Leitura de Requerimentos.

Após a leitura de requerimentos, cada um desses requerimentos será incluído na pauta da próxima reunião.

O primeiro deles:

Requeiro, nos termos do Regimento do Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2013, aprovado em 13 de abril de 2013, que em uma das audiências públicas desta Comissão, com objetivo de debater a reforma do marco regulatório no setor de mineração, seja incluído, como convidado, o Dr. Carlos Vilhena, advogado especialista e sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Acompanha a justificação e assina o Senador Armando Monteiro, dizendo que acredita que o Dr. Carlos Vilhena poderá oferecer, de forma construtiva, sugestões que podem contribuir com o aprimoramento da legislação que envolve o direito de recursos naturais, que devem se adequar ao atual estágio de desenvolvimento do setor de mineração do País.

Segundo requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a transformação da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento da Comissão de Infraestrutura nº 12, de 2013, já aprovado nesta Comissão, em audiência pública conjunta com a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Justifica o autor do requerimento, S. Ex^a, o Senador José Pimentel, que em reunião ordinária, realizada no dia 20 de março de 2013, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, procedeu-se à leitura do Requerimento nº 12, de 2013, de autoria de S. Ex^a, o Senador Armando Monteiro, e, no dia 27 de março de 2013, o mesmo foi aprovado, tendo como objetivo debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a infraestrutura, dentro da visão do setor público, por um lado, e dentro da visão da iniciativa privada, por outro.

O Requerimento indica o convite das seguintes autoridades para a realização da audiência: Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr^a Miriam Belchior; Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho; Presidente da ABDIB, Dr. Paulo Godoy; e Diretor da CNI e Coordenador da Área de Infraestrutura, Dr. José de Freitas Mascarenhas.

Uma vez que a presença – continua o parecer assinado por S. Ex^a, o Senador José Pimentel – do Sr. Luciano Coutinho, do BNDES, já está confirmada na Comissão de Assuntos Econômicos para o dia 23 de abril de 2013, em audiência pública de objetivo análogo ao aprovado nesta Comissão de Infraestrutura, solicito que as Comissões trabalhem em reunião conjunta, no aprofundamento de relevante tema para o Brasil. Constará, para deliberação desta Comissão, da nossa próxima reunião.

Antes de iniciarmos a nossa pauta do dia de hoje, gostaria, mais uma vez, de informar a S. Ex^{as} que nós contaremos com a presença da Dr^a Élbina Melo, Presi-

dente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, e do Dr. Adão Muniz, Diretor da RM Soluções em Infraestrutura.

Gostaria de informar, portanto, que a população poderá, como sempre, participar de nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet www.senado.gov.br/AloSenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo twitter @AloSenado.

Portanto,

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, passarei a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

Tem a palavra S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, esse material distribuído na reunião de hoje, do DNIT, da audiência com o General Fraxe, foi encaminhado pelo DNIT ou foi tirado das notas taquigráficas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, Senador. Isso, conforme nós colocamos, inclusive V. Ex^a em que veio aqui o General Fraxe, Diretor Geral do DNIT, no dia 20 de março, participar da audiência pública, o Sr. Diretor Geral do DNIT, ele próprio, sem que nenhum de nós tivesse solicitado, estabeleceu datas para cumprir com os objetivos das obras que estavam sendo discutidas. Inclusive foi até lembrado a ele se podíamos anotar aqueles prazos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ... como prazos fixos, ou se seria uma previsão mais ou menos próxima. E ele disse que não, que poderíamos anotar. Então, fizemos anotações de cada uma das obras e do prazo que ele estabeleceu, por conta própria, pelo conhecimento que ele tem do órgão que dirige, de conclusão, ou da licitação ou da obra em si. E, semanalmente, aqui, a Secretaria da Comissão vai ao DNIT para saber em que pé se encontra. Tanto que aí V. Ex^a irá verificar que um primeiro compromisso que ele assumiu já falhou, que é o da Rodovia 429, BR-364, ligando até Costa Marques, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ele assumiu o compromisso de iniciar as

obras de recuperação em 10 dias, a partir do dia 20 de março. Então, isso nos coloca no dia 30 de março. Aqui vem a situação atual: obras paradas, pontes não licitadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A minha dúvida, Presidente, é se esse cronograma – vamos dizer assim – foi recuperado pela Secretaria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em função das notas taquigráficas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tenho algumas dúvidas aqui com relação às obras no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas, vou verificar e depois informo à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu tinha uma ideia com relação ao Pedral do Lourenço que ele aguardaria a entrega do projeto até o final de abril e, em maio... Lembro-me até de que o General Fraxe usou de uma expressão, de que “com o projeto da Vale ou sem o projeto da Vale”, ele licitaria em maio o derrocamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu vou, pelas notas taquigráficas, fazer aqui a conferência e me comunico com a Secretaria.

Quero parabenizá-lo, porque isso aqui é um documento da maior importância para acompanhar aqueles compromissos assumidos aqui com o General Fraxe com todos os Senadores que estavam presentes em relação às obras do DNIT em seus Estados. E aqui permite a cada um de nós que possamos, como V. Ex^a colocou, acompanhar, a cada semana, se os compromissos foram cumpridos ou não. E V. Ex^a coloca que o primeiro deles já não foi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Espero que os outros sejam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nós também esperamos, Senador.

Quero lhe dizer que, logo no começo da nossa reunião do dia de hoje, isso aqui foi colocado. Inclusive, procede o que V. Ex^a afirma. Hoje coloquei aqui, com

aspas, palavras do Diretor Geral do DNIT, de que “com a Vale ou sem a Vale” ele iria tocar o projeto para frente; iria esperar até um determinado momento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É. Fim de abril agora é o compromisso da Vale de entregar o projeto. Se ela não entregar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso, se ela não entregar, que ele vai tocar a obra assim mesmo. Isso ele falou, hoje eu repeti aqui, no início da nossa reunião, e isso está refletido aqui. É absolutamente procedente o que V. Ex^a acaba de afirmar.

Semanalmente, cada um de V. Ex^{as}, das Sr^{as} e Srs. Senadores, irá receber o andamento de cada uma dessas obras que aqui estão listadas, objeto das perguntas formuladas pelos Srs. e Sr^{as} Senadores integrantes da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem novamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na segunda parte da reunião de hoje da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no item 1, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, do qual sou Relator *ad hoc*, o Senador Wilder encaminhou uma emenda substitutiva ao projeto. Então, peço a V. Ex^a, ouvido o Plenário da Comissão, que pudéssemos retirá-lo de pauta para que eu possa conversar com o Senador Wilder em relação à emenda que ele encaminhou, que altera o projeto, inclusive quanto ao mérito. S. Ex^a acrescenta um parágrafo ao art. 16-A que isenta também de IPI aqueles táxis que sejam adaptados aos deficientes e estende essa isenção de IPI às cooperativas, ou às empresas, melhor dizendo, que possuam frota de táxi. Então, preciso conversar com o Senador Wilder para dar novo parecer ao PLS nº 12.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc* do item 1 da segunda parte da nossa reunião, Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, solicita a retirada de pauta para avaliar com S. Ex^a o Senador Wilder Morais uma observação feita por S. Ex^a.

Fica retirado de pauta esse Projeto de Lei nº 12, constante da nossa pauta deliberativa como item 1, a pedido de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro. Será encaminhado para reexame ao gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 12, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Voltamos à primeira parte da reunião de hoje. Este momento destina-se à realização de audiência pública sobre eletricidade e energia, quinto painel, integrante do tema: “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País”, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e participar dos debates, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para, em nome de todos os integrantes desta Comissão, lhes dar as melhores boas-vindas e convidá-los para que tomem assento à mesa.

Dr^a Élbina Melo, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica.

Sr. Adão Linhares Muniz, engenheiro, Diretor da RM Soluções em Infraestrutura.

Iniciando nossa audiência propriamente dita, passo a palavra à Dr^a Élbina Melo, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica.

A senhora disporá de 15 a 20 minutos para sua exposição.

A SR^a ÉLBIA MELO – Obrigada.

Senador Fernando Collor, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui para falar sobre o desenvolvimento da energia eólica no Brasil.

Vou contextualizar a discussão falando rapidamente sobre os investimentos da energia eólica no mundo e onde o Brasil está. O Brasil hoje, em termos de capacidade instalada de energia eólica, está ocupando a 15^a posição, justamente porque os investimentos em energia eólica se tornaram mais fortes nos últimos três anos. Então, nós estamos colocando os primeiros parques resultantes dos leilões agora em operação, principalmente a partir de 2012.

Até o final do ano, já vamos estar mais ou menos na 10^a posição e, a partir do ano que vem, entre os primeiros cinco ou seis países de capacidade instala-

da em energia eólica. A China é o líder e tem investido bastante em energia eólica e investe muito. O crescimento da China, em termos de energia, de consumo de energia e de investimento em energia, é muito grande. Ela cresce um Brasil por ano em investimento em energia no total. E em energia eólica o montante é muito grande. Então, o Brasil está ficando entre os líderes de capacidade instalada de energia.

Em termos de investimento, no ano passado, o Brasil já ocupou a 8ª posição, liderado também pela China e depois pelos Estados Unidos, que disputam o primeiro lugar no *ranking* de investimentos. O Brasil já estava na 8ª posição. Nós aumentamos a nossa capacidade instalada, no ano passado, de 1 GW. Nós praticamente dobramos a nossa capacidade instalada no ano de 2012, justamente porque entraram em operação os primeiros parques resultantes dos leilões ocorridos em 2009.

Os investimentos no setor eólico no Brasil têm duas fases principais, que são justamente, em 2004, quando foram feitos os primeiros investimentos, um programa de incentivo, o Proinfa, e, cinco anos depois, quando a energia eólica já se apresentava competitiva, foram feitos os investimentos a partir dos leilões competitivos. E sucessivamente vários leilões têm sido realizados e, portanto, os investimentos estão acontecendo.

Em termos de capacidade instalada, o Brasil hoje, na matriz, possui 2% de participação da energia eólica. A hidrelétrica domina naturalmente a matriz, com 68%, seguido de termelétrica e demais fontes.

É interessante notar nesse gráfico como aumentou a quantidade de investimento no setor eólico. O marco foi a partir de 2009, com o leilão que aconteceu. E essa capacidade instalada está crescendo principalmente a partir de 2012, porque os leilões são de três anos. Pressupõe-se que nós demoramos três anos para fazer um parque. Então, nós fazemos um contrato hoje para entregar daqui a três anos. O primeiro leilão foi em 2009. Então, em 2012, começaram as primeiras entregas.

De tudo o que já foi contratado, porque foram realizados leilões de 2009 a 2012, nós vamos chegar ao final de 2017 com a capacidade instalada de 8,8 GW, e isso já vai corresponder a 5,5% da matriz. E aí a energia eólica já vai passar a ser a terceira fonte mais importante da matriz elétrica nacional, sendo o primeiro lugar a hidrelétrica, termelétrica e depois a fonte eólica.

Os parques eólicos estão sendo localizados principalmente nas regiões Nordeste e Sul do País, que é onde estão os melhores potenciais eólicos do Brasil. No ano de 2001, foi realizado um estudo e feito o *Atlas*

Eólico Brasileiro. Naquele *Atlas Eólico Brasileiro*, nós chegamos à conclusão de que tínhamos um potencial total de 143GW de potencial eólico, com aquela tecnologia de torres de 40, 50 metros. E 143GW como potencial é superior a tudo o que o Brasil tem instalado hoje.

O Brasil, para atender a toda a demanda que tem hoje, somando hidrelétrica, termelétrica, está com cerca de 125GW. Só de eólica, lá em 2001, nós tínhamos 143GW. Estudos recentes estão mostrando que o potencial eólico brasileiro é de 300GW. Então, nesse estudo anterior, os principais Estados são os localizados nas Regiões Nordeste e Sul do País, dada aquela tecnologia. Como a tecnologia mudou bastante nos últimos anos, e a tecnologia eólica muda rapidamente, a cada dois anos você tem um novo aerogerador. Com essa nova tecnologia, estamos descobrindo potenciais onde não havia. No Estado de São Paulo, por exemplo, e no norte de Minas Gerais.

Então, está havendo uma expansão dessa localização dos potenciais eólicos. Naturalmente, o Nordeste e o Sul do País vão sempre continuar em primeiro lugar, porque o potencial de vento é bem melhor.

Desse 8,8 que mencionei, estamos já operando 2,6GW, estamos em construção de 3,5GW, e em processo de construção, já contratado, de 2,7GW. Então, isso não é estimativa de crescimento; é crescimento real, porque já está contratado, e os parques já estão em processo de construção.

A questão importante da energia eólica e que nos chama a atenção é a cadeia produtiva da indústria de energia eólica. Então, não falamos da energia eólica apenas para produção de energia elétrica e, sim, todo um complexo de uma cadeia produtiva de atratividade da indústria e também de tecnologia.

Em 2009, nós tínhamos dois fabricantes de equipamentos de aerogeradores no Brasil. Hoje, estamos com nove fabricantes, além de toda outra cadeia de fornecimento que estamos atraindo para o Brasil. E esses fabricantes estão indo justamente para as regiões onde há os potenciais, por uma questão de logística até. Então, a indústria está crescendo fortemente nos últimos anos e atraindo todo um complexo de cadeia produtiva, e também uma possibilidade de desenvolvimento de tecnologia, de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Bom, em termos de capacidade instalada por Estado, mais processo de construção, hoje, o líder do Brasil é o Rio Grande do Norte com 2,9 de capacidade, somando tudo o que está operando, mais o que está em processo de construção, seguido do Ceará, 1,9; depois, Bahia, 1,6; Rio Grande do Sul e demais Estados.

Como eu disse, com esse novo mapa eólico brasileiro, vamos perceber uma expansão dos demais

Estados do Brasil. Uma questão importante é o sinal que a política energética está colocando para a fonte eólica no Brasil. O próprio plano decenal de expansão publicado pelo Governo no final no ano de 2012 está mostrando a forte participação da energia eólica e colocando a energia eólica num papel muito importante. Para o plano decenal de expansão, vamos chegar, em 2021, com 16GW de capacidade instalada de energia eólica, e essa já estará participando da matriz em 9%. Então, estamos vendo no próprio planejamento do Governo uma forte expansão dessa fonte.

Então, esses são os números em que o plano decenal apresenta a importância da energia eólica na matriz, somada também às demais renováveis, como é o caso da biomassa e da PCH. A eólica, por ter um grande potencial e por ser uma fonte competitiva, está se apresentando como uma importante fonte na matriz elétrica, a partir principalmente de 2021, quando pega 9% dessa matriz.

Um fator que é importante destacar a respeito da energia eólica – e essa discussão está bem presente – é o fato de a produção da energia eólica ser complementar à produção da hidroelétrica. Como aproveitamos bastante os recursos hidroelétricos e primamos por eles – somos ricos em recursos –, nós também temos a produção eólica, e essa complementar à hidroelétrica. No período em que se tem chuva, venta pouco, e o contrário também é verdade.

Tivemos uma experiência recente – estamos inclusive vivendo isso no Brasil: o fato de os reservatórios estarem em baixa. Períodos de seca, chuvas atrasadas e, nesse período em que os reservatórios ficaram em baixa, no período de seca, foi o período em que as eólicas mais geraram. Em outubro de 2012, as eólicas chegaram a um pico de geração e produziram um fator de capacidade de 71%. A média mundial de fator de capacidade é de 35%. O Brasil tem um vento fantástico e tem uma produção de energia eólica muito superior aos demais países do mundo. Temos também essa grande vantagem, e essa produção eólica é complementar à produção hidroelétrica.

Bom, estamos em um momento virtuoso da produção de energia eólica no Brasil. Estamos em um momento virtuoso dos investimentos em energia eólica no Brasil. E, como eu disse, temos uma cadeia produtiva complexa, que pode trazer muitos benefícios para o País não só na produção de energia elétrica a partir do vento, mas de toda uma cadeia produtiva que pode ser desenvolvida. Então, estamos chamando a atenção, e já estamos trabalhando, para a necessidade de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação: produzir aerogeradores com características dos ventos brasileiros, ou seja, para atender às caracterís-

ticas brasileiras. Trouxemos a tecnologia de fora – e é natural que façamos isso no início –, mas é importante que façamos também investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para produzir os nossos próprios aerogeradores, e certamente vamos levar a uma produtividade ainda maior.

Precisamos adaptar essa tecnologia. Estamos trabalhando, Senador, na Associação Brasileira de Energia Eólica, em um projeto de rede de pesquisa e inovação em energia eólica, com o objetivo justamente de integrar os centros de pesquisas que existem no País, os centros de inovação tecnológica, para buscar certificação de aerogeradores, para a produção de aerogeradores com características do Brasil, para atender essa especificidade dos ventos brasileiros, que é muito superior, em termos de qualidade de produção, do que a média mundial.

Esse é um diferencial que o Brasil possui. Por conta desse diferencial, a produção de energia eólica no Brasil é extremamente competitiva. O Brasil produz a energia eólica mais barata do mundo. E hoje a energia eólica é a segunda fonte mais competitiva do País. Hoje, em termos de preço, a energia eólica perde apenas para os grandes empreendimentos hidroelétricos. Se for uma usina hidroelétrica média, a eólica já está competindo no mesmo preço. Essa é uma vantagem maravilhosa para o Brasil.

Temos as contratações, como eu disse, no passado, via Proinfra, que foi um programa de incentivo e foi fundamental para que os primeiros investimentos acontecessem na energia eólica e para que pudéssemos também ter um aprendizado. A partir daí, a partir de 2009, a energia eólica tem sido contratada nos leilões competitivos e também há venda de energia eólica nos mercados livres. Então, temos mercado tanto no ambiente regulado como no ambiente livre para atender. Esses são os resultados dos leilões que mencionei. De 2009 para cá, o Brasil contratou cerca de 7GW de energia eólica em leilões sucessivos que foram acontecendo a partir de 2009, em média, vendemos por ano cerca de 2,2GW a partir de 2009.

Estamos crescendo e implementando no Brasil, em média, 2GW de energia eólica. Isso significa R\$9 bilhões de investimento em energia eólica. A média dos preços foi caindo sucessivamente, associada à competitividade dessa fonte. O preço médio da energia eólica para o consumidor hoje está em média de R\$132,00, destacando que, desde 2011, essa fonte chegou ao patamar de preço de R\$100,00 por MW/h.

Outro aspecto importante da cadeia produtiva da indústria, que não havíamos percebido e agora estamos percebendo, é o aspecto socioeconômico, porque a produção de energia local traz um desenvolvimento

regional local na medida em que gera emprego, na medida em que permite desenvolvimento de tecnologia. Traz uma independência energética para as regiões que estão produzindo. Temos hoje, como exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte, que foi um grande importador de energia dos demais Estados, mas hoje o Estado do Rio Grande do Norte é exportador de energia porque é grande produtor de energia eólica. Então, ele inverteu esse quadro.

Estávamos falando com o Dr. Adão acerca do Ceará. Hoje, 50% da produção do Estado do Ceará já é de energia eólica. Hoje o Ceará produz energia eólica para atender uma cidade como Fortaleza.

A geração de emprego. Nós colocamos que, a cada megawatt instalado, são 15 empregos gerados. Nós já geramos 12 mil postos de trabalho na indústria e vamos criar mais 20 mil postos de trabalho até 2016. Nós fizemos um cálculo de que, até o final de 2020, o setor já terá gerado 280 mil empregos.

Esse estudo foi feito pela USP, por um estudante da USP, numa tese, mostrando todo o processo de produção, desde a fabricação, a operação e a manutenção dos parques à geração de empregos diretos e indiretos da indústria.

Além disso, a eólica leva desenvolvimento para as regiões na medida em que leva renda direto para os proprietários, os pequenos proprietários de terra. Então, nós temos várias notícias de jornais mostrando o quanto a produção de energia eólica tem levado desenvolvimento para regiões muito pobres, a produção de energia eólica no Estado do Nordeste predominantemente no Semiárido, em regiões em que não se tem atividade econômica relevante, só tem a terra e o vento. E o vento hoje está se tornando um bem de produção, um bem que tem trazido resultados econômicos importantes. Então, famílias que estavam acostumadas a viver apenas com o Bolsa Família, com rendas muito baixas hoje estão tendo rendas anuais muito relevantes e estão conseguindo ficar na terra, mandar as crianças para a escola, porque realmente estão tendo uma renda muito grande e até então não esperada. Então, são casos de regiões no caso da Bahia e do Rio Grande do Norte, principalmente, em que a expansão da eólica tem levado desenvolvimento.

Em termos de emissão de CO₂, a eólica é emissora zero de CO₂. Então, ela evita a emissão. Quando você coloca um parque eólico em detrimento de um combustível fóssil, você acaba reduzindo a emissão. Nós fizemos um estudo, retirando os combustíveis fósseis de 2010 a 2020, com a eólica que está entrando, nós vamos reduzir a produção de CO₂, em 50%.

Bom, a eólica está vivendo um momento virtuoso, não há dúvida. Entretanto, nós temos alguns desafios e algumas perguntas relativas ao futuro da fonte eólica.

Considerando esse benefício que temos, o recurso eólico que nós temos, e a nossa capacidade de produzir a energia eólica mais competitiva do mundo, quais são os nossos desafios? Desafios de logística, como todos os setores de infraestrutura enfrentam. Nós enfrentamos alguns desafios ambientais, embora a legislação ambiental para o setor eólico seja mais simples. O licenciamento ambiental para o setor eólico é bem mais simples, porque o impacto da eólica é muito baixo. Alguns desafios regulatórios. A cada ano que passa, nós estamos sofrendo ajustes. Enfrentamos recentemente e estamos enfrentando – e os senhores estão percebendo pelos jornais – atrasos na linhas de transmissão.

(Soa a campanha.)

A SR^a ÉLBIA MELO – Agora, isso não é um privilégio só do Brasil. Os demais países do mundo que estão expandindo a eólica rapidamente também estão enfrentando desafios. Estamos enfrentando desafios com licenças e autorizações principalmente do IPHAN. Precisamos conversar com o IPHAN e ajustar esse processo de licenciamento.

E uma preocupação muito forte do setor é a sustentabilidade da indústria. A energia eólica hoje foi inserida na matriz elétrica brasileira. Ela está inserida no País como um vetor de investimento. Nós estamos vivendo agora em 2013 o ano da consolidação da fonte eólica no Brasil. E essa consolidação é muito importante a partir de agora para garantirmos a sustentabilidade da indústria. E o nosso grande desafio nessa consolidação é dar o sinal adequado para o investimento, é sustentar toda essa cadeia produtiva que atraímos num momento muito oportuno que o Brasil viveu a partir de 2009, associado a uma conjuntura internacional de crise, em que os investimentos migraram para o Brasil. Nós estamos vivendo neste momento uma retomada dos investimentos no mercado europeu, embora lenta, e o surgimento de novos mercados, como a África do Sul e o México.

Então, a nossa grande questão é sustentabilidade. Então, como vamos manter essa sustentabilidade e manter os investimentos para que possamos sustentar toda a cadeia produtiva, considerando que a energia eólica traz todos esses benefícios além da geração de energia elétrica, da produção de energia elétrica, tais como o fato de ser não emissora, de complementar a matriz hidrelétrica e de trazer um aspecto importante para a população em termos de renda e de fixação do homem no campo?

Então, em termos de energia eólica, com todas essas vantagens, vivemos um momento virtuoso, mas temos de ficar bastante atentos para sustentar essa cadeia produtiva e não perdermos a oportunidade da energia eólica no Brasil. O momento é virtuoso, mas nós temos de ficar atentos para o futuro da energia eólica no Brasil, até para não perdermos esse benefício.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à Dr^a Élbida Melo.

Aproveito para já repassar a V. S^a algumas das perguntas que nos chegaram, a fim de que V. S^a, ao final, possa oferecer as respostas.

Perguntas para a Dr^a Élbida Melo: “Atribui-se o baixo valor dos preços da energia eólica ofertada nos últimos leilões da EPE à grande disponibilidade de capacidade ociosa na indústria fornecedora de aerogeradores. A senhora concorda com essa análise? Como a senhora estima que se comportarão os preços da energia eólica nos leilões vindouros? E, depois: como armazenar a energia produzida pelo sistema eólico de captação dos ventos? Como resolver a questão da intermitência?”

Ainda outra pergunta: “Ocorre grande variação no fator de capacidade das usinas eólicas, o que implica necessidade de outras fontes para firmar a energia elétrica de origem eólica. A senhora tem alguma sugestão para que a introdução da energia eólica ocorra de forma sinérgica com outras fontes de energia?”

Agora, passo a palavra ao Engenheiro Dr. Adão Linhares Muniz, Diretor da RM Soluções em Infraestrutura, para a sua explanação.

O SR. ADÃO LINHARES MUNIZ – Bom dia, Senador.

Primeiramente, agradecendo a oportunidade de contribuir com os trabalhos desta Comissão, gostaria de saudar os demais Senadores, na pessoa do nosso Senador pelo Ceará, Inácio Arruda, bem como os demais participantes da Comissão.

Eu achei bastante interessante esta oportunidade, que, para mim, é uma honra. Digo isso porque, entre outros aspectos, eu me considero um dos, digamos assim, dinossauros do setor eólico no Brasil. Eu tive a oportunidade de participar, no Estado do Ceará, da Secretaria de Infraestrutura, responsável exatamente pela formulação das políticas estratégicas de energia para o Estado do Ceará, nos idos de 1998 a 2008, basicamente, como Subsecretário de Energia dos governos Tasso Jereissati, Lúcio Alcântara e, ainda, no governo Cid Gomes.

Essa experiência me trouxe a visão do pioneirismo associada aos desafios e, na sequência, poder

chegar a esses resultados que a minha colega Élbida considera virtuosos.

Eu também fui o primeiro presidente e fundador da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) nessa época, ainda como governo.

A situação que mostra os desafios daquela época, as perguntas e as propostas que eram feitas naquela situação se tornaram viáveis, ou seja, o Ceará foi pioneiro, foi o primeiro Estado que executou, para fins de geração de energia, as primeiras medições, antes até de eu chegar no Estado do Ceará, de eu voltar ao Estado do Ceará, final de 1990, aliás, no início dos anos 90. Foi o primeiro Estado também que construiu um primeiro parque para comprovar a viabilidade do uso da energia eólica comercialmente.

Nessa sequência, fez o primeiro leilão de compra de energia eólica. Quer dizer, em abril de 1999, há 14 anos, foram inaugurados 15 megawatts comercialmente contratados pela concessionária local, a Coelce. Esse pioneirismo fez com que o setor de energia elétrica no Brasil, do Governo Federal, percebesse a possibilidade de utilizar a energia eólica na matriz, já que naquela época tínhamos sempre uma reação: “Nós não precisamos de energia eólica, porque temos a hidrelétrica.” Claro, nós temos a hidrelétrica, mas temos a possibilidade de completar a hidrelétrica com a eólica. Por quê? Porque ela existe, nós temos o potencial – como a Élbida falou agora –, um dos melhores do mundo, nós temos os ventos, principalmente os ventos alísios do Nordeste do Brasil diferenciados, ou seja, também e um termo que utilizamos lá atrás, naquela época: nossos ventos são ventos educados. Nós temos uma relação de velocidade média com a velocidade máxima de rajada muito próxima, o que facilita muito o dimensionamento e o projeto, a solução de transformar a energia cinética do vento em energia elétrica.

Essa visão lá atrás enfrentou bastantes desafios. Vou seguir a orientação, inclusive, do Secretário e não vou basicamente repetir a apresentação da Élbida, vou tecer quanto à situação local da experiência que eu tive no Ceará nessa época.

O Ceará também, como pioneiro, avançou e criou a Câmara Setorial de Energia Eólica. Nós temos um órgão consultivo que congrega todos os *players* do setor de energia, mais especificamente do setor de energia renovável, que permite ao Governo conhecer as dificuldades, conhecer os gargalos do setor. Isso no Estado do Ceará se repete para outros setores, para agricultura, flores, frutas, vários setores têm a figura da câmara setorial. A nossa Câmara de Energia tem obtido um sucesso impressionante, nós temos mostrado os gargalos e temos tido o retorno disso. Nós conseguimos mudar as regras ou os procedimentos de

licenciamento ambiental, foi o primeiro gargalo que nós tivemos na implantação ainda do Proinfa, na primeira fase, a fase que considero zero, a experiência do Estado do Ceará, com 15 megawatts. Depois, tentamos convencer o Governo da execução do Proeólica, um programa para o Nordeste, com 1,2 mil megawatts e ele se transformou no Proinfa, não ficou só para eólica – muito justo –, incluiu aí a PCH e a biomassa. E nessa fase nós tivemos um grande desafio, responsável pelos grandes atrasos do Proinfa, o meio ambiente. É uma situação um pouco paradoxal: você está implementando uma fonte renovável, uma fonte limpa e tem problema justamente com o meio ambiente.

Justificativa: havia uma série de procedimentos que nós conseguimos vencer, e modificamos essa configuração.

O outro gargalo, a outra dificuldade era exatamente saber quanto de energia, quanto de potencial nós tínhamos. Como a Élbria mencionou, o Governo brasileiro, o Governo Federal, o Ministério realizou o atlas eólico, em 2002, se não me engano. O Estado do Ceará fez, em 2000, 2001, o primeiro atlas eólico de um Estado no Brasil. A preocupação era justamente sobrepor. Quando se traz à mostra para o investidor o potencial de energia, a localização de onde está a fonte, onde está o vento, há sobreposição das necessidades de infraestrutura de que aquele investimento necessita. No caso, por exemplo, acesso rodoviário e linha de transmissão.

Eu tive o prazer de ser responsável por esse trabalho existente hoje, que mostra exatamente as necessidades da infraestrutura para atender ao potencial específico do Estado do Ceará. Acredito que o Estado do Ceará e o Rio Grande do Norte são os dois Estados onde há a maior capacidade, o maior potencial de energia eólica, inclusive *offshore*, no mar.

E, em relação a essa sobreposição da necessidade de infraestrutura, nós fizemos um trabalho, cujo resultado mostra a necessidade de uma linha de transmissão litorânea que tenha a capacidade de captar previamente a execução de um leilão, previamente a contratação do parque, ou seja, a utilização do planejamento antecipado da proatividade no sentido de construir a infraestrutura que se vá realmente utilizar para captar aquela energia.

Hoje, existe um problema justamente de sincronismo. Não há um planejamento sincronizado: o parque eólico está concluído, pode gerar, mas não pode transmitir porque a linha de transmissão ainda não foi concluída.

Outro gargalo era a situação de pesquisa e desenvolvimento. Nós sabíamos que os ventos, por essa característica de relação entre velocidade média e

velocidade máxima, mereciam uma atenção especial, porque todos os equipamentos na indústria eólica, naquela altura, eram dimensionados para a situação europeia, onde há uma relação de velocidade média baixa e velocidade de rajada muito alta. Então, eram equipamentos muito robustos, muito caros. A percepção de alguns fabricantes no sentido de otimizar e utilizar a classe S, que é a classe especial para a utilização no mercado brasileiro, foi substancial no sentido de reduzir esse preço da energia, Senador, que existe hoje. Quer dizer, essa foi a visão da pesquisa, que não foi feita por nós brasileiros. E isso foi o virtuoso.

Agora, eu volto a dizer: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação fez recentemente um trabalho, do qual eu tive a oportunidade de participar, em que reconhece que nós temos que recuperar o passado e fazer um programa de pesquisa e desenvolvimento voltado para a energia eólica, porque, naquela altura, dizia-se simplesmente: “Não, a energia eólica, a tecnologia da energia eólica está consolidada, é conhecida. Basta comprar e instalar.” Não é bem assim. As características são outras.

Outro gargalo, outra dificuldade, outro desafio é a capacitação. Isso nós também estamos discutindo na Câmara Setorial e levando ao Governo do Estado. E já houve a reverberação, a repercussão desse nosso grito no sentido de que a preocupação na construção dos parques é a utilização de mão de obra importada. Considero isso um absurdo, como brasileiro, até mesmo o montador do parque eólico não ser formado no Brasil. E, nesse sentido, não só do montador, do técnico e do engenheiro; nós temos uma repercussão, que começou com a própria Universidade Federal, com a criação de um curso de Engenharia de Energias Renováveis. Recentemente, o Estado, junto com a CNI/Senai e a Federação do Estado do Ceará, com a criação de um centro de referência para capacitação não só de mão de obra, como também de serviços, que inclui certificação de geradores, certificação de perfis de pá, certificação de painéis fotovoltaicos e certificação de inversores para a indústria de energia solar. O comentário é que a indústria solar, na utilização pela microgeração, será o próximo passo.

Nessa capacitação de serviços, também tive oportunidade de criar o Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Cenea), lá no Ceará. Em 2007, nós conseguimos montar o primeiro túnel de vento, com o objetivo de calibração de anemômetros para a indústria eólica. Está lá o nosso túnel de vento, o primeiro do Nordeste, ainda com dificuldades de recursos. Foi feito um convênio do Governo do Estado com o Ministério de Minas e Energia no sentido de trazer

a capacitação de serviços, a prestação de serviços, voltada para a indústria eólica.

Enfim, esses desafios, essas dificuldades e o rompimento dessas dificuldades nos trouxeram à situação em que nós estamos. Mas ainda não está completamente consolidada. No Ceará, temos seis fábricas, entre elas a de aerogeradores, pás, torres e naceles. Uma é brasileira, a Aeris, de pás, e tem um programa de P&D excepcional para desenvolver um perfil de pá adequado às características de ventos do Nordeste do Brasil. E, nesse sentido, uma rentabilização da produção de energia da ordem de 12% a 15% em cima do perfil padrão, que é um perfil mundial, europeu. Essa manutenção, a sustentabilidade dessa indústria – e é uma das nossas comissões da Câmara Setorial – é de cadeia de suprimento.

O Estado do Ceará tem uma característica de buscar investidores para mudar o perfil de desenvolvimento do Estado, há muito tempo. Trabalha a atração de investimento e considera a indústria eólica, a indústria de energia renovável como estratégica. Nesse sentido, oferece os incentivos para que essa indústria componha, junto com as fábricas do produto final, que é o aerogerador, com um *cluster* de produção de partes e equipamentos voltados para a energia eólica.

Vou passar rapidamente porque a apresentação da Élbria mostrou absolutamente tudo. Praticamente, são eslaides que repetem o que a Élbria já falou muito bem. Então, o meu testemunho é mais...

Mas eu gostaria de ressaltar este, que é a quantidade de dinheiro, quantidade de investimentos, em termos financeiros. Quer dizer, a gente teve uma fase do Proinfra, que se estendeu durante seis anos, até a conclusão, com um investimento de R\$7.7 bilhões, e depois o resultado dos leilões, em três anos, indo a 7 GW instalados e chegando, em 2017, a 8.8 GW, com mais um total de R\$23 bilhões de investimento. Isso, para o Nordeste, do total de 31%, coincidentemente, o Nordeste fica com 23%, e o Ceará está com 9,2%.

Desse investimento, cria-se uma geração de negócios que proporciona um resultado que não é conhecido. Por exemplo, o primeiro grande parque do Estado do Ceará fica no norte do Estado, no Município de Camocim, são 104 MW. Tivemos oportunidade de fazer uma verificação. Ainda não temos esse estudo, mas isso pode ser disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, de qual foi a repercussão financeira para o Município de Camocim. Foi verificado claramente o percentual de acréscimo do PIB de Camocim e, conseqüentemente, da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS do Estado. Há uma repercussão direta. O investimento no Município gera uma movimentação financeira, de tal forma que traz

mais recursos para o Município. Voltam as fábricas, as perspectivas.

Um ponto que a Élbria mencionou, mas que é bom fazer uma complementação. O governo hoje tem a preocupação, como se fosse um freio: Quanto de energia eólica eu posso ter no meu sistema? Até quanto eu posso contratar de eólica? Porque já estou preocupado; porque pode dar problema. Esse é um ponto interessante para se discutir muito isso, porque o mundo vê diferente.

Temos situações na Espanha em que a geração eólica chega a 60%; na Dinamarca, da mesma forma. E a preocupação do pensamento, do planejamento da indústria eólica, do gestor de utilização da energia eólica no mundo é justamente de prover as condições para que essa energia seja o máximo possível utilizada e entre no sistema, na matriz. Esse é um ponto também que devemos ter muito cuidado e analisar muito bem. Ou seja, não tem freio; pelo contrário, tem que ter um motor empurrando, porque é uma energia que temos o potencial, temos um grande potencial.

Basicamente era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Engenheiro Adão Linhares Muniz pela sua explanação.

Eu gostaria de informar, mais uma vez, que temos a participação, nas nossas audiências públicas, da população em geral, via Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou pela Internet www.senado.gov.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo twitter @AloSenado.

Duas perguntas para o Engenheiro Adão Linhares Muniz:

“A interligação de diversos parques eólicos à rede de transmissão não foi concluída a tempo. O senhor não considera que os parques geradores eólicos, pelo menos nesse momento, deveriam concentrar-se nas localidades em que já existem linhas de transmissão próximas?”

A segunda:

“O Brasil depende da tecnologia desenvolvida em outros países para instalar seu parque gerador eólico. O que vem sendo feito a esse respeito? Quais soluções o senhor sugere para eliminar essa dependência?”

Vou passar agora a palavra ao primeiro Senador inscrito para fazer perguntas aos nossos palestrantes, S, Ex^a o Senador Lobão Filho, a quem gostaria de cumprimentar, em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela sua eleição, ainda ontem, para presidir a Comissão Mista de Orçamento.

Cumprimentos da nossa Comissão a V. Ex^a, Senador Lobão Filho.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Presidente. É uma satisfação tê-los aqui, Dr^a Élbia, Dr. Adão.

Sr. Presidente, eu queria, na realidade, fazer um registro. A energia eólica, no Brasil, era muito incipiente, conforme o relato do Dr. Adão, com casos muito pequenos e isolados no Ceará, contratados quase que de forma privada pela companhia elétrica do Ceará.

O Ministério das Minas e Energia – e, aí, faço um registro específico ao Ministro –, tendo em vista que uma ala do Ministério era contra o estabelecimento de um leilão específico para energia eólica... E é bom que os meus colegas possam entender o que é isso. Nós tínhamos aqui pouquíssimas fábricas, pequenas fábricas – imagino duas, na época –, vendo um potencial de mercado, mas temerosas pelo mercado, onde a contratação era pequena e o governo não contratava nada. A energia eólica custava entre R\$250,00 a R\$300,00 o megawatt. Era uma energia caríssima se comparada com a nossa energia de origem hídrica disponível. O governo deu alguns benefícios, alguns incentivos e promoveu a abertura de linhas de crédito no BNDES, mas isso não foi suficiente.

Muito bem. Percebam que o Ministério fez um leilão específico para contratar uma energia mais cara, ou seja, teve a visão de médio e longo prazo de saber que aquilo iria, sim, incentivar a inovação tecnológica, a construção de fábricas aqui, a competição de mercado e, conseqüentemente, a diminuição radical dos preços. A consequência disso tudo é que nós vimos, no último leilão, energia sendo contratada no meu Estado, o Maranhão, por cerca de R\$89,00 o megawatt. Vejam só, Srs. Senadores, a diferença: de quase R\$300,00 o megawatt para R\$90,00 o megawatt, num prazo, eu diria, de dois, três anos. Isso é uma revolução! É impressionante o preço que foi atingido!

Nobres convidados, o Ministério continua com resistência. Apesar desse case de sucesso absoluto, por conta da atual situação de energia, com o ingresso de muitos motores térmicos e a modicidade tarifária, o Ministério opõe certa resistência à energia solar, ou seja, de fazer o mesmo case de sucesso que aconteceu no leilão de energia eólica. A solar continua uma energia caríssima, mas, no meu entendimento, viveria o mesmo procedimento, o mesmo processo: iniciaria muito cara, iria baixando de preço, baixando de preço, até se tornar competitiva com a eólica, com as PCH, com o que seja

Então, eu perguntaria à Dr^a Élbia, embora especialista em eólica, se ela não percebe essa neces-

sidade de o Governo Federal também fazer o mesmo case que foi feito para a eólica para a energia solar.

Por fim, quero parabenizar a exposição brilhante de V. S^a, que muito enriqueceu meus conhecimentos em relação à eólica, eu que sempre fui um curioso em relação ao tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Lobão Filho.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar a Dr^a Élbia Melo e, também o Dr. Adão Linhares Muniz pelas brilhantes exposições.

O Brasil é um país que tem investido exemplarmente em energias renováveis, energias limpas; tem, na base da sua matriz energética, uma das energias mais limpas do Planeta. Quanto ao aproveitamento desse potencial eólico, eu, recentemente, passe pelo Nordeste, no início deste ano, e tive a oportunidade de ver ali vários campos onde já se construíram parques eólicos. E, acompanhando os avanços, também ouvindo as críticas, percebi que os parques estão prontos, mas não há linhas de transmissão. Esse descompasso entre a construção das linhas de transmissão e também os parques eólicos ocorre por falta de planejamento ou, de fato, por alguma questão mais pontual no processo burocrático da licitação ou da construção hoje de determinadas obras neste País? Há morosidade para se obter licenças ambientais e isso acaba travando um pouco o País, o que faz parte do grande tema em debate nesta Comissão, que é a otimização dos modais de uma forma rápida para nós ajudarmos a alavancar este País.

Então, quais são as razões de fato para este evidente deslocamento entre implantação de parques eólicos e a falta de linhas de transmissão.

E também, Sr. Presidente, nós temos aqui dados passados pela consultoria do Senado de que segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, 48% dos projetos de geração elétrica previstos para 2014 enfrentam sérios obstáculos para entrar em operação. O cronograma também está atrasado nos projetos das linhas de transmissão, pois 66% dos 80 principais projetos previstos para o biênio 2013/2015 estão com problemas. Como bem sabem V. S^{as}, os atrasos nos projetos de energia eólica são significativos, uma vez que há cronogramas comprometidos em mais de 80% dos empreendimentos em razão de principalmente ainda não estarem as respectivas linhas de transmissão prontas para operar. Segundo a Aneel, para 2013 es-

tão previstos 166 projetos de transmissão, sendo que 89 deles estão com obras atrasadas. Ou seja, 54% do total dos projetos de transmissão. Segundo a mesma Agência, os atrasos nas obras, que podem atingir 18 meses, impedem a entrada em operação de 600 megawatts de geração eólica. Pergunto se V. S^{as} acreditam que tais atrasos devem-se apenas à burocracia ou à demora na concessão das respectivas licenças ou se haveria outras razões.

Também, como o Governo Federal fazia um leilão exclusivo para parques eólicos e outro exclusivo para as linhas de transmissão, problemas sérios advieram do mau dimensionamento do tempo e da construção dessas linhas. Como consequência desse descompasso, a partir deste ano decidiu que só haverá leilões de eólica onde já houver linhas de transmissão. Qual é o posicionamento de V. S^{as} diante dessa decisão do Governo e se o problema será resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. S^a, o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento V. Ex^a e a Comissão pela iniciativa. Uma excelente Mesa que mostra o potencial e a riqueza do Brasil. Nós que já temos – de Delmiro Gouveia para cá são mais de 100 anos de hidrelétrica – um setor muito consolidado, mesmo assim, vivemos situações parecidas. Na hora de fazer Santo Antonio e Jirau não me consta que as linhas de transmissão estivessem prontas. Então, o problema é muito parecido. Agora mesmo, para o aproveitamento de todo esse potencial que ainda tem o Pará, perto da mais nova hidrelétrica de Belo Monte não me consta que haja nenhuma linha de transmissão sequer, não há nada de linha de transmissão a 100 quilômetros de distância. Então, acho que são obstáculos mais da resistência em compreender os vários potenciais de que o Brasil dispõe. Quer dizer, o Brasil hoje mostrou isso – o Adão foi partícipe direto do primeiro mapa eólico, da montagem do primeiro mapa eólico no Estado do Ceará, que depois se estendeu para o Rio Grande do Norte, mostrando todo o potencial daquela região – para o País inteiro. Hoje, examina-se o potencial eólico do Brasil inteiro: Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Pará, Amazonas, as Regiões Sudeste e Sul. Quer dizer, há vento para todo lado no Brasil. O problema é: onde está o melhor vento? Onde há o melhor aproveitamento? Mas todo o Brasil tem uma riqueza enorme do ponto de vista eólico.

Eu considero que o mesmo ocorre com a energia solar. Talvez a nossa necessidade no Ceará nos impo-

na essas circunstâncias que se ofereceram. Também lá no Ceará está a primeira usina, digamos assim, de geração comercial de energia solar, que sofre o mesmo problema de linha de transmissão lá no Município de Tauá, onde há um potencial de ampliação gigantesco, com uma experiência rica de produção e venda de energia solar que mostra essa força da energia solar. Então, compreender... Por quê? Porque essas são energias...

Eu até fiz aqui uma pergunta: é necessário mais ou menos energia? Nós precisamos de mais energia, e de várias fontes: do pré-sal, solar, eólica, da hidrelétrica. Todas têm problemas. Há problemas ambientais em todas; não existe nenhuma em que não haja problema ambiental.

O nosso primeiro parque experimental lá em Mucuripe evidentemente já vai ser tombado pelo IPHAN. Daqui a pouco, o IPHAN vai tombar aquele primeiro parque. Ao mesmo tempo, isso também cria embarços para a construção de novos parques em alguns lugares onde há grande potencial.

Eu trabalho com a ideia de mais energia, pela nossa necessidade de fazer novas descobertas.

Fico olhando o primeiro passo do Mucuripe, e você está fazendo leilão para vender no Maranhão. Daqui a pouco, em Goiás ou na região do Mato Grosso, haverá leilões que vão oferecer também essas áreas para a produção de energia. Na Bahia, nos últimos leilões, houve um incremento enorme na oferta de áreas para a implantação de parques eólicos.

A indústria era praticamente... Nós tínhamos a indústria, porque a energia dos ventos é milenar. Então, nós já conhecemos a sua força e a sua capacidade milenar. Aqui mesmo, no Nordeste brasileiro, os cata-ventos já eram produtores de energia há muitas e muitas décadas e até séculos. Agora, a geração elétrica era a nossa dificuldade. E, na geração elétrica, a nossa indústria era praticamente inexistente.

Hoje, lembro que a Suzlon veio ao Senado para discutir se havia ou não condições de se implantar no Brasil frente aos chamados problemas: se íamos manter os leilões, se não íamos manter os leilões. E nós dissemos: "Sim, nós vamos manter os leilões". Por que eles estavam fazendo essa pergunta? Porque havia resistência ainda dentro do espaço governamental, quer dizer, havia resistência dentro do governo de compreender a situação e deixar essa porta sempre aberta. Planejar é correto; o governo deve planejar. Vamos realizar leilões de energia eólica que vão oferecer tal quantidade de energia, o que é muito importante para nós. Ela é complementar à energia hidrelétrica, porque quanto mais chuva menos vento, não é assim, Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Quanto mais seco mais vento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quanto mais seco mais vento. Então, um problema que, para nós, é um desastre ambiental – a seca, na nossa região –, ao mesmo tempo, produz mais energia eólica no Ceará e no Rio Grande do Norte. Então, essa é uma espécie de compensação para o prejuízo que a estiagem está causando, mas está gerando mais energia.

Portanto, eu quero compreender que nós vencemos uma parte da barreira, que é a barreira do negócio, porque, quando eu falo em eólica, eu falo de um conjunto de empresas distintas das que estão atuando no setor hidrelétrico. E o negócio hidrelétrico compete com o negócio eólico, que compete com o negócio solar. Então, essa disputa comercial, industrial dos setores também é um problema. Nós precisamos dizer: “Olha, nós não queremos que essa disputa atrapalhe o fornecimento de energia para o nosso País; pelo contrário, nós queremos que essa competição saudável entre as empresas ajude o País.”

E só se faz isso se se atraírem mais empresas e produzir equipamentos a partir da nossa tecnologia, se investirmos mais em pesquisa no Brasil, construindo equipamentos e trazendo a construção desses equipamentos para o Brasil.

Os aerogeradores, em grande parte, são construídos fora do Brasil. Nós temos pequenos aerogeradores no Brasil. Então, é preciso trazer essa construção para o País, produzir os aerogeradores e sofisticar a nossa produção, atendendo à nossa necessidade, e depois exportar isso para o mundo.

Acho que temos aqui um potencial em várias áreas. Nós poderemos ter energia, desenvolver tecnologia e gerar emprego de alta qualidade. E tudo isso vai responder a uma série de receios e temores que nós temos na própria academia, na área dos cursos de engenharia. Em todas as engenharias, normalmente, lidamos com este problema – quando se chega à universidade, ao debater a energia eólica especialmente, que é a que mais avançou dentre essas – sobre a diferença entre a potência instalada e o que você realmente entrega, na ponta, de energia. Então, sempre fica esse dilema, essa incompreensão.

O problema com as linhas de transmissão é ainda um problema da organização nossa, brasileira. Não é só para a eólica, digo mais uma vez, mas para todas as energias. Não existe uma em que tenha nascido primeiro a linha de transmissão. Eu não conheço. Até hoje o Paraguai está lidando com o problema de linha de transmissão; em Itaipu, já faz um tempo. Então, acho que nós deveríamos compreender a questão da

energia eólica, especificamente, como um potencial ainda a avançar muito no Brasil, muito. Há muito espaço para a energia eólica e as demais energias são também fantásticas.

Agora mesmo, no debate sobre a medida provisória da energia, estamos lidando com a microgeração eólica e solar, com o potencial dessa microgeração. Em que se pode beneficiar o microgerador residencial; não é só o pequeno negócio, não – alguém que já tenha um negócio; já tenha uma renda mais forte, porque tem uma pequena indústria, um pequeno comércio, uma pequena área de serviço que pode gerar a sua própria energia. E como ela pode se beneficiar dessa geração? Vendendo o seu excedente não apenas para pagar o que instalou ali de equipamentos, etc., mas, sobretudo, vendendo essa energia.

Eu acompanho isso, por sorte, no Ceará e no Rio Grande do Norte, porque até na Serra de Baturité existe potencial para a geração de energia. E foi onde nasceu meu pai e, depois, minha mãe. Quer dizer, o pai dela, em Currais Novos, na beirada da Serra de Santana, no Rio Grande do Norte, na região úmida do Seridó.

E lá em cima, numa das pequenas fazendas de um tio meu, havia uma pequena geração de energia eólica. Ele achava que, naquela região, nunca ia produzir nada, que ele nunca ia ganhar nada com aquilo e que aquele terreno ficaria sem nada, sem produzir. Ele disse que chegou um povo lá e disse: “Olha, aqui pode gerar energia eólica.” Ele disse: “Pode? Vamos medir.” Mediram e está lá um parque de geração eólica beneficiando, gerando renda para aquela população.

Imagine o potencial do Brasil inteiro! Eu vejo isso nesse sentido. Parabenizo V. Ex^a e não quero questionar, porque acho que as perguntas já estão no sentido do que nós queremos, que é em quê? É no problema da transmissão, de melhorar a oferta da energia instalada, aumentar a capacidade dessa energia chegar efetivamente na ponta.

Acho que nós temos capacidade para avançar nisso. O Brasil tem mostrado essa capacidade. Então, acho que nós estamos num rumo bom. E quanto mais energia, melhor. O problema nosso é a falta de energia. Quando falta é que é problema para nós.

Agora, tendo energia, nós podemos estar com ela aqui na nossa mão para produzir, seja em termos de avanços econômicos, como estamos vivendo no Brasil, ou mesmo em tempo de crise. Ter energia sabendo que ela vai estar disponível para você, isso que é positivo para o Brasil.

Por isso, mais uma vez, dou os parabéns a V. Ex^a, especialmente ao Presidente da ABEEólica e ao Vice-Presidente da ABEEólica, quer dizer, o fundador e atual Presidente da ABEEólica, pelo esforço que

tem feito nacionalmente de divulgar, debater, discutir em todos os fóruns essa importante energia renovável que é a energia eólica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda. Esta Comissão é que agradece a V. Ex^a pela indicação que fez dos dois palestrantes, para que hoje pudessem estar aqui conosco, compartilhando o seu conhecimento e toda a sua fundada esperança de que a energia eólica poderá, dentro em breve, fazer parte, de forma competitiva, da nossa matriz energética.

Obrigado a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero dizer que esse é um tema superimportante não só para o momento, mas principalmente por todo esse empenho, que não só a Comissão, mas o Senado, de modo geral, vem empreendendo no sentido de adotarmos fontes alternativas.

Portanto, eu diria que o primeiro balanço, meu caro Adão, que é importante a gente fazer aqui é o seguinte: o alternativo não significa que é algo amador, utilizado como se fosse uma espécie, meu caro Senador Collor, que você ajusta para pequenas atividades. Nós precisamos enxergar de outra forma. Acho que esse é o conceito principal que a gente tem de passar a adotar. Talvez por isso o limite seja colocado, e aí é importante lembrar o que aconteceu em outubro do ano passado neste País, no período mais seco, para entender exatamente o que é esse alternativo.

Um dos grandes questionamentos que se fazia, doutora, em relação à eólica, era a sua eficiência, portanto, a sua consistência, a sua capacidade de fornecer ou integrar o sistema, respondendo no momento em que o sistema passa por períodos, vamos chamar de queda. Aí não é queda no sentido de interromper o fornecimento, mas exatamente o momento em que nossos lagos estão sofrendo por conta da seca.

Esse setor, meu caro Alfredo, que a gente costuma chamar de polígono das águas – por isso toda vez que chove aqui em Brasília eu fico alegre, não só porque o clima daqui melhora, porque a gente dorme mais tranquilo, meu caro Senador Collor, mas porque essas águas daqui se deslocam para outro ponto...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o que se chama de tempo ruim aqui é tempo bom para nós.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é. Então, na realidade, essas águas se deslocam e enchem os nossos lagos. Lago não foi feito, na parte de geração de energia, só para alguém achar que

é enfeite; lago é armazenamento de energia. Eu não armazeno energia; eu armazeno água. No período de outubro, que é um período difícil, em resposta à ausência dessas chuvas, principalmente aqui no polígono das águas, a eólica, por exemplo, bateu seu recorde no Brasil. A eólica chegou a algo em torno de 700, 770MW para atender a essa demanda. O suprimento chegou à matriz elétrica brasileira fornecendo 770MW de energia, promovendo um verdadeiro equilíbrio, desafiando o que todo mundo chamava de limites da eólica. Essa coisa da “eficiência eólica não vai fornecer”, ou quando contratada, ou quando buscada para fazer exatamente essa cobertura, ou esse suprimento, ela não tem capacidade, ela não tem estabilidade para isso.

Portanto, nós já vivenciamos essa experiência agora. E é uma experiência vivenciada também a partir de outros avanços, meu caro Inácio. Eu falava aqui das primeiras usinas e tal. Nós falávamos de geração, por exemplo, com 600K, hoje nós estamos falando de geração com 3M; nós falávamos de torre de 48, hoje estamos falando de 100. E não chegamos a 100 porque é mais bonito, fica bem mais alto, evita que alguém suba. Não. É porque isso foi a partir exatamente da identificação.

Onde é que está a faixa de vento que melhor me dá? Pode até não me dar uma intensidade tão alta quanto o mais baixo – refiro-me à altura. Mas a intensidade também tem que estar associada a outros fatores. Por exemplo, a turbulência, quando se aplica numa situação dessas, ela nos prejudica na geração de energia, na entrega dessa energia.

Portanto, isso foi medido, e a brincadeira que nasce, que sempre faço aqui, de vento seco, é: o povo da eólica ficou a vida inteira estudando, estudando, estudando; e o sertanejo já dizia “a gente sabe disso há muito tempo”!

É esta a história: quanto mais seco, mais vento. É o que meu pai dizia na roça o tempo inteiro: “Aqui não tem jeito.” É aquela história: o vento bate e leva chuva. Então, o sertanejo vê o vento bater, vê a nuvem até escurecer, mas vê a nuvenzinha viajar. A nuvem vai embora!

É isto: quanto mais seco, mais vento. É por isso que está lá em cima, porque o sertanejo vê a nuvem e não vê cá embaixo. Então, quando nós chegamos a 100 metros de altura, é exatamente identificando onde é que esse vento tem constância, para fazer exatamente um maior aproveitamento dessa situação.

Estes debates são importantes, mas para a gente começar a assimilar de outra forma.

Quando nós começamos a discutir eólica no Vale do Santo Onofre, é até aqui muito perto, uma região próxima a Bom Jesus da Lapa, uma região a mais ou

menos 70 quilômetros à beira do Rio Santo Onofre, que é um braço do São Francisco, a gente chegava lá, e eu me lembro de Vitu, um agricultor, que me dizia assim: “Mas, Pinheiro, esse negócio é complicado! Cadê o par de fios, Pinheiro? Você vai botar bateria aqui em casa?! Eu quero ver o par de fios.”

Essa descrença, se estava na cabeça do sertanejo, ela sempre esteve na cabeça do cara aqui de cima, do projetante, do governante, do mandante. Nós precisamos quebrar essa cultura, ou melhor, eu nem posso chamar um negócio desses de cultura. É anti-cultura essa resistência.

Lobão Filho dava um exemplo bem claro, que nós já chegamos no último leilão com um preço de energia muito melhor inclusive do que o de outro tipo de energia.

Eu continuo convencido de que isso aqui é muito mais consistente do que, por exemplo, geração a fio d'água. Muito mais consistente. E volto àquela história que falei aqui antes: no fio d'água, não armazeno, Collor! Gerou, bateu na ponta, tem que ir embora. Se não houver nada do outro lado para ligar, já foi. Vai embora.

Então, acho que é importante a gente entender essas coisas e ver qual é o nosso papel, para determinar, por exemplo, que isso tem que entrar na Ordem do Dia.

Nós estamos fazendo o debate da banda larga hoje. Banda larga não é só enfeite para o cara usar. É insumo principal. “Eólica não pode continuar.” “É porque é fonte bonitinha, alternativa; porque é verde.” Não é esse o debate. É importante por que é isso? É. Porque ela é muito mais sustentável do ponto de vista ambiental e ela tem que virar sustentável do ponto de vista econômico. Ela é sustentável do ponto de vista econômico.

Portanto, os dois fatores são fundamentais para a gente promover esse debate. E aí entra essa história, por exemplo, a definição de áreas; saber onde nós temos áreas no Brasil. Nós temos no Brasil inteiro. É óbvio que vamos ter variações. É melhor eu operar com uma torre com até 70 metros, em que é possível apostar numa torre de 100, em que é possível eu associar essa questão até para superar os gargalos; por exemplo, saber em que regiões do País eu vou ter menos problemas para a minha linha de transmissão. “Inácio, você está correto!” O problema que aflige a linha de transmissão aflige, por exemplo, a estrada; aflige, por exemplo, a ferrovia.

Querem ver um exemplo aqui? Caverna. Nós estamos com o maior problema, por exemplo, nas linhas de transmissão da Bahia e estamos discutindo com o Ministério da Cultura. Não estamos discutindo com o Ministério de Minas e Energia, não. É com o IPHAN. Por quê? Porque aí há outro problema. Eu não tenho

profissionais capacitados para atuar numa área que é essencial. Vocês sabem quais são as universidades brasileiras que formam, por graduação, arqueólogos no Brasil? Até outro dia, só havia em São Raimundo Nonato, no Piauí. Graduação em Arqueologia na Bahia, na Universidade do Vale do São Francisco. Pode haver pós na USP ou não sei onde. Graduação só havia na Univasf. Aí o IPHAN diz assim: “Mas eu preciso desse cara, do arqueólogo, para resolver o problema da caverna.”

Aí, eu compro uma energia num leilão, vou para o BNDES para receber o recurso, fica parado o processo no Ministério de Minas e Energia, aí o BNDES diz assim: “Você tem até setembro para fechar seu contrato comigo.” Aí o Ministério de Minas e Energia diz: “Mas o IPHAN só vai me liberar em dezembro. Eu só posso lhe entregar o estudo disso em janeiro.” Aí, como é que faz?

Então, o gargalo da linha de transmissão tem que ser enfrentado, Senador Collor, inclusive por nós aqui, num debate, para entendermos. Não estou querendo que ninguém passe por cima de caverna. Não estou querendo que destrua nada. Não é esse o debate. Nós vamos tratar as coisas também para não ficar parecendo que somos imbecis. O debate é outro. Encontrou a caverna? Então, vamos lá. Qual é a alternativa a isso? Essa resposta tem que vir na mesma velocidade do vento. Ou até, nesse caso, na velocidade da luz, que é muito melhor. Então é importante tratar isso.

Outra questão fundamental, eu concordo, e decisiva para nós é a questão do P&D, a questão do desenvolvimento, da inovação. Nós temos que associar todos esses projetos nossos de eólica aos nossos parques tecnológicos instalados em cada Estado. Fizemos, de 1998 para cá, no Brasil, uma política para desconcentrar a parte tecnológica. Esse foi um desafio que nós assumimos na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Discutimos com o governo, ainda com o Governo Fernando Henrique.

Agora, nós precisamos usar esse potencial. Por exemplo, na Bahia, nós estamos fazendo isso com o Cimatec. Na certificação, na introdução de inovação, associamos um grande centro de pesquisa ao parque tecnológico com uma matriz real de campo, que é a eólica. Então, nós temos que apostar nisso, chamar os Estados e dizer: “Amigo, está aqui. Há recursos aqui. Vamos lá. O que cada Estado pode fazer?” Acho que esse é um papel importante. A partir dos leilões, você coloca quase que como carga. Tem que haver a separação para P&D, tem que haver absorção disso, porque senão a gente não dá o passo seguinte. Não está desenvolvido na sua plenitude, não.

Provavelmente, eu irei agora de novo à Espanha para uma discussão dessas, no início de maio. Eu me lembro de que a primeira vez que eu estive numa situação dessas sobre inovação, o sujeito me chamou para um desafio e disse: “Venha cá, Pinheiro. Deixa eu te colocar num helicóptero para você ir comigo ver uma torre lá no meio do mar, para você descer, para ver como a gente dá manutenção nisso.” E uma das questões centrais: como a gente pega isso e processa como centros de monitoração? Então, nós precisamos desenvolver para isso. Não estou falando de nenhuma odisseia no espaço, até porque a odisseia no espaço foi em 2001, acabou. Nós estamos muito mais além.

Então, como a gente integra esses nossos parques nos nossos centros de monitoração, inclusive para utilizar isso para outra coisa? Se utilizo para manutenção, para o gerenciamento do parque eólico, eu utilizo para informações climáticas, adoto isso para a agricultura. Portanto é colhendo energia no vento e na manutenção disso que eu colho outras informações que vão alimentar esse potencial. Isso está no desenvolvimento científico e tecnológico. Isso tem que estar associado, Senador Collor, amarrado. É obrigatório o percentual de investimento nisso. É um compromisso da esfera pública e da iniciativa privada que está nisso.

Então, o Governo tem que colocar a mão nesse negócio. Não dá para assistir de camarote. O Ministério de Ciência e Tecnologia tem que participar ativamente, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia. Não dá para assistir isso passar pelo vento. Tem que aproveitar, ganhar, associar, por exemplo, a instalação dessas torres no desenvolvimento, no compartilhamento de infraestrutura de comunicação. Ora, por que eu vou gastar horrores para montar 3 ou 4 torres de celular, quando eu tenho uma baita torre eólica? Por que não é possível fazer o compartilhamento dessa infraestrutura, usando, inclusive, tecnologia?

Nós vimos isso agora no Congresso de Tecnologia Móvel de Barcelona, onde as soluções aplicadas eram para isto, fazer a otimização do uso dessa infra e, ao mesmo tempo, promover um outro tipo de atendimento, não só em larga, às vezes até em situações menores, como você falou aí, em pequenas unidades de geração, atendendo demandas menores e, ao mesmo tempo, atendendo também demandas menores usando femtocell, e não usando sistemas de ERB para atendimento em raios maiores. Portanto eu posso fazer isso ou vou continuar no grande debate.

O grande debate nosso da expansão da banda larga para o lugar aonde chega a torre de eólica é porque não tem condição, a infra é cara. Se usar 2.5 giga, vamos ter que fazer a cada quatro quilômetros uma

torre e não funciona. Não tem condições em uma estação de rádio base? Coloca isso em 450. Usa a cada vinte quilômetros. Usa as torres eólicas.

Portanto, é como se utiliza esse desenvolvimento tecnológico para não só desenvolver o setor como usar isso que nós estamos desenvolvendo na eólica para diversas atividades ali correlatas. Como se utiliza isso para...

Nós estamos fazendo um desenvolvimento junto com a Qualcomm para tentar associar várias coisas da eólica com a agricultura familiar, até porque essa é a nova fonte de renda dessa turma da agricultura familiar. Então, não posso ficar só no poste fincado no solo e a gente pagando IPTU da torre. Quero mais do que isso.

Se o cara já está recebendo o “IPTUzinho” dele da torre, quero aproveitar, agora, e ver como a gente utiliza a tecnologia de ponta que vocês usam, tanto do aerogerador até as outras técnicas de controle. Como isso pode ser utilizado para aquelas atividades. Então, é importante se aprimorar nisso.

E a questão da capacitação. É fundamental. Esse é um problema sério, Senador Collor. Acho que foi o Adão quem falou que hoje a gente ainda importa muita mão de obra. É por que a nossa turma não tem capacidade? Não! Nós não temos centro de formação. Isso não entrava na grade curricular de nenhuma universidade. Em nenhum curso de engenharia. E nós não estamos falando de 500 anos atrás, estamos falando de ontem. Agora é que estamos tendo, aqui, ali e acolá, até formação específica em energias alternativas. Mas antes era um negócio... Você tocava no assunto *en passant*. Então, é fundamental associar essa questão.

Eu quero encerrar, Senador Collor. Associado a isso é o debate da atração de fábricas, essa coisa de investimento, manutenção, suprimento. Essa importante identificação do nosso perfil. Agora, por exemplo, fechamos com a Alstom para se instalar no interior da Bahia. Ela já havia assumido o compromisso de se instalar na Região de Camaçari. E começamos a discutir com a Alstom exatamente isso que você falava aí, Adão. Como se vê o perfil... Nós dissemos: Você vai se instalar em Camaçari para levar os aerogeradores para 700 quilômetros de Camaçari. Podem implantar lá na região! Vamos fazer lá, é mais barato! Dali mesmo você já pega... Eu ainda brinquei com eles: Vocês fizeram um negócio melhor do que pescar num aquário, de bomba ainda por cima.

Eles vão instalar uma unidade já contratada. E 440 aerogeradores. O cara vai montar uma fábrica e os 440 geradores já estão vendidos. A produção já está vendida antecipadamente. Foram mais espertos do que os outros, em vez de colher do vento, está colhendo já pronto.

Então, essa coisa dessa identificação é importante. Ao mesmo tempo em que desenvolvo, também vou ao encontro. Esse negócio do debate de desenvolvimento, por exemplo, das pás... Eu estive... Se não me engano, em fevereiro do ano passado, o pessoal discutia exatamente como seccionavam a pá para promover o transporte. E lá, na hora, monta-se. É um parto transportar uma pá daquela pela estrada. Haja caminhão! E nós não temos estradas preparadas para isso. As torres de eólica não estão ali. Não tem saído do porto se instala a torre! Saiu do porto, meu amigo, você coloca num caminhão velho e vai pegar uma estrada que não é duplicada.

Esse enfrentamento, Senador Collor, acho que a Comissão precisava assumir aqui. Essas coisas da contratação e dos limites. Se a gente for colocar na ponta do lápis, hoje, estamos com 2% só da matriz elétrica e eólica no País. Nós só temos 2%! Nós estamos falando tudo isso aqui, maravilha, não sei o quê, mas estamos com 2%! Uma parte pode ser exatamente pelo atraso nosso, mas outra parte, com certeza, é pelo atraso de cabeça de muita gente que vai colocando trava. Aí o leilão vai ficando tímido. Ah, não vai ter gente! Não vai ter! Como não vai ter gente?

Tem um poeta velho da Bahia, que foi meu colega de empresa do setor Telebrás, que até já faleceu, Dalmário da Cruz, que em um poema dele dizia assim: “A possibilidade de arriscar é que nos faz homens.” Então, que medo é esse do Ministério de não apostar nisso?

E nós estamos, ainda, com uma média muito tímida, mas é uma média que já dá para a gente comemorar. São sete milhões e meio de brasileiros que já receberam energia advinda do vento. É pouco, mas também volto a dizer: para todo esse contexto que nós estamos vivendo, ainda é uma coisa a se comemorar. Fechar um ano com 73%, se a gente comparar o que nós instalamos em 2012, meu caro Lobão, com 2011, é um crescimento de 73%, num período de crise econômica! Qual é o setor que cresceu isso? Setenta e três por cento!

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Só para complementar, Senador, a eólica já está em 5%, 6%; não são 2%, são 6%, porque já estamos com quase 7.000MW, entre contratado e instalado; nós temos 120 na nossa matriz; então, dá quase 6%, entre 6% e 7%. Já é um avanço, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é, mas é o que estou dizendo: se você pegar essa capacidade nossa instalada de 2012 com o que é o desafio nosso, nós estamos falando em crescer, até 2017, quase quatro vezes mais. Então, é fundamental. “É um desafio ousado crescer 300%.” Não, não é um desafio ousado. É um desafio dentro, principalmente,

das necessidades deste País. Se a gente quer se desenvolver economicamente e se a gente quer crescer desconcentrando, para desconcentrar você tem que levar energia para os pontos remotos, para os pontos distantes. Ninguém vai se instalar em Caetitê, na Bahia, se não houver energia, se não houver banda larga, se não houver estrada. Isso vale para a Bahia, vale para o Pará, vale para todos os cantos do nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, pela grande contribuição que dá ao nosso debate da manhã de hoje.

Para responder as perguntas formuladas por S. Ex^{as} os Srs. Senadores, passo a palavra, inicialmente, à Dr^a Élbina Melo, não esquecendo as primeiras perguntas formuladas, que aqui chegaram.

Atribui-se o baixo valor dos preços da energia eólica ofertada nos últimos leilões da EPE à grande disponibilidade de capacidade ociosa na indústria fornecedora de aerogeradores; a senhora concorda com essa análise? Como a senhora estima que se comportarão os preços de energia eólica nos leilões vindouros? Como armazenar a energia produzida pelo vento? O que fazer com a sua intermitência?

A segunda pergunta:

Ocorre grande variação no fator de capacidade das usinas eólicas, o que implica a necessidade de outras fontes para firmar a energia elétrica de origem eólica; V. S^a tem alguma sugestão para que a introdução de energia eólica ocorra de forma sinérgica com outras fontes de energia?

E aqui uma outra indagação, do Alô Senado, da Sr^a Rubenita dos Santos Castro, de Jaguarari, na Bahia, Rua da Palma, 774, Núcleo Residencial Pilar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Pilar é onde fica a mina onde, durante muito tempo, operou a Caraíba Metais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ah, da Caraíba Metais?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É uma região inclusive que tem muito cobre e é uma região muito seca, que tem vento para dar de pau.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, vamos ver aqui o que ela pergunta.

Ela diz que estamos debatendo questões relativas à matriz energética brasileira; alega que, em determinado momento, foi mencionada a experiência de utilização de energia eólica no Estado do Ceará, quando foi também mencionado que não há profissionais técnicos especializados no Brasil que dominem essa tecnologia alternativa, sendo necessário importar profissionais de outros países para trabalharem nas

unidades de transmissão de energia eólica; contudo, ela afirma ter escutado de algum membro da Mesa que há, no Brasil, cursos para formar tecnólogos na área de energia eólica no Senai. Diante disso, ela gostaria de saber se esses cursos são oferecidos apenas na unidade do Ceará ou se é possível cursá-los em outras unidades do País, como na do Estado da Bahia. E pergunta, por fim, se a convidada Dr^a Élbina Melo também oferece cursos aos cidadãos.

Tem a Dr^a Élbina Melo a palavra.

A SR^a ÉLBINA MELO – Obrigada, Presidente.

Na ordem, a respeito das máquinas que chegaram ao Brasil e que foram sobra de equipamentos, na realidade, em 2009, a Europa estava passando por uma crise muito forte. Então a Europa, seguida pelos Estados Unidos, reduziu os investimentos em fonte eólica. Crise lá, oportunidade cá. Naquele momento de crise, os fabricantes, os vendedores de equipamentos olharam para o Brasil.

E no início pode até se dizer que eles trouxeram as máquinas que estavam em estoque, mas quando eles vislumbraram a pujança do mercado brasileiro, imediatamente se mudaram para cá. Como o próprio Senador Lobão Filho mencionou, em 2009, nós tínhamos dois fabricantes; hoje, nós estamos com nove fabricantes e trazendo tecnologia de ponta. Então, no início, foi isso e, com o processo de competição e a sinalização de um mercado muito grande, nós temos com tecnologia de ponta e preços competitivos.

Em perspectiva futura, o preço da energia eólica está associado ao custo de produção da energia eólica, que, definitivamente, reduziu. Portanto nós vamos manter essa competitividade e temos uma perspectiva futura de preços competitivos. Não podemos afirmar, de forma alguma, quanto será o preço, se ele será menor do que chegou nesses níveis dos leilões, porque temos a relação preço e custo. Mas já chegamos a níveis competitivos e à medida que trazemos tecnologias mais modernas, nós conseguimos reduzir os custos de produção, tendo, portanto, a possibilidade de reduzir os preços. Esse é um ponto fundamental a respeito da tecnologia e da sobra de equipamentos.

A respeito de armazenamento, nós próprios, técnicos do setor elétrico e também do setor eólico, temos uma visão um pouco turva quanto à geração eólica. Toda fonte renovável é por definição uma fonte sazonal e intermitente. A hidrelétrica é sazonal e intermitente, a solar, também, assim como a eólica. Toda a fonte que vem da natureza é por definição sazonal e intermitente. E nós percebemos, principalmente em 2012, Senador, os resultados de geração, que na fonte eólica, quando você tem uma quantidade maior, falando estatisticamente de população, ou seja, uma

quantidade maior de aerogeradores montados, essa intermitência se reduz.

Nós não percebemos a intermitência muito forte na hidrelétrica, porque temos reservatórios. A partir do momento em que construímos usinas a fio d'água, porque o meio ambiente não nos deixa fazer mais reservatórios, nós estamos começando a perceber também a intermitência na hidrelétrica. A hidrelétrica é mais intermitente até do que a eólica.

Então nós temos esse mito e devemos tirar esse mito da confiabilidade da geração de energia eólica. Isso é fundamental, mas não está claro para nós, técnicos, nem para os formuladores de política. Nós temos que rebater esse conceito e ir diretamente ao que a produção eólica traz.

Como se poderia armazenar? Bom, armazenar vento ainda não é possível, mas, como nós temos reservatórios, e os nossos reservatórios ainda contribuem bastante para o sistema, nós armazenamos vento. Sabe quando? Quando produzimos eólica e estamos evitando gastar os reservatórios nos períodos secos. A hidrelétrica própria guarda esse reservatório. E qual é a saída para a convivência da fonte eólica com as demais fontes? Como nós podemos harmonizar? Nós temos a felicidade de ter essa relação complementar da hidrelétrica com a eólica e também com a biomassa.

O que o País precisa entender parece que agora está entendendo; há um sinal muito claro a partir da formulação da política, Senador, e o senhor tem acompanhado, de que nós temos que diversificar a matriz energética brasileira. É isso que vai nos trazer segurança de suprimento de longo prazo. Diversificar é considerar que os recursos de energia – Senador Inácio, o senhor falou muito bem – não são concorrentes entre si; eles são complementares entre si. Esse é o ponto.

Então, não existe energia alternativa, e o senhor falou muito bem, porque quando falamos alternativa, dá ideia de que eu aceito uma e excluo a outra, em energia, não se faz isso, se complementa. Então a matriz tem que seguir na linha da complementação. E, aí, Senador, o senhor falou muito bem da questão solar, e aí até já respondendo a sua pergunta, a energia solar vai precisar passar pela trajetória da eólica. Então, realmente, é necessário que haja um pontapé, um chute inicial por parte da política.

Estive, ano passado, na Rio+20 para explicar para o resto do mundo – eles queriam saber – por que o Brasil estava nesse estágio de desenvolvimento de energia renovável, principalmente eólica. Eu disse: “Hoje, estamos assim por causa do mercado, mas nós só chegamos à solução de mercado de mercado porque tivemos uma solução de política”. A energia solar precisa de uma solução de política e o caminho

é esse, não exclusivo. E aí se dá o primeiro sinal para os investimentos. Depois, sustentar esses investimentos é um grande desafio. E esse é o grande desafio da energia eólica.

Passando, rapidamente, para as questões do Senador Sérgio Souza, S. Ex^a mencionou a questão das ICGs e disse por que está atrasado. Por que as linhas não estão lá? Os eventos que ocorrerão aqui são similares àqueles que derrubam avião: há uma série de coisas acontecendo.

Quando desenhamos os primeiros modelos de ICGs eram estações coletoras compartilhadas, o que é um modelo fantástico, porque permite uma economia de escala muito grande, colocam-se vários parques naquela estrutura. Calculou-se que, em dois anos, seríamos capazes de construir essa linha. Então foi feito um leilão em 2009 para o parque. Em 2010, um leilão para a linha de transmissão.

Ocorre que o processo de construção acabou tomando mais tempo e hoje o Brasil está enfrentando problema com linhas de transmissão não só do setor eólico. Todas as usinas, as hidrelétricas estão com problema. Na semana passada, a Aneel tomou uma decisão de extensão de prazo para a construção de linhas, porque estamos enfrentando vários entraves, desde ambientais. No caso da eólica, até conseguimos vencer rapidamente, porque a legislação da eólica está bem mais harmonizada, embora tenhamos um trabalho pela frente.

O problema maior enfrentado pela eólica, segundo o relato.

É lógico que houve alguma morosidade das empresas responsáveis pela construção. Elas mesmas assumiram isso e foram aos jornais dizer, mas estamos tendo um problema muito sério com o IPHAN. E isso é culpa nossa, do setor também. Temos que trabalhar e levar ao IPHAN a importância da energia. A gente tem uma tarefa a fazer e achei muito importante o Senador mencionar isso, porque precisamos realmente trabalhar com o IPHAN no sentido de solucionar esse prazo para as autorizações.

Tenho conversado com outros setores de infraestrutura e o problema tem sido o mesmo para outros setores. Agora, o que vemos também é que a eólica cresceu numa velocidade muito rápida. E nós conhecemos bem o nosso País, as carências que temos de infraestrutura. Quando um setor cresce muito rapidamente, é natural que encontre algum gargalo. Explica, mas não justifica! Não justifica e, de fato, temos que fazer um trabalho sério nesse sentido.

O Senador Walter Pinheiro comentou bastante a respeito da questão da inovação, da capacitação. Esse é um ponto muito importante. Nós estamos per-

cebendo. Estamos falando, Senador, da segunda fase da energia eólica no Brasil, que é a fase competitiva de dois, três anos de investimentos.

Os fabricantes chegaram ao Brasil há um, dois anos. Então o momento de se perceber e de se começar a fazer os investimentos em pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação é agora. A oportunidade é agora. Nós temos uma política importante do ponto de vista da política industrial, do BNDES, que é o Finame, que exige um índice de nacionalização dos equipamentos. Este ano essa política se tornou muito mais rígida, muito mais forte para internalizarmos a tecnologia. Temos que seguir nessa trajetória e fazer investimentos em capacitação, porque esse é um gargalo que estamos enfrentando e que vamos, de fato, ter que enfrentar agora e trabalhar no sentido de trazer, cada vez mais, essa questão da capacitação.

O Senador Inácio Arruda menciona bastante a questão da diversificação e do aproveitamento das energias. Esse é o grande ponto. Nós não podemos, de forma alguma, avaliar pela quantidade de recursos que o Brasil tem – e são todos recursos fantásticos a serem aproveitados – e tomar uma decisão racional visando a complementação desses recursos, o curso desses recursos. Temos que otimizar a nossa matriz de maneira racional.

Nos últimos anos, por infinitas razões, e uma delas, a busca da modicidade tarifária, o resultado da matriz energética estava associado ao resultado dos leilões. Então, fazia-se um planejamento, mas, de fato, o planejamento estava sendo definido pelo resultado dos leilões, que, nos últimos anos, foram até bons, porque a eólica participou bastante. Então, acabamos colocando na matriz uma fonte limpa, renovável e competitiva.

Neste momento, o Governo está revendo, justamente pelo fato de termos passado por esse período de baixa de reservatório, está revendo o planejamento, inclusive a modelagem dos leilões para inserir outras fontes. E é essa a visão que é importante, a visão da complementaridade, a visão da diversificação da matriz.

A senhora da Bahia que comentou a respeito dos cursos. Sim. Nós estamos, neste momento, discutindo com o MDIC. Dentro do plano Brasil Maior existe um plano de capacitação. Eles nos procuraram pedindo para que a ABEEólica informasse para eles quais eram as necessidades de capacitação do setor eólico. Haverá recursos do Governo para levar para os Senais, para os Sesis, para estas instituições para fazer a capacitação. Sim.

Então, nós estamos trabalhando nesse momento, buscando a demanda do setor e levando a capacitação. E, de fato, essa capacitação não se dá só no Estado do Ceará. Elas estão predominantemente nas

regiões em que se produz energia eólica, mas o planejamento que estamos fazendo neste momento é de expandir essa captação até para regiões como São Paulo, Minas Gerais.

Então, estamos trabalhando, agora, nisso.

A ABEEólica, nós costumamos participar muito de discussões nas cidades, vamos, viajamos, sempre que nos convidam, nós vamos para o interior da Bahia, para o interior de Santa Catarina, levar palestras, levar discussões sobre a energia eólica.

Nós não fazemos treinamentos especificamente, mas nós temos informações a respeito de treinamentos e aí eu coloco a ABEEólica à disposição para esse sentido.

Endereço, o site www.abeeolica.org.br, e nós podemos informar melhor à senhora sobre esses cursos. É, com dois “es”, “A”, “BE”, “Eólica”, ponto “org”, ponto “br”.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado, Dr^a Élbida Melo, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Elétrica, pelas suas respostas e informações.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Adão Linhares Muniz, para responder às indagações feitas, e, lendo aqui as perguntas que chegaram inicialmente: “A interligação de diversos parques eólicos à rede de transmissão não foi concluída a tempo. O senhor não considera que os parques geradores eólicos, pelo menos neste momento, deveriam concentrar-se nas localidades em que já existem linhas de transmissão próximas?”. E a segunda pergunta: “O Brasil depende da tecnologia desenvolvida em outros países para instalar seu parque gerador eólico. O que vem sendo feito a esse respeito e quais soluções o senhor sugere para eliminar essa dependência?”.

Tem o Dr. Adão Linhares Muniz a palavra.

O SR. ADÃO LINHARES MUNIZ – Obrigado, Senador. A localização do parque eólico, naturalmente, ele está onde tem o vento e, de preferência, onde tem o melhor vento. Então, é o inverso. A gente, nós que temos que buscar a energia onde tem a fonte, assim como nós fazemos isso com a hidrelétrica, na região Amazônica, Belo Monte, a gente vai buscar e traz a linha de transmissão específica, exclusiva para... E isso, naturalmente, tem um custo. Essa linha é dimensionada e, se for fio d’água, então, aí é mais grave, porque essa linha é dimensionada para o máximo e, na maioria do tempo, ela passa vazia.

Então, as soluções de infraestrutura têm que ver a solução do problema, de trazer a energia para o consumidor, até mesmo sem a infraestrutura, que é uma evolução que nós estamos tendo na microgeração. Você

colocar a geração exatamente onde o consumidor usa a energia. No caso da eólica, todos esses megawatts, todos esses aerogeradores que foram instalados no Brasil até agora, e que estão contratados, eles estão avaliados financeiramente dentro desse contexto de viabilidade econômica no sentido de fazer a conexão e que a conexão não tenha influência negativa na viabilidade do parque. Então, é natural. O investimento é no parque eólico, mas conexão até a rede básica.

Em função das distâncias de localização de parques eólicos da rede básica, o Governo estabeleceu a solução das ICG (Instalações Coletoras de Geração), que potencializam a sinergia de uma escala maior de parques, promovendo essa transferência de forma mais eficiente e econômica.

Bom, essa é a solução. Os problemas são decorrentes dos atrasos. Naturalmente a Élbida já explicou, e entendo ser uma questão de planejamento, uma questão de sincronização em termos de execução, naturalmente envolvendo todos os *players*, inclusive o meio ambiente, IPHAN, todos os que estão relacionados com o negócio.

É essa a minha visão, digamos assim com relação à conexão, em termos de trazer a energia eólica para rede básica e para o consumidor. O Brasil, Senadores, tem uma configuração de centro de consumo bem conhecido. Uma proporção muito grande do centro de consumo do Brasil está no litoral, normalmente onde há previsão de maior potencial de vento.

Isso já é uma facilidade também.

Quando vamos ao extremo, passando para a microgeração, elimina-se totalmente o investimento em infraestrutura, porque se está fazendo a geração no teto do consumidor. Isso reduz o investimento em infraestrutura para levar energia até aquele consumidor.

A segunda pergunta se refere à tecnologia. Há uma evolução natural da utilização da tecnologia eólica em termos de nacionalização da tecnologia de ponta, da tecnologia que requer uma capacitação diferenciada. Quer dizer, ao se colocar uma fábrica no interior da Bahia, isso significa que vamos ter técnicos especializados, engenheiros de alto nível, com alta qualificação lá naquele interior. Não funcionará se os engenheiros em Salvador estiverem em Salvador e tiverem que ir para lá. Terão que estar lá.

A planta de Solar de Tauá tem lá um escritório com engenheiros com alta qualificação fazendo manutenção. Essa é uma consequência.

As empresas que estão vindo para o Brasil em seu planejamento, podem ter certeza, estão trazendo a tecnologia, elas estão competindo. Vão se integrar a esse processo depois desses dois anos de inserção dessa matriz. Como, por exemplo, a implantação de

uma fábrica de pás nacional, de capital completamente nacional, com cabeças que idealizaram nacionais. Isso vem da Universidade de São Carlos, do ITA, de pesquisadores que passaram a ser empresários. É um sucesso brilhante.

Com relação à parte de tecnologia que vai também para o lado da política, o estabelecimento das regras de financiamento também induz a uma percepção melhor desse investidor externo, desse fabricante externo, no sentido de nacionalizar, de fazer realmente a tecnologia nacional.

Esse é o ponto da tecnologia.

O Senador Lobão Filho questionou como seria com relação à solar. A exemplo da eólica, será bem fácil a utilização e a replicação do sucesso da eólica, vamos dizer sucesso. E há um incentivo a mais, estabelecido também pela política, que é a microgeração, quer dizer, a permissão de o consumidor compensar sua energia e ter sua própria geração. Isso vai iniciar o processo de escala de demanda de painéis fotovoltaicos, de inversores, de componentes para a indústria solar, no sentido de que, quando houver uma decisão política também de um leilão específico para a solar, a consolidação da solar certamente vai ser muito mais rápida e a viabilização econômica da solar também vai ser muito mais rápida do que a eólica.

Gostaria de acentuar a parte da capacitação e, respondendo um pouco da pergunta da senhora da Bahia, temos com uma iniciativa específica no Ceará, junto com o Senai, também como fruto do resultado da Câmara Setorial de Energia Eólica, Senador. Utilizamos, propusemos e fomos bem recebidos pelo Governo do Estado do Ceará para a utilização das escolas profissionalizantes, que são, ao todo, algo em torno de 120 escolas profissionalizantes pelo interior, pelos Municípios do Ceará, que foca na matriz, na grade curricular este novo cenário: formar técnicos da eólica, formar instaladores, projetistas de painéis fotovoltaicos em instalações solares. E isso está ocorrendo, está começando a ser feito. Está entendido e está começando a ser feito no Ceará.

E, com o Senai, é especificamente um centro de referência em que vamos criar não só a mão de obra no nível que essa tecnologia requer, mas também criar laboratórios de certificação de equipamentos, essencialmente, para a energia solar. Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Adão Linhares Muniz pelas respostas oferecidas às indagações feitas.

Antes de iniciarmos a segunda parte da nossa reunião, gostaria de agradecer, em nome de todos os

integrantes desta Comissão, aos nossos convidados, à Dr^a Élbina Melo e ao Dr. Adão Linhares Muniz.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente Collor, antes de encerrar, queria só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Desculpe-me, é parte das próprias intervenções e desse debate, diria, ainda incipiente sobre essa questão da formação.

Acho que seria interesse tanto no ponto de vista do Pronatec, quanto da própria relação com os programas estaduais que a ABEEólica atuasse para além do Sistema S. Quero salientar que, no nosso caso, por exemplo, temos um grande centro de excelência. Inclusive, do ponto de vista mundial, estamos numa classificação das melhores quanto ao que o nosso Cimatec na Bahia produziu – volto a dizer, ele vai desde a questão da formação até a intervenção efetiva no setor, com formação em nível superior, com formação no campo na área de tecnólogos e também de mão de obra para esse setor.

Mas acho que seria importante que a ABEEólica pudesse ver esse programa e, até pela capilaridade dos nossos Ifets hoje, seria fundamental que pudéssemos ter se não necessariamente uma formação um pouco mais longa, mas pelo menos alguns convênios pontuais com os Ifets que nos permitissem exatamente essa preparação de mão de obra para atuar nesse setor. Por exemplo, citei aqui – até o Sr. Adão chegou a citar – a questão da instalação da unidade no interior da Bahia, na região de Caetitê, onde temos bons centros de formação tecnológica. O Ifet está instalado na região.

Então, é fundamental que a ABEEólica – é óbvio que temos um papel nisso, meu caro Senador Collor – pudesse provocar os Ifets para um linha de convênio, que foi algo que sempre fizemos no Brasil.

Eu, por exemplo, venho do que costumo chamar sempre de escola técnica, porque sou do Ifet – meu filho diz que sou da época do mingau, porque ficávamos na escola técnica o dia inteiro, e havia um negócio de um mingau. Então, não sou tão velho assim, não é? Meu filho, inclusive, estudou nessa escola também.

Na época, na Bahia, só havia uma, na minha época, era uma única unidade na cidade de Salvador. E os filhos do interior tentavam arranjar uma vaga para vir estudar nessa escola, que era a melhor escola pública da época.

Hoje temos uma situação diferenciada. Na minha época era isso. Você tinha o chamado Ciee, a integra-

ção escola indústria, que possibilita, desde a fase do aprendizado, desde os primeiros momentos, uma interação de segmentos com essa turma.

Diversas vezes, Senador Collor, eu me lembro do surgimento do polo petroquímico. A nossa escola técnica chegou a fazer convênios com diversas empresas, como a antiga Ceman, Copene. Você fazia não só uma parceria com os alunos daquela escola, como também utilizava a estrutura do Cefet, os laboratórios, e há pessoas capacitadas para o ensino. Você fazia uma espécie de adoção de cursos de curta duração para aqueles setores que estavam se expandindo. Na época, era a indústria petroquímica – eu fui para a área de telecomunicações, não sou da área de petróleo, a minha área é outra.

Então, seria importante se a ABEEólica pudesse fazer isso. Essa senhora pergunta, lá da região Jaguarari, de Pilar. O Pilar, na verdade, é uma cidade que nasceu a partir de uma empresa. Era o núcleo de trabalhadores da Caraíba Metais. Hoje é um grande distrito da cidade de Jaguarari. Daqui a pouco o povo começa a brigar pela emancipação do Pilar, para que se torne uma cidade. Então, o Pilar surgiu exclusivamente para atender à demanda da Caraíba.

Ali, temos hoje a universidade de que falei que forma arqueólogos, do Vale do São Francisco. Há uma unidade próxima, na cidade Senhor do Bonfim. Ali também na região nós temos o Ifet.

Portanto, muito além do Sistema S, que, com toda a sua capacidade, tem suas limitações, ele não tem a capilaridade da estrutura do Ifet. Acho que é uma das coisas fundamentais incluímos no Pronatec essa questão. Nós aprovamos isso aqui, o Governo ampliou o programa. Então, nós incluiríamos no Pronatec essa formação profissional.

Na Bahia, este ano, estamos matriculando 66 mil novos alunos no sistema de formação profissional. Eu lembro que, no Governo Jaques Wagner, eu fui Secretário de Planejamento, e esse foi um dos nossos desafios. Nós dissemos ao Governador que tínhamos de apertar a mão nisso e ampliar. Quando o Governador Jaques Wagner chegou ao Governo da Bahia, em 2007, nós tínhamos quatro mil alunos matriculados no ensino profissionalizante. Só neste ano, matriculamos 66 mil alunos no ensino profissionalizante.

Essa é uma área onde nós podemos apertar o povo na Secretaria de Indústria e Comércio, pegar o James, puxar a orelha dele e colocá-lo para ampliar os convênios para nós formarmos mais gente nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Sena-

dor Walter Pinheiro, conhecedor profundo do assunto, sempre colaborando decisivamente para que o nosso País alcance a capacitação profissional de que necessitamos para acompanhar o processo de desenvolvimento brasileiro.

Como eu dizia antes de iniciarmos a nossa segunda parte da reunião, gostaríamos de agradecer à Dr^a Élbina Melo, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, e ao Engenheiro Dr. Adão Linhares Muniz, Diretor da RM soluções em Infraestrutura, pela participação que tiveram na manhã de hoje, nessa audiência pública e pela contribuição decisiva que trouxeram aos nossos trabalhos.

Muito obrigado a V. S^{as} pela presença (*Pausa.*)
Iniciando a segunda parte deliberativa da reunião,

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 2, DE 2012
– não terminativo –

Logo no início da nossa reunião, o Relator ad hoc deste projeto de lei pediu a sua retirada de pauta para ele fosse reexaminado.

Então, será enviado ao gabinete de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro para o reexame da matéria.

Em relação ao Item 2, requerimento de autoria de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, ao Item 3, requerimento de S. Ex^a o Senador Delcídio Amaral, ao Item 4, de autoria de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, ao Item 5, de autoria de S. Ex^a o Senador Delcídio Amaral, em função de os autores não estarem presentes, essas matérias ficam sobrestadas para uma próxima reunião.

Passamos, assim, à conclusão dos nossos trabalhos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos, em especial dos nossos convidados, e também a participação daqueles que se utilizaram do sistema de participação das audiências públicas pelo Alô Senado, telefone 0800612211, outros pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado e ainda pelo Facebook ou pelo Twitter (@alosenado), os agradecimentos pela participação.

Convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 24 de abril, quarta-feira, às 7 horas e 30 minutos, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin** e **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da 13ª reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência e os Requerimentos a serem pautados na próxima reunião deliberativa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Jayme Campos, Vanessa Grazziotin** e **José Pimentel**. Tem início a apreciação do Relatório Final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC. Senador **Jayme Campos** faz uso da palavra para solicitar a inversão de pauta para o item 1 antes da apreciação do Relatório Final da CISTAC. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inversão de pauta. Pauta: **Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2013**, de autoria do Senador **Jayme Campos**, que “*altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho que especifica*”. *Relatoria ad hoc*: Senadora **Vanessa Grazziotin**. **Resultado**: aprovado. Senador **José Pimentel** faz uso da palavra para solicitar a inversão de pauta para o item 3. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inversão de pauta. **Item 3 – Requerimento da CI nº 18, de 2013**, de autoria do Senador **José Pimentel**, que “*requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a transformação da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento C.I. nº 12, de 2013, em Audiência Pública conjunta com a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos*”. **Resultado**: aprovado. **Relatório Final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil**, aprovado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, em 09 de abril de 2013. *Relatoria ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**. Fazem uso da palavra

os Senadores **Walter Pinheiro, Lobão Filho, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp**. **Resultado**: aprovado. **Item 2 – Requerimento da CI nº , de 2013**, de autoria do Senador **Armando Monteiro**, que “*requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 14/2013 – aprovado em 03/04/2013, que em uma das audiências públicas desta Comissão, com o objetivo de debater a reforma do marco regulatório do setor da mineração, seja incluído como convidado o: Dr. Carlos Vilhena – Advogado Especialista e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados*”. **Resultado**: adiado. Os Senadores **Lobão Filho** e **Valdir Raupp** fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 13ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)
Aprovada.

Leitura de ofício encaminhado por S. Ex^a o Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, a S. Ex^a o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

“Sr. Presidente, com meus cordiais cumprimentos, e nos termos regimentais, dirijo-me a V. Ex^a para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Vicentinho Alves como membro titular da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador João Costa. *Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Senador Gim.*”

A Secretaria desta Comissão já providenciou a devida substituição.

Comunicados.

A Presidência da Comissão comunica o recebimento do Aviso nº 495-Seses-TCU-Plenário, de autoria

do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 006.170/2012-9, que trata de auditoria das obras de duplicação e restauração da BR-101, Alagoas.

Acompanham o acórdão relatório e proposta de deliberação que o fundamentam.

Na forma do Ato nº 3, desta Comissão de Infraestrutura, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa, para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Infraestrutura.

Segundo comunicado.

1º Ciclo de Audiências: 5º Painel.

Dentro do ciclo de audiências públicas denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, no último dia 15 de abril, o 5º Painel do tema “Energia e Desenvolvimento do Brasil”, com a participação do Dr. Eduardo Soriano Louzada, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Prof. Ricardo Rütther, da Universidade Federal de Santa Catarina; do Prof. Alexandre Costa, do Centro Brasileiro de Energia Eólica; e do Prof. Luiz Horta Nogueira, da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais.

O Dr. Eduardo Soriano, que tratou do tema “bioenergia”, explicou que a biomassa se divide basicamente em duas categorias: a cultivada para uso energético (cana-de-açúcar, eucalipto, algas), e a biomassa residual (resíduos agrícolas, lixo). Segundo ele, não necessariamente o que é bio é bom, é preciso questionar. Em geral, a biomassa está de uma forma não muito fácil de utilizar e precisa passar por processos de conversão físicos, biológicos, químicos e térmicos para ser transformada em um insumo utilizável, o que envolve muitas tecnologias, porque são muitos tipos de biomassa e diversificadas condições.

Antes de usar a biomassa, antes de produzir, antes de dizer o que é a solução, temos de responder algumas perguntas, enfatizou o palestrante: onde está a biomassa? Qual é a quantidade dela? Qual é a melhor época do ano? Quais são as suas características? Quais são as possibilidades de estoque? Por que estocar? Quais são as tecnologias que podem ser utilizadas? Quais as tecnologias que podem ter grande conteúdo nacional? Temos recursos humanos suficientes especializados nessas tecnologias? Quais serão as escolhas que serão feitas para esse ideal de políticas públicas?

Às vezes, segundo ele, se produz energia por dois ou três dias e para de se produzir por um período, ou se produz de forma sazonal. Temos que ver o conteúdo nacional, ver como inserir essa bioenergia, bioeletricidade, ou biocombustível, nas matrizes energéticas, elétricas e de biocombustíveis, asseverou o Dr. Eduardo Soriano.

Existem grandes potenciais para aproveitamento da biomassa residual, o que contribui para a questão das mudanças climáticas e destinação de resíduos. Quando se faz um inventário de biomassa ou de resíduos, sabe-se exatamente por quanto tempo se disporá daquele insumo para gerar energia, considerou o palestrante.

A produção de bioeletricidade, pela diversidade de matérias primas e processos de conversão, exige investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento em toda a sua cadeia produtiva. É um grande aliado para a manutenção do alto percentual de renováveis na matriz elétrica, pois é fácil de ser inserida no sistema e com menor intermitência que outras formas de eletricidade. Sua produção, atualmente muito focada na cana-de-açúcar, precisa ser diversificada, concluiu o Dr. Eduardo Soriano.

Já o Prof. Ricardo Rütther, segundo palestrante da noite, abordou o tema energia solar fotovoltaica, chamando atenção para a alteração na demanda de energia elétrica, cujo pico antes situado no início da noite, em função do aumento no uso de condicionadores de ar e outros equipamentos, tende a se deslocar para o dia, coincidindo com o período de insolação.

Com a Resolução nº 482/2012, da Aneel, o Brasil adotou o modelo em que o cidadão brasileiro pode colocar um telhado solar na sua casa, gerar eletricidade para o seu consumo e injetar na rede elétrica o excedente, acumulando um crédito a ser usado em até 36 meses. Nesse modelo, a Alemanha, maior produtor mundial, com muito menos sol, incorporou, em 2011, ao seu sistema elétrico, 7,5 gigawatts, o que significa meia Itaipu, só com telhados fotovoltaicos, informou o Dr. Rütther.

O potencial de geração fotovoltaica no Brasil, continuou ele, é muito grande. Dando um exemplo, se fosse coberta a área do lago de Itaipu com placas solares, teríamos um potencial instalado de oito vezes o potencial da hidrelétrica, capaz de gerar efetivamente duas vezes e meia o que Itaipu atualmente gera, equivalendo a 44% de toda energia elétrica consumida no País em 2011. Realmente, são números que impressionam.

O álcool produzido anualmente em um hectare permite que um veículo percorra aproximadamente 43,8 mil quilômetros, quando a energia solar fotovoltaica, produzida na mesma área, possibilita a um veí-

culo elétrico similar percorrer aproximadamente 9,375 milhões de quilômetros, ou seja, 234 vezes mais, comparou o expositor.

Veículos elétricos deverão ser realidade no nosso País nos próximos anos, introduzindo mais uma demanda por energia elétrica que precisa ser, de alguma maneira, pensada. O local onde o veículo estaciona é bastante para, com uma cobertura solar, gerar eletricidade suficiente para sua alimentação, afirmou o professor. Com o uso de baterias inteligentes, será possível ajudar a rede elétrica em um horário de ponta, com a energia residual e nas horas em que o sistema elétrico é ocioso, da meia-noite às sete da manhã, por exemplo, a recarregar a bateria.

Já temos a fabricação de módulos de placas solares das mais variadas formas e aplicações, desde módulos semitransparentes utilizados em janelas, até a telha sendo o próprio módulo solar, informou o Prof. Rüter. Então, pode haver fachadas inteiras ou telhados substituindo materiais de construção comuns, reduzindo, assim, os custos.

A injeção de energia na rede elétrica de forma distribuída junto ao ponto de consumo, além de distribuir mais renda na sociedade, traz uma redução de custos muito acentuada, ficando hoje em torno de R\$350,00 a R\$450,00 o megawatt-hora. Esse valor tem de ser comparado não mais com o custo de geração, mas com o custo de tarifa que a gente paga, que é maior do que isso.

Quando se fala na geração centralizada, longe do centro de consumo e que vai ter de competir com todas as fontes existentes no Brasil, os custos estão entre R\$250,00 a R\$350,00 por megawatt-hora, ainda muito altos, segundo o palestrante.

Precisamos decidir se vamos investir, por exemplo, em um leilão específico para essa fonte, a fim de estabelecer essa tecnologia no Brasil e, com isso, ajudar a reduzir seus custos.

O Prof. Alexandre Costa, discorrendo sobre o tema energia eólica, considerou que o seu grande crescimento em todo o mundo é função de inúmeras vantagens, entre as quais destacou: é uma fonte limpa e renovável; possibilita descentralizar a geração, o que diminui consideravelmente a probabilidade de déficit; exige baixo investimento por megawatt instalado e tem baixo custo de geração, além de ser recurso autóctone não gerando dependência externa.

O ritmo de expansão no Brasil é vertiginoso e três pilares devem garantir a sua sustentabilidade: pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além disso, docência e extensão.

É fundamental, segundo ele, colaborar com as tecnologias estrangeiras e fazer uso da tecnologia

nacional. No entanto, devemos, a todo custo, evitar a dependência tanto da tecnologia quanto dos tecnólogos estrangeiros. Para isso, é de fundamental importância que comecemos a investir em pesquisa e desenvolvimento já.

Em lugar de utilizar ferramentas e modelos que são parametrizados e desenvolvidos para climas e comportamentos meteorológicos diferentes dos nossos, devemos, isto sim, adaptá-los para que respondam ao comportamento dos processos atmosféricos aqui nos trópicos, para garantir maior precisão tanto nos projetos de nossas centrais eólicas como em sua operação. É preciso resolver esse dilema, afirmou o Prof. Alexandre, ou seja, a tropicalização e a nacionalização de máquinas para que funcionem com melhor rendimento em climas diferentes daqueles para os quais foram projetadas.

Precisamos, de uma vez, acabar com alguns mitos, destacou o palestrante. O primeiro é que o caráter aleatório da eólica dificulta a integração na rede elétrica. É perfeitamente possível integrar a energia eólica, desde que o operador nacional do sistema e os operadores das centrais elétricas saibam como fazê-lo. O segundo mito é a interferência entre centrais eólicas. É preciso medir, simular o comportamento de uma central com respeito a outra para determinar as distâncias mínimas a serem praticadas entre estas. O terceiro mito é a instabilidade de tensão e frequência na rede. Segundo ele, é outro mito contra o qual devemos lutar. Basta que se saiba como trabalhar, escolher a tecnologia correta e reforçar a rede de forma adequada.

É preciso que o Brasil tome ciência de que deve participar ativamente de fóruns internacionais, ou seja, ser membro ativo da Agência Internacional de Energia, da Agência Internacional de Energias Renováveis e de outros tantos comitês, afirmou o Prof. Alexandre. Assim, o Brasil não se deve limitar única e exclusivamente a traduzir e a adaptar as normas ao País, precisamos nacionalizar a normatização e a certificação, fomentar laboratórios nacionais, ensaios e testes, concluiu o palestrante.

O Prof. Luiz Horta Nogueira, debatedor do painel, alertou que as várias fontes de energia estão sendo tratadas com uma visão restrita aos problemas de oferta, quando deveríamos estar pensando nos problemas do transporte de energia, nos problemas das residências, das indústrias intensivas, olhar pelo lado do uso. Temos uma enorme capacidade instalada, mas com perdas muito grandes no processo, afinal quase dois terços dessa energia são desperdiçados, não são utilizados, frisou o debatedor. Por ocasião da crise dos anos de 2000 a 2001, tivemos, segundo ele, uma redução do consumo *per capita* de energia com um incremento

contínuo da qualidade de vida, o que mostra a necessidade de melhorar a eficiência da cadeia de processos de conversão intermediários.

Essas perdas podem ser reduzidas, adotando tecnologias mais eficientes que cada vez mais estão disponíveis ou tratando de usar a energia de forma mais competente, mais racional, asseverou o Prof. Luiz Horta. Como exemplo, citou a atuação do Estado na promoção da eficiência, orientando os consumidores a comprar e usar bem os equipamentos. Citou também a Lei nº 10.295, que estabelece o limite para eficiência dos equipamentos e também a questão da cogeração. A cogeração, que as usinas de açúcar fazem, poderia, segundo ele, ser maior e integrada à rede. A introdução do gás natural na matriz energética oportuniza a adoção de mecanismos combinados de produção de energia elétrica e calor, extremamente eficientes e já adotados em hotéis, hospitais e pequenas indústrias em muitos países, informou o debatedor.

Nos últimos anos, nós temos perdido desempenho no setor energético brasileiro, afirmou o prof. Luiz Horta. A nossa demanda está crescendo mais do que a nossa produção econômica. Repito: a nossa demanda de energia elétrica está crescendo mais do que a nossa produção econômica, muito mais do que os outros indicadores de produção, exigindo mais energia do que seria razoável. Esse é um fato importante, relevante e preocupante. Embora tenhamos instituições e bases legais para isso, não estamos num processo virtuoso de reduzir essa demanda, porque está faltando claramente uma política mais articulada, que estabeleça metas, que coloque programas, como observamos em outros países, ressaltou o debatedor.

Tanto a energia solar quanto a energia eólica estão disponíveis durante uma fração de tempo (25% a 30%), ou seja, nem sempre basta ligar para se ter energia. Isso, explicou o debatedor, impõe a existência de uma energia de reserva que tem um custo importante. As termelétricas estão ligadas e vão permanecer ligadas até o fim deste ano, colocando energia no mercado a preços entre R\$600,00 a R\$800,00 o megawatt-hora. Despachabilidade é um condicionante importante, destacou o prof. Luiz Horta. Se nós estivéssemos usando o bagaço da cana, uma energia despachável, estaríamos colocando a R\$150,00, mas ele não pode dizer que poderia colocar energia eólica e solar porque não sabe se a teria disponível. A energia nuclear, segundo ele, não é modulável, portanto, também não serve como energia complementar, tem que trabalhar sempre na base, o que requer discussão econômica de outra ordem, completou.

Nós não podemos nos aventurar em novas tecnologias energéticas desconhecendo a importância do

conhecimento e da tecnologia que está por trás como um fator essencial e locacional disso tudo, asseverou o prof. Luiz Horta. Em energia hidrelétrica, o Brasil teve uma competência que se foi perdendo paulatinamente. Nós, segundo ele, desenhávamos as turbinas hidrelétricas e as centrais, e agora estamos comprando projetos. O programa de bioenergia decorreu do capital de conhecimento gerado no País. O enorme ganho de eficiência foi produzido aqui dentro. Para gerar em um País que tem o tamanho do sistema energético e as riquezas energéticas que nós temos, não se pode ficar comprando projeto dessas tecnologias, segundo ele.

Para que essas coisas venham a acontecer, cabe um papel muito importante às políticas públicas, disse o prof. Luiz Horta: a sinalização de médio prazo dos caminhos que nós vamos percorrer, do que se espera dessas fontes, como compatibilizá-las e organizá-las. O Ministério de Minas e Energia, por meio da Empresa de Pesquisa Energética, estabeleceu programas de longo prazo que precisam ser revisados e rediscutidos, concluiu o debatedor.

Segundo comunicado.

Ofertas de Cursos no Setor Naval.

Na audiência pública do dia 15 de abril último, durante a fala do debatedor Prof. Luiz Horta Nogueira, houve questionamento acerca da existência do curso de formação na área de engenharia naval na Universidade Federal de Itajubá, onde leciona o professor.

A título de esclarecimento, inclusive para eventuais interessados que nos acompanham pela TV e Rádio Senado, trago as seguintes informações sobre as escolas que oferecem cursos do setor naval: Universidade de São Paulo (USP) – Escola Politécnica: curso de Engenharia Naval; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): curso de Engenharia Naval; Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe Politécnica: curso de Engenharia Naval e Oceânica; Universidade Federal do Pará (UFPA): curso de Engenharia Naval; Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS): curso de Engenharia Mecânica Naval; Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Engenharias da Mobilidade, em Joinville: curso de Engenharia Naval; Universidade Federal de Pernambuco: curso em Engenharia Naval, Graduação, Especialização e Pós-Graduação em Energia Naval e Oceânica; Universidade do Estado do Amazonas: curso de Tecnologia em Construção Naval; Universidade do Vale do Itajaí, em Santa Catarina: curso de Tecnologia em Construção Naval; Faculdade de Tecnologia de Jaú, em São Paulo: curso de Tecnologia em Construção Naval; Faculdade Metropolitana da Grande Recife: curso de Tecnologia em Construção Naval; Universidade Estadual da Zona Oeste, no Rio de Janeiro: curso de Tecnologia em Construção Naval;

Escola Naval do Rio de Janeiro: curso de Mestrado em Engenharia Naval; Escola Politécnica de Pernambuco: curso de Especialização em Engenharia Naval; Escola Técnica Henrique Lage, no Rio de Janeiro: cursos técnicos em Construção Naval e em Máquinas Navais; Senai, Rio de Janeiro: curso de Especialização em Engenharia Naval e *Offshore*.

Essa era a explicação que ficamos devendo da nossa última audiência pública.

Terceiro comunicado.

A reunião do G-20 Financeiro, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Realizou-se, na última semana, do dia 15 ao dia 21 de abril, em Washington, reunião dos ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 economias mais ricas do mundo, tanto desenvolvidas como em vias de desenvolvimento. É o chamado G-20 Financeiro, cuja presidência cabe à Rússia este ano.

A importância do G-20 Financeiro, além do fato de englobar as economias mais poderosas, advém da presença de autoridades que participam diretamente da tomada de decisões vitais para a economia global. Embora não tenha poder decisório *per se*, o grupo funciona como fórum de discussões e de coordenação e sua influência não pode ser subestimada. À reunião do G-20 seguiu-se a chamada Reunião de Primavera, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

A reunião de Washington mostrou claramente a luta entre duas concepções em relação à abordagem da situação econômica internacional. De um lado, os defensores de um *approach* favorável à rigidez fiscal e, de outro, aqueles que advogam medidas conducentes à retomada da economia mundial.

O encontro de ministros e responsáveis pelos bancos centrais revelou uma mudança de viés em relação às últimas reuniões e se chegou a um consenso, revelado no comunicado final, de que o fraco desempenho econômico mundial requer medidas de relançamento econômico. Ao cenário de lenta retomada nos Estados Unidos tem se somado o declínio econômico europeu, agudo nos países do sul da Europa, como Portugal, Espanha, Grécia e Itália, além da desaceleração da China. Acrescente-se também a depressão japonesa, pois as medidas de afrouxamento monetário, anunciadas na penúltima semana, não terão efeito imediato. Apesar da pronunciada desvalorização do iene, haverá, necessariamente, um tempo de maturação, como, aliás, já havíamos analisado em nossa reunião da última quarta-feira.

A desvalorização da moeda japonesa foi objeto de intensas discussões que mostram a preocupação do grupo com os efeitos das ações de *Quantitative Easing* que têm sido empreendidas pelos Estados Unidos, pelo

Reino Unido, pela União Europeia e, agora, pelo Japão, além da crônica desvalorização da moeda chinesa.

No entanto, a redação do comunicado final refletiu uma solução de compromisso, apoiando as medidas japonesas, mas destacando que as medidas monetárias de estímulo ao crescimento não podem desaguar em desvalorizações competitivas. Ou seja, o G-20 considera que uma desvalorização cambial é aceitável se tratar de um efeito colateral de medidas de estímulo, mas não se pode desvalorizar o câmbio com a finalidade de melhorar a competitividade nos mercados internacionais, o que levaria, sem dúvida, a uma desastrosa guerra cambial. O grande problema aqui é saber qual a linha divisória entre os dois tipos de iniciativa. Houve, sem dúvida, uma vitória diplomática japonesa ao obter chancela do grupo para as medidas que já estão tendo o efeito de depreciar o iene.

No caso específico da União Europeia devem-se registrar progressos no sentido de maior controle do sistema bancário (controle unificado), mesmo porque subsiste o risco de novas ameaças financeiras, principalmente na Europa. Essa situação tem como pano de fundo a continuação das políticas monetárias frouxas dos Estados Unidos, do Reino Unido e, em menor grau, da União Europeia. A recente crise do Chipre mostrou o risco de contágio por problemas de sistemas bancários superdimensionados e pouco regulamentados, o que possibilita o endividamento excessivo tanto de empresas quanto de famílias.

Em termos de crescimento mundial, não se observou otimismo por parte dos ministros e presidentes de bancos centrais responsáveis pela política financeira, bem como pelos altos funcionários do FMI e do Banco Mundial. Registre-se que a Diretora Gerente do Fundo Monetário Internacional destacou um cenário de pobre crescimento e defendeu um *mix* de medidas, um equilíbrio entre ações expansionistas e de equilíbrio fiscal, neste caso para manter a credibilidade dos títulos públicos e propiciar sua adequada colocação nos mercados.

Houve, claramente, uma aproximação entre os enfoques radicais prevaletentes até agora: ou a busca ortodoxa da rigidez fiscal, ou a recuperação econômica a qualquer custo. No que diz respeito ao Brasil, bem como a outros países em desenvolvimento, essa dicotomia tem que ser tomada com o devido cuidado, já que nossas economias têm características específicas. Em situações de ameaça de estagnação, como a que se aproximou em 2008, foi cabível a utilização de medidas de estímulo, como, por exemplo, as adotadas pelo Governo brasileiro ao facilitar o crédito, ao aumentar salários e ao promover desonerações fiscais setoriais. A preservação do aumento do con-

sumo manteve a economia aquecida e evitou uma desaceleração econômica mais radical. Entretanto, esse modelo mostra evidentes sinais de esgotamento e deverá ser substituído por medidas mais amplas e duradouras, pois ao passo que os países desenvolvidos, que já têm uma base adequada podem apenas expandir o consumo, no nosso caso a infraestrutura é extremamente deficiente. Só o estímulo ao consumo termina por sobrecarregar ainda mais a infraestrutura e o consumo tem limites e é inelástico.

Assim, a solução para o Brasil passa, necessariamente, por pesados e necessários investimentos em infraestrutura como armazenamento, rodovias, ferrovias, energia. Esses investimentos proporcionam um crescimento constante e de longo prazo. Apenas como exemplo, atualmente vivemos situação em que encomendas de soja brasileira, como todos nós tomamos conhecimento, por empresas chinesas têm sido canceladas por deficiências de nossos meios de transportes, o que leva à grave perda de credibilidade e, possivelmente, à perda de mercados.

Quarto comunicado da Presidência.

Panorama da Infraestrutura na palavra de especialistas.

O caos logístico no país continua a provocar consequências. Os atrasos nos embarques de grãos para o exterior – apesar das medidas estabelecendo 24 horas de operação ininterrupta nos portos – levaram mais uma empresa chinesa a cancelar a compra da soja brasileira, como acabamos de nos referir. O Senador Blairo Maggi, integrante desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que por diversas vezes vem alertando o plenário deste Colegiado sobre o problema, pôde testemunhar ser “muito ruim”, segundo sua expressão, a percepção, da parte dos importadores chineses, dos problemas logísticos brasileiros.

A esse respeito, o Presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Glauber Silveira, que acompanhou o Senador em viagem à China, disse que, por esse motivo, o Brasil “está perdendo a credibilidade”.

Lembro que, há apenas um mês, a maior empresa importadora de soja da China cancelou aqueles dois milhões de toneladas, em razão desses atrasos. E a China importa cerca de 70% da produção brasileira de soja.

Na busca de soluções imediatas para o problema, até mesmo as medidas implantadas pelo Governo para buscar mais eficiência nos portos já enfrentam resistências por parte de despachantes e de auditores fiscais.

O Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Pedro Delarne, disse que o Governo quer que se faça um trabalho para o qual é necessário o dobro de auditores.

Segundo sua estimativa, para que o Porto de Santos funcione 24 horas, será necessário dobrar o número de auditores. Hoje, o quadro é de cem servidores.

Já o Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de São Paulo (Sindasp), Valdir Santos, alega que será necessário aumentar em 50% o efetivo dos atuais 2,5 mil despachantes apenas no Porto de Santos, para atender ao novo regime de funcionamento.

A principal reclamação do pessoal envolvido nas operações é a de que a decisão do Governo que entrou em vigor nessa segunda-feira foi precipitada. Valdir Santos admite que a ideia foi boa, mas que, para dar certo, é preciso combinar com todos os envolvidos. E não é assim, da noite para o dia, que, segundo ele, vamos solucionar os problemas do porto.

Por sua vez, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que mantém 25 servidores no Porto de Santos, informou que não pretende contratar novos funcionários no momento e que fará uma readequação de escalas.

Na opinião do Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Glauber Silveira, se o País tivesse infraestrutura adequada, a safra de grãos poderia ser 20% maior do que a atual, pois os produtores investiriam mais. Porém, ele crê que o agronegócio, apesar de fundamental para o saldo comercial brasileiro, não é prioridade para o Governo. Com os problemas no transporte, perdemos competitividade e, ao mesmo tempo, temos alimentos caros e pessoas que ainda passam fome no País.

Ainda quanto aos gargalos logísticos referentes à soja, com o risco de estrangular o agronegócio, o ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues avalia que ainda teremos mais quatro anos de falta de competitividade. Faltam portos, rodovias, ferrovias, hidrovias e armazéns. São erros como esses que fazem o Brasil perder competitividade e eficiência justamente quando vai se transformar no maior produtor e exportador mundial de soja. O especialista diz que isso é uma falta de visão estratégica. A propósito, estradas esburacadas, falta de armazéns e burocracia nos portos, entre outros problemas correlatos, levam o Brasil a perder quase R\$7 bilhões por ano na exportação de soja. A safra de milho também sofrerá prejuízos, estimados neste ano em R\$1,5 bilhão aproximadamente, totalizando R\$8 bilhões em perdas para o País.

Segundo analistas do setor, ao vender 60kg de soja, o produtor brasileiro recebe o equivalente a apenas 35kg, pois o resto do dinheiro é usado para transporte em caminhões, uma vez que o Brasil optou pela pior, mais cara e mais poluente via de transporte para longas distâncias, as rodovias. Enquanto, no Brasil, 82% da

safras de soja é escoada pelas estradas, nos Estados Unidos, esse percentual é de apenas 15%. Por outro lado, sem armazéns suficientes, os produtores brasileiros liberam a safra ao mesmo tempo, congestionando as rodovias e ficando à mercê das cotações do dia.

Para o ex-Ministro da Agricultura, apesar de o Governo ter aceitado que as empresas investidoras em infraestrutura tenham lucro, os novos investimentos que virão terão problemas de licenciamento, de concessão, de financiamento, e, por isso, nenhum projeto ficará pronto antes de três ou quatro anos, segundo ele.

Como soluções de curto prazo, Roberto Rodrigues defende a criação, em primeiro lugar, de um programa de armazenamento baseado na construção de silos nas fazendas e financiado pelo Governo. A medida permitirá, no seu entender, que o produtor rural guarde sua produção na propriedade, em vez de usar o caminhão como local de armazenagem.

Em segundo lugar, ele aponta como solução a melhoria na gestão dos portos. Na sua avaliação, o custo logístico só está sendo assimilado pelos produtores devido aos bons preços da soja atualmente, mas, se o preço cair, ele afirma que os produtores não poderão pagar esse prejuízo.

O Professor de Logística José Caixeta Filho, Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP – Universidade de São Paulo, recorda que corredores de exportação para os produtos agrícolas, como a soja, existem e são bons projetos, mas não saem do papel, como a Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul. Na sua opinião, não há falta de recursos, mas de gestão desses projetos. Ele ressalta que temos 200 mil quilômetros de rodovias pavimentadas no Brasil e apenas 30 mil quilômetros de ferrovias.

Uma avaliação do Fundo Monetário Internacional revela que, sem mudanças substanciais, como reformas estruturais, o Brasil não conseguirá, nos próximos anos, retomar o patamar de crescimento de 2010, quando ultrapassou 7%. Segundo o banco, nos últimos três anos, nenhum avanço significativo foi feito para remover obstáculos à expansão do PIB, como o baixo nível de investimentos. O Fundo Monetário Internacional classifica como uma incógnita o período em que o Brasil encontrará seu crescimento potencial.

O Diretor da Divisão do Hemisfério Ocidental do FMI, Alejandro Werner, acredita que o desafio central para o Brasil é voltar a preparar o crescimento futuro, com aposta firme em investimentos de infraestrutura e reformas.

Por sua vez, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que participou, no último final de semana, em Washington, de reunião plenária do Comitê Financeiro e Monetário Internacional, afirmou que maior investi-

mento público, incluindo em infraestrutura, combinado com políticas para estimular o investimento privado, podem ser a melhor maneira para promover a recuperação do País.

O comunicado seguinte é sobre a fiscalização e a auditoria em obras públicas.

Tem sido recorrente, ao longo dos trabalhos e audiências desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a questão da fiscalização e auditoria dos grandes empreendimentos de infraestrutura em todo o País, com especial enfoque nos problemas da paralisação das obras, por motivos os mais variados. Trata-se de situação que acaba por causar conflitos dentro da própria Administração Pública, com divergências de opiniões e condutas entre órgãos públicos que, na prática, deveriam atuar de forma coordenada.

A raiz das discordâncias entre órgãos executores de obras e os de controle e fiscalização é o fato de esses órgãos de contas terem se transformado em órgãos de engenharia, pois, na maior parte das vezes, vêm atuando sem possuir a formação acadêmica e a experiência necessária para compreender a complexidade técnica das situações analisadas.

A grande maioria dos auditores mostra especial dificuldade em aceitar o espaço de discricionariedade do profissional na escolha de meios para atingir o resultado almejado, aspecto inerente à prática da engenharia, se não de todas as atividades profissionais.

Como agravante, há também o viés policialesco, dado pelos auditores, à interpretação do poder dever de agir da Administração Pública, quando aplicado aos órgãos de controle. Isso decorre, talvez, da inexperiência ou de imaturidade, quem sabe até de cultura de controle externo distorcida, eivada de moralismo fundamentalista, que, de forma insana e injusta, e querendo ser mais realista do que o rei, só se satisfaz ao encontrar os maiores desvios possíveis concretos ou imaginários. Na maior parte das vezes, imaginários.

O que se tem visto é o servidor público auditado sendo vitimado por tratamento desnecessariamente ríspido, diminuído em sua competência profissional e degradado em sua dimensão moral. Faz-se terra arrasada do princípio da presunção de inocência, basilar na Constituição do Brasil e de qualquer nação que queira ser chamada de civilizada.

Cabe ao auditado comprovar a sua inocência, em flagrante inversão do ônus da prova, tendo que interromper suas atividades produtivas e concentrar os seus esforços na luta desesperada para salvaguardar-se de ações punitivas, que pendem, tal qual espada de Dâmocles, sobre a sua cabeça.

O exercício hipertrofiado da função de controle externo, como vem sendo realizado por auditores erro-

neamente travestidos em inquisidores, em nada contribui para a realização do importante papel constitucional desses órgãos. Pelo contrário, apenas projeta sombra maligna sobre o Estado democrático de direito. E nem ao menos atende à economicidade, como poderiam pensar alguns, pois a consequência da ação de controle externo despropositada é a paralisação exagerada de obras, acarretando custos ao erário muito maiores do que os pretensos desvios detectados, sem esquecer, é claro, o prejuízo sofrido pela população, que não pode usufruir os benefícios da obra pública cuja conclusão é atrasada por anos e anos.

O Brasil que sonhamos está por ser construído. Ainda há muito a fazer para alcançarmos o desenvolvimento econômico e social capaz de garantir bem-estar a todos os brasileiros. Mas como o construiremos? Será por acaso transformando em escória do serviço público aqueles servidores que projetam, executam e gerenciam obras em todos os rincões de nosso País?

Não bastassem todos os nós logísticos que nós já enfrentamos, será que agora perpetuaremos mais um gargalo na infraestrutura, qual seja, a paralisação indiscriminada, e muitas vezes injustificável, de obras públicas?

Fica a questão.

Vamos agora ao acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT na audiência pública realizada nesta Comissão de Infraestrutura, no dia 20 de março de 2013.

Está atualizado até o dia 23 de abril de 2013.

No dia 20 de março de 2013, o Diretor-Geral do DNIT assumiu os seguintes compromissos:

Em relação à BR-364, em Rondônia, ligando Pimenta Bueno a Ouro Preto, lote 2. Compromisso assumido: o início das obras da restauração no dia 30 de março. Situação atual: a superintendência regional informou que tão logo cessem as chuvas se inicia a recuperação do trecho.

Esse é o problema. As obras são paralisadas e, quando, eventualmente, se verifica que foram paralisadas por motivos não tão importantes e é autorizada a retomada da obra, vem o período de chuvas. Portanto, devem-se esperar mais três ou quatro meses para que a chuva cesse, para iniciar. É um prejuízo incalculável esse.

Então, em relação à BR-364, tem que se esperar que cessem as chuvas para se reiniciar a recuperação do trecho.

Em relação à BR-364, no Estado do Acre, o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT foi apresentar proposta de solução para a recuperação da rodovia. Ele deu o prazo de 15 dias. Falou que até o dia 4 de abril de 2013 isso estaria resolvido. Situação

atual: está sendo providenciado o contrato de Crema para a manutenção de alguns trechos pelo DIR.

Crema é o programa de Conservação, Recuperação e Manutenção.

Então, está sendo providenciado o contrato de conservação, recuperação e manutenção de alguns trechos pelo DIR – Departamento de Infraestrutura Rodoviária do DNIT. Outras medidas e soluções adotadas atendendo o Tribunal de Contas da União serão informadas com brevidade. Essa é a situação atual. Como observação, essa rodovia está sendo construída pelo Estado, não recebida pelo DNIT.

Em relação à BR-155, Estado do Pará, trecho até Marabá, o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT foi de que o primeiro lote do projeto estaria pronto em 30 dias, ou seja, dia 19 de abril. Situação atual: o projeto de engenharia está concluído. Em relação ao lote 3, Marabá-Eldorado dos Carajás, a licitação será realizada no dia 20 de maio deste ano. O projeto de engenharia do lote 2 estará pronto até dia 25 de abril deste ano e a licitação será até 25 de maio de 2013. Projeto de engenharia do lote 1 estará pronto em 3 de maio de 2013, e a sua licitação estará pronta até o dia 30 de maio de 2013. Também em relação à BR-155, outro compromisso foi assumido: o lançamento de licitação. Ele deu a si o prazo de 60 dias para o lançamento da licitação, que cairá no dia 20 de junho. Início das obras: do momento da audiência, dia 20 de março, a 30 dias, o que nos leva ao dia 20 de julho. Acho que aqui há algum engano. De 20 de março a 20 de abril são 30 dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ah, sim. Então, 60 dias depois do lançamento da licitação. A licitação será no dia 20 de junho e o início das obras 30 dias após a licitação; então, será no dia 20 de julho. Está correto.

Em relação à BR-425, Estado de Rondônia, Abunã a Guajará-Mirim, lançamento de nova licitação via RDC até o dia 30 de abril foi o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT. Situação atual: foi lançado o Edital 168, de 2013, e prevista a abertura das propostas no dia 24 de abril deste ano na modalidade de RDC eletrônico.

Quanto à BR-163, Mato Grosso, trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e Posto Gil, o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do DNIT: a duplicação do trecho e a relicitação de um lote e início das obras. Prazo dado: 60 dias até o dia 20 de maio.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Aproveitando a oportunidade em que V. Ex^a está lendo aqui o relatório que foi encaminhado pelo DNIT em relação ao andamento das obras, quero comunicar a V. Ex^a e a toda esta Comissão que, no dia de ontem, o Ministro César Borges esteve em Cuiabá e lançou, de forma oficial, inclusive dando ordem de serviço, esse trecho a que V. Ex^a se referiu, que é o trecho da pavimentação asfáltica e duplicação, ligando Rondonópolis a Cuiabá. Então, falo isso a título de informação, porque V. Ex^a disse da relicitação de um trecho que liga também parte do destino de Jaciara a Cuiabá. De maneira que, em princípio, está 100% conforme a informação aqui. Está tudo correto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Que bom! Que boa notícia V. Ex^a nos traz! Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Então, em relação à BR-163, no trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e Posto Gil, ontem S. Ex^a o Sr. Ministro dos Transportes, Senador César Borges, lá esteve tomando as providências a que se referiu S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Também em relação à BR-163, Pará e Mato Grosso – trecho até Miritituba, isso também foi objeto ontem, Senador? Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então nesse trecho da BR-163 até Miritituba, compromisso assumido pelo DNIT: mobilização das empresas, até o dia 15 de abril. As empresas já foram mobilizadas, informação do DNIT. Também em relação a esse trecho até Miritituba: recuperação e asfaltamento do trecho até o final do ano. Foi o compromisso que ele assumiu, portanto dia 31 de dezembro de 2013.

Em relação a Miritituba-Santarém, compromisso assumido de recuperação e asfaltamento até Santarém, até o primeiro semestre de 2014; portanto 30 de junho de 2014.

Em relação à Hidrovia Araguaia-Tocantins a Pará-Pedral do Lourenço, compromisso assumido: recebimento do projeto de derrocamento em 60 dias; portanto até o dia 20 de maio. Ele está aguardando o projeto da Vale. Essa obra foi excluída do PAC, mas deve retornar. É importante também lembrarmos de que em relação a essa obra o Diretor-Geral do DNIT, com a Vale ou sem a Vale, daria continuidade a essa obra do Pedral do Lourenço.

Em relação à Hidrovia Araguaia-Tocantins, o Diretor-Geral do DNIT assumiu o compromisso de

lançamento da licitação via RDC, em 60 dias; portanto no dia 20 de julho.

Em relação à BR-316, trecho Carié-Inajá, em Alagoas e Pernambuco, compromisso assumido: lançamento de licitação para asfaltamento via RDC, em 90 dias; até o dia 18 de junho. Também em relação à BR-316, no Pará, trecho Castanhal-Santa Maria, compromisso assumido: duplicação do trecho. Posição sobre o problema. Ficou de dar a posição sobre a questão agora no próximo mês de maio.

Também, no Pará, a ponte sobre o Araguaia. Licitação para construção da ponte. Ele ficou também de dar uma posição no mês de maio.

Em relação à BR-101, no Espírito Santo. Conclusão de contorno de Vitória, compromisso assumido até o dia 30 de junho de 2013. Situação atual: está em auditoria para levantar a situação da BR-101, nesse trecho do Espírito Santo, e tomar decisões.

BR-101, Alagoas. Recuperação. Ele não deu prazo, porque estava em análise no TCU, desde setembro de 2012. Mas no último dia 17 de abril, o Pleno do Tribunal de Contas da União liberou a obra, e ela já está sendo retomada no trecho em Alagoas.

Em relação à BR-242 [diferentemente do que está aí, porque ainda não havia sido informado à pessoa encarregada de fazer a atualização], no Mato Grosso. Pavimentação, revisão dos projetos e lançamentos do RDC, compromisso assumido. Entrega em 120 dias, portanto dia 20 de julho, com a seguinte observação: depende de liberação do Ibama, que promete considerar os estudos ambientais estaduais realizados.

Em relação à BR-174, no Mato Grosso. Assumido o compromisso de licitar os projetos apresentados pelo Governo de Mato Grosso. Prazo de 180 dias, até 20 de setembro de 2013.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero comunicar a V. Ex^a e aos membros desta Comissão que ontem, com a presença do Ministro César Borges, foi assinado o convênio entre o Ministério dos Transportes e o Governo de Mato Grosso.

Portanto, está dentro daquele cronograma que ele estabeleceu aqui que em 180 dias ele já poderia licitar a obra. Ou seja, o convênio foi formalizado e o cronograma prevê a contratação, nos termos do RDC, de maneira que também é verídico, o Diretor-Geral do DNIT, nosso querido amigo General Jorge Fraxe, literalmente cumpriu aquilo que assumiu aqui nesta Comissão. De fato, foi assinado o convênio no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Que bom, V. Ex^a só nos traz boas notícias, Senador Jayme. Parabéns a V. Ex^a, a todos os Senadores do Mato Grosso e também ao Governo Federal e ao Governo do Estado, que assinaram esse convênio que vai dar condições de licitar os projetos da BR-174, em Mato Grosso, obra essa que está incluída no PAC 2.

Em relação à BR-135, no Maranhão, trecho São Luiz e Miranda do Norte, assumido compromisso de duplicação do trecho. Não tinha prazo, porque depende de liberação ambiental estadual.

A BR-319, nos Estados de Amazonas e Rondônia, a ligação das duas capitais, Manaus e Porto Velho, asfaltamento e recuperação sem prazo, porque também depende de questões ambientais.

A BR-429...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente Collor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Pena que não posso trazer as boas notícias que nos traz o Senador Jayme Campos em relação à BR-319.

Não produzimos soja, mas nem queremos produzir soja. Deixe essa tarefa para o Mato Grosso. Sem soja já temos esse problema, imaginem se tivéssemos plantio de soja na região.

Estive no Município de Humaitá, que é o primeiro Município do sul do Amazonas, a 180Km de Porto Velho. De Porto Velho a Humaitá, a estrada é muito boa, o que faz com que parte dos amazonenses se ligue muito ao Estado de Rondônia. É um pedido, um anseio cada dia mais forte da população daquela região a ligação entre aquela área, que são os Municípios que ficam em geral na calha do Madeira até a cidade de Manaus.

O General Fraxe, apenas para lembrar, quando esteve aqui, falou a respeito do assunto e disse que está muito otimista no sentido de que as obras se iniciem este ano.

Faço essa observação para pedir que esta Comissão de Infraestrutura possa tratar, e sei que todos os casos iremos acompanhar, esse fato específico da BR-319 com especial atenção. A gente não pode continuar tendo uma região do País ainda isolada. No sistema elétrico brasileiro, esse isolamento cessará quando da inauguração, possivelmente no próximo mês, do Linhão Tucuruí-Manaus. Estará toda aquela região também interligada ao Sistema Elétrico Nacional. No transporte por estrada, que é o principal modal do Brasil, continuarmos isolados do jeito que estamos e que somos é muito difícil. Então, solicito apoio para

que a Comissão faça o acompanhamento com muito cuidado, em especial, dessa questão da BR-319.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a pode contar com o apoio integral desta Comissão, no que tange à BR-319. Estamos apenas dependendo das questões ambientais, mas estamos atentos. Semanalmente, estamos prestando contas e tendo contato com o DNIT para tentarmos agilizar, no que for possível, o andamento dessas obras.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Apenas para fazer um adendo e uma participação na fala da Senadora Vanessa, pelo fato de que essa BR-319 está há alguns anos enrolada, ou seja, essa obra não andou. Como membro do Orçamento da União, fui relator de uma matéria. Tinha R\$50 milhões disponibilizados, todavia o Ibama se manifestou contrário à consecução dessa obra e o TCU impediu a liberação desse recurso. Então, apenas, Senadora Vanessa, como V. Ex^a disse aqui, é uma questão ambiental.

Então, o que mais fico indignado, Presidente, é pelo fato de que ali já existe essa rodovia há alguns anos. Então, o que acontece? É uma questão, às vezes, de pequenas migalhas que estão atrapalhando a obra.

Participei ativamente. Fui procurado inclusive pelo ex-Ministro Alfredo Nascimento, à época, pedindo que fizesse um relatório favorável à liberação do recurso para o bom andamento. Fiz, é claro, com a consultoria técnica do Senado, dentro dos padrões legais, dentro da legalidade, entretanto o que pega, como a Senadora Vanessa disse, é a questão ambiental. Há recursos, o Governo Federal tem boa vontade de fazer, todavia, temos que fazer um trabalho, como V. Ex^a disse, Senadora Vanessa, ao Presidente Collor, no sentido de buscarmos naturalmente uma solução para essa tão importante rodovia, que é uma rodovia de integração de Manaus com o Estado de Rondônia. Isso é muito importante. Conheço a matéria pelo fato de que já fui relator inclusive na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Era essa a observação que queria fazer: a questão lá é ambiental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Passo a palavra a V. Ex^a, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O senhor está fazendo um trabalho excelente, que é, exatamente, ver o impedimento, o atraso – eu chamo de “gargalos” – em algumas obras de infraestrutura. Isso já deveria ter sido resolvido, mas, infelizmente, não foi.

O papel de V. Ex^a de fazer audiência pública e acompanhar de perto esses projetos dá agilidade.

Se a gente observar, boa parte deles está atrasada por questões ambientais. Eu deixaria para o senhor refletir sobre a possibilidade de nós convocarmos o Ibama para vir à Comissão de Infraestrutura apresentar um diagnóstico desse conjunto de obras de infraestrutura do Brasil, quais são os problemas e como nós podemos, também, mediar, como V. Ex^a está fazendo, aqui, na questão das rodovias.

Eu lembro que o Estado de Alagoas foi prejudicado na instalação de um estaleiro por conta de um parecer do Ibama que dizia que, se o estaleiro fosse para Alagoas, poderia aumentar a população da cidade e, ao aumentar a população, iriam precisar fazer mais saneamento básico e mais investimentos na própria cidade. Por isso, dava parecer contrário sobre o avanço e a melhoria da qualidade de vida que poderiam vir com a criação daquele estaleiro, ou seja, vetou a obra não por conta do estaleiro, mas pelos avanços que esse estaleiro poderia levar para o Estado de Alagoas.

Isso tem sido objeto de um questionamento pelos três Senadores do Estado de Alagoas e aqui, também, para a 319, como a nossa Senadora Vanessa Grazziotin, que acompanha de perto, registra, existem os recursos, a BR já existe, no entanto, o Ibama está exigindo novos dados, como se a BR não existisse.

Eu acho que, se nós pudéssemos convidar o Ibama para vir a esta Comissão também, para prestar esclarecimentos e montar um cronograma de acompanhamento de obras, de superação, como V. Ex^a sempre fez na sua vida política, e aqui, como Presidente da CI, não é diferente, eu acho que nós poderíamos ajudar muito a nossa Nação, o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Pimentel.

Eu gostaria de tomar, com a aquiescência de V. Ex^a, essa sua sugestão como um requerimento feito oralmente e que V. Ex^a poderá apresentar ainda hoje, porque, apresentando agora, oralmente, nós teremos condições de colocar para votação na próxima reunião, ou seja, a convocação.

Peço à Secretaria da Comissão que assista o Senador José Pimentel em relação a isso e também a Senadora Vanessa e os Senadores aqui presentes que queiram.

É importante, realmente, que o Ibama possa nos dar algumas informações, embora seja necessário, também, informar a V. Ex^{as} que, das obras que estão, hoje, paralisadas no Brasil, apenas 18% estão paralisadas em função de questões ambientais. As outras todas estão paralisadas por questões de Tribunal de Contas da União, enfim, e Ministério Público, mas, sobretudo, Tribunal de Contas da União.

De qualquer maneira, é muito importante que o presidente do Ibama venha aqui a esta Comissão, aceitando o convite feito por nós, Senadores, para conversar conosco sobre esses entraves que ainda estão impedindo que obras importantes como essa da BR 319 possam ir adiante.

Em relação à questão do estaleiro, Senador Pimentel, eu gostaria de informar a V. Ex^a que o obstáculo apresentado inicialmente já foi superado e, para felicidade nossa e de Alagoas, especialmente, já foi encontrado um novo local. O problema detectado pelo Ibama era a localização. Então, foi relocado uns 40km, 50km adiante, e esse local já foi identificado como o local que terá a aprovação do Ibama. E nós estamos aguardando a finalização desses estudos.

Muito obrigado a V. Ex^a pela lembrança de uma obra que diz respeito tão de perto a nós, alagoanos.

Então, fica apresentado aqui, oralmente, o requerimento de S. Ex^a o Senador José Pimentel, como primeiro subscritor, e outros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que queiram subscrevê-lo.

Para concluir, quanto à BR-429, em Rondônia, ligando Presidente Médici a Costa Marques, é licitar as pontes, o compromisso assumido foi sem prazo porque ainda faltam algumas pendências também, acredito, nas questões ambientais.

Aqui não está bem explicitado por que está sem prazo. Seria necessário verificar junto ao DNIT por quê. Aqui diz que a rodovia BR-429, ligando Presidente Médici a Costa Marques, no Estado de Rondônia, já está asfaltada, mas estão faltando as pontes. Então, o que é necessário é licitar as pontes. O Diretor-Geral do DNIT não assumiu compromisso com nenhum prazo. Peço à assessoria que, por favor, no nosso próximo encontro, isso seja mais bem explicado.

Passamos à leitura de requerimentos. Já foi feito o requerimento oral de S. Ex^a o Senador José Pimentel. Vamos ao segundo requerimento.

“Requerimento.

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção, em virtude da conclusão dos seus trabalhos, da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelo Requerimento nº 68,

de 2011, e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes.

Justificação.

Já é do conhecimento de todos que o Nordeste atravessa a mais devastadora seca dos últimos 50 anos. Em que pesem as ações emergenciais dos governos e a existência da rede de proteção social que inclui o Bolsa Família, o povo nordestino, principalmente o pequeno agricultor e criador, está submetido a sofrimentos no limite do que é humanamente suportável. O trabalho de anos, às vezes de uma vida inteira, perdeu-se na terra crestada pelo sol.

Os efeitos da seca sobre a atividade econômica são tão danosos e profundos que persistirão por longo tempo, mesmo depois da volta das chuvas, trazendo risco de grave retrocesso na distribuição de renda e na redução das desigualdades regionais, após uma década de avanços tão significativos alcançados pelo Brasil.

É difícil compreender como, em pleno século XXI, ainda estejamos a falar da seca do Nordeste como uma maldição inexorável, abatendo-se sobre homens que parecem impotentes diante dos rigores do clima. É uma situação inaceitável, principalmente porque, pela primeira vez na história do Brasil, estão disponíveis os recursos econômicos e os conhecimentos tecnológicos necessários para implementar as ações que podem fazer com que a seca deixe de ser esse flagelo que tanto sacrifica o povo nordestino.

O que falta, temos de reconhecer, é dar à ação governamental uma visão coordenada e sistêmica de longo prazo, contínua, voltada para a execução de projetos estruturantes, capazes de centralizar e de apoiar a rede capilarizada de pequenas obras que possibilitarão a todos e a cada um dos habitantes do Semiárido desfrutar de uma vida digna e próspera.

Minha convicção de cidadão e de homem público é de que podemos fazer mais, podemos fazer bem mais para acabar com esse quadro de privação que atinge o Nordeste. Desde já, comprometo-me de que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a qual tenho a honra e a responsabilidade de presidir, envidará todos os esforços para mobilizar e concatenar governos e sociedade na busca da extirpação definitiva das aflições causadas pela seca com o apoio de todos os integrantes desta Comissão.

A seca é um fenômeno climático que ninguém deseja, mas sabe-se, de longa data, que, infelizmente, ela é recorrente, e mais: se forem confirmadas as previsões dos cientistas em relação às consequências do aquecimento global, as secas tenderão a ser mais intensas e prolongadas.

Conhecendo-se os fatos, prevendo-se os acontecimentos, não é admissível que as políticas públicas para a seca – e aí se encontra o principal erro delas – sejam meramente reativas, emergenciais e espasmódicas. São pouco produtivas as medidas tomadas depois que a seca se instala.

O manejo de recursos hídricos é importante, mas não resolve tudo. Não basta ver água, se não há tubulação e energia elétrica para movimentar as bombas. A população ficar na dependência de caminhões-pipa para ser abastecida é o maior retrato dos erros que vêm sendo cometidos. Ou seja, a crônica dos problemas vai além da escassez da água. Não há por exemplo silos para armazenamento de grãos de Nordeste para atender os criadores. Não há caminhões nem estradas adequadas e suficientes para transportar esses grãos.

Note-se que são todos problemas de segmentos da infraestrutura – água, energia, armazenagem, transporte – e, portanto, afeitos a esta Comissão.

Em suma, as obras não devem ser contra a seca, mas, sim, as obras devem ser de preparação para a seca.

Já nos começos dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cogitei a criação da Subcomissão Temporária sobre a Transposição do Rio São Francisco. Venho, neste momento, tentar aperfeiçoar essa proposição inicial com o intuito de ampliar o seu alcance. Por isso, proponho a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Não só a transposição do Rio São Francisco, obra grandiosa e estratégica, mas também todas as outras obras voltadas para preparar o Semiárido para suportar as consequências da seca devem ser planejadas, coordenadas, projetadas e executadas com apuro técnico e concluídas com presteza, para beneficiar com o máximo de brevidade a população nordestina.

A nova Subcomissão, caso venha a ser aprovada por V. Ex^{as} a sua criação, deverá ter foco transversal, como é inerente a esta Comissão de Infraestrutura, propondo políticas e propiciando as condições necessárias, por meio de permanente interlocução com o Governo, para execução de obras que não se restrinjam apenas ao combate dos efeitos da seca, mas que permitam que o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem-estar de sua população não sejam obstados pela ocorrência da seca. Esse objetivo não será alcançado somente pelo manejo adequado dos recursos hídricos, pois o desenvolvimento econômico e social exige muito mais, exige também energia, logística, saneamento e, subjacente a tudo, o conhecimento.

Não há nada de utópico nos propósitos da nova Subcomissão, caso aprovada por V. Ex^{as}.

Afirmo mais uma vez: existem os recursos e a tecnologia para concretizá-los. Ao contrário do que muitos podem pensar, o empobrecimento que a seca provoca não é maldição inescapável. Isso é facilmente comprovado pela existência de regiões desenvolvidas em lugares com restrição hídrica bem mais grave do que a que acomete o Nordeste brasileiro. Cito como exemplo o que todos nós conhecemos: o Oeste dos Estados Unidos e o Estado de Israel.”

São esses, pois, os termos que justificam, no meu entender, salvo melhor juízo de V. Ex^{as}, a criação da Subcomissão Permanente que ora se propõe.

Entrará, portanto, na pauta da nossa próxima reunião, para deliberação de V. Ex^{as}.

Dando início à primeira parte da nossa pauta da reunião de hoje, passa-se ao relatório final da Cistac – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, que foi aprovado no último dia 9 de abril de 2013 e será apresentado para deliberação por S. Ex^a o Sr. Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Sr. Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu queria pedir um favor a V. Ex^a. Eu tenho o item 1 da pauta, que seria relatado pelo Senador Alfredo Nascimento. O relatório já está pronto e se encontra na mesa de V. Ex^a. Eu queria pedir a V. Ex^a, se possível, para inverter a pauta, porque tenho compromisso na Comissão de Assuntos Sociais, onde vamos receber o Ministro Alexandre Padilha.

É muito curto o voto do Senador Alfredo Nascimento.

Eu gostaria de indagar ao valoroso companheiro e amigo, Senador Flexa Ribeiro, se me permite que V. Ex^a nomeie um Senador ou uma Senadora *ad hoc* aqui, para ler esse relatório. O Ministro esteve ontem em Cuiabá, e essa matéria veio à tona. Já existe o pai da criança, neste assunto aqui. Não é que tenhamos vaidade – muito pelo contrário –, mas imagino que o nosso trabalho aqui tem de ser valorizado. Então, o Ministro já anunciou que vai assumir a responsabilidade; vai encampar, vai federalizar esse contorno, como disse aqui – são 28 quilômetros.

Consulto o Senador Flexa se me permite... É curto. V. Ex^a nomearia o próprio Senador Flexa, ou a Senadora Vanessa, e inclusive o Senador Alfredo Nascimento concorda que a Senadora Vanessa seja nomeada para ler esse breve, curto relatório para aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Só queria dizer, Senador Jayme Campos, com licença de V. Ex^a e de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, que o relatório já foi distribuído para conhecimento de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras. Naturalmente, o relatório é bem alentado. Não me parece seja necessário que S. Ex^a, salvo melhor entendimento de sua parte, queira ler a íntegra desse relatório, que já é de conhecimento de todos.

Mas, passo a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, já que havia anunciado a palavra concedida a ele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, da minha parte não há objeção de fazermos uma inversão para atender à solicitação do Senador Jayme Campos.

Então, consultado o Plenário, V. Ex^a pode fazer a inversão e depois voltaremos à parte primeira da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a concordância de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, já que havia sido anunciada a leitura do relatório final da Cistac por parte de S. Ex^a, consulto se o Plenário está de acordo com a inversão da pauta sugerida por S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa inversão, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos, então, ao item 1, em caráter terminativo:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho que especifica.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento.

Indico como Relator *ad hoc* a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela análise prévia da matéria por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Observações: Nesta reunião, a matéria não será apreciada terminativamente, uma vez que estaremos deliberando quanto à análise prévia da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, sobre os preceitos de constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Dada essa explicação, feita essa observação, concedo a palavra a S. Ex^a a Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin para, como Relatora *ad hoc*, ler ou preferir o relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer a V. Ex^a e registrar que o Senador Alfredo Nascimento já esteve entre nós. Entretanto, tinha um compromisso inadiável e não pôde aqui permanecer. Mas traz o relatório que eu passo a ler.

E o projeto relatado, Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2013, altera a Lei nº 5.917, de 1973, relativa ao Plano Nacional de Viação. O objetivo do projeto é incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho que especifica.

Como já disse, a Lei nº 5.917 dispõe sobre o sistema nacional de viação. Tendo em vista que foram vetados os anexos da nova lei, os quais substituíram o anexo do Plano Nacional de Viação, assim como seu art. 45 – que revogava a própria lei do Plano Nacional de Viação e todas as suas alterações –, criou-se uma dúvida sobre a vigência ou não do anexo do Plano, cuja alteração é objeto da proposição em análise.

Destaque-se, ainda, que, a Lei nº 12.379, de 2011, em seu art. 10, condiciona a alteração das características ou a inclusão de novos componentes no Sistema Federal de Viação à existência de estudos técnicos e econômicos que as justifiquem.

Há que se observar, entretanto, que, a fim de estabelecer uma orientação única para todos os projetos de lei que visam a alterar o Anexo da Lei nº 5.917, de 1973, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou, no dia 12 de setembro de 2012, o Requerimento nº 38, de 2012, apresentado pela Senadora Lúcia Vânia, então Presidente da CI. Tal requerimento, fundamentado no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a manifestação da CCJ, como V. Ex^a acaba de falar, quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei.

A justificação do requerimento esclarece que o objetivo da iniciativa é padronizar o entendimento do Senado Federal com relação à matéria, uma vez que há dúvida sobre a vigência ou não do anexo da Lei nº

5.917, de 1973, cuja alteração é objeto de inúmeras proposições em tramitação no Congresso Nacional.

Portanto, o voto é para que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2013, juntamente com as outras matérias que envolvem o mesmo assunto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

Pela ordem, S; Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Primeiramente, agradeço a V. Ex^a pelo fato de colocar essa matéria aqui, fazendo com que votássemos esse importante projeto de federalização do contorno rodoviário Cuiabá-Várzea Grande.

Agradeço ao ilustre companheiro Senador Flexa Ribeiro, que nos permitiu fazer essa inversão de pauta.

Como disse, esse é um contorno que passa por Cuiabá e Várzea Grande, são 28km. Lamentavelmente, Sr. Presidente, demorávamos cerca de quatro a cinco horas para trafegar esse trecho de 28km Repito: 28km, um verdadeiro absurdo. Nesse caso, estamos propondo a federalização até porque o próprio DNIT e o Ministério dos Transportes já manifestaram o interesse de assumir esse tão importante contorno, transformando-o em contorno rodoviário federalizado. Assim melhoraremos não só o pavimento existente como buscaremos a duplicação. Temos 16, 17 mil carretas/dia passando por aquele trecho. De maneira que quero dizer aqui que esse é o primeiro avanço, o primeiro passo para, após ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, a materialização desse projeto. Com isso, permitiremos que o DNIT e o Ministério dos Transportes assumam tão importante rodovia, que é um contorno das cidades de Cuiabá e Várzea Grande.

Estou muito feliz. Agradeço também à nossa Senadora Vanessa Grazziotin. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Parabéns a V. Ex^a, Senador Jayme Campos pela iniciativa do seu requerimento para uma obra de tamanha relevância, como V. Ex^a acaba de descrever.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o item 3 da pauta é um requerimento de minha autoria que tem como objetivo fazer uma audiência conjunta entre uma já aprovada aqui na CI com a CAE, que tem uma pauta idêntica. Portanto, é um requerimento muito simples. Se V. Ex^a e nosso pares concordarem com a inversão, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador José Pimentel coloca a possibilidade de uma inversão de pauta, passando o item 3 a ser o item seguinte da nossa pauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam a inversão de pauta queiram permanecer como se encontram, com a aquiescência, em primeiro lugar, do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos á leitura do item nº 3:

ITEM 3 REQUERIMENTO Nº..., DE 2013

Requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a transformação da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento C.I. nº 12, de 2013, em Audiência Pública conjunta com a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Senador José Pimentel

Observação: Lido em 17/04/2013.

Esse Requerimento nº 12 trata do convite que esta Comissão fez a S. Ex^a o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. E S. Ex^a o Senador José Pimentel solicita que a audiência seja conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos, então, agora, ao relatório final do Cistac, que é a sigla da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Vamos passar à apreciação do relatório final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, cujo funcionamento foi aprovado no dia 9 de abril de 2013.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da Subcomissão e, agora, como Relator *ad hoc*, para a leitura do relatório.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui fazer algumas observações e destaques no competente relatório do Senador Vital do Rêgo, que foi o relator da Subcomissão, relatório este, como V. Ex^a já disse, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, entregue e já de conhecimento de todos os Senadores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

A Cistac – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil trabalhou, inicialmente e por quase todo o tempo, sob a presidência do inspirador da Subcomissão, o Senador Vicentinho, ao longo de todo o ano de 2012, praticamente. Foram realizadas 19 audiências públicas no âmbito da Subcomissão desde o dia 9 de fevereiro, quando foi aprovado o requerimento de instalação. Por motivo de licença, o Senador Vicentinho teve de deixar a presidência da Subcomissão e foi substituído pelo Senador João Costa, que deu continuidade ao trabalho competente do Senador Vicentinho à frente da Subcomissão. E, ao final, já por uma questão regimental de mudança de sessão legislativa, eu assumi a presidência para fazer a apresentação do relatório final, de relatoria do Senador Vital do Rêgo. E agora, como Relator *ad hoc*, vou fazer uma apresentação sucinta, porque se trata de uma apreciação bastante profunda, como eu disse, objeto de 19 audiências públicas, da aviação civil em nosso País.

No momento, as vistas de todos os brasileiros estão voltadas para a infraestrutura logística do País, que passa por uma dificuldade e um contingenciamento muito grande em todas as áreas. V. Ex^a, a cada semana, nos traz informações e nos mostra que, realmente, a dificuldade permanece, não só na questão aeroportuária como na questão de portos, estradas, ferrovias e hidrovias. Na questão aeroportuária, a Subcomissão, como eu disse, fez um diagnóstico bastante profundo do setor. O Governo agora lança um programa para ampliar os aeródromos, não só para construir novos aeródromos como para fazer uma modernização, uma ampliação dos já existentes, com um programa para atender da ordem de R\$7,3 bilhões – e sempre são “bilhões” de reais. E, lamentavelmente, como V. Ex^a colocou nas comunicações de hoje, não faltam recursos; o que falta, ao que parece, é gestão a esse governo.

A Presidenta Dilma era tida como uma grande ministra, à época do ex-Presidente Lula, que tinha como perfil a eficiência na gestão. Porém, lamentavelmente, como Presidente, não está mostrando essa eficiência. Então, apesar de não faltarem recursos, as dificuldades permanecem, como V. Ex^a muito bem salientou; o

que falta é gestão para que essas obras possam efetivamente acontecer.

Então, há uma programação de atender, nos próximos anos, com 720 aeródromos, sendo que 270 já em 2013. Contudo, já estamos praticamente na metade do primeiro trimestre e, até agora, não aconteceram as licitações por que passarão esses aeródromos.

Eu quero aqui, Presidente Collor, dentro do relatório do Senador Vital do Rêgo, pontuar os itens que foram condensados no documento e as recomendações da Cistac, por intermédio do Senador Vital do Rêgo.

Então, com relação ao marco regulatório geral, o Código Brasileiro de Aeronáutica, a recomendação do Senador Vital do Rêgo, no seu relatório, é: constituição, no âmbito do Senado Federal, de uma comissão de especialistas para proceder a uma revisão completa do CBA e preparar um anteprojeto de lei a ser apreciado por comissão temporária de Senadores, designada pela Presidência da Casa, nos termos do art. 374 do Regimento Interno.

Com relação ao planejamento e coordenação do Sistema de Aviação Civil, as recomendações da Subcomissão são: revisão da PNAC; elaboração do plano geral de outorgas e do plano aeroviário nacional; elaboração do plano plurianual de investimentos do FNAC; integração do transporte aéreo à política nacional de transportes; efetiva incorporação do transporte aéreo na atuação da EPL; revisão do papel do Conac – Conselho Nacional de Aviação Civil, que, à época daquele trágico acidente que houve, foi verificado que o governo não reunia há anos o Conac, que deixou de funcionar. Então, o que se pede aqui é a revisão do papel do Conac, avaliando-se, inclusive, a conveniência de sua extinção.

Com relação à estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as recomendações do Relator são: revisão do plano de cargos e salários da Anac; realização de concurso público para preenchimento de todos os cargos autorizados por lei; alteração da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para incluir a fiscalização aeronáutica entre as hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo a viabilizar a contratação temporária imediata de profissionais até o preenchimento definitivo do quadro por concurso público; celebração de convênio entre Anac e Comando da Aeronáutica, para cessão temporária de profissionais; instituição de programa de capacitação continuada dos servidores da Anac; transferência para a SAC das funções de fomento e de negociação internacional atualmente atribuídas à Anac; instalação de escritórios da Anac em todas as regiões e de postos de atendimento aos usuários nos principais aeroportos do País. Este, inclusive, foi um

fato muito debatido também, Presidente, Senador Fernando Collor, o fechamento dos escritórios da Anac nas regiões do nosso País. Então, a Subcomissão propõe que sejam efetivamente instalados esses escritórios. Propõe ainda o Relator: maior rigor por parte da Presidência da República e do Senado Federal na indicação e aprovação dos diretores; bem como a revisão dos fatos geradores e valores da TFAC.

Com relação às infraestruturas aeronáutica e aeroportuária, as recomendações da Cistac são: incorporação ao CBA de normas básicas para o marco regulatório das concessões aeroportuárias; adoção de uma política tarifária única para os aeroportos sob gestão da Infraero e concedidos à iniciativa privada; revisão da exigência de participação da Infraero no capital das sociedades de propósito específico concessionárias de aeroportos; revisão do número de *slots* autorizados nos aeroportos congestionados e levantamento das providências necessárias para ampliá-los; autorização e incentivo à construção de aeródromos privados voltados ao atendimento da aviação geral; regulação e fiscalização técnica e econômica da infraestrutura aeronáutica por órgão distinto do prestador; avaliação da conveniência de se transferir o controle do tráfego aéreo para a Infraero e sua regulação para a Anac.

Com relação à articulação entre aeroportos e cidades, as recomendações são: incorporação dos planos de uso do solo aeronáuticos aos planos diretores de desenvolvimento urbano; fiscalização pelo Decea das edificações irregulares nas rampas de aproximação de aeronaves, com aplicação das sanções pertinentes; articulação com o Ministério do Meio Ambiente, para que programas de manejo de resíduos sólidos sejam oferecidos aos Municípios em que lixões criam risco aeronáutico, e com o Ministério das Cidades, para que programas de mobilidade urbana priorizem o atendimento à demanda dos aeroportos; eliminação das restrições à oferta de serviços de táxi nos aeroportos.

Com relação à interiorização do acesso à aviação, as recomendações do Relator, o Senador Vital do Rêgo, são: assessoria técnica e financeira da Secretaria de Aviação Civil (SAC) aos Municípios que administram aeródromos; transferência para a Infraero ou para órgão estadual dos aeródromos situados em Municípios que não apresentam condições gerenciais de administrá-los; adequação das normas da Anac à realidade de cada localidade e ao porte de cada aeródromo, evitando-se a imposição de medidas desnecessariamente onerosas; alocação de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para a recuperação e ampliação de aeródromos e aeroportos deteriorados; implementação do Acordo de Fortaleza; ampliação do

limite de participação do capital externo nas empresas aéreas brasileiras.

Com relação à investigação e prevenção de acidentes, as recomendações são: garantia em lei da imunidade das informações coletadas no âmbito da investigação aeronáutica e da publicidade dos relatórios parciais e final; criação de uma agência civil especializada na investigação de acidentes em todos os modais de transporte, dotada de autonomia institucional com relação à administração direta e às respectivas agências reguladoras.

Com relação ao abastecimento de combustíveis, são estas as recomendações do Relator: exclusão definitiva da incidência da Cide-Combustíveis sobre o querosene de aviação; aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de resolução disciplinando as alíquotas de ICMS incidentes sobre o querosene de aviação ou edição de lei complementar que o inclua entre os casos de incidência monofásica do ICMS; regulação pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) dos preços cobrados pela Petrobras pelo querosene de aviação, a fim de que estes reflitam a real estrutura de custos de produção; regulação pela Anac do valor cobrado das distribuidoras pelos operadores aeroportuários; substituição do transporte rodoviário pelo dutoviário no abastecimento dos principais aeroportos e das aeronaves neles situadas; fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologia de biocombustíveis aeronáuticos.

Com relação à formação de recursos humanos, estas são as recomendações: instituição de programa de fomento aos aeroclubes e aos cursos de ciências aeronáuticas, engenharia aeronáutica e cursos técnicos correlatos; transferência dessa responsabilidade da Anac para a SAC; criação de um programa oficial de formação de mão de obra para a aviação civil, com recursos do FNAC, do FAT e do Pronatec, inclusive com oferecimento de bolsas; determinação às empresas aéreas que estabeleçam programas de gerenciamento de risco de fadiga de tripulantes, a ser disciplinado e fiscalizado pela Anac; revisão pela Anac da tripulação mínima exigida nos voos comerciais; revisão da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta; permissão para a contratação de pilotos estrangeiros; agilização pela Anac dos processos de homologação de profissionais.

Com relação à indústria aeronáutica, as recomendações são: abertura de linhas de financiamento para a aquisição por empresas brasileiras de aeronaves de porte médio, produzidas pela Embraer, implementação e ampliação do Retaero; redução da carga tributária incidente sobre a cadeia produtiva.

Sobre a aviação geral, são estas as recomendações: criação na SAC de uma secretaria específica para a aviação geral e de um comitê permanente de interlocução com todos os segmentos da aviação civil; incorporação ao Plano Nacional de Aviação Civil de diretrizes para a aviação geral.

Com relação à interlocução do setor; com relação ao acesso a aeroportos, ainda no item que diz respeito à aviação geral. Recomendações: tratamento isonômico da aviação geral com relação à aviação comercial no acesso aos aeroportos; alteração do instrumento de outorga de serviços aéreos regulares, de concessão para autorização; revisão das tarifas aeroportuárias praticadas pela Infraero (caso seja necessária uma majoração, que ela seja gradual); regulação pela Anac das tarifas da Infraero, para impedir sua majoração abusiva; ampliação do prazo de vigência dos contratos de concessão de hangares.

Com relação ao subitem “Regulação e fiscalização técnica da aviação geral”, são estas as recomendações do Senador Vital do Rêgo, como Relator: revisão da regulação técnica, visando a equilibrar a busca de segurança operacional com o fomento à indústria e ao mercado nacionais; alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a comercialização de aeronaves ultraleves acabadas; intensificação da fiscalização sobre a prestação clandestina de serviços de táxi-aéreo.

São essas as recomendações, Presidente, Senador Fernando Collor, e, em seguida, no relatório do Senador Vital do Rêgo, vem o resumo das 19 audiências públicas, que estão aqui para leitura dos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura e para conhecimento de toda a sociedade brasileira.

Ao finalizar, quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo pelo relatório que fez. Tenho certeza absoluta de que esse relatório será da maior valia, para que, através da Comissão, tão bem-presidida por V. Ex^a, de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, nós possamos contribuir, como já o fizemos, entregando ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil a cópia do documento, para que ele possa, dentro da sua secretaria, implementar essas recomendações que foram aqui sugeridas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil (Cistac), e que trabalhou agora como Relator *ad hoc* da matéria.

Pela ordem, com a palavra S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero, como fez o Senador Flexa, destacar aqui o importante papel desempenhado pelo nosso Relator, mas eu queria realçar o compromisso e a dedicação com que o Senador Vicentinho Alves se dedicou a essa matéria, pela sua importância e, principalmente, pela necessidade, Senador Flexa, de a gente ter, efetivamente, num País de dimensões extremas, poderíamos dizer assim, como o nosso...

Quando a gente vai tratando isso, por exemplo, na região de V. Ex^a ou no Estado a que pertencço, são situações muito, eu diria até, claras e evidentes da necessidade de se tratar da aviação civil e da aviação regional. Acho que é importante isso. V. Ex^a até tem uma dificuldade maior do que a gente, na Bahia, mas, em compensação, nós não temos um serviço que disponibilize uma oferta tão qualitativa da utilização de aeronaves no Estado da Bahia, mesmo para atividade comercial.

Eu me lembro que, certa feita, eu conversava com o pai de um ex-Deputado Estadual nosso, que é conselheiro do Tribunal de Contas, Sr. Laudelino, que a gente chamava de “o velho Lau”, que morreu com 106 anos – portanto, viveu muito –, e ele me dizia assim: “Pinheiro, na década de 50, eu pegava avião para a cidade de Poções.” Poções, para a gente se localizar, é uma cidade próxima à cidade de Vitória da Conquista. Então, na década de 50, era o transporte. Não tinha estrada. Então não justifica termos avançado tanto. Hoje, para ir para Poções, não posso nem pousar na pista, porque tem um lixão do lado, urubu que não acaba mais e não há nenhuma oferta de voos comerciais. Não há nem como pousar, quanto mais oferta de voo comercial.

Estou falando dessa cidade, Senador Collor, mas poderíamos falar das principais cidades dos nossos Estados, cidades que são polos regionais.

Estamos fazendo essa discussão. Sábado que vem, eu vou à cidade de Guanambi, na Bahia, onde estamos recepcionando um polo importante de ferrovia, de mineração. E o aeroporto está fechado.

Nós fizemos aqui a discussão sobre eólica. Aquele empresa de que falei, que vai se instalar naquela região, será exatamente na região de Guanambi, na cidade ao lado, uma grande indústria de aerogeradores.

Então a gente vai discutindo essas coisas, e quando vejo o relatório apresentado por V. Ex^a, que foi feito pelo Senador Vital, nós encontramos diversos elementos da polêmica que tem norteadas as relações com algumas empresas.

Na quarta-feira próxima passada, por exemplo, discuti com alguns representantes da Trip sobre a oportunidade de a Bahia desonerar um pouquinho algumas coisas para contarmos com voos regionais na cidade de Paulo Afonso, que abriga a principal atividade da Chesf, a geração de energia. O aeroporto está lá, bonito, repaginado, com bombeiros, mas não pousa avião.

Essas questões são fundamentais, até para encaixarmos pelo menos nesses 720 aeródromos que foram listados ou, quem sabe, nesses 80 e poucos que estão sob o controle da Infraero.

A cidade de Feira de Santana, Senador Flexa Ribeiro, que é a segunda cidade do Estado da Bahia, não tem aeroporto. Tem uma pista lá. Agora fizemos uma licitação e quem ganhou inclusive foi a mesma empresa que opera o aeroporto de Viracopos, é o mesmo consórcio. Então a segunda cidade do Estado da Bahia... Estamos tentando agora estabelecer uma lógica de aeroporto, que seria o segundo aeroporto da Bahia! Eu continuo convencido de que não temos condição de ampliar mais o aeroporto de Salvador, pelo local onde ele se encontra. Então tenho defendido que a alternativa seja esse aeroporto. Assim como Campinas está para São Paulo, Feira está para Salvador.

V. Ex^a levantou dez pontos em que eu considero importante que façamos o que foi recomendado pelo Senador Vital do Rêgo. Devemos transformar isso numa peça que nos dê condições e capacidade, Senador Collor, de interagir junto à EPL, junto ao Governo. E, dentre as recomendações, plano geral de outorga, de gestão tarifária, de gestão operacional, portanto entregar parte desses aeroportos para a gestão privada, abrir as concessões.

Se ficarmos aguardando – estou falando com muita sinceridade, Senador Flexa, se aguardarmos o OGU para botar dinheiro nesses aeródromos, a prioridade, Senador Collor, vai comendo a vontade, porque vai pintando uma série de coisas na frente, o OGU será direcionada para outras coisas e tal, e não vamos ter nesses aeródromos... Quero focar somente nos 87. Não estou nem considerando o restante, os 633 que existem pelo Brasil. São os 87 que têm operação pela União, não necessariamente todos pela Infraero. Parece que a Infraero tem 62, segundo o relatório aqui.

Então é importante pegar essa questão da gestão operacional, o financiamento de aeronaves... Nós temos um grande fabricante de aeronaves no Brasil. É importante estimular isso. E, é óbvio, a redução de carga tributária, porque, senão, você vai numa linha e não desonera na outra. Portanto, essa revisão da carga.

O tratamento específico proposto pelo relatório. A Secretaria de Aviação ter uma... O Ministério ter uma área que especificamente trate desta matéria,

principalmente com a importância que ela tem. Nós estamos tratando de mais de cinco mil Municípios brasileiros, que, de certa forma, deveriam ter esse tipo de serviço. Ou o tratamento isonômico com a aviação geral. É importante você... Acho fundamental isso... A regulação técnica, o relatório propõe a revisão dessa regulação técnica. A certificação e a manutenção, meu caro Flexa. Eu estava nesta semana conversando com os pilotos que viajam no Governo do Estado, um avião do Governo do Estado foi para manutenção. Aí exigiram que o piloto que já pilotava avião há 500 anos-luz devesse fazer não sei quantas horas de vôo de novo para poder voltar a ter o direito de pilotar o mesmo avião que ele pilotou a vida inteira. O cara desaprendeu no dia em que o avião foi fazer a manutenção? Eu perguntei, e ele disse: “A regra é assim, Senador, o que eu posso fazer?” Aí a gente estava lá com o piloto, Flexa, o avião voltou zero quilômetro, e o piloto não podia voar com a gente. O cara tinha acabado de voar, o avião parou para manutenção. Voltou, e, quando voltou, disseram: “O senhor tem que fazer tudo de novo”. Ele achou normal, renovar. Piloto principalmente deve estar permanentemente renovando.

Agora, por que isso deve ser da forma como é hoje? Por que certas atitudes e coisas só acontecem em alguns lugares do País? Você deve deslocar alguém para alguma região. Eu duvido que o sujeito lá em Belém consiga fazer certificação de aeronave. É um parto. Aí você tem dois, três lugares do Brasil onde isso acontece. Aí deve mandar o piloto, o piloto deve ir para outro lugar para fazer todo tipo de teste de novo, fazer prova, enfim. Então, eu acho que o rigor deve haver. Agora, na medida também de um trato que leve em consideração as necessidades e principalmente a desconcentração.

Por último, o décimo ponto que V. Ex^a levanta é a questão do fomento à indústria e a questão associada ao desenvolvimento científico e tecnológico, à pesquisa e tal.

Quando o Senador Collor presidia a Comissão de Relações Exteriores, eu me lembro de que um dos pontos discutidos lá foi exatamente, Senador Collor, aquele negócio dos caças. Eu não sei se a gente está caçando ainda para adquirir, enfim. Sei lá. Eu acompanhei esse debate na Câmara. Inclusive, fui ver na França. Tive oportunidade até de entrar num *cockpit* daquele do Gripen. E um dos pontos que eu levantava àquela época, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, era o seguinte: eu não quero comprar caça para o Brasil fabricar caça para concorrer com os três que estavam apontados ali, Boeing, a Dassault, francesa, e a Gripen, que é sueca. Portanto, Gripen vem de uma outra montagem, com os suecos.

Eu disse: não vou, quando a gente acabar... “Nós vamos comprar o caça de quem transferir toda a tecnologia.” Legal. Eu quero tecnologia transferida. Mas, quando eu acabar de preparar isso para produzir o caça, esses três fabricantes do mundo já estão com um caça bem mais avançado. Eu dizia: eu quero a transferência dessa tecnologia para aplicar em outras frentes. Eu quero aproveitar o que esses caras botaram de eletrônica embarcada, de mecatrônica e tal para utilizar em outras coisas. Se de um caça eu posso vislumbrar ou posso visualizar uma mosca no meio da Floresta Amazônica de noite, então essa tecnologia utilizada vai me servir, por exemplo, para eu resolver graves problemas de diagnóstico por imagem no corpo humano. Então, dá para você fazer as ponderações.

Por outro lado, a gente tinha que aproveitar essas relações para a gente também desenvolver uma parte da nossa indústria aeronáutica, que é bem representada mundialmente pela Embraer.

Esse aeroporto de Feira de Santana sobre o que eu lhe falei, Senador Flexa, do lado, há uns meninos lá fabricando avião. Do lado. Os meninos até estão preocupados. Pinheiro, quando o aeroporto chegar, a gente vai voar? Eu disse: calma, vamos arranjar outros lugares para vocês. Uns meninos mesmos, dois jovens empreendedores estão fazendo aviãozinho na Bahia, a duras penas. Aí vai aqui, pede aqui, acolá, para bater à porta de não se quem. Então, esse estímulo à indústria deve estar combinado com esses pontos que foram colocados no relatório, porque, se a gente não tiver a capacidade também de produzir aqui e de dar manutenção e outras coisas mais, vai-se expandir um serviço, que, depois, vai ficar de novo na mão daqueles que estão lá fora. Então, não é um problema só de ficar dependente; é um problema inclusive de ficar no compasso de espera. Se um piloto demora tanto para renovar uma carteira, imagine para vir uma peça de reposição. Aí é que não vai voar mesmo.

Então, quero parabenizar o esforço e o trabalho – volto a frisar, Senador Flexa – do Senador Vicentinho, que aqui todo dia cobrava: pegava a gente pelo braço, mandava assinar. A mim mesmo, ele dizia: “Pelo amor de Deus...”, e eu lhe dizia que não suportava subcomissão. Já temos comissão; subcomissão. E ele dizia: “Pelo amor de Deus, isso é vital, vital, vital...”, e terminou colocando Vital do Rêgo para ser o Relator.

Então, acho que é importante aprovarmos o relatório, Senador Flexa, mas mais importante é aproveitar essa disposição que o Senador Collor tem demonstrado no encaminhamento das coisas, assim como fez aqui com as estradas, chamando o DNIT, para que tenhamos, Senador Collor, efetivamente ação, e que esse instrumento nos permita colocar em políticas públicas

esses importantes pontos aqui relatados pelo Senador Flexa e tão bem rabiscados, colocados em uma ordem cronológica interessante pelo Senador Vital do Rêgo.

Vejo a conclusão desse desafio apontado pelo Senador Vicentinho Alves.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Passo a palavra, para discutir, a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, fico até constrangido de falar dessas peculiaridades das coisas que vivemos no dia a dia, mas pegando uma carona no discurso do Senador Walter Pinheiro, é óbvio que os relatórios tinham de concentrar-se na aviação comercial, que leva milhões de passageiros, e tal.

Acho que se concentrou pouco na aviação executiva, coisa com que infelizmente eu sofro todos os dias. Aqui no Brasil, há coisas de que até Deus duvida. Vou dar exemplos aqui.

Eu, por exemplo, sou piloto. Voo toda semana, mas todo ano eu tenho de fazer *check* de voo: parar os aviões, parar o helicóptero, parar tudo, para fazer *check*. E eu voo todo dia. Mas tenho de fazer *check*. Esse *check* é uma coisa que persegue todos os pilotos brasileiros. Fazer todo ano um *recheck* é uma coisa para que não encontro justificativa no mundo. Voo há 30 anos e tenho de fazer *check* todo ano. Pego um “checador” que não entende nada de nada, sabe um milionésimo do que eu sei e vai me checar. Às vezes, pegam um comandante de Boeing que voa há 50 anos, todo dia, e tem de ser checado todo ano.

Agora, a Anac está inventando um tal de *flight safety*, para as aeronaves tipo... Já existe um monte de aeronaves que têm de fazer isso. O *flight safety* custa US\$50 mil por ano para o dono do avião pagar para o seu piloto fazer. Piloto e copiloto, US\$25 mil para cada um. Agora, a Anac está inventando que vai ser obrigatório para todos os aviões. Todos os dias eles inventam uma coisa para arrancar dinheiro dos proprietários, todos os dias inventam.

Hoje, eu pago tarifa aeroportuária e custa mais ou menos dez vezes o que eu pagava há três anos. Quer dizer, qual é o critério para se aumentarem as tarifas, os custos? Todo dia tem uma invenção de moda.

Fui importar um avião, Senador Flexa, há cerca de três anos. Um avião fabricado nos Estados Unidos, onde voa há 500 anos. Aí, eu mando fazer um estudo,

e aqui no Brasil é obrigatório fazer uma adaptação, adaptação-Brasil. Quer dizer, o Brasil está inventando mudança no projeto aeronáutico do avião. “Ah, tem de fazer uma pequena mudança na porta”. “Quanto é?” “Sessenta mil dólares.” “Mas isso é obrigatório nos Estados Unidos?” “Não, só aqui no Brasil.” Ah, o brasileiro está ensinando o americano como se constrói avião, porque lá não é obrigatório, e aqui é.

E isso é todo dia, todo dia. Eu queria entender o que se passa na cabeça desse povo da Anac para inventar esse tipo de coisa diariamente. Diariamente. E, se eu for listar, Presidente, apresento uma lista com 50 mil itens como esses poucos de que acabei de falar. Parece que o universo e a Anac conspiram contra todo mundo que deseja fazer uma aviação executiva.

Fico triste que esse relatório tenha abordado pouco isso, porque parece um problema bobo, mas não é. A aviação executiva é importante dentro do País. O número de aviões e helicópteros voando de forma privada, seja para empresas, seja para levar passageiros para o interior, é imenso! Às vezes, nos preocupamos só com GOL e TAM e nos esquecemos que há milhares de aeronaves pequenas levando dois, três, quatro passageiros e que sofrem essa ditadura da Anac, diuturnamente, com invenções de normas diárias, sempre no sentido de dificultar a vida e a existência dos táxis aéreos e dessas pequenas aeronaves. Sempre! Nunca houve nada para facilitar.

Hoje, para você pedir um documento dentro da Anac, para dar entrada no sistema, demora um mês, dois meses para ter uma resposta. É inacreditável.

Volto a dizer: fico constrangido de falar em casos menores, a gente tendo de se preocupar com a aviação comercial, que é tão importante, hoje, para a logística do nosso País, mas se a gente não se preocupar com os pequenos problemas e só se focar nos grandes, eu acho que os pequenos problemas vão acabar virando grandes problemas para a Nação.

Então, era só esse registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Lobão Filho.

Com a palavra, o Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil e Relator *ad hoc* do relatório final, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, uma demonstração do brilhante trabalho do Senador Vital do Rêgo.

Os comentários são pertinentes, tanto os do Senador Walter Pinheiro, como os do Senador Edison Lobão Filho.

Com relação a tudo o que foi, aqui, dito, eu quero só fazer duas observações.

A primeira é que o Senador Edison Lobão Filho tem toda razão quando coloca, aqui, suas dificuldades na aviação executiva, que não são só referentes à aviação executiva, mas em relação à aviação geral.

O Senador Vital do Rêgo, no seu relatório, faz as observações sobre a aviação executiva. No texto, no item que trata da aviação geral, ele aborda a questão da aviação executiva.

Com relação ao Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a tem toda razão quando faz esta avaliação lamentável: ou você tem o aeroporto e não tem os voos, ou você tem o voo e não tem o aeroporto, ou seja, o voo não vai poder chegar ao destino.

O seu Estado da Bahia, como o meu Estado do Pará, na região amazônica, tem essas dificuldades todas.

Lá no Pará, nós temos o Município de Itaituba, que é o Município que vai suportar, proximamente, um projeto de geração de energia hídrica.

O aeroporto de lá, Senador Fernando Collor, está interditado. Está interditado, ou seja, não tem aeroporto, e já começaram a fazer os levantamentos, a questão de avaliações, porque, efetivamente, a partir de 2014, as obras vão ser iniciadas.

Quando se começou Belo Monte, em Altamira, não tinha aeroporto. O aeroporto estava com problemas de não suportar aviões de porte médio. O aeroporto de Conceição do Araguaia, já numa outra região, sul, do meu Estado; o de Redenção também com problemas de liberação, ou seja, é isso que a gente vê no Brasil inteiro.

O Senador Walter Pinheiro tocou num ponto, aí, e lamentou o capital privado, Senador Walter Pinheiro, não ter, ainda, socorrido as necessidades de investimento da União, mas nós estamos pagando, hoje, nesse nó logístico que o Brasil vive, por uma barreira ideológico-partidária ao capital privado. Foram dez anos em que o Brasil não avançou na área de infraestrutura, porque não tinha capital, não tinha recursos para investir e não aceitava fazer as reformas que foram iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Elas não foram continuadas, foram paralisadas.

Aí, como tinha a barreira ideológico-partidária, não se admitia a iniciativa privada complementada, suportando as necessidades de investimento em infraestrutura.

Hoje, graças a Deus, isso foi revisto e estão começando a ser feitas, mas, Senador Vital, Senador Walter Pinheiro, em função, graças aos grandes eventos com que o Brasil foi aquinhoado – Copa do Mundo, Copa das Confederações, Olimpíadas –, que acordaram o Governo Federal para a necessidade de que esse capital privado fosse bem-vindo. Se não, os Estados não

teriam essas obras que estão sendo agora inauguradas, mas tardiamente. Antes tarde do que nunca! Vamos avançar nisso, Senador Walter, porque é necessário realmente que se façam esses investimentos. E onde? Eu não acredito em Estado máximo e Estado mínimo – eu não acredito nisso, Senador Lobão Filho, Senador Valdir Raupp. Eu acredito em Estado necessário. Onde não haja atratividade econômica para que o capital privado vá, o Estado tem que se fazer presente. Nas regiões menos desenvolvidas, isso é necessário. Não vai haver investimento na Região Amazônica ou mesmo em algumas áreas do Nordeste, porque não há resposta econômica para isso, aí o Estado tem que estar presente, Senador Lobão Filho, porque os brasileiros que lá estão são tão brasileiros quanto os outros das regiões já desenvolvidas e merecem ter o atendimento do Governo Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Continua em discussão o relatório.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acho que o problema, Senador Walter Pinheiro, Senador Lobão Filho, Senador Flexa Ribeiro, não está tão somente na infraestrutura aeroportuária. Acho que o problema é mais sério. Neste momento, algumas fusões na área da aviação comercial estão acontecendo e retirando voos regionais. No meu Estado acho que já foram retirados dois ou três voos da Trip, em um aeroporto do interior do Estado, o aeroporto de Cacoal, com a alegação de que estava muito caro o custo de manutenção da aviação.

Há uma empresa de grande porte, das maiores do Brasil, que teve prejuízo no último ano e que agora está pagando um bônus que economizarem combustível – isso é real, é fato. Eu pergunto, Senador Walter Pinheiro: como um piloto vai economizar combustível num jato no ar? E dizem que essa economia é mais na descida. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a já está adivinhando o que eles vão fazer. Dizem que, na descida, podem desacelerar e economizar a conta. Precisa ver se isso não vai trazer risco para a aviação.

Mas o custo, hoje, de manutenção de uma aeronave com taxas aeroportuárias – e o combustível é muito caro –, está inviabilizando as empresas. Não sei o que poderia ser feito para melhorar as condições. Nós não podemos dizer que a GOL não tenha uma gestão eficiente. Acho que a GOL, assim como a TAM

e outras empresas, deve ter gestão eficiente. E por que não está dando certo? Por que estão tendo prejuízo? Por que estão retirando voos? Por que, mesmo com os voos lotados?

Anteontem, eu tentei uma passagem para hoje em um voo que sai às 23h50 para Porto Velho e não havia mais vaga. Anteontem já não havia mais vaga para hoje. Estou tendo que antecipar o meu voo porque não havia vaga nesse voo noturno.

Então, os voos estão andando lotados. O aeroporto de Porto Velho é lotado o tempo todo. Eu falo de Porto Velho, porque é o meu Estado, mas é igual em todos os aeroportos. O que está acontecendo com as empresas aéreas? Estão se fundindo, estão quebrando, estão tendo prejuízo. Acho que tem que ser feito algo mais do que a infraestrutura aeroportuária para as nossas empresas de aviação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp. Continua em discussão o relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório final da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

O próximo requerimento:

ITEM 2 REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 14/2013 – aprovado em 03/04/2013, que em uma das audiências públicas desta Comissão, com o objetivo de debater a reforma do marco regulatório do setor da mineração, seja incluído como convidado o Dr. Carlos Vilhena, advogado Especialista e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Observação: Lido em 17/04/2013

S. Ex^a o Senador Armando Monteiro não está presente. Portanto, retiro de pauta este requerimento para a próxima reunião.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a ser realizada segunda feira, dia 6 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do

País, com a apresentação do VI Painel: Combustíveis Líquidos e Gases, Petróleo e Gás Natural, que integra o primeiro ciclo de audiências intitulado Energia e Desenvolvimento do Brasil.

Nessa reunião, contaremos com os seguintes convidados: Professor Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo; Professor Adilson de Oliveira, Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

Antes de encerrar, pela ordem, com a palavra, S. Ex^a o Senador Edson Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Como ficou organizada a questão da audiência pública requerida pelo Senador Flexa Ribeiro em relação ao Ministro Edison Lobão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Estamos ainda revendo isso. Vou ter uma reunião com o Senador Flexa Ribeiro para...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Ah, não foi...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, agora sim, declaro encerrada a presente... Não, por favor. Desculpe.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só para agradecer, porque eu cheguei atrasado e V. Ex^a fez referência a duas BRs do meu Estado. Eu cheguei atrasado aqui e V. Ex^a fez uma referência a duas BRs do meu Estado. Eu quero agradecer. V. Ex^a tem sempre batido nessa tecla das nossas BRs: a BR-364 e a BR-429.

Nós tivemos ontem uma reunião da Bancada, no DNIT, com os diretores do DNIT e, na BR-429, as 15 pontes já foram licitadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ah, foram?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Devem começar imediatamente as obras dessas quinze pontes da BR-429.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Um minuto por favor, Senador. Deixe-me ver aqui. BR-429, isso foi tocado... Presidente Médiçes a Costa Marques.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente Médici a Costa Marques. As 15 pontes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Aqui está o compromisso, porque a rodovia já está asfaltada, mas faltam as pontes.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Faltam as pontes e a conclusão de parte, em torno de 10%, da pavimentação que vai ser concluída este ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ainda falta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Vai ser concluída este ano e há o prazo de um ano e meio, quinhentos e poucos dias para concluir as pontes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Apenas para nós revermos isso, Senador Valdir Raupp, o Diretor-Geral do DNIT não colocou prazo na audiência pública a que ele compareceu, nesta Comissão, no dia 20 de março de 2013. Essa obra foi uma das que ele não deixou uma data, como fez em relação às outras, para a licitação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mas agora já tem prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a agora está informando que foi feita a licitação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já há empresa vencedora, já há prazo de quinhentos e poucos dias, um ano e meio para a conclusão. Nós pegamos esses dados ontem no DNIT.

A BR-364 também já tem três lotes com ordem de serviço, contratados. São quatro lotes. Três já estão com contrato, que são o lote 2, o 3 e o 4. O lote 1 teve problema, as empresas que venceram não quiseram entrar na obra e eles vão ter que relimitar. Em 45, 60 dias devem licitar o lote 1 da BR-364, que é o lote de Vilhena a Pimenta Bueno. Só esse único lote ainda não tem contrato e ordem de serviço. Os outros três já. O lote 2 já iniciou. Eu passei lá de carro, já estão fazendo as limpezas laterais para fazer a restauração do lote 2, que é de Pimenta Bueno a Ouro Preto, em torno de 180km, 190km. Os dois lotes, o lote 3 e o lote 4, também já vão entrar em obras imediatamente. Apenas o lote 1 está pendente por problema da licitação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a ...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ... pelas informações que traz a esta Comissão, que são de grande valia. É um sinal de que o Diretor-Geral do DNIT está atuando e agindo, porque, hoje mesmo, o Senador Jayme Campos nos trouxe a informação de que ontem já havia sido assinado o

convênio entre o Governo do Mato Grosso e o DNIT para o início do contorno de Várzea Grande e Cuiabá, e agora V. Ex^a nos traz essa informação. Temos também a informação da BR-101, cujas obras foram retomadas. Enfim, eu acho que, do dia 20 de março para cá, as coisas estão caminhando mais céleres do que poderíamos imaginar.

Então, mais uma vez cumprimentando V. Ex^{as} e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia seis de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente o Senhor Senador **José Pimentel**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Lidos os Comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Ildo Sauer**, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo; **Adilson Oliveira**, Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; **Maurício Tolmasquim**, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; e **Eduardo Autran de**

Almeida Júnior, Gerente Executivo da Área de Abastecimento e Logística da Petrobras. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado sobre o nosso 1º Ciclo de audiências, em relação ao nosso 6º Painel.

Dentro do ciclo de audiências públicas, denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, no último dia 17 de abril, o 6º Painel, que tratou de “Eletricidade Alternativa”, integrando o 1º Ciclo sobre Energia e Desenvolvimento do Brasil, com a participação da Drª Elbia Melo, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, e do Dr. Adão Linhares Muniz, Diretor da RM Soluções em Infraestrutura.

A Drª Elbia Melo, que tratou do tema “Energia Eólica no Brasil”, informou que a participação da energia eólica na matriz de eletricidade brasileira é, hoje, de 2% da capacidade instalada. Ao final de 2017, com os parques já contratados, essa capacidade será de 8,8 gigawatts, correspondendo a 5,5% da matriz, assumindo, dessa forma, o terceiro lugar entre as fontes de energia.

No Atlas Eólico Brasileiro, elaborado em 2001, com a tecnologia da época, foi avaliado um potencial eólico total de 143 gigawatts, localizados nas Regiões Nordeste e Sul do País, superior a tudo que o Brasil tem instalado hoje em geração de eletricidade. Estudos recentes, baseados em novas tecnologias, mostram que a capacidade eólica brasileira é de 300 gigawatts, com potenciais também em outras áreas, inclusive em São Paulo e norte de Minas Gerais, conforme afirmou a palestrante.

O próprio Governo, em seu Plano Decenal, prevê uma forte expansão dessa fonte, chegando, em 2021, a 16 gigawatts de capacidade instalada, participando da matriz elétrica em 9%. O importante da energia eólica é a cadeia produtiva da indústria, argumentou a Drª Elbia.

Em 2009, segundo ela, tínhamos no Brasil dois fabricantes de equipamentos de aerogeradores. Hoje, temos nove, além de toda uma série de fornecimentos que estamos atraindo com tecnologias de ponta.

Outro fator importante a destacar a respeito da energia eólica é o fato de que a sua produção é complementar à produção da energia hidroelétrica. No período em que se tem chuva, venta pouco; e o contrário também é verdade. Em outubro de 2012, as eólicas chegaram a um pico de geração e produziram um fator de capacidade de 71%, quando a média mundial de fator de capacidade é de 35%.

Estamos crescendo e implementando no Brasil, em média, dois gigawatts de energia eólica ao ano, o que significa R\$9 bilhões de investimento. A média dos preços para o consumidor associada à competitividade dessa fonte foi caindo sucessivamente e, hoje, está em R\$132,00 por megawatt/hora, informou a Drª Elbia Melo.

Em média, a cada megawatt instalado são 15 empregos gerados. Nós já geramos 12 mil postos de trabalhos na indústria e vamos criar mais 20 mil postos de trabalho até 2016, atingindo, em 2020, um total de 280 mil empregos gerados, afirmou a Drª Elbia.

Energia eólica, segundo ela, leva desenvolvimento para as regiões, na medida em que leva renda diretamente aos pequenos proprietários, que possuem apenas a terra e o vento, que se tornam, assim, bens de produção. O Rio Grande do Norte, com a produção eólica, passou de importador a exportador de energia.

Quando se coloca um parque eólico, substituindo a geração por um combustível fóssil, reduz-se a emissão de CO², na medida em que a energia eólica tem a emissão zero desse gás poluente. Estudo realizado, informou a palestrante, concluiu que, com a eólica, que estará entrando de 2010 a 2020 na nossa matriz energética, retirando os combustíveis fósseis, ocorrerá redução de 50% na emissão de CO².

O momento é, portanto, virtuoso para a energia eólica, mas a nossa grande questão é a sustentabilidade. Enfrentamos alguns desafios ambientais, desafios de logística, atrasos nas linhas de transmissão e alguns desafios regulatórios. Estamos enfrentando desafios com licenças e autorizações, principalmente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com quem precisamos conversar e ajustar esse processo de licenciamento, segundo a Drª Elbia. E continua ela dizendo que o nosso grande desafio é dar o sinal adequado para o investimento, é sustentar toda essa cadeia produtiva que atraímos num momento muito oportuno que o Brasil viveu a partir de 2009.

Respondendo a questionamento relativo à intermitência da energia eólica, a palestrante afirmou

que toda fonte renovável é, por definição, sazonal e intermitente, mas a intermitência se atenua com uma quantidade maior de aerogeradores no sistema. Produzindo energia eólica nos períodos secos, evitamos gastar água dos reservatórios, em uma relação de complementaridade com a hidroelétrica e também com a biomassa. Temos que diversificar a matriz energética brasileira, pois é isso que vai trazer segurança de suprimento de longo prazo, concluiu ela.

O segundo palestrante, Dr. Adão Linhares Muniz, destacou que, em abril de 1999, o Ceará inaugurou o primeiro parque eólico brasileiro, com 15 megawatts comercialmente contratados pela concessionária local. Nosso potencial é um dos melhores do mundo, afirmou o palestrante, principalmente os ventos alísios do Nordeste, que têm uma relação de velocidade média com a velocidade máxima de rajada muito próxima, o que facilita muito o dimensionamento e o projeto.

Em relação à infraestrutura, foi feito um trabalho que mostra a necessidade da construção prévia de uma linha de transmissão litorânea que tenha a capacidade de captar a energia produzida. O planejamento deve ser proativo, com a construção de infraestrutura, principalmente rodoviária e de transmissão, antes da contratação da produção em si própria. Hoje, existe um problema justamente de sincronismo; o parque eólico está concluído, pode gerar, mas não há linha de transmissão.

Outro gargalo, outro desafio é a capacitação. A preocupação na construção dos parques é a utilização de mão de obra importada, explicou o Dr. Adão Muniz. Como brasileiro, ele considera um absurdo que o tecnólogo, o engenheiro e até mesmo o montador do parque eólico não sejam formados no Brasil.

Os equipamentos importados eram muito robustos, muito caros, dimensionados para a situação europeia, onde há uma relação de velocidade média baixa e velocidade de rajada muito alta – há essa diferença. No Ceará, informou o palestrante, temos hoje seis fábricas de equipamentos, entre elas a brasileira Aeris, fabricante de pás, que tem um programa de pesquisa e desenvolvimento excepcional para desenvolver um perfil de pá adequado às características de ventos do Nordeste do Brasil. Nesse sentido, é esperada uma rentabilização da produção de energia da ordem de 12% a 15% em relação ao perfil europeu padrão.

O Governo, hoje, já tem a preocupação, segundo o palestrante, de frear o aumento da participação da energia eólica no sistema, temendo a ocorrência de problemas. Esse é um ponto que deve ser discutido, pois o pensamento do planejamento da indústria eólica, do gestor de utilização da energia eólica no mundo é justamente de prover as condições para que

essa energia entre no sistema e seja utilizada em sua capacidade máxima. Temos situações, segundo ele, como na Espanha e na Dinamarca, em que a geração eólica chega a 60% da matriz e a preocupação é viabilizar esse aproveitamento, concluiu o palestrante, Dr. Adão Muniz.

Em resposta a questionamento sobre a energia solar, o Dr. Muniz considerou que, com o estabelecimento da política de microgeração distribuída, terá início um processo de escala de demanda de painéis fotovoltaicos, de inversores e de componentes em geral para a indústria solar. Assim, quando houver uma decisão política de um leilão específico para energia solar, a consolidação e a viabilização econômica dessa fonte também na produção concentrada deverão ser muito mais rápidas do que a eólica, concluiu, finalizando, o Dr. Adão Muniz, segundo palestrante da nossa audiência sobre energia eólica.

O segundo comunicado é lembrar a todos aqueles que nos assistem e nos ouvem pela TV e Rádio Senado que estamos fazendo com que haja disponibilidade para todos aqueles que queiram participar de nossas audiências públicas, por intermédio do Alô Senado, que é o telefone gratuito, a ligação gratuita, 0800-612211. Qualquer um que esteja interessado no assunto pode ligar e fazer a sua pergunta e a sua demanda, ou enviar a sua contribuição e também o seu questionamento pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter, @alosenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema: “Combustíveis Líquidos e Gases: Petróleo e Gás Natural”. Sétimo Painel do 1º Ciclo de audiências públicas, intitulado “Energia e Desenvolvimento do Brasil”, que é parte, por sua vez, integrante da Agenda 2013/2014 – “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveitamos e convidamos para que tomem assento à mesa:

– Professor Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP);

– Professor Adilson de Oliveira, Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

– Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); e

– Sr. Eduardo Autran de Almeida Júnior, Gerente Executivo da Área de Abastecimento e Logística da Petrobras.

Em nome de todos os integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, desejo a V. S^{as} as melhores boas-vindas na noite de hoje à nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Dando prosseguimento ao debate da noite de hoje, passo a palavra ao Professor Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

V. S^a dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. ILDO LUIS SAUER – Quero registrar o meu agradecimento ao Senado Federal e à Comissão de Infraestrutura por esta oportunidade de compartilhar algumas preocupações e angústias e, ao mesmo tempo, trazer algumas sugestões de encaminhamento que me parecem pertinentes no quadro atual.

Preparei uma apresentação um pouco mais longa. Tentarei passar mais rapidamente por algumas do que por outras, senão não cumprirei o tempo que me foi alocado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Nós administraremos.

O SR. ILDO LUIS SAUER – Então, está bem. Muito obrigado.

Pretendo desdobrar essa apresentação em alguns tópicos.

Não considero possível debater a questão do petróleo sem uma breve mirada no contexto geopolítico mundial e o papel que ainda remanesce e deverá remanescer como relevante para o petróleo nas próximas décadas, não obstante alguns desdobramentos recentes, como o gás de folhelho nos Estados Unidos, que certamente terá reflexos aqui no Brasil, na Argentina, na América Latina e, provavelmente, na China, alterando um pouco o ambiente que se encontrava até hoje.

De qualquer maneira, importante reconhecer que temos hoje, no mundo, cerca de 1,7 trilhão de barris de reservas concentradas substancialmente em algumas regiões estratégicas, dentre as quais o Brasil está emergindo, assim como a África e a Ásia Central, como um dos próximos pontos de relevância, exatamente por causa do pré-sal.

Os fluxos do petróleo indicam claramente que, para onde aflui o petróleo, em geral, são as regiões que mais desenvolvimento econômico têm tido.

E é contrastante notar a mudança estratégica e geopolítica entre 1960, ano em que a Opep foi criada, e 2010 ou os anos atuais.

Em 1960, cerca de 85% das reservas de petróleo estavam sob controle das chamadas grandes companhias internacionais ou sete irmãs, 14% na mão da União Soviética e apenas 1% na mão dos países das empresas nacionais. Esse quadro está exatamente ao contrário no mundo de hoje: mais de 78% das reservas de petróleo estão na mão de empresas totalmente estatais ou pelo menos parcialmente estatais. De forma semelhante, a questão do acesso ao gás natural convencional.

E não é surpreendente que o insuspeito *Financial Times* tenha dito que as novas sete irmãs não são as cinco filhas da Standard Oil, criadas por Rockefeller, mais as primas Shell e British Petroleum, mas são a Saudi Aramco; a Gazprom, uma empresa majoritariamente estatal; a CNPC; a Nioc, do Irã; a PDVSA; a Petronas e também a Petrobras. E hoje, no mundo, a grande preocupação dessas empresas, para sua sobrevivência, e dos países que com elas mantêm relação direta estratégica é assegurar reservas de petróleo – e não é surpresa para ninguém daqui que assegurar acesso às reservas tem sido um dos problemas mais importantes.

E aqui estão os fluxos de produção, comandados pela Saudi Aramco, da Arábia Saudita, que, junto com seus países-coirmãos na Opep, tem assumido um papel de coordenação do ritmo de produção para atender à demanda e manter o preço, que muito pouco tem a ver com o custo, tem a ver apenas com qual seria a alternativa capaz de substituir o petróleo no contexto econômico e geopolítico atual.

E quanto à federação russa, diferentemente do que aconteceu nos anos 70 e 80, quando o México e a União Soviética operavam fora do acordo com a Opep por várias razões, entre as quais a necessidade de obter acesso a dólares, no caso da União Soviética, hoje há uma coordenação. Isso é uma referência importante para um país como o Brasil, que está prestes ou pode se tornar um grande ator nesse campo, dependendo do que for fazer.

O preço é fruto direto, na nossa interpretação acadêmica, pelo menos, dessa nova relação e do reconhecimento de que não falta recurso natural para produzir energia no mundo. Os recursos que estão em disputa são aqueles que, com menos capital e com menos trabalho, conseguem atender à demanda, portanto, gerando mais excedente econômico.

Essa é a estratégia que a Opep procurou estabelecer ao longo das últimas décadas, e só com enorme esforço político conseguiu implementar. O carvão ainda é o recurso mais abundante do mundo. Todo dia, todo ano nos chega mais energia que é acumulada sob forma de reações químicas, carboidratos, das plantas,

que é absorvido pelo ciclo eólico, ou pelo ciclo hidrológico, do que a quantidade que nós consumimos. O problema é que a apropriação desse volume de energia exige muito capital e muito trabalho, ou os dois a mesma coisa, de uma forma ou de outra, fazendo com que o excedente econômico esteja distante.

Hoje, um barril de petróleo na Arábia Saudita, todos os custos incluídos diretamente, sem impostos, sem transferências, custam menos de US\$1,00. No Brasil, essa estimativa que nós temos está num documento que vou disponibilizar depois, uma tese de doutorado recentemente concluída. Estimo que esse número, dependendo da condição, esteja entre US\$10,00 e US\$15,00, sem *royalties*, sem participações especiais, sem tributos – só capital e trabalho. Custo direto. O restante são transferências que podem ser organizadas do modo como é hoje ou podem ser organizadas de outra maneira.

Estão aí esses preços, claro, variando de US\$100,00 a US\$93,00, dependendo da qualidade do grau API desse petróleo. Agora, então, nesse contexto mundial, pretendo abordar um pouco algumas questões que talvez seja relevante se refletir a respeito no Brasil.

Primeiro, obviamente, as reservas. É difícil dizer 15 bilhões de barris, ou algo em torno disso, o grosso em mar, sob a garantia do Estado nacional... Não obstante se diga que há Estados produtores, o Estado produtor no Brasil é o Estado nacional, que lhe dá sustentação, garantia e juridicidade. É verdade também que não estão incorporadas ainda, porque é uma questão empresarial da Petrobras decidir quando, como e em que condições vai declarar as reservas relativas a várias das descobertas feitas em relação ao pré-sal. Então, esse número deve ser visto com certa cautela.

Aqui, então, evidentemente, a maior parte do que está conhecido hoje está concentrado na plataforma continental, à frente do Rio de Janeiro, mas, como eu disse, é tudo do Estado nacional.

Quanto à infraestrutura, temos uma infraestrutura significativa. Talvez o colega da Petrobras vá abordar um pouco mais isso. Vou passar mais brevemente. Nossas refinarias estão concentradas no litoral, e tivemos alguns problemas recentes, como todos têm acompanhado, de uma capacidade de refino inferior à necessária para atender à demanda. Isso tem gerado, em função da intervenção do Governo no preço, mesmo que a lei não autorize, porque a lei brasileira que está em vigor desde 1997 diz que o preço deve ser competitivo... Portanto, caberia autonomia à Petrobras exercer esse preço. O Governo, para segurar a inflação, tem utilizado a Petrobras, causando-lhe, na

minha opinião, danos que não são compatíveis com o regime jurídico existente no País hoje.

Faço esse registro como ex-diretor da Petrobras, que sofre com muita angústia ao ver esse quadro, especialmente quando agora se aproxima a ideia de mais um leilão, e a Petrobras enfrentando, talvez, como diz a imprensa – eu não tenho os dados internos –, algumas dificuldades para participar como uma empresa à altura do que ela tem de história e de futuro.

Quanto ao gás natural, o gás natural convencional evidentemente vem progressivamente no mundo ocupando espaço e prevê-se que, em breve, terá papel tão importante como supridor de necessidades energéticas quanto tem o petróleo hoje em dia. Há uma tendência de que o gás assuma papel equivalente e, por isso, a importância dele na forma com logística física direta a dutos ou pela forma de liquefação, gás natural liquefeito.

Tem havido, dos anos 90 até 2000 e pouco, a tendência a uma convergência entre os preços do gás natural e do petróleo, mas o desdobramento que vou mencionar daqui a pouco fez com que isso não se materializasse inteiramente. Só algumas regiões do mundo, especialmente na Ásia, onde o Japão, dependente do gás natural liquefeito para suprir energia elétrica com a remoção da participação da energia nuclear, tem mantido isso.

Então, aqui, os fluxos também. Evidentemente, de longe no mundo a federação russa, que exporta, mais ou menos, para a Europa quase 4 milhões de barris equivalentes por dia de petróleo na forma de gás natural, portanto o dobro do que o Brasil consome de petróleo, é o grande ator nessa área por dutos. Evidentemente, os países do Oriente Médio, especialmente o Catar e os demais atuam na área de GNL.

Os números do gás natural – novamente estão aqui as estatísticas oficiais da ANP, mas, mais uma vez, eu acho que é bom ver com cautela esses números, porque nem todos os números foram revelados ainda pelas empresas que têm lá sua estratégia própria.

De maneira que, também, é importante notar a infraestrutura de gasodutos. Depois de mais de 20 anos, o gasoduto Urucu já chega em Manaus, ainda não plenamente operado para atender às demandas regionais. Foi um esforço feito pela Petrobras, assim como a malha que agora, ainda concentrada no litoral, está se assemelhando à indústria de rede como a que foi feita nos anos 50, 60, 70 e, depois, em 80, quando se integrou à rede elétrica nacional com uma infraestrutura capaz.

É evidente que precisamos caminhar, através de políticas públicas, para a interiorização disso, seja em função do provável e possível desenvolvimento dos

recursos de gás de folhelho no País, de *shale gas*, também aos recursos do gás natural associados ao pré-sal, cuja monta ainda está para ser estruturada e colocada na forma de política.

Como eu disse, o mundo vive sob impacto do debate em torno do *shale gas*. O departamento de energia americano acha que existe na América do Sul. A nossa visão é um pouco diferente. É evidente que, como eu disse há pouco, o carvão ainda está e parece permanecer no horizonte até pelo menos 2030 como a fonte que tem um enorme crescimento e participação no suprimento. É a maior reserva mundial de energia, não obstante todo o debate em torno da questão ambiental.

E aqui, então, como diz essa manchete de um documento americano, *Shale gas changes everything*. E parece que efetivamente uma das alavancas que permitiu a economia americana, lenta e progressivamente, sair da estagnação tem sido exatamente o fato de estar conseguindo produzir gás a um custo menor. Quando o barril de petróleo está a US\$100,00 os Estados Unidos colocaram no mercado o barril equivalente sob forma de gás com o preço em torno de US\$10,00 o barril, ou seja, um décimo. Surpreendentemente, com uma sorte extraordinária – não sei como classificar isso, coincidência ou o que for – grande parte desses recursos dos Estados Unidos estão posicionados exatamente – olhem bem aqui embaixo – no Golfo do México. Nessa região existia infraestrutura já amadurecida e com ausência de recursos para administrar o gás natural dos Estados Unidos. Eis que, de repente, nessas manchas aqui, temos os grandes recursos do *shale* americano. Como eu disse, no Brasil, ele está potencialmente presente em várias bacias: do Paraná, do São Francisco, Paranaíba, Parecis e Amazonas-Solimões, fora outras menores.

É por essa razão – notem o preço, como eu disse há pouco – hoje, no mundo, no mercado *spot*, se comercializa gás natural e perfeito da ordem de US\$15,00 a US\$20,00 o barril. O Brasil inclusive tem importado gás para atender à demanda das termoelétricas, que estão operando agora e queimando cerca de R\$1 bilhão por dia em combustíveis, porque não fomos capazes de construir a tempo usinas a água e a vento, que são de graça. Parte da nossa demanda é garantida importando gás natural liquefeito e, em parte, com diesel. Há circunstâncias em que o gás natural liquefeito tem atingido preços superiores ao do próprio diesel. Essa é a lição que vem de lá. Então, aqui, o preço: em torno de US\$4,00 mais ou menos, US\$20,00 o barril, contra US\$100,00.

É interessante notar que, nos Estados Unidos, esse preço poderia impactar o mercado mundial, mas

não impacta porque a lei americana de política energética só autoriza a exportação ou reexportação de petróleo ou gás natural mediante autorização pessoal do Presidente dos Estados Unidos. Isso não tem acontecido porque o preço lá tem se mantido em uma posição menor.

Aqui, só para ilustrar como é essa polêmica, há problemas, e, por essa razão, o meu Instituto de Energia e Ambiente da USP está atualmente desenvolvendo, junto com uma equipe de geólogos, que eram do Instituto de Geologia e agora estão no Instituto de Energia e Ambiente, seis ou sete pessoas, a proposta de um projeto estratégico para contribuir – pretendemos fazê-lo, mas não sozinhos, evidentemente – na avaliação do potencial de reservas de gás nas unidades de folhelho no Brasil com destaque para as áreas que estão próximas dos centros de consumo, como, por exemplo, a Bacia do São Francisco, Paranaíba, Paraná, onde há infraestrutura de gasodutos.

A ideia é fazermos a avaliação do *shale gas*, evidentemente em cooperação com quem for: agências de petróleo, Petrobras ou outras empresas que tiverem interesse. Estou dando essa notícia, estamos trabalhando nisso há mais de um ano, ou seja, fazendo estudos que são técnicos, são esses aí: medir o teor de matéria orgânica, caracterizar, buscar informações nas regiões onde há afloramento do *shale*, da estrutura de folhelho no Brasil e onde também já existem, em função de perfurações antigas – desde a antiga Paulipetro e outras, há amostras daquela estrutura geológica, então, estamos recuperando o que for possível para, então, fazer essa avaliação técnica.

Se nós formos aprender com as polêmicas hoje desenvolvidas nos Estados Unidos e fizermos uma avaliação pré, durante e pós-exploração, para ver a questão ambiental, acho que é necessário ter um mapeamento de toda a caracterização de como é que está hoje a situação de todos os ecossistemas associados a isso, a fim de que se possa, daqui para frente, depois, ter um acompanhamento exato se e quando esse projeto for avançar.

É necessário também desenvolver novas técnicas de extração, as que têm menor impacto ambiental – e aí estamos desenvolvendo alguns acordos de cooperação com universidades da Inglaterra e, principalmente, dos Estados Unidos, naquela região de produção. É preciso também debater a política pública para que possamos ter um processo sustentável de produção de exploração desse gás, definir o mercado potencial e quais são as estratégias logísticas, as incertezas de investimentos. Sem dúvida, paira no ar um risco de cartelização que precisa ser visto também.

Há também os impactos no mercado mundial de gás nos sistemas regulatórios. Então, essa é a história do *shale gas*.

Agora, quero voltar um pouco ao cenário mundial do petróleo, para mostrar isto aqui: hoje, produzimos cerca de 90 e poucos milhões de barris por dia. Os atuais campos produzem isso, e isso aqui vai ter que entrar. Aqui, há uma das muitas avaliações sobre quanto já foi descoberto, quanto está descoberto e de quanto é a demanda, mostrando aquele número já indicado antes, no sentido de que, não obstante o impacto do *shale gas*, a única alternativa que poderia, hoje, em condições normais, substituir a demanda, por líquidos, com a atual estrutura de produção e consumo, seria a liquefação de carvão, que, não por coincidência, teria um custo da ordem de US\$80,00 a US\$100,00 o barril equivalente, fora o impacto ambiental.

Aqui, é importante lembrar que a última grande descoberta dos últimos anos, a dos últimos trinta mais impactantes, foi a consolidação de um longo esforço conduzido no âmbito da Petrobras em várias décadas, mas que se materializou a partir de 2005, no sentido de consolidar a descoberta de Tupi e de Guará, abrindo uma nova grande fronteira mundial.

Acho que isso merece uma reflexão mais profunda do que a temos no Brasil até agora, quando substancialmente nos remetemos a “engalfinhamentos” em Parlamentos e na imprensa sobre o que fazer com 10% ou 15% dos *royalties*, quando, na minha opinião, devemos discutir 85% do valor do petróleo, porque possivelmente o custo de capital e de trabalho será de menos do que 15%.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ILDO LUIS SAUER – Penso que precisamos ter uma definição clara do volume de petróleo que temos no Brasil, concluir o processo exploratório, mas precisamos saber qual o ritmo de produção e como vamos integrar-nos no mundo em entendimento com a Opep. Temos de resolver os problemas da cadeia produtiva.

A Petrobras tem buscado fazer um trabalho incessante de orientar a construção da cadeia produtiva mais sozinha, e, como eu disse antes, há alguns dos problemas que temos tido com a intervenção do Governo nela, me parece que não tem sido muito favorável.

Só para explicar, por que o petróleo mantém essa excelência? Primeiro, porque, quando o Coronel Drake foi buscar petróleo na Pensilvânia, logo depois, gastávamos o equivalente a 1 barril para encontrar 100. Hoje, em grande parte, o esforço energético é de 1 barril para encontrar 30. No etanol, este número é de 1 para

8; no biodiesel, é de 1 para 1; ou em condições muito favoráveis. Com o dendê, por exemplo, é de 1 para 7.

Como já disse, os custos diretos – capital e trabalho de produção – continuam muito baixos, e o preço tem oscilado entre US\$60,00 e US\$150,00 por barril. Aqui está o quadro, e ele é muito interessante porque mostra que, dos cerca de 3 trilhões de barris que se espera que existam no Planeta Terra, convencionais, já tiramos pouco mais de 1,3 trilhão. Temos um horizonte de 1,7 trilhão, mais ou menos, e as alternativas estão aqui.

A maior de todas seria o tal *coal to liquid* (CTL), com custo variando em cerca de 80 a cento e tanto dólares. Converte-se carvão mineral, como Hitler fez na Segunda Guerra Mundial, usando hidrogênio da água ou de outra fonte em líquidos de qualquer natureza.

O problema... Ele existe em grande quantidade. Há o problema ambiental, mas você pode produzir uma gasolina, um diesel, um GLP da melhor qualidade com o controle químico do processo. O problema é o custo: o barril equivalente vai custar algo da ordem de US\$80,00 a US\$100,00. E, na minha leitura, usando a teoria econômica, pelo menos aquela que eu pratico, existem outras, é isso que está fixando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ILDO LUIS SAUER – Sim, com toda a franqueza e honestidade, porque nem todo mundo tem que acreditar nos processos que eu tenho buscado.

Então, como dizia, é isso que permite que quem controla as reservas, as novas sete irmãs, faça um ritmo judicioso de produção para coordená-lo com a demanda e manter a extração de renda. Isso é importante estrategicamente para o país, entendo eu.

E, nesse contexto, coloca-se, então, o debate em torno dos modelos. Nós temos um debate um tanto açodado, porque houve urgência urgentíssima, e urgência, na minha opinião, desnecessária, porque um debate mais amplo em torno do novo regime para partilha, concessão ou... O que eu, com toda a honestidade, defendendo é a prestação de serviços, que me parece o melhor.

Nós temos duas construções da maior relevância para a história brasileira: a descoberta do pré-sal é apenas uma, porque a maior é a própria Petrobras, que descobriu o pré-sal, construir a lógica para a sua existência. Então, esses são os dois grandes patrimônios brasileiros que, creio, podem ser combinados mediante um contrato de prestação de serviços, mudando o regime regulatório, tendo o governo como definidor das grandes políticas, do ritmo de produção, e a Petrobras como executora.

E a primeira grande coisa a fazer seria saber se o Brasil tem na sua costa 50 bilhões de barris, como é possível e provável. O que foi anunciado não chega a isso ainda, mas é possível. Temos 100 bilhões de barris? Temos 200 ou 300? Cada situação dessas nos coloca em uma determinada posição estratégica em escala mundial, ora para conversar com a Opep, ora para conversar com a Rússia ou para conversar com os demais. Essa é a questão fundamental.

A minha estimativa é de que isso custaria em torno de US\$6 bilhões apenas, o equivalente ao que estamos queimando de combustível para sustentar o sistema elétrico neste ano só. De outubro do ano passado até dezembro deste ano, devemos queimar cerca de US\$6 bilhões para segurar o sistema elétrico operacional e reduzir o risco de racionamento.

Ora, com US\$6 bilhões, nós poderemos fazer cerca de 100 poços exploratórios e, assim, saber se nós temos 50, 100, 200 ou 300 bilhões de barris; se somos equivalentes à Arábia Saudita ou se somos um país médio, como muitos deles, por exemplo, a Líbia. O Iraque e o Irã já estão em outro patamar. Mas, enfim, essa é uma pergunta importante.

E eu entendo que o melhor regime é o de prestação de serviços, pelo qual a Petrobras receberia, livre de impostos, entre US\$15,00 e US\$25,00 o barril, o excedente econômico iria para o Tesouro Nacional para fazer as políticas públicas de que o País é tão carente.

Como eu disse, esse é o processo pelo qual nós produzimos três leis a partir de quatro projetos.

Aqui, o anúncio com que o mundo recebeu: *Brazil's big find*. Esta, a forma como foi saudada a descoberta, como um grande desdobramento, não se sabendo até que ponto nós iríamos: se sairíamos dos 15 bilhões de barris para 20 bilhões, haja vista que o primeiro anúncio foi de 5 a 8 bilhões; ou para 40 ou 50, ou se poderíamos estar aqui em cima.

A Petrobras tem anunciado em seus planos estratégicos – eu apenas reproduzi um aqui – que nós seremos um exportador de petróleo significativo nos próximos cinco ou seis anos. A empresa OGX havia anunciado que estaria produzindo, em 2018, 1,4 milhão de barris por dia, equivalente ao que a Líbia exportava antes da invasão.

Dessa maneira, tudo isso me parece uma situação extremamente importante do ponto de vista estratégico para o País.

E, aqui, nesse quadro – um pouco poluído porque é pequeno –, eu quero chamar atenção para a questão dos valores. Isso aqui é retirado dos relatórios ambientais e sociais da Petrobras, reproduzindo o chamado valor adicionado, porque as estatísticas de para onde está indo a riqueza do petróleo não estão muito claras.

Essa tese de doutorado aqui, que eu até disponibilizei no *site*, discute um pouco esses números e faz análises. Eu trago isso aqui mais como informação, mas, em 2010, por exemplo, o excedente econômico, isto é, a diferença entre o que a Petrobras vendeu e todos os insumos que ela utilizou que não os gerados por ela e por seus sócios, que são os bancos que a financiam, sua mão de obra, os acionistas e os governos que lhe dão sustentação e segurança jurídica, em suma, o excedente foi da ordem de mais de R\$100 bilhões. Pessoal, foi de R\$2 bilhões para, ano passado, R\$20 bilhões. Os governos se apropriaram de R\$100 bilhões, cerca de US\$50 bilhões, que foram como *royalties* e participação especial, imposto sobre a renda, contribuição social sobre o lucro líquido e todo o conjunto de arrecadações. Eu estou dizendo que nós estamos queimando o petróleo das gerações futuras e não, necessariamente, construindo a infraestrutura que seria desejável com esse recurso, que é único e renovável.

E aqui está, então, o debate.

Em 2010, cerca de 20 bilhões foram apenas – falamos de *royalties* e participações especiais –, dos quais 10% a 15% – até agora, 10% – têm sido objeto de incessante debate, em minha opinião tergiversando um pouco sobre o real fundamento.

E eu fiz aqui um pequeno exercício, muito simplório. Se nós temos 100 bilhões de barris e queremos produzi-los em 40 anos, nós, por ano, assumindo que vendamos o petróleo a US\$45,00 e que seu custo capital e trabalho seja de US\$15,00, portanto US\$60,00 de excedente por barril, teremos R\$300 bilhões. Se nossa reserva é de R\$200 bilhões, teremos R\$600 bilhões por ano. Se for de R\$300 bilhões, nós teremos R\$900 bilhões por ano, o que é superior à arrecadação líquida do sistema público, que está com um PIB da ordem de 2 trilhões no entorno – essa estatística é um pouco anterior –, de R\$800 bilhões, e nós temos tido uma possibilidade de investimentos públicos da ordem de apenas 5% disso para acrescentar nova infraestrutura.

De maneira que eu acho que isto aqui nos faz refletir sobre como é importante saber quanto petróleo temos e qual o ritmo de produção que nós queremos.

Aqui é importante. A cronologia do pré-sal. Dizer que a formulação do modelo geológico vem de décadas.

Tive a honra de participar da diretoria da Petrobras que decidi, finalmente, fazer a reentrada num poço que deu seco, para perfurar a camada de sal, e aí veio tudo isso daqui. Em qualquer lugar do mundo, quando você confirma uma nova província geológica, a estratégia é concluir o processo exploratório para saber quanto é que nós temos. Em outras condições, sim. E por isso se justifica dizer “olha, vamos saber

quanto petróleo tem e mudar o modelo”. Esta é a minha proposta.

Quando há risco geológico elevado, o regime de concessão é apropriado. Quando o risco geológico é relativamente baixo ou depende do rito institucional que nós temos, o regime de partilha é aceitável. Eu acho que, no caso brasileiro, tendo a Petrobras e tendo o pré-sal, parece-me que o mais razoável seria... É por isso que eu estou citando: a descoberta do pré-sal vem do esforço longo de muitos governos que sustentaram a Petrobras e da população, que clamava, nas décadas de 40 e 50, “o petróleo é nosso” quando só tinha sonho. E agora, que tem tanto, a gente parece que tem dúvidas sobre o que vai fazer, como e quando.

Então, aqui, as concessões que nós já demos no governo Lula e Fernando Henrique, o número de blocos e a área licitada. Parte disso já tem o processo exploratório concluído, parte não tem. Então, ainda não sei quanto petróleo de pré-sal e de pós-sal estão nesses blocos e nessas áreas já concedidas.

Acho que, antes de abrir novas licitações, seria importante ter uma noção mais clara de qual é o horizonte.

Por isto, para encerrar, Senador, eu acho que o modelo que foi aprovado aqui pode ser aperfeiçoado, porque vejo que a decisão está muito centralizada na mão da Presidência, monocrática, ouvindo apenas o CNPE, que, mal ou bem, é constituído só de pessoas nomeadas diretamente pela própria Presidência. Acho que o Congresso e a sociedade em geral estão muito ausentes.

Ao não concluir o processo exploratório, nós mantemos uma aura de risco, o que sempre é precipitado contra. Nesse processo agora, se ele não for cancelado – e eu proponho que se cancele a licitação que está proposta agora para os dias 14 e 15 de maio, pela circunstância que estou expondo –, certamente, isso aqui vai aparecer.

Há necessidade de se coordenar a produção com o mercado internacional e aporte de recursos que a exportação pode dar para um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e acho que o modelo somente vai aportar, como ele está hoje, pelo menos o Fundo Social só vai pingar dinheiro significativo daqui a quase uma década, pelo menos daqui a uns oito ou nove anos. E a pressa da urgência era para isso.

De maneira que, para encerrar, eu acho que nós temos que fazer um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Nós sabemos quanto precisamos investir em saúde, em educação pública, quanto nos custam a reforma urbana, o saneamento, o transporte, a inclusão digital, as ferrovias, a reforma agrária, toda a infraestrutura, a ciência e a tecnologia,

a proteção ambiental e o trânsito energético. Ela pode ser financiada substancialmente com a renda do petróleo, desde que nós façamos um plano para isso. Eu acho que deve vincular a produção ao financiamento desse plano – isto não é difícil de ser feito – e disciplinar a estratégia de comercialização via Petrobras, para coordenar com os grandes atores internacionais, a Opep e a Rússia, principalmente, neste momento.

A criação do Fundo Constitucional é um pouco diferente do que está aí. Em minha opinião, deve servir só como fundo para gerir o dinheiro que vem de fora, para promover as aplicações daqui.

Alguns fatores estratégicos de alto conteúdo tecnológico, provavelmente, deverão ser buscados via intercâmbio, para cumprir este plano aqui, especialmente com a China e com outros países.

E há uma coisa fundamental: não sei por que esse aqodamento em arrancar o petróleo de lá e em convertê-lo em moeda. Pergunto: em que moeda nós vamos guardar esse valor? Vamos converter o petróleo em dólares, em iuanes, em euros? Vamos investir em quê, em quais fundos lá fora, em quais países? Ou vamos comprar recursos de petróleo na Ásia central e na África? Isso não me parece muito... Por quê? Minha leitura do quadro estratégico, não obstante as observações que fiz em torno do *shale gas*, é a de que existe alta probabilidade de que, nas próximas três, quatro ou cinco décadas, o valor do petróleo se mantenha elevado, em face da dificuldade de substituí-lo com ampla extensão e com possibilidade ambiental. Dessa maneira, com tecnologia assegurada, com uma empresa pronta e capaz de intervir e de transformá-lo em moeda no ritmo necessário, que é a Petrobras, o petróleo debaixo subsolo, provavelmente, vai ter mais valor, vai valorizar mais do que qualquer investimento financeiro em qualquer moeda.

Na minha leitura, ganham todos, menos o povo brasileiro, se arrancamos o petróleo lá debaixo e o convertemos em fundos, em moeda, exceto aquela necessária, como proponho aqui, para financiar um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para resgatar o nosso País das mazelas da educação, com um programa de educação pública, de saúde pública, de reforma urbana – isto inclui um conjunto de coisas –, de reforma agrária, de transição energética. Por quê? A Petrobras completou 50 anos e, logo depois, festejou a efêmera autossuficiência. Certamente, no centenário, que não está tão longe, pois será em 2053, ela deverá continuar sendo uma grande instituição, um grande instrumento do povo brasileiro. Provavelmente, haverá muito pouco petróleo, mas ela será a gestora. Então, essa é uma construção histórica.

O apelo que faço aqui é que tratemos de continuar valorizando a Petrobras e deixemos de instrumentalizá-la para resolver problemas conjunturais. Ela tem um papel estratégico. Em segundo lugar, que saibamos quanto petróleo temos, que façamos um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e que usemos judiciosamente o recurso do petróleo, que é fruto de uma luta de gerações que vem de antes, desde a década da campanha “O Petróleo é Nosso”, e que, na verdade, pertence a gerações futuras, como muitos já disseram.

Se nós arrancarmos esse petróleo dali e o convertermos em moeda e em negócios para qualquer um da cadeia produtiva, para bancos, para agentes, para atores, e não deixarmos como resposta a gerações futuras algo que se assemelhe a esse plano, nós seremos traidores do futuro do Brasil.

Então, esse é o apelo que faço. Acho que temos desafios grandes para fazer esse plano de produção, de criação da cadeia produtiva. A conjuntura internacional está bastante complexa. A indústria brasileira está com dificuldades. A concorrência da indústria chinesa é pesada e forte. Há um desequilíbrio forte. Mas, mesmo assim, nós temos de organizar o plano de produção e de fazer com que a maior parte possível dos produtos necessários para operar seja feita aqui, no País, como a Petrobras tem buscado fazer.

Dessa maneira, agradeço pela generosidade de me deixarem falar além do tempo. Esta é a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), pela sua explanação.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Autran, que é Gerente Executivo da Área de Abastecimento e Logística da Petrobras.

O SR. EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JÚNIOR – Obrigado.

Eu queria, primeiramente, saudar o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e agradecer pelo convite e pela oportunidade de estar aqui.

Quero saudar meus companheiros de Mesa e atores do presente.

O Prof. Ildo Sauer fez uma abordagem bastante estratégica da questão do petróleo. O foco da minha apresentação aqui vai ser mais tático. Vou abordar a questão da logística no País. São pontos que preocupam bastante a Petrobras, e num cenário que vivemos hoje por conta de um crescimento do mercado, que ocorreu notadamente desde 2009. O País experimen-

tou uma recuperação econômica acima da economia mundial como um todo, e, por conta disso, nós nos vimos com taxas de crescimento altíssimas para os combustíveis líquidos e enfrentando problemas de infraestrutura logística para poder abastecer o mercado como um todo.

Bem, a área de abastecimento logística da Petrobras é responsável por toda a movimentação de petróleo e derivados da Petrobras tanto no País quanto no exterior.

Primeiramente, tenho que apresentar aqui, por conta de regulamentação, um *disclaimer*. Peço que vocês não tomem nenhuma decisão de investimento por conta do meu discurso.

A logística de abastecimento da Petrobras é responsável pela movimentação de petróleo e derivados. Isso se reflete nessa cadeia de suprimento de petróleo para as refinarias brasileiras e de derivados para o mercado nacional e também exportação de excedentes e derivados para o mercado externo.

Então, a nossa cadeia que a Petrobras controla se inicia pela transferência dos petróleos de produção nacional ou de petróleos importados para terminais da costa, a partir daí para as nossas refinarias, uma vez todos os derivados. Isso vai, então, para o mercado nas bases de terminais da Petrobras e, em seguida, para as bases de distribuição das distribuidoras.

Cabe às distribuidoras o papel de fazer a mistura, a aquisição de etanol no mercado nacional e também a aquisição de biodiesel no mercado nacional, para se fazer a mistura com gasolina e diesel e entregar, então, na revenda, que seriam os postos de gasolina.

A participação da Petrobras é fundamental nessa cadeia como um todo e no suprimento nacional, mas existem, conforme mencionei, não só as grandes distribuidoras do Sindicom, mas também diversas outras distribuidoras de porte, relevantes, espalhadas pelo País como um todo.

Em termos de produção, nós temos hoje doze refinarias que estão espalhadas ao longo da costa brasileira, a refinaria de Manaus e quatro refinarias que atendem ao mercado do Sudeste e São Paulo. Veremos mais à frente que temos uma situação bastante assimétrica em termos de produção de derivados e o consumo do mercado nacional.

Em termos de terminais e dutos, a Petrobras tem terminais ao longo de toda a costa também. Os terminais em azul são terminais operados pela Petrobras, da Transpetro, e os terminais em amarelo são também da Petrobras, da Transpetro, mas são terminais terrestres. Então, temos aqui, ao longo do Osbra, terminais que saem de São Paulo e vão até Brasília. Na Bahia, um terminal que sai da RLAM e vai até Itabuna

e Jequié e um poliduto aqui, que atende ao Paraná e a Santa Catarina. E em São Paulo existe, obviamente, uma grande concentração de terminais terrestres, para distribuição do mercado aqui, e os terminais de Santos e São Sebastião para internação tanto de petróleo quanto de derivados.

Existem também operadores privados. São companhias que possuem terminais aquaviários e terminais terrestres. Muitas vezes a Petrobras contrata capacidade nesses terminais para complementar as nossas necessidades em termos de distribuição de derivados, basicamente. Toda logística de petróleo pertence à Petrobras. Nós entendemos que a logística de transporte de petróleo e entrega nas nossas refinarias é um ativo estratégico para garantir o suprimento de petróleo às nossas refinarias.

Aqui entram os outros atores, atores de distribuição. Aqui já se percebe uma capilaridade maior e uma capacidade de atendimento ao interior do Brasil. Então, é fundamental essa estrutura secundária das distribuidoras, para que possamos efetivamente atender a todo o mercado nacional.

Bom, o que eu vou apresentar aqui agora, de forma bastante rápida, é parte de um trabalho que está sendo desenvolvido pela ANP, obviamente em conjunto com a Petrobras e outros atores da indústria. Ela está mapeando no País quais são hoje os grandes gargalos logísticos que existem, que estamos vivendo por conta desse crescimento bastante acelerado.

Esse mapeamento da ANP começa na Região Norte, vem seguindo até o Sudeste. Antes de falar sobre fluxos logísticos, sobre os gargalos logísticos, vou abordar aqui a questão que eu havia abordado anteriormente, do balanço volumétrico do País. Percebemos aqui que temos produção no Sul e Sudeste, na Bahia e mais recentemente, com a refinaria de Guamaré, da RPCC, temos produção nesses Estados aqui. E aqui todos os Estados que estão marcados em vermelho são os que necessitam receber produto para cá. Isso causa uma necessidade de movimentação de derivados no País bastante grande, em que o mercado tem que ser atendido através desses fluxos logísticos.

A grande movimentação se dá por mar. Como eu tenho excedente no Sul e Sudeste, eu transfiro grandes volumes para o Nordeste. O déficit de produção da Petrobras é atendido por importação e tem que entrar aqui por São Luís, tem que entrar por Belém, também, e pelo Amapá. Fazemos uma navegação no rio, chega-se até Manaus para poder atingir essa região por via hidroviária.

Além da questão do transporte marítimo, temos também algumas facilidades de utilização de ferrovias.

Posso, a partir da Refap ou da Central Petroquímica, por ferrovia, atingir outros mercados.

Na Região Nordeste se repete a questão das ferrovias, que podem ser utilizadas. No Centro-Oeste, eu tenho o poliduto do Osbra, com uma ferrovia que segue ao longo da Osni, e também ferrovia que me leva para o interior do País.

Como havia comentando, nas Regiões Norte e Nordeste, basicamente o grande meio de transporte é o modal via hidrovia. O grande acesso, na verdade, ao mercado de Porto Velho, em Rondônia, é o Rio Madeira, saindo da Reman.

Seguindo agora a questão dos nossos problemas. Vamos entrar no nosso dia a dia, como enfrentamos essa realidade. A hidrovia na Região Norte possui uma série de dificuldades para utilizar esse modal. Nós temos aqui o aparecimento dos chamados pedrais, que dificultam a navegação; os bancos de areia nos rios da Amazônia se movem, são de difícil mapeamento. Às vezes a navegação é muito lenta porque você tem que ir com uma pessoa na frente mapeando onde estão os bancos de areia. E há também as fumaças e as queimadas, que dificultam a visibilidade também.

O Porto de Miramar, temos dificuldade em termos de profundidade, a operação é saturada, tenho só dois terminais para uma necessidade de suprimento muito grande. Lá eu tenho uma dificuldade muito grande porque eu atraco navios a gasolina e a diesel a cada dois dias com um terço da carga por conta da baixa profundidade do porto.

Santana, que é no Amapá, basicamente mantemos o navio atracado no terminal o tempo todo, porque não tenho tancagem em terra. E eu chego com o meu navio lá, abasteço essa balsa, para depois ela alimentar as barcaças das distribuidoras.

Itaqui, em São Luís, é o grande Porto de recebimento de produtos importados, porque é o porto onde tenho mais número de píeres de atracação e eu tenho calado suficiente para receber navios grandes com grandes volumes de importação.

Mas esse terminal é bastante congestionado, é um porto bastante congestionado, dividimos esse porto com carga seca, carga geral, granéis sólidos, e em muitas vezes os navios da Petrobras têm que ser retirados antes do final da operação para dar lugar a outros navios.

No Porto de Mucuripe, em Fortaleza, temos uma determinação do Estado do Ceará de que as distribuidoras devem sair de Mucuripe e devem ir para o Pecém. Isso é um projeto que está em andamento, está sendo conduzido pela BR com outras distribuidoras. E a Petrobras está apoiando essa migração, ou seja, a Petrobras vai garantir o suprimento em Pecém, o que

é bom para a Petrobras, porque Pecém é um porto de maior capacidade, melhor calado e isso melhora o suprimento.

O Porto de Cabedelo tem poucos berços. Há limitação também de calado.

Suaape. Nós agora com a implantação da RNEST fizemos uma expansão no porto colocando dois píeres adicionais para poder receber petróleo e também fazer o carregamento de derivados. Esses píeres estão quase prontos para iniciar a operação.

Maceió. Também temos um píer apenas, o que faz com que a gente tenha que levar navios com pouca carga e fazer abastecimentos consecutivos.

Tubarão, em Vitória, é um porto, é um mercado crescente do Espírito Santo, é um terminal operado pela Vale do Rio Doce. E aqui há uma característica interessante. Aqui há um píer de atracação aqui; outro aqui, onde operam os navios da Vale. Então, toda vez que há um navio Valemax operando, eu tenho de tirar o meu navio de derivados, que fica aqui bem na parte interior da atracação. Existem aqui também problemas de maré. Não é bem maré, mas quando as ondas ficam acima de 50cm, tem-se que interromper a operação também. Então, é uma operação bastante complicada aqui em Vitória.

Porto de Santos. Extremamente congestionado. Todo mundo sabe qual é a realidade de Santos. Há também questões de assoreamento. Esse é um ponto complicado e é um mercado que cresce bastante. O mercado de São Paulo tem um efeito de crescimento bastante grande. Santos é um ponto onde nós temos preocupação.

Paranaguá também tem um píer disponível aqui para a Petrobras. Hoje a gente tem uma utilização bastante alta lá, e é um porto público também. Não é dedicado à Petrobras e muitas vezes nós temos que compartilhar o suprimento de combustíveis com outras cargas.

E finalmente, no Rio Grande, ao sul do Rio Grande do Sul, esse aqui também é um terminal público que não é exclusivo de derivados. Muitas vezes temos dificuldades aqui.

Essa passagem aqui, com material levantado pela ANP, ela tem uma mensagem bastante importante que eu costumo colocar. A gente fala muitas vezes em necessidade de investir em tancagem. Isso aí é uma necessidade. Nós temos hoje poucas tancagens ao longo da costa brasileira. Mas de nada adianta investir na tancagem se eu tenho o gargalo que é o porto. Eu vou passar a ter mais tancagem, mas eu não vou conseguir encher essas tancagens.

Então, eu diria que, hoje, o nosso maior gargalo e onde nós temos que realmente ter uma solução de

curto prazo é a questão dos nossos portos. Nós temos que ter uma operação mais eficiente nos portos, mais píeres de atracação para suportar todo o movimento, não só de combustíveis líquidos, mas também de todos os outros tipos de carga que nós vínhamos experimentando no País nos últimos anos.

Como é que a Petrobras vem enfrentando essa realidade? Como é que a gente vem abastecendo esse mercado? A nossa cadeia, como eu tinha colocado anteriormente, começa na produção de petróleo nacional; a partir daí, eu transporto tanto o petróleo nacional como o petróleo importado e os derivados importados e também faço exportação. A gente hoje, embora tenha que importar petróleo, também exporta petróleo por questão de qualidade. Processamos esse petróleo nosso em refinarias e fazemos as entregas.

Aqui eu só queria comentar o seguinte: nosso mercado hoje está na faixa 2,2 milhões, 2,3 milhões de barris por dia. Mas se eu tirar uma fotografia da cadeia da Petrobras, dessa cadeia aqui, e somar o quanto está sendo transportado em cada arco logístico, esse número é cerca de seis vezes maior. Ou seja, a Petrobras tem uma gestão hoje de aproximadamente 12 a 14 milhões de barris de petróleo que estão se movimentando nesses diversos trechos dessa cadeia.

Nós garantimos o atendimento ao mercado nacional em termos de volumetres de derivados em todos esses pontos. Como os senhores podem ver – e eu comentei anteriormente –, a infraestrutura das distribuidoras é fundamental, porque elas estão localizadas aqui para dentro, as bases secundárias. A Petrobras entrega nesses pontos de venda e entrega nas bases primárias, nas distribuidoras e, a partir daí, as distribuidoras fazem a internalização desses produtos, notadamente por caminhão, muito pouco por ferrovia, o que é uma outra grande oportunidade de infraestrutura para o País; ou seja, desenvolver as ferrovias no País. Hoje basicamente a nossa internação e atendimento ao mercado das distribuidoras são feitos por caminhão. Nós temos 12 refinarias e 33 postos de venda. Em todos esses postos de venda, nós entregamos diesel e gasolina.

Bem, eu tinha comentado sobre o crescimento. Acho que só o País já experimentou – talvez na história do mundo – um crescimento dessa magnitude, que foi logo após a crise de 2008. Se eu olhar o crescimento de gasolina e de diesel no País de 2002 a 2009, o consumo da gasolina cresceu 76%, e o de diesel, 27%. Se eu olhar 2012 para 2011, gasolina 20%, diesel 7%. Em termos do primeiro trimestre, que já encerrou, mesmo assim a gasolina vem aqui a 7% de crescimento e a 6% o diesel.

A Petrobras sempre trabalhou, até 2009, com um crescimento de combustíveis líquidos muito correlacionado com o PIB brasileiro. A gente tinha um PIB de 5%, e o derivado crescia 4%, 6%, alguma coisa muito correlacionada.

A partir de 2009, essa correlação deixou de existir, e a gente vem experimentando esse tipo de crescimento.

Ano passado, como eu disse, tivemos um PIB de 1% com um crescimento de derivados ainda na faixa de 15%, se eu considerar diesel e gasolina.

Para este ano, a gente espera um crescimento de gasolina de 4,5% e de diesel 4,5% também. Quer dizer, nós esperamos alguma coisa mais correlacionada ao PIB, mas pode ser que, novamente, a gente venha a ser surpreendido por um cenário diferente. Isso se refletiu então. Se a gente olhar ao longo dos anos, a cada ano o consumo de gasolina e diesel cresce, sempre com esta curva aqui – 2012 bastante acima de 2011.

Nós tivemos um pico de vendas em outubro de 2012. Houve uma preocupação muito grande, especialmente no final do ano passado, e, depois, na época do carnaval também, se a Petrobras seria capaz de suprir todo o mercado ou se a infraestrutura logística suportaria suprir esse mercado.

Nós conseguimos suprir. A gente não vê um risco iminente de se chegar a uma situação em que não seja possível suprir o mercado, mas obviamente, se nós continuarmos com esse tipo de crescimento, talvez em três, quatro, cinco anos, se não houver investimentos em logística portuária e em tancagem, nós começemos a ter algum tipo de problema.

E neste ano, em 2013, nós tivemos um crescimento bastante alto do consumo em janeiro. Nós atribuímos isso talvez a um conservadorismo das distribuidoras para garantir o abastecimento.

Na verdade, anteciparam pedidos para ter estoques, para enfrentar um janeiro e fevereiro com carnaval. E eventualmente, talvez, uma aposta de que os preços iam subir, e aí uma antecipação de pedidos para ter preços menores.

Mas a gente vê que, na média, a gente está acima do ano passado. Eu não tive oportunidade de pegar os dados de abril, mas abril ficou muito em linha com março. E nós estamos apostando aqui que maio é um mês de crescimento por conta da safra, que a gente deve estar aqui acima dos 7 milhões, também, ainda em maio.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JÚNIOR – O que é que a Petrobras está fazendo para fazer frente a esse crescimento? Primeiro, aumentar a produção da refinaria. Através de ações de refino,

para desengargalar o refino, nós conseguimos, no ano passado, aumentar a produção de gasolina em 31% e a do diesel em 23%.

Mas, mesmo assim, mesmo aumentando a produção, como o mercado cresce muito, as importações também cresceram. Então, nós tivemos aqui um aumento de importação, chegando a um máximo de importação aqui no mês de outubro, como eu tinha comentado, de 1,344 milhão de metros cúbicos no mês. A média do ano foi de 173, com um mínimo de 212. E a gasolina chegou a um máximo aqui, que foi em dezembro, que é um mês de férias, quando o máximo consumo de gasolina chegou a 769 mil metros cúbicos. Esses foram valores de pico, e nós não experimentamos, até o momento, esse tipo de importação ao longo de 2013.

E algumas ações pontuais... Bom, isso aqui ainda é estrutural. São os investimentos que a Petrobras faz hoje na ampliação do parque de refino, na carteira consta RNEST e Comperj, primeiro trem, que vai aumentar a capacidade de refino da Petrobras em 400 mil barris dia. Existem as variações de Fines Premium, Premium II, e o segundo trem do Comperj, trens de 300 mil barris para acrescentar mais 900 mil barris por dia de capacidade, a carteira de equação de diesel e gasolina basicamente com HDTs para produção de diesel de baixíssimo teor de enxofre, diesel S10, que é o consumo que vem crescendo no País, e a gente vem também ampliando a frota de petroleiros – na verdade modernizando – a frota nacional.

E na Região Norte, iniciamos uma operação de tancagem em Itacoatiara, um terminal privativo, que hoje a Petrobras está operando, mas que vai ser passado para operação das distribuidoras. E o terminal de Itacoatiara dá uma vantagem muito grande porque ele fica em frente ao Rio Madeira. Então o suprimento vai passar a ser feito diretamente para Porto Velho do terminal de Itacoatiara e outras bases secundárias que as distribuidoras têm. Isso alivia o suprimento de Manaus e não requer mais que os navios da Petrobras tenham que vir até Manaus para fazer suprimento. Eles podem parar aqui em Itacoatiara e podem chegar lá cheios.

Nós passamos a suprir também gasolina em Macapá. Tivemos um evento de um problema pontual de suprimento de gasolina no Amapá ano passado, isso aí foi uma ação que já vinha sendo planejada pela Petrobras e que melhorou o abastecimento de gasolina na região.

Estamos com uma operação já aprovada para iniciar esse mês agora de fazer operações de transbordo no Porto de Pecém, que vai permitir trazer navios grandes de importação e transbordar para navios menores, aliviando São Luís. Como eu tinha comentado anteriormente, como o Porto de São Luís é um porto bastante

congestionado, nós vamos trazer parte das operações para cá, isso é uma forma de utilizar a infraestrutura existente e melhorar o suprimento no Nordeste.

E, na Região Sul, nós começamos a operar em Paranaguá com terminais de terceiros também, oferecendo produtos em Paranaguá. Anteriormente, todos os produtos da Petrobras eram oferecidos na Repar, e eu tinha que levar esses produtos até a Repar. Hoje, aproveitamos uma infraestrutura existente de terceiros e já oferecemos os produtos lá em Paranaguá. Cabe agora às distribuidoras pegarem os produtos aqui, comprarem aqui e levarem para o interior do País. E todas as vezes que é necessário também, podemos usar infraestrutura de terceiros aqui, mais ao sul do País.

Bem, eu já comentei das Refinarias Premium, que de alguma forma vão preencher aquela lacuna de produção de derivados no Nordeste que a gente tem. Isso aqui são algumas fotografias dos empreendimentos que já estão em andamento.

Então, basicamente, esse era o enfoque que eu queria dar, bastante tático, com uma visão de quais são os problemas que a gente enfrenta hoje e o que é que a gente está fazendo para contorná-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Eduardo Autran, Gerente Executivo da Área de Abastecimento e Logística da Petrobras.

Passo agora a palavra ao Professor Adilson de Oliveira, Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Inicialmente, eu gostaria de agradecer muito o convite da Comissão de Infraestrutura, em particular ao Senador que me honra com o convite. Evidentemente, é uma satisfação enorme poder estar aqui e partilhar um pouco das nossas ideias ou, pelo menos, preocupações com relação à indústria do petróleo no Brasil.

Vou, de certa forma, trabalhar numa direção distinta da que foi utilizada pelo Eduardo, que me precedeu, porque eu vou falar mais sobre o plano mais estratégico, como falou o Prof. Ildo. Não é minha área de especialidade a área de logística. Acho extremamente importante e relevante o que foi dito e tenho que aprender muito mais sobre o assunto.

Eu vou apresentar o meu ponto em quatro grandes linhas de atividade. Vou apresentar a minha agenda, o contexto atual, ou seja, em particular o pré-sal, ou seja, em que medida a descoberta dessas grandes jazidas de petróleo no Brasil se coloca num contexto bastante distinto, hoje, daquele que era vigente quando foi anunciada as descobertas – lá por 2007, 2008. O mundo mudou muito nesse período, em particular o

mundo do petróleo. O mundo do petróleo sofreu mudanças radicais.

Vou destacar um ponto que acho fundamental: por que eu acho que o pré-sal é tão relevante para o Brasil e para a nossa sociedade. Porque é uma grande oportunidade, é uma oportunidade histórica que eu acho difícil encontrarmos. Historicamente, nós estamos num momento muito peculiar, muito importante, e eu acho muito relevante isso.

Vou falar um pouco dos desafios, porque a oportunidade é grande, mas os desafios também não são pequenos; o Brasil tem grandes desafios pela frente, mas acho que temos condições de enfrentá-los, ainda que com algumas dificuldades.

Vou fazer uma avaliação; não vou chegar a ser tão ousado de fazer propostas – acho que há algumas –, mas vai ser mais uma avaliação da situação atual. Será que estamos caminhando bem? Será que estamos indo na direção correta? Será que estamos aproveitando a oportunidade e todo o potencial que a oportunidade nos oferece?

Então, essa será a minha contribuição para a Comissão, e estou à disposição, evidentemente, para qualquer discussão que venha a ocorrer, seja, ao final desta reunião ou se houver desejo da Comissão de trabalhar mais esses temas.

Qual é o contexto então?

O contexto é – como acho que já foi apresentado pelo Sr. Ildo – a ideia de que o suprimento seguro de petróleo continua sendo uma dimensão essencial das economias industriais; ou seja, o mundo industrial, o mundo dos países desenvolvidos, assim como os países em desenvolvimento, não podem prescindir de um suprimento seguro de petróleo. O petróleo, como foi muito bem colocado, é um produto que ainda terá uma vida longa; ou seja, dificilmente sairemos do petróleo para outras fontes, sejam elas alternativas, nucleares, ou quaisquer fontes que se possam imaginar, nos próximos 30 anos. Então, temos um horizonte de 30 anos em que vamos conviver com o petróleo, como sendo, ainda, o núcleo central dos sistemas energéticos globais.

Ele é necessário, porque a economia mundial está vivendo um período difícil, mas a recuperação depende basicamente desse petróleo, e a transição global para uma sociedade de baixo carbono também depende de um processo lento e longo, no qual vamos conviver com o petróleo.

Mas aconteceu uma mudança radical a partir da descoberta do petróleo no pré-sal brasileiro, primeiro; e, mais recentemente, como destacou o Prof. Ildo, pelo fato de que há um desenvolvimento totalmente novo dos chamados hidrocarbonetos não convencionais –

gás de folhelhos ou óleo de folhelhos –, que está deslocando... E isso é muito importante, porque é uma mudança radical naquilo que ocorreu na década de 70.

Até a década de 70, sabemos que o mundo do petróleo era governado pelas “Sete Irmãs”, algumas empresas que controlavam basicamente o petróleo no mundo. Na década de 70, com a crise do petróleo e a emergência dos países da Opep, o que aconteceu foi que o mundo do petróleo foi, de certa forma, dividido entre as empresas estatais, os países produtores, e as empresas fornecedoras, e o mundo do petróleo ficou centrado no Oriente Médio. O que aconteceria e o que acontece, ainda hoje, no Oriente Médio, é que governa as preocupações de todos aqueles que trabalham na área do petróleo.

Pois bem. O que estou apontando – é a minha percepção – é que, a partir da descoberta do petróleo no pré-sal brasileiro, que, diga-se de passagem, tem seu contraforte lá na costa ocidental africana, essa região toda passou a ser uma região fundamental para o futuro do petróleo no mundo; ou seja, o Atlântico Sul passou a ser um elemento novo na geopolítica mundial do petróleo.

E, mais recentemente, com a descoberta, ou pelo menos a identificação dessas tecnologias da exploração do petróleo e folhelhos na América do Norte, que é uma tecnologia e uma estrutura socioeconômica e política específica da América do Norte, isso não se reproduz. Apesar da existência de grandes potenciais de gás não convencional e óleo não convencional em outras regiões do mundo, apenas na América do Norte existe uma regulamentação, uma base industrial, uma base de logística – e aí é importante uma logística de dutos – que permite viabilizar aqueles folhelhos num tempo tão rápido, como tem acontecido nos últimos anos. Não existe outra região do mundo onde isso possa acontecer, e esse acontecimento dependerá fundamentalmente do interesse americano em desenvolver a produção dessas outras tecnologias em outros países do mundo. E a má notícia é que não há interesse dos americanos em desenvolver isso tão proximamente.

Então, o mundo do petróleo se deslocou ou tende a se deslocar do Oriente Médio para o Atlântico, e isso é uma mudança radical e fundamental para a nossa história.

Acho que essa é a mensagem básica. Está certo? Porque há uma redução no ritmo da expansão do consumo de derivados e petróleo. Hoje, os números da agência americana de energia sugerem que o consumo de petróleo deverá ficar estagnado em 90 milhões de barris por dia, nos próximos 10, 15, 20 anos, e, portanto, essa produção daqui será aquela que vai se contrapor – do Atlântico – àquela que existe no Oriente

Médio, criando então um novo mundo e um novo papel geopolítico para o Brasil. E o Brasil deveria aproveitar historicamente este momento para saber como nós vamos usar isso geopoliticamente. Eu vou voltar um pouco mais à frente.

E a grande novidade é a substituição dos derivados de petróleo por gás natural, o que já começa a acontecer nos Estados Unidos. Até o transporte, o grosso do transporte de caminhões nos grandes eixos americanos está sendo estruturado para ser com base em gás natural comprimido, que é uma ideia do Prof. Ildo, que não foi tão valorizada quando ele estava lá na Petrobras, mas que hoje é mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – E esse é um exemplo. A petroquímica com base no gás natural. No gás natural, na verdade, os americanos consideram que basicamente eles vão conseguir ser autossuficientes, do ponto de vista da importação de petróleo, baseados nisso.

E é importante, porque é um equívoco imaginar que com isso os Estados Unidos se desinteressam pelo petróleo. Não. Mais do que nunca, pelo desenvolvimento da exploração do gás de folhelho nos Estados Unidos, a exploração de petróleo no Brasil se torna muito mais relevante e mais importante, porque os Estados Unidos não estão interessados em ser apenas autossuficientes.

Vejam bem que a Ásia depende fundamentalmente do Oriente Médio. A Europa depende basicamente da importação de gás da Rússia. E nós somos aquele que podem, de certa forma, equilibrar esse processo. Nós somos aqueles que podem fornecer o óleo de boa qualidade e factível para esses países.

Então, os americanos pretendem, no Brasil, ter um papel importante nessa articulação global do mundo do petróleo que virá pela frente. Então, acho que essa é a mensagem inicial que eu gostaria de colocar e vou desenvolver um pouquinho mais.

Aqui estão alguns números, baseados um pouco nos mesmos trabalhos e índices estatísticos da British Petroleum. Estudos foram feitos e mostram que o Brasil... Vejam bem; a gente vê aqui para onde virá a expansão da demanda. E os grandes produtores futuros são os Estados Unidos, as areias asfálticas do Canadá e o Brasil. O Atlântico é que vai ser o provedor futuro de demanda. Isso porque na verdade aqui existe uma previsão de demanda ainda bastante elevada. Se nós mantivermos a previsão dos americanos atuais, de que a demanda ficará estagnada, vocês veem que toda aquela região ali deixará de ser necessária para abastecer o futuro e cumprir aquilo que o Ildo colocou,

que é, de certa forma, compensar a perda de produção que haverá nas zonas atualmente produtoras.

Então, esse é o cenário que nós temos pela frente.

O Atlântico Sul é a principal fronteira atual de expansão do suprimento de petróleo... (*Ininteligível*)... seguro, porque o Brasil é um país inserido na economia global do mundo ocidental. Acho que não há ninguém que pense muito diferente disso. Alguns sugerem que sim, mas acredito que o Brasil é um país, na minha percepção, – não sei qual é a percepção daqui da Casa – inserido na economia global ocidental. Não somos um país do mundo, digamos, do leste. É uma fronteira de expansão do mercado de biocombustíveis, o Brasil.

E o Brasil – isso é muito importante – é o principal laboratório de inovação tecnológica industrial da indústria de petróleo no mundo. Quer dizer, é aqui no pré-sal que estamos tendo de usar todas as novas tecnologias, toda a capacidade industrial. E não é por outra razão que a gente tem aquela grande variedade, aquele grande número de empresas supridoras de serviços e equipamentos que se estão instalando lá no Fundão e também em Campinas, para poder abastecer a demanda de equipamentos e serviços da Petrobras.

Bem, então esse é o contexto que nós temos pela frente.

Por que o pré-sal é uma grande oportunidade?

O pré-sal é uma grande oportunidade porque permite que o Brasil se reposicione geopoliticamente. E não é por outra razão que, nos jornais – ontem ou hoje, se não me engano –, o Presidente Obama está dizendo que o México e o Brasil são seus parceiros privilegiados nas Américas, certo? Evidentemente, o Brasil pode posicionar-se favoravelmente numa inserção... Hoje, o Brasil, na verdade, sem nenhuma depreciação da nossa posição, é um país que está um pouquinho isolado das grandes decisões globais. Estamos buscando conquistar esse espaço, mas sem dúvida isso nos permite, se nós utilizarmos bem essa oportunidade, um reposicionamento favorável nessa direção.

Segundo, o pré-sal é a grande oportunidade de revitalização industrial do Brasil. Nós sabemos que o Brasil está vivendo um período difícil do ponto de vista industrial, mas não só o Brasil. Os Estados Unidos estão vivendo um período complexo. A industrialização americana também estava parando. O que está revitalizando a economia industrial americana? É o gás de folhelho, é o gás de xisto que, como disse o Prof. Ildo, está sendo vendido a US\$2,00, US\$3,00, US\$4,00 por milhão de BTU, enquanto aqui no Brasil nós estamos pagando US\$14,00, US\$15,00 por milhão de BTU, o que torna o parque industrial brasileiro totalmente sem capacidade competitiva com o mundo global, com um agravante maior: todos nós sabemos que as tarifas

elétricas brasileiras estão indexadas com a inflação. A inflação no Brasil é de 5,5%, 6% ao ano, e o dólar permanece em R\$2,00 por dólar, o que significa que, todos os anos, nossa base industrial está perdendo competitividade com a base industrial americana, onde se pratica o preço em dólares, com inflação de 1% ao ano – e não se tem indexação tarifária.

Nós vamos perder, gradativamente, nossa base industrial, e eles estão revitalizando a base industrial das indústrias energointensivas, que são nossa base industrial construída, com grande esforço e dureza, na década de 70, com um custo enorme para o Brasil, mas quando se construiu essa base industrial. Nós estamos esgarçando e eliminando essa possibilidade.

Então, o pré-sal é a grande oportunidade de a gente revitalizar isso, praticando preços, evidentemente, compatíveis com os preços internacionais.

Terceiro: o pré-sal, acho que o Prof. Ildo colocou, é uma grande fonte de receitas. E isso é importante! Receitas fiscais, mas que são adicionais, porque toda base impositiva que existe fica aí, e nós acrescentamos cerca de US\$50 bilhões anuais a essa base impositiva. Isso significa que nós temos recursos. Enquanto o mundo todo vive o problema de corte de receitas fiscais para poder ajustar sua economia, nós somos um dos poucos países que dizem o seguinte: “Nós temos receitas fiscais adicionais que a gente pode direcionar para programas sociais, educacionais e tantas outras coisas.” Então, é uma situação absolutamente singular no mundo – e não é pouco dinheiro: são US\$50 bilhões. Isso se nossa produção for de apenas 5 milhões de barris por dia, que é uma produção que podemos sustentar nos próximos 30 anos sem nenhuma dificuldade, porque os recursos de petróleo estão lá. Existem e estão disponíveis; só precisamos desenvolvê-los.

E vamos gerar aquilo que todos nós desejamos: empregos de qualidade, empregos de classe média – que é o que os Estados Unidos estão fazendo. Qual é o problema dos Estados Unidos hoje? Ele gera emprego de má qualidade, emprego de balconista que saem dos diversos países e vão fazer serviços menores nos Estados Unidos; ou se trabalha em banco ou se trabalha em serviços de baixa qualidade. Mas, com os folhelhos, com o gás de xisto, eles vão começar a desenvolver a base industrial e recriar a classe média americana da década de 30, 50, 60, que dá a posição americana.

Então, essa é nossa oportunidade! Nós temos condições muito favoráveis. Por quê? A escala produtiva de que nós estamos falando é similar à do Mar do Norte. Nós vamos produzir 5 milhões de barris por dia – o que o Mar do Norte produz hoje. Vejam o que é o Mar do Norte hoje. Nós temos uma empresa âncora

que é a Petrobras, empresa que tem toda a infraestrutura, o conhecimento e a capacitação tecnológica para poder desenvolver. Nós não estamos saindo do zero como eles saíram lá no Mar do Norte.

Temos, então, significativa capacitação tecnológica, larga experiência no mercado doméstico. Os números que me antecederam mostraram que o Brasil é um País estruturado do ponto de vista de suprimento. Temos uma base industrial diversificada que precisa ser renovada, mas temos essa base industrial para levar à frente. Temos o incentivo regulatório para a oferta de conteúdo local nas estações e blocos. Então, é possível incentivar o parque industrial brasileiro. Temos, também, o apoio de políticas governamentais, como o Inova Petro e uma série de coisas que estão sendo feitas.

Por que as coisas não estão andando tão bem como a gente desejaria? Pelo menos, quanto eu desejaria, pessoalmente. E, quanto a isso, voltarei um pouco mais à frente.

Vejam bem que a expectativa de produção da Petrobras é a de chegar a 5 milhões de barris, a que temos de somar todas as empresas que são parceiras da Petrobras e que não são concessões. Então, tem uma expectativa de produção muito grande. Infelizmente, a Petrobras não está conseguindo cumprir suas expectativas. Não está conseguindo atender. Essa produção está estagnada desde 2007/2008, o que é uma pena e um grande problema sobre o qual temos que pensar um pouco mais à frente.

Então, a oportunidade está aí: temos o petróleo, temos a empresa-âncora, temos tudo para desenvolver. Por que as coisas não estão acontecendo como desejamos? E aí já começamos a verificar quais são os desafios e as dificuldades para enfrentá-los.

O primeiro desafio: nós precisamos duplicar a capacidade doméstica de bens e serviços para a indústria de petróleo. Em cinco anos, precisamos dobrar a capacidade industrial não da Petrobras, mas dos fornecedores da Petrobras, e o ritmo em que está se andando é muito mais lento do que esse. Precisamos diversificar os suprimentos regionalmente; não pode ficar tudo centrado em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Brasil é muito maior do que São Paulo e Rio de Janeiro. Se ficarmos lá, temos que ir para o Rio Grande do Sul, para o nordeste do Brasil, temos que ir para o interior do Brasil. É preciso sair desse ciclo – eu sou paulista, ou fui paulista, como se diria – de que fica tudo centrado em São Paulo e de que o mundo se esgota em São Paulo.

É preciso desenvolver a capacidade inovativa, quer dizer, nós precisamos de gente – não só empresas que produzam – que seja capaz de produzir coi-

sas novas, porque o pré-sal exige novas tecnologias, novas capacidades de produção; não é simplesmente reproduzir ou importar aquilo que já se sabe. É preciso desenvolver uma trajetória tecnológica, uma série de inovações radicais adequadas ao pré-sal, porque no pré-sal há desafios tecnológicos diferentes daqueles que foram feitos anteriormente para o pós-sal.

E é preciso – isso é muito importante – compreender que não é uma tarefa a ser feita para o Brasil, no Brasil e apenas para o Brasil. Só tem sentido essa proposta se falarmos que o Brasil vai se inserir no mundo, o Brasil vai fazer parte do mundo, a indústria do petróleo brasileiro vai ser internacional; e não nos voltarmos para dentro, nos fecharmos aqui dentro e nos isolarmos do mercado internacional. É o contrário: nós temos de sair para a agressividade, ir lá fora e agredir, porque temos condições para isso. Mas, para que isso aconteça, é preciso que algumas coisas sejam um pouco diferentes de hoje.

É necessário que a política de conteúdo local aproveite as muitas oportunidades que estão sendo abertas para as empresas inovativas médias e pequenas, porque, hoje, o BNDES é um instrumento para financiar grandes empresas, mas o pré-sal precisa desenvolver as pequenas e médias empresas. Então, é preciso que haja uma mudança radical na estrutura de financiamento para as pequenas e médias empresas, que são inovativas, e isso exige mudança radical na tal estrutura de comportamento daquele banco.

Aqui, tento traduzir um estudo que fizemos na universidade que mostra um pouco as dificuldades que temos pela frente. Isto aqui são dois eixos – desculpe por ser muito professoral, muito didático, mas, infelizmente, como diz a minha mulher, somos viciados. Cada vez que vou discutir com ela, Senador, ela me dá uns cascudos e me diz: “Você está virando professor de novo. Passe a falar comigo como se eu fosse sua esposa e não sua aluna.”, mas é difícil vencermos isso.

Aqui dou um pequeno gráfico que mostra, por exemplo, o grau de customização, ou seja, quanto essa tecnologia ou esse suprimento de bens e serviços depende da própria demanda da Petrobras, e outra complexidade tecnológica, de quanto esse equipamento é tecnologicamente complexo ou não. É uma estilização do que aprendemos com o estudo que fizemos.

O grosso dos suprimentos da Petrobras é de tecnologia das empresas que traduzem a Petrobras hoje. São tecnologias de base madura e que não são muito vinculadas necessariamente à indústria de petróleo; são diversas coisas, como válvulas e outras que existem nessa direção. Esse, na verdade, é um trabalho que está sendo feito pelo Prominp, que é o Programa

de Mobilização da Indústria de Petróleo, que está procurando ajudar esse setor industrial.

Nós temos um segundo conjunto, que está na fronteira da tecnologia, que é exclusivamente da indústria do petróleo, de empresas da área do petróleo. Quem tem feito esse trabalho são, basicamente, o Cnpes e alguns instrumentos internos da Petrobras.

E temos ainda um conjunto de tecnologias que são específicas, que estão mais customizadas para a indústria do petróleo e que também estão sendo articuladas por gente da própria Petrobras, nos departamentos de engenharia e material.

Mas temos outro conjunto bastante grande, que é de tecnologias emergentes, que são vinculadas a esses aqui. Nós temos que fazer todo esse pessoal daqui migrar para cá, porque esta é a área que nos vai permitir ganhar realmente dimensão de renovação do nosso parque industrial. Este, infelizmente, não está sendo muito bem tratado. Existia um esforço do Prominp nessa direção, mas atualmente está um pouco paralisado, não está andando suficientemente. Este é o quadro que nós temos de fazer.

Vimos a situação atual e pegamos, então, o mapa da mina – vocês não vão ler, nem é do meu interesse –, mas, se pegarmos, dos 24 segmentos fornecedores da indústria do petróleo brasileira que estão sendo demandados, apenas seis deles são considerados competitivos e tecnologicamente concorrentes. O resto está defasado tecnologicamente e não tem capacidade de suprimento.

Então, aqui, há um elemento enorme que temos de fazer para superar esses desafios tecnológicos, de perfurar além da camada do pré-sal, operar a 300 quilômetros da costa, e a nossa logística está sofrendo enormemente para achar uma solução para esse problema. Esse não é exatamente um problema nosso, porque, se conseguirmos operar a 300 quilômetros da costa, imaginem a repercussão que isso tem para o resto do mundo. Ninguém opera nada a 300 quilômetros da costa. É um conhecimento que será utilizado no mundo todo, porque há evidentemente a fronteira do espaço, mas a grande fronteira ainda, aqui na Terra, são os oceanos. Quanto a isso, há muito a fazer.

Há condições tecnológicas complexas e o problema da proteção ambiental.

A boa notícia é que a Petrobras está investindo maciçamente em inovação tecnológica, e isso pode ajudar-nos. Isso não é suficiente. A Petrobras tem um papel muito importante de coordenação desse processo.

Por isso, é fundamental preservar a Petrobras neste momento em que estamos vivendo. Não podemos correr o risco de quebrar a Petrobras. Não podemos esvaziar financeira e tecnologicamente a empresa.

Esse é um risco que estamos correndo. A evolução que estamos tendo atualmente é muito preocupante, porque é ela que coordena tudo isso. Esse é um instrumento que foi criado na década de 50, como colocado pelo Professor Ildo Sauer, que é vitorioso, é sucesso, é reconhecido pelo mundo todo como o nosso principal ativo brasileiro.

Então, acho que temos de trabalhar nessa direção. A boa notícia são todos esses centros de pesquisa que estão sendo colocados, e vou chegar à avaliação que, infelizmente, Senador, não será muito positiva. Apesar de o Professor Ildo ser mais otimista, eu sou talvez um pouco mais pessimista com a avaliação do que temos feito até o momento. Por quê?

Inacreditavelmente, uma empresa que vinha com uma produção crescente, começando na década de 50, com a produção de cerca de 2 mil barris por dia, chegando à década de 70 com a produção de 200 mil barris por dia, e à década de 80, produzindo 500 mil barris por dia, e estava produzindo 2 milhões de barris por dia em 2008. De 2008 para cá, a produção está estagnada em 2 milhões de barris.

Quando encontramos o pré-sal, foi aí que paramos de crescer. Quando não tínhamos petróleo, a nossa produção crescia; quando encontramos petróleo, a nossa produção estagnou. Por quê? Políticas equivocadas, evidentemente.

Temos total incapacidade de atender o conteúdo local. A Petrobras não consegue cumprir os objetivos de conteúdo local especificados nos contratos de licitação. Por quê? Falta a política industrial.

A Petrobras, que era uma empresa que estava começando a colocar o Brasil no mundo – estava na América Latina, na África, no Golfo do México –, agora, está vendendo tudo lá fora; está voltando a ser uma empresa doméstica. E o Brasil, que está indo para frente, resolveu recuar para dentro das fronteiras, como se fôssemos, de novo, um pequeno país daqueles que não têm medo do mundo, não consegue trabalhar. Esse é um sinal extremamente negativo do que está acontecendo. Isso, na minha opinião, é fruto basicamente da má condução da política petrolífera brasileira.

Acho que precisamos avançar, primeiro, reconhecendo que o desafio é complexo e não ficar com essa autocomplacência, dizendo que aqui somos melhores que todo mundo, fazemos tudo sozinhos, ninguém precisa de ninguém, somos melhores que todos.

Não pode ser responsabilidade da Petrobras desenvolver todo esse programa. A Petrobras é muito importante, mas ela precisa dos fornecedores. Ela precisa de todo um conjunto de articulações com uma série de fornecedores e de uma articulação com as agências de Governo. Não pode o Ministério de Minas e Energia

não falar com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que não fala, por sua vez, com o Ministério da Fazenda, e cada um faz, então, a política de preço, que não tem a ver com a política de inovação, que, por sua vez, não tem nada a ver com a política de desenvolvimento da Petrobras, e nós ficamos, como dizia Stanislaw Ponte Preta, nesse “samba do crioulo doido”. Cada um fala uma coisa, e ninguém sabe aonde quer chegar.

Mitigar riscos é essencial evidentemente, mas, quanto à cooperação internacional, o Brasil precisa estar articulado com o mundo aí fora. Não é possível que o Brasil queira fazer isso sozinho. Nós precisamos das outras operadoras no Brasil; nós precisamos de outros fornecedores no Brasil; nós precisamos desenvolver conjuntamente, como estava sendo feito anteriormente.¹

Essa ideia de que a Petrobras tem fazer tudo sozinha e que ela tem de resolver o problema, eu acho que é um grande equívoco que, espero, o nosso Senado ajude a equacionar, e que não fiquemos nesse problema, porque o meu medo é que se perca o bonde da história; que a história passe e que nos fiquemos aqui parados onde nós estamos.

Eu agradeço a oportunidade. Há outras coisas, mas eu vou parar por aqui...

Posso voltar? (*Pausa.*)

Então, como devemos avançar, é reequilibrar todo esse sistema de penalizações que foi feito para incentivar o conteúdo local; haver uma condição de acesso dos fornecedores à cláusula de participação especial, que é fundamental; incentivar a realocação industrial, ou seja, levar o parque industrial, da área do petróleo, para fora do Rio de Janeiro e de São Paulo; atração de diversos fornecedores de fora do Brasil, porque há fornecedores de base tecnológica que possam vir produzir e trabalhar no Brasil; e, finalmente, fomentar a inserção internacional dos fornecedores, aproveitando o Ciência sem Fronteiras, não para mandar estudante do Brasil para lá, mas para mandar estudante do Brasil ir lá para articular aquele fornecedor lá de fora com uma empresa brasileira aqui. O aluno tem de sair daqui já com uma empresa brasileira interessada em contratá-lo para trabalhar no Brasil, e não mandar aluno para fazer mestrado e doutorado para depois ele ficar trabalhando lá fora, e ele simplesmente vai ser mais um dos brasileiros que descobre que o Brasil não tem muito interesse, que é muito melhor trabalhar no mercado americano do que no mercado brasileiro.

Desculpe se eu fui um pouco mais crítico, mas o meu papel na universidade – eu sou professor da universidade há 30 anos, não pretendo sair da universidade para nenhum cargo público – é simplesmente... Atualmente não saio da universidade por razão nenhuma,

porque a liberdade de expressão e a liberdade que eu tenho na universidade não têm preço.

Muito obrigado.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Adilson de Oliveira, professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Passo a palavra agora ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado.

Eu queria saudar o Senador Collor. É uma honra estar aqui de novo na Comissão de Infraestrutura. Saudar meus colegas de Mesa Eduardo Autran, Adilson de Oliveira, Ildo Sauer e meus colegas de universidade.

Estou aqui meio dividido, porque foram tantas questões interessantes colocados pelo Ildo, pelo Adilson, pelo colega da Petrobras também, que fico na dúvida se eu as respondo ou se faço a minha palestra. Acho que vou fazer a minha palestra – talvez, em algum momento, possa debater algumas afirmações feitas, mas deixa eu me conter um pouco e seguir aqui o meu *script*; depois a gente talvez tenha essa oportunidade.

Vou falar um pouquinho da nossa visão de 10 anos para a questão de oferta de gás, balanço oferta/demanda de gás e de derivados. É uma atualização para 2021 a visão nossa, da EPE, das perspectivas futuras.

Então, eu vou começar aqui na parte de oferta de combustíveis e gás. A nossa projeção na EPE é de que nós sairemos de uma produção de cerca de 2 milhões de barris por dia para 5,5 bilhões de barris por dia, em 2021. É claro que as reservas totais se estabilizam, mas as reservas contingentes, que são aquelas que ainda não estão provadas, ocupam esse espaço do crescimento e mais uma parte de recursos ainda não descobertos, seja das empresas ou da União.

Com relação ao gás, eu vou mudar um pouco a dinâmica. Vou falar de oferta e não de produção; aquilo que é disponível.

No que diz respeito às reservas descobertas, nós devemos ter um pequeno aumento de 45 para 56 milhões de metros cúbicos/dia de reservas descobertas. Há mais 28 milhões de metros cúbicos, que são recursos contingentes; 13 milhões de metros cúbicos que são os recursos não descobertos das empresas, mas estamos supondo que se vai renovar o contrato com a Bolívia, porque é um interesse mútuo dos países esse contrato. Então, mais 30 milhões de metros cúbicos do Gasbol, e uma ampliação do GNL, de 27 para 41 milhões de metros cúbicos. Nisso, estão incluídos a expansão do terminal do Rio de Janeiro, mais o terminal de Salvador e mais uma pequena quantidade

de recursos não descobertos – 4 milhões de metros cúbicos/dia.

Com isso, nós saímos da oferta de 102 milhões de metros cúbicos/dia, hoje, para 172 milhões, mais 70 milhões nos próximos 10 anos – menos de 10 anos, 9 anos.

Demanda – então, olhamos a oferta e a demanda.

Na demanda, nós temos um crescimento de 27 milhões de metros cúbicos/dia na indústria, sobretudo impulsionado pelo aumento da produção de fertilizantes e a parte de mineração e pelotização; 11 milhões de metros cúbicos/dia para consumo próprio das refinarias, mas consumo energético; 22 milhões de metros cúbicos/dia como matéria-prima para fertilizantes nitrogenados e para o refino; 1,4 milhão de metros cúbicos/dia no GNV – a gente está projetando que não há um crescimento da frota de GNV, cuja tendência é, um pouco, de estagnação, por questões de preço; e mais o aumento de um milhão da malha de distribuição.

Bom, com isso, nós temos um aumento de 105%, 63 milhões de metros cúbicos, da demanda não termoelétrica. É claro que a essa demanda não termoelétrica nós temos de adicionar, ainda, a demanda termoelétrica.

Então, para fazer o balanço, nós pegamos aquela curva de oferta que nós mostramos antes, pegamos aquela demanda não termoelétrica que nós detalhamos antes, passando de 61 para 124, e adicionamos a demanda termoelétrica.

Nessa demanda termoelétrica, o azul claro é supondo as termoelétricas funcionando de maneira contínua; quer dizer, a gente tem de ter gás disponível, supondo que elas vão funcionar o tempo todo. É claro que a realidade não é essa. Elas funcionam, são despachadas quando as hidroelétricas não podem fornecer a energia necessária.

O amarelo são as usinas bicombustíveis.

Então, se nós formos olhar as usinas funcionando, vamos dizer, na base, nós estamos numa situação em que, se forem todas chamadas, nós precisaríamos, em certo momento, usar o óleo na bicombustível.

É claro que a linha pontilhada é o despacho esperado da térmica; então, olhando o despacho esperado, você tem uma certa sobra, que poderia ser usada no mercado secundário de gás, quer dizer, quando as térmicas não estivessem sendo despachadas. Quando estão sendo despachadas, você necessita de todo o gás disponível. Ou seja, não tem muito espaço para uma ampliação muito grande da térmica. Aí, está considerada uma expansão pequena de térmicas a gás.

A perspectiva de crescimento futuro é, realmente, o gás não convencional, o gás de folhelho, o *shale gas*, o *tight gas*, como preferirem, que, como foi bem já apresentado pelo Ildo, pelo Adilson, tem uma revo-

lução no mundo. Não se sabe quanto tem no Brasil. Há algumas estimativas muito grosseiras, que falam de recursos de 5 trilhões de metros cúbicos. Isso é muito, ainda, preliminar, lembrando que o Brasil tem, hoje, uma reserva de meio trilhão de metros cúbicos. Então, recursos de 6 trilhões, nós estamos falando de 12 vezes a reserva aprovada.

É claro que, mesmo que, na hora em que você vai passar para a reserva, mesmo que seja a metade, um terço desse valor, ainda é um valor importante. Então, é claro, a situação do gás é uma situação que, dado o cenário atual...

Aí eu tenho uma avaliação dessa questão. Apesar de haver gás no pré-sal, eu sou muito cauteloso em apostar no gás do pré-sal, porque ele está muito longe, a 300 quilômetros, muito profundo. Quer dizer, a economicidade de trazer esse gás...

Que há gás, há. A questão é o custo com que vai chegar aqui; se ele chega ao preço que a gente realmente necessita. Enquanto que, se nós descobrirmos gás *onshore*, muito provavelmente os preços serão mais competitivos.

Em termos de combustível, eu queria começar a projeção em relação à expansão da frota de veículos, que é uma projeção bastante impressionante. Nós estamos projetando um crescimento de quase 6% da frota de veículos leves. Isso significa mais 21 milhões de automóveis nos próximos nove ou dez anos.

Essa estimativa foi, primeiro, comparando a quantidade de automóveis por habitante, comparando com outros países e comparando o nível de renda, a evolução da renda. Na análise, por mais conservador que você seja, você não chega a um valor muito menor do que isso.

É interessante que a perspectiva é de que o carro *flex* seja o motor dessa expansão. Ele dobra de 20 milhões para 42 milhões de veículos. Hoje, praticamente 90% da venda de veículos novos já são *flex*. Então, há uma expansão grande dos carros *flex*, que abre um espaço para o etanol, se, é claro, conseguirmos expandir a oferta de maneira satisfatória.

Então, a participação do *flex* no nosso parque de veículos sai de 57% – hoje, mais de 50%, quase 60% já são *flex* –, e nós vamos chegar a 75% em 2021. Ou seja, é algo bastante expressivo. Aí, é claro, o consumidor toma a sua decisão: álcool ou gasolina. Mas ele terá condição de tomar essa decisão.

Então, em função desses dados, a projeção de preços relativos de etanol e gasolina, nós chegamos à seguinte projeção em milhões de metros cúbicos de gasolina equivalente, para poder comparar tudo. Uma expansão bastante expressiva do etanol, de 8 milhões para 22 milhões, ou seja, 14 milhões de delta – esse

é o etanol hidratado; mais 3,4 milhões do etanol anidro, aquele que se pode misturar à gasolina; e sete milhões de expansão de gasolina. Ou seja, dá mais ou menos dois terços de etanol, quase, e um terço de gasolina. De qualquer jeito, é uma expansão de gasolina bastante importante – 7 milhões de metros cúbicos é bastante coisa.

Como nós vemos aí o balanço dos combustíveis?

Gasolina. Se nós olharmos a gasolina, a demanda cresce relativamente pouco, porque você tem o crescimento do etanol. Mas, de qualquer maneira, nós, segundo nossas projeções, continuaremos importadores de gasolina. Nós importamos hoje algo como 19 mil metros cúbicos/dia e devemos estar importando 34 mil metros cúbicos/dia.

Em relação ao diesel, nós saímos de uma situação deficitária. Nós importamos diesel atualmente e viraremos exportadores de diesel. Nós importamos hoje 34 mil metros cúbicos, estaremos exportando algo como 52 mil metros cúbicos/dia. Quanto ao QAV, nós também saímos de uma situação de importador para exportador.

Se nós formos olhar todos os derivados, então, nós temos ali a gasolina, o *diesel* – a gasolina crescendo 2,4% ao ano, o diesel, 3,8% ao ano, o QAV, 5,2% ao ano – e os outros, nós chegamos a uma situação de uma demanda crescendo 2,9% ao ano. Se nós colocarmos a previsão da expansão dos derivados, até 2018, o Brasil deverá ser importador líquido de derivados e, a partir de 2018, o Brasil passa a ser exportador líquido de derivados.

O fato de o Brasil importar gasolina, exportar QAV e diesel é um bom negócio. A gasolina é um produto que tem em abundância no mercado internacional, é um produto de pequeno valor. Todas as projeções dos organismos internacionais indicam essa abundância de gasolina, ou seja, uma queda do preço da gasolina. Em compensação, em relação ao diesel, de que nós seremos exportador, e ao próprio QAV, que são produtos médios, a tendência é uma valorização no mercado internacional.

Então, hoje, todo o parque de refino, como está sendo constituído, está privilegiando os médios. É uma redução dos pesados e uma priorização dos médios, e isso fará que nós importemos produtos de pequeno valor e grande disponibilidade no mercado internacional e que nos tornemos exportadores de produtos que são de grande valor no mercado internacional.

Então, é um perfil interessante.

Finalizando, aqui, com relação ao petróleo bruto, então, a produção, nós estamos falando de 2 milhões para 5,4 milhões de barris por dia, e eu peguei e coloquei ali a carga que entra nas refinarias. Então,

entram na refinaria algo em torno de 3,4 milhões de barris por dia. Ou seja, o Brasil estará exportando, em 2021, 2 milhões de barris por dia, que é, mais ou menos, o que a gente produz hoje, e mais 400 mil barris por dia de derivados.

Então, 2 milhões de barris por dia de petróleo cru e mais 400 mil barris por dia de derivados.

Quanto a isso daí, eu reforço o que foi dito – a parte que eu concordo da apresentação do Adilson e sobre o que acho que o Ildo também falou um pouco: é a importância que isso coloca do Brasil no cenário geopolítico internacional. Sem dúvida alguma, o Brasil é um país que tem características de respeito a contratos: estar inserido numa região onde não há conflitos, tem um petróleo de boa qualidade – não é tão leve como o petróleo árabe, mas não é um petróleo pesado como o venezuelano; é um petróleo relativamente de boa qualidade.

Quer dizer, você ter um país no ocidente com essas características, sem dúvida alguma, dá ao Brasil um papel importante geopolítico no mundo.

E, daí, eu acho que houve uma decisão fundamental que foi a mudança do marco regulatório do petróleo, que foi passar do regime de concessão para o regime de partilha.

E por que eu digo isso?

No regime de concessão, o petróleo, ao sair do poço, é propriedade de quem tem a concessão daquele campo. Então, ele decide para quem vai vender. A União, os Estados... a sociedade é remunerada pela vinda daquele petróleo. No regime de partilha, a propriedade do petróleo, uma vez saído do poço, é da União. A União decide para quem vai vender e remunera os seus parceiros com parte desse petróleo, embolsando o custo do petróleo e repartindo o excedente em óleo. O fato de deter petróleo e poder comercializar petróleo dá à União, à Nação um poder ainda maior no cenário internacional.

Então, além de ser uma mudança que maximiza, que melhora a renda petrolífera, que é captada pela sociedade, ela dá um poder à União que, no regime de concessão, ela não teria.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Para finalizar, eu queria reforçar que o Brasil tem perante si um caminho de desafios, sem dúvida. É claro que não é fácil trilhar esse caminho, mas não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos atingir esse marco estabelecido, porque nós temos um marco regulatório adequado, temos a Petrobras, que está preparada para fazer esses investimentos, e temos políticas que estão sendo adotadas para atrair indústrias para cá.

Na própria Ilha do Fundão, onde é a minha universidade, o número de empresas que se instalaram lá, ligadas ao setor petrolífero, que estão fazendo pesquisas de ponta, é grande. Então, não é só a Petrobras que está fazendo isso. Já há empresas se instalando e fazendo pesquisas importantes na área de petróleo. Então, não tenho dúvida nenhuma de que nós atingiremos esse objetivo.

Temos de saber que, em determinado momento, teremos de fazer um investimento muito grande. Este momento é agora. Esse investimento é necessário para os frutos serem colhidos futuramente. No momento em que você vai fazer esses investimentos, é preciso focar – que é o que a Petrobras está fazendo muito corretamente. Você não pode dispersar os recursos em investimentos pelo mundo todo quando você tem, na sua terra, no seu país, um desafio enorme de exploração. Seria totalmente desproporcional, no momento em que há esse desafio de investimento no próprio país, continuar pulverizando recursos em outras regiões do mundo.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a Petrobras vai ganhar uma dimensão muito maior e, aí sim, terá, no futuro, condições de voltar a investir no mundo. Agora é a hora; é o momento de focar para poder ganhar escala nos investimentos e, futuramente, poder ter o seu papel no resto do mundo novamente. Então, não tenho dúvida nenhuma. Nós estamos naquele momento de semear, para, depois, colher os frutos dos investimentos que estão sendo feitos.

Estou, Senador, à disposição aqui para perguntas ou para questões que surjam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Gostaria de, mais uma vez, lembrar aos nossos ouvintes, aos nossos telespectadores que qualquer cidadão pode participar desta audiência pública, enviando suas perguntas pelo Alô Senado, gratuitamente, 0800 612211, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter [alo@alosenado](https://twitter.com/alosenado).

Há algumas questões aqui já formuladas e vou lê-las. Já nos chegou uma para cada um dos nossos palestrantes.

Para o Prof. Ildo Sauer:

Comenta-se que, ainda neste ano, será realizado o primeiro leilão para exploração do gás de xisto. O senhor não considera prematura tal iniciativa, tendo em vista que não foi feita nenhuma análise do impacto ambiental desse tipo de exploração no Brasil?

Para o Prof. Adilson Oliveira:

Qual o impacto a exploração de gás e de óleo de xisto poderá ter nos preços internacionais do petróleo e conseqüentemente na economicidade de aproveitamento do pré-sal?

Para o Dr. Eduardo Autran:

Haverá gás natural suficiente para atender a indústria e o setor energético nas próximas décadas? Onde está o principal gargalo na indústria do gás natural – na produção ou na distribuição por gasodutos?

Para o Dr. Maurício Tolmasquim:

Os lances nos leilões de energia nova não embutem os custos de transmissão e os custos de firmar a energia associados a cada empreendimento ofertado. O senhor não considera que essa metodologia pode trazer distorções e não refletir concretamente a modicidade tarifária para o consumidor?

Depois, há perguntas de ordem geral para cada um dos senhores palestrantes: a que cada um dos senhores credita o fato de a Petrobras ter perdido, em Bolsa, cerca de 70% do valor das ações negociadas em Bolsa? Em relação à política de retrair o preço da gasolina, isso não é um desserviço à saúde financeira e econômica da própria Petrobras? Isso também não traz um grave dano à indústria sucroalcooleira, que produz o etanol, já que o etanol não pode competir com o preço da gasolina? E, sabendo-se que a gasolina, fundamentalmente a gasolina consumida no Brasil, é um produto importado e que o aumento do consumo da gasolina com o seu preço defasado e com o aumento do número de veículos produzidos e que são colocados, despejados diariamente nas ruas das cidades brasileiras impactando fortemente a nossa infraestrutura, se isso não seria algo a ser imediatamente corrigido para que a Petrobras volte a ser uma empresa que esteja atenta a sua necessidade de competitividade e às exigências de mercado?

Essas últimas são questões para cada um dos senhores palestrantes.

Eu começaria, então, com o Prof. Ildo Sauer, colocando as suas considerações sobre a pergunta:

Comenta-se que, ainda neste ano, será realizado o primeiro leilão para exploração do gás de xisto. O senhor não considera prematura tal iniciativa, tendo em vista que não foi feita nenhuma análise do impacto ambiental desse tipo de exploração no Brasil?

Prof. Ildo Sauer.

O SR. ILDO LUIS SAUER – A pergunta é relevante e tem um desdobramento.

Primeiro, essa história do modelo. Pessoalmente, não sou fã do modelo de concessão que foi dado e, ironicamente, vou reportar-me depois à lei que criou o modelo de concessão também.

Acho que a partilha poderia ser colocada se houvesse um risco exploratório maior, mas, no caso do pré-sal, que é uma situação consolidada, uma fronteira exploratória, cujo processo falta ser concluído, acho que o melhor modelo para o Brasil seria o da prestação de serviços, que resolveria uma infinidade de problemas, tendo a Petrobras como a contratada, no que eu divirjo um pouquinho do Adilson.

Por isso, eu acho que é prematuro fazer qualquer leilão de petróleo no Brasil enquanto não soubermos qual é a dimensão do recurso no Brasil – se são 50 bilhões de barris... Nós conseguimos, ao longo dos quase 60 anos de história da Petrobras, antes do pré-sal, descobrir cerca de 20 bilhões de barris e produzir pouco mais de 5 até agora, de maneira que temos 15 de reserva. Então, eu acho que é o quadro que tentei expor antes.

Agora, quanto ao *shale gás*, de fato, eu acho que é preciso aprofundar a pesquisa nas quatro dimensões que citei na minha apresentação. Primeiro, fazer uma recuperação dos dados disponíveis e fazer programas de pesquisa para quantificar o teor de matéria orgânica em afloramentos que existam – e existem no Brasil alguns afloramentos –, em exemplares testemunhos que ainda existem de perfurações anteriores e em projetos de pesquisa, para saber, de fato, qual é a dimensão do recurso.

A segunda questão – e a polêmica nos Estados Unidos, não obstante o enorme impacto, tem sido bastante forte – diz respeito aos processos de produção e à garantia de preservação dos ecossistemas e do recurso natural. A gestão tecnológica associada aos melhores processos de exploração... Ali também se faz necessária a criatividade. A própria ideia do *shale gas* foi resultante de um processo bastante criativo de adaptar os processos de exploração e produção em terra com técnicas de mineração e gestão ambiental e o quadro regulatório.

Então, de fato, depende da política. Eu, no governo, preferiria que nós fizéssemos essas quatro etapas, avançássemos bastante nelas para, depois, definir um programa mais aprofundado. Eu não tenho notícia do quanto a ANP tem informações detalhadas sobre os recursos – ela herdou da Petrobras em relação ao petróleo convencional quando foi criada.

De forma que eu, ainda que veja com grande entusiasmo a possibilidade de o Brasil compartilhar o projeto do *shale gas* – tanto que, na minha universidade, no instituto que eu dirijo, nós criamos um projeto dedicado a isso –, acho que há um conjunto de etapas que precisam ser seguidas com prudência para que possamos avançar nisso com bastante segurança.

Nesse sentido, antes do leilão, acho que deveria haver um trabalho aprofundado nessas quatro etapas. Mas, acima de tudo, o que tenho defendido é que deveríamos cancelar esse leilão previsto para maio, em função de tudo o que expus aqui, do papel estratégico do petróleo etc. etc., da posição da Petrobras.

Senador, eu devo avançar na outra pergunta já? (*Pausa.*) Devo.

Vejam: o problema da Petrobras. É evidente que o valor de mercado da Petrobras interessa muito a seus acionistas, e eu vejo, de certa forma, três interesses que se entrecrocaram.

É evidente que, para o acionista, interessa que a Petrobras converta o mais cedo e o quanto antes toda e qualquer gota de petróleo em dinheiro e em lucros – eu mostrei um pouco os dados do valor adicionado sem a Petrobras. Sei que, para os consumidores brasileiros, interessaria ter, como na Venezuela, gasolina quase de graça, o que não me parece ser uma grande coisa, tendo em vista o papel estratégico dos recursos naturais. Acho que, para a população brasileira em geral, interessaria mais gerar riqueza e valor com a renda do petróleo para, com esse dinheiro, ter um plano de desenvolvimento nacional.

E, neste momento, eu acho que não há razão legal que autorize o Governo, em razão da lei feita em 6 de agosto de 1997, a chamada Lei de Política Energética, que diz que os preços dos derivados no Brasil devem ser competitivos... Não concordo inteiramente com essa lei, mas, no regime do Estado democrático de direito, eu defendo que se cumpra a lei ou que se mude a lei; o que não se pode é criar um processo de regulação arbitrário *ad hoc*, constrangendo os dirigentes da Petrobras, não os autorizando – por estratégias que muitas vezes se aproximam do que se costuma chamar aí fora de assédio moral – a cumprir sua obrigação de definir os preços, de acordo com as regras estabelecidas. Se assim fosse feito, evidentemente, ao longo dos últimos anos, os preços dos derivados de petróleo no Brasil teriam sido muito diferentes dos que foram – conforme a lei. Assim não o foi, e nós convivemos com isso até com certo espanto.

Ressalto que a lei de 1996 deveria ser reformada, mas, enquanto isso não acontece, ou se cumpre essa lei, ou ficamos na mão de quem tem o poder de decisão. Quem é o árbitro? Não sei quem é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ILDO LUIS SAUER – A ANP não interfere no preço.

Então, é uma regulação um tanto obscura. Não sei se é do Ministério, do Conselho Nacional de Política Energética, da Presidência da República. Não

sei quais são os canais e os critérios para decidir se a Petrobras é constrangida a importar gasolina a um preço acima da sua venda. O custo de importação é superior ao preço de venda, o que flagrantemente fere a lei. Assim acontece com o diesel e talvez com os outros derivados, como o próprio GNL. Não tenho informações detalhadas, mas essas duas, do diesel e da gasolina, são públicas, e grande parte daquilo mostrado aqui pelo Maurício é que temos uma ausência brutal de coordenação na política de derivados líquidos.

Não é surpreendente saber que, como incentivo para sair da crise de 2008, temos de vender carros, que esses carros não vão ficar escondidos; eles vão querer consumir. Anunciamos que seria um *flex*, porque ficaria subliminarmente a expectativa de que os carros *flex* teriam etanol, mas não houve coordenação da expansão da produção do etanol.

Agora, ficou subliminarmente o automóvel *flex* penalizado tecnicamente, consumindo mais por quilômetro rodado do que o faria se ele fosse puramente a gasolina, ou puramente a etanol, e portanto poluindo mais, para que, no fundo, quem vira *flex* não é carro, mas sim aquele que detém a plantação de cana, que poderia convertê-la, de um lado, em etanol, e, de outro, em açúcar, exportando um dos dois produtos, ou os dois, ou mantendo-os aqui dentro.

Mas essa regulação suboficial feita em torno dos derivados de petróleo fez com que tenhamos um clima de ansiedade e de insegurança em relação aos investimentos que poderiam e deveriam ser feitos, até certo patamar, na indústria sucroalcooleira, que tem um papel estratégico e importantíssimo.

O Brasil foi pioneiro no mundo desde a década de 30. Ao contrário do que se diz, o Proálcool consolidou uma estratégia de produção do etanol no Brasil, que já vinha desde a Usina Serra Grande, de Alagoas, de 1924. Desde a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, é mandatória a mistura do etanol e da gasolina. Isso vem de longe.

A indústria é estratégica pelo número de empregos, por todo potencial associado a isso. Na ausência de uma coordenação que poderia ser feita com mais presença do Estado ou menos presença do Estado, empresarialmente, mas jamais na ausência de planejamento ou de planejamento que não se materializa, porque os instrumentos necessários para ampliar a produção, para criar cadeia logística, não aconteceram.

Então, aquilo que potencialmente seria estratégico para o País na área de energia, combustíveis líquidos, etanol, gasolina, tem uma câmara de coordenação. O BNDES tem um papel importante; a Petrobras, mais do que ninguém, mas isso tudo exige uma coordenação.

Não é possível anunciar medidas de improviso após improviso, criando uma insegurança geral, ao não cumprirmos a lei em relação aos preços e ao deixarmos este importantíssimo segmento. E é verdade também que não basta só atender aos carros. Era melhor que toda a classe média brasileira e os emergentes pudessem ter carros e não precisassem usá-los, se tivéssemos, como propus no plano, uma reforma urbana capaz de resolver o problema da mobilidade com mais qualidade ambiental e menor custo. Metrô é um instrumento e transporte coletivo.

Então, há um conjunto de outras medidas que, na minha opinião, deveriam estar inseridas neste problema. Então, estão todos interconectados. A perda de valor da Petrobras, como eu disse, é um problema sério para os investidores. Mas foi uma transferência que resultou em quê, concretamente? Talvez, no controle do índice da inflação e não do processo inflacionário, que está latente, não num nível que ainda seja desesperador. Mas está aí. E a Petrobras acabou tendo dificuldades, me parece, na gestão do fluxo de caixa.

Isso tudo combina, mais uma vez, para dizer que o leilão que está sendo programado pela Agência Nacional de Petróleo para este mês de maio deveria ser cancelado, para repensarmos um pouco esses patamares e discutir a questão do etanol, da gasolina, do diesel, discutir o papel da Petrobras, do Governo, do BNDES, da agência reguladora, das empresas.

Nós somos um país com regime de mercado e, como tal, acho que é um espaço importante para as empresas estatais e para as empresas privadas. O que não podemos ter é ausência total de um planejamento. E nós temos planejamento. A EPE tem feito estudos interessantes.

O problema é que, em geral, as medidas concretas, em várias áreas de energia, sugeridas ou aventadas nos planos, não se materializam. Por quê? Porque o Governo tem de ser bastante mais eficaz, entendo eu, em termos de instrumentos, em termos de ação concreta e de coordenação, com a complexidade que a sociedade brasileira hoje tem aí, como estatais, grupos privados, e também os trabalhadores do setor de energia em geral e, particularmente, do setor sucroalcooleiro, que é outro ponto que merece uma dupla preocupação. Isso porque, de um lado, se a mecanização é bem-vinda, de outro lado, o processo de modernização, de aumento da produtividade, há o problema do nível de emprego e da qualidade de emprego no setor.

De maneira que estendi um pouco além do solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado. Prof. Ildo Sauer.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Eduardo Autran, para as considerações sobre a pergunta que foi formulada especificamente para ele:

Haverá gás suficiente para atender a indústria e o setor energético nas próximas décadas? Onde está o principal gargalo na indústria do gás natural – na produção ou na distribuição por gasodutos?

A segunda pergunta, de caráter geral, é sobre a questão da Petrobras, da sua perda de valor, da questão da gasolina *versus* etanol, importação, balança de pagamentos, e assim por diante.

O SR. EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JÚNIOR – Quanto à questão da disponibilidade de gás natural no País, eu compartilho das previsões que o Maurício Tolmasquim colocou aqui anteriormente, no sentido de que a oferta de gás natural no País era suficiente para atender a demanda, mesmo com as térmicas despachando o tempo todo, obviamente, sem espaço para incentivo à demanda nessa indústria.

Agora, quanto à maior dificuldade de produção ou distribuição por gasoduto, na verdade, a maior dificuldade está na logística de transporte do gás natural que é produzido nas unidades de produção *offshore* da Petrobras, para chegar em terra, porque o gás natural é um produto associado ao petróleo. Eu tenho de trabalhar com esse gás natural; não posso queimá-lo nas unidades, por questões ambientais.

Então, há duas destinações para esse gás natural: ou reinjetar, como parte do processo produtivo de petróleo, ou transportá-lo. Isso tem de ser feito por gasoduto, que foi a rota escolhida pela Petrobras para trazer esse gás natural para a terra, onde ele é tratado, sendo retirados dele alguns elementos mais pesados, como GLP ou outros componentes que geram uma gasolina natural, ou até uma nafta, para aproveitamento de petroquímica. Daí, retiro o gás seco para, efetivamente, colocar na malha.

O maior desafio da Petrobras é trazer esse gás natural das unidades de produção até a costa brasileira, onde ele pode ainda ser processado. A rota escolhida pela Petrobras foi a utilização de gasodutos. Nós temos gasodutos para Caraguatatuba, para Cabiúnas e, agora, um gasoduto em projeto, que chega através de Maricá, para suprir o Comperj. Então, eu acho que o desafio é a logística. Eu acho que produção a gente vai ter. Obviamente, a qualidade pode variar um pouco na riqueza do gás, mas, vencido esse desafio de trazer o gás até a costa e o processamento, nós o injetamos na malha de gás sem problema.

Quanto à questão das ações, prefiro não comentar o porquê de as ações terem caído ou o valor da

companhia ter diminuído. Como executivo da companhia, procuramos sempre passar ao mercado, com a maior transparência possível, quais são as perspectivas da companhia daqui para frente. Passamos por uma fase de investimentos maciços, para aumentar a produção de petróleo, com foco na produção de petróleo, basicamente.

Do plano, de US\$236 bilhões, US\$140 bilhões são alocados na produção de petróleo. Seguido a isso, cerca de US\$50 bilhões para a produção de derivados no País para atender ao mercado, e as demais somas para outras atividades da companhia.

Divulgamos índices da companhia, divulgamos a relação EBTIDA sobre dívida. Então, acho que esse é o papel do executivo da Petrobras, de dar realmente a melhor visão de futuro da companhia.

A partir daí, o mercado faz essa leitura e, eventualmente, valoriza isso e precifica isso nas ações. Essas ações caíram, mas a nossa expectativa, a médio e longo prazo, é de que haja certamente uma recuperação do valor da companhia. Acreditamos naquilo que publicamos, que vamos atingir as metas de produção de petróleo, vamos atingir as metas de produção de derivados e produção de biodiesel e outras metas colocadas no mercado. Certamente entendemos que isso é o melhor para o desenvolvimento da companhia, para os acionistas e para seus *stakeholders* como um todo – governo, sociedade, empregados de uma forma geral.

Quanto à questão do preço de derivados, da mesma forma, a Petrobras olha essa questão da precificação em um horizonte muito maior, talvez 10 anos, 15 anos. Percebemos que, de uma certa forma, na média, a remuneração da Petrobras está alinhada, sim, ao mercado internacional. Não há como negar que, nos últimos anos, ela esteve abaixo; em momentos anteriores a esses anos, esteve acima. Recentemente, vimos o preço do petróleo cair da faixa de US\$129,00 o barril. O Brent chegou a ficar abaixo de US\$100,00 e agora se recuperou um pouco. A gasolina é um produto hoje, como o Maurício Tolmasquim colocou, extremamente depreciado no mercado. Tivemos, na semana passada, uma situação inédita em que a nafta petroquímica na Europa estava valendo menos que o óleo combustível – uma situação de muita nafta no mercado.

Então, vivemos uma situação muito variável com a questão do preço do petróleo. Ainda acreditamos que, olhando para um prazo maior, a média da remuneração dos preços tem um certo alinhamento com o mercado internacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Autran, Gerente de Logística da Petrobras.

Agora, pergunta para o Prof. Adilson Oliveira:

Qual o impacto a exploração de gás e de óleo de xisto poderá ter nos preços internacionais do petróleo e conseqüentemente na economicidade de aproveitamento do pré-sal?

Além da pergunta genérica feita a todos, Professor.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Essa pergunta é muito boa, bastante pertinente e absolutamente necessária para pensarmos o futuro.

Tudo que temos hoje de conhecimento sugere que o gás de xisto, óleo convencional, não convencional, é um fenômeno americano. Pela razão que foi colocada anteriormente pelo Prof. Ildo, a legislação americana não permite a exportação de óleo bruto ou de gás natural sem prévia autorização da Presidência da República e deve submeter isso ao Senado para proteger a economia americana dessa situação. E esse fenômeno deve ser preservado, porque uma das razões centrais dessa preservação é manter os preços, nos Estados Unidos, mais baixos. Por isso, o Brent se descolou do WTI – West Texas Intermediate, porque eles não podem exportar esse óleo, que tem de ser consumido nos Estados Unidos. Isso faz com que o preço lá esteja hoje em pouco mais de US\$80,00, enquanto o Brent está custando pouco mais de US\$100,00. Então, o que dá uma arbitragem de US\$20, que, se permitida, vocês imaginem quanta gente não ia se lançar nisso por essa razão.

Então, a tendência é de não haver contaminação do preço internacional do petróleo fora dos Estados Unidos enquanto não for mudada essa legislação, e não há expectativa disso, porque, inclusive, toda a literatura que eu vi, recente, diz o seguinte: os Estados Unidos não querem nem liberar a tecnologia da exploração de óleos não convencionais e gás não convencional. Eles estão protegendo essa tecnologia para, exatamente, não difundir isso rapidamente, para que os outros países do mundo não se beneficiem desse conhecimento senão quando a economia americana estiver bastante robusta, com a recuperação da base industrial, o que eu já falei aqui.

Então, na minha percepção não haverá essa contaminação, o que vai favorecer a exploração do petróleo do Brasil, do pré-sal, porque a gente vai trabalhar com preços mais elevados que os preços do Texas Intermediate, o que traz outra consequência: como é que vamos precificar esse petróleo no mercado brasileiro, e esse gás, porque, se nós mantivermos a precificação nos patamares que são os patamares atuais, muito mais elevados, isso tornará a base industrial brasileira não competitiva.

Então, a gente, como disse o Prof. Ildo, não quer praticar preços vis, como os preços que são praticados na Venezuela, mas trabalhar com preços acima daqueles que são competitivos também é um desastre.

Então, eu acho que essa é resposta à primeira pergunta. Eu acho que o impacto será relativamente pequeno.

Vou aproveitar e falar das outras perguntas: é prematura a exploração de óleo não convencional no Brasil?

Não tenho nenhuma dúvida. Dado o que eu já falei anteriormente, a gente já mostra isso, e é interessante para a gente ver o problema: por que a Petrobras perdeu 70% do seu valor?

Aqui, nesta sessão, nós temos uma clara informação de por que ela perdeu o seu valor, visível nos números que foram apresentados.

O representante da Petrobras, que, a meu ver, conhece bastante o assunto, diz o seguinte: que ele espera que o consumo de gasolina, no Brasil, venha crescer 3,5% ao ano nos próximos anos. Em 8 anos, isso dará cerca de 35 a 40% de crescimento do consumo de gasolina. O representante da EPE diz que vai crescer 20% nos próximos oito anos, ou seja, duas agências do Governo, porque a Petrobras é uma agência do Governo, dizem coisas disparadamente diferentes uma da outra.

Ainda é dito que nós vamos exportar diesel. O diesel brasileiro, como todo mundo sabe, é um diesel de alto teor de enxofre, que não tem mercado internacional. Nós estamos tentando converter o nosso diesel em *diesel S-10*, para, exatamente, a gente poder colocar no mercado, atender a legislação brasileira.

Então, vejam bem, o nível de coordenação entre as agências do Governo é inacreditável. Então, quem vem de fora e olha fala assim: “Meu Deus do céu, se eles não sabem o que eles estão dizendo, imagine nós, que estamos aqui de fora, o que vamos pensar.”

Além disso, diz o seguinte: que o preço da gasolina vai ficar abaixo do preço do mercado internacional. Evidentemente, isso significa para a empresa perder valor. Apesar de se dizer: “Não, mas o mercado flutua e a gente não deve se preocupar muito com essas flutuações de preços dessas ações”, elas têm um efeito brutal sobre a capacidade de a empresa alavancar recursos para poder financiar a sua expansão. Ela precisa alavancar recursos, precisa pegar dinheiro no mercado financeiro, e, para pegar dinheiro no mercado financeiro, você tem de mostrar que tem capacidade de cumprir suas metas.

Quem acompanha os planos da Petrobras, aí me desculpe, vê que o plano da Petrobras de 2011, 2010, dizia que, hoje, nós estaríamos produzindo cerca de

2,3 milhões, 2,4 milhões barris por dia. Nós estamos produzindo 2 milhões – 300 mil barris a menos. Há 2 anos. Não estou falando de 20 anos atrás, estou falando de 2 anos atrás, quer dizer, a empresa não está tendo capacidade de cumprir seus planos, por quê? Porque está sendo, evidentemente, quebrada na sua capacidade financeira.

Então, para responder uma pergunta do Senador, ou pelo menos geral, não tenho nenhuma dúvida de que está sendo prestado um grande desserviço à Petrobras e ao Brasil, porque a Petrobras, diga-se de passagem... Se fosse um problema só na Petrobras, eu não estaria... Eu sou um fã da Petrobras. Então, eu ficaria chateado, mas criar, prover um desserviço para o Brasil, isso é insuportável e inaceitável. Criar um desserviço para o Brasil é inaceitável e é isso que está sendo feito. Está sendo criado um desserviço para o Brasil ao quebrar, ou, pelo menos, reduzir a capacidade de a empresa responder às suas próprias metas, às metas que ela especificou.

Quanto ao impacto, se haverá gás natural no futuro, não vai faltar gás natural. Certamente vamos ter muito gás natural. Por quê? Porque foi dito que o preço do gás natural no Brasil será... O gás marginal é o gás GNL que vai ser importado há US\$15,00; US\$20,00 por milhão de BTU. Nesse preço, ninguém vai consumir gás natural no Brasil, vai sobrar gás natural, realmente. Nem se preocupem em fazer mais gasoduto, porque ninguém vai consumir isso. Quem vai pagar esse preço competindo com o gás natural lá fora a US\$4,00, US\$5,00 por milhão de BTU? Esqueçam! O Brasil não consumirá gás natural. Então, a solução aqui é a seguinte: não desenvolver o recurso nosso porque você quer praticar preço absolutamente incompatível para o mercado internacional. Realmente, é a chamada solução pouco inteligente, mas é a solução que está sendo proposta.

Quanto ao etanol, não preciso nem falar. Evidentemente... Aliás, uma coisa interessante é o tal do carro flex. Todo mundo sabe que o carro flex tem... Como disse um professor da Coppe hoje para mim de manhã, carro flex é que nem o pato, não voa direito, não anda direito, tudo aquilo. Então, é extremamente ineficiente. Boa parte do aumento inesperado do consumo de gasolina é porque os carros flex passaram a utilizar gasolina e não utilizar álcool. Então, a ineficiência desses carros... Eles são cerca de... Quem tem carro flex está gastando 20% mais gasolina do que se tivesse comprado um carro a gasolina pura. Esse é o carro flex, é o carro construído no Brasil para penalizar o consumidor brasileiro em favor da política do Governo. Quer dizer, o Governo, em vez de trabalhar para os consumidores, trabalha para ele. Esse é o cha-

mado carro flex e pode explicar boa parte do aumento do seu consumo.

O aumento da aquisição de automóvel é algo para ser corrigido? Não tenho nenhuma dúvida. Como é possível incentivar... Vejam bem: o mesmo Governo que incentiva você a não consumir gasolina porque a gasolina é importada agora fala que é para comprar mais carro para consumir gasolina? Como é que você imagina que você vai vender carro e o pessoal vai deixar o carro na garagem? Isso não existe.

Então, a falta de coordenação da política do Governo é uma coisa acachapante e ensurdecadora, a gente fica falando...

Mas, infelizmente, Senador, e aí me permita ser um pouco mais indelicado, o Legislativo brasileiro não está atuando como deveria na fiscalização do que faz o Governo. O Governo está fazendo muita coisa sem que o Legislativo, em particular o Senado, tenha trabalhado mais presentemente, mais fortemente, chamando a atenção de que ele é o fiscalizador dessas atitudes equivocadas do Governo. Espero que, com sua atuação, daqui para frente, na Comissão de Infraestrutura, o senhor consiga mobilizar mais Senadores e Deputados a virem assistir a suas reuniões e aprenderem mais com relação ao que o Governo faz em detrimento daquilo que o povo brasileiro gostaria que fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em relação à questão do Poder Legislativo que aqui foi colocada, ao final da resposta que ofereceu o Prof. Adilson de Oliveira, o que eu teria que dizer é que o que nós estamos precisando é de uma grande reforma política. Esta é que a mãe de todas as reformas. Enquanto essa reforma não ocorrer e o Legislativo ficar submetido ao chamado presidencialismo de coalizão, o Legislativo perde muito das suas atribuições constitucionais em detrimento da edição de medidas provisórias seguidas e com a dificuldade que se tem, em função dessa edição de medidas provisórias, de se debaterem os assuntos constantes dessas medidas nas nossas comissões temáticas ou até mesmo no plenário, seja do Senado, seja da Câmara.

Vamos torcer para que, vindo a reforma política, o Legislativo recupere a plenitude de suas atribuições e possa ser, como todos nós queremos e desejamos, o Poder mais legitimado dos três que existem porque é fruto da vontade do povo brasileiro.

Estão chegando, aqui, novas perguntas e eu vou adicionar esta aqui, também, ao Dr. Maurício, apenas lembrando a que já foi feita ao Dr. Maurício Tolmasquim.

A primeira delas: os lances nos leilões de energia nova não embutem os custos de transmissão e os custos de firmar a energia associados a cada empreendimento ofertado. O senhor não considera que essa metodologia pode trazer distorções e não refletir, concretamente, a modicidade tarifária para o consumidor?

Depois, vem a pergunta que foi feita a cada um dos senhores palestrantes e há mais duas perguntas para o Dr. Maurício Tolmasquim: qual é o papel reservado para o carvão na produção termoelétrica?

E uma outra. A senhora pergunta: gostaria de saber como está o processo de alargamento da fronteira marítima brasileira, de 200 para 350 milhas? Ela pergunta, ainda: a quem o Brasil está recorrendo para consolidar essa solicitação?

Então, Dr. Maurício Tolmasquim, o senhor tem, aí, quatro perguntas para discorrer sobre elas.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador.

Eu vou começar pela última, porque eu não sei a última. Então, só para não deixar dizer que eu esqueci ao final, eu não sei. Como eu não trato desse tema da fronteira marítima, só para, no final, eu deixar sem responder, porque, realmente, foge ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Quem o senhor recomenda, aqui, para responder essa pergunta?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Bom, eu não sei. Alguém teria de... Quem souber.

Bom, eu vou tentar... Não que eu saiba as outras perguntas também, mas, pelo menos, eu creio que sei, então vou me arriscar, aqui, a tentar dar alguma resposta.

Com relação ao lance dos leilões de energia, eles contemplam o custo da transmissão, quer dizer, o gerador que ganha tem de pagar aquilo que chama Tust, que é a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão. Então, no preço está incorporada.

Há discussões se essa Tust, hoje, reflete exatamente o custo da transmissão ou não, mas, de qualquer maneira, existe um componente de transmissão que está lá, tem debates técnicos, se ele é preciso ou não, mas existem esses componentes técnicos.

Com relação à questão de custo de firmar energia, a questão de firmar energia, cada fonte tem a sua característica.

Para as hidrelétricas, para se poder contar mais com elas, teríamos de ter reservatórios. Os reservatórios têm dificuldades para serem construídos, então, se fazem usinas a fio d'água. É claro que usina a fio d'água tem um valor menor para o setor elétrico que as usinas com reservatório, mas essa é a condição

que, hoje, o debate ambiental impõe ao setor elétrico, e é com isso que se lida.

As usinas eólicas têm a característica técnica de também não terem... É claro, existem as baterias, mas são muito caras.

Então, na realidade, você também depende da natureza, mas há uma vantagem no nosso sistema: os ventos sopram mais forte quando a hidrologia está pior, então, tem uma certa complementação entre essas duas fontes. Além disso, os reservatórios das hidrelétricas que a gente ainda tem funcionam com um aspecto de bateria para os ventos. Quando está ventando mais, você estoca a água do reservatório; quando está ventando menos, você usa aquela água que estocou.

É claro que a fonte em que você tem mais controle, que é aquela que nos permite firmar as outras, é a termelétrica, que, sem dúvida, tem a vantagem de você pode despachar. Há outros problemas, que é o problema do custo do combustível, que é mais caro que todas essas outras fontes, e da poluição que emite.

Então, como nós vemos, cada fonte tem a sua vantagem.

Se, num leilão, nós formos tentar precificar cada uma dessas vantagens, você acaba, talvez, criando muita artificialidade. Há o fato de a térmica ter uma vantagem de firmar energia; a vantagem da eólica de não gases de efeito estufa e da hídrica. Então, a gente acaba simplificando e escolhendo pelo preço, quer dizer, deixando o mercado resolver, por um sistema de competição, qual é a fonte de energia.

É claro que, de tempos em tempos, temos de reequilibrar o processo quando uma fonte está preponderando sobre as outras, como agora. Por não estarmos construindo hidrelétricas com reservatórios, a gente precisa aumentar a participação de térmicas e, como as térmicas são mais caras do que as eólicas, vamos reservar no próximo leilão um espaço para as termelétricas por questões técnicas de garantir uma participação dessa fonte para a matriz, o que é necessário para a questão de segurança, quando se tem o sistema hídrico sem reservatório. Então, quando se precisa, criam-se mecanismos para garantir que ela tenha um espaço na matriz, que é o que estamos fazendo atualmente.

Eu aproveitaria esse gancho para falar da questão do carvão. O carvão é o combustível mais abundante no mundo para geração de energia elétrica, sendo 40% da energia mundial abastecidos por térmicas a carvão. Quer dizer, o carvão é a principal fonte. No Brasil, o carvão representa algo como 1,3% da geração de energia elétrica, porque nós temos outros recursos. É claro que o carvão, em termos ambientais,

é a fonte mais poluidora, é a que tem maior emissão de CO₂ disparado. Uma térmica a carvão emite duas vezes mais que uma térmica a gás.

Agora, hoje nós vivemos no Brasil em uma situação em que, por questões ambientais, não se podem construir hidrelétricas com reservatório. Como disse, precisamos de certas térmicas, mas, como só temos gás natural liquefeito importado – o que é muito caro, como foi dito aqui; custa em torno de US\$15.00 o milhão de BTU, o inviabiliza a geração elétrica –, sobra o carvão. Estávamos evitando-o nos leilões passados, justamente por questões ambientais, mas, dada a necessidade de agora, vamos abrir ao carvão, tendo uma vantagem: como tínhamos uma quantidade de térmicas a combustível fóssil que tinham sido contratadas antes e que não entraram, em termos ambientais, temos um certo crédito no setor. Assim, podemos botar essas térmicas a carvão, porque há espaço, em termos de emissões, que foram abertos pela não entrada das térmicas a óleo, que tinham sido contratadas em 2008.

Então, temos uma situação que não é a ideal. O ideal é justamente haver as descobertas desse leilão que vai ocorrer este ano do gás não convencional, o *tight gas* ou o *shale gas*, o gás de folhelho. Isso seria muito importante para o setor elétrico brasileiro. Então, acho que esse leilão é muito importante.

Eu não entendi a proposta dos meus colegas de universidade, como a do Ildo. Não ficou claro também se o Adilson corroborou a proposta de não haver leilões, de cancelar os leilões. Eu realmente acho temerária essa proposta. Acho que, mesmo que as pessoas estejam na universidade – eu também já estive –, e que na universidade a gente tenha direito a fazer qualquer tipo de proposição, acho que, às vezes, há certo limite, que é o limite da questão de tentar levar o debate num certo nível, porque, a essa altura...

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Deixe-me corrigir. Eu não falei para não haver leilão. Eu falei leilão para gás de xisto.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Ótimo! Então, pelo menos é metade. Tudo bem.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – São duas coisas distintas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Então, acho que, de qualquer jeito, deve ter todos os tipos de gases nos leilões.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Eu respondo a outra depois.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Então, é só o Ildo que quer todos os leilões.

Mesmo o de gás de xisto eu acho que tem de haver. Eu acho que é fundamental, eu acho que seria

um atraso enorme. O Governo, conscientemente, teve cautela. Quando todos, de forma assodada, queriam o leilão, nós esperamos clarear, ter um marco regulatório. Temos, hoje, um marco regulatório que pode não agradar um ou outro, mas que foi votado pelo Congresso. Portanto, é um marco regulatório que tem todo o respaldo dos representantes do povo, que é o Congresso brasileiro.

Há uma quantidade enorme de empresas estrangeiras, de agentes que vieram para o Brasil para investir. A Petrobras está se preparando para fazer esses investimentos. Temos um potencial de ganho enorme com esse petróleo em termos da inserção do Brasil em cenário geopolítico internacional, de maneira diferenciada. Temos todos os ganhos dos investimentos sociais que podem ser propulsados por recursos oriundos dessa renda petrolífera. Quer dizer, eu não vejo qual seria a base de uma proposta como esta eu não vejo qual seria a base dela, a não ser atrasar o desenvolvimento do País.

Então, realmente, eu me surpreendi com essas afirmações.

Com relação à política de preços de energia, o Brasil tem há muito tempo na questão do petróleo – isso foi bem retratado pelo Eduardo – uma política de seguir os preços internacionais de petróleo, mas olhando os movimentos estruturais; ou seja, não atrelando, não criando uma volatilidade interna, uma gangorra interna, em que, a cada subida ou descida do preço do petróleo internacional, você tivesse descidas ou aumento dos preços do combustível nacionalmente.

Então, essa política vem sendo seguida há anos, já propiciou muitos ganhos à Petrobras, mas em alguns momentos há perdas também.

Se fizermos uma integral no tempo, pegando ganhos e perdas, vamos ver que há um certo equilíbrio. Em certo momento, essa balança pode pender para um lado e, depois, pender para o outro. Então, acho que é preciso ter uma visão disso e não ficar fazendo a conta a cada momento.

E, mesmo que estivesse fazendo uma política que não fosse de atrelamento ao preço internacional – o que não é o caso –, não estamos falando de nenhum pecado. Basta o exemplo que o próprio Prof. Adilson deu, de um país incontestemente que utiliza economia de mercado, que são os Estados Unidos.

O preço da gasolina nos Estados Unidos não tem nada a ver com o preço da gasolina no mercado internacional. O preço do gás nos Estados Unidos não tem a ver com o preço do gás no mercado internacional. Os Estados Unidos vão fazer uma revolução energética e industrial justamente porque não atrelaram o preço do gás ao mercado internacional.

Então, apesar de não ser esse o caso da política brasileira, porque, sim, temos a política de atrelar – e defendo esse atrelamento –, também se deve considerar que faz parte de políticas nacionais tomar decisões em certos momentos. E estamos falando de um país, os Estados Unidos, que é inquestionavelmente um exemplo de funcionamento de mercado, onde, com livre mercado, tem uma política pesada de uso do combustível petróleo e do gás, olhando critérios de competitividade industrial e de segurança nacional. Isso num país onde há empresas privadas que atuam lá. Não são nem empresas estatais, e todos aceitam a regra do jogo. E ninguém fala que o governo americano é intervencionista, antimercado, etc, e ele faz isso o tempo todo dentro dos Estados Unidos. Nós estamos fazendo uma política diferente, até lá tentamos fazer uma política ligada à questão do mercado. Agora, em alguns momentos, existem esses desatrelamentos por questões consideradas importantes e, depois, revistas.

Existe a questão: onde o ganho da Petrobras é recomposto? A venda de carros é questão complexa, não é? Se formos pegar qualquer indicador de número de carros por habitante por renda, o Brasil está muito abaixo. Não estou falando dos Estados Unidos ou de países mais desenvolvidos; estou falando de países da América Latina. Se pegarmos o número de veículos por habitante, a diferença é muito grande. Estamos em um momento em que uma parte importante da população – essa questão era menos sentida porque tínhamos uma massa enorme da população à margem do consumo, que não consumia – está tendo a renda aumentada, está sendo resgatada da pobreza, virando consumidores, virando uma nova classe média. É muito difícil, na hora em que essas pessoas vão chegando a esse mercado, você dizer: “não, espere aí, calma lá, você agora não, espere aí, já há muitos carros, não faça isso”. Quer dizer, é muito difícil não dar esse direito que todos tivemos e temos, negar a essas pessoas o direito de terem o seu carro.

É claro que isso não elimina a necessidade de termos maior quantidade de transportes coletivos. Não elimina a necessidade de estimular a população, como se faz em qualquer cidade da Europa, a usar o transporte coletivo. E cabe aos governos dotarem a população desses recursos. Mas se pegarmos, mesmo na Europa, aqueles que usam o metrô, veremos que eles têm o seu carrinho, porque, no período das férias, eles vão para o meio rural, visitar parentes. Então, eles têm o carro, mas, claro, vão usar menos se houver um transporte coletivo adequado – e é o que tem que ter.

Acho que essa é uma questão complexa para a qual temos que olhar cuidadosamente.

Acerca do etanol, digo que eu não atribuí todos os problemas do etanol ao preço da gasolina. É claro que o preço relativo da gasolina/etanol tem aí um componente, claro. Mas é muito mais complexo. Em 2008, quando houve a crise do setor sucroalcooleiro, os usineiros estavam altamente endividados, tinham começado o processo de mecanização, estavam mesmo altamente endividados. E esse setor, então, entrou em certa crise, passou a vender plantas, paralisaram as expansões. Além disso, tivemos um azar enorme, três ou quatro safras seguidas de problemas climáticos. Teve de tudo: geadas, seca, todos os problemas que se puder imaginar houve nesse período. Além disso, como estavam endividados, eles não fizeram a modernização das culturas de cana. Sabemos que, na cultura de cana, se não se faz o replantio de tempos em tempos, a produtividade cai drasticamente. E vimos que a produtividade despencou porque eles não fizeram – estavam endividados – essa modernização.

E mais: há a questão da mecanização. Na hora em que se faz a mecanização, há questões técnicas. Tem que mudar a disposição do canavial. A máquina corta em certa altura, e as plantações não estavam preparadas para a mecanização, e você estava perdendo na hora de cortar porque a quantidade de açúcar é importante e tem a parte da cana, onde ela é cortada. Além disso, as próprias fileiras do canavial têm que ser plantadas corretamente para poder passar a máquina no local.

Então, é um conjunto de fatores que explicam justamente o problema do etanol. É claro que, dentre esses fatores, o preço relativo entre gasolina e etanol é um deles, sem dúvida alguma. Agora, não é essa a explicação única para o problema. É simplificar demais um problema complexo atribuir apenas à questão do preço da gasolina em relação ao etanol, um dos problemas de que padece o setor de etanol e que agora, paulatinamente, com as medidas do Governo, esperamos que saia. Foram abertas linhas de financiamento no BNDES e na própria Finep, para a parte de inovação. Houve desonerações, e esperamos que, com isso, os problemas sejam um pouco sanados.

Senador, eu creio e espero aqui ter respondido as perguntas e peço desculpas por haver extrapolado um pouquinho mais e por ter feito alguns outros comentários além daqueles que me foram solicitados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Maurício Tolmasquim, Diretor Presidente da EPE.

Agora, pergunta para o Professor Ildo Sauer: como está o processo de alargamento da fronteira marítima brasileira de 200 para 350 milhas? A pessoa pergunta

também a quem o Brasil está recorrendo para consolidar essa solicitação.

Além dessa pergunta, considerações finais que V. S^a ache por bem fazer.

O SR. ILDO LUIS SAUER – Veja, o debate em torno do mar das 200 milhas tem um componente estratégico extremamente importante, à luz, por exemplo, do posicionamento de alguns países, dentre os quais especialmente os Estados Unidos, que reconhecem apenas algumas milhas, dependendo se está no Golfo do México ou fora, como soberania.

A recomposição da Quarta Frota, ainda que eu não a veja como ameaça iminente à estabilidade brasileira, não pode deixar de ser vista como uma força bélica no Atlântico Sul, que é a sua destinação. Ela foi desfeita após a Segunda Guerra Mundial e voltou agora. Certamente, tem algum papel estratégico e merece ser acompanhada com toda atenção.

Para os recursos que estão além das 200 milhas, para aqueles países que reconhecem, se exige, para qualquer um, seja petróleo ou qualquer recurso mineral, de uma comissão e um órgão vinculado às Nações Unidas, uma autorização especial para que possam operar ali. Isso vem acontecendo. Eu sei que nós, na Petrobras, por exemplo – há o colega de lá que está acompanhando este debate, e pessoas lá na Universidade de São Paulo, uma advogada que está estudando isso como tese de doutorado, por isso tem acompanhado um pouco –, evidentemente, estamos próximos dessa fronteira já, com alguns dos campos do pré-sal. Eu acho que é fundamental a questão que a nossa vidente coloca, do ponto de vista da preocupação do Senado, que tem certa responsabilidade institucional de acompanhar isso e de participar do debate do Governo brasileiro junto às Nações Unidas, de que os demais governos façam as ações necessárias, porque o Brasil, possivelmente, no mundo, é aquele que tem o maior interesse estratégico, em razão do pré-sal. Mas não só por causa do pré-sal, porque há outros recursos minerais de relevada importância estratégica que estão posicionados ali.

Aproveito para fazer o meu encerramento, mas não posso, evidentemente, deixar de responder com toda a clareza o Dr. Maurício Tolmasquim, quando ele diz que é temerário e também imputa questão do direito de opinião. Eu acho que temerário para o País é querer pautar a estratégia interna com base no interesse de empresas estrangeiras que estejam aqui ou que tenham vindo como ele mencionou. Eu acho que é temerário para o interesse nacional. achar que legiões de empresas estrangeiras que estejam aqui prontas para participar do leilão segundo seus interesses e que eu reputo como empresas capitalistas legítimas

sejam a fonte principal, ou não, pelo menos relevante para o que foi dito aqui, para definir estratégias de continuidade dos leilões.

Como eu disse na minha apresentação, eu gostaria de saber quantos bilhões de barris de petróleo nós já temos consolidados, até para, a partir daí, nós definirmos a nossa política de desenvolvimento da produção e vincular essa política de desenvolvimento da produção a uma organização mais eficaz do ponto de vista daquilo que foi debatido aqui, a cadeia produtiva interna, sem abrir mão do relacionamento internacional com todos os centros de pesquisa, como a Petrobras vem fazendo, tem feito e precisa continuar a fazer. Isso tudo para definir a nossa estrutura de produção.

Mas o mais importante e estratégico é saber qual é a renda petroleira de que nós precisamos para financiar a expansão de um plano estratégico nacional, este, sim, voltado para a educação pública, para a saúde pública, para resgatar as velhas e históricas dívidas com aqueles que, pela Constituição, no seu art. 20, os brasileiros, são os verdadeiros e legítimos donos do petróleo que está lá e dos demais recursos naturais. Eu acho que esse é um debate estratégico.

Quero dizer que nas dez rodadas que já foram outorgadas – quatro no governo Fernando Henrique, e as demais no governo Lula, que, aliás, nos seus contratos, concedeu muito mais blocos, áreas e parceiras às empresas privadas do que à própria Petrobras –, nesses leilões, por várias razões, o debate, sim, é de alta relevância.

Vamos levantar os números, vamos ter transparência. Ninguém aqui disse que não se deva mais vender carros. Não foi isso que nós dissemos. Nós dissemos apenas que falta uma coordenação e que é óbvio, para qualquer planejador público, que, quando se vendem carros, presume-se que haja a expectativa de que esse carro vai precisar de combustível. Se ele for o dito *flex*, de etanol ou então de gasolina, com a penalidade que se impõe a isso, é preciso que os governos também tenham uma capacidade de coordenação e de articulação da estrutura produtiva. Este é o principal papel do planejamento: usar as empresas estatais, usar o mercado, as empresas privadas, usar o BNDES e tudo mais que for para estruturar essa produção. Não são pequenas medidas paliativas improvisadas que vão nos conduzir a uma trajetória mais relevante.

Aliás, parte da movimentação logística do etanol entre Brasil e Estados Unidos se dá com o etanol brasileiro é reconhecido pela *Environmental Protection Agency*, a EPA americana, como tendo maiores méritos ambientais, razão pela qual ele atinge melhores preços no mercado americano. Mas nós temos uma espécie de turismo, porque exportamos etanol brasilei-

ro e importamos etanol americano para a composição mínima da mistura como definida em lei. Do ponto de vista ambiental global, isso é um disparate, porque o turismo poderia ser poupado, pois, queimado lá ou cá, a emissão global é de lá.

E também não passa despercebida a enorme desnacionalização da indústria sucroalcooleira no Brasil e as grandes tentativas, buscando algumas soluções paliativas – mas ainda não está resolvido – da concessão das áreas e dos caminhos que estão, hoje, da internacionalização dessa indústria. Eu acho que, se a indústria estava endividada, precisávamos, mais fortemente ainda, ter tido a capacidade de coordenação nas várias esferas.

Quanto à política de preços, não se vinculou aqui, pelo menos da minha parte – e não ouvi dos outros também –, que o problema do etanol simplificasse o problema da política de preços. De fato, é um problema sério, estrutural, para uma empresa do porte da Petrobras. E essa história de se dizer que o preço vai por patamares eu conheço, porque eu estava lá como diretor quando esse discurso foi formulado.

De fato, eu não acho razoável que nós tenhamos uma flutuação diária, como ocorre, sim, Maurício, nos Estados Unidos. Lá, os preços da gasolina, de acordo com o preço do barril, mais interno ou mais externo, apresentam uma alteração. E, no Brasil, havia propostas. A própria criação da Cide, por meio de uma emenda constitucional – e houve debates acadêmicos sobre isso –, foi para formar como que um colchão para atenuar a flutuação. Mas um colchão que seja transparente, administrado por critérios públicos conhecidos de todos no governo, no Congresso Nacional e na sociedade. E os Estados Unidos fazem o que fazem, mas baseados na lei, no *Energy Policy Act*, periodicamente revisto. Uma lei debatida no congresso, que define essas questões. De maneira que ter transparência e estrutura jurídica é possível aqui também.

Como eu já disse, na minha intervenção, eu não acho que a Lei de Política Energética brasileira seja a melhor. Há outros processos muito mais eficazes. Eu só não concordo que alguma autoridade, que eu não sei qual é, tenha o condão de fazer as escolhas em nome de todos sem sequer se explicar ou sem estar baseado na lei, até, ao contrário, muitas vezes, na minha interpretação, não interpretando a lei, como lhe compete pela Constituição e pela legislação brasileira atual. Eu acho que nós poderemos evoluir muito no plano institucional. O próprio Chile, onde, num debate antigo sobre a Cide, houve uma inspiração, tem, ou tinha – não sei se mantém ainda lá, porque isso é debate de dez anos atrás –, uma espécie de colchão. Mas isso é administrado publicamente. Todas as agên-

cias sabem do que está sendo feito. Não é algo que, por telefone, o Presidente da República, a Presidente da República ou o Ministro, alguém diga que agora vai mudar ou não vai mudar, nem como, nem quando. Eu acho que isso é um improviso jurídico que fere a lei e que não interessa. E parte da incerteza de muitos investidores brasileiros no setor sucroalcooleiro está vinculada exatamente a isso, a esse clima de insegurança sobre o fato de, em vez de termos leis, regulamentos, processos claramente estabelecidos e cumpridos e vigiados, nós temos o sabor do improviso para muitas definições.

Finalmente, não posso deixar de responder que o fato de nós termos comprado um monte de usinas a óleo equivocadamente, portanto, na minha leitura, um erro, não justifica, agora, quereremos embarcar no carvão em um país que tem uma quantidade enorme de recursos eólicos que pode, sim, de maneira negociada, especialmente em áreas antropizadas, já ocupadas, como os antigos reservatórios...

Em 1947, na década de 40, quando Furnas foi feita, houve uma espécie de guerra da população contra Furnas. Hoje, o que mais a população da região de Furnas e outros reservatórios quer é que lá haja água e que eles possam desenvolver sua atividade. Portanto, há um processo dinâmico. Vejo dificuldade em se implantar certos projetos, prematuramente, na Região Amazônica, como foi feito, mas não vejo dificuldade em ampliar reservatórios.

Um país que tem cerca de 300 mil megawatts estimados de potencial eólico, 250 de potencial hidráulico, potencial de cogeração com bagaço de cana, biomassa e outras coisas, certamente, não precisa recorrer a um carvão de baixa qualidade ou, pior ainda, carvão importado, como temos feito.

Eu acho que nós temos uma cadeia produtiva tão importante quanto a que a Petrobras construiu nas décadas de 50 e 60, que ajudou a industrializar o País de maneira extraordinária. O potencial eólico e a cadeia hidráulica, que, também sobre a liderança da Eletrobrás, fez isso... A eólica agora está no horizonte como um caminho. Precisamos de uma política adequada para fazer com que nós tenhamos energia mais barata, com melhor conformidade ambiental e que, ao mesmo tempo, impulsione mais a cadeia produtiva no País.

São estas as considerações que eu tenho a fazer.

Renovo meu agradecimento ao Prof. Rogério Cerqueira Leite, que foi um dos iniciadores do debate, ao Senado, que, pela Comissão de Infraestrutura, nos proporcionou este momento de debate. Certamente, não concordamos em tudo, mas acho que avançamos, especialmente ao discordar, porque concordar

é fácil. Eu acho que os avanços se produzem mediante as discordâncias. Estamos aqui para discordar e apontar o caminho. Eu só não concordo com a fala de que suspender os leilões seja temerário. Eu acho que suspender os leilões agora é salvaguardar o interesse estratégico do País das gerações futuras, enquanto nós não tivermos mais transparência sobre o que tem acontecido com os dez leilões anteriores, sobre o volume de petróleo que tem no pré-sal. Acho temerário, sim, achar que nossa política de petróleo no Brasil deve estar pautada no interesse das empresas estrangeiras que estão aqui, bem-vindas que são, para estarem nos seus papéis, mas acho que não para ditar a estratégia no País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Ildo Sauer.

Agora, mais uma pergunta que nos chega para o Dr. Eduardo Autran: “O senhor considera saudável o crescimento do consumo de gasolina no Brasil ou ele está associado ao preço artificialmente baixo do combustível?”

O SR. EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, eu queria comentar aqui que a questão, que se coloca aqui, do preço da gasolina não é se o preço é ou é alto, mas é se ele está alinhado com o mercado internacional ou não. Então, tirando essa questão, se a gente olhar o preço da gasolina, se a gente comparar o preço da gasolina *versus* o poder de compra do Brasil e de outros países, provavelmente vamos estar em linha com outros países do mundo.

Então, realmente, não dá para afirmar que o preço é baixo. Preço baixo é o verificado na Venezuela. Na Venezuela, você gasta US\$1 por barril para encher um tanque de gasolina, sendo que metade disso é gorjeta para quem enche o tanque. Isso é preço baixo realmente. No Brasil, certamente, não se pode dizer que o preço é baixo nem alto; é um preço que, certamente, tem seu valor aí.

A questão que ocorre... E acho saudável o crescimento da demanda de gasolina, porque há uma conjunção de fatores. Primeiro, há um fator bom, que é a ascensão à classe C de uma massa populacional enorme no País. Obviamente, isso é consequência do desenvolvimento e do aumento de renda generalizado, agregado a uma conjunta em que há expansão de crédito. Ou seja, são dadas condições a essa população de adquirir automóveis financiados num prazo longo, em condições que também a gente experimentou recentemente com uma queda de juros generalizada na economia.

Então, eu diria que os fatores que levam a esse aumento da demanda de gasolina, por conta do aumento das vendas de automóveis, se eles se mantive-

rem ao longo tempo, são fatores favoráveis. Trata-se do aumento de renda da população, juros baixos e uma expansão de crédito na economia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Autran.

Chegou outra pergunta aqui, mas acho que o Dr. Eduardo Autran já respondeu. Um senhor indaga se a Petrobras poderá garantir a autossuficiência de petróleo para sustentar o número expressivo de automóveis em circulação. Pergunta ainda se a Petrobras já possui algum projeto que tranquilize os consumidores quanto às grandes demandas do futuro.

Quer fazer alguma consideração?

O SR. EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JÚNIOR – Obviamente, se a gente olhar o plano de negócios da Petrobras – o Prof. Adilson de Oliveira observou bem, tem boa memória –, realmente prometíamos para este ano cerca de 2,3 milhões de barris. Realmente, isso causou um impacto terrível na financiabilidade da companhia. Mas, certamente, hoje, temos muita segurança de que, a partir de 2014/2015, a produção de petróleo realmente decola. Já há evidências disso ao longo deste ano. Mas 2014/2015 é realmente o período em que haverá um aumento grande. A RNEST fica pronta ao final de 2014, e o Comperj fica pronto mais na frente. Então, acho que os desafios da produção de derivados também vão ser vencidos ao longo desse período.

Não vejo preocupação em torno da questão da produção de petróleo e da produção de derivados. Tenho certa preocupação com a questão da logística. Não adianta a gente ter petróleo e derivados se não houver uma infraestrutura logística no País que permita que esses derivados cheguem ao consumidor final.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito bem!

Muito obrigado, Dr. Eduardo Autran.

Agora, esta é a última pergunta ao Prof. Adilson de Oliveira: o senhor acredita que haverá transbordamento dos recursos do setor petrolífero para o resto da economia, ou teremos um País muito dependente do petróleo?

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Se entendi corretamente essa pergunta – vou fazer uma interpretação –, a pergunta, na verdade, traz embutida a seguinte preocupação: a maioria dos países que se tornam grandes produtores de petróleo acaba sujeita àquilo que se chama maldição do petróleo, ou seja, a renda petrolífera – é aquilo que o Prof. Ildo colocou – acaba atraindo tantos interesses para a sua apropriação por parte de grupos interessados, que isso

acaba destruindo toda a estrutura sociopolítica que dá sustentação à economia.

O Brasil esteve, durante todas as décadas passadas, protegido disso pelo fato de que o Brasil não era um grande produtor de petróleo nem um grande exportador. E esse risco existe, ele está presente, a gente o visualiza claramente na disputa pelos *royalties* do petróleo. Como disse bem o Prof. Ildo, a gente visualiza um debate de uma pobreza franciscana, para usar uma palavra delicada. A discussão se dá em torno de quem vai ficar com os *royalties*. Não há, em nenhum momento, nem por parte do Governo, nem por parte do Legislativo, diga-se de passagem, a intenção de se dizer o seguinte: o que é que vai ser feito com esses *royalties*? Porque o problema não é ficar com os *royalties*. O problema é para aonde serão destinados esses *royalties* no sentido de movimento do País. Dizer que tudo vai para a educação, não disse nada, porque também se dizia que a CPMF ia toda para a saúde. Mas não foi nada. Quer dizer, eu quero ver um projeto, aprovado pelo Congresso, que estabeleça que o destino será dado da seguinte forma: tantos por cento para isso, 10% para aquilo, e será feito dessa forma. Sem esse projeto é dar um cheque em branco para quem, já se sabe, os recursos terão outros objetivos que não são os objetivos do povo brasileiro.

Então, eu acho muito ruim a forma como está sendo debatido isso. Espero que novamente o Legislativo atue e diga o seguinte: “Isso é inaceitável! Eu não vou dar um cheque em branco para ninguém, para saber o que vai fazer com o dinheiro que é da população, que é nosso”. É meu também, de todos nós. Não pode ser assim. Quero saber o que vai ser feito com esse dinheiro.

Então, essa preocupação eu partilho. Infelizmente, eu acredito que estamos indo na direção ruim, na direção errada. Acho que estamos indo na direção, se eu entendi corretamente a pergunta, na verdade, de transformar o País, de incorporarmos a maldição do petróleo. Acho que essa é a minha preocupação.

Preço baixo da gasolina. A gasolina do Brasil não tem preço baixo. O que tem preço baixo é a gasolina que é paga à Petrobras, é a que sai da refinaria, porque a gasolina que chega à bomba é muito cara. Inclusive, como já colocou aqui o nosso representante, o Eduardo, essa gasolina anda de caminhão até o Acre, até não sei onde. Então, o custo da logística de transporte dessa gasolina é absurdamente elevado. Nos Estados Unidos, a refinaria fica na porta do consumidor. Então, o custo da logística é baixíssimo. Além disso, nós acabamos com o Imposto Único sobre Combustíveis, com a nova Constituição cidadã, e, no entanto, os governos estaduais tributam isso de forma

brutal. Então, a gasolina é caríssima no Brasil, apesar de a Petrobras receber muito pouco por aquilo que ela produz, que é um outro problema. É cara, e é uma discussão exatamente sobre a logística, que, diga-se de passagem, está sendo feito um esforço enorme, mas ainda vai ficar cara. Vai continuar sendo muito cara a logística brasileira enquanto não houver os trens, os portos e as outras coisas que já foram colocadas aqui.

Carvão. Vejam bem que interessante: nós vamos fazer térmicas a carvão. O carvão, ou vai ser importado, ou vai ser nacional; se ele for nacional, ele vai ser feito lá no Rio Grande do Sul, para levar energia gerada lá para o Nordeste, porque é lá no Nordeste que vai ser consumida a energia do carvão que vai ser utilizada. Portanto, nós vamos ter uma linha de transmissão! Vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer o carvão no Sul para levar lá para o Nordeste. Mesmo que não seja importado, nós vamos ter o problema da logística, porque, se já não há logística para importar, nós vamos importar carvão e vamos ter que usar os portos para levar o carvão.

Então, a solução mais sensata, na minha percepção – aqui uma percepção pessoal –, é, evidentemente, utilizar o gás natural, que existe no Brasil, é abundante, e só não está sendo feito isso porque, evidentemente, há outras razões que fazem com que não haja interesse pelo gás natural, inclusive por esse preço absurdo.

O grosso do gás natural produzido no Brasil é gás associado. Setenta por cento são gases associados. O custo de produção do gás associado é, segundo alguns economistas, negativo, porque esse gás não pode ser queimado, não deveria ser queimado no *flare*. E, no Brasil, 25% do gás produzido são queimados no *flare*. Então, ele deveria ser, na verdade, tarifado. A Petrobras deveria pagar não só os *royalties*; pagar pelo uso do gás mesmo. A Petrobras tem que cobrar, porque aí ela vai vender esse gás, vai achar logística para fazer esse gás chegar ao consumidor final a preços competitivos. O que acontece é que temos preços absolutamente incompatíveis, por causa dessa política de evitar os problemas.

Claro, a Petrobras tem hoje um problema. Pediram para o Adilson – vou fazer uma parábola aqui, desculpem-me por isso – o que pediram para a Petrobras, *mutatis mutandis*. Pediram para o Adilson correr junto com o Usain Bolt e ganhar do Usain Bolt. Então, pediram para a Petrobras, em cinco anos, dobrar sua capacidade de produção, arrumar fornecedores no Brasil, inventar o que ela quisesse, para fazer. Evidentemente, a empresa não está conseguindo resolver. Aí você vai e responsabiliza a empresa por aquilo que foi um equívoco, um erro de gestão estratégica da empresa, colocando em risco a empresa.

Então, acho que está no momento, Senador, de todos nós defendermos a Petrobras do Governo. O maior problema da Petrobras hoje é o Governo, não são as multinacionais, lldo, não é ninguém de fora. O maior problema que a Petrobras enfrenta hoje é o Governo. Infelizmente, temos que nos juntar para proteger a Petrobras do Governo, que está tornando a vida da empresa muito difícil, senão insuportável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agora passo a palavra, para suas considerações finais, Dr. Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador. Só alguns comentários para finalizar e alguns esclarecimentos que acho importantes.

Em momento algum foi dito que a decisão do Governo de retomar a produção, de fazer os leilões, tem a ver com empresas estrangeiras. Não sei da onde que o lldo tirou isso. Existem sim investidores interessados no setor de petróleo do Brasil, e eles são bem-vindos. E acho gozada essa acusação, porque o Governo foi superacusado de estar afugentando capital estrangeiro, de ter colocado a Petrobras como operador único, quase uma xenofobia.

Eu dei n entrevista depois do marco regulatório do pré-sal para veículos estrangeiros, que falavam: “Com esse marco do pré-sal, ninguém mais vai investir no Brasil. Ao Brasil, esqueça, não vem ninguém”. E o que estamos vendo? Que há muita gente interessada em investir. Então, isso é algo positivo. Agora, investir conforme as regras estabelecidas pelo Governo e interesses nacionais, que são o contrato de partilha da Petrobras como operador único, com as regras do Fundo Social, com as regras todas estabelecidas. Então, foi ditado pelo interesse nacional, pelo interesse de desenvolvimento nacional. Mas, é claro, são bem-vindas as empresas. Dado marco regulatório, as empresas estrangeiras todas que queiram investir são bem-vindas. Não temos nada contra e não vamos nos fechar a elas. Precisamos delas, porque vão trazer mais capital, mais investimentos que vão ajudar a Petrobras na sua tarefa e vão ajudar o Brasil.

Agora, a decisão de fazer os leilões é uma decisão de você estimular uma indústria, que é fundamental para o desenvolvimento interno e para a inserção do País no cenário geopolítico.

Acho que essa questão do transbordamento que foi colocada é uma questão muito boa, porque ter petróleo não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento. Isso é verdade. Os maiores exemplos dos países que são exportadores de petróleo são países

pouco desenvolvidos e têm problemas de democracia, etc. Então, petróleo não é questão de desenvolvimento.

Nós já tivemos vários exemplos na própria história do Brasil de ciclos primários exportadores que não geraram desenvolvimento, em que o Brasil gerava uma receita e gastava com importação de produtos. Nós tivemos o ciclo do ouro, tivemos o ciclo da borracha, tivemos o ciclo do café. A história do Brasil é rica disso. Não queremos um ciclo do petróleo nos mesmos moldes.

E acho que o Brasil teve uma sorte enorme de descobrir petróleo só agora, porque, se houvesse descoberto há mais tempo, talvez a gente corresse esse risco. Mas o petróleo chega num momento em que o Brasil tem uma estrutura industrial complexa, o Brasil tem universidades capacitadas, com centros de pesquisas, o Brasil tem uma empresa como a Petrobras, com capacidade tecnológica, com capacidade industrial. Então, não tenho dúvida alguma de que o petróleo chega num momento, no Brasil, em que nós, brasileiros, temos todas as condições endogeneizar esse desenvolvimento, de fazer com que esse desenvolvimento se espalhe por outros setores da economia. Daí a importância da política de conteúdo nacional. Daí a importância da política tecnológica que a Petrobras faz com as universidades e com os centros de pesquisa.

O efeito do pré-sal para o Brasil pode ser muito parecido com o efeito que a NASA teve nos Estados Unidos, porque ele pode irradiar um mecanismo de inovação na indústria brasileira. Eu acho que nós estamos seguindo esse caminho. Eu tenho uma visão muito diferente dos meus colegas em termos de visão de futuro do Brasil. Eu sou muito otimista. Eu sou otimista pela história deste País, pelo que ele já construiu até hoje, pelo que nós temos construído. Se não fosse isso, nós não teríamos achado esse petróleo a 300 km de distância; não teríamos tido a condição de extrair esse petróleo a essa profundidade. Então, eu acho... Com essa visão derrotista, pessimista, eu realmente não me coaduno com ela.

Sobre a questão do carvão, eu queria dizer o seguinte: caro Prof. Adilson, o local do Brasil que mais necessita de energia por ter pouca geração e receber energia de outras regiões é o Sul do Brasil; não é o Nordeste. O Nordeste será um exportador de energia; no Sul é onde é mais necessário. Então, ninguém vai construir... Basta ouvir o Operador Nacional do Sistema, que a cada semana fala que é preciso térmicas no Sul do País. Então, ao contrário, é preciso lá.

De que térmicas a gás são melhores que térmicas a carvão, eu não tenho dúvida nenhuma disso. Agora, esse gás baratinho que está sendo propalado não existe. Fisicamente, a gente pode ter um gás,

mas economicamente, a não ser que se advogue que a Petrobras tenha prejuízos enormes e bote esse gás, no mercado, a preços em que ela terá prejuízo, esse gás barato não existe. Eu sei que essa não é a posição de vocês, porque vocês o tempo todo advogaram justamente o contrário: a defesa de que a Petrobras não seja penalizada. Então, gás a preço dos Estados Unidos, não há, a não ser que haja um grande subsídio do Governo ou uma grande perda da Petrobras. O gás que nós temos hoje a preços econômicos é o GNL, até que se descubra um gás mais barato. Espero que esses leilões que ocorrerão agora sejam uma porta para consegui-lo.

Então, eu só queria terminar dizendo que, claro, essas são visões. Cada um tem as suas visões de futuro. Eu acho que as minhas são embasadas na história do Brasil e nas coisas que a gente tem feito, e elas me fazem ser otimista. Eu acho que nós temos tudo aqui para realmente explorar bem esse recurso, que é o recurso do pré-sal.

Então, eu queria agradecer aqui esta oportunidade que me foi dada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Maurício Tolmasquim.

Embora extrapolando já o nosso horário, pois seria às 21 horas o encerramento da nossa reunião, mas devido ao debate tão produtivo que vem sendo realizado nesta nossa audiência pública, eu concedo a palavra ao Prof. Adilson de Oliveira para as suas últimas considerações.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Eu não vou fazer ... Eu só quero contestar radicalmente o que disse o Prof. Maurício, ou seja, que eu sou pessimista. Eu sou otimista. Quem é pessimista é o Governo brasileiro atual. Ele que é pessimista, porque ele é que está fazendo a gente ficar pessimista com ele e não com o Brasil. Pelo contrário, o Brasil tem uma oportunidade fantástica no petróleo. Eu acho que nós podemos trabalhar para isso. Agora, o Governo está trabalhando mal. Não confunda o mau trabalho do Governo com o pessimismo. Pelo contrário, quem está gerando o pessimismo são vocês, não somos nós. Nós somos otimistas. O Brasil tem muito futuro, e eu sou um daqueles que deixaram de ir para fora do Brasil porque acredito no Brasil. Aqui fiquei e continuo ficando. Tive a oportunidade de desistir de ir para fora do Brasil. Então, eu sou otimista.

Só para contestar essa afirmativa. Jogar nos outros qualificativos não é uma boa prática democrática.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Adilson de Olivei-

ra, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também, para rápidas considerações, o Prof. Ildo Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

O SR. ILDO LUIS SAUER – Evidentemente, não vou abusar. Só para dizer que eu não comungo com a ideia de derrotista. Ao contrário, sou entusiasmado, tanto que eu venho aqui com todo o fervor defender ideias que coloquem a educação no novo caminho, a saúde pública, a reforma urbana, a reforma agrária, a partir dos recursos do pré-sal.

E o pré-sal só existe por uma aliança histórica entre a Petrobras, criada das ruas, e o povo brasileiro, apesar de muitos governos, inclusive este, porque, se a Petrobras tivesse seguido as orientações estratégicas que vinham da antiga Ministra de Minas e Energia, atual Presidente da República, provavelmente o pré-sal teria ficado para longe. Foi necessário pulso dos dirigentes de interpretar um novo momento histórico, com base em dados e evolução da tecnologia em escala mundial, e tomar as decisões estratégicas de procurar consolidar essa nova fronteira.

Então, eu não estou aqui para fazer discurso derrotista, muito pelo contrário. Agora, também, vamos respeitar a história. Se a gente não souber respeitar a história, nós corremos o risco de que o ciclo do petróleo – espero que seja abaixo, por isso estamos aqui – repita algo como ciclo do estanho na Bolívia, da prata na Bolívia, da borracha no Brasil e outros tantos.

A Bolívia conseguiu dar um exemplo ao discutir como usar seus recursos naturais, que são pequenos do ponto de vista do gás da Bolívia, comparado com o do Brasil, e tem uma reserva hoje que se aproxima dos US\$10 bilhões, vendendo praticamente gás só para o Brasil, um país mediterrâneo.

Então, há exemplos grandes e pequenos de como nós tivemos que nos pautar. E eu não vou fugir do debate estratégico de dizer, apesar do que foi gravado aqui, que nós temos que avaliar com segurança o volume do petróleo que nós temos. Essa é a primeira decisão.

A segunda é coordenar eventual produção no mercado internacional.

A terceira é reconhecer que o petróleo debaixo do solo provavelmente vai ter um valor maior do que convertido em qualquer moeda.

E a quarta é que nós precisamos coordenar toda essa produção e esse uso para construir um novo País.

Ninguém aqui é pessimista. Nós apenas vimos com muita preocupação diversos sintomas de insegurança na condução e de submissão a certos interesses absolutamente questionáveis na minha leitura.

Mas essas são interpretações, também, Maurício, que todos nós fazemos, cada um a sua.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Ildo Sauer pela sua participação, ele que é Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, a USP.

E agora, finalizando a nossa audiência pública da noite de hoje, com a palavra, o Dr. Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu não queria retomar os pontos, nem ia pedir a palavra, só que eu acho que foi cometida uma grande injustiça aqui, quando o Ildo falou, com relação à Presidenta.

Eu fui Secretário Executivo dela, fiz parte do grupo que a assessorou, faço parte do Conselho Nacional de Política Energética e fiz parte do grupo que assessorou na montagem do novo marco regulatório da partilha. Então, eu acompanhei de dentro. Então, posso dizer que, na época da descoberta do pré-sal e na época em que foi anunciado, numa reunião no Conselho Nacional de Política Energética que aconteceu na Petrobras – a reunião foi presidida pelo Presidente Lula, eu já estava presente porque eu era membro do Conselho e acompanhava a então Ministra Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho da Petrobras, Dilma Rousseff, –, foi tomada, em conjunto pelos dois, a decisão de parar o leilão que ocorreria, pois estavam em licitação blocos da área do pré-sal. Disseram que, dada a informação das descobertas, que seria crime de lesa-pátria botar aquilo em leilão, porque se tinha que parar, para construir um novo marco regulatório que garantisse à Nação as condições de apropriação daquela renda e exploração do petróleo em condições adequadas. Então, isso foi gestado pelos dois, e ela participou o tempo todo junto com o Presidente Lula.

Isso gerou uma situação que, acho, preserva a Petrobras, sem dúvida alguma. A Petrobras virou operador único do pré-sal, o que dá a empresa um ganho de escala enorme, uma vantagem tecnológica enorme e, ao mesmo tempo, dota o País das condições de ter recurso que permita se desenvolver de maneira adequada.

Então foi só para fazer esse esclarecimento que eu pedi a palavra. Agradeço ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado Dr. **Maurício** Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer a todos os ouvintes e telespectadores que participaram ativamente da nossa reunião de hoje, quando tratamos da questão energética brasileira.

Agradecer, especialmente os nossos convidados desta noite, Prof. Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo;

ao Prof. Adilson de Oliveira, Prof. Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; e ao Dr. **Eduardo Aultran**, Gerente Executivo da Área de Abastecimento e Logística da Petrobras.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 08 de maio, quarta-feira, às 07:30h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Além dessa reunião, realizaremos também, na quarta-feira, dia 08 de maio, às 10 horas, Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para discutir a política de investimentos, desenvolvimento e fomento da instituição, além dos modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a infraestrutura.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, especialmente dos nossos convidados, declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 17 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia oito de maio de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Acir Gurgacz**, **Inácio Arruda**, **Clésio Andrade**, **Valdir Raupp**, **Sérgio Petecão**, **Flexa Ribeiro**, **Vicentinho Alves**, **Humberto Costa**, **José Pimentel**, **Wellington Dias**, **Ivo Cassol** e **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 14ª e 15ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Acir Gurgacz**, **Valdir Raupp**, **Sérgio Petecão** e **José Pimentel**.

Aprovada a inclusão extrapauta do REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, de 2013, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer, “nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado ao Governo brasileiro VOTO DE APLAUSO e Congratulações pela eleição do Embaixador Roberto Azevedo para a Diretoria-Geral da Organização Mundial do Comércio”. O Senador **José Pimentel** faz uso da palavra. Resultado: aprovado. Tem início a apreciação da Pauta. Item 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20, de 2013, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer “nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção, em virtude da conclusão de seus trabalhos, da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo Requerimento nº 68, de 2011 – CI e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes”. O Senador **José Pimentel** faz uso da palavra. Resultado: aprovado. Item 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21, de 2013, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que requer “nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor RODOLPHO TOURINHO, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura – SINICON, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 12, de 2013 – CI”. Resultado: aprovado. Item 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, de 2013, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que requer “nos termos regimentais, que seja aditado ao requerimento nº 12, de 2013, de audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento para a Infraestrutura, o Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON)”. Resultado: aprovado. Item 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 23, de 2013, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que requer, “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a Resolução nº 03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados: 1ª Audiência – 1. Sr. Hermes Chip – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; 2. Representante do Ministério da Fazenda;

3. Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE; 4. Sr. Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia; 5. Felipe Mattar – Goldman Sahas – Analista Setorial de notório saber; e, 6. José Roberto Oliva – Pinheiro Neto Advogados. 7. Reginaldo Almeida de Medeiros – presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL. 2ª Audiência – 1. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia”. Resultado: Aprovado. Item 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 24, de 2013, de autoria do Senador **José Pimentel**, que requer, “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para, em Audiência Pública nesta Comissão, falar sobre a atuação do órgão em obras de Infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes”. Resultado: aprovado. Item 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 25, de 2013, de autoria do Senador **Armando Monteiro**, que requer “nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 14/2013 – aprovado em 03/04/2013, que em uma das audiências públicas desta Comissão, com o objetivo de debater a reforma do marco regulatório do setor da mineração, seja incluído como convidado o Dr. Carlos Vilhena – Advogado Especialista e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados. Resultado: aprovado. Aprovada a inclusão extrapauta do REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 26, de 2013, de autoria dos Senadores **Acir Gurgacz**, **Ivo Cassol** e **Valdir Raupp**, que requer “nos termos dos art. 58, §2º, inciso VI da Constituição Federal c/c art. 90, incisos VI, IX, X, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências desta Comissão, juntamente com o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, General Jorge Fraxe, no dia 13 de maio, nas obras de restauração no Estado de Rondônia das BR 364, trecho entre Pimenta Bueno a Outro Preto do Oeste, e BR 425”. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **Fernando Collor**

Presidente da Comissão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 14ª e 15ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Recebimento de ofício de S. Ex^a o Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, em que coloca:

Cumprimentando cordialmente V. Ex^a, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Jader Barbalho, do PMDB do Pará, como titular da Comissão de Infraestrutura no lugar do Senador Eunício Oliveira.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Desejamos boas-vindas a esta Comissão a S. Ex^a o Senador Jader Barbalho.

Comunicados.

Vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio.

A eleição do candidato brasileiro para Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio, Embaixador Roberto Azevedo, significa uma vitória para o Governo e para a Diplomacia do Brasil, que se empenharam profundamente em campanha difícil, na qual participaram e lutaram em campo oposto ao nosso as principais potências econômicas mundiais que, em sua maioria, apoiaram o ex-Ministro do Comércio mexicano Herminio Blanco.

De antemão, na pessoa do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota, parabênzimo, em nome desta Comissão, e congratulamo-nos com todo nosso Corpo Diplomático. A vitória do Brasil, por larga margem de votos, significa que deu resultado a persistência de nossa Diplomacia no caminho escolhido há longo tempo do multilateralismo. Significa, ademais, a afirmação dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos em um cenário internacional que, visivelmente, se transforma. Passa a ser palpável a influência dos novos polos de poder econômico em arena tradicionalmente dominada por potências acostumadas a ditar as regras do comércio internacional.

No entanto, a Direção brasileira da OMC enfrentará tempos extremamente difíceis, pois, de um lado, temos o desafio do impasse da Rodada Doha e, de

outro, a consolidação da tendência de se privilegiar acordos de livre comércio entre países e entre blocos à margem da estrutura internacional ou institucional da Organização Mundial do Comércio e que vão contra o próprio espírito que norteia a liberalização mais ampla preconizada pelo multilateralismo.

Em dezembro deste ano, em Bali, na Indonésia, terá lugar a reunião ministerial da Organização e o grande desafio será o de exercermos capacidade de articulação e agregação para se tentar reativar as negociações da Rodada Doha. Há pouco tempo pela frente e há muito o que fazer.

De outra parte, as negociações comerciais entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, as conversações da Trans-Pacific Partnership, embora complexas e difíceis, podem levar a um estreitamento ainda maior das vias internacionais de comércio, tanto para as nações menos desenvolvidas quanto para as nações em desenvolvimento.

Acrescem a esses fatores as ações de afrouxamento monetário ou Quantitative Easing empreendidas pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido, pelo Japão e, em menor grau, pela União Europeia, que, embora sendo medidas de estímulo para retomada econômica, têm o efeito colateral de desvalorização cambial e aumentam a competitividade dos países desenvolvidos em detrimento dos atores econômicos menos desenvolvidos e em desenvolvimento, como é o nosso caso, o caso do Brasil.

Assim, somente a capacidade de articulação dos países que se uniram para vencer a eleição para Direção-Geral da OMC poderá enfrentar o desafio de revitalizar o multilateralismo no comércio internacional. Para o Brasil, trata-se mesmo de uma questão de sobrevivência em cenário mundial cada vez mais difícil.

Segundo comunicado.

Ciclo de audiências públicas, relato do 7º Painel.

Dentro do ciclo de audiências públicas denominado Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, no último dia 6 de maio, anteontem, o seu 7º Painel, abordando o tema Combustíveis Líquidos: petróleo e gás natural, com a participação do Prof. Ildo Luis Sauer, Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – USP, do Prof. Adilson Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, e do Sr. Eduardo Autran de Almeida Júnior, Gerente Executivo de Abastecimento e Logística da Petrobras.

O Prof. Ildo Sauer introduziu sua apresentação apresentando a situação da disponibilidade, produção e comercialização de petróleo e gás natural no Brasil e

no mundo, enfatizando que, enquanto em 1960, 85% das reservas mundiais provadas se encontravam em mãos de companhias privadas, em 2011, 77% das reservas de óleo e 51% das reservas de gás natural estavam em mãos de empresas estatais controladas por governos.

Na opinião do palestrante, não faltam no mundo recursos naturais para produção de energia, tudo dependendo do capital e do trabalho necessários para sua implementação.

O preço do petróleo, afirmou o palestrante, não está diretamente ligado ao seu custo, depende das alternativas substitutas disponíveis.

O professor teceu considerações sobre a exploração de gás de folhelho ou *shale gas* ou xisto betuminoso, afirmando que seu custo hoje nos Estados Unidos representa cerca de 10% do custo do barril de petróleo equivalente, com grande efeito sobre o custo da energia estabilizado em cerca de US\$4 por milhão de BTU – BTU são as iniciais de British Thermal Unit –, o que representa excepcional vantagem comparativa para a indústria daquele país.

Por acreditar na viabilidade dessa alternativa no Brasil, afirmou o Prof. Ildo que o Instituto que dirige na USP está desenvolvendo um projeto que visa avaliar o potencial brasileiro de shale gas estudando as ocorrências rochosas portadoras de gás, suas características físicas, geológicas e o cenário ambiental, além de estabelecer um banco de dados georeferenciado dessas reservas.

Ressaltou, entretanto, que a exploração só deve ocorrer após a adequada avaliação do volume das reservas, de sua viabilidade técnica e econômica e do estabelecimento do sistema regulatório.

O palestrante criticou o modelo de exploração do petróleo do pré-sal adotado pelo Governo brasileiro, apontando quatro problemas principais: 1 – decisão totalmente centrada na Presidência da República, com todos os participantes do processo nomeados e dependentes da Presidência; 2 – falta de quantificação prévia das reservas, mantendo áurea de risco e reduzindo óleo, lucro arbitrado na licitação; 3 – desconexão entre a produção planejada, a necessidade do mercado internacional e o aporte de recursos para o desenvolvimento nacional; 4 – o aporte de recursos só ocorrerá no longo prazo.

Na opinião do Prof. Ildo, o melhor regime para exploração do pré-sal seria o regime de prestação de serviços. No entanto, afirmou, o maior problema atual não é o regime e sim a intervenção governamental, incompatível com o estamento jurídico, geradora de insegurança no mercado e de prejuízos para a Petrobras, a qual precisa ser preservada.

O leilão previsto para maio deveria ser adiado, segundo ele, pois é prematuro fazer leilão enquanto não soubermos o volume do pré-sal. A definição desse volume tem um custo avaliado em cerca de US\$6 bilhões, o que corresponde aproximadamente ao gasto com o acionamento das termoelétricas somente no corrente ano, comparou o professor.

Como sugestão, o palestrante apresentou um plano para o petróleo baseado nos seguintes tópicos: 1 – quantificação dos recursos e reservas; 2 – elaboração de um plano nacional de desenvolvimento econômico e social incluindo educação, saúde, reforma urbana, reforma agrária, infraestrutura, ciência e tecnologia, transição energética etc.; 3 – vincular a produção ao financiamento desse plano nacional; 4 – disciplinar estratégias de comercialização, via Petrobras, em coordenação com grandes atores internacionais; 5 – criar o fundo constitucional do futuro do Brasil para financiar o plano de desenvolvimento e prevenir a doença holandesa.

A tendência atual, destacou o palestrante, indica que reservas no subsolo têm alta probabilidade de valorização superior a qualquer outro investimento ou reservas financeiras em qualquer moeda. Pergunta ele: vamos investir em que papéis, em que moeda, em que fundos internacionais?

Respondendo a questões formuladas, o Prof. Ildo Sauer destacou que leilões de energia devem visar ao interesse nacional, não podendo ser pautados por interesses de empresas estrangeiras.

Ressaltou, ainda, que o foco da discussão deve se voltar para o essencial, pois hoje só se discutem *royalties* e participações que não representam mais de 15% dos recursos e que as medidas adotadas são pontuais, sem um planejamento integrado, a exemplo do incentivo aos carros flex, que não foi acompanhado do planejamento da produção e de uma política de preços para o etanol.

O segundo palestrante, Sr. Eduardo Autran, apresentou um panorama da cadeia de suprimentos de petróleo e derivados no Brasil, ressaltando que, como a produção de derivados está centrada no Sul, no Sudeste, nos Estados da Bahia e no Rio Grande do Norte, há necessidade de movimentação de grandes volumes, principalmente para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Enquanto o consumo diário gira em torno de 2,85 milhões de barris, a movimentação diária realizada supera os 6 milhões de barris. Há necessidade, segundo ele, de investir em tancagem, mas como a maior parte da movimentação é realizada por aquavia, o investimento nos portos é prioritário, pois existem vários gargalos, especialmente pela falta de terminais exclusivos.

Nesse sentido, informou, algumas melhorias estão sendo implementadas, como uso do porto de Pecém, no Ceará, construção de novos píeres em Suape, Pernambuco, contratação de tancagem em Itacoatiara, no Amazonas, em Paranaguá, no Paraná, e em Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Respondendo a questionamentos, informou que, embora a previsão do crescimento projetado da produção de petróleo nos últimos anos não se tenha concretizado e o crescimento da demanda por combustíveis tenha sido bem maior do que o crescimento do PIB, ou seja, gasta-se mais energia do que se produz na economia, exigindo, portanto, mais importações, não vê risco de colapso no abastecimento do mercado nacional.

Em sua ótica, os preços dos combustíveis no mercado nacional são condizentes com os preços internacionais e o maior desafio logístico é o transporte do óleo e do gás extraídos do pré-sal até as unidades de processamento em terra, que será realizado por gasodutos.

Concluiu o palestrante, afirmando que a oferta de gás natural será suficiente para atender à demanda sem espaço para maior incentivo em relação aos planejamentos atuais.

O Prof. Adilson Oliveira, discorrendo sobre as oportunidades e desafios do pré-sal, afirmou que o contexto mostra a essencialidade do suprimento do seguro do petróleo, recuperação de trajetória de crescimento sustentado da economia global e transição global para uma sociedade de baixo carbono, emergindo o Atlântico Sul como a fronteira para a expansão dos suprimentos de petróleo e do mercado de biocombustíveis, e como laboratório de inovação tecnológica dessa indústria. *(Pausa.)*

O Senador Vicentinho Alves, que retoma a sua posição aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos informa que vai a uma Comissão, mas, em breve, estará de volta. Foi o grande responsável pelo relatório, pela instituição da Subcomissão de Aviação Civil, cujo relatório foi entregue, recentemente, a S. Ex^a o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Vicentinho. Seja muito bem-vindo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continuando o relato do Prof. Adilson Oliveira: nesse contexto, afirmou o Prof. Adilson Oliveira, surge para o Brasil oportunidade de reposicionamento geopolítico, revitalização industrial, receita fiscal adicional e empregos qualificados.

Dispondo da Petrobras, com experiência e capacitação tecnológica, base industrial diversificada e apoio de políticas governamentais, o ambiente, segundo ele, é muito favorável. Não à toa, o Presidente Barack Obama já indicou Brasil e México como parceiros preferenciais dos Estados Unidos.

Os desafios, asseverou o Prof. Adilson, são duplicar a capacidade de suprimento doméstica para a indústria do petróleo, diversificar regionalmente o suprimento, desenvolver capacidade inovativa e nova trajetória tecnológica adequada ao pré-sal, e inserir o parque supridor doméstico no mercado global.

Em sua avaliação, entretanto, o palestrante considera que políticas equivocadas do Governo prejudicaram a Petrobras e levaram à estagnação da produção, pois, segundo ele, quando não tínhamos petróleo, a produção crescia. Depois que descobrimos Tupi e Iara na área do pré-sal, a produção estagnou.

A falta de coordenação entre os órgãos está, aqui, demonstrada, pois enquanto a EPE, no planejamento apresentado, prevê crescimento de 20% na produção de petróleo, a Petrobras, para o mesmo período, prevê crescimento de 35%, destacou ele.

A gasolina, para o consumidor, é cara, reflexo do custo da logística ineficiente e tributação exagerada, mas a Petrobras recebe pouco, ou seja, recebe abaixo do preço de mercado, sem condições, portanto, de se financiar.

A evidência do prejuízo está estampada na produção de 2011. A produção de 2011 foi de 300 mil barris a menos do que o planejado para aquele ano de 2011, planejamento esse feito em 2009.

Para ele, o gás de xisto é um fenômeno norte-americano, pois somente lá existe regulação e não é autorizada a exportação, nem liberada a tecnologia, para manter o preço baixo internamente. Isso, explicou, favorece a exploração do petróleo brasileiro, pois não contamina o mercado, embora inviabilize a indústria nacional, já que enquanto o custo da energia, no Brasil, gira em torno de US\$15 por milhão de BTU, o custo interno norte-americano está entre US\$2 e US\$4 o milhão de BTU.

Em resposta a questionamentos, afirmou que considera prematura a exploração do gás de xisto no Brasil e que acredita que o gás natural vai sobrar, pois seu custo é maior que o valor no mercado.

Manifestou, também, a opinião de que a produção automobilística, nos termos atuais, deve ser desincentivada, pois o carro *flex* é ineficiente e a política contraria questões ambientais e de desenvolvimento urbano sustentável.

O último palestrante, Prof. Maurício Tolmasquim, acrescentou um balanço da demanda e oferta de pe-

tróleo, combustíveis e gás natural, de acordo com planejamentos da Empresa de Pesquisa Energética, com projeção até 2021, destacando que não acredita muito no aproveitamento do gás natural do pré-sal, em função das dificuldades tecnológicas e econômicas.

Segundo essas projeções, em 2021, o País estará demandando cerca de 172 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural e produzindo 101 milhões de metros cúbicos/dia, complementados por importação de 30 milhões de metros cúbicos/dia, via gasoduto Brasil Bolívia, e 41 milhões de metros cúbicos de gás natural liquefeito.

Quanto ao petróleo, para uma produção de 5,5 milhões de barris/dia é estimado o processamento de 3,5 milhões de barris/dia, gerando um superávit exportável de 2 milhões de barris/dia. Conforme o *mix* de produção adotado, hoje, há um déficit de combustíveis da ordem de 80 mil metros cúbicos/dia de gasolina equivalente, que corresponde a mais ou menos 503 mil barris de petróleo. A previsão para 2021 é de um superávit da ordem de 70 mil metros cúbicos/dia de gasolina equivalente, correspondente a 440 mil barris de petróleo.

Na opinião do expositor, a mudança do marco regulatório, passando do sistema de concessão para o de partilha, foi altamente positiva, pois, além de permitir aumento significativo da renda auferida, ao garantir à União a propriedade do petróleo extraído, ela, a União, ganha muito mais poder. Em resposta a questões formuladas, disse que a retração da Petrobras no mercado externo é decorrência da necessidade de focar os investimentos internamente, que não podem ser dispersos esses investimentos, pois, agora, é o momento de investir internamente para atingir os objetivos propostos.

Informou, ainda, o Professor Tolmaschini que o custo de transmissão está contemplado nos leilões, pois, estes embutem a tarifa para uso do sistema de transmissão e que não é possível especificar todas as características de cada fonte. Contudo, as condições estabelecidas, segundo ele, atendem às especificidades relevantes, concluindo a sua exposição. A propósito do que disse o Dr. Maurício Tolmasquim, a Presidente da Petrobras, Dr^a Graça Foster, anunciou, ontem, que a estatal vai dobrar de tamanho até 2020. As projeções apresentadas por ela indicam que a produção brasileira de petróleo saltará dos atuais 2,2 milhões de barris equivalentes, petróleo e gás natural por dia, em 2012, para 5,7 milhões em 2020, considerando-se a produção da Petrobras e das empresas a ela consorciadas. A Sr^a Graça Foster apontou a região do pré-sal da bacia de Santos como a grande responsável por esse aumento. Segundo ela, a Petrobras fez 53 descobertas

no Brasil nos últimos 14 meses e que só no pré-sal foram 15 as descobertas.

Terceiro comunicado.

Iniciativas na Economia Europeia, Infraestrutura Brasileira.

Em semana na qual surgiram sinais, embora débeis, de recuperação da economia norte-americana, e o Federal Reserve mostrou intenção de continuar, enquanto necessário, o programa de flexibilização monetária, o *quantitative easing*, o Banco Central Europeu cortou a taxa básica de juros. Registre-se que as balanças comerciais dos Estados Unidos e do Japão já começam, ainda que timidamente, a reagir positivamente às medidas de estímulo.

No dia 2 de maio, em reunião do Board of Governors, realizada em Bratislava, Capital da Eslováquia, o Banco Central Europeu baixou os juros de 0,75 para 0,5%. Levaram a esta iniciativa os sinais de fraqueza da economia da zona do euro que tem estado recessiva desde o final de 2011. A recuperação esperada para o primeiro trimestre deste ano não se tem realizado e somente são aguardados sinais de recuperação para o final de 2013.

Um dos mais importantes sintomas da saúde econômica europeia é o nível de desemprego ter atingido mais de 12%. Deve-se registrar que essa média tem, por trás de si, o contraste entre a situação da Alemanha, cujo índice de desemprego é de 5,4%, e a da Espanha, onde a desocupação atinge 26,7%. São dados que demonstram a grande diferença entre países da eurozona.

O Banco Central Europeu está preparando demais medidas para facilitar o crédito para pequenas empresas nos países do sul da Europa, pois esses negócios continuam com imensas dificuldades creditícias.

Embora vista como necessária, a queda dos juros empreendida pelo Banco Central Europeu tem sido considerada como insuficiente para relançar a economia do euro. No entanto, o corte de juros, mesmo que tímido como medida de estímulo, deve ser analisado sob a perspectiva das limitações enfrentadas pela autoridade monetária europeia. Por mais que deseje tomar medidas mais drásticas de recuperação, o presidente Mario Draghi, do Banco Central Europeu, encontra-se, por assim dizer, “amarrado” politicamente. De um lado, deve se submeter a um colegiado, a junta de governadores, composta pelos representantes dos países participantes da zona do euro, que têm com frequência visões bem discordantes. Muitos consideram que a missão precípua do Banco Central é a estabilidade monetária e não permitir um surto inflacionário, em si mesmo elemento desestabilizador. Por outro lado, no atual estado institucional dos órgãos financeiros

européus, o Banco Central Europeu não pode contar com o apoio de um tesouro central, como é o caso dos Estados Unidos, do Japão e do Reino Unido, países envolvidos em agressivas medidas de afrouxamento financeiro. São ações que contam com o respaldo dos tesouros nacionais – aos quais o Banco Central Europeu não pode recorrer. A Alemanha, de sua parte, não tem concordado nem mesmo com medidas relativas a uma eventual ampliação do mandato do Banco Central para fiscalizar o sistema bancário da eurozona.

Embora acusadas de relutantes, as iniciativas da Europa e as ações mais firmes dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Japão demonstram o firme desejo de seguir buscando de forma coerente o relançamento de suas economias. Apesar das dificuldades, pode-se ver como uma clara escolha de rumo a ser seguido. A essas medidas somam-se as negociações do acordo Estados Unidos-Europa e a chamada Transpacific Partnership, que seguramente tornarão mais difíceis para o Brasil as vias de acesso ao comércio internacional.

Enquanto isso, o Brasil luta com dificuldades no Mercosul – como sabemos –, o nosso parceiro comercial estratégico. A Argentina está com o peso em rápida desvalorização e aumenta o protecionismo. Além disso, continuam os problemas políticos do bloco em relação ao Paraguai. Nossa balança comercial já demonstra o ressurgimento de problemas devidos, além da conjuntura internacional, aos nossos custos industriais elevados. Esses custos são altos em grande parte por culpa de uma infraestrutura que foi relegada a segundo plano. O setor industrial brasileiro está cada vez menos competitivo. As desonerações desordenadas e pontuais não estão tendo o efeito de injetar ânimo duradouro e indispensável na nossa economia. Claramente, há necessidade de um rumo firme para a nossa infraestrutura, pois não se pode mais contar com um cenário internacional favorável como o de grande parte da década passada. A economia mundial aquecida anteriormente disfarçava entraves estruturais que agora nós temos que enfrentar de rijo.

Quarto comunicado.

Um panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo promoveu nos últimos dois dias, anteontem e ontem, o 8º Encontro de Logística e Transportes, com ênfase nas oportunidades que ora se abrem para o investimento privado. Na abertura do encontro, o presidente da entidade afirmou que “não é possível, em concessões públicas, levantar a bandeira de que é preciso ser caro para ser bom.” Segundo o Sr. Paulo Skaf, “defendemos que todas as concessões sejam

pelo menor preço, com exigência de investimentos de qualidade, mas ao menor preço”.

Disse ele: “e aproveite a oportunidade para cumprir a Presidente Dilma Rousseff pela iniciativa da criação da empresa de planejamento em logística, a EPL, em agosto do ano passado, assim com a escolha de seu Presidente, Bernardo Figueiredo”. Segundo ele, “a EPL é um projeto que sempre foi defendido pela FIESP, por organizar os modais de forma ordenada, inteligente e correta”. Ele afirmou também que “queria cumprimentar a Presidente Dilma por colocar a pessoa certa para conduzi-la, (a ela, empresa EPL), uma pessoa que tem toda nossa consideração e nosso respeito”, encerrou o Sr. Paulo Skaf.

Por sua vez, o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, afirmou que investimento público e privado deve andar de mãos dadas para alcançarmos o crescimento econômico ideal. É o único caminho para alcançarmos a grandeza que queremos.

Nos últimos anos, assistimos à reconstrução do país com bons investimentos. O poder público passou a ter recursos e os usuários dos serviços começaram a ser tratados como clientes. Agora precisamos discutir como reerguer a engenharia nacional e as empresas de gerência, ressaltou.

Para ele, Precisamos acelerar os processos. O governo tem recurso e planos, mas precisamos de condições efetivas para transformar as coisas em realidade e melhorar as condições de vida da população.

O Diretor Titular do Departamento de Infraestrutura da Fiesp, Carlos Cavalcanti, defendeu a necessidade de o Brasil alterar, radicalmente, o desempenho de sua estrutura de transporte, pois o modelo de cessão à iniciativa privada aumenta o PIB e diminui o peso do Estado sobre a sociedade. Nas suas palavras, a iniciativa privada tem um modelo de gestão mais eficiente, mais ágil, mais racional. Com maior responsabilidade e liberdade, ela (a iniciativa privada) busca o menor custo de capital, o menor custo do investimento e a prestação de serviços nos moldes do ambiente concorrencial.

Carlos Cavalcanti elogiou o novo sistema de concessões de rodovias a serem contratadas por editais públicos, adotando-se o critério da menor tarifa de pedágio. Em sua análise, o critério da menor tarifa é simplesmente o processo de renúncia do Estado ao pagamento de outorga. É o Estado que arrecada menos um imposto da sociedade e, assim, permite que o concessionário dispute o empreendimento sem o custo de sustentar mais uma receita aos cofres públicos. Ele afirmou que a Fiesp defende essa política, pois a prestação de serviços públicos, na área de infraestrutura, não pode servir para o Estado arrecadar mais; é para o consumidor pagar menos.

O Diretor considera que o planejamento do setor elétrico, por meio da empresa de planejamento energético é exemplar e constitui uma política pública brasileira de grande sucesso, pois condiciona a contratação dos projetos de expansão com a antecedência correta para segurar a oferta. Por esse motivo, lembrou que a Fiesp viu, com muita satisfação, o anúncio de criação da EPL, Empresa de Planejamento e Logística. Carlos Cavalcanti defende que os meios de transporte de grandes volumes, como as ferrovias, devem ser o eixo estruturante do transporte de longa e média distância; já as rodovias deveriam, especialmente, servir para compor a malha capilar de agrupamento da produção e para o abastecimento dos grandes centros consumidores.

O transporte aéreo, por sua vez, é específico para bens de alto valor agregado ou que demandem disponibilidade imediata. Acrescentou que o Governo também acertou no que concerne às ferrovias ao abandonar o modelo de obra pública pelo de concessão em parceria público-privada.

O setor privado investe e constrói. Vence o leilão quem garantir a menor tarifa. A receita para cobrir o investimento é garantida pela compra antecipada de capacidade de tráfego e volume de carga. O Governo estoca essa capacidade; vende, paulatinamente, ao mercado, a múltiplos agentes de transporte ao preço possível. Menor, no início, nos anos de menor demanda, e maior no futuro. Ao longo de certo período, os números tenderão ao equilíbrio. Porém, entende Carlos Cavalcanti que, com relação aos aeroportos, o Governo Federal acertou e errou. O acerto óbvio foi começar a dismantelar a caduca Infraero, transferindo à iniciativa privada a gestão de três ativos – e outros se seguirão.

Quanto ao erro, ele se deu, na sua avaliação, na cobrança de outorga. O Governo amealhou R\$24 bilhões de ágio nos leilões. Não fosse esse erro, a taxa de embarque de Cumbica, hoje, poderia ser zero e o custo de movimentação de cargas muito inferior. Ele criticou a eventual adoção de plano para subsidiar 50% das passagens dos voos para aeroportos regionais e sugeriu que o Governo adote o critério na menor tarifa nos próximos leilões, aqueles que serão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Belo Horizonte.

Referindo-se à Medida Provisória dos Portos, ele afirmou que os novos leilões devem combinar o critério de maior capacidade operacional com a menor tarifa. Essa política, segundo afirmou, reduzirá custos portuários e proverá menores custos às nossas exportações.

Concluindo, afirmou o Diretor de Infraestrutura da Fiesp que o planejamento logístico, a concessão da gestão de aeroportos, rodovias, ferrovias e terminais portuários ou setor privado, a promoção da concorrên-

cia, a ampliação da oferta e a modalidade tarifária são os pilares de uma das mais amplas reformas do marco regulatório do setor de infraestrutura no Brasil. Elas são o marco de um momento histórico extremamente relevante para o País. A infraestrutura de transporte adequada é aquela capaz de igualar as condições de competição de um país com os seus concorrentes.

O Brasil precisa adotar as melhores práticas internacionais de desempenho sem aumentar o dispêndio do Estado através do aumento da arrecadação tributária ou do endividamento público.

Por sua vez, o Gerente de Infraestrutura e Meio Ambiente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alexandre Rosa, endossou a posição da Fiesp pelo modelo de leilão por menor tarifa. Segundo Rosa, o regime favorece a competitividade do País.

O Presidente da Empresa de Planejamento Logístico (EPL), Bernardo Figueiredo, citou os critérios que considera imperativos para o desenvolvimento acelerado e sustentável: uma ampla e moderna rede de infraestrutura, logística eficiente e modicidade tarifária. O especialista enumerou os compromissos da nova etapa do programa de investimento em logística de 2012: 1. Integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos; 2. Articulação com as cadeias produtivas; 3. Intensificação da parceria com a iniciativa privada; 4. Capacitação do planejamento integrado do sistema de transportes. Participante do painel “O Novo Arranjo Institucional e os Investimentos em Infraestrutura”, Bernardo Figueiredo defendeu o trem de alta velocidade Rio de Janeiro-Campinas como importante projeto para elevar o patamar de competitividade do País. O projeto conta com 45% de participação da EPL. “Talvez esse seja o projeto que tenha o estudo técnico mais profundo de sua necessidade. Eu não conheço uma pessoa que tenha uma solução melhor.”, afirmou Figueiredo. “Nós temos de fazer ferrovia e não vamos fazer uma ferrovia do século XIX ou XX. Temos que fazer uma ferrovia do século XXI. A ferrovia se tornou competitiva porque ganhou velocidade.”, afirmou, ao justificar a construção do trem-bala.

Durante o painel sobre infraestrutura de transporte brasileira, trens de alta velocidade e trens regionais, o Presidente da ADTrem, Guilherme Quintella, afirmou que grandes trechos como Tóquio, com 9 milhões de pessoas, e Osaka, com 3 milhões, foram ligados através de um trem de alta velocidade em uma viagem com duração de 45 minutos. Com o trem de alta velocidade, o trecho entre o Rio de Janeiro, com 11 milhões de pessoas, e São Paulo, com 19 milhões, seria percorrido em 99 minutos. É o trecho mais apropriado em todo o planeta para a criação de um trem de alta velocidade. Para o Presidente da ADTrem, o modal é

o meio de transporte que mais beneficia a sociedade, uma vez que as ferrovias possuem o melhor nível de eficiência energética.

“Para termos um projeto grande de ferrovias, temos que ter a união entre os órgãos reguladores e dos poderes concedentes. O automóvel não pode ser considerado o único meio de transporte ligando a cidade de São Paulo. É hora de uma visão sistêmica e integrada para um novo ciclo de prosperidade, fortalecendo, assim, o crescimento econômico.”, concluiu o executivo.

Outros quatro especialistas participaram do painel Infraestrutura e Competitividade da Economia. A Diretora-Executiva de Transporte da US Chamber of Commerce, a Câmara do Comércio dos Estados Unidos, Janet Kavinoky, defendeu que a infraestrutura é o fundamento do crescimento econômico. Para mostrar essa importância, a organização criou um índice de desempenho que mede o sistema de transporte e o faz pela economia, com base em dados estatísticos e de qualidade. Com o índice, a Câmara do Comércio Americana constatou que, para cada ponto a mais no índice de desempenho de transporte, o Produto Interno Bruto (PIB) aumenta 0,3%. No entanto, o índice não mede apenas o volume de investimento, mas, também, a forma como o dinheiro é aplicado.

O economista Maurício Mesquita, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), revelou que, por meio de simulações, foi possível mensurar que cada 1% a menos no custo de transporte aumentaria, por exemplo, 5,4% das exportações em agricultura e 3,5% em produtos manufaturados. Além disso, a redução do custo também aumentaria o número de produtos exportados. Isso mostra que o maior obstáculo ao aumento da exportação e à diversificação de produtos é a questão do transporte, reforçou o Dr. Mesquita.

O especialista de infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Campos Neto, avalia que o principal problema da infraestrutura não é a falta de recursos e de financiamento. Para ele, as razões para que os projetos não sigam adiante são outros: ajustes constantes nos marcos regulatórios, legislação complexa e recursos interpostos, projetos e contratos mal-elaborados que elevam os custos, interveniência do TCU – Tribunal de Contas da União, necessidades de licenças ambientais e dificuldades nas desapropriações. O problema é de gerenciamento e gestão.

Segundo o economista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antonio Corrêa de Lacerda, o salto da competitividade brasileira depende da melhoria em infraestrutura. Para o economista da

PUC, é preciso tornar a agenda da infraestrutura uma prioridade no Brasil.

A superação de todas essas questões é que pode garantir ao Brasil não apenas romper o gargalo que representa a infraestrutura, mas utilizar o crescimento do investimento na melhoria da competitividade da economia, na geração de maior renda, empregos melhores e, sobretudo, superar os obstáculos para o desenvolvimento do Brasil.

No segundo dia do Encontro de Logística e Transporte da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que foi realizado ontem, terça-feira, dia 7 de maio, os vários painéis abordaram marco regulatório, investimento privado e concessões aeroportuárias, projetos estruturantes, logística e competitividade, infraestrutura de transporte brasileira e como acelerar a execução dos investimentos.

O Prof. José Vicente Caixeta, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (USP), alertou que a matriz de transporte de cargas no Brasil continuará a ser predominantemente rodoviária. Não podemos nos iludir que da noite para o dia vamos ter ferrovias, hidrovias, ou qualquer outro modal. Vamos continuar sendo um País rodoviário pelos próximos 15, 20 anos, afirmou. Por essa razão, ele acredita que o País necessita de um plano muito bem estruturado para usar as rodovias, nos próximos anos, e, ao mesmo tempo, avançar com os outros modais.

O professor concordou com vários outros palestrantes quanto à falta de planejamento integrado no Brasil pra logística e transportes ao afirmar que não há uma ação orquestrada para o País. Nós percebemos uma série de esforços importantes, mas liderados, principalmente, por embarcadores que querem resolver o seu problema, como no caso da mineração, que, em função de ter um pequeno número de agentes envolvidos na produção desse tipo de carga, criou uma solução muito interessante, disse. Segundo o Prof. Caixeta, o Brasil está despreparado logisticamente, tanto para escoar quanto para armazenar a sua produção de grãos, uma vez que a localização dos depósitos nem sempre é adequada.

No painel que discutiu as novas concessões e a expansão da malha rodoviária, o executivo Dorival Pagani, da Triunfo, afirmou acreditar que a malha rodoviária é um dos maiores desafios do Brasil, pois o setor de logística brasileiro tem uma expectativa de crescimento acima do PIB, com a previsão de dobrar a cada 10 anos, o que demanda investimento constante. Para ele, os programas anunciados pelo Governo Federal refletem esse crescimento, uma vez que o modal rodoviário representa 60% do total no País, sendo que, dos 65 mil quilômetros de rodovias federais, apenas 5

mil quilômetros são de pista dupla, o que representa menos de 10% do total.

Segundo Pagani, é preciso pensar nas ferrovias e na cabotagem como vetores alternativos importantes. Para ele, “a eficiência logística de um país está intrinsicamente ligada aos seus modais de transporte”, e o governo acerta em investir em qualidade, o que gera uma redução de tempo e de custo para os usuários, aumentando a competitividade do país.

Ricardo Castanheira, da CCR – concessionária responsável por 2.500 quilômetros de rodovias brasileiras, disse que o Brasil está perdendo parte relevante da riqueza que produz com a falta de logística e transporte. Para o executivo da CCR, é importante repensar a questão do pedágio, pois, na opinião dele, não há justiça na cobrança. Ele citou como exemplo a Via Dutra, rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, onde são realizadas 873 mil viagens por dia, mas apenas 76 mil deste total de 873 mil viagens, pagam pedágio. Ou seja, 10% pagam o pedágio e 90% dos que utilizam a rodovia diariamente não pagam. E concluiu: “infraestrutura barata é aquela que funciona bem e permite que as empresas trabalhem com custos baixos, com segurança e conforto para os usuários. A iniciativa privada é parceira do governo, mas acima de tudo, é parceira do usuário”.

Formas eficientes de implantar projetos de Parcerias Público-Privadas, as PPPs, no Brasil, foram apresentadas no painel PPPs em Projetos de Infraestrutura. Ex-governador de Porto Rico e atualmente sócio da consultoria Steptoe & Johnson, em Washington DC, o Consultor Luis Fortuño revelou que o Reino Unido, a Austrália e o Canadá são exemplos de programas bem desenvolvidos de PPPs, com uma legislação atual e adequada. Além da questão legal, ele citou pontos importantes para o sucesso das Parcerias, como transparência no processo, garantia do retorno ao investidor e benefícios para o público.

Para Fortuño, trabalhar com o setor privado é o caminho mais sensato para garantir a competitividade de um país. A China anunciou que vai investir US\$3 trilhões em infraestrutura nos próximos 5 anos. E a Índia anunciou que promoverá investimentos semelhantes, corroborando a tese de que a infraestrutura é fundamental para mostrar quão competitivo é um país. Porém, ressaltou o consultor, que como nenhum país tem esse dinheiro para investir, a saída é contar com a Parceria Privada, tendo em vista que há muito dinheiro no mundo procurando por oportunidades, e os países que oferecerem essas oportunidades vão se manter competitivos.

Por outro lado, o setor portuário sofre com a falta de investimentos. A opinião é de Fernando Fonseca,

Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Com o novo marco regulatório, que deve virar lei em breve, o setor portuário é ainda mais atraente ao capital privado, mas ainda carecemos de investimentos. Os portos movimentaram 904 milhões de toneladas em 2012. Há muitas oportunidades de investimentos – acrescentou.

O Prof. Rui Botter, Coordenador do Centro de Inovação e Logística e Infraestrutura Portuária da Universidade de São Paulo, defendeu a exploração do potencial dos portos já existente em vez da construção de novos terminais. Ele citou como áreas potenciais para expansão os portos de Vila do Conde (PE), Baía de São Marcos (CE), Rio Grande (RS), Cepetiba (RJ), Santos (SP) e Aratu (BA).

No entendimento do especialista, é de fundamental importância tentar esgotar os recursos portuários já existentes, porque construir em novas áreas envolve impacto ambiental e socioeconômico.

Botter também destacou a adoção de portos sustentáveis com reduções de emissões, ruídos, tráfego e investimentos em novas fontes de energia para abastecimento de embarcações.

O Prof. da USP alertou contra a falta de planejamento nacional de logística como um capítulo dedicado especialmente ao setor portuário. Para ele ou se faz um plano de Estado ou teremos uma falência logística. Ele ressaltou que a MP dos Portos é um instrumento de marco regulatório, não de planejamento, e defendeu a necessidade de mais terminais para escoar a produção de grãos, lembrando que as empresas de mineração, como Vale, CSN e EBX, conduzem grandes projetos para armazenagem e transporte de minério.

Por sua vez, Marcelo Bruto, Diretor de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, lembrou que o PAC se propôs a ser um conjunto de medidas de estímulo ao crescimento privado, com mudanças tributárias e de financiamento, e a melhorar as condições institucionais e dos processos de licitação para o investimento público e das etapas de implantação de uma obra.

Ele informou que estão previstos investimentos da ordem de R\$100 bilhões até 2014, na área de logística, sendo que metade desse valor destina-se a rodovias. E acrescentou que, se 2012 foi o ano da manutenção rodoviária, 2013 é o ano de licitações de obras públicas, principalmente de duplicações de rodovias.

Durante o encontro, o Superintendente de Navegação Interior, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, apresentou o Plano Nacional de Integração Hidroviária, concebi-

do pela Agência, em cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina.

O plano prevê um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras, proporcionando indicações de futuras áreas para a implantação de terminais hidroviários no Brasil.

“O diagnóstico das redes de hidrovias mostra que esse modal é passível de uso e que sua utilização está avançando muito. Se tivermos a infraestrutura, é possível usar o modal hidroviário. E quem não o utilizar, no futuro, irá perder”, concluiu Tokarski.

Quanto à cabotagem, o Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), Luis Fernando Resano, recordou que no Brasil 52% do transporte utilizam rodovias e apenas 8% a via marítima. E alertou que a demanda é crescente, especialmente dos contêineres, fato que não mais pode ser ignorado.

Ainda, segundo Resano, os investimentos em novas embarcações têm sido crescentes desde 2009, porém, ainda não são suficientes. “A maioria das novas embarcações foi importada, e não construída pela nossa indústria, o que não é bom”, alertou ele.

Já o diretor da Notre Dame Consultores Associados, Elias Gedeon, ao recordar que a cabotagem, apesar de ser um modal mais sustentável, não está tendo o crescimento que precisa, disse que nos últimos três anos esse modelo cresceu apenas 41%, enquanto o longo curso cresceu 89%.

Segundo o diretor, melhorias devem ser feitas no setor para atender aos donos de carga, que buscam confiabilidade, segurança, frequência, redução do tempo de transporte e simplificação da documentação.

Por sua vez, o diretor-presidente do Porto de São Sebastião, Casemiro Tércio Carvalho, referindo-se aos gargalos operacionais e legais do transporte hidroviário, alertou para o fato de que a hidrovia não é concorrente da rodovia e nem da ferrovia, lembrando ser preciso haver interconexão entre os modais, uma vez que ferrovias, rodovias e hidrovias são complementares.

Carvalho criticou o modelo atual de gestão portuária. Atualmente, tem-se a visão de que o porto começa e acaba no próprio porto, o que é um erro. “É preciso ter uma visão integrada com os outros modais e planejar no nível estratégico”, acrescentou. Ele acredita ser possível melhorar esse quadro. E mesmo com críticas pontuais à MP dos Portos, acha que o documento ajudará na solução dos problemas nessa área.

No que toca ao setor aeroportuário, Marcelo Guaranis, presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), discorreu sobre como aumentar os investimentos privados do setor, que registrou o crescimento

de 153% no Brasil, nos anos recentes, superando a média mundial.

Ele revelou que a aviação brasileira triplicou, nos últimos dez anos, graças a uma série de medidas e ao crescimento econômico, mas que há ainda muito espaço para crescer. “Ainda precisamos desenvolver nossa infraestrutura, para atender à demanda crescente e exigente”, afirmou.

Um quinto comunicado sobre a logística do País: Ainda sobre o encontro realizado pela Fiesp, ontem e anteontem, em São Paulo, que discutiu logística e transportes, cabe informar que o documento final estará, ainda hoje, disponível na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O endereço da página é www.senado.gov.br/atividades/comissoes. É esse estudo que aqui está, e os senhores encontrarão neste sítio da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República.

Nele consta, portanto, o estudo IDT/Fiesp – Índice Comparado de Desempenho da Infraestrutura de Transporte. O IDT/Fiesp compara o desempenho de 18 indicadores de logística do Brasil em relação a líderes do setor no mundo.

Entre os 18 indicadores de logística avaliados, estão à disponibilidade de rodovias, número médio de paradas e decolagens, quilômetros de ferrovias e hidrovias, número de eixos em rodovias, porcentagem de rodovias pavimentadas e outros segmentos. É assim que eles chegam a esse Índice Comparado de Desempenho da Infraestrutura de Transporte.

O Índice é um exame, um diagnóstico que mostra a gravidade dos problemas que temos em logística e infraestrutura. “Mas sou otimista quanto ao fato de que esses problemas podem ser curados”, disse Carlos Cavalcanti, aqui já citado, Diretor-Titular do Departamento de Infraestrutura da Fiesp, durante o encerramento, ocorrido ontem, do 8º Encontro de Logística e Transportes, após apresentar os números do Índice.

“O IDT mostra que o Estado precisa se afastar da tarefa de ser engenheiro – Estado não deve contratar obra. O Estado deve planejar e regular, e deixar por conta do empresariado buscar as melhores condições de mercado e gerir”.

Segundo Cavalcanti, o IDT/Fiesp mostra que “a insatisfação do brasileiro é justa” e que o Brasil precisa enfrentar os problemas apontados pelo estudo o quanto antes. “O desafio fundamental é entender qual a distância que o Brasil se encontra das potências. Quantificar tal defasagem” e, com isso, nós podemos aproveitar melhor esse Índice, o Índice, o IDT, afirmou ele.

Assim vale a pena extrair algumas das principais conclusões daquele estudo, desse estudo IDT/Fiesp. Por exemplo, o Brasil precisaria aumentar em três ve-

zes os índices de desempenho da infraestrutura de transportes para chegar aos melhores níveis praticados pelos competidores internacionais do País.

A Fiesp entende que “os investimentos feitos nos últimos 12 anos na área de transporte estão muito aquém das necessidades”, que faltam gestão eficiente, planejamento, estratégia, seriedade e coragem para tirar as coisas do papel e fazer acontecer.

Esse estudo constatou que a malha rodoviária do país, com uma média de 2,5km por 10 mil habitantes, é 43% menor que o padrão de excelência internacional, de quase 4,8km por 10 mil habitantes. O frete rodoviário de US\$51,75 para cada mil toneladas por quilômetro, são dados de 2010, é 270% maior que a média de excelência mundial, que é de apenas US\$14,00.

O Índice Comparado de Desempenho da Infraestrutura de Transporte, que reúne os dados sobre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, concluiu que a nossa infraestrutura de transportes tem um terço do desempenho dos países que mais competem com o Brasil no mercado internacional – e o Brasil, ainda assim, está ali colocando os seus produtos em mercados importantes. Imagine com esse esforço que estamos fazendo, e por fazer, como o Brasil se tornará mais competitivo.

“Temos rodovias, hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos com defasagem, custos altos, tudo isso atrapalha muito a competitividade e o desenvolvimento do País”, reclama a Fiesp ao explicar a intenção do IDT é fazer uma radiografia e não apontar as políticas públicas a serem adotadas.

Concorda, entretanto, que o Governo caminha na direção correta ao adotar marcos regulatórios que deixam ao setor público o planejamento e controle e, ao setor privado, a execução e gestão de obras e serviços.

Diz ainda o estudo que “o Brasil está bem servido de aeroportos, mas com baixa capacidade: em 2010, enquanto os melhores aeroportos mundiais abrigavam 88 pousos e decolagens por hora, os aeroportos da Infraero registravam 38. Esse número representa 43% do *benchmark* internacional. O *benchmark* é o ponto de partida, o patamar. Os piores desempenhos do Brasil em relação ao padrão de excelência mundial são os relativos a ferrovias (20%) e hidrovias (21%). No caso do transporte ferroviário, embora a capacidade de transporte (tonelagem por quilômetro de linha férrea) seja equivalente ao *benchmark* internacional, à extensão da malha rodoviária está 93% abaixo do ideal, e o frete por ferrovia é quase 16 vezes maior que o melhor padrão praticado no mundo – no quesito frete ferroviário, o *benchmark* internacional é de apenas 6% do custo brasileiro.

Os altos custos de logística fazem, por exemplo, com que as mercadorias que levam 324 minutos para ser liberadas nos aeroportos de padrão mundial levassem quase 3,2 mil minutos nos aeroportos da Infraero, em 2010 [de 324 minutos de liberação nos aeroportos de padrão mundial para 3,2 mil minutos nos aeroportos brasileiros, em 2010. O custo de se levar um contêiner de 20 pés da região metropolitana ao local da exportação era de, em média, US\$621 mil no exterior e de quase US\$1,8 mil no Brasil – indicador que, no começo de 2012, deve ter sofrido deterioração, com os engarrafamentos da safra nos gargalos logísticos do País. “Uma das medidas urgentes é fazer, portanto, o desembarço de carga 24 horas por dia; cargas de bilhões esperam nos portos, e os funcionários públicos param de trabalhar às 17 horas, comenta a Fiesp..

E assim encerro o relato do que foi a reunião realizada ontem e anteontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O comunicado, agora, que me permito fazer a V. Ex^{as} e que peço seja distribuído a cada um das Sr^{as} e Srs. Senadores é em relação ao acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT, em audiência pública realizada nesta Comissão, no dia 20 de março de 2013. A atualização é do dia 07 de maio de 2013. Naquela data, o Diretor-Geral do DNIT assumiu os seguintes compromissos:

Em relação à BR-364: Rondônia – Pimenta Bueno/Ouro Preto (Lote 02). Compromisso assumido: início das obras de restauração, no dia 30 de março. Obras em andamento, retomadas na última semana de abril.

Ainda em relação à BR-364: Estado do Acre. Compromisso assumido: apresentar proposta de solução para a recuperação da rodovia. Prazo dado por ele: 15 dias, que nos levou ao dia 04 de abril de 2013. Situação atual: vistoriado trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul; trecho Sena Madureira a Feijó continua em execução pelo Estado mediante Termos de Cooperação em vigor; trecho Tarauacá/Rio Liberdade em restauração pelo Estado com recursos próprios; demais trechos assumidos pelo DNIT a partir desta data.

Observação: Repassado ao Governo do Acre pelo DNER e DNIT um total de cerca de R\$1,2 bilhão para implantação e pavimentação da BR-364 no Estado.

Em relação à BR-155, Estado do Pará, trecho até Marabá: são três lotes. Lote 1: projeto pronto no dia 3 de maio de 2013, concluído no prazo. Edital de licitação: previsto para o dia 31 de maio de 2013. Início das obras: previsto para o dia 1º de julho de 2013.

Lote 2: projeto pronto no dia 25 de abril de 2013, concluído no prazo. Edital de licitação: no dia 31 de maio de 2013 (lançamento do edital de licitação). Início das obras: dia 1º de julho de 2013.

Em relação ao Lote 3, ainda da BR-155 no Estado do Pará, trecho até Marabá. Em relação ao Lote 3, Marabá-Eldorado dos Carajás: projeto pronto no dia 19 de abril de 2013, concluído no prazo. Edital de licitação: a ser lançado no dia 20 de maio de 2013. Início das obras: no dia 20 de junho de 2013.

Em relação à BR-425, Estado de Rondônia, Abunã a Guajará-Mirim. O compromisso assumido pelo Diretor-Geral do Dnit foi de lançamento de nova licitação via RDC até o dia 30 de abril. Situação atual: entrega das propostas dos Lotes 1 e 2 marcada para 17 de maio de 2013.

Em relação à BR-168, Mato Grosso, trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e Posto Gil. Compromisso assumido: duplicação do trecho, relicitação de um lote e início das obras em sessenta dias a partir da data da realização da audiência pública em 20 de março, o que nos coloca no dia 20 de maio. Situação atual. Lote 1: vencido pela Mendes Júnior. Lote 2: entrega de propostas em 10 de maio de 2013. Lote 3: novo edital até 20 de maio de 2013. Lote 4: entrega de propostas em 24 de maio de 2013.

Em relação ainda à BR-163, Pará e Mato Grosso, trecho até Miritituba.

Compromisso assumido: mobilização das empresas até o dia 15 de abril – empresas mobilizadas. Recuperação e asfaltamento do trecho, compromisso assumido: até o final do ano, 31 de dezembro de 2013.

Pará ainda: BR-163, Miritituba-Santarém. Compromisso assumido: recuperação e asfaltamento até Santarém até o primeiro semestre de 2014, portanto, até 30 de junho de 2014 foi o compromisso assumido pelo Diretor-Geral do Dnit.

Em relação à Hidrovia Araguaia-Tocantins, Pará, Pedral do Lourenço. Compromisso assumido: recebimento do projeto de derrocamento em sessenta dias, o que nos coloca no dia 20 de maio. Situação atual: aguarda o projeto da Vale, mas, independentemente de o projeto da Vale ser apresentado ou não, disse o Diretor-Geral do Dnit que iria tocar, iria aguardar até a data estabelecida e, se a Vale não apresentasse, o próprio Dnit iria tocar a obra. Foi excluída do PAC, mas deverá retornar – essa é a observação feita em relação a Pedral do Lourenço no que diz respeito ao recebimento do projeto de derrocamento.

Em relação ainda a Pedral do Lourenço, no Pará, o compromisso assumido: lançamento da licitação via RDC em sessenta dias a partir do dia 20 de março – volto a repetir, dia da audiência pública do Diretor-Geral do Dnit aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura –, o que nos coloca no dia 20 de julho.

Em relação à BR-316, Alagoas, trecho Carié a Inajá, em Pernambuco. Compromisso assumido: lan-

çamento da licitação para asfaltamento via RDC. Prazo dado pelo Diretor-Geral: noventa dias, o que nos coloca no dia 18 de junho.

Em relação à BR-316, no Pará, trecho Castanhal-Santa Maria. Compromisso assumido: duplicação do trecho. Posição sobre o problema: ficou para o mês de maio, compromisso assumido para informar no mês de maio.

Em relação à BR-316, ainda no Pará, ponte sobre o Araguaia. Compromisso assumido: licitação para a construção da ponte, também em maio, até o final deste mês.

BR-101, Espírito Santo. Compromisso assumido: conclusão do Contorno de Vitória. Prazo estabelecido pelo diretor-geral do DNIT: até o dia 30 de junho de 2013. Situação atual: foi assinado pela ANTT contrato de concessão com a iniciativa privada de todo o trecho. O DNIT permanece apenas com o trecho de 2km, em Vitória, já duplicado e em boas condições.

BR-101, Alagoas. Recuperação da BR-101. Sem prazo. O cálculo da repactuação contratual em execução no setor técnico do TCU. DNIT, aguardando a comunicação oficial do Tribunal, mas já foi autorizada, já foi aprovada, no plenário do TCU, a retomada das obras da BR-101 em Alagoas.

BR-242, Estado do Mato Grosso. Compromisso assumido: pavimentação e revisão dos projetos e lançamento do RDC, em 120 dias, a partir da audiência pública em 20 de março, o que nos coloca no dia 20 de julho. Situação atual: depende de deliberação do Ibama, que promete considerar os estudos ambientais estaduais realizados.

BR-174, no Estado do Mato Grosso. Compromisso assumido: licitar os projetos apresentados pelo Governo de Mato Grosso. Prazo dado pelo diretor-geral do DNIT: 180 dias, o que nos leva a 20 de setembro de 2013. Situação atual: firmado termo de cooperação para implantação do trecho com projeto oferecido pelo Governo estadual. Obra incluída no PAC 2.

BR-135, Maranhão, trecho São Luís-Miranda do Norte. Compromisso assumido: duplicação do trecho. Não foi dado prazo, e o EIA, Estudo de Impacto Ambiental, e o IMA estão em elaboração. Ou seja, depende ainda do licenciamento ambiental.

BR-319, no Amazonas, entre Amazonas e Rondônia, Manaus-Porto Velho. Compromisso assumido: asfaltamento e recuperação desse trecho, ligação Manaus-Porto Velho. Não foi dado prazo. Situação atual: contratada pelo DNIT a empresa para execução dos levantamentos de jazidas complementares exigidos pelo Ibama.

BR-429, Rondônia, Presidente Médici-Costa Marques. Compromisso assumido: licitar as pontes.

Sem prazo definido. Embora não se tenha dado o prazo específico – como em outros trechos das obras aqui já citadas –, neste caso da licitação das pontes, já está em fase final a análise da habilitação técnica da empresa.

Essa é a prestação de contas que, semanalmente, eu faço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores dos compromissos assumidos perante as Sr^{as} e os Srs. Senadores desta Comissão no dia 20 de março de 2013, em audiência pública em que compareceu o diretor geral do DNIT, General Fraxe.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que faz à frente desta Comissão e informando-nos, semanalmente, sobre os temas que debatemos aqui, principalmente sobre a audiência pública realizada no dia 20 de março, com o General Jorge Fraxe.

Tenho que trazer este tema, novamente, Sr. Presidente, com relação à BR-364.

Estive, pessoalmente, no sábado, percorrendo esse trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto Oeste, onde o General Fraxe se comprometeu a iniciar os trabalhos, pelo consórcio, no dia 1º de abril.

Na verdade, nós temos de reconhecer que o Governo faz a sua parte: fez o projeto, fez a licitação, homologou a licitação, deu a ordem de serviço para o consórcio; e o consórcio não iniciou a obra. Essa ordem de serviço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi dada ao consórcio em setembro de 2012. Em setembro! E, até agora, o consórcio – CCM e CCL, que foram os vencedores e receberam a ordem de serviço – ainda não iniciou a obra.

Para que não houvesse dúvida, fui, pessoalmente, andei na BR de Ji-Paraná até Pimenta Bueno, não encontrei uma máquina e nenhum vestígio de acampamento ou de mobilização por parte da empresa.

Eu entendo o seguinte: o Governo faz a sua parte, o DNIT faz a sua parte, o DNIT notificou o consórcio. Não resolveu.

Qual é a minha sugestão? Que descredencie essa empresa. E temos que achar uma maneira de fazer com que essas empresas que participam das licitações e não cumprem o contrato fiquem inadimplentes, mas não somente as empresas, porque é muito fácil: mudam o nome da empresa, criam consórcios.

Qual é a solução? Colocar inadimplente o engenheiro responsável pela obra, é o proprietário da empresa pelo seu CPF, não é a empresa somente.

Aí, sim, vamos ter um resultado positivo, porque o Governo faz um trabalho importante – planejamento, licitação, dá ordem de serviço –, e fica essa briga entre nós Parlamentares; o DNIT com a empreiteira, ou o consórcio, nesse caso, o consórcio. E as coisas não acontecem. Não acontecem por culpa, talvez, no meu entendimento, nesse caso, de maus empresários que não executam a obra, e não podemos ficar à mercê da vontade de algumas empresas de executar ou não a obra. Nesse caso – pode ter acontecido como em outros casos –, mergulham no preço para ganhar a licitação, na expectativa, depois, de um realinhamento de preço, aditivo e tudo mais, e não iniciam a obra.

Se não me falha a memória, esse consórcio, essa empresa CCM/CCL já tem algumas obras paralisadas no País, por sua conta, como aconteceu com a Delta, na BR-425: ganhou a licitação, iniciou a obra e não a concluiu, abandonou-a e deixou, lá, a população de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré, à mercê de uma obra inacabada, com muitos riscos de acidentes, acidentes que aconteceram durante o ano, e nós estamos aguardando a nova licitação, até porque, para fazer licitação, temos que fazer novo levantamento para saber o que foi feito e o que falta fazer. Isso aconteceu também.

Já está em certame de licitação, as propostas serão abertas dia 17, segundo informação do DNIT. Mas há uma ordem de serviço que foi dada, também, dia 20 de março, para a empresa Capital, para manutenção desse trecho entre Guajará-Mirim e a BR-364, são 120km, que também não começou o serviço. E a população está, lá, revoltada, porque há um caminhão tapando os buracos com cascalho, com terra. É claro que não é a solução, e não é esse o contrato que foi feito com a empresa. A licitação não foi essa. Então, estamos numa situação muito delicada com relação às empresas – eu diria –, a algumas empresas.

Contrário a essa questão, temos que colocar também que, no último dia 1º de maio, foi aberto o trânsito da construção da duplicação da BR-364, no Município de Ji-Paraná. Um trabalho que foi feito em tempo recorde, entregue antes do prazo previsto. Então, nós temos empresas boas e empresas que não atendem à necessidade da população brasileira.

Com relação às travessias urbanas de Ji-Paraná, Sr. Presidente, quero fazer uma ressalva, aqui. Esse é um projeto que foi iniciado em 2001, quando fui prefeito de Ji-Paraná. Naquela época, pedi à nossa Deputada Marinha Raupp que nos auxiliasse a concluir ou iniciar aquela obra; e, prontamente, a Deputada Marinha colocou orçamento da União para duplicar ponte do Rio Machado, em Ji-Paraná. Essa obra foi feita e, na sequência, iniciamos um trabalho, aqui, em 2009, colocando uma emenda em bancada para duplicação de

toda a rodovia no Município de Ji-Paraná. Não tivemos sucesso na emenda.

E, aqui, quero fazer, de pronto, um agradecimento especial ao ex-Ministro Alfredo Nascimento. Na época, o Ministro Alfredo colocou essa obra no PAC, juntamente com a Ministra Miriam Belchior, e, a partir dali, não precisou de emenda parlamentar, não precisou de verbas parlamentares. Ficou no PAC, e, em regime de urgência, conseguimos concluir a obra.

O então Diretor de Planejamento do DNIT, Miguel de Souza, também nos ajudou no trabalho de construção e planejamento do projeto, e conseguimos fazer essa obra, que foi entregue à população não ainda terminada. Esperamos a conclusão, para que todos nós da Bancada Federal possamos ir a Ji-Paraná fazer a entrega dessa obra importantíssima para Ji-Paraná e para o Estado de Rondônia, juntamente com os Senadores Raupp, Ivo Narciso e também os Deputados Federais. Esperamos a presença da nossa Presidenta Dilma, juntamente com o atual Ministro dos Transportes, César Borges. Também fica aqui o nosso agradecimento ao ex-Ministro Paulo Passos, que também foi uma pessoa muito importante na conclusão dessa obra.

Mas, pontualmente, a questão da 364 é um fato realmente muito preocupante. Eu convido o General Jorge Fraxe para ir conosco a Rondônia, inspecionar essa obra *in loco*, para que o DNIT tome uma decisão. Nós, infelizmente, não podemos tomar nenhuma decisão. Cabe a nós cobrar, cobrar, cobrar. Mas é importante que se tome uma providência com relação a essas empresas. Daí a minha sugestão de punir não somente a empresa, mas os seus engenheiros responsáveis pelas obras, os proprietários e seus CPFs. Assim, nós teremos uma condução melhor das licitações no nosso país, no futuro.

No mais, eu agradeço, Sr. Presidente, a sua gentileza de prestar contas e nos informar semanalmente como andam as propostas e os compromissos aqui firmados pelo nosso diretor-geral do DNIT, General Jorge Fraxe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

Pela ordem, com a palavra S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, eu queria parabenizar o Presidente por este trabalho diligente que tem feito, ajudando-nos, em todos os Estados, a cobrar, do Ministério dos Transportes, do

DNIT e de outros Ministérios na área de infraestrutura, não só a celeridade, mas o início das obras, que não acontece. Eu nunca tinha visto isso na história.

O que o Senador Acir está dizendo é a pura realidade. Nós estamos cansados. Nós estamos apanhando de vereadores. Eu já fui vereador no meu Estado. Nós estamos apanhando. Eu apanhei publicamente de um vereador num evento de lançamento de obra do Governo do Estado, porque as obras do DNIT em Rondônia não acontecem. Os Deputados Estaduais já estiveram em Brasília, cobrando. Nós estivemos juntos lá no Ministério. Ainda bem que fomos juntos, senão teríamos apanhado mais. Os Deputados Estaduais estão batendo na Bancada Federal, nos Senadores e Deputados Federais. Os vereadores começaram a bater também, porque se sentiram fortalecidos quando os Deputados Estaduais começaram a bater, pois as coisas não acontecem.

Em relação a essa obra da BR-364, o Senador, fez um relatório praticamente de tudo o que tem acontecido até agora. Quando o Miguel de Souza, de Rondônia, era Diretor de Planejamento do DNIT, esse projeto teve início. Isso já faz uns três, quatro anos. Foi em 2009. Então, já vai para cinco anos que o projeto de restauração da BR-364, de Vilhena a Porto Velho, teve início. Cinco anos. E, até agora, não começou nenhum lote! Eu fiquei animado no dia em que passei de Cacoal para Ji-Paraná e havia uma Patrol fazendo limpeza lateral e saiu. Então, não há mais nada. Eu até disse aqui, certo dia, que haviam começado a fazer as limpezas laterais para iniciar a obra. Mas, desde o início de abril, o General está dizendo que essa obra vai começar, vai começar. Não começa.

O trecho 1 vai de Vilhena a Pimenta Bueno. O trecho 2 é esse a que foi dada a ordem de serviço em setembro do ano passado, a que o Senador Acir se referiu. Já era para ter começado, não começou. E os outros trechos estão piores ainda, porque, do trecho 1, três empresas participaram da licitação. Depois que ganharam, a primeira desistiu, a segunda desistiu também, a terceira fez um esforço grande, buscou até algumas empresas locais lá de Rondônia que tivessem usina de asfalto – existem algumas –, para tentar fazer uma parceria para tocar, mas acabou desistindo também. Isso se deu com o trecho 1, de Vilhena a Pimenta Bueno.

Então, a coisa é muito enrolada. Agora, o que eu soube é que, no início do planejamento dessa obra, o valor era em torno de R\$800 milhões. Aí, baixaram para R\$400 milhões. Os quatro lotes estão dando em torno de R\$400 milhões e pouco. Aí, é isso que o Senador Acir Gurgacz disse, as empresas não vão fazer.

Com a 425 já aconteceu uma vez e ia acontecer de novo. Eles prorrogaram o prazo. Eles já tinham prometido também a abertura da licitação para final de abril; não abriram, porque prorrogaram o prazo – e a 425 é a pior BR do Brasil. Houve reportagem, e nós fomos lá. Dizem que é a pior BR do Brasil, e o General disse que iria ficar a melhor BR do Brasil depois da restauração. É a BR-425, de Abunã, no entroncamento da 364, até Guajará-Mirim.

O fato é que já houve uma desistência de uma empresa – a Delta. Antes dos seus problemas, a Delta já havia desistido desse lote. Aí iniciaram o processo licitatório, que era para ser aberto final de abril. Por que não abriram? Porque souberam que nenhuma empresa iria participar, porque os preços estavam muito baixos. Aí prorrogaram os prazos de licitação por não sei quantos dias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para 17 de maio.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para 17 de maio, para poder realinhar os preços antes de abrir a licitação. (*Risos.*)

As empresas já tinham dito que iria dar deserta, que nenhuma empresa iria participar.

Outro fato curioso – conversei sobre isso no DNIT aqui em Brasília e lá em Rondônia: licitaram uma BR que o Senador Acir Gurgacz ajudou a federalizar, a antiga 399, que agora é 435, de Vilhena a Cerejeiro, de 130km, se não me engano. Fizeram uma licitação para restaurá-la, porque o Estado não está mais restaurando-a, conservando-a. Aí, fizeram uma licitação. A empresa já estava mobilizando-se. Aí, foram ver que o processo de federalização não estava completo ainda, havia problema. Assim, eles recuaram, a empresa está desmobilizando, porque vai demorar, talvez uns dois ou três meses, até concluir o processo de federalização, mas a licitação foi feita.

Eu questioneei: como é que se faz uma licitação? A rodovia já tem número federal, porque 435 é número de BR, e agora vai ter de paralisar tudo, porque não foi completado o processo de federalização.

Outra coisa para concluir: quanto à Ponte do Abunã, também tão falada, a Bancada do Acre e a Bancada de Rondônia questionaram e cobraram já há uns três, quatro anos. Houve uma licitação há uns cinco, seis anos, quando o Moreira Mendes era Senador aqui. Ainda faz mais tempo. Faz dez anos. Já estou aqui há dez anos, e eu vim depois do Moreira. Então, já faz dez anos que teve início também um processo de licitação da Ponte do Abunã, que é a ponte de quase divisa de Rondônia com o Acre, no Rio Madeira também. O que aconteceu? Na primeira vez, foi cancelada, porque só

tinha o projeto básico, o projeto executivo. Agora, há o projeto executivo, e já estão licitando.

A informação que tive ontem é a de que as empresas não vão participar também. Como não vai dar executar com aquele preço, então nenhuma empresa vai pegar, porque os preços estão suborçados.

Para concluir, ao contrário da obra de Ji-Paraná, que foi em tempo recorde, que já está praticamente pronta. Infelizmente, a ponte ainda falta acabamento e algumas coisas em convênio com a Prefeitura.

Quanto à Ponte de Porto Velho, na BR-319, eu achava que ia inaugurar daqui a uns 60 dias. Eu soube de um empresário, ontem, que não há dinheiro. É necessário que se faça um remanejamento de recurso do PAC para colocar nessa obra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Essa é a BR-319 a que V. Ex^a se refere?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A BR-319.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Manaus-Porto Velho?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Manaus-Porto Velho. Seria Porto Velho-Manaus, porque é ali logo na entrada de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Aqui há a informação, se V. Ex^a me permitir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A informação da atualização dada pelo DNIT é a de que *foi contratada pelo DNIT empresa para execução dos levantamentos de jazidas complementares exigidos pelo Ibama*. É isso mesmo?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não. Essa deve ser a do Abunã, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – São duas questões. A que V. Ex^a está lendo é a BR-319, e nós estamos falando somente da ponte que liga Porto Velho a Humaitá e, na sequência, Manaus também. É só com relação à ponte. Queria apenas contribuir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Essa ponte que já está praticamente pronta, já foi fechada a parte de cima, mas há as cabeceiras para fazer e há casa para remover. Aí fiquei sabendo, por meio de empresários ontem, que essa ponte é para até o ano que vem. Talvez ela não se conclua este ano, porque não há recurso agora.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Mas é em função do aterro só de um lado, não, Senador? Porque a ponte já está concluída.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A ponte praticamente está concluída, mas há ainda aqueles dolphins para fazer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O aterro e só uma cabeceira.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PDT – RO) – Há as cabeceiras. É necessário que se retirem as casas. Há os dolphins, que são os pilares, que vão ser reforçados, por causa dos barcos, pois alguns já bateram lá. Eles vão reforçar os pilares.

Parece que todas as obras do Brasil têm problema. Elas começam, vão até um ponto.

Parabéns pela obra de Ji-Paraná! Parabéns para a empresa, porque essa deu sorte, pois começou, não está 100%, mas vai concluir – graças a Deus. Porque o resto está tudo complicado. Se o Brasil todo estiver como Rondônia, a coisa está muito difícil. Tenho até dó do General Fraxe. Ele é uma pessoa boa. Ele está cheio de boa vontade, mas não sei se é a engenharia. Já disse, muitas vezes, que o nosso problema é de projeto. O problema é técnico. É difícil começar um projeto e terminá-lo sem ter problema.

É desalentador, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Em relação à colocação feita por S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz, ontem, assistindo ao pronunciamento de V. Ex^a, já de posse desse documento de atualização fornecido pelo DNIT, eu encaminhei um ofício para que eles prestassem informações até hoje sobre a real situação.

Vejam bem. Nós todos temos de tomar essas informações de ofício como algo correto. Quando eu ouvi o discurso de V. Ex^a ontem, com a autoridade que V. Ex^a tem, com a representatividade que V. Ex^a possui, logo vi que essa informação do DNIT estava incorreta.

Então, solicitei, ontem mesmo, e espero – e era para que essa informação me chegasse ainda na parte da manhã, mas, como começamos muito cedo a nossa reunião, entendo que não tendo sido possível a eles enviar essa resposta – que ela nos seja dada hoje ainda, porque a informação do DNIT está aqui. V. Ex^{as} têm em mãos a situação atual. *Obras em andamento, retomadas na última semana de abril.*

S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz esteve lá pessoalmente e verificou que nada está sendo feito. Algo de muito errado está acontecendo, e percebo que essa questão – DNIT, Tribunal de Contas da União – precisa, de alguma forma, que a Presidenta coloque ordem, porque não é possível que isso continue assim.

S. Ex^a o Senador Valdir Raupp também veio aqui com as suas colocações, sendo cobrado, como é de

praxe – nós todos temos de ser cobrados mesmo não somente pela população, mas por aqueles que representam o dia a dia as nossas comunidades, que são os nossos vereadores –, porque nós levamos para lá informações que recebemos aqui de Brasília, damos essas informações como certas, confiáveis. Depois, quando se vai verificar na prática, essas informações não se confirmam. Isso é triste. Isso é algo reprovável.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Estamos sendo desmoralizados. A Bancada Federal está sendo desmoralizada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu entendo. Inaceitável. Inaceitável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Se me permite, Sr. Presidente, peço uma informação. Como é que poderíamos fazer para visitar *in loco*, convidando o DNIT para nos acompanhar, a BR-364, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso aí nós podemos fazer, mas temos aqui um fato real primeiro, Senador Acir Gurgacz. V. Ex^a lá esteve, agora, nestes últimos dias.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – No último sábado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – No último sábado, V. Ex^a lá esteve e verificou *in loco* que essa obra da BR-364, que o DNIT informa estarem em andamento e terem sido retomadas na última semana de abril, V. Ex^a confirma que essa informação dada pelo DNIT está errada.

É bom lembrar que, no dia da audiência pública do diretor-geral do DNIT, no dia 20 de março, quando ele começou a estabelecer datas para o início de obras, eu até o alertei e disse que S. S^a não necessitava estabelecer datas. Ninguém aqui estava cobrando isso, apenas queríamos saber o andamento, como estava, e essa coisa toda.

Ele disse: faço questão de estabelecer as datas. Falei: bem, já que o senhor faz questão de estabelecer as datas, vou anotar aqui, uma por uma, e vamos acompanhar semanalmente a execução dessas obras, baseada nos compromissos, que V. S^a está aqui assumindo.

Sinceramente, nós todos tivemos experiências no Executivo. Isso aqui, para mim, é, como disse o Senador Valdir Raupp, inaceitável. Isso é kafkiano! Isso é algo para se dar um murro na mesa, fazer voar tudo dali e reformar tudo isso. Esse DNIT deve funcionar! O TCU deve colaborar! Esses técnicos do TCU também, prepotentes, incompetentes, inexperientes, que ficam criando dificuldades as mais extravagantes! E o pior, em nome, eles dizem, da boa execução financeira da obra. E não é. As obras que são paralisadas têm um

preço, no final, duplicado, triplicado, e, muitas vezes, os erros apontados pelos técnicos, no caso específico do TCU, são vistos posteriormente como inexistentes, conforme apontado, levando à paralisação da obra.

Quem paga por isso? Ninguém! Ninguém!? Por um erro de avaliação do técnico, que paralisou por um motivo “x”, e, depois, viram que esse motivo inexistia. Quem vai pagar por isso?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, esse enxugamento exagerado é prejuízo. Isso não traz lucro nenhum. É prejuízo para a população, porque, depois, vem realinhamento, vem reajustamento, vem demora da obra, vem paralisação da obra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Olha, há aqui um exemplo em relação a Pernambuco. Eu recebi ontem. Trata-se da BR-101. Vejam aqui os senhores. Por isso, referi-me agora à questão do TCU e do DNIT.

Que me perdoe o senhor diretor-geral, mas isso aqui é inaceitável. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, os integrantes desta Comissão, nós não podemos aceitar informações falseadas. Acredito que o diretor-geral do DNIT não esteja a par talvez, como deveria estar, porque foi ele que assumiu o compromisso, a respeito do que aqui está sendo informado pelo seu pessoal, com a sua autorização. Mas isso aqui é inaceitável.

Nós temos é que rasgar isso aqui e devolver ao senhor diretor-geral do DNIT, para que ele tome providências. *(Pausa.)*

Por favor, coloque isso num envelope e encaminhe ao diretor-geral do DNIT. Esta Comissão não aceita mais estas mentiras colocadas neste papel. *(Pausa.)*

Em relação ao TCU, está aqui: “Obra e Estudo sobre a BR-101 de Pernambuco. Execução dos serviços necessários à realização das obras de duplicação e restauração com melhoramento na rodovia BR-101 em Pernambuco. Extensão: 24,6km”.

Bem, a obra é de 189km, com mais uns acessos vicinais, dando 213km. Obra orçada: R\$142 milhões, licitada. Proposta: R\$142milhões.

Aí foi feita uma vistoria pelo TCU, e o TCU manda repactuar o contrato. Repactuaram o contrato, que era de R\$142 milhões, em R\$133 milhões. Diferença de R\$8 milhões. A empresa disse que àquele preço ela não podia fazer. Aí, o TCU mandou parar a obra.

Bem, houve a rescisão contratual, em 31 de outubro de 2012. O TCU mandou fazer, então, uma licitação pelo regime diferenciado, pelo RDC. A primeira delas fracassou, porque ninguém se apresentou. Foi feita uma segunda licitação, via RDC, nº 128, de 2013. A proposta mínima apresentada, que está sendo ana-

lisada, para a sua habilitação, foi de R\$182 milhões. Ou seja, isso é diabólico.

Devido a uma exigência do técnico, por causa de R\$8 milhões, agora passamos de R\$142 milhões – a obra foi orçada inicialmente nesse valor –, que o TCU, com esse preciosismo, quis reduzir em R\$8 milhões. A empresa não aceitou porque o preço, inclusive, não era compatível pela licitação ganha, e hoje, para se concluir essa obra, que inicialmente foi orçada em R\$133 milhões, vão ter que pagar R\$182 milhões.

Pergunto: Quem vai pagar essa diferença de R\$50 milhões entre o preço inicial da obra e o preço atual, estabelecido depois da paralisação dessa obra pelos técnicos do TCU? Quem?

Concordo plenamente com V. Ex^{as}. Isso não pode continuar assim. Deve-se parar com isso. O Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, não tem nada de auxiliar, até porque ele não tem o poder de paralisar. O poder de paralisação, pela Constituição, é do Congresso Nacional. Ele pode orientar e auxiliar, pois ele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Pela segunda reunião consecutiva, apresento aqui essa questão, para prestar contas a V. Ex^{as}, tomando como de fé pública as informações prestadas pelo DNIT, e encontro sempre de V. Ex^{as} informações contrárias àquelas prestadas pelo DNIT. Se um órgão como o DNIT não é capaz de prestar informações corretas à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República – meu Deus do céu! –, algo de muito errado está acontecendo nesse departamento. Muito errado! Não é assim que o Brasil vai caminhar!

Não é isso que vimos ontem nesse seminário realizado ontem e anteontem, com diversos especialistas e palestrantes, de toda natureza – do Governo, de fora do Governo, do mundo acadêmico –, todos, falando dessa questão da deficiência nossa de logística no setor rodoviário, ferroviário, hidroviário e da falta de competitividade do Brasil. Enfim, essas coisas todas que estamos vendo, e o Brasil querendo desenvolver-se, o Governo criando programas. É o PAC 1. É o PAC 2. É o PAC 3. Agora, é o Plano de Logística, dando recursos, tendo recursos, porque, muitas vezes, o pessoal diz assim: “não. A obra do PAC está parada porque não há recursos”. Não! Não é verdade! Recursos existem! Estão garantidos pela Presidenta da República! O erro vem de baixo: do órgão de execução e do órgão de fiscalização.

Enquanto não conciliarmos os interesses nacionais com esse preciosismo desses técnicos do TCU, que, volto a dizer, são incompetentes, inexperientes, prepotentes e metidos à besta. Os Ministros do TCU devem enquadrar esse departamento técnico, por-

que eles não podem fomentar os prejuízos que estão causando à Nação brasileira, atrasando as obras. E se fosse atrasar para dizer assim: “atrasou, e tinha razão”. Não tem razão, porque o custo que essa paralisação ocasiona, em cada uma dessas obras à Nação brasileira, ao Tesouro Nacional, é de uma monta extraordinária. Então, há que se conciliar isso. Na área do Executivo, acredito que a Presidenta da República tenha que dar um jeito nessa questão desse DNIT. Não pode continuar assim. Não pode continuar assim. Não pode continuar assim.

Em relação a esse TCU, estabelecer uma norma de conduta. Não deixar que esses técnicos saiam aí que nem apalermados que são e parando tudo quanto é obra no Brasil. O que é isso? E ainda mais recebendo elogios. Porque quando paralisam: “ah, muito bem, paralisou a obra, não sei o quê, evitou desvio de verbas”. Partem do princípio logo de que houve o desvio de verba, de que houve corrupção na obra. Prendem o engenheiro responsável pela obra. E, quando vamos ver, a culpa não é deles.

Então, a resposta da Comissão de Serviços de Infraestrutura em relação ao DNIT é essa. Desculpem se é uma resposta um pouco mais dura, mas é porque já é pela segunda vez. A terceira vez o DNIT não nos vai engabelar. E eu não estarei aqui, como Presidente desta Comissão, para trazer a V. Ex^{as}, na confiança que V. Ex^{as} me deram de presidir esta Comissão, informações que não estejam absolutamente corretas.

Eu agora me recuso a fazer qualquer leitura das informações que sejam prestadas pelo DNIT até que alguma modificação ocorra naquela repartição – seja lá como queira ser chamada – ou departamento e enquanto não tenhamos uma resposta afirmativa por parte do Executivo do que vai acontecer. Porque do jeito que está não pode continuar.

Pela ordem, com a palavra, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente, apenas para que ficasse registrado nos Anais desta Comissão, até porque na vinda do diretor-geral do DNIT, o General Fraxe, eu fiz algumas intervenções e alguns questionamentos. E o senhor é testemunha disso, o senhor estava presente naquela reunião. E, por conta desses questionamentos, estou pagando um preço muito grande lá no meu Estado, de que eu teria aqui na Comissão criado alguns instrumentos para prejudicar o andamento das obras da BR-364, panfletos, faixas. E queria que ficasse registrada aqui a minha insatisfação, a minha indignação.

Na sexta-feira passada, o Ministro dos Transportes e o General Fraxe estiveram em meu Estado. E eu, como Vice-Presidente desta Comissão, sequer fui

comunicado da sua presença. E já tive a oportunidade de questionar isso com alguns Ministros da Presidente Dilma, porque fica muito difícil para mim, como Senador da base do Governo e Vice-Presidente desta Comissão. Estou acompanhando essa situação da BR-364 lá no meu Estado, uma estrada que já vem-se arrastando há 12 anos.

Quando o senhor faz alguns questionamentos a respeito do Tribunal de Contas da União, acho que está correto. Mas se o Tribunal de Contas da União não fiscalizar, quem vai fiscalizar? Qual seria o órgão que fiscalizaria? Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu pergunto quem fiscaliza os técnicos do Tribunal de Contas da União. Quer dizer, quem fiscaliza esses absurdos que são cometidos?

Se V. Ex^a me permitir, Senador Sérgio Petecão, em nenhum momento, eu quero aqui sequer deixar transparecer que eu seja contra a fiscalização. Ela deve acontecer. Fiscalização deve acontecer pelos órgãos competentes. O que eu digo...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, só para ajudar. A CGU fiscaliza em tempo real...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, Senador Ministro José Pimentel, pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E quando identifica qualquer irregularidade, imediatamente já encaminha para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal e também para a Justiça Federal. Foi constituída toda uma estrutura de fiscalização mais efetiva. Já o TCU, que nos auxilia, particularmente, por meio da Comissão Mista de Orçamento, resolveu assumir uma outra tarefa: ele próprio ser uma espécie de poder – que ele não tem – de paralisar obras com medidas liminares, com cálculos que ele implanta para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Uma coisa é uma rodovia na Região Nordeste, onde você tem um sistema de solo, de clima. Outra coisa é na Região Norte, em que o período de funcionamento é temporal, a matéria prima deve se deslocar de uma região para outra. E eles aplicam uma tabela única, como se o Brasil não fosse um País continental. E tem também, Sr. Presidente, um pouco de vaidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Como a CGU fiscaliza em tempo real e corrige sem trazer grandes danos aos cofres públicos e à obra em execução, eles resolveram também partir para uma outra

tarefa, que não é a tarefa constitucionalmente a eles assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Que não é a sua atribuição constitucional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas é a CGU que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Falou aqui o Senador Ministro José Pimentel, que é Líder do Governo no Congresso Nacional, mostrando mais uma vez que as atribuições que a Constituição de 1988 outorgou ao Tribunal de Contas da União vêm sendo em muito extrapoladas pelo Tribunal de Contas da União, sobretudo pelos seus técnicos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

V. Ex^a retoma a palavra, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Só para concluir. Eu agradeço aqui os esclarecimentos do nobre Senador, até porque ele falou com conhecimento de causa. Um ex-Ministro com certeza tem acesso às informações. Quando eu me refiro ao TCU, à CGU, eu acho que nós temos que ter alguns instrumentos, algumas instituições que fiscalizem. Concordo com o senhor. E quem não deve nada não pode ter medo de fiscalização. Se não tem problema, por quê?

Mas eu gostaria, Presidente, de pedir aqui, já para concluir, que esta Comissão encaminhasse – eu estou requerendo verbalmente, mas se for preciso o faço por escrito – um ofício, eu não sei qual documento cabe, a assessoria da Comissão sabe com certeza, que expressasse o meu sentimento de indignação e falta de respeito porque o Ministro e o diretor do DNIT foram ao meu Estado. E eu aqui nesta Comissão já discuti. Inclusive ele estabeleceu um prazo: no prazo de 15 dias estaria me passando informações a respeito dos questionamentos que fiz aqui nesta Comissão.

Eu acho que nós perdemos uma grande oportunidade com a ida do Ministro, com a ida do diretor do DNIT, para que pudéssemos dar a maior transparência possível não para mim, mas para a população do Estado. Ora, se não há problema, porque todos nós aqui dentro queremos a conclusão daquela estrada. Nós queremos a conclusão da estrada. É uma estrada que já vem se arrastando. Nós sabemos da dificuldade que é construir na Amazônia, mas se nós todos não estivermos juntos, unidos, com certeza vai ser muito mais difícil construir aquela estrada.

Então, gostaria que fosse encaminhado um expediente ao Ministro dos Transportes e ao diretor-geral do DNIT pela desconsideração que foi dada à minha pessoa, pelo menos no sentido de comunicar. Se eu ia ou não ia, é uma outra questão, mas ele foi ao meu Estado e sequer eu tive o prazer...

É por isso que às vezes – e eu já falei isso para a Presidente Dilma – eu tenho dificuldade em defender algumas ações do Governo Federal que são rotuladas como ação do Governo Federal porque, infelizmente, não sou convidado para as atividades que são realizadas no meu Estado.

Obrigado, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão. O desagravo de V. Ex^a será feito, com a aquiescência das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, pelo lamentável esquecimento que teve de não participar a um integrante da base de apoio ao Governo, sobretudo Vice-Presidente da Comissão dos Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, da presença de S. Ex^a no seu Estado. Isso será feito ainda hoje. Enviarei cópia a V. Ex^a, com a deliberação e a aprovação dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Aprovado, então.

Com a palavra S. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com certeza, Sr. Presidente, o Ministro César Borges, que já foi parlamentar, já foi Senador nesta Casa, vai entender muito bem a situação do Senador Sérgio Petecão e, certamente, vai reparar esse erro grave. Ele é uma pessoa de bom senso, uma pessoa bem intencionada, uma pessoa séria. Tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho à frente do Ministério dos Transportes.

Eu queria fazer uma proposta da ida da Comissão a Rondônia. O Senador Acir já fez a proposta, e eu queria apenas reforçar. Se o Senador Ivo Cassol aqui estivesse faria a mesma coisa, mas já convidamos o General Fraxe, convidamos os diretores, para irem a Rondônia percorrer as nossas rodovias, as nossas BRs, mas tinha que ser para logo, para a semana que vem. Não é, Senador Acir? Eu proponho até a data do dia 13, que é a próxima segunda-feira. Daria tempo para arrumar um avião da FAB, de chamar o General Fraxe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Dia 13 é uma segunda-feira? Então, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp sugere que uma comissão de Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura vá fazer uma diligência em Rondônia, especificamente na BR 364.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Compreendendo o trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Foi dada a ordem de serviço para o trecho em setembro do ano passado. Nos outros, acho quem nem ordem

de serviço há. Houve desistência das três empresas, que é o lote 1, estão licitando novamente, mas o trecho mais crítico é o trecho 2, que vai de Pimenta Bueno. Na pista, desce jato. Também em Ji-Paraná, desce jato, cidade do Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu pediria a V. Ex^{as} que começássemos a tramitar com essa solicitação, que apresentassem agora o requerimento. Posso tomar, inclusive, o requerimento verbal de V. Ex^{as} agora.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Por gentileza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Depois, poderia colocar isso oficialmente, ainda hoje, no papel, para que possamos dar o trâmite a essa solicitação de diligência na BR 364.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu sugeriria ainda que possa ser feito em conjunto com a Bancada da Câmara, que certamente vão querer acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro. Será sempre muito bem-vinda a participação da outra Casa Legislativa nessa diligência. Mas acredito que, para facilitarmos, se quisermos agilizar e otimizar essa viagem, os objetivos para os quais os Senhores estão direcionando essa viagem, vamos fazer a nossa diligência, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e eles, da outra Casa Legislativa, se desejarem, também terão como se juntar a nós nessa visita no próximo dia 13, segunda-feira.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Se pudermos fazer, Sr. Presidente, à BR 364 e à 425. Poderíamos, de repente, conseguirmos helicópteros que estão lá parados, três, quatro grandes helicópteros novos na Base Aérea de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Daria para fazer isso num dia?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pode ser feito num dia. Agora, a questão da BR-425 ainda não encerrou certame licitatório. Vai-se encerrar no dia 17 de maio. Portanto, é importante a visita, mas entendo que seria mais proveitoso se nos concentrássemos neste momento na BR-364, que já tem ordem de serviço, nesse trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste. Aliás, é o pior trecho da BR-364. A visita à BR-425 é importante, Senador Raupp, mas nós ainda não temos o ganhador da licitação, o que dificultaria qualquer ação do DNIT. Talvez fosse uma visita prematura, talvez devêssemos deixar a BR-425 para quando tivermos o ganhador do processo de licitação para acompanharmos as obras.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu só queria que eles vissem o estado em que elas se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a aquiescência de V. Ex^a, eu pediria que V. Ex^a se reunissem...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Vamos cobrar lá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu pediria que V. Ex^{as} se reunissem agora com a assessoria da secretaria desta Comissão, para, então, elaborarem esse requerimento, de modo a que pudéssemos, devido à urgência, colocar em votação ainda na reunião de hoje.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^{as}.

Dando prosseguimento à nossa pauta do dia de hoje e considerando as normas e procedimentos adotados por esta Comissão, eu consulto as Sr^s e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de nós incluirmos na pauta de hoje o requerimento de voto de aplauso e congratulações dirigido ao Governo brasileiro pela eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a diretoria-geral da Organização Mundial do Comércio, OMC.

Aqueles que concordam com a inclusão da matéria na pauta da reunião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

É um item extraordinário.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 19, DE 2013

**Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja externado ao Governo brasileiro VOTO DE APLAUSO e Congratulações pela eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a Diretoria-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).
Autoria:** Senador Fernando Collor

Passo a ler a justificção:

Com ampla margem de votos, o Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo foi eleito, em 7 de maio de 2013, novo Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

O ineditismo da escolha aponta não só por ser a primeira vez em que um representante brasileiro chega ao maior posto daquela entidade internacional, mas também por ter sido vencido o candidato apoia-

do pelas nações representantes das principais forças econômicas e políticas do Planeta.

A eleição de Roberto Azevêdo representa, assim, a consolidação da importância do desempenho, do peso e da opinião dos países em desenvolvimento no concerto das nações, especialmente num fórum da grandeza da OMC, onde são tratadas e decididas as principais questões de cunho comercial no âmbito da economia internacional.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento dessa verdadeira vitória da diplomacia brasileira, sob o comando do nosso Itamaraty, mediante o presente voto de aplauso e congratulações ao Governo Federal.

Coloco em discussão o requerimento.

Para discutir, S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente Fernando Collor, quero parabenizá-lo pela iniciativa e registrar que a boa articulação dos chamados BRICS – Brasil, Índia, China, África do Sul e Rússia – foi decisiva para esses países emergentes, que hoje garantem o crescimento econômico de grande parte do Planeta e discutem um conjunto de alternativas para fugir ao cerco que os países mais ricos, sejam os Estados Unidos da América, sejam os países de Comunidade Europeia, faziam ao terceiro mundo e a nós em especial.

Queria também, Sr. Presidente, registrar o papel dos países africanos. O Brasil vem fazendo uma articulação junto aos países africanos, com troca de informação, de assessoria, com a criação de uma universidade, a Unilab, para aproximar os países de língua portuguesa. Esse conjunto de ações permitiu a criação de laços de amizade e também de confiança política para que pudéssemos derrotar o candidato patrocinado pelo Mercado Comum Europeu e pelos Estados Unidos da América, que foi o articulador de levar o México para o Nafta, o Acordo Norte-Americano, na mesma época em que nós debatíamos a questão da Alca aqui para a América Latina.

Portanto, não é apenas a eleição de um Presidente: é o simbolismo que isso representa para esses países que hoje procuram ter um espaço maior no mercado econômico internacional e, ao mesmo tempo, defender os seus interesses.

Nós reclamamos muito aqui da morosidade de um conjunto de obras que estamos fazendo no Brasil – e é procedente –, a questão da nossa infraestrutura, que V. Ex^a tem trazido, com muita presteza, para esta Comissão. Mas é preciso também registrar que, de

cada grupo de 50 obras maiores do mundo, 18 delas estão sendo feitas no Brasil neste momento.

É evidente que nós temos que encurtar ainda mais esses prazos, e a falta de mão de obra qualificada, que é outro problema gravíssimo nosso, tem contribuído para isso. Mas nós vamos preenchendo esses espaços no âmbito internacional, vamos criando ambiência para que o Brasil corresponda a suas necessidades internas, e, inegavelmente, esta Comissão é o foro privilegiado para fazer este debate.

Portanto, quero subscrever com V. Ex^a esse requerimento e dizer que essa é a posição do nosso Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel.

Acolho V. Ex^a como subscritor desse requerimento com muita alegria e com muita satisfação.

Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

No tocante ao Item 1, eu espero que já esteja sendo redigido o requerimento a ser apresentado pelos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp, para que nós coloquemos ainda...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É importante, Sr. Presidente, que nós possamos colocar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Que nós possamos colocar, no nosso requerimento, a presença do General Fraxe para nos acompanhar. Acho que é fundamental o convidarmos para nos acompanhar. A visita nossa é importante, mas terá uma eficiência com a presença do General Fraxe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O General Fraxe e alguns diretores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sim, e os diretores...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Quem V. Ex^{as} acharem por bem incluir nessa comitiva. O requerimento é de V. Ex^{as}. Eu fico aqui apenas aguardando para colocar em deliberação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A sugestão é o General Fraxe, e ele, com certeza, deverá levar alguém que o acompanhe. Mas é importante a presença do General Fraxe, para que ele possa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Quem V. Ex^{as} acharem por bem incluir no requerimento, que será colocado para deliberação deste Plenário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Passa-se ao item 1:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 20, DE 2013

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção, em virtude da conclusão de seus trabalhos, da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo Requerimento nº 68, de 2011 – CI e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes.

Autoria: Senador Fernando Collor

O requerimento foi lido na reunião do dia 24/04/2013.

Coloco em discussão o requerimento.

Para discutir, S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu acredito que o trabalho que essa subcomissão vai fazer é muito importante para a realidade nordestina.

Nós temos clareza, e V. Ex^a sempre tem levantado, que a seca é uma realidade. O que nós precisamos é criar as condições para que possamos conviver com ela. E, se fizermos um levantamento dos últimos cem anos, a cada dez anos, nós temos um período de seca.

Portanto, essa subcomissão vem num bom momento, até porque a Câmara Federal, na data de hoje, está realizando também uma sessão plenária, discutindo este tema. E, ao mesmo tempo, temos toda uma demanda sendo exigida pelo setor produtivo, pelos trabalhadores, pelos gestores públicos da nossa Região.

Portanto, eu quero, em seguida, pedir ao nosso Bloco que, se puder, indique-me para fazer parte também dessa subcomissão. Eu vou pedir, mas é uma questão muito mais nossa na proporcionalidade que vamos ter aqui.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo e deixar como sugestão: se nós pudéssemos resgatar o Projeto Áridas, que foi desempenhado aqui no início dos anos 90, tendo o Senador Beni Veras como coordenador desse grupo de trabalho, seria interessante. Ali eles fizeram um grande diagnóstico até aquele momento, e, de lá para cá, nós temos uma série de outras experiências desenvolvidas seja pelos governos estaduais, seja pela academia, seja pelos mais variados segmentos que atuam nesse setor.

Mas, se nós pudéssemos, seria bom resgatar os estudos feitos aqui no Senado Federal no Projeto Áridas, no início dos anos 90. Na época, V. Ex^a era o nosso Presidente, e o Senador Beni Veras, Senador do nosso Estado do Ceará, foi quem coordenou esse trabalho, que vai nos ajudar muito aqui nos nossos estudos. É uma boa memória que a Casa possui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Ministro José Pimentel, por abrir a discussão deste requerimento.

Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de informar a S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel que cabe à Presidência da Comissão a indicação dos membros dessa subcomissão.

De antemão, aprovado agora o requerimento, eu quero dizer que V. Ex^a não somente será um dos membros, mas vou sugerir aos outros que elejam V. Ex^a Presidente desta subcomissão. Tenho certeza de que estará muito bem entregue, nesta subcomissão de preparação de convivência com a seca, como V. Ex^a muito bem colocou, em suas mãos os trabalhos que serão realizados.

Então, na próxima reunião, eu já trarei os nomes dos integrantes dessa subcomissão. E aí V. Ex^a ficará com o manche nas mãos, já que estamos encerrando a subcomissão temporária de aviação civil, para fazer aterrissar bem esse nosso trabalho que será iniciado sob a sua presidência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas, Presidente Fernando Collor, dados a magnitude desse trabalho e o envolvimento que nós vamos ter, a partir do fórum da nossa Comissão de Infraestrutura – talvez seja um segundo grande fórum, pelo que isso representa para a nossa Região –, eu acho que, se V. Ex^a tiver agenda, V. Ex^a poderia ser também o Presidente desta subcomissão, em face ao que isso representa

para a nossa Região. Eu vou estar junto, ajudando. Não há dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas eu me permito, com a aquiescência de V. Ex^a, dizer que eu não abro mão dessa indicação que terei muita honra de fazer, para que não somente V. Ex^a integre esta subcomissão como seja o Presidente dela. Ela estará muito bem entregue – tenho certeza disso, assim como todos nós integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ministro José Pimentel.

Portanto, tratei, na próxima reunião, a designação dos membros que integrarão a agora aprovada subcomissão permanente sobre obras de preparação para a seca.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 21, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor RODOLPHO TOURINHO, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Sinicon, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 12, de 2013 – CI.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

Observações: Lido em 17/04/2013.

Do mesmo modo, eu me permitiria ler também o requerimento do item 3, para colocar os dois, concomitantemente, em discussão e, posteriormente, em votação.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 22, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 12, de 2013, de audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento para a Infraestrutura, o Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Observações: Lido em 10/04/2013.

Como os dois requerimentos têm o mesmo objetivo, eu colocaria em conjunto a discussão dos re-

querimentos, que são pertinentes ao item 2 e ao item 3 da nossa pauta, já que, como disse, tratam do mesmo objetivo.

Coloco em discussão os requerimentos, o primeiro de autoria de S. Ex^a o Senador Delcídio Amaral, o segundo de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os itens 2 e 3 da pauta do dia de hoje. Item 4.

Outro requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 23, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir a Resolução nº 03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados:

Na primeira audiência:

1. Sr. *Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico;*
2. *Representante do Ministério da Fazenda;*
3. Sr. *Luiz Fernando Vianna, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE;*
4. Sr. *Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia;*
5. Sr. *Felipe Mattar – Goldman Sachs – Analista Setorial de notório saber;*
6. Sr. *José Roberto Oliva – Pinheiro Neto Advogados;*
7. Sr. *Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL.*

Como convidado para a segunda audiência:

1. Sr. *Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.*

Autor: Senador Delcídio do Amaral

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 17/04/2013.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 24, DE 2013

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para, em Audiência Pública nesta Comissão, falar sobre a atuação do órgão em obras de Infraestrutura, em especial aquelas executadas pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Autoria: Senador José Pimentel

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 24/04/2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 25, DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 14/2013 – aprovado em 03/04/2013, que em uma das audiências públicas desta Comissão, com o objetivo de debater a reforma do marco regulatório do setor da mineração, seja incluído como convidado o: Dr. Carlos Vilhena – Advogado Especialista e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 10/04/2013.

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, sim, o item extraordinário, já deliberado por esta Comissão para ser incluído na pauta do dia de hoje, devido à premência e urgência do assunto:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 26, DE 2013

Nos termos dos art. 58, §2º, inciso VI da Constituição Federal c/c art. 90, incisos VI, IX, X, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de diligências desta Comissão, juntamente com o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, General Jorge Fraxe, no dia 13 de maio, nas obras de restauração no Estado de Rondônia das BR 364, trecho entre Pimenta Bueno a Outro Preto do Oeste, e BR 425.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Esse requerimento é assinado por S. Ex^{as} o Senador Acir Gurgacz, Senador Ivo Cassol e Senador Valdir Raupp.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço à Secretaria desta Comissão que tome as providências cabíveis e devidas para que essa diligência seja feita a tempo e a hora e que todos os instrumentos estejam disponibilizados para a comissão de Senadores que irá lá fazer essa visita, na companhia do Diretor Geral do DNIT, conforme o requerimento agora aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada ainda na manhã de hoje, a partir das 10 horas, no Plenário nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa.

A reunião destina-se à realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), para discutir a política de investimentos, desenvolvimento e fomento da instituição, além dos modelos, instrumentos e fontes de financiamento, inclusive as não convencionais para a infraestrutura.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 07 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 50 minutos.)

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA****ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁ-
RIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE MAIO
DE 2013.**

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia nove de maio de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA**, Presidente da CRA, e **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, BLAIRO MAGGI E LÍDICE DA MATA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2013**, de autoria do Senador Blairo Maggi, aprovado em 11.04.2013, com a finalidade de debater possíveis impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Sr^a **Ana Maria Vekic** – Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Sr. **Márcio Rosa Rodrigues de Freitas** – Diretor de Qualidade Ambiental Substituto e Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA/MMA**; Sr. **Alvaro Avila do Nascimento** – Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SDA/MAPA** (representante de: Sr. Luiz Eduardo Pacifi Rangel); Sr. **Tadashi Yorinore** – Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – **APROSOJA BRASIL** (representante de: Sr. Glauber Silveira); Sr. **Silvério de Oliveira** – Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária

do Brasil – **CNA** (representante de: Sr. Rui Prado); Sr. **Eduardo Daher** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. Às nove horas e oito minutos o Senador Benedito de Lira passa a presidência da CRA para o Senador Blairo Maggi. Às dez horas e vinte e quatro minutos o Senador Benedito de Lira reassume a presidência da Comissão. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Benedito de Lira, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Sérgio Souza e Ruben Figueiró. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 351/2013, subscrito pelo Sr. Wilson Roberto de Sá, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical), o qual informa a importância do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que possibilita a harmonização e a padronização dos procedimentos de inspeção nas diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal).

Informo o recebimento do ofício sem número, subscrito pelo Sr. Fábio Gelape Faleiro, pesquisador da Embrapa Cerrado, o qual convida os membros desta Comissão para o lançamento oficial da cultivar de maracujazeiro silvestre, BRS pérola do cerrado, a realizar-se na Embrapa Cerrado, no dia 24 de maio corrente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de debater possíveis impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2013, de autoria do Sr. Senador Blairo Maggi, com a presença dos seguintes convidados, que já podem tomar assento à mesa conforme eu for chamando: Sr^a Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa; Sr. Márcio Rosa Rodrigues

de Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Ibama; Sr. Silvério de Oliveira, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Tadashi Yorinori, representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja; Sr. Eduardo Daher, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, e Álvaro Inácio, representante do Ministério da Agricultura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu parabeno V. Ex^a e também o Senador Blairo Maggi por esta importante audiência pública, que vem debater os impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja.

Essa doença tem causado grandes problemas e prejuízos aos agricultores brasileiros nas últimas safras.

Rondônia tem 165 mil hectares de área plantada, dos quais 152 mil hectares encontram-se no Cone Sul, no Município de Vilhena, que é o maior produtor de soja no nosso Estado de Rondônia.

A ferrugem asiática já é uma preocupação em nosso Estado, tanto que a Embrapa Rondônia e profissionais da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia promoveram cursos, palestras e dias de campo, abordando, principalmente, aspectos de controle, como a aplicação do fungicida no início do ciclo da doença e a utilização de cultivares resistentes. Portanto, esta audiência será de grande importância para os agricultores brasileiros e também, evidente e especialmente, para os nossos de Rondônia.

Presidente, aproveito a oportunidade para destacar que, nesta sexta-feira, vamos realizar mais um seminário do nosso Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura, em Rondônia, no Município de Jarú, para tratar da regularização fundiária da Amazônia, mas especialmente da regularização fundiária do nosso Estado de Rondônia. Agradeço a V. Ex^a o apoio para estarmos lá representando a Comissão de Agricultura.

A falta de reconhecimento legal de posse da terra é o que tem dificultado a vida dos agricultores da Amazônia Legal e dos nossos de Rondônia. Sem o certificado de propriedade rural registrado em cartório, o agricultor praticamente não existe para os órgãos públicos, para as agências de fomento, para os bancos públicos e privados, pois, sem o título da terra, ele não consegue comprovar a sua área, a sua produção e a sua renda.

Diante da lentidão da entrega do título definitivo da terra, temos de pensar numa estratégia para que

os agricultores familiares dos assentamentos tenham acesso pleno aos programas governamentais e, principalmente, ao crédito do Pronaf.

Hoje, o Manual do Crédito Rural restringe o financiamento a produtores na condição de posseiros até o limite de R\$10 mil. Essa norma precisa ser ajustada de forma a deixar claro que, no caso de financiamento a posseiros, que é previsto no Pronaf, a simples apresentação da declaração de aptidão ao Pronaf seja suficiente, até porque não há como exigir outro documento do agricultor, pois, na condição de uso do imóvel, ele não tem nenhuma documentação fornecida pelos órgãos responsáveis. Por isso, além do Incra, do MDA e do Governo do Estado, estarão presentes neste seminário o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

A regularização fundiária realmente não tem avançado na velocidade que a agricultura de Rondônia necessita. Amanhã, durante a audiência pública da Comissão de Agricultura que realizaremos na cidade de Jarú, discutiremos com o Sr. Clarindo Aparecido, representante do assentamento Nova Canaã, de Vilhena, os problemas da regularização fundiária daquele assentamento. Na mesma ocasião, colocaremos em pauta, com o Presidente do Sindicato Rural do São Francisco do Guaporé, Sr. Edson Afonso, as questões relativas às dificuldades existentes para que os posseiros tenham acesso ao crédito do Pronaf.

Então, são esses os temas de que trataremos amanhã, Sr. Presidente.

Eu agradeço mais uma vez a sua presteza em nos apoiar e fazer com que a Comissão de Agricultura esteja presente lá em Rondônia, em Jarú, mais próxima dos nossos agricultores.

Desejo uma excelente audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cumprimento V. Ex^a porque a iniciativa desta audiência pública no Estado de Rondônia foi de V. Ex^a, que não só é um dos grandes representantes daquele Estado no Senado Federal, e, acima de tudo, Vice-Presidente desta Comissão. Nada mais, nada menos, estamos fazendo do que dar sequência ao trabalho que V. Ex^a implementou e implantou nesta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, autor do requerimento que está proporcionando esta audiência pública.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Presidente. Muito obrigado.

Bom dia aos convidados para esta audiência pública, aos colegas Senadoras e Senadores presentes e também aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Esta é uma audiência pública bastante importante para a agricultura brasileira. V. Ex^a, na Presidência desta Comissão, tem permitido e proporcionado que façamos essas discussões no ambiente próprio da agricultura, uma vez que plantar, colher e distribuir todo mundo sabe fazer e sabe fazer bem feito. Agora, há vários atores no meio do processo, dentro do sistema de produção, que, muitas vezes, não acompanham, não percebem a necessidade e a urgência que nós temos de tomada de decisões. A audiência pública de hoje, no meu entendimento, tem esse condão de chamar atenção para um problema que estamos começando a enfrentar e, como políticos, como Senadores, as empresas e o governo, devemos nos preocupar com o planejamento: como fazer as coisas pela frente, para atacar os problemas antes que eles virem maiores do que nós mesmos e ainda tenhamos a capacidade de resolvê-los.

No caso específico da ferrugem asiática, nós vamos ver certamente pelas palestras que vamos acompanhar, Senador Moka, que estamos ficando atrasados. Temos a demora de liberação de novas moléculas, de novos princípios ativos para a elaboração de produtos de prevenção para essa doença. Ao mesmo tempo, existe uma pressão por parte de organismos de governo, até da própria sociedade e dos agricultores também, de que tem de haver mudanças e modificações dos produtos que estão no mercado há muito tempo.

Em conversa com os próprios fabricantes – acho que vamos acabar ouvindo isso hoje também –, eles têm já um certo desconforto, inclusive, de continuar fornecendo esse tipo de produto para combate a essa doença fúngica, que é a ferrugem asiática, no sentido de que o princípio ativo já não corresponde, não consegue fazer um combate tão eficiente quanto todos nós gostaríamos e que o produto se propõe a fazer.

Então, acho que, no debate de hoje, vamos conseguir entender um pouco isso e chamar a atenção principalmente da Anvisa, do Ibama e do Mapa, que também está aqui. O representante da Anvisa não chegou ainda, mas espero que chegue daqui a pouco, para que possamos focar um pouco melhor e dar um pouco mais de atenção a esses problemas e não tenhamos que, num futuro muito próximo, sair com decisões de emergência, como aconteceu poucos dias atrás, na questão da *Helicoverpa zea*, ou a outra que está aí, e não temos produtos para combatê-la. Aí, o Mapa, o governo – tivemos de envolver a própria Presidente da República no processo –, para que todos entendessem

que aquilo saiu da curva; foi muito rápido e tínhamos de tomar uma decisão a respeito, como foi tomada de fato. Solucionamos, então, um problema não de forma definitiva, mas em parte conseguimos contorná-lo.

E, para mim, a audiência pública de hoje tem este sentido: alertar, mostrar que mudanças estão ocorrendo e que não estamos conseguindo atuar em tempo próprio para combater isso.

Então, Sr. Presidente, quero desejar a todos uma boa audiência pública e que o resultado dela possa efetivamente servir para que a gente possa avançar.

Aproveito também, Sr. Presidente, para registrar hoje o aniversário do Estado de Mato Grosso. Hoje, comemoramos 265 anos. Não é um Estado novo. É um Estado bastante antigo, um dos primeiros da Federação. Foi ocupado pelos portugueses ainda, pelos bandeirantes que foram atrás do ouro para o Centro-Oeste. Então, Mato Grosso tem a sua data de comemoração no dia de hoje e, mais tarde, farei um pronunciamento no plenário do Senado para comemorar esta data desse Estado tão importante para a economia brasileira e que me acolheu há mais de 30 anos como um dos seus filhos também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao nobre Senador Blairo Maggi.

A Comissão se congratula com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, com todos os mato-grossenses, e 260 anos de existência de um Estado não significa dizer que seja um Estado velho. Muito pelo contrário: está na adolescência e, conseqüentemente, tem dado respostas ao Brasil, da capacidade de trabalho do seu povo, da capacidade de produção.

Enfim, V. Ex^a merece essas homenagens de todos nós.

Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Blairo Maggi. Essa é uma discussão importante, e vejo – tomara que chegue a tempo – que o representante da Anvisa não está presente. Penso que esta discussão tem muito a ver com a Anvisa.

E, por incrível que possa parecer, devo retirar-me da reunião porque vou presidir a reunião de uma comissão em que o Diretor-Presidente da Anvisa vem prestar esclarecimentos. Se, até lá, o representante da Anvisa não estiver aqui, eu vou cobrar exatamente do Diretor-Presidente, porque essas questões todas já discutimos aqui inúmeras vezes. Está aqui o Eduardo, o pessoal do Ibama. É aquela velha história de que existe o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, a Anvisa, ou seja, é um negócio de maluco

isso. É um negócio de maluco! Acho que alguém tinha que chamar à responsabilidade, dizer o seguinte: “Quem comanda é este”. Eu insisto nisso.

E, claro, é um jogo de interesse. É natural que um negócio que movimenta bilhões de reais tenha interesses comerciais. Há o fato de, para sorte ou azar daqueles que vêm debater aqui, dei aulas de Química metade da minha vida. E já ouvi gente aqui com umas conversas que, para mim, não fazem sentido. Muda-se uma estrutura, um radical de uma molécula e coloca-se aquilo como um produto novo, porque o preço do outro já não tem mais sentido. Então, esse tipo de coisa, Blairo, vamos ter que, em algum momento, encontrar uma forma de resolver.

O que acontece na prática? Acaba prejudicando. O produtor tem que planejar. Tiram do mercado um produto e não há tempo hábil, ou não há interesse, de colocar outro. Isso vai gerando uma série de dificuldades para os que produzem. É claro que quem não está no campo, não produz, não tem nada, esse não vai assinar nada para não se complicar. Então, essas coisas todas temos de analisar. Acho boa a iniciativa de uma audiência pública como essa, mas acho que tem que haver uma discussão à luz da racionalidade, porque todos aqui, todos nós, temos pontos de vista, o que acaba justificando a nossa consciência, a nossa forma de agir. Agora dizer, como já ouvi, que o produtor fica jogando agroquímico, defensivo químico, até parece que é uma coisa barata e que o produtor pode chegar ir jogando e perder. Essas são coisas que não dá para entendermos.

Aí, vem o pessoal que defende a agricultura orgânica e quer transformar tudo naquela experiência de agricultura orgânica como se isso pudesse ser transformado em produção de escala.

Então, essas coisas precisam ser debatidas. E aí, Blairo, embora hoje eu não lhe possa fazer companhia – peço desculpas – respeito todos os pontos de vista, mas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Comunico ao nobre Senador Moka que a representante da Anvisa já está presente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tomara que possamos realmente avançar nesse debate. Eu me permito ausentar, Sr. Presidente, parabenizando-o pela importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero, ao cumprimentar os Srs. Senadores, dizer o seguinte: realmente, ao longo de toda a história de audiências públicas que realizamos aqui, como realizamos quando Deputado, vimos que realmente não temos respostas do que ficou definido ou do que vai ficar definido, do que foi feito e do que deixou de ser

feito. Estamos agora, nobre Senador Blairo, plantando uma nova regra na Comissão de Agricultura.

À proporção que convidamos palestrantes para fazer exposição sobre qualquer tema definido pela Comissão, logicamente, após 30 dias, entraremos em contato com os órgãos que vieram ou foram representados, para que possamos ter o resultado, informações sobre resultados práticos, para que não continue se configurando aquilo que já é hábito: vem aqui, muitas vezes deixa outros afazeres, passa aqui uma hora, duas, três, faz uma exposição, e isso fica entre as quatro paredes da Casa. Então, isso não pode continuar assim.

Ontem mesmo, ou melhor, anteontem, tivemos uma audiência pública para tratar do endividamento dos agricultores do Nordeste. Criou-se um impasse com relação àquela audiência. O Banco do Nordeste, por exemplo, em vez de vir tratar da dívida dos produtores, veio para cá fazer uma exposição do que era o banco, como nasceu o banco, qual é capital de giro, quanto está lucrando. Fomos obrigados a interromper o palestrante no meio da sua palestra porque o assunto não era aquele.

Então, como aqui nós estamos com esses órgãos realmente de grande responsabilidade no que diz respeito à produção agrícola do nosso País, nós vamos, após a Comissão, entrar em contato com os órgãos do Ministério da Agricultura, Ibama, Anvisa e outros órgãos, CNA, para que a gente possa ver quais os encaminhamentos que foram feitos com relação a esta audiência pública.

Eu queria cumprimentar a Dr^a Ana, que já está aqui. Foi muito cobrada a presença da senhora. Quase não começaríamos a audiência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Esse trânsito é infernal.

Então, considerando as preliminares apresentadas, nós vamos iniciar a nossa audiência pública.

Concedo a palavra, durante 20 minutos, para cada um dos palestrantes. É muito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, vamos fazer o seguinte: os palestrantes concordam com 15 minutos? São suficientes? Bom, nós estabelecemos o prazo de 15 minutos, mas, se alguém quiser fazer a sua palestra com um pouco mais, a gente pode prorrogar um pouco; com pouco menos, fica a critério de cada um.

Começo com o Sr. Silvério de Oliveira, que pediu para falar em primeiro lugar. Ele é o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Com a palavra, o Sr. Silvério, para iniciarmos a nossa audiência pública.

O SR. SILVÉSIO DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão. Quero cumprimentar também o Senador Blairo Maggi, aqui presente, que convocou esta audiência pública. Agradeço ao Senador e aos demais presentes.

Meu nome é Silvério de Oliveira. Sou produtor rural no Estado de Mato Grosso e estou substituindo o Rui Prado, Presidente da Federação do Estado do Mato Grosso, que teve que se ausentar por motivo de doença na família e pediu que eu o representasse neste momento.

Eu trouxe uma pequena apresentação para mostrar aqui sobre a ferrugem asiática da soja e o ponto de vista do produtor. Eu vim falar como produtor mesmo a respeito do sentimento nosso, das nossas necessidades e dos nossos anseios no campo.

Esta foto é emblemática, muitos já viram, que mostra o dinamismo na nossa agricultura brasileira hoje. Mostra a forma rápida, a velocidade com que a agricultura brasileira, hoje, produz, como ela funciona no campo. Esta foto está mostrando colheitadeiras à frente, e já plantadeiras plantando, imediatamente atrás.

Então, a doença conhecida como ferrugem asiática é, hoje, a principal doença da cadeia de produção de soja do País. Ela surgiu no Brasil em 2000, 2001 e nós começamos a utilizar fungicida na safra 2003/2004 efetivamente, para fazer o seu controle. Mas ela surgiu no País em 2001.

Foi instituído o Vazio Sanitário em 2006, que é um período de 90 dias em que não se produz soja, para que haja uma quebra do ciclo dessa doença. Então, esse Vazio Sanitário veio colaborar com a aplicação de fungicidas. O controle se dá a 95% com fungicidas. Mas o Vazio Sanitário veio colaborar e tivemos um avanço muito grande no controle dessa doença.

A gente usava dois princípios ativos. O melhor controle hoje é basicamente a estrobilurina, que é praticamente o único produto que está sendo efetivo no controle da ferrugem, mas já com uma eficiência muito baixa. A perda de eficiência é porque a doença está criando resistência aos produtos e isso causa um grande impacto no agronegócio.

Aqui, temos um mapa de monitoramento da ferrugem asiática. Esse mapa é de 2011, da safra 2011/2012, e mostra que, em todas as áreas produtoras de soja do Brasil, houve incidência de ferrugem asiática, mas com destaque muito grande para Goiás e Mato Grosso.

Nessa outra, é a safra 2012/2013 e se observa o seguinte: há uma explosão da incidência de ferrugem asiática nos outros Estados também. Então, isso mos-

tra a falta de controle. Esse mapa mostra, eu diria, até um descontrole, hoje, da ferrugem asiática.

Hoje, estimamos um prejuízo pela ferrugem asiática, no País, em torno de US\$25 bilhões. Esse prejuízo é desde 2003/2004 e estima-se em US\$25 bilhões.

Nós tivemos, agora, um agravamento, como mostram aqueles dois mapas anteriores, da ferrugem nessas últimas duas safras, 2011/2012 e 2012/2013, e nós temos uma estimativa no Mato Grosso, feita pelo Imea, de que o prejuízo fica entre dois até cinco sacas, em média, nas áreas de produção. Mas, quando se pegam variedades tardias, a perda vai a 15 sacas, 27%, mais ou menos, da receita.

Vale lembrar que, hoje, o Mato Grosso também tem um outro fator de controle da ferrugem asiática, que é o plantio de soja precoce, soja de ciclo rápido, para escapar da...

Considerando o Mato Grosso, o Estado tem 8 milhões de hectares de plantação de soja da última safra. Considerando um prejuízo de cinco sacas por hectare, um volume de 40 milhões de sacas perdidas. Com o preço médio da saca de 60 quilos a US\$25, nós tivemos um prejuízo na última safra da ordem de US\$1 bilhão só no Mato Grosso. Considerando que o Mato Grosso produz um terço da soja brasileira, dá para se dizer que o Brasil perdeu, no último ano, US\$3 bilhões com o prejuízo da ferrugem asiática.

Nós observamos que os princípios ativos utilizados contra a ferrugem asiática vêm perdendo eficiência. Em consequência disso, na cadeia produtiva do agronegócio e para o País, eu listei alguns impactos que seriam sentidos por todos os setores que, direta ou indiretamente, são ligados à produção de soja, que são o setor de aves, o setor de suínos, na alimentação humana, na geração de empregos, na arrecadação tributária, na balança comercial, no superávit comercial, entre outros.

Isso é uma demanda que vem, claro, da base do produtor, uma demanda por novos registros de novos produtos e, aí, em 2011, foi pedida essa prioridade para o registro de produtos com novos modos de ação, novas moléculas.

As entidades vêm trabalhando junto aos órgãos registrantes, como a Anvisa, que analisa a toxicidade; o Ibama, que analisa o impacto ambiental; e o Ministério da Agricultura, que faz o registro e analisa, também, o desempenho agronômico desse produto.

Então, as empresas de agroquímicos têm esses produtos, elas já pediram o registro. Existem pelo menos duas novas moléculas que se mostraram muito eficientes no controle, mas que ficaram paradas, principalmente na Anvisa e no Ibama, porque o Ministério

da Agricultura, inclusive, tem pedido celeridade na liberação desses produtos.

Em 2012, houve uma promessa, um compromisso da Anvisa e do Ibama de que isso seria analisado até dezembro de 2012. Esse prazo foi estendido para o primeiro semestre de 2013, e está sem solução até o momento. Estamos discutindo justamente isso, porque não houve solução da Anvisa ou do Ibama.

Então, o que nós pedimos é que a Anvisa e o Ibama cumpram os compromissos firmados e terminem a análise dos produtos que se encontram na fila de espera de registro, sob pena de, na próxima safra, novamente haver um prejuízo de bilhões de dólares. Sem contar que os produtos que utilizamos hoje, essas moléculas, perdem eficiência ano a ano, e temos de aumentar a quantidade de aplicações e a quantidade de produto colocado no campo, o que causa prejuízo financeiro e também ao meio ambiente, sem dúvida alguma. Então, nós precisamos das moléculas para ter o controle efetivo, com custo adequado à nossa atividade.

É de extrema importância e necessário que os órgãos registrantes priorizem as análises dos processos de novos princípios ativos para o controle da ferrugem asiática, para que haja produtos disponíveis já na próxima safra. Nós não podemos esperar mais. Não podemos esperar mais uma safra e mais prejuízo. E outra coisa que vale a pena ressaltar: com o uso excessivo, as moléculas já existentes vão perdendo a validade. São moléculas que, talvez daqui a alguns anos, voltaríamos a usar normalmente. Caso continuarmos usando, vamos jogá-las na lata do lixo. É uma questão estratégica para o Governo, para o produtor e para o País.

Eu, como produtor, preciso produzir com insumos mais eficientes e dentro de normas de segurança e gerenciamento de risco.

Do Governo eu gostaria de saber, da Anvisa e do Ibama, especificamente, se podemos contar com os senhores na próxima safra, se vão dar celeridade a essas liberações. Das empresas precisamos saber se vocês entregarão os produtos de que precisamos nos prazos necessários. Por quê? Porque os insumos estão sendo comprados para a próxima safra e precisam ser negociados agora, para que haja prazo adequado para que cheguem às nossas propriedades. Nós temos de urgência. Precisamos também saber das empresas se elas têm condições de entregar esses produtos e com que prazo; se a liberação sair em 10, 15, 30 dias, se eles ainda conseguem entregar.

A indignação do campo, do produtor, é muito grande, pois, dentro da porteira, fizemos a nossa parte com a maior celeridade, como mostrou a figura inicial, colhemos e plantamos no mesmo dia, mas, quando

saímos de lá, há uma demora extrema na liberação de produtos que são de extrema importância para a nossa atividade.

Da minha parte, seria isso. Agradeço novamente a todos aqui presentes.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a participação do Sr. Silvério de Oliveira.

Gostaria de convidar o Senador Blairo a assumir a Presidência, enquanto vou ao plenário 6, pois está havendo uma reunião e estão me convocando pelo meu Partido, mas retorno dentro de alguns minutos para que V. Ex^a, como autor do requerimento e um dos mais renomados produtores de soja do Brasil... Do Brasil ou do mundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Do mundo, não é? Isso é muito bom e dá muito orgulho para o brasileiro ter um brasileiro que é o maior produtor de soja do mundo. Isso é uma coisa fantástica. V. Ex^a, por favor, assumo aqui o comando.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem. Então, vamos dar sequência à nossa audiência pública.

Cumprimentamos a Dr^a Ana, que chegou agora também; o Dr. Márcio, que já estava aqui; o Dr. Álvaro; o Eduardo e o Tadashi, que chegou agora, que deve estar vindo de uma pescaria, pois adora pescar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não o deixaram pescar?

O Dr. Tadashi, que já foi da Embrapa e hoje é da Fundação MT, da TMG, da Aprosoja, é a pessoa que conhece as doenças fúngicas no Brasil como poucos. Eu conheço o Dr. Tadashi desde que comecei com soja e a nossa idade permite nos conhecermos há muitos anos. Já visitei muitas lavouras com ele, aprendi, por exemplo, que a gente nunca deve entrar numa lavoura de soja sem levar junto uma vara de um metro, para poder separar as plantas de um lado e do outro, para fazer uma boa fotografia, para ver bem o que está acontecendo, se elas têm doença ou não. Então, ele é uma pessoa que conhece profundamente tudo isso e tenho certeza de que a gente vai ouvir, hoje, as preocupações que ele tem sobre essas doenças.

Dr. Tadashi, seja bem-vindo. Concedo-lhe 15 minutos para as suas colocações.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Bom dia a todos!

Eu estou muito acostumado a falar a produtores, então, não tenho a *finesse* de participar de um evento

com autoridades, como os senhores. E, com todo o respeito, agradeço a oportunidade de estar aqui, trazer algumas preocupações.

Eu sempre digo que não existe atividade econômica mais difícil, mais complicada do que a agricultura. Por outro lado, apesar de tudo isso, é a atividade mais nobre, mais gratificante que existe e que o ser humano pode praticar, porque, se não fosse isso, nós não teríamos comida nem matéria-prima para sustentação deste Planeta.

Nós temos uma série de problemas. Eu posso dizer que o meu primeiro trabalho foi em dezembro de 1970, com soja. Na época, nós tínhamos no Brasil um milhão de hectares, produzíamos mil quilos por hectare e o primeiro desafio, já na safra 1970/1971, foi enfrentar um dos grandes problemas da cultura da soja, que foi uma doença foliar. Na época, toda soja era importada dos Estados Unidos, a semente básica vinha do Mississippi, da Flórida e, por descuido, não tratamos a semente na época e tivemos o primeiro grande impacto de perda por doença. Isso tem acontecido nos meus 43 anos de trabalho em pesquisa. Nunca tivemos um ano em que não houvesse novidade.

Eu, graças à Embrapa, provavelmente sou talvez a pessoa... Não é arrogância nenhuma, mas dívida que eu tenho com a Embrapa pelo treinamento que ela me deu desde 1980, de me envolver com o problema da ferrugem da soja. Eu estive nos principais centros de pesquisa do mundo, no centro de pesquisa de Delaware, nos Estados Unidos, onde se fazia antigamente de guerra biológica e, hoje, os maiores problemas do mundo que possam ameaçar a agricultura americana eles estudam lá em ambiente confinado. E eu passei lá uma semana em treinamento em 1980. Desde então, eu estive já nos principais países do mundo – China, Taiwan, Tailândia, Japão –, tenho rodado o mundo todo, graças ao que a Embrapa me proporcionou. Então, eu posso dizer que conheço a fundo esse problema de doenças no Brasil.

Gostaria de trazer aqui, nesta oportunidade, a preocupação que sempre tivemos em garantir ao agricultor uma produção constante dentro do grande desafio que é o nosso, principalmente o Cerrado, onde nós temos o pior solo do mundo em termos de fertilidade e, graças à mágica dos produtores, à chuva e à benção de Deus, nós podemos dizer que o Brasil hoje é o campeão em produtividade num solo em que praticamente – Dr. Blairo acho que vai concordar comigo – nós fazemos mais hidroponia de soja do que propriamente agricultura, porque foi construído esse solo.

Então, dentro desse cenário, eu, rapidamente, gostaria de mostrar, se é possível apresentar, o impacto, que já foi mencionado aqui, da ferrugem da soja.

Por favor, se é possível.

Então, esse é o mapa historiando. A primeira descrição da ferrugem foi feita em 1902, por um pesquisador japonês, que coletou amostras do Japão e da China, ali na extrema direita superior. E ali tem o cronograma da dispersão dessa ferrugem.

É extremamente importante saber, em primeiro lugar, pela capacidade que esse fungo tem de se dispersar, centenas, milhares de quilômetros por dia, dependendo da direção do vento e de se vai haver um pé de soja lá no fim do dia.

O seguinte, por favor.

A evolução da ferrugem. Aqui, então, podemos ver a velocidade com que essa ferrugem se disseminou no Brasil. Em 2001, a primeira constatação foi no Paraguai. Infelizmente, perdi contato com o colega que me procurou. Começou em 5 de março, no Paraguai; depois, em 25 de maio, no meio da safra, nós percorremos todo o Paraná e vimos que ela já estava bem disseminada.

A seguinte.

Então, o impacto visual e econômico. Nós temos convivido com isso. A primeira constatação, no Rio Grande do Sul, foi ainda em 2002. Graças à desobediência do capataz de um produtor que não admitia falar em fungicida para ferrugem ou para a doença que fosse – na época, ele nem sabia que tinha ferrugem –, ele aplicou um fungicida aqui e, naquele ano que deu a ferrugem, nós descobrimos que ela já estava no Rio Grande do Sul. Isto em 2002.

E aqui o impacto visual. Veja a diferença de perda nesse primeiro ano, como diz o Chaves, sem querer querendo. Vejam o que aconteceu ali.

A seguinte.

Aí nós percorremos o Brasil para fazer um levantamento. Aqui, já em Mato Grosso do Sul. No levantamento que fizemos já em 2002, nós vimos que quase 50% ou 60% da área do Brasil já estava contaminada naquele nível que eu mostrei na foto anterior.

A seguinte.

Aqui, em 2003, na Bahia, eu encontrei a primeira folha de soja com ferrugem. Eu falei para o produtor que aplicasse o fungicida – na época nós tínhamos bons fungicidas, que hoje não funcionam mais –, e ele, meio desacreditando... E eu falei: Olha, o senhor não pode atrasar dois dias, porque nós vamos ter perda séria. Mas, por favor, deixe para mim dez metros quadrados que eu quero voltar aqui e fazer a avaliação de impacto dessa ferrugem. Ele não acreditou e deixou 20 hectares. Quando eu voltei lá, ele disse: “Tadashi, depois de dez dias que você passou aqui, eu voltei na lavoura e estava amarelando minha soja”. Aí ele voltou e aplicou

o mesmo fungicida que ele tinha aplicado nessa área, que teve um excelente controle.

A seguinte.

Aí ficou assim. Dez dias de atraso. Então, realmente, essa doença é tremendamente impactante. Eu, com toda a experiência que eu tinha, mais teoricamente, eu não imaginava que isso pudesse ser tão dramático.

A seguinte.

Alguns produtores perderam o juízo e venderam a propriedade. Tivemos uma série de problemas, sem contar o que foi acumulando de prejuízo social, socioeconômico. As cidades que dependiam principalmente da soja sofreram perdas que eu não consegui avaliar.

Eu ainda estou em busca dessas informações, mas é muito, muito mais prejuízo socioeconômico do que dentro da porteira.

A seguinte.

Então, imaginem os senhores não valer a pena colher uma soja que poderia estar rendendo de 50 a 60 sacas por hectare. E isso em dois ou três mil hectares.

A seguinte.

Já em 2003, toda a região de soja do Brasil foi pintada de vermelho. Não havia nenhuma lavoura de soja no Brasil sem a ferrugem, exceto em Roraima, onde, até hoje, ainda não temos informação. Mas há uma explicação: por causa da questão da corrente de vento, o fungo não vai dessa região para lá, além de toda essa barreira florestal.

A seguinte.

Bom, então, mais ou menos esse é o cenário que nós temos hoje. Nós temos a ferrugem em toda a América Latina e uma grande fonte de fungo sobre a qual não temos controle é a Bolívia, o Paraguai e todos os países vizinhos plantam soja. É uma situação que está aumentando muito.

O Governador da época, o hoje Senador Blairo, ajudou-nos a instalar o que chamamos de vazão sanitário, eliminando todo tipo de soja na entressafra. Mas, hoje, o pessoal já está relaxando bastante, e há várias situações que complicam um pouco o vazão sanitário. Há fontes do fungo permanentemente, se não no Paraguai e na Bolívia, em várias regiões do Brasil, e esse é o nosso desafio adicional. Vamos enfatizar, depois, a necessidade dessas medidas de controle.

À medida que acompanhamos a ferrugem, vimos que esse problema é extremamente difícil de ser resolvido mesmo com a melhor arma da tecnologia moderna para controlar isso, porque o clima não ajuda, o agricultor possui uma área grande, as épocas de plantio são diferenciadas. Então, há uma cadeia, uma sequência de efeito dominó que torna a situação realmente muito complicada. No Paraná, na última sa-

fra de 2010/2011, houve situações como essa. Então, realmente, esse é um quadro dramático.

Estou um pouco atrasado na compilação de dados que tenho feito sobre as perdas de 2012 até 2011. Estão faltando dados de 2012 e esses últimos. Mas, como foi mencionado aqui, tranquilamente, somando os últimos anos, devemos beirar os US\$25 bilhões. Então, é uma coisa realmente fantástica! E o dano socioeconômico disso é muito, muito maior. Poderíamos dobrar isso aí.

Soubemos que, em Primavera do Leste, que foi uma das cidades, uma das comunidades mais afetadas, muita gente que trabalhava em supermercados perdeu o emprego, sem falar do que aconteceu na área rural. Escolas ficaram sem recursos, bem como hospitais. Então, imaginem, por aí, o drama que ocorreu. E a gente fica sem ação.

A perda de eficácia de fungicidas tem sido uma preocupação extremamente grande. Temos acompanhado isso. E, aqui, mostro um dado coletado pelo colega Fabiano, da Fundação MT. Essa informação é de 2006/2007, quando um fungicida da classe dos triazóis tinha ainda essa ação. Na safra seguinte, todos os produtos do grupo dos chamados triazóis ficaram iguais à testemunha. Imagine! E o experimento foi feito exatamente no mesmo lugar. E ele o faz em vários lugares, em Campo Verde, em Primavera do Leste, em Rondonópolis. Imaginem os senhores o fato de agricultor ter de enfrentar essa situação de repente!

Há também uma série de outros problemas. Rapidamente, eu queria só passar aqui que não adianta nós pensarmos em controlar apenas a ferrugem asiática. Há uma série de outros problemas que temos de controlar concomitantemente. Infelizmente, nem todos os produtos que controlam bem a ferrugem controlam outras doenças. Numa mesma aplicação, muitas vezes, o agricultor tem de usar outros produtos que também estão pendentes por falta de registro.

Agora, estamos tratando de outro assunto que tem quase a mesma importância. Observem lavouras como essas em que o agricultor tem de enfrentar não só a ferrugem, mas também outras doenças que, dependendo do produto usado no controle da ferrugem, não é possível controlar. E o agricultor está permanentemente sofrendo esses prejuízos.

Pode passar para o eslaide seguinte.

Essas são áreas onde não houve ferrugem por condição climática. Mas imaginem que houve outras doenças. O agricultor está gastando dinheiro tentando controlar a ferrugem, mas o perde por outras coisas. Então, existem vários produtos que estão sendo recomendados também ou testados.

Esse é o caso de um experimento. Olhem! Nós aplicamos um fungicida que funcionou muito bem. No caso, era o chamado Benomyl ou Benlate, que, hoje, não existe mais no mercado, por questões de toxicidade.

Pode passar rapidamente, por favor!

Eu perdi a conta aqui, mas acho que, neste ano, Mato Grosso perdeu US\$1,5 bilhão por excesso de chuva, por não poder colher mais ou menos 10% da soja do Estado. Mato Grosso teve um tremendo prejuízo por não poder colher, por perda na entrega do produto ou pelo fato de o produto não ser recebido pelas *tradings*. A aplicação de um fungicida oportunamente poderia ter salvado muita coisa.

Seguinte.

Bom, acho que nós vamos interromper por aqui, porque já devo estar passando do tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Então, por favor, pode ir passando.

Aqui, mostra várias situações de problemas que temos dentro do dossel foliar, que, muitas vezes, não se percebe.

Então, nós fizemos um giro, em 21 de fevereiro de 2013, na última safra, para ouvir realmente o conteúdo das reclamações dos produtores que estavam perdendo as lavouras, que estavam nesse estado aí.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Então, observem que nenhuma empresa gostaria de receber soja desse tipo aí.

Seguinte. Pode ir passando.

Muitas vezes, o produtor desanimou, não colheu, porque não ia vender a soja, ninguém ia querer receber; simplesmente plantou milho safrinha.

Aqui, então, essa perda – eu somei ali –, considerando-se 10%, segundo dados de pessoas com quem conversei, foi uma estimativa que, talvez, o Dr. Blairo poderia dizer se isso realmente confere ou não, levando-se em conta não só o que se deixou de colher, o que não se vendeu e o que teve de desconto em nível das *tradings*. Ou seja, com R\$1,4 bilhão, acho que poderíamos fazer muita coisa de bom neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Tadashi. Foram bastante esclarecedoras as suas colocações.

O que foi mostrado aqui é o que efetivamente acontece no campo: a luta e a briga do dia a dia são grandes, os desafios são muito grandes, e a discussão de hoje é justamente para poder alertar e mostrar que nós precisamos tomar algumas providências a respeito disso.

Convido, agora, para fazer seu pronunciamento o Dr. Álvaro Ávila do Nascimento, Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação.

O SR. ÁLVARO ÁVILA DO NASCIMENTO INÁCIO – Bem, muito bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na figura do Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira e, agora, o Senador Blairo Maggi, que conduz os trabalhos; demais colegas que estão na Mesa; demais Senadores presentes; convidados.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer pelo convite, pela nossa nobre participação aqui, nesta audiência, e trazer as desculpas do meu Coordenador, que está numa reunião internacional na China, participando do Codex Alimentarius. Como não pôde estar presente, ele me delegou esta atividade, para eu estar aqui hoje.

Bom, acho que não precisamos falar da importância dessa cultura para o Brasil, haja vista a sala cheia nesta audiência. E, no que tange a essa cultura, a essa doença, ela causa perdas muito grandes, como foi explanado pelo Dr. Silvério, da CNA, perdas na ordem de três milhões, só no Estado do Mato Grosso.

Então, o Ministério da Agricultura tem essa cultura e essa praga como principal alvo das nossas prioridades, dos nossos trabalhos, da nossa atenção.

Eu não trouxe nenhuma apresentação, mas vou falar para os senhores o estado da arte, de como está isso dentro do Ministério da Agricultura e também no âmbito dos outros órgãos. Vou falar um pouquinho sobre isso. Depois eles vão complementar.

Bom, a questão da ferrugem da soja já foi acionada no Ministério da Agricultura, no Governo, por três vezes. Essa é a terceira vez que se pede uma prioridade de registro de produtos para o controle dessa doença. E todas as vezes o pedido foi atendido e colocado como prioridade um dentro do Ministério da Agricultura. Isso foi sempre levado ao CTA, que, para quem não sabe, é o Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos, que é formado pelo Mapa, pela Anvisa e pelo Ibama. Discutimos a questão de prioridade, a harmonização de procedimentos, entre outras coisas. Sempre foram acatados com muita celeridade pelos demais órgãos os pedidos da Agricultura quanto à atenção desses produtos.

Hoje, nós temos cerca de 1.590 produtos registrados como agrotóxicos no Brasil, de todas as espécies: inseticidas, herbicidas, fungicidas, biológicos. Sendo desses 103 marcas comerciais, especificamente para controle da ferrugem da soja.

Essas marcas comerciais são basicamente pertencentes a três grupos químicos, o que foi falado aqui, principalmente pelo Dr. Tadashi: *triazóis*, *estrobilurinas*, e alguns *benzimidazóis*, que têm sido usados largamente até hoje pelos agricultores, pela sua eficácia, eficiência e *performance*.

Naturalmente, como a agricultura é dinâmica, com o passar do tempo, devido à pressão de produtos no campo, como o Dr. Tadashi disse, o produtor muitas vezes acaba deixando de cumprir alguns procedimentos de manejo integrado de pragas, e isso força um pouco mais a pressão de pragas no campo. Então, você tem o não cumprimento do Vazio Sanitário, aplicação de sempre um mesmo produto. Então, acaba havendo uma necessidade de avanço mais rápido para contenção da praga.

Bom, nesse sentido, hoje, o mercado de agrotóxicos no Brasil gira em torno de US\$10 bilhões – dados da própria indústria –, e um quinto desse valor é de produtos para controle da ferrugem da soja. Então, percebam que é um valor muito grande, só em produtos usados no Brasil, para uma safra que, neste ano, vai bater a casa de 82 milhões de toneladas. É o número que eu tenho aqui. São 15 milhões a mais do que na safra passada, e já estamos nos aproximando dos Estados Unidos na produtividade.

Temos hoje, como falei, 103 produtos registrados e temos produtos à base de um novo grupo químico que vem aí como uma ferramenta para agregar nesse controle, nesse manejo integrado de pragas. Existe a previsão de que seja a solução, tal como existiu com os triazóis e as estrobilurinas, mas é um pouco equivocado pensarmos que vai ser a solução e que podemos contar com isso.

Em relação à soja, antes da ferrugem, acreditava-se que, a cada década, havia uma doença nova. Tivemos nematoides e, com plantas resistentes e produtos, conseguimos contornar isso. E a ferrugem conseguiu extrapolar uma década já com problemas, e ainda não conseguimos vencê-la por completo.

Então, de antemão, quero dizer aos senhores que só o uso de agrotóxicos não vai resolver. Talvez resolva de uma maneira estanque, a curto prazo, mas a longo prazo o problema vai persistir se não continuarmos trabalhando, pesquisando, tentando desenvolver cultivares existentes, incentivando a extensão técnica, esse compromisso do técnico com o produtor para poder auxiliá-lo nas tomadas de decisão na lavoura.

Como o Dr. Tadashi mostrou, uma diferença de dez dias na aplicação já traz um estrago irreversível. Então, é uma praga sobre a qual temos de ter uma atenção muito grande.

Como eu disse, há um grupo químico novo que está em análise. Em 2011, foi solicitado ao Ministério da Agricultura que levasse isso ao CTA (Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos) como um pedido de prioridade; o Ministério da Agricultura prontamente atendeu, encaminhou isso ao CTA, que, prontamente, atendeu ao pedido do Ministério da Agricultura. Infelizmente, não conseguimos entregar os pedidos na velocidade em que gostaríamos e que os senhores também gostariam, com certeza.

Hoje, trabalhamos com uma demanda de prioridades muito grandes. Não preciso falar do caso da *Helicoverpa*, do caso dos neonicotinoides que estão em avaliação e de alguns produtos saíram pelas suas características tóxicas – temos de buscar substitutos para eles, para a broca-do-café, para os percevejos da soja. Então, temos trabalhado em várias frentes para atender a agricultura da melhor maneira possível. Mas, em todas essas frentes, são as mesmas pessoas trabalhando. Então, temos de conseguir dividir o nosso tempo da melhor maneira possível, visando a atender a todos os pedidos.

O pedido enviado ao CTA foi atendido prontamente, os órgãos distribuíram os processos que estavam protocolados para análise. Todos os processos dos três ingredientes ativos pertencentes ao grupo químico das carboxamidas estão em análise. Como foi explicitado pelo Dr. Silvério, nós temos, sim, a previsão de um produto ser registrado para a safra 2013/2014, já teremos um produto que é uma mistura desse ingrediente ativo novo com dois ingredientes ativos antigos, que é um triazol, uma estrobilurina, mais o ativo novo, que é o fluxapyroxad.

Feito esse registro, não vamos parar por aí, vamos disponibilizar o registro dos outros produtos. Também temos que fazer um pouco de *mea culpa* aqui, porque não é só dividir um pouco esse fardo, não é só a questão do tempo do Governo, porque o produto é pego para análise, mas, muitas vezes, o dossiê não está completo. Então, é gerada exigência, a empresa, muitas vezes, pede prazo. Temos todo um tempo, um rito processual baseado em lei, feita por esta Casa, que temos de cumprir. É uma análise bem criteriosa, os colegas da Anvisa e do Ibama vão poder falar com mais detalhes. Ela, por si só, é uma análise demorada. São vários estudos bem complexos que são feitos e são analisados pelo Governo, para que possamos disponibilizar, de fato, um produto eficiente e seguro para o meio ambiente e para a saúde humana. Se registramos um produto à revelia e, amanhã, esse produto não demonstrar a *performance* esperada, o Governo terá que fazer a *mea culpa* por ter autorizado o uso de um

produto que criou expectativa no produtor, na sociedade e que ele não entregou o que se dispôs a entregar.

Estamos com esse produto em vias de finalização e os demais produtos estão também em análise, todos foram distribuídos, como eu disse. Tanto a Anvisa quanto o Ibama receberam prontamente o pedido que veio ao Ministério da Agricultura e que foi encaminhado a eles. De uma forma muito competente, muito decente dos outros órgãos, eles receberam isso, porque, de fato, compreenderam que o problema é sério, é grave e temos de trabalhar da melhor maneira possível para solucionar esse problema.

Era isso que eu tinha para dizer. Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui e colocar o Ministério da Agricultura à disposição dos senhores para posterior esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Álvaro Ávila do Nascimento.

Passo a palavra, agora, ao próximo orador Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama. O senhor tem 15 minutos para sua palestra.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Obrigado.

Bom dia a todos, queria agradecer o convite para estar, mais uma vez, nesta Casa para prestar esclarecimento em relação ao trabalho do Ibama, do CTA de uma maneira geral, frente à questão de avaliação dos agrotóxicos para fins de registro.

Agradeço ao Presidente desta Comissão, Dr. Blairo Maggi, que está no exercício da Presidência e foi autor da convocação.

Nós comparecemos outras vezes aqui e acredito que já tenhamos clareza em relação ao processo e a essa discussão de como é feita a avaliação de produtos para o registro no País. Acho que é de conhecimento de todos a evolução que tivemos nesse sentido e que estamos tendo. É uma preocupação dos três órgãos de governo estarem sempre atualizados em relação ao que vem sendo praticado no restante do mundo. Temos feito um esforço muito grande no sentido de rever procedimentos, de adequar os nossos procedimentos e esses resultados estão aparecendo na produtividade, na velocidade com que temos conseguido fazer o registro no País.

Naturalmente, como o Dr. Álvaro colocou, a demanda é muito maior do que a nossa capacidade; sempre foi desde que se estabeleceu o processo de registro; e tem sido crescente em função até da crescente demanda que o setor agrícola brasileiro, com a sua pujança, demanda ao próprio setor industrial.

O Brasil, hoje, é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e, portanto, isso fez com que, de 2004, que foi o ano foi citado aqui como o início da primeira demanda ao CTA de registro de produtos para a ferrugem da soja, até 2012, o crescimento da demanda de produtos para registro foi da ordem de 75%. E a capacidade dos órgãos, em termos de pessoal, muito pouco evoluiu em relação a isso. Quer dizer, praticamente é o mesmo número de pessoas que nós tínhamos naquela época.

Naturalmente, evoluímos muito na questão de procedimentos, evoluímos muito na questão de ferramentas de TI, evoluímos muito no nosso intercâmbio com outros países, no sentido de adotar procedimentos conjuntos de avaliação, e isso tem se refletido no fato de que nós temos uma produtividade similar à que existe em outros países.

Uma molécula nova, como é isso que está sendo cobrado hoje em termos de colocação no mercado, leva em torno de três anos em qualquer país do mundo ou nos países desenvolvidos. Esses produtos de que nós estamos tratando aqui deram entrada para o pedido de registro, um deles, em 2011; outro, em 2012; e o outro, em 2011, também. Ou seja, foram quase simultâneos à entrada do pedido de urgência para aprovação deles. Um deles ficou apto para análise em junho de 2012; o outro, em fevereiro de 2013.

Então, vejam isso que o Dr. Álvaro salientou: é importante a gente ter também a visão deste lado do balcão. Para nós, o produto só atendeu ao que a legislação estabelece como condição para avaliação do produto em fevereiro de 2013. E nós estamos trabalhando com todo o esforço no sentido de, o mais breve possível, poder disponibilizar e concluir a avaliação desses produtos. Mas não é possível, também, fazer mágica; não é possível a gente atropelar os protocolos, que são protocolos internacionais de avaliação desses produtos.

Eu quase nada tenho a acrescentar àquilo que o Dr. Álvaro colocou aqui. Eu acho que ele resumiu, de maneira bastante feliz, todos os nossos procedimentos, mas apenas quero lembrar que nós, como já foi dito, tivemos três demandas de agilização de registro de produtos para a ferrugem da soja. A primeira, por volta de 2004, em que foram priorizados todos os produtos que estavam na fila para avaliação; em 2007/2008, quando já se identificou a criação de resistência aos produtos que estavam registrados e se pediu, então, a priorização para novos grupos químicos; e, agora novamente, em 2011/2012, novos grupos químicos.

Então, apenas para ressaltar aquilo que o próprio Dr. Tadashi salientou aqui: não é só uma questão de termos produtos químicos ou novos grupos de produtos

químicos disponíveis que vai resolver o problema da ferrugem. O problema da ferrugem, assim como boa parte dos problemas fitossanitários, a gente resolve com manejo, com boas práticas e, naturalmente, com todas as ferramentas do ponto de vista de controle físico, químico e biológico possíveis para fazer frente a essas questões, cada vez mais emergentes no País, por conta da expansão da fronteira agrícola, por conta de uma série de questões próprias do País em função de clima, umidade etc.

A verdade é que esta é uma situação que nós temos enfrentado de maneira recorrente.

Estamos, no âmbito do CTA, discutindo a necessidade de revisão de alguns procedimentos, principalmente na questão de emergências fitossanitárias, como esse caso da *Helicoverpa*, quando ficou claro que nós precisamos ter um instrumento legal mais ágil para fazer frente a essas emergências fitossanitárias que vêm ocorrendo no País – e a tendência é de que isso se agrave com a expansão da fronteira agrícola. Essa é uma prioridade dada pela Casa Civil ao CTA. Quer dizer, nós estamos trabalhando, desde 2012, com uma pauta de prioridades estabelecida pela Casa Civil, preocupada com essas questões que a agricultura brasileira vem enfrentando.

Então, da nossa parte, podemos dizer que o nosso papel nós temos cumprido e da forma mais diligente, estabelecendo como prioridade, tanto o Ibama – e posso adiantar que tenho certeza de que a Ana fará menção a isso – quanto a Anvisa têm como fundamento, aqui, a agricultura nessa atuação específica de registro de agrotóxicos. Quem nos dá a prioridade é o setor agrícola. A nossa capacidade será deslocada em função do interesse, porque é para isso que serve o registro de agrotóxico. Então, é nesse sentido que a gente coloca nossas prioridades.

Temos discutido muito isto, a necessidade de se criarem critérios e prioridades que não sejam só ordem de entrada dos produtos para avaliação, que é o critério que vem sendo utilizado até hoje. Estamos evoluindo nesse sentido e esperamos que, até o final deste ano, tenhamos novas ferramentas e novos instrumentos que nos deem mais agilidade para atender a necessidade do setor agrícola.

Fico à disposição para perguntas depois, mas não vou me alongar nesta exposição agora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Dr. Márcio, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Ibama.

Convido agora, para sua explanação, a Dr^a Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa.

A senhora tem 15 minutos para sua exposição, se assim desejar.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Bom dia, Senador, bom dia, demais presentes.

Agradeço novamente o convite para estar aqui, uma oportunidade para aprender um pouco com explicações como a do Dr. Tadashi, trocar ideias com os colegas e trazer um pouco do que a Anvisa, do que o setor saúde vem fazendo na tentativa de equacionar esses problemas da melhor forma possível.

Eu trouxe uma apresentação simplesmente para nos orientar.

Rapidamente, vou dizer o que nos pauta na nossa avaliação.

Primeiro, nossas diretrizes são fixadas pelo Legislativo, então, trabalhamos com base naquilo que foi previsto na Lei dos Agrotóxicos, no decreto e na portaria do Ministério da Saúde, que está em fase de revisão, com uma consulta pública que já foi finalizada. Devemos alterar essa norma ainda este ano, no máximo no início do próximo ano.

Aqui é uma visão rápida, simplesmente para saber que o procedimento de avaliação de agrotóxico é um procedimento complexo, cada um dos três órgãos que foram definidos por essas casas trabalha dentro da sua área de competência, buscando o melhor possível, a Agricultura pensando na eficácia dos produtos e pensando na disponibilização de produtos, a Anvisa pensando na proteção e na saúde da população em geral e principalmente dos aplicadores desses produtos, e o Meio Ambiente voltado à proteção do meio ambiente e da diversidade. De posse dessas três avaliações, o Ministério da Agricultura pode concluir seu registro.

O que eu gostaria de falar nessa primeira fase é que estamos tratando de produtos técnicos. Os agrotóxicos se dividem em produtos técnicos e formulados. O produto técnico é aquele que não vai a campo, mas que nos fornece a maioria das informações toxicológicas e ambientais para uma avaliação. Esse produto técnico ainda não é avaliado pelo Ministério da Agricultura, porque o Ministério da Agricultura vai se preocupar com a eficácia que vem na avaliação do seu produto formulado, aquele que vai a campo.

Então, essa etapa da avaliação realmente fica mais sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e da Anvisa. Por isso, não é que o Mapa já tenha concluído as avaliações, é que, nessa etapa do processo, o Mapa tem uma intervenção muito menor. É bom que isso fique claro para que a gente entenda.

Outra questão é: temos algumas previsões para priorizar produtos. Essas priorizações também foram... Foi nos concedido esse mandato através das normas que procedem desta Casa, e nessas normas temos prioridade para alguns tipos de produto, prioridade ou

tramitação diferenciada. Então, o que estabelece o art. 12 do decreto é que os produtos de baixa toxicidade e periculosidade terão toxidade... do ponto de vista de saúde, evidentemente, os de periculosidade ambiental terão tramitação prioritizada.

Outros produtos que têm um diferencial no decreto, têm uma tramitação própria, não é definida uma prioridade, mas eles têm uma tramitação própria porque eles são avaliados em conjunto pelos três órgãos são os produtos técnicos equivalentes.

Outra categoria de produtos que tem priorização imediata para nós é a de produtos para agricultura orgânica. É também definido que eles terão tramitação própria e prioritária.

Tirando esses produtos, ainda temos o uso emergencial, que já foi citado pelos dois colegas anteriormente e, recentemente, a *Helicoverpa*, cuja avaliação temos de priorizar também. Isso é o que foi definido para a gente por norma.

O Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos tem, entre suas competências, as suas tarefas definidas, a de racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos para processo de registro. Então, é no âmbito do CTA que a gente vai discutir as questões de prioridade. O CTA, hoje, tem se deparado com muitas questões de prioridades para discutir, e vimos discutindo essa definição junto com a Casa Civil e os três órgãos para a gente trabalhar um pouco melhor essas prioridades e fugir só da anterioridade, como foi citado anteriormente.

Novamente comento que, por três ocasiões, já foram concedidas prioridades para a ferrugem da soja pelos três órgãos.

Pode passar, por favor.

Temos três produtos, três ingredientes ativos com prioridade para ferrugem da soja. Há a data de protocolização aqui e a data em que eles ficaram completos. Essa prioridade foi definida pelo CTA. São três produtos de mesmo grupo químico, que pretendemos avaliar em conjunto, porque eles têm modo de ação semelhante não só na planta, mas em mamíferos. Como os problemas que podem ocorrer são semelhantes, a gente quer ter uma visão conjunta desses produtos.

Pode passar, por favor.

O fluxapyroxad, pelos dados que temos até o momento, pode ser considerado carcinogênico, o que o tornaria impedido de registro. Esse é um produto que foi protocolizado para a gente, para que vocês tenham uma ideia, com 72 volumes de aproximadamente 200 páginas cada um. Isso significa que o nosso setor, além da competência técnica para avaliar os dados que estão lá, tem uma documentação farta para tentar explicar esses padrões que a gente encontra desse produto.

É bom a entender uma coisa: um fungicida que vai atuar no controle de um fungo atua na divisão celular. Na medida em que ele atua na divisão celular, ele tem uma característica muito próxima com a carcinogenicidade e o desenvolvimento. Essas questões são questões de proibição na lei e precisam ser vistas com muito cuidado. Então, para gente, do ponto de vista da saúde, isso é muito caro, e o conhecimento científico precisa estar nos níveis de excelência que a gente tem no mundo.

Por quê? Se a gente sabe que o produto é carcinogênico, o que as empresas que propõem esses dossiês nos trazem? Trazem todo conhecimento e a tentativa de explicação que vai fora dos padrões convencionais, dos estudos convencionais com que trabalhamos. Então, eles nos apresentam estudos bastante complexos de modos de ação, que geralmente não são efetuados com *guidelines* já definidos, porque eles estão tentando descobrir a barreira da ciência, tentando chegar a uma conclusão. E isso demanda da gente um conhecimento muito grande para poder dar uma definição final sobre esses produtos. Para isso, é preciso muito conhecimento técnico e envolve muito tempo na avaliação. É por isso que o Brasil, da mesma forma que outros países que têm equipes muito maiores que as nossas, está levando, inclusive, o mesmo tempo na avaliação desses produtos.

Não é para ler isso, mas eu só queria mostrar um pouquinho que as nossas atividades envolvem muitas coisas. Temos uma atividade de registro, inicialmente, e uma atividade de pós-registro. Para registro, temos registro para pesquisa e experimentação, temos registro de componentes. Por exemplo, só nessa etapa de registro de componentes, a União Europeia criou uma agência que, hoje, tem 500 servidores; nós temos um servidor envolvido com essa questão. Realmente é um trabalho muito difícil correr com tudo isso e, na medida em que a gente é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, a gente também precisa ter conhecimento e disponibilizar produtos com segurança para a população.

Só para que vocês tenham uma ideia, temos três servidores que estão trabalhando com equivalência, com produtos equivalentes, quatro servidores que estão trabalhando com ingredientes ativos novos no País, seis servidores trabalhando com produtos formulados, um servidor com registro de produtos de baixo risco e um servidor trabalhando com registro para agricultura orgânica. É difícil dividir todas essas pessoas. Além disso, nós temos o pós-registro, em que vai a fiscalização, a reavaliação toxicológica, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos e a coordenação dos Centros de Informação e Assistência

Toxicológica. Temos, ainda, a análise pós-registro e, além disso, as demandas que nos surgem, extemporâneas, como as emergências fitossanitárias e como os acidentes ambientais, a exemplo do que ocorreu agora, em que a pulverização atingiu alunos de uma escola, o que nos mobiliza e mobiliza os Centros de Informação e Assistência. Então, nossos servidores têm de estar divididos nessas etapas.

Pode passar, por favor.

Outro dado muito importante que eu queria trazer para vocês é o seguinte: para estabelecer prioridade tem de haver critério. Aqui já foi acordado por todos nós que anterioridade não é apenas o melhor princípio, talvez, para se trabalhar. Ele é o princípio mais simples, mas não é, talvez, aquele que representa a nossa realidade. Agora, a nossa realidade fica prejudicada com o número reduzido de servidores, pois 50% do nosso trabalho não são disponibilizados para os agricultores. Esse é um dado bastante importante que precisa ser aprofundado. Por que está ocorrendo a equivalência? Não é equivalência? É sazonalidade de pragas? O que está ocorrendo que nos faz trabalhar em excesso e não disponibilizar isso para o agricultor de forma segura e com menos custo, que é o que se quer? Porque, na medida em que existem mais produtos, temos o custo reduzido. Eu acredito que esta Casa precisa, de alguma forma, se envolver conosco para que nós possamos utilizar os nossos trabalhos e disponibilizar produtos com mais agilidade.

O Álvaro trouxe o mesmo dado: 103 produtos registrados para a ferrugem da soja. A maioria, de dois grupos químicos, três grupos agora. Só um mais recente.

Pode passar, por favor.

Os produtos formulados. A base dos produtos técnicos que serão priorizados é de uma mistura de dois ou três grupos químicos. Isso preocupa. Os pesquisadores que estão aqui sabem que isso preocupa, e preocupa profundamente, porque, se existe uma doença fúngica que, em 11, 12 anos, chegou aonde chegou, e os grupos químicos já registrados estão desenvolvendo resistência, a união desses grupos no mesmo produto pode levar a uma resistência muito breve também.

Que modo de ação que vai reunir os três produtos? Qual é a nossa expectativa de eficácia de um produto que seja eficiente por muitas safras? E por que são necessárias essas misturas? É claro que elas têm motivação para isso.

Outra questão que eu queria trazer aqui diz respeito a um dos produtos que está em avaliação. Não é a nossa decisão, evidentemente, mas é a decisão da União Europeia, que não foi concluída ainda, está em

fase de avaliação. Há evidências limitadas de efeitos carcinogênicos para a União Europeia, a classificação é essa. Para a agência americana não é esperado que seja carcinógeno para humanos. Ou seja, esses produtos, todos os três, foram testados em três animais experimentais: ratos, camundongos e cães. Eles têm sensibilidade e desenvolvem três tipos de tumores em ratos. Para as outras duas espécies são menos problemáticos. Mas são os problemas que encontramos.

Isso eu acho que nem vou passar, pode dispensar, porque outras pessoas falaram com muito mais propriedade aqui. Pode passar. São questões com que nos preocupamos também, o manejo desses produtos, o manejo de tecnologias no campo, para que nosso trabalho traga eficiência por mais tempo para os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi.Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr^a Ana, da Anvisa.

Convido, agora, o Sr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação.

O SR. EDUARDO DAHER – Inicialmente, quero agradecer ao Senador Blairo Maggi, que agora preside a nossa Mesa, e, igualmente, ao Senador Benedito de Lira, que comanda a Comissão de Agricultura.

Colega Sérgio Souza, demais Senadores e autoridades presentes, colegas da indústria que estão aqui presentes, colegas da indústria, que estão aqui presentes, colegas da área da regulamentação federal, ser o último a falar traz vantagens e algumas desvantagens. A grande vantagem é que todo mundo já falou quase tudo, e, portanto, dá para ser mais breve, mas eu vou ser repetitivo em algumas coisas porque trago pouquíssimos eslaides. Eu queria aproveitar um pouco de todas as colocações anteriores, explicar e responder, de certa forma, algumas indagações que ficam no ar.

Primeiramente, preciso explicar que a Andef é a associação que congrega todas as empresas de agroquímicos, ou agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, ou pesticidas, ou venenos, ou herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e tudo que vocês quiserem colocar como semântica. Considero que a nossa associação produz, comercializa e distribui remédio para as plantas. Estamos tratando aqui sobretudo da ferrugem asiática, o que tem muito a ver com o que vamos falar.

Essa nossa indústria, então, é focada – são 13 organizações dentro de uma associação – e tem como princípio básico aquilo que chamamos de pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas. E, nesse sentido, temos contabilizado um fracasso porque tem reduzido drasticamente o volume de aprovações de no-

vas moléculas. E é disso que estamos tratando nesta reunião de hoje.

Eu peço o próximo eslaide, por favor.

Vou redundar um pouco o que a Dr^a Ana Maria colocou: a lei é de 1989, o que nos leva a uma reflexão de que, talvez, isso já esteja meio caduco, talvez tenhamos que fazer alguma revisão desse processo.

Próximo.

Ela é regulamentada parcialmente pelo decreto de 2002 e dispõe exatamente sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem. E é isso que pauta tanto o trabalho do marco regulatório federal como a nossa indústria.

Próximo.

Curiosamente, não foi levantado esse art. 15. Vou voltar a destacar, porque isso acontece em todas as audiências públicas.

Dê mais um clique, por favor.

Há um prazo de 120 dias a contar da data do respectivo protocolo. É absolutamente irreal imaginar que um trabalho, como a Dr^a Ana Maria colocou, que tem 200 páginas, mais de 50 documentos, não seja impraticável. Ou seja, é um decreto que vou tomar a liberdade de chamar de “me engana que eu gosto”. Fica lá os 120 dias, não respeitamos, ninguém respeita. Quero fazer um exercício sobre esse prazo e critérios de urgência. Aqui faço uma primeira parada e invoco a senhora minha avó. Ela falava que “é preferível prevenir a remediar”. E essa história dos emergenciais que começam a surgir é exatamente a negativa do “prevenir para não remediar”. Esse é o primeiro aspecto. O segundo é que já não estamos mais falando de “urgente”. Estamos falando, Senador Sérgio, de “urgente urgentíssimo”. Ou seja: aqui foi falado da *Helicoverpa*, agora estamos falando de fungicidas e novas moléculas. Vamos começar a nos atropelar na própria fila que há no processo regulatório dessas moléculas novas.

Próximo, por favor.

Essa é a estatística média do próprio GEAgro, de 2013, e dos anos 2006, 2007. Em azul, estão os associados da Andef. Em vermelho, são os não associados. Quero contemplar aqui que os genéricos seguem um pouco mais céleres, mas 48 meses para aquilo que fala em 120 dias me parece um pouco exagerado. Cento e vinte dias seria uma piada.

Dê um clique, por favor.

Se eu pegasse uma gravidez, eu levaria nove meses ou 270 dias para ter um filho, mas, em 270 dias, não aprovo nenhum produto na área de defensivos agrícolas. É sobre isso que acho que versa esta audiência pública. Como podemos, parte a parte, ter celeridade nesse processo? Como devemos fazer em termos de equipar tanto o marco regulatório ou agilizar

o processo, para que a gente possa ter maior efetividade no agronegócio brasileiro?

Próximo.

Aqui já com mais detalhes. E eu quero destacar que, num determinado momento, curiosamente em 2007, 2008 até 2009, nós tivemos um momento mais feliz e célere na aprovação de uma série de produtos. É importante aqui separar biológicos e pré-mistura, produtos formulados com base em produto técnico equivalente, produtos técnicos. Eu queria lembrar – aqui alguns dos protagonistas que estão à Mesa vão lembrar isso – que esse foi o momento em que a Casa Civil, particularmente por meio da hoje Ministra Tereza Campelo colocou um empenho, chamou os três órgãos, Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa, e colocou muito empenho, talento para poder agilizar os processos.

O que me incomoda como Andef é esse PT. Por favor, não entendam que isso seja um partido político, são produtos técnicos. Nós tínhamos 27 novos ingredientes ativos, 25, 21, 11, 8, 3, 2 e 1. Nós crescemos a taxas decrescentes, novas moléculas, para auxiliar o agronegócio brasileiro, que tem pagado a conta nacional e tem gerado emprego e tem representado 27% do PIB. E hoje isso está ficando cada vez mais claro nas manchetes de jornais.

Então, esse quadro, para nós, é emblemático e é preocupante. O que se trata nesta audiência pública é como nós devemos agilizar o processo de colocar as novas moléculas. Eu não estou colocando aqui moléculas de produtos que foram abandonados no meio do caminho, porque talvez a gente tenha tido saldos negativos. Se nós começarmos a tirar... E aqui eu não quero satanizar triazóis e estrobilurinas, nós temos que mantê-los por questões inclusive necessárias e temos que colocar inovação e tecnologia.

Eu sou obrigado também a apelar aos produtores – e o Senador Blairo Maggi os representa, e o Tadahashi tecnicamente já abordou esse assunto –: não é só uma questão de novos ingredientes ativos. É uma questão de rotação de cultura, manejo integrado de pragas, rotação de ingredientes ativos. É isso que nós estamos colocando aqui. Nós temos Vazio Sanitário. Vazio Sanitário nem sempre foi respeitado em alguns Estados. Nós tivemos graves problemas. Nós tínhamos uma rotação de cultura: soja-milho, soja-trigo, que vem do Paraná. Nós temos gente fazendo soja-soja. A US\$14,60 o bushel, tem gente querendo fazer três safras de soja dentro do mesmo ano fiscal. Ora, nós não podemos recriminar quem queira produzir. Mas nós temos que dar instrumentos possíveis de fazê-lo.

Vou pedir mais um eslaide, por obséquio.

Isso aqui a Dr^a Ana já apresentou. É para mostrar... e aí vem na realidade o que eu acho que esta Casa deveria repensar: o marco regulatório federal. Eu sou obrigado a ir a três guichês. Com todo respeito, eu preciso do dossiê ambiental, agrônômico e toxicológico, mas eles poderiam estar no mesmo local. Diga-se de passagem, o EPA americano faz isso, o Canadá faz isso. Eu vou a três locais, obtenho registro e eu tenho que cadastrar em 27 Estados. Essa é uma outra etapa. E esses 27 Estados, eu vou dizer aos senhores, não agrega em nada aos registros que são dados pela área federal, com a competência do Márcio, da Ana e do Álvaro. E o que acaba acontecendo? Esses cadastros são pedágios. Pagar tarifas para poder comercializar o produto. Isso é custo Brasil. Nós temos que repensar também esse aspecto.

Próximo.

Aqui é só para mostrar como esse fluxo é simples. É muito rápido. Vejam: passa-se pela Anvisa, passa-se pelo Ibama – isso é um fluxograma –, passa-se pelo Mapa e o tempo vai caminhando, Senador. Nós estamos lá e, finalmente quando chega ao Mapa, aguarda o que a Anvisa e o Ibama fazem, montam a parte de rótulo e finalizam o processo. É assim que se chega a 38 meses, em média, o que significa dizer que há produtos mais céleres e produtos mais demorados.

Esse é um apelo para que possamos repensar um marco regulatório, com essa velocidade, fruto de dados do próprio GEAgro nós não vamos a lugar nenhum. O que nós estamos colocando aqui é um repensar o que esta audiência pública está cobrando emergencialmente, pensando-se me ferrugem, pensando-se em soja, para todo o complexo, porque a *Helicoverpa* é urgente, a *Helicoverpa* está sendo tratada de forma emergencial.

De novo eu tenho uma dúvida e eu quero colocar aqui ao Plenário se nós não deveríamos fazer um “burocraticida”, porque eu escutei, anteontem, na reunião da CTIA, do Ministério da Agricultura, que nós vamos ter que esperar a próxima reunião do CTA para resolver se vamos ou não vamos trabalhar o processo da lagarta. A lagarta vai comer a burocracia. É absolutamente evidente, ela já consumiu um milhão de dólares no sudoeste baiano. E nós continuamos discutindo; temos que esperar a próxima reunião; a próxima reunião foi agendada, mas alguém foi para a China – com todo o respeito – e não pode haver reunião; e a lagarta continua ela não está esperando a reunião do CTA.

Próximo.

Eu estou trazendo isso para fazer uma correção. A mídia colocou que “a fila para registro de defensivo levaria 117 anos”. É uma inverdade. Faltou uma vírgula, é 11,7 anos. Então, eu estou fazendo um repa-

ro, mas eu quero perguntar aos senhores como uma empresa que investe US\$250 milhões na elaboração de uma nova molécula vai ter que esperar na fila 11,7 anos se os *royalties* da propriedade intelectual desta molécula dura dez anos.

Mais um clique.

Do mesmo jeito que as coisas nacionais ganham a mídia internacional, está aí esse mesmo assunto, no dia seguinte – aliás, quando saiu essa publicação, eu não estava no Brasil –, estava no mundo. Agora coloquem-se na posição do investidor: você vai colocar sua fábrica no Brasil ou na China? Você vai decidir o seu investimento em termos de produção de novas moléculas aqui ou em outro lugar? Com essa burocracia nós não vamos a lugar nenhum.

Próximo.

Só para concluir eu já apresentei isso exatamente um ano atrás nesta Casa e isso só foi publicado na *Folha de S. Paulo*. Esta é uma colocação um pouco diferente do que eu escutei aqui e falado por duas pessoas e que são repetidos constantemente na opinião pública: “O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxico”. Primeiro isso não é uma verdade absoluta: no ano passado os EUA foram mais do que nós, e seria plenamente justo que nós fossemos maiores, porque nós fazemos duas safras e o Canadá faz uma e os EUA também faz uma, e nós temos ferrugem asiática e eles não têm.

Eu adoraria que eles tivessem e a gente não tivesse, mas eles não têm. Ou seja, se tem é uma manifestação de 1%. Essa é a escadinha de quanto se gasta em dólar por defensivo para a produção de toneladas de elemento. China: a propriedade média da China tem um hectare e meio. O Senador Blairo Maggi acaba de vir da China, lá eles controlam percevejo e lagarta com chinelo e com a unha. Eles matam lagarta com a unha ou com o chinelo. Mas está evoluindo: os chineses têm comprado empresas e defensivos no Brasil e no mundo. Rússia: US\$2,12 para cada tonelada de alimento produzido. A Rússia tem a favor o maior e mais eficiente inseticida, herbicida, fungicida, que é um inverno de cinco meses que hiberna absolutamente tudo: Brasil 739; Estados Unidos 942; Argentina 244; Comunidade Europeia 20; França, isoladamente, três vezes o Brasil; e o Japão, que só usa área química, é absolutamente dependente da química, e tem uma cultura só: o arroz.

Próximo.

Eu vou transformar esse quadro em algo mais legível. Pode clicar.

Para cada US\$100 investido no Japão em defensivo, produz-se uma tonelada.

Próximo.

Para cada US\$100 investido na França em defensivos, produzem-se quatro toneladas de alimento.

E, finalmente, só para termos a comparação: para cada US\$100 que se investe no Brasil em defensivo, produzimos três toneladas de alimentos. Quero fazer uma correção, que fique não só nos *Anais*, mas na TV Senado: o Brasil é campeão mundial de uso eficiente de agroquímicos.

É disso que estamos falando.

Mais um clique.

Eu queria parabenizar a Anvisa nesse final de fala. Ela lançou agora um decreto, uma consulta pública, no *Diário Oficial da União* do dia 29 de abril, recentíssimo.

Próximo.

E fala sobre boas práticas regulatórias no âmbito da Anvisa. Estivemos agora, com a Dr^a Ana Maria, na segunda semana de vigilância sanitária, aqui nesta Casa, no Petrônio Portella. E notamos, falando um pouco do futuro, uma boa vontade, uma preocupação em se colocar boas práticas no marco regulatório. É disso que precisamos, é disso que estou falando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós desejamos agradecer a participação de todos que se manifestaram e vamos abrir agora o debate.

Concedo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos os painelistas que participaram desse painel importante.

Tenho duas perguntas, que vou fazer no decorrer da minha fala, mas eu gostaria de começar puxando uma reflexão sobre o Brasil, sobre a agricultura que fizemos no Brasil. E as conversas da Mesa passaram por essa questão, que é o faro de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos. E isso, Eduardo, não é uma coisa só nossa. Fala quem entende e fala quem não entende também.

A realidade é que o Brasil é um dos poucos países do mundo que desenvolveu uma agricultura tropical. Depois tenho uma pergunta a fazer ao Dr. Tadashi para que ele possa dar melhor explicação. Então, o Brasil desenvolveu essa agricultura que não tem no mundo. Da forma como fizemos, no clima que fizemos, no tipo de solo que temos, como já foi dito aqui, tivemos que construir tudo isso.

O Cerrado brasileiro, antes da Embrapa, servia para criar calango. Ele não servia para nada. Eu me lembro de que, quando cheguei a Mato Grosso, no final da década de 70, ainda os mato-grossenses que lá viviam davam as terras altas para pagar impostos

e ficavam com as terras baixas porque lá é que havia fertilidade. Em cima não havia absolutamente nada.

Nesses últimos 30 ou 40 anos, o Brasil construiu um solo que não recebeu da natureza. Nós não temos o solo que o argentino tem, que o americano tem, que a Europa tem, que a China tem, que a Índia tem, que a maioria dos países do mundo têm uma terra que foi naturalmente constituída e que tem fertilidade há milhares e milhares de anos para produzir alimentos, quer seja trigo, quer seja o milho, quer seja a batata, os legumes, qualquer coisa. O pessoal vai lá, planta, espera, colhe, tem seus traços culturais, mas não tem necessidade de colocar fertilizantes como nós.

Então, essa agricultura que tivemos que optar em fazer – e ainda bem que fizemos porque o Brasil saiu da dependência de importação de alimentos e passou a ser um grande exportador de alimentos – custou muito caro para o País, custou caro para todos nós, mas é uma coisa de patrimônio nosso que hoje está construído.

Quando fizemos a opção dessa agricultura, nós sabíamos, a Embrapa já sabia que íamos ter uma luta insana contra os insetos, contra o nematoides, contra os fungos, pragas de solo e também contra ervas daninhas. Isso é natural. Então, quando começamos a produzir, temos que estar atentos a esse tipo de coisa porque as plantas, como seres vivos que são, também têm a sua própria seleção.

Eu não acredito, por exemplo, que uma planta ganhe resistência, que ela se torne resistente. Acredito que, na própria seleção da planta, lá no meio de milhares e milhares de pezinhos de plantas daninhas, uma tem uma característica diferente, e, como ela vai sendo selecionada ano após ano, chega um ponto em que predomina, e parece que fica resistente a esse tipo de inseticida, a esse tipo de herbicida. Enfim, essa é a nossa luta.

Quero dizer que, se nós, como País, não pensarmos um pouco na frente, no planejamento, nas coisas que vêm pela frente, na mutação das pragas que vêm pela frente e tudo o mais que vem, se nós não andarmos um pouco na frente e formos ágeis, em determinado momento podemos ser passados para trás pela própria natureza.

A questão da lagarta *Helicoverpa zea*, que existe agora ou uma derivação dela, é característica disso. De repente, fugiu, e está todo mundo correndo atrás para resolver um problema. Tomara que a gente resolva o problema. Senão, as consequências serão graves e danosas para os produtores e para o País como um todo.

A questão do fungicida que estamos discutindo hoje está na iminência de acontecer também. O Eduardo não falou hoje aqui, mas outro dia em uma reunião

que tivemos no gabinete, juntamente com outros setores, eles levantaram a possibilidade de não fabricar e não vender mais esse princípio ativo para os agricultores, porque os agricultores, através da Pró-Soja, através do Glauber que é o Presidente, disse – ouvi o Glauber dizer –: se vocês venderem e não funcionar, vamos processá-los.

Quer dizer, a companhia já sabe que esse é um produto meia-boca, ele não tem tanta eficiência. Daqui a pouco, a companhia ou as companhias que fazem isso vão dizer: “por que vou assumir esse risco de vender, de não fazer o controle, de a praga sobressair esse ano por condições climáticas, se posso perder bilhões ou milhões de dólares na minha companhia?” Sobre esse aspecto é que temos que pensar. Quando pedimos, Dr^a Ana e Dr. Márcio, Dr. Álvaro, todos que estão aqui por parte do Governo, agilidade e pressa, não se trata de passar para trás os protocolos. Talvez se trate de entender como funcionam os protocolos. E aí vem uma pergunta para a Dr^a Ana: quando queremos condenar alguém, quando queremos prender alguém, qualquer argumento serve. Mas quando queremos liberar ou não queremos condenar, temos que ter muitos argumentos para fazer isso.

A minha pergunta é se nessa questão da Anvisa isso também é válido. Por exemplo: há um estudo americano que diz que tal produto é pré-cancerígeno. Então, nós, a Anvisa, o Brasil, através da nossa legislação, tomamos isso como uma coisa definitiva. Ele é cancerígeno. Nós já anotamos lá e vamos, a partir daí, proceder como se ele fosse cancerígeno. Isso é uma verdade ou nós vamos desenvolver os nossos estudos para saber se ele é ou não.

No lado inverso da moeda, se lá está escrito, pelos estudos dos americanos, da Europa, da comunidade europeia que não é cancerígeno. A minha pergunta é: o Brasil aceita isso como uma verdade? Ou mais uma vez ele vem aqui e quer fazer todos os estudos, repetir tudo que acontece tecnicamente?

Parece-me que, na Anvisa, a questão dos remédios para seres humanos, aceitamos a definição dos americanos com muito mais tranquilidade. Não se exigem tantos processos, não se exigem tantos testes. Aqui, no Brasil, se é liberado pelo FDA, está liberado pelo Brasil. Isso, mais ou menos, me parece que é assim.

Nessa questão de agrotóxicos somos muito mais exigentes. Então, a minha pergunta é para entender um pouco isso. Se, para prender, serve a opinião de fora e, para liberar, não serve.

Peço também ao Dr. Tadashi que, antes da Dr^a Ana, pudesse responder, até porque esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado, vai ser

exibida várias vezes durante a semana, durante o mês. O leigo que mora na cidade, o leigo que não conhece a agricultura precisa entender um pouco disso, dessa agricultura tropical que fizemos. Qual o risco que a gente corre? Como é que as pragas se multiplicam tão rapidamente? Como é que quebramos as resistências que há enquanto outros países não têm essa dificuldade? Se o senhor pudesse didaticamente, em pouco tempo, explicar para o nosso ouvinte por que o Brasil é, entre aspas, “o maior consumidor de agrotóxicos”. Ele é o maior consumidor porque precisa.

Uma vez, aqui no Senado, lembro-me que o Governador e Senador Antonio Carlos Valadares começou a procurar, Senador Moka, assinaturas para ter um programa de agrotóxico zero. Eu o vi correndo com a lista e o procurei e falei: “Eu quero assinar.” Ele virou para mim: “Mas você, Blairo, você usa muito disso.” Eu disse: “Eu uso porque sou obrigado. Eu não uso porque gosto, eu não uso porque quero. Isso aí custa milhões e milhões, tem que ter avião, tem que ter trator, gente, IPI, é um negócio louco. Se eu pudesse plantar tudo que se planta no Brasil sem uso de nenhuma grama de agrotóxico, eu faria isso com a maior tranquilidade.” Mas não é isso que acontece de verdade. Se nós precisamos produzir alimentos, se nós queremos ter saldo na balança comercial, queremos ter um País importante, temos que estar preparados para isso, e preparar-se significa envolver o produtor, significa envolver o Governo, as instituições, todos aqueles que fazem parte de pesquisas, que fazem parte de liberações.

Para finalizar, Dr^a Ana, Dr. Márcio e o Álvaro que está aqui, eu não defendo que a gente não tenha controle. Pelo contrário. Eu não quero ser pego de surpresa por um produto na minha fazenda que vai causar câncer em mim, no meu filho ou em alguém que mora por lá. Não quero, de jeito nenhum. Mas, em resumo, eu posso aproveitar os estudos que os outros já fizeram, que já comprovaram que não faz ou que faz? A gente passa a proceder dessa forma.

Então, gostaria que o Dr. Tadashi pudesse fazer essa explicação rápida da agricultura tropical e, depois, a Dr^a Ana me respondesse as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Vamos ver se eu consigo, em poucas palavras, resumir uma questão muito...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Um momentinho, Dr. Tadashi, por favor.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu acho que seria interessante que pu-

déssemos ouvir assim três Senadores para podermos, então, pegar as respostas. Quatro, aliás.

Não é interessante?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não ouvi a fala, mas tenho interesse em ouvir. Não estou questionando...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Independentemente de V. Ex^a ter assistido ou não a toda a audiência, V. Ex^a tem muita bagagem para fazer todas e quaisquer perguntas que desejar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que eu me senti excluído quando o senhor falou três. Eu havia entendido que eu não podia...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não, não é isso, não. Eu fui mal interpretado. Desculpe-me.

Eu disse três porque normalmente é a praxe, mas ouviremos os Senadores porque deverão fazer perguntas aos mesmos palestrantes ou a outros e, depois, faremos as respostas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a brincadeira é pela liberdade e pela amizade e o respeito que tenho por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – E para descontraír o ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos os palestrantes, um bom dia a todos os Senadores e à assessoria que acompanha esta audiência pública.

Desde que cheguei ao Senado, optei por fazer parte desta Comissão porque represento uma das unidades federativas que é uma grande produtora de alimentos do Estado do Paraná e, se a função básica de um Parlamentar no Senado Federal é representar o seu Estado e os interesses do seu Estado, nada mais justo do que um paranaense representar a agricultura.

Tenho conversado e debatido vários temas de relevância para a agricultura no Brasil, e esse é um dos temas que tem me chamado a atenção há muito tempo. Eu sou um grande defensor aqui no Congresso Nacional, no meu Estado e no Brasil, da diminuição do custo Brasil. Eu tenho lutado muito por isso, tenho projetos para minimizá-lo e tenho feito debates. Vejo que a esse ponto específico devemos dar a relevância necessária para entender o tamanho do custo Brasil.

Uma revista de circulação nacional recentemente mostrou que os gargalos na infraestrutura dos modais de transporte mais armazenagem geram prejuízos de R\$180 bilhões ao ano ao Brasil só para o escoamento da safra. Há aqui um dado fornecido agora pelos palestrantes: próximo de R\$25 bilhões nos últimos dez anos são os prejuízos pela demora nas autorizações.

É lógico, não só pela demora, mas vamos dizer o seguinte: são os prejuízos causados pela ferrugem nos últimos dez anos.

E começamos a nos perguntar algumas coisas porque é bom que o cidadão que nos assiste também comece a entender um pouco isso. Por quê? O que estamos fazendo aqui? Estamos protegendo a vida. E o fazemos em dois momentos: o primeiro é que temos que alimentar a população brasileira. A população mundial, o cidadão que mora num grande centro, mora no interior do País, todo dia ele se alimenta. De manhã, de tarde, de noite, ele come alguma coisa. O vegetariano, o carnívoro, todos se alimentam. E esse alimento vem de algum lugar. Alguns com poder aquisitivo maior e, por cultura pessoal, conseguem o alimento, às vezes, produzido sem o agrotóxico, que é muito mais caro e, às vezes, com uma qualidade nutritiva até mesmo menor.

Inclusive, ontem e hoje acontece aqui no Senado, no plenário Petrônio Portella um seminário sobre agroecologia. Daí, vem o outro lado, que é o de termos um alimento de qualidade.

Eu vi, pelos mapas da disseminação, que a ferrugem entrou pelo Paraguai. Eu faço uma pergunta aos palestrantes: essa disseminação é criminosa ou não? Porque vi também que se observa o regime dos ventos. No momento em que vem do Paraguai e as frentes vêm da Antártica vão até ao Norte do Mato Grosso, mais ou menos. Os demais ventos vêm pela Amazônia e se encontram na região central do País. Pergunto se isso não foi feito de forma criminosa no Paraguai ou no Rio Grande do Sul para realmente ir subindo. Porque foi muito claro. Paraguai, Paraná, chegou ao Mato Grosso do Sul, subiu ao Mato Grosso e rapidamente. Isso está muito claro.

Qual é o controle que o Brasil está fazendo sobre isso? Vejam o tamanho da importância de termos boas relações comerciais com países vizinhos independentemente do tamanho? Olha a importância que nós temos de atuar positivamente nas questões diplomáticas com os países vizinhos. O Brasil é a sexta maior economia do Planeta, tem um papel todo especial para desenvolver um continente, que é o continente sul-americano, e nós estamos bem distantes desses países ao nosso redor do ponto de vista econômico.

Com relação à resistência às moléculas, hoje de manhã, vi em um noticiário nacional que, em um hospital do Rio Grande do Sul, uma molécula criou uma resistência e está se espalhando para o Brasil. É algo realmente inédito, e me pergunto: se tínhamos algumas moléculas que eram extremamente eficientes do ponto de vista do controle da ferrugem, por que se criou essa resistência? Isso em curto espaço de tempo, essa mutação.

Eu gostaria de entender um pouco isso do ponto de vista da sanidade e do ponto de vista também da produtividade. O que está acontecendo? Eu acho importante isso. Agora, ouvi muito nos últimos tempos dizerem o seguinte: as moléculas novas que vêm chegando ao mercado são menos nocivas à saúde humana do que as que estão aí no mercado. E venho da agricultura. Eu me criei na roça, sai da roça aos 19 anos, do sítio, e tive um problema de intoxicação na minha juventude por práticas erradas no uso dos agrotóxicos, porque passávamos venenos – chamávamos assim – com uma máquina costal e, às vezes, entrávamos no meio da roça de algodão e, ao final da fila, estávamos molhados com o veneno que acabávamos de passar. Então, era pelas práticas.

Mas eu me lembro também de que tínhamos alguns produtos, na época, como o BHC e outros que foram extirpados, que eram extremamente nocivos.

Então, nos últimos anos, nas últimas décadas, eu acho que nós temos evoluído, Dr. Tadashi, do ponto de vista de ter moléculas mais eficientes e menos nocivas à saúde humana.

Então, quero entender um pouco dessa resistência, o que nós podemos fazer e a celeridade necessária, e não só do ponto de vista econômico. Porque do ponto de vista econômico foi muito bem explanado. Nós temos um País que tem um custo – o custo Brasil – realmente alto. As comparações feitas com países vizinhos ou americanos e europeus mostram uma distância enorme.

Eu sempre pego um telefone como este e digo que ele é feito na China, mas ele custa metade do preço nos Estados Unidos ou na Europa, e no Brasil ele custa o dobro. Mas é feito na China. Então, não há justificativa.

Não é diferente a questão do alimento. É muito mais caro produzir alimentos no Brasil do que na Argentina, pelas colocações já postas pelo Senador Blairo, pela questão do solo.

Mas nós somos um País tropical, e talvez aí esteja o fator maior de nós sermos grandes consumidores de agrotóxicos. Por sermos um país tropical, nós produzimos o ano todo; em grandes regiões do Brasil, no Centro-Oeste, no Sul, nós produzimos o ano todo. E fazemos rotação de cultura. Inclusive o produtor tem um cuidado muito grande com relação a isso, para garantir a produtividade. Mas ele faz também rotação entre folha estreita e folha larga, para haver o descanso necessário do solo e a dormência das doenças que afetam aquela cultura. Se ele não cuidar da terra – a terra é a fonte de subsistência dele –, ele vai ter prejuízo, com toda certeza, e vai afetar sua subsistência e a de sua família.

Para encerrar e não tomar muito tempo de V. S^{as}, eu gostaria de fazer uma pergunta: é possível a unificação dos dados? Por onde entra o processo para registrar uma molécula? Pelo Mapa, pela Embrapa, pela Anvisa? Entendo que cada um tem o seu papel necessário e prudente para cuidar da saúde do Brasil e dos brasileiros. Mas se nós fizéssemos a unificação de documentos, se esses processos fossem feitos de forma eletrônica, se se criasse uma regra, talvez um marco regulatório para isso, para adiantar. E não só no sentido de dar àquele que requereu o registro a possibilidade de comercializar mais rápido no Brasil – não é isso. Na verdade, é no sentido de proteger a nossa produção interna, de produzirmos ainda mais ou garantirmos uma produção maior e de cuidarmos da saúde dos seres humanos, cuidarmos da saúde dos brasileiros. Porque se nós tivermos uma molécula mais eficiente, menos nociva, ela deve ser aplicada.

É lógico, eu reconheço que tem que haver o cuidado necessário da vigilância sanitária, do meio ambiente, das ações que possam, em dado momento, trazer algum risco à sociedade brasileira. Eu concordo plenamente com isso, mas eu não imagino, nesse mundo da velocidade em que vivemos, da Internet, em que as notícias chegam em segundos de qualquer lugar do planeta, demorarmos três, quatro anos para autorizar uma molécula que talvez seja melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente Benedito de Lira, senhores debatedores, meus ilustres colegas Senadores, público aqui presente, eu não desejo fazer nenhuma indagação, mesmo porque eu venho de uma outra atividade, talvez como V. Ex^a. Eu sou da proteína vermelha, não da proteína vegetal. Mas me lembro de que nós também temos uma ligação com os agrotóxicos, principalmente naquela questão que ocorreu no meu Estado da mosca-do-chifre, que, segundo me disseram, veio dos Estados Unidos, passou pelo México, entrou pela Colômbia, Venezuela, Amazonas e Mato Grosso, até chegar no Mato Grosso do Sul.

Mas desejo fazer algumas constatações, pequenas constatações. A primeira, Sr. Presidente, é para saudar V. Ex^a por ter aceitado a sugestão do eminente Senador Blairo Maggi de promover esta reunião, e, junto a ela, dizer que lamento alguma coisa: o fato do Senador Blairo Maggi, na década de 70, ter pulado o meu Estado, Mato Grosso do Sul, e ter ido para Mato

Grosso. Ele podia ter se fixado em Sonora, que é vizinha a Rondonópolis.

Essa é uma lamentação...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ainda há tempo, Figueiró. Ainda há tempo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Há tempo. Todos os sul-mato-grossenses lamentam até hoje.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E os paranaenses então?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Mas é um fato que nós lamentamos.

E gostaria, como V. Ex^a sugere, que ele comprasse alguns milhões de hectares no nosso Estado e implantasse aquela tecnologia, aquela produtividade que deu a soja a Mato Grosso e expressão ao Brasil.

Mas outra constatação que eu tenho é a seguinte: essa ferrugem da soja, para mim, é, na agricultura, a aftosa na pecuária. Não há muita diferença pelos prejuízos econômicos que afetam os produtores rurais e também o País.

Constatação que fiz também, Sr. Presidente... Antes até gostaria de lembrar de uma frase que, no passado, foi histórica, pronunciada no discurso de posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, do nosso então Mato Grosso uno. Ele dizia que não se pode governar o país das janelas envidraçadas da esplanada do castelo, lá no Rio de Janeiro. Eu gostaria de parafraseá-lo: não se pode governar o Brasil dos edifícios envidraçados da Esplanada dos Ministérios.

O que eu pude constatar aqui, pela exposição de todos os senhores debatedores, é de que existe uma omissão, existe uma lerdeza burocrática nas ações do Governo. Reconheço sinceramente o esforço dos senhores representantes do Ministério da Agricultura, do Ibama e da Anvisa. Mas essa burocracia também me faz lembrar um fato que aconteceu quando estive nos Estados Unidos representando, à época, a Câmara dos Deputados, uma entrevista que ouvi do ideólogo do Partido Democrático, falando justamente das leis brasileiras, em comparação com as leis americanas. Não quero me estender, mas diria apenas isso. O Professor Valuchek disse que nos Estados Unidos existe uma lei. O *caput* dela é: É proibido fumar. Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

No Brasil, existe o mesmo *caput* na lei: É proibido fumar. Parágrafo 1º Se o cidadão for maior de 18 anos, pode fumar. Se o cidadão for menor de 18 anos e tem autorização dos seus pais ou responsáveis também pode fumar.

A conclusão dele, que me ofendeu na ocasião, porque afetava evidentemente o brio do brasileiro estava certa. A burocracia nossa, através das leis, prejudica

não só quem está pedindo ao governo, mas quem tem que decidir em nome do governo.

Tudo o que se ouviu aqui, pelas exposições, comprova perfeitamente que as nossas leis estão erradas. A exposição do Dr. Eduardo Daher me impressionou. Evidentemente, ele não condenou os servidores dos ministérios. Absolutamente. Até foi em abono à ação deles. Porque eu ouvi do Dr. Ávila do Nascimento o reconhecimento dessas deficiências que, pela burocracia, as ações dos funcionários, dos servidores.

Então, Sr. Presidente, essas são as observações que tenho oportunidade de fazer, e quero ressaltar uma vez mais a importância desta audiência liderada pelo eminente Senador Blairo Maggi, e dizer a ele, por final, que não se esqueça de comprar uma terrinha lá em Mato Grosso do Sul, porque nós queremos gozar da iniciativa, do prestígio dele e da riqueza que ele pode nos proporcionar.

A todos os senhores debatedores o meu respeito e as minhas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Blairo está ali impaciente, acho.

Com a palavra o Senador Blairo para responder ao Senador Figueiró, por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Figueiró, mas eu quero dizer ao senhor o seguinte: quando fomos para Mato Grosso, o dinheirinho do meu pai não dava para comprar terra em São Gabriel mais não, já estava muito cara, sobrou o Mato Grosso mesmo para nós. Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Se V. Ex^a falasse conosco, nós arrumaríamos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já se foram quase quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria só, para acrescentar ao raciocínio do meu querido Figueiró – concedo a palavra já ao Moka –, com relação à burocracia existente em todos os órgãos, sem exceção, do Governo, eu conversava aqui com o representante do Ministério da Agricultura, que esta Casa demorou nove anos para aprovar um projeto de interesse da pecuária nacional. Ele foi transformado em lei em julho próximo passado. E o próprio bojo da lei dizia que o Ministério da Agricultura teria 90 dias para regulamentar e começar a produzir genéricos para produtos veterinários. Esse projeto se encontra há dez meses no Ministério da Agricultura, sem dar um passo além do que saiu daqui para lá. Então é isso que nós temos visto. Mas é só para acrescentar ao raciocínio de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– É apenas um raciocínio, porque eu acho que no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando começaram as privatizações, eu me lembro disso, eu era Deputado Federal já, houve a ideia de criar, em função de estarem saindo as estatais, as agências reguladoras. Era uma forma da sociedade regular as empresas que deixariam de ser estatais. Então nasceram a Anvisa, a ANTT, e assim por diante.

Eu acho que essas agências têm um papel fundamental nisso. Agora, veja bem, na questão específica de que estamos tratando, temos a Anvisa, temos o Ministério do Meio Ambiente, temos o Ministério da Agricultura.

Então, na verdade, temos: Ministério da Saúde, Anvisa; Ministério do Meio Ambiente, Ibama; e o Ministério da Agricultura. E eu acho que nós tínhamos que, primeiro, passar para os interlocutores...

Aqui, no Congresso, eu sonho com isso: produzir um projeto de lei em que essas estruturas... Necessariamente, você vai tratar de um produto que vai afetar a saúde das pessoas, vai ter impacto ambiental, com certeza, mas é uma coisa necessária. Então o Ministério da Agricultura vai dizer: nós estamos precisando disso aqui. E aí, da forma mais objetiva possível, o Meio Ambiente deve dizer: Tudo bem, mas as condições para esse produto tem que ser essas. E a Anvisa deve dizer: Esse produto nós olhamos e suas restrições são nesse, nesse e nesse nível. E decidir se esse produto pode ou não pode.

É essa a objetividade que precisamos ter. Eu sonho, estava dizendo aqui, o Senado podia chamar a Comissão de Agricultura. Eu já tentei fazer isso. V. Ex^a se lembra dos defensivos genéricos? Sr. Presidente, é uma loucura. É tanta gente... Porque aí nós temos que ter, nesses papéis, brasileiros comprometidos. Nós não podemos estar sujeitos a pressões e a interesses. Nós temos que fazer aquilo que for o para o País.

E eu fico muito a vontade para dizer isso, como médico, como Parlamentar que, em função da economia do seu Estado, dedicou parte do seu mandato, ou grande parte, para a economia do Estado, que é agricultura e pecuária, e que tem isenção para falar nisso. Porque nunca fui a nenhum órgão desses para pedir para registrar esse ou aquele... Não é isso o que me move, nunca foi isso, e eu acho que não pode mover ninguém. E quem entrar nessa linha aí é que comete erro.

Nós temos que defender a independência das agências reguladoras, independência orçamentária, independência política, e técnicos da maior capacidade e com isenção para dizer: Não, isso é assim, à luz da ciência. É isso que nós temos que fazer.

Agora, me angustia isso, e me angustia muito mais quando ouço dizer que o produtor brasileiro é o que mais usa agroquímica. Aí vem a campanha daqueles que tem outro interesse e um discurso fácil, um discurso ambientalmente correto.

Agora, será que todo mundo tem essa intenção mesmo? Ou alguém acha que algum produtor vai gastar uma fortuna, porque ele quer colocar mais agroquímica do que é necessária. É claro que não. É claro que não.

Acho que tínhamos que ter, Dr. Mário, Ana Maria, em algum momento, essa percepção. Vamos fazer um projeto de lei ouvindo, naturalmente, o senhor, ouvindo também os produtores: Não, isso aqui é o que vai resolver.

Tem que haver um prazo, no mínimo, de seis meses, de três meses, para dizer: esse produto pode e esse não pode.

E aí, entrar nessa questão que o Blairo sente, que é o planejamento e as lacunas que vão ficando.

Lembra-se da vez em que nós viemos debater aqui, porque havia um produto que estava acabando com as abelhas? Lembra?

Eu estou dizendo essas coisas porque eu acho que esse debate é repetitivo. E por que ele é repetitivo? Porque eu acho que nós temos que chamar à responsabilidade aqui a Consultoria do Senado, o pessoal. Como é que seria isso? Como é que seria essa hierarquia? Quem comanda? Porque são três. Há o Ministro da Saúde, há a Ministra do Meio Ambiente e há o Ministro da Agricultura. Quem tem o comando disso, para dizer: Não, o rito é este, a tramitação é esta. Porque tramita na Anvisa, tramita no Meio Ambiente, tramita na Agricultura. Por isso dá esse tempo todo.

Eu acho que, fundamentalmente, a forma de resolver a burocracia me parece que é uma legislação que estabeleça um órgão que coordene isso tudo e que tenha autonomia e poder de decisão. É tanto tempo: um mês ali, um mês aqui e um mês aqui, e volta aqui para decisão. Se pode, se libera ou se não libera.

No mais, Sr. Presidente, não vou questionar, até porque eu disse previamente aqui... Aliás, fui para uma audiência pública que deveria acontecer às 9 horas e a encerrei às 9h25, porque os convidados não estavam presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem, Senador Moka, muito obrigado pela sua sempre lúcida participação.

Realmente, V. Ex^a tem razão. Se o trâmite burocrático fosse apenas 60 dias em cada ministério, seria uma maravilha. Mas eu acabei de dar um exemplo agora. Apenas para regulamentar um artigo da lei já foram dez meses. Isso depois deverá passar pela Anvisa, deverá passar por outros órgãos, porque é produção

de medicamento. Eu acho que, como diz o Figueiró, nós, às vezes, nos sentimos até certo ponto chocados com determinados procedimentos externos que têm interferência interna. Mas, realmente, tem razão. A Constituição brasileira, por exemplo, tem na base de trezentos artigos. A constituição americana deve ter dez ou doze artigos só. Acabou. Porque aqui toda semana entram centenas de emendas constitucionais mudando tudo aquilo, fazendo um histórico. Realmente acerca disso precisamos ter mais decisão, posição; precisamos nos posicionar com muito mais eficácia, o próprio Congresso Nacional que, infelizmente, aceita tudo o que vem. Este País, na verdade, está sendo administrado por medidas provisórias; e está encerrada a conversa, não há outra ação.

Eu, recentemente, fiz um levantamento cuidando dessa história de renegociação da dívida dos agricultores do Nordeste, com especialidade, e as renegociações que foram efetivadas e não deram certo foram em decorrência de 11 medidas provisórias. Os projetos de lei tramitam na Casa, muito mais eficazmente do que aquilo que vem; o Governo veta e, uma semana depois, manda uma medida provisória aproveitando parte do projeto que nasceu da Casa, daquele que tem a vivência do dia a dia, e engendra outras particularidades para dificultar as coisas. Mas são assuntos acerca dos quais deveremos depois fazer uma conversa entre nós para encontrarmos os caminhos e algumas definições que deverão ser dadas por esta Comissão, que reputo a mais importante comissão do Congresso Nacional, porque trata daquilo que realmente é vital para o País.

Então, considerando que as primeiras perguntas foram endereçadas ao Dr. Tadashi, eu lhe concedo a palavra, e depois à Dra. Ana, para responder preliminarmente às perguntas formuladas pelo Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Dr. Tadashi.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Iniciando pelo nosso representante do Paraná, eu gostaria de dizer o seguinte: a primeira intenção que eu tive em colocar aquele mapa sobre a distribuição da ferrugem asiática, que teve origem no Japão e na China, ou seja, por aquelas partes do mundo, e, na medida em que a soja foi se tornando importante economicamente como fonte de alimento, pela direção do vento, a ferrugem foi sendo disseminada. Isso é importante levar-se em conta para qualquer tipo de problema que é disseminado pelo vento, através de semente ou por qualquer outro procedimento que desloque um material contaminado pela direção do vento.

Em três anos apenas, depois da concentração aqui no Brasil e no Paraguai, chegou aos Estados Unidos. E eu me lembro bem de que, em 2004, eu estava

encrocado lá no aeroporto de Miami quando o Ivan, um furacão, estava ali no Caribe, e ficamos presos ali. E quando eu vi aquele Ivan, eu falei: essa ferrugem vai chegar aqui nos Estados Unidos este ano. Em 6 de novembro de 2004, foi detectado em Luisiana.

Outra situação que mostra a importância de se ter o cuidado em estruturar o País é ter uma defesa forte, preparada, para todos os embates em qualquer atividade humana. Em se tratando de saúde, porque é inevitável hoje com as viagens que se faz, inevitavelmente alguém vai trazer alguma coisa no sapato, no bolso. Houve um caso na época do Sr. Ministro José Eduardo Vieira, e ele pediu que fosse feita uma sindicância para saber quem é que tinha introduzido nematoide de cisto no Brasil. Especulou-se que poderia ser uma engenharia genética dos americanos, porque temos duas raças de nematoides de cisto que não existem em lugar nenhum do mundo, só no Brasil. E eu fui consultado para ver a validade disso; e eu conhecia os quatro locais iniciais. E perguntei: “mas quem é que vai poder dizer e culpar aqueles quatro que provavelmente foram aos Estados Unidos e compraram um tênis novo?” Viajam para aquelas bandas e trazem para a propriedade aquilo que compraram. Então eu sempre dizia: quando vocês forem para um país que tem um problema que ainda não constatamos no Brasil, por favor, vão de sapato velho e larguem lá; não tragam de volta. Mas, sempre se leva um par de sapatos novos; provavelmente tenha vindo nos calçados.

Em 1970 – eu posso divagar um pouquinho? – quando foi feito o primeiro trabalho realmente significativo de biotecnologia usando a macho esterilidade para facilitar a produção de milho híbrido, não se sabia que uma doença chamada *helminthosporiose* do milho poderia ser afetada por um fungo que há muito tempo se conhecia, mas nunca tinha sido problema.

E eu, por sorte, estava na Universidade de Cornell, em Nova Iorque, fazendo o meu mestrado. Eu terminei, e no mês em que eu vinha embora, surgiu o problema lá, no mês de setembro, outubro, arrasou o milho em nível mundial, porque todo mundo usava esse macho estéril para facilitar o cruzamento, e, segundo consta nos anais, os Estados Unidos tiveram um prejuízo por não produzir carne por falta de milho equivalente a 3,6 bilhões de hambúrgueres.

Naquele mesmo ano, a Escócia deixou de produzir cevada para o malte do uísque e aumentou o preço do uísque em 36%. O que aconteceu com o governo americano? Imediatamente, diante desse problema, convocou os maiores especialistas em área de doenças de plantas e organizou um comitê permanente que existe hoje para sempre estarem atentos a esses tipos de problema.

Dentro do que está sendo discutido aqui, se eu posso dizer alguma coisa, eu gostaria que, nesta câmara, fosse discutida uma maneira de montar uma estratégia permanente para a defesa da nossa agricultura. E esse problema da ferrugem asiática já há mais de 60 anos que os americanos vêm estudando isso, desde o pós-guerra, II Guerra Mundial; transformaram o laboratório de pesquisa biológica, de armas biológicas, em *Frederick Maryland*, onde eu tive a oportunidade de passar uma semana estudando a ferrugem, e transformaram o ambiente como esse, por exemplo, em que teria a pressão negativa. Nada sai do ambiente. Se alguma ruptura houver na parede ou no vidro, o ar entra. Então, há 60 anos, mais ou menos, que os Estados Unidos vêm estudando isso aí preventivamente para que o país seja protegido por eventuais inimigos da agricultura; e assim em outras áreas.

Nós precisamos realmente ter essa defesa. Como se diz, a melhor defesa é o ataque. Assim, nós temos que estar preparados para eventualidades inevitáveis, como é o caso da ferrugem, que o americano já vinha estudando há tanto tempo.

Como disse o Dr. Daher aqui, por que os americanos não têm essa infelicidade que nós estamos tendo, por que não têm a ferrugem? É porque lá o vento predominante é de norte-sul, de onde há geada; há neve e não há soja guaxa. Ele está permanentemente ali no Golfo do México, mas o vento raramente sopra no sentido sul-norte e, quando sopra, eventualmente, eles descobrem, mas já é muito tarde.

Nós não; nós temos o fungo aqui dentro; temos nos nossos países vizinhos – apesar de nós estarmos falando aqui que estamos devendo aqui em termos de eficiência e eficácia nas medidas nossas, imagine lá então –, e eu participei de definições de vazio sanitário na Bolívia – está instituído, mas não funciona –; no Paraguai – estivemos lá em Assunção com o governo para instituir o vazio sanitário, mas não há como cumprir –; e nós estamos aqui em uma situação continuamente recebendo vento que vem de lá. Quando é umidade ali da região dos Andes, ou a frente fria que vem do Sul, nós estamos tendo essa entrada do fungo. E assim pode ser para várias outras doenças.

Assim, representante nosso lá do Paraná, pode até ter sido má intenção de alguém, eventualmente, mas, no caso de ferrugem, no caso de nematoide de cisto, era inevitável, só que nós sempre estamos atrás da carroça. Quando acontece, nós vamos tentar nos proteger; mas não temos montada uma estrutura ágil capaz de, no momento em que ocorrer, atacar de imediato. E é disso que nós precisamos.

Então, voltando à questão agora do Senador Blairo, para o povo brasileiro entender, eu digo o seguinte,

que a bênção do Brasil é a seguinte: exceto regiões onde não chove, nós temos brasileiros morrendo de fome, porque, no resto do Brasil, há uma espiga de milho, há uma mandioca, há um monte de coisas lá, é difícil um brasileiro morrer. Não temos neve; não temos intempéries tão drásticas; o povo é generoso, dá comida. Imagine isso na Sibéria, nos Estados Unidos, nas regiões frias. Então lá, por desafios naturais, montaram estrutura. E nós temos outros tipos de desafios naturais dos quais nós temos de nos conscientizar. Se não temos o inverno que há lá, nós temos outros desafios. São doenças tropicais, uma série de problemas que temos que colocar em uma discussão como essa.

Mas falando da agricultura brasileira, eu mencionei que, em grande parte, talvez em 70% da agricultura brasileira, que é feita no Cerrado e que é considerado o celeiro do mundo, sempre que ouvimos um político se referir à nossa agricultura “o Brasil é o celeiro do mundo, tem as melhores terras do mundo”, é tudo enganação. Nós temos que ser realistas e sermos, acima de tudo, patriotas. E entender que nós estamos fazendo a agricultura em um ambiente muito, muito mais hostil do que outros países que têm terras vulcânicas, ricas naturalmente. É muito mais fácil enfrentar os desafios naturais na agricultura. Nós não, nós importamos talvez 80% do nosso adubo, tudo o que temos de adubo está em terras nativas de índios, que não podemos mexer, essa é a nossa situação. E, nesse ambiente, nós vamos ser os produtores de alimento para o mundo? Como? Fazendo essa que, entre aspas, é a “hidroponia”, que exige muito investimento. Não temos estrutura, infraestrutura logística para viabilizar o nosso transporte, para tornar acessível o milho produzido no Mato Grosso, e, pelo preço alto lá no Paraná, quantas pocilgas e criadores de aves que tiveram que ir à falência; fecharam num momento em que somos hoje os grandes produtores de milho.

A China vai desativar agora a criação de aves por causa da peste que ocorreu lá, mas não temos agilidade de produzir frango para exportar, porque muitas das nossas criações foram desativadas.

Para o povo brasileiro comum, que gosta de ter, quando vai à feira, um produto bonito ali, vistoso, é preciso entender que o agricultor está fazendo das tripas o coração para colocar à mesa do brasileiro a comida que ele tem diariamente. Eu, sempre que tenho oportunidade, digo que o agricultor está metido na atividade econômica mais arriscada que existe. E, por outro lado, é um paradoxo, mas ele está na atividade mais nobre; e ele continua porque ele gosta, é o futuro dele, é o modo de vida dele.

Por isso nós precisamos que uma câmara como esta realmente pense nisso e ajude o produtor brasi-

leiro, porque nós estamos com dificuldade de produzir cada dia mais; de manter a produtividade de soja, pelo nosso solo pobre. E uma coisa que torna realmente um grande mérito para o Brasil é poder fazer duas, três culturas. Mas o que isso traz? Em cada cultura que se faz, nós deixamos restos de cultura da cultura anterior – no caso, soja, por exemplo –, e aquele resto de cultura está contaminado. Assim, cada vez que se planta uma nova safra de soja, aquele fungo que ficou lá contamina a safra seguinte – não é o caso da ferrugem, que só sobrevive em planta viva –, mas a grande maioria sobrevive no resto de cultura e pereniza ali.

Então, nós precisamos de práticas agronômicas; nós precisamos de rotação de cultura. Quando o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. José Eduardo Vieira nos convocou para debatermos a questão do cancro da haste – naquela época outra doença da soja, nematoide de cisto –, eu achei que seria demitido, porque eu falei para o Sr. Ministro, que não deu bola para todos os dados que nós tínhamos levado a ele, de bilhões de dólares de prejuízo, ele não nos atendeu dando recursos para fazermos um trabalho de divulgação do assunto. Aí ele falou que a Embrapa fosse buscar o dinheiro, porque o ministério não tinha. Então onde é que a gente ia buscar esse dinheiro? Aí eu falei: Sr. Ministro, temos a tecnologia para o nematoide de cisto, de muitos e muitos anos de estudos nos Estados Unidos, que é fazer rotação de cultura, principalmente com o milho – na época, quando se falava que o agricultor deveria plantar milho, desculpe a expressão, não posso falar aqui, mas ele disse: quem é que vai plantar essa porcaria; e eu tinha que dar razão para ele porque tecnicamente podia ser viável, mas não havia onde guardar, não havia para quem vender. Aí eu disse que o governo deveria dar apoio ao produtor para viabilizar a rotação de cultura, permitindo plantar milho e outras culturas para resolver esse problema. Nós não temos infraestrutura; nós não temos armazém para guardar esse milho; não temos preço. Então, eu acho que essa responsabilidade do governo perante o prejuízo que nós estamos tendo com o nematoide de cisto na época, que devesse ser discutido isso e ser viabilizada a alternativa de plantio de milho, algodão.

E, quando aconteceu, por força da necessidade, o agricultor não tinha opção: plantou o milho – nós estamos hoje com uma criação fantástica de suínos e aves no cerrado –; então viabilizou por iniciativa do produtor; não foi por interferência do governo, lamentavelmente. Acho que como patriotas, como brasileiros, nós temos que realmente falar abertamente. Os técnicos que entendem do assunto devem ser ouvidos. Porque o Brasil tem um acervo de pesquisas realizadas, mas que estão sendo muito mal utilizadas. Nós precisamos de uma

assistência técnica dirigida, capacitada, bem treinada, como ocorre nos Estados Unidos. Cada Estado tem seu trabalho de assistência técnica, de extensão rural, que o agricultor paga; por isso ele valoriza.

O governo brasileiro, na década de 70, criou a extensão rural, mas foi desativada e hoje nós não temos extensão rural oficial mais. Alguns abnegados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e pouca coisa no Paraná existe, mas para quê? Só para a agricultura familiar. Nada contra, eles precisam, mas em muitas situações a Embrapa Soja recebeu a incumbência de desenvolver variedades de soja para pequenos produtores. Isso não existe; é uma tremenda ignorância. É só questão de adaptar o que nós temos para as dimensões de cada tipo de produtor.

Então nós vemos que falta aculturar muita gente que está em uma situação de tomada de decisão. Desculpem, eu estou extravasando agora, porque isso está há mais de 40 anos aqui comigo e eu gostaria de por isso para fora. Espero que isso sensibilize alguém porque nossa agricultura está vulnerável por vulnerabilidade do nosso solo; pela dependência que nós temos de tudo o que é importado. E hoje a China é o grande fornecedor de insumos, principalmente defensivos, e não temos controle sobre isso. Conversando com um importador lá da Bolívia, ele disse: o tebuconazole, um fungicida que infelizmente não funciona mais para ferrugem, tem cem fábricas na China que se pode negociar. De onde vem o nosso triazóis? Deve ser daquelas bandas.

Pessoal, é muito importante ser mais realista, e acima de tudo ser realista com conhecimento do que é o Brasil, com tudo que tem de bom e melhor, mas com todas as deficiências que temos que superar. E nós vemos hoje – desculpe dizer isso, muita gente vai me execrar por isso – por dificuldade hoje no órgão público, quase não vemos variedade de soja Embrapa; não vemos pesquisadores. Costumávamos viajar pelo Brasil para saber o que está acontecendo, para ver qual a realidade do dia a dia que deve ser levada para as instituições de pesquisa. No órgão público, não há cobrança. E se não há cobrança, o pessoal se acomoda, e nós acabamos sempre dizendo: olha, não tem jeito.

Então, Senador Blairo, para o povo brasileiro é importante entender que a agricultura brasileira é desenvolvida a duras penas, e nós corremos o risco de, de repente, termos problemas seriíssimos porque nós somos abençoados por fazermos várias culturas em um ano, e isso vai acumulando problemas. Precisamos estar muito atentos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Já temos uma opção para Presidente da República.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Já estou velho. Como o Mandela dizia, chega.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dr. Tadashi, muito obrigado pela excelente exposição que o senhor está fazendo.

Quero depois ver um dia para que possamos, sem maiores comprometimentos de agenda, ouvi-lo o dia todo, para que possamos traçar um plano aqui.

Pergunto: será que dá tempo para essas coisas? É aquilo que temos dito frequentemente, vamos dar um exemplo, enquanto os Estados Unidos dá bilhões e bilhões de dólares para pesquisa, aqui tenhamos talvez centavos, e muitas vezes contingenciados. Essa é a grande verdade, infelizmente.

Dr^a Ana.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, como nossa plateia não tem voz aqui, recebi uma pergunta da plateia para a Dr^a Ana.

Quero encaminhar à senhora e aproveitar aqui a sua resposta. Diz o seguinte: em relação ao produto à base de fluxafiroide, firozoide, não sei pronunciar, mas a senhora já entendeu, não é? É *fluxapyroxad*. Bom, ele quer dizer o seguinte, esse produto, que é o mais avançado que há no registro junto à Anvisa, já é comercializado em 18 países, entre eles Estados Unidos, Europa e Argentina. Aí ele pergunta: por que não se aprova esse produto que já está sendo comercializado em outros países? Essa pergunta vem casar com a que eu lhe fiz primeiramente, se as informações, as liberações que estão de fora servem ou não servem para fazer as liberações aqui no nosso País?

Obrigado.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Respondendo às perguntas do Senador Blairo Maggi. Do ponto de vista toxicológico, Senador, vou lhe dizer uma coisa: consumimos mais de 70% do nosso tempo para dizer não. Dizer sim é muito fácil. Podemos fazer isso com toda a agilidade do mundo. Para dizer não para um registro ou uma reavaliação de registro, temos que ter toda a ciência e a técnica do nosso lado. A gente não consegue dizer não com facilidade. As indústrias que registram esses produtos têm, primeiro, competência técnica interna; segundo, disponibilidade financeira para mobilizar todos os cientistas do mundo para auxiliar nas respostas e perguntas que possamos ter.

Então, já tivemos várias reuniões aqui, inclusive com prêmio Nobel, que vem aqui explicar o mecanismo de ação. E os nossos servidores têm de estar preparados para esse tipo de resposta. Segundo, os

estudos que são realizados para que a Anvisa possa tomar suas decisões são os mesmos realizados para o mundo inteiro, com exceção de estudos de resíduos. São os mesmos protocolos. Inclusive, é importante que sejam os mesmos *guidelines*, porque aí sabemos quais os pontos que vão ser observados no laboratório; quais as finalidades daquele estudo e como vamos avaliar também e que os critérios sejam uniformes. Que a decisão que possamos tomar para o produto *fluxapyroxad* seja a mesma que a gente possa tomar num inseticida. Enfim, esses *guidelines* nos permitem isonomia científica. Então, são os mesmos *guidelines*, com exceção dos estudos de resíduos e de alguns ambientais, que são muito poucos. Isso nos permite uma uniformidade de pensamentos também.

Existem algumas diferenças na regulamentação dos países. Os países têm que ter soberania para dizer sim ou não. Os países têm que ter soberania e competência técnica para avaliar uma molécula, por exemplo, que seja de interesse só do Brasil, e não do resto do mundo. Ou que ela tenha um uso muito mais expressivo no Brasil que em outros; ou que, na medida em que passamos a ser os maiores produtores do mundo, o alvo inicial das empresas, o interesse, é registrar no Brasil. Então, temos que ter competência e soberania para a nossa tomada de decisão.

As diferenças de regulação existem, a nossa regulação é de 89. Apesar de ser uma regulação de 89, ela tem valores inestimáveis, ela esteve à frente de muitas legislações, por exemplo, em desregulação endócrina, que já estava sendo prevista aqui e que não era prevista em outras regulações.

Os Estados Unidos permitem o registro de produtos carcinogênicos, que causem má formação em fetos, produtos mutagênicos por uma avaliação de risco. O Brasil estabelece, na sua norma, que produtos que causam esse tipo de problema, carcinogênicos, metagêneses e mutação endócrino não podem ser registrados. A Europa evoluiu a legislação agora no final de 2011, ela está exatamente como a regulação do Brasil, ou seja, está nesse sentido, proibindo esse tipo de produtos.

Então, temos de avaliar esses estudos pela soberania e pela necessidade primária do Brasil em alguns casos. Temos que ter essa competência. O resultado que vem de fora pode nos indicar uma reavaliação, a necessidade de uma reavaliação, mas não nos faz tomar decisão. Podemos discutir com os outros países de igual para igual, podemos conversar com eles, ouvi-los, mas a nossa soberania precisa ser resguardada.

Quando falo em soberania, entro um pouquinho na pergunta do Senador Sérgio Souza. Ele perguntou se essa disseminação pode ser criminosa. Permita-

-me, por favor, complementar um pouco. Não quero aqui traçar diretrizes e nem falar o que é certo ou não, mas eu acho que isso deve ser pensado. A gente tem exemplos no País, a vassoura-de-bruxa, o cacau, o café, exemplos que precisam ser cuidados. Isso é que passa por uma política, e devemos pensar muito no que queremos.

Existe uma seleção natural. Nós, humanos, chegamos aonde chegamos porque tivemos competência para chegar aqui, por uma seleção natural, uma evolução biológica. Assim também ocorre com os fungos. As lagartas não tinham alimento, mas houve uma modificação ambiental muito grande para a produção agrícola, e elas passaram a ter. A seleção natural vai permitindo que alguns indivíduos mais inteligentes sobrevivam.

Então, sejam por questões criminosas ou não, temos que pensar numa política de longo prazo para a agricultura brasileira. Nós sermos dependentes única e exclusivamente da agricultura é complicado, porque quem está lá fora vê o Brasil com um interesse muito grande, passa a ser um competidor muito grande, e nós temos a possibilidade do próprio meio ambiente trazer alguns problemas como esse, porque ele foi realmente alterado no seu equilíbrio natural. Então precisamos trabalhar isso com muita competência. Como conseguimos evoluir até aqui, temos que pensar que. Se precisamos continuar com a nossa agricultura para alimentação e para a exportação, temos que ter algumas variedades, algumas ferramentas, o manejo integrado de tudo isso para que a gente não fique na mão de uma atividade criminosa ou mesmo de uma seleção natural da biologia de espécies que possam estar se sobrepondo às outras.

Essa questão passa por escoamento de safra, como o senhor falou. Temos que pensar de uma maneira muito holística e não acreditar que só o registro de agrotóxico causa todo esse problema, o que não é uma realidade. Se queremos continuar sendo uma economia pujante, temos que pensar nessa política como um todo e mais a longo prazo.

Então, essa seleção natural explica também a resistência de alguns insetos, de alguns fungos aos produtos. Essa é uma questão que temos que trabalhar, sim, com toda a ciência, com todo o conhecimento de pesquisadores como o Dr. Tadashi. Eu acho que temos uma instituição de pesquisa maravilhosa no País. Temos que pensar nisso, sim.

Com relação à colocação, ao que comentou o Senador Figueiró acerca da lerdeza burocrática, eu não quero levantar uma discussão neste momento, mas eu gostaria simplesmente de comentar que outras agências, por exemplo, a agência do governo americano está demorando, em média, pouca coisa menos

que nós, mas tem 800 servidores trabalhando, ao passo que as três agências brasileiras não chegam a 60 servidores fazendo toda a atividade que eles fazem lá.

Outra questão, eles têm taxas de registro muito diferenciadas das nossas, que não podem ser nem colocadas aqui porque isso demanda um estudo mais profundo.

Outra questão que eu vi ser levantada tanto pela exposição do Sr. Daher como de alguns Senadores aqui é a questão da agência. Acho que, dentro dessa política maior para o País, cabe aos senhores avaliar essa questão, mas o que eu posso dizer, por exemplo, é que esse tripé é muito importante, porque cada um tem a sua competência para analisar a sua área mesmo.

Tenho o exemplo de alguns países. Conversando com a diretora da agência canadense, eram três agências que trabalhavam isoladamente, e eu perguntei como funcionou a união das três agências. Foi eficiente? Aumentou a produtividade? Ela me respondeu o seguinte: “não, passamos muito tempo com três agências dentro de uma agência”. Eu disse: “mas agora está melhorando, porque você está aposentando essas pessoas”, e ela me disse: “não, as pessoas que estão se aposentando foram os que capacitaram os novos servidores que eu tenho na agência, e eu continuo com as três visões”. Então isso não muda muito. Coisas que podem mudar são alguns exemplos que o Senador Sérgio Souza trouxe, que é o fato de podermos otimizar os nossos processos de trabalho com sistemas eficientes, com maior número de servidores, agregando conhecimento. Enquanto vivermos uma situação em que se demore 11 anos em um fila, algo que possa retirar da fila 50% dos produtos, diminuiria essa fila de espera para seis anos no mínimo. Esse é um aspecto. Outro aspecto seria ter mais gente e capacitação para trabalhar. Eu acho que, com isso, ganharíamos muito, porque, afinal de contas, ninguém quer correr riscos desnecessários. Sabemos que, se hoje as moléculas são menos tóxicas, elas são menos tóxicas por um único motivo, por experiências infelizes do passado.

Evidentemente, produtos muito importantes foram registrados com pouco conhecimento no passado e hoje vivemos algumas situações. Por exemplo, eu estou aqui com um bloquinho da convenção de Estocolmo, que foi uma convenção criada em nível mundial, porque o vento leva o pesticida a lugares onde ele nunca foi aplicado. Assim, começam a causar mutações genéticas e fetos com problemas em algumas regiões.

Isso tudo desenvolveu a ciência, a pesquisa das indústrias. A regulação dos órgãos de governo ensejou que tivéssemos produtos menos tóxicos; agora, ainda assim, produtos para combater fungos nunca vão ter

uma toxicidade inócua, produtos para combater insetos nunca vão ser inócuos. Então, temos que nos assegurar o máximo possível do ponto de vista de saúde, de meio ambiente e agricultura, para que o País possa ser sustentável com a agricultura e sucesso no que diz respeito à manutenção das espécies.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Dr^a Ana, permita-me só um adendo. Eu estive na China há duas semanas, e, nas conversas que tive com alguns órgãos de governo, senti preocupação com a questão dos transgênicos na China. Eles estão numa tendência de reavaliar a sua posição de permissão de entrada de transgênicos na China, principalmente os que fazem combate á insetos – nem tanto a plantas daninhas, como os RR1 RR2, mas aos que vem com BT e outras coisas pela frente.

Então, o que a senhora está colocando aqui eu vi por parte de membros do governo da China, inclusive vi a indústria falando o seguinte: “olha, preciso importar dez milhões de toneladas de soja não transgênicas de vocês, imediatamente”. Eu falei: não existe, não há.

Então, há esses movimentos no mundo, realmente eles acontecem, vão e voltam. Eu fiquei muito surpreso ao ouvir isso do governo chinês, já que eles têm uma dependência de importar quase 70 milhões de toneladas de soja por ano para dentro da China. É uma questão de segurança nacional, de alimentação. Fiquei muito surpreso de ouvir isso, há duas semanas, do governo chinês.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Se o senhor me permite, Senador Benedito, eu vou usar duas expressões que foram utilizadas aqui na mesa, primeiro pelo Tadashi: “o ataque tem que ser imediato”; a segunda, utilizada pelo Daher, “prevenir é melhor que remediar”. Estamos nessa situação. Eu acho que esse tripé leva muito a pensar isso, e esta audiência pública aqui tem por objetivo essa reflexão.

O que está ocorrendo no País, no caso da *Helicoverpa*, é que existem algumas suspeitas inclusive de que seja pelas transgenias que foram inseridas. Então, todas essas coisas precisam ser pensadas. Se queremos uma agricultura sustentável por um longo período, se a gente quer que haja abelhas para polinizar e para a agricultura se sustentar, temos que pensar de uma maneira mais holística e não muito imediatista, temos que ter ferramentas para combate imediato, mas nós temos que pensar com muita racionalidade a médio e longo prazo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Nessa questão da sustentabilidade, permite, Presidente, essa questão das abelhas, eu gostaria de dizer o seguinte: eu não participei da discussão das abelhas, porque eu estava viajando, mas nenhum produtor em sã consci-

ência ou até faltando consciência, não quer destruir o meio ambiente. Ele não quer. O que queremos, como produtores, é que as coisas sejam previsíveis. “Ah, vamos retirar o inseticida x, porque acontece isso e aquilo.” Eu acho que o agricultor não quer nem discutir isso, porque compete à ciência, aos técnicos, discutir, mas não dá para chegar lá e dizer: “olha, este ano não tem mais.” Bom, ele vai pensar: se não tem esse, eu uso o quê? Então, o Governo, o Ibama, os órgãos que estudam isso precisam sinalizar ao longo do tempo: olha, vai acontecer isso em dois ou três anos. Mas nesse período eu vou tirar o produto a e vou colocar o produto b no lugar.

Eu gostaria que os órgãos de controle do Governo entendessem que o agricultor fica entre a cruz e a espada. Chega a indústria e fala: olha, vão retirar o produto x e eu não tenho nada para colocar. Meu Deus do céu, o que eu faço ano que vem? Como eu combato as pragas que eu tenho lá, porque elas não vão obedecer a decreto, não vêm aqui porque eu não tenho produto. Elas estarão lá no ano que vem. Então, essa é a preocupação, no tempo. As coisas devem ser feitas como tudo na vida. Eu sempre falo assim, a vida para mim é uma corrida de bastão 4 por 100. Tem que correr, você tem que passar o bastão e não deixar cair da mão; fez a sua parte, o outro vai à frente. Então, se programarmos as coisas com planejamento e sabermos que as coisas vão acontecer no devido prazo, não tem problema nenhum. O que não podemos é ficar desguarnecidos, porque alguns órgãos de controle podem ser mais ágeis para proibir e outro um pouco mais lento para liberar, e esse *gap* pode trazer problema.

É por esse problema que a audiência pública hoje está aqui. Quer dizer, o Governo, os órgãos de controle, de fiscalização têm que entender. Está bem, vamos proibir, esse não pode mais porque faz mal. Não vamos nem discutir, mas tem que haver um prazo para que se faça essa mudança e haja novos produtos no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a interpelação do Srs. Senadores, vou conceder a palavra – acho que são suficientes cinco minutos para cada um dos demais debatedores – para suas considerações finais ou para, se quiserem, automaticamente acrescentar alguma coisa.

Com a palavra o Dr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO DAHER – Cinco minutos são mais que suficientes. Agradeço, mais uma vez, o convite. No ano passado, nesta mesma data, estivemos aqui e estaremos quantas vezes formos convocados.

Quero fazer três abordagens que talvez tenham faltado e como o que podemos complementar. Aliás, são perguntas do Senador Sérgio Souza, que não está

mais no recinto, mas seguramente vai nos assistir a *posteriori*.

Se, por um evento e por uma dessas casualidades ou capacidades, os produtos que estão no *pipeline* fossem as novas moléculas aprovadas, haveria tempo para atender, ainda a essa safra, à indústria? Vou ter uma resposta aqui um pouco dúbia, porque eu estaria trabalhando com um prazo entre 30 e 60 dias, como uma margem de segurança, e isso só é possível, no Brasil hoje, com transporte aéreo. Se não, se formos imaginar a importação pelo sistema portuário nacional, ainda que esteja em discussão nesta Casa, as filas de navios em Paranaguá são conhecidas, elas vão até Curitiba; e, em Santos, agora já incomodam o pessoal que vai ao Guarujá. Então, não há logística que permita, aprovado um produto, que se o traga, devido à logística e infraestrutura que temos. Entretanto, a resposta é sim, daria para atender a essa safra, porque temos a capacidade aérea. Talvez não tivéssemos a possibilidade de atender a todos, mas teria, sim, competência, ou seja, a indústria estaria habilitada a colocar, dentro dos prazos possíveis. Lembro que defensivo, na hierarquia – começa-se com sementes, calcário, fertilizante – acaba entrando um pouco depois nesse ciclo, mas o tiro de largada das safras de verão são sempre as chuvas de setembro, mas as compras cada vez mais estão antecipadas.

O segundo comentário que eu queria fazer – eu trouxe um eslaide. mas faço questão de não apresentar para não gerar pânico – é que estamos aqui discutindo o ser vivo planta. Poderíamos estar falando do ser vivo homem e de uma praga, que hoje está disseminada e fora de controle, chamada *Aedes aegypti* e dengue. E é uma pena que o Senador de Mato Grosso do Sul... Todos sabem quantas mortes já aconteceram em Campo Grande. Eu posso invocar o Rio de Janeiro com 15 mortes, 3.150 enfermos em hospitais, posso pegar a Baixada Santista e aquilo, curiosamente, é um inseto. E nós vínhamos usando – claro que para a larva se utiliza biopesticidas –, para o inseto adulto, malation. Alguém aqui já deve ter ouvido falar no malation. A nossa indústria seguramente sim, e o Senador Blairo Maggi lembra que malation é um organofosforado. Ele foi considerado extremamente agressivo, e então passou-se a adotar piretroides, especificamente a cipermetrina.

Senhores, ela já não faz mais efeito no mosquito da dengue. Então, na área de saneantes, que não é a praia que nos traz aqui, está-se voltando a utilizar o malation para que se possa resolver um problema de resistência, daquilo que a Dr^a Ana comentou, de seleção natural, e as defesas imunológicas que os insetos e as plantas têm.

Eu só queria colocar isso porque a indústria muitas vezes é mal compreendida. Fala: “olhem, vocês estão envenenando, contaminando, uso abusivo, uso indiscriminado”, como se o produtor fosse um idiota que rasgasse dinheiro. Essa mesma métrica não se aplica ao fumacê. Agora estão pedindo o fumacê. Estão pedindo para aplicar inseticida, aquele que a gente tem evitado usar nas lavouras nos centros urbanos.

E finalmente eu queria deixar um comentário pessoal. Eu tive que renovar o meu passaporte e tive que ir à Polícia Federal, uma questão de 30 dias, na cidade de São Paulo. Sou obrigado a dizer que me surpreendeu, primeiro, a terceirização dos serviços de passaporte. E eu não estava nem na Noruega, nem na Dinamarca, nem em nenhum País nórdico e consegui tirar o meu passaporte – a liberação dele evidentemente foi mais tardia – em quinze minutos por um critério chamado Teoria das Filas. No seu caso, o senhor tem mais de sessenta anos ou menos de sessenta anos? Já me colocaram numa fila diferente. O senhor está renovando o passaporte ou é o primeiro passaporte? Vá para o guichê 5. No guichê 5, o senhor está com o visto vencido ou não está com o visto vencido? Vai para o Guichê 10. No Guichê 10, eu tirei a foto, pus o dedo e 15 minutos depois, volto a insistir, eu estava em São Paulo, ninguém da Polícia Federal, o serviço totalmente terceirizado. Nós, baseados nessa experiência não só pessoal, mas em estudo científico, nós na Andef, desenvolvemos a Teoria das Filas. E acho que uma das críticas que nós podemos ter nos três órgãos é que nós entramos em filas únicas.

Eu reconheço a celeridade maior talvez do Ibama, porque ela é cronológica e ela é mantida dessa forma, mas se nós começássemos a separar, por exemplo, empresas que mudaram o seu CNPJ, que estão na mesma fila das empresas que têm uma nova molécula, nós já ganharemos um bocado de tempo.

E tenho uma discordância um pouco forte da fala da Dr^a Ana Maria, no sentido de que a lei nos faculta registrar quantos produtos quisermos, desde que estejamos obedecendo as normas estabelecidas pela lei e pelo decreto. Isso é feito muitas vezes para que se abram mais produtos para dar mais opções ao produtor.

Então, acerca dessa crítica que fala, “Ah, mas se nós tirássemos 50%, estaria resolvido”, eu sou obrigado a dizer que eu não concordo porque, talvez, esses 50% poderiam virar, crescer, variedade de produtos de maior competitividade e preços diferenciados. E só existe a fila porque ela não anda. É quase como ocupar um lugar na fila porque ele vale patrimonialmente muito mais porque não é célere. Era só esse o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Com a palavra o Álvaro Ávila, do Ministério da Agricultura.

O SR. ALVARO ÁVILA DO NASCIMENTO INÁCIO – Só para finalizar a minha fala, gostaria de pontuar duas coisas. Uma foi só para reflexão. Não sou fitopatologista, sou agrônomo de formação, estou fazendo meu mestrado em defesa vegetal e não tenho nem 1% do conhecimento, com certeza, do Dr. Tadashi. Mas, na medida em que se fala que os produtos atuais não funcionam, é de se refletir: por que, então, os produtos novos estão sendo submetidos com os produtos que possivelmente não funcionam? É apenas para reflexão. Há estudos no Ministério da Agricultura que demonstram a eficiência do produto, porém são estudos feitos em ambiente reduzido, o que é diferente de se ter uma lavoura, como o Senador Blairo Maggi tem, de proporções territoriais bem amplas.

Bom, o outro ponto, é quando o Dr. Eduardo Daher fala da questão da fila. Seria muito salutar, de fato, termos uma fila para cada demanda. Você tem demandas com os produtos novos que demoram mais tempo para serem analisados. Os produtos antigos, os genéricos, demoram menos tempo. Você tem alteração de pós-registro, que demoram menos tempo. Só que, como a Dr^a Ana colocou muito bem, não adianta termos várias filas se todas essas filas se afunilam na mesma pessoa.

Vou falar da realidade da Coordenação Geral de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura. Somos sete servidores, incluindo o Coordenador-Geral. Posso dizer, seguramente, que a nossa Coordenação está com o Coordenador-Geral na China, o Chefe da Divisão de Registros em Florianópolis e eu estou aqui. Então, praticamente 50% não estão na Coordenação hoje. Vejam a situação em que a gente está. Não queria entrar nesse ponto, mas acho que vale a pena mencionar porque estamos aqui no Senado. Estivemos em conversa, desde o ano passado, como o Dr. Márcio colocou, com a Casa Civil. A Casa Civil nos demandou modificações no decreto para que mudássemos procedimentos a fim de agilizá-los. Como pessoas sérias que somos, queremos isso. Como foi colocado pelo Senador Figueiró e pelo Senador Moka, são pessoas comprometidas. Nós temos pessoas comprometidas e precisamos de mais. Levamos isso à Casa Civil e ela, em um primeiro momento, disse: “Não, não vai ter gente. Não adiante pedir gente. Não vai ter mais servidor.” Então, depois de um longo trabalho de convencimento e da demonstração à Casa Civil de que, de fato, a situação é complicada – e a situação do mapa se reflete na Anvisa e no Ibama, – a Casa Civil entendeu que, possivelmente, depois de mudarmos outras coisas, poderemos ter novos servidores.

Queria deixar registrado aqui que essa preocupação que os senhores têm a gente tem também. Posso juntar um dossiê deste tamanho com todos os pedidos que eu fiz ao Ministério da Agricultura – eu e meu Coordenador. Pedimos pessoal, pedimos estrutura física, pedimos computadores. Não tenho um computador decente para trabalhar, ainda que eu tenha, hoje, um servidor bom, capacitado. É até vergonhoso falar isso nós dias de hoje, em que o Ministério da Agricultura tem um orçamento anual de quase R\$300 milhões. Só que, infelizmente, as coisas não acontecem da forma como a gente quer. Isso, Senador, esse bastão não é nosso, infelizmente. Esse bastão da corrida não é nosso. A gente tem de passá-lo para alguém. E esse alguém tem de conseguir, lá na frente, acontecer. Então, a gente fica nessa dependência. A gente traz isso seguidas vezes às reuniões. Parece até que é brincadeira da nossa parte. Não é. A situação é séria, a situação é grave. A agricultura é o que sustenta este País, é o nosso PIB, é o que paga o salário da maioria dos senhores aqui nesta sala, inclusive o meu. Sei disso, tenho consciência disso. Que todos tenham.

Como o Dr. Tadashi falou com muita nobreza, nós temos de ser mais patriotas e de olhar, de fato, para aquilo que importa. O Ministério da Agricultura, hoje, nessa área de agrotóxicos, está doente, está precisando de auxílio. A gente clama por isso há muito tempo. Vamos continuar fazendo na esperança de sermos ouvidos um dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Álvaro.

Com a palavra o Dr. Márcio Rosa.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade. Infelizmente, nosso tempo de manifestação foi bastante curto. Gostaria de ter mais tempo para me manifestar após a colocação de todos que aqui fizeram uso da palavra.

Vou começar pontuando algumas questões que foram levantadas aqui, como a questão das moléculas novas, que o Dr. Eduardo Ávila mencionou.

Só para vocês terem uma ideia, aquele gráfico mostra um decaimento das moléculas novas. Ele não é responsabilidade do Estado, mas responsabilidade da indústria, que passou, boa parte dela, a investir menos em pesquisa, em tecnologia e em desenvolvimento de novas moléculas. A fila de produtos novos hoje, no Ibama, é de 15 produtos. Nós temos, desses 15,5 em análise. Três deles entraram em 2009, portanto o prazo de registro não é de 11 anos, mas de 3 anos. É o prazo que nós estamos levando para avaliar uma molécula nova, que é o prazo que leva a EPA, nos

Estados Unidos. São 3 anos de análise. Nós vamos liberar, ainda este semestre, 5 produtos. Portanto, vão restar 12 produtos em avaliação. Seis deles, de 2010, devem se concluídos entre este ano e o ano que vem. Portanto, o período é em torno de 3 anos. Foi o que comentei aqui em relação a esses produtos da ferrugem da soja. Alguns deles devem entrar em 2012. Estão sendo priorizados por acordo, por proposição do Ministério da Agricultura e por aprovação no CTA.

Então, vejam, em segundo lugar, a estrutura que nós temos, principalmente no Ibama, já é por filas individuais. Nós temos hoje uma fila, um guichê de produtos orgânicos, um guichê de produtos biológicos, um guichê de renovação de produtos, um guichê de PT, um guichê de equivalência. Acharmos que essa é, de fato, a melhor maneira de se trabalhar. Mas nós não vamos fugir dos funis e nem da questão que preocupa o setor regulador, que o fato de que boa parte desses produtos atende a um interesse que não é, necessariamente, o interesse da agricultura nacional. Precisamos, de fato, qualificar a demanda para que ela possa ser mais adequada à nossa capacidade de produção nos órgãos.

Em relação à questão dos critérios internacionais, se eles valem aqui ou se não valem aqui, a Dr^a Ana já colocou que nós temos isonomia em relação aos procedimentos adotados no restante do mundo, mas, naturalmente, com particularidades. Na questão ambiental, então, nem se fala. Nenhum país tem a biodiversidade que o Brasil tem. Portanto, do ponto de vista ambiental, não podemos importar da Europa os critérios que eles utilizam, por exemplo, para fazer avaliação ambiental porque a Europa tem um outro ambiente, em todos os sentidos. Naturalmente, o que eles fazem lá serve de baliza para nós do ponto de vista da reavaliação, do ponto de vista da metodologia, do ponto de vista dos padrões utilizados e de critérios utilizados para fazer os estudos que são exigidos por nós aqui, embora os nossos estudos sejam específicos para as questões e para as espécies brasileiras, que são o nosso objetivo proteger.

Sobre as abelhas, destaco que discutimos aqui nesta Casa e também na Câmara, em dezembro de 2012, a questão a partir de uma reavaliação que o Ibama tomou a iniciativa de fazer em relação a quatro ingredientes ativos, três deles do grupo dos neonicotinoides. O Ibama não tomou uma atitude, como foi dito na ocasião, arbitrária. O que nos fizemos foi restringir a aplicação aérea desses produtos até que se concluísse a reavaliação. Por que fizemos isso? Porque tínhamos indicadores, na nossa avaliação, de que o maior risco de deriva dos produtos se dava na aplicação aérea. Durante a discussão do processo, nos foi dito que nós

estávamos tomando uma atitude que nenhum país tomava, que nós estávamos sendo rigorosos demais em relação à aviação agrícola brasileira, porque ela era a mais, tinha índice de segurança etc.

Passados seis meses disso, a que assistimos? A Europa proibiu no início deste mês, aliás, no final do mês passado, a aplicação desses três produtos em toda a Europa. Ela suspendeu a aplicação desses produtos.

E aí eu respondo um pouco essa questão: até que ponto as questões internacionais nos balizam? Nesse caso, foi o contrário até. Nós tomamos a iniciativa muito antes da Europa e tomamos medidas de precaução. Nós vamos continuar avaliando o produto, vamos chegar ao final da reavaliação. E aí, sim, com tudo que a legislação prevê – e ela prevê isso – que a saída dos produtos seja de forma paulatina para dar margem à entrada de outros.

Mas por que proibimos a aplicação aérea de imediato? Primeiro, em função do risco; segundo porque existiam 80 produtos registrados para fazer aplicação aérea em substituição a esses.

Durantes as audiências, nos demonstraram que os 80 produtos já não eram mais eficientes. Nós revimos a nossa medida e postergamos essa medida por mais uma safra e até a conclusão do processo de mediação. Quer dizer, o tempo todo, o meio ambiente e saúde, nós estamos dispostos a ouvir e mediar os interesses da população brasileira nos dois sentidos. Nós também recebemos críticas do fato: “bom, vocês liberaram a aplicação aérea de maneira irresponsável.”

Agora, com o acidente, por exemplo... Casualmente, era com um desses produtos. Nesse acidente que ocorreu em Rio Verde, em Goiás, era um dos produtos que estavam com proibição para aplicação aérea.

Quer dizer, onde estava aquela segurança que a aviação agrícola tinha, se chegamos ao ponto de se jogar produto sobre uma escola? Naturalmente, esse é um caso isolado, mas isso demonstra que o risco existe; que se há preocupação com o risco com relação à deriva de produtos aplicados sobre a lavoura, se ele existe sobre seres humanos, imagine sobre insetos polinizadores, que tem importância econômica!

Então, veja: as medidas que nós tomamos não são medidas descabidas. As medidas que nós tomamos são medidas baseadas no conhecimento científico. Os nossos técnicos são capacitados, são em pequeno número, mas são muito bem capacitados e dedicados a isso.

Em segundo lugar, eu queria salientar que, para nós três, os três órgãos, a nossa discussão sempre foi que estamos aqui para servir à agricultura brasileira. Quem tem que dar prioridade de registro não é a fila de entrada do interesse comercial das empresas que

desejam vender os produtos no Brasil, mas, sim, da necessidade da agricultura brasileira de controle fitossanitário, observados requisitos que são observados no mundo inteiro e observadas as nossas particularidades que bem a Dr^a Ana colocou aqui do ponto de vista de proteção da nossa saúde, da nossa biodiversidade, que é o nosso grande elemento de desenvolvimento para o futuro deste País.

As duas coisas são fundamentais para que este País possa se desenvolver. Aliás, é a preocupação de todos os países. Esse é o patrimônio que os Países têm: a sua população e a sua riqueza natural.

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer que estamos à disposição para voltar a esta Casa quantas vezes for necessário. Quero dizer: fiquem tranquilos do ponto de vista de que estamos fazendo todo o esforço possível e, às vezes, o impossível para atender o interesse da população brasileira, seja do ponto de vista de segurança, de saúde e de meio ambiente; seja do ponto de vista de segurança fitossanitária, seja do ponto de vista do interesse econômico do País.

Agradeço mais uma vez e fico à disposição para novas convocações como essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Como último palestrante, tem a palavra o Dr. Silvério.

O SR. SILVÉSIO DE OLIVEIRA – Bem rapidamente para finalizar, eu só queria de salientar que a variedade de produtos disponíveis para aplicação, de controle de pragas e doenças é de extrema importância. Nós não podemos ficar aí sujeitos a apenas um ou dois produtos.

Então, a variedade de produtos é de extrema importância.

Outra coisa que eu acho que é válido salientar é que nós estamos sempre “correndo atrás”. Então, nós estamos sempre atrás e estamos falando de um setor que é de produção de alimentos.

Penso que temos de afinar essa corrida. Como o Blairo Maggi falou muito bem é uma corrida 4 x 100. Então, nós temos que afiná-la para que todos os quatro corredores correrem na mesma velocidade ou em uma velocidade para que essa corrida seja ganha.

Tanto a Ana Maria, da Anvisa, quanto o Márcio Rosa, do Ibama citaram que nós somos os maiores consumidores de agrotóxico do mundo, como se isso justificasse alguma coisa!

Então, é uma pena.

Eu acho que somos corredores. Nesses 4 x 100, estamos na mesma corrida. Fizemos parte dessa pro-

dução de alimentos. Estamos na mesma cadeia. Portanto, só estamos em pontos diferentes.

Muitas vezes parece que estamos em outra corrida e não é verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Só resta agora agradecer a todos os nossos convidados, começando pela Dr^a Ana. Muito obrigado. Leve o abraço do nosso Presidente. Dr. Márcio Rosa, Sr. Silvério, Dr. Tadashi, Eduardo e Álvaro.

Eu gostaria, nobre Senador Blairo Maggi, agradecer a V. Ex^a pela oportunidade de trazer para esta Comissão o debate da importância que foi esse de hoje. E, ao mesmo tempo, dizer nós devemos nos centrar.

Eu gostaria não de convocá-los, mas convidá-los mais à frente – o amigo Senador, que tem muita experiência nessa área – para que possamos, em uma comissão interna, fazer o que eu disse no começo dessa audiência. As informações que recebemos aqui são da maior valia para a agricultura brasileira, mas é preciso que coloquemos as coisas muito claramente. A teoria só não tem solução. Os aspectos filosóficos também de cada uma das ações que têm sido desenvolvidas. Precisamos de praticidade.

Nós ouvimos aqui depoimentos que realmente são muito preocupantes. Há órgãos dessa importância com um número de pessoas praticamente inexistente para cuidar de tão importantes assuntos, da maior relevância para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Mas é um assunto que conversaremos *a posteriori*.

Mais uma vez, agradeço a todos e encerro a presente reunião e audiência pública, convocando os seus Parlamentares para a próxima reunião que se realizará daqui a oito dias.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2013.**

Às dez horas do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alfredo Nascimento, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique,

Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 321, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é favorável, com as emendas oferecidas. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento informa que devido a falta de quórum, fica adiada a deliberação de todos os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Alfredo Nascimento**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Em razão da ausência do relator do Item 1, Senador Cristovam Buarque, passo para o Item 2. A relatoria é do Senador Valdir Raupp.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 321, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 321, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, modifica a legislação tributária para estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Novas Empresas de Tecnologia (*Start-ups*) no âmbito dos Poderes da União, especialmente no que se refere à isenção temporária de tributos (art. 1º).

O projeto conceitua e define as empresas que podem se enquadrar no regime (art. 2º), que isenta por dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, todos os impostos (art. 3º). Após esse prazo, as empresas estarão automaticamente inscritas no Simples, com redução de 50% de todos os impostos por um ano (art. 5º). Caso aprovado, o projeto de lei entrará em vigor no dia da publicação da lei (art. 6º).

Justificou-se a proposição pela necessidade de redução dos encargos tributários durante o período mais frágil para as empresas do segmento (início das atividades) e de formalização das empresas do setor.

Esse projeto de lei tramita pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e passará, em seguida, à análise pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual cabe a decisão terminativa.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, encerrado o prazo previsto no art. 122, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não foram apresentadas emendas.

Análise. Apesar de, no mérito, a proposição estar compatível com o ordenamento constitucional, é necessária a modificação da redação, para superar o vício de competência.

Quanto à análise do conteúdo da iniciativa, que se encontra na competência desta Comissão, na forma

do art. 104-c do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição é meritória.

Conforme previsto no art. 179 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

O PLS, ao incentivar as microempresas que atuam no setor de tecnologia de informação, promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico do País. No entanto, em virtude da forma como foi redigido, há vício de inconstitucionalidade no PLS.

A matéria apresentada refere-se à concessão de isenção de impostos federais, estaduais e municipais para as empresas abrangidas pelo SisTENET. Contudo, a União não possui legitimidade para isentar tributos de Estados e de Municípios, conforme previsto no art. 151, III, da Constituição Federal.

A lei federal pode regular apenas a concessão de isenção para tributos federais, o que limita a competência do Congresso Nacional, conforme previsto nos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição da República. Dessa forma, é necessária a apresentação da emenda para alterar o §1º do art. 3º do PLS, a fim de limitar a isenção apenas aos impostos federais.

Quanto à iniciativa, o assunto não se encontra entre aqueles reservados (art. 61, §1º da Constituição Federal), de modo que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção tributária, conforme previsto no §6º do art. 150 da Constituição Federal.

Entretanto, quanto às normas de técnica legislativa apropriadas, propõe-se ajuste na redação do PLS para que este se amolde às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, são apresentadas alterações quanto à referência à Lei nº 9.317, de 1996, que tratava do Simples, para a Lei Complementar nº 123, de 2006, que regula o Simples Nacional.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 321, de 2012, com a apresentação da emenda a seguir.

Dê-se ao §1º do art. 3º ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação.

Todas as Sr^{as} e Srs. Senadores já têm o texto do nosso projeto com as alterações, então o voto é

pela aprovação com essas emendas que seguem, Sr. Presidente.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco/PR – AM) – Como não há número regimental suficiente para discutir e votar a matéria, a matéria fica para a próxima reunião.

Não havendo número de Senadores presentes para votações terminativas... (Pausa.)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL – CCTSTTR

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2013.

INSTALAÇÃO

Às doze horas e trinta e dois minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Luiz Henrique e com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Anibal Diniz, Aloysio Nunes Ferreira, Alfredo nascimento, Ângela Portela e Flexa Ribeiro, reúne-se à Subcomissão Temporária de elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR. Comparece à reunião o Senhor Senador Eduardo Suplicy, não membro da Comissão, e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Marco Antonio Raupp. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Luiz Henrique, propõe ao Plenário que a eleição da chapa única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Luiz Henrique, proclama eleitos e empossados os Senhores Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira, como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente. Assume a Presidência o Senador Anibal Diniz. O Presidente da Subcomissão, Senador Anibal Diniz, designa como relator o Senador Luiz Henrique. Usam da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Zeze Perrella e o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação, Senhor Marco Antonio Raupp. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Anibal Diniz, encerra a reunião às doze e horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu,

Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Anibal Diniz**, Presidente da Subcomissão Temporária de elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Ministro Raupp, vamos ter uma solenidade rápida de instalação da Subcomissão para estabelecer o marco legal das terras-raras. Eu pediria a V. Ex^a que nos honrasse com a sua presença. Será uma solenidade muito rápida.

Do alto dos meus 73 anos de idade e do exercício do 12º mandato consecutivo, na condição de mais idoso da Subcomissão, assumo a Presidência eventual.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de abril de 2013.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão temporária.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Anibal Diniz; para Vice-Presidente, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Consulto a Subcomissão, tendo em vista haver somente uma chapa, se podemos eleger os candidatos por aclamação. (*Pausa.*)

Assim entendendo, declaro eleitos por aclamação para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão temporária os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira.

Não havendo quem deseje usar da palavra, diante do adiantado da hora, passo a Presidência ao Sr. Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Ao mesmo tempo em que agradeço a confiança de todos os integrantes desta Subcomissão em ter me escolhido para presidi-la, eu quero dizer que só aceitei este convite porque ele veio do Senador Luiz Henrique. Eu sei que ele é um profundo conhecedor do assunto e que vai dar uma grande contribuição para o Brasil, fazendo parte desta Subcomissão e se dispondo a ser o nosso Relator. Inclusive, eu gostaria de apresentar o nome do Senador Luiz Henrique para ser o Relator

desta Subcomissão, de tal maneira que pudéssemos iniciar, imediatamente, os nossos trabalhos.

Em conversa com o Senador Luiz Henrique, estabelecemos um prazo, porque temos de ter um limite de tempo para não ficar no vazio. A sugestão que foi apresentada é a de que estendamos os nossos trabalhos até o dia 30 de agosto como universo temporal para apresentarmos um relatório já com o estudo e a nossa proposição, a fim de, se possível, termos uma política nacional voltada para a questão das terras-raras. Teríamos até o dia 30 de agosto para fazermos esse nosso trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradecendo a V. Ex^a por me designar para relatar esta importante Subcomissão, eu solicito a V. Ex^a, em requerimento sobre a mesa, para nós realizarmos a primeira audiência pública a respeito do assunto.

Sugiro que sejam convidados para participar dessa audiência pública o Dr. Alvaro Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Diretor-Geral do Senai, Dr. Rafael Lucchesi; o Secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Dr. Carlos Nogueira; o Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Dr. Antonio Freitas Lins; o Superintendente Geral da Fundação Certi, Prof. Dr. Carlos Alberto Schneider; e o Vice-Presidente do BNDES, Dr. João Carlos Ferraz.

É o requerimento.

Eu pediria a V. Ex^a que fosse aprovado extrapauta nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão, o requerimento do Senador Luiz Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mais do que para discutir, para parabenizá-lo. Quero parabenizar V. Ex^a pela assunção à Presidência desta Subcomissão importante para discutir a mineração de terras-raras; ao Senador Luiz Henrique, como Relator e autor da proposta de criação da Subcomissão; e ao Senador Aloysio Nunes, como Vice-Presidente.

V. Ex^a começa com o pé direito, tendo, na instalação da Subcomissão, a presença do Ministro Raupp, de Ciência, Tecnologia e Inovação. Não são todas as subcomissões... Eu acho que pela primeira vez, do que eu tenho a lembrança, eu tenho um Ministro

presente na instalação de uma Subcomissão. Não é, Senador Perrella?

Então, eu tenho certeza absoluta de que V. Ex^a e o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, farão um trabalho da maior importância para o nosso País, que é definir esse marco regulatório para que sejam exploradas essas terras-raras, que o Senador Luiz Henrique tanto defende aqui.

Eu vou conversar mais à frente com o Senador Luiz Henrique no sentido de ver como nós podemos ampliar essa Subcomissão junto com uma subcomissão, e a participação da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que nós possamos, aqui no Senado, nos debruçarmos sobre o novo marco regulatório da mineração. Estamos aguardando há mais de quatro anos que o Executivo, o Governo Federal, encaminhe para o Congresso Nacional esse novo marco regulatório da mineração, e isso não está acontecendo. Isso é prejuízo para o País.

Eu conversava há pouco com o Senador Luiz Henrique que os investimentos na área de mineração estão deixando de vir para o País porque não há segurança jurídica. Esses investimentos de alto investimento de capital estão deixando de ocorrer porque não há um avanço na negociação do código. Que ele precisa ser revisto, todos nós concordamos com isso, e é obrigação nossa fazer esse trabalho de discussão do novo marco da mineração. Preocupa-me que daqui a pouco isso venha por medida provisória, com prazo definido, e venha, como a gente diz, com “prato feito”, e não pode nem colocar tempero pelo Congresso Nacional.

Então, eu queria depois, Senador Luiz Henrique, conversar com V. Ex^a...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Será um prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...no sentido de como poderíamos ampliar.

Até alguns anos atrás, nessa área da mineração, Ministro Raupp, eu estive em uma visita a um instituto – eu estou recebendo aqui –, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. É uma organização internacional autônoma estabelecida sob a Convenção das Nações Unidas. Essa Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos já está... E eu já fui visitá-la na Jamaica há uns quatro anos. Eu acho que V. Ex^a deveria, se não conhece, Senador Luiz Henrique, ver isso. E o Brasil, àquela altura, ainda não tinha definido o seu interesse em explorar...

O Ministro estava preocupado com o petróleo, e quando nós aprovamos a nova partilha dos *royalties*, a Bancada do Rio de Janeiro e a Bancada do Espírito Santo diziam: “olha, daqui a pouco vão querer também distribuir os *royalties* dos minérios para todo o País”.

Eu digo: quiçá, oxalá isso ocorra, porque o que nós estamos tratando aqui é da exploração do petróleo em água territorial brasileira, fora do Estado. Quando nós estivermos explorando minério no mar territorial brasileiro, esse minério que será explorado não é só do local que seja fronteiro, mas de todo o Brasil. E lá, nessa Autoridade Internacional, os países já estão fazendo – não sei se seria o termo correspondente – uma reserva de lavra: “Nessa região aqui, eu quero colocar interesse do país tal de explorar o minério que lá está.” E há várias bandeiras de outros países já colocadas no mar internacional.

Então, o Brasil precisa do Código de Mineração não só no caso imediato, em nosso País, mas mais à frente – também como aconteceu com o pré-sal, vai acontecer não sei quando, mas um dia acontecerá – também na exploração nas águas internacionais.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu só gostaria de cumprimentar V. Ex^a, por essa eleição, e o Senador Luiz Henrique.

Eu tenho certeza de que, Senador Luiz Henrique, o senhor, como Relator dessa matéria, tanto quanto o fez com relação ao Código Florestal, em que nós fizemos, no meu entendimento, um dos melhores códigos do mundo, com sua experiência, com sua capacidade, vai fazer um trabalho maravilhoso, juntamente com toda a Mesa eleita.

Parabéns a V. Ex^{as}.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só pediria a palavra pela ordem mais uma vez. V. Ex^a vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de colocar o requerimento do Senador Luiz Henrique propondo audiências públicas com as personalidades por ele sugeridas em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora ouviremos o Senador Luiz Henrique. Logo em seguida, o Ministro Raupp gostaria de fazer um esclarecimento a mais. Será muito honroso para nós ouvi-lo já nesta nossa primeira reunião desta Subcomissão Temporária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradecendo aqui a paciência, a benevolência do Ministro em prolongar a sua presença aqui para assistir a esta instalação.

Eu vou passar a V. Ex^a, Ministro Raupp, a Lei de Inovação de Santa Catarina, que eu sancionei, como Governador, em 15 de janeiro de 2008.

No art. 15 ela diz o seguinte:

É assegurado ao Pesquisador Público participação mínima de 5% e máxima de 25% nos ganhos econômicos auferidos [...] e resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida, da qual tenha sido inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei Federal nº 9.279 [É a Lei de Inovação Federal], de 14 de maio de 1996.

Eu vou, então, passá-la a V. Ex^a, agradecendo a presença e a palestra que proferi aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Ministro Raupp, com a palavra.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Eu só queria fazer um comentário dando uma informação, em função do que o Senador Flexa Ribeiro está falando sobre prospecção de minérios submarinos, lá no fundo do mar.

O Brasil já começou. Existe uma empresa, a Suzano, que tem uma subsidiária que tem um navio e está prospectando minérios no fundo do mar, através de navios equipados com robôs, que vão lá nas pro-

fundezas e analisam tudo. Esse projeto nosso do Inpoh – Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias, ele também... Nós estamos comprando um navio com o apoio de quem? Da Petrobras e da Vale. Por quê? Porque essas empresas têm interesse também nessa prospecção submarina usando esse recurso. Então a Vale, que é uma mineradora tão conhecida lá dos paraenses, também está interessada nisso e com esse navio começará a exercer essas atividades aqui no nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Ministro Raupp.

Sobre o horário da nossa reunião, nós temos tido muito conflito de horários nessa parte da manhã de terça-feira. Eu estava refletindo ali com o Senador Luiz Henrique sobre a possibilidade de fazermos a nossa reunião logo após a Ordem do Dia das terças-feiras.

Não sei se os Srs. Senadores concordam com isso. Se concordam, poderíamos já deixar a nossa agenda para a próxima terça-feira. Terminada a Ordem do Dia, teríamos a reunião da Subcomissão Temporária. Pode ser?

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

Edição de hoje: 476 páginas

(OS: 12782/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

